



This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

Usage guidelines

Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

- + *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.
- + *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.
- + *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.
- + *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

About Google Book Search

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at <http://books.google.com/>



Esta é uma cópia digital de um livro que foi preservado por gerações em prateleiras de bibliotecas até ser cuidadosamente digitalizado pelo Google, como parte de um projeto que visa disponibilizar livros do mundo todo na Internet.

O livro sobreviveu tempo suficiente para que os direitos autorais expirassem e ele se tornasse então parte do domínio público. Um livro de domínio público é aquele que nunca esteve sujeito a direitos autorais ou cujos direitos autorais expiraram. A condição de domínio público de um livro pode variar de país para país. Os livros de domínio público são as nossas portas de acesso ao passado e representam uma grande riqueza histórica, cultural e de conhecimentos, normalmente difíceis de serem descobertos.

As marcas, observações e outras notas nas margens do volume original aparecerão neste arquivo um reflexo da longa jornada pela qual o livro passou: do editor à biblioteca, e finalmente até você.

Diretrizes de uso

O Google se orgulha de realizar parcerias com bibliotecas para digitalizar materiais de domínio público e torná-los amplamente acessíveis. Os livros de domínio público pertencem ao público, e nós meramente os preservamos. No entanto, esse trabalho é dispendioso; sendo assim, para continuar a oferecer este recurso, formulamos algumas etapas visando evitar o abuso por partes comerciais, incluindo o estabelecimento de restrições técnicas nas consultas automatizadas.

Pedimos que você:

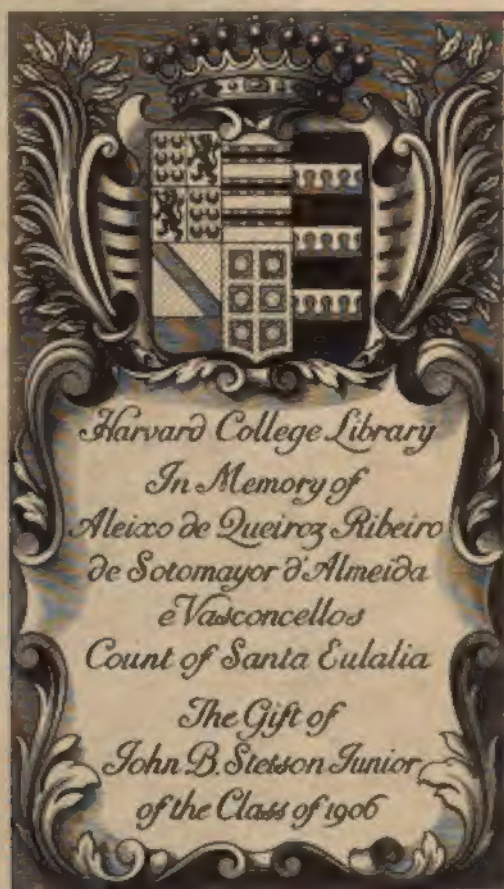
- Faça somente uso não comercial dos arquivos.
A Pesquisa de Livros do Google foi projetada para o uso individual, e nós solicitamos que você use estes arquivos para fins pessoais e não comerciais.
- Evite consultas automatizadas.
Não envie consultas automatizadas de qualquer espécie ao sistema do Google. Se você estiver realizando pesquisas sobre tradução automática, reconhecimento ótico de caracteres ou outras áreas para as quais o acesso a uma grande quantidade de texto for útil, entre em contato conosco. Incentivamos o uso de materiais de domínio público para esses fins e talvez possamos ajudar.
- Mantenha a atribuição.
A "marca d'água" que você vê em cada um dos arquivos é essencial para informar as pessoas sobre este projeto e ajudá-las a encontrar outros materiais através da Pesquisa de Livros do Google. Não a remova.
- Mantenha os padrões legais.
Independentemente do que você usar, tenha em mente que é responsável por garantir que o que está fazendo esteja dentro da lei. Não presuma que, só porque acreditamos que um livro é de domínio público para os usuários dos Estados Unidos, a obra será de domínio público para usuários de outros países. A condição dos direitos autorais de um livro varia de país para país, e nós não podemos oferecer orientação sobre a permissão ou não de determinado uso de um livro em específico. Lembramos que o fato de o livro aparecer na Pesquisa de Livros do Google não significa que ele pode ser usado de qualquer maneira em qualquer lugar do mundo. As consequências pela violação de direitos autorais podem ser graves.

Sobre a Pesquisa de Livros do Google

A missão do Google é organizar as informações de todo o mundo e torná-las úteis e acessíveis. A Pesquisa de Livros do Google ajuda os leitores a descobrir livros do mundo todo ao mesmo tempo em que ajuda os autores e editores a alcançar novos públicos. Você pode pesquisar o texto integral deste livro na web, em <http://books.google.com/>



C 436.45.11



111
DOCUMENTOS

PARA A

HISTORIA DOS JESUITAS

EM

PORTUGAL

COLLIGIDOS PELO LENTE DE MATHEMATICA

DOCTOR ANTONIO JOSÉ TEIXEIRA



COIMBRA

IMPRIMTA DA UNIVERSIDADE

1899

48. 18.11.1971

10

DOCUMENTOS

PARA A

HISTORIA DOS JESUITAS

EM

PORTUGAL

*As suas facções
tem a história do movimento*

DOCUMENTOS

tem um documento de muita consideração

e estima, ...

HISTORIA DOS JESUITAS

EM

PORTUGAL

COLLIGIDOS PELO LENTE DE MATHEMATICA

DOUTOR ANTONIO JOSÉ TEIXEIRA



COIMBRA

IMPRESSA DA UNIVERSIDADE
1800

2426.45.11

HARVARD COLLEGE LIBRARY
COUNT OF SANTA BARBARA
COLLECTION

GIFT OF
ANN J. STETSON, JR.

AUG 14 1924

AO EXCELLENTISSIMO SENHOR

CONSELHEIRO JOÃO FRANCO CASTELLO-BRANCO

MINISTRO DE ESTADO HONORARIO

EM TESTEMUNHO DE CONSIDERAÇÃO

OFFERECE

Antonio José Teixeira

A QUEM LER

Eu fui encarregado pelo governo, em 30 de maio de 1860, de colligir os documentos litteraes para se coordenar a historia litteraria da Universidade¹, dando outro governo por finda a commissão em 30 de maio² de 1862. Eu nunca reclamei contra este ultimo despacho. Justica ou injustica, era para mim um favor, como attesta o officio, que em seguida transcrevo.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — No desempenho da importante commissão, que me foi incumbida pela portaria de 30 de maio do anno proximo passado, tenho visitado os differentes archivos academicos, especialmente o cartorio da extincta juncta de fazenda da Universidade, onde se encontram os mais notaveis, e preciosos documentos para a historia litteraria do nosso primeiro estabelecimento scientifico.

Desde o primeiro dia em que frequentei este cartorio, entendi logo que era do meu rigoroso dever informar o governo de sua

¹ Pag. 141 da *Legislação academica*, colligida pelo conselheiro doutor José Maria de Abreu. Coimbra; Imprensa da Universidade, 1863.

² Pag. 274 da mesma.

magestade do estado deploravel de abandono em que se encontrava aquella repartição, abundante e rico thesouro de monumentos rarissimos; e que me cumpria indicar as medidas que julgasse indispensaveis para obstar á sua total ruína: mas tendo occasião de falar deuidamente a este respeito com o excellentissimo reitor da Universidade, soube que as minhas observações haviam sido por elle prevenidas, e que varias vezes lembrára ao governo de sua magestade a urgente necessidade da separação do que deve pertencer ao archivo literario deste grandioso estabelecimento, e do que pode aproveitar aos interesses da fazenda nacional. Porque a voz autorizada do digno prelado seria certamente ouvida de preferencia á minha, impuz-me religioso silencio, e aguardei as determinações de sua magestade, não sem me pungir o sentimento, que estou persuadido experimentará todo o portuguez, que presar as glorias da sua patria, quando ao entrar os humbraes daquelle archivo, observar o pouco ou nenhum caso que dellas temos feito.

Apenas encetei os meus trabalhos, conheci as grandes difficuldades com que tinha de luctar. Debalde procurei no indice inform, que ha na repartição, um guia para me dirigir nas indagações que necessitava fazer; de nada me ponde servir, no estado de collocação e desarranjo em que se encontram tantos e tão valiosos documentos, uns dispersos pelos pavimentos das salas, outros sobrepostos nas divisões das estantes, estes dobrados em maços, e mettidos em gavetas, ou amontoados pelos angulos das casas, aquelles dispostos em armarios, e em pessimo estado de conservação. E todos desordenados sem classificação geographica, ou chronologica, confundidos e misturados, e sujeitos a extravios, porque nem relacionados estão. Muitos ha inteiramente inutilisados; com especialidade os pergaminhos, que nas dobras se acham carcomidos. Alguns rôtos, e consumidos pelo tempo, apresentam só fragmentos inintelligiveis.

Quisa lastima ver aquelle importante, e rico thesouro atestando unicamente o nosso vergonhoso desleixo. De tudo que

existe na repartição, apenas se conserva em bom recato a doação regia de 4 de julho de 1774; o resto, que é de um valor immenso, assim para a historia litteraria da Universidade, como para os interesses da fazenda nacional, pode dizer-se completamente perdido, se desde já se não acudir ao estado de ruina cada vez mais crescente, a que se vai successivamente reduzindo.

Não é possível que por mais tempo subsista a inactividade com que tem sido tratado um dos mais ricos archivos do paiz. Ao illustrado governo de sua magestade não podem deixar de ser manifestos os graves inconvenientes, que resultam da continuação deste deploravel abandono; e como protector zeloso das letras, é a elle que compete dar as providencias acertadas para atalhar tão grande mal.

Neste archivo onde se acham tambem reunidos os cartorios de varios collegios de jesuitas, que fôram dados á Universidade, e aos hospitaes de Coimbra, ha valiosissimos documentos cuja conservação muito importa. Desteas uns são relativas aos privilegios, e regalias da Universidade, usos e costumes della em diferentes epochas, outros versam sobre a natureza e origem dos bens pertencentes ao priorado-mór, hoje padroado, e suas egrejas; ha alguns que dizem respeito á administração de negocios, e arrecadação das rendas dos jesuitas, avultando muitas bullas, alvarás e cartas regias, dirigidas á Ordem; encontram-se ainda varias memorias, e noticias, ácerca do collegio das Artes, e Universidade de Evora a cargo dos mesmos jesuitas, e de muitos mosteiros, cujos bens e rendimentos, doados a elles, passaram depois á Universidade.

Ja se vê portanto, o grande proveito publico, que resultaria da coordenação, e bom arranjo do cartorio da extincta junção da fazenda da Universidade. Tanto para a historia do paiz, e em especial para a deste importante estabelecimento, que está quasi toda naquelles documentos, como para os interesses da fazenda nacional era convenientissimo, indispensavel, a conservação, e classificação daquelle precioso deposito.

Se a separação de que falo tivesse sido ordenada pelo governo de sua magestade, eu proprio ajudaria o empregado da repartição da fazenda, e ficaria organizado o archivo literario da Universidade. Pela parte que me toca sentiria grande satisfação em prestar ao páz este serviço, e desde ja offereço a minha boa vontade, para se levar a effeito tão importante reforma.

O estado deploravel do cartorio, é facil imaginar-se as difficuldades que me creou, no desempenho da commissão de que fui incumbido. Os meus estudos anteriores, os que tenho feito ha um anno, as informações e dilatas na leitura das nossas chronicas, e a compulção de muitos documentos do mesmo cartorio, forneceram-me o material para esrever a historia literaria da Universidade desde 1537 até 1650.

Mes ao passo que progredia no exame do archivo, conheci que tanto os nossos chronistas, como alguns escriptores que perfunctoriamente tractarun de assumpto, e até o douto e infatigavel reitor reformador, Francisco Carneiro de Figueirôa, que muito auxilio me prestára no seu *Catalogo dos reitores desde 1537*, se tinham enganado em muitos pontos importantes, e continham erradas grande parte das datas que apontavam. Os novos documentos que fui successivamente encontrando, fizeram-me assim por muitas vezes alterar a escriptura; e certamente o apparecimento de outros (pois não poudé até agora passar da primeira casa do cartorio) me obrigará ainda a modificar a doutrina dalguns capitulos.

Sem um paleographo, sem um amanuense, sem uma unica pessoa que me auxiliasse em tão espinhoso trabalho, tenho lutado, e vencido mil difficuldades, qual dellas maior. A prestação mensal de 22,500 réis tem sido por mim distribuida, quasi integralmente, a quem me ha copiado os documentos que preciso examinar com mais cuidado. Paleographo tenho-o sido eu, roubando assim á escripta da historia o tempo que só devêra consagrar-lhe; e esse fraco arranjo que hoje ha no cartorio, ou antes o conhecimento que tenho ja de parte do que nelle existe, tem me custado muitas horas de trabalho.

Mas encontro agora, além das difficuldades expostas, uma outra não menor devida ao desarranjo dos documentos no archivo. Quando sou obrigado a cital-os, o que é frequentissimo, não posso designar a collocação delles, já porque nenhuma tem ordenada, já porque se eu lhe desse alguma, seria amanhã alterada, quando se procedesse á separação, e saíssem daquelle casa os papéis para a repartição da fazenda.

Á vista destas considerações, que submetto á superior illustração de vossa excellencia, ouso lembrar a necessidade urgente de quanto antes se proceder á separação dos documentos e mais papéis que existem naquelle archivo, deixando ficar nelle os subsidios em que tem de fundar-se a historia literaria da Universidade, e passando o resto para o cartorio da fazenda do districto. Eu com o archivista daquelle repartição, e um amanuense da secretaria da Universidade, facilmente, e em breve tempo, desempenharíamos aquelle trabalho.

E desta forma pode com decoro do auctor e proveito do paiz, escrever-se a historia literaria da Universidade de Coimbra; que virá a ser uma historia verdadeira, e não uma fabula das *Mil e uma noites*. Mas é preciso para isto que se facultem os meios necessarios; e o primeiro é incontestavelmente a separação projectada dos documentos, e o arranjo conveniente daquelle cartorio.

Nenhum interesse particular me dirige nas considerações acabadas de expor. Já disse que tenho distribuido quasi toda a gratificação que me foi estipulada a quem me copia os documentos que vou encontrando; taes como a collecção dos *Estatutos* do collegio das Artes desde a sua fundação em 1547, até á entrega dente aos jesuitas em 10 de setembro de 1561, e depois desta epocha ate á expulsão da Ordem; diversas memorias contendo as interminaveis questões de ensino entre elles e a Universidade, e varias contendas sobre privilegios, que lhes foram concedidos ás mãos largas naquelles tempos do seu mais absoluto dominio; os *Estatutos* de el-rei dom Manuel dados á Universidade de Lis-

boa, e pelos quaes se regem a de Coimbra, nos primeiros annos da sua transferencia da capital; alvara de 19 de novembro de 1537, que alterou, e regulou a fórma dos estudos naquella epocha; e muitas outras providencias literarias, algumas das quaes eram desconhecidas, e outras andavam alteradas, e erradas nas respectivas datas.

O amor da instrucção, e das glorias da nossa terra é que tem feito, que a par de tantas contrariedades não desampare o trabalho que trago entre mãos. Se vossa excellencia entender que elle é dalgum proveito ao paiz, serei disso contente, e não ambiciono mais nada. Não peço augmento de subsidio; não peço dispensa da regencia de cadeiras, e da argumentação nos actos; peço sómente, e com o mais encarecido empenho, filho do affecto que todos devemos ter para com as letras patrias, que se ordene immediatamente o arranjo, classificação, e separação dos papeis do archivo, pela fórma que indico, ou outra qualquer que por vossa excellencia seja julgada melhor. Vossa excellencia fará com isto um importante serviço á instrucção do paiz; eu ficarei satisfeito de haver concorrido para se aproveitar um dos mais preciosos depositos da nossa literatura.

Deus guarde a vossa excellencia. Coimbra, 12 de setembro de 1861. — Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr. Director Geral de Instrucção Publica. — O lente encarregado de condonar os documentos indispensaveis, para se escrever a Historia Literaria da Universidade de Coimbra, — Antonio José Teixeira.

Os documentos comprehendiam tres differentes series: uma relativa á portada contendo, que teve a camara municipal de Evora com a companhia de Jesus acerca do estabelecimento da Universidade ecclesiastica, *Estatutos* diversos, que a esta deu o cardeal infante etc.; outra sobre a transferencia da Universidade de Lisboa para Coimbra em 1537, estudos de instrucção secundaria e superior no mosteiro de Sancta Cruz, e no alto da cidade em os pagos reaes, que dom Manuel mandara reedificar;

« finalmente a fundação do collegio das Artes, tanto no tempo dos francezes, que nelle estiveram e leram, como depois da entrega ao provincial da companhia de Jesus, Diogo Mirão, em 10 de setembro de 1555.

A primeira foi publicada na imprensa da Universidade no anno de 1861; a segunda está dispersa pelo *Jornal Literario*, *Coimbricense*, *Correspondencia de Coimbra*, *Revista de Educação e Ensino*, *Instituto*, etc.; a terceira é a que se hoje á luz, e já em parte a vira noutros periodicos, e tambem nalguns dos que ficam mencionados.

O collegio dos jesuitas em Coimbra era a casa principal da companhia. Fundou-o com grande liberalidade, e dotou-o com abundantissimas rendas, el rei dom João III. Não houve pretensão que o monarcha recusasse aos padres que nelle viviam, nem pedidos a que não correspondesse com a maior benevolencia. A cidade de Coimbra representada pelo juiz e vereadores da camara, a Universidade pelo reitor, lentes e conselheiros, o mosteiro dos conegos regantes de Sancto Agostinho, os prelados diocesanos, e innumer as pessoas de todas as classes foram as victimas do favoritismo real, dispensado a mãos largas á sociedade de Jesus¹—.

Os seguintes attestados mostram, que enviei para a imprensa mais que o original exigido, bem como que satisfiz o ajuste com o meu escriptuario.

Olympio Nicolau Ruy Fernandes, administrador da imprensa da Universidade de Coimbra. Attesto que até hoje tem tido o seguinte movimento a Historia Literaria da Universidade, de cuja compilação está encarregado o . . . doutor Antonio José Teixeira:

Estão impressas dez folhas de oitavo grande; — andam em composição cinco folhas;

¹ *Correspondencia de Coimbra*, n.º 33, de 24 de abril de 1893.

Original para compôr trinta e tres folhas.

E para constar, passo o presente. Coimbra 30 de junho de 1862.

—(a.) *Olympio Nicolau Ruy Fernandes.*

O doutor Antonio José Teixeira, lente substituto de mathematica, na Universidade de Coimbra, ajustou commigo de me dar comida, quarto e luz em sua casa e trescentos réis diários, para eu lhe escrever o que ordenasse, relativo aos apontamentos para a historia literaria da Universidade, de que esteve encarregado; teve este ajuste o sen principio em 18 de junho de 1861, dia em que comecei a trabalhar, e acabou em 5 de dezembro de 1862, dia em que fui despedido por terminar a commissão, de que o dicto doutor Teixeira estava encarregado. E porque satisfiz completamente o que commigo convencionou e me pagou a importância de todo o dicto tempo em que o servi, lhe passo o presente que assigno. — Coimbra 5 de dezembro de 1862. — (a.) *Innocencio Maria Correia Durão.*

Comida, quarto, cama e luz juncto a trescentos réis diários, além de um fato no valor de 8\$120 réis, de que tenho tambem recibo, e outro no de 12\$250 réis para o mesmo escrevente, comprado ao sr. Paulo José da Silva Neves, negociante na Calçada, hoje rua Ferreira Borges, tudo isto não importava em menos de quinhentos réis diários. Desde então os 750 réis do subsídio, ficavam reduzidos a 250 réis cada um dia! Era pouco para o enorme trabalho, a que obrigava a commissão. Por isso chamei favor ao despacho de 1862.

O recibo do escrevente, a quem paguei, esclarece completamente o assumpto, que dou aqui por terminado.

Lisboa, janeiro de 1899.

Antonio José Teixeira

PARTE I

FUNDAÇÃO DO COLLEGIO DAS ARTES,
E ABERTURA DAS AULAS COM OS MESTRES QUE VIERAM DE FRANÇA

Carta ao prior geral de Sancta Cruz

Padre prior geral, eu el-rei vos envio muito saudar. Eu mando ora assentar nessa cidade um collegio, em que se hão de ler todas as artes, do qual ha de ser Principal o doutor mestre André de Gouveia, que para isso mandei vir de França com alguns lentes, que logo consigo trouxe para o dicto collegio; e por não haver nessa cidade aposentamento conveniente para elle, em que logo se possa recolher, como é necessario, vos rogo que me queiraes para isso emprestar e largar as casas e aposentamento dos dous collegios, que esse mosteiro tem feito de novo¹, emquanto se não fizerem as que tenho ordenado de mandar fazer para o dicto collegio. E vos encomendo muito, que vós, e o vosso convento dos conegos sejaes disto muito contentes, pois convem a meu serviço e bem dessa nova Universidade: e que mandeis logo entregar os dictos collegios, e as casas delleas á pessoa, que o dicto mestre André de Gouveia a isso manda. Os quizes collegios, e casas, vos eu mandarei despejar, e tornar, tanto que forem feitas as casas, que mando fazer para o dicto collegio, que será o mais cedo que poder ser. E os collegiaes que nos dictos collegios estão, tornareis a recolher nos seus aposentos, e collegios antigos dentro desse mosteiro. E de assim o fazedes logo receberet contentamento, e vol-o agradecerei, e terei em muito serviço. Balthazar da Costa a fez em Lisboa a 9 dias de setembro de 1547. Manuel da Costa a fez escrever. — Rui.

Documento original do cartorio de Sancta Cruz; e copia autentica na gaveta 34 do cartorio da Universidade.

¹ Vide no fim do volume a nota A.

II

Primeiro regimento, que el-rei D. João III deu ao collegio das Artes no tempo em que nelle leram os francezes

Eu el-rei faço saber, a quantos este meu regimento virem, que vendo eu quanto serviço de Deus, e proveito da republica será, haver um collegio geral, em que bem possam ser doutrinados e ensinados todos, os que a elle quizerem ir aprender latim, grego, hebraico, mathematicas, logica e philosophia: determino ora de mandar fazer o dicto collegio na cidade de Coimbra, onde já está instituida a Universidade, que ordenei que nella houvesse para todas as sciencias. E quero que a pessoa, que ha de ter o cargo da governança do dicto collegio, se chame Principal delle, e que o reitor da dicta Universidade, nem outra alguma pessoa, tenha superioridade sobre o dicto collegio, e Principal; o qual na governança do dicto collegio terá a maneira abaixo declarada.

2.º

Primeiramente haverá no dicto collegio uma capella, em que se dirá missa cada dia, e se dirão vespervas cantadas todos os sabados, domingos, e dias que a igreja manda guardar, e assim nas vigilhas dos taes dias. As quaes vespervas se cantarão por alguns dos estudantes do dicto collegio, que ao Principal parecerem sufficientes para isso. E as missas dos domingos, e dias sanctos, serão cantadas pelos dictos estudantes; as quaes missas se dirão por mim, por ser o instituidor do dicto collegio. E hei por bem que haja dous capellães, para dizerem as dictas missas *alternatim*, e fazerem ambos punctos na dicta capella todos os outros officios divinos; dos quaes dous capellães um delles será escrivão do cargo do dicto Principal, e o outro será obrigado a ensinar aos estudantes do dicto collegio, a cantar cant chão, o canto dorgão, nos domingos e dias de guarda, em que não houver lições no dicto collegio; para que os dictos estudantes saibam officiar as missas, e cantar as dictas vespervas.

3.º

Item. Hei por bem, que haja no dicto collegio dezeseis regentes, a saber: dous para ensinar a ler e escrever, declinar e

conjugar; e oito para lerem grammatica, rhetorica e poesia; e tres para o curso das artes; e os outros tres para lerem hebraico, grego, e mathematicas; os quaes regentes serão aquelles, que eu por minhas provisões nomear, e o dicto Principal terá poder para os suspender, tirar, e metter outros em seu lugar, cada vez que lhe parecer que convém, para bom governo do dicto collegio.

4.º

Item. Quando o dicto Principal se houver de ausentar do dicto collegio, ou tiver tal impedimento, que por si não possa entender na governança delle, servirá em seu lugar o sub-Principal do dicto collegio, e sendo o dicto sub-Principal ausente, ou impedido, cometterá o dicto cargo a um dos regentes do dicto collegio, que lhe para isso melhor, e mais sufficiente parecer, para que o governe durando a tal ausencia ou impedimento; e enquanto o dicto sub-Principal, ou regente, governar o dicto collegio, não fará mudança alguma do que estiver ordenado pelo regimento e estatutos delle.

5.º

Item. Porque no di-to collegio se ha de ensinar grammatica, rhetorica, poesia, logica, philosophia, mathematicas, grego, e hebraico, como dicto é, não haverá disso escolas privadas, nem publicas, na dicta cidade, e seu termo, salvo nas escolas geraes, em que hei por bem que haja uma lição de grego, e outra de hebraico, e outra de mathematicas, e outra de philosophia moral, e assim nos conventos dos religiosos que na dicta cidade ha, nos quaes os dictos religiosos sómente, e os seus servidores, e achegados, que elles mantiverem á sua custa, poderão ouvir, e aprender as dictas lições, e outros alguns não. E os estudantes do dicto collegio, que no livro da matricula delle estiverem asentados, não poderão ir ouvir lição alguma das sobredictas, ás dictas escolas geraes, nem aos dictos conventos.

6.º

Item. Os dictos regentes lerão cada um na cathedra, que o dicto Principal para isso ordenar, ao tempo e horas, que lho será declarado no estatuto do dicto collegio.

7.º

Item. Quando o dicto Principal vir, que para boa governança

do dicto collegio cumpre fazerem-se alguns estatutos, e ordnanças, elle mo escreverá, e as mandará declaradas por apontamento, para as eu ver, e prover nisso, como me bem parecer.

8.º

Item. Todas as pessoas de qualquer qualidade que sejam, que estudarem e aprenderem no dicto collegio, assim os que poisarem dentro nelle, como os que de fora a elle vierem ouvir as lições ordinarias, serão obrigados a andar vestidos da feição e maneira, de que por minhas provisões tenho mandado, que andem os estudantes da Universidade; e os que poisarem dentro no dicto collegio, não terão obrigação de trazer mantéos, salvo quando forem fora; e os que tiverem roupa comprida a trarão apertada pela cinta, com um cingidouro, para que não possam trazer espada nem punhal, sem lhes ser visto, porquanto pelos estatutos, que se hão de fazer para o dicto collegio, lhes ha de ser defeso trazerem as dictas armas.

9.º

Item. O dicto Principal mandará fazer um livro de matricula, no qual se assentarão, e escreverão pelo escrivão de seu cargo, em titulo per si, todas as pessoas, que ao dicto collegio forem aprender, e nelle houverem de poisar, declarando o nome de cada um, e cujo filho é, e o logar em que é morador, e a idade de que pouco mais ou menos parecer, e o tempo em que começa a aprender. E assim se fará no dicto livro outro titulo, em que se assentarão com estas mesmas declarações todos, os que poisarem fora do dicto collegio, e a elle vierem ouvir ordinariamente, declarando mais no assento de cada um destes, que assim houverem de estar fora, em que rua, e em que casas poisam, e logo em se assentando lhes notificará o dicto Principal, que mudando-se elles das dictas poisadas para outras, lho façam saber cada vez, que se assim mudarem, para se tornar a fazer declaração disso em seus assentos; e sendo caso, que se mudem sem lho fazerem saber, ou que deixem algumas vezes, de ir ouvir suas lições, não tendo para ello causa justa, o dicto Principal lhe dará por isso aquella reprehensão, ou castigo escholastico, que lhe bem parecer; e se os taes estudantes não quizerem ir ao dicto collegio, mandando-os o dicto Principal chamar, hei por bem, e mando ao conservador da Universidade, que logo os faça ir. E o dicto escrivão levará de cada assento que escrever no dicto livro, em que se matricularem, dez réis á custa dos dictos estudantes, e

outros dez réis de cada cortidão, que passar por mandado do Principal aos estudantes, que quizerem fazer certo, de como estudam no dicto collegio; as quaes certidões serão assignadas pelo dicto Principal.

10.º

E hei por bem, que os taes estudantes, que assim forem escriptos no dicto livro da matricula, gozem, e usem dos privilegios da Universidade, assim e da maneira que delles gosariam sendo estudantes das escholas geraes, e matriculados no livro dellas; e assim gozarão delles os regentes, e officiaes do dicto collegio.

11.º

Item. Os dictos estudantes se não poderão isentar da jurisdicção do dicto Principal, sem primeiro para isso lhe virem em pessoa pedir licença, a qual lhe elle dará por seu assignado, e o fará riscar do dicto livro, com declaração do dia, em que lhe assim deu a dicta licença. E aquelle que a não pedir, e sem ella se isentar do dicto collegio, o conservador da Universidade o mandará trazer perante o dicto Principal, quando lho elle mandar requerer, para lhe o dicto Principal dar aquelle castigo, ou reprehensão, que lhe parecer que mereço, como o fizera, se estivera dentro no dicto collegio.

12.º

Item. Os estudantes, que poisarem dentro no dicto collegio, e estiverem escriptos no livro da matricula delle, não poderão ser demandados por divida alguma, que se diga deverem, até quantia de dez cruzados cada um, senão perante o dicto Principal; o qual summariamente, e sem sobre isso se fazer processo ordinario, se informará do caso, e, ouvidas as partes, determinará o que lhe parecer justiça, sem de sua determinação haver appellação nem agravo: e isto se entenderá sómente nas dividas, que os taes estudantes fizerem, depois de estarem assentados no livro do dicto collegio.

13.º

Item. Se alguns dos dictos estudantes houverem dentro no dicto collegio algumas brigas, em que não haja feridas, o dicto Principal conhecerá disso, e, ouvidas as partes, determinará o caso summariamente, como lhe bem parecer, dando aos que achar culpados aquella reprehensão, ou castigo escholastico, que vir que

por suas culpas merecem, e fôr razão que se lhes dê, sem de sua determinação haver appellação nem agravo.

14.º

E sendo caso que haja feridas, ou que cometam dentro no dicto collegio algum outro delicto de maior qualidade, em tal caso o sub Principal do dicto collegio os prenderá, e entregará ás justicias seculares, a que o conhecimento dos taes casos directamente pertencer, para entenderem nelles, e procederem contra os culpados, como fôr direito.

15.º

Item. Para que aquelles, que no dicto collegio poisarem, não tenham outro cuidado senão de aprender, e não gastem o tempo em mandar comprar, e fazer de comer, e assim por se evitar o gasto desordenado, que os dictos estudantes podiam fazer, e outros inconvenientes, que se poderiam seguir de elles terem dinheiro em seu poder, e se occuparem no que dicto é, hei por bem que lhes seja dado de comer á sua custa dentro no dicto collegio, sendo elles disso contentes, para o que haverá nelle tres sortes de porção, a saber: uma de trinta e cinco cruzados por anno, e outra de trinta cruzados, e outra de vinte e cinco: e o estudante que em qualquer das dietas porções quizer entrar, pagará danto não ao dicto Principal, o que se montar em meio anno, e acabado o dicto meio anno, lhe pagará outro tanto tempo adeantado, de maneira que sempre o dicto Principal seja pago de meio anno adeantado; o qual Principal lhe mandará por isso dar de comer no dicto collegio, conforme á porção em que assim entrar, segundo é declarado em uma provisão que passei, em que se contém o mantimento, que o dicto Principal é obrigado dar aos porcionistas de cada uma das dietas tres porções, e a maneira que hão de ter em seu comer. E sendo caso que algum delles morra, ou se vá do dicto collegio, antes de se acabar o tempo, de que tiver pago sua porção, o dicto Principal lhe tornará o que se montar, soldo á libra, no tempo que estiver por acabar. E adoeccendo alguns dos dictos porcionistas, de maneira que lhes não seja necessario o mantimento de sua porção, por haver mister outro mais conforme a sua disposição, em tal caso o dicto Principal lhe não contará os dias que assim estiver doente, e não tomar a dieta porção, e o doente se manterá nos taes dias á sua custa.

16.º

E se alguns dos dictos estudantes, que assim poisarem dentro no dicto collegio, não quizerem ser porcionistas, por quizerem antes comprar o mantimento, e mandar fazer seu comer na cozinha do dicto collegio, o poderão fazer, e estes taes pagarão mil réis cada um por anno ao dicto Principal, pelos quaes elle será obrigado a lhe mandar guisar, e fazer na cozinha do dicto collegio, pelos cozinheiros delle o comer, que elles assim mandarem comprar, e de fora trazer.

17.º

Item. No dicto collegio haverá casa de refeitório, onde comerá o Principal, ou quem seu cargo tiver, e assim todos os porcionistas, e enquanto assim comerem, se lerá alguma cousa da sagrada escriptura, assim como se costuma fazer nos conventos dos religiosos.

18.º

Item. Cada um dos estudantes, que no dicto collegio poisarem, quer seja porcionista, quer não, pagará ao regente, que dello tiver cargo em sua camara, cinco cruzados cada anno, pelos quaes o dicto regente será obrigado a lhe dar cama e fogo no inverno, e candeia em commun para se alumiar, e mandar-lhe lavar a roupa, a saber: lençóes, camisas, carapuças, lenços, e toalhas de mãos. E assim terá cargo de olhar por elles, para que estudem, e aprendam, e não façam o que não devem; os quaes cinco cruzados lhe pagarão em duas pagas cada anno, a saber: mil réis cada seis mezes.

19.º

Item. Hei por bem que o dicto Principal tenha cargo de pagar aos regentes, e capellães do dicto collegio seus ordenados, segundo fôrna das provisões, que elles de mim têm: o qual pagamento lhes fará do dinheiro, que lhe para isso, por meu mandado, fôr entregue.

20.º

E o dicto escrivão terá um livro da receita, e despesa do dicto Principal, no qual carregará sobre elle, em receita, todo o dinheiro, que lhe eu mandar entregar para os pagamentos, e

despesas do dicto collegio, declarando nos assentos da dicta receita os officiaes, ou pessoas, de quem recebe o tal dinheiro, e o dia, mez, e anno, em que lhe fôr entregue. E assim carregará sobre elle em receita, um outro titulo per si, e com as mesmas declarações, os ornamentos para a capella, e quaesquer outras cousas, que lhe forem entregues, para de tudo dar conta; os quaes assentos da dicta receita serão assignados pelo dicto Principal, e dos dictos assentos passará o dicto Principal conhecimentos em fórma do dinheiro, e cousas que receber, aos officiaes e pessoas, que lho entregarem, os quaes conhecimentos o dicto escrivão fará conformes á receita, e serão assignados por elle, e pelo dicto Principal.

21.º

Item. Fará o dicto escrivão no dicto livro outro titulo, em que lançará em despesa ao dicto Principal os pagamentos, que fizer aos regentes, e capellães, dos ordenados que houverem de haver por minhas provisões, e no assento da dicta despesa de cada um, dirá a tantos de tal mez, e anno, pagou fũão, Principal do collegio, a fũão regente, ou capellão delle, tantos mil réis de seu ordenado, de tanto tempo, a razão de tanto por anno, que ha de haver por virtude da provisão que tem; e os dictos regentes, e capellães, assignarão cada um em seu assento, para se saber como recebeu o pagamento nelle contheudo, no qual isso mesmo assignará o dicto escrivão. E ao dicto Principal, e a elle mando, que cumpram inteiramente este regimento, como se nelle contém, o qual o dicto escrivão trasladará no principio do dicto livro da receita e despesa. João de Seixas o fez em Lisboa a 16 de novembro de 1547. Manuel da Costa o fez escrever.

E a pessoa, que hei por bem, que seja o Principal do dicto collegio, é o doutor mestre André de Gouveia.

E elle irá com sua gente nas procissões da Universidade, onde forem cruzeiros, deante dos religiosos, em ordenança de procissão, e não serão obrigados os do dicto collegio, a ir nas outras procissões, que forem por modo *university*.

E quando forem na igreja com as dietas procissões, lhes será dado nella um banco em logar conveniente, onde o dicto Principal com seus regentes se assentem.

E hei por bem, que os actos voluntarios, que o dicto Principal fizer por abastança e honra do collegio, os possa fazer onde elle quizer.

E quanto aos exames de bachareis e licenciados, far-se-hão

onde o reitor e conselho ordenarem; e o dicto reitor e conselho elegerão os examinadores. — Rei.

Regimento sobre o collegio das Artes, para vossa alteza ver.
— Registado por Manuel da Costa. — Registado a fl. 4, João de Seixas. — Registados por mim escrivão, Manuel Mesquita.

Documento original no armario B do cartorio da Universidade.

III

Provisão para tirar pão de qualquer parte, que o Principal quizer, para o collegio

Eu el rei faço saber a quantos este meu alvará virem, que eu hei por bem e me praz, que o doutor mestre André de Gouveia, Principal do collegio, que ora mando fazer na cidade de Coimbra, possa daqui em diante mandar comprar, tirar, e levar para a dicta cidade, de quaesquer logares de meus reinos, todo o trigo que lhe fôr necessario para seu provimento, e dos lentes e pessoas do dicto collegio, e isto em cada um anno, e cada vez que o houver miater, enquanto assim for Principal do dicto collegio, e tiver cargo da governança d'elle, sem embargo de quaesquer minhas provisões, defesas ou posturas das camaras, que em contrario haja. Notifico-o assim aos corregedores das comarcas, e a todos os juizes, justicas, officiaes e pessoas de meus reinos, a quem este alvará, ou o traslado em publica fórma, fôr mostrado, e o conhecimento d'elle pertencer. E mando a todos em geral, e a cada um em especial, que á pessoa ou pessoas, que o dicto mestre André de Gouveia mandar por o dicto trigo, lho dêem, e façam dar e vender, e lho deixem comprar, onde o houver, por seu dinheiro, segundo o preço e estado da terra, e lho deixem tirar e levar para a dicta cidade de Coimbra, e assim lho dêem, e façam dar, todos os carros, carretas, bestas, e qualquer outra cousa que fôr necessaria para o carreto do dicto trigo, o que assim mesmo pagará pelo estado da terra, e isto mostrando a tal pessoa, ou pessoas para isso certidão do dicto mestre André, em que declare a quantidade de trigo, que lhe manda comprar e levar, e como é para provimento do dicto collegio. E mando ás justicas, e officiaes dos logares, por onde levar o dicto trigo, que lho não tomem nem consentam tomar todo, nem parte d'elle, por nenhuma via nem modo que seja, antes lho deixem passar e

levar, sem lhe nisso pôrem duvida nem impedimento algum, porque assim o hei por bem; o que uns e outros assim cumprião, sob pena de cinquenta cruzados, metade para os captivos, e a outra metade para quem o accusar, em que incorrerá qualquer que o assim não cumprir, ou contra isto for por cada vez que nisso for comprehendido. E mando a qualquer corregedor ou juiz, a quem o conhecimento pertencer, e para ello requerido for, que faça execução pela dicta pena naquelles que nella incorrerem, e cumpra e faça inteiramente cumprir este alvará como se nelle contém, o qual quero que valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, postoque este não seja passado pela dicta chancellaria, sem embargo das ordenações do segundo livro, que o contrario dispõem. João de Seixas o fez em Lisboa a 6 de agosto de 1547. Manuel da Costa o fez escrever. — REI.

Há por bem e mando, que este meu alvará, acima escripto, se cumpra e guarde, como se nelle contém, a Pero Henriques, que ora por meu mandado tem carregio de dar as porções aos estudantes porcionistas do dicto collegio, ou á pessoa que por elle com sua commissão for comprar o dicto trigo. E a certidão que ha de mostrar, de que se no dicto alvará faz menção, será do doutor Payo Rodrigues de Villarinho, meu capellão, que ora é Principal do dicto collegio. E esta apostilla mando que se cumpra, postoque não seja passada pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. João de Seixas a fez em Almeirim aos 2 de maio de 1551. Manuel da Costa a fez escrever. — REI.

Documentos relativos aos jesuitas e Universidade de Coimbra, hoje na bibliotheca da mesma Universidade.

IV

Para tomar pescado, antes de ser posto em terra

Eu el-rei faço saber a vós, juizes, vereadores, procurador e officiaes das villas de Aveiro, Buarcos, e da Pederneira, e a quaesquer meus officiaes e pessoas, a quem o conhecimento disto pertencer, que eu hei por bem e me praz que a pessoa, que o doutor mestre Andre de Gouveia, Principal do collegio das Artes e Humanidade, que mando fazer na cidade de Coimbra,

mandar a essas villas, ou a cada uma dellas, comprar pescado para provimento e despeza do dicto collegio, possa comprar todo o pescado, que lhe para elle fôr necessario, nas barcas e bateis, em que os pescadores o trouxerem, antes de ser posto em terra, sem embargo de quaesquer muihas provisões, defesas, ou posturas das camaras, que em contrario haja. E a dicta pessoa, que assim comprar o dicto pescado, não poderá vender nenhuma parte delle a pessoa alguma, sob pena de perder a valia do que assim vender, metade para os captivos e a outra metade para quem o accusar. E sera obrigado a mostrar na camara certidão do dicto Principal, de como é por elle encarregado de comprar o dicto pescado, e assim jurar na dicta camara aos sanctos evangelhos, que não comprará mais pescado, que aquelle que lhe o dicto Principal mandar, que compre para o dicto collegio. E sendo sempre um comprador bastará mostrar a dicta certidão, e fazer o dicto juramento na camara uma só vez, e mais não, e assim se fará com qualquer outro comprador que ao deante tór. Notifico-vol-o assim, e mando que lhe cumpraes e façaes inteiramente cumprir este alvará, como se nelle contém, o qual quero que valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, postoque este não seja passado por ella, sem embargo das ordenações do segundo livro, que o contrario dispõem. João de Seixas o fez em Lisboa a 22 de dezembro de 1547. E assim hei por bem que lhe deis e façaes dar todas as bestas, que lhe forem necessarias, para o carreto do dicto pescado, pagando-as elle pelos preços e estado da terra. Manuel da Costa o fez escrever. — Rei.

E por o doutor mestre, João da Costa, ora ser Principal do dicto collegio, mando que este alvará, acima escripto, se lhe cumpra e guarde como se nelle contém, assim como se havia de cumprir ao dicto mestre André de Gouveia, se fôra Principal do dicto collegio. E hei por bem que esta apostilla se cumpra, posto que não seja passada pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Manuel da Costa a fez em Lisboa a 12 de novembro de 1549. — Rei.

Hei por bem que este meu alvará, atrás escripto, se cumpra e guarde, como se nelle contém, a Pero Henriques, que ora por meu mandado tem cargo de dar as porções aos estudantes porcionistas do dicto collegio, ou á pessoa que por elle e com sua commissão fôr comprador do dicto pescado. E a certidão, de que se no dicto alvará faz menção, será do doutor Payo Rodriguez de Villarinho, que ora é Principal do dicto collegio. E esta apostilla mando que se cumpra, postoque não seja passada pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. João de

Seixas a fez em Almeirim a 2 de maio de 1551. Manuel da Costa a fez escrever. — Rel.

Idem; idem.

V

Para que se não pague por certo tempo cisa das carnes,
que se comprarem para provimento do collegio

Eu el-rei faço saber a quantos este meu alvará virem, que eu hei por bem e me praz, que o doutor mestre André de Gouveia, Principal do collegio, que ora mando fazer na cidade de Coimbra, não pague cisa, nem outros alguns direitos, de todos os bois, vaccas e carneiros, que mandar comprar e levar para a dicta cidade de Coimbra para provimento do dicto collegio, de quaesquer logares de meus reinos, onde os assim comprar, nem seja obrigado a fazer saber a compra e tirada do tal gado, sem embargo de quaesquer minhas provisões, regimentos e artigos, que em contrario haja; e isto será por tempo de um anno sómente, que começará do primeiro dia de outubro deste anno presente de 1547 em diante; e até cincoenta bois e vaccas, e dous mil e quinhentos carneiros, e mais não. E portanto mando aos meus contadores das comarcas, juizes e officiaes das cisas, e a quaesquer outros, a quem o conhecimento disto pertencer, que á pessoa ou pessoas, que em nome do dicto mestre André de Gouveia, e por sua commissão, comprarem o dicto gado, lho deixem comprar e levar livremente, sem delle pagarem cisa, nem outros alguns direitos, mostrando certidão do dicto mestre André de Gouveia da quantidade, que lhes manda comprar, e de como é para provimento do dicto collegio; e lhe cumpram e façam inteiramente cumprir este alvará, como se nelle contém, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. João de Seixas o fez em Lisboa a 24 de setembro de 1547. Manuel da Costa o fez escrever. — Rel.

Hei por bem que este alvará acima escripto se cumpra, e guarde inteiramente, como se nelle contém, ao doutor mestre Diogo de Gouveia, que ora é Principal do dicto collegio, por tempo de outro anno mais, que se começará pelo primeiro dia de junho que vem deste anno presente de 1549 em diante.

E mando que esta apostilla se cumpra, postoque não seja passada pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Manuel da Costa a fez em Lisboa aos 8 dias de março de 1549.

— Rei.

Hei por bem e mando, que o meu alvará, atrás escripto, se cumpra e guarde, como se nelle contém, ao doutor mestre João da Costa, que ora é Principal do collegio das Artes, por tempo de um anno sómente, que começará do primeiro dia de janeiro do anno que vem de 1550 em diante. E esta apostilla não passará pela chancellaria. Manuel da Costa a fez em Lisboa a 21 de dezembro de 1549. — Rei.

Hei por bem e mando, que este meu alvará, atrás escripto, se cumpra, e guarde inteiramente, como se nelle contém, ao doutor mestre João da Costa, Principal do collegio das Artes, por tempo de outro anno mais, que se começará do primeiro dia de janeiro do anno que vem de 1551 em diante. E assim hei por bem, que da feitura desta apostilla em diante até ao fim do dicto anno que vem de 1551, não seja o dicto Principal, nem a pessoa que em seu nome, e com sua certidão, comprar o gado contheúdo no dicto alvará, para provimento do dicto collegio, obrigado nem constrangido a fazer as diligencias, nem alguma dellas, que se contém na 9.ª ordenação, e regimento que ora fiz, porque sem embargo da dicta ordenação e regimento, hei assim por bem, e mando a todas minhas justiças, officiaes, e pessoas, a quem o conhecimento disto pertencer, que assim o cumpram e guardem, postoque esta apostilla não seja passada pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Manuel da Costa a fez em Lisboa aos 9 dias de agosto de 1550.

Rei.

E porquanto o dicto Principal, mestre João da Costa, está ora impedido, hei por bem e mando, que o contheúdo na apostilla, acima escripta, se cumpra e guarde inteiramente, como nella é declarado, á pessoa que tem o dicto cargo de Principal. E esta apostilla não passara pela chancellaria, sem embargo da ordenação. Manuel da Costa a fez em Lisboa a 20 de agosto de 1550. — Rei.

E porquanto Pero Henriques tem ora por meu mandado cargo de dar as porções no dicto collegio das Artes aos estudantes porcionistas delle, hei por bem e mando, que o meu alvará e apostilla, escripta na outra meia folha atrás, se cumpram e guardem, como se nellas contém, ao dicto Pero Henriques, daqui em diante até ao fim do anno que vem de 1552, ou á pessoa, que em seu nome, e com sua commissão, for comprar o gado, mostrando certidão do doutor Payo Rodrigues de Villarinho,

meu capellão, que ora é Principal do dicto collegio, do gado que lhe é necessario para o provimento delle. E esta apostula se cumprirá, postoque não seja passada pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. João de Seixas a fez em Almeirim a 2 de maio de 1551. Manuel da Costa a fez escrever.
— REI.

Hei por bem que o meu alvará, e apostillas atrás escriptas, se cumpram e guardem, como se nellas contém, ao dicto Pero Henriques, por tempo de dous annos mais, a saber: este presente de 1553, e o que vem de 1554. E mando a todas minhas justicas, officiaes, e pessoas, a quem o conhecimento disto pertencer, que assim o cumpram, e façam cumprir, pelos dictos dous annos. E hei por bem que esta apostilla valha, e tenha força e vigor, como se fôra carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, postoque esta não seja passada por ella, sem embargo de minhas ordenações em contrario. Manuel da Costa a fez em Lisboa aos 15 dias de fevereiro de 1553.
— REI.

Idem; idem.

VI

Regimento do collegio sobre as tres porções

Estas são as tres porções, que o Principal do collegio das Artes é obrigado a dar nelle aos estudantes porcionistas.

Porção de vinte e cinco cruzados

Dar-se-ha a cada um porcionista tres pães alvos cada dia, do peso de doze onças cada um, a saber: um ao almoço, e outro ao jantar, e outro á ceia; e nos dias de carne se lhe dará um arratol e meio de carne, a saber: tres quartas de vacca ao jantar, com uma escudella de caldo, e outras tres quartas de carneiro á ceia. E nos dias de pescado se lhe dará a valia da carne em pescado, e potagem de grãos e ervas.

Porção de trinta cruzados

Dar-lhe-hão por dia tres pães do mesmo peso, e dous arratols de carneiro, a saber: um ao jantar, com uma escudella de

caldo, e outro á ceia. E algum dia de semana lhe darão vacca ao jantar em lugar de carneiro, com sua escudella de caldo. E nos dias de pescado se lhe dará a valia da carne em pescado e potagem de ervas. E assim dous réis de fructa todos os dias.

Porção de trinta e cinco cruzados

Dar-lhe-hão cada dia tres pães do dicto peso, e de carne de carneiro dous arrateis e uma quarta, a saber: ao jantar um arratel e quarta, de que a quarta será em picado, ou desfeito; e á ceia um arratel. E os dias de pescado se lhe dará a valia da carne em pescado e potagens de grãos e ervas. E assim lhe darão tres réis de fructa por dia. E o pão não diminuirá do dicto peso; postoque o trigo valha muito caro.

As quaes porções lhe mandará dar o Principal no refeitório do collegio, onde todos os porcionistas comerão na maneira seguinte, a saber: virá a carne juncta para quatro em um prato grande; e porém cada um comerá em prato sobre si, e assim cada um em sua escudella de caldo per si. E os moços, que hão de servir os dictos porcionistas nas camaras, haverão, e tomarão para seu mantimento, o que lhes sobejar da mesa.

Os quaes porcionistas serão servidos no refeitório pelos servidores, que o Principal lhes para isso ha de dar, e o Principal ha de manter estes servidores. E assim será obrigado de mandar guisar, e fazer o comer com suas couves, cheiro, e toucinho, e adubos, onde forem necessarios. E assim dará o sal, vinagre, mostarda, e todo o necessario para o serviço, a saber: toalhas lavadas duas vezes cada semana, e guardanapos lavados de dous em dous dias, pucaros para beber, e a baixeila em que hão de comer, e louça para a cozinha, e quaesquer outras miudezas necessarias.

Eu el-rei faço saber a quantos este meu alvará virem, que eu vi o rol, atrás e acima escripto, das tres porções, que ha de haver no collegio das Artes, que mando fazer na cidade de Coimbra, de que é Principal o doutor mestre André de Gouveia. E porque as dictas porções me parecem boas, e postas em razão, as approvo, e mando que se use dellas no dicto collegio, no modo e maneira, que se no dicto rol contém, e segundo a fórma do regimento do dicto collegio na parte, que fala nas dictas porções. E este não passará pela chancellaria. João de Seixas o fez em Lisboa a 16 do dezembro de 1547. Manuel da Costa o fez escrever. — Rxi.

Alvará sobre as tres porções do collegio das Artes para vossa

alteza ver.—Registado. Manuel da Costa. Registado a folhas 7, João de Seixas. Registadas por mim escrivão, Manuel Mesquita.

Idem; idem.

VII

Sobre os dous capellães

Eu el-rei faço saber a vós, doutor mestre André de Gouveia, Principal do collegio das Artes, que ora mando fazer na cidade de Coimbra, que eu hei por bem e me praz, que no dicto collegio haja dous capellães, para na capella delle dizerem missa cada dia *alternatim*, e fizerem os mais officios divinos; e um dos dictos capellães será escrivão de vosso cargo, e o outro ensinará a cantar cantochão, e canto dorgão, aos estudantes do dicto collegio nos dias, que nelle não houver lições: os quaes capellães vós podereis por esta vez nomear e propor. E hei por bem, que hajam ambos de ordenado em cada um anno quarenta mil réis do dia, que começarem a servir em diante, a saber: o que ha de ser escrivão vinte e cinco mil réis, e o que ha de ensinar a cantar quinze mil réis; os quaes lhes vós pagareis ás terças do anno. E pelo traslado deste alvará, que será registado no livro de vossa despesa pelo dicto escrivão de vosso cargo, com seus conhecimentos vos serão levados em conta; e ao dicto escrivão será dado juramento dos sanctos evangelhos, antes de começar a servir o dicto officio, pelo conservador da Universidade, que o sirva bem e verdadeiramente, do qual juramento se fará assento nas costas deste, assignado pelo dicto conservador e escrivão. E este não passará pela chancellaria. João de Seixas o fez em Lisboa a 16 de dezembro de 1547. Manuel da Costa o fez escrever. — RLI.

E postoque este alvará, acima escripto, vá dirigido ao doutor mestre André de Gouveia, que foi Principal do collegio das Artes, mando ao Principal delle, que ora é e ao diante fôr, que o cumpra e guarde como se nelle contém. Manuel da Costa o fez em Almeirim a 4 de fevereiro de 1551. Este não passará pela chancellaria. — RLI.

Alvará sobre os dous capellães, que vossa alteza ha por bem, que haja no collegio das Artes em Coimbra na maneira acima declarada, para ver.

Registado. Manuel da Costa. Registado a folhas 11. Registado por mim escrivão, assim como sua alteza manda em seu regimento. Manuel de Mesquita.

Idem; idem.

VIII

Para o conservador fazer certas cousas, que lhe forem requeridas pelo Principal

Eu el-rei mando a vós, conservador da Universidade de Coimbra, que ora sois e ao deante fordes, que sendo requerido pelo doutor mestre André de Gouveia, Principal do collegio das Artes e Humanidade, que ora mando fazer na dicta cidade, sobre alguns estudantes que não quizerem ir a suas lições, e a chamado do dicto Principal, vós lhos façaes ir, constringendo-os a isso com as penas, e da maneira, que vos bem e necessario parecer; e assim vos mando, que sendo caso, que fora do dicto collegio se leia alguma lição, ou lições daquellas, que por bem do regimento, que tenho dado ao dicto collegio, mando que se não leiam fora delle, que vós entendaes nisso, e façaes cessar as ditas lições, e as não consintaes ler por nenhuma via nem modo que seja, emquanto fôr contra a fôrma do dicto regimento, o qual nesta parte cumprireis, e fareis inteiramente cumprir como nelle contem; e em tudo ajudareis e favorecereis o dicto collegio e cousas delle, porque assim o hei por bem e meu serviço. E este meu alvará mando, que se cumpra e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, postoque este não seja passado pela dita chancellaria, sem embargo das ordenações do segundo livro, que o contrario dispõem. João de Seixas o fez em Lisboa a 22 de dezembro de 1547. Manuel da Costa o fez escrever. — Rei.

E por o dicto mestre, André de Gouveia, já ser fallecido; e o doutor mestre, João da Costa, ser ora Principal do dicto collegio, hei por bem e mando, que emquanto elle tiver o dicto cargo, se lhe cumpra e guarde o alvará, acima escripto, como nelle contém, postoque esta apostilla não seja passada pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Manuel da Costa a fez em Lisboa a 12 de novembro de 1549. — Rei.

Alvará para o conservador da Universidade de Coimbra sobre cousas do collegio das Artes e Humandade, para vossa alteza ver.

Mando que este meu alvará, atrás escripto, se cumpra e guarde, como se nelle contém, ao Principal, que ora é e ao deante fôr, do collegio das Artes, postoque o dicto alvará, e a apostilla, vão dirigidos ao doutor mestre André de Gouveia, e ao doutor mestre João da Costa, que foram Principaes do dicto collegio, porque sem embargo disso hei por bem, que se cumpra o dicto alvará a qualquer pessoa, que fôr Principal. E este não passará pela chancellaria. João de Seixas o fez em Almeirim a 4 de fevereiro de 1551. Manuel da Costa o fez escrever. — REI.

Registado. Manuel da Costa. Registado por mim escrivão, Manuel Mesquita.

Idem; idem.

IX

Que não haja logares, quando se fazem bachareis e licenciados

Eu el-rei faço saber a vós, padre reitor, leites, deputados, e conselheiros da Universidade de Coimbra, que por algumas justas causas, que me a isto movem, hei por bem e me praz, que daqui em diante não haja, nem se dêem logares aos bachareis e licenciados da faculdade das Artes, quando lhes forem dados os dictos graus, sem embargo dos estatutos da Universidade, que o contrario dispõem. Notifico-vol-o assim, e mando que assim o cumpraes, e façaes inteiramente cumprir. E este alvará hei por bem que valha, e tenha força e vigor, como se fôr carta feita em meu nome, e por mim assignada, e passada por minha chancellaria; postoque este não seja passado por ella, sem embargo das ordenações do segundo livro, que o contrario dispõem. João de Seixas o fez em Lisboa a 22 de dezembro de 1547. Manuel da Costa o fez escrever. — REI.

Ilha vossa alteza por bem, por algumas justas causas que o a isto movem, que daqui em diante não haja, nem se dêem logares aos bachareis e licenciados da faculdade das Artes, quando lhes forem dados os dictos graus, sem embargo dos estatutos da Universidade, que o contrario dispõem; e que este valha como carta, e não passe pela chancellaria, sem embargo das ordenações do segundo livro.

Registrado. Manuel da Costa. Registrado a folhas 80. João de Seixas. Registrado por mim escrivão, Manuel Mesquita.

Idem; idem.

X

O mesmo, com relação aos escolares juristas

Eu el-rei faço saber a vós, reitor, lentes, deputados, e conselheiros da Universidade, da cidade de Coimbra, que por alguns destes respeitos, que me a isso movem, hei por bem e me praz, que daqui em diante se não assignem logares aos escolares juntas, que em Leis e Canones se fizerem bachareis, e o modo que os dictos escolares terão no receber do dicto grau, e assim o que antes de o receberem, e depois de o terem recebido, serão obrigados a fazer, é o seguinte.

Ao quanto anno de seu estudo farão um acto, assim como pelo estatuto está ordenado, e não serão obrigados a fazerem outro acto algum, antea de receberem o dicto grau, não obstante que pelo estatuto eram a isso obrigados no quarto anno de seu estudo, e no sexto anno, no mez de maio, em conselho, depois de mostrada certidão do escrivão do conselho, assignada pelo reitor, por que conste os taes escolares terem acabados todos seus cursos, e feito o dicto acto, ser-lhes-ha assignado o livro, em que hão de ler, e os dias, em que hão de ser examinados; o que tudo se fará assim, e da maneira que pelos estatutos está ordenado, e se costuma fazer: e porém o tempo, em que daqui em diante farão os dictos exames, se farão nos dias assuetos, domingos, e festas pequenas, depois de jantar, e serão examinados os dictos escolares, pela ordem em que no dicto conselho saírem por series, e por essa ordem receberão o dicto grau de bachareis; e se algum deixar de fazer seu exame no dia, que para isso lhe se assignado, o escolar, que vier após elle, fará o seu, e o que o assim deixou de fazer não poderá tornar a entrar na dicta ordem, mas ficará para depois, que seus companheiros tiverem acabado seus exames. E mando que além dos argumentos, que costumam fazer os escolares seus companheiros, que para isso pelo reitor forem assignados, os doutores em Canones e em Leis, lentes que nos dictos exames ordeno que sejam os examinadores, e juizes que hão de votar na approvação ou reprovação delleas, argumentem tambem contra os dictos escolares, e lhes pergun-

tem, sobre o texto que lerem, as duvidas que lhes bem parecer, de maneira que sejam bem examinados, e seja bem vista e declarada a sufficiencia, que os dictos escolares tiverem, para lhes haver de ser dado ou denegado o dicto grau de bacharel; o qual grau, cada um delles logo receberá, como acabar seu exame, e fôr approvedo: e na approvação ou reprovação dos dictos escolares para o dicto grau, ter se-ha a maneira seguinte: e os dictos doutores canonistas e legistas, que assim houverem de votar, não poderão ser menos de cinco; e não havendo tantos doutores lentes, tomar-se-hão em seu lugar licenciados lentes.

O reitor com os doutores, lentes em Canones e em Leis, votarão sómente: os quaes, acabado o exame de cada um dos dictos escolares, praticarão sós, sem ali estar presente o escrivão, nem outra pessoa alguma, sobre a sufficiencia do escolar, que acabou de fazer seu exame, se é sufficiente ou não, para lhe haver de ser dado ou denegado o dicto grau; e depois de praticarem sobre isso, votarão por escriptos de A A, e R R, que o escrivão do conselho terá feitos, e lhes dará: e se levar mais A A será approvedo: e se mais R R será reprovado; e sendo eguaes A A e R R, será também approvedo: e antes que dêem os dictos votos jurará o reitor, e os dictos doutores, que inteiramente guardarão justiça ao examinado, e que o approvarão ou reprovarão segundo a sufficiencia que, para o dicto grau, delle no dicto exame conhecerem, e o experimentarem; e os escriptos dos dictos votantes se lançarão dentro de uma boceta, que estará na mesa, deante do dicto reitor, e depois de todos votarem, se tirarão os votos da dicta boceta, deante dos dictos votantes, para que os vejam, e saindo algum reprovado, não poderá entrar em outro exame, senão no anno seguinte, e aquelle anno perderá de curso, e se no segundo exame tornar a sair reprovado, perderá o dicto anno de curso, e não poderá entrar em outro exame, senão no anno seguinte; e acontecendo que no terceiro exame sáia reprovado, não será o tal admittido a entrar em outro exame, nem na mesma se fazer bacharel em nenhuma das dictas faculdades; e o escrivão do conselho fará auto da approvação ou reprovação, declarando nelle os A A ou R R, que cada um delles levou em sua approvação ou reprovação. o qual auto se lerá publicamente deante de todos, estando presente o dicto escolar, e todos os mais da Universidade, que quizerem ser presentes; e serão presentes aos exames dos dictos bachareis todos os lentes em Canones e em Leis, aos quaes se darão propinas de luvas ou dinheiro, segundo se costuma; e porém aos examinadores se dará dobrado, do que derem aos outros, á custa dos dictos bachareis.

Os dictos bachareis, no oitavo anno de seu estudo, farão outro acto, assim e da maneira que fizeram no quinto anno; e mando que lhes não seja passada certidão do tempo de seu estudo, para poderem procurar ou ter cargo de julgar, até não fizerem o dito acto, do qual na dicta certidão se fará menção.

E assim hei por bem, que se não assignem logares aos bachareis, que se fizerem licenciados em cada uma das dictas faculdades, e porém o auto de approvação ou reprovação, com a declaração dos A A e R R, que cada um delles levar, se lerá ao bacharel em presença do cancellario, reitor, e doutores, que no exame privado forem presentes.

Os theologos e medicos, que daqui em diante quizerem receber grau de licenciatura, além do que pelos estatutos está ordenado que façam, ordno e hei por bem, que entrem em exame privado, assim e da maneira, que fazem os juristas: e entre elles não haverá logares, assim como mando que os não haja entre os juristas: e nos dictos exames privados se terá, com os dictos theologos e medicos, a maneira que atrás é dicto, que se tenha com os juristas, os quaes theologos e medicos não farão o acto dos *Quodlibets*, que pelos estatutos são obrigados fazer.

Notifico-vol-o assim, e mando que assim o cumpraes e guardeis, e façaes inteiramente cumprir e guardar sem duvida nem embargo algum, que a ello seja posto, porque assim é minha merecê. E quero que este alvara valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta, feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, postoque este não seja passado pela chancellaria, sem embargo das ordenações do segundo livro, que o contrario dispõem. João de Seixas o fez em Almeirim a 12 de dezembro de 1548. Manuel da Costa o fez escrever.—REL.

Idem; idem.

XI

Sobre as casas da rua de Sancta Sophia

Eu o rei faço saber a vós, corregedor da comarca de Coimbra, e ao juiz de fora da dita cidade, e ao conservador da Universidade della, a qualquer de vós, a quem este alvará for mostrado, e o conhecimento delle pertencer, que eu hei por bem e meu serviço, que das casas que estão alugadas na rua de Sancta

Sophia se dêem ao doutor mestre André de Gouveia as que houver mister, e vos requerer para os regentes do collegio das Artes, de que elle é Principal, e isto por seu aluguer e pelos preços e estado da terra, sem embargo de já estarem dadas, e alugadas a outras pessoas, e que as tenham occupadas, as quaes fareis despejar, e tirar das taes casas, e as dareis ao dicto mestre André de Gouveia para o gasalhado dos dictos regentes, e constrangereis a isso as pessoas, que as assim tiverem, com as penas que vos bem parecerem, em tal maneira, que os regentes sejam bem aposentados, e agasalhados, e que o dicto mestre André de Gouveia não tenha razão de se disso aggravar; o que uns e outros assim cumprireis com muita diligencia, postoque este não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Manuel da Costa o fez em Lisboa a 16 de fevereiro de 1548. — RKL.

Alvará sobre as casas da rua de Sancta Sophia, que vossa alteza manda, que se dêem para o aposento dos regentes do collegio das Artes, segundo acima é declarado, para ver.

Registado. Manuel da Costa. Registado a folhas 123. João de Seixas.

Idem; idem.

XII

Alvará para o meirinho da Universidade ser obrigado ao regimento do collegio das Artes e trazer os estudantes deante do Principal

Eu el-rei mando a vós, meirinho de ante o conservador da Universidade de Coimbra, que ora sois e ao deante fordes, que sendo requerido pelo Principal do collegio das Artes sobre alguns estudantes do dicto collegio, que não quizerem ir ás lições, e nisso forem reveis e negligentes, vós lhos tragaes perante elle, para ácerca disso prover conforme a seu regimento; o que assim cumprireis e fareis com diligencia cada vez, que vol-o o dicto Principal requerer, e de minha parte mandar, porque assim o hei por bem e meu serviço. E este não passará pela chancellaria. Baltazar da Costa o fez em Lisboa a 6 de abril de 1548. Manuel da Costa o fez escrever. — RKL.

Manda vossa alteza ao meirinho de ante o conservador da Universidade, que ora é e ao deante fôr, que sendo requerido

pelo Principal do collegio das Artes, sobre alguns estudantes do dicto collegio, que não quizerem ir á lição, e nisso forem reveis e negligentes, elle os traga perante o dicto Principal, para ácerca disso prover conforme a seu regimento, o que assim cumprirá e fará com diligencia, cada vez que lho requerer, e da parte de vossa alteza mandar; e que este não passe pela chancellaria.

Idem; idem.

XIII

Que nenhum estudante seja recebido a ouvir em cima
sem licença do Principal

Eu el-rei faço saber a vós reitor, lentes, deputados e conselheiros da Universidade de Coimbra, que eu hei por bem e me praz, que pessoa alguma não seja daqui em diante recebida a ouvir Leis ou Canones, sem certidão do Principal do collegio das Artes, de como nelle ouviram um anno de logica; e assim não será nenhum recebido a ouvir Theologia ou Medicina, sem mostrar certidão do dicto Principal, de como no dicto collegio ouviu o curso inteiro das Artes. Notifico-vol-o assim, e mando que assim o cumpraes, e façaes cumprir, postoque este não seja passado pela chancellaria. Balthazar da Costa o fez em Lisboa a 6 de abril de 1548. Manuel da Costa o fez escrever. — REI.

Ha vossa alteza por bem, que pessoa alguma não seja daqui por diante recebida a ouvir Leis ou Canones, sem certidão do Principal do collegio das Artes, de como nelle ouviram um anno de logica; e assim não será nenhum recebido a ouvir Theologia ou Medicina, sem mostrar certidão do dicto Principal, de como no dicto collegio ouviu o curso inteiro das Artes; e que este não passe pela chancellaria.

Registado. Manuel da Costa. Registado a folhas 866. João de Seixas.

Idem; idem.

XIV

Provisão por que os officiaes do collegio são privilegiados

Eu el-rei faço saber a quantos este meu alvará virem, que eu hei por bem e me praz, que um sapateiro e um alfauate, e um barbeiro, e um cerieiro, e um boticario, e um syndico, que o doutor mestre André de Gouveia, Principal do collegio das Artes, que mando fazer na cidade de Coimbra, nomear, e tomar para servirem o dicto collegio de seus officios; e assim um homem, que o dicto Principal tomar para requerer, e negociar as cousas do dicto collegio, e do provimento delle, gosem, e usem, dos privilegios da Universidade, assim como delles gosariam, se fossem estudantes matriculados no livro della. E isto será em quanto os sobredictos servirem o dicto collegio. E cada um delles mostrará certidão do dicto Principal, feita pelo escrivão de seu cargo, de como é tomado por elle para official do dicto collegio, e o serve no dicto officio. Notifico-o assim a todas minhas justicas, officiaes, e pessoas, a quem o conhecimento duto pertencer, e lhes mando que assum o cumpram, e guardem, e façam inteiramente cumprir e guardar, sem duvida nem embargo algum, que a ello seja posto, porque assim é minha mercê. E este alvará hei por bem que valha, e tenha força e vigor, como se fôra carta, feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, postoque este não seja passado por ella, sem embargo das ordenações do segundo livro, que o contrario dispõem. João de Seixas o fez em Lisboa a 10 de abril de 1548. Manuel da Costa o fez escrever. — REI.

E pela mesma maneira me praz, que um oleiro, e malegueiro, que será um só official, que o Principal do dicto collegio nomear, e tomar, para com seu officio servir o dicto collegio, gose, e use, dos privilegios da Universidade, enquanto assim servir o dicto collegio, mostrando disso certidão do dicto Principal, como acima é declarado. E mando que este se cumpra, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Manuel da Costa o fez em Lisboa a 13 dias de março de 1550. — REI.

Alvará dos officiaes acima nomeados, que vossa alteza ha por bem, que gosem e usem dos privilegios da Universidade, enquanto com seus officios servirem o collegio das Artes.

E postoque o meu alvará, atrás escripto, nomeie o doutor mestre André de Gouveia, que foi Principal do collegio das Artes em Coimbra, e que os officiaes nelle declarados sejam os que elle nomear, e tomar para servirem o dicto collegio, hei por bem e mando, que o dicto alvará, e a apostilla delle, se cumpram e guardem, como se nelles contém, a qualquer Principal do dicto collegio, assum o que ora é, como aos que ao deante forem, e que elles nomeiem, e declarem, os dictos officiaes, para servirem o dicto collegio, e usarem dos privilegios conforme ao dicto alvará: e esta apostilla não passará pela chancellaria. Manuel da Costa a fez em Almeirim a 4 dias de fevereiro de 1551.

— Rei.

Registado. Manuel da Costa. Registada a apostilla. Registado a folhas 123. João de Seixas. Registada a apostilla a folhas 123, em que está registada a provisão.

Idem: idem.

XV

Alvará para o almoxarife de Coimbra dar, em cada um anno ao collegio das Artes, sete arrobas de cera, para a capella, que nelle ha

Eu el-rei mando a vós, almoxarife, ou recebedor do almoxarifado de Coimbra, que ora sois, e ao deante fordes, que do primeiro dia do mez de março deste anno presente de 1548 em diante, enquanto eu o houver por bem, e não mandar o contrario, deis e entregueis ao doutor mestre André de Gouveia, Principal do collegio das Artes, sete arrobas de cera em cada um anno, que lhe mando entregar para despesa da capella do dicto collegio, as quaes sete arrobas de cera comprareis em cada um anno, ao preço que valer na terra, do dinheiro de meu assentamento, com que houverdes de acudir ao meu thesourreiro mór, ou a quem seu cargo tiver. E pelo traslado deste alvará, que será registado no livro da vossa despesa pelo escrivão de vosso cargo, com conhecimento em fôrma do dicto Principal, feito pelo escrivão de seu cargo, e assignado por ambos, em que declare, que lhe foram carregadas em receita, mando ao dicto thesourreiro mór, ou a quem seu cargo tiver, que vos tome em conta, e pagamento, a quantia, que na dicta cera despendeades, do dinheiro, que lhe houverdes de entregar de meu assentamento; e aos con-

tadores, que levem a tal quantia em despesa ao dicto thesoureiro mór, ou a quem seu cargo tiver. E hei por bem que este alvará valha, e tenha força e vigor, como se fôra carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, postoque este não seja passado por ella, sem embargo das ordenações do segundo livro, que o contrario dispõem. João de Seixas o fez em Lisboa a 10 de abril de 1548. Manuel da Costa o fez escrever. — REI.

E por o dicto mestre, André de Gouveia, ser fallecido, hei por bem e vos mando, que cumpraes o alvará, acima escripto, como se nelle contém, ao doutor mestre Diogo de Gouveia, meu capellão, que ora é Principal do dicto collegio. E esta apostilla não passará pela chancellaria. Manuel da Costa a fez em Lisboa a 12 de novembro de 1548. — REI.

Mando que este meu alvará, atrás escripto, se cumpra e guarde, como se nelle contém, ao Principal, que ora é, e ao deante fôr, do collegio das Artes, postoque o dicto alvará, e apostilla, vão dirigidos ao doutor mestre André de Gouveia, e ao doutor mestre Diogo de Gouveia, que foram Principaes do dicto collegio, porque sem embargo disso hei por bem que se cumpra o dicto alvará a qualquer pessoa, que fôr Principal. E este não passará pela chancellaria. Manuel da Costa o fez em Almeirim a 4 de fevereiro de 1551. — REI.

Idem; idem.

XVI

Alvará do homem, que vae buscar os estudantes

Eu el-rei faço saber a vós, doutor mestre André de Gouveia, Principal do collegio das Artes da cidade de Coimbra, que eu hei por bem e me praz, que vós tomeis um homem, que tenha cargo de vos ir buscar, e chamar os estudantes do dicto collegio a suas casas, quando faltarem em suas lições, e forem nisso negligentes; o qual haverá por seu trabalho doze mil réis em cada um anno, enquanto servir o dicto cargo, e vós lhos pagareis ás terças do anno, do dia que começar a servir em deante. E pelo traslado deste alvará, que será registado no livro de vossa despesa pelo escrivão de vosso cargo, com seu conhecimento vos serão levados em conta. E este não passará pela

chancellaria. João de Seixas o fez em Lisboa a 24 de abril de 1548. E vós lhe dareis juramento dos sanctos evangelhos, que bem e verdadeiramente sirva o dicto cargo. Manuel da Costa o fez escrever. — REI.

Ha vossa alteza por bem, que o doutor mestre André de Gouveia, Principal do collegio das Artes na cidade de Coimbra, tome um homem que tenha cargo de ir buscar, e chamar os estudantes do dicto collegio a suas casas, quando faltarem em suas lições, e forem nisso negligentes; o qual haverá por seu trabalho doze mil réis cada anno, enquanto servir o dicto cargo, os quaes lhe serão pagos ás terças do anno, do dia que começar a servir em diante, e ser-lhe-ha dado juramento. E este não passará pela chancellaria.

Registado. Manuel da Costa. Registado a folhas 124. João de Seixas.

Idem; idem.

XVII

Sobre os mantimentos, que se levarem a vender ao collegio

Eu el-rei faço saber a quantos este meu alvará virem, que eu hei por bem e me praz, por alguns justos respreitos, que me a isto movem, que todas e quaesquer pessoas, que daqui em diante levarem a vender mantimentos, de qualquer qualidade que seja, ao collegio das Artes da cidade de Coimbra, para provimento do Principal, regentes, e collegiaes, e pessoas delle, e venderem os dictos mantimentos, dentro no dicto collegio, ao dicto Principal, ou a quem seu cargo tiver, não paguem cisa alguma da venda dos taes mantimentos, e sejam excusos da dieta cisa, e isto por tempo de dous annos sómente, que começarão do primeiro dia do mez de maio deste anno presente de 1548 em diante. Notifico-o assim ao contador da comarca, e á contadoria da dieta cidade de Coimbra, e ao juiz das cisas della, e a quaesquer outros meus officiaes, e pessoas, a quem o conhecimento disto pertencer, e lhes mando que assim o cumpram e guardem, e façam inteiramente cumprir e guardar, sem lhe nisso ser posto duvida nem embargo algum, porque assim o hei por bem, e que este valha como carta, e não passe pela chancellaria.

João de Seixas o fez em Lisboa, a 24 de abril de 1548. Manuel da Costa o fez escrever. — REI.

Idem; idem.

XVIII

Por que Antão da Costa tenha de ordenado vinte e quatro mil réis

Eu el-rei fago saber a quantos este meu alvará virem, que confiando de Antão da Costa, que nisto me servirá bem e fielmente, como cumpre a meu serviço, e por lhe fazer mercê, hei por bem e me praz, de o encarregar do officio de recebedor do dinheiro das obras do collegio das Artes, que ora mando fazer na cidade de Coimbra, o qual officio elle terá e servirá, emquanto durarem as dictas obras, e haverá com elle de mantimento ordenado vinte e quatro mil réis em cada um anno, do dia que começar a servir em diante; os quaes tomará em si do dinheiro que lhe for entregue, e lhe serão levados em conta pelo traslado deste alvará, com certidão do doutor mestre André de Gouveia, Principal do dicto collegio, de como serve, e do dia em que começou de servir; e o dinheiro que assim receber, e lhe for entregue, elle o terá em uma arca de tres fechaduras, de que o dicto Principal terá uma chave, e o dicto recebedor outra, e o escrivão de seu cargo outra, e serão todos tres presentes, quando se houver de metter ou tirar algum dinheiro da dicta arca. E ao dicto Principal mando, que o metta em posse do dicto officio, e o deixe servir, dando-lhe primeiro juramento dos sanctos evangelhos, que o sirva bem e verdadeiramente, do qual juramento se fará assento nas costas deste alvará, que será registado no principio do livro de sua receita e despesa pelo escrivão de seu cargo, ao qual mando que assim o cumpra. João de Seixas o fez em Lisboa a 24 de abril de 1548. E esto não passará pela chancellaria. Manuel da Costa o fez escrever. — REI.

Alvará, por que vossa alteza encarrega Antão da Costa do officio de recebedor do dinheiro das obras do collegio das Artes, que ora manda fazer na cidade de Coimbra; o qual officio elle terá e servirá, emquanto durarem as dictas obras, e haverá de ordenado cada anno vinte e quatro mil réis, que tomará em si do dinheiro que lhe for entregue, com certidão do Principal de

como serve; e esta valha como carta, e não passe pela chancellaria sem embargo das ordenações.

Registado. Manuel da Costa. Registado a folhas 61. João de Seixas.

Idem; idem.

XIX

Sobre os dous porteiros

Eu el-rei faço saber a vós, mestre Diogo de Gouveia, que ora mando por Principal do collegio das Artes da cidade de Coimbra, que eu hei por bem e me praz, que no dicto collegio haja dous porteiros das portas delle, que dêem razão dos que entrarem e saírem, e façam o mais que a seus cargos pertencer, os quaes porteiros vós podereis pôr, e haverão de ordenado cada anno seis mil réis, a saber: um delles quatro mil réis, e o outro dous mil réis, e portanto vos mando, que lhes deis e pagueis os ditos seis mil réis de ordenado, cada anno, do dinheiro que vos por meu mandado for entregue para despesa de vosso cargo; os quaes lhes pagareis do dia que começarem a servir em diante, dando-lhes primeiro juramento dos sanctos evangelhos, que sirvam nisso bem e verdadeiramente, do qual juramento se fará assento pelo escrivão do collegio nas costas deste alvará. E pelo traslado delle, que será registado no livro de vossa despesa pelo dito escrivão, e seus conhecimentos, vos serão levados em conta. E hei por bem, que esta valha, e tenha força e vigor, como se fôr carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria; postoque este não seja passado por ella, sem embargo das ordenações do segundo livro, que o contrario dispõem. João de Seixas o fez em Lisboa a 10 dias de agosto de 1548. Manuel da Costa o fez escrever. — Ret.

E postoque diga no alvará, acima escripto, que hajam os dous porteiros nelle contheúdos, um quatro mil réis, e o outro dous mil réis, de seu ordenado, hei por bem, que hajam ambos de ordenado doze mil réis cada anno, a saber: seis mil réis cada um; os quaes lhes vós dareis, e pagareis do dia, que começarem a servir em diante, e vos serão levados em conta na maneira acima declarada. — Ret.

E postoque este alvará vá dirigido ao mestre Diogo de Gou-

veia, que foi Principal do collegio, mando a qualquer Principal delle, que o cumpra e guarde, como se no dicto alvará, e na apostilla delle, contém. Este não passará pela chancellaria. Manuel da Costa o fez em Almeirim a 4 de fevereiro de 1551. — Rei.

Alvará sobre os dous porteiros, que vossa alteza ha por bem, que haja no collegio das Artes, e do ordenado, que cada anno hão de ter; para ver.

Registado. Manuel da Costa. Registado a folhas 124. João de Seixas.

Idem; idem.

XX

Statuta novi Regii Gymnasii de moribus scholasticis

Quoniam primum fundamentum optimae cujusque scholae ipsa est scholastica disciplina, in primis danda opera est, ut in hoc Regio Gymnasio non solum bonae literae florent, sed etiam boni mores, adjutore Deo, semper observentur. Itaque nequis posthac suam culpam ignorance praetextat, capita ad eam rem pertinentia palam in hac tabella proponuntur.

Sunt autem haec

Nemo ingrediatur ex discipulis, nisi veste, honesta forma, et quae scholasticum deceat, indutus.

Arma huc intro nullus adferat praeter scholastica; cujusmodi sunt libri theca, scriptoria.

Nemo per aream vagetur aut ambulet, sed unusquisque, statim ingressus, eat recta in auditorium suum, atque illic quiete sedendo et studendo praeceptoris ingressum expectet.

In Gymnasio tempestive adsint omnes praesertim ante secundum sonum tintinabuli.

Quotidie Gymnasium frequentent omni hora qua docebitur, etiam festis diebus quibus esse solet exercitatio, neque temere absint, nisi consulto prius Gymnasiarcha.

Domestici item aine Gymnasiarchae chirographo Gymnasium non exeant.

Diebus sabbathi a prandio omnes ad publicas disputationes conveniant.

Ante prandium nemo ludat, post prandium item nemo, nisi publice id concessum fuerit.

Quoties docetur, a prandio ludus ad primum sonum tintinabuli finietur; tunc enim in suum quisque auditorium sese debet statim recipere: quibus autem diebus post meridiem non docebitur, licebit impune ludere donec erit tempus discedendi, quod sono tintinabuli significabitur.

Disputando sedeant omnes in suis auditoriis, nisi cum praeceptor erit consulendus.

A malis omnino verbis omnes abstineant.

Nemo juret.

Nemo imprecetur, aut convicium dicat, aut irrideat.

Nemo diaboli nomen in ore habeat.

Nemo percutiat.

Nemo rixetur.

Nemo, nisi sit parvulus idemque elementarius, loquatur vernacule; immo etiam, ut ipsi discant parvuli, proveciores, una cum eis loquendo, prius latine dicant, deinde vernaculo sermone interpretentur, si quid illi minus intellexerint.

Nemo classem aut eliget aut mutabit, nisi ex praescripto Gymnasiarchae, postquam interrogatione probatus fuerit.

Qui novi venerint, statim Gymnasiarcham adveant, ut pro capto in classem adscribantur committanturque praeceptori.

Discessuri Gymnasiarcham admoncant, ut catalogo expungantur.

Omnes quibuslibet professoribus debitum honorem exhibeant; prout aperto capite illos adloquantur et saluent.

Ad haec observent diligenter omnes non modo supra dicta omnia, sed quicquid insuper ad honestatem et bonos mores pertinere videatur. Sic fiet ut ad gloriam et honorem Dei, cui debentur omnia, laeas lux nostra eorum omni populo.

Quod si praeceptores quempiam deprehenderint, qui in horum observatione peccaverit, primum admooneat, deinde acerbius reprehendat, et, si opus fuerit, contumacem et parere nolentem cum moderatione castiget.

Ordo praelectionum Regii Gymnasii, ad studia discentium informanda, accommodatissimus

Praeceptores singulis diebus incipient ordinarias lectiones hora sexta mane, et finient undecima, praeterquam tribus mensibus, Junio, Julio, Augusto, in quibus propter aestum incipient praelectiones hora septima matutina, et finient decima, a prandio vero semper incipient hora tertia, et finient sexta.

Item praeceptores vesperi a coena, iis quidem diebus quibus praelectum fuerit, praelecta a domesticis reposcent, sive ante meridiem, sive post, praelectum erit, exceptis tamen diebus martis et jovis quibus recreationis causa a coena in classibus cessabitur; sed continuo post recreationem in cubiculis suorum domesticorum studijs providebunt.

Diebus martis et jovis, tam domesticis quam iis qui foris habitant, studiorum remissio conceditur una tantum hora, a prima pomeridiana ad secundam, admonente tintinabulo circumscripta, et cum de abstinendo a ludo, hora secunda, signum dabitur, secedant juvenes domestici quidem in sua cubicula, ceteri vero in auditoria, ut post horam et remissionem, quo scilicet tempore prior erit praelectionum sonus, se domestici tunc, aut paulo post, in auditoria recipiant, ut praeceptoribus hora tertia praelegere incipientibus praesto adsint.

Illud quoque diligenter servabitur, ut sub noctem praeceptores ad sua cubicula secedant; sic enim fiet, ut non modo scholastici in officio permaneant, sed etiam praesentia praeceptorum et exhortatione ardentius ad studia incitentur.

Singulis diebus sabbathi fient publicae concertationes statim a prandio, etiamsi festum illa die occurrat; quibus finitis, qui foris habitant, de Gymnasio exeant, et suam quisque domum redeat; domesticis autem post vespertas ludere licebit, quoad de recessu admonebuntur.

Diebus dominicis et aliis festis et pervigiis, quibus a praelectionibus omnino cessatur, domestici, quos ad eam rem aptiores Gymnasiarcha elegerit, duas horas canere discent, unam vero, si iis diebus partum cessetur, partim praelegatur.

Decretum Regii Gymnasii de festorum observatione

Si unus est festus dies in tota hebdomada, omnino cessabitur a docendi munere: si vero duo sint, altero tantum legitur, in quo eligendo ratio commoditatis et publicae utilitatis habebitur.

Si dies lunae festus est, tantum docebitur eo die ab hora tertia.

Declaratio diei festi

Festo die cessatio, sive docendi intermissio, incipit pridie festi a prandio, et finitur ipso die festo hora tertia; tunc enim reditur ad docendum.

Quoties docetur festis diebus, docetur duas horas ante prandium, et totidem a prandio, comprehensa hora disputationum.

Omni die dominico cessatur omnino a docendi munere.

De festis solemnibus

Pridie *Regum* cessatur a prandio et toto ipso die.

Pridie (1) *Hilarium* cessatur a prandio usque ad horam tertiam *Cinerum*.

Primo sabbatho *Quadragesimae* toto die cessatur confessionis causa.

Pridie *Ramorum* cessatur a prandio confessionis causa et tota hebdomada sancta usque ad horam tertiam mercurii sequentis.

Pridie (2) *Quasi modo* cessatur a disputationibus pomeridianis.

Pridie *Ascensionis* cessatur a prandio et toto ipso festo die.

Sabbatho *Pentecostes* propter confessionem toto die cessatur usque ad diem mercurii mane.

Pridie *Corporis Christi* cessatur a prandio et toto postridie.

Octava *Corporis Christi* cessatur ante prandium, quae est dies veneris proxime festum sequentis.

Pridie *Assumptionis* Beatæ Mariæ toto die cessatur confessionis causa.

Pridie *Omnium Sanctorum* confessionis gratia cessatur, et deinceps usque ad horam tertiam diei *Defunctorum*.

Pridie *Natalis Domini* omnino cessatur, et deinceps ad horam usque tertiam diei festi *Sanctorum Innocentium*.

Catalogus dierum festorum, qui in Regio Gymnasio servandi sunt

Mense Januario

Circumcisio Domini.

Epiphania Domini.

Fabianus et Sebastianus.

Martyres Sanctæ Crucis.

Mense Februario

Purificatio Beatæ Mariæ. — Dedicatio Gymnasii. Quo die habetur oratio publicæ in laudem serenissimi Joannis tertii, Lusitaniae regis, primam habet Gymnasiarcha: alteram hypo-Gymnasiarcha: reliquas deinde praeceptores Gymnasii, suo quisque ordine, hujus perpetuo fiet ad sempiternam tanti beneficii memoriam.

Blasius.

Matthias

Mense Martio

Thomas Aquinas.

Annunciatio Beatæ Mariæ.

..

Mense Aprili*Marcus Evangelista.***Mense Maio***Philippus et Jacobus Apostoli.**Inventio Sanctae Crucis.***Mense Junio***Barnabas Apostolus.**Nativitas Joannis Baptistae.**Petrus et Paulus Apostoli.***Mense Julio***Visitatio Beatae Mariae.**Maria Magdalene.**Jacobus Apostolus.***Mense Augusto***Vincula Sancti Petri.**Laurentius Martyr.**Assumptio Beatae Mariae.**Bartholomaeus Apostolus.***Mense Septembri***Primo hujus mensis die fient publicae, et solennes disputationes.**Nativitas Beatae Mariae.**Elevatio Sanctae Crucis.**Matthaeus Apostolus.**Michael Archangelus.***Mense Octobri***Remigius.**Lucas Evangelista.**Simon et Judas.***Mense Novembri***Festum Omnium Sanctorum.**Commemoratio Defunctorum.**Martinus.**Cutharina.**Andreas Apostolus.*

Mense Decembri

*Nicolaus.**Conceptio Beatae Mariae.**Lucia.**Thomas Apostolus.**Expectatio Beatae Mariae.**Nativitas Domini.**Stephanus.**Joannes Apostolus.**Innocentia.*

Gymnasiarcha diligenter operam dabit, ut haec omnia observentur, quae in hac tabella scripta atque omnibus proposita sunt; quod si is a Gymnasio abfuerit, aut impedimentis distractus id efficere minime potuerit, hypo-Gymnasiarcha ad ipsum faciendum diligenter curabit.

Oeconomia servanda in Gymnasio Regio

Primum omnium alter ex janitoribus singulis diebus hora quarta mane signum dabit tintinabulo, deinde circumibit cubicula omnium, fores pulsabit, ac mensibus hybernis lunem offeret.

Deinde post sesquithoram signum dabit, ut omnes se ad sacrum parent: ac mox, ubi sexta sonuerit, iterum signo tintinabuli admonabit, ut statim omnes se in templum recipiant, ut ad introitum missae praesto sint.

Adolescentes in sacro bini preces horarias genu flexo recitabunt ea modestia et reverentia, quam res et locus postulant.

Nomenclatores classium sub finem sacri nomina absentium scripto ad Gymnasiarcham deferent.

Interea famuli domi, ut omnia composita sint, curent, ut jentacula e sacro redeuntibus parata sint.

Hora septima janitor signum dabit lectioni extraordinariae, ac iterum:

Ordinariae vero lectioni prius signum dabitur semihora ante octavam, ut ad eam se omnes parent; posterius vero in ipso puncto octavae, quo tempore omnes praceptoribus suis in auditoriis adesse oportet.

Post duas deinde horas dabitur signum praelectionibus finiendis, et privatis disputationibus inchoandis, quae horam unam durabunt.

Finitis disputationibus, dabitur signum prandii, quo audito convectores in triclinium conveniant, et mensae benedictioni aderunt.

Auditores quartae classis, et reliqui superiorum ordinum, singuli per hebdomadas, tantisper dum vel prandetur vel coenatur,

aliquid e sacris literis recitabunt, caeteris cum silentio audientibus, Gymnasiarcha, aut qui ejus vices gerit, praesente.

Famuli cubicularii sub finem prandii et coenae ad signum tintinabuli aderunt in triclinio reliquias collecturi.

Finitis prandio et coena quintani, et reliqui inferiorum ordinum, singuli per hebdomadas, gratias Deo optimo maximo aliis respondentibus agent.

Hora prima pomeridiana janitor signum lectioni extraordinariae dabit, quae ad secundam usque durabit, qua finita, incipiet et alia extraordinaria, quae hora tertia finietur.

Ordinariae lectioni prius signum dabitur semihora ante tertiam, ut ad eam se omnes parent; posterius vero in ipso puncto horae tertiae, quo tempore omnes praeceptoribus suis in auditoriis adesse oportet.

Post duas deinde horas dabitur signum finiendis praelectionibus, et privatis disputationibus inchoandis, quae horam unam durabunt.

Finitis disputationibus, dabitur signum coenae, in qua eadem omnia observabuntur, quae in prandio diximus.

A coena actis gratias, domestici in auditoria se recipient, praeceptoribus suis de diurnis praelectionibus rationem reddituri. Deinde licebit eis per arcam ludere, donec signum dabitur hymno canendo.

Hymnus vero canetur in templo a festo *Paschatis* usque ad *Pentecosten*, is qui incipit - (3) *Regina coeli* :— reliquo anni tempore, sabbathis canetur — *Salve Regina* :— aliis diebus — (4) *Christe qui lux es et dies* — cum orationibus consuetis; quibus peractis, domestici in suum quisque cubiculum se recipient.

Gymnasiarcha, singulis diebus, omnium cubacula circumbit, observaturus quid agatur, ut omnes in officio contineantur.

Praeceptores suos domesticos cubitum discedere non permittant ante nonam, nisi causa aliqua urgeat.

*Regimento que os porteiros do collegio real das Artes,
e Humanidade, hão de guardar*

Primeiramente terão cuidado de tanger sua campana por semanas, todos os dias, ás quatro horas pela manhã, e depois da campana tangida, irão logo por todas as camaras do collegio despertar os estudantes, e dar lume em tempo de inverno aos que o quizerem tomar.

Item, mais tangerão ás horas da missa, lições, comer, e outras cousas, da maneira que é contheúdo no regimento das lições e economia do collegio.

Item, terão sempre suas portas fechadas com a chave, salvo depois do primeiro som das lições ordinarias até o derradeiro som dellas, para que entretanto os estudantes, que fora do dicto collegio viverem, possam entrar e ouvir as dictas lições, e neste tempo terão uma porta sobre a outra, e não se apartarão dellas.

Item, depois que os lentes começarem suas lições ordinarias, os dictos porteiros fecharão com a chave as portas do dicto collegio, para que nenhum estudante possa sair fora, e deixar sua lição sem licença expressa do Principal ou em sua ausencia do sub-Principal.

Item, não poderão desamparar suas portas por mandado de ninguém, e se por necessidade natural fôr algum dellea contrangido, o que fica terá cuidado das duas portas até á vinda do seu companheiro.

Item, querendo alguém falar com algum dos estudantes que no collegio viverem, ou na lição estiverem, o porteiro da segunda porta levará o recado.

Item, em quanto jantarem no collegio, ou cearem, não deixarão entrar no dicto collegio nenhuma pessoa de fora sem licença do dicto Principal, ou do sub-Principal, em sua ausencia.

Item, não poderão vender nem comprar livros, escrevaninhas, barretes, nem outras cousas, para que se não dê logar aos furtos que ordinariamente se podem fazer, e não consentirão que se faça entre as duas portas nenhum ajuntamento de estudantes, nem terão familiaridade estreita com elles.

Item, não deixarão sair do dicto collegio nenhum estudante que nelle viva, sem licença do dicto Principal, e em sua ausencia do sub-Principal, a qual licença se dará em papel, assignada pelo dicto Principal, ao porteiro da porta da rua, o qual será obrigado pôr a hora em que sae o dicto estudante, e a hora em que tornar, no pé da dicta licença.

Item, será obrigado ás nove horas da noite trazer as chaves das portas do dicto collegio, e assim tambem os papéis das licenças ao dicto Principal, para que veja quanto tempo andaram fora os que naquella dia saíram, e se todos tornaram ao collegio, e em sua ausencia entregar-se lião ao sub-Principal.

Item, serão obrigados varrer cada dia a entrada das suas portas, e o recebimento da banda do dentro, e a egreja.

Item, porque no inverno fará escuro entre as duas portas, dar-se-hão ao dicto porteiro duas alampadas, uma para a entrada do collegio, e outra para o recebimento.

Item, sendo caso que os dictos porteiros não guardem nem cumpriam o que acima dicto é, pela primeira vez que errarem, serão privados do salario, que se lhes montar em um dia; pela

segunda, de dous dias; e pela terceira serão tirados do officio, e se porão outros em seu lugar.

Eu el-rei faço saber a quantos este meu alvará virem, que eu vi estes estatutos e ordenança, que o doutor mestre André de Gouveia, Principal do collegio das Artes, que mando fazer na cidade de Coimbra, por meu mandado fez para o dicto collegio, os quaes hei por bons, e quero que se use delles, e se cumpram, e guardem, como se nelles contém. Manuel da Costa o fez em Lisboa a 26 de abril de 1548. E hei por bem, que este alvará valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, posto que este não seja passado pela dicta chancellaria, sem embargo das ordenações em contrario; os quaes estatutos são escriptos em quatro meias folhas, affra esta em que assignei, e vão todas assignadas ao pé de cada lauda por Manuel da Costa meu escrivão da camara. — REI.

Alvará, para vossa alteza ver.

E postoque nos estatutos atrás escriptos diga, que desde a segunda feira á tarde, vespera de entrudo, até ao dia de cinza á tarde, que são dous dias naturais, não haja lição, hei por bem que a não haja um dia natural sómente, a saber: desde o dia de entrudo ao meio dia, até dia de cinza ao meio dia.

E postoque outrossim nos dictos estatutos diga, que as confissões da Paschoa se façam em dia de vespera de Ramos, e que do dicto dia de vespera de Ramos em diante, até toda a semana sancta, se não leia, hei por bem que as dictas confissões se façam á quarta feira de trevas, e que até á terça feira todo o dia antes da dicta quarta de trevas, haja lição. João de Seixas a fez em Lisboa a 30 dias de abril de 1549. E esta apostilla não passará pela chancellaria. Manuel da Costa a fez escrever. — REI.

Documento original no armario B do cartorio da Universidade.

Para esclarecer alguns pontos dos estatutos do collegio das Artes, escriptos em latim por André de Gouveia, e pulheados he, e neste jornal¹, temos de interromper o silencio, que nos haviamos imposto, cinguanto davamos á luz os documentos, para a historia litteraria da Universidade.

Ainda assim diremos sómente as palavras indispensaveis para a intelligencia dalguns logares dos estatutos, e que o conselho de amigos, a quem dedicamos affecto e respeito, nos impõe a obrigação de antecipar á conclusão d'aquelle trabalho.

A palavra *Hilarum*, que leva o signal (1), lia-se a custo no papel, donde extrahimos o documento. Parecia ate, que se devia interpretar por *Hilariorum*; e com effeito a Procella do padre Bento Pereira declina pela se-

¹ *Jornal litterario*, n.º 4, de fevreiro de 1869.

gunda, *Hilaria, orum*, aquella palavra, posta ali como versão de *Carnaval*. Mas contra esta auctoridade, que não é das mais respeitaveis, prevaleceu em nosso animo a de Calepino, que a declina pela terceira, *Hilaria, iam*; e sobre todas a do distinctissimo latinista e eximio professor do lyceu nacional desta cidade, o sr. Antonio Cardoso Borges de Figueiredo, a quem consultámos acerca deste e doutros pontos, o que se decidiu pela forma adoptada.

As palavras, *Quasi modo*, que levam o signal (2), são as primeiras do *Intrito* da missa no domingo da Paschoella, e estão ali para designar esse dia. Os padres francezes designam geralmente por aquella maneira os diferentes domingos, nós seguimos as indicações do *Missal*, chamando áquelle — *Dominica in albis* — a domingo de Ramos — *Dominica in palmis* — a domingo de Paschoa — *Dominica resurrectionis*, etc. E postoque André de Gouveia, auctor dos estatutos, fosse portuguez, todavia aprendera em França, onde frequentou a Theologia, e de lá veio, em 1547, com os mestres francezes, instituir aqui o real collegio das Artes.

O hymno indicado com o signal (3) não se encontra no Breviario romano; lê-se porém no *Breviarium sacri ordinis predicatorum*; — *Pere hyemalis*; — *Parvus*: 1743 — pag. 243. Os frades da ordem de S. Domingos tinham reza differente da romana. Desde a primeira domingo da *Epiphania* até á cinza exclusivamente rezavam o hymno conhecido — *Te lucis ante terminum*; desde sabbado depois de cinza até quinta feira sancta exclusivamente, o que vem nos estatutos, e principia — *Christe, qui lux es et dies*, depois outros hymnos indicados no Breviario proprio. Na reza romana recita se sempre em *Completa* o hymno — *Te lucis ante terminum*.

A dificuldade de encontrar nesta cidade o Breviario da ordem dos predadores, pois só conhecemos um unico exemplar em poder do egrezo do collegio de S. Thomaz, o sr. padre Antonio de S. Joseph, leva nos a deixar archivado aqui esse bello hymno, que André de Gouveia escolheu, para cantarem os alumnos do seu collegio.

Christe, qui lux es et dies,
Noctis tenebras detegis:
Lucisque lumen crederis,
Lumen beatum predicans.

Precaur Sancte Domine,
Defende nos in hac nocte:
Sit nobis in te requies,
Quietam noctem tribue.

Ne gravis somnus irruat,
Nec hostis nos surripiat
Nec caro illi consentiens,
Nos tibi reos statuat.

Oculi omnium capiant,
Cor ad te semper vigilet:
Dextera tua protegat
Famulos qui te diligunt.

Defensor nocte aspice,
Instantes reprime:
Guberna tuos famulos,
Quos sanguine meratus es.

Memento nostri Domine,
In gravi isto corpore:
Qui es defensor animæ
Adesto nobis Domine.

Presta pater omnipotens,
Per Jesum Christum Dominum:
Qui tecum in perpetuum
Regnat cum sancto spiritu.
Amen.

O outro hymno, marcado com o signal (8) — *Regina cœli lactare, alleluia*, é bem conhecido na reza romana; e por isso excusamos de dar mais indicações delle. Faz parte das quatro orações de Nossa Senhora, que costumam recitar-se por esta ordem: desde o primeiro domingo do Advento até à Purificação inclusive o hymno — *Alma Redemptoris mater, quæ peris cœli*; depois da Purificação até quinta feira sancta exclusive o hymno — *Ave regina cœlorum*; desde Completas de sabbado sancto até ao antbado depois da Pentecostes inclusive o hymno — *Regina cœli lactare, alleluia*; e desde as primeiras vespers da festa da *Sanctissima Trindade* até ao sabbado antes do Advento a oração bem conhecida — *Salve regina*.

Dada esta breve explicação, indispensavel para alguns dos nossos leitores, será facil agora comprehender o que se lê nos estatutos, e fazer idéia clara da disciplina do collegio. Em poucos numeroes teremos occasião de ver qual era o methodo de ensino ali adoptado, os livros escolhidos para texto das lições, e varios outros pontos do seu regimento literario.

XXI

Conhecimento de Diogo de Castilho, de duzentos mil réis

Conheceu e confessou Diogo de Castilho receber, e de feito recebeu, em dinheiro de contado, duzentos mil réis de Antão da Costa, recebedor do dinheiro das obras do collegio das Artes, que sua alteza manda fazer nesta sua cidade de Coimbra, os quaes duzentos mil réis o dicto Diogo de Castilho recebeu do dicto recebedor, por o doutor mestre, André de Gouveia, os mandar dar do dinheiro de sua alteza, que trouxe para as dictas obras, os quaes duzentos mil réis o dicto Diogo de Castilho recebeu em começo de paga dos dictos duzentos mil réis, que ha de trazer de antemão para as dictas obras, segundo a fórmula de seu contracto; e por verdade assignou aqui o dicto Diogo de Castilho commigo Pero da Costa, escrivão das dictas obras, por o dicto ser. Pero da Costa, sobredicto, o fez em Coimbra, e no

dicto collegio, aos 11 dias do mez de maio de 1548. — Diogo de Castilho. - Pero da Costa.

Documentos relativos aos jesuitas e Universidade de Coimbra.

XXII

Sobre o cofre

Eu o rei faço saber a quantos este meu alvará virem, que eu tenho mandado que o recebedor do dinheiro das obras do collegio das Artes, que ora mando fazer na cidade de Coimbra, tenha o dicto dinheiro em um cofre de tres fechaduras, do qual o Principal do dicto collegio terá uma chave, e o dicto recebedor outra, e o escrivão de seu cargo outra, e que sejam todos tres presentes, quando se houver de metter ou tirar algum dinheiro do dicto cofre, segundo mais inteiramente é contheúdo, e declarado na provisão, que sobre isto tenho passada. E ora porque sou informado, que o dicto recebedor tem o dicto cofre do dinheiro em seu poder e casa, e não parece razão, que o Principal vá com a chave, que tem, a casa do dicto recebedor, cada vez que se houver de abrir o cofre; e é cousa mais conveniente estar o dicto cofre em casa do Principal, e irem a ella o recebedor e o escrivão com as suas chaves, hei por bem e mando, que daqui em diante esteja o dicto cofre do dinheiro em casa do dicto Principal, e que o recebedor e escrivão vão a ella com as chaves, que tem, cada vez que se houver de metter ou tirar dinheiro do dicto cofre, o qual o dicto Principal terá a muito bom recado; o que uns e outros assim cumprirão, posto que este não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. João de Seixas o fez em Almeirim a 13 de dezembro de 1548. Manuel da Costa o fez escrever. — REL.

Alvará sobre o cofre do dinheiro das obras do collegio das Artes, que vossa alteza manda, que esteja daqui em diante em casa do Principal do dicto collegio, para ver.

Registado. Manuel da Costa. Registado a folhas 62. João de Seixas.

Item; idem.

XXIII

Carta do mestre João da Costa,
em que dá conta a el-rei D. João III do numero dos estudantes da Universidade,
o collegio de Coimbra, e das obras delle

Senhor. Os dias passados me deu vossa alteza licença per uma carta que me mandou pera lhe ir beijar a mão, e dar conta de algumas cousas de seu serviço; pareceu-me que o podesse fazer alguns dias depois que mestre Diogo cá fosse, mas os exames do começo do anno, quando ordenámos nossas classes, e os que cada dia faço pela muita gente, que até agora continuamente recreceu, e outras muitas occupações deste collegio de vossa alteza me não deram ainda logar; fal-o-hei no tempo que me parecer que poderei ser mais exento.

Quarta feira que foram doze deste mez de dezembro contámos os estudantes pelas classes, ainda não chegam a mil e duzentos homens; faltam muito poucos, e no numero que mestre Diogo mandou a vossa alteza não entravam alguns, que eram ausentes, nem seis, que o mesmo dia vieram, e sempre vem alguns de novo.

Os collegiaes são setenta e quatro, e os creados que servem aos mestres, e estudam, são trinta e duas; não conto outros familiares que servem e não vão ao estudo. Com este negocio das porções levo trabalho, por não ter nenhuma officina aparelhada pera isso, e por a difficuldade dos mantimentos, principalmente carneiros, que se não acham bons agora sem trabalho; no verão fizera eu a provisão pera agora, se tivera logar onde elles andaram que é muito necessario, pera este negocio se poder sustentar, e levar ávante. Muito mais collegiaes haveria, se podesse receber todos os que cada dia me falam, que querem entrar.

Nos g-raes já a gente não cabe; soffre o tempo estarem tão apertados, como estão; aquecendo o sol não poderão durar, e acudindo gente, como certo é que ha de acudir passada a festa, se se dêsse pressa ao lanço, que Diogo de Castilho tem começado, pera que se acabasse, tudo se remediará, porque vão nelle sete g-raes, e dos oito pequenos, que temos ao redor da crasta, fariamos quatro mettendo dous em um.

Os leitos fazem todos muito bem seu dever com muita diligencia e cuidado: os discipulos continuam suas lições com muito desejo de aprender, e fazem muito fructo; o que será todo pera

serviço de Deus, e de vossa alteza, cujo mui alto e real estado Nosso Senhor conserve, e prospere per muitos annos como todos desejamos. De Coimbra a 14 de dezembro de 1548. Mestre João da Costa.

Corpo chronologico; parte 1, maço 81, documento 112, no archivo nacional da Torre do Tombo.

XXIV

Alvará sobre as casas, que se deram a Antão da Costa, recebedor

Eu el-rei faço saber a vós, doutor mestre Diogo de Gouveia, meo capellão, e Principal do collegio das Artes em Coimbra, que hei por bem e me praz, que Antão da Costa, recebedor do dinheiro das obras do dicto collegio, tenha as casas, que lhe foram dadas por mestre André de Gouveia, para nellas morar, e recolher a madeira, que sair das casas, que se hão de derribar, e pregadura, e qualquer outra fazenda, que a seu cargo pertencer; as quaes casas assim terá, e possuirá nellas, como dicto é, em quanto se não derribarem para a obra nova do dicto collegio, e quando se derribarem, lhe serão dadas outras no mesmo collegio, que sejam convinhaveis para seu aposentamento, e para o que dicto é. Notifico-vol-o assim, e mando que lhe cumpraes este alvará, como se nelle contém, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Manuel da Costa o fez em Almeirim aos 6 dias de fevreiro de 1549.

— Rei.

Alvará sobre as casas, que Antão da Costa, recebedor do dinheiro das obras do collegio das Artes em Coimbra, nelle tem; e como vossa alteza ha por bem, que as tenha, emquanto se não derribarem, e que derribando se lhe sejam dadas outras no dicto collegio; e que este não passe pela chancellaria.

Documentos relativos aos jesuitas e Universidade de Coimbra.

XXV

Sobre as despesas, que o procurador do collegio fizer,
que sejam fora do contracto

Eu el-rei faço saber a quantos este meu alvará virem, que eu hei por bem e me praz, que as despesas, que Antão da Costa, recebedor do collegio das Artes da cidade de Coimbra, tiver feitas, e daqui em diante fizer, no dicto collegio, de obras, que sejam fora do contracto, e obrigação de Diogo de Castilho, que o dicto collegio faz, sejam levadas em conta ao dicto recebedor, por assentos do escrivão de seu cargo, das despesas que forem, e das cousas em que se fizerem, sendo os taes assentos approvados, e assignados, pelo doutor mestre Diogo de Gouveia, Principal do dicto collegio, e doutra maneira lhe não serão levados em conta. E mando que este se cumpra, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. João de Seixas o fez em Lisboa a 7 de maio de 1549. Manuel da Costa o fez escrever. — RRI.

Alvará sobre as despesas, que o recebedor das obras do collegio das Artes da cidade de Coimbra tem feitas, e daqui em diante fizer, no dicto collegio, de obras, que sejam fora do contracto, e obrigação de Diogo de Castilho, para vossa alteza ver.

Registado. Manuel da Costa. Registado a folhas 62. João de Seixas.

Idem; idem.

XXVI

Sobre a lenha das matas

Eu el-rei faço saber a vós, monteiro mór das matas de Botão e de Lagares, que ora sois e ao diante fordes, que eu hei por bem e me praz, de dar licença ao Principal do collegio das Artes da cidade de Coimbra, para que possa mandar cortar, e trazer das dictas matas, e de cada uma dellas, a lenha que lhe for

necessaria, para despesa e provimento do dicto collegio; e vós lhe assignaréis os logares e postos das dictas matas, em que se houver de cortar a dicta lenha, que para isso sejam mais convenientes, e em que menos damno e prejuizo se nellas possa fazer. E portanto vos mando, que lhe cumpraes e façaes inteiramente cumprir este alvará, como se nelle contém; o qual quero que valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta, feita em meu nome, e por mim assignada, e passada pela minha chancellaria, postoque este não seja passado por ella, sem embargo das ordenações do segundo livro, que o contrario dispõem. João de Seixas o fez em Lisboa a 7 de maio de 1549. Manuel da Costa o fez escrever. — REI.

Alvará sobre a lenha, que vossa alteza ha por bem, que o Principal do collegio das Artes de Coimbra possa mandar cortar, e trazer das matas de Botão e de Lagares, para ver.

Registado. Manuel da Costa. Registado a folhas 132. João de Seixas.

Idem; idem.

XXVII

Certidão de Antão da Costa da era de 1548

O doutor mestre Diogo de Gouveia, Principal do collegio real, faço saber a quantos esta minha certidão virem, que Antão da Costa, recebedor do dinheiro das obras deste collegio, serviu no officio, conforme a provisão, que de sua alteza tem, dos onze dias de maio da era passada de mil quinhentos quarenta e oito até outro tal dia desta presente era, que é um anno; e por ser verdade, e elle servir todo este anno, lhe mandei passar esta certidão, por mim assignada. Manuel Mesquita, escrivão de meu cargo, a fez aos 22 dias de julho de 1549 annos. — Diogo de Gouveia.

Idem; idem.

XXVIII

Certidão de Braz Eannes, de vinte mil réis

O doutor mestre Diogo de Gouveia, Principal do collegio real, faço saber a quantos esta minha certidão virem, que Braz Eannes, morador nesta cidade, que por provisão de sua alteza foi provido, para olhar e vigiar sobre as obras, que se no dicto collegio fazem, no dicto cargo serviu um anno inteiro, que começou o primeiro dia do fevereiro da era de mil quinhentos quarenta e oito, e acabou outro tal dia desta presente era; e por verdade lhe mandei passar esta certidão, por mim assignada. Manuel Mesquita, escrivão de meu cargo, a fez aos 22 dias do mez de julho de 1549 annos. — Diogo de Gouveia.

Idem; idem.

XXIX

Conhecimento de Thomé Jorge, de seis mil réis

Aos 29 dias do mez de setembro de 1549 annos conheceu, e confessou, Thomé Jorge, mestre da caravella *Conceição*, e morador em a Foz do Porto, receber, e de feito recebeu, em dinheiro de contado, perante mim escrivão e testemunhas, de Antão da Costa, recebedor do dinheiro das obras do collegio real nesta cidade de Coimbra, a saber: seis mil réis, que se lhe montaram de frete da madeira, que trouxe de Lisboa á Figueira, para o dicto collegio; os quaes seis mil réis assim recebeu o dicto mestre do dicto recebedor, por o doutor mestre Diogo de Teive os mandar dar, por servir, por mandado de sua alteza, o cargo de sub-Principal, por o Principal, mestre Diogo de Gouveia, estar na côrte de sua alteza. Pero da Costa, escrivão das obras, o fez. Testemunhas, Manuel de Beja, e Antonio Fernandes, moradores na dicta cidade. — Thomé Jorge. — Diogo de Teive.

Idem; idem.

XXX

O tempo, que hão de ouvir logica no collegio

Eu el-rei faço saber a vós, Principal do collegio das Artes, da cidade de Coimbra, que eu tenho passado uma provisão, por que mando, que na Universidade da dicta cidade não seja pessoa alguma recebida a ouvir Canones ou Leis sem vossa certidão, de como no dicto collegio ouviram um anno de logica. E porque sou informado, que alguns estudantes não estudam o dicto anno de logica bem, e como devem, e sem serem sufficientes na logica, como cumprem o dicto anno, se passam a ouvir os Canones e Leis, hei por bem e mando, que daqui em diante, os que assim ouvirem o dicto anno de logica, sejam no fim d'elle examinados por vós examinador, que não são sufficientes na logica, lhes mandareis, e os obrigareis, que estudem nella o mais tempo, que vos parecer necessario até seis mezes, em que parece que, estudando como devem, poderão ter a sufficiencia que convém, para poderem passar aos Canones e Leis; o que assim cumpri, postoque este não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação ao contrario. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 30 de outubro de 1549. Manuel da Costa o fez escrever. E vós o notificareis assim no collegio, para que a todos seja notorio, e assim se registará este alvará no livro do dicto collegio. — Ret.

Alvara sobre o tempo, que hão de ouvir logica os estudantes do collegio das Artes, para se passarem a ouvir Canones ou Leis.

Registado. Manuel da Costa. Registado a folhas 19. João de Seixas.

Idem; idem.

XXXI

Annexação do collegio de el-rei nosso senhor,
em que se lê a latimidade e artes, á Universidade

Em conselho de 12 de janeiro de 1550 apresentou o doutor João da Costa, que ora tem carrego do collegio de el-rei nosso

senhor, uma carta com um regimento, do que sua alteza mandava, que se guardasse no dicto collegio, com uma carta do dicto senhor, que vinha para a Universidade: em que se continha que elle por justos respeito, que o a isso moveram, annexava o dicto collegio á Universidade, e que lhe encommendava, que as cousas delle favorecessem e olhassem, e se o dicto doutor João da Costa, que mandava por Principal do dicto collegio, alguma cousa lhes requeresse, que cumprisse a bem do dicto collegio, o fizessem, e que nas cousas em que quieria, que o dicto collegio fosse sujeito á Universidade, e do modo em que o annexava, veriam por o regimento que lhes mandava, o qual se registaria pelo escrivão do conselho no livro dos registos da Universidade, o qual regimento se leu no dicto conselho, e se mandou cumprir como nelle se contém.

Extracto, de folhas 87 verso, do livro 1, dos conselhos da Universidade.

XXXII

Carta sobre o collegio das Artes

Padre reitor, lentes, deputados e conselheiros da Universidade de Coimbra, eu el-rei vos envio muito saudar. Houve por meu serviço e bem dessa Universidade, e do collegio das Artes, que vós dicto reitor visiteis o dicto collegio de seis em seis mezes, e vos informeis, e saibais, se lêem os lentes delle bem, como devem, e são obrigados, e se o Principal guarda o regimento do dicto collegio, e provejaes nisso como fôr justiça, e façaes guardar o dicto regimento, e assim, que seja o dicto collegio daqui em diante sujeito á Universidade, naquellas cousas, e da maneira que se contém em uma minha provisão, que agora passei, e vos será apresentada pelo doutor mestre João da Costa, que provi de Principal do dicto collegio, posto que no regimento delle diga, que o reitor da Universidade, nem outra alguma pessoa, tenha superioridade sobre o dicto collegio, e Principal delle, segundo mais inteiramente voreis pela dicta provisão, que mando que se registre no livro dos registos dessa Universidade, pelo escrivão do conselho della, para se assim cumprir; e assim vos encommendo, que em tudo o que vos o dicto Principal requerer, e a bem do dicto collegio cumprir, folgueis de o favorecer e

ajudar, como espero que o fareis, porque receberei disso contentamento, e vo-lo agradecerei, e terei em serviço. João de Seixas a fez em Lisboa a 18 de novembro de 1549. Manuel da Costa a fez escrever. — REI.

E era assignada por sua alteza, e eu Diogo de Azevedo a trasladei.

Documentos relativos aos jesuitas e Universidade de Coimbra. Registo das proações na secretaria da Universidade, tom. 1, fol. 119.

XXXIII

Que o collegio das Artes seja sujeito á Universidade

Eu el-rei faço saber a quantos esta minha provisão virem, que eu mandei ora perante mim vir o regimento, que ordenei e mandei dar ao collegio das Artes, que novamente fiz na cidade de Coimbra, em tempo do doutor mestre André de Gouveia, que foi o primeiro Principal do dicto collegio, e por algumas justas causas, que me a isto moveram, houve por bem o meu serviço, de emendar, e acrescentar, algumas cousas no dicto regimento, na forma e maneira seguinte.

Primeiramente, que daqui em diante o dicto collegio seja sujeito á Universidade da dicta cidade de Coimbra naquellas cousas, e da maneira, abaixo declaradas, postoque no dicto regimento diga, que o reitor da dicta Universidade, nem outra alguma pessoa, tenha superioridade sobre o dicto collegio, e Principal d'elle.

Item. Hei por bem que acontecendo, que o Principal do dicto collegio suspenda, e tire algum lente d'elle por suas culpas ou defeitos, para metter outros em seu lugar, como por bem do dicto regimento pôde fazer, cada vez que lhe parecer que convém para bom governo do dicto collegio, que em tal caso faça o dicto Principal disso autos com o escrivão de seu cargo, e sentindo-se os lentes lencia d'elle aggravados, de os assim suspender ou tirar, se poderão sobre isso aggravar ao reitor, e conselho da dicta Universidade, os quaes verão os dictos autos, e ouvidas as partes, determinarão o que lhes parecer justiça, e cumprir-se-ha o que por elles for determinado.

Item. Quando o dicto Principal vir, que para boa governança do dicto collegio cumprê fazer-se alguns estatutos e ordenanças, elle o dirá ao dicto reitor, e conselho, para o ouvirem sobre isso

em conselho, e praticarem, e assentarem com elle, o que lhes parecer; e sendo cousa, em que lhes pareça, que se deve de prover, em alguma maneira, mo escreverão para eu nisso mandar, o que me bem parecer, postoque no dicto regimento diga, que o dicto Principal mo escreva, e mande por apontamento.

Item. Hei por bem, que o reitor, em a dicta Universidade, visite o dicto collegio cada seis mezes, e se informe, e saiba, se lêm os lentes delle como devem, e são obrigados, e se o Principal guarda o regimento do collegio, e se alguns lentes, e officiaes, e collegiaes delle, no tempo da dicta visitaçã, se lhe aggravarem do dicto Principal, os ouvirá com elle, e proverá nisso como fôr justiça, e fará guardar o dicto regimento.

Item. Hei por bem, que a jurisdicção, que pelo dicto regimento tenho dada ao dicto Principal, até dez cruzados, nos casos das dividas, que fizerem os estudantes, que posarem dentro do dicto collegio, depois de estarem assentados no livro da matricula delle, segundo se no dicto regimento contém, se entenda, e haja sómente logar, quando ambas as partes forem estudantes do dicto collegio.

Item. Onde no dicto regimento diz, que o sub-Principal do dicto collegio prenda os estudantes, que dentro delle ferirem, ou commetterem algum outro delicto de mór qualidade, e os entregue as justças seculares, a que o conhecimento dos taes casos directamente pertencer, para nellos entenderem, e procederem contra os culpados, como fôr direito, hei por bem que o Principal os prenda, e entregue ao conservador da Universidade, para prover em seus casos como fôr direito.

Item. Diz mais no dicto regimento, que os regentes do dicto collegio lerão nas cathedras, que o Principal lhes ordenar, e ao tempo e horas, que lhes sera declarado no estatuto do dicto collegio. Hei por bem, que os dictos regentes não leiam em suas cathedras outros alguns livros senão os, que lhes pelo dicto Principal forem ordenados, e no ler de suas lições, seguirão em tudo o modo e maneira, que lhes elle assignar, e ordenar.

Item. Onde no regimento diz, que os regentes terão carregos de olhar pelos estudantes, que tiverem em suas camaras, para que estudem, aprendam, e não façam o que não devem, hei por bem, que tenham outrossim cuidado de lhes repetirem as lições ordinarias, que os dictos estudantes nas cathedras ouvirem, sem lhes ler livro algum outro em publico, nem em particular.

Item. Postoque até aqui estivesse em costume, o ordenança, de os cursos das artes se lerem, e durarem por tempo de tres annos e meio, havendo ora respeito, no dicto collegio não haver as vacações de dois mezes, que soia de haver, nem dias assuetos, antes se lerem nelle em todo o tempo continuamente as lições

ordinarias, e porque tenho informação, que tudo, o que se lia nos dictos tres annos e meio, se póde bem ler em tres annos, hei por bem e mando, que daqui em diante se leiam, e acabem os dictos cursos das artes, dentro de tres annos sómente, em quanto não mandar o contrario.

Item. Hei por bem, que o capitulo do regimento que manda, que todos os estudantes, que ouvirem no dicto collegio, sejam obrigados a andar vestidos da feição, e maneira, de que por minhas provisões tenho mandado, que andem vestidos os estudantes da Universidade, se não entenda nos estudantes de pouca idade, nem nos que forem tão pobres, que não tenham para se poderem vestir da maneira, de que hão de andar vestidos os da Universidade, nem nos que forem creados de algumas pessoas: e porém estes taes serão obrigados de se apresentar ao dicto Principal, para os elle conhecer, e lhes dar licença, para poderem vir aprender ao collegio, postoque não tragam os vestidos conformes aos dos estudantes da Universidade.

E mando, que esta provisão se cumpra, e guarde inteiramente, como se nella contém, a qual se registará no livro dos registos da dicta Universidade, pelo escrivão do conselho della, que passará disto certidão nas costas desta, e assim se registará no livro do dicto collegio pelo escrivão delle, para que a todos seja notorio. João de Seixas a fez em Lisboa aos 8 dias do mez de novembro de 1549. Manuel da Costa a fez escrever. — REI.

O qual regimento, que era assignado por sua alteza, em Diogo de Azevedo, escrivão do conselho, trasladei bem, e fielmente, e puz a dicta certidão nas costas, de como foi apresentada, e tornei-a ao padre Frei Diogo de Murça com a carta, por mo elle assim mandar, que disse que se havia de metter no cartorio da Universidade. E apresentou-se em conselho-mór aos 12 de janeiro de 1550 annos.

Idem; idem.

XXXIV

Provisão sobre uma casa de Simão de Figueiró

Eu el-rei mando a vós, Antão da Costa, recebedor do dinheiro das obras do collegio das Artes, que ora mando fazer na cidade de Coimbra, que deis e pagueis a Simão de Figueiró, que foi

escrivão da fazenda do priorado do mosteiro de Sancta Cruz da mesma cidade, vinte mil réis, que lhe mando dar por uma sua casa de sobrado, que tinha na dicta cidade, a Montarroio, juncto ao dicto collegio, que era satcosim á cidade, em fôro de quinze réis cada anno, com uma casinha terrea de trás, propria, as quaes casas elle vendeu e largou para a obra do dicto collegio a mestre André, que foi Principal delle, por preço e quantia dos dictos vinte mil réis, de que se não fez escriptura, sómente lhe deu o mestre André um assignado seu, por que se obrigou do lhos fazer pagar por minha fazenda, e as dictas casas se tomaram e derribaram para o dicto collegio, e é o chão dellas mettido nelle: os quaes vinte mil réis lhe vós pagareis, fazendo o dicto Simão de Figueiró, primeiro, venda das dictas casas, para o dicto collegio, pelo dicto preço, com outorga e consentimento de sua mulher, por escriptura publica, a qual escriptura será entregue ao doutor mestre Diogo de Gouveia, que ora é Principal do dicto collegio, e nella se declararão as confrontações dellas, e assim cobrareis delle o assignado que tem do dicto mestre André, e o titulo que tiver das dictas casas, o qual titulo será outrosim entregue ao dicto Principal. E por este, com conhecimento do dicto Simão de Figueiró, de como recebeu de vós os dictos vinte mil réis, e com o dicto assignado de mestre André, e assim com conhecimento em fôrma, que cobrareis do dicto Principal, feito pelo escrevão de seu cargo, e assignado por ambos, em que declare, que recebeu a dicta escriptura de venda, e titulo do dicto Simão de Figueiró, e lhe ficam carregadas em receita, mando que vos sejam os dictos vinte mil réis levados em conta. E este não passará pela chancellaria. João de Seixas o fez em Lisboa a 30 de abril de 1549. Manuel da Costa o fez escrever.

— REI.

Vinte mil réis no recebedor das obras do collegio das Artes a Simão de Figueiró, por umas casas, que se lhe tomaram para o dicto collegio, segundo acima é declarado; e que este não passe pela chancellaria.

Registado. Manuel da Costa. Registado ás folhas 184. João de Seixas.

Aos 14 dias no mez de julho de 1549 annos conheceu e confessou Simão de Figueiró, escrevão da fazenda do priorado de Sancta Cruz desta cidade de Coimbra, que ora pertence á Universidade, receber, e de facto recebeu, perante mim escrevão e testemunhas, em dinheiro de contado, vinte mil réis, de Antão da Costa, recebedor do dinheiro do collegio real, que sua alteza nesta cidade de Coimbra manda fazer. os quaes vinte mil réis se lhe montaram, e sua alteza lhe mandou pagar, por umas

casas, que lhe foram tomadas para o dicto collegio, por o doutor mestre André de Gouveia, Principal que foi do dicto collegio, de que tinha passado um seu assignado ao dicto Simão de Figueiró dos dictos vinte mil réis, o qual assignado se entregou ao dicto recebedor; as quaes casas, uma dellas era em futeosim desta cidade, e a outra propria. E por verdade, que recebeu os dictos vinte mil réis do dicto recebedor, o dicto Simão de Figueiró assignou aqui commigo, escrivão, sendo testemunhas, Diogo de Castilho, cavalleiro da casa do dicto senhor, e Antonio Fernandes, creado de mim, Pero da Costa, escrivão das obras, que este escrevi. — Simão de Figueiró. — Diogo de Castilho. — Antonio Fernandes. — Pero da Costa.

Digo eu, o doutor mestre André de Gouveia, Principal do collegio de Coimbra das Artes e Humanidade de el-rei nosso senhor, nesta cidade de Coimbra, que é verdade, que eu tomei a Simão de Figueiró, escrivão de Sancta Cruz, morador na dicta cidade, uma casa em Montarroio, que é futeosim da cidade, e lhe faz fôro de quinze réis por anno, pela somma e preço de vinte mil réis, em que as dictas casas foram avaladas, e as tinha dadas ao mosteiro, comtanto que elle Simão de Figueiró tras-passe o dicto fôro em outra propriedade sua, de que a cidade seja contente, e os dictos vinte mil réis lhe farei pagar forros de casa. E porque assim o hei por bem, lhe dei este, por mim assignado, e feito por Manuel Mesquita, escrivão de meu cargo, aos 26 dias do mez de janeiro de 1548 annos. — André de Gouveia.

Conheceu e confessou o doutor mestre Diogo de Gouveia, Principal do collegio real, ficar-lhe carregado por mim escrivão ao livro da receita, ás 103 folhas do titulo da receita, uma escriptura e titulo de umas casas de Simão de Figueiró, que foram tomadas para este collegio, por mandado de sua alteza, e pagas pela provisão atrás; e por o dicto Principal se dar por entregue desta escriptura e titulo, lhe foi por mim lançada em receita, e passou conhecimento em fôrma a Antão da Costa, recebedor do dinheiro das obras do collegio, e assignou aqui. E eu Manuel Mesquita, escrivão de seu cargo, assignei com elle aos 6 dias do mez de julho de 1549 annos. — Diogo de Gouveia. — Manuel Mesquita.

XXXV

Provisão, com o conhecimento em fôrma, das casas de Antonio de Araujo

Eu el-rei mando a vós Antão da Costa, recebedor do dinheiro das obras do collegio das Artes, que mando fazer na cidade de Coimbra, que deis e pagueis a Antonio de Araujo, morador na villa de Miranda, quarenta mil réis, em que foi avaliada uma morada de casas suas proprias, que lhe por meu mandado foram tomadas, para se metterem no dicto collegio, as quaes partem com a azinhaga, que soia ir para o dicto collegio, e com casas que foram de Simão de Figueiró, e com rua publica, que vai para Montarroio; a qual morada de casas foi avaliada por auctoridade de justiça, sendo o dicto Antonio de Araujo sobre isso ouvido, nos dictos quarenta mil réis, segundo se viu pelo traslado dos autos das dictas avaliações, que estão em poder de Manuel da Costa, meu escrivão da camara, nos quaes fica por elle posta verba, que houve o dicto Antonio de Araujo pagamento dos dictos quarenta mil réis em vós; os quaes lhe vós pagareis, fazendo o dicto Antonio de Araujo, primeiro, escriptura publica de venda das dictas casas para o dicto collegio, pelo dicto preço de quarenta mil réis, com outorga o consentimento de sua mulher, a qual escriptura será entregue ao doutor mestre Diogo de Gouveia, Principal do dicto collegio, e assim o titulo que o dicto Antonio de Araujo tem das dictas casas, e pondo-se primeiro verba nos proprios autos das dictas avaliações, que estão em poder de Antonio da Silva, escrivão da correição da dieta cidade, de como o dicto Antonio de Araujo houve este pagamento em vós, de que vos dará certidão do dicto Antonio da Silva. E por este, com conhecimento do dicto Antonio de Araujo, de como recebeu de vós os dictos quarenta mil réis, o conhecimento em fôrma do dicto Principal, de como lhe foi entregue a dicta escriptura de venda e titulo das dictas casas, e lhe ficam carregadas em receita pelo escrivão de seu cargo, e com a dicta certidão de Antonio da Silva, mando que vos sejam levados em conta. E este não passará pela chancellaria. João de Seixas o fez em Lisboa a 30 de abril de 1549. Manuel da Costa o fez escrever. — REL.

Posta verba, quarenta mil réis, no recebedor das obras do collegio das Artes de Coimbra, a Antonio de Araujo, morador em Miranda, por umas casas, que lhe por mandado de vossa alteza

foram tomadas para o dicto collegio, segundo acima é declarado; e que este não passe pela chancellaria.

Registado. Manuel da Costa. Registado ás folhas 183. João de Seixas.

Conheceu e confessou o doutor mestre Diogo de Gouveia, Principal do collegio real, ficar-lhe carregado por mim escrivão do livro da receita, ás 103 folhas do título da receita, uma escriptura de venda de umas casas de Antonio de Araujo, morador em Miranda, que lhe foram tomadas para o collegio por mandado de sua alteza, e pagas pela provisão atrás; e por se dar o Principal por entregue desta escriptura, e lhe ficar lançada em receita, passou este conhecimento a Antão da Costa, recebedor do dinheiro das obras do collegio, e assignou aqui. Eu Manuel Mesquita, escrivão de seu cargo, assignei com elle, aos 6 dias do mez de julho de 1549 annos. — Diogo de Gouveia. — Manuel Mesquita.

Aos tres dias do mez de julho do anno presente de 1549 annos, conheceu e confessou Antonio de Araujo, cavalleiro da casa del-rei nosso senhor, e morador em Miranda, receber, e de feito recebeu, em dinheiro de contado, perante mim escrivão e testemunhas, de Antão da Costa, recebedor do dinheiro do collegio real desta cidade de Coimbra, a saber: quarenta mil réis, que * lhe montaram em umas casas, que lhe foram tomadas por mandado de sua alteza para o dicto collegio, e foram avaliadas por auctoridade de justiça nos dictos quarenta mil réis, por serem proprias. E porque é verdade o dicto Antonio de Araujo receber os dictos quarenta mil réis do dicto recebedor, Antão da Costa, * lhe deu este conhecimento, assignado por elle Antonio de Araujo, e por mim Pero da Costa, escrivão das obras por sua alteza. Testemunhas presentes, Diogo de Castilho, cidadão da dicta cidade, e Antonio Dias Pereira, tabelião das notas della. Pero da Costa, que o fez no dicto dia, mez e anno. — Diogo de Castilho. — Antonio Dias Pereira. — Antonio de Araujo. — Pero da Costa.

Aos que esta certidão virem, digo eu, Antonio da Silva Soares, escrivão da chancellaria desta comarca de Coimbra, que é verdade, que no auto da tomada das casas, que se tomaram para o collegio real fica posta verba, de como Antonio de Araujo, cavalleiro da casa del-rei nosso senhor, houve o pagamento de umas suas casas proprias, que lhe foram tomadas, em Antão da Costa, recebedor das obras do dicto collegio, a saber: em quarenta mil réis, em que as suas casas, que lhe foram tomadas, foram avaliadas como proprias, que são, para elle Antonio de Araujo. E porque isto passa na verdade, e elle Antonio de Araujo me pedir dêsse esta certidão, para haver o dicto dinheiro, lha dei

por mim feita e assignada nesta cidade hoje, 26 dias do mez de junho de 1549. Desta, e da verba, mil réis. Antonio da Silva Soares.

Idem; idem.

XXXVI

Provisão sobre as casas de Simão Affonso

Eu el-rei mando a vós, Antão da Costa, recebedor do dinheiro das obras do collegio das Artes, que mando fazer na cidade de Coimbra, que deis e pagueis a Simão Affonso, tecelão, morador na dicta cidade, dez mil e duzentos réis, que lhe mando dar, dos quinze mil réis, em que foram avaliadas, como proprias, duas suas casas terreiras velhas, que lhe por meu mandado foram tomadas, para se metterem no dicto collegio, as quaes são prazo do priorado de Sancta Cruz, que ora pertencem á Universidade da dicta cidade, em tres vidas, que pagavam de fôro á dicta Universidade oitenta réis cada anno; as quaes partem com casas, que foram de João Gonçalves, sirgheiro, e com casas de Henrique Dias, mercador, e foram avaliadas por auctoridade de justiça, sendo o dicto Simão Affonso sobre isso ouvido, nos dictos quinze mil réis, dos quaes se descontam quatro mil e oitocentos réis, que se devem á dicta Universidade como directo senhorio das dictas casas, pelos oitenta réis, que nellas tinham de fôro, os quaes se avaliaram a razão de seis mil réis por cada cem réis, segundo se tudo viu pelo traslado dos autos das dictas avaliações, que estão em poder de Manuel da Costa, meu escrivão da camara, nos quaes fica por elle posta verba, que houve o dicto Simão Affonso pagamento dos dictos dez mil e duzentos réis em vós; os quaes lhe vós pagareis, fazendo o dicto Simão Affonso escriptura publica de venda das dictas casas, para o dicto collegio, pelo dicto preço de dez mil e duzentos réis, com outorga e consentimento de sua mulher, a qual escriptura será entregue ao doutor mestre Diogo da Couveia, Principal do dicto collegio, e assim o titulo que o dicto Simão Affonso tem das dictas casas, e pondo-se primeiro verba nos proprios autos das dictas avaliações, que estão em poder de Antonio da Silva, escrivão da correição da dicta cidade, de como o dicto Simão Affonso houve este pagamento em vós, de que vos dará certidão do dicto Antonio da Silva. E por este, com conhecimento do dicto Simão Affonso, de

como recebeu de vós os dictos dez mil e duzentos réis, o conhecimento em forma do dicto Principal, de como lhe foi entregue a dicta escriptura de venda e título das dietas casas, e lhe ficam carregadas em receita pelo escrivão de seu cargo, e com a dicta certidão de Antonio da Silva, mando que vos sejam levados em conta. E este não passará pela chancellaria. João de Seixas o fez em Lisboa a 30 de abril de 1549. Manuel da Costa o fez escrever. — *Rel.*

Posta verba, dez mil e duzentos réis, no recebedor das obras do collegio das Artes de Coimbra, a Simão Affonso, tecelão, morador na dicta cidade, por umas casas, que lhe por mandado de vossa alteza foram tomadas para o dicto collegio, segundo acuna é declarado; e que este não passe pela chancellaria.

Registado. Manuel da Costa. Registado a folhas 181. João de Seixas.

Aos que esta certidão virem digo eu Antonio da Silva, escrivão da chancellaria desta comarca de Coimbra, que é verdade, que nos autos da tomada das casas para o collegio das Artes fica posta verba, de como Simão Affonso, tecelão, morador nesta cidade, houve pagamento de dez mil e duzentos réis, em que foram avaliadas as suas casas, que pertencem á mesa do priorado de Sancta Cruz, de que paga oitenta réis de fôro, em Antão da Costa, almoxarife do dicto collegio, segundo dello fui certo por uma escriptura, feita por Gonçalo Gil, tabellião; e porque a dicta verba fica posta nos autos, lhe passei esta certidão por mim assignada hoje, 19 dias de junho de 1549 annos. Eu Antonio da Silva a fiz escrever e subscrevi. — Antonio da Silva Soares. Por esta e verba, vinte réis.

Aos vinte e um dias do mez de junho de 1549 annos, conheceu e confessou Simão Affonso, tecelão, morador nesta cidade, receber, e de facto recebeu, perante mim escrivão, e testemunhas, de Antão da Costa, recebedor do dinheiro das obras do collegio real, a saber: dez mil e duzentos réis em dinheiro de contado, que lhe couberam da sua parte das casas, que lhe tomaram por mandado de sua alteza, para o dicto collegio; os quaes dez mil e duzentos réis lhe couberam á sua parte como inquilino, e ao priorado de Sancta Cruz desta cidade, que ora pertencem á Universidade de Coimbra, em quatro mil e oitocentos réis como directo senhorio das dietas casas, por serem por justiça avaliadas em quinze mil réis como proprias; e por verdade o dicto Simão Affonso receber os dictos dez mil e duzentos réis do dicto recebedor, assignou com as testemunhas, Manuel de Mesquita, capellão do dicto collegio, e Diogo Lopes, sapateiro, moradores na dicta cidade. Pero da Costa, escrivão das obras, o escreveu, no dicto

dia, mez e anno. — Simão Affonso. — Manuel Mesquita. — Diogo Lopes. — Pero da Costa.

Conheceu o confessor o doutor mestre Diogo de Gouveia, Principal do collegio real, ficar-lhe carregado por mim, escrivão, no livro da receita do collegio, ás cento e duas folhas do titulo da receita, uma escriptura e titulo de umas casas de Simão Affonso, tecelão, morador nesta cidade, que lhe foram tomadas por mandado de sua alteza para este collegio, e pagas pela provisão atrás; e por se dar o dicto Principal por entregue desta escriptura e titulo, e lhe ficar por mim escrivão carregado em receita, passou este conhecimento a Antão da Costa, recebedor do dinheiro do collegio, e assignou aqui. E eu Manuel Mesquita, escrivão de seu cargo, assignei com elle aos 6 dias do mez de julho de 1549 annos. — Diogo de Gouveia. — Manuel Mesquita.

Idem; idem.

XXXVII

Provisão sobre as casas de Henrique Dias

Eu el-rei mando a vós, Antão da Costa, recebedor do dinheiro das obras do collegio das Artes, que mando fazer na cidade de Coimbra, que deis e pagueis a Henrique Dias, mercador, morador na dicta cidade, cento e quatro mil réis, que lhe eu mando dar dos cento e quarenta mil réis, em que foram avaliadas, como proprias, duas suas moradas de casas com seu quintal, que lhe por meu mandado foram tomadas, para se metterem no dicto collegio, a saber: umas, prazo do priorado de Sancta Cruz, que ora pertencem á Universidade da dicta cidade, em tres vidas, que pagavam de fóro á dicta Universidade quatro centos e oitenta réis cada anno, as quaes partem com o dicto collegio, e com casas de Antonio Fernandes, e o quintal com o caminho que vae para Montarroio; e as outras, outrosim prazo da dicta Universidade, em tres vidas, que pagavam de fóro cada anno cento e vinte réis, e partem com casas de Simão Affonso, e com caminho publico, e com quintal das outras casas do dicto Henrique Dias: as quaes duas moradas de casas foram avaliadas por auctoridade de justiça, sendo o dicto Henrique Dias sobre isso ouvido, nos dictos cento e quarenta mil réis, dos quaes se descontam trinta e seis mil réis, que se devem á dicta Universidade, como directo senhorio das

dictas casas, pelos seiscentos réis, que nellas tinham de fóro, os quaes se avaliaram a razão de seis mil réis por cada cem réis, segundo se tudo viu por o traslado dos autos das dictas avaliações, que estão em poder de Manuel da Costa, meu escrivão da camara, nos quaes fica por elle posta verba, que houve o dicto Henrique Dias pagamento dos dictos cento e quatro mil réis em vós; os quaes lhe vós pagareis, fazendo o dicto Henrique Dias primeiro escriptura publica de venda das dictas casas para o dicto collegio pelo dicto preço de cento e quatro mil réis, com outorga e consentimento de sua mulher, a qual escriptura será entregue ao doutor mestre Diogo de Gouveia, Principal do dicto collegio, e assim o titulo que o dicto Henrique Dias tem das dictas casas, e pondo-se primeiro verba nos proprios autos das dictas avaliações, que estão em poder de Antonio da Silva, escrivão da correição da dita cidade, de como o dicto Henrique Dias houve este pagamento em vós, de que vos dara certidão do dicto Antonio da Silva. E por este, com conhecimento do dicto Henrique Dias, de como recebeu de vós os dictos cento e quatro mil réis, e conhecimento em fôrma do dicto Principal, de como lhe foi entregue a dicta escriptura de venda e titulo das dictas casas, e lhe ficam carregadas em receita pelo escrivão de seu cargo, e com a dita certidão de Antonio da Silva, mando que vos sejam levados em conta. E este não passará pela chancellaria. João de Saxeas o fez em Lisboa a 30 dias de abril de 1549. Manuel da Costa o fez escrever.

— Rm.

Esta verba, cento e quatro mil réis, no recebedor das obras do collegio das Artes a Henrique Dias, mercador e morador em Coimbra, por duas moradas de casas, que lhe por mandado de vossa alteza foram tomadas para o dicto collegio, segundo acima é declarado; e que este não passe pela chancellaria.

Registrado. Manuel da Costa. Registrado ás folhas 181. João de Saxeas.

Ao primeiro dia do mez de junho de 1549 annos, conheceu e confessou Henrique Dias, mercador, e morador nesta cidade de Coimbra, receber, e de feito recebeu, perante mim escrivão e testemunhas abaixo assignadas, de Antão da Costa, recebedor do dinheiro das obras do collegio real nesta cidade, a saber: cento e quatro mil réis, que se lhe montaram em duas moradas de casas, e um quintal, que lhe foram tomadas para o dicto collegio, os quaes cento e quatro mil réis recebeu o dicto Henrique Dias, da sua parte que lhe coube das ditas casas e quintal, como proutento senhorio, porquanto as ditas casas e quintal foram avaliadas por autoridade de justiça em cento e quarenta mil réis, dos quaes se tiraram para o directo senhorio os trinta e seis

mil réis. E por verdade assignou aqui o dicto Henrique Dias commigo, Pero da Costa, escrivão das obras, sendo as testemunhas presentes, Braz Eannes, morador na dicta cidade, e Antonio Fernandes, creado de mim, escrivão, que o escrevi. — Braz Eannes. — Henrique Dias. — Antonio Fernandes. — Pero da Costa.

Conheceu e confessou o doutor mestre Diogo de Gouveia, Principal do collegio real, ficar-lhe carregado por mim escrivão no livro da receita ás 102 folhas do titulo da receita, uma carta de venda com seus titulos, de duas moradas de casas de Henrique Dias, mercador, morador nesta cidade, que lhe foram tomadas para o collegio por mandado de sua alteza e pagas pela provisão atrás; e por se dar o Principal por entregue destes papeis acima dictos, e lhe ficar lançado em receita, passou este conhecimento a Antão da Costa, recebedor do dinheiro das obras do collegio, e assignou aqui. E eu Manuel Mesquita, escrivão de seu cargo, assignei com elle aos seis dias do mez de julho de 1549 annos. — Diogo de Gouveia. — Manuel Mesquita.

Idem; idem.

XXXVIII

Provisão sobre as casas de João Gonçalves

Eu el-rei mando a vós, Antão da Costa, recebedor do dinheiro das obras do collegio das Artes, que mando fazer na cidade de Coimbra, que deis e pagueis a João Gonçalves, almocreve, morador na dicta cidade, dezeseis mil e duzentos réis, que lhe mando dar, dos trinta mil réis, em que foi avaliada, como propria, uma sua morada de casas, que lhe por meu mandado foram tomadas, para se metterem no dicto collegio, que são prazo da igreja de Sancto Iago da dicta cidade, em tres vidas, e pagavam de fôro á dicta igreja duzentos e trinta réis cada anno, e partem com casas de Diogo Lopes, sapateiro, e com casas de Simão Affonso, tecelão, moradores na dicta cidade, e foram as dictas casas avaliadas por auctoridade de justiça, sendo o dicto João Gonçalves sobre isso ouvido nos dictos trinta mil réis, dos quaes se descontam treze mil e oitocentos réis, que se devem á dicta igreja, como directo senhorio das dictas casas, pelos duzentos e trinta réis que nellas tinham de fôro, os quaes se avaharam a razão de seis mil réis por cada cem réis, segundo se tudo viu pelo traslado dos autos

das dietas avaliações, que estão em poder de Manuel da Costa, meu escrivão da camara, nos quaes fica por elle posta verba, que houve o dicto João Gonçalves pagamento dos dietos dezeseis mil e duzentos réis em vós, os quaes lhe vós pagareis, fazendo o dicto João Gonçalves primeiro escriptura publica de venda das dietas casas para o dicto collegio, pelo dicto prego de dezeseis mil e duzentos réis, com outorga e consentimento de sua mulher, a qual escriptura será entregue ao doutor mestre Diogo de Gouveia, Principal do dicto collegio, e assum o titulo que o dicto João Gonçalves tem das dietas casas, e pondo-se primeiro verba nos proprios autos das dietas avaliações, que estão em poder de Antonio da Silva, escrivão da correição da dicta cidade, de como o dicto João Gonçalves houve este pagamento em vós, de que vos dará certidão do dicto Antonio da Silva. E por este, com conhecimento do dicto João Gonçalves, de como recebeu de vós os dietos dezeseis mil e duzentos réis, e conhecimento em fôrma do dicto Principal, de como lhe foi entregue a dicta escriptura de venda e titulo das dietas casas, e lhe ficam carregadas em receita pelo escrivão de seu cargo, com a dicta certidão de Antonio da Silva, mando que vos sejam levados em conta. E este não passará pela chancellaria. João de Seixas o fez em Lisboa a 30 de abril de 1549. Manuel da Costa o fez escrever. — RZL.

Posta verba, dezeseis mil e duzentos réis, no recebedor das obras do collegio das Artes de Coimbra, a João Gonçalves, almocreve, morador na dicta cidade, por umas casas, que lhe, por mandado de vossa alteza, foram tomadas para o dicto collegio, segundo acima é declarado; e que este não passe pela chancellaria.

Registado. Manuel da Costa. Registado ás folhas 182. João de Seixas.

Aos vinte e um dias do mez de Junho de 1549 annos, conheceu e confessou João Gonçalves, almocreve, e morador nesta cidade de Coimbra, receber, e de feito recebeu, em dinheiro de contado, de Antão da Costa, recebedor do dinheiro das obras do collegio real, a saber: dezeseis mil e duzentos réis, que se lhe montaram, como inquilino, de umas casas, que lhe tomaram para o dicto collegio, por mandado de sua alteza, as quaes foram avaliadas por mandado de justiça em trinta mil réis, dos quaes couberam ao directo senhorio, que é o prior e beneficiados de Sancto Iago desta cidade, treze mil e oitocentos réis, por serem as dietas casas avaliadas como proprias; e porque é verdade o dicto João Gonçalves receber, do dicto recebedor, os dietos dezeseis mil e duzentos réis, assignou aqui com Manuel de Mesquita, capellão do dicto collegio, e Diogo Lopes, sapateiro, e morador nesta

cidade. Pero da Costa o fez nella no dicto dia, mez e anno. — Manuel Mesquita. — João Gonçalves. — Diogo Lopes. — Pero da Costa.

Aos que esta certidão virem digo eu Antonio da Silva Soares, escrivão da chancellaria desta correição de Coimbra, que é verdade, que nos autos da tomada das casas, que se tomaram para o collegio real, fica posta verba, de como João Gonçalves, almocreve, morador nesta cidade, a quem foram tomadas umas casas, prazo da egreja de Sancto Iago, de que pagava duzentos e trinta réis e um capão, e foram avahadas, o que a elle pertencia haver, em dezeseis mil e duzentos réis para elle dicto João Gonçalves sómente, o qual pagamento lhe é mandado dar em Antão da Costa, almoxarife do dicto collegio, segundo dello fui certo por uma escriptura, feita por Gonçalo Gil: e porque a dicta verba fica posta passei dello esta certidão ao dicto João Gonçalves, feita nesta cidade de Coimbra hoje, 19 de junho de 1549 annos. Eu Antonio da Silva a fiz escrever, e subcrevi. — Pagou desta e da verba, vinte réis. Antonio da Silva Soares.

Conheceu e confessou o doutor mestre Diogo de Gouveia, Principal do collegio real, ficar-lhe carregado, e ás cento e duas folhas em receita no título da receita, uma escriptura e título de umas casas, que foram tomadas por mandado de sua alteza para o collegio, e pagas pela provisão atrás, a João Gonçalves, almocreve, morador nesta cidade; e por se o dicto Principal dar por entregue desta escriptura e título, e lhe ficar carregada em receita, passou este conhecimento a Antão da Costa, recebedor do dinheiro do collegio, e assignou aqui. E eu Manuel Mesquita, escrivão de seu cargo, assignei com elle aos 3 dias do mez de julho de 1549 annos. — Diogo de Gouveia. — Manuel Mesquita.

Idem; idem.

XXXIX

Provisão sobre as casas de Diogo Lopes

Eu el-rei mando a vós, Antão da Costa, recebedor do dinheiro das obras do collegio das Artes, que mando fazer na cidade de Coimbra, que deis e pagueis a Diogo Lopes, sapateiro, morador na dicta cidade, vinte e dous mil réis, que lhe mando dar dos quarenta mil reis, em que foram avaliadas como proprias uma

sua morada de casas, que lhe por meu mandado foram tomadas, para se metterem no dicto collegio, que são prazo da egreja de S. João de Almedina da dicta cidade, em tres vidas, que pagavam de fóro á dicta egreja duzentos réis, e dous capões cada anno; as quaes partem com caasa de Henriqua Dias, mercador, e com caasa de João Gonçalves, almocreve; a qual morada de caasa foi avaliada por auctoridade de justiça, sendo o dicto Diogo Lopes sobre isso ouvido, nos dictos quarenta mil réis, dos quaes se descontam dezoito mil réis, que se devem á dicta egreja de S. João, como directo senhorio das dictas caasa, pelos duzentos réis e dous capões, que nellas tinham de fóro, os quaes se avaliaram a razão de seis mil réis por cada cem réis, segundo se tudo viu pelo traslado dos autos das dictas avaliações, que estão em poder de Manuel da Costa, meu escrivão da camara, nos quaes fica por este posta verba, que houve o dicto Diogo Lopes pagamento dos dictos vinte e dous mil réis em vós, os quaes lhe vós pagareis, fazendo o dicto Diogo Lopes primeiro escriptura publica de venda das dictas caasa para o dicto collegio, pelo dicto prego de vinte e dous mil réis, com outorga e consentimento de sua mulher; a qual escriptura será entregue ao doutor mestre Diogo de Gouveia, Principal do dicto collegio, e assim o titulo que o dicto Diogo Lopes tem das dictas caasa; e pondo-se primeiro verba nos proprios autos das dictas avaliações, que estão em poder de Antonio da Silva, escrivão da correição da dicta cidade, de como o dicto Diogo Lopes houve este pagamento em vós, de que vos dará certidão do dicto Antonio da Silva. E por este, com conhecimento do dicto Diogo Lopes, de como recebeu de vós os dictos vinte e dous mil réis, o conhecimento em fórma do dicto Principal, de como lhe foi entregue a dicta escriptura de venda e título das dictas caasa, e lhe ficam carregadas em receita pelo termo de seu cargo, e com a dicta certidão de Antonio da Silva, mando que vos sejam levados em conta. E este não passará pela chancellaria. João de Seixas o fez em Lisboa a 30 de abril de 1549. Manuel da Costa o fez escrever. Rm.

Pela verba, vinte e dous mil réis, no recebedor das obras do collegio das Artes de Coimbra a Diogo Lopes, sapateiro, morador na dicta cidade, por umas caasa, que lhe por mandado de vossa alza foram tomadas para o dicto collegio, segundo acima é declarado; e que este não passe pela chancellaria.

Registrado. Manuel da Costa. Registrado ás folhas 184. João de Seixas.

Aos vinte e um dias do mez de junho de 1549 annos conheceu e confessou Diogo Lopes, sapateiro, e morador nesta cidade de Coimbra, receber, e de feito recebeu, perante mim escrivão

e testemunhas, de Antão da Costa, recebedor do dinheiro das obras do collegio real, a saber: vinte e dous mil réis em dinheiro de contado, os quaes vinte e dous mil réis se lhe montaram de umas casas, que lhe foram tomadas por mandado de sua alteza para o dicto collegio, as quaes foram avaliadas por mandado da justiça em quarenta mil réis como proprias, dos quaes couberam á parte do dicto Diogo Lopes, como inquilino, os dictos vinte e dous mil réis, e ao prior e beneficiados da egreja de S. João de Almedina desta cidade, como directo senhorio das dictas casas, vieram os dezoito mil réis; e porque é verdade receber o dicto Diogo Lopes os dictos vinte e dous mil réis, do dicto recebedor, deu este conhecimento, por elle e testemunhas assignado. Pero da Costa, escrivão das obras o fez. Testemunhas, Manuel de Mesquita, capellão do collegio; Simão Affonso, tecelão, e moradores na dicta cidade. — Diogo Lopes. — Simão Affonso. — Manuel Mesquita. — Pero da Costa.

Aos que esta certidão virem digo eu Antonio da Silva Soares, escrivão desta correição de Coimbra, que é verdade, que nos autos da tomada das casas, que se tomaram para o collegio del-rei nosso senhor, fica posta verba, de como Diogo Lopes, sapateiro, morador nesta cidade, houve pagamento de vinte e dous mil réis, em Antão da Costa, almoxarife do collegio, em os quaes vinte e dous mil réis foram avaliadas as dictas casas, a parte sómente do dicto Diogo Lopes, as quaes casas são forreiras a S. João de Almedina em duzentos réis e dous capões, segundo do dicto pagamento fui certo por uma escriptura feita por Gonçalo Gil; e porque a dicta verba fica posta, e assim passa na verdade, lhe passei esta certidão ao dicto Diogo Lopes hoje, 19 dias de junho de 1549 annos. Eu Antonio da Silva a fiz escrever, e subscreevi, e assignei. — Antonio da Silva Soares.

Conheceu e certificou o doutor mestre Diogo de Gouveia, Principal do collegio real, ficar-lhe carregado por mim escrivão em o livro da receita, ás 102 folhas do titulo da receita, uma escriptura e titulo de umas casas de Diogo Lopes, sapateiro, morador nesta cidade, que lhe foram tomadas para o dicto collegio por mandado de sua alteza, e pagas pela provisão atrás; e por se o Principal dar por entregue desta escriptura e titulo, e lhe ficar carregado em receita, passou este conhecimento a Antão da Costa, recebedor do dinheiro das obras do collegio, e assignou aqui. E eu Manuel Mesquita, escrivão de seu cargo, assignei com elle aos 8 dias do mez de julho de 1549 annos. — Diogo de Gouveia. — Manuel Mesquita.

Idem; idem.

XL

Provisão sobre as casas, que el-rei mandou tomar a mestre Fernando para o collegio das Artes

Eu el-rei mando a vós Antão da Costa, recebedor do dinheiro das obras do collegio das Artes, que mando fazer na cidade de Coimbra, que deis e pagueis a mestre Fernando, morador na dita cidade, quarenta mil réis por outros tantos, em que por meu mandado foi avaliado um seu chão, que tem na dicta cidade detras do dicto collegio entre o olival de Simão de Figueiró, e o caminho que vae para a Conchada, o qual chão lhe mando comprar para o dicto collegio, e o dicto mestre Fernando o tem e possui por titulo de prazo da commenda da Freiria da dicta cidade, em vida de duas pessoas, e paga do fôro cada anno delle a dita commenda duzentos e cincoenta réis, segundo se tudo viu pelo traslado dos autos da dicta avaliação, que o corregedor da comarca da dita cidade fez e me enviou, os quaes estão em poder de Manuel da Costa, meu escrivão da camara, e pagar-lhe deis os dictos quarenta mil réis, fazendo o dicto mestre Fernando primeiro escriptura publica de venda do dicto chão para o dicto collegio, com outorga, e consentimento de sua mulher, pelo dito preço de quarenta mil réis, na qual escriptura serão declaradas a medida e confrontações do dicto chão, e entregar-lhe a dicta escriptura ao doutor mestre João da Costa, Principal do dicto collegio, e assim o titulo que o dicto mestre Fernando tem do dicto chão, e se carregará sobre elle em receita pelo escrivão de seu cargo, e assim se porá primeiro verba nos proprios autos da dicta avaliação por Antonio da Silva, escrivão da chancellaria da dicta correição, em cujo poder estão, de como o dicto mestre Fernando houve o pagamento dos dictos quarenta mil réis, eis vos, porque no traslado dos dictos autos fica já posta outra vez verba. E por este, com seu conhecimento, e conhecimento em forma do dicto Principal, de como recebeu as dictas escripturas, e certidão do dicto Antonio da Silva, de como poz a dicta verba, vos serão levados em conta. E este não passará pela chancellaria. Jorge da Costa o fez em Lisboa aos 18 dias do mes de setembro de 1549. Manuel da Costa o fez escrever. — R&L.

Quarenta mil réis em Antão da Costa, recebedor do dinheiro das obras do collegio das Artes de Coimbra, a mestre Fernando,

morador na dicta cidade, por um chão, que lha vossa alteza manda comprar para o dicto collegio, segundo acima é declarado; e que este não passe pela chancellaria.

Registrado. Manuel da Costa. Registrado ás folhas 185. João de Seixas.

Digo eu mestre Fernando, que é verdade que recebi de Antão da Costa, recebedor do dinheiro das obras do collegio real, da cidade de Coimbra, quarenta mil réis, contheídos nesta provisão de sua alteza, pelo chão, que para o dicto collegio me foi tomado, os quaes recebi da mão do dicto Antão da Costa, do qual dinheiro me dou por pago e satisfeito; porque é verdade, lhe dei este por mim feito e assignado hoje, 5 de março de 1550 annos. — Testemunhas — Manuel Fernandes, e Henrique Brandão, e Antonio Dias Pereira, todos moradores nesta cidade. Feito na sobredicta era, dia e mez. — Magister Fernandus. — Manuel Fernandes. — Henrique Brandão. Antonio Dias Pereira, fiz a escriptura da venda, e vi receber estes quarenta mil réis ao dicto mestre Fernando.

Idem; idem.

XLI

Alvará do dinheiro, que se ha de dar ao prior e beneficiados da egreja de Sancto Iago

Eu el-rei mando a vós, Antão da Costa, recebedor das obras do collegio das Artes, na cidade de Coimbra, que deis, e pagueis ao prior, e beneficiados da egreja de Sancto Iago da dicta cidade, treze mil e oitocentos réis por outros tantos, em que foi avaliado o fôro, e direito senhorio, que tinham em umas casas de João Gonçalves na dicta cidade de Coimbra, as quaes elle trazia por titulo de prazo na dicta egreja, em tres vidas, de que lhe pagava de fôro duzentos e trinta réis em cada um anno; e por se as dictas casas tomarem por mandado meu para as obras do dicto collegio, se fez avaliação dellas, e foram avaliadas, como proprias, em trinta mil réis, a saber: dezesseis mil e duzentos réis para o dicto João Gonçalves, útil senhorio, de que lhe já foi dada provisão para ser dellas pago em vós, e os dictos treze mil e oitocentos réis para o prior e beneficiados da dicta egreja, pelo direito senhorio, e fôro dos dictos duzentos e trinta réis, a razão de seis mil réis por cento, segundo se tudo viu pelo traslado dos autos das avaliações das casas, que se tomaram para o dicto col-

legio, que estão em poder de Manuel da Costa, meu escrivão da camara, no qual fica por elle posta verba, de como o dicto prior, e beneficiados, houveram este alvará, para serem pagos em vós dos dictos treze mil e oitocentos réis. E por este, com seu conhecimento e certidão de Antonio da Silva, escrivão da chancellaria da comarca da dicta cidade de Coimbra, em cujo poder estão os proprios autos das dictas avaliações, de como nelles fôra posta outra tal verba no assento das dictas casas de João Gonçalves, mandando que vos sejam levados em conta. E este não passará pela chancellaria. João de Seixas o fez em Lisboa a 12 de julho de 1550. Manuel da Costa o fez escrever. — REI.

Posta verba, treze mil e oitocentos réis, no recebedor das obras do collegio das Artes, da cidade de Coimbra, ao prior e beneficiados da egreja de Sancto Iago da dicta cidade, por outros tantos, em que foi avaliado o fôro, e direito senhorio, que tinham em umas casas de João Gonçalves da dicta cidade, como acima é declarado: e que este não passe pela chancellaria.

Registado. Manuel da Costa. Registado ás folhas 186. João de Seixas.

Certifico eu Antonio da Silva Soares, escrivão da chancellaria, e correição desta comarca de Coimbra, que é verdade que nos autos das avaliações das casas, que se tomaram para o collegio real, fica posta verba por mim, no título das casas, que foram tomadas a João Gonçalves, prazo da egreja de Sancto Iago, de como o prior, e beneficiados da dicta egreja, houveram o pagamento dos treze mil e oitocentos réis que lhe couberam, em Antão da Costa, recebedor das obras do collegio das Artes, conforme a esta provisão de el-rei nosso senhor, atrás, e por certeza dello passei esta por mim feita e assignada, em esta cidade de Coimbra, a 14 de novembro de 1550 annos. Pagou desta, com busca dos autos, somente oitenta réis. Antonio da Silva Soares.

O prior e beneficiados da egreja de Sancto Iago desta cidade de Coimbra, por este nosso assignado confessamos recebermos de Antão da Costa, recebedor das obras do collegio das Artes, de el-rei nosso senhor, na dicta cidade, estes treze mil e oitocentos réis, contheúdos no desembargo atrás de sua alteza, que são das casas, que por mandado de sua alteza lhe foram tomadas para o dicto collegio; e por assim ser verdade, que delles somos pagos, lhe damos este nosso conhecimento, por nós feito, e assignado, a 14 dias de novembro de 1550 annos. — Antonio Coelho, prior. — Antonio Rangel. Francisco Gomes. — Christovão da Motta. — Gaspar Lopes. — Fernão da Veiga.

Idem: idem.

LXII

Alvará da paga, que se fez aos beneficiados de S. João de Almedina

Eu el-rei mando a vós, Antão da Costa, recebedor das obras do collegio das Artes desta cidade de Coimbra, que deis, e pagueis ao prior, e beneficiados da egreja de S. João de Almedina na dicta cidade, dezoito mil réis por outros tantos, em que foi avaliado o fôro, e direito senhorio, que tinham em umas casas de Diogo Lopes, sapateiro, na dicta cidade, as quaes elle trazia por titulo de prazo da dicta egreja em tres vilas, de que lhe pagava de fôro duzentos réis, e dous capões, que foram avaliados em cem réis, a cincoenta réis cada um, que fazem assim trezentos réis de fôro em cada um anno, e por se as dictas casas tomarem por meu mandado, para as obras do dicto collegio, se fez avaliação dellas, e foram avaliadas, como proprias, em quarenta mil réis, a saber: vinte e dous mil réis para o dicto Diogo Lopes, util senhorio, de que lhe já foi dada provisão para ser delles pago em vós, e os dictos dezoito mil réis para o prior, e beneficiados da dicta egreja pelo direito senhorio, e fôro dos dictos trezentos réis, a razão de seis mil réis por cento, e segundo se tudo viu pelo traslado dos autos das avaliações das casas, que se tomaram para o dicto collegio, que estão em poder de Manuel da Costa, meu escrivão da camara, no qual fica por elle posta verba, de como o dicto prior e beneficiados houveram este alvará, para serem pagos em vós dos dictos dezoito mil réis. E por este com seu conhecimento, e certidão de Antonio da Silva, escrivão da chancellaria da comarca desta cidade de Coimbra, em cujo poder estão os proprios autos das dictas avaliações, de como nelles fica posta outra tal verba no assento das dictas casas de Diogo Lopes, mando que vos sejam levados em conta. E este não passará pela chancellaria. João de Seixas o fez em Coimbra a 11 de novembro de 1560. Manuel da Costa o fez escrever. — RFI.

Posta verba, dezoito mil réis, no recebedor das obras do collegio das Artes desta cidade de Coimbra, ao prior, e beneficiados da egreja de S. João de Almedina, desta cidade, por outros tantos em que foi avaliado o fôro e direito senhorio, que tinham em umas casas de Diogo Lopes, na dicta cidade, como acima é declarado; e que este não passe pela chancellaria.

Registado. Manuel da Costa. Registado ás folhas 186. João de Seixas.

Dizemos nós, eu prior, e beneficiados, da egreja de S. João de Almedina, desta cidade de Coimbra, que é verdade que recebemos de Antão da Costa, recbedor do dinheiro das obras do collegio das Artes, dezoito mil réis, que sua alteza nos mandou pagar por duzentos réis em dinheiro, e dous capões, que foram avaliados em um tostão, que nos Diogo Lopes cada um anno pagava de pensão de umas casas, que por mandado de sua alteza foram derrubadas para o sobredito collegio; e porque é verdade, que nós recebemos os sobreditos dezoito mil réis, contheúdos neste alvará, fizemos este e o assignámos hoje, 18 dias do mez de junho de 1551 annos. André Dias. — Martin Vaz. — Simão Alvares. — Alexandre Pires. — Joannes Francisco.

Aos que esta certidão virem, digo eu Antonio da Silva Soares, escrivão da chancellaria, e correição desta comarca de Coimbra, que é verdade, que nos autos das avaluações das casas, que se tomaram para o collegio real, por mandado de el-rei nosso senhor, no titulo das casas, que foram tomadas a Diogo Lopes, sapateiro, que são prazo da egreja de S. João de Almedina. no titulo do dicto Diogo Lopes, fica posta verba por mim, de como o prior, e beneficiados da dicta egreja, houveram pagamento destes dezoito mil réis, contheúdos no alvará de sua alteza, em Antão da Costa, recbedor das obras do dicto collegio, por outros tantos, em que lhe foram avaliados trezentos réis de fóro, que o dicto Diogo Lopes em cada um anno lhes pagava, e a demasia, que foram vinte e dous mil réis, foram dados ao dicto Diogo Lopes; e por certeza disto lhe passei esta minha certidão, feita e assignada por mim, em esta cidade de Coimbra, aos 20 dias do mez de novembro, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1550 annos. Antonio da Silva Soares.

Idem; idem.

XLIII

Sobre a vinda de el-rei a Coimbra. Reccepção por parte da Universidade. Festas academicas. Comedia no collegio das Artes.

Padre reitor, eu el-rei vos envio muito saudar. Vi a carta que me escrevestes em resposta da que vos mandei sobre minha ida

a essa cidade de Coimbra, e muito me aprouve de toda a Universidade ter della tanto alvoroço e contentamento, como dizeis. E quanto ao que praticastes em conselho sobre o recebimento, que me a Universidade ha de fazer, em que dizeis, que uns foram de parecer, que venhaes a pé, e outros, que a cavallo, pelas razões que me escrevestes, que de uma parte e da outra se apontaram, e que foi assentado que o dicto recebimento se faça a cavallo, e não a pé, por se vencer por mais votos, parece-me bem, que seja a cavallo, como foi assentado, e assim se fará.

Ao que mais dizeis que foi assentado em conselho, que o dia que eu fôr ás escholas geraes seja recebido com uma oração em latim na sala grande, a qual oração está já encommendada a mestre Ignacio de Moraes, e que na dicta sala está já feito um cadafalso, em que eu estarei assentado, e que acabada a oração poderei ouvir os lentes, que estarão esperando em suas cadeiras: e assim assentastes, que querendo eu outro dia tornar ás escholas ouvirei uma disputa em Theologia, que fará D. Sancho de Noronha; e que além de todos estes actos tendes aparelhados outros muitos, que se farão em todas as faculdades; e haverá tambem um doutoramento em Leis, e um exame privado em Canonea, e lições, e repetições e conclusões. E postoque eu não estêo presente a todos estes actos, estarão a elles os prelados, e desembargadores, e letrados, que os ouvirão, o me darão rolação dellea, e assim haverá cada dia disputa á minha mesa. E que no collegio das Artes mandastes aparelhar uma comedia¹, com uma oração, para quando eu a elle fôr. Tudo me parece assim muito bem da maneira, que está assentado, e o tendes ordenado, e lá me direis os actos, a que vos parecer, que eu devo de estar presente. Folguei de me fazerdes saber todas estas cousas antes de minha ida, e vol-o agradeço, e tenho em serviço. E sobre o curso das Artes vos tenho já respondido, que hei por bem, que se não faça por este anno, e fique para o anno, que vem, como já deveis de ter visto por minhas cartas. João de Seixas a fez na Batalha ao primeiro dia de novembro de 1550. Mannel da Costa a fez escrever. — REI.

Resposta ao padre reitor da Universidade de Coimbra.

Idem; idem.

¹ Vide no fim do volume a nota B.

XLIV

Que os cursos das artes durem tres annos e meio

Eu el-rei faço saber a vós, Principal do collegio das Artes, na cidade de Coimbra, que ora sois, e ao deante fordes, que por algumas justas causas, que me a isto movem, hei por bem, e me praz, que os cursos das artes se leiam, e durem daqui em deante por tempo de tres annos e meio, como se sempre costumou, sem embargo da provisão, que passei em novembro do anno passado de 1549, por que mandei que os dictos cursos se lessem por tempo de tres annos sómente. E este alvará mando que se cumpra, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario, o qual se registará no livro do dicto collegio pelo escrivão delle, para que a todos seja notorio. João de Seixas o fez em Almeirim a 15 de dezembro de 1550. Manuel da Costa o fez escrever. — Rei.

Ao Principal do collegio das Artes, da cidade de Coimbra, que ora é e ao deante sôr, que ha vossa alteza por bem, por alguns respeitoes, que os cursos das artes se leiam, e durem, daqui em deante, por tempo de tres annos e meio, como se sempre costumou, sem embargo da provisão, que vossa alteza passou em novembro do anno passado de 1549, por que mandou, que os dictos cursos se lessem por tempo de tres annos sómente; e que este não passe pela chancellaria, e se registre no livro do collegio.

Registado. Manuel da Costa. Registado ás folhas 22. João de Seixas.

Idem; idem.

XLV

Quando se ha de fazer a oração em leuor de sua alteza

Eu el-rei faço saber a vós, Principal do collegio das Artes, na cidade de Coimbra, que por alguns justos respeitoes que me

a isto movem, hei por bem e me praz, que a oração, que se cada anno faz no dicto collegio por dia de Nossa Senhora de fevereiro, em memoria de quando se nelle por meu mandado começou de ler. se faça daqui em deante no dia, que os estudantes pozerem os enigmas, e materias no dicto collegio, o que tudo se fará perto de dia de S. João, antes ou depois, segundo parecer bem a vós dicto Principal, e em cada um anno lhes assignareis o dia, em que se ha de fazer. E este alvará se registará no livro do dicto collegio pelo escrivão delle, para que a todos seja notorio, como o assim tenho mandado, e se cumprirá inteiramente, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. João de Seixas o fez em Almeirim a 15 de dezembro de 1550. Manuel da Costa o fez escrever. — Rei.

Alvará, por que vossa alteza ha por bem, que a oração, que cada anno se faz no collegio das Artes de Coimbra, por dia de Nossa Senhora de fevereiro, em memoria de quando se nelle, por mandado de vossa alteza, começou de ler. se faça daqui em deante, no dia em que os estudantes pozerem os enigmas, e materias no dicto collegio, o que tudo se fará perto do dia de S. João, antes ou depois, segundo parecer bem ao Principal, o qual em cada um anno lhes assignará o dia, em que se ha de fazer; e que este não passe pela chancellaria.

Registado. Manuel da Costa. Registado ás folhas 21. João de Seixas. Registado por mim. escrivão do collegio, ás 2 folhas do livro do collegio. Manuel Mesquita.

Idem; idem.

XLVI

Para que os lentes dentro no collegio não tirem o barrete aos estudantes delle

Eu el-rei faço saber a vós, Principal do collegio das Artes, na cidade de Coimbra, que por algumas justas causas, que me a isto movem. hei por bem, e me praz, que os lentes do dicto collegio, enquanto nelle estiverem lendo nas cadeiras, não tirem o barrete a pessoa alguma, de qualquer qualidade que seja, que delles ordinariamente ouvir: e fora das cadeiras, dentro no collegio, tirarão o barrete sómente aos sacerdotes, religiosos, e

seculares, e não aos outros ouvintes do dicto collegio, e vós o notificareis assim, para que a todos seja notorio; e assim se registará este alvará no livro do dicto collegio, pelo escrivão delle, o qual se cumprirá, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. João de Seixas o fez em Almeirim a 15 de dezembro de 1550. Manuel da Costa o fez escrever. — Rei.

Ha vossa alteza por bem, que os lentes do collegio das Artes, da cidade de Coimbra, enquanto nelle estiverem lendo nas cadeiras, não tirem o barrete a pessoa alguma de qualquer qualidade, que delles ordinariamente ouvir, e fóra das cadeiras, dentro no collegio, tirarão o barrete sómente aos sacerdotes, religiosos, e seculares, e não aos outros ouvintes do dicto collegio; e que este não passe pela chancellaria.

Registado. Manuel da Costa. Registado ás folhas 21. João de Seixas. Registado por mim escrivão, ás 6 folhas do livro, a par do regimento do collegio. Manuel Mesquita.

Idem; idem.

XLVII

Que se não derribem as casas, que vão sobre a rua de Sancta Sophia

Eu el-rei faço saber a vós, officiaes das obras do collegio das Artes, na cidade de Coimbra, que por algumas justas causas, que me a isso movem, hei por bem, e me praz, que se não derribem as casas do dicto collegio, que vem sobre a rua de Sancta Sophia, até o quarto novo, que já está alevantado, ser coberto, e concertado de maneira, que se possa habitar, o que assim cumpri, posto que este não passe pela chancellaria. João de Seixas o fez em Almeirim a 15 de dezembro de 1550. Manuel da Costa o fez escrever. — Rei.

Aos officiaes das obras do collegio das Artes, na cidade de Coimbra, que ha vossa alteza por bem, que se não derribem as casas do dicto collegio, que vem sobre a rua de Sancta Sophia, até o quarto novo, que já está alevantado, ser coberto, e concertado de maneira, que se possa habitar; e que este não passe pela chancellaria.

Idem; idem.

XLVIII

Para que os regentes guardem a ordem, que o Principal lhes der,
nas lições e disputas

Eu el-rei faço saber a vós, doutor Payo Rodrigues, meu capellão, que ora encarreguei de Principal do collegio das Artes, na cidade de Coimbra, que eu hei por bem, e me praz, que os regentes das Artes do dicto collegio sigam e guardem a ordem e maneira, que lhes vós ordenardes nas disputas ordinarias, que tem aos sabbados; e assim nas mais disputas, que lhes por vós forem ordenadas nos outros dias, e bem assim leiam os livros, que lhes vós ordenardes que leiam, e outros alguns não; e por este mando aos dictos regentes, que assim o cumpram, postoque este não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. João de Seixas o fez em Almeirim, a 15 de dezembro de 1650. Manuel da Costa o fez escrever. - REI.

Ha vossa alteza por bem, que os regentes das Artes, do collegio das Artes de Coimbra, sigam, e guardem a ordem e maneira, que lhes ordenar o doutor Payo Rodrigues, que ora encarregou de Principal do dicto collegio, nas disputas ordinarias, que tem aos sabbados, e assim nas mais disputas, que lhes pelo dicto Principal forem ordenadas nos outros dias, e bem assim leiam os livros, que lhes elle ordenar, que leiam, e outros alguns não; e que este não passe pela chancellaria.

Registado. Manuel da Costa. Registado ás folhas 21. João de Seixas.

Idem; idem.

XLIX

Que o escrivão do collegio visite as classes com o Principal

Eu el-rei faço saber a vós, Principal do collegio das Artes, na cidade de Coimbra, que eu hei por bem, e me praz, que quando vós daqui em diante fordes visitar as classes do dicto

collegio, assim nas lições de pela manhã, como nas lições da tarde, vá convosco o escrivão do dicto collegio, e seja presente á dicta visitação, e o mesmo fará, quando, quem vossa cargo tiver, fôr visitar as dictas classes; e mando, que este alvará se cumpra, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. João de Seixas o fez em Almeirim, a 15 de dezembro de 1550. Manuel da Costa o fez escrever. — Rm.

Ha vossa alteza por bem, que quando daqui em deante o Principal do collegio das Artes, da cidade de Coimbra, fôr visitar as classes do dicto collegio, assim nas lições de pela manhã, como nas lições da tarde, vá com elle o escrivão do dicto collegio, e seja presente á dicta visitação, e o mesmo fará, quando, quem seu cargo tiver, fôr visitar as dictas classes; e que este não passe pela chancellaria.

Registado. Manuel da Costa. Registado ás folhas 21. João de Seixas.

Idem; idem.

L

**Que os collegiaes não saiam sem licença do Principal,
postoque os mestres os queiram levar**

Eu el-rei faço saber a vós, Principal do collegio das Artes, da cidade de Coimbra, que eu hei por bem e me praz, que os collegiaes do dicto collegio não vão daqui em deante, pela cidade, sem vossa licença, ainda que vão com o lente, em cuja camara estiverem, assim como não hão de ir fora do dicto collegio, depois que elle fôr acabado, e cerrado, e vós lho notificardes assim, para que a todos seja notorio; e assim se registará este alvará no livro do dicto collegio, pelo escrivão d'elle, o qual mando que se cumpra, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. João de Seixas o fez em Almeirim a 15 de dezembro de 1550. Manuel da Costa o fez escrever. — Rm.

Ha vossa alteza por bem, que os collegiaes do collegio das Artes, da cidade de Coimbra, não vão daqui em deante pela cidade, sem licença do Principal do dicto collegio, ainda que vão com o lente, em cuja camara estiverem, assim como não hão de

ir fora do dicto collegio, depois que elle fôr acabado, e cerrado; e que este se registre no livro do dicto collegio, e que não passe pela chancellaria.

Registado. Manuel da Costa. Registado ás folhas 21. João de Seixas. Registado por mim escrivão do collegio, ás folhas 6, a par do regimento. Manuel Mesquita.

Idem; idem.

LI

Para que os lentes não repitam aos collegiaes as lições ordinarias

Eu el-rei faço saber a vós, Principal do collegio das Artes, que eu tenho mandado por uma minha provisão, feita em novembro do anno de 1549, que os lentes do dicto collegio tenham cuidado, de repetir aos collegiaes, que tiverem em suas camaras, as lições ordinarias, que os dictos collegiaes ouvirem dos dictos lentes nas suas cadeiras. E ora por algumas justas causas, que me a isto movem, hei por bem e mando, que os dictos lentes não tenham a tal obrigação, de repetir as dictas lições ordinarias, e vós lho notificareis assim a todos, para que saibam como o assim hei por bem. E este se cumprirá, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. João de Seixas o fez em Almeirim, a 3 de janeiro de 1551. Manuel da Costa o fez escrever. — Rei.

Alvará por que vossa alteza ha por bem, que os lentes do collegio das Artes, da cidade de Coimbra, não tenham obrigação de repetir as lições ordinarias aos collegiaes, que tiverem em suas camaras (como acima é declarado); e que este não passe pela chancellaria.

Registado. Manuel da Costa. Registado ás folhas 23. João de Seixas.

Idem; idem.

LII

Sobre os porcionistas; que não possam, saindo das porções,
ficar no collegio, nem entrar, senão para serem porcionistas

Eu el-rei faço saber a vós, Principal do collegio das Artes, na cidade de Coimbra, que eu hei por bem e me praz, que os estudantes, que ora estão no dicto collegio, e são porcionistas nelle, se não possam tirar da porção, ficando no collegio, nem sejam recebidos estudantes alguns de novo, para poisarem dentro no dicto collegio, senão os que nelle quizerem ser porcionistas, o que assim fareis cumprir, postoque este não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. João de Seixas o fez em Almeirim a 10 de janeiro de 1551. Manuel da Costa o fez escrever. E isto se entenderá, e cumprirá assim, enquanto o collegio não fôr acabado. — RRI.

Ha vossa alteza por bem, que os estudantes, que ora estão no collegio das Artes de Coimbra, e são porcionistas nelle, se não possam tirar da porção, ficando no collegio, nem sejam recebidos estudantes alguns de novo, para poisarem no dicto collegio, senão os que nelle quizerem ser porcionistas; e que este não passe pela chancellaria.

Registado. Manuel da Costa. Registado ás folhas 21. João de Seixas.

Idem; idem.

LIII

Que o reitor da Universidade não vá visitar o collegio das Artes,
nem os lentes dellas se possam aggravar ao dicto reitor

Eu el-rei faço saber a quantos este meu alvará virem, que eu tenho passada uma minha provisão, feita a 8 de novembro do anno de 1549, por que mando, que o reitor da Universidade de Coimbra visite o collegio das Artes cada seis mezes, e se informe e ouça, se lêem os lentes delle como devem, e são obrigados,

se o Principal do dicto collegio guarda o regimento delle; e que se alguns lentes, e officiaes, e collegiaes do dicto collegio, no tempo da tal visitação, se lhe aggravarem do dicto Principal, os ouça com elle, e proveja nisso como fôr de just ça, e faça guardar o dicto regimento. E ora por algumas justas causas, que me a isto movem, hei por bem e mando, que a dicta visitação se não faça, senão quando o eu por minha especial provisão mandar. Mando mais pela dicta provisão, que acontecendo, que o Principal do dicto collegio suspenda, e tire algum lente, ou lentes delle, por suas culpas, ou defeitos, para metter outros em seu lugar, como por bem do regimento do dicto collegio o póde fazer, cada vez que lhe parecer, que convém, para bom governo delle, que em tal caso faça o dicto Principal disso autos com o escrivão de seu cargo, e que sentindo-se os taes lentes delle aggravados, de os assim suspender, ou tirar, se poderão sobre isso aggravar ao reitor, e conselho da dicta Universidade, os quaes verão os dictos autos, e ouvidas as partes determinarão o que lhes parecer justiça, e se cumprirá o que por elles fôr determinado, segundo mais inteiramente ó contheúdo em um capitulo da dicta provisão. E ora hei por bem e mando, que se não use do dicto capitulo, nem se faça por elle obra alguma, porque confio que o Principal do dicto collegio, e os lentes delle, servirão de maneira, que não seja necessario, o que se pelo dicto capitulo provê, e porque, não sendo o dicto capitulo revogado, seria azo de o dicto Principal não ser tão bem obedecido, como convém; e mando, que esta provisão se cumpra, e guarde, como se nella contém, a qual se registrará no livro dos registos da dicta Universidade pelo escrivão do conselho della, e assim se registrará no livro do dicto collegio, pelo escrivão delle. João de Seixas o fez em Alneirim a 29 de janeiro de 1551. E este não passará pela chancellaria. Manuel da Costa o fez escrever. — Rtl.

Alvará para vossa alteza ver.

Registado. Manuel da Costa. Registado ás folhas 22. João de Seixas. Registado no livro do collegio ás folhas 16. Manuel Mesquita.

Idem; idem.

LIV

Sobre a oração: que se faça o primeiro dia de setembro

Eu el-rei faço saber a vós, doutor Payo Rodrigues de Villarinho, meu capellão, Principal do collegio das Artes, na cidade de Coimbra, ou a quem o dicto cargo tiver, que eu hei por bem e me praz, por alguns justos respeito, que me a isto movem, que a oração, que pelo estatuto do dicto collegio é ordenado, que se faça em meu louvor pelos lentes do dicto collegio, no principio do mez de fevereiro de cada um anno, se faça no principio do mez de setembro, no qual tempo pelo dicto estatuto está ordenado, que se façam as publicas, e solemnes disputas do dicto collegio. E assim hei por bem e mando, que o que pelo dicto estatuto está ordenado, de os lentes do dicto collegio haverem de fazer a dicta oração, se entenda que os lentes de latindade das primeiras quatro classes façam a dicta oração, pela ordem das ditas classes, um deilhes em cada um anno, começando no lente da primeira classe, e depois do o lente da quarta classe ter feito sua oração, tornará ao lente da dicta primeira classe, e assim, por esta ordem, se fará a dicta oração para sempre pelos dictos quatro lentes, e não por outras algumas pessoas; e este alvará mandarei ajunctar ao dicto estatuto para se saber, como o assim hei por bem, e se cumprir inteiramente, o qual quero que valha, e tenha força, e vigor, como se fosse carta, feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, postoque este não seja passado pela chancellaria, sem embargo das ordenações em contrario. João de Seixas o fez em Almeirim a 14 de dezembro de 1551. Manuel da Costa o fez escrever. — REI.

Alvará sobre a oração, que é ordenado, que se faça no collegio das Artes de Coimbra em louvor de vossa alteza, para vossa alteza ver.

Registado. Manuel da Costa. Registado ás folhas 24. Jorge da Costa.

Idem; idem.

LV

**Para se pagarem duzentos e sessenta mil réis a Diogo Affonso,
secretario do cardeal infante**

Eu el-rei mando a vós, Antão da Costa, recebedor do dinheiro das obras do collegio das Artes, da cidade de Coimbra, que deis, e pagueis a Diogo Affonso, que foi secretario do cardeal infante D. Affonso, meu irmão, que sancta gloria haja, duzentos e sessenta mil réis, em que foram avaliadas umas casas com seu assento de quintal e arvores, que estão a Montarroio, as quaes lhe foram tomadas para o dicto collegio, por meu mandado, e foram avaliadas por auctoridade de justiça, sendo o dicto Diogo Affonso sobre isso ouvido, nos dictos duzentos e sessenta mil réis, segundo se viu pelo traslado dos autos da dicta avaliação, que estão em poder de Manuel da Costa, meu escrivão da camara, nos quaes fica por elle posta verba, que houve o dicto Diogo Affonso pagamento em vós, dos dictos duzentos e sessenta mil réis, os quaes lhe pagareis, fazendo elle primeiro escriptura publica de venda das dictas casas, para o dicto collegio, pelo dicto preço de duzentos e sessenta mil réis, a qual escriptura será entregue ao doutor mestre Payo Rodriguez, meu capellão, que ora provi de Principal do dicto collegio, e assim o titulo, que o dicto Diogo Affonso tem das dictas casas, e pondo-se primeiro verba, nos proprios autos das dictas avaliações, que estão em poder de Antonio da Silva, escrivão da correição da dicta cidade, de como o dicto Diogo Affonso houve este pagamento em vós, de que vos dará certidão do dicto Antonio da Silva. E por este, com seu conhecimento, de como recebeu os dictos duzentos e sessenta mil réis, e conhecimento em forma do dicto Principal, de como lhe foi entregue a dicta escriptura de venda, e titulo das dictas casas, e lhe ficam carregadas em receita pelo escrivão de seu cargo, e com a dicta certidão de Antonio da Silva, mando que vos sejam os dictos duzentos e sessenta mil réis, levados em conta. E este não passará pela chancellaria. João de Seixas o fez em Almeirim a 23 de janeiro de 1551. Manuel da Costa o fez escrever. — *Reg.*

Duzentos e sessenta mil réis, no recebedor das obras do collegio das Artes de Coimbra a Diogo Affonso, que foi secretario do cardeal infante D. Affonso, que sancta gloria haja, em que

foram avaliadas umas casas, com seu assento de quintal, e arvores, que estão a Montarroio, as quaes lhe foram tomadas para o dicto collegio por vosso mandado; e que se ponham as verbas acima declaradas, e este não passe pela chancellaria.

Registado. Manuel da Costa. Registado ás folhas 187. João de Seixas.

Conheceu e confessou o doutor Payo Rodrigues de Villarinho, Principal do collegio das Artes, receber de Antão da Costa, recebedor do dinheiro das obras, a escriptura e titulo das casas, no alvará del-rei nosso senhor atrás declarado; e assim lhe fica por mim, escrivão de seu cargo, lançado em receita, no livro de sua receita e despesa, a folhas 22. E por verdade, que elle Principal os recebeu, lhe mandou passar este conhecimento, por elle assignado. Manuel Mesquita, escrivão de seu cargo, o fez aos 20 dias do mez de maio de 1551 annos. — O doutor Payo Rodrigues de Villarinho.

Aos que esta certidão virem, digo eu Antonio da Silva Soares, escrivão da chancellaria, e correição desta comarca de Coimbra, que é verdade que nos autos da avaliação, que se fizeram das casas de Diogo Affonso, contheúdos neste alvará del-rei nosso senhor atrás, fica posta verba por mim escrivão, de como o dicto Diogo Affonso houve o pagamento dos dictos duzentos e sessenta mil réis em Antão da Costa, recebedor das obras do collegio das Artes, tudo conforme ao dicto alvará; e por verdade dito, e de como a dicta verba fica posta em os dictos autos, passei esta certidão, por mim feita e assignada, nesta cidade de Coimbra, aos 23 dias do mez de fevereiro de 1551 annos, em o qual dia puz a dicta verba. — Antonio da Silva Soares.

Digo eu Diogo Affonso, secretario que fui do cardeal infante D. Affonso, que haja gloria, que é verdade, que eu recebi estes duzentos e sessenta mil réis, contheúdos neste alvará del-rei nosso senhor, de Antão da Costa, seu almoxarife das obras do dicto collegio; e porque é verdade, que os recebi delle nesta cidade de Coimbra, no aposento do doutor Payo Rodrigues, Principal do dicto collegio, lhe dei este, feito e assignado por mim, na dicta cidade, a 19 de maio de 1551, com testemunhas, Pero João, sapateiro, e Domingos Gonçalves, carpinteiro, moradores nesta cidade. — De Pero João, uma cruz. — Domingos Gonçalves. — Diogo Affonso.

Idem; idem.

LVI

Sobre as casas de Francisco Alvres, serralheiro

Saibam quantos este instrumento de venda, e satisfação, e pagamento de uma propriedade virem, como aos vinte e tres dias do mez de novembro do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil quinhentos cincoenta e um annos, na cidade de Coimbra, e casas da morada do doutor Payo Rodrigues de Villarinho, Principal do collegio real del-rei nosso senhor, estando elle ahí presente, e bem assim Francisco Alvres, serralheiro, e Uniana¹ Alvres sua mulher, moradores na dicta cidade, logo ahí pelo dicto Principal foi apresentada uma carta de sua alteza, por elle assignada, cujo traslado é o seguinte.

Corregedor, eu el-rei vos envio muito saudar. Eu sou informado, que é necessario tomarem-se para o collegio das Artes umas casas pequenas e velhas, que estão juncto de outras, que se tomaram para o dicto collegio, ao secretario Diogo Afonso, as quaes vos lá apontará, e dirá, o doutor Payo Rodrigues de Villarinho, meu capellão, Principal do dicto collegio; pelo que vos mando, que faheas com a pessoa, cujas as dietas casas são, e trabalheis quanto em vós fór, porque as queira vender para o dicto collegio, pelo preço em que forem avaliadas, e não querendo, as mandareis logo avalar por duas pessoas sem suspeita, que o bem entendam, a saber: uma em que se louvará a dicta pessoa, e outra em que se louvará o dicto Principal, por parte do collegio, e havendo entre elles desvario, nomeareis um terceiro, o mais a prazer das partes, que poder ser, aos quaes louvados, e terceiro, será per vós dado juramento dos sanctos evangelhos, que bem, e verdadeiramente avalem as dietas casas, o que valem de compra, e não se querendo a parte, cujas forem, louvar, vós vos louvareis por ella, e feita a dicta avaliação, tomareis as casas para o collegio, pagando-se primeiro á parte a quantia, em que assim forem avalladas, de que fareis fazer os autos que forem necessarios, nos quaes se trasladará esta minha

¹ Lía-se aqui no manuscrito — Uniana; mas adiante, no lugar correspondente á linha 23 da pagina 85 deste volume, estava — Uniana. Será porém — Urana?

carta, para se saber, como se assim fez por meu mandado. João de Seixas a fez em Almeirim a 10 de agosto de 1551. Manuel da Costa a fez escrever. — REI.

A qual carta é assignada por sua alteza, e dirigida ao corregedor, o doutor Gonçalo de Faria, corregedor da dicta cidade. E além da dicta carta, o dicto Principal mostrou ahi uns autos de avaliação, que por virtude da dicta carta o dicto corregedor mandou fazer de umas casas do dicto Francisco Alvres, e sua mulher, as quaes são foreiras em futeosim aos proprios de el-rei nosso senhor, de que se paga de fôro em cada um anno dous tostões; as quaes casas são situadas nesta cidade, na rua de Montarroi, e partem com casas de Alvaro Gonçalves, boieiro, e com quintal que foi de Diogo Afonso, secretario que ora é do dicto collegio, e com rua publica, que vae para a Conchada, e com outras confrontações, com que de direito devem pertencer, e partir; pelos quaes autos se mostra o dicto Francisco Alvres e sua mulher se louvarem, por sua parte, para avaliarem as dictas casas, em Gonçalo Lentão, cidadão, e o dicto Principal se louvou em João de Beja, ambos cidadãos, e moradores na dicta cidade, os quaes ambos fizeram a dicta avaliação das dictas casas, e as avaliaram, como proprias, em trinta e cinco mil réis, da qual avaliação as partes foram contentes, e porque destes trinta e cinco mil réis se ha de tirar o directo senhorio, que se montar nos dous tostões de fôro, e directo senhorio, o qual não era ainda avaliado o que valia, e as dictas casas eram necessarias árrubarem-se para se metterem no collegio, e as obras irem por diante, lhas aprouve a elles partes, de se tirarem do dicto preço, de 35.000 réis, 8.500 réis, os quaes ficassem depositados em mão de Simão de Figueiró, morador na dicta cidade, para que delles se pagasse o preço, em que o dicto fôro e directo senhorio fosse avaliado, e o que crescer se tornasse aos dictos Francisco Alvres e sua mulher, e mingando, que elles tornem a quebra que faltar. E logo, para effeito da dicta venda, o dicto Principal mandou logo ahi entregar aos dictos Francisco Alvres e sua mulher os dictos vinte e sete mil réis, os quaes elles receberam da mão de Pero da Costa, recebedor do dinheiro das obras do dicto collegio, que lhos entregou ao fazer deste instrumento, perante mim tabellião e testemunhas deste, e os oito mil réis se entregaram ao dicto Simão de Figueiró depositario. Pelo qual preço e dinheiro, que assim receberam os dictos Francisco Alvres e sua mulher, disseram que elles vendiam, e de feito venderam, toda o direito, posse, acção, uso e fructo, que tinham nas dictas casas, ao dicto Principal para o dicto collegio; e logo cederam, e traspassaram de si, e de seus herdeiros, todo o direito que

nellas tinham, e tudo punham, e cediam no dicto collegio, deste dia para todo sempre, e o deram por quite e livre do dicto preço, e a sua alteza, deste dia para sempre. E lhes aprouve, que o dicto Principal logo possa mandar tomar a posse das dictas casas, por quem lhe aprouver, sem mais outro seu mandado, nem de justiça, que para ello haja mistér, e se obrigaram per si, e todos seus bens moveis, e de raiz, havidos e por haver, e de seus herdeiros para sempre, fazerem as dictas casas boas, e de paz, e de justo titulo ao dicto collegio, sob pena de lhe pagarem o dicto preço em dobro, com todas as benfitorias, custas, e perdas e damnos, que lhe sobre ello vierem a receber; e a pena levada, ou não quizeram que este contracto se cumpra, como se nelle contém. E logo o dicto Francisco Alvres entregou ao dicto Principal, ao fazer deste, perante mim tabellião, a escriptura, que das dictas casas tinha, o que tudo elles partes assim louvaram, e outorgaram, e em fê o testemunho de verdade mandaram fazer esta nota em que assignaram, de que mandaram elles Francisco Alvres, e sua mulher, dar um instrumento ao dicto collegio, que o dicto Principal por elle recebeu e aceitou, e eu tabellião, como pessoa publica, o aceitei, e aceito, em nome de sua alteza, e do dicto seu collegio, quanto em direito devo e posso. Testemunhas, que foram presentes, Antonio Fernandes, creado do dicto Pero da Costa, que assignou por si, e pela dicta Uriana Alvres a seu rogo, por não saber assignar, e Braz Ferreira, creado do dicto Principal, e Duarte Pires, pedreiro, moradores na dicta cidade, e Diogo de Castilho, cidadão da dicta cidade, e outros; e eu Antonio Annes, tabellião publico das notas, nesta cidade de Coimbra e seus termos, por el-rei nosso senhor, que este instrumento de minha nota tirei, bem e fielmente, e com ella o concertei, e o escrevi e assignei de meu publico signal, que tal é. Logar do signal publico. Antonio Annes. Paguei deste e nota, e caminho, e distribuição, cento e sessenta réis.

Aos vinte e tres dias do mez de novembro de mil quinhentos cincoenta e um annos, nesta cidade de Coimbra, e pousadas de mim Jorge Vaz, tabellião em ella, pareceram Pero da Costa, recebedor do dinheiro das obras do collegio real na dicta cidade, e o licenciado Agostinho Pimentel, syndico do dicto collegio, e tambem assim Francisco Alvres, serralleiro, aqui morador, e disseram que el-rei nosso senhor mandára tomar para o dicto collegio umas casas delle Francisco Alvres, as quaes foram avaliadas por auctoridade de justiça em trinta e cinco mil réis, como proprias, segundo consta pelos autos atrás, as quaes casas elle Francisco Alvres tinha em fiteosim dos proprios de el-rei nosso senhor, e pagava de fôro em cada um anno ao senhor duque

de Aveiro duzentos réis; e porquanto o fôro não era avaliado o que valia, para se tirar dos dictos trinta e cinco mil réis, e se pagar ao directo senhorio, aprouve ao dicto Francisco Alvres, e foi contente, que dos dictos trinta e cinco mil réis se tirassem oito mil réis, e se pozessem em deposito em mão de Simão de Figueiró, morador na dicta cidade, até se avaliar o dicto fôro, e delles se pagar o fôro dos dictos duzentos réis ao directo senhorio, e o que crescer lhe tornarem, e então dos dictos oito mil réis se pagar o terradego se se dever, e assignaram aqui. Testemunhas presentes, Antonio Fernandes, creado do dicto Pero da Costa, e Thomé Gonçalves, lavrador, e morador na Vimagreira, termo desta cidade. E eu Jorge Vaz, tabellião, o escrevi. — Francisco Alvres. — De Thomé Gonçalves uma cruz. — Pero da Costa. — Antonio Fernandes. — O doutor Agostinho Pimentel.

Por alvará, para o recebedor do dinheiro das obras do collegio das Artes, Pero da Costa, datado de Almeirim, a 10 de agosto de 1551, foi a elle mandado dar, e pagar a Francisco Alvres, serralleiro, os vinte e sete mil réis deste contracto.

Idem; idem.

LVII

Contracto feito com a cidade de Coimbra, sobre o caminho
e fonte de Samsão

Saibam os que este instrumento de contracto e obrigação virem, que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus-Christo, de mil quinhentos e cincoenta e um annos, aos vinte dias do mez de novembro do dicto anno, nesta cidade de Coimbra, e no collegio real, no aposento do doutor Payo Rodrigues de Villarinho, capellão de el rei nosso senhor, o Principal do dicto collegio, estando elle abi de presente, e bem assim Jeronymo Moniz, procurador do concelho desta cidade, commigo Pero da Costa, crenção da camara della por sua alteza, e pulheiro em todas suas cousas, e perante as testemunhas, adeante nomeadas, disse o dito Principal, que elle recebera uma carta de sua alteza, que ali mostrou, e deu a ler a mim escrivão, cujo traslado é o seguinte, a saber: do primeiro e terceiro capitulos da dicta carta, por ter outros, afóra os abaixo escriptos.

CAPITULO I. — Doutor Payo Rodrigues, eu el-rei vos envio

muito saudar. Vi a carta que me escrevestes sobre as obras do collegio, em que me daes conta do que nellas é feito, e do que se va fazendo, e que Diogo de Castilho trabalha agora no lanço, em que se faz a sala das disputas e autos publicos, para o qual lanço é necessario tomar-se um caminho á cidade, que ella não póde largar, sem lhe ser feita uma serventia por o chão, que foi de mestre Fernando, que é tomado para o collegio, a qual serventia ha de ser calçada, e vos dizem, que custará cincoenta ou sessenta mil réis. Eu hei por bem, que se tome o dicto caminho, como dizeis, e que mandeis fazer a serventia calçada, por o dicto chão de mestre Fernando, do dinheiro das obras do dicto collegio.

CAPITULO III. — E ao que dizeis, que a cidade aperta convosco, que lhe façaes uma obrigação, de lhe fazer levar á fonte de Samsão a agua, que vem ao collegio, porque diz que com essa condição a deu para vir a elle, hei por bem, que lhe façaes a dicta obrigação, a qual eu, depois de feita, confirmarei, para se haver de cumprir, como nella fôr contheúdo.

A qual carta era assignada do signal de el-rei nosso senhor, e feita por João de Seixas, e subscripta por Manuel da Costa, e dizia ser feita em Almeirim aos 10 dias de agosto de 1651 annos. E por virtude da dicta carta logo por o dicto Principal foi dicto ao dicto procurador da cidade e concelho, e a mim escrivão, e perante as testemunhas, que elle, como Principal do dicto collegio, e por virtude da dicta carta, elle se obrigava, e de feito obrigou, de dar feito e acabado, pelo dicto chão de mestre Fernando, que agora é do dicto collegio, um caminho e serventia, por onde fossem dous carros a par, e uma pessoa pelo meio, todo calçado, e feito por onde estava abalisado por dentro do dicto chão, até chegar á cruz da Conchada, que é no cabo do olival de Simão de Figueiró, o qual caminho para sempre ficasse á cidade, por outro que ella deixava ao collegio, por onde se todos serviam, que se chamava o caminho da dicta Conchada e Coselhas, e todo se faria á custa do dinheiro das obras do dicto collegio, e se daris feito e acabado, da feitura deste contracto a um anno, e que enquanto se o dicto caminho não acabava, que o povo se pudesse servir, como se ora servia, por o dicto chão, e que se não pudesse tapar, e depois de feito o dicto caminho, como dicto é, então o dicto chão se tape. E outrossim se obrigou o dicto Principal, por virtude da dicta carta, que da feitura deste contracto a seis annos primeiros, mande trazer por canos de alcátrizes ao chafariz de Samsão, que está no terreiro de Sancta Cruz, a agua, que se chama de Samsão, que a cidade deu e soltou, para se trazer ao dicto collegio, a qual

agua se tomará no tanque do chafariz, que se no collegio fizer, para que dahi, limpamento e sem sujidade, venha ao chafariz, e bacia do dicto Samsão, em cima, onde se toma a agua limpa com canas; e isto se fará tão seguro e concertado, que a cidade seja contente, á custa do dinheiro do dicto collegio, com tal condição, e entendimento, que haja agua na arca de Samsão, onde a dicta agua nasce, que possa vir ao collegio, porque não vindo, em tal caso o dicto Principal se não obriga a tal obrigação, de pôr a dicta agua no dicto Samsão; a qual obrigação assim fazia, e de feito fez, por a dicta cidade lhe dar a dicta agua, como dicto é. E desta maneira obrigou os bens e rendas do dicto collegio a tudo cumprir, como dicto é, declarando mais o dicto Principal o procurador, que não se pondo a dicta agua no dicto chafariz de Samsão, no dicto tempo, e á custa das rendas do dicto collegio, e pela maneira que dicto é, que em tal caso a cidade pudesse mandar tolher, e vedar na arca, onde a agua nasce, que não viesse ao collegio, sem mais ordem nem figura de juizo, nem se poderem chamar o dicto Principal e collegio, nem outra pessoa alguma, esbulhados, nem forçados, nem terem pleito nem demanda com a dicta cidade. Ao que tudo o dicto Jeronymo Moniz, procurador da cidade e concelho, e o dicto Principal disseram, que eram muito contentes, e todo o outorgavam e recebiam pelas partes que lhes cabia; o qual contracto assim outorgou por parte, e em nome da dicta cidade, por o juiz e vereadores e procuradores dos vinte e quatro mandarem em camara, que se fizesse este contracto com o dicto Principal, pela maneira atrás declarada, e que elles em camara o approvariam, e outorgariam, porquanto todos desso foram muito contentes; e declarou mais o dicto Principal, que elle estava concertado com Alonso Garcia, calceteiro, morador em Ançã, para lhe fazer toda a calçada do dicto caminho, a cincoenta réis por braça. E porquanto os dictos, juiz e vereadores, e procurador da dicta cidade, melhor podiam compellir e obrigar ao dicto calceteiro, a fazer a dicta calçada, que a elle lhe aprazia, que os dictos juiz, o vereadores, e procurador, mandassem obrigar ao dicto calceteiro, para que faça a dicta calçada, e lhes daria o contracto, que com elle tinha feito, e que as pagas do dinheiro ao dicto calceteiro, lhas mandaria elle Principal fazer ás ferias, conforme ao contracto. E desta maneira houveram todos por bom e firme este contracto, como se nelle contém; o qual eu escrevão aceti em nome da cidade, e concelho, e povo, quanto com direito de vo e posso, e o dicto procurador da cidade fez o mesmo, e todos assignaram nesta nota, uns e outros, de que mandaram dar ás partes os instrumentos, que quizerem. Testemunhas, que

presentes foram, Diogo de Castilho, cavalleiro fidalgo da casa do dicto senhor, e Duarte Pires, e Francisco Gonçalves, pedreiros, moradores na dicta cidade. E eu sobredito Pero da Costa, escrivão da dicta camara, por sua alteza, o escrevi.

E posto que diga, que o dicto Principal se obriga de fazer este caminho pelo chão de mestre Fernando até á cruz da Conchada, não se obrigou o dicto Principal a mais, que mandar fazer o dicto caminho por o dicto chão de mestre Fernando, até onde o chão vae entestar no caminho da Conchada, e até alli se obriga a mandal-o fazer por a maneira, que dicto é, e não ate á dicta cruz. Testemunhas os atrás. Pero da Costa, escrivão da camara da dicta cidade por sua alteza, que o escrevi.

E depois disto, aos vinte e um dias do mez de novembro de 1551 annos, nesta cidade de Coimbra, e camara della, onde estavam em vereação Manuel Leitão, vereador, e juiz pela ordenação, e Jeronymo Moniz, procurador da cidade, e concelho, e Francisco Vaz, e Gaspar Rodrigues, procuradores dos vinte e quatro dos mestres da cidade e povo, todos em vereação comigo, Pero da Costa, escrivão da camara, e publico em todas suas cousas, por sua alteza, perante mim, escrivão, e testemunhas, foi dicto por os dictos, juiz, e vereador, e procurador, e procuradores, que a elles lhes aprazia, e de feito aprouve, de confirmar, e de feito confirmaram, este contracto, atrás feito, sobre os caminhos, e agua de Samaão, feito com o Principal do collegio, e Jeronymo Moniz, procurador da cidade, o qual contracto eu escrivão o li todo publicamente aos dictos officiaes, perante as testemunhas presentes, e depois de lido, e entendido, disseram todos, que era muito bem feito, e em prol, e proveito da cidade, e que o confirmavam, e approvavam o dicto contracto, como se nelle continha, e por fô dello o aceitaram, e assignaram nesta nota, e mandaram, que se dessem ás partes, a quem tocassem, os instrumentos que lhe cumprissem. Testemunhas presentes, Antonio Lopes, e Domingos Fernandes, porteiros da camara, e Antonio Fernandes, criado de mim, Pero da Costa, que o escrevi. E por fô de tudo, eu sobredito Pero da Costa, este fiz escrever, e subscrevi, e concertei com o livro de minhas notas, e este dei ao dicto Principal para o collegio, e o assignei de meu publico signal, e tudo fiz por licença, que para ello de sua alteza tenho.

Eu el-rei faço saber a quantos este meu alvará virem, que eu vi este instrumento, e obrigação atrás escripto, que o doutor Payo Rodrigues de Villarinho, meu capellão, e Principal do collegio das Artes, da cidade de Coimbra, por meu mandado fez com o juiz, vereadores, procurador e officiaes da dicta cidade, o qual contracto confirmo, approvo, e hei por bom e firme, e mando

que se cumpra, e guarde com todas as clausulas, condições, e obrigações, nelle contheúdas, e declaradas. E este hei por bem que valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta, feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, título vinte, que diz «que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não valham» e valerá outrosim, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação, que dispõe, que os meus alvarás, que não forem passados pela chancellaria, se não guardem. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 5 de maio de 1552 annos. Manuel da Costa o fez escrever ¹. — REI.

Idem; idem.

LVIII

Paga das casas de Alvaro Gonçalves, boieiro

Em Lisboa a 10 de maio de 1552, por alvará para Pero da Costa, recebedor do dinheiro das obras do collegio, dar e pagar a Alvaro Gonçalves, boieiro, morador na dicta cidade, trinta e nove mil e quinhentos réis, que lhe são devidos, e ha de haver das quarenta e cinco mil réis, em que foram avaliadas, como proprias, umas casas, que tinha na dicta cidade a Montarroio, por titulo de aforamento em fidejussim perpetuo, de que pagava sessenta réis, e uma gallinha de fóro, cada anno ao hospital da

¹ Este contracto não foi cumprido, em relação ao caminho da Conchada e Gualhas. Em carta regia, feita em Lisboa a 12 de julho de 1561, e dirigida ao corregedor de Coimbra, novamente se ordenou a execução delle, com terminos occasião de ver no logar competente. Naquelle epocha já o collegio das Artes estava entregue nos padres da companhia de Jesus, e em vãos apertavam os vereadores, para ser dada á cidade a estrada, de que faz menção este documento, e que devia substituir a que, em 1551, foi tomada para o collegio, quando era Principal delle o doutor Payo Bolognes de Villarinho. Ainda que pareça insignificante este objecto, por ser a importancia da obra, apenas, de centoenta a sessenta mil réis, deve advertir-se que, ha tres seculos, o dinheiro valia dez a doze vezes mais do que vale hoje, e os jesuitas tinham alcançado, que na carta regia, de que falamos acima, se mandasse pagar a despesa á custa da fazenda real, sendo-lhes deste modo poupadas as suas rendas.

dicta cidade, as quaes lhe por mandado de sua alteza foram tomadas.

Idem; idem.

LIX

Paga, ao hospital de Coimbra, do fôro das casas
de Alvaro Gonçalves, boieiro

Em Lisboa a 10 de maio de 1552, por alvará para o recebedor do dinheiro das obras do collegio, Pero da Costa, dar e pagar ao provedor e officiaes do hospital da dicta cidade cinco mil e quinhentos réis, que lhe são devidos, e hão de haver por outros tantos, em que foi avaliado o fôro de sessenta réis, e uma galinha, que o dicto hospital tinha em umas casas, que delle trazia por titulo de aforamento em futeosim perpetuo Alvaro Gonçalves, boieiro, morador na dicta cidade de Coimbra.

Idem; idem.

LX

Para o juiz de fora avaliar certas casas para o collegio

Eu el-rei faço saber a vós, juiz de fôra da cidade de Coimbra, que o doutor Páyo Rodrigues de Villarinho, meu capellão, Principal do collegio das Artes da dicta cidade, me disse, que era necessario comprarem-se, e tomarem-se, para o dicto collegio, e obras delle, tres moradas de casas, que estão juncto do dicto collegio, a saber: umas, de Diogo de Castilho, e outras, de Simão de Figueiró, e outras, de um fulano, pedreiro; pelo que vos mando, que faleis com as pessoas, cujas as dictas casas são, e trabalheis, quanto em vós fôr, porque as queiram vender, para o dicto collegio, pelos preços e quantias, em que forem avaliadas, as quaes casas logo fareis avaliar, por duas pessoas, sem suspeita, que o bem entendam, a saber: uma, em que se louvarão os senhorios dellas, e outra, em quem se o dicto Principal louvará,

por parte do dicto collegio, e havendo entre ellas desvario, nomeareis, e tomareis um terceiro, o mais a prazer das partes que poder ser, aos quaes louvados, e terceiro, será por vós dado juramento dos sanctos evangelhos, que bem, e verdadeiramente avalhem, o que as dictas casas valem de compra, e não se querendo as partes louvar, vós vos louvareis por ellas. E feita a dicta avaliação, tomareis as dictas casas para o collegio, e as entregareis ao dicto Principal, pagando-se primeiro ás partes o preço, em que forem avaliadas, e as dictas partes farão escripturas publicas da venda dellas, com outorga de suas mulheres, se as tiverem, e com todas as clausulas, e condições, e declarações, que, para segurança das taes vendas, forem necessarias, e fareis de tudo autos, nos quaes se trasladará este meu alvará, para se em todo o tempo ver e saber, como se assim fez por meu mandado. E mando que este se cumpra, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 2 de maio de 1552. Manuel da Costa o fez escrever. — Rei.

Alvará para o juiz de fora, da cidade do Coimbra, sobre as tres moradas de casas acima declaradas, que vossa alteza manda comprar para o collegio das Artes, para ver.

Idem; idem.

LXI

Sobre o apontador das obras

Eu el-rei faço saber a vós, doutor Payo Rodrigues de Villalho, meu capellão, Principal do collegio das Artes, da cidade de Coimbra, o a quem o dicto cargo tiver, que eu hei por bem, e deo serviço, que daqui em diante haja um apontador das obras do dicto collegio, o qual terá cuidado de ver os officiaes, servidores e pessoas, que trabalharem nas dictas obras, e de escrever, e apontar os dias, que cada um nellas trabalhar, e a maneira de que trabalham, para por o rol e ponto, que o dicto apontador fizer, e vos dê em cada feria, se saber o serviço, que os sobredictos têm feito, e se lhe haverem de pagar seus jornaes, e trabalho do tempo, que tiverem servido; o qual apontador será, o que vós para isso nomeardes, e escolherdes, e haverá, para seu mantimento, quatorze mil e seiscentos réis cada anno,

que é a razão de quarenta réis por dia, e lhe serão pagos, pelo recebedor do dinheiro das dietas obras, aos quartéis do anno, com vossa certidão, de como serve: o primeiro que comee a servir o dicto cargo lhe será por vós dado juramento dos sanctos evangelhos, que sirva nisso bem e verdadeiramente, do qual juramento se fará assento nas costas deste alvará, e pelo traslado delle, que será registado no livro da despesa do dicto recebedor, e com conhecimento do dicto apontador, e vossa certidão de como serve, mando, que lhe sejam os dictos quatorze mil e seiscentos réis levados em conta. E hei por bem, que este valha e tenha força e vigor, como se fosse carta, feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, postoque este não seja passado pela dicta chancellaria, sem embargo das ordenações em contrario. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 2 de maio de 1552. Manuel da Costa o fez escrever. — REI.

Alvará sobre o apontador, que vossa alteza ha por bem, que haja nas obras do collegio das Artes de Coimbra, e do mantimento que ha de haver, para vossa alteza ver.

Registado. Manuel da Costa. Registado ás folhas 66. Jorge da Costa.

Aos 28 dias do mez de junho de 1552, nesta cidade de Coimbra, e aposento do doutor Payo Rodrigues de Villarinho, Principal no collegio real, aonde elle estava presente, e Antonio Nunes, ao qual o dicto Principal deu juramento aos sanctos evangelhos, em que elle Antonio Nunes poz as mãos perante mim, escrivão, pelo qual prometteu de bem e verdadeiramente servir o cargo de apontador das obras do dicto collegio, assim como sua alteza manda nesta sua provisão atrás, e o dicto Antonio Nunes foi escolhido, e elegido para o dicto cargo, por o ter por sufficiente para isso, e assignaram aqui. Antonio Teixeira, escrivão das obras, que o escrevi. — O doutor Payo Rodrigues de Villarinho. — Antonio Nunes. — Antonio Teixeira.

Idem; idem.

LXII

Sobre os substitutos, que lerem por docentes, e ausentes

Eu el-rei faço saber a vós, doutor Payo Rodrigues de Villarinho, meu capellão, Principal do collegio das Artes, na cidade

de Coimbra, ou a quem o dicto cargo tiver, que por alguns justos respeitoz, que me a isto movem, hei por bem e me praz, que daqui em diante, quando algum lente do dicto collegio fôr impedido por doença, de maneira que não leia a sua classe, que a pessoa que por vosso mandado a ler em seu logar, durando o tempo do tal impedimento, leve, e haja a terça parte do salario, que o dicto lente do dicto tempo houvera de haver, se per si lera, e as duas partes haverá o dicto lente; e porém deixando de ler por outra alguma causa com vossa licença, e não por doença, então haverá o que ler em seu logar metade do salario, que o lente houvera de haver, e o dicto lente a outra metade, e sendo caso que o tal lente deixe de ler sem vossa licença, não sendo doente, não haverá cousa alguma do tempo, que assim não ler, e a pessoa, que em seu logar ler, haverá metade do salario, na maneira que dicto é; e este alvará mandareis registrar no livro do registo do dicto collegio, para se assim cumprir, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. João de Seixas o fez em Almeirim aos 11 de janeiro de 1552. Manuel da Costa o fez escrever. — Rei.

Alvará para vossa alteza ver.

Registado. Manuel da Costa. Registado ás folhas 25. Jorge da Costa.

Idem; idem.

LXIII

Que os estudantes não sejam obrigados a ouvir um anno de logica

Eu el-rei faço saber a vós, padre reitor, lentes, deputados e conselheiros da Universidade de Coimbra, que eu tenho passado uma provisão, por que mando, que na dicta Universidade não seja recebida pessoa alguma, a ouvir nella Canones, ou Leis, sem certidão do Principal do collegio das Artes, de como nelle ouviu um anno de logica. E ora por algumas justas causas, que me a isto movem, hei por bem e me praz, que os que daqui em diante houverem de ouvir Canones, ou Leis, na dicta Universidade, não sejam obrigados a ouvir no dicto collegio o dicto anno de logica; e que postoque o não ouçam, sejam recebidos a ouvir cada uma das dictas faculdades, mostrando certidão do dicto Principal do collegio, de como nelle foram examinados, e são

sufficientes para poderem ouvir qualquer das dictas faculdades, sem a qual certidão não serão recebidos, nem assentados no livro da matricula da dicta Universidade, e porém querendo alguns ouvir no dicto collegio o dicto anno de Logica, o poderão fazer, e hei por bem, que lhe seja contado por um curso, como até agora se lhe contava, por virtude da dicta provisão; e este alvará se registará no livro dos registos da dicta Universidade, e se publicará no conselho della, para que a todos seja notorio; o qual mando que se cumpra, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 30 dias do mez de março de 1552. Manuel da Costa o fez escrever. E os que não ouvirem o dicto anno de logica, ouvirão um curso de Leis, ou de Canones, além dos cinco cursos, que eram obrigados a ouvir, para se fazerem bachareis, de maneira que o que se houver de fazer bacharel em cada uma das dictas faculdades, tenha nella seis cursos, como se fazia antes de ordenar, que ouvissem o dicto anno de logica, e que se lhe contasse o tal anno nos dictos seis cursos das dictas faculdades. — REI.

Alvará, por que vossa alteza ha por bem, que as pessoas, que daqui em diante houverem de ouvir Canones, ou Leis, na Universidade de Coimbra, não sejam obrigadas, a ouvir no collegio das Artes da dicta cidade o anno de logica, que vossa alteza tem mandado, por sua provisão, que ouçam; e que postoque o não ouçam, sejam recebidos a ouvir cada uma das dictas faculdades, como acima é declarado, para ver.

Registado. Manuel da Costa. Registado ás folhas 22. Jorge da Costa.

Idem; idem.

LXIV

Sobre o modo de provar os cursos,
os que se hão de agrduar em bachareis e licenciados

Eu el-rei faço saber a vós, reitor, e conselho da Universidade de Coimbra, que pelos estatutos da dicta Universidade está ordenado, e mandado, que estudante algum em Artes, que se houver de agrduar em bacharel, não seja admittido a exame, para lhe ser dado o dicto grau de bacharel, sem primeiro provar legitima-

mente deante do reitor, e escrivão do conselho, por testemunhas ajuramentadas, e cedula do seu regente, e seu juramento, que ouviu na dicta Universidade, ou em outra, dous annos, logica, e a philosophia que se costuma de ler nos cursos até áquelle tempo. E ora por alguns justos respeito, que me a isto movem, hei por bem, e me apraz, que daqui em deante, mostrando cada um dos dictos estudantes certidão do Principal do collegio das Artes, feita pelo escrivão de seu cargo, e assignada por ambos, e outra certidão do lente de quem ouviu, de como tem cursado o tempo, e ouvido todos os livros, que se requerem, para lhe ser dado o dicto grau de bacharel, seja admittido a exame para lhe ser dado o dicto grau, sem mais ser obrigado, ou constangido a dar disso provas de testemunhas, nem de seu juramento, como os dictos estatutos mandam; e pela mesma maneira os bachareis, que se houverem de examinar, para serem licenciados em Artes, bastará mostrarem certidão authentica do dicto Principal, e outra do seu regente, de como cursaram, e ouviram, depois de serem feitos bachareis, o tempo e livros que se requerem, e que fizeram as primeiras e segundas respostas, que pelos estatutos são obrigados fazer, para lhes ser dado o dicto grau de licenciado, sem embargo de pelos dictos estatutos estar ordenado, que nenhum bacharel em Artes seja admittido ao dicto exame, sem primeiro provar deante do reitor, e escrivão do conselho, por pessoas ajuramentadas, e cedula do seu regente, que ouviu todas as cousas que segundo os dictos estatutos era obrigado ouvir depois do grau de bacharel em Artes. E mando, que o contheudo neste alvará se notifique, e publique assim no conselho da dicta Universidade, como no dicto collegio: e que este se registre nos livros dos registos da dicta Universidade, e collegio, para que a todos seja notorio, e se cumpra inteiramente. O qual hei por bem que valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta, feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, posto que não seja passado por ella, sem embargo das ordenações em contrario. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 5 de maio de 1532. Manuel da Costa o fez escrever. — Rei.

Alvará para vossa alteza ver.

Registado. Manuel da Costa.

Idem; idem.

LXV

Sobre o varredor para as classes

Eu el-rei mando a vós, doutor Payo Rodrigues de Villarinho, meu capellão, Principal do collegio das Artes, na cidade de Coimbra, e a quem o dicto cargo tiver, que tomeis por soldada um homem, que tenha cargo de varrer e alimpar as classes, pateo, varandas, e egreja do dicto collegio. E por o traslado deste alvará, que será registado no livro de vossa despeas, pelo escrivão de vosso cargo, e conhecimento do dicto homem, que assim tomardes, feito pelo dicto escrivão, em que declare o que nisso dispenderdes, e o tempo que lhe pagardes, mando que vos seja levado em conta. E este não passará pela chancellaria. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 10 de maio de 1552. Manuel da Costa o fez escrever. — REI.

Manda vossa alteza ao doutor Payo Rodrigues de Villarinho, Principal do collegio das Artes, na cidade de Coimbra, e a quem o dicto cargo tiver, que tome por soldada um homem, que tenha cargo de varrer, e alimpar as classes, pateo, varandas, e egreja do dicto collegio; e que este não passe pela chancellaria.

Registado. Manuel da Costa. Registado ás folhas 27. Jorge da Costa. Registado por mim escrivão, no livro do collegio, ás folhas 22. Manuel Mesquita.

Idem; idem.

LXVI

Regimento que hão de guardar os lentes de Artes do collegio real da cidade de Coimbra

. Os lentes de Artes serão obrigados a ler tres annos e meio¹; no qual tempo lerão toda a *Logica* do Aristoteles, e todos os *Ethicos*, e a *Philosophia natural*, que se costuma ler nos cursos,

¹ Vide no fim do volume a nota C.

comprehendendo os livros *De anima*, e todos os livros a que chamam *Parva naturalia*, e da *Metaphysica* ao menos oito livros, em que entrarão o primeiro livro, e o duodecimo, e guardarão na dicta leitura, de tres annos e meio, a maneira e ordem seguinte.

Os livros que se hão de ler o primeiro anno

Na primeira terça do primeiro anno, cada um dos dictos lentes lerá algumas introduções, a saber: *Terminos*, e alguma *Dialectica penguin*, e todo *Porphyrus*.

Na segunda terça lerá os *Predicamentos* do Aristoteles, e os livros *De interpretatione*, e começará os *Topicos* de Aristoteles.

Na derradeira terça proseguirá a leitura dos *Topicos*, até acabar o septimo livro, e lerá, ao menos, quatro livros dos *Ethicos*.

Os livros que se hão de ler o segundo anno

Na primeira terça do segundo anno lerá os *Priores*, e o oitavo livro dos *Topicos*, e começará os *Posteriores*.

Na segunda terça acabará os *Posteriores*, e proseguirá a leitura dos *Ethicos* até acabar o sexto livro.

Na derradeira terça acabará os *Ethicos*, e lerá os *Elenchos*, e um ou d'us livros dos *Physicos*.

Os livros que se hão de ler o terceiro anno

Na primeira terça do terceiro anno acabará os livros dos *Physicos*.

Na segunda terça lerá os livros *De coelo*, e os *De generatione*, e alguns livros da *Metaphysica*.

Na derradeira terça lerá os quatro livros de *Meteoros*, e ao menos o primeiro e segundo *De anima*.

Os livros que se hão de ler o quarto anno

Nos seis mezes do quarto anno acabará os livros *De anima*, e lerá todos os livros, a que chamam *Parva naturalia*, e o que ainda tiver por ler da *Metaphysica*.

Não assim obrigados os dictos lentes a ler o que dicto é em cada uma das dictas terças dos dictos tres annos, sob pena de no cabo de cada terça, em que não cumprirem a dicta obrigação, serem multados na terça parte do salario, que tiverem da mesma

terça, e pela mesma maneira serão multados na terça parte do salario, que tiverem no derradeiro meio anno, não acabando de ler o que acima é declarado, que se deve ler no dicto meio anno.

Em tudo o sobredito, cada um dos dictos lentes lerá a transladação de Aristoteles, que lhe o Principal disser; e em todo o tempo do curso, não lerá livro algum sem consentimento do dicto Principal.

A maneira que hão de ter os lentes, em declarar o texto de Aristoteles

Os dictos lentes na declaração do texto seguirão principalmente as interpretações dos interpretes gregos; e todavia tratarão com diligencia as interpretações dos interpretes latinos, e os argumentos, e duvidas, que uns e outros moveram sobre o texto; porque desta maneira os estudantes entenderão melhor o que ouvirem, e poder-se-hão melhor exercitar nas conferencias, e disputas, que sobre as lições tiverem.

TITULO DAS DISPUTAS

Disputas das terças e quintas feiras

Os lentes do segundo e terceiro curso, ás terças, e quintas feiras, ás horas da lição da tarde, começarão a ler juntamente com os outros lentes do collegio, cada um em sua classe, e, passada uma hora, o porteiro lhes dará signal com a campana do dicto collegio, para deixarem de ler, o que logo farão, e ajuntar-se-hão com todos seus discipulos em uma sala commum, que estará deputada para as disputas dos artistas, na qual sala disputarão até acabada a hora de questões, na maneira seguinte:

Um discipulo do segundo curso proporá argumento da materia, de que houver de ser a disputa, a outro seu condiscipulo, o qual repetirá da *Logica* de Aristoteles um capitulo da mesma materia, ou dous, segundo lhe pelo mestre fôr ordenado, e acabada a dicta repetição, responderá ao argumento que lhe foi proposto no principio; e ao lente do terceiro curso, e aos mestres, e licenciados, que quizerem argumentar, os quaes lhe argumentarão todos da mesma materia.

Pela mesma maneira, ao outro dia de disputas, repetirá, e responderá de *Philosophia natural* um discipulo do terceiro curso, contra o qual tambem no principio argumentará um condiscipulo,

o depois o lente do segundo curso, e os mestres, e licenciados, que se acharem presentes, e quizerem argumentar.

Nesta maneira, e ordem de disputas, entrará o lente do primeiro curso, com seus discipulos, de Paschoa em diante, e será o primeiro que sustentará logo depois de Paschoa, e depois delle o do segundo curso, e depois o do terceiro, e assim por ordem, sustentará cada um seu dia, enquanto durar o tempo das dictas disputas.

Disputas dos sabbados

Aos sabbados haverá disputas pela manhã, e á tarde, as quaes pela manhã começarão uma hora depois de se começarem as lições ordinarias de *Grammatica*; e o porteiro do collegio tangerá a campana ao tempo que se houverem de começar, e durarão então as dictas disputas até acabada a hora de questões, e depois do jantar começarão junctamente com as disputas publicas dos grammaticos, e durarão duas horas, no qual tempo o lente do primeiro curso lerá a seus discipulos, ou os fará disputar na sua classe uns contra os outros.

Para estas disputas dos sabbados se darão conclusões á sexta feira á tarde, e dal-as-hão os que houverem de responder, que serão tres, a saber: um do terceiro curso, que responderá de *Philosophia natural*, e dous do segundo curso, dos quaes um responderá de *Logica*, e outro de *Philosophia moral*, e cada um destes dará tres conclusões, e tres corollarios, e provar-os-ha antes de responder ao argumento, que no principio lhe proporá um seu condiscipulo; e responderá primeiro o do terceiro curso, e logo o que responder de *Logica*, e depois o moral, e por esta mesma maneira e ordem se assentarão, e estarão com as cabeças descobertas, enquanto durarem as dictas disputas, e nas provações das dictas conclusões, e respostas dos dictos tres argumentos dos tres condiscipulos, se passará a primeira hora, a qual acabada, o lente do primeiro curso deixará seus discipulos na sua classe, repetindo a lição, e irá argumentar contra as dictas conclusões, e assentar-se-ha em um banco apartado dos outros lentes do terceiro e segundo cursos, e depois delle argumentarão os mestres e licenciados, que se acharem presentes. Depois de jantar argumentarão alguns condiscipulos contra os dictos respondentes, e tambem poderão argumentar os mestres, e licenciados, que quizerem.

Esta maneira e ordem de disputas se guardará sempre aos sabbados, salvo quando houver alguma festa na semana; porque então ao sabbado, pela manhã, haverá lição ordinaria, e depois

de jantar haverá disputas da maneira que está ordenado ás terças e quintas feiras, as quaes começarão junctamente com as dos grammaticos, e durarão duas horas, e far-se-hão as taes disputas, ainda que a festa seja no mesmo sabbado, conforme ao estatuto, por que está ordenado, que haja disputas todos os sabbados, ainda que o mesmo sabbado seja dia sancto.

Disputa dos domingos

Haverá outrosim disputas aos domingos, nas quaes presidirá sempre o que fôr lente do primeiro curso, e disputarão sómente os discipulos uns contra os outros, na maneira seguinte:

O primeiro, ou segundo sabbado, depois de começado o curso das Artes, os do primeiro, e os do terceiro curso, darão conclusões aos do segundo; e ao domingo, acabadas as vespereas, que será ás tres horas, ajuntar-se-hão todos na sala das disputas, e os do segundo curso argumentarão contra as dictas conclusões, a saber: dous argumentos contra os do primeiro curso, e um contra os do terceiro: e acabados os dictos argumentos, farão outros tres pela mesma maneira, e assim continuarão, enquanto durarem as dictas disputas, as quaes durarão até ás cinco horas. E ao sabbado seguinte, os do segundo curso darão conclusões aos do primeiro, e aos do terceiro, das mesmas materias, de que tiverem disputado o domingo antes, e responder-lhes-hão pela mesma ordem, a saber: a dous do primeiro curso, e a um do terceiro.

As dictas disputas serão todos os domingos do anno, excepto domingo de Paschoa, e domingo de Paschoella, e de Pentecostes, e domingo da Trindade, e os domingos, em que cair qualquer das festas seguintes, a saber: Natal, Reis, S. João, Assumpção de Nossa Senhora, e Todos os Sanctos; e assim não haverá disputas no domingo, que fôr vespera de qualquer das dictas festas.

A maneira que se teri nas disputas, de S. João até fim de agosto

As disputas dos sabbados, e terças, e quintas feiras, se farão pela maneira acima declarada, desde o principio do anno até S. João, do qual tempo em diante, até fim de agosto, responderão sómente os do terceiro curso, e sustentarão as materias, de que houverem de responder publicamente nas escholas geraes, e guardarão toda a maneira, que dicto é ácerca do responder, salvo que para as disputas das terças e quintas feiras, o que

houver de responder dará, o dia antes, uma conclusão, e um corollario, aos lentes e mestres, que houverem de argumentar; e no dicto tempo, todos os sabbados, haverá disputas grandes, pela manhã, e á tarde, ainda que na semana haja alguma festa, salvo caindo a festa no mesmo sabbado, porque então haverá sómente disputas pequenas á tarde, para as quaes se darão uma conclusão, e um corollario, como para as disputas das terças, e quintas feiras.

O derradeiro sabbado, antes do fim do mez de agosto, os do segundo curso darão conclusões de toda a *Logica* aos do terceiro, os quaes disputarão contra ellas ao domingo, e estarão presentes os do primeiro curso, os quaes no dicto dia ouvirão sómente, e não argumentarão, nem responderão.

Passado o dicto mez de agosto, os do terceiro curso não serão mais obrigados a argumentar, nem responder nas disputas ordinarias do collegio, sómente ouvirão suas lições ordinariamente até fim do anno, no qual tempo os do primeiro, e segundo curso, proseguirão as disputas aos domingos, da maneira que está ordenado, e ás terças e quintas feiras, e aos sabbados á tarde disputarão em suas classes, cada classe sobre si, ás horas em que dantes costumavam disputar na sala publica.

Os do quarto curso ouvirão cada dia duas horas de lição, divididas, uma pela manhã, e outra á tarde, ou ambas junctas, como parecer mais conveniente para proveito dos ouvintes, e do lente, as quaes lições assim ouvirão até o tempo, em que se houverem de começar os exames, para se fazerem licenciados.

O lente do terceiro curso, quando seus discipulos se fizerem bachareis, deixará de ler sómente o tempo, que durar o exame, e não antes, nem depois.

Se o lente do segundo curso fôr eleito para examinar bachareis, ou os licenciados, no tempo que durar o exame lerá duas horas, uma pela manhã, e outra á tarde, antes de ir ao dicto exame; e o mesmo fará o lente do terceiro curso, sendo eleito para examinar os licenciados.

Para nenhum dos dictos exames poderá ser eleito o lente do primeiro curso.

Nas disputas do collegio, em que se ajunctarem os lentes das Artes, assentar-se-hão segundo sua antiguidade de grau, assim como se assentarão nas congregações e autos da Universidade, e tendo algum delles grau de doutor, tomado por exame em Universidade, ou havido por mercê de sua alteza, precederá aos que não tiverem semelhante grau, ainda que seja menos antigo em grau de mestre em Artes, e o lente, que no collegio ler um

curso inteiro, sempre depois, ainda que não leia, terá logar nas dictas disputas, como lente, e assentar-se-ha segundo sua antiguidade de grau no mesmo logar, em que se assentára, se actualmente lera.

Eu el-rei faço saber a vós, doutor Payo Rodrigues de Villarrinho, meu capellão, Principal do collegio das Artes na cidade de Coimbra, e a quem o dicto cargo tiver, que eu mandei fazer este regimento, atrás escripto, para os lentes de Artes do dicto collegio, o qual hei por bem e mando, que elles cumpram, e guardem na fórma e maneira, que se nelle contém, e vós lho façaes logo notificar, e publicar no dicto collegio, para que a todos seja notorio; e se cumprirá inteiramente, postoque este alvará não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Manuel da Costa o fez em Lisboa a 20 dias de maio de 1552. — Rei.

Alvará sobre o regimento, atrás escripto, que vossa alteza manda, que guardem os lentes de Artes no collegio de Coimbra; e que não passe pela chancellaria.

Registado. Manuel da Costa.

Notificou-se o regimento, atrás escripto, assim como el-rei nosso senhor manda no alvará acima, aos 20 dias do mez de junho de 1553. Manuel Mesquita.

Idem; idem.

LXVII

Que os estudantes, antes que vão ouvir á Universidade, ouçam um anno na primeira ou segunda classe, e sejam examinados

Eu el-rei faço saber a vós, doutor Payo Rodrigues de Villarrinho, meu capellão, Principal do collegio das Artes, da cidade de Coimbra, e a quem o dicto cargo tiver, que eu passei ora uma provisão para o reitor, e conselho da Universidade da dicta cidade, por que me praz de tirar a obrigação aos estudantes, que houverem de estudar Canones, ou Leis, na dicta Universidade, de ouvirem no dicto collegio um anno de logica, como tinha mandado que ouvissem; e mando que os dictos estudantes mostrem certidão vossa, de como foram examinados no dicto collegio, e são sufficientes para poderem ouvir qualquer das dictas faculdades, e que sem a tal certidão não sejam recebidos a as ouvir, nem

sejam assentados no livro da matricula da dicta Universidade, segundo mais inteiramente é contheudo na dicta provisão. E porque eu queria, que os estudantes, que assim houverem de ouvir Canones, ou Leis, fossem bons latinos, hei por bem, e mando, que elles sejam obrigados a ouvir um anno na primeira ou segunda classe do dicto collegio, e depois de assim terem ouvido o dicto anno em cada uma das dictas classes, sejam examinados, e achando-se que são aptos, e convenientes, ou sufficientes, para poderem ouvir qualquer das dictas faculdades, vós lhes passareis disso certidão, para com ella serem recebidos na dicta Universidade, e não se achando sufficientes, serão obrigados a ouvir outro anno na dicta primeira ou segunda classe, e ouvindo, e estudando elles com diligencia este segundo anno, no fim de elle lhes passareis a dicta certidão, e isto se entenderá nos estudantes do dicto collegio; e se alguns outros estudantes vierem de fora e quizerem logo ouvir Canones, ou Leis, na dicta Universidade, por terem já ouvido latinidade em outras partes, e lhes parecer que estão sufficientes no latim, para poderem ouvir cada uma das dictas faculdades, serão primeiro examinados, no dicto collegio, da sufficiencia que tiverem na latinidade, e achando que são sufficientes lhes passareis disso certidão, para com ella serem matriculados no livro da matricula da dicta Universidade, e poderem nella ouvir cada uma das dictas faculdades, e achando que não estão tão sufficientes como é necessario, os poreis na classe em que, segundo a sufficiencia de cada um, vos parecer que devem de ser postos, para que no dicto collegio acabem de ouvir o tempo, que fôr necessario para serem sufficientes, como acima é declarado; o que assim cumprireis, e fareis logo notificar o contheudo neste alvará no dicto collegio, e classes delle, para que a todaa seja notorio. O qual hei por bem que valha, e tenha força, e vigor, como se fosse carta, feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte, que diz: «que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas; e passando por alvarás não valham», e valerá outrossim, posto que não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 27 de maio de 1552. Manuel da Costa o fez escrever. — Rst.

Alvará para vossa alteza ver.

Registado. Manuel da Costa.

Idem; idem.

LXVIII

Sobre as festas, e dias sanctos

Eu el-rei faço saber a vós, doutor Payo Rodrigues de Villarrinho, meu capellão, Principal do collegio das Artes, na cidade de Coimbra, e a quem o dicto cargo tiver, que eu hei por bem, e me praz, que no dicto collegio se guardem daqui em diante as festas e dias sanctos, que se guardam na dicta cidade, e que as que nella se não guardam, se não guardem no dicto collegio, postoque pelo regimento delle seja isto ordenado em outra maneira; e porém no modo de guardar as dietas festas e dias sanctos se guardará o dicto regimento, salvo que nas vigalias das festas de Nossa Senhora, e nas dos Apostolos acabando de cantar as vespervas do dicto collegio haverá uma hora de lição, e outra de questões, e nos dias das dietas festas se não lerá ás tardeas como eo até agora costumou a fazer por virtude do dicto regimento: o que assim fareis cumprir, e registrar este alvará no livro do registo do dicto collegio, pelo escrivão delle; o qual hei por bem que valha, e tenha força e vigor, como se fôra carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte, que diz «que as cousas cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não valham» e valerá outrossim, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação, que dispõe, que os meus alvarás, que não forem passados pela chancellaria, se não guardem. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 30 de maio de 1552. Manuel da Costa o fez escrever. — Rm.

Alvará sobre as festas e dias sanctos, que vossa alteza manda que se guardem no collegio das Artes, para ver.

Registado. Manuel da Costa. Registado ás folhas trinta e quatro. Jorge da Costa. Registado no livro do collegio ás folhas 62. Manuel Mesquita.

Idem: idem.

LXIX

Sobre o livro, que ha de haver no collegio, onde se hão de trasladar
todas as provisões

Eu el-rei faço saber a vós, doutor Payo Rodriguez de Villarrinho, meu capellão, Principal do collegio das Artes, na cidade de Coimbra, que eu hei por bem, e me praz, que no dicto collegio haja daqui em diante um livro de registo, em que o escrivão do dicto collegio traslade, e registre, o regimento delle, e todas as mais provisões, que eu tenho passadas, e daqui em diante passar, assim dos lentes, e officiaes, como de quaesquer outras cousas de qualquer qualidade que sejam, que pertençam ao dicto collegio, o qual livro será do tamanho que vos bem parecer, e as folhas delle serão numeradas, e assignadas por vós no principio de cada folha: e fará o dicto escrivão, no fim do dicto livro, um assento por vós assignado, em que declare quantas folhas tem o dicto livro, e como são todas numeradas, e assignadas por vós. E tanto que o dicto livro fôr de todo acabado de escrever, se fará outro pela mesma ordem, e assim dahi em diante cada vez que fôr necessario. E mando que este alvará se cumpra, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 16 de fevereiro de 1553. Manuel da Costa o fez escrever. — Rm.

Alvará sobre o livro, que vossa alteza ha por bem que haja no collegio das Artes da cidade de Coimbra, no qual se trasladem todas as provisões delle, para ver.

Registado. Manuel da Costa. Registado ás folhas 45. Jorge da Costa. Registado por mim escrivão aos 25 de novembro de 1553. Manuel Mesquita.

Idem; idem.

LXX

Sobre os mil réis de cada camarista em tempo de collegiaes

Eu el-rei faço saber a vós, doutor Payo Rodrigues de Villarrinho, meu capellão, e Principal do collegio das Artes, da cidade de Coimbra, e a qualquer outro Principal, que ao deante fôr, que eu tenho ordenado e mandado pelo regimento do dicto collegio, que se alguns dos estudantes, que dentro nelle poisarem, não quizerem ser porcionistas, por quererem antes comprar o mantimento, e mandar fazer seu comer na cozinha do dicto collegio, que o possam fazer, e que estes taes paguem mil réis cada um, por anno, ao Principal, pelos quaes elle será obrigado a lhes mandar guisar, e fazer na cozinha do dicto collegio, pelos cozinheiros delle, o comer que elles assim de fora mandarem comprar, e trazer. E ora hei por bem, e me praz, de applicar os dictos mil réis de cada camarista para ajuda da despesa do pagamento dos mantimentos, e ordenados dos lentos, e officiaes do dicto collegio, e vos mando que os recebaes, e arrecadeis dos dictos camaristas, e ao escrivão do vosso cargo, que vol-os carregue em receita no livro della, para haverdes de dar delles conta. E a pessoa, que tiver cargo de dar as porções no dicto collegio, será obrigada a lhes mandar guisar, e fazer na cozinha do dicto collegio, pelos cozinheiros delle, o comer que os dictos camaristas mandarem comprar, e de fora trazer, assim como pelo dicto regimento era posta esta obrigação ao Principal, a qual se lhe poz. porqu' elle tinha então cargo de dar as dietas porções, e havia de haver os dictos mil réis. E hei por bem que este alvará valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, título vinte, que diz «que as cousas cujo effeito houver de durar mais de um anno passem por cartas, e passando por alvarás não valham»: e valerá outrossim, postoque este não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação que dispõe, que os meus alvarás, que não forem passados pela chancellaria, se não guardem. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 16 de fevereiro de 1553. Manuel da Costa o fez escrever. — Rei.

Alvará sobre os mil réis de cada camarista do collegio das

Artes, que vossa alteza applica para ajuda da despesa do pagamento dos lentes, e officiaes do dicto collegio, para ver.

Registado. Manuel da Costa. Registado ás folhas 34. Jorge da Costa.

Idem; idem.

LXXI

Sobre as penas, em que incorrerão, os que trouxerem armas no collegio

Eu el-rei faço saber a vós, doutor Payo Rodrigues de Villarinho ¹, meu capellão, Principal do collegio das Artes, da cidade de Coimbra, e a quem o dicto cargo tiver, que eu tenho mandado pelo regimento do dicto collegio, que os estudantes, que nelle aprendem, não entrem com armas no dicto collegio. E porque no dicto regimento não é declarada a pena, em que incorrerão os que assim entrarem com armas no dicto collegio, hei por bem que qualquer estudante, que nelle entrar com armas, sendo de idade de até quatorze annos seja castigado por vós, daquelle castigo escholastico, que vos bem parecer, e sendo de maior idade dos dictos quatorze annos, o sub-Principal do dicto collegio o entregará preso ao meirinho dante o conservador da Universidade da dicta cidade, a quem mando que se entregue delle, e o leve preso ao castello della, onde estará oito dias; e alem disso uns e outros perderão para o dicto meirinho as armas, com que assim entrarem no dicto collegio. E vós o notificareis, e publicareis assim nas classes delle, para que a todos seja notorio, e não possam allegar ignorancia, e de como o assim publicardes, mandareis fazer assento pelo escrivão do dicto collegio, nas costas deste alvará, que hei por bem que valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, postoque este não seja passado por ella, sem embargo de minhas ordenações em contrario. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 16 de fevereiro de 1553. Manuel da Costa o fez escrever. — Rei.

Alvará sobre as penas, em que incorrerão os estudantes, que entrarem com armas no collegio das Artes, para vossa alteza ver,

¹ Vide no fim do volume a nota D.

Registado. Manuel da Costa. Registado ás folhas 35. Jorge da Costa.

Foi publicado este alvará de el-rei nosso senhor pelo doutor Payo Rodrigues de Villarinho, Principal do collegio real das Artes desta cidade, pelas classes do dicto collegio, aos estudantes delle, como no dicto alvará se contém, coimungo Manuel Thomaz, lente no dicto collegio, escrivão das rendas da Universidade por el-rei nosso senhor, e publico nas cousas dellas, em ausencia do Manuel Mesquita, escrivão do cargo do dicto Principal; do qual dou minha fé como pessoa publica, aos 4 de março de 1553 annos, e assignei de meu signal raso. E eu, o dicto escrivão, o publiquei por mandado do dicto Principal, e assignei. Manuel Thomaz.

Idem; idem.

LXXII

Que os lentes do collegio usem das mesmas liberdades e privilegios,
que os de cima

Eu el-rei faço saber a quantos este meu alvará virom, que eu hei por bem, e me praz, que os lentes do collegio das Artes, da cidade de Coimbra, que ora são, e ao deante forem, gosem, e usem daqui em diante de todos os privilegios, liberdades, preeminencias, graças, e franquezas, que têm, e de que usam os lentes das escolas maiores da Universidade da dicta cidade, assim, e da maneira que de todo gosariam, e usariam, se fossem lentes das dictas escolas. E mando a todas minhas justicas, officiaes, e pessoas a que este alvará, ou traslado delle em publica fórma, fôr mostrado, e o conhecimento delle pertencer, que assim o cumpram, guardem, e façam inteiramente cumprir e guardar, sem duvida nem embargo algum, que a ello seja posto, porque assim o hei por bem. E este alvará me praz que valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta, feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte, que diz «que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvarás, não valham»: e valerá outrosim, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação que dispõe, que os meus alvarás, que não

forem passados pela chancellaria, se não guardem. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 16 de fevereiro 1553. Manuel da Costa o fez escrever. — REI.

Ha vossa alteza por bem, que os lentes do collegio das Artes da cidade de Coimbra, que ora são, e ao deante forem, gosem, e usem, daqui em deante, de todos os privilegios, liberdades, preeminencias, graças, e franquezas que têm, e de que gosam, e usam, os lentes das escholas maiores da Universidade da dicta cidade, assim e da maneira que de todo gosariam, e usariam, se fossem lentes das dictas escholas; e que este valha como carta, e não passe pela chancellaria.

Registado. Manuel da Costa. Registado ás folhas 35. Jorge da Costa. Registado por mim, Diogo de Azevedo, escrivão do conselho da Universidade hoje, 15 de junho de 1553 annos.

Idem; idem.

PARTE II

ENTRADA DOS JESUITAS EM COIMBRA

**Doação, que el-rei D. João III fez á Universidade de Coimbra,
de doze assentamentos de casas, que estão em Almedina,
na rua nova de S. Sebastião**

D. João, por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves do arquipélago e da Índia, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc., faço saber aos que esta minha carta de doação virem, que, para que a povoação de Almedina, da minha cidade de Coimbra, seja ennobrecida, e os estudantes dos estudos, que ora na dicta cidade fundei, e ordenei, tenham aposentamentos e casas, em que se possam agasalhar mais perto das escholas, mandei fazer de novo á custa da minha fazenda na dicta Almedina, e na rua nova, que se chama de S. Sebastião, os aposentamentos das casas seguintes.

Item, na renque das casas, que faz a dicta rua de S. Sebastião contra as casas do bispo, estão quatro aposentos e uma casinha, todos pegados e misticos uns com os outros, e partem do norte com a rua das escholas, e do sul com a pedraria e chão de Izabel Dias, viuva, e do nascente com a dicta rua de S. Sebastião, e do poente com chãos que se tomaram para as escholas, e com chão e pedraria que fica a Diogo Neto; estes não têm quintaes detrás, porque primeiro se hão de quebrar e tirar as pedreiras que ao longo delleis estão, que cada dia quebram as pessoas, que casas fazem em Almedina.

Item, a dicta casinha tem vinte palmos de comprimento, e quarenta palmos de largo, e tem duas casinhas de sobrado e outras duas terras; cada uma tem vinte palmos em quadrado, e são ferradas do pinho.

Item, o primeiro aposento pegado com ella tem de comprido trinta e oito palmos, e quarenta e um palmos de largo, isto em vão tirando a grossura de todas as cinco paredes, e tem este aposento sete casas boas e bem repartidas, a saber: quatro terreas e tres de sobrado, as terreas são igualmente repartidas, e as tres de sobrado, e uma casa deanteira, que tem todo o comprimento do aposento e metade da largura, e em a outra metade tem duas camaras grandes e graciosas, todas forradas de taboado de pinho.

Item, o outro aposento, pegado com este logo acima, tem de comprido seis braças, e a mesma largura do acima dicto, e a medida destes aposentos vae tomada para dentro em vão sem a grossura de todas as paredes; e tem este aposento nove casas, e um corredor que vae para o quintal, que ainda não é feito, a saber: em o terreo um recebimento grande, que tem quarenta e um palmos de comprido, e vinte palmos e meio de largo, e tres casas grandes igualmente repartidas, e o dicto corredor, e no sobrado uma casa deanteira da grandura do recebimento da loja, e quatro camaras grandes e espaçosas, todo forrado de taboado de pinho.

Item, outro aposento logo acima; tem de comprido cincoenta e oito palmos, e a mesma largura; tem dez casas espaçosas igualmente repartidas, a saber: cinco terreas e outras cinco de sobrado forrado de pinho.

Item, o derradeiro aposento que desta parte faz a dicta rua é cançado; tem de comprido cincoenta e oito palmos, e a mesma largura, e tem dez casas e um corredor, a saber: cinco casas terreas e outras cinco, e o corredor em sobrado; o corredor vae para a dicta pedreira, que fica no andar do sobrado, e as casas deanteiras do terreo e sobrado tem cada uma de comprido quarenta e dous palmos, e as outras igualmente repartidas.

E todos estes quatro aposentos têm de comprido por fora ao longo da rua, do cunhal contra o sul até o topo da dicta casinha, vinte e duas braças e seis palmos; a casinha tem de comprido ao longo da dicta rua vinte e tres palmos com a grossura da parede do topo.

Item, mais na dicta rua contra a pedreira de S. Sebastião são feitos oito aposentos todos mistos: uns com os outros, e de cunhal a cunhal têm todos ao longo da dicta rua quarenta e nove braças e meia por fora, e estes são mais compridos, porque o que falta aos outros da outra banda ha de occupar a quadratura das escholas, e a rua que ha de vir ao longo dellas: partem estes aposentos do poente com a dicta rua de S. Sebastião, e do nascente com pedreira, e rocio do concelho, e do norte entestam em os

aposentos, que na dicta rua fez Diogo de Castilho¹, e do sul parte com pedreira.

Item, o primeiro aposento, que topa em as casas, que fez Diogo de Castilho tem de comprido em vão sete braças e oito palmos, e de largo quarenta palmos e meio, e tem quatorze casas, sete terreas e sete de sobrado.

Item, um corredor no terreo, que vae no andar da cisterna, que é tão comprida como o dicto aposento, a qual cisterna fica em logar de quintal; e este é cançado.

Item, o segundo aposento, logo acima, tem de comprido em vão cinco braças e meio, e a mesma largura, e tem nove casas, a saber: cinco de sobrado, e quatro e um corredor, que vae para o quintal, terreas; as casas deanteiras do terreo, e sobrado, são eguaes, e tem cada um de comprido quarenta palmos, e de largo vinte palmos e meio, e tem quintal que é tão comprido como todo o aposento, e de largo duas braças; este não tem feita a parede que faz o dicto quintal ao longo, sómente as dos topos; este é cançado.

Item, o terceiro aposento, logo juncto do ste, tem de comprido em vão setenta e tres palmos, e a mesma largura, tem oito casas, quatro terreas, e quatro de sobrado egualmente repartidas; e é cançado: o quintal é de setenta e tres palmos de comprido, e vinte e oito palmos de largo.

Item, o quarto aposento tem de comprido em vão cincoenta e set palmos, e de largo outro tanto como os de cima, e tem nove casas, e um corredor, que vae para o quintal, a saber: quatro casas e o corredor terreas, e uma casa deanteira e quatro camaras de sobrado; tem a entrada do terreo e casa deanteira do sobrado quarenta palmos de comprido, e vinte palmos e meio de largo, e as outras espaçosas e repartidas egualmente.

Item, o quintal tem cincoenta e sete palmos de comprido e vinte e oito palmos de largo: é cançado.

O quinto aposento tem outros cincoenta e sete palmos de comprido, e a mesma largura; tem outras nove casas, e um corredor para o quintal, quatro casas e o corredor terreas, e cinco de sobrado, espaçosas e bem repartidas; a sala tem quarenta e um palmos de comprido, e vinte palmos e meio de largo, e a loja de baixo della tem trinta e oito palmos de comprido, e vinte palmos e meio de largo.

Item, o quintal tem cincoenta e sete palmos de comprido, e vinte e dois palmos de largo, e é cançado.

¹ Vide no fim do volume a nota E.

O sexto aposento é forrado de taboado de pinho, tem de comprido em vão trinta e oito palmos, e a mesma largura, tem oito casas e um corredor, a saber: quatro de sobrado e outras quatro e o corredor terreas, todas igualmente repartidas; este é forrado, e o quintal deste aposento tem trinta e oito palmos de comprido, e vinte e cinco palmos de largo.

O setimo aposento é forrado de pinho, e tem de comprido setenta e oito palmos, e a mesma largura de quarenta e um palmos, tudo em vão; tem quatorze casas e um corredor, a saber: sete e o corredor terreas, e outras sete de sobrado: tem as casas deanteiras de sobrado, e terrea quarenta e um palmos de comprido, e de largo vinte palmos e meio; e as outras casas repartidas igualmente; e este aposento não tem quintal, porque tem ainda rocha da parte dello.

Item, o oitavo e derradeiro aposentamento é cançado, e tem de comprido sessenta e sete palmos em vão, e a mesma largura dos outros. E tem doze casas, a saber: seis terreas e seis de sobrado: a deanteira do sobrado tem de comprido trinta e um palmos e meio, e de largo vinte e um palmos, e as outras são todas repartidas igualmente; este aposento não tem quintal, porque da parte, aonde havia de estar, está chegado á rocha da pedreira.

E querendo eu fazer graça e mercê á Universidade dos dictos estudos, para que as rendas della sejam acrescentadas, hei por bem de meu proprio motu, e livre vontade, e poder, de fazer pura, simples, e irrevogavel doação, deste dia para todo sempre, á dicta Universidade, dos dictos assentos de casas com suas entradas e saídas, quintaes e servidões, assim e da maneira, que me a mim pertencem, e as eu tenho, e melhor se com direito a dicta Universidade as melhor poder haver, e dagora por esta minha carta tiro, e aparto de mim, e da corôa de meus reinos, o dominio e senhorio, que nas dictas casas tenho, e me pertence, e o trespassso, e hei por trespassado, na dicta Universidade, para que o reitor, lentes, deputados e conselheiros da dicta Universidade, que ora são e pelo tempo forem, possam despoer das dictas casas, assim como o pôdem fazer por estatutos da dicta Universidade, e meus regimentos, das outras cousas e propriedades da dicta Universidade, salvo que as não poderão empraçar em vidas, nem em fiteosim perpetuo, nem vender, nem trocar, nem escambar, nem em outro modo alienar, nem arrendar por um arrendamento, que passe de nove annos a pessoa alguma, e serão para sempre da dicta Universidade, e alugar-se-hão pelo recebedor, que pelo tempo fór da dicta Universidade, com auctoridade do reitor e conselho, e lentes e escholares e pessoas dos dictos estudos, em

que os pagamentos dos alugueres esteem seguros, e o dicto recebedor terá cuidado de arrecadar os dictos alugueres, e ser-lhe-hão em cada um anno carregados pelo escripto de sua receita por mandado do dicto reitor os preços, por que assim forem alugados, e o dicto recebedor outrossim terá cuidado pelo tempo de reparar as dictas casas, do que lhe fôr necessario, em modo que andem sempre bem reparadas, e se não damnifiquem; e porém as despesas, que se houverem de fazer nos dictos corregimentos, serão feitas por auctoridade e mandado do reitor, que pelo tempo fôr, e em outra maneira não serão levados em conta ao dicto recebedor, e quero e me praz que esta doação seja firme, e não possa ser revogada por mim, nem por meus successores, em tempo algum, e que o dicto reitor e conselho possam tomar posse das dictas casas, e assento dellas, com todas suas pertenças por si, e pelo syndico e recebedor da dicta Universidade, por virtude desta minha carta, sem mais outra auctoridade de justiça. E mando a qualquer tabellão, que da posse que assim tomarem, lhe dêem um e muitos instrumentos publicos se lhe cumprir. E por que de todo o sobredito me apraz, por fazer graça e mercê á dicta Universidade, lhe mandei passar esta minha carta de doação sob meu signal e sello, a qual mando que se lance no cartorio da dicta Universidade. Dada em a minha cidade de Lisboa aos 18 dias do mez de julho. Diego Gomez a fez, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1541 annos. Henrique da Mota a fez escrever.

E postoque diga que mandei fazer as sobredictas casas á custa de minha fazenda, mandei-as fazer do dinheiro que cresceu pelo lançamento, além da quantia dos cem mil cruzados, de que os povos me fizeram serviço nas côrtes, que fiz na cidade de Evora ao anno de 1535, por se assentar com os procuradores, que vieram em nome do povo ás contas do primeiro lançamento com que se ordenou o segundo, que fallecendo por aquelle segundo lançamento, até certa quantia, para cumprimento dos cem mil cruzados, eu lho alargava. E crescendo, eu o applicasse e mandasse despendar em uma obra publica, que me bem parecesse.

— ELREI.

Carta de doação, que vossa alteza fez á Universidade de Coimbra, de doze assentamentos de casas, e mais uma casinha, acima declaradas, que estão na cidade de Coimbra em Almedina, na rua nova de S. Sebastião.

Liv. 2º de registo de cartas, providões e alvarás, dirigidos á companhia de Jesus, fl. 38-40 v.

II

El-rei recommenda ao cancellario da Universidade, que dê agasalho a doze jesuitas, que vão frequentar os estudos

Prior cancellario ¹. Eu el-rei vos envio muito saudar. Mestre Simão vae a essa cidade com doze de sua companhia, para os deixar aprendendo nessa Universidade, como vos elle dirá. Encomendo-vos muito que lhe deis, e façaes dar toda ajuda, e favor que lhe cumprir para os pôr em ordem de seu ensino, e doutrina. E porque pôde ser que elles não achem logo casas em que se agasalhem; receberei prazer que os mandeis agasalhar em algumas casas da vossa hospedaria, ou em quaesquer outras desse mosteiro, emquanto assim não acharem outras, porque além de assim ser serviço de Nosso Senhor, e que vós por esse respeito folgareis fazer, eu receberei nisso muito contentamento, e vol-o agradecerai muito. Manuel da Costa a fez em Lisboa a 5 dias de junho do anno de 1542. — Rxi.

Documento original do cartorio do mosteiro de Santa Cruz.

III

Des petitorios de Sancto Antão

Eu el-rei faço saber a vós mamposteiros mórre dos captivos, e a todos os corregedores, juizes, justicas de meus reinos e senhorios, e assim aos outros mamposteiros e officiaes, a que este meu alvará fôr mostrado, e o conhecimento delle pertencer, que eu hei por bem por serviço de Nosso Senhor, e por fazer esmola aos padres e casa de Sancto Antão desta cidade de Lisboa, que

¹ Esta carta foi extractada a pag. 792, do vol. xxxvi do *Instituto*, como dirigida a frei Brás de Braga, governador do mosteiro de Sancta Cruz, e pelo chronista dos conegos regantes, D. Nicolau de Sancta Maria, foi publicada como dirigida ao prior geral D. Dionisio, cancellario da Universidade; o que é incorrecto.

elles possam daqui em diante pedir esmolas por si e por seus procuradores, e arrecadar suas confrarias, que lhes devem do tempo atrás, que não arrecadaram, por lhes eu mandar revogar a licença, que de mim tinham, para pedirem, como todas as outras mais esmolas, que lhes daqui em diante quizerem fazer, com tanto que não preguem nem dêem bullas. Notifico-vol-o assim, e mando que assim o cumpraes, e lhes façaes cumprir e guardar este meu alvará, como n'ello se contém, sem embargo da ordenação, ou regimento e provisão minha, que defende pedir em cada bispado mais de uma só pessoa por cada invocação. E mando, que se lhes fôr tomada alguma esmola das que lhe tiverem feitas, que lha façaes logo tornar, postoque a pedissem antes de vol-o fazer saber, como manda o regimento dos dictos inampositos mōres, porque sem embargo d'elle, e de todas as clausulas e declarações nelle contheudas, que possam haver contra este alvará, quero que se lhe cumpra mui inteiramente, e as hei todas aqui por derogadas sem embargo da ordenação que diz, que se não entenda por derogada ordenação alguma, se della e de sua substancia se não fizer expressa menção. E outrossim hei por bem e mando, que este alvará valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, assellada do meu sello pendente, e passada pela chanceliaria, postoque este por ella não passe, sem embargo das ordenações do segundo livro, titulo vinte, que dispõem o contrario. Pero Henriques o fez em Lisboa aos 4 de outubro de 1542.

Esto se cumprirá assim enquanto o eu houver por bem, e não mandar o contrario. — REI.

E assim me praz, que os dictos padres do Sancto Antão possam poer uma pessoa em cada egreja, que lhes peça as dictas esmolas, e declare os perdões, que aquelles, que as dão, por ello tem, segundo em suas cartas, privilegios e bullas, que têm dos sanctos padres e prelados, se contém, contanto que não preguem nem dêem bullas, como no alvará atrás escripto é contheudo. Esta apostilla mando que se cumpra, postoque não seja passada pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Manuel da Costa a fez em Evora a 26 de outubro de 1544. — REI.

Lic. 1.ª de registo de cartas, provisões e alvarás, dirigidos á companhia de Jesus, ff. 7 v. e 8.

IV

Escreve sua alteza ao arcebispo de Braga sobre os petitorios
de Sancto Antão

Reverendo em Christo, padre arcebispo primaz, amigo, eu el-rei vos envio muito saudar, como aquelle de cujo virtuoso acrescentamento muito me prazeria. Eu hei por bem e me praz, que a provisão geral que tenho passada, para se poderem pedir e arrecadar em meus reinos e senhorios as confrarias e esmolos, que os fideis christãos quizerem dar para a casa de Sancto Antão desta cidade de Lisboa, que ora é annexa ao collegio de Jesus da cidade de Coimbra, se cumpra e guarde como se nella contém, e que o reitor e padres do dicto collegio, ou o reitor e padres da dicta casa de Sancto Antão, possam por seus procuradores mandar pedir as dietas esmolos e confrarias, conforme a dicta provisão, e segundo fórma della, sem embargo de eu ter mandado alevantar os taes petitorios, e que os não haja ali, porque, por fazer esmola ao dicto collegio, e casa de Sancto Antão, e por outros justos respeito, que me a isto movem, hei por bem que, o que neste caso mandei, se não entenda, nem haja logar, nos petitorios, confrarias e esmolos do dicto sancto, e vos encomendo muito, que nesse arcebispado as deixeis pedir e arrecadar, e usar em todo da dicta provisão, dando-lhes para isso as provisões necessarias, e toda ajuda e favor que lhe cumprir, porque receberei dello prazér, e vol-o agradeceréi, e terei em serviço. André Sardinha a fez em Lisboa a 9 dias de setembro ao 1556. Manuel da Costa a fez escrever. — Rei.

Liv. 1.º citado, ff. 12 v.

V

Recommenda el-rei D. João III aos vereadores de Coimbra, que dêem licença a Diogo de Castilho, para vender umas casas á companhia

Juiz e vereadores, procurador e procuradores dos mesteres da cidade de Coimbra, eu el-rei vos envio muito saudar.

Os estudantes da congregação do nome de Jesus, que ora estão nessa cidade, poisam em umas casas de Diogo de Castilho, as quaes se querem ora comprar para os dictos estudantes; e, porque isto não pode ser sem vosso consentimento, vos agradeçerei, que deis licença ao dicto Diogo de Castilho, que lhas possa vender pelo prego em que se avierem. Encomendo-vos que o façaes assim, porque haverei dello prazer. Henrique da Mota a fez em Lisboa a 26 de outubro de 1542. — REI.

Liv. 1.º citado, fl. 5. Liv. 2.º citado, fl. 6.

VI

Sua alteza faz esmola aos padres do collegio de Coimbra, para que possam mandar trazer da mata de Botão a lenha

D. João por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves daquem e dalém mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio da Ethioopia, Arabia, Persia e da India, etc. A quantos esta minha carta virem faço saber, que querendo eu fazer graça e merecê, por esmola, ao reitor e padres do collegio da companhia do nome de Jesus da cidade de Coimbra, hei por bem e me praz de lhes dar logar e licença, que elles possam daqui em diante mandar cortar e trazer das matas de Botão toda a lenha, que lhes fôr necessaria para provimento e despesa do dicto collegio sem embargo de quaesquer regimentos e provisões que em contrario haja, cortando-se porém a dicta lenha naquelles logares das dictas matas, que lhes forem assignados e dados pelo monteiro mór dellas. Notifico-o assim ao dicto monteiro mór, e a todas minhas justiças, officiaes e pessoas,

a quem o conhecimento desto pertencer, e lhes mando que lhes cumpram, e façam inteiramente cumprir, esta minha carta como se nella contém, sem lhes nisso ser posta duvida nem embargo algum, porque assim é minha mercê. Dada em Evora a 12 de julho. João de Seixas a fez, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1544. Manuel da Costa a fez escrever. — Rei.

Liv. 2.º citado, fl. 6.

VII

Porque sua alteza ha por bem, que não paguem aluguer algum das casas da Universidade, em que poisaram, os padres da companhia de Jesus

Reitor, lentes, deputados e conselheiros da Universidade de Coimbra, eu el-rei vos envio muito saudar. Por fazer esmola aos estudantes da companhia do nome de Jesus, e por outros justos respetos, que me a isto movem, me praz e hei por bem, que elles não paguem aluguer algum das casas da Universidade, em que poisam, assim do tempo passado, como daqui em diante, enquanto nellas poisarem, por se lhes não fazer o collegio, em que hão de estar; pelo que vos encommendo e mando, que os não constranjaes a pagar o dicto aluguer na maneira que dicto é, e dar-lhes-heis o traslado desta minha carta, assignada por vós dicto reitor, para a elles terem para sua guarda; e por ella mando a Nicolau Leitão, recebedor das rendas da dicta Universidade, e a quem o dicto cargo tiver, que assim o cumpra. João de Seixas a fez em Evora a 2 de setembro de 1544. Manuel da Costa a fez escrever. — Rei.

Liv. 1.º citado, fl. 6. Liv. 2.º citado, fl. 6 v.

VIII

Que o corregedor, Fernão de Magalhães, seja presente á avaliação das casas de João de Sá, de Coimbra

Doutor Fernão de Magalhães, eu el-rei vos envio muito saudar.

Eu escrevo ao bispo dessa cidade encommendando-lhe, que mande avaliar por pessoas ajuramentadas, sem suspeita, que o bem entendam, as casas de João de Sá, conego dessa dicta cidade, porquanto hei por bem, que se faça nellas o collegio de Jesus, e que vós sejais presente á dicta avaliação, para verdes e procurardes, que se faça bem e fielmente; pelo que vos mando, que o façaes assim, e sendo caso que o bispo tenha algum impedimento, por onde não possa nisso entender, hei por bem, que mandando-vos elle mostrar a carta, que sobre este caso escrevo, dizendo-vos que o não pôde fazer, entendaes na dicta avaliação, e a façaes fazer conforme a dicta carta, e segundo forma della; o que fareis com muita diligencia, e enviar-me-heis logo o traslado dos autos, que se sobre isso fizerem, e assim me escrevereis todo o que se passar, e se no caso fizer. João de Seixas a fez em Lisboa a 4 de julho de 1548. Manuel da Costa a fez escrever.

— REL

Liv. 1.ª citado, fol. 12.

IX

Escrere sua alteza ao bispo de Coimbra sobre as casas do conego João de Sá

Reverendo bispo, conde, amigo, eu el-rei vos envio muito saudar, como aquelle que amo. Eu hei por bem e meu serviço, que as casas de João de Sá, conego, se lhe comprem, e paguem, para se nellas fazer o collegio de Jesus; e para se a avaliação das dictas casas melhor, e mais verdadeiramente fazer, vos encommendo muito, que queiraes entender nella, e mandeis logo avaliar as dictas casas por duas ou tres pessoas ajuramentadas, sem

suspeita, que o bem entendam, sendo o corregedor dessa comarca presente com os avaliadores á dicta avaliação, ao qual eu escrevo que o faça assim; e mandareis ao dicto João de Sá, antes de elle saber quaes são as pessoas que hão de avaliar as dictas casas, que se váia fora da cidade a duas ou tres leguas, e não esté nella enquanto se a dicta avaliação fizer, nem mande donde estiver recado algum aos avaliadores, da qual avaliação mandareis fazer auto bem declarado, de que me enviareis o traslado, e assim me escrevereis todo o que nisso passar, e se fizer; e porque eu mandei já por outra vez avaliar as dictas casas, e sou informado, que depois de serem avaliadas fez o dicto João de Sá nellas algumas bemfeitorias, sendo-lhe de minha parte requerido, que as não fizesse; agradecer-vos-hei quererdes-vos informar deste caso ouvindo sobre isso o dicto João de Sá, e o reitor do collegio, e achando que fez algumas bemfeitorias depois de lhe assim ser requerido, que as não fizesse, sabereis o que nellas gastou e despendeu, e escrever-me-heis todo o que nisso achardes, e souberdes com vosso parecer ácerca de, se será razão e justiça, que se lhe desconte a quantia, que despendeu nas taes bemfeitorias, da avaliação que se agora fizer. E sendo caso que esta carta vos seja dada, não estando vós na cidade, ou que tenhaes algum impedimento, por onde não possaes nisto entender, o commettereis ao corregedor, e lhe mandareis dar esta minha carta, porque eu lhe escrevo que, com vosso recado de como o não podeis fazer, a cumpra como se nella contém. E de o assim fazerdes reciberei prazer, e vol-o agradecerei muito. João de Seixas a fez em Lisboa a 4 de julho de 1548. Manuel da Costa a fez escrever. — Rei.

Liv. 1.º citado, fl. 11 v. e 12. Liv. 2.º citado, fl. 11 v.

X

Que se possa tomar o caminho, que vae da porta do castello de Coimbra
para a porta nova

Eu el-rei faço saber a quantos este meu alvará virem, que hei por bem e me praz, por fazer mercê e esmola ao reitor e collegiaes do collegio de Jesus da cidade de Coimbra, que elles possam tomar o caminho publico, que vae ao longo do muro da dicta cidade, donde chamam a porta nova, para o castello; e o

possam tapar de parede, que comece do fim das casas, em que ora está o dicto collegio, e atravessa o dicto caminho até entestar com o dicto muro, o da outra banda de baixo, quando vem da dicta porta nova para o dicto collegio, possam fazer outra parede, que vá das casas de João de Sá, conego da sé da dicta cidade, ao longo da rua publica, até chegar ao dicto muro. E hei por bem que possam edificar o dicto collegio sobre esta parte do caminho assim tapado, e sobre o muro pegado com o dicto caminho; e isto sem embargo de quaesquer leis, ordenações ou posturas da camara da dicta cidade, em contrario, posto que taes sejam, que para as eu haver de derogar seja necessario fazer-se expressa menção dellas, porque as hei aqui por expressas e nomeadas. E mando ás justicas, a que este fôr mostrado, e o conhecimento delle pertencer, que vindo a camara da dicta cidade, ou pessoa alguma, a isto com embargos, lhes notifiquem, que os venham allegar deante do corregedor de minha cõrte; e assim lhes mando que não consintam impedir-se a dicta obra, a qual irá ávante sem embargo dos taes embargos, e porque desto me praz. Notifico-o assim ás dictas justicas, e mando que assim o cumpram. E este alvará valerá como carta, sem embargo da ordenação do livro segundo, titulo vinte, que dispõe que as couzas, cujo effeito ha de durar mais de um anno, não passem por alvarás, senão por cartas. Antonio da Gama o fez em Alcaesim a 10 de maio de 1547. — Rei.

Liv. 1.º citado, fl. 8 e 8 v. Liv. 2.º citado, fl. 44 v. e 45.

XI

Sua alteza permite, que se lance o entulho das obras do collegio, entre o muro e a barbacã

Eu el-rei faço saber a vós, juiz, verendores e procurador da cidade de Coimbra, que o reitor e collegiaes do collegio de Jesus, me enviaram dizer, que elles mandavam lançar pelo muro fora, contra Ribella, entre o muro e barbacã, a terra do entulho da obra do dicto collegio, que ora fazem, e que vós lho impedis e embargaes, dizendo ser em prejuizo da cidade, pedindo-me que se proveasse nisso, pelo que hei por bem e vos mando, que lhe alvanteis qualquer embargo, que lhe nisso tiverdes posto, e lhe deixes lançar o dicto entulho e terra pelo muro fora, como

faziam, e tendo alguma justa causa para se isto não dever fazer, não escrevereis; e porém entretanto não deixarão de lançar o dicto entulho fora pelo muro, como dicto é, para que a obra vá por diante; o que assim cumprireis, postoque este não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. João de Seixas o fez em Almeirim a 11 de maio de 1547. Manuel da Costa o fez escrever. — REL.

Liv. 1.º citado, fl. 8 v. Liv. 2.º citado, fl. 9.

XII

Que se faça a cerca do collegio de Coimbra

Eu el-rei faço saber a quantos este meu alvará virem, que eu passei dous meus alvarás ao reitor e collegiaes do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, para poderem cercar a costa, que está ao longo do muro, detrás do dicto collegio, dos quaes alvarás o traslado é o seguinte.

I) *Sítio e dimensões da cerca*

Eu el-rei faço saber a vós, juiz, vereadores, procurador e officiaes da cidade de Coimbra, que por alguns justos respeito, que me a isto movem, hei por bem e me praz, que o reitor e collegiaes do collegio de Jesus, dessa cidade, possam fazer uma cerca, detrás do muro, onde ora edificam o seu collegio, a qual começará detrás do muro, que vem da porta nova, onde ha de ser um cunhal do dicto collegio, abaixo das casas de João de Sá, conego, e irá até o caminho que vem do Corpo de Deus, e vae para a igreja de S. Martinho, que está fora do muro, e seguirá o caminho até que venha defronte da outra cerca, que o dicto collegio tem sobre o muro, a qual vae entestar com a ermida de S. Sebastião. Notifico-vol-o assim, para que lhe deixeis fazer a dicta cerca, na maneira que dicto é; e por este mando ao corregedor dessa comarca, que faça cumprir este meu alvará como se nelle contém, e não consinta ser-lhe nisso posto embargo algum; e se alguém tiver alguns embargos, a se cumprir, os virá allegar perante mim, porque assim o hei por bem; e este mando que se guarde, postoque não seja passado pela chancel-

laria, sem embargo da ordenação em contrario. João de Seixas o fez em Lisboa a 17 de junho de 1547. Manuel da Costa o fez escrever. — REI.

E hei por bem e mando, que a dicta cêrca siga o caminho, que vae do Corpo de Deus para a egreja de S. Martinho, até que venha defronte da ermida de S. Sebastião, que está no cabo da outra cêrca do collegio. E mando que até o dicto logar se dê a posse ao dicto reitor e collegiaes; e se cumpra o alvará acima escripto, postoque este não passe pela chancellaria. Escripto em Lisboa a 9 de setembro de 1547.

De maneira que fique dentro da dicta cêrca uma torrinha que está no muro, defronte da ermida de S. Sebastião. — REI.

Liv. 1.º citado, fl. 8 v. e 9. Liv. 2.º citado, fl. 10 v. e 11.

II) *Sua alteza ha por bem que se tape a costa da Ribella, que é agora a cêrca do collegio de Jesus*

Eu el-rei faço saber a vós, corregedor da comarca da cidade de Coimbra, que eu tenho feito merecê por esmola ao reitor e collegiaes do collegio de Jesus, da dicta cidade, para que possam cercar a costa que está ao longo do muro, detrás do collegio, que ora fazem, com as confrontações, que na provisão que lhe disso passei vão declaradas, e ora por alguns respetos, que me a isso movem, hei por bem que as dictas confrontações sejam as abaixo declaradas, a saber: começará o muro no cunhal da torre do licenciado João Vaz, que está á porta nova, defronte de Francisco Lobo, e irá ao longo do caminho que vae da cidade para S. Martinho, por juncto da fonte dos judeus, e de alli ao longo do caminho que vae por cima da vinha de Lançarote Leitão, já fallecido, e irá dar na parede da calçada que vem da porta do castello, defronte do chão e olival do licenciado João Vaz, e de ali irá ao longo da calçada dar no muro da cidade, onde ora está a porta do curral do concelho, e o caminho que ora desce da porta do castello para a quinta de Ribella se mudará pelo cabo do muro, que se ha de fazer de modo, que vá fazer a volta defronte do chão do licenciado João Vaz. Mando-vos que lhe deixeis tapar a dicta costa pela maneira que dicto é, e este cumprires, postoque não passe pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. João de Castilho o fez em Lisboa a 7 de fevereiro de 1548. — REI.

Liv. 1.º citado, fl. 9 e 9 v. Liv. 2.º citado, fl. 10 v.

E sendo os dictos meus alvarás, por parte do dicto reitor e collegiaes do collegio de Jesus, apresentados ao licenciado Jorge da Cunha, que servia de corregedor da comarca da dicta cidade de Coimbra, o requerendo a execução do nelles contheudo, o corregedor da comarca da dicta cidade veio a elles com embargos, fundados em dizer, que o rocio e costa, que o dicto reitor e collegiaes, por virtude dos dictos alvarás, queriam cercar para o dicto collegio, era rocio da dicta cidade, que tinha delle muita necessidade, e o não podia escusar, allegando mais outras cousas e razões, para se os dictos alvarás não haverem cumprir, segundo mais inteiramente era contheudo nos dictos embargos, os quaes pelo dicto corregedor lhe foram offerecidos; e mandou ao dicto reitor e collegiaes, que se delles tem contrariedade viessem com ella, e depois disto remetteu o dicto corregedor a mim os dictos embargos, e me enviou todos os autos, que sobre isso perante elle procuraram, os quaes eu mandei ver; e vista a fórma dos dictos embargos, e a informação que deste caso houve, hei por bem que se não faça obra nem execução alguma pelos dictos meus alvarás, e que sem embargo delles tenha a cidade seu rocio, e esté em posse delle como até agora esteve. Notifico-o assim ao corregedor da dicta comarca, e a quaesquer outras justicas e officiaes, e pessoas a que o conhecimento disto pertencer, e lhes mando que assim o cumpram e guardem, e façam cumprir e guardar sem duvida nem embargo algum, que a ello seja posto, porque assim o hei por bem. Antonio de Freitas o fez em Lisboa a 17 de agosto de 1549. Manuel da Costa o fez escrever. — REL.

Liv. 1.º citado, f. 9 v.

XIII

Que se não derrube o muro da cerca do collegio de Coimbra

Eu el-rei faço saber a vós, corregedor da comarca da cidade de Coimbra, ou ao juiz de fora della, que por parte do reitor e collegiaes do collegio de Jesus dessa cidade me foi apresentado o traslado de certos alvarás, que passei para fazerem a cerca no pomar do dicto collegio, e assim o traslado doutro alvará, para se derrubar o muro, que já tinha feito no dicto pomar; e a cidade se metten de posse do rocio, que o dicto muro tinha occupado, segundo mais inteiramente se contém nos dictos alvarás:

e por alguns respeitoz, que me a isso movem, hei por bem e me praz, que sem embargo do pelo dicto alvará ter mandado, que se derrube o dicto muro, e a cidade se metta de posse do dicto rocio, mando que se não derrube, e esté o dicto collegio de posse d'elle, como atôgora estava. Notifico-vol-o assim, para que notifiqueis e mandeis, que o tal muro se não derrube, sem verem outra minha provisão em contrario, porque sem embargo do dicto alvará, e de quaesquer outros, que houver, o hei assim por bem. Este alvará tornareis ao dicto reitor, para o ter para sua guarda, e o cumprireis, postoque não passe pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. João de Castilho o fez em Lisboa a 9 de setembro de 1549. — Rei.

Lic. 1.^a citada, fl. 9 v. e 10.

XIV

Muro e torres ¹

Hei por bem que o reitor e collegiaes do collegio de Jesus de Coimbra possam mandar derrubar o muro e torres d'elle, que entrarem na traça do dicto collegio, que ora fazem na dicta cidade, pelos limites e da maneira que é declarado no alvará de el-rei, meu senhor e avô, que sancta gloria haja, acima escripto. E isto sem embargo de quaesquer provisões, doações e posturas da camara da dicta cidade, que em contrario haja. E mando ás justias, a que o conhecimento disto pertencer, que cumpram esta apostilla como se nella contém. Gaspar de Magalhães a fez em Alenquer a 22 de abril de 1568. João de Seixas a fez escrever.

E o dicto alvará, e assim esta apostilla, se cumprirão como se nella contém, postoque não sejam passados pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario; e pendo alguma pessoa metter ou embargos a todo contendo no dicto alvará e apostilla, hei por bem que sem embargo d'isso se cumpram, e venham negar a tal duvida ou embargos perante o corregedor da minha corte, como no dicto alvará é declarado. — Rei.

Lic. 2.^a citada, fl. 45 e 45 v.

¹ É apostilla do alvará inserto a pag. 128.

XV

Para se poderem levar as aguas e sujidades das necessarias, por onde melhor parecer, e se fazerem fojos e covas, em que se recolham

Eu el-rei faço saber a vós, corregedor da comarca de Coimbra, e ao juiz e vereadores e officiaes da dieta cidade, que eu hei por bem e me praz, por alguns justos respetos que me a isto moveu, que o reitor e collegiaes do collegio de Jesus, da dieta cidade, possam levar as aguas e sujidades das cozinhas e necessarias do dicto collegio, que ora fazem na dieta cidade, por fora do muro sobre que edificam contra a porta do castello, por onde vae o caminho para S. Martinho, as quaes aguas e sujidades assim poderão levar, por onde lhes melhor parecer, e até onde disserem que é necessario, e poderão fazer fojos e covas, em que se recolham por onde passarem. Notifico-vol-o assim, e mando que lhe não ponhaes, nem consintaes ser nisso posta duvida, nem impedimento algum, porque assim o hei por bem; e viudo-lhe alguma pessoa, ou pessoas, com embargos ao que dicto é, os virão allegar perante o corregedor da minha corte. Este mando que se cumpra, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. João de Seixas o fez em Lisboa a 30 de setembro de 1547. Manuel da Costa o fez escrever. — Rei.

Liv. 1.º citado, fl. 11. Liv. 2.º citado, fl. 28 v.

XVI

Sua alteza manda pôr a parede do muro, que os vereadores derrubaram, nos termos em que o collegio de Jesus a tinha feita, e que a façam á sua custa

Eu el-rei faço saber a vós, corregedor da comarca da cidade de Coimbra, que o reitor e collegiaes do collegio de Jesus da dieta cidade, se me enviaram aggravar, dizendo que, tendo elles feito uma parede entre as ameias do muro da cidade, além do

comprimento contra a porta nova do assento, donde se faz o dicto collegio, e da cêrca que por minha auctoridade tem feita da banda de fóra, com a qual parede tinham cerradas as ameias do muro, por causa do monturo e sujidades, que lhe lançavam na dicta cêrca, por cima do dicto muro, por entre as dietas ameias, estando já em posse da dicta parede, a qual mandaram fazer publicamente, sem contradição alguma, por lhes parecer que não faziam prejuizo a pessoa alguma, Diogo de Beja e o licenciado Estevão Nogueira, o Antonio Correia, vereadores, o Pedro da Costa, escrivão da camara, sem os dictos reitor e collegiars serem requeridos, nem ouvidos, aos vinte e nove do mez de agosto do presente anno se foram com quadrilheiros e gente do povo, mandando lançar para isso pregões pela cidade, ao dicto muro, e fizeram logo abruptamente derrubar a dicta parede, de que estavam em posse, e que tinham feita á sua propria custa, e isto sem embargo de o licenciado, Jorge da Cunha, juiz de fóra da dicta cidade, lhes mandar que a não derrubassem, nem consentissem fazer tal: não quizeram deixar de o fazer, sendo sempre os dictos vereadores e escrivão presentes, até ser lançada por chão; e o dicto Diogo de Beja, com a vara de juiz na mão, sendo já o juiz de fora presente o dia dantes, em que lhes fizeram assim a dicta força abruptamente, e que além da perda receberam nisso grande inquietação pelo alvoroço, que fizeram no povo, e allevantamento contra elles, pedindo-me que os provesse e remediasse com justiça, com aquella brevidade, que eu habito requeria, e os mandasse restituir a sua parede, e Lo mais provesse como fosse meu serviço; e sobre isso me apresentaram um auto com dictos de testemunhas, que o consorçador sobre isso fez, o qual eu mandei ver, pelo que vos mando que vejais o dicto auto, e além disso vos informeis de como o dicto caso passou, e achando que os dictos vereadores e escrivão lhe mandaram derrubar a dicta parede, sem os ouvirem acerca disso, vós lha mandareis logo levantar e tornar ao estado e da maneira em que estava, á custa dos dictos vereadores e escrivão, ouvindo-os verbalmente, sem mais processo, e sem appellação nem aggravo, ficando-lhes seu direito salvo sobre a propriedade, se entenderem que o tem, e além disso fareis auto com a resposta, que os dictos vereadores quizerem a isso dar, e não enviareis para eu mandar ver, se devem haver por o dicto auto alguma pena outra. Balthazar Fernandes o fez em Lisboa a 25 de setembro de 1549. E o auto que fizerdes o enviareis ao meu criado, Francisco Dias do Amaral, corregedor da minha corte dos feitos crimes, para me d'elle dar informação, e isto cumprireis, postoque não passe pela chancellaria, sem embargo

da ordenação em contrario. João de Castilho o fez escrever. —
REI.

Liv. 1.º citado, fl. 11 e 14 v. Liv. 2.º citado, fl. 12 e 12 v.

XVII

Que o aforamento, que a cidade fez ao mosteiro de Sancta Cruz,
da cerca, que está junta á do collegio de Jesus, não valha,
e se cumpra o contracto com o mesmo collegio

Eu el-rei fago saber a quantos este meu alvará virem, que o reitor e padres do collegio da companhia de Jesus da cidade de Coimbra, me enviaram dizer, que quando elles fizeram a sua cerca do monte de Ribella, por que lha não devassassem da parte de um chão, que com ella entesta, que está da banda da porta nova, pediram ao licenciado Damião Nogueira, que aforasse o dicto chão em seu nome á cidade, para o elle depois traspassar ao collegio, e que elles pagariam por o dicto Damião Nogueira o fôro, até haverem uma propriedade em que se dêsse o mesmo fôro, e ficasse o dicto chão livre ao collegio por traspassação do dicto Damião Nogueira, ao qual a cidade fizera aforamento do dicto chão, haverá pouco mais de dous annos, com condição que fizesse nelle dentro de dous annos umas casas, as quaes elle até agora não fizera, assim porque não tinha o chão para si, como porque fazendo-se nelle casas, era em prejuizo do mosteiro de Sancta Cruz, e se seguiriam disso demandas e differenças; e que elles reitor e padres souberam ora que o prior e padres do dicto mosteiro de Sancta Cruz pediram á cidade todo o chão, que alli tinham dês a cerca do collegio até á calçada da porta nova, para o haverem de cercar, e que a cidade estava sobre isso concertada com o dicto prior e padres, e lhe traspassava todo o senhorio, que tem no dicto chão, assim o que está aforado, em que entra o do dicto Damião Nogueira, como o que está por aforar; e que postoque elles reitor e padres mandassem sobre este caso fallar por algumas pessoas ao dicto prior e padres de Sancta Cruz, dizendo-lhe a necessidade, que tinham do dicto chão, e como estava aforado para o collegio, na maneira que dicto é, não quizeram nem queriam desistir do negocio, pelo que me pediam que quizesse nisso prover de maneira que lhes ficasse o dicto chão; e visto seu requerimento, e havendo respeito á necessidade que

delle tem, e ao que dizem que sobre isso é passado, hei por bem e me praz, que qualquer concerto e aforamento, que ácerca do dicto chão a cidade tiver feito ou fizer com o prior e padres do dicto mosteiro de Sancta Cruz, se não cumpra, nem tenha força, nem vigor algum, e que sem embargo delle se cumpra o aforamento, que do dicto chão é feito ao dicto Damião Nogueira, postoque se não cumpriisse a condição delle em fazer as casas no tempo que era obrigado, e perdesse porisso o dicto chão, porque hei por bem que o não perca, e o hei por relevado da dicta pena, em que por isso incorreu sem embargo de a cidade ou qualquer outra pessoas ter por essa causa adquirido direito no dicto chão, e lhe dou mais um anno despaço, que começará da feitura deste, para dentro nelle fazer as dictas casas, e assim me praz que o dicto Damião Nogueira possa traspassar o dicto chão o aforamento delle, assim e da maneira que o tem, no dicto collegio, em qualquer tempo que o reitor e padres delle o quizerem, fazendo se saber á cidade como directo senhorio que delle é, para lhe passarem carta em fôrma do dicto chão, por virtude desta minha licença e da dicta traspassação. Notifico-o assim ao juiz, vereadores, procurador e officiaes da dicta cidade, e a quizesquer outras justias, a que o conhecimento desto com direito pertencer, e lhes mando que assim o cumpram e guardem, e façam inteiramente cumprir e guardar, postoque este alvará não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação, que dispõe que os meus alvarás, que não forem passados pela chancellaria, se não guardem. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 9 dias do maio de 1552. Manuel da Costa o fez escrever.

Lit. 1.ª citada, p. 16 v. e 17. Lit. 2.ª citada, fl. 16 v., 17 e 17 v.

XVIII

Para se fazer o caminho da Conchada

Eu el-rei fuço saber a vós, corregedor da correição da comarca da cidade de Coimbra, que por bem de um contracto que o doutor Payo R. draguez de Villarinho, sendo Principal do collegio das Artes da dicta cidade, fez por mandado del-rei, meu senhor e avô, que sancta gloria haja, com o juiz, vereadores, procurador e officiaes della, no mez de novembro do anno de 551, se obrigou o dicto Principal de mandar fazer e dar feito e acabado, á custa

do dicto collegio, um caminho e serventia pelo chão que foi de mestre Fernando, que agora é do collegio, por onde podessem ir dous carros a par e uma pessoa pelo meio, todo calçado o feito por onde estava abalisado por dentro do dicto chão, até onde o dicto chão vae entestar no caminho da Conchada, e que o dicto caminho e serventia ficasse para sempre á cidade, e isto por razão doutro caminho por onde se todos serviam, que ella deixára ao dicto collegio, que se chamava o caminho da Conchada, e de Coselhas, segundo mais inteiramente é contheúdo e declarado na escriptura do dicto contracto, que vos com este será apresentada, confirmada pelo dicto senhor rei, meu avô; e porque sou informado que o dicto caminho e serventia calçada se não fez até ora, e que a dicta cidade aperta sobre isso com o reitor e padres do dicto collegio, hei por bem e vos mando, que vejais o dicto contracto, e conforme a elle façaes logo fazer o dicto caminho e serventia calçada, na fórma e maneira que se nelle contém, e o dinheiro que para a despesa disso fôr necessario dará e pagará por vossos mandados, á custa de minha fazenda, o meu almoxarife, ou recebedor do almoxarifado da dicta cidade, do dinheiro de meu assentamento, que nelle é desembargado este anno presente de 561 a João Alvres de Andrade, meu thesoureiro-mór, para meus assentamentos, e isso até quantia de 605000 réis, pouco mais ou menos, que sou informado que a dicta obra poderá custar, ao qual almoxarife mando que faça a dicta despesa, pondo-se disso verbas per vós dicto corregedor no dicto contracto, e na nota delle, para se em todo o tempo por elles ver e saber, como é cumprida a dicta obrigação por meu mandado, e assim fareis fazer disso autos a que se juntará este alvará, e pelo traslado delle concertado e assignado por vós, e certidão vossa da quantia que o dicto almoxarife na dicta obra despendeu, e assim de como pozestes as verbas acima dictas no dicto contracto e nota delle e nos mesmos autos, mando ao dicto meu thesoureiro mór, que tome a tal quantia em conta e pagamento ao dicto almoxarife do dinheiro, que lhe é obrigado entregar para meus assentamentos, e aos contadores que a levem em conta e despesa ao dicto thesoureiro mór até os dictos 605000 réis, o que assim cumprireis e fareis com toda a diligencia, posto que este não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. André Sardinha o fez em Lisboa a 12 dias do mez de julho de 1561. Manuel da Costa o fez escrever.

— Rex.

XIX

Que se derrubem, e tomem por avaliação as casas, que estejam no sítio do collegio de Jesus de Coimbra

Corregedor da comarca de Coimbra, ou el-rei vos envio muito saudar. Eu sou informado, que no logar, onde tenho mandado, que se faça o collegio de Jesus dessa cidade, estão algumas casas, em que ainda seus donos vivem, e porque é necessario fazer obra no logar, onde as dictas casas estão, vos mando, que tanto que esta vos fôr dada faleis com Diogo de Castilho, e saibaes delle, que casas são as que estão no dicto logar, e sabereis outrosim, em cujo poder estão as avaliações, que se fizeram por meu mandado das casas, que estão no dicto sítio, quando as mandei ver, para nelle se fazerem as escholhas, e haverem o traslado das avaliações, que se fizeram das casas, que ora estão no dicto logar, as quaes ireis ver com o dicto Diogo de Castilho, e com officiaes que para isso fareis ajuntar, e vistas por vós e pelos dictos officiaes, fareis por um tabellão dante vós fazer auto de cada uma das dictas moradas de casas, declarando quantas pessoas tem cada morada, e se são sobradadas, se terras, e da grandura de cada uma dellas, e se são aforadas ou não, e assim se são de pedra e cal ou de pedra e barro, e todo o mais que vos parecer necessario. E, feito o dicto assento, fareis notificar aos donos de cada uma das dictas casas, que pelo sítio donde estão ser necessario, para se fazer o dicto collegio para serviço de Nosso Senhor e honra dessa cidade, hei por bem que as casas, que nelle estiverem, se derrubem, para se fazer a dicta obra, e os fareis louvar a elles, e a suas mulheres sendo casados, em officiaes, que avaliem as dictas casas, e vós vos louvareis em outros, que com aquelles, em que elles se louvarem, façam junctamente a dicta avaliação; não se querendo os dictos donos louvar, vós vos louvareis por sua parte, e dareis juramento nos sanctos evangelhos áquelles, que houverem de avahar as dictas casas, que bem e verdadeiramente, segundo seu entendimento, as avaliem cada uma sobre si, e dos louvamentos que se fizerem, e do juramento e avaliações, fareis fazer autos, assignados pelas partes e por vós, com testemunhas; e feita a dicta avaliação, pagando o reitor do dicto collegio aos donos das dictas casas o preço, em que cada uma dellas forem avaliadas, e recebendo os dictos donos, vós lhe fareis notificar

que em um termo conveniente as despejem, e sendo despejadas, mettereis em posse dellas o dicto reitor em nome do dicto collegio, e não querendo algumas das dictas partes receber o preço, em que suas casas foram avaliadas, fareis disso fazer autos, por vós assignados, e por as dictas partes, as quaes me enviareis com todas as diligencias, que ácerca das dictas avaliações tiverdes feitas, e com vosso parecer e do dicto Diogo de Castilho, para eu prover no caso como houver por bem. O licenciado Jorge Secco a fez em Almeirim a 5 de fevereiro de 1549. — Rei.

Liv. 1.ª citada, fl. 12 v. e 13.

XX

Que se tomem as casas e chãos, que cáem na traça do collegio

Eu el-rei faço saber a vós, corregedor da comarca e correição da cidade de Coimbra, e ao conservador da Universidade da dicta cidade, a qualquer de vós a quem este alvará fór apresentado, que por ser necessario alargarem se as officinas do collegio de Jesus da dicta cidade, e fazerem-se as classes e obras, conforme a traça que sobre isso é feita, para se poderem ler as lições ordinarias do collegio das Artes, hei por bem e vos mando, que vos informeis e saibaez, quaes são as casas e chãos que então, e cáem na traça da obra das dictas classes e officinas, e cujas são as dictas casas e chãos, e falareis com os donos dellas, e trabalhareis pelos persuadir, que queiram vender as dictas casas e chãos pelo preço, que fór justo e honesto; e não querendo elles vir nisso, fareis logo avaliar as dictas casas e chãos, cada propriedade por si, por duas pessoas sem suspeita que o bem entendam, uma em que se louvarão os donos dellas, com outorga e consentimento de suas mulheres se forem casados, e outra em que se louvará o reitor do dicto collegio, e não se querendo as partes louvar, vós vos louvareis por ellas, e havendo entre os dictos louvados desvario, tomareis um terceiro, o mais a prazer das partes que poder ser, aos quaes louvados e terceiro dareis juramento dos sanctos evangelhos, que façam a dicta avaliação bem e verdadeiramente, da qual avaliação fareis fazer autos, declarando nelles cada propriedade por si, e cujas é, e se é forra e isenta ou prazo e de quem, e em quantas vidas, e quanto fóro paga, e fareis outrosim avaliar, pela mesma maneira, o dicto

fôro e o directo senhorio, das que forem prazos; dos quaes autos me enviareis o traslado authenticico e me escrevereis por vossa carta o que nisso achardes, e fizordes para eu dar ordem que se pague; e notificareis, e mandareis da minha parte as pessoas, cujas forem as dietas propriedades, que daqui em diante não façam nem mandem fazer nellas bemfeitorias algumas, sob pena de lhes não serem pagas, porquanto as dietas propriedades são necessarias para o edificio do dicto collegio de Jesus, da qual notificação fareis fazer auto, assignado por vós e pelas dietas pessoas, e sendo algumas das dietas propriedades da ordem de Nosso Senhor Jesus Christo, fareis tambem nellas a dicta diligencia, porque como governador, e perpetuo administrador da dicta ordem, o hei assim por bem. E este alvará me praz, que valha e tenha força e vigor, postoque o effeito d'elle haja do durar mais de um anno, e que não seja passado pela chancelaria, sem embargo das ordenações, que o contrario dispõem. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 2 de agosto de 1567. — O CARDEAL INFANTE.

E postoque no alvará atrás escripto diga, que me enviarão os traslados authenticicos dos autos, que se fizerem das avaliações contendas no dicto alvará, para eu mandar dar ordem que se pagueem, hei por bem e mando, que tanto que as dietas casas e chãos, que assim cãem na traça declarada no mesmo alvará, forem avaliadas pelos louvados, o corregedor ou conservador mande logo entregar o dinheiro, em que forem avaliadas ás partes; e não o querendo receber, o mandará depositar, e entregar as taes propriedades ao collegio, para irem as obras por diante, e as dietas partes poderão requerer sua justiça, da maneira que lhes parecer que a tem, não sendo contentes das dietas avaliações; e esta apostilla não passará mais pela chancelaria, sem embargo da ordenação em contrario. João de Castilho a fez em Oñados a 21 de julho de 1569. — Rei.

Cumpra-se. Pinheiro.

Alvará sobre a avaliação que vossa alteza manda que se faça dos chãos e propriedades, que são necessarias para as classes e offi mas, que de novo se hão de fazer no collegio de Jesus, da cidade de Coimbra; e isto não as querendo seus donos vender pelos preços que fôr justo. Para vossa alteza ver.

Liv. 2.º citado, fl. 42 v., 43 e 47 v. Liv. 1.º de confirmações de privilegios, cartas e alvarás, fl. 53 a 54 v.

XXI

Sua alteza ha por bem, que o collegio da companhia de Jesus possa apenar officiaes, e cousas necessarias para as suas obras

Eu el-rei faço saber a vós, corregedor da comarca de Coimbra, e bem assim ás justicas a que este meu alvará fôr mostrado, que por parte do reitor e collegiaes do collegio do nome de Jesus, me foi dicta a necessidade que tinham de pedreiros, carpinteiros, cabouqueiros e outros officiaes, para se fazer o edificio do dicto collegio, que ora se ha de começar, pedindo-me houvesse por bem que os dictos officiaes, para a dicta obra necessarios, fossem por minhas justicas para isso apenados; e eu vendo seu justo requerimento, e por ser cousa assim do serviço de Nosso Senhor e meu, como nobrecimento dessa cidade, hei por bem e me praz, que sendo vós requerido por parte do dicto reitor e collegiaes, lhes façaes dar para as obras do dicto collegio todos os pedreiros, cabouqueiros, carpinteiros, boieiros, almocreves e barqueiros, e outros quaesquer officiaes, que lhes forem necessarios, e assim pessoas que sirvam aos officiaes nas dietas obras, pondo a cada um destes, dous mil réis de pena e da cadeia, a metade para a misericordia, e a outra metade para quem os accusar. E assim hei por bem, que os dictos officiaes e pessoas, que trabalharem nas dietas obras, se não possam dellas sair para outras obras sem licença do reitor do dicto collegio, e esto sob a dicta pena; pelo que vos mando, que assim lho notifiqueis ao tempo que forem por vós apenados, para que não possam allegar disto ignorancia, e no tempo que forem occupados nas obras do dicto collegio, não poderão ser apenados pela camara e officiaes dessa cidade, nem por outra alguma justica, para irem servir em outras obras ou negocios, postoque cumpram á republica, salvo se eu isso mandar por outra provisão minha, na qual especialmente derrogue a esta; e todo o que dicto é cumprireis e fareis cumprir, como neste se contém, com muita diligencia; e aos dictos officiaes e pessoas fareis pagar pelo preço commum da terra; e este se cumprirá, postoque o effeito delle haja de durar mais de um anno, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte, que dispõe, que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, não passem por alvarás, mas por cartas em meu nome, passadas por minha chancellaria. Ruy Fernandes o fez em Lisboa

aos 12 dias de julho de 1547 annos. Antonio da Gama o fez escrever. — REI.

Liv. 2.ª citado, fl. 9 e 9 v. Liv. 1.ª de confirmações, citado, fl. 48 v., 49 e 49 v. Liv. 2.ª de confirmações, fl. 9 v. a 11 v.

XXII

Para se darem aos padres da companhia as casas da Universidade,
sem dellas pagarem aluguer nem renda

Eu el-rei faço saber a vós, reitor, lentes, deputados e conselheiros da Universidade de Coimbra, que, por algumas justas causas que me a isto moveu, hei por bem e me praz, que ao reitor e collegiaes do collegio de Jesus dessa cidade sejam dadas as casas da Universidade, em que o padre reitor soia de poisar, e que occupava antes de se ora passar aos meus paços, nas quaes casas ora poisam os doutores Manuel de Andrade, e Manuel da Costa, lentes da dicta Universidade, e Diogo de Azevedo, escrivão do conselho della, que as tem alugadas á Universidade; e sem embargo de as assim terem alugadas, e de estarem já nellas, hei por bem que as alarguem, e se dêem logo ao dicto reitor e collegiaes, para as terem, e nellas pensarem, sem dellas pagarem aluguer nem renda alguma á dicta Universidade, assim e da maneira, que por outra minha provisão tem as outras casas da Universidade, em que elles ora poisam na mesma rua, e portanto vos mando que lhas façaes despejar, e entregar dentro de dez dias, do dia que vos este alvará for apresentado, sem lhe niseo ser posta duvida alguma nem embargo, porque assim o hei por bem. Este cumprireis, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação que diz, que os meus alvarás que não forem passados pela chancellaria se não guardem. João de Seixas o fez em Lisboa a 29 de agosto de 1549. Manuel da Costa o fez escrever. — REI.

E posto que sobre as dictas casas já ponda demanda, porque sem embargo della, e de quizesquer termos em que estiver, se cumpra o acima dicto. — REI.

Liv. 1.ª citado, fl. 13 v.

XXIII

Sua alteza ha por bem que, sem embargo do que se allega
por parte da Universidade, se entreguem aos padres do collegio
as casas em que poisaram

Padre reitor, lentes, deputados e conselheiros da Universidade de Coimbra, eu el-rei vos envio muito saudar. Vi a carta que me escrevestes, com os autos que me enviastes sobre as casas da Universidade, em que poisou o padre reitor, e ora poisam os doutores Manuel de Andrade e Manuel da Costa e Diogo de Azevedo, que as alugaram á Universidade, as quaes mandei que elles alargassem e deixassem ao reitor e collegiaes do collegio do Jesus, para as elles terem e nellas poisarem, sem dellas pagarem aluguer nem renda alguma á dicta Universidade, assim e da maneira, que por minha provisão tem as outras casas della em que ora poisam na mesma rua; e vi todas as cousas e razões que neste caso apontaes, e obrigação que tendes assim da parte da Universidade por o que toca a bem della, e a proveito da sua fazenda, por onde dizeis que se as dictas casas não devem de dar aos dictos collegiaes, como pelo que fiz a bem dos dictos alugadores, e da aução que tem para lhe não serem tiradas nem lhe ser quebrado o contracto que sobre ellas tem feito, e porque eu sou certificado da necessidade, que os dictos collegiaes têm para seu sustento, e assim do prejuizo que lhes faz poisarem outras pessoas nellas, hei por bem e meu serviço, que lhes sejam todavia dadas e entregues como tenho mandado, sem embargo de tudo o que sobre isso allegaes, e me escrevestes; as quaes ellas terão enquanto no dicto collegio não tiverem feita obra para se agasalharem, com que as possam escusar; e os dictos Manuel de Andrade, Manuel da Costa, Diogo de Azevedo, as despejarão e deixarão dentro de um mez, e os dictos collegiaes lhas pagarão quaesquer despesas, que elles nellas tiverem feitas, de obras ou cousas necessarias ás mesmas casas. João de Seixas a fez em Lisboa a 9 de outubro de 1549. Manuel da Costa a fez escrever. — Rei.

XXIV

Sua alteza manda ao conservador da Universidade,
que entregue as casas ao collegio

Eu el-rei fago saber a vós, doutor Garcia de Carvalho, do meu desembargo, e conservador da Universidade de Coimbra, ou a quem o dicto cargo tiver, que eu hei por bem que as casas da dicta Universidade em que posou o padre reitor, e em que ora posam os doutores Manuel de Andrade, e Manuel da Costa e Diogo de Azevedo por as alugarem a dicta Universidade, sejam dadas e entregues ao reitor e collegiaes do collegio de Jesus, para as terem e nellas poisarem, como por outra minha provisão tenho mandado; e isto enquanto não fizerem obra no dicto collegio, para seu agasalhado, com que as possam escusar, sem embargo das duvidas que lhe nisso foram postas, e embargos com que lhe os dictos Manuel de Andrade, Manuel da Costa e Diogo de Azevedo vieram; os quaes vós constrangereis a despejar e deixar as dictas casas aos dictos collegiaes, e lhas entregareis e fareis dar e entregar dentro de um mez, que começará do dia que vos este alvará fôr apresentado, não lhe conhecendo a elles alugadores, nem a outra alguma pessoa, de outros alguns embargos que a isto ponham, antes sem embargo de tudo o que allegarem lhas fareis despejar as dictas casas dentro no dicto termo, porque assim o hei por bem e meu serviço. E este cumprireis, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação que manda que os meus alvarás, que não forem passados pela chancellaria, se não guardem. Manuel da Costa o fez em Lisboa aos 9 dias de outubro de 1549.—*REI.*

E se os dictos alugadores tiverem feitas algumas despesas e bemfectorias nas dictas casas, a ellas necessarias, os dictos collegiaes lhas pagarão. — *REI.*

Lac. 2.ª citada, fl. 16 e 16 v.

XXV

Que o reitor, e deputados da fazenda da Universidade, vendam ao collegio as casas de S. Sebastião

Reitor e deputados do negocio da fazenda da Universidade da cidade de Coimbra, eu el-rei vos envio muito saudar. Eu hei por bem que as casas da dieta Universidade, que ora occupam os padres da companhia de Jesus e os da ordem de Nosso Senhor Jesus Christo, com seus quintaes, chãos e pertenças se vendam todos aos dictos padres da companhia de Jesus, porque são necessarios para o edificio do collegio da dieta companhia, e cairem na traça que se por meu mandado fez para o dicto collegio, como vos já escrevi, e a quantia do preço das dictas casas será a em que por meu mandado foram avaliadas; e quanto ao pagamento dellas hei por bem, que o façam em alguns annos a certa cousa cada anno, que será o menos que poder ser, porque assim o tractei com os dictos padres, para que melhor, e sem oppressão sua, possam haver e pagar o dinheiro, por as rendas do dicto collegio não poderem supprir a isso de outra maneira, com as mais despesas e necessidades que tem. Encomendo-vos e mando-vos, que conforme a isto façaes carta de venda das dictas casas, com seus quintaes, chãos e pertenças, ao reitor e padres do dicto collegio de Jesus, porque receberei disso prazer. Jorge da Costa a fez em Lisboa a 23 dias de maio de 1562. Manuel da Costa a fez escrever. — Rei.

Liv. 2.º citado, fl. 29 v.

XXVI

Que o reitor, e deputados da fazenda da Universidade, não aluguem as casas aos padres da companhia, enquanto o seu collegio não for acabado, e que a demanda sobre isso não vá por diante

Reitor e deputados do negocio da fazenda da Universidade da cidade de Coimbra, eu el-rei vos envio muito saudar. El-rei meu

senhor e avô, que sancta gloria haja, houve por bem de fazer escola ao reitor e padres do collegio da companhia de Jesus, dessa cidade, que elles não pagassem aluguer algum das casas da Universidade, em que poisam, assim do tempo passado, antes da provisão que lhes sobre isso passou, como da fatura della em diante, emquanto nellas poisarem, por se lhes não fazer o collegio, em que hão de estar, e o dicto reitor e padres me enviavam ora dizer, que a Universidade os trazia em demanda sobre os alugueres das ditas casas; e porque eu hei por bem que não sejam por isso demandados, e que poisem nas dietas casas, e não puguem aluguer dellas, emquanto não tiverem acabado o seu collegio, como o dicto senhor rei meu avô lho concedeu, vos mando que não vades pela dicta demanda em diante, e cesseis della, deixando lhe ter as dietas casas, como as ora tem, sem dellas pagarem aluguer algum, e dar-lhes-as logo o traslado desta minha carta, assignado pelo escriptão do conselho, para o elles terem para sua guarda. Jorge da Costa a fez em Lisboa a 16 dias de março de 1561. Manuel da Costa a fez escrever. RAINHA.

Para o reitor e deputados do negocio da fazenda da Universidade de Coimbra, sobre as casas da Universidade, em que ora poisam, e têm o seu collegio, os padres da companhia de Jesus, para vossa alteza ver.

A qual carta eu, Antonio da Silva, escriptão do conselho da dicta Universidade, trasladei da propria, assignada pela rainha, nossa senhora, e concertei com ella e o escriptão aqui assignado, para dar ao reitor do dicto collegio de Jesus, como sua alteza manda. Hoje, 12 de maio de 1561 annos.

Liv. 1.ª citado, fl. 136 c. Liv. 2.ª citado, fl. 26.

XXVII

Escreve sua alteza ao reitor e padres do collegio da ordem de Christo,
acerca das casas

Reitor e padres do collegio da ordem de Nosso Senhor Jesus Christo, da cidade de Coimbra, eu el-rei vos envio muito saudar. Por ser informado que as casas, que foram do aposento dos padres da companhia de Jesus, vos não são tão necessarias, e que fazem muita falta para o bom recolhimento dos dictos padres, fazei ao padre dom prior do convento de Thomar, que lhas

quizesse tornar, e por o dicto padre ver a necessidade, que os dictos padres da companhia tinham das dietas casas, e o contentamento que eu terei de lhas alargar-lhes, se encarregou de tractar comvoseo da minha parte, que o quizesseis fazer, pelo que vos encomendo, que pelos dictos respeito queirais largar as dietas casas aos dictos padres da companhia, como contio que o fareis, porque de lhas assim largardes succederá dar eu mais em breve assento ás causas do collegio de Jesus, com o que pretende nelle a Universidade, cuja é a mór parte das dietas casas, e receberei disso prazer. Jorge da Costa a fez em Lisboa a 29 de março de 1559. Manuel da Costa a fez escrever. — RAINHA.

Liv. 1.º citado, fl. 27 v. e 28.

XXVIII

Para que o reitor do collegio da ordem de Christo munde despejar as casas

Padre reitor do collegio da ordem de Nosso Senhor Jesus Christo, da cidade de Coimbra, eu el-rei vos envio muito saudar. Sendo o padre frei Vicente, dom prior do convento de Thomar, lhe falei em se haverem de despejar as casas, que os padres do collegio de Jesus, dessa cidade de Coimbra, deixaram aos padres desse collegio, por serem muito necessarias aos dictos padres do collegio de Jesus, e não o serem tanto aos desse collegio: e o dito dom prior me disse que as faria despejar, o que até agora não houve effeito, pelo que vos encomendo que façais logo com brevidade despejar as dietas casas, para que fiquem livres aos dictos padres da companhia, como o eram antes que elles as alargassem, e quanto ás casas em que ora está esse collegio, em que o dicto dom prior me falou, e pediu que houvesse por bem de eu ficar com a Universidade, a quem pertencem, de tirar os padres do dicto collegio da obrigação de lhes satisfazerem, pelas razões que para isso me apresentou, eu tenho disso lembrança, e mandei ao doctor Antonio Pinheiro, que me lembrasse a tempo, que se podesse effectuar, e emtanto eu serei lembrado de fazer com a dita Universidade, que vos não inquiete sobre as dietas casas. André Sardinha a fez em Lisboa a 9 dias de junho de 1559. Manuel da Costa a fez escrever. — RAINHA.

Outra tal carta como esta foi para o padre dom prior do convento de Thomar.

Liv. 1.ª citada, fl. 29.

XXIX

Que não seja daqui em diante admittida pessoa alguma a ouvir o curso das Artes, que ora se lê no collegio da ordem de Christo

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que eu hei por bem e me praz por alguns justos respeitoz, que mo a isto movem, que não seja daqui em diante admittida pessoa alguma, de qualquer qualidade que seja, a ouvir o curso das Artes, que se ora lê no collegio da ordem de Nosso Senhor Jesus Christo, da cidade de Coimbra, postoque algumas pessoas começassem já a ouvir o dicto curso, no dicto collegio; porquanto me praz que tod's o ouçam no collegio das Artes, da dicta cidade, como pelas provisões e regimento delle tenho mandado. E mando ao reitor do dicto collegio da ordem de Christo e a quaesquer officiaes e pessoas, a que o conhecimento disto pertencer, que assim o cumpram e façam cumprir; e hei por bem que este alvará valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, e postoque este não seja passado pela dicta chancellaria, sem embargo das ordenações em contrario Jorge da Costa o fez em Lisboa a 10 dias de fevereiro 1567. Manuel da Costa o fez escrever. - REI.

Liv. 1.ª citada, fl. 103 v. e 104.

XXX

Escreve sua alteza ao padre reitor para que consinta que Manuel de Pina leia um curso de Artes, somente aos padres Jeronymos e de S. Bento

Padre reitor, eu el-rei vos envio muito saudar. Eu houve por bem, por alguns justos respeitoz que me a isto moveram, que o

mestre Manuel de Pina lesse um curso de Artes, no collegio da ordem de Nosso Senhor Jesus Christo, dessa cidade de Coimbra, aos padres do dicto collegio, e qui assim pela falta que terão de exercicio, se ouvissem só o dicto curso, como porque os collegios de S. Bento e de S. Jeronymo estão perto do dicto collegio da ordem de Christo, e longe desse collegio das Artes, me prouve que os padres dos dictos collegios de S. Bento e de S. Jeronymo ouvissem tambem o dicto curso, e não outros alguns religiosos, nem se alares, pelo que vos encomendo que, postoque pelo regimento desse collegio seja defeso ler-se na dicta cidade alguma das lições, que se nelle lêem por ordenança, e que sómente os religiosos entre si possam ler aos da sua propria religião e casas, e não a outros, deixeis ler ao dicto mestre Manuel de Pina o dicto curso, e ouvir aos dictos padres dos collegios de S. Bento e de S. Jeronymo, porque receberei disso contentamento. Jorge da Costa a fez em Lisboa ao 1.º dia de fevereiro 1557. Manuel da Costa a fez escrever. — Rei.

Liv. 1.ª citada, fl. 107 v.

XXXI

Sua alteza ha por bem, que os moleiros não sejam obrigados
a ir ao peso da cidade

Ea el-rei faço saber a vós, juiz, vereadores, procurador, e officiaes da cidade de Coimbra, que ora sois e ao deante foides, que eu hei por bem e me praz, que o moleiro ou moleiros, que daqui em deante dessa cidade levarem trigo do reitor e padres do collegio de Jesus, para o moerem em seus moinhos, mostrando disso assignados do dicto reitor, não sejam obrigados, nem contrangidos, a irem com o dicto trigo ao peso da dicta cidade, quando o levarem ao moinho, nem com a farinha, quando a trouxerem ao dicto collegio; e esto sem embargo de quaesquer regimentos e provisões minhas, ou defesas e posturas da camara, que em contrario haja. Notifico vob-o assim, e vos mando que assim o cumpraes e façaes inteiramente cumprir, sem duvida, nem embargo algum, que a ello seja posto, porque assim o hei por bem. E quero que este alvará valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, postoque este não seja passado

pela dicta chancellaria, sem embargo das ordenações do segundo livro, que o contrario dispõem. Balthazar da Costa o fez em Evora a 3 de novembro de 1545. Manuel da Costa o fez escrever. — Rel.

Registado no livro da camara desta cidade de Coimbra, onde foi apresentado ao juiz, e vereadores, e mandaram que se guardasse, como se nelle contém. Pedro da Costa.

Liv. 1.º citado, fl. 6 e 6 v. Liv. 2.º citado, fl. 10.

XXXII

Para se poder comprar o gado necessario para o collegio,
em qualquer parte do reino, sem embargo de posturas das camaras,
que em contrario haja

D. Sebastião, por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalém mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação, e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc. A todos os corregedores, ouvidores, juizes, justicas, officiaes, e pessoas de meus reinos e senhorios, a que esta minha carta testemunhavel fôr mostrada, e o conhecimento della com direito pertencer, saude. Faço-vos saber que por parte do reitor e padres da companhia de Jesus, me foi apresentado um alvará, que el-rei meu senhor e avô, que sancta gloria haja, lhes passou, e nelle vinham tres apostillas minhas, pedindo-me que o traslado de tudo lhes mandasse passar em carta testemunhavel, em modo que fizesse fé, porquanto se esperavam ajudar delle; e visto por mim o dicto alvará, e apostillas, por estarem sem terem coisa que duvida faça, lhes mandei passar a presente e o traslado de tudo *de verbo ad verbum*, é o seguinte.

Ea el rei faço saber aos que este meu alvará virem, que eu Lei por bem e me praz, que o reitor do collegio das Artes da companhia de Jesus, da cidade de Coimbra, que ora é e ao diante fôr, e assim a pessoa que tiver cargo de prover e dar as porções aos porcionistas do dicto collegio, possam mandar comprar, e tirar e levar para a dicta cidade de Coimbra, de quaesquer cidades, villas, e logares de meus reinos, todo o trigo, cevada, centeo, milho, e quaesquer outros mantimentos, e cousas de que tiverem necessidade, para provimento e despesa dos padres do dicto collegio, e dos dietos porcionistas, sem embargo

de quaesquer minhas provisões, defesas e posturas das camaras, que em contrario haja, pagando-se tudo pelos preços e estado da terra; e portanto mando a todos os corregedores, ouvidores, juizes, justicas, officiaes, e pessoas das ditas cidades, vilas e logares, que deixem comprar, tirar, e levar d'elles para a dicta cidade de Coimbra, o dicto pão e mantimentos, ás pessoas que para isso levarem certidão do dicto reitor, em que declare a quantidade do pão e mantimentos, que lhes mande comprar, e são necessários para o dicto collegio e porcionistas d'elle, e lhes dêem e façam para isso dar toda a ajuda e favor, que lhes cumprirem, pagando tudo pelos preços e estado da terra, como dicto é; o que uns e outros assim cumprião com diligencia, e em tal maneira que o dicto collegio seja provido dos dictos mantimentos, e que o dicto reitor não tenha razão de se aggravar, e qualquer que o assim não cumprir ou contra esto for, incorrerá em pena de vinte cruzados, metade para os captivos, e a outra metade para quem os accusar. E hei por bem que este alvará valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte, que diz, que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvaras, não valham; e valerá este outrossim, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação, que manda que os meus alvarás, que não forem passados pela chancellaria, se não guardem. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 26 dias de outubro de 1555. Manuel da Costa o fez escrever. — REI.

Alvará, por que vossa alteza ha por bem que o reitor do collegio das Artes, e assim a pessoa que tem cargo de dar as porções do dicto collegio, possam mandar comprar e tirar, para a cidade de Coimbra, de quaesquer logares do reino, todo o pão, mantimentos, e cousas de que tiverem necessidade, para o provimento e despesa dos padres do dicto collegio e dos porcionistas, sem embargo de quaesquer provisões, defesas e posturas das camaras, que em contrario haja, sob pena de vinte cruzados; e que valha como carta, e não passe pela chancellaria.

Hei por bem que o alvará atrás escripto del-rei, meu senhor e avô, que sancta gloria haja, se cumpra e guarde, como se nelle contém; e mando a todas as justicas e officiaes, e pessoas a quem o conhecimento d'elle pertencer, que assim o cumpram e façam inteiramente cumprir, e esta apostilla me praz que valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, postoque por ella não seja passada, sem embargo das ordenações em

apresentarem as dietas certidões, sem lhe diminuírem nem taxarem o dicto gado, nem tomarem conta de como o despenderam, nem doutra alguma cousa, as quaes cartas de visinhança, se registrarão nos livros das camaras das ditas cidades com declaração do numero e qualidade do gado, de que lhe foram passadas, e com ellas poderão os dietos padres comprar, ou mandar comprar pelos servidores ou familiares dos dietos collegios, a quaesquer lugares de meus reinos o gado, que nas dietas cartas for declarado, e sem mais licença dos officiaes das camaras dos dietos lugares, nem outra alguma diligencia, lhes poderão quaesquer pessoas vender o dicto gado, e vendendo-lho pela dicta maneira, e ficando o dicto gado, que lhe assim venderem, assentado e escripto nos livros das camaras dos lugares em que comprarem, com declaração da qualidade e quantidade do dicto gado, e dos nomes das pessoas que lho venderam, não incorrerão as dietas pessoas porisso em pena alguma, e os escriptos das camaras dos dietos lugares passarão suas certidões nas costas das dietas cartas de visinhança, em que summariamente declararem o numero do gado que compraram, por virtude dellas, e a que pessoas e quanto a cada pessoa, declarando nas dietas certidões que fica o tal gado registado no livro das camaras: e os dietos reitores serão obrigados, no fim de cada anno, fazer certo por suas certidões aos escriptos das camaras de cada uma das dietas cidades, de Coimbra e Évora, a quantidade e sorte do gado, que até então se tiver comprado para os dietos collegios, pelas dietas cartas de visinhança, que lhe assim passarem. E hei por bem que o gado, que pela dicta maneira se comprar para os dietos collegios, possa pastar pelos lugares comeiros, pagando sómente a perda e damno que fizerem: e mando a todas minhas justiças, officiaes, e pessoas a que o dicto alvará e esta apostilla, ou traslado dellas em publica firma for mostrado, e o conhecimento disso pertencer, que os cumpram, guardem e façam inteiramente cumprir e guardar, sob a pena no dicto alvará declarada. E esta apostilla me praz que valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta, feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, e posto que por ella não seja passada, sem embargo das ordenações que o contrario dispõem. Jorge da Costa a fez em Almeirim a 25 de janeiro de 1565. — CARD. AL. INFANTE.

A qual carta testemunhavel mando, que se dê e tenha tanto credito, fé, auctoridade e vigor, quanto com direito lhe deve de ser dado, por se trasladar dos proprios que houve o procurador do dicto collegio. Bem e fielmente cumpri-o assim. Dada nesta minha cidade de Lisboa aos 11 dias do mez de abril. El-rei

do gado, que manda comprar, com a qual certidão os ditos padres e irmãos poderão livremente comprar o dicto gado, e as pessoas com que se concertarem lhes poderão vender sem ser necessario fazerem-se no caso outras algumas diligencias, das que a dicta lei manda, e para que os ditos vendedores não possam acerca disso fazer conluio ou engano algum, o padre ou irmão, que lhes comprar o dicto gado, por virtude das certidões do dicto reitor lhes deixará um assignado ou certidão sua, ou do dicto reitor, em que declare a quantidade do gado, que lhe comprou, e a qualidade delle, a qual certidão bastará para desearrego do vendedor, quando der conta do seu gado, sem ser necessario fazer mais sobre isso outras algumas diligencias. E isto sem embargo da dicta lei dos gados e de quaesquer outras leis, e provisões minhas, que em contrario haja, e assim sem embargo das posturas das camaras, que ora são feitas, e ao deante se fizerem, sobre este caso. O que assim me praz, confiando dos ditos padres, que terão nisso tal ordem e resguardo, que se não possa fazer coisa alguma, em fraude da dicta lei, e do intento com que se fez. E mando a todas minhas justicas, officiaes, e pessoas a que este alvará, ou traslado delle em publica forma, for mostrado, e o conhecimento delle pertencer, que o cumpram e guardem, e fagam muyto inteiramente cumprir e guardar, como se nullo contém; o qual hei por bem que valha, e tenha força e vigor, como se fuese carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, e em embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte, que diz que as cousas, cujo effeito haaver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não valham; e valerá este outrosim, posto que não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação que manda, que os meus alvarás, que por ella não forem passados, se não guardem. Gaspar de Seixas o fez em Lisboa a 21 de abril de 571. Jorge da Costa o fez escrever. — Rm. — Martin Gonçalves da Camara.

Alvará do reitor e padres do collegio de Jesus e das Artes, da cidade de Coimbra, sobre a mercê de que vossa alteza ha por bem, que possam mandar comprar gado, de que tiverem necessidade para a despesa e mantença do dicto collegio. Para vossa alteza ver. Registrado por mim e concertado com o proprio. Pagon nada. Pero Fernandes.

(Confirmado por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1591, e por D. Philippe III a 7 de novembro de 1634.)

Lic. 2.ª citada, ff. 56 v. e 57. Lic. 1.ª de confirmação citada, ff. 34 v. e 35. Lic. 2.ª de confirmação citada, ff. 108 a 110. Indizes cit., pag. 243.

XXXIV

Para se comprar o pescado necessario, nas villas
de Aveiro e de Buarcos

Eu el rei fago saber a vós, juizes, vereadores, procuradores e officiaes das villas de Aveiro e de Buarcos, que ora sois, e ao diante foides, que eu hei por bem e me praz, que as pessoas que daqui em diante tiverem cargo de comprar o pescado, para provimento e despesa do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, e mostrarem certidão do reitor do dicto collegio, do como os tem disso encarregados, possam comprar todo o pescado, que para o dicto collegio for necessario, nas barcas e bateis, em que os pescadores o trouxerem, antes de ser posto em terra, sem embargo de quaesquer muitas provisões, defesas, ou posturas das camaras, que em contrario haja, as quaes pessoas, depois que assim tiverem comprado o dicto pescado, o não poderão vender, nem parte alguma delle, e vendendo-o perderão a valia do que assim venderem, em dobro, metade para os captivos, e a outra metade para quem os accusar; e portanto vos mando, que as dictas pessoas deixeis comprar o dicto pescado, na maneira que dicto é, sem lhes nissao ser posta davi-la, nem embargo algum, e assim lhes dareis e fazeis dar as bestas, que lhes forem necessarias para levarem o dicto pescado a Coimbra, as quaes pagarão pelos preços e estado da terra, e em todo lhes cumpris e fazeis cumprir este alvará, como se nelle contém, o qual se registará nos livros das camaras das dictas villas, pelos escriptões dellas. E hei por bem, que valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte, que diz, que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não valham; e valerá este outro, e ostoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação, que manda, que os meus alvarás, que não forem passados pela chancellaria, se não guardem. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 12 dias de agosto de 1560. Manuel da Costa o fez escrever.

— RAINHA.

Alvará sobre o pescado, que se daqui em diante comprar nas

villas de Aveiro e de Buarcos, para o collegio de Jesus, da cidade de Coimbra; para vossa alteza ver.

(*Confirmado por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1591, e por D. Philippe III a 5 de abril de 1634.*)

Liv. 1.º citado, fl. 123 v. Liv. 2.º citado, fl. 25. Liv. 1.º de confirmação citado, fl. 37 v. e ad. Liv. 2.º de confirmação citado, fl. 6 e 7 v.

XXXV

Para se poder trazer pescado ao collegio, por quaesquer almocreves, sem serem obrigados a arrecadar

Eu el-rei faço saber aos que este meu alvará virem, que eu hei por bem e me praz. por alguns justos respeito, que me a isto movem, que aos almocreves e a quaesquer outras pessoas, que em suas bestas daqui em diante trouxerem pescado da villa de Aveiro, ou da villa de Buarcos, á cidade de Coimbra, para provimento e despesa do reitor, e padres do collegio de Jesus, da dicta cidade, não seja tomado o dicto pescado, nem parte alguma delle, pelos almotacés e officiaes da dicta cidade, nem por outra alguma pessoa, postoque digam ter necessidade do dicto pescado para si, ou para provimento dos moradores e povo da dicta cidade, nem sejam molestados nem vexados, por assim trazerem o dicto pescado para o dicto collegio; e assim hei por bem, que os officiaes da arrecadação da cisa do dicto pescado, nem os rendeiros della, os não obriguem nem constrenjam a fazer a saber, nem a escrever o dicto pescado, nem ao descarregar em parte alguma senão no dicto collegio, nem lhes façam sobre isso vexação alguma, pois sendo para mantimento dos padres, e familia do dicto collegio, se não deve delle cisa. E isto tudo se cumprirá assim, mostrando os dictos almocreves, ou pessoas que trouxerem o dicto pescado, certidão do reitor do dicto collegio, de como é para despesa e provimento delle. E mando ao juiz, vereadores, procurador, almotacés e officiaes da dicta cidade, e ao contador e officiaes de minha fazenda nella, que cumpram, guardem e façam inteiramente cumprir e guardar este alvará, como se nelle contém, e qualquer official ou pessoa, que o assim não cumprir ou contra isto fór, incorrerá em pena de dez cruzados por cada vez, metade para os captivos e a outra metade para quem os accusar. E este se registará no livro da

camara da dieta cidade pelo escrivão della; o qual hei por bem que valha e tenha força e vigor, como se fosse carta, feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte, que diz que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não valham; e valerá este outrosim, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação, que manda que os meus alvarás, que não forem passados pela chancellaria, se não guardem. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 21 de agosto de 1560. Manuel da Costa o fez escrever. — RAINHA.

Alvara sobre o pescado, que os almocreves e quaesquer outras pessoas, em suas bestas, daqui em diante trouxerem da villa de Aveiro, ou da villa de Buarcos, á cidade de Coimbra, para provimento e despesa do reitor, e padres do collegio de Jesus, da dieta cidade. Para vossa alteza ver.

E assim hei por bem que os padres dos collegios de Jesus e das Artes, da cidade de Coimbra, não sejam obrigados a fazer saber, nem despachar nas cisas e portagens o pão, vinho, carnes, pescado, e mantimentos, e quaesquer outras cousas, que lhes vierem ou trouxerem das villas de Aveiro, Esgueira, e de quaesquer outras partes, para despesa e provimento dos dietos collegios, assim nos logares, onde comprarem as cousas sobredictas, como na cidade de Coimbra; e isto sem embargo de qualquer regimento ou artigos, que em contrario haja. E mando aos contadores, e officiaes de minha fazenda, e a quaesquer justigas, officiaes e pessoas, a quem o conhecimento disto pertencer, que assim o cumpram e façam cumprir; e hei por bem que esta apostilla valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta, feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte, que diz, que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não valham; e valerá esta outrosim, postoque não seja passada pela chancellaria, sem embargo da ordenação que manda, que os meus alvarás, que não forem passados pela chancellaria, se não guardem. Jorge da Costa a fez em Lisboa a 7 dias de fevereiro de 1562. Manuel da Costa a fez escrever. — RAINHA.

(Confirmados por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1591 e por D. Philippe III a 14 de abril de 1634.)

Liv. 1.º citado, fl. 123 v. e 124. Liv. 2.º citado, fl. 25 v. Liv. 1.º de compromissos da'c'a, fl. 38 a 39. Liv. 2.º de confirmações citado, fl. 4 a 6. Índice citado, pag. 219.

XXXVI

Para que o collegio possa trazer oito bois pelos olivaeis

D. João, por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc. Faço saber a quantos esta minha carta virem, querendo eu fazer graça e merce por esmola ao reitor e padres do collegio de Jesus, que está na cidade de Coimbra, hei por bem e me praz que elles possam daqui em diante trazer pelos olivaeis da dicta cidade, e por quaesquer outros logares e pastos della, oito bois andando peados e acabramados, segundo se costumam trazer; dos quaes bois elles não pagarão coima, nem pena alguma, postoque sejam achados em logares comeiros, sómente pagarão o damno e perda que fizerem, que será visto e estimado, segundo ordenança da dicta cidade; e assim me praz que possam ter e trazer, com os dictos bois, quatro carros ferrados; o que tudo assim hei por bem, sem embargo de quaesquer minhas provisões, e regimentos, defesas, e posturas da camara da dicta cidade, que ate agora sejam passadas e feitas, ou ao diante se passarem e fizerem em contrario desta minha carta, as quaes quero que se não cumpram, nem tenham vigor algum, enquanto contra isto forem, e que sem embargo dellas se cumpra todo o que dicto é. Notifico-o assim ao corregedor da comarca da dicta cidade, e ao juiz, vereadores, procurador e officiaes della, que ora são e ao diante forem, e lhes mando que assim o cumpram, guardem, e façam inteiramente cumprir e guardar, sem duvida nem embargo algum, que a ello seja posto, porque assim é minha mercê; e por firmeza dello lhes mandei dar esta carta, por mim assignada, e asseillada do meu sello pendente. João de Seixas a fez em Santarem a 16 dias de agosto, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1546. Manuel da Costa a fez escrever. — R.1.

E os dictos carros e bois poderão andar pelas ruas da dicta cidade, servindo nas cousas, em que o dicto collegio mandar. — R.1.

E postoque nesta carta acima diga que os dictos bois andem peados e acabramados, hei por bem que andem sómente acabramados e não peados. — R.1.

Carta, por que vossa alteza ha por bem, por fazer graça e mercê, por comenda, ao reitor e padres do collegio de Jesus, que está na cidade de Coimbra, que elles possam daqui em diante trazer pelos olivares da dicta cidade, e por quaesquer outros logares e pastos della, oito bois, andando peados e acabramados, segundo se costumam trazer, dos quaes bois elles não pagarão comina nem pena alguma, postoque sejam achados em logares coimeiros, sómente pagarão o damno e perda que fizerem, que será visto e estimado, segundo ordenança da dicta cidade, e assim ha vossa alteza por bem que possam ter e trazer com os dictos bois quatro carros ferrados, e esto sem embargo de quaesquer provisões de vossa alteza, o regimento, defesas, e posturas da camara da dicta cidade, que até ora sejam passadas e feitas, ou ao diante se passarem e fizerem em contrario desta, as quaes vossa alteza ha por bem, que se não cumpram nem tenham vigor algum, enquanto contra esto forem, e que sem embargo dellas se cumpra tudo o que dicto é. Paguei nada a 25 de setembro de 1546 annos. Pero Gomez. E aos officiaes 200 res.

Registada no livro da camara desta cidade de Coimbra, onde foi apresentada ao juiz, e vereadores. Dada aos 5 dias do mez de dezembro de 1548; e mandaram que se cumprisse e guardasse o que sua alteza manda nesta. Registada na chancellaria. Paguei nada.

(Confirmada por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1561, e por D. Philippe III a 11 de abril de 1634.)

1.º e 2.º livros, ff. 8 e 8 v. In. 1.º de enfeições citado, ff. 52 a 53. Liv. 2.º de compra e venda cidade, ff. 24 e a 26 v.

XXXVII

Para o collegio poder trazer quatro carros ferrados pela cidade, alem de outros quatro que já traz

Eu el-rei faço saber ás justicas, a que este meu alvará for necessário, que eu hei por bem e me praz, por fazer mercê e comenda ao reitor e collegiaes do collegio de Jesus da cidade de Coimbra, que elles possam trazer quatro carros ferrados com seus jumentos de bois para trabalharem nas obras do dicto collegio; e assim alem de outros quatro, que já trazem por outra provisão

minha, os quaes bois com os dictos carros poderão andar por todas as ruas da dicta cidade, postoque sejam calçadas, sem embargo de qualquer postura, ou accordo da camara da dicta cidade em contrario. E assim poderão andar os dictos bois pastando, acabramados sómente, pelos oliveas da dicta cidade, em qualquer tempo do anno, e fazendo algum damno em as oliveiras, ou em outra qualqu'er cousa, hei por bem que os dictos reitor e collegiaes paguem sómente a perda, que for avaliada por duas pessoas que o entendam, sem mais pagarem comia nem pena alguma, esto sem embargo de qualquer privilegio, ordenação, postura, ou accordo da camara em contrario. Notifico-o assim ás dictas justizas, e mando que este cumpram como nelle se contém, sem embargo do effeito delle haver de durar mais de um anno, e da ordenação do segundo livro, titulo vinte em contrario, que dispõe, que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não valham. Escripto em Lisboa aos 17 de julho de 1547. E este se cumprirá, postoque não passe pela chancellaria, sem embargo de ordenação em contrario. — Rei.

Liv. 1.º citado, fl. 10 e 10 v. Liv. 2.º citado, fl. 23 v. e 24.

XXXVIII

Para os padres do collegio poderem trazer pelos oliveas de Coimbra trescentos carneiros e para poderem trazer seis cabras

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que eu hei por bem e me praz, que os carneiros, que o reitor e padres do collegio das Artes da cidade de Coimbra comprarem, e tiverem para provimento do dicto collegio, possam pastar pelos oliveas da dicta cidade, e por quaesquer outros legares e pastos della, postoque sejam coimeiros, sem o dicto reitor, e padres, pagarem delles coima nem pena alguma, sómente pagarão o damno e perda que fizerem, que será vista e estimada segundo ordenança da dicta cidade; e isto até trescentos carneiros e mais não; e mando ao juiz, vereadores, procurador e officiaes da camara della, e a quaesquer outras justizas, officiaes e pessoas, a quem o conhecimento disto pertencer, que lhes cumpram, guardem e façam inteiramente cumprir e guardar este alvará, como se nelle contém, o qual se registrará no livro da camara da dicta cidade pelo

escrivão della; e hei por bem que valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte, que diz que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não valham, e valerá este outrosim, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação que manda, que os meus alvarás, que não forem passados pela chancellaria, se não guardem. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 15 de agosto de 1559. E pela mesma maneira poderão trazer seis cabras com os dictos carneiros. Manuel da Costa o fez escrever. E isto hei assim por bem, sem embargo de quaesquer minhas providões, defesas e posturas da camara, que em contrario haja.

— RAINHA.

Hei por bem e mando que o alvará, acima escripto, se cumpra e guarde, como se nelle contém, sem embargo de quaesquer minhas providões, que em contrario tenha passadas ou ao deante passar, porque não é minha toução revogar esta, emquanto nas outras não fizer della expressa menção, o derrogação, havendo respeito a no dicto collegio haver muita gente, que se não póde sustentar, sem trazerem os dictos carneiros. E esta apostilla hei por bem, que valha como carta, e postoque não seja passada pela chancellaria, sem embargo das ordenações em contrario. Manuel da Costa a fez em Lisboa a 10 dias de janeiro de 1560.

— RAINHA.

Ha vossa alteza por bem que os carneiros, que o reitor e padres do collegio das Artes, da cidade de Coimbra, comprarem e tiverem para provimento do dicto collegio, possam pastar pelos olivais da dicta cidade, e por quaesquer logares outros, e pastos della, postoque sejam coimeiros, sem o dicto reitor e padres pagarem delles conha nem pena alguma, sómente pagarão o dano e perda que fizerem, que será vista e estimada, segundo ordenança da dicta cidade; e isto até trezentos carneiros, e mais não; e poderão com elles tambem trazer seis cabras. E que este valha como carta, e não passe pela chancellaria. E assim hei por bem que o gado, que os padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, comprarem, e tiverem para provimento do dicto collegio, possa pastar pelos campos da dicta cidade, e pelos olivais, e quaesquer outros pastos della, não sendo pastos particulares e propriedades proprias, assignadas para pastos dos gados dos donos dellas, pelo juiz, vereadores e officiaes da dicta cidade, e isto sem pagar coima alguma, sómente o dano que fizerem, como se contém no alvará atrás escripto; o que assim se cumprirá até vinte bois, trezentos carneiros, e seis cabras sómente,

e mais não, sem embargo de quaesquer minbas provisões, defesas e posturas da camara, que em contrario haja. E mando ao juiz, voreadores, e officiaes da dicta cidade, e a quaesquer outras justicas, officiaes e pessoas, a que o conhecimento disto pertencer, que cumpram, guardem, e façam inteiramente cumprir e guardar esta apostilla, como se nella contém; a qual hei por bem que valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte, que diz, que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não valham; e valerá esta apostilla outrosim, postoque não seja passada pela chancellaria, sem embargo da ordenação, que manda, que os meus alvarás, que não forem passados pela chancellaria, se não guardem. Jorge da Costa a fez em Lisboa a 8 dias de dezembro de 1561. Manuel da Costa a fez escrever. — RAINHA.

(Confirmados por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1591, e por D. Philippe III a 10 de maio de 1634.)

Liv. 1.º citado, fl. 72 e 73 v. Liv. 2.º citado, fl. 23 e 23 v. Liv. 1.º de confirmações citado, fl. 35 v. a 36 v. Liv. 2.º de confirmações citado, fl. 7 v. a 8 v.

XXXIX

Sobre o pasto dos bois, que os padres trazem para matar

Dizem o reitor e padres do collegio do Jesus, da cidade de Coimbra, que elles têm provisões de vossa alteza e de el-rei D. João, vosso avô, que sancta gloria haja, para poderem trazer pelos olivaeas da dicta cidade, e por outras partes, até certo numero de carneiros e bois, para matar em casa, para sustentação do dicto collegio, sem pagar coimbas, e sómente pagam as perdas, se as fazem, como nas dictas provisões mais largamente é contheúdo, e quando trazem os bois pelos olivaeas, os trazem acabramados, de modo que não possam fazer perda nas oliveiras; e agora são informados, que vossa alteza passou hontem uma provisão, por que manda que os bois dos carneiros, e de quaesquer outras pessoas, que os tiverem para matar, não andem pelos olivaeas, e se elles supplicantes não trouxerem bois para

matar, não se poderá o dicto collegio sustentar, porque tem perto de duzentas pessoas, afora o collegio de vossa alteza dos porcionistas, e gente de serviço. Podem a vossa alteza, sem embargo da dicta provisão, e de quaesquer outras cousas, que em contrario haja, se guardem as provisões e privilegios, que ácerca disto tem o dicto collegio, e receberão esmola e mercê. — Antonio Vaz Cabaco.

Offereçam o traslado do seu privilegio, e o traslado da provisão, que dizem que se passou. Que o privilegio, de que os supplicantes fazem menção, se cumpra, com tal declaração, que os vinte bois, que podem trazer pelos oliveas, andem acabramados, e não andando da dicta maneira, ou trazendo mais que os vinte, pagarão a coima e a perda, como pagam os das outras pessoas, conforme as posturas da cidade. Em Almeirim a 11 de fevereiro de 1575. Paulo Affonso.

Ea el-rei foyz saber aos que este alvará virem, que havendo respeito ao que na petição, atrás escripta, dizem o reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, e vistas as causas, que nella allegam, hei por bem e me praz que o privilegio, de que na dicta petição se faz menção, se lhes cumpra e guardo inteiramente, como se nelle contém, com tal declaração, que os vinte bois, que por virtude delle podem trazer pelos oliveas da dicta cidade, andem sempre acabramados, e não andando da dicta maneira, ou trazendo mais que os vinte, pagarão a coima e perda que fizerem, como pagam os das outras pessoas, conforme as posturas da cidade; e mando ao corregedor da comarca della, e ao juiz, vereadores e officiaes da camara da dicta cidade, e a quaesquer outras justicas e officiaes, a que o conhecimento disto pertencer, que cumpram e guardem inteiramente este alvará, como se nelle contém: o qual hei por bem que valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, e postoque por ella não seja passado, sem embargo das ordenações, que o contrario dispõem. João da Costa o fez em Evora a 22 de março de 1575. Jorge da Costa o fez escrever. — Rei.

O que assim me praz, sem embargo da provisão, que concedi á cidade, de que na dicta petição faz menção; e esta apostilla não passará pela chancellaria. Jorge da Costa a fez em Evora a 26 de março de 1575. — Rei.

Na apostilla referendou Martin Gonçalves da Camara.

Alvará por que vossa alteza ha por bem, que o privilegio, de que o reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, fazem menção na petição atrás escripta, se lhes cumpra e guarde, como se nella contém, e isto com a declaração acima

contheúda; e que valha como carta, e não passe pela chancelaria.

(Confirmados por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1591, e por D. Philippe III a 7 de abril de 1634.)

*Liv. 2.º citado, fl. 69 v. Liv. 1.º de confirmações citado, fl. 36 v. a 37.
Liv. 2.º de confirmações citado, fl. 11 v. a 13 v.*

XL

Obriga-se sua alteza a defender os padres da companhia,
que estão no collegio das Artes, movendo-se alguma duvida

Eu el-rei faço saber aos que este meu alvará virem, que el-rei, meu senhor e avô, que sancta gloria haja, mandou entregar aos padres da companhia de Jesus, o edificio, casas e assento do collegio das Artes, que sua alteza tinha mandado edificar, na cidade de Coimbra, com todas suas pertenças, em o mez de setembro de 1555, por Bartholomeu da Costa, contador de sua casa, que a isso e a outras cousas de serviço do dicto senhor rei, meu avô, e por seu mandado, foi então a dicta cidade de Coimbra, e porquanto os dictos padres receiam que em algum tempo possa haver alguma pessoa, ou pessoas, que sobre algum, ou alguns dos chãos, ou casas, que para o edificio do dicto collegio se tomaram por mandado do dicto senhor rei, meu avô, os inquietem, ou lhes ponham demanda ou duvida alguma: hei por bem e me praz, quando quer que isto acontecer, mandar liquidar todos os dictos chãos e casas, e saber se por alguma via pertencem, ou ao deante póde pertencer, alguma parte dellas a alguma pessoa, mosteiro ou egreja, e satisfazel-o de minha fazenda ou da maneira que melhor me parecer, e poder ser, para que sempre fique aos dictos padres o dicto collegio livre e desembargado, com todo seu assento, casas e pertenças; e sendo caso que se mova sobre isso alguma duvida, ou demanda, eu mandarei responder a ella por o procurador de meus feitos, até final sentença, e julgando-se que a parte, que a tal demanda mover, tem justiça, lha mandarei satisfazer inteiramente, sem o reitor e padres do dicto collegio poderem sobre isso ser reque-ridos, nem avexados, e este alvará hei por bem que valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome,

por mim assignada, sellada de meu sello, e passada pela chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte, que defende e manda, que não valha alvará, cujo effeito houver de durar mais de um anno, e de todas as clausulas della; e valerá outrosim, postoque não passe pela chancellaria, sem embargo da ordenação que o contrario dispõe. Pantaleão Rebello o fez em Lisboa a 8 dias d'abril de 1561. — RAINHA.

Liv. 1.º citado, ff. 126 v. e 127.

PARTE III

PRIVILEGIOS CONCEDIDOS AOS JESUITAS

**D. João III ha por bem, que o collegio da companhia de Jesus
goze dos privilegios da Universidade de Coimbra**

Dom João, por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem mar em Africa, senhor de Guiné e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc. Faço saber a quantos esta minha carta virem, que querendo eu fazer graça e mercê por esmola aos collegiaes do collegio da companhia do nome de Jesus, que ora está na cidade de Coimbra, hei por bem e me praz que elles tenham, gozem, e usem daqui em diante de todos os privilegios, liberdades, graças e franquezas que de mim têm, e de que usam, e ao diante poderem gosar e usar, os lentes e deputados e conselheiros da Universidade da dicta cidade de Coimbra. Notifico-o assim a todos os meus desembargadores, corregedores, ouvidores, juizes, justicas, officiaes e pessoas de meus reinos e senhorios, que ora são e ao diante forem, a quem esta minha carta, ou traslado della em publica fórma, for mostrada, e conhecimento della pertencer; e lhes mando que lhes cumpram e guardem, e façam cumprir e guardar, todos os privilegios e liberdades sobredictos, sem lhes nisso ser posta duvida nem embargo algum, porque assim é minha mercê, dos quaes privilegios e liberdades elles mostrarão o traslado authenticco. E por firmeza dello lhes mandei dar esta carta, por mim assignada, e assellada com o meu sello pendente. João de Seixas a fez em Evora a 26 dias de agosto, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1544. Manuel da Costa a fez escrever. — Rei.

E isto se lhes guardará assim, e da maneira que se guarda aos

estudantes matriculados na Universidade, da dicta cidade, e como se lhes guardára, se elles nella foram matriculados. — REI.

E postoque diga, que mostrarão o traslado authenticico dos dictos privilegios e liberdades, mostrarão sómente a certidão do reitor do dicto collegio da companhia do nome de Jesus, em que declarem a fôrma dos taes privilegios, na parte em que delles quizerem usar, e bastará ter o dicto reitor no collegio o traslado authenticico dos dictos privilegios; e por esta mando a todas as justicas, officiaes, e pessoas a quem o conhecimento desto pertencer, que pelas certidões do dicto reitor lhes cumpram e guardem os dictos privilegios e liberdades, como acima é declarado. E esta apostilla se cumprirá, postoque não seja passada pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Manuel da Costa a fez em Evora a 17 de novembro de 1544. — REI.

(Confirmados por D. Sebastião a 25 de julho de 1577, e por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1591.)

Liv. 1.º citado, fl. 5 v. e 6. Liv. 2.º citado, fl. 7 e 7 v. Liv. 1.º de confirmações citado, fl. 17 v. e 18.

II

Estatutos, e privilegios da Universidade

D. Manuel, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquém e dalém mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação, e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc. A quantos esta nossa carta virem, fazemos saber que da parte do reitor, lentes e conselheiros da Universidade do estudo da nossa cidade de Lisboa, e por toda a dicta Universidade, nos foram apresentados alguns apontamentos, e substancias de privilegios, que a Universidade diz que foram dados, e outorgados, pelos reis nossos antecessores, e de que sempre usaram, os quaes nos enviaram dizer, que por não mostrarem nossas confirmações, e approvações delle, lhes não eram guardados, como sempre foram; os quaes privilegios são os seguintes:

Primeiramente, privilegio de el-rei D. Diniz, por que privilegiou o estudo da dicta cidade, privilegios e liberdades, cadeiras e liberdades, e officios, que não paguem chancellaria de sello, nem cera, nem de escriptura, nem de nenhuma outra cousa.

Outro privilegio de el-rei D. Fernando, por que concedeu ao

dicto estudo, que os lentes, escholares, e officiaes delle, não sejam constrangidos para pagarem peitas, tintas, talhas, para qualquer cousa para que forem lançadas, assim pelos reis, como pelos concelhos, e assim para muros, como para calçadas, pontes, ou outras quaesquer obras que sobreviessem pelos tempos, que os reis, ou a cidade mandasse fazer.

Item. Outro privilegio do dicto rei D. Fernando, pelo qual concedeu ao dicto estudo, que os caseiros dos lentes, e officiaes delles não fossem constrangidos, para irem com presos, nem com dinheiro, nem servirem em muros, nem pontes, nem fontes, nem cavas, nem em outras similhantes obras, nem fossem beateiros de conto, nem dos apurados, nem poisassem com elles, nem lhe tomassem roupa, nem palha, nem gallinhas, nem outra alguma cousa de seu, contra sua vontade.

Item. Outro privilegio de el-rei D. João, meu bisavô, por que se outhorgou que os lentes, escholares, e officiaes do dicto estudo, não fossem constrangidos para pagarem nenhuns pedidos, que fossem lançados pelos reis, ou pelo concelho da dicta cidade, ou de outros quaesquer logares, onde fossem moradores, ou tivessem suas fazendas.

Item. Outro privilegio de el-rei D. Affonso, meu tio, por que outhorgou, e concedeu que os caseiros, e parceiros dos lentes, e officiaes do dicto estudo, sejam escusados de todos os encargos do concelho, e de pagarem jugada se fossem carreiros, e enca-beçados.

Item. Outro privilegio de el-rei D. João, meu bisavô, por que outhorgou que o recebedor, e provedor, que fosse do dicto estudo, podesse penhorar, vender, e arrendar todos os bens moveis, e de raiz, em que fossem penhorados os rendeiros, e devedores do dicto estudo, e as penhoras, rematações, e execuções fossem firmes, e valessem assim como aquellas, que se faziam por suas proprias dividas, e assim podesse o dicto recebedor prender os dictos rendeiros, e devedores, quando não tivessem por onde pagar, sem embargo algum, que lhe nullo fosse posto, por nenhuma justiza, e officiaes, antes lhe mandavam que cumprissem, e guardassem, sobre todo o que dicto é, os mandados do dicto recebedor, assim como se guardam os dos proprios seus officiaes em suas dividas, e privilegiava o dicto seu recebedor-pelo cuidado que disto havia de ter, que não servisse em fronteira, nem em hoste, nem em galés, nem pagasse em peitas, nem em talhas, nem em outra servidão, nem fosse constrangido para ter cavallo, e armas, nem poisassem com elle, e que gosasse de todos os privilegios, e liberdades dos estudos, sob pena dos encoutos, e assim lhe outhorgou que não conhecesse nenhuma

justiças de citações, nem demandas, que perante ellas lhe fossem postas, contra o dicto recebedor, e que se alguma o quizesse citar, demandar, ou embargar, o remetteste ao conservador dos estudos, e fazendo as dictas justiças o contrario, fosse emprazada, por qualquer tabellião, a que fosse requerido, que ao terceiro dia do emprazamento parecesse perante o dicto conservador a dizer, e dar razão, por que não cumpria o mandado do dicto rei, bisavô meu.

Outro privilegio de el-rei D. Affonso, meu tio, por que lhe outhorgava, que todos os lentos, officiaes, e estudantes, podessem andar em mulas.

Item. Outro privilegio de el-rei D. Affonso, meu tio, por que outhorgou, que o conservador do dicto estudo podesse ouvir, e determinar todos os feitos crimes e civeis, que os escholares do dicto estudo, ou seus familiares, ou cada um delles, houvessem com os moradores da cidade, e seu termo, assim aquelles em que fossem auctores, como reus, e assim mesmo podessem ouvir, e determinar todos os feitos civeis, e crimes de injurias, ou desaguiado, que fosse feito, ou dicto, a cada um dos dictos escholares, ou de seus familiares, estando no dicto estudo, ou vindo do dicto estudo para suas terras, ou estando em suas terras, havendo de tornar para o dicto estudo, ou vindo já de caminho para elle, e isto se entendesse contra quaesquer pessoas, que as dictas injurias, ou desaguiado, fizessem em quaesquer logares, em que fossem moradores, posto que morassem em coutos, ou terras de algumas pessoas poderosas, e que os sobreditos, ou cada um delles, podessem ser citados perante o dicto conservador, pelos dictos casos, por sua carta, ou porteiro dante elle, a estarem, acerca disso, a todo o cumprimento de justiça, e com todo as justiças cumprissem nisto as cartas, sentenças, e mandados, que lhe fossem mostrados, e passassem pelo dicto conservador.

Item. Outro privilegio de el-rei D. Fernando, e de el-rei D. João, meu bisavô, pelos quaes mandavam a todas as justiças, que não conhecessem de nenhuns feitos civeis, nem crimes, de nenhum escholar, que fosse do corpo do estudo, mas se fosse achado em algum maleficio, por que fosse preso, que logo o entregassem ao dicto conservador, o qual despachasse seus feitos, assim civeis, como crimes, com seu direito, dando nos feitos crimes appellação e nos civeis agravo, mandando os dictos réis a todas as justiças, assim suas, como da rainha, e infantes, como de quaesquer outras pessoas, que delles tivessem terras, que guardassem, e fizessem guardar as dictas cartas, sentenças, e mandados, do dicto conservador, e não fossem contra elles, em parte, nem em todo, e que nos feitos civeis o que delles aggra-

vasse, pagasse vinte e cinco libras, como se costumava pagar perante os sobredictos juizes.

Item. Outro privilegio de el-rei D. João, meu bisavô, por que outhorgou que o conservador aposentasse os escholares, que viessem ao dicto estudo, dentro em tres dias, e que lhes podesse dar aquellas casas, que os donos dellas bem podessem escusar, por seus honestos alugueres; e que quando se não achassem casas despejadas para os escholares poisarem, que lhes dessem as que estivessem aforadas, ou emprazadas, e que quando ellas não bastassem, lhes dessem as de seus donos proprios, e que se não podesse tirar a casa a escholar, enquanto estivesse aposentado, para se dar a outra pessoa.

Item. Outra carta de privilegio de el-rei D. João, meu primo, que sancta gloria haja, por que concedeu ao dicto estudo, que as injurias verbaes das pessoas do estudo determinassem no conselho do dicto estudo, por nelle estarem sempre muito letrados.

Item. Outro privilegio de el-rei D. Diniz, por que outhorgou, que os escholares, que fossem presos, quando os soltassem, fossem sem carceragem.

Pedindo-nos a dicta Universidade, por mercê, que lhe approvassemos, e confirmassemos, os dictos privilegios todos, assim e pela maneira que nelles se contém; e visto por nós seu requerimento, pelo muito desejo que temos do acrescensamento, e melhor conservação das cousas do dicto estudo, e que sempre sejam acrescensadas, e não minguadas, como, louvores a Nosso Senhor, em nosso tempo está posto, e esperamos que ao deante mais florescerá, e querendo-lhe fazer graça, e mercê, temos por bem, e lhe approvamos e confirmamos, com as limitações e declarações abaixo declaradas.

Que o privilegio de el-rei D. Fernando, que escusa aos caseiros dos lentes, e officiaes, de irem com presos, nem com dinheiro, nem servirem em muros, nem pontes, nem fontes, nem cavar, nem outras semelhantes obras, nem sejam besteiros do conto, nem dos approvados, nem poisem com elles, nem lhes tomem roupa, nem palha, nem gallinhas, nem outra cousa do seu, contra sua vontade, se entenda sómente nos caseiros dos lentes cathedraes, e officiaes do corpo do estudo, e que lavrarem, e viverem nas suas proprias quintas, e casas, e herdades encahegadas, e não em outras algumas, segundo a fórmula do que temos outhorgado nas cousas semelhantes, aos caseiros dos nossos vassallos, e em outra maneira se não logrará.

Nos proes de novo, que se entenda o dicto privilegio nos caseiros, no conservador, e recebedor, e bedel do dicto estudo,

postoque delles não fizesse expressa menção, porque, por fazermos mercê ao estudo, o havemos assim por bem.

Item, que o privilegio, que dizem que lhe outhorgou el-rei D. Affonso, meu tio, dos encargos do concelho, e de não pagarem jugada, lhe valha, e seja guardado, se elle é dado pelo dicto rei, D. Affonso, meu tio, como dizem.

Item, que o privilegio de el-rei D. Affonso, meu tio, para poderem andar em mulas, se entenda sómente nos lentes cathedraes; e no reitor, conservador, e bedel, e recebedor; e noutros alguns officiaes, e pessoas do dicto estudo, não haverá logar.

E estes, que assim outhorgamos, que possam andar nas dictas mulas, outhorgamos assim mesmo, que possam em facas, se quizerem.

Item, em o privilegio da jurisdição do conservador, declaramos que sómente se entenda de conhecer dos feitos daquelles escholares, que forem escriptos, e assentados em livro apartado por si, que se fará dos que entram a aprender no dicto estudo, em quaesquer sciencias de que aprendam, os quaes, logo como entrarem, fará assentar o reitor do dicto estudo ao bedel, em livro ordenado, e apartado, que para isso fará, declarando o dia, mez, e era, em que entrou, e cujo filho, e donde é seu pae morador, da sciencia que aprende; o qual assento de cada um será assignado pelo dicto reitor, no dicto livro, sem nenhuma outros escholares, e nos que fora desta ordem, no dicto estudo estiverem, não haverá logar na jurisdição, que pelos dictos privilegios é dada ao dicto conservador, para conhecer dos feitos dos dictos escholares.

Item, no privilegio que está outhorgado, que o conservador possa aposentar os escholares, e tomar as casas para seus aposentamentos, declaramos que não haverá logar, sómente naquellas casas, que seus donos tiverem communmente alugadas, e em nenhuma outras se fará constrangimento; e não havendo das taes, tantas que bastem para aposentamento dos dictos escholares, em tal caso as alugarão á vontade de seus donos, porque em outra maneira será grande aggravado ás partes, e áo a se despovoarem as casas de isento do dicto estudo, com as quaes declarações, e limitações, approvamos, e confirmamos todos os dictos privilegios, assim, e tão inteiramente, como nelles é contheudo, sem nunguamente algum.

Porque folgamos de fazer mais mercê ao dicto estudo, lhe outhorgamos de novo, que os almotaes da cidade não possam proceder em maneira alguma, contra o almotaes que o dicto estudo tiver, para repartição da carne do carnicheiro, que fôr

obrigado a dar carne ao dicto estudo, e o dicto almotacel, que fôr ordenado para repartição da carne, que fôr obrigado lhe dar o carniceiro, que para ello obrigarem, fará sua repartição segundo ordenança, que para ello lhe fôr dada pelo reitor, e officiaes do dicto estudo, sem os dictos almotacés da cidade nisso entenderem, nem sobre ello haver logar sua jurisdição, nem em maneira alguma sobre ello entenderem, nem procederem, sob pena, que qualquer cousa, que contra ello fizerem, será nenhuma, e de nenhum effeito, e mais incorrerão na pena dos nossos encoutos, para o dicto estudo, a qual pena damos poder, e auctoridade ao nosso corregedor da cidade, que possa nelles executar, sem mais outra appellação, nem aggravo.

Nos praz o lhe outhorgamos, que em todas as cidades, villas, e logares de nossos reinos, e senhorios, onde quer que o dicto estudo tiver renda, e possesões, seja dada ao recebedor do dicto estudo, e a seu certo procurador, ajuda, e favor para boa arrecadação de suas rendas; e lhes deem bestas, boia, carros, carretas, barcas, bateis, e assim todas e quaesquer cousas outras, que necessarias lhea sejam, para trazerem suas novidades, e lhas acarreterem para a dicta cidade, ou para quaesquer outros logares para onde as trazer quizerem, não lhe pondo embargo, nem impedimento á tirada do pão de suas rendas, nos logares onde estiverem, nem em nenhuma outra cousa, que nellas tenham, postoque seja ordenada, e feita postura pelos taes logares, ou mandado por nós especialmente, que se não possa tirar nenhum pão, nem mantimento, dos taes logares para fóra, porque não queremos que se entenda no que fôr do dicto estudo, mas que livremente o possam tirar para Lisboa, ou para qualquer outro logar que quizerem; e mandamos aos juizes, e officiaes dos taes logares, e aos corregedores das comarcas donde forem, que assim o cumpram, guardem, e façam cumprir e guardar, inteiramente, e sem contradição alguma, sob pena de cinquenta cruzados, em que incorrerão, aquelles que contra isto forem, em parte ou em todo, o que delles não esperamos, metade para quem os accusar, e a outra metade para captivos, porém mandamos aos nossos corregedores, e governadores das nossas casas, da supplicação, e do civil, corregedores, e desembargadores, juizes, justicas, officiaes, e pessoas, a quem esta nossa carta fôr mostrada, e o conhecimento della com direito pertencer, que em todo lhe cumpram e guardem, e façam inteiramente, cumprir e guardar, todos os privilegios, liberdades, graças, e merecés, que ayaão contheudas, e declaradas, com as limitações, e declarações, com que lhas outhorgamos, sem lhe nisso pôrem, nem consentirem pôr duvida, nem embargo algum, sob pena que

aquelles que contra elles ou em parte lhe forem, incorrerem na pena de nossos encoutos, de seis mil réis, metade para quem os accusar, e a outra para o estudo. Dada em a nossa cidade de Lisboa ao 1.º dia do mez de dezembro. Antonio Fernandes a fiz, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1511. — EL-REI. — D. Antonio.

. Para ver vossa alteza. O qual traslado de approvação, e capitulos, eu Antonio Madeira, tabelião publico do judicial, por el-rei, nosso senhor, neata cidade de Evora, e escriptão desta dieta Universidade, da dieta cidade, fiz trasladar de um traslado authenticro, que está no cartorio da dieta Universidade, bem e fielmente, e o concertei com o tabellião, abaixo nomeado, e assignei de meu publico signal, que tal é. Pagou cento e vinte réis. Concertado commigo tabellião ...

Gaveta 39 do cartorio da Universidade, manuscripto n.º 34.

III

Para as rendas do collegio se arrecadarem como a fazenda del-rei

Eu el-rei fago saber a quantos este meu alvará virem, que querendo eu fazer graça e mercê por esmola ao reitor e collegiaes do collegio de Jesus, situado na cidade de Coimbra, hei por bem e me praz, que as rendas do dicto collegio se arrecadem e executem daqui em diante naquella fórma, modo e maneira, em que os meus almoxarifes e recebedores, por bem do regimento de minha fazenda, podem arrecadar e executar as dividas della. Notifico-o assim a todas as justicas, officiaes e pessoas de meus reinos e senhorios, a que o conhecimento deste pertencer, e lhes mando, que sendo neste caso requeridos por parte do dicto collegio, façam execução nos rendeiros e pessoas, que ao dicto collegio deverem alguma cousa de suas rendas, como se pode fazer nas dividas de minha fazenda, e cumpram ácerca disso o regimento della, porque assim o hei por bem. E quero que este valha, tenha força e vigor, como carta feita em meu nome, e passada por minha chancellaria, postoque por ella não passe, sem embargo da ordenação que diz, que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas e não por alvarás, e que se não faça obra por alvará, que não fôr passado pela

vães, e dous porteiros, que sirvam com os dictos recebedores nos autos, diligencias e cousas, que tocarem á arrecadação e execução das dietas suas rendas e dividas, os quaes escrivães e porteiros poderão servir os dictos officios, e terem nelles aquella fé e auctoridade, que têm os escrivães das execuções e porteiros dos concelhos dos logares, onde os ha, e guardarão inteiramente a fórma de minhas ordenações; e assim me praz que, quando os dictos recebedores, escrivães e porteiros, forem fora da dicta cidade a fazer execução nos rendeiros, e devedores das rendas do dicto collegio, pelo que lhe dellas deverem, de que os tempos dos pagamentos sejam passados, possam levar e levem á custa dos dictos rendeiros e devedores, a saber: cada um dos recebedores, 150 réis por dia, e cada um dos escrivães, 100 réis por dia, e cada um dos porteiros, 72 réis por dia, todos os dias que forem occupados no fazer das dietas execuções, com tanto que no fazer de cada uma dellas não sejam mais de um recebedor, e um escrivão, e um porteiro; e sendo mais de um rendeiro, ou devedor, os que se houverem de executar, repartir se-hão as dietas quantias, que assim hão de haver, os dictos officiaes pelos rendeiros e devedores, soldo á livra, segundo forem, e os dictos officiaes poderão pelas dietas quantias fazer execução em seus bens e fazendas, assim e da maneira, que a podem fazer pelo principal; os quaes dous recebedores, e dous escrivães, e dous porteiros, os dictos reitor e padres do dicto collegio poderão nomear e escolher, sendo pessoas aptas para servir os dictos officios, e serão escriptos por seus nomes no livro da camara, da dicta cidade de Coimbra, e nella lhes será dado juramento dos Sanctos Evangelhos, pelo juiz e vereadores, e procurador da dicta cidade, que sirvam os dictos officios bem e verdadeiramente, e cada um dos dictos recebedores, escrivães e porteiros, tirarão certidão com o traslado deste alvará, feita pelo escrivão da camara, e assignada pelo dicto juiz, de como foi nomeado pelo dicto reitor e padres, escripto no livro da camara, para servir seu officio, e que lhe foi dado nella o dicto juramento, com a qual certidão poderá usar do dicto officio, e em outra maneira não; e se os dictos officiaes, ou cada um delles fallecerem, ou tiverem algum impedimento, por onde não possam servir os dictos officios, ou o dicto reitor, e padres acharem, que não servem como devem, poderão nomear e puer outro ou outros em seu lugar, cada vez que tal acontecer, de maneira que em todo o tempo tenham os dictos dous recebedores, e dous escrivães, e dous porteiros, e cada vez que os assim nomearem, se escreverão no livro da camara, e receberão nella juramento, e tirarão disso certidão na maneira que dicto é. Notifico-o assim ao juiz, vereadores, procurador e officiaes da

dicta cidade de Coimbra, e a todas minhas justicas e officiaes, e pessoas, a quem o conhecimento desto pertencer, e lhes mando que cumpram, guardem e façam inteiramente cumprir e guardar este alvará, como se nelle contém, sem duvida nem embargo algum, que a elle seja posto, porque assim é minha merecê, o qual se registrará e trasladará no livro da camara da dicta cidade; e hei por bem que valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte, que diz, que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não valham; e valerá outrossim, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação, que dispõe, que os meus alvarás, que não forem passados pela chancellaria, se não guardem. Jorge da Costa o fez em Lisboa ao 1.º dia do mez de março de 1553. Manuel da Costa o fez escrever. — REI.

Hei por bem e mando que este alvará, acima escripto, e todo o nelle contheudo, se entenda, cumpra e guarde, na forma e maneira que nelle é declarada, em quaesquer outras dividas de qualquer qualidade que sejam, que quaesquer pessoas devam, ou ao deante deverem ao dicto collegio, ou lhe pertencerem por qualquer via que seja, e esto durante o tempo de quatro annos, por que lhe tenho concedido o dicto alvará; e hei por bem, que esta apostilla valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, postoque por ella não seja passada, sem embargo das ordenações, no alvará acima declaradas. Jorge da Costa a fez em Lisboa a 24 de outubro de 1554. Manuel da Costa a fez escrever. — REI.

Alvará do reitor e padres do collegio da companhia de Jesus de Coimbra, para vossa alteza ver.

Hei por bem, que o meu alvará e apostilla, escriptos na outra meia folha atrás desta folha, se cumpram e guardem, como se nelles contém, por tempo de quatro annos mais, além dos outros quatro contheudos no dicto alvará, e assim me praz, que o dicto alvará, e tudo o nelle contheudo, se cumpra e guarde na maneira que nelle é declarada, em todas as dividas, que se deverem aos herdeiros de Attonso de Arriaga; e hei por bem, que esta apostilla valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, e postoque por ella não seja passada, sem embargo das ordenações do segundo livro, que o contrario dispõem. Jorge da Costa a fez em Lisboa a 15 de outubro de 1556. Manuel da Costa a fez escrever. — REI.

Hei por bem, que o alvará del-rei, meu senhor e avô, que santa gloria haja, escripto na outra meia folha atrás desta folha, e as apostillas delle, se cumpram e guardem, como se nelles contém, emquanto eu houver por bem, e não mandar o contrario. E esta apostilla me praz, que valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, e postoque por ella não seja passada, sem embargo das ordenações em contrario. Jorge da Costa a fez em Lisboa a 24 dias de maio de 1560. Manuel da Costa a fez escrever. — RAINHA.

E mando a todas minhas justiças, officiaes e pessoas a que o conhecimento disto pertencer, que assim o cumpram e façam inteiramente cumprir. — RAINHA.

Foi registada esta provisão, com as duas apostillas, e por meu escrivão trasladada no livro dos accorlãos desta cidade de Coimbra, aos 12 dias do mez de março de 1557 annos; e por fé e certeza dello, assignei aqui. Foi registada a apostilla atrás em esta meia folha de papel, que está assignada pela rainha, nossa senhora, no livro dos registos da camara desta cidade de Coimbra, por mandado do juiz, e vereadores, e officiaes della, hoje 29 de março de 1561. E por verdade assignei aqui. Pagou nada. Pero Cabral da Costa.

(*Confirmados por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1591, e por D. Philippe III a 16 de junho de 1631; e por D. Pedro II a 16 e 30 de junho de 1706.*)

*Liv. 1.º citado, fl. 14 v., 15. Liv. 2.º citado, fl. 19 e 19 v., 20 a 23 v.
Liv. 1.º de confirmações citado, fl. 41 a 43. Liv. 2.º de confirmações
citado, fl. 13 v. a 16 v. Indices e summarios citados, pag. 119 e 218.*

V

Para o dr. Diogo de Teive entregar o collegio das Artes ao padre Mirão ¹

Doutor Diogo de Teive, eu el-rei vos envio muito saudar. Mando-vos que entregueis esse collegio das Artes, e governo delle, inteiramente ao padre Diogo Mirão, provincial da com-

¹ Publicada com algumas variantes a pag. 594 e 595 da segunda parte da *Chronica da Companhia de Jesus*, por Baltazar Telles; e na *Revista de educação e ensino*, a pag. 472 do n.º 10, de outubro de 1892.

panhia de Jesus, o qual lhe assim entregareis do primeiro dia do mez de outubro, que vem, deste anno presente de 1555, em diante, porque assim o hei por bem o meu serviço, como vos já tenho escripto; e cobrareis minha carta, com seu conhecimento, para vossa guarda, e assim entregareis os ornamentos, prata e movel da capella do collegio, e as letras e matrizes, que vos foram entregues, a Fernão Lopes da Castanheda, guarda do cartorio da Universidade, dessa cidade, para todo ter a bom recado, até eu mandar o que houver por meu serviço, que se disso faça, e cobrareis conhecimento em fôrma do dicto Fernão Lopes, feito pelo escrivão de seu cargo, e assignado por ambos, em que declare que lhe ficam as taes cousas carregadas em receita, porque pelo dicto conhecimento em fôrma vos serão levados em conta; e por esta mando ao dicto Fernão Lopes, que as receda, e vos passe dellas conhecimento em fôrma. João d'Alcázar a fez em Lisboa a 10 dias do mez de setembro de 1555. Manuel da Costa a fez escrever. — Rei.

Idem 1.º citado, fl. 88.

VI

Que, sem embargo de não serem registadas por Gabriel de Moura, as doações e mercês feitas aos padres sejam validas

E o rei faço saber a quantos este meu alvará virem, que por parte do reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, me foi dicto, que eu fizera esmola e mercê ao dicto collegio, por uma minha doação, das casas e assento de Almeirim, em que poisam os padres da companhia, e que assim mesmo elle fizera esmola e mercê, por outra minha doação, dos maninhos do Couto de S. Fins, as quaes não foram registadas nos livros do registo de Gabriel de Moura, e por este respeito arreceavam, que ellas não guardassem, e me pediram que lhes fizesse mercê de haver por bem, que as dictas doações e os autos e possos, que por ellas fossem feitas e tomadas, houvessem effeito e se fizessem, assim como o houveram, se as dictas doações foram registadas nos livros do registo de Gabriel de Moura, visto como elle considerava as dictas cousas, para fazer esmola ao dicto collegio, e que as provisões de esmolas se não registam nos dictos

livros, o que eu houve por bem, pelo que quero e me praz, que as dictas doações valham, e se guardem e cumpram, como se foram registadas nos dictos livros do registo de Gabriel de Moura, e os autos e papéis, que por virtude das dictas doações forem feitos, serão valiosos, como o foram, se depois deste meu alvará se fizerem sem embargo das provisões em contrario. Notifico-o assim a todas minhas justiças, officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que este meu alvará façam cumprir e guardar, como nelle é declarado, sem lhe a elle pôrem duvida nem embargo algum, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Pantalão Rebello o fez em Lisboa a 13 de março de 1556. — Rei.

E porquanto minha tenção não foi, nem é, registrar-se nos livros do registo de Gabriel de Moura as doações e provisões, que fizer por esmola, e as no alvará atrás escriptas e declaradas, que fiz aos padres da companhia de Jesus, foi por esmola, e as dictas doações foram valiosas, postoque não fossem registadas nos livros do dicto Gabriel de Moura, hei por bem que todas as diligencias, autos e posses, que por virtude dellas foram feitas, sejam valiosas, e mando que se cumpram inteiramente, sem duvida nem embargo algum, que a isso seja posto. Esta apostilla se cumpra, postoque não seja passada pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Pantalão Rebello a fez em Lisboa a 22 de abril de 1556. — Rei.

Liv. 1.º citado, ff. 18 e 18 v.

VII

Confirmação de um alvará ao collegio da companhia, para que a carta, que lhe foi dada sobre os maninhos do conto de S. Fins, se lhe cumpra

D. Philippe, por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalém mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc. Faço saber, que por parte do reitor da companhia de Jesus, da cidade de Coimbra, me foi apresentado um alvará do senhor rei D. João o III, que sancta gloria haja, de que o traslado é o seguinte:

Eu el-rei faço saber, aos que este meu alvará virem, que eu hei por bem e me praz, que a carta, por que fiz doação e mercê por esmola ao collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, dos maninhos do couto de S. Fins, se cumpra e guarde, como se nella contém, postoque não seja registada por Gabriel de Moura, no livro do registo, de que é escrivão, como se diz que devera de ser, assim e da maneira que se cumprira, se fôra registada pelo dicto Gabriel de Moura, no dicto livro. E mando ás justiaas, officiaes e pessoas, a que o conhecimento desto pertencer, que não ponham a isso duvida, nem embargo algum, e cumpram este alvará, como se nelle contém: o qual hei por bem que valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, e postoque este por ella não seja passado, sem embargo das ordenações do segundo livro, que o contrario dispõem. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 15 de abril de 1556. Manuel da Costa o fez escrever. — REI.

E isto me praz assim, sem embargo do regimento, que o dicto Gabriel de Moura, neste caso de mim tem, e de quaesquer outras minhas provisões, que em contrario haja. — REI.

Pondo-me o dicto reitor da companhia de Jesus, da cidade de Coimbra, por mercê, que lhe confirmasse este alvará em carta; e visto seu requerimento, querendo-lhe fazer graça e mercê, tenho por bem, e lho confirmo, e hei por confirmado nesta carta: e mando que se cumpra e guarde assim, e da maneira que se nella contém: e pagaram de meia annata da mercê desta confirmação ao thesoureiro geral dellas trezentos e sessenta réis, que lhe ficam carregados no livro de seu recebimento, a folhas quinhentas e quatorze verso, como se viu por certidão do escrivão de sua receita. E por firmeza disso lhe mandei dar esta carta, por mim assignada, e assellada do meu sello de chumbo pendente. Lourenço da Cunha a fez em Lisboa a 27 dias de julho, anno do nasimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de 1634. Eu, Duarte Dias de Menezes, a fiz escrever. — EL-REI. — O Conde de Sancta Cruz. P.

Confirmação do alvará, nesta trasladado, ao collegio da companhia de Jesus, da cidade de Coimbra, para que a carta, que lhe foi dada sobre os maninhos do couto de S. Fins, se lhe cumpra da maneira que se nella contém, e pagaram a meia annata, na maneira acima declarada. Para vossa majestade ver. P. André Velho da Fonseca. Pagou nada por privilegio que tem. Em Lisboa a 19 de setembro de 1634 annos; e ao chancellier mór e officiaes da chancellaria, com o cordão, seiscentos quarenta e oito réis; e ao escrivão das confirmações, trezentos e

vinte réis. Migue! Maldonado. Registada na chancellaria a folhas ... Manuel Ferreira.

Liv. 2.º de confirmações citado, fl. 34 a 35.

VIII

El-rei faz esmola no collegio de Jesus, e aos religiosos delle, que não paguem cisa dos bens de raiz, que comprarem, e venderem, ou escambarem, e as partes, com quem as dictas compras ou escambos fizerem, pagarão sua meia cisa, se a derem; e assim que não paguem cisa do pão, vinho, azeite, carnes, pescadas, hestas, nem de qualquer outro movel que comprarem, venderem, ou escambarem, que forem para menção e uso do dicto collegio, nem a paguem as partes, que lhes as taes cousas venderem, comprarem, ou com quem as escambarem

D. Philippe, por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalém mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc. Aos que esta minha carta virem, faço saber, que em um dos livros dos registos das confirmações, que andam na chancellaria, de que é escrivão Manuel Ferreira, a folhas 203, está escripta e registada uma carta de confirmação, da qual o traslado é o seguinte:

«D. Philippe, por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalém mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc. Faço saber aos que esta minha carta de confirmação virem, que por parte dos padres da companhia de Jesus, das casas, e collegios de meus reinos, e senhorios, me foi apresentada uma carta do senhor rei D. Henrique, que sancta gloria haja, por elle assignada, e passada pela chancellaria, da qual o traslado é o seguinte: D. Henrique, por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalém mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc. Aos que esta minha carta virem, faço saber, que os padres da companhia de Jesus, das casas e collegios de meus reinos, e senhorios, me enviaram dizer, que elles recebiam grande inquietação, e avexação, por razão dos direitos que lhe pedem das cousas, que compram para

o uso e provimento das dietas casas, e outras cousas que vendem, sobre que os trazem em demandas, e muitas vezes pagam os taes direitos sem os deverem, por escusarem differenças. Pedindo-me que houvesse por bem, de lhes conceder os privilegios, que eram concedidos ás casas da ordem de S. João Evangelista, e ao mosteiro de Belém, e de Nossa Senhora da Graça, desta cidade de Lisboa, ácerca dos dictos direitos, de que offereceram, os traslados, os quaes privilegios mandei ver. E havendo respeito ao que assim dizem, e ao muito serviço que nas dietas casas e collegios da companhia se faz a Nosso Senhor; hei por bem, e me praz, por lhes fazer esmola, que as dietas casas e collegios da companhia, de meus reinos e senhoriaes, e os religiosos dellas, não paguem daqui em diante cisa de sua parte, dos bens de raiz, que comprarem e venderem, ou escambarem: porém as partes, com que as dietas compras, vendas, ou escambos fizerem, pagá-lo a sua meia cisa, se ordinariamente a deverem, e por outros privilegios, não foram della escusos; e assim hei por bem que do pão, vinho, azeite, carnes, pescados, bestas, nem de qualquer outro movel, que comprarem, venderem, ou escambarem, em quaesquer partes de meus reinos, que forem para mendeio e uso das dietas casas, e collegios, e a religiosos dellas, não paguem cisa alguma elles, nem as partes, que lhes as taes cousas venderem, comprarem, ou com quem as escambarem, porque, por fazer esmola ás dietas casas e collegios, e a religiosos dellas, o hei assim por bem, sem embargo de quaesquer leis, ordenações, direitos, regimentos, ou provisões, que em contrario haja, de qualquer qualidade que sejam, as quaes hei por derogadas, enquanto forem contra o contendo nesta minha carta, porquanto sejam taes, que dellas se requeresse fazer-se expressa menção, e derogação, sem embargo da ordenação do livro segundo, titulo quarenta e nove, que diz, que se não entenda ser derogada ordenação alguma, se della não fizer expressa menção, e derogação. Notifico-o assim a todos os officiaes, assim da justiça, como de minha fazenda, a que esta carta ou traslado della, em publica forma, for apresentada, e o conhecimento della com direito pertencer, e mando-lhes, que constando-lhes por assignado do superior da casa, ou collegio da companhia, para se comprarem, ou de que se venderem, ou escambarem, algumas das subditas cousas das taes compras, ou vendas, no que toca á cisa dellas, cumpram e guardem, e façam inteiramente cumprir e guardar esta minha carta, como se nella contém: e sendo as taes cousas para as ilhas, ou para a India, Brazil, ou outras partes, onde houver casas da companhia, será a dita certidão do superior, ou reitor da casa ou collegio do logar, onde se as

taes compras, vendas, ou escambos, fizerem, ou que mais perto estiverem, dos taes logares; e isto se entenderá, emquanto o eu assim houver por bem, e não mandar o contrario. E por firmeza do que dicto é, lhe mandei dar esta carta, por mim assignada, e sellada com o meu sello pendente. Dada em Lisboa a 22 de maio. Balthazar de Sousa a fez, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1579. Eu Bartholomeu Froes a fiz escrever.

Pedindo-me os sobredictos padres da companhia de Jesus, dos collegios e casas de meus reinos e senhorios, por mercê, que lhes confirmasse esta carta, e visto seu requerimento, querendo-lhes fazer graça e mercê, tenho por bem, e lha confirmo, e hei por confirmada, e mando que se cumpra e guarde, assim e da maneira, que se nella contém; e pagaram de meia annata da mercê desta confirmação, ao thesoureiro geral dellas, 7200 réis, que lhe ficam carregados no livro de seu recebimento, a folhas 488, como se viu por certidão do escrivão de sua receita. E por firmeza disso lhe mandei dar esta carta, por mim assignada e assellada do meu sello de chumbo pendente. Antonio Marques a fez em Lisboa a 19 dias de junho, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1634. Eu Duarte Dias de Menezes a fiz escrever.

Da qual carta de confirmação, acima trasladada, por parte do procurador geral da companhia de Jesus, me foi pedido lhe mandasse dar o traslado, por lhe ser necessario, para bem das casas e collegios; e visto seu requerimento, lhe mandei dar o traslado della, em esta minha carta testemunhavel, assim e da maneira, que está escripta e registada no dicto livro, com a qual foi concertado. E portanto, mando a todas minhas justicas, officiaes, e pessoas, a que fôr apresentada, o o conhecimento della com direito pertencer, que cumpram, guardem, e façam inteiramente cumprir e guardar, a carta nesta incorporada, assim e da maneira que se nella contém, sem lhe nisso ser posta duvida, nem embargo algum; porque assim o hei por bem. Dada na cidade de Lisboa nos 21 dias do mez de dezembro. El-rei nosso senhor o mandou pelo doutor Fernão Cabral, do seu conselho, e chanceller mór de seus reinos e senhorios. Manuel Antunes de Sampaio a fez, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1634. Pagou 500 réis, e de assignar 20. Eu Miguel Maldonado a fiz escrever. Fernão Cabral. João de Frias Salazar. Concertada. Miguel Maldonado. Concertada. Pero Lopes. Pagou 20 réis, em Lisboa, a 23 de dezembro de 1634 annos. Miguel Maldonado.

IX

Provisão do cardinal, por que declara, que não devem pagar dizimos

D. Henrique, por mercê de Deus e da sancta egreja de Roma, cardinal do titulo dos sanctos quatro coroados, infante de Portugal, arcebispo de Lisboa, *et cetera*. Fazemos saber aos que esta virem, e o conhecimento dello pertencer, que nós somos informados de uma duvida e demanda, que o procurador da nossa meza pontifical, deste nosso arcebispado, moveu em nosso nome contra o collegio de Sancto Antão, da companhia de Jesus, desta cidade, dizendo que eram obrigados a pagar dizimos, terças pontificaes, assim de uma quinta que o dicto collegio possui em Val de Rosal, termo da villa de Almada, como de outras propriedades que neste dicto arcebispado tem. E querendo nós prover, para que no dicto caso não houvesse demanda, mandámos ver por alguns letrados, de nosso desembargo, os privilegios concedidos pelos summos pontifices á dicta companhia, e collegios, sobre o dicto caso, e sendo vistos e examinados pelos dictos desembargadores, nos deram relação, que a dicta companhia e seus collegios eram por elles privilegiados, e escusos de pagar dizimos das suas propriedades, que elles por si e seus familiares, e ás suas proprias custas, grangearem, e grangeando-as por lavradores parceiros, são escusos sómente da parte que levarem por via de cota, como é terço ou quinto, e os lavradores paguem dizimos ás egrejas parochiaes do que lhes ficar; pelo que, mandamos que os dictos privilegios se cumpram e guardem, á dicta companhia, e seus collegios, na maneira acima declarada, e como se nelles contém, e os não constrenjam, nem obriguem pagar os dizimos acima dictos, nem terças das dictas terras. Notificamol-o assim ao nosso provisor e vigario geral, que esta façam cumprir e mandem ao dicto nosso procurador, que desista da acção que contra o dicto collegio poz, em fô do qual mandamos passar a presente, a qual queremos que valha, como se fosse carta passada pela chancellaria. Dada em Lisboa aos 20 de outubro. Luiz Salgado a foz de 1567 annos. — O CARDINAL INFANTE.

Cumpra-se e ajunete-se aos autos, Gaspar de Faria, *et cetera*. A qual provisão foi concertada com este traslado, e vaes escripta na verdade, segundo fô do escrivão, que a publicou, e para auctoridade desta presente interponho minha auctoridade ordi-

naria, com interposição de direito judicial, e mundo que em juízo, e fora delle, tinha f' e m' iro et dito, *et cetera*. Dada na cidade de Lisboa sob meu signal e sello aos 9 dias do mez de janeiro. Thomé da Costa a f'z de 1572 annos. Pagou desta 30 réis.

Liv. 2.^a citada, fl. 59 e 59 v.

X

Sentença, por que os padres de Sancto Antão são escusos de pagar dizimo, pelo privilegio que a companhia tem

O doutor Gaspar de Faria, desembargador, e vigario geral, neste arcebispado de Lisboa, pelo serenissimo e muito excellente principe e illustrissimo senhor D. Henrique, por mercê de Deus e da sancta egreja de Roma, cardeal do titulo dos sanctos quatro coronados, infante de Portugal, arcebispo do dicto arcebispado, etc., nosso senhor.

A quantos esta minha carta de sentença fôr mostrada, e o conhecimento dello pertencer, saude em Jesus Christo. Faço saber, que nesta cõrte, perante mim, em juízo, se tractou, e finalmente determinou, um feito entre partes, o procurador da mesa pontifical deste arcebispado, como auctor, contra o collegio de Sancto Antão, que é da companhia de Jesus, desta cidade, pelo qual feito se mostra o procurador da dieta mesa pontifical, sendo publicada uma carta monitoria ao reverendo padre Leão Henriques, preposito provincial da dieta companhia de Jesus, para que pagassem certo dizimo de umas quintas, que o dicto collegio possuua, da banda dalém, o dicto procurador da mesa pontifical poz contra o dicto collegio uma acção verbal, dizendo em ella, que ao provincial da ordem da companhia de Jesus, desta cidade, em seu nome e do collegio de Sancto Antão, da dita cidade, fôra publicada uma carta monitoria minha, para que, dentro em certo termo, pagasse á dieta mesa pontifical o dizimo de umas quintas, que o dicto collegio possuua na banda dalém, como sempre lhe pagava antigamente, e de alguns annos a esta parte o deixaram de fazer, fazendo-lhe isso rebulho e força, o que era em grande diminuição das dietas rendas da mesa pontifical, havendo de ser acrescentadas e multiplicadas, conforme aos santos canones, e não diminuidas, e para isto foram outrossim para elle citados, para dizerem os embargos que

tinham a pagar o dicto dizimo, pedindo em sua acção o mandasse apregoar, e houvesse por citado, e lhe assignasse termo, para vir com os dictos embargos, e sendo dada fô pelo escrivão, que esta fez, de como lhe nouticára a dicta carta, e o citára, para o que dicto é, foi mandado apregoar pelo cursor desta côrte, que o apregoou, e á sua revelia foi havido por citado, para o que dicto é, e assignado termo para vir com os dictos embargos, a não pagar dizimo, e por dentio no termo, que lhe foi assignado, se offereça uma procuração do dicto provincial, o doutor Francisco Vaz Coutinho, e pediu que se ajuntasse a dicta carta monitoria, e foi mandada ajuntar, o traslado da qual *de verbo ad verbum*, e o seguinte:

O doutor Gaspar de Faria, desembargador e juiz dos residuos desta côrte e archiepado de Lisboa, pelo cardeal infante de Portugal, archiepado de Lisboa, nosso senhor, que ao presente tem o cargo de vigario geral neste seu archiepado, etc. A todas as pessoas ecclesiasticas, e laicellães, escrivães, notarios apostolicos, deste archiepado, a quem esta minha carta monitoria com embargos for mostrada, e requerida sua execução, saude em Jesus Christo Nosso Salvador. Faço a saber que o procurador da mesa pontifical deste archiepado de Lisboa, me enviou a dizer, que no termo da villa de Almada, houveram os conventos, de S. Domingos, sentença, e do Carmo e da Trindade, e da companhia, e de Santa Clara, e de Chellis, quintas, de que a mesa recebia sempre dizimo de azeite, fructa, trigo, cevada, milho, centeo, legumes, lenha, e de tudo o que se colhia e apanhava nellas, ás quaes os reverendos padres, priores, prefeitos, abbadeças, e seus conventos se alevantaram, não acudindo com o dizimo directamente, esbuihando e forçando nisso o direito da mesa, pedindo-lhes a provesse com monitoria, com embargos, para que fosse restituida a sua posse, com os fructos devidos, e daqui ávante lhe acudissem com tudo, como dantes, no que receberia justiça. E visto seu requerimento ser visto, por esta presente vos mando a vós, sobredictas pessoas, sob pena de excommunhão, que sendo requeridos com devido acatamento, e boa cortezia, da publicheis aos reverendos priores e ao padre prefeito da companhia, e ás levotas madres e abbadeça já nomeadas, para que da publicação desta a seis dias primeiros seguintes, que lhe assigno por tres canonicas admoestações, termo preciso e peremptorio, dando-lho por cada uma dous dias, paguem á mesa pontifical o dizimo, que devem do tempo, que lhe falleceram delle, até o presente, e repunham a dicta mesa em sua posse, e daqui por deante lhe paguem, e entreguem o dizimo de todas aquellas cousas, que Deus der nos dictos bens, e tendo a isso embargos os virão

allegar perante mim neste termo, e lhes farei justiça, sendo certos que não vindo, passando ello, procederei contra elles, e por esta ponho em a pessoas de cada um delles, que o contrario fizer, o que Deus não permita, sentença de excommunhão nestes feitos; e os citarão para os mais procedimentos, e se vos constar que não dão copias de suas pessoas, para effeito de esta não ter execução, a publicareis a um de casa, e declare o nome da pessoa, a quem esta fôr publicada, passe de tudo certidão, que faça fô, *et cetera*. Em Lisboa, sob meu signal sómente, aos 31 dias do mez de julho. Thomé da Costa a fez de 1566. A qual monitoria, sendo juncta ao feito, e dado dello vista ao procurador do dicto collegio, veio com uma excepção declinatoria *fori*, que por mim não foi recebida, antes mandado que, se tivessem embargos á dicta monitoria, viessem com elles dentro em certo termo, do que appellaram e aggravaram, e lhes não foi recebida a appellação, nem aggravamento, ainda que o seguissem; e estando o feito nestes termos, o licenciado Braz Bernaldez, procurador da dicta mesa pontifical, estando perante mim em juizo, com o procurador do dicto collegio, disse que elle desistia da acção interposta, por parte da dicta mesa pontifical, de que era procurador, e não queria ir por deante nesta causa, e isto porque o cardeal nosso senhor, por sua provisão, mandava que todas as acções, postas pelo seu procurador da mesa contra os reus e seus collegios, como era esta sentença, não procedesse nellas, pelos dictos padres e seus collegios serem isentos, por bullas e privilegios, de pagarem o que ora lhe pediam, pela monitoria embargada, o que tudo foi visto e examinado pelos desembargadores de sua casa e relação. E portanto desistia desta lre e causa, e não queria nella ir mais por deante, que eu escrevão vira a dicta provisão, e sabia isto passar assim na verdade; e visto por mim, o que dizia, e informado do caso, como passava, e a fé que deu o escrevão, de como vira a dicta provisão, e continha em si o sobredicto, mandei que se escrevesse o que diziam, e por me ser pedido por parte dos dictos reus, por minha sentença, declarasse, elles não serem obrigados a pagar dizimos do que lhe pediam, pois eram disso escusos, mandei que o feito me fosse concluso, e por antes disto o procurador dos dictos reus requerer que a procuração do dicto procurador da mesa se ajunctasse, mandei que se ajunctasse, e o traslado della *de verbo ad verbum* é o seguinte:

D. Henrique, por mercê de Deus e da sancta egreja de Roma, cardeal do titulo dos sanctos quatro coroados, infante de Portugal, arcebispo de Lisboa, *et cetera*. A quantos esta nossa provisão virem fazemos saber, que sendo ora vago o officio de procurador

de nossa mesa pontifical, deste nosso arcebispado de Lisboa, que atégora serviu o doutor Jorge Calhandro, por confiarmos da virtude, letras e experiencia do licenciado Braz Bernaldez, promotor da justiça deste nosso arcebispado, e que isto, e o mais de que o encarregamos, fará bem, e como sempre, a serviço de Nosso Senhor, e de scarrego de nossa consciencia, o damos ora daqui em diante por procurador da dieta mesa pontifical deste nosso arcebispado de Lisboa, o qual officio elle fará e servirá, emquanto nós assim o houvermos por bem, e não mandarmos o contrario. Por esta mandamos a D. Jorge de Almeida, que por nosso mandado tem cargo do espirital e temporal, deste nosso arcebispado, que o metta de posse do dicto officio, pelos autos acostumados, e lhe deixe livremente servir e haver os proca e percalgos, a elle directamente pertencentes; o qual licenciado, Braz Bernaldez, antes de começar de servir o dicto officio, haverá juramento em fórma, na nossa chancellaria. Dada em Lisboa, sob nosso signal e sello, aos 12 dias do mez de setembro de 1567 annos. Christovão Zalouso a fez. Bathazar da Fonseca a sobrescreveu, e fez escrever. — O CARDEAL INFANTE.

A qual provisão, sendo junta ao feito e vista por mim em audiencia pronunciei: que visto como o procurador da mesa pontifical não queria obrigar aos reus, pelo caso desta contenda, os absolvira *ad instantia*, e que fosse dado disso certidão ou sentença á parte, por bem da qual pronunciação, a requerimento dos dictos reus, lhes mandei passar a presente minha carta de sentença, pela qual mando, que inteiramente se cumpra, assim e da maneira, que se nella contém; contra os dictos reus, se não proceda, pelo dicto caso, visto como sua alteza mandou, que contra elles se não proceda, nem fale neste caso, *et cetera*. Dada em Lisboa, sob meu signal, e sello de sua alteza, aos 9 dias do mez de março. Braz Vieira a fez, de 1568. Gaspar de Faria recebeu 30 réis. Antonio Velho recebeu 30 réis. Thomé do Couto. E este traslado se concertou, com a propria, e está na verdade, segundo notificou o escrivão, que a fez. E mando que em juizo, e fora d'elle, se lhe dê credito e fé, porque para ello interponho minha auctoridade, com interposição de direito judicial, tanto quanto de direito posso e devo, *et cetera*. Dada na cidade de Lisboa, sob meu signal, e sello do dicto senhor, aos 9 dias do mez de janeiro. Thomé da Costa a fez de 1572 annos. Pagou desta 76 réis, e do auto e traslado da sentença, e de um alvará, que fica nelle trasladado, 70 réis. Antonio Sanhudo.

XI

O bispo de Coimbra escusa o collegio de pagar dizimo
do que lhe vier por via de terço ou quarto

Nós, o bispo de Coimbra, conde de Arganil, fazemos saber, que por parte dos padres do collegio de Jesus, desta cidade de Coimbra, nos foram apresentados os privilegios concedidos pelos summos pontifices á dicta companhia, e a seus collegios, pedindo-nos, que os mandassemos ver e guardar; e sendo vistos e examinados pelo nosso provisor, e outros letrados, nos constou, que a dicta companhia, e seus collegios, eram por elles privilegiados, e escusos de pagar dizimos das suas propriedades, que elles por seus familiares, e ás suas proprias custas grangearem, e grangeando-as por lavradores partiaños, são escusos sómente da parte que levarem, por via de cota, como é, terço ou quinto, e os lavradores pagarão o dizimo, do que lhes ficar, ás egrejas parochiaes, a que pertencer; pelo que mandamos, que os dictos privilegios se cumpram, e guardem, aos padres do dicto collegio, neste nosso bispado, na maneira acima declarada, e como se nelles contém, e que os não constanjam, nem obriguem a pagar dizimos das dictas terras, quartos ou quintos, que levarem por via de cota dos lavradores, que illas lavram suas terras do Canal, ou outras, se tiverem. E porém o notificamos assim ao nosso provisor, e vigario geral, que esto façam cumprir, como se nelle contém, por bem do qual mandamos passar a presente, por nós assignada, e ascellada com nosso sello. Dada na dita cidade aos 15 dias de maio. Jorge Minoso por Gonçalo Tavares escrivão da nossa camara, a fez, de 1568 annos.

Lic. 2.º citado, fl. 64.

XII

Para o almoxarife do paço da madeira dar ao reitor, e padres do collegio de Jesus de Coimbra, a madeira e bordos seguintes, para o dicto collegio

Eu el-rei mando a vós, meu almoxarife, ou recebedor da casa do paço da madeira, desta cidade de Lisboa, que do rendimento della, deste anno presente de 560, compreis aos rendeiros da dicta casa, pelos melhores preços que poder ser, novecentos sessenta e cinco carros de madeira, de toda sorte, e duzentas noventa e sete duzias, e um terço de duzia, de taboado de castanho de Tuy, e vinte e seis duzias e meia de couceiras de Tuy, e mil quatrocentos e oito bordos, para o reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, a quem é devida, e lhes ficou por pagar em Francisco Lopes Leitão, almoxarife dos meus paços desta cidade, e das casas da Mina e India, como se contém na certidão em fôrma, atrás escripta, do contador mór dos meus contos do reino e casa, e por este, com seu conhecimento, e assento de um dos escriptães dessa casa da quantia, por que comprardes a dicta madeira e bordos, e outra certidão do dicto contador mór, de como fica posta verba no titulo da dicta dívida, que houveram o dicto reitor e padres esta provisão, para serem pagas della em vós, na maneira que dicto é, mando a Antonio de Teive, que serve de thesoureiro mór, que vos tome a tal quantia em conta, e pagamento do dinheiro, que lhe este dicto anno sois obrigado a entregar para despesa de meus assentamentos, e aos contadores que levem a dicta quantia, em conta de despesa, ao dicto Antonio de Teive; e este não passará pela chancellaria. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 18 de junho de 1560. Manuel da Costa o fez escrever. RAINHA.

Liv. 1.ª citado, fl. 129.

XIII

**Que se não pague dizima de trezentos bordos e quatro balas de papel,
na Figueira**

Eu el-rei faço saber a vós, juiz e officiaes da alfandega do logar da Figueira, que eu hei por bem, e me praz, que os padres da companhia de Jesus, do collegio desta cidade de Coimbra, não paguem dizima dos trezentos bordos e quatro balas de papel, que trouxeram para o dicto collegio, da cidade de Lisboa, em um navio, e se descarregaram na dicta alfandega, e o fiador, que deram a pagar a dicta dizima, fique desobrigado disso, porquanto, havendo eu respeito a elles não terem obrigação a pagar a, e por outros respeito, o hei assim por bem; pelo que vos mando que não obrigueis os padres, nem a seu fiador, a pagar dizima dos dictos trezentos bordos e quatro balas de papel, e cumpraes e guardeis este alvara como nelle se contém, postoque não passe pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Simão Bortalho o fez em Coimbra a 27 de outubro de 1570. E eu Duarte Dias o fiz escrever. — Rei.

Liv. 2.^a citada, fl. 53.

XIV

**Para os vereadores de Coimbra poderem vender os seis mil réis,
que lhe o collegio pagava de foro da cerca nova**

Diz em o juiz, vereadores, e procurador da cidade de Coimbra, que a dicta cidade tem muitas dividas, as quaes começaram já o anno passado, e agora com o recebimento de vossa alteza se acrescentaram com os gastos do pallio, e outras despesas necessarias, que segundo o costume e uso antigo se só em a fazer nos tales recebimentos, e por a cidade não ter donde as pagar, é necessario vender alguma coisa, que lhe importe menos; e porque o collegio da companhia de Jesus, da dicta cidade, lhe paga

65000 réis, em cada um anno, de fóro de um rocio, que a cidade lhe aforou em fatcosim, o qual lhe el-rei, vosso avô, que está em gloria, com outro, que ha annos que tem cercado, deu por uma provisão, da qual, por o reitor e padres do dicto collegio desistirem, a cidade se concertou com elles, e depois se houve demanda; e porque ao deante a não possa mais haver, assim no que toca na uma e outra cerca, llos parece ser mais serviço de vossa alteza, e proveito da dicta cidade, fazer venda do dicto collegio, dos dictos 65000 réis, que é obrigado pagar em cada um anno, com todas as clausulas, que, para isto mais valer, forem necessarias.

Podem a vossa alteza lhe faça mercê dar-lhes licença, que possam fazer a dicta venda ao dicto collegio, revogando as ordenações, que contra isto forem.

E receberá mercê.

Eu el-rei faço a saber aos que este alvará virem, que havendo respeito ao que na petição atrás passada dizem o juiz, vereadores e procurador da cidade de Coimbra, e vistas as causas que para allegam, e a necessidade que tem de dinheiro para pagarem as dividas de que fazem menção, hei por bem e me praz de llos dar licença, que possam vender, pelo preço em que se encrearem, ao reitor e padres do collegio de Jesus, da dicta cidade, os 65000 réis, que cada anno lhe pagam de fóro das propriedades declaradas na dicta petição; a qual venda será firme e valiosa, sem embargo de quaesquer ordenações, que haja em contrario; e o dinheiro do preço do dicto fóro, se não poderá gastar em outra alguma cousa, senão no pagamento das dietas da faz, e este alvará se trasladará na escriptura, que se fizer, da dicta venda, para se saber como se fez por minha licença; o qual se cumprirá, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Gaspar de Seixas o fez em Almorim, a 29 de novembro de 1570. Jorge da Costa o fez escrever. — Rei.

E isto me praz assim, por escusar de dar oppressão ao povo, em se lançar tanta para pagamento das dietas dividas.

Das 2.^{as} citadas, n.^{as} 53 v. e 54. Indices e summarios citados, pag. 61.

XV

Para que todas as casas da companhia deste reino possam
alcaldar na alfandega de Lisboa tudo o que quizerem¹

Eu el-rei faço saber a vós, provedor e officiaes da alfandega, desta cidade de Lisboa, que eu hei por bem, e me praz, que o reitor e padres do collegio de Sancto Antão, da dicta cidade, da companhia do nome de Jesus, possam daqui em diante alcaudar² na dicta alfandega as cousas, que se mandarem vir de fóra, e de que houver necessidade, para provimento e despeas das casas, da dicta companhia, de meus remos, postoque por bem de meu regimento e provisões se houvessem de alcaudar as dictas cousas nas alfandegas, que estiverem mais perto das dictas casas; e este alvará me apraz que valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte, que diz, que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não valham; e valerá outrossim, postoque não seja pas-

¹ Encontrámos o registo deste documento com a data que adoptámos, e noutros papeis com as datas de 27 de fevereiro de 1565, 25 e 27 de fevereiro de 1561. Na certidão passada pelo escrivão das contas, Ruy Dias de Menezes, e publicada a pag. 112 do n.º 3 da *Revista de educação e ensino*, de março de 1893, vem a data de 25 de fevereiro de 1561, e alem do extracto da apostilla de 13 de novembro de 1561, outro extracto de segunda apostilla com a data de 12 de maio de 1572, ampliando ás alfandegas do Porto e Aveiro a mesma faculdade de alcaudar, concedida aos padres para a alfandega de Lisboa, e para as dos portos da terra. Num dos papeis acima referidos estava a nota de que o alvará fóra registado no livro 7.º da alfandega de Lisboa n.º 207; mas no archivo da casa fiscal não existem já os livros daquelle epocha, e não pode levantar-se por meio delles a dvida, que fica exposta para se resolver. Na Torre do Tombo nada se encontrou. A pag. 37 do *Catálogo dos pergaminhos do archivo da Universidade de Coimbra*, pelo distincto paleographo sr. Gabriel Victor do Monte Pereira, lê-se, porém, que o alvará tinha a data do anno de 1561, e fóra confirmado em 1565.

² *Etymologio*, de Fr. Joaquim de Sancta Rosa de Viterbo, tomo 1.º, pag. 75 e 82; *Prosodia*, de Bento Pereira, *Thesouro da lingua portugueza*, pag. 1075, nona edição; *Dissertações chronologicas e criticas*, de João Pedro Ribeiro, tomo IV, 2.ª parte, pag. 115 e 132.

Sado pela chancellaria, sem embargo da ordenação, que manda, que os meus alvarás, que não forem passados pela chancellaria, não guardem. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 25 de feveiro de 1555. Manuel da Costa o fez escrever. — Rei.

E assim me praz que os padres das casas e collegiaes da Companhia de Jesus, destes reinos, possam alcaidar na alfandega desta cidade de Lisboa, e nas outras alfandegas dos portos da terra, todas e quaesquer cousas, que mandarem vir de fóra do reino, pelos dictos portos, para sua despesa, sem embargo de quaesquer regimentos e provisões, que em contrario haja; e as cousas, que lhe vierem pelos portos de Alemtejo e Guadiana, os officiaes delles as assellarão, e enviarão com ellas uma guia, que as traga directamente á dicta alfandega de Lisboa, para nella serem vistas e despachadas, e entregues aos dictos padres. E mando ao provedor e officiaes da dicta alfandega, e aos officiaes dos dictos portos, que lhes cumpram, guardem, e façam cumprir e guardar esta apostilla, como se nella contém, a qual se registará nos livros da dicta alfandega, e dos dictos portos de terra. E hei por bem que valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, e postoque por ella não seja passada, sem embargo das ordenações, que o contrario dispõem. Jorge da Costa a fez em Lisboa a 13 dias de novembro de 1561. Manuel da Costa a fez escrever. — RAINHA.

Lic. 2.ª citado, fl. 28 e 29.

XVI

Sobre os bois que tomaram na cidade do Porto

Ea el-rei faço saber aos que este alvará virem, que havendo respeito ao que na petição atrás escripta, dizem o reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra; hei por bem, e me praz, que se não fale, nem proceda no caso contheudo na petição, em que o meirinho da correição da cidade do Porto, ou arcebispo da dicta cidade, demanda por perdidos, anoveados, nove bois, que Francisco, familiar do dicto collegio, para elle trazia, pelas causas e razões de que na dicta petição faz menção, e hei por bem que o dicto Francisco não incorra porisso em pena alguma, e que lhe seja desobrigada a fiança, que diz que deu

aos dictos bois, quando lhe foram entregues, e se não vá mais em deante, pela dicta demanda, e portanto mando ao corregedor da dicta correição, e ao juiz de fora da dicta cidade, e a quaesquer outras justiças, a que o conhecimento desto pertencer, que lhe cumpram, e façam cumprir este alvará, como se nelle contém, postoque não seja passado pela chancelaria, sem embargo da ordenação em contrario. André Sardinha o fez em Lisboa a 26 dias de abril de 1558. Manuel da Costa o fez escrever.— RAINHA.

Liv. 1.º citado, fl. 24.

XVII

Incorporação do collegio de Jesus e das Artes á Universidade de Coimbra

D. Sebastião, por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves, daquem e d'além mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc. Faço saber aos que esta minha carta virem, que por alguns justos respitos, que me a isto movem, e por fazer mercê ao reitor e padres do collegio das Artes, e ao reitor e padres do collegio de Jesus, situados na cidade de Coimbra, e aos collegiaes delles, hei por bem e me praz de unir e incorporar os dictos collegios á Universidade da dicta cidade, e que os reitores, padres e collegiaes delles, e seus criados, familiares, e pessoas, que os servirem, e delles tiverem mantimento e ordenado, em cada um anno, gosem e usem daqui em deante de todos os privilegios, liberdades, graças e franquezas, que por el-rei, meu senhor e avô, que sancta gloria haja, e pelos reis seus antecessores, foram e são concedidas e outorgadas, e en ao deante conceder e outorgar á dicta Universidade, e sejam em todo havidos por membros e pessoas della, e mando ao reitor, lentez, deputados, e conselheiros da dicta Universidade, e a todas minhas justiças, officinaes e pessoas, a que o conhecimento disto pertencer, que lhe cumpram e guardem, e façam inteiramente cumprir e guardar esta carta, como se nella contém, porque assim é minha mercê. Dada em Lisboa a 5 dias de setembro. Jorge da Costa a fez, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de 1561. Manuel da Costa a fez escrever. — RAINHA.

Carta por que vossa alteza ha por bem de unir e incorporar

o collegio das Artes e o collegio de Jesus da cidade de Coimbra á Universidade da dita cidade. Para vossa alteza ver. Registada na chancellaria. Antonio de Aguiar. Registada. Manuel da Costa. Paguei 16500 réis em Lisboa a 27 de setembro de 1561. D. Simão. Antonio Vieira. E aos 08 de maio, 670 réis.

(Confirmada por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1561, e por D. Philippe III a 6 de abril de 1631.)

Liv. 2.ª citada, fl. 28 e 28 v. Liv. 1.ª de confirmações citada, fl. 16 v. e 17. Liv. 2.ª de confirmações citada, fl. 45 v. a 47.

XVIII

Sua alteza ha por graduados em mestres de Artes
as certas padres da companhia, e quer que possam gosar dos privilegios

Eu el rei faço saber aos que este meu alvará virem, que por ter certa informação das letras e sufficiencia dos padres Jorge Serrão, Pero da Fonseca, Domingos Cardoso, Sebastião de Moraes, Pero Gomes, Ignacio Martins, Marcos Jorge, e Francisco Adorno, da companhia de Jesus, e havendo respeito á experiencia que todos de si mostraram nos autos publicos, que fizeram na Universidade da cidade de Coimbra, e assim no collegio das Artes della, em que publicamente leram e leem, e foram cursado e approvada sua sufficiencia por autos na dicta Universidade; e por outras justas causas, que me a isto movem, hei por bem e me praz, que os sobreditos sejam daqui em diante havidos por mestres em Artes, na dicta Universidade, e gosem e usem de todos os privilegios, liberdades, honras, graças e preeminencias, de que gosam e usam, e por direitos e estatutos devem gosar e usar os mestres em Artes, feitos na dicta Universidade, e que nella, por seus autos e exames ordinarios, recebam o dicto gran de mestre em Artes, porque eu, pelos dictos resposos, os hei por mestres, e os erio e fico mestres em Artes, e mando ao reitor, deputados e conselheiros da dicta Universidade, que em todos os autos da faculdade das Artes os hajam, conheçam, e tratem como mestres della, e esto sem embargo de quizesquer estatutos, regimentos, e provisões que em contrario haja. E assim mando a todas as justicas, officiaes e pessoas de meus reinos e senhorios, a que este alvará ou o traslado em publica fórma fór mostrado, e o conhecimento delle pertencer,

que em tudo o cumpiram, guardem, e façam inteiramente cumprir e guardar, porque assim é minha mercê, e hei por bem que este valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte, que diz que as couzas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não valham, e valerá este outrossim, posto que não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação, que dispõe, que os meus alvarás, que não forem passados pela chancellaria, se não guardem. André Sardinha o fez em Lisboa a 30 dias do mez de janeiro de 1557. Manuel da Costa o fez escrever. — Rei.

Liv. 1.º citado, fl. 107 e 107 r.

XIX

Para os examinadores do collegio procederem a todos os doutores nos exames e no dar dos graus dos mestres em Artes

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que pelos estatutos, que mandei dar ao collegio das Artes, da cidade de Coimbra, tenho ordenado e mandado, que nos exames dos bachareis e licenciados em Artes, seja presidente um mestre em Artes, da companhia de Jesus, e conforme a isto escrevi no anno de 1551 uma carta a Ayres da Silva, que então era reitor da Universidade da dicta cidade, para que não elegeasse, nem consentisse, que na dicta Universidade fosse eleito presidente, para os dictos actos, e que sómente se elegessem dous mestres em Artes, para examinadores dos licenciados, porquanto um dos examinadores da companhia havia de presidir nos dictos actos, como mais largamente se contém na dicta carta, que mandei que se trasladasse nos livros da dicta Universidade: e porque ao deante não possa nisto haver duvida alguma, hei por bem, e me praz, que tudo o que se contém na dicta carta, e nos estatutos do dicto collegio acerca deste caso, se cumpra e guarde inteiramente, como na dicta carta e estatutos se contém, e que nos dictos exames examinador algum dos que forem eleitos pela Universidade, ainda que seja doutor, não preceda ao presidente da companhia, antes elle preceda a todos os dictos examinadores, e isto sem embargo de quaesquer estatutos ou provisões, que em con-

trario haja, as quaes neste caso, e para este effeito, hei por revogadas, emquanto forem contra o que se contem neste alvará; e mando ao reitor da dicta Universidade, e a quaesquer outros officiaes, e pessoas della, a quem o conhecimento desto pertencer, que assim o cumpram, e façam inteiramente cumprir. E este alvará se registará no livro do conselho da dicta Universidade, e se ajuntará aos estatutos do dicto collegio, para se saber como o assim tenho ordenado. O qual me praz que valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, e postoque por ella não seja passado sem embargo das ordenações do segundo livro, titulo vinte, que o contrario dispõem. João da Costa o fez em Lisboa a 16 de março de 1577. Jorge da Costa o fez escrever. — Rui.

Alvará do collegio das Artes de Coimbra, para vossa alteza ver.
(Confirmado por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1591, e por D. Philippe III a 22 de abril de 1634.)

Liv. 1.º de confirmações citado, fl. 31 e 31 v. Liv. 2.º de confirmações citado, fl. 52 a 54.

XX

Sua alteza faz mestres em Artes a Cypriano Soares e Antonio Trancoso, da companhia de Jesus

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que por ter certa informação das letras e sufficiencia dos padres Cypriano Soares e Antonio Trancoso, da companhia de Jesus, e havendo respeito a terem publicamente lido no collegio das Artes, da cidade de Coimbra, onde ainda exercitam suas letras, lendo, e nos autos publicos, que se no dicto collegio fazem, em que têm mostrado sua sufficiencia, e por outras justas causas, que me a isto movem, hei por bem e me praz fazer, como de feito pelo presente alvará faço, mestres em Artes aos dictos Cypriano Soares e Antonio Trancoso, e quero que daqui em diante sejam havidos por taes, e gosem e usem de todos os privilegios, liberdades, honras, graças e preeminencias, de que gosam e usam, por direito e estatutos da Universidade, da dicta cidade de Coimbra, podem e devem gosar o usar, os mestres em Artes, feitos na dicta Universidade, e que nella por seus autos e exames

ordinarios receberem o dito grau de mestres em Artes, porque eu pelos dictos respeito os hei por mestres, e os erio e faço mestres em Artes; e mando ao reitor, lentes, deputados, e conselheiros da dieta Universidade, que em todos os autos da faculdade das Artes os hajam, collem, e tractem como mestres, e isto sem embargo de quaesquer estatutos, regimentos, e provisões que em contrario haja; e assim mando a todas as justças, officiaes, e pessoas de meus reinos e senhorios, a que este alvará ou o traslado delle em publica fórma fôr mostrado, e o conhecimento delle pertencer, que assim o cumpram, guardem, e façam inteiramente cumprir e guardar, porque assim é minha merecê. E hei por bem que este valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, título vinte, que diz, que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não valham; e valerá este outrosim, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação, que manda, que os meus alvarás, que não forem passados pela chancellaria, se não guardem. André Sardinha o fez em Lisboa a 2 dias de janeiro de 1560. Manuel da Costa o fez escrever. — RAINHA.

Lic. 1.º citado, fl. 114 v. e 115.

XXI

Sobre os graus que sua alteza ha por bem que se dêem na Universidade de Coimbra aos religiosos da companhia de Jesus

Eu el-rei faço saber a vós, reitor, lentes, deputados, e conselheiros da Universidade da cidade de Coimbra, que eu hei por bem e me praz, por alguns justos respeito, que me a isto movem, que a todos os religiosos da companhia de Jesus, que tem cursado no collegio das Artes, da dieta cidade, e feitos os cursos que para receber os graus de bacharel, licenciado e mestre, na dieta faculdade, está ordenado pelo regimento e provisões do dicto collegio, se dêem na dieta Universidade os dictos graus, sem porisso lhe ser levado cousa alguma, nem serem constrangidos a receber o juramento, que se dá aos que recebem os dictos graus, e postoque seja fora do tempo em que se os dictos graus costumam

dar, por ordem dos estatutos da dicta Universidade. E sendo caso que offerecendo-se elles ao exame, os não admittam, ou admitindo os e sendo examinados e havidos por sufficientes, recusem na dicta Universidade dar-lhe os dictos graus, ou por o presente alvará os agraduao, e hei por agraduados de todos os graus em Artes, e os incorpó e hei por incorporados na dicta Universidade, e quero que gozem e usem de todos os privilegios, liberdades, de que podem usar e gozar os mestres em Artes, feitos na dicta Universidade; e cada um dos sobredictos, ou todos por si, ou por seu agente, tirarão muitas provisões dos dictos graus, que assim hei por bem de lhes dar, na maneira que dicto é. E portanto vos mando que lhe cumpraes, guardeia, e façaes inteiramente cumprir e guardar este alvará, como se nella contém, o qual hei por bem que valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, título vinte, que diz que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não valham, e valerá este outrosim, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação, que manda que os meus alvarás, que por ella não forem passados, se não guardem. André Sardinha o fez em Lisboa a 2 dias de janeiro de 1560. Manuel da Costa o fez escrever. — RAINHA.

Liv. 1.º citado, fl. 116 e 115 v.

XXII

Para que os padres da companhia, que se agradaurem, paguem sómente a quarta parte das despezas

Eu o rei faço saber aos que este alvará virem, que eu hei por bem e me praz, por alguns justos respeitoes que me a isto movem, que os padres da companhia de Jesus, que houverem de receber graus em Artes, Theologia e Canones na Universidade, da cidade de Coimbra, não sejam obrigados, nem constrangidos a pagar mais, que a quarta parte do que pelos estatutos da dicta Universidade é ordenado, que paguem as pessoas que nella recebem os dictos graus; e portanto mando ao reitor, lentes, deputados, e conselheiros da dicta Universidade, que lhe cum-

pram, guardem, e façam inteiramente cumprir e guardar este alvará, como se nelle contem, o qual se registará no livro do registo da dicta Universidade, em que se registam as similhantes provisões. E hei por bem que valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte, que diz, que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não valham; e valerá este outrosim, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação, que manda, que os meus alvarás, que não forem passados pela chancellaria, se não guardem. André Sardinha o fez em Lisboa ao 1.º dia de fevereiro de 1558. Manuel da Costa o fez escrever. — RAINHA.

Lit. 1.º citado, fl. 29 v. e 100.

XXIII

**Para que os padros da companhia que se agraduarem
não sejam obrigados a tomar juramento**

Eu el-rei faço saber a vós, reitor, lentes, deputados, e conselheiros da Universidade da cidade de Coimbra, que eu hei por bem e me praz, por alguns justos respeitoos que me a isto movem, que os padres da companhia de Jesus, que se graduarem de quaesquer graus na dicta Universidade, sejam escusos da obrigação do juramento, que fazem os que se graduam nella ao tempo que recebem os dictos graus, e que sómente se lhes diga o que são obrigados a cumprir os que juram, sem os compellir a tomar o dicto juramento; e portanto vos mando que lhe cumprades e façaes inteiramente cumprir este alvará, como se nelle contém, o qual se registará no livro do registo da Universidade, em que se registam as similhantes provisões; hei por bem que valha, tenha força e vigor como se fosse carta, feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte, que diz que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas e passando por alvarás não valham; e valerá este outrosim, posto que não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação que manda, que os meus alvarás, que não forem passados pela

chancellaria, se não guardem. Andre Sardinha o fez em Lisboa ao 1.º dia de fevereiro de 1558. Manuel da Costa o fez escrever; porquanto no regimento do dicto collegio se lhes declaram as vinte e sete cousas, que são obrigados a cumprir. — RAINHA.

Liv. 1.º citado, fl. 99 v.

XXIV

Sua alteza ha por bem que os bachareis correntes ou formados em theologia não sejam obrigados a ir a todos os autos de theologia, que se fizerem na Universidade

Fu el-rei faço saber a vós, reitor, lentes, deputados, e conselheiros da Universidade da cidade de Coimbra, que eu hei por bem e me praz por alguns justos respeito, que me a isto movem, que os padres da companhia de Jesus, bachareis correntes ou formados em Theologia, no tempo em que actualmente forem regentes, no collegio das Artes da dicta cidade, não sejam obrigados nem constrangidos a ir a todos os autos de Theologia, que se fizerem nas escholas maiores da dicta Universidade, e vão sómente ás dictas escholas quando fôr necessario, para nellas fazerem aquelles autos, em que no dicto tempo houverem de responder segundo fórma dos estatutos, e isto por não interromperem as lições que no dicto tempo lerem no dicto collegio, e sem embargo dos dictos estatutos que o contrario dispõem; e por tanto vos mando que lhe cumpraes e façaes inteiramente cumprir este alvará como se nelle contém, o qual se registará no livro do registo da dicta Universidade, em que se registam as semelhantes provisões; e hei por bem que valha e tenha força e vigor como se fosse carta, feita em meu nome, por mim assignada e passada por minha chancellaria, postoque por ella não seja passado, sem embargo das ordenações do segundo livro que o contrario dispõem. Jorge da Costa o fez em Lisboa ao 1.º de fevereiro de 1558. Manuel da Costa o fez escrever; e porém irão os dictos padres aos autos, que se fizerem para os bachareis formados até o grau de dar o juramento. — RAINHA.

Liv. 1.º citado, fl. 108 r. Liv. 1.º de registo de provisões, na secretaria da Universidade, fl. 188.

XXV

Sobre as propinas que sua alteza ha por bem que possam levar os dous guardas do collegio das Artes dos que se agraduarem em Artes

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que eu hei por bem e me praz, que cada um dos dous guardas do collegio das Artes da cidade de Coimbra tenha e haja dos que se agraduarem em Artes outro tanto de propinas, como tem e ha o guarda da Universidade da dicta cidade; e isto havendo respeito ao trabalho, que os dictos guardas levam nos autos e exercicios da dicta faculdade, que no dicto collegio se fazem, e assim a que ainda que os agraduados paguem as dietas propinas não fazem com isso tanta despesa em seus grãos, como está ordenado pelos estatutos da dicta Universidade, por quanto os padres da companhia de Jesus não levam as propinas, que pelos mesmos estatutos poderam levar. E hei por bem que este alvara valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, título vinte, que diz que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não valham; e valerá este outroem, porquanto não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação que manda, que os meus alvarás, que não forem passados pela chancellaria, se não guardem. André Sardinha, o fez em Lisboa a 2 dias de janeiro de 1560. Manuel da Costa o fez escrever. — RAINHA.

Alvará sobre as propinas que vossa alteza ha por bem que possam levar os dous guardas do collegio das Artes da Universidade de Coimbra, dos que se agraduam em Artes. Para ver. (Confirmado por D. Philippe III, em 10 de maio de 1561).

Liv. 1.º citado, fl. 113 e 113 v. Liv. 1.º de confirmações citado, fl. 34 e 34 v. Liv. 2.º de cartas apólicas citado, fl. 47 e 48 v. Liv. 1.º de registo de propinas, na secretaria da Universidade, fl. 521.

XXVI

Que os caseiros dos collegios de Coimbra e Evora gozem de todos os privilegios, concedidos aos mosteiros de que são foreiros, e isto por quatro annos, que se acabam em junho de 1573

Eu el-rei faço saber aos que este meu alvará virem, que eu hei por bem que os mosteiros dos collegios de Jesus da cidade de Coimbra e do collegio do Espirito Sancto da cidade de Evora, e os dictos collegios e egrejas a elles annexas, contos, officiaes e caseiros delles usem dos privilegios, e liberdades e doações, que pelos reis meus antepassados lhes foram concedidos assim e da maneira que nelles se contem, postoque os taes privilegios e liberdades e doações não sejam confirmados por el-rei meu senhor e avô, que santa gloria haja, e isto por tempo de quatro annos que comearão da feitura deste alvará em diante não estando eu primeiro em confirmações, e postoque os taes privilegios, liberdades e doações não estejam registados nas confirmações; e este me praz que valha como carta, e não passe pela chancellaria sem embargo das ordenações do segundo livro, titulo vinte, que o contrario dispõem. João de Castilho o fez em Obidos a 21 de julho de 1569. — Rei.

Hei por bem que o meu alvará acima escripto se cumpra e guarde como se nelle contém aos collegios de Jesus da cidade de Coimbra e do Espirito Sancto da cidade de Evora por espaço de dous annos mais além dos quatro que pelo dicto alvará lhe foram dados, e mando a todas as minhas justças, officiaes, e pessoas, a quem o conhecimento disto pertencer, que assim o cumpram e façam cumprir, postoque o effeito desta apostilla haja de durar mais de um anno, e que não seja passada pela chancellaria, sem embargo das ordenações em contrario. Jorge da Costa a fez em Evora a 29 de abril de 1573. — Rei.

Hei por bem que o meu alvará atrás escripto se cumpra e guarde, como se nelle contem, aos collegios de Jesus da cidade de Coimbra e Espirito Sancto desta cidade de Evora por espaço de dous annos mais além do tempo que pelo dicto alvará e apostilla delle lhe foi dado, e isto não se entendendo primeiro no despacho das confirmações das comarcas onde estão os dictos collegios. E mando ás justças, e officiaes, a quem o conhecimento disto pertencer, que assim o cumpram e guardem inteiramente,

sem a isto pôrem duvida nem embargo algum; e esta apostilla me praz que valha postoque o effeito della haja de durar mais de um anno. e que não seja passada pela chancellaria, sem embargo das ordenações em contrario. Jorge da Costa a fez em Évora a 4 de abril 1575. — REI.

Liv. 2.º citado, fl. 47 e 47 v., 57 v., 58 e 58 v.

XXVII

Para o juiz de Monção, sobre a egreja de Torperiz ¹

Juiz, eu el-rei vos envio muito saudar. Eu sou informado que Bartholomeu Figueira abade da egreja de Torperiz annexa do mosteiro de São Fins de Friestas tem renunciado ou quer renunciar a dicta egreja em favor de um mosteiro ou capella que faz D. Catharina, mulher que foi de Pero Marinho, morador na villa de Monção, e porque a dicta egreja foi unida *in perpetuum* ao dicto mosteiro a instancias del-rei, meu senhor e avô, que sancta gloria haja, á custa de minha fazenda, para ajuda da sustentação do collegio de Jesus da cidade de Coimbra, e além disso o reitor e padres do dicto collegio me largaram o padroado della e das mais annexas do dicto mosteiro, e eu tenho mandado procuração a meu embaixador, que reside em côrte de Roma, para que aceite os dictos padroados, e faça expedir as letras necessarias de sua sanctidade, vos encommendo muito e mando que depois de vos informardes dos padres que no dicto mosteiro estão, do que sabem deste negocio, vos informeis tambem de quaesquer outras pessoas que vos parecer, e sabendo vós, ou tendo informação que o dicto abade renunciou a dicta egreja, e que ainda não são expedidas as letras de sua renunciação faleis á dicta dona

.....

Liv. 1.º citado, fl. 130 v.

¹ Publica-se incompleto este documento por não se ter encontrado o que lhe falta, mas o sentido é obvio.

XXVIII

Sua alteza escreve a Pero da Cunha para que renuncie a igreja de S. Martinho em o collegio

Pero da Cunha, eu el-rei vos envio muito saudar. Eu houvo por bem para cessarem as demandas que trazeis com o reitor e padres do collegio de Jesus de Coimbra sobre a igreja de S. Martinho, e para bem da paz e concordia entre vós e elles, que sejaes provido da igreja de S. Pedro de Oeldas, que ora vagou por renunciação de Antonio Nogueira thesoureiro de minha capella; e escrevo sobre isso ao bispo de Miranda, de cuja collação a dicta igreja é, para que vos proveja della, pelo que vos encomendo muito que provendo-vos o dicto bispo da dicta igreja, como confio que fará, queiraeis renunciar a dicta igreja de S. Martinho em favor dos dictos padres e collegio, e desistirdes de todo o direito que nella tendes ou pretendeis ter, e das lites que sobre ella pendem entre vós e os dictos padres, e das sentenças que tendes havido, e isto na melhor maneira, que por direito possa ser, fazendo-se tudo o que fizerdes a bem do dicto caso por auctoridade ordinaria, e declarando nas escripturas e renuncições, que se disso fizerem, que o que fôr necessario supprir-se por Roma por dispensação do sancto padre se possa supprir por maneira que os dictos padres fiquem seguros no direito da dicta igreja sem controversia alguma, e pelos custos que tendes feitos no caso e fructos corridos até S. João passado, vos mandarei dar cento e cincoenta cruzados, e confio que fareis o que vos assim encomendo com brevidade e que deis aos dictos padres todos os papeis, documentos, cartas e instrumentos, que para fim do dicto negocio forem necessarios. Escripta em Lisboa a 20 de fevereiro de 1559. E o portador desta é Antonio Vaz Frazão meu moço da camara, que vae a este negocio sómente. — RAINHA.

Loc. 1.º citado, fl. 25 v.

XXIX

Sua altesa escreve ao bispo de Miranda sobre prover a Pero da Cunha da igreja de S. Pedro de Celdas

Reverendo bispo amigo, eu el-rei vos envio muito saudar. A igreja de S. Pedro de Celdas está vaga por renunciação que della fez Antonio Nogueira thesoureiro de minha capella, e por que a collação della é vossa vos encommendo muito, que queirais prover da dicta igreja Pero da Cunha capellão do cardeal infante meu tio, porque além de ter qualidades para poder ser bom provido da dicta igreja, com a dicta provisão cessarão as demandas que o dicto Pero da Cunha traz com os padres da companhia sobre a igreja de S. Martinho e muito vol-o agradecerei. Em Lisboa a 20 de fevereiro de 1559. E o portador desta é Antonio Vaz Frazão meu moço da camara, o qual vae a este negocio sómente. — RAINHA.

Liv. 1.º citado, fl. 25.

XXX

Sua altesa escreve ao bispo de Miranda para que annexe ao collegio a igreja de S. Pedro, não provendo della a Pero da Cunha

Reverendo bispo amigo, eu el-rei vos envio muito saudar. Por outra carta vos escrevo, que queirais prover da igreja de S. Pedro de Celdas, que ora está vaga por renunciação de Antonio Nogueira, thesoureiro de minha capella, a Pero da Cunha capellão do cardeal infante meu tio, encommendo-vos muito que sendo caso que a dicta provisão não haja effeito em favor do dicto Pero da Cunha, queirais unir e annexar a dicta igreja ao collegio dos padres da companhia de Jesus na Universidade de Coimbra, reservando para um reitor perpetuo, que deve ficar para ter cuidado na dicta igreja, e das almas dos freguezes della, a porção em cotta de frutos, que vos parecer conveniente e sufficiente havendo respeito, que se não póde o remanescente dos frutos e rendas da dicta

egreja applicar a obra mais pia, nem de maior serviço de Nosso Senhor, que para sustentação do dicto collegio pelo muito fructo que se faz nelle, e muito vol-o agradecer. Escripta em Lisboa a 20 de feveteiro de 1559. E o portador desta é Antonio Vaz Frazão meu moço da camara, o qual vac a este negocio sómente.

— RAINHA.

Liv. 1.º citado, fl. 25 e 25 v.

XXXI

O cardeal recommenda a Pero da Cunha que renuncie a egreja S. Martinho em favor do collegio da companhia de Jesus

Pero da Cunha, o cardeal infante etc., vos envio muito saudar. Como vos eu já tenho escripto, el-rei meu senhor, que está em gloria, houve por bem, por cessarem as demandas e litigios, que vós trazeis com o reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra sobre a egreja de S. Martinho, e para que entre vós e elles houvesse concordia, paz, que vós houvesseis e fosseis provido da egreja de S. Pedro de Celdas, do bispado de Miranda, o para effeito deste concerto escrevo ora ao bispo de Miranda, que vos proveja da dicta egreja, por o que vos encomendo muito que folgueis de fazer o dicto concerto, e sendo provido della queirades renunciar em favor dos dictos padres e collegio o direito que tendes, e que pretendeis ter na egreja de S. Martinho, e desistir das lites que sobre ella pendem, e das sentenças que tendes havido, no melhor modo e maneira, que por direito possa ser fazendo-se todo o que fizer a bem do dicto caso por auctoridade ordinaria e declarando nas escripturas, e renunciações que se fizerem, que se possa supprir por sua sanctidade o mais que for necessario de maneira, que os dictos padres fiquem livres e seguros no direito da dicta egreja, e pelos fructos decursos até o S. João passado de 1557; os padres vos darão cento e cincoenta cruzados, e dahi por deante todos os fructos da dicta egreja. Agradecer-vos-hei muito fazerdel-o assim, como creio que folgareis de o fazer, e com toda a brevidade que poder ser, do que eu receberei muito contentamento, e assim dardes todos os papeis que forem necessarios, para que este negocio se possa effituar, por me parecer que será assim serviço de Nosso Senhor. E porque

..

confio que o fareis assim como vos encomendo; não será necessario dizer-vos nesta mais. De Lisboa a 22 de fevereiro de 1559. Balthazar da Fonseca a fez. — O CARDEAL INFANTE.

Liv. 2.º citado, fl. 25 e 26 v.

XXXII

Para o bispo de Miranda prover a Pero da Cunha
da egreja de S. Pedro de Celdas ou a anneiar ao collegio

Reverendo bispo. Entre os padres da companhia de Jesus, o Pero da Cunha conego da sé de Braga, ha muitos dias que pende demanda e litigio sobre a egreja de S. Martinho, por a qual razão el-rei meu senhor, que está em gloria, por desejar que elles viessem á concordia e se concertassem, houve por bem que Antonio Nogueira thesoureiro de sua capella renunciasse a egreja de S. Pedro de Celdas, que está nesse vosso bispado, confiando que sendo ella vaga por renunciação do dicto thesoureiro em vossas mãos provereis della o dicto Pero da Cunha, com o que tinha assentado que a dicta demanda cessasse, e que a egreja de S. Martinho ficasse livre aos dictos padres: e porque o dicto thesoureiro tem renunciado com effeito, e o dicto concerto e concordia tambem o haverá, depois de o dicto Pero da Cunha ser provido da dicta egreja de S. Pedro, sobre o que vos el-rei meu senhor escreve e encomenda muito, por o que vos muito agradecerei, folgades de o fazer assim, e proverdes logo o dicto Pero da Cunha da dicta egreja, e havendo algum impedimento, o que parece que não haverá, vos rogo muito que queiraes unir a dicta egreja de S. Pedro ao collegio dos padres reservando em fructos para o reitor e fabrica ordinaria aquella porção e parte, que vos a vós parecer congrua, muito vos encomendo que o façaes assim, que por ser cousa de tanto serviço de Nosso Senhor receberei prazer de se effectuar. De Lisboa a 24 de fevereiro de 1559. — O CARDEAL INFANTE.

Liv. 1.º citado, fl. 26.

XXXIII

Do cardeal para Pero da Cunha

Pero da Cunha, o cardeal infante etc., vos envio muito saudar. Soube que houvereis de Roma letras executoriaes sobre a egreja de S. Martinho de Arvoredo e relaxação de sequestro, e que determinaveis de usar dellas, as quaes em vosso nome tinha um vosso agente apresentadas nesta côrte, de que me muito espantei, sendo isto negocio em que eu entervim para dar nelle talho, e em que por mandado del-rei meu senhor, que está em gloria, era feita concordia entre vós e os padres da companhia, na qual se concluiu por meio do doutor Antonio Pinheiro, a quem eu encomendei este negocio, sobre o qual vos tambem escrevi, por o que parece que não deveis de proseguir nelle cousa alguma sem mo primeiro fazer a saber, quando por parte dos padres se não effectuára o que convosco estava concordado, e assentado, e porque o bispo de Miranda teve pejo em vos prover da egreja que solton Antonio Nogueira, da qual tinha provido um seu viatador, por lhe parecer que vagára por o motu proprio de sua sanctidade, e assim por isto como por outros alguns respeitoes pareceu que convém mais a descargo de vossa consciencia acceitardes alguma honesta pensão sobre os fructos da dicta egreja de S. Martinho, ou doutra alguma em que vos concordardes com os padres; e por esta via parece que além de vós não ficardes perdendo cousa alguma da renda que da dicta egreja vos podia ficar, pagos os custos e obrigações della, ficareis com menos beneficios e sem obrigação de a unir a outros ou pedir provisão para ter mais que sua santidade não concede agora como sabeis, pelo que vos agradecerrei muito quererdes sobre estar na execução das dictas letras, até verdes resposta minha á carta que me escreverdes em resposta desta, e o encommendareis assim ao vosso agente, e sendo já lá feita alguma obra por razão das dictas letras queiraes sobreestar em tudo até este tempo que acima digo, e eu terei lembrança de vos responder com muita brevidade, e assim vos encommendo que a tenhaes vós de me escreverdes logo o que isto poderdes fazer, porque se não perca, por dilacão da resposta, o effeito das dictas letras, e assim quanta pensão acceitareis em recompensa da dicta egreja de S. Martinho; e porque sei que em tudo folgareis de me servir, e fazer o que vos encommendar

não direi mais nesta. De Lisboa a 21 de abril de 1559. Balthazar da Fonseca a fez. — O CARDEAL INFANTE.

Liv. 1.º citado, fl. 27 e 27 v.

XXXIV

Para o doutor João Affonso, sobre o concerto com Pero da Cunha, sobre a egreja de S. Martinho de Arvoredo

Doutor João Affonso, eu el-rei vos envio muito saudar. Vi a carta que me escrevestes e agradeço-vos a diligencia que fizestes com Pero da Cunha, e o cuidado que tomastes do negocio de S. João de Longavares, e porque agora não houve por meu serviço mandar vir o dicto Pero da Cunha a este negocio, pois é tão claro e justificado, e toda a substancia está em elle acceitar pensão (do que não deve duvidar) pois além das principaes causas que ha, elle já por outras vezes foi disso contente, e eu lhe torno a escrever o que vereis pelo traslado da carta, que com a propria vos mando; vos encomendo muito que lha deis em sua mão e que deste negocio, e do mais que vos tenho escripto, tenhaes o cuidado e diligencia que de vós confio: e me aviseis de tudo o que passar para eu saber o que sobre isto devo prover. Escripta em Lisboa a 22 de maio de 1559. — RAINHA.

Liv. 1.º citado, fl. 30 e 30 v.

XXXV

Para Pero da Cunha sobre o concerto da egreja de S. Martinho de Arvoredo

Pero da Cunha eu el-rei vos envio muito saudar. Eu sou informado que não pôde haver effeito a provisão da egreja de S. Pedro de Celdas no bispado de Miranda, sobre a qual, como sabeis, escrevi ao bispo de Miranda em vosso favor, para que sendo vós provido da dicta egreja desistisaeis do direito da egreja de S. Martinho de Arvoredo, sobre que tinheis sentença, como estava con-

cordado entre vós e os padres do collegio de Jesus de Coimbra, e depois de receber e vêr a carta que me escrevestes, soube como por se não effectuar a provisão da dicta egreja de S. Pedro, quaaveis de vossas lettras executorias acerca do sequestro, e que iera proceder contra os dictos padres, para que vos alargassem a dicta egreja de S. Martinho; e porque não ficou pelos dictos padres a conclusão do primeiro concerto, que fizestes com elles, quando em Roma vos compromettestes, para se a causa haver de determinar dentro em 9 mezes e meio, como vi pelo tras-lado do compromisso, antes trabalharam, quanto nelles foi, por isso e não o poderam effectuar, e assim no segundo que fizeram com vosso procurador por meio do doutor Antonio Pinheiro, por mandado del-rei, meu senhor e avô, que sancta gloria haja, se procurou de sua parte a conclusão de tudo o que entre vós e elles foi concordado, e não pôde ser por tardarem tanto as lettras de Antonio Nogueira do mosteiro de Carquere, e o dicto Antonio Nogueira não querer renunciar a dicta egreja de S. Pedro antes de ter as dictas lettras, e ao tempo que renunciou a dicta egreja a tinha provido o dicto bispo de Miranda havendo, que vagára pelo motu proprio do sancto padre; por onde e por outras causas não ponde haver effecto o que eu escrevi ao dicto bispo sobre a dicta egreja em vosso favor, e parece justo e igual, que pois tendes outro beneficio em curados, queiraes antes a recompensa da dicta egreja de S. Martinho em pensão, o que será para vós de menos carregio de consciencia, e de menos obrigação, por não ser beneficio de cura de almas, postoque tenhaes algumas commodidades temporaes, e tambem porque cumpre, quanto a meu serviço, não serem os dictos padres inquietados, e não se dar á execução a sentença, que houvestes contra os dictos padres, por alguns respeitois do serviço de Nosso Senhor, receberei de vós serviço, e levarei muito contentamento em vos contentardes com a pensão, que vos foi accordada no primeiro compromisso em evento, que vencesseis com as declarações contheudas no dicto compromisso; e, quando por algum respeito do tempo vós vos não contentasseis com a dicta somma de pensão, consentida no dicto compromisso, poder-me-heis escrever a razão que tiverdes para perdides alguma cousa mais, e emquanto se esta materia acaba de resolver, vos encommendo muito que sobresteis na execução de vossas lettras e sentença, o que confio que fareis, assim por me servir, como por vol-o encommendar tão encarregadamente. Escrita em Lisboa a 22 de maio de 1559. — RAINHA.

XXXVI

Sua alteza escreve a Pero da Cunha

Pero da Cunha, eu el-rei vos envio muito saudar. Eu soube agora que vos eram vindas executoriaes de Roma sobre a egreja de S. Martinho de Arvoredo, e sobre o sequestro dos fructos della, e porque el-rei meu senhor, que sancta gloria haja, tinha mandado fazer concerto comvosco sobre o direito que pretendiões na dicta egreja por um compromisso, que se levou a Roma, e depois com Rodrigo Affonso vosso procurador, e vós fostes disso contente, e até agora mandando eu sempre fazer diligencia não se pôde acabar o que sua alteza neste caso houve por seu serviço, como sabeis; me espantei muito fazerdes falar á causa sabendo que não se acudia a ella confiando no dicto concerto, e fôra razão estranhar-vos isto de outra maneira, mas porque pôde ser que vossos procuradores o fizessem sem vós serdes disso sabedor, e que não tereis duvida a se tomar neste negocio o meio, que mais conveniente seja, assim para meu serviço, como para vossa consciencia principalmente, porque eu não quero que percaes cousa alguma do que segundo direito fôr vosso, me pareceu dever-vos escrever esta, por que vos encommendo muito que neste caso não procedaes por virtude das dictas letras, e se já as tiverdes apresentadas a algum juiz, ou procedido em alguma maneira por ellas, sobreesteis nisso, e me escrevaeis logo o meio, que sereis contente, que se tome neste negocio, e parece que o melhor e mais conveniente seria tomardes alguma pensão, como pelo compromisso primeiro, que fizestes, ereis contente, e além disso eu vos mandarei dar os fructos, que pelo dicto concerto haviaes de haver, ou o que fôr razão, e para se effectuar este negocio com brevidade mandareis procuração bastante a alguma pessoa nesta côrte, que o trate com quem eu mandar entender nisso por minha parte, e disso me haverei por muito servido de vós; e do contrario, que confio que não fareis, receberei muito desprazer, e vol-o estranharei, como vir que cumpre a meu serviço.

(Sem data nem assignatura, mas certamente escripta em 1559).

Liv. 1.º citado, fl. 28 v. e 29.

XXXVII

Para o reitor da Universidade dar o grau de mestres em Artes
a certos padres da companhia de Jesus, sem se fazerem os autos,
que manda nos estatutos

Reitor, lentes, deputados e conselheiros da Universidade de Coimbra, eu el-rei vos envio muito saudar. Por alguns justos respeito, que me a isto movem, e pela boa informação que tenho das lettras e sufficiencia dos padres, Marcos Jorge, Pero da Fonseca, Sebastião de Moraes, Pero Gomes, Jorge Serrão, Domingos Cardoso, e Ignacio Martins, do collegio da companhia de Jesus, dessa cidade, hei por bem e me praz, que sejam admittidos nessa Universidade, ao grau de mestres em Artes, e lhes seja nella dado o dicto grau, sem fazerem auto algum dos que mandam os estatutos, porque sem embargo delles o hei por bem; e vos mando que o cumpraes assim. Jorge da Costa a fez em Lisboa, a 9 dias do mez de setembro de 1556. Manuel da Costa a fez escrever. — Rnt.

Lic. 1.º citada, fl. 106 v. e 107.

XXXVIII

Porque o cardeal, como legado do papa,
concede aos padres do collegio poderem absolver o confessar os freguezes
de Sancta Cruz da egreja de S. João

O cardeal infante, legado *de latere, et cactera*. A quantos esta nossa provisão virem, fazemos saber, que por justos respeito do serviço do Nosso Senhor, que nos a isso movem, havemos por bem que os padres da companhia de Jesus, do collegio de Coimbra, que pelo superior do dicto collegio forem approvados para confessores, possam ouvir de confissão, assim no tempo da quaresma e paschoa, como nos mais tempos do anno, todas e quaquer pessoas, que morarem no districto e freguezia do mosteiro de Sancta Cruz, da dicta cidade, e da sua egreja de S. João, e

que as pessoas, que pelos dictos confessores forem confessadas, cumpram com a obrigação e preceito da sancta madre igreja, e que sejam admittidas, como se fossem confessadas pelos seus proprios curas, approvados pelo superior do dicto mosteiro de Sancta Cruz. E mandamos *auctoritate apostolica*, que esta nozsa provisão se cumpra e guarde inteiramente, como nella se contém. Dada em Almeirim, sob nosso sello e signal, aos 10 dias de maio. Christovão Zanolino a fez de 1574 annos. Antonio Carvalho a fez escrever. — O CARDEAL INFANTE.

Liv. 2.º citado, fl. 68.

XXXIX

Para os padres poderem tirar do Algarve fructa, e para o navio,
que a trouxer, não ser embargado, sob pena de trinta cruzados;
a qual concessão dura até o anno de 578

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que eu hei por bem e me praz, que toda a fructa de passas, figos, e amendoadas, e mais cousas, que o provincial da companhia de Jesus, da provincia destes reinos, manda comprar ao Algarve, para provimento das casas e collegios da dicta companhia, e assim a que mandam comprar os reitores de algumas das dictas casas o collegios, se possa tirar e trazer livremente dos logares, onde se comprar para as dictas casas o collegios, sem ficar parte alguma della na terra, nem as pessoas, que a comprarem e tirarem, serem obrigadas a levar alguma da dicta fructa a Africa, nem a outro algum lugar, e isto sem embargo de quaesquer provisões minhas, mandadas do almotacê-mór de minha côrte, ou posturas das camaras, que em contrario haja.

E assim me praz que o navio, que trouxer a dicta fructa, não possa ser tomado, nem embargado para outra alguma cousa, ainda que seja de meu serviço. E mando a todas as justicas, officiaes, e pessoas do dicto reino do Algarve, a que este alvará fôr mostrado, e o conhecimento delle pertencer, que assim o cumpram, e façam inteiramente cumprir, sem a isso pôrem duvida, nem embargo algum, porque assim o hei por meu serviço, postoque este não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario, Gaspar de Seixas o fez em Lisboa a

24 de outubro de 1574. Jorge da Costa o fez escrever. — O CARDEAL INFANTE.

Hei por bem que o meu alvará acima escripto se cumpra e guarde, como nelle se contém, na fructa e mais cousas, que se mandar comprar ao Algarve, para os collegios e casas da companhia de Jesus, da provincia de meus reinos; e isto por tempo de tres annos, que começarão da feitura desta apostilla, e qualquer official da justiça ou do governo dos logares, que em alguma cousa fôr contra o conthendo no dicto alvará, incorrerá em pena de trescentos cruzados a metade para os captivos, e a outra metade para quem accusar; e esta apostilla me praz que valha, postoque o effeito della haja de durar mais de um anno, e que não seja passada pela chancellaria, sem embargo das ordenações em contrario. Jorge da Costa a fez em Almada a 9 de julho de 1575. — Rei.

Na apostilla, referendou Martim Gonçalves da Camara.

Liv. 2.º citada, fl. 72 v.

XL

Contra os que dizem que, os que tem feito os votos da companhia, se podem sair della sem licença do superior

O cardeal infante, legado *de latere* nas causas da fé, inquisidor geral nestes reinos e senhorios de Portugal, arcebispo de Lisboa *et cetera*. Fazemos saber que nós somos informados, que algumas pessoas com pouco temor de Deus, em grande damno de suas consciencias, ousam affirmar, aconselhar e dizer, que os padres e irmãos da religião da companhia de Jesus, postoque depois de dous annos de provação o noviciado tenham feito os tres votos simples de obra, pobreza e castidade perpetua, da dicta companhia, que nella se usam, se podem sair por sua vontade da dicta religião, e fazer de si o que quizerem, sem licença nem consentimento de seu superior, pois elle os pôde despedir, e que não peccam saindo-se da dicta maneira aquelles que o fazem, antes são seguros na consciencia. E porque isto é muito prejudicial á dicta religião e á salvação das almas dos que tal affirmam, Nós por serviço de Deus o mandámos vêr, e estudar a muitos letrados theologos de sãs consciencias, os quaes todos se affirmaram e affirmam, que é falso, escandaloso e temerario o *quod sapit hæ*

resim dizer o sobredito, e que merece ser castigado quem o tal afirma conforme a pertinácia que tiver mormente nestes tempos tão perigosos, em que os herejes procuram impugnar os votos das sagradas e sanctas religiões. E porque cumpre ao serviço de Nosso Senhor acudir a isto, e prover conforme a obrigação que temos por causa de nossos cargos e officio pastoral, por tanto *auctoritate apostolica* de que nesta parte usamos, admoestamos a todas as pessoas de qualquer qualidade e condição que sejam, e lhea mandamos em virtude da sancta obra e sob pena de excomunhão que não digam, lêam, preguem, nem aconselhem o sobredito, nem affirmem publica nem secretamente em modo algum, antes digam, declarem, e aconselhem, sendo por isto perguntados, como nós pela presente declaramos, que os dictos padres e irmãos da dicta companhia, depois de feitos os dictos votos simples, se não podem por sua propria vontade sair sem licença do seu superior, postoque elle os possa despedir conforme a seu instituto, e que os que assim saírem, e retrocederem andando fora, não estão seguros nas consciencias, antes estão em peccado mortal e excommungados como o estão os apostatas, que se saem por sua propria vontade e auctoridade das outras religiões depois de serem nellas professos, o que assim declaramos com parecer dos inquisidores e censura dos dictos letrados, visto o instituto e constituições da dicta religião e companhia confirmadas e approvadas pelos sanctos padres e sancta sé apostolica, como nos constou dos breves, decretos, e confirmações, que nos foram apresentadas, visto junctamente a disposição do direito e do sagrado consilio tridentino nos taes casos. E isto mesmo declaramos, que os dictos padres ou irmãos, que da dicta maneira se saírem e andarem fora são obrigados a se tornarem á congregação e obra della, e não o fazendo se procederá contra elles conforme ao dicto instituto confirmado por suas sanctidades, e bem assim se procederá por via da sancta inquisição contra os que o contrario disserem, pregarem, aconselharem, ou affirmarem, segundo acima dicto é, conforme ao direito, que seja por isso castigado segundo merecer a qualidade de suas culpas da suspeita ou escandalo que lhe resultar, e para que isto venha á noticia de todos, e nenhuma pessoa pretenda allegar ignorancia, mandamos passar a presente por nós assignada e sellada com o sello do sancto officio. Dada em Lisboa aos 11 dias do mez de outubro. João Velho, notario do dicto sancto officio a fez de 1568. — O CARDEAL INFANTE.

XLI

Carta del-rei para dous cardeaes sobre a companhia

Reverendissimo em Christo, padre, que como irmão muito amo, eu D. Sebastião, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalém mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação, e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc., vos envio muito saudar. Eu escrevo a Lourenço Pires de Tavora, do meu conselho e meu embaixador nessa cõrte, que de minha parte vos diga a muita devoção, que tenho á religião dos padres da companhia de Jesus, e o muito que por meio d'elles, louvado Nosso Senhor, a christandade se dilata em diversas provincias da conquista destes reinos. Muito vos rogo que lhe queiraes dar inteiro credito no que ácerca disso de minha parte vos disser, e façaes o que vos requerer para o que tocar ao bem da dicta companhia; e em singular prazer o receberei de vós, reverendissimo em Christo, padre, que como irmão muito amo. Nosso Senhor vos haja sempre em sua sancta guarda. Escripta em Lisboa 16 de fevereiro de 1560 ¹. — RAINHA.

Let. 1.º citado, ff. 33 v. e 33.

XLII

Carta del-rei para o papa sobre a companhia

Muito sancto em Christo, padre, e muito bem aventurado senhor, o vosso devoto e obediante filho, D. Sebastião, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalém mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação, e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da India, com toda a humildade, envio beijar seus sanctos pés, muito sancto em Christo, padre,

¹ Esta carta foi impressa no tom. VIII do *Corpo diplomatico portuguez*, a pag. 351.

e muito bem aventurado senhor. El rei meu senhor e avô, que sancta gloria haja, pelo grande zelo que sempre teve das cousas do serviço de Nosso Senhor, e pelo muito que desejou a conversão dos infieis dos reinos de sua conquista, parecendo-lhe que o meio, para se isto alcançar era o dos padres da companhia de Jesus, por sua regra e religião ser a isto muito conforme, mandou fundar na cidade de Coimbra um collegio para nelle se criarem padres em exercicio de virtudes e letras, que podessem entender na conversão dos dictos reinos de que, louvado Nosso Senhor, se seguiu mui grande fruto convertendo-se por meio dos dictos padres em breve tempo á nossa sancta fé alguns reis e pessoas mui principaes e grande numero de gente em diversas provincias, nas quaes não havendo antes conhecimento algum da religião christã, agora está recebida e dilatada a nossa sancta fé catholica, e se dilata cada dia mais, e se submettem grandes provincias ao jugo e obediencia da sancta sé apostolica, e não sómente se seguiu dos dictos padres o dicto fruto na conversão dos infieis de terras mui remotas, mas na doutrina e instrução dos naturaes destes reinos servem muito a Nosso Senhor procedendo em todas suas obras com muita edificação, pelo qual os dictos religiosos e seu estatuto é recebido com grande devoção, e tido em muita veneração, não sómente de todo povo, mas tambem dos prelados e pessoas principaes destes reinos, como cousa que a experiencia tem approvado por mui proveitosa e necessaria para bem da christandade; e postoque tenha por certo que vossa sanctidade terá conhecimento da dicta religião e obras dos religiosos della, pareceu-me que em logar da obrigação em que estou a essa sancta sé apostolica pelas mercês, privilegios, e favores com que estabeleceu, confirmou, e favoreceu sempre a dicta religião, de que com tanta utilidade e bem commum gosam estes reinos e senhorios, era obrigado mostrar a vossa sanctidade este conhecimento, e declarar-lhe o que sinto da importancia deste instituto e religião, e pedir a vossa sanctidade mui affectuosamente por mercê, como peço, que com todo amor e affecto a ampare e favoreça sempre; e porque desejo que vossa sanctidade mais em particular seja informado do que Nosso Senhor obra nestas partes pelos dictos religiosos, e das cousas em que se occupam, e fruto grande que disso se segue, escrevo a Lourenço Pires de Tavora, do meu conselho e meu embaixador, que dê de tudo mui particular informação a vossa sanctidade, pelo que receberei de vossa sanctidade em singular mercê querel-o ouvir, e por certo tenho que se alegrará vossa sanctidade muito vendo, que tem nesta parte tão utiles e fieis ministros da egreja catholica. Muito sancto em Christo, padre, e muito bem aventurado senhor, Nosso Senhor

por muitos tempos conserve vossa sanctidade a seu sancto serviço. De Lisboa a 16^a de fevereiro de 1560 ¹. — RAINHA.

Liv. 1.^o citado, fl. 32 e 32 v.

XLIII

Para o corregedor de Coimbra, sobre o que se deve á egreja do Salvador dos rios, que el-rei lhe tomou para a Universidade

Corregedor da comarca da cidade de Coimbra, eu el-rei vos envio muito saudar. O licenciado Sebastião da Fonseca se concertou por mandado del-rei meu senhor e avô, que sancta gloria haja, com o prior e beneficiados da egreja do Salvador da dicta cidade sobre certas propriedades foreiras á dicta egreja, que sua alteza mandou tomar para sitio de certas obras, que queria mandar fazer, e depois fez doação das dictas propriedades ao reitor e padres do collegio de Jesus da dicta cidade, por lhe serem necessarias para o edificio do dicto collegio; e porque eu sou informado, que o dicto prior e beneficiados dizem ora, que se lhes devem algumas das dictas propriedades e pensões dellas, vos mando que faleis logo com os ditos prior e beneficiados, e com o dicto reitor do dicto collegio de Jesus, e vos informeis acerca das dictas propriedades e pensões, para o que vereis quaesquer escripturas e papeis que disso houver, e escrever-me-heis logo o que nisso achardes, e o que se mostrar que ainda ó devido ao dicto prior e beneficiados, e o modo que poderá haver para se effectuar e acabar de cumprir o contracto, que o dicto Sebastião da Fonseca com elles fez, porque com vossa informação mandarei que sejam as partes satisfeitas do que lhes fôr devido com toda a brevidade; e se já sobre este caso fôr movida alguma demanda vós a fareis sequestrar em quaesquer termos em que estiver; o que assim cumprireis com diligencia. Jorge da Costa a fez em Lisboa aos 14 de setembro de 1560. Manuel da Costa a fez escrever. — RAINHA.

Liv. 1.^o citado, fl. 124 e 124 v.

¹ Não tinha data do dia, mas pelo documento antecedente parece dever ser a mesma. Foi publicada sem data alguma a pag. 498 do tom. IX do mesmo *Corpo diplomatico portuguez*.

LXIV

Para poderem usar das doações por tempo de um anno

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que havendo respeito ao que na petição atrás escripta dizem o reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra, hei por bem e me praz, que elles possam usar por tempo de um anno das doações contheudas na dicta petição, que dizem que el-rei meu senhor e avô, que sancta gloria haja, fez ao dicto collegio, postoque não sejam por mim confirmadas, no qual anno elles requererão a confirmação das dictas doações. E mando a todas as justiças, officiaes e pessoas, a que o conhecimento disto pertencer, que lhe cumpram e façam cumprir este alvará como nelle se contém. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 7 do mez de fevereiro de 1558. Manuel da Costa o fez escrever. — RAINHA.

Liv. 1.º citado, fl. 23 v.

XLV

Reliquias nas egrejas dos jesuitas. Provisão de S. Fins, indulgencias do sr. arcebispo de Braga

Dom frei Bartholomeu dos Martyres, arcebispo e senhor de Braga, primaz das Hespanhas, etc. A todos os que a presente virem, saude em Jesus Christo Nosso Senhor. Fazemos saber como os padres da companhia de Jesus procuraram haver certas reliquias de sanctos para o seu mosteiro de S. Fins e outras egrejas suas, sitas na comarca dentre Lima e Minho deste nosso arcebisado, de que tem approvação ordinaria. E para maior veneração de taes reliquias se instituirão confrarias com regimento de missas, orações e outras cousas do serviço de Deus. E ora, para que os fieis christãos com mais devoção visitem as egrejas, em que estão as dictas reliquias, e entrem nas dictas confrarias, pela presente concedemos quarenta dias de perdão a todos os que visitarem quer das mesmas egrejas no dia do sancto ou

sancta, cujas são as reliquias, e assim aos confrades quando entrarem nas confrarias e que não se acharem presentes á missa do sancto, e quando se confessarem e que algum delles estiver no artigo da morte. E mandamos a todos os reitores, curas, vigarios e abbades da dicta comarca, sob pena de suspensão, publiquem esta em suas estações, e egrejas, a seus freguezes, para que venha á noticia de todos: e nas egrejas em que concedemos as dictas indulgencias são as seguintes: S. Fins, S. Pantalão de Cornes, Sancta Marinha de Tayão, Sanct'-Iago de Boião, S. Chrysotoum de Gondomil; Sancta Maria de Torperis, S. Lourenço da Lapella, S. Mamede, Sancta Marinha de Verdoejo, Sancta Maria de Moreira, S. Miguel de Saguó, S. João de Longavares, Sancta Maria de Bella, S. Martinho de Arvoredo. Dada em Braga sob nosso signal e sello de nossas armas, aos 28 dias do mez de fevereiro de 1578 annos. Philippe Soares a subscreeveu. — O ARCEBISPO PRIMAZ.

Ao sello, gratis. Ao escrivão, gratis.

Documento original do cartório da Universidade.

XLVI

Sua alteza ha por bem, que os padres da companhia não sejam obrigados, nem constrangidos a levar capellos nos autos e exercicios, que na Universidade costumam levar, e levem somente borla no barrete, como levam os religiosos

Eu el-rei faço saber a vós, reitor, lentea, deputados e conselheiros da Universidade, da cidade de Coimbra, que eu hei por bem e me apraz, por alguns respeitoa que me a isto movem, e por mo assim pedirem os padres da companhia de Jesus, que daqui em diante os mestres em Artes da dicta companhia não sejam obrigados, nem constrangidos a levar capellos nos autos e exercicios em que se na dicta Universidade costumam levar, e levem somente borla no barrete, como levam os religiosos doutras religiões, e portanto vos mando que lho cumpraes e guardeis, e faquea cumprir e guardar este alvará, como se nelle contém; o qual hei por bem que valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte, que diz, que as cousas, cujo effeito houver de durar

mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não valham; e valerá este outrosim, posto que não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação, que manda, que os meus alvarás, que não forem passados pela chancellaria, se não guardem. André Sardinha o fez em Lisboa a 2 dias de janeiro 1560. Manuel da Costa o fez escrever. — RAINHA.

Liv. 1.^a citada, ff. 114 e 114 v.

PARTE IV

DOAÇÕES FEITAS AOS JESUITAS

Para os da companhia de Jesus fazerem doações, e disporem de seus bens,
sendo da idade de 20 annos perfeitos e acabados,
e que valham as taes, etc.

D. Sebastião, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalém mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc. Faço saber aos que esta minha carta virem, que o padre preposito, provincial da companhia de Jesus, de meus reinos e senhorios, e os religiosos das casas e collegios da dicta companhia, me fizeram a petição seguinte.

Dizem o padre preposito, provincial da companhia de Jesus, de meus reinos e senhorios de Portugal, e os religiosos das casas e collegios da dicta companhia, que, porquanto a dicta religião pretende, que os religiosos della sejam pessoas, que não tenham no mundo cousa propria, nem esperanza de a poderem em algum tempo alcançar, para que assim possam melhor e mais perfeitamente servir a Nosso Senhor, e seguir seus conselhos evangelicos, tem por suas constituições, que os dictos religiosos serão obrigados a dispôr, depois de passados os dous annos, que têm de noviciado e provação, de todos seus bens moveis e de raiz, já adquiridos, e dos que podem adquirir, deixando-os a pobres, ou a seus parentes, como parecer mais serviço de Nosso Senhor, porque a mesma religião não herda, nem succede nos bens dos religiosos. E porque acontece, que alguns dos que assim hão de dispôr são orphãos de pae e mãe, e menores de vinte e cinco annos, os quaes por bem de vossas ordenações não podem ordenar, nem fazer cousa alguma de seus bens, o que neste caso é impedimento da perfeição e mór bem, que o que se pretende pela

dicta ordenação; e os mesmos religiosos estão sem poder fazer profissão, emquanto não chegam á dicta idade, e porisso se reereseem algumas duvidas e differenças com seus tutores e outras pessoas, que é causa de muita disquietação dos dictos religiosos e religião, o que não aconteceria, se logo em passando os dous annos, se desembarçassem dos dictos seus bens e herança, como suas constituições ordenam. Pedem a vossa alteza haja por bem que as dictas ordenações se não entendam nos dictos religiosos orphãos, ao menos os que passarem de quatorze annos, mas que tudo o que elles ordenarem dos dictos bens, que tiverem adquiridos, e podrem adquirir, seja firme e valioso, ora seja por doação, ora seja por testamento, ou por qualquer via, que de seus bens dispozerem, sem embargo dellas, e de não intervir nisso auctoridade de seus tutores, ou dos juizes dos orphãos, ou de qualquer justiça outra, pois é para maior serviço de Nosso Senhor, havendo nisto por derogadas todas as leis, e ordenações, que em contrario façam, ou possam fazer, e que valha esta derogação, sem embargo da ordenação do livro segundo, que diz, que não seja valiosa derogação de qualquer ordenação, sem della fazer expressa menção; e receberiam osmola e mercê.

E vista por mim a dicta petição, e havendo respeito ao que o dicto proposito, provincial, e religiosos da dicta companhia de Jesus nella dizem, e por outros justos respeito, que me a isto movem, hei por bem e me praz, que daqui em diante os religiosos da dicta companhia, que sendo da idade de vinte annos perfeitos e acabados, dispozerem de seus bens, assim moveis como de raiz, por qualquer maneira que lhes pertencam, quer a dicta disposição seja por via de doação, renunciação ou outro qualquer contracto, quer por qualquer outra via e maneira que seja, o possam fazer, e dispendo dos ditos seus bens livremente, sem constrangimento algum, a dicta disposição, doação, ou renunciação, ou contracto, que assim fizerem, tenha effeito e vigor, e se cumpra e guarde, assim tão inteiramente, como se os ditos religiosos, os que pela dicta maneira de seus bens dispozerem, fossem maiores de vinte e cinco annos, e isto sem embargo de não serem da dicta idade, e de quaesquer ordenações, leis, e direitos, que o contrario disponham, as quaes neste caso hei por derogadas, cassadas, e annulladas, e quero que não tenham força, nem vigor algum, emquanto fcrem contra a disposição desta minha carta, e que sem embargo dellas se guarde e cumpra o nella contheúdo, postoque as taes leis, ordenações e direitos sejam taes, que fosse necessario serem aqui expressas e declaradas, porque eu as hei por expressas, como se dellas e cada

uma dellas fizesse expressa menção e declaração, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo quarenta e nove, que diz, que se não entenda ser nunca por mim derogada ordenação alguma, se da substancia della não fizer expressa menção, e mando a todos os meus desembargadores, corregedores, ouvidores, juizes, justicas, officiaes, e pessoas de meus reinos e senhórios, a quem esta carta ou o traslado della em publica forma for mostrado, e o conhecimento della pertencer, que assim o cumpram e guardem, e façam inteiramente cumprir e guardar, sem lhe não ser posta duvida, nem embargo algum, porque assim é minha mercê. Dada na cidade de Lisboa aos 5 dias do mez de junho, Jorge da Costa a fez, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1562. Manuel da Costa a fez escrever. — RAINHA.

Registada na chancellaria a 23 de junho de 1562.

Loc. 2.º citado, fl. 32, 32 v. e 33.

II

Padrão dos 125333 réis e dons ceitis de juro, que ficaram por morte de Phebus Moniz

D. Philippe, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquém e dalém-mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc. A quantos esta minha carta virem faço saber, que por parte do reitor e padres do collegio da companhia de Jesus, da cidade de Coimbra, me foi apresentada uma minha carta, tirada da Torre do Tombo, em que esta incorporado um alvará del-rei D. João, meu senhor, que sancta gloria haja, por onde Phebus Moniz, que Deus perdõe, tinha e havia 60,000 réis de tença cada anno, obrigatorios, de que o traslado é o seguinte.

D. Philippe, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquém e dalém-mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc. A quantos esta minha carta virem faço saber, que o procurador do collegio da companhia de Jesus, da cidade de Coimbra, me enviou dizer por sua petição, que elle tem necessidade do traslado de um padrão de 60,000 réis de juro,

que Phebus Moniz, que Deus tem, tinha, e se pagavam em a casa de Setubal, porquanto delle faz menção, que por sua morte ficarão ao dicto collegio 125000 e tantos réis, me pedia lho mande dar da Torre do Tombo, em modo que faça só; porquanto o padrão velho não apparece, nem o querem dar a elle, supplicante; e receberá mercê. E visto seu requerimento, passei uma minha provisão para Antonio de Castilho, do meu conselho, e guarda-mór da Torre do Tombo, feita em Lisboa a 6 de março de 1589, pela qual mandei que lhe dêsse o traslado do dicto padrão, na fôrma costumada, e em cumprimento della o dicto guarda-mór o fez buscar pelo escrivão de seu cargo, adeante nomeado, que o buscou e achou no livro do registo da chancelaria, do anno de 1554, ás folhas 168, do qual o traslado é o seguinte.

Eu el-rei faço saber aos que este meu alvará virem, que por parte de Phebus Moniz, fidalgo de minha casa, filho de Jeronymo Moniz, que foi reposteiro mór del-rei meu senhor e padre, que sancta gloria haja, me foi apresentado um alvará, por mim assignado, de 605000 réis de tença em cada um anno, que o dicto Jeronymo Moniz, seu pae, de mim tinha, do qual alvará o traslado é o seguinte.

Nós el-rei fazemos saber a quantos este alvará virem, que a duqueza, minha tia, que Deus haja, deu em casamento a D. Maria da Cunha, mulher de Phebus Moniz, 60000 dobras de casamento das da ordenança, e lhe deu por ellas 605000 réis de tença, cada um anno, segundo em sua carta se contém, a qual tença tinha Jeronymo Moniz, seu filho, em vida da dicta minha tia, e porque nós somos obrigado por os dinheiros do assentamento da dicta minha tia, que el-rei meu senhor, que Deus tem, quiz que ella houvesse depois de seu fallecimento certos annos, para se pagarem as dividas, segundo no alvará da mercê se contém, a lhe pagar as dictas 60000 dobras pela tença, o dicto Jeronymo Moniz nos pediu que lhe fizessemos mercê de lhe não tirar a dicta tença, e nos prouvesse de lhe ficar assim em tença de casamento obrigatoria, como o são as outras que el-rei D. Affonso, meu tio, que sancta gloria haja, deu áquellas pessoas, que as têm, e andam em nossos livros, do que a nós, por lhe fazermos mercê, aprouve. Porém, por se dizer por parte do duque, meu muito amado e presado primo, que nas tenças, que a dicta duqueza, sua mãe, dava, assim nesta, como nas outras, havia de haver descontos, segundo fôrma da acção que nisto por seus procuradores poz em nossa relação, e que, pagando esta tença ao dicto Jeronymo Moniz, em dinheiro ou tença, seria em prejuizo da fazenda da dicta duqueza, e mercê, que el-rei, meu senhor, que

sancta gloria haja, lhe tinha feita, do dicto seu assentamento, depois de sua morte, e que primeiro se havia de determinar por justiça, e que assim ao dicto Jeronymo Moniz, como aos outros se havia de pagar, o que por sentença lhe coubesse, nós quizeremos sobreestar na dicta mercê, até ver a sentença que neste caso se dá, e se por ella o dicto Jeronymo Moniz houver de ser pago das dictas ~~605000~~ dobras, a nós praz por este nosso alvará de lembrança, de lhe fazer mercê da dicta tença, na maneira sobredicta, e lhe mandaremos então fazer sua carta em forma. Porém, por folgarmos de lhe fazer mercê, nos praz, e lhe fazemos, dos dictos ~~605000~~ réis em cada um anno, do começo do mez de maio de 521, por deante, até que a dicta sentença lhe determine e dê; e dada, se fór contra elle, requerer-nos-ha para nisso fazermos o que fór nosso serviço, porque no dicto tempo falleceu a dicta duquesa, minha tia, e lhe foi alevantada. E por esto mandamos aos nossos veadores da fazenda, que lhe façam pagar os dictos ~~605000~~ réis, na maneira sobredicta, e os assentem em nossos livros, com a declaração sobredicta, que os não ha de haver mais que até se dar a dicta sentença, e que lhos não hão de despachar em cada um anno, sem sabermos primeiro da dicta sentença, e se é dada; e no desembargo dirá o veador da fazenda per que passar, que soube da dicta sentença, e por não ser dada lhos despachou, e isto queremos que valha, sem embargo de não passar por nossa chancellaria, e ser alvará de papel, e de nossa ordenação em contrario. Escripto em Thomar ao 1.º dia de agosto. Alvaro Neto o fez de 1523, com o qual alvará me o dicto Phebus Moniz apresentou mais uma certidão de justificação do doutor Ruy Gago, do meu conselho, e desembargo, juiz de meus feitos em minha fazenda, e das justificações della, que parecia ser feita por Pero de Almeida, escrivão das dietas justificações, por Simão Alvares, e assignada pelo dicto doutor Ruy Gago, aos 3 dias do mez de agosto do anno passado de 553, pela qual certidão se mostrava pertencerem ao dicto Phebus Moniz, por o dicto Jeronymo Moniz, seu pae, ser fallecido, 475636 réis, e quatro centis de tença, cada anno dos ~~605000~~ réis de tença, contheídos no dicto alvará, 125333 réis, e dous centis a elle de sua direita parte; e os 356333 réis, e dous centis, como herdeiro de João Moniz, seu irmão, já fallecido, que os herdara e lhe pertenciam de sua legitima e terça, e do quinhão de uma sua irmã, e assim mostrava mais pela dicta certidão pertencerem ao dicto reitor e collegiaes do collegio da companhia de Jesus, da cidade de Coimbra, os 125333 réis, e dous centis de tença cada anno, que falleciam, para cumprimento dos dictos ~~605000~~ réis, por parte de Antonio Moniz, já fallecido,

filho do dicto Jeronymo Moniz e irmão do dicto Phebus Moniz, por ser da dicta companhia e collegial do dicto collegio, e antes de seu fallecimento fazer doação ao dicto collegio, confirmada por mim, dos dictos 125333 réis, e dous ceitis de tença; e bem assim me apresentou o dicto Phebus Moniz mais um publico instrumento de concerto, transacção feita entre elle e o reitor e collegiaes do dicto collegio sobre os dictos 125333 réis e dous ceitis de tença, que parecia ser feito e assignado por Antonio Luiz, tabelião das notas da cidade de Lisboa, aos 26 dias do mez de julho do dicto anno passado de 53, pelo qual instrumento se mostrava, que por entre elles haver duvidas e differenças sobre os dictos 125333 réis e dous ceitis da dicta tença, e sobre a mais fazenda, que ficara por fallecimento do dicto Antonio Moniz, se vieram a concertar, e eram todos contentes, e lhes aprazia que o dicto Phebus Moniz, em nome do dicto collegio recebesse, lograsse e possuisse em dias de sua vida, sómente, e mais não, os dictos 125333 réis, e dous ceitis de tença cada anno, que pertenciam ao dicto collegio por parte do dicto Antonio Moniz, e que por morte d'elle Phebus Moniz ficassem ao dicto collegio, pedindo-me o dicto Phebus Moniz por mercê, que porquanto os dictos 605000 réis de tença, contheídos no dicto alvará, lhe pertenciam, a saber: 475666 réis, e quatro ceitis, por serem seus, e da herança e successão que houvera de João Moniz, seu irmão, e os 125333 réis e dous ceitis da parte do collegio, que havia de haver em sua vida por bem da dicta transacção, segundo todo acima é declarado, que houvesse por bem de lhos mandar pagar por minha fazenda, sem embargo de nella lhe ser posta duvida no pagamento dos dictos 605000 réis, por respeito da demanda, que no dicto alvará faz menção, que não era ainda acabada, e que o esousasse de mostrar cada anno como a dicta demanda não era finda, como pelo dicto alvará era obrigado mostrar, porque lhe era muito trabalho e oppressão. E visto seu requerimento, com o dicto alvará e fórma d'elle, por virtude do qual os dictos 605000 réis andam assentados no livro de minha fazenda, e foram por ella sempre pagos ao dicto Jeronymo Moniz, em sua vida, e assim a seus herdeiros, depois de seu fallecimento, até fim do anno de 552, em que lhe foi posta duvida no pagamento delles, como acima é dicto; e visto como pela dicta certidão e instrumento de transacção se mostra pertencerem ao dicto Phebus Moniz os dictos 475666 réis, e quatro ceitis de tença de sua direita herança e successão, pelo modo sobredito, e assim haver de receber, e comer em sua vida, os dictos 125333 réis, e dous ceitis, em nome do dicto collegio a que pertencem: o que todo visto e por lhe fazer mercê, hei por

bem e me praz, que sem embargo da dicta duvida elle Phebus Moniz tenha e haja, e lhe sejam pagos em dias de sua vida, sómente os dictos 605000 réis de tença em cada um anno, a saber: os dictos 475666 réis e quatro ceitis, por lhe pertencerem de sua successão, como acima é declarado, e os 125333 réis e dous ceitis, em nome do dicto collegio a que pertencem, segundo já é dicto, e por morte do dicto Phebus Moniz ficará resguardado a seus herdeiros todo e qualquer direito, que tiverem nos dictos 475666 réis e quatro ceitis de tença, e ficará outrossim, então reservado ao dicto collegio, todo e qualquer direito que tiver nos dictos 125333 réis e dous ceitis de tença que lhe assim pertencem, e que o dicto Phebus Moniz em sua vida, em nome do dicto collegio, ha de haver como dicto é; os quaes 605000 réis de tença cada anno, o dicto Phebus Moniz terá e haverá em sua vida, postoque a dicta demanda ora não seja acabada nem adeante se acabe, e sem ser obrigado a mostrar como não é finda, e assim me praz que os dictos 605000 réis lhe sejam pagos no meu thesoureiro-mór ou em quem seu cargo tiver, do primeiro dia de janeiro do anno passado de 553 em deante, porque de então se deixaram de pagar por respeito da dicta duvida: portanto mando ao meu thesoureiro-mór ou quem o dicto cargo tiver, que do dicto janeiro de 553 em deante, dê e pague ao dicto Phebus Moniz, em dias de sua vida, os dictos 605000 réis cada anno, e lhe faça delles bom pagamento aos quarteis do anno por inteiro, e sem quebra alguma por este só alvará geral, sem mais outra provisão minha, nem de minha fazenda, e pelo traslado delle que será registado no livro de sua despesa pelo escrivão de seu officio com seu conhecimento, mando aos contadores que lho levem em conta. E hei por bem que este alvará valha, tenha força e vigor, como se fosse carta, feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte, que diz que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas e, passando por alvarás não valham. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 22 dias do mez de dezembro de 1554.

E o alvará dos 605000 réis, que acima vae trasladado, foi roto ao assignar deste, e assim foi riscado o assento dello do livro de minha fazenda, para se mais não despacharem nem pagarem pelo dicto assento. E não dizia mais na dicta carta. Traslado de uma verba que está posta á margem della. Destes 605000 réis de tença, separada que Phebus Moniz havia, pertencerão ao reitor e padres da companhia de Jesus do collegio da cidade de Coimbra 125333 réis e dous ceitis, como constou por certidão do doutor Ruy Brandão, feita em Lisboa a 16 de

janeiro de 589 annos; portanto se poz esta verba por despacho da mesa da fazenda. Fecho em Lisboa a 6 de fevereiro do dicto anno, a qual poz eu Chrystovão de Benavente, escrivão da Torre do Tombo a 16 do dicto mez e anno. Chrystovão de Benavente. E achada assim a dicta carta de padrão no dicto livro da chancellaria, foi pedido ao guarda-mór da Torre do Tombo, que fizesse dar o traslado, e elle o fez dar em esta minha carta, assim e da maneira que nella é escripta e nesta faz menção; á qual darão tanta e tão cumprida fé, como a propria do dicto livro, porquanto foi com ella concertada. Dada em a mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa aos 13 dias do mez de março. El-rei o mandou per Antonio de Castilho de seu conselho, e guarda-mór da Torre do Tombo. Chrystovão de Benavente escrivão della a fez, anno do nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo de 1589 annos. E ora me enviaram dizer o reitor, e padres do dicto collegio da companhia de Jesus da cidade de Coimbra, que Antonio Moniz, que foi padre da dicta companhia, per seu fallecimento deixára ao dicto collegio 125333 réis e dous ceitis de tença obrigatoria, que lhe couberam nas partilhas que por fallecimento de seu pae Jeronymo Moniz se fizeram dos 605000 réis de tença obrigatoria, que tinha como constava do traslado do padrão neste incorporado, e que por certos respeitoz o dicto collegio os deixára comer a Phebus Moniz, irmão do dicto Antonio Moniz, em vida do dicto Phebus Moniz, com a obrigação de por sua morte, tornarem a ficar ao dicto collegio, como de tudo constava do dicto padrão, e o dicto Phebus Moniz era fallecido, e seus filhos tinham já tirado padrão da parte que lhes coube dos dictos 605000 réis, como outrosim constava por uma certidão de justificação, que presentavam do doutor Ray Brandão, do meu conselho, juiz de minha fazenda, e das justificações della, pedindo-me houvesse por bem lhes mandar passar padrão dos dictos 125333 réis e dous ceitis de tença. E visto seu requerimento, padrão neste trasladado e certidão de justificação, hei por bem e me praz que o reitor, e padres do dicto collegio, tenham e hajam em cada um anno, os dictos 125333 réis e dous ceitis de tença obrigatoria, assim e da maneira que Phebus Moniz havia os 605000 réis, pela dicta carta de padrão nesta trasladada e conforme a ella; e isto emquanto não forem pagas ao dicto collegio as dobras que montarem nos 125333 réis e dous ceitis de tença; e quero e me praz que lhe sejam assentados e pagos no almoxarifado da dicta cidade de Coimbra, de janeiro deste anno presente de 1589 em diante; pela que mando ao almoxarife ou recebedor do dicto almoxarifado, que ora é - ao diante fôr, que do dicto janeiro deste presente anno em diante dê e pague, ao reitor e padres

do dicto collegio, os dietos 125333 réis e dous centis de tença cada anno, e lhe faça dellea bom pagamento aos quartéis por inteiro e sem quebra alguma, postoque ahí a haja, por esta só carta geral sem mais outra provisão, e pelo traslado della, que será registada no livro de sua despesa, pelo escrivão de seu cargo, e conhecimentos do dicto reitor e padres, mando que lhe sejam levados em conta cada anno que lhos assim pagar, e a D. Duarte de Castel-Branco, conde do Sabugal, meirinho-mór destes reinos, do meu conselho do estado e veador de minha fazenda, lhos faça assentar no livro dos juroa della e levar cada anno na folha do assentamento do dicto almoxarifado, porquanto o assento que no dicto livro estava em nome do dicto Phebus Moniz, se riscou e se poz nelle verba, em como pertencerão estes 125333 réis e dous centis ao dicto collegio, segundo se viu por certidão de Manuel de Azevedo, fidalgo de minha casa, e escrivão de minha fazenda; e outras taes verbas se pozeram nos registos do dicto padrão dos 605000 réis da chancellaria e do almoxarifado de Setubal, como outrosim constou por certidões de Chrysotvão de Benavente, escrivão da Torre do Tombo, onde os livros da chancellaria estão, e de Francisco Martins, ascrivão do dicto almoxarifado, que com o padrão neste trasladado e certidão de justificação, foi tudo roto ao assignar deste, que por firmeza de todo lhos mandei dar, por mim assignado, e sellado com o meu sello pendente. Dada na cidade de Lisboa a 21 de março. Manuel Franco a fez, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1589. Eu Ruy Dias a fiz escrever. — EL-REI.

Mandou el-rei nosso senhor pagar, ao reitor e padres da companhia de Jesus da cidade de Coimbra, 115525 réis, que lhe montaram haver dos 125333 réis e dous centis de tença, contheudos neste padrão de 18 de janeiro do anno de 588, em que Phebus Moniz falleceu, até fim de dezembro do dicto anno, o qual pagamento houveram no thesoureiro-mór, por alvará feito a 26 de maio de 1589. Ruy Dias. Assentado. O conde, meirinho-mor.

Padrão de 125333 réis e dous centis de tença, cada anno obrigatoria ao reitor e padres do collegio da companhia de Jesus da cidade de Coimbra, que lho pertenceram por fallecimento de Phebus Moniz, dos 605000 réis de tença, que elle tinha obrigatorios pelo padrão neste trasladado por meio de Antonio Moniz, que foi padre da dicta companhia, a que couberam nas partilhas que se fizeram por fallecimento de seu pae, e hão de ser pagos ao dicto collegio no almoxarifado da dicta cidade de Coimbra, de janeiro deate anno presente de 589 em diante. Pagou nada por serem privilegiados. Em Lisboa a 18 de abril de 1589; e aos

officiaes 302 réis e meio. Gaspar Maldonado. Registado na chancellaria, folhas 244. Antonio de Aguiar. Simão Gonçalves Preto.

Liv. 1.ª de confirmações citado, fl. 1 a 5 v

III

Tença dos 205000 réis do irmão Antonio Moniz

D. João, por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalém mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da India. A quantos esta minha carta virem faço saber, que por parte de Antonio Moniz, fidalgo de minha casa, filho de Jeronymo Moniz e de D. Violante da Silva, me foi apresentada uma carta de padrão de 405000 réis de juro e herdado que elle, João Moniz e Phebus Moniz, seus irmãos, compraram para elles, e todos seus herdeiros, de que o theor tal é.

D. João, por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalém mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da India. A quantos esta minha carta virem faço saber, que por ter nova certa que o turco faz grossas armadas para mandar ás partes da India, pelo que é necessario para resistir ao dicto turco, e conservação da dicta India, mandar a ella armadas, como de feito, com ajuda de Nosso Senhor, mando este anno presente de 533, e assim espero mandar o anno que veio de 534, para as quizes armadas e despezas que se hão de fazer, se ha mister somma de dinheiro, de que ao presente ha muita necessidade. E por esta obra ser tão necessaria, e se não poder escusar, e por ser de tanto serviço de Nosso Senhor, e bem de meus reinos, e por escusar de dar oppressão e fadiga a meus povos, determinei com os do meu conselho, de mandar vender de minha fazenda algumas tenças de juro, a quem as quizer comprar, com tal condição que mas tornassem a vender, quando eu quizesse, por o preço que mas comprarem. E sabendo eu como João Moniz, Phebus Moniz e Antonio Moniz, filhos de Jeronymo Moniz, reposteiro-mór que foi del-rei meu senhor e padre, que sancta glorijs haja, e de D. Violante da Silva, sua mãe, mulher que foi do dicto Jeronymo Moniz, tinham algum dinheiro seu, para empregar em bens de raiz, me concertei com elles, os quaes por me servir

quizeram esenhar de comprar antes os dictos bens e fazenda de raiz, e lhes prouve de me comprarem, como de feito compraram, 405000 réis de tença de juro e herdade, por preço e quantia de 6405000 réis, que é a razão de 165000 réis o milheiro, os quaes 6405000 réis entregou a Fernando Alvares meu thesoureiro-mór, segundo vi por seu conhecimento em fôrma, feito por André Pires, escrivão de seu cargo, e assignado por ambos aos 6 dias do mez de setembro deste anno presente de 533, no qual conhecimento fazia menção ficarem os dictos 6405000 réis carregados em receita sobre o dicto Fernando Alvares, pelo qual por esta presente carta tenho por bem e me praz que os dictos João Moniz, Phebus Moniz e Antonio Moniz, tenham e hajam de mim de tença em cada um anno, de juro e de herdade, para elles e todos seus herdeiros, e successores e transversaes, ascendentes e descendentes, 405000 réis, com tal declaração que se possam partir entre seus filhos e herdeiros, assim machos como fêmeas, e assim possam vir a transversaes, e os possam em testamento deixar a quem quizerem, e os que os houverem os possam traspassar por qualquer titulo que quizerem, ou a quem lhes aprouver, e quando os assim quizerem deixar ou traspassar, não lhes será para isso necessario consentimento meu nem dos officiaes de minha fazenda; e querendo aquelle ou aquelles, a quem os dictos dinheiros ou parte delles vierem por qualquer titulo ou successão, tirar cada um sua carta para em cada um anno lhe ser desembargado na dicta fazenda, o que assim da dicta tença houver de haver, lhe será feita sua carta em fôrma a cada um com as condições desta, que será incorporada na outra ou outras, que de novo se houverem de fazer, e com a declaração como se partiu ou como veio a elle, porquanto quero e me praz que os sobredictos, e seus herdeiros, e pessoas a quem deixarem, venderem, ou traspassarem os dictos dinheiros, os tenham e hajam para sempre como bens patrimoniaes, e para todo, o que dicto é, derrogo a lei mental em todo se necessario é, e todas outras leis e ordenações, direitos e opinões que em contrario disto haja, postoque sejam taes, que fosse necessario serem aqui expressas e declaradas, sem embargo da ordenação que diz, que quando se as taes leis e direitos derogarem se declare, e faça delles expressa menção: os quaes 405000 réis quero que os dictos João Moniz, Phebus Moniz e Antonio Moniz, e seus herdeiros, e pessoas a quem os assim traspassarem e venderem, tenham e hajam pela sobredicta maneira os dictos 405000 réis com pacto e condição de retro vendendo, de maneira que quando quer, que eu quizer tornar a comprar a dicta tença toda juneta por o dicto preço, e dando-lhe juntamente o dicto dinheiro, assim como o elles deram e pa-

garam, o possa fazer, e em outra maneira não; e partindo-se a dieta tenha entre elles ou quaesquer outras pessoas, e querendo eu a qualquer pessoa, que alguma parte della tiver, comprar-lha, o poderei fazer, mandando-lhe pagar junctamente o que, na parte que assim tiver, montar a razão dos dictos 165000 réis por milheiro, por que me os dictos ora compraram a dieta tenha, e quero que os dictos 405000 réis lhe sejam assentados, e pagos no almoxarifado de Santarem, do rendimento do ramo do geral, por esta só carta geral, sem mais tirarem outra de minha fazenda, aos quarteis do anno por inteiro, e sem quebra alguma posto que a ahí haja; e porém mando ao meu almoxarife ou recebedor do dicto almoxarifado, que ora é ou a qualquer outro que ao deante fôr, que da feitura desta carta em deante dê e pague, em cada um anno, aos dictos filhos de Jeronymo Moniz ou seus herdeiros e pessoas ou pessoas, que os dictos dinheiros houverem de haver, os dictos 405000 réis aos quarteis por inteiro, e sem quebra como dicto é, e fazendo-lhes delles mui bom pagamento: e não lhe cumprindo o dicto almoxarife ou recebedor, hei por bem que incorra em pena de trinta cruzados para o meu hospital de todos os sanctos da cidade de Lisboa, e por o traslado desta, que será registada nos livros do dicto almoxarifado pelo escrivão delle, e com conhecimentos dos sobreditos e seus herdeiros, e pessoa ou pessoas que estes direitos houverem de haver, mando aos contadores que os levem em conta ao almoxarife ou recebedor que os assim pagar, e por esta prometto aos sobreditos, que nunca em tempo algum vá, nem consinta ir, contra esta minha carta de venda em parte nem em todo, e rogo e encomendo a todos meus successores, que inteiramente a cumpram e mandem cumprir e guardar como se nella contém, e mando aos veadores de minha fazenda e ao meu contador do dicto almoxarifado, que o cumpram isso mesmo em todo, e o façam cumprir e guardar, e levar os dictos dinheiros no caderno do assentamento cada anno, e assentar esta no livro das geraes, e fazer o dicto pagamento na sobredita maneira sem duvida nem embargo algum que a ello seja posto. E por firmeza dello lhe mando passar esta, por mim assignada, e assellada do sello pendente de minhas armas, e o dicto conhecimento em fôrma foi roto ao assignar della. Cosme Annes a fez em a cidade de Evora aos 6 dias do mez de setembro. anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1583 annos; e eu Fernando Alvares, thesoureiro-mór del-rei nosso senhor, escrivão de sua fazenda, a fiz escrever e subcrevi.

Pedindo-me o dicto Antonio Moniz que porquanto nas partilhas, que se fizeram entre elle e os dictos seus irmãos, lhe couberam

205000 réis dos dictos 405000 réis contheudos neste padrão, segundo todo o mais compridamente era contheudo em uma certidão de justificação do doutor Ruy Gago, do meu desembargo, que ora serve de juiz dos feitos de minha fazenda lhe mandasse fazer delles padrão. E visto seu requerimento, e assim o dicto padrão, e justificação, por onde se mostra pertencerem-lhe os dictos 205000 réis pela maneira que dicto é, querendo-lhe fazer graça e merecé tenho por bem e me praz, que elle tenha e haja de mim, de tença de juro e de herdade, em cada um anno, os dictos 205000 réis, de janeiro que passou deste anno presente de 539 em diante, assim pela maneira que tinham e haviam elle, e os dictos seus irmãos, todos os 405000 réis com as clausulas contheudas no dicto padrão, que aqui vae incorporado, os quaes lhe serão assentados e pagos no almoxarifado de Santarem, na cisa do geral da dicta villa, por esta só carta geral do rendimento por inteiro e sem quebra. E mando ao almoxarife ou recebedor do dicto almoxarifado, que ora é e ao diante fôr, que do dicto janeiro em diante em cada um anno pague ao dicto Antonio Moniz os dictos 205000 réis pelo rendimento das cisas do geral da dicta villa, pela maneira que dicto é, assim como se pagavam os 405000 réis a elle e aos dictos seus irmãos, e com a pena no dicto padrão contheuda, a qual hei por bem que se dê á execução segundo fôrma do dicto padrão, e pelo traslado desta que será registada no livro de sua despesa pelo escrivão de seu cargo, e conhecimento do dicto Antonio Moniz, mando que lhe sejam levados em conta; e a D. Rodrigo Lobo, veador de minha fazenda, que lhos faça assim assentar no livro das geraes della, e faça riscar o assento que nelles anda em nome do sobredicto, porquanto tambem foi riscado o traslado do dicto padrão, que andava registado no livro do dicto almoxarifado de Santarem, como se viu por certidão do licenciado João da Videira, corregedor e contador da comarca da dicta villa. E o padrão dos dictos 405000 réis foi roto ao assignar doutro, que foi dado a João Moniz dos outros 205000 réis, e desta que por firmeza de tudo lhe mandei dar, por mim assignada, e assellada de meu sello pendente. Diogo Lopes a fez em Lisboa aos 9 dias do mez de julho, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1539 annos. E eu Antão da Fonseca a fiz escrever. — EL-REI.

Hei por bem que estes 205000 réis de tença, contheudos nesta carta, se paguem no almoxarifado de Coimbra, do 1.º dia de janeiro do anno que vem de 546 em diante, ao reitor e padres do collegio do Jesus, que ora está na dicta cidade, porquanto pertence ao dicto collegio, e os ha de haver por bem de uma doação que lhe Antonio Moniz delles fez, a qual é confirmada

por mim, segundo vi pela carta de confirmação que o dicto collegio tem, que é feita a dois dias de setembro do anno passado de 544. E portanto confirmo, e hei por confirmados os dictos 205000 réis de tença cada anno ao dicto collegio; e quero que o reitor e collegiaes delle os tenham e hajam para sempre com a condição e pacto de retro vendendo contendo na dicta carta, e com todas as mais clausulas, condições, penas, e obrigações, que nella são escriptas e declaradas, e mando ao meu almoxarife ou recebedor do dicto almoxarifado de Coimbra, que ora é e ao deante fôr, que do dicto janeiro que vem em deante lhes dê e pague em cada um anno a dicta tença aos quarteis do anno por inteiro, e sem quebra postoque ali a haja, e isto pelo rendimento do ramo das casas geraes da dicta cidade, e com todas as clausulas e favor, que para bom e seguro pagamento pela dicta carta concedi ao dicto Antonio Moniz e seus successores, no almoxarifado de Santarem, onde lhe era assentada a dicta tença, porque todas as dietas clausulas hei por concedidas e outhorgadas, e confirmadas ao dicto collegio de Jesus, para sempre como dicto é; e pelo traslado da dicta carta e desta apostilla que serão registados no livro do dicto almoxarifado de Coimbra pelo escrivão delle, e seu conhecimento, mando aos contadores que os levem em conta e despesa ao dicto almoxarife ou recebedor, que os assim pagar, e ao barão de Alvito, veador de minha fazenda, que lhos faça assentar nos livros della, e levar cada anno na folha do assentamento do dicto almoxarifado, para lhe assim serem pagos, e a pena dos trinta cruzados, que pela dicta carta era applicada para o hospital de todos os sanctos de Lisboa, hei por bem que seja para o hospital de Coimbra; e os dictos 205000 réis foram riscados do almoxarifado de Santarem, assim do livro delle, como do livro de minha fazenda, onde estavam assentados; e hei por bem que esta apostilha se cumpra e guarde como se nella contém, postoque não seja passada pela chancellaria sem embargo da ordenação em contrario. Manuel da Costa a fez em Evora a 2 dias de maio, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1545. — REI.

Assentada no livro dos juroz de Santarem. Ficam riscados. Assentada em Coimbra no livro dos juroz. D. João.

Padrão de 205000 réis de tença de juro, em cada um anno, de janeiro que passou deste anno presente de 539 em deante, a Antonio Moniz, dos 405000 réis que elle, e Jeronymo Moniz e Phebus Moniz, seus irmãos, tinham por um padrão, que os compraram a vossa alteza á condição de retro, os quaes 205000 réis couberam ao dicto Antonio Moniz nas partilhas, que se fizeram entre elle e os dictos seus irmãos, e os outros 205000 réis ao

dicto João Meniz. como se viu por uma certidão de justificação do doutor Ruy Gago, e que lhe sejam pagos no almoxarifado de Santarem, por inteiro e sem quebra, pelo ramo das cisas geraes da dicta villa pela maneira no dicto padrão contheuda, que aqui vai incorporado, e foi roto ao assignar deste, e do outro, que foi dado a João Meniz dos outros 205000 réis. Registado no livro do almoxarifado de Santarem. Registado no livro do almoxarifado de Coimbra por mim escripto d'elle, Chrystovão da Cunha. Pagou *nil*. Registado na chancellaria.

Hei por bem e me praz que os 205000 réis, que o reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra tem em cada um anno de tença de juro e herdade para sempre por este padrão, pagos no almoxarifado da dicta cidade por carta geral, lhe sejam pagos pela dicta maneira de janeiro, que passou deste anno presente de 565 em diante, no meu thesoureiro-mór ou quem seu cargo servir, pelo que mando aos vendedores de minha fazenda, que façam riscar o assento dos dictos 205000 réis do livro della, do dicto almoxarifado de Coimbra, e assentar no dicto livro, no titulo do dicto thesoureiro-mór para nelle lhe serem pagos; e o registro deste dicto padrão, que estava no dicto almoxarifado, se riscou e se poz nelle verba, em como do dicto janeiro em diante lhes hão os dictos 205000 réis de ser pagos no dicto thesoureiro-mór, como se viu por certidão de Ruy Fernandes da Castanheda, que serve de contador do dicto almoxarifado, que foi rota ao assignar desta, que hei por bem que valha como carta, postoque não passe pela chancellaria, sem embargo das ordenações em contrario. Balthazar de Ponte a fez em Lisboa a 28 de junho de 1565. E eu Alvaro Pires a fiz escrever. — O CARDEAL INFANTE. D. Gilannes. Assentado. João Paes.

Ha vossa alteza por bem que os 205000 réis, que o reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra tem por este padrão de tença de juro, pagos no almoxarifado de Coimbra, lhe sejam pagos de janeiro, que passou deste anno presente de 565 em diante, no thesoureiro-mór ou quem seu cargo servir; e que valha como carta e não passe pela chancellaria.

Hei por bem que os 205000 réis de juro, que o reitor e padres do collegio de Jesus de Coimbra, tem assentados no thesoureiro-mór lhe sejam assentados e pagos no recebedor das cisas da dicta cidade de Coimbra, de janeiro deste anno presente de 569 em diante, assim e da maneira e com as clausulas e condições contheudas no dicto padrão, e mando aos vendedores de minha fazenda, que lhe façam assentar os dictos 205000 réis no livro della, e despachar nas dictas cisas, riscando-se d'elle o assento, que d'elles está no titulo do dicto thesoureiro-mór, e os dictos 205000

réis foram riscados do livro dos pagamentos do thesoureiro-mór, e posto nelles verba, como lhe haõ de ser pagos nas ditas cizas, como se viu por certidão do escriptão do cargo do dicto thesoureiro-mór; e esta apostilha valerá como carta, postoque não seja passada pela chancellaria, sem embargo das ordenações que o contrario dispõem. João Alvares a fez em Almeirim a 16 de fevereiro de 1569. E eu Alvaro Pires a fiz escrever. — Rei. D. João. Pagou 40 réis a 28 de agosto de 1569. Pero Gomes. (Confirmado por D. Philippe I a 29 de janeiro de 1591).

Liv. 1.º de confirmações citado, fl. 6 v., 6, 6 v., 7, 7 v., 8, 8 v. e 9.

IV

Por que el-rei D. João III manda dar na casa da Índia, cada anno, ao collegio, certa somma de especiaría e incenso

Eu el-rei faço saber a vós, thesoureiro da especiaría, que agora sois ou ao deante fordes, que eu hei por bem e me apraz, por fazer esmola ao reitor e padres da ordem de Jesus do collegio de Coimbra, que elles tenham e hajam de mim em cada um anno, que começará do primeiro dia de janeiro deste anno presente de 552, em deante, a especiaría aqui nomeada, a saber: de pimenta trinta arrateis, de cravo, doze, de canella, vinte, de gengibre, oito, de malagueta, dez, e de incenso, vinte; e portanto vos mando que do dicto tempo em deante deis ao dicto reitor e padres a dicta especiaría cada anno como dicto é, e por este só alvará geral ou traslado d'elle, que será registado no livro de vossa despesa pelo escriptão de vosso carregio, e seu conhecimento, mando aos contadores que vos levem a dicta especiaría cada anno em conta. E este hei por bem que valha como carta feita em meu nome, passada pela chancellaria, postoque por ella não passe, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte, que dispõe o contrario. Antonio de Mello o fez em Almeirim aos 2 dias de janeiro de 1552. André Soares o fez escrever. — Rei.

E não havendo na casa da Índia incenso ou malagueta para se dar ao reitor e padres do collegio de Jesus conforme ao alvará acima escripto, hei por bem, por lhe fazer esmola, que em lugar de incenso se lhe dê outro tanto benjoim, e em lugar de malagueta se lhe dê outra tanta pimenta, e isto postoque o dicto

benjoim e pimenta valham mais que o dicto incenso e malagueta; e não havendo na dicta casa cravo, ou quaesquer das especiarias contheudas no dicto alvará, para se lhes fazer pagamento, em tal caso hei por bem, que a valia dellas se lhes dê em outras quaesquer especiarias, que houver na dicta casa, e pela dicta maneira serão pagos do que lhes fôr devido das dietas especiarias, e incenso dos annos atrás; e portanto mando a Diogo de Sá, que ora serve de thesoureiro da especiaría da dicta casa, e a quem ao deante o dicto cargo servir, que cumpra esta apostilla assim e da maneira que se nella contém, a qual valerá como carta passada pela chancellaria postoque por ella não passe, sem embargo da ordenação em contrario. Alvaro Fernandes a fez em Lisboa a 30 de setembro de 1561. André Soares a fez escrever. — RAISHA.

Lac. 1.º citado, fl. 133. Lar. 2.º citado, fl. 63 v. e 64.

V

Para o collegio poder possuir as azenhas e casal de Casconha e outras propriedades, postoque sejam realengas

D. Sebastião, por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalém mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India, *et cetera*. Faço saber aos que esta carta virem, que o reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra, me fizeram a petição, de que o traslado é o seguinte. Dizem o reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra, que pelo sancto officio foram confiscadas, para a fazenda de vossa alteza, umas azenhas e um moinho, casal em Casconha, e foram vendidas em pregão por 2905000 réis, que elles supplicantes compraram, e vossa alteza lhes fez esmola de lhes quitar os dietos 2905000 réis, e por serem bens profanos, e foreiros a S. Lazaro um foteosim perpetuo, pedem a vossa alteza, haja por bem de os poderem possuir, e assum um olivalsinho, e um pedaço de terra e um forno, que houveram pelo fallecimento de Paulo Vaz, irmão da dicta companhia, que os deixou ao dicto collegio. E visto seu requerimento e as cousas que allegam, sendo assum como na dicta petição dizem, hei por bem e me praz, que os dietos reitor e padres do dicto collegio de Jesus da dicta cidade de Coimbra,

postoque sejam religiosos, possam ter e possuir os bens e fazenda de que fazem menção, sem embargo de alguns delles estarem em reguengo, e da ordenação do segundo livro, titulo sete, que o contrario dispõe, e isto dando elles fiador logo, e abonado, e da jurisdição secular, que se obrigue a pagar cada anno o fôro, a que a dicta fazenda fôr obrigada, e a alargar quando por justiça lhe fôr mandado sem declinar o fôro. E mando ás justicas a que que o conhecimento do caso pertencer, e esta carta fôr mostrada, que a cumpram e guardem, como se nella contem, e o contador de minha fazenda na comarca e contadoria da dicta cidade de Coimbra, que o faça registrar no livro dos meus proprios da dicta contadoria, para se saber como dei esta licença ao dicto reitor e padrea na maneira acima declarada, de que o dicto contador passará sua certidão nas costas desta carta, feita pelo escrivão dos contos da dicta contadoria, e assignada por ambos, e sem a dicta certidão lhe não será guardada. Balthazar Ferraz a fez em Lisboa a 7 dias do mez de junho, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo 1575 annos. Fernão da Costa a fez escrever.

— EL-REI. Martim Gonçalves da Camara.

O licenciado Antonio Sanches Brandão, corregedor nesta cidade de Coimbra, que sirvo de provedor e contador, *et cetera*. Faço saber que a carta atrás, fica registada no livro da provedoria, que serve dos proprios de sua alteza, ás folhas 82 e 83 em deante; e por verdade mandei fazer este por mim assignado, em Coimbra a 29 de agosto de 1575. Manuel Cabreira o fez. Registado na chancellaria del-rei a folhas 78.

Liv. 2.º citado, fl. 73.

VI

El-rei faz esmola ao collegio dos 2905000 réis, em que as asenhas e casal de Casconha foram arrematados

Eu el-rei faço saber a vós thesoureiro do dinheiro das confiscações da cidade de Coimbra e seu districto, que eu hei por bem e me praz fazer esmola, ao reitor e padrea do collegio de Jesus da dicta cidade, dos 2905000 réis em que foram arrematadas a Manuel homem, para o dicto collegio, umas asenhas que estão na ribeira de Casconha, termo da dicta cidade, e o casal do Cochio, tudo foreiro á casa de São Lazaro della, as quaes pro-

priedades foram de Heitor Vaz¹, e são confiscadas por sentença dos inquisidores e officiaes do sancto officio para o meu fisco e corôa real; e portanto vos mando que lhe tomeis este alvará em pagamento dos dictos 2905000 réis, os quaes por elle, com seu conhecimento, vos serão levados em conta sendo-vos carregados em receita. E este não passará pela chancellaria. João da Costa o fez em Lisboa a 20 de agosto de 1574. Jorge da Costa o fez escrever. E assignou-se a 4 de setembro do dicto anno. — REI.

Liv. 2.º citado, fl. 68 v.

VII

Por que fez mercê ao collegio, do casal do Sacotão, que era de Ruy Lopes e foi confiscado para o fisco real

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que eu hei por bem e me praz fazer esmola ao reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra, da parte que pertencer á minha camara, do casal do Sacotão, que está juncto do Silvães, a par do campo de Coimbra, que diz que é foreiro ao mosteiro de Lorrvão, e foi de Ruy Lopes² christão novo, que se foi para fora de meus reinos sem minha licença, e portanto mando ao juiz do fisco da cidade de Coimbra, e a quaesquer outras justicas e officiaes, a que o conhecimento disto pertencer, que sendo o dicto casal julgado por perdido por sentença, de que não haja appellação nem aggravo, lhe dêem e façam dar a posse daquella parte, que delle pertencer á minha camara, porquanto lhe faço della esmola como dicto é; e lhe cumpram e guardem e façam inteiramente cumprir e guardar este alvará, como se nelle contém; o qual hei por bem que valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo

¹ Heitor Vaz era doutor em Leis, irmão do avô paterno do doutor Antonio Homem, Miguel Vaz, e possuidor destas sesmarias confiscadas. Foi ao auto de fé celebrado na Praça de S. Bartholomeu a 5 de outubro de 1567. Vid. na Torre do Tombo o processo da Inquisição de Coimbra, n.º 1073.

² Ruy Lopes era casado com Joanna Rodriguez, e morava na rua da Calçada. Vid. na Torre do Tombo o processo da Inquisição de Coimbra, n.º 5.234.

vinte, que o contrario dispõe. Gaspar de Seixas o fez em Almada a 29 de julho de 1575. Jorge da Costa o fez escrever. — Rei.

Liv. 2.º citado, fl. 73 v.

VIII

Porque mandou entregar ao collegio a quinta de Villa Franca

Doutor Manuel Francisco, eu el-rei vos envio muito saudar. Mando-vos que, tanto que esta vos fôr dada, entregueis logo ao reitor e padres do collegio de Jesus, dessa cidade de Coimbra, a quinta de Villa Franca, que foi de Diogo Rodrigues e de Guiomar da Costa¹, sua mulher, que foram moradores na dicta cidade, a qual lha entregareis com todas suas pertenças e propriedades, assim e da maneira que elles a tinham e possuíam, e como está tomada e confiscada por sentença, que os inquisidores deram contra a dicta Guiomar da Costa, porquanto tenho assentado mandar vender a dicta quinta ao dicto reitor e padres, assim a parte da dicta Guiomar da Costa, como de quaesquer outras pessoas que nella pretendam ter direito, e porquanto algumas cousas das, que os dictos padres dão em pagamento do preço da dicta quinta, se não podem dar sem licença do seu geral, e hão mister tempo para lha enviar pedir, os dictos padres serão obrigados fazerem trazer a dicta licença dentro de oito mezes, para se lhes fazer carta de venda, e não vos mostrando elles a dicta licença dentro no dicto tempo, os tirareis da posse da dicta quinta e a vendereis a quem por ella mais der, conforme o vosso regimento; a qual quinta lhes assim entregareis como acima é dicto, sem embargo de quaesquer embargos, de qualquer qualidade que sejam, com que a isto se venha, os quaes as partes virão allegar na mesa do conselho geral da inquisição, que se faz em minha côrte; o que assim cumprireis com diligencia. Jorge da Costa a fez em Lisboa a 27 de maio de 1571. — Rei.

Liv. 2.º citado, fl. 56.

¹ Estes residiam tambem na rua da Calçada, em Coimbra. Vid. na Torre do Tombo o processo da Inquisição de Coimbra, n.º 8.371.

IX

Proroga o tempo, que tinha dado sobre a compra de Villa Franca,
por mais seis mezes ¹

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que eu hei por bem e praz, que o reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra, não sejam tirados da posse em que ora estão da quinta de Villa Franca, que foi de Diogo Rodrigues, morador na dicta cidade, e isto por tempo de seis mezes mais, nos quaes serão obrigados a haver licença do seu geral para poderem dar certas cousas, que ora possuem, em pagamento da dicta quinta, porquanto nos oito mezes, que já para isso lhe foram dados pela dicta provisão, não poderam haver a dicta licença. E mando ao doutor Manuel Francisco, juiz das confiscações da dicta cidade, e a quaesquer outras justças, e officiaes, a que o conhecimento disto pertencer, que lhe cumpram e guardem este alvará, como se nelle contém, postoque não seja passado pela chancellaria sem embargo da ordenação em contrario. João da Costa o fez em Almeirim a 28 de janeiro de 1572. Jorge da Costa o fez escrever. — REI.

Hei por bem, que o reitor e padres do dicto collegio estêm em posse da dicta quinta de Villa Franca, enquanto não tornarem a este reino os padres da companhia, que ora vão ao seu capitulo geral, que se faz em Roma, porquanto elles hão de trazer a licença de que acima faz menção; e mando ao dicto juiz das confiscações, da cidade de Coimbra, e ás mais justças, a que o conhecimento disto pertencer, que assim o cumpram e façam cumprir, postoque esta apostilha não seja passada pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Jorge da Costa a fez em Evora a 28 de dezembro de 1572. E isto por tempo de oito mezes em que poderão vir os dictos padres. — REI.

Liv. 2.º citado, fl. 62.

¹ Publicado a primeira vez por nós em o n.º 2239 do *Conimbricense*, de 9 de janeiro de 1869.

X

Doação da quinta de Villa Franca,
e satisfação que por ella deram os padres ¹

D. Sebastião, por graça do Deus rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalém mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da India, *et cetera*. Faço saber aos que esta minha carta virem, que havendo eu respeito ao muito fruto que os padres do collegio da companhia de Jesus da cidade de Coimbra tem feito e fazem em meus reynos e senhorios, assim nas letras como nos mais exercicios de seu instituto, em que de continuo se occupam, e por folgar de lhes fazer mercê e esmola, hei por bem e me praz de fazer, como de feito faço, por esta presente carta, doação e mercê por esmola ao dicto collegio da quinta de Villa Franca, que está situada juncto da cidade de Coimbra, ao longo do rio Mondego, com as suas casas sobradadas e terreas, e com todas as suas terras e oliveas e quaesquer outras propriedades, e pertenças que a ella pertencam, e andam e sempre andaram junctas e annexas, assim como tudo tinham e possuíam Diogo Rodrigues e sua mulher, moradores que foram na dicta cidade, cuja a dicta quinta fôra, e melhor se os dictos padres com o direito a poderem melhor haver e possuir, a qual quinta, com suas propriedades e pertenças, foi julgada e confiscada para o meu fisco e corôa real, por sentença dos inquisidores do sancto officio da dicta cidade. E esta doação e mercê faço ao dicto collegio com tal declaração, que se o sancto officio lho dever alguma coisa por razão das casas, que foram de Diogo Affonso, secretario que foi do cardeal D. Affonso, meu tio, que sancta gloria haja, que estão junctas ao edificio da sancta inquisição da dicta cidade, não seja o sancto officio obrigado a o pagar ao dicto collegio, e assim lhu faço tambem em satisfação de quinhentos cruzados, de que lhe tinha feito mercê, de que não tinham ainda tirado a provisão, e assim em satisfação de 25\$000 réis de tença, que de minha fazenda tinham em cada um anno, em vida de Miguel de Sousa,

¹ Publicado a primeira vez por nós em o n.º 2239 do *Conimbricense* de 9 de janeiro de 1869.

religioso da dicta companhia, que lhe eram assentados e pagos no recebedor das cisas da dicta cidade de Coimbra, os quaes 25.000 réis de tença, por este respeito me alargaram, e a provisão da dicta tença se rompeu ao assignar desta; e assim se poz verba no assento della no livro de minha fazenda, que do 1.º dia de janeiro deste anno presente de 573, não ha mais o dicto collegio de haver pagamento da dicta tença, por o dicto reitor e padres a alargarem e renunciarem por razão desta doação e mercê, que lhe faço da dicta quinta, segundo se viu por uma certidão de Gabriel de Moura, escrivão de minha fazenda, e outra tal verba se poz na folha do assentamento que de minha fazenda foi enviada á camara da dicta cidade, dos pagamentos das tenças e ordenados, que se hão de fazer, segundo outrosim se viu por outra certidão de Pero Cabral escrivão da dicta camara.

E do mais que a dicta quinta e propriedades e pertencças della valeni, além das cousas acima dictas, que os padres alargam por ella, me praz e hei por bem de fazer doação e mercê por emola para sempre ao dicto collegio e religiosos delle para que a tenham, hajam e possuam com todas suas propriedades e pertencças como dicto é, assim e da maneira que a tinham e possuíam os dictos Diogo Rodrigues e sua mulher; e sendo caso que em algum tempo se mova aos dictos padres alguma duvida ou demanda sobre a dicta quinta, ou sobre alguma parte della, eu mandarei acudir e responder por meu procurador á dicta demanda, e em meu nome se fará, e julgando-se que a dicta quinta ou parte della não pertencia ao meu fisco, eu mandarei satisfazer ás partes, o que se julgar que me não pertencia, sem o dicto collegio ser sobre isso citado, nem demandado, nem por outra alguma via molestado, porque minha tenção e vontade é que o dicto collegio e padres delle a tenham, e possuam para sempre inteiramente na maneira que dicto é; e isto posto que sejam bens de raiz, e sem embargo da ordenação do segundo livro, que defende que as egrejas, nem ordens não possam possuir bens de raiz, e o dicto reitor, e padres, o farão a saber ao contador de minha fazenda, na comarca da dicta cidade, para ver as propriedades que a dicta quinta tem, e as fazer assentar no livro dos meus proprios da dicta comarca, no qual livro será registada esta minha carta, de que o dicto contador passará certidão nas costas della, e não fazendo o dicto reitor e padres esta diligencia com o dicto contador incorrerão na pena, em que pela dicta ordenação incorreram, se não tiveram esta minha licença, para possuir as dictas propriedades. E mando ao juiz das confiscações da dicta cidade de Coimbra, que os metta logo de posse da dicta quinta

e de todas as propriedades della, e lhes entregue as escripturas, titulos, e papeis, que á dicta quinta tocarem, e pertencerem, por qualquer maneira que seja, para tudo terem em seu poder como cousa sua propria, que é; e assim mando a todos meus desembargadores, corregedores, ouvidores, justicas, e officiaes, e pessoas a que o conhecimento disto pertencer, que lhes cumpram, guardem e façam inteiramente cumprir e guardar esta carta de doação como nella se contém, a qual por firmeza disso lhes mandei dar, por mim assignada, e assellada de meu sello pendente. Gaspar de Seixas a fez em Lisboa a 9 dias do mez de novembro, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1573. Jorge da Costa a fez escrever. — EL-REI. — Martim Gonçalves da Camara. Registada na chancellaria a folhas 230. Antonio de Aguiar. Pero Fernandes. Simão Gonçalves Preto. Registada na chancellaria a folhas 230.

Aos que esta certidão virem. Manuel Cabreira, escrivão dos contos e provedoria nesta comarca de Coimbra, por el-rei nosso senhor, digo que fica registada esta carta de mercê de sua alteza, no livro dos registos e contos desta comarca, como a carta o requer, folhas 72 em deante. E por verdade assignei esta, que fiz por mandado do provedor da comarca, o doutor João de Aboim de Brito, aos 10 do mez de dezembro de 1574.

Liv. 2.º citado, fl. 67, 67 v. e 68.

XI

Manda ao corregedor de Coimbra ver o feito,
que os Jusartes trouxeram com Affonso de Arriaga,
sobre a cõrte das cabras que está no canal

Corregedor. ou quem vosso carregio tiver, eu el-rei vos envio muito saudar. Mando-vos que vades logo á villa de Monte-mór-o-velho, levando convosco o licenciado, Damão Nogueira, e vos informareis e sabereis qual é o escrivão que tem o feito, que se tractou antre André Jusarte e Affonso de Arriaga, sobre o paul da cõrte das cabras; o qual feito fareis trasladar ao dicto escrivão assignando-lhe para isso o termo conveniente, que vos bem parecer, vendo porém primeiro o dicto feito, e contando as folhas delle, e depois de trasladado o fareis concertar bem e fielmente, para que o dicto traslado seja conforme com o proprio, o qual

dicto João Moniz, como se viu por uma certidão de justificação do doutor Ruy Gago, e que lhe sejam pagos no almoxarifado de Santarem, por inteiro e sem quebra, pelo ramo das cisas geraes da dita villa pela maneira no dicto padrão contheuda, que aqui se incorporado, e foi rota ao assignar deste, e do outro, que foi dado a João Moniz dos outros 205000 réis. Registado no livro do almoxarifado de Santarem. Registado no livro do almoxarifado de Coimbra por mim escrivão delle, Chrystovão da Cunha. Pagueu *añil*. Registado na chancellaria.

Hei por bem e me praz que os 205000 réis, que o reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra tem em cada um anno de tença de juro e herdade para sempre por este padrão, pagos no almoxarifado da dicta cidade por carta geral, lhe sejam pagos pela dicta maneira de janeiro, que passou deste anno presente de 565 em diante, no meu thesoureiro-mór ou quem seu cargo servir, pelo que mando aos vealores de minha fazenda, que façam riscar o assento dos dictos 205000 réis do livro della, do dicto almoxarifado de Coimbra, e assentar no dicto livro, no título do dicto thesoureiro-mór para nelle lhe serem pagos; e o recibo deste dicto padrão, que estava no dicto almoxarifado, se riscar; e se poz nelle verba, em como do dicto janeiro em diante lhes hão os dictos 205000 réis de ser pagos no dicto thesoureiro-mór, como se viu por certidão de Ruy Fernandes da Castanheda, que serve de contador do dicto almoxarifado, que foi rota ao assignar desta, que hei por bem que valha como carta, postoque não passe pela chancellaria, sem embargo das ordenações em contrario. Balthazar de Ponte a fez em Lisboa a 28 de junho de 1565. E eu Alvaro Pires a fiz escrever. — O CARDEAL INFANTE. D. Gilíannes. Assentado. João Paes.

Ha vossa alteza por bem que os 205000 réis, que o reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra tem por este padrão de tença de juro, pagos no almoxarifado de Coimbra, lhe sejam pagos de janeiro, que passou deste anno presente de 565 em diante, no thesoureiro-mór ou quem seu cargo servir; e que valha como carta e não passe pela chancellaria.

Hei por bem que os 205000 réis de juro, que o reitor e padres do collegio de Jesus de Coimbra, tem assentados no thesoureiro-mór lhe sejam assentados e pagos no recobedor das cisas da dicta cidade de Coimbra, de janeiro deste anno presente de 565 em diante, assim e da maneira e com as clausulas e condições contheudas no dicto padrão, e mando aos vereadores de minha fazenda, que lhe façam assentar os dictos 205000 réis no livro della, e despachar nas dietas cisas, riscando-se delle o assento, que della está no título do dicto thesoureiro-mór, e os dictos 205000

réis foram riscados do livro dos pagamentos do thesoureiro-mór, e posto nelles verba, como lhe hão de ser pagos nas dietas cizas, como se viu por certidão do escrivão do cargo do dicto thesoureiro-mór; e esta apostilha valerá como carta, postoque não seja passada pela chancellaria, sem embargo das ordenações que o contrario dispõem. João Alvares a fez em Almeirim a 16 de fevereiro de 1569. E eu Alvaro Pires a fiz escrever. — REI. D. João. Pagou 40 réis a 28 de agosto de 1569. Pero Gomes. (*Confirmado por D. Philippe 1 a 20 de janeiro de 1591*).

Liv. 1.º de confirmações citado, fl. 5 v., 6, 6 v., 7, 7 v., 8, 8 v. e 9.

IV

Por que el-rei D. João III manda dar na casa da Índia, cada anno, ao collegio, certa somma de especiaria e incenso

Eu el-rei faço saber a vós, thesoureiro da especiaria, que agora sois ou ao deante fordes, que eu hei por bem e me apraz, por fazer esmola ao reitor e padres da ordem de Jesus do collegio de Coimbra, que elles tenham e hajam de mim em cada um anno, que começará do primeiro dia de janeiro deste anno presente de 552, em deante, a especiaria aqui nomeada, a saber: de pimenta trinta arrateis, de cravo, doze, de canella, vinte, de gengibre, oito, de malagueta, dez, e de incenso, vinte: e portanto vos mando que do dicto tempo em deante deis ao dicto reitor e padres a dieta especiaria cada anno como dicto é, e por este só alvará geral ou traslado d'elle, que será registado no livro de vossa despesa pelo escrivão de vosso carregio, e seu conhecimento, mando aos contadores que vos levem a dieta especiaria cada anno em conta. E este hei por bem que valha como carta feita em meu nome, passada pela chancellaria, postoque por ella não passe, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte, que dispõe o contrario. Antonio de Mello o fez em Almeirim aos 2 dias de janeiro de 1552. André Soares o fez escrever. — REI.

E não havendo na casa da Índia incenso ou malagueta para se dar ao reitor e padres do collegio de Jesus conforme ao alvará acima escripto, hei por bem, por lhe fazer esmola, que em lugar de incenso se lhe dê outro tanto benjoim, e em lugar de malagueta se lhe dê outra tanta pimenta, e isto postoque o dicto

benjoim e pimenta valham mais que o dicto incenso e malagueta; e não havendo na dicta casa cravo, ou quaesquer das especiarias contheudas no dicto alvará, para se lhes fazer pagamento, em tal caso hei por bem, que a valia dellas se lhes dê em outras quaesquer especiarias, que houver na dicta casa, e pela dicta maneira serão pagos do que lhes fôr devido das dictas especiarias, e incenso dos annos atrás; e portanto mando a Diogo de Sá, que ora serve de thesoureiro da especiaria da dicta casa, e a quem ao diante o dicto cargo servir, que cumpra esta apostilla assim e da maneira que se nella contém, a qual valerá como carta passada pela chancellaria postoque por ella não passe, sem embargo da ordenação em contrario. Alvaro Fernandes a fez em Lisboa a 30 de setembro de 1561. André Soares a fez escrever. — RAINHA.

Let. 1.º citada, fl. 133. Let. 2.º citada, fl. 63 v. e 64.

V

Para o collegio poder possuir as azeithas e casal de Casconha e outras propriedades, postoque sejam realengas

D. Sebastião, por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalém mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India, et cetera. Faço saber aos que esta carta virem, que o reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra, me fizeram a petição, de que o traslado é o seguinte. Dizem o reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra, que pelo sancto officio foram confiscadas, para a fazenda de vossa alteza, umas azeithas e um moinho, casal em Casconha, e foram vendidas em pregão por 2400000 réis, que elles supplicantes compraram, e vossa alteza lhes fez escola de lhes quitar os dictos 2400000 réis, e por serem bens profanos, e foreiros a S. Lazaro em futeosim perpetuo, pedem a vossa alteza, haja por bem de os poderem possuir, e assim um olivalsinho, e um pedaço de terra e um forno, que houveram pelo fallecimento de Paulo Vaz, irmão da dicta companhia, que os deixou ao dicto collegio. E visto seu requerimento e as cousas que allegam, sendo assim como na dicta petição dizem, hei por bem o me praz, que os dictos reitor e padres do dicto collegio de Jesus da dicta cidade de Coimbra,

postoque sejam religiosos, possam ter e possuir os bens e fazenda de que fazem menção, sem embargo de alguns delles estarem em reguengo, e da ordenação do segundo livro, titulo sete, que o contrario dispõe, e isto dando elles fiador leigo, e abonado, e da jurisdição secular, que se obrigue a pagar cada anno o fóro, a que a dicta fazenda fôr obrigada, e a alargar quando por justiça lhe fôr mandado sem declinar o fóro. E mando ás justiças a que que o conhecimento do caso pertencer, e esta carta fôr mostrada, que a cumpram e guardem, como se nella contém, e o contador de minha fazenda na comarca e contadoria da dicta cidade de Coimbra, que o faça registar no livro dos meus proprios da dicta contadoria, para se saber como dei esta licença ao dicto reitor e padres na maneira acima declarada, de que o dicto contador passará sua certidão nas costas desta carta, feita pelo escrivão dos contos da dicta contadoria, e assignada por ambos, e sem a dicta certidão lhe não será guardada. Balthazar Ferraz a fez em Lisboa a 7 dias do mez de junho, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo 1575 annos. Fernão da Costa a fez escrever.

— EL-REI. Martim Gonçalves da Camara.

O licenciado Antonio Sanchez Brandão, corregedor nesta cidade de Coimbra, que sirvo de provedor e contador, *et cetera*. Faço saber que a carta atrás, fica registada no livro da provedoria, que serve dos proprios de sua alteza, ás folhas 82 e 83 em deante; e por verdade mandei fazer este por mim assignado, em Coimbra a 29 de agosto de 1575. Manuel Cabreira o fez. Registado na chancellaria del-rei a folhas 78.

Liv. 2.º citado, fl. 73.

VI

El-rei faz esmola ao collegio dos 2905000 réis, em que as asenhas e casal de Casconha foram arrematados

Eu el-rei faço saber a vós thesoureiro do dinheiro das confiscações da cidade de Coimbra e seu districto, que eu hei por bem e me praz fazer esmola, ao reitor e padres do collegio de Jesus da dicta cidade, dos 2905000 réis em que foram arrematadas a Manuel homem, para o dicto collegio, umas asenhas que estão na ribeira de Casconha, termo da dicta cidade, e o casal do Cochio, tudo foreiro á casa de São Lazaro della, as quaes pro-

priedades foram de Heitor Vaz¹, e são confiscadas por sentença dos inquisidores e officiaes do sancto officio para o meu fisco e corôa real; e portanto vos mando que lhe tomeis este alvará em pagamento dos dictos 2905000 róis, os quaes por elle, com seu conhecimento, vos serão levados em conta sendo-vos carregados em receita. E este não passará pela chancellaria. João da Costa o fez em Lisboa a 20 de agosto de 1571. Jorge da Costa o fez escrever. E assignou-se a 4 de setembro do dicto anno. - RUI.

Liv. 2.º citado, fl. 68 v.

VII

Por que fez mercê ao collegio, do casal do Sacotão, que era de Ruy Lopes e foi confiscado para o fisco real

Fa el-rei faço saber aos que este alvará virem, que eu hei por bem e me praz fazer esmola ao reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra, da parte que pertencer á minha camara, do casal do Sacotão, que está juncto de Silvães, a par do campo de Coimbra, que diz que é foreiro ao mosteiro de Lorrão, e foi de Ruy Lopes² christão novo, que se foi para fora de meus reinos sem minha licença, e portanto mando ao juiz do fisco da cidade de Coimbra, e a quaesquer outras justicas e officiaes, a que o conhecimento disto pertencer, que sendo o dicto casal julgado por perdido por sentença, de que não haja appellação nem agravo, lhe deem e façam dar a posse daquella parte, que d'elle pertencer á minha camara, porquanto lhe faço della esmola como dicto é; e lhe cumpram e guardem e façam inteiramente cumprir e guardar este alvará, como se nelle contém; o qual hei por bem que valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo

¹ Heitor Vaz era doutor em Leis, irmão do avô paterno do doutor Antonio Homem, Miguel Vaz, e possuidor destas asenhas confiscadas. Saindo auto de fé celebrado na Praça de S. Bartholomeu a 5 de outubro de 1567. Vid. na Torre do Tombo o processo da Inquisição de Coimbra, n.º 1:073.

² Ruy Lopes era casado com Joanna Rodrigues, e morava na rua da Calçada. Vid. na Torre do Tombo o processo da Inquisição de Coimbra, n.º 5 231.

vinte, que o contrario dispõe. Gaspar de Seixas o fez em Almada a 29 de julho de 1575. Jorge da Costa o fez escrever. — Rei.

Liv. 2.º citado, fl. 78 v.

VIII

Porque mandou entregar ao collegio a quinta de Villa Franca

Doutor Manuel Francisco, eu el-rei vos envio muito saudar. Mando-vos que, tanto que esta vos fôr dada, entregueis logo ao reitor e padres do collegio de Jesus, dessa cidade de Coimbra, a quinta de Villa Franca, que foi de Diogo Rodrigues e de Guiomar da Costa¹, sua mulher, que foram moradores na dicta cidade, a qual lha entregareis com todas suas pertenças e propriedades, assim e da maneira que elles a tinham e possuam, o como está tomada e confiscada por sentença, que os inquisidores deram contra a dicta Guiomar da Costa, porquanto tenho assentado mandar vender a dicta quinta ao dicto reitor e padres, assim a parte da dicta Guiomar da Costa, como de quizesquer outras pessoas que nella pretendam ter direito, e porquanto algumas cousas das, que os dictos padres dão em pagamento do prego da dicta quinta, se não podem dar sem licença do seu geral, e hão mister tempo para lha enviar pedir, os dictos padres serão obrigados fazerem trazer a dicta licença dentro de oito mezes, para se lhes fazer carta de venda, e não vos mostrando elles a dicta licença dentro no dicto tempo, os tirareis da posse da dicta quinta e a vendereis a quem por ella mais der, conforme o vosso regimento; a qual quinta lhes assim entregareis como acima é dicto, sem embargo de quizesquer embargos, de qualquer qualidade que sejam, com que a isto se venha, os quizes as partes virão allegar na mesa do conselho geral da inquisição, que se faz em minha câorte; o que assim cumprireis com diligencia. Jorge da Costa a fez em Lisboa a 27 de maio de 1571. — Rei.

Liv. 2.º citado, fl. 56.

¹ Estes residiam tambem na rua da Calçada, em Coimbra. Vid. na Torre do Tombo o processo da Inquisição de Coimbra, n.º 8:871.

IX

Preroga o tempo, que tinha dado sobre a compra de Villa Franca, por mais seis mezes ¹

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que eu hei por bem e praz, que o reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra, não sejam tirados da posse em que ora estão da quinta de Villa Franca, que foi de Diogo Rodrigues, morador na dicta cidade, e isto por tempo de seis mezes mais, nos quaes serão obrigados a haver licença do seu geral para podorem dar certas cousas, que ora possuem, em pagamento da dicta quinta, porquanto nos oito mezes, que já para isso lhe foram dados pela dicta provisão, não poderam haver a dicta licença. E mando ao doutor Manuel Francisco, juiz das confiscações da dicta cidade, e a quaesquer outras justicas, e officiaes, a que o conhecimento disto pertencer, que lhe cumpram e guardem este alvará, como se nelle contém, postoque não seja passado pela chancellaria sem embargo da ordenação em contrario. João da Costa o fez em Almeirim a 28 de janeiro de 1572. Jorge da Costa o fez escrever. — Rei.

Hei por bem, que o reitor e padres do dicto collegio estêm em posse da dicta quinta de Villa Franca, enquanto não tornarem a este reino os padres da companhia, que ora vão ao seu capitulo geral, que se faz em Roma, porquanto elles hão de trazer a licença de que acima faz menção; e mando ao dicto juiz das confiscações, da cidade de Coimbra, e ás mais justicas, a que o conhecimento disto pertencer, que assim o cumpram e façam cumprir, postoque esta apostilha não seja passada pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Jorge da Costa o fez em Evora a 28 de dezembro de 1572. E isto por tempo de oito mezes em que poderão vir os dictos padres. — Rei.

Id. 2.º citado, fl. 62.

¹ Publicado a primeira vez por nós em o n.º 2239 do *Conimbricense*, de 9 de janeiro de 1863.

garam, o possa fazer, e em outra maneira não; e partindo-se a dicta tença entre elles ou quaesquer outras pessoas, e querendo eu a qualquer pessoa, que alguma parte della tiver, comprar-lha, o poderei fazer, mandando-lhe pagar junctamente o que, na parte que assim tiver, montar a razão dos dictos 165000 réis por milheiro, por que me os dictos ora compraram a dicta tença, e quero que os dictos 405000 réis lho sejam assentados, e pagos no almoxarifado de Santarem, do rendimento do ramo do geral, por esta só carta geral, sem mais tirarem outra de minha fazenda, aos quarteis do anno por inteiro, e sem quebra alguma postoque a ahí haja; e porém mando ao meu almoxarife ou recebedor do dicto almoxarifado, que ora é ou a qualquer outro que ao deante fôr, que da feitura desta carta em deante dê e pague, em cada um anno, aos dictos filhos de Jeronymo Moniz ou seus herdeiros e pessoa ou pessoas, que os dictos dinheiros houverem de haver, os dictos 405000 réis aos quarteis por inteiro, e sem quebra como dicto é, e fazendo-lhes delles mui bom pagamento: e não lho cumprindo o dicto almoxarife ou recebedor, hei por bem que incorra em pena de trinta cruzados para o meu hospital de todos os sanctos da cidade de Lisboa, e por o traslado desta, que será registada nos livros do dicto almoxarifado pelo escrivão delle, e com conhecimentos dos sobredictos e seus herdeiros, e pessoa ou pessoas que estes direitos houverem de haver, mando aos contadores que os levem em conta ao almoxarife ou recebedor que os assim pagar, e por esta prometto aos sobredictos, que nunca em tempo algum vá, nem consinta ir, contra esta minha carta de venda em parte nem em todo, e rogo e encomendo a todos meus successores, que inteiramente a cumpram e mandem cumprir e guardar como se nella contém, e mando aos veadores de minha fazenda e ao meu contador do dicto almoxarifado, que o cumpram isso mesmo em todo, e o façam cumprir e guardar, e levar os dictos dinheiros no caderno do assentamento cada anno, e assentar esta no livro das geraes, e fazer o dicto pagamento na sobredicta maneira sem duvida nem embargo algum que a ello seja posto. E por firmeza dello lhe mandei passar esta, por mim assignada, e assellada do sello pendente de minhas armas, e o dicto conhecimento em fórmula foi roto ao assignar della. Cosme Annes a fez em a cidade de Evora aos 6 dias do mez de setembro. anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1533 annos; e eu Fernando Alvares, thesoureiro-mór del-rei nosso senhor, escrivão de sua fazenda, a fiz escrever e subcrevi.

Pedindo-me o dicto Antonio Moniz que porquanto nas partilhas, que se fizeram entre elle e os dictos seus irmãos, lhe couberam

religioso da dicta companhia, que lhe eram assentados e pagos no recebedor das cizas da dicta cidade de Coimbra, os quaes 254000 réis de tença, por este respeito me alargaram, e a provisão da dicta tença se rompen ao assignar desta; e assim se poz verba no assento della no livro de minha fazenda, que do 1.º dia de janeiro deste anno presente de 573, não ha mais o dicto collegio de haver pagamento da dicta tença, por o dicto reitor e padres a alargarem e renunciarem por razão desta doação e mercê, que lhe faço da dicta quinta, segundo se viu por uma certidão de Gabriel de Moura, escrivão de minha fazenda, e outra tal verba se poz na folha do assentamento que de minha fazenda foi enviada á camara da dicta cidade, dos pagamentos das tenças e ordenados, que se hão de fazer, segundo outrosim se viu por outra certidão de Pero Cabral escrivão da dicta camara.

E do mais que a dicta quinta e propriedades e pertenças della valem, além das cousas acima dictas, que os padres alargam por ella, me praz e hei por bem de fazer doação e mercê por esmola para sempre ao dicto collegio e religiosos delle para que a tenham, hajam e possuam com todas suas propriedades e pertenças como dicto é, assim e da maneira que a tinham e possuíam os dictosologo Rodrigues e sua mulher; e sendo caso que em algum tempo se mova aos dictos padres alguma duvida ou demanda sobre a dicta quinta, ou sobre alguma parte della, eu mandarei ouvir e responder por meu procurador á dicta demanda, e em meu nome se fará, e julgando-se que a dicta quinta ou parte della não pertencia ao meu fisco, eu mandarei satisfazer ás partes, e que se julgar que me não pertencia, sem o dicto collegio ser sobre isso citado, nem demandado, nem por outra alguma via molestado, porque minha tenção e vontade é que o dicto collegio e padres delle a tenham, e possuam para sempre inteiramente da maneira que dicto é; e isto postoque sejam bens de raiz, e em embargo da ordenação do segundo livro, que defende que as egrejas, nem ordens não possam possuir bens de raiz, e o dicto reitor, e padres, o farão a saber ao contador de minha fazenda, na comarca da dicta cidade, para ver as propriedades que a dicta quinta tem, e as fazer assentar no livro dos meus proprios da dicta comarca, no qual livro será registada esta minha carta, de que o dicto contador passará certidão nas costas della, e não fazendo o dicto reitor e padres esta diligencia com o dicto contador incorrerão na pena, em que pela dicta ordenação incorreram, se não tiveram esta minha licença, para possuir as dictas propriedades. E mando ao juiz das confiscações da dicta cidade de Coimbra, que os metta logo de posse da dicta quinta

por mim, segundo vi pela carta de confirmação que o dicto collegio tem, que é feita a dois dias de setembro do anno passado de 544. E portanto confirmo, e hei por confirmados os dictos 205000 réis de tença cada anno ao dicto collegio; e quero que o reitor e collegiaes delle os tenham e hajam para sempre com a condição e pacto de retro vendendo contheudo na dicta carta, e com todas as mais clausulas, condições, penas, e obrigações, que nella são escriptas e declaradas, e mando ao meu almoxarife ou recebedor do dicto almoxarifado de Coimbra, que ora é e ao deante fôr, que do dicto janeiro que vem em deante lhes dê e pague em cada um anno a dicta tença aos quartéis do anno por inteiro, e sem quebra postoque ali a haja, e esto pelo rendimento do ramo das cisas geraes da dicta cidade, e com todas as clausulas e favor, que para bom e seguro pagamento pela dicta carta concedi ao dicto Antonio Moniz e seus successores, no almoxarifado de Santarem, onde lhe era assentada a dicta tença, porque todas as dictas clausulas hei por concedidas e outhorgadas, e confirmadas ao dicto collegio de Jesus, para sempre como dicto é; e pelo traslado da dicta carta e desta apostilla que serão registados no livro do dicto almoxarifado de Coimbra pelo escrivão delle, e seu conhecimento, mando aos contadores que os levem em conta e despesa ao dicto almoxarife ou recebedor, que os assim pagar, e ao barão de Alvito, veador de minha fazenda, que lhes faça assentar nos livros della, e levar cada anno na folha do assentamento do dicto almoxarifado, para lhe assim serem pagos, e a pena dos trinta cruzados, que pela dicta carta era applicada para o hospital de todos os sanctos de Lisboa, hei por bem que seja para o hospital de Coimbra; e os dictos 205000 réis foram riscados do almoxarifado de Santarem, assim do livro delle, como do livro de minha fazenda, onde estavam assentados; e hei por bem que esta apostilha se cumpra e guarde como se nella contém, postoque não seja passada pela chancellaria sem embargo da ordenação em contrario. Manuel da Costa a fez em Evora a 2 dias de maio, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1545. — RRI.

Assentada no livro dos juro de Santarem. Ficam riscados. Assentada em Coimbra no livro dos juro. D. João.

Padrão de 205000 réis de tença de juro, em cada um anno, de janeiro que passou deste anno presente de 539 em deante, a Antonio Moniz, dos 405000 réis que elle, e Jeronymo Moniz e Phebus Moniz, seus irmãos, tinham por um padrão, que os compraram a vossa alteza á condição de retro, os quaes 205000 réis couberam ao dicto Antonio Moniz nas partilhas, que se fizeram entre elle e os dictos seus irmãos, e os outros 205000 réis ao

traslado mandareis dar ao dicto licenciado, Damião Nogueira, authenticco, e de maneira que faça fé, para mo elle enviar, e assum mandareis ao dicto André Jusarte, sob as penas que vos bem parecer, que vos mostre logo a sentença ou sentenças, que houve do dicto paul contra o dicto Afonso de Arriaga, as quaes fareis trasladar, e dar o traslado dellas authenticco ao dicto Damião Nogueira; e que assim cumprireis com diligencia, postoque seja em logar fóra de vossa jurisdicção. João de Seixas a fez em Lisboa a 12 de setembro ¹ de 1548. Manuel da Costa a fez escrever. — Rm.

Liv. 1.º citado, fl. 12 e 12 v. Liv. 2.º citado, fl. 13.

XII

Para se saber as propriedades, que tocavam a Afonso de Arriaga

Licenciado Antonio Rodrigues de Araujo, encommendo-vos e mandando-vos, que vades ao mosteiro de Nossa Senhora de Seica, e com o prior do dicto mosteiro presente, ou com a pessoa que elle por parte do mosteiro nomear, e a que dêr seu poder abas-tante, estando tambem presente uma pessoa por parte do reitor e padres do collegio da companhia de Jesus da cidade de Coimbra, a qual o reitor do dicto collegio nomeará, e enviará ao dia que fôr assignado para requerer, o que lhe cumprir, e ver fazer a diligencia, que hei por bem que façaes; vereis por vós os paúes, terras e bens, que o dicto mosteiro tem no termo da villa de Monte-mór-o-velho, e no Lourical, que foram aforadas a Afonso de Arriaga, e a outras pessoas, e quaesquer outras terras e propriedades que por o procurador do dicto collegio vos fôr requereido, e vos informareis que terras são, e que pessoas as trazem, e por que titulo, e quanto pagam de fóro ou pensão ao mosteiro, e o modo que se tem, e despesas que se fazem, na arrecadação dos taes foros e pensões, e quanto poderão commumente valer cada anno de arrendamento por massa de quatro annos, segundo a qualidade das terras e novidades ordinarias dellas, a qual diligencia fareis com o escrivão da ouvidoria que perante vós escreve em Thomar, ou com qualquer outro escrivão da terra; e os autos

¹ No liv. 2.º, em vez de setembro lê-se outubro.

que disso fizerdes me enviareis, e assim mo escrevereis, o que se por elles mostra e no caso achardes, e serão entregues ao doutor Antonio Pinheiro, para me dar disso informação; o que assim cumprireis com diligencia. Manuel da Costa a fez em Lisboa a 21 de agosto 1557. — RAINHA.

Liv. 1.º citado, fl. 22 v.

XIII

Do cardeal para o prior e monjes do mosteiro de Seíça

Padre prior e monjes, convento do mosteiro de Seíça, o cardeal infante vos envio muito saudar. Por quanto se tomou assento com os padres da companhia de Jesus, de se lhe fazer carta de venda do paul que foi de Affonso de Arriaga, vos encommendo que logo com brevidade me envieis procuração especial, para este negocio e bastante na fôrma da minuta, que vos com esta será dada, assignada por o doutor Antonio Pinheiro, para eu no caso poder fazer a dicta venda. Agradecer-vos-hei muito fazerdello assim, e eu tive lembrança do terradego, e a rainha minha senhora houve por bem, de vos fazer mercê e esmola de quinhentos cruzados para ajuda dos ornamentos e prata desse convento. De Lisboa, 27 de fevereiro de 1559. Balthazar da Fonseca a fez. O CARDEAL INFANTE.

Liv. 1.º citado, fl. 26 v.

XIV

Doação da fazenda, que ficou por fallecimento de Affonso de Arriaga

Eu el-rei faço saber a quantos este meu alvará virem, que el-rei, meu senhor e avô, que sancta gloria haja, havendo respeito a D. Pedro de Menezes que Deus perdõe, e ao doutor Francisco de Monção, testamenteiros de Affonso de Arriaga, applicarem á quarta parte da herança, paúes que ficaram, por fallecimento do dicto Affonso de Arriaga, ao collegio de Jesus da cidade de

Coimbra, querendo fazer mercê por esmola ao dicto collegio, e para parte do dote que tinha determinado de lhe dar, comprou aos testamenteiros e mais herdeiros do dicto Affonso de Arriaga toda a mais fazenda e herança, movei e raiz, que ficou por fallecimento do dicto Affonso de Arriaga, assim nestes reinos e senhorios, como fora delles, tirando os paúes de Nossa Senhora do Campo, da villa de Monte-mór-o-velho, por preço de treze mil cruzados, que mandou pagar aos dictos testamenteiros, a qual fazenda e herança comprou para toda vir ao dicto collegio, e a elle se fazer a escriptura da venda, e por lhe ter feita a dicta mercê, o dicto collegio logo houve a dicta fazenda e herança, e novidades della do tempo da dicta compra para cá; e porquanto se não passou provisão até agora da dicta mercê, nem se fez carta da venda da fazenda e herança, me foi pedido por parte do reitor e padres do dicto collegio lhe mandasse passar a dicta provisão, e sendo informado que el-rei meu senhor e avô tinha feita a dicta mercê ao dicto collegio, e para elle comprára a dicta fazenda e herança, para sobre elle se fazer a dicta escriptura, lhe mandei passar este meu alvará, pelo qual lhe confirmo a dicta mercê, e se necessario é, de novo lhe faço mercê, por esmola, de toda a dicta fazenda e herança, e do preço que por ella foi pago, e traspasso em o dicto collegio todo o direito, e acção que pela dicta compra me pertence ou pôde pertencer, assim na dicta fazenda e herança, como em o preço della, para que o dicto reitor e padres do dicto collegio possam pedir aos dictos testamenteiros do dicto Affonso de Arriaga, que com effeito lhe façam escriptura da dicta venda, como eram obrigados a fazer ao dicto rei, meu senhor e avô. E mando aos dictos, testamenteiros e herdeiros, que lha façam, e ás minhas justiças, que a isso os constanjam, como por direito são obrigados; e este alvará quero que valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte, que diz que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não valham, e valerá outrossim sem embargo da ordenação do dicto segundo livro, titulo dezoito, que manda que as cartas de mercê se passem dentro em quatro mezes; e assim hei por bem que o dicto collegio possa haver e possuir os paúes e todos e quizesquer bens de raiz, que ficaram do dicto Affonso de Arriaga, e não será obrigado a vendel-os sem embargo da ordenação do dicto segundo livro, titulo oito, que o contrario dispõe. E este não passará pela chancellaria sem embargo da ordenação do dicto segundo livro, titulo vinte, que dispõe que os meus alvarás, que não forem passados pela chan-

cellaria, se não guardem. Pantalião Rebello a fez em Lisboa a 2 de abril de 1560. — RAINHA.

Liv. 2.º citado, fl. 24 v. e 25.

XIV

Sua alteza manda, que tenham força e vigor de estatutos, certas provisões, que passou ao reitor e padres do collegio das Artes

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que eu passei certas provisões ao reitor e padres do collegio das Artes da cidade de Coimbra, a saber: uma feita a 28 dias do mez de janeiro do anno passado de 558, por que houve por bem de lhe mandar dar 1:200:000 réis cada anno para sua mantença, á custa das rendas da Universidade da dicta cidade, por razão das artes e linguas, que se no dicto collegio lêm e ensinam, e outra feita ao primeiro dia do mez de fevereiro do dicto anno, por que me aprouve, que os padres da companhia de Jesus, bachareis correntes, ou formados em Theologia, não fossem obrigados a ir a todos os autos de Theologia que se fizessem nas escolas maiores da dicta Universidade, no tempo que actualmente fossem regentes no dicto collegio; e outra feita ao dicto 1.º de fevereiro, por que houve por bem, que os exames de bachareis, e licenciados em Artes se fizessem sempre no dicto collegio das Artes, e os graus sómente se dessem nas dictas escolas maiores, e os examinadores fossem os que se contém na dicta provisão; e outra feita no dicto mez e anno, por que me prouve que os padres da dicta companhia de Jesus, que se graduassem de quaesquer graus, fossem escusos da obrigação do juramento; e outra feita no mesmo dia, por que mandei que os dictos padres da companhia, que houvessem de receber graus na dicta Universidade em Artes, Theologia ou Canones, não fossem obrigados a pagar mais, que a quarta parte do que é ordenado pelos estatutos; e para que acerca do contheudo nas dictas provisões não haja duvidas nem differenças, entra o reitor e conselho da dicta Universidade e o reitor e padres do dicto collegio das Artes, hei por bem que as dictas provisões tenham força e vigor de estatutos, e mando ao reitor e lentes, deputados e conselheiros da dicta Universidade, e a quaesquer officiaes, e pessoas a que o conhecimento disto pertencer, que cumpram e guardem, e façam inteiramente cumprir

e guardar, as ditas provisões na fórma e maneira, que se nellas contém como se fossem estatutos, e isto sem embargo dos estatutos da dita Universidade, e de quaesquer outras provisões ou del rei meu senhor o avô, que sancta gloria haja, que o contrario disponham; e assim mando ao escrivão do conselho da dita Universidade, que publique este meu alvará no dicto conselho e o registre no livro do registro das provisões dello, para pelo dicto registro se assim haver de cumprir e guardar como dicto é; e do como foi publicado e registrado, passará o dicto escrivão sua certidão nas costas deste, que hei por bem que valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada pela minha chancellaria, e postoque por ella não seja passado sem embargo das ordenações do primeiro livro que o contrario dispõe m. Andre Sardinha o fez em Lisboa a 20 do mez de março de 1559. Manuel da Costa o fez escrever. —
RAISUA.

Loc. citada, fl. 70 v e 71.

XVI

Para qualquer tabellião das notas fazer uma escriptura de venda entre os padres da companhia e os testamenteiros de Affonso de Arriaga, postoque não haja certidão das risas

Eu o rei faço saber aos que este alvará virem, que eu hei por bem e m. praz por alguns justos respeitoes que me a isto movem, que qualquer tabellião das notas desta cidade de Lisboa, possa fazer uma escriptura de venda que ora querem fazer os testamenteiros de Affonso de Arriaga, defuncto, ao reitor e padres do collegio da companhia de Jesus da cidade de Coimbra, dos pais de Sença e de toda a outra mais herança de raiz que ficou por fallecimento do dito Affonso de Arriaga, e será a tal escriptura firme e valiosa sem embargo de não ser mostrada ao tabellião de como as partes tem pago a coisa da dicta venda e das provisões que tenho passadas, por que mando que se não façam as taes escripturas de venda de bens de raiz, sem a dicta certidão das risas e que fazendo-se sem ella sejam nenhumaes, e os tabelliães que as fizerem percam os officios; e este alvará se trasladará na dicta escriptura de venda, para se por ella em todo o tempo vêr como assim houve por bem; o qual mando que

se cumpra, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario, Jorge da Costa o fez em Lisboa a 14 de maio de 1500. Manuel da Costa o fez escrever. — RAINHA.

Liv. 1.ª citada, fls. 119 v. e 120.

XVII

Sua alteza manda ao almoxarife de Coimbra, que dê, em cada um anno, ao reitor e padres do collegio das Artes, para a capella, sete arrobas de cera, da que receber do dicto almoxarifado

Eu el-rei faço saber a vós, meu almoxarife ou recebedor do almoxarifado da cidade de Coimbra, que ora sois e ao deante foides, que el-rei, meu senhor e avô, que sancta gloria haja, houve por bem, por um seu alvará, feito a 10 de abril do anno de 548, de mandar dar sete arrobas de cera em cada um anno, para a despesa da capella do collegio das Artes da dita cidade, enquanto sua alteza o houvesse por bem e não mandasse o contrario, e que vos, dicto almoxarife, comprasseis em cada um anno as dictas sete arrobas de cera, ao preço que vallesse pela terra, do dinheiro do assentamento, que houvesseis de entregar ao thesoureiro mor, e as entregasseis ao Principal do dicto collegio, segundo mais interramente era contendo no dicto alvara, por virtude do qual o dicto collegio foi pago da dicta cera, até fim do anno de 555; e do anno de 56 em diante lhe não foi paga, por do dicto tempo em diante deixar de haver Principal no dicto collegio, e se entregar o dicto collegio por mandado do dicto senhor rei, meu avô, aos padres da companhia de Jesus, que ora delle têm cargo, e portanto lhes mandei pagar em João Roiz de Palma, recebedor do um por cento e obras pias 28 arrobas de cera, que lhes eram devidas dos quatro annos passados de 56, 57, 58, 59, a razão das dictas sete arrobas de cera por anno, e para ao diante as haveissemos mandei dar este alvara, pelo qual vos mando que do primeiro dia de janeiro deste anno presente de 560 em diante, enquanto eu houver por bem e não mandar o contrario, deis e pagueis ao reitor e padres do collegio das Artes as dictas sete arrobas de cera em cada um anno, da cera que haveis de arrecadar e receber dos rendeiros das rendas desse almoxarifado, e lhe façaes dellas bom paga-

mento, por este só alvará geral; e pelo traslado d'elle, que será registado no livro desse almoxarifado pelo escriptão d'elle, com seu oph. annucto, vos serão levados em conta, e mandado ao barão de Alvaro, veador de minha fazenda, que lhas faça assentar no livro delli, e as levar cada anno no caderno do assentamento do dito almoxarifado, para lhe nelle sejam pagas na maneira que d'elles, e do dicto alvará del-rei, meu senhor e avô, foi feito ao assignar deste, e riscar se ha o registo d'elle do livro do dicto almoxarifado, onde esta registo com declaração, que lhe foi da lo este para lhe a de ta cera por elle ser paga do dicto janeiro em diante, e que houveram pagamento das ditas vinte e oito arrobas dos ditos quatro annos no dicto recebedor do um por cento e obias pias, cestas acuna é d'elles, e de como o dicto registo assim for riscado e m a de ta de declaração, passará o escriptão do dicto almoxarifado sua certidão das costas d'este, que ha por bem que valha e tenha força e vigor, como se fosse carta fôta e m m nome, por mim assignada, e passada por mimos lhas carta, sem embargo da ordenação do segundo livro, este vinte, que diz que as causas, cap. effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvaras não valham, e vala á este outroam, postoque não seja passado pelo lhas carta, sem embargo da ordenação, que manda, que os lhas cartas, que não forem passadas pela chancaria, se não guardem. J. ro da Costa o fez em Lisboa a 26 dias do mez de maio de 1599. Miguel da Costa o fez escrever. RAISHA.

A sette de P. Assentado. O lhas

(compleando por D. Philippe I em 29 de junho de 1599.)

Do 1.º mto. d. 12.º e 12.º e 1.º e 1.º de setembro, na citad., p. 27 e 27 c.

XVIII

Sua alteza ha por bem, que João Rodrigues de Palma pague ao reitor, e padres do collegio de Coimbra, vinte oito arrobas de cera, que lhe são devidas de 4 annos, a saber: 36, 37, 38 e 39 a sete arrobas cada anno

João Rodrigues de Palma, mandando-se que dois e paguem, ao reitor e padres do collegio das Artes da cidade de Coimbra, vinte oito arrobas de cera, que são devidas ao dicto collegio, das sete arrobas em cada um anno, que el rei meu senhor e avô,

que sancta gloria haja, houve por bem de lhe mandar dar por um seu alvará, para despeza da capella delle, em quanto sua alteza houvesse por bem e não mandasse o contrario, pagas no almoxarifado da dicta cidade, e que o almoxarife da dicta cidade as entregasse ao principal do dicto collegio, e por nelle não haver Principal do anno 56 em diante, por no dicto tempo se entregar o dicto collegio por mandado do dicto senhor rei. meu avô, aos padres da companhia de Jesus, que ora delle tem cargo, e por essa causa se lhe não pagarem as dietas sete arrobas de cera cada anno, os 4 annos passados de 56, 57, 58 e 59, e eu lhes mandar dar ora o alvará para lhe as dietas sete arrobas de cera serem pagas em cada um anno no dicto almoxarifado de Coimbra, de janeiro deste anno presente de 560 em diante, e lhe mandar pagar em vós as dietas vinte oito arrobas de cera, que lhe são devidas dos dictos 4 annos passados, e no dicto alvará se faz disso declaração, e ao assignar delle e deste se rompeu o alvará del-rei meu senhor e avô de que acima faz menção, e por este com seu conhecimento vos serão levados em conta, e este não passará pela chancellaria. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 26 de maio de 1560. Manuel da Costa o fez escrever. — RAINHA.

Christovão da Cunha, escrivão do almoxarifado nesta cidade de Coimbra, certifico que em cumprimento do alvará del-rei nosso senhor, atrás escripto, eu risquei os registos dos alvarás que por mim estavam registados no livro dos registos deste almoxarifado, e puz no dicto livro a verba e declarações que sua alteza no dicto alvará manda: e por certeza dello fiz e assignei esta em Coimbra a 11 dias do mez de junho do anno de 1560. Christovão da Cunha. Registado no livro dos registos deste almoxarifado a 13 de março de 1562. Manuel Homem.

(Confirmação por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1591, e por D. Philippe III a 28 de abril de 1634).

Liv. 1.º citado, fl. 120 v. e 121. Liv. 1.º de confirmações citado, fl. 27 v. Liv. 2.º de confirmações citado, fl. 20 v. e 22 v.

MX

Por que el-rei D. João III manda dar, ao collegio de Jesus, doze arrobas de assucar, as quaes el-rei D. Sebastião diminuiu a seis

Eu el-rei mando a vós, Fernão Rodrigues de Palma, recebedor de um por cento e obras pias, e a quem ao diante o dicto vosso

cargo tiver, que do 1.º dia do mez de janeiro que passou deste anno presente de 1546 menos em diante deas, em cada um anno, ao reitor e collegiães do collegio da companhia de nome de Jesus da cidade de Coimbra, tres quintaes de assucar, de que lhe faço esmola, para despesa do dicto collegio; e pelo traslado deste que sera registado no livro de vossa despesa pelo escrivão de vosso cargo, com seu conhecimento, vos será levado em conta o assucar que lhe assim derdes; e este quero e me praz que valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta, feita em meu nome, por mim assignada e passada pela chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte, que diz, que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno e daí, passem por cartas, e passando por alvarás não valham, e outrosim valrá, postoque não passe pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Escripta em Santarem a 9 dias de setembro de 1546. — REL.

Hei por bem e mando-vos, que os tres quintaes de assucar, de que, pelo alvará acima escripto, faço esmola ao reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra, cada anno, lhe pagueis do 1.º dia de janeiro, que passou deste anno presente de 51 em diante em assucar branco; e esta apostilla não passará pela chancellaria. Adriaõ Lacio a fez em Almeirim a 10 de dezembro de 1551. — REL.

Hei por bem que as doze arrobas de assucar que, pela provisão acima escripta, haviam, em cada um anno, o reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra, hajam, em cada um anno, seis arrobas de assucar sómente, enquanto o eu houver por bem e não mandar o contrario, as quaes começaram a haver do anno passado de 1566 em diante, e lhe serão pagas no recebedor de um por cento e obras pias, que ora é e ao diante for, por esta apostilla sómente, e pelo traslado della, que será registado no livro da despesa do dicto recebedor pelo escrivão de seu cargo, com conhecimento do reitor do dicto collegio, serão as dictas seis arrobas de assucar levadas em conta, em cada um anno, ao dicto recebedor que lhas assim pagar; e por esta mando aos veadores de minha fazenda, que façam levar o dicto assucar, cada anno, na folha que se der ao dicto recebedor das mais esmulas, que nelle estão assentadas; e esta valrá como se fosse carta feita em meu nome, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte, que o contrario dispõe.

E assim se cumprirá postoque não passe pela chancellaria, e sem embargo da ordenação do dicto livro em contrario. Balthazar Ribeiro a fez em Lisboa a 2 de setembro de 1567. — O CARDEAL INFANTE.

E o dicto assucar se lhe pagará, como dicto é, com certidão do escrivão do carreggo, do dicto recebedor das obras pias, de como os ditos padres não houveram a dicta esmola de assucar do dicto anno de 66 até ora, e assim de como fica posta verba no registo da dicta provisão atrás, por onde haviam seu pagamento, que do dicto anno de 66 em diante não hão de haver as dictas seis arrobas por esta apostilla. Eu Bartholomeu Froes a fiz escrever. — O CARDINAL INFANTE.

Liv. 1.^a citada, fl. 7. Liv. 2.^a citada, fl. 63, 66 e 66 v.

XX

Para o recebedor da cidade de Coimbra dar 3 sinos ao collegio das Artes

Eu el rei mando a vós meu almoxarife ou recebedor do almoxarifado da cidade de Coimbra, que do dinheiro que em vós fôr desembargado este anno pr. sen. de 560, a Antonio de Teive que serve de meu thesoureiro-mór para despesa de meus assentamentos, fizes fazer para o collegio das Artes da dicta cidade, 3 sinos com suas peças e badalos e tudo o mais que fôr necessario, a saber: um de quatro até cinco quintaes para tanger ás missas, e outro de sete até oito quintaes para um relógio, e outro de dois quintaes, ou o mais ou menos, para os quartos do dicto relógio. E a sim fazeis asentar os dictos sinos onde houverem de estar, e o engenho do dicto relógio com seu mostrador, e todas as mais cousas necessarias. E por isto, com conhecimento do reitor do dicto collegio, e assento do escrivão do dicto almoxarifado da cidade, que em tudo el. se querder, mando ao dicto Antonio de Teive, que vos tome a tal quantia em pagamento do dinheiro, que lhe assim heveis de entregar este dicto anno, e aos contadores que lhe toverem a elle em despesa. E este não pagará pela chancellaria. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 26 de febreiro 1560. Manuel da Costa o fez escrever. — RAINHA.

Liv. 1.^a citada, fl. 118. Liv. 2.^a citada, fl. 24.

XXI

**El-rei faz esmola de um escravo ao collegio das Artes,
além dos dons, que já tinha dado por outra provisão**

Alvaro Botelho Caldeira, mando-vos que dos escravos, que ora vieram da Guiné, deis ao reitor e padres do collegio das Artes, da Universidade de Coimbra, um escravo para serviço do dicto collegio, de que lhe faço esmola, além de outros dons que lhe fiz esmola por outra provisão, porque havendo respeito aos dictos escravos que ora vieram por conta de minha fazenda serem moços muito pequenos, hei por bem de lhe fazer esmola de mais o dicto escravo, o qual entregareis ao padre Francisco Henriques, ou ao padre Miguel Esteves da dicta companhia, e por este, com conhecimento de cada um dos dictos padres, vos será o dicto escravo levado em conta; postoque não passe pela chancellaria. Balthazar Ribeiro o fez em Lisboa a 15 de julho de 1561. Eu Bartholomeu Froes o fiz escrever. — RAINHA.

Liv. 1.ª citada, fl. 72 v.

XXII

**Sua Magestade, como protector da Universidade de Coimbra,
ha por bem de fazer mercê ao collegio das Artes, da companhia de Jesus,
da livraria que nelle ficou do doutor Francisco Soares,
na maneira que nesta provisão se contém ¹**

Eu el-rei, como protector que sou da Universidade de Coimbra, faço saber aos que esta provisão virem, que havendo respeito ao que me representou o reitor do collegio das Artes da companhia de Jesus, da Universidade de Coimbra, e a informação que se houve do reitor della, D. André de Almada; e particularmente á memoria do dr. Francisco Soares, da mesma companhia,

¹ Publicado por nós a primeira vez no *Conimbricense*.

e serviços que fez na mesma Universidade: heo por bem e mo-
 praz, de fazer mercê a aquelle collegio, em que o dicto doutor
 era morador, da livreria, que nelle ficou por seu fallecimento,
 sem embargo de se haver comprado com o dinheiro da dicta
 Universidade, e de outras resoluções que en havia tomado. Pelo
 que mando ao dicto reitor da dicta Universidade, e as mais
 pessoas, a que pertencer, que cumpram e guardem esta provisão,
 muito inteiramente, como nella se contém; e em execução della
 a façam registrar, e fazer os assentos necessarios, para que a
 dicta livreria fique no dicto collegio, sem duvida, nem embargo
 algum, porque assim é minha mercê; e que esta provisão valha
 como carta, postoque seu effeito dure mais de um anno, sem
 embargo da ordenação em contrario. João Mendes a fez em
 Lisboa a 12 de novembro 632. Marcos Rodrigues Tinoco a fiz
 escrever. E desta mercê se pagaram 60000 réis, que della se
 deviam de meia annata, e constou que ficam carregados no the-
 saoureiro João de Paes de Mattos, no livro de sua receita a
 folhas 139. — REI.

Ha vossa magestade por bem, como protector que é da Uni-
 versidade de Coimbra, de fazer mercê ao collegio das Artes, da
 companhia de Jesus, da Universidade de Coimbra, da livreria
 que nella ficou do dr. Francisco Soares, na maneira acima decla-
 rada. E vae com a clausula, para vossa magestade ver, e pague
 a meia annata. Por carta de sua magestade de 20 de outubro
 632. D. Antonio Mascarenhas. Francisco Pereira Pinto. Cum-
 pra-se. Vice-reitor. Fica registada no livro dos registos da Uni-
 versidade, folhas 506. João da Silva de Castro. Gratis.

Liv. 2.º de confirmações citado, fl. 63 v, a 64 r.

XXIII

Para se dar ao collegio a posse dos chãos,
 que em Almedina se tomaram e compraram por sua alleza, para as escolas

Vasco Fernandes Ribeiro, eu el-rei vos envio muito saudar.
 A mim me aprouve ora de fazer doação e mercê ao reitor e
 estudantes do collegio de Jesus, dos chãos que se por meu man-
 dado compraram e tomaram em Almedina, juncto da praça dos
 estudantes, para se nellos fazerem as escolas; e porque para se
 lhes haver de fazer carta em fôrma da dicta doação é necessario

saber os chãos que são, e o tamanho e grandura delles, e o logar em que estão, e as confrontações dellas, vos mando que me escrevades logo a informação disto muito declaradamente, para se assim haver de declarar na dieta deação; e assim hei por bem e vos mando, que tanto que esta virdes, deis logo a posse dos dictos chãos, pelas confrontações delles, ao padre reitor do dicto collegio, assim e da maneira que para mim foram tomados, e me de direito pertencem; a qual posse lhe dareis por esta minha carta sómente, postoque vos não mostre a deação, e sem mais outra provisão. E escrever-me-heis logo o que em tudo fizerdes. João de Sousa a fez em Lisboa a 28 de abril de 1545. Manuel da Costa a fez escrever. Rei.

Para Vasco Fernandes Ribeiro, sobre os papeis dos chãos, que hade entregar a mestre Simão. Por el-rei, a Vasco Fernandes Ribeiro, cavalleiro de sua casa, e vedor das obras dos seus paços de Coimbra.

Liv. 1.º citado, fl. 5 v. e 23 v.

XXIV

El-rei nosso senhor faz escuta ao collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, das seguintes cousas, a saber:

Para abrir o paul de Queitide os quaes o collegio recebeu todos . . . reis em dinheiro.

E os 6000000 réis, para se comprarem as casas do conego João de Sá, em Coimbra, e destes se receberam 5843000 réis sómente do Cosme Valerio, para quem sua alteza passou a provisão de toda a quantia.

E porque este dinheiro, que era recebido, se gastou no dicto collegio em outras cousas, e não nas para que sua alteza o mandou dar, o padre Mirão. Principal que foi da companhia nesta provincia de Portugal, declaron a sua alteza em que se gastára o dicto dinheiro pedindo lhe que o houvesse assim por bem, postoque não fôsse gastado conforme a sua intenção, e sua alteza o houve por bem em Lisboa a 4 dias de novembro de 555, que foi o dia, em que o dicto padre se despediu de sua alteza, e partiu para Castella por ter acabado o tempo de seu carregio.

Liv. 1.º citado, fl. 19.

XXV

Doação de D. João de Mello

In nomine Domini amen. Saibaem os que este presente publico instrumento de procuração bastante, poder e consentimento virem, que no anno do nasçimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1567 annos, aos 13 dias do mez de março, na cidade de Évora, nas casas e paços arcebispaes do ill.^{mo} sr. D. João de Mello, por mercê de Deus e da sancta egreja de Roma, arcebispo de Évora *et cetera*. Sendo ali sua senhoria reverendissima, lego por elle foi dicto perante mim, publico notario, e testemunhas infra nomeadas, que sendo elle como é informado, que o serenissimo principe, o cardinal infante D. Henrique, seu predecessor em vago archiepado, e no tempo que era arcebispo, em elle ordenára que fossem dados e apporriados, em cada um anno, ao reitor e collegiaes do collegio do Esprito Sancto da companhia de Jesus nesta dicta cidade instituido, trinta moços de trigo anafil e dez de cevada, pagos dos fructos e rendimentos da mesa arcebispal deste dicto archiepado, em o celeiro dos dizimos desta dicta cidade, e assim 2000000 réis outro em cada um anno das rendas da fabrica da dicta sé, e procurara ou procurava que o sancto padre nosso senhor, perpetuamente separasse e desmembrasse da dicta mesa os dictos trinta moços de trigo anafil e dez de cevada, e da dicta fabrica os 2000000 réis e o applicasse e appropriasse perpetuamente ao dicto collegio, e porque para esto se requeria seu consentimento, sua reverendissima senhoria era contente de o dar e dava pelo que no melhor modo, forma, causa e via *de jure*, que podia e devia, fiziz e ordenava, como de feito logo fez e ordenou, constituiu e deputou por seus certos legitimos e indubitados procurador, gestores, factores, e numeroz geraes e especiaes, com poder de subestabelecerem e cada um subestabelecer o procurador ou procuradores, que cumpriram e necessarios forem, e os revogarem ficando sempre esta em seu vigor, e esto aos senhores o doutor Antonio Pinto, do desambargo del-rei de Portugal, e a Antonio da Fonseca, banqueiro, e ao procurador geral da dicta companhia de Jesus do collegio da côrte de Roma, e ao padre Guilherme da mesma companhia e ao agente do dito senhor cardinal infante, todos estantes e residentes em côrte da Roma *absentes tamque presentes*, aos quaes, e cada um delles e

de seus subestabelecidos *in solidum*, disse sua senhoria reverendíssima que dava e outorgava todo seu livre, comprido poder, e mandado especial com liberal e geral administração, para que por elle e em seu nome possam e cada um possa consentir e dar seu expresso consentimento nas mãos de sua sanctidade ou de quem para isso seu poder tiver na dicta separação e desmembração, applicação e appropriação dos dictos trinta moios de trigo anafil e dez de cevada, da dicta mesa arcebispal, pagos em o celeiro dos dizimos desta dicta cidade, e dos dictos 2000000 réis das rendas da fabrica da sé della, tudo em cada um anno pagos ao dicto collegio e padres delle, havendo respeito ao muito serviço que fazem a Nosso Senhor com a sua doutrina espirital, e muita utilidade que este arcebispado recebe com as suas pregações, e confissões, e doutrina que ensinam; o que assim consentirão com as mais clausulas contheudas em a supplicação sobre isso assignada ou que se assignar com as mesmas clausulas, e finalmente em tudo e para tudo, segundo fórma da dicta supplica, e tudo com tal declaração, que se em algum tempo o dicto collegio e Universidade se desfazer ou se mudar em outra prelacia, e os padres delle não terem, que os dictos rendimentos e cousas acima declaradas, e desmembradas e appropriadas, *ipso jure* se tornem e fiquem á dicta fabrica e mesa donde procederam, e prometteu sua senhoria reverendíssima todo por os dictos seus procuradores subestabelecidos, e cada um delles no que dicto é, feito, dicto e consentido e exercitado, haver por bem feito, firme e valioso para sempre, e de os relevar do encargo da satisfação por seus bens e rendas que para ello obrigou; e em fô e testemunho de verdade assim o outorgou, e mandou ser feito este instrumento de procuração e consentimento, e os que deste theor e nota cumprirem. Testemunhas que presentes foram rogadas e chamadas. Heitor Saraiva, Francisco Pinto e Heitor Gil, todos tres criados de sua senhoria reverendíssima e outros. E eu Philippe Dias, clérigo natural desta dicta cidade de Évora, publico, por apostolica auctoridade, notario, que a todo o sobredito juntamente com as dictas pessoas fui presente, vi, ouvi, e este publico instrumento escrevi, e de minha nota tirei, concertei e assignei de meu publico signal rogado e requerido.

Liv. 1.º citado, fl. 77 v. e 78.

XXVI

Para Pedro da Costa, almoxarife do collegio das Artes,
entregar aos padres tudo o que tivesse e ficasse devendo por sua conta ¹

Pero da Costa, eu el-rei vos envio muito saudar. Mando-vos que deis e entregueis ao padre D. Leão, reitor do collegio da companhia de Jesus dessa cidade, toda a madeira e as mais achegas e cousas que tiverdes das obras do collegio das Artes, de que até agora fostes recebedor, e cobrareis esta minha carta com conhecimento raso do dicto padre D. Leão, pelo qual mando que vos seja levado em conta tudo o que assim entregardes. E assim hei por bem e vos mando, que deis conta com entrega do dicto recebimento de todo o tempo que ha que servia, a qual dareis a Bartholomeu da Costa, contador de minha casa, que nessa cidade por meu mandado está, porque eu lho escrevo que vol-a tome, e ao dicto padre D. Leão dareis e entregareis o que por bem de conta ficardes devendo, o que assim cumprireis com diligencia, porque assim o hei por bem e meu serviço. João de Seixas a fez em Lisboa a 12 de julho de 1555. Manuel da Costa a fez escrever. — REL.

Liv. 1.º citado, fl. 4 v.

XXVII

Doação da agua que cresce das tres hicas e tanques da Feira ²

D. Sebastião, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalém mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India. etc. Faço saber aos que esta carta virem, que havendo

¹ Publicada com algumas variantes, a pag. 474 do n.º 10 da *Revista de educação e ensino*, de outubro de 1892.

² Publicada por nós a primeira vez no *Conimbricense*.

respeito ao que o juiz, vereadores e procurador da cidade de Coimbra, me escreveram sobre a agua que sobja das tres bicas, que estão na feira dos estudantes, da dieta cidade, e ao que eu sobre a dita agua lhes tenho escripto e respondido o anno passado de 577, e como ha muito tempo que a cidade se não aproveita della, antes foy informado que a offereceram a algumas pessoas, para que a aproveitassim, hei por bem e me praz de fazer mercê por esmola ao reitor e padres do collegio de Jesus, da dita cidade, de toda a dieta agua, que sobja dos tanques das dietas bicas, para a levarem ao dicto collegio por canos por baixo do chão á sua propria custa, e isto havendo tambem respeito ao dicto collegio não ter agua alguma, e ter muita necessidade della, da qual agua lhes assun faço esmola para sempre; e mando ao corregedor que ora é, e ao deante fôr, da comarca da dita cidade, que metta o dicto reitor e padres em posse do sobjo da dieta agua, e os conserve na dieta posse, sem embargo de qualquer duvida que a isso se ponha, e de eu ter mandado por minhas provisões, que se fizessem com a dita agua, que sobja, outros chafarizes na dieta cidade; os quaes até agora se não fizeram, por se haver que não eram necessarios: e vindo alguma pessoa a isso com embargos, o dicto corregedor os remetterá a mim, para nelles mandar dar despacho como houver por meu serviço, e sem embargo dos ditos embargos, procedrá na execução desta carta até lhe eu mandar o contrario. E assun mando aos ditos juiz, vereadores e procurador, que dêem ao dicto reitor e padres todo o favor e ajuda, que lhes cumprir, para levarem a dieta agua ao dicto collegio, porque assim o hei por meu serviço; e por firmeza do que dicto é lhes mandei dar esta carta, por mim assignada, e assellada do meu sello pendente. Gaspar de Seixas a fez em Lisboa a 2^a de fevereiro, anno do nasçimento do Nosso Senhor Jesus Christo de 1578 Jorge da Costa a fez escrever. — EL-REI. — D. João.


Carta do reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, para vossa alteza ver. Pagou nada por ser por esmola em Lisboa a 13 de março de 1578; e aos officiaes sómente 18156 reis. Gaspar Maldonado. Registado na chancellaria folhas 471. Belchior Monteiro. Simão Gonçalves Preto.

(Confirmada por D. Philippe I a 29 de janeiro de 1591, e por D. Philippe III a 31 de outubro de 1634.)

Liv. 1.^o de confirmações citado, fl. 43 v. e 44. Liv. 2.^o de confirmações citado, fl. 82 a 84.

XXVIII

Doação del-rei D. Henrique das tres partes de um annel
de agua limpa ¹

D. Henrique, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalém mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc. Faço saber aos que esta minha carta virem, que havendo respeito a el-rei D. João, meu irmão, que Deus tem, haver fundado e dotado o collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, e ao muito serviço que os padres e religiosos delle têm feito, fazem, e espero fazerem ao deante a Nosso Senhor, nestes meus reinos e senhorios, com sua doutrina e bom exemplo, e a el-rei, meu sobrinho, que Deus tem, pela muita necessidade, que o dicto collegio tinha de agua, lhe haver dotado por sua carta todos os sobejos da agua, que caíam nos tanques, que estão na feira dos estudantes da dicta cidade. e por a dicta doação não haver sortido effeito até o presente, e a necessidade que o collegio tem de agua ser grande, e não se poder conservar, como eu desejo, sem ter agua para seu uso, pelas sobredictas causas, e por eu ser informado sufficientemente da agua das fontes, que vem á dicta cidade, ser em quantidade, que bem se pode della dar ao dicto collegio a que encher o vão desta figura  a qual é tres partes de um annel, hei por bem e me praz de lhe fazer mercê, por esmola de hoje para sempre, da dicta quantidade, tres partes de um annel repartido em quatro partes, como de feito por esta lhe faço doação dellas, a qual quantidade se tomará na arca do chafariz, que se chama — del-rei — ou na que está fora na porta do castello, onde se porá o registo destas tres partes do annel, bem no baixo. de maneira que a dicta quantidade possa sempre ir ao dicto collegio, a qual os padres delle levarão livremente por seu cano, que para isso farão, pelas partes e logares, que para isso escolherão á sua propria custa; e da arca, onde se tomar a dicta agua, o estiver o registo della, terão os dictos

¹ Publicada por nós a primeira vez no *Coimbraecense*.

padres uma chave, para a desimpedirem e alimparem, quando lhes for necessario, e em nenhum tempo, nem por nenhuma causa a dita cidade, nem pessoa alguma, podera impedir, nem tomar esta quantidade de agua, de que faço doação ao dicto collegio, nem parte alguma della, por esta ser minha vontade, e querer que elle a tenha sempre sem falta, nem diminuição alguma; e mando ao corregedor, que ora é e ao diante fór, da comarca da dita cidade, e a qudquer outra justiça ou meu official, a quem os dictos padres requererem, os litta de posse da dita quantidade de agua, e faça pôr o registo della na arca, da maneira que fica dito, e assim faça fazer o cano até entrar no dicto collegio, e os conserve sempre na dita posse, sem embargo de qualquer duvida que a dita agua, arca, ou obra do cano se possa, e vindo alguma pessoa com os embargos, o dicto corregedor, ou qualquer outra justiça, ou meu official, que esta posse der, e a conservar, os remetterá a mim para nellas me dar dar despacho, como houver por meu serviço, e sem embargo dos dictos embargos procedera na execução desta carta, até lhe eu mandar o contrario. E assim mando ao juiz, vereadores, procurador e mais officiaes da camara da dita cidade, que ora são e ao diante forem, que deem aos dictos padres todo o favor e ajuda, que lhes comprar, para levarem a dita agua ao dicto collegio, e não impedirão nem contradirão o que nesta se contém, impedindo-a ou alguma pessoa outra, ou official de justiça, o conservador da dita cidade procederá contra os taes, e condemnara nos encoutos, como faz aos que não guardam seus privilegios e os da Universidade, porque assim o hei por meu serviço; e por firmeza de tudo o que dito é, lhes mando dar esta minha carta, por mim assignada, e assellada do meu sello pendente. E esta se enaprirá, sem embargo de qualquer ordenação, provisão ou regimento, que em contrario haja, postoque della se não faça expressa menção, e outrossim sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo quarenta e nove, que diz que se não entenda nunca ser derogada ordenação alguma, se della ou da substancia della se não fizer expressa menção, sem embargo de não ser feita a diligencia, que sobre esta agua mando fazer pelo conservador da Universidade. Miguel Rodriguez a fez em Almirim a 28 de novembro de 79. Manuel Antunes a fiz escrever. EL-REI.

Carta por que vossa alteza faz doação e mercê por esmola ao collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, de tres partes de um annel de agua, que vem a dita cidade. Para vossa alteza ver. Paguei nada por ser por esmola, em Almirim a 3 de dezembro de 1579. E aos officiaes com o sello 805 res. Gaspar Maldonado.

Registada na chancellaria. Pero de Oliveira, folhas 21. Simão Gonçalves Preto.

(Confirmada por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1591.)

(iv. 1.º de confirmação citão, fl. 44 a 45 r.)

XXIX

Sobre os 256000 réis de tença do padre Miguel de Sousa

Eu el-rei faça saber aos que este alvará virem, que o reitor e padres do collegio da companhia de Jesus da cidade de Coimbra, tinham e haviam de minha fazenda 256000 réis de tença cada anno, em vida de Miguel de Sousa, filho de Ayres de Sousa, que Deus perdõe, que ora está na dicta companhia, os quaes 256000 réis de tença toram do dicto padre Miguel de Sousa, que os tinha antes de entrar no dicto collegio, e os renunciou e traspassou nelle por licença del-rei meu senhor e avô, que sancta gloria haja; e a dicta tença era assentada e paga ao dicto reitor e padres do dicto collegio, por uma provisão geral no almoxarifado da dicta cidade de Coimbra, segundo se viu pela dicta provisão, e tendo e havendo elles assim a dicta tença de que foram pagos até o fim do anno de 1568, me largaram e renunciaram do 1.º dia do janeiro do anno 569 em diante, por lhes parecer que a podiam escusar e se sustentar sem ella, e por outros respetos. E foi rota a dicta provisão que da dicta tença tinham, e se riscou do livro de minha fazenda do dicto almoxarifado de Coimbra, onde estava assentada, e o dicto reitor e padres me enviaram ora dizer, que elles tinham muita necessidade dos ditos 256000 réis de tença, e os não podiam escusar para ajuda da sua mantença e sustentação, por serem muitos padres no dicto collegio, e terem muita despesa, pedindo-me que lhes tornasse mandar pagar, assim e da maneira que os tinham, e lhe foram pagos até o tempo que os assim deixaram e renunciaram, do que a mim praz, havendo respeito ao que dizem, e á sua necessidade, e por lhes nisso fazer escusola. E portanto, por este presente alvará, tenho por bem e me praz, que o dicto reitor e padres do dicto collegio da companhia do nome de Jesus, de Coimbra, tenham e hajam de minha fazenda os ditos 256000 réis de tença cada anno, do primeiro dia de janeiro que passou deste anno presente de 561 em diante, em vida do dicto padre

Miguel de Sousa, como os tinham e haviam antes de os assim renunciarem e deixarem. E mando ao meu almoxarife ou recebedor do dicto almoxarifado de Coimbra, que ora é e ao deante for, que do dicto janeiro deste anno em diante lhes dê e pague os dictos 250000 réis cada anno, em vida do dicto Miguel de Sousa, como dicto é, e lhes faça delles bom pagamento aos quartéis por inteiro, e sem quebra, postoque ahí a haja, por este só alvara geral, sem mais outra provisão minha, nem dos veadores de minha fazenda; e pelo traslado deste, que será registado no livro do dicto almoxarifado, pelo escrivão delle, com conhecimento do reitor do dicto collegio, em que declare que o dicto Miguel de Sousa é vivo, e está na dicta companhia, mando aos contadores que lhos levem em conta, e aos veadores de minha fazenda, que lhos façam assentar no livro della, e os levar em cada um anno em o caderno do assentamento do dicto almoxarifado, para lhe nelle serem pagos na maneira que dicto é; e o dicto reitor e padres houveram outro meu alvará da quantia de 500000 réis, que monta na dicta tença dos dous annos passados de 59 e 60, para lhe serem pagos em Antonio de Teive, que serve de meu thesoureiro mór, porque do dicto tempo houve por bem que se lhe pagassem por os deixarem de haver, os dictos dous annos, por causa da dicta renunciação. E este se cumprirá com certidão dum dos escrivães de minha fazenda, de como fica posta verba no assento da dicta tença, que está riscado no livro della, o qual se riscou quando o dicto reitor e padres a renunciaram e deixaram, que houve por bem de lha tornar a mandar pagar, como acima é dicto. E hei por bem que este valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, título vinte, que diz, que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não valham; e valerá este outrossim, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação que manda, que os meus alvarás, que não forem passados pela chancellaria, se não guardem. Jorge da Costa o fez em Lisboa aos 3 dias do mez de fevreiro de 1561. Manuel da Costa o fez escrever. — RAINHA.

Hei por bem e me praz, que os 250000 réis, que o reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, têm, em cada um anno de tença pelo alvará escripto na outra meia folha, desta folha, em vida de Miguel de Sousa, que está na dicta companhia, pagos no almoxarifado da dicta cidade de Coimbra, lhe sejam pagos pela dicta maneira de janeiro, que passou deste anno presente de 565 em diante, no meu thesoureiro mór ou

em quem seu cargo servir em vida do dito Miguel de Sousa, com certidão authentica de como é vivo; pela que mando aos veadores de minha fazenda, que façam riscar o assento dos ditos 250000 réis do livro della, do título do dicto almoxarifado de Coimbra, e assentar no dicto livro, no título do dicto thesoureiro mór, para nelle lhe serem pagos com a dicta certidão authentica, de como o dicto Miguel de Sousa é vivo; e o registo deste dicto alvara, que estava no dicto almoxarifado, se riscou, e se poz nelle verba, em como do dicto janeiro em diante lhe hão de os ditos 250000 réis ser pagos no dicto thesoureiro mór, como se viu por certidão de Ruy Fernandes da Castanheira, que serve de contador do dicto almoxarifado, que foi rota ao assegurar desta, que hei por bem que valha como carta, postoque não passe pela chancellaria, sem embargo das ordenações em contrario. Balthazar de Ponte a fez em Lisboa a 28 de junho de 1565. Eu Alvaro Pires a fiz escrever. — O CARDEAL INFANTE.

Lu. 1.º estado, fl. 74 v., 127 v., e 128. — 2.º estado, fl. 26 v. e 27.

XXX

2006000 réis no almoxarifado de Coimbra ao collegio das Artes

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que eu hei por bem e mi. praz, que o reitor e padres do collegio das Artes, da cidade de Coimbra, tenham e hajam a custa de minha fazenda 2006000 réis em cada um anno, emquanto tiverem cargo e administração do dicto collegio, como ora tem, para cumprimento dos 1:4000000 réis, que lhes tenho ordenado, que hajam em cada um anno para mantimento e despesa dos lentes, officiaes e pessoas necessarias ao dicto collegio, emquanto nelle lerem e o governarem, conforme ao regimento do dicto collegio, porque os 1:2000000 réis, que fallo em, lhe hão de ser pagos á custa das rendas da Universidade da dicta cidade, por outra minha provisão, os quaes 2006000 réis o dicto reitor e padres haverão, e se lhes pagarão como acima é dito, emquanto lhos eu não assentar nas di. tas rendas da Universidade, ou os prover por qualquer outra maneira, de outra tanta renda, porque tanto que os elles houverem por qualquer das di. tas vias, os não haverão dali em diante mais por esta provisão, a qual será então rota, e se riscarão o assento e registo della. E hei por bem, que os

dictos 2000000 réis, lhe sejam assentados no almoxarifado da dita cidade de Coimbra; e mando ao meu almoxarife ou recebedor do dicto almoxarifado de Coimbra, que ora é e ao deante fôr, que do primeiro dia de janeiro de este anno presente de 558 em diante, dê e pague ao dicto reitor e padres do dicto collegio das Artes os dictos 2000000 réis em cada um anno, e lhes faça delles bom pagamento aos quarteis do anno, cada quartel do primeiro rendimento delle por inteiro, e sem quebra alguma, postoque ali a haja, sem esperar pelo caderno do assentamento, que lhe cada anno vae de minha fazenda, e postoque não vão no dito caderno, sem embargo do regimento della, que o contrario dispõe, e não o cumprindo o dicto almoxarife ou recebedor assim, mando ao contador de minha fazenda no dicto almoxarifado, e ao corregedor da comarca da dita cidade, e ao juiz de fora della, a qualquer dellas que por parte do dicto collegio para isso for requerido, que o obrigue e constanja a lhe fazer o dicto pagamento no modo sobredito, em tal maneira, que o dicto reitor e padres sejam sempre em cada um anno bem pagos, e não tenham razão de se agravar, o qual pagamento lhe será feito por este só alvara geral, e por o traslado delle, que se registará no livro do dicto almoxarifado pelo escriptão della, sem seu conhecimento, mando aos contadores, que lhes dêem em conta e ao barão de Alvito, veador de minha fazenda, que lhes faça assentar no livro della, e os levar em cada um anno ao caderno do assentamento do dicto almoxarifado, para lhe serem pagos na maneira que dicto é. E hei por bem que esta valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita e assinada, por minha assigenda, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, título octavo, que diz que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não valham, e valha este outrossim, post que não seja passado pela dita carta, sem embargo da ordenação, que manda que os não se valham, que não forem passados pela chancellaria, se não guardem. Jeron. da Costa o fez em Lisboa ao primeiro dia de fevereiro 1558. Manuel da Costa o fez escrever. -- RAINHA.

El. por bem e me praz que os 2000000 réis, que o reitor e padres do collegio das Artes, da cidade de Coimbra, tem por esta alvara, enquanto lhes não assentar nas rendas da Universidade de Coimbra, ou os prover por qualquer outra maneira, desta tanta renda, pagos no almoxarifado da dita cidade de Coimbra, lhe sejam pagos pela dita maneira, do primeiro dia de janeiro, que passa de este anno presente de 565 em diante, ao seu thesoureiro mor, ou quem seu cargo servir, com certidão

de Martin Gonçalves da Camara, de como lhe não são dados pela dita maneira, pelo que mando aos veadores de minha fazenda, que façam riscar o assento dos ditos 2000000 réis, do livro della, do titulo do dicto almoxarifado, e assentar no dicto livro, no titulo do dicto thesoureiro mór, para nelle lhe serem pagos com a dicta certidão, e o registo do dicto alvará, que estava no dicto almoxarifado, se riscou e se poz nelle verba, em como do dicto janeiro em deante lhe hão os ditos 2000000 réis de ser pagos no dicto thesoureiro mor, como se viu por certidão de Ruy Fernandes da Castanheda, que serve de contador do dicto almoxarifado, que foi rota ao assignar desta, que hei por bem que valha como carta, postoque não passe pela chancellaria, sem embargo das ordenações em contrario. Balthazar do Ponte a fez em Lisboa a 28 de junho de 1565. E eu Alvaro Pires a fiz escrever. — O CARDEAL INFANTE.

Liv. 1.º citado, fl. 74, 89 v. e 90.

XXXI

El-rei manda pagar 2005000 réis de sua fazenda, nesta cidade de Coimbra, para cumprimento de 1:4005000 réis, que o collegio das Artes ha de haver cada anno

D. Sebastião, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalém mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc. Aos que esta minha carta virem, faço saber, que eu passei uma minha provisão ao reitor e padres da companhia de Jesus, que tem o governo e administração do collegio das Artes, da cidade de Coimbra, feita ao primeiro de fevreiro de 1558, para haverem de minha fazenda 2000000 réis, em cada um anno, para cumprimento de 1:4005000 réis, que ordenei que houvessem para mantimento e despesa dos leites, officiaes e pessoas necessarias ao dicto collegio, e dos 1:2005000 réis, que fálleem, lhe passei outra provisão, para os haverem das rendas da Universidade, da dicta cidade de Coimbra, e que os ditos 2005000 réis houvessem em cada um anno de minha fazenda, emquanto lhos não assentaase nas rendas da dicta Universidade, ou fossem providos por outra via de outra tanta renda,

como mais largamente na dicta provisão é declarado; e porquanto o reitor e conselho da dita Universidade de Coimbra, com meu aprazimento, estão ora concordados com o reitor e padres do dicto collegio, sobre os dictos 1:200\$000 réis, que hão de haver pelas rendas da Universidade, sobre que é feita entre elles escriptura do dicto concerto, confirmada por mim, na qual é declarado que os dictos 200\$000 réis, que mais haviam pela provisão de que nesta faz menção, se lhe paguem de minha fazenda, como até ora se lhe pagavam, até fazer applicar e unir em perpetua ao dicto collegio, outra tanta renda ecclesiastica, ou em outra maneira que importe os dictos 200\$000 réis em cada um anno. Vendo eu o muito fructo que por meio dos dictos padres da companhia se faz a Nosso Senhor, não sómente nas lições e estudo das Artes, mas também na doutrina, ensino e costumes dos que as aprendem, hei por bem e me praz que o reitor e padres d'elle tenham e hajam de minha fazenda os dictos 200\$000 réis em cada um anno, em parte do dote, que ordenei que tivessem, e fundação perpetua do dicto collegio, e isto emquanto lhes não fizer applicar e unir em perpetua outra tanta renda ecclesiastica, ou lhes der outra alguma que importe os dictos 200\$000 réis em cada um anno, como dicto é, porque tanto que forem providos de outra alguma renda em logar destes 200\$000 réis, os deixarão de haver ou se lhes abaterão delles outra tanta quantia, como for a renda que se unir em perpetua ao dicto collegio, como já é declarado, os quaes 200\$000 réis assim haverão, e lhes serão pagos pelas rendas do meu almoxarifado da cidade de Coimbra. E portanto mando ao meu almoxarife, recebedor e executor, ou qualquer outro official, que ora ou pelo tempo em diante tiver cargo de receber as dictas rendas, que do primeiro dia de janeiro passado deste anno presente de 1572, em diante, dê e pague ao reitor e padres do dicto collegio os dictos 200\$000 réis em cada um anno aos quartéis d'elle, do primeiro rendimento de cada quartel, por inteiro, e sem quebra alguma, postoque por qualquer via que seja a haja nas rendas do dito almoxarifado, sem esperar pelo caderno do assentamento ou livro dos pagamentos, e postoque não vão no dicto caderno ou livro de pagamentos: e que no tal caderno, ou livro, declare que se não paguem outros alguns dinheiros, salvo os contheudos nos assentos delles, e de qualquer regimento ou provisão, que em contrario haja, porque sem embargo de tudo o hei assim por bem: e não o cumprindo assim o dicto almoxarife, recebedor e executor, ou official outro, que as dictas rendas receber, por esta mando ao corregedor da comarca da dita cidade de Coimbra, ou juiz de fora della, a qualquer delles, que por parte do dicto

collegio para isso fôr requerido, que os obriguem e constrejam a fazer o dicto pagamento, na maneira que dicto é, de modo que o reitor e padres do dicto collegio sejam sempre pagos sem difficuldade, nem oppressão sua; porque assim o hei por bem. O qual pagamento se lhe fará pela dita maneira, por esta minha carta sómente, que será registada no livro da despesa do dicto almoxarife, recebedor ou executor, ou official outro, a que pertencer pelo escrivão do seu cargo, e pelo traslado della, com conhecimento do reitor e padres do dicto collegio, em que declare que até o tal tempo não são providos da renda ecclesiastica, ou outra alguma á conta destes 2000000 réis, ou parte delles. Lhe será levado em conta, o que lhe pela dita maneira pagarem, sem mais outra alguma certidão, nem justificação. Notifico-o assim a D. Martinho Pereira, do meu conselho e vedor de minha fazenda, a quem mando que lhe faça assentar os dictos 2000000 réis no livro della, e levar cada anno nos cadernos do assentamento ou livro dos pagamentos do dicto almoxarifado de Coimbra, para lhe serem pagos das rendas delle, como dicto é; e a provisão de que nesta faz menção, porque até ora haviam os dictos 2000000 réis cada anno, se rompiu ao assignar desta, que se cumprirá com certidão de um dos escrivães de minha fazenda, de como nos livros della fica riscado o assento delles, e posta verba no dicto assento, que não hão de haver pagamento por elle dos dictos 2000000 réis, do dicto janeiro em diante, e outras taes verbas se porão nos registos da dita provisão no livro do dicto almoxarifado, e assim no livro dos pagamentos delle, de que passará uma certidão o escrivão ou escrivães, a que pertencer; e por firmeza do que dicto é, mando passar ao reitor e padres do dicto collegio esta carta, por mim assignada, e assellada de meu sello pendente. Dada na cidade de Lisboa a 7 dias de junho. Jacome de Oliveira a fez, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1572. Sebastião da Costa a fez escrever. — EL-REI.

Assentado. D. Martinho.

Carta por que vossa alteza ha por bem que o reitor e padres da companhia de Jesus, do collegio das Artes, da cidade de Coimbra, tenham e hajam da fazenda de vossa alteza 2000000 réis em cada anno, pagos nas rendas do almoxarifado da dita cidade, de janeiro passado deste anno de 1572 em diante, para cumprimento de 14000000 réis do dote, que vossa alteza ordenou ao dicto collegio, e que os dictos 2000000 réis hajam pela dita maneira, enquanto lhas não fizer applicar e unir *in perpetuum* outra tanta renda ecclesiastica, ou em outra maneira, como nesta carta é declarado; e a outra provisão, que tinham, por que

até ora haviam 2000000 réis cada anno, se rompeu, e que se ponham verbas no registo e assento della. Fica riscado o assento, do que neste padrão se faz menção, e p esta a verba que elle requer. Em Lisboa a 3 de agosto de 1572. Sebastião da Costa. Fica registado este padrão no livro das tenças, que está nestes contos do reino, e casa, no título do almoxarifado de Coimbra, a fl. 110, hoje 6 de agosto de 1572. Antonio do Couto da Costa. Pagou nada, e aos officiaes 13450 réis. Pero Fernandes. Registrada na chancellaria a fl. 76. Belchior Monteiro. Simão Gonçalves Preto. Fica registada a carta de el-rei nosso senhor, atrás escripta, no livro da folha do assentamento do almoxarifado desta cidade de Coimbra, que o dicto senhor mandou enviar á camara della, de sua fazenda, às folhas do dicto livro, na volta 254. Certifico-o assim em Coimbra, hoje 22 de junho de 1572 annos.

E assim se poz a verba no dicto livro, na addição dos dictos 2000000 réis, como requer a carta atrás do dicto senhor. Pagou nada. Pero Cabral.

Confirmada por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1591 e por D. Philippe III a 6 de novembro de 1631.

Liv. 1.º citado, fl. 100 e 101 e. com data de 1 de fevereiro de 1558. Liv. 2.º citad., fl. 61 v. e 66. Liv. 1.º de confirmações citado, fl. 9, 9 v., 10, 10 v. e 11.

XXXII

Que Bastião de Moraes pague ao reitor do collegio de Coimbra
1:300000 réis, que o dicto collegio tem cada anno

Bastião de Moraes, mando-vos que deis para o reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, 1:300000 réis, de que lhes fizo esmola para mantimento dos estudantes do dicto collegio, do tempo de um anno, que começará do primeiro dia do mez de janeiro, que passou deste anno presente de 1557, e pagar lhe-eis logo a metade do dicto dinheiro, de tempo de dous quartéis, e os outros dous quartéis lhe pagareis no principio de cada quartel: e por este, com seu conhecimento ou de seu procurador, mando aos contadores que vos levem os dictos dinheiros em conta; e este não passará pela chancellaria. Adrião Lucio o

fez em Lisboa a 2 de abril de 1557. André Soares o fez escrever.
— Rm.

Liv. 1.ª citada, fl. 29 v

XXXIII

Doação feita pelo bispo de Coimbra ao collegio da sua livraria, e dos doze pannos de armar

Em nome de Deus, amen. Saibam os que este publico instrumento de pura e irrevogavel doação *ob causam* entre vivos, de hoje para sempre virem, que aos 26 de janeiro do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1600, em a cidade de Coimbra, dentro no collegio da companhia de Jesus, onde estava pessoalmente presente o illustrissimo e reverendissimo sr. D. Affonso de Castello Branco, bispo da dicta cidade, conde de Arganil, do consellho de sua magestade, e logo por sua illustrissima senhoria foi dicto perante mim tabellião, e testemunhas ao deante nomeadas, que elle de sua propria e livre vontade, e por serviço do Nosso Senhor, e pelo amor e vontade, que tem ao dicto collegio, e á sua congregação, e ao muito fructo que os religiosos do dicto collegio fazem neste seu bispado, e de toda a companhia em todas partes do mundo, e por saber muito bem a lembrança que ha na companhia de Jesus de encommendar-m a Deus Nosso Senhor todos os seus bemfeitores, e por justas causas e respeito, que para isso havia, e a isso o moveram, sua illustrissima senhoria, dava e doava, e de feito por este publico instrumento deu e doou, e fazia, e de feito por este publico instrumento fez, pura e irrevogavel doação entre vivos, de hoje para sempre a este collegio da companhia de Jesus, desta cidade, em pessoa do muito reverendo padre Jeronymo Dias, reitor delle, e de outros reverendos padres, que presentes estavam, para o uso e serviço do dicto collegio e religiosos delle, das peças seguintes:

Doze pannos de armar dos doze mezes do anno, que sua senhoria illustrissima houve por titulo de compra de D. Brites do Rio, mulher que ficou de D. Jorge de Menezes, que Deus tem, que lhe custaram mil cruzados, conforme aos assignados, que eram em poder do conego João Reiz Banha, nos quaes pannos falta um do theor dos outros, por se perder, e os ter

comprado com condição, que em qualquer tempo que appareça seja tambem seu, e que com esta mesma condição os haverá o dicto collegio, e melhor se melhor em direito poder ser. E assim mais os treze retratos, convem a saber: um de Christo, nosso redemptor, e os doze dos doze apóstolos: e assim os oito paineis da historia de Tobias e assim mais o retrato del-rei D. João III de gloriosa memoria, em lembrança e memoria de elle ser o auctor e fundador do dicto collegio. E assim mais toda a livraria de sua illustrissima senhoria, que ora tem, e ao deante fôr ajuntando, e se achar ao tempo de seu fallecimento, tirando somente suas prégacoes e cartapacios, porque disto fará sua illustrissima senhoria o que fôr servido. E assim tambem haverá o dicto collegio as cortinas de tafetá verde com as vergas de ferro em que se armam, assim como estão na dicta livraria, e cobrem os paineis de Tobias. E todas estas cousas, assim todas e da maneira que pertencem a sua illustrissima senhoria, e melhor se melhor em direito poder ser com somente sua illustrissima senhoria reservar para si o uso de todas estas cousas de cada uma dellas enquanto viver, mas de hoje em deante sua illustrissima senhoria se constitue por simples possuidor de todas ellas, e de cada uma dellas, em nome do dicto collegio e padre delle, e no dicto collegio se elle renuncia e traspassa todo o direito e acção e dominio, que tem e póde ter nas dictas peças todas, e em cada uma dellas, e em outra qualquer disposição, que dellas e de cada uma dellas possa ou queira em qualquer tempo fazer ou entender. Porque esta doação se cumprirá em todo e por todo, e pelo melhor modo que de direito possa ser, e em direito mais valer, e fôr mais util e proveitoso ao dicto collegio, porque nesta fórma sua illustrissima senhoria promette e obriga todos seus bens a lhe fazer esta doação boa, em juizo e fora dello, e a não revogar nem reclamar por nenhum modo que seja. O que assim disse o dicto padre reitor Jeronymo Dias, que presente estava, que recebia e aceitava, e de feito recebeu e aceitou, em nome do dicto collegio, e desta maneira; e assim sua illustrissima senhoria com elle padre reitor, em fé e testemunho de verdade, assim o outorgaram, e este instrumento, em que assignaram, mandaram ser feito nesta nota, de que pediram e outorgaram e aceitaram todos e quantos deste thesor cumprirem, e os que lhe forem necessarios que as partes, a que tocar, considerarão, em cujo nome e das mais partes a que isto pertença e possa pertencer, eu tabellião, como pessoa publica estipulante e aceitante, todo estipulo e aceito, quanto em direito posso e devo, sendo a tudo isto testemunhas presentes, que em esta nota com sua illustrissima senhoria e padre reitor assignaram, Antonio Marques, escrivão do dicto collegio, An-

tonio Gaspar, crendo de mim tabellião, o Antonio de Gouvêa, que o escrevi. O qual instrumento eu, sobredito Antonio de Gouvêa, tabellião publico de notas, por el rei nosso senhor, em esta dicta cidade de Coimbra, e seus termos, em minhas notas e livro dellas tomei e escrevi, donde na verdade fiz trasladar, concertei, e subscreevi, e o passei ao dicto collegio, e assignei aqui em publico. Antonio de Gouvêa, tabellião, que o escrevi.

Documentos relativos aos jesuitas e Universidade de Coimbra, I se na Bibliotheca da Universidade de Coimbra, todos dos perscrivos e foras da causaria municipal de Coimbra, 2.ª ed., pag. 71 e 72. Indica e enumera os estados, 1.º parágrafo, pag. 24. Re esta de educação e ensino, n. 10, de outubro de 1895, pag. 171 a 173.

XXXIV

Sobre o assento do regimento do collegio das Artes,
e terras que para mantimento delle se haviam de separar

Rector, lentes, deputados e conselheiros da Universidade da cidade de Coimbra, eu el-rei vos envio muito sautar. El-rei meu senhor e avô, que sancta gloria haja, havendo respeito ao muito fructo que os padres da companhia de Jesus faziam nos collegios que tomavam a seu cargo, e confiando que assim o fariam entregando-lhes a governança e a administração do collegio das Artes, que mandou fazer nessa Universalidade, houve por bem que os dictos padres tomassem e tivessem a governança do dicto collegio a seu cargo, e lha mandou entregar com toda a jurisdicção, administração, preeminencias e liberdades, que ao dicto collegio tinha concedidas; e vendo eu ora o grande proveito que se seguia assim nas letras, como nos costumes, ensino e boa criação dos que no dicto collegio ouvissem, depois que a governança delle aos dictos padres foi entregue, e confiança que por ser obra de serviço de Nosso Senhor com sua ajuda e boa diligencia dos ditos padres a virtude e sciencia no dicto collegio se ra cada vez mais or e irá em crescimento, houve por bem que conforme ao que el-rei meu senhor e avô tinha com os padres ordenado e assentado, elles em nome de toda a companhia se obrigassem a ter sempre o dicto collegio provido dos lentes, ordenados e necessarios para exercicio e ensino das linguas latina, grega e hebraica, e para os cursos das artes e lição de mathematicas com as mais obrigações e declarações que se exprimirão no contracto que se disseo

ha de fazer, e porque a obrigação de ter o dicto collegio provido de livros e do mais que para bem e perfeição delle é necessario e tão proprio da obrigação, para que a Universidade foi ordenada e dotada por el rei meu senhor, e tão principal por ser fundamento de todas as faculdades e sciencias superiores, que na dicta Universidade se bem e se aprende, pela qual razão as rendas della estão obrigadas ás despesas do dicto collegio, e pois as dictas rendas, segundo se sabe por certa informação das pessoas, que nas cousas da fazenda e rendas da dicta Universidade entenderam e as arrendaram por mandado del-rei meu senhor, podem supprir as dictas despesas, que até agora se suppriam á custa da fazenda de sua alteza e minha, o que daqui em diante não deve ser, pois a Universidade pôde satisfazer a esta sua obrigação; houve por bem, conforme ao que sua alteza tinha determinado, de ordenar que das rendas da dicta Universidade se applicassem ás despesas do dicto collegio com as condições e declarações acima dictas, cousas que rendessem em cada um anno 1:400:000 réis, que é o que pouco mais ou menos com o dicto collegio se despendia á custa da fazenda del-rei, meu senhor, e o que me constou que aos dictos padres era necessario para sustentação do dicto collegio, e para poderem satisfazer a obrigação, com que o recebem e o hão de sustentar, e porque segundo a informação que tenho das pessoas que arrendaram as dictas rendas, e as certidões dos arrendamentos dellas, feitas do anno de 545 até o ultimo arrendamento que se fez neste anno presente de 557, parece que as rendas e cousas que a Universidade tinha, estando em Lisboa, e que agora por ser transferida a essa cidade possui, e a quinta e renda de Trancão e as rendas do Alverge e de Poiares com a quinta de Pombal, feita a massa do que verdadeiramente valem de renda pelos dictos arrendamentos, poderiam valer pouco mais ou menos os ditos 1:400:000 réis em cada um anno, houve por bem de as applicar e appropriar ás despesas do dicto collegio para o dicto effeito, ficando aos dictos padres a obrigação de as arrendar, grangear ou recolher, e toda livre e inteira administração das dictas rendas e cousas de modo, que se em alguns annos as rendas das dictas cousas não chegarem a dicta quantia de 1:400:000 réis, a dicta Universidade elles não seja obrigada a mais, nem elles obrigados a tomar o que em alguns annos as dictas rendas mais rendem, havendo respeito a se lhes entregarem as dictas rendas e cousas nesta estimação, para que crescendo cresçam para elles sem por isso serem obrigados a fazer mais no dicto collegio, que o que por seu contracto foram obrigados nem menos do que da dicta obrigação for declarado, ainda que nas dictas rendas haja diminuição, e porque para

conclusão da dicta applicação ao dicto collegio pela maneira acima declarada, e assim para estar presente ao fazer do contracto da obrigação que os ditos padres, em nome da companhia, hão de fazer comingo como padroeiro e protector da Universidade me pareceu bem, que houvesse alguma pessoa com poder e auctoridade da Universidade, e que por ser cousa que ao bem della tanto cumpre deve ser o reitor, vos encommendo muito que para acabar de concluir este negocio assim e da maneira que el rei, meu senhor, ordenava de fazer, e eu o hei por bem, ordeno que se faça, deis cumprido e inteiro poder ao dicto reitor para vossa abastante procuração e assim para concluir e assentar quaesquer outros negocios e duvidas, que a Universidade tiver com o mosteiro de Sancta Cruz, e quaesquer pessoas sobre quaesquer negocios e cousas; e eu escrevo ao reitor, D. Manuel de Menezes, que com o dicto poder e procuração venha a mim para com sua vinda acabar de assentar tudo o que a bem da dicta Universidade e meu serviço nas dietas cousas cumpir, e para vos dar esta minha carta, e me trazer vossa resposta, mando Pero Gomes Madeira, meu capellão: agradecer-vos-hei despachardel-o com toda a brevidade, como de vos confio. André Sardinha a fez em Lisboa a 5 dias de outubro de 1557. Manuel da Costa a fez escrever. — RAINHA.

Liv. 1.º citado, fl. 86 r.º, 87 e 87 v.

XXXV

Para o reitor da Universidade, D. Manuel de Menezes,
sobre vir á côrte assentar a renda do collegio das Artes

D. Manuel de Menezes, eu el-rei vos envio muito saudar. Encommendo-vos que com muita brevidade façaes tomar conclusão na procuração, que mando á Universidade que vos faça, para concluir o negocio da applicação da renda do collegio das Artes assim pela maneira, que o tenho ordenado, e que vos vereis pela carta que sobre isso escrevo á Universidade, e para assentar os mais negocios com Sancta Cruz, e com quaesquer pessoas e em quaesquer negocios e duvidas que tocarem á Universidade, e tanto que tiverdes concluido o negocio da dicta procuração vireis a mim, para com vossa vinda tomar conclusão e assento final nos dictos negocios; em vosso logar, pelo tempo

que durar vossa ausencia, ordenareis quem fique por reitor e sirva o dicto cargo. Eu mando com estas cartas Pero Gomes Madeira, meu capellão, para que as dê, e traga a resposta; fal-o-heis despachar com toda a brevidade. Jorge da Costa a fez em Lisboa a 5 dias de outubro de 1557. Manuel da Costa a fez escrever. — RAINHA.

Liv. 1.º citado, fl. 87 v. e 88.

XXXVI

A Universidade é obrigada a pagar 1:200\$000 réis,
em cada anno, ao collegio das Artes

Eu el-rei mando a vós, recebedor das rendas da Universidade da cidade de Coimbra, que ora sois e ao deante fôrdes, que deis e pagueis, em cada um anno, ao reitor e padres do collegio das Artes, da dicta cidade, 1:200\$000 réis, que hei por bem, que hajam á custa das rendas da dicta Universidade, em parte de 1:400\$000 réis, que ordenei que houvessem para seu mantimento e sustentação do dicto collegio, porque os 200\$000 réis, que para cumprimento lhes fallecem, mando dar por outra minha provisão á custa de minha fazenda, enquanto lhos não assentar nas rendas da dicta Universidade ou em outra qualquer renda, os quaes 1:200\$000 réis lhe pagareis ás terças do anno nos tempos, que se fazem os pagamentos aos lentes e officiaes da dicta Universidade, mostrando certidão do dicto reitor do dicto collegio, de como se leram na terça, que se lhos houver de pagar, todas as classes e cadeiras, que por seu regimento são obrigados ler, e que para todas tiveram lentes, e por falta delles se não deixou de ler alguma das dictas classes e cadeiras, conforme ao regimento do dicto collegio; o qual pagamento dos dictos 1:200\$000 réis lhe fareis, em cada um anno, por virtude desta minha provisão geral e por mandado, que para a dicta quantia lhe ser paga para vos passarão no principio de cada anno o reitor da dicta Universidade, e a dicta certidão do dicto reitor do collegio, primeiro que façaes outro algum pagamento da dicta terça a pessoa alguma, e satisfeitos os padres do dicto collegio o que por razão da tal terça lhes fôr devido, acudireis com o remanescente ás pessoas, que pelo reitor da Universidade fôr mandado; o sendo caso que por algumas das certidões do reitor do dicto

collegio se mostre, que nelle se deixou de ler alguma ou algumas das ditas classes e cadeiras por algum tempo, vós levaréis a tal certidão ao reitor da dita Universidade, para a elle ver e declarar por seu assignado nas costas della a quantia, que se ha de descontar pelo tempo, que se a dieta classe ou classes deixaram de ler, e lhe descontareis e pagareis menos a tal quantia do que montar naquella terça; e o dicto 1:200,000 réis começarão o dito reitor e padres do dicto collegio de vencer e haver do primeiro dia do mez de abril deste anno presente de 500 em diante, e no fim dos primeiros tres mezes do dicto anno, que se acabam ao derradeiro dia de junho lhes pagareis 300,000 réis que lhes nelles montam, e no fim do mez de setembro, logo seguinte, lhe pagareis outros 300,000 réis, e do primeiro dia de outubro deste presente anno em diante lhe fareis pagamento dos ditos 1:200,000 réis cada anno as terças, cada terça, no fim delle, como se costuma fazer aos leitos e officies da dita Universidade, e isto todo o tempo, que o dicto reitor e padres tiverem cargo o administração do dicto collegio das Artes, como ora tem; e tanto que se ordenar prebendeiro das rendas da dieta Universidade, hei por bem e mando que o tal prebendeiro lhe faga o dito pagamento dos ditos 1:200,000 réis, em cada um anno pela maneira acima dita, e havendo mais de um prebendeiro lhes pagará aquelle que receber as rendas das egrejas da Beira e das capellas de Santa Catharina, o qual prebendeiro sera a isso especialmente obrigado, e pelo traslado desta provisão, que sera registada no livro de vossa despesa pelo escrivão de vosso cargo, com o dito mandado do reitor da Universidade, e conhecimento do dicto reitor do collegio, e sua certidão de como em cada terça se nelle leram todas as classes e cadeiras, segundo a uma e declarado, mando que seja levado em conta a vós, dicto recebedor, o que lhe assun pagardes, e ao prebendeiro, o que do seu tempo pagar no modo sobredito; e hei por bem que este alvara valha e tenha força e vigor, com o se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada pela minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte, que diz, que as cousas, cujo effetto houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvaras não valham; e valera este outrossim, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação que manda, que os meus alvaras que não forem passados pela chancellaria se não guardem. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 28 de janeiro de 1555. Manuel da Costa o fez escrever. — RAISNA.

Lac. 1.º titulo, ff. 107 r., 108 e 108 v.

XXXVII

Para o collegio de Coimbra receber os 505000 réis,
da tença de D. Gonçalo

Eu el-rei faço saber a quantos este meu alvará virem, que o reitor e collegiães do collegio da companhia de nome de Jesus da cidade de Coimbra me enviaram dizer, que D. Gonçalo da Silva, filho do conde de Sortella, que Deus perdõe, que ora está no dicto collegio, renunciou nelle 505000 réis de tença, que de mim tem cada anno, em dias de sua vida, pedindo-me que houvesse por bem a tal renunciação; e porque eu fui certo por um instrumento publico, que o dicto D. Gonçalo disse tinha feito, de como por serviço de Nosso Senhor, e por outros justos respectos, renunciava e traspassava no dicto collegio a dicta tença, e me pedia que o houvesse por bem; por folgar de lhes fazer mercê por casola, me praz e hei por bem que o dicto collegio tenha, e haja os dictos 505000 réis de tença cada anno de janeiro, que passa de este anno presente de 1546 em diante, em quanto o dicto D. Gonçalo fôr vivo, postoque faça profissão. E mando ao almoxarife ou recebedor do almoxarifado da dicta cidade de Coimbra, que ora é e qualquer que ao deante fôr, que do primeiro dia do dicto mez de janeiro em diante, dê e pague ao dicto collegio de Jesus cada anno, os dictos 505000 réis, nos quartos do anno por inteiro e sem quebra, postoque ali haja, por este só alvará geral, sem mais outra provisão minha nem dos veadores de minha fazenda, pondo-se primeiro verba nos livros da fazenda, onde a dicta tença está registada, de como eu isto have assim por bem, e pelo traslado d'iste que será registado no livro da despesa do dicto almoxarifado pelo esrivão do almoxarifado e conhecimento do dicto reitor, em que declare que o dicto D. Gonçalo é vivo, mando que lhe seja levada em conta a dicta tença cada anno que lha assim pagar. Isto quero e me praz que valha, tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada pela chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte, que diz que as cartas cujo effeito houver de durar mais de anno e dia, passem por cartas, e passando por alvarás, não valham; e outrossim valerá, postoque não passe pela chancellaria, sem embargo da

ordenação do dicto livro em contrario. Escripto em Santarem a 10 dias de setembro de 1546. - Rei.

Liv. 1.º estudo, fl. 6 v. e 7.

XXXVIII

Sobre os 500000 réis de tença do padre D. Gonçalo

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que o reitor e padres do collegio da companhia de Jesus da cidade de Coimbra, tinham e haviam de minha fazenda 500000 réis de tença, cada anno, em vida de D. Gonçalo da Silveira, filho do conde de Sortelha, que Deus perdõe, que ora está na dicta companhia, os quaes 500000 réis de tença foram do dicto D. Gonçalo, que os tinha antes de entrar no dicto collegio e os renunciou e traspassou nelle, por licença del-rei, meu senhor e avô, que sancta gloria haja, e a dicta tença era assentada e paga ao dicto reitor e padres do dicto collegio, por alvará geral no almoxarifado da dicta cidade de Coimbra, segundo se viu pelo dicto alvará. E tendo e havendo elles assim a dicta tença, de que foram pagos até fim do anno de 558 ma largaram e renunciaram do anno de 559 em diante, por lhes parecer que a podiam escusar, e se sustentar sem ella, e por outros respetos; e foi roto o dicto alvará que da dicta tença tinham e se riscou do livro de minha fazenda e do dicto almoxarifado de Coimbra, onde estava assentada; e o dicto reitor e padres me enviaram ora dizer, que elles tinham muita necessidade dos dictos 500000 réis de tença, e os não podiam escusar para ajuda de sua manutenção e sustentação, por serem muitos padres no dicto collegio e terem muita despesa, pedindo-me que lhos mandasse tornar e pagar assim e da maneira que os tinham e lhe foram pagos até o tempo que os assim deixaram e renunciaram; do que a mim praz havendo respeito ao que dizem, e á sua necessidade, e por lhes nisso fazer esmola, e portanto por este presente alvará, tenho por bem e me praz, que o dicto reitor e padres do dicto collegio da companhia do nome de Jesus de Coimbra, tenham e hajam de minha fazenda os dictos 500000 réis de tença, cada anno, do primeiro dia de janeiro que passou deste anno presente de 561 em diante, em vida do dicto D. Gonçalo, assim como os tinham e haviam antes de os assim renunciarem e deixarem; e mando ao meu almoxarife ou recebedor do dicto almo-

xarifado de Coimbra, que ora é e ao deante fôr, que do dicto janeiro deste anno em diante, lhes dê e pague os dictos 50,000 réis cada anno, em vida do dicto D. Gonçalo, como dicto é, e lhes faça delles bom pagamento aos quartéis por inteiro e sem quebra postoque ali a haja, por este só alvará geral, sem mais outra provisão minha, nem dos veadores de minha fazenda, e pelo tractado desto, que será registado no livro do dicto almoxarifado pelo escripto d'elle, com conhecimento do reitor do dicto collegio, em que declare que o dicto D. Gonçalo é vivo e está na dicta companhia, mandando aos contadores que lhos levem em conta, e aos veadores de minha fazenda que lhos façam assentar no livro d'ella, e os levar em cada um anno no caderno de assentamento do dicto almoxarifado, para lhe nelle serem pagos na maneira que dicto é. E o dicto reitor e padres houveram outro meu alvará de 100,000 réis, que monta na dicta tença dos dois annos passados, de 50 e 50, para lhe serem pagos em Antonio de Teive, que serve de meu thesoureiro mór, porque do dicto tempo houve por bem que se lhes pagassem por os deixarem de haver os dictos dois annos por causa da dicta renunciação; e este se cumprirá com certidão de um dos escriptores de minha fazenda, de como fôr posta verba no assento da dicta tença, que está riscado no livro della, o qual se riscou quando o dicto reitor e padres a renunciaram e deixaram, que houve por bem de lha tornar e mandar pagar, como acima é dicto. E hei por bem que este valha, e tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, título vinte, que diz que as couzas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não valham, e valerá outrossim posto que não seja passado pela chancellaria sem embargo da ordenação, que manda que os meus alvarás, que não forem passados pela chancellaria, se não guardem. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 3 dias do mez de fevereiro de 1561. Manuel da Costa o fez escrever. — RAINHA.

Ver. 1.º citado, fl. 127 e 127 v

XXXIX

**Ao reitor e deputados da Universidade de Coimbra,
sobre o assento que se toma da renda do collegio das Artes**

Reitor, lentes, deputados e conselheiros da Universidade da cidade de Coimbra, eu el-rei vos envio muito saudar. Por outra minha carta vos faço saber o assento e determinação, que tomei, e hei por bem que se cumpra, ácerca de 1:400\$000 réis, cada anno, que se hão de pagar aos padres da companhia de Jesus, que ora tem cargo e administração do collegio das Artes nessa Universidade, e assim sobre o mais que toca ao governo do dicto collegio, e porque para maior conformidade e firmeza do dicto assento, e determinação é razão, que se saiba em todo tempo, que eu o ordenei com aprazimento da Universidade, á qual folgarei sempre de fazer mercê, vos encommendo e mando que envieis ao reitor, D. Manuel de Menezes, poder comprido e procuração bastante, para se o dicto assento e determinação effectuar, e acabar pela ordem e maneira, que se contém na dicta minha carta; o que cumprireis e fareis com toda diligencia, para que traga a dicta procuração Pero Gomes, meu capellão, a quem escrevo, que se venha logo com ella. André Sardinha a fez em Lisboa ao primeiro dia do fevreiro de 1558. Manuel da Costa a fez escrever. — RAINHA.

Liv. 1.ª citado, fl. 105.

XL

**Para a Universidade sobre a determinação,
que sua alteza tem ácerca de 1:600\$000 réis de mantimento
do collegio das Artes**

Reitor, lentes, deputados e conselheiros da Universidade da cidade de Coimbra, eu el-rei vos envio muito saudar. Eu ouvi o reitor, D. Manuel de Menezes, no negocio da assignação e applicação dos 1:400\$000 réis ao collegio das Artes, de que os padres

da companhia de Jesus tem a administração e governança, por mandado del-rei, meu senhor e avô, que sancta gloria haja, e o dicto D. Manuel me apresentou por parte da Universidade as razões e inconvenientes, por que vos parecia que não convinha effituar-se o dicto negocio pela ordem e maneira que vol-o escrevi, e visto tudo, por alguns justos respeito, e por fazer mercê à Universidade, hei por bem que os dictos padres da companhia, enquanto tiverem cargo e administração do collegio, e cumprirem as obrigações d'elle, conforme ao regimento del-rei meu senhor e avô, de que usário enquanto lhes eu não ordenar outro regimento, tenham e hajam á custa das rendas da Universidade 1:200,000 réis, em cada um anno, pagos ás terças do anno, como costumam pagar os lentes e officiaes da dicta Universidade, e que da dicta quantia de 1:200,000 réis lhe passe o reitor da Universidade, em cada um anno, no principio d'elle, mandado para lhe serem pagos ás terças, com certidão do reitor do dicto collegio em cada terça, de como nella se leram todas as classes ordenadas no dicto collegio, e todas as cadeiras de artes e linguas, e das mais que pelo dicto regimento forem obrigados a ler, e para que os dictos padres da companhia, e assim os lentes e officiaes da Universidade sejam bem pagos, hei por bem que as rendas d'ella se arrecadem por um prebendeiro ou por mais prebendeiros, segundo melhor e mais necessario parecer, os quaes serão obrigados pagar a termo certo das ditas terças; e havendo mais de um prebendeiro aquelle, com quem ficarem as rendas das igrejas da Beira e das capellas de Sancta Catharina, será obrigado a pagar os 1:200,000 réis aos dictos padres ás terças, pela maneira aima dicta, primeiro que faça outro algum pagamento ou despesa; e satisfeitos elles do que lhes couber á sua terça entregará o que lhe della remanescer, a quem lhe fór mandado pelo reitor da Universidade, e isto com declaração que se pela certidão do reitor do collegio constar ao reitor da Universidade, a quem o dicto prebendeiro a levará, antes de fazer pagamento da tal terça, que no dicto collegio se não leu alguma classe ou cadeira das que, conforme ao dicto regimento, os dictos padres são obrigados ler, por elles não provirem de lente para tal classe ou cadeira, o dicto reitor da Universidade lhe faça descontar e pagar menos do que na dita terça haviam de haver, soldo á dita, aquella quantia que bem lhe parecer por o tempo, que se não leu a dita classe ou cadeira, não passando o que assim affitar, e se houver de descontar, da quantia do salario que ao lito da tal classe ou cadeira é ordenado pelos estatutos, que tratam da ordem e salario dos lentes do dicto collegio e administração d'elle, quando os dictos padres o não tivessem a seu cargo,

e o não administrassem e regessem, os quizes 1:2000000 réis hei por bem, que os dictos padres vençam, e comecem de haver do primeiro dia de abril deste anno presente de 500 em diante, e lhe sejam pagos no recebedor ou prebendario, das dietas rendas da Universidade, e que os 2000000 réis que fallecem para cumprimento dos dictos 1:4000000 réis, que hei por bem que aos dictos padres se dêem, por cumprirem as obrigações do dicto collegio, se lhe paguem á custa de minha fazenda, em cada um anno, enquanto lhes não assentar nas rendas da Universidade, ou em qualquer outra renda, a qual eu tambem procurarei e suppriréi á Universidade, quando as rendas della não bastarem, para pagamento dos lentes e officiaes que houver nella, e para as obrigações que ao tal tempo a dicta Universidade tiver. E quanto á superintendencia e superioridade do dicto collegio, eu depois do ter sobre isso ouvido D. Manuel, e vistas as razões que elle por parte da Universidade apresentou, para o que tocava ao dicto collegio, haver de ficar debaixo da jurisdicção do reitor e conselho, como membro della, e por alguns justos respeitoes, que pareceram de mais serviço de Nosso Senhor, e que cumpria mais á quitação da Universidade, e a meu serviço, e a bem do que do dicto collegio se pretende e espera, hei por bem de avoar e reservar para mim a superioridade e visitação do dicto collegio, para o mandar visitar e ver, quando tiver informação que cumpre, e vir que é necessario, e que o reitor e conselho da Universidade se não intromettam em as cousas, que á governança do dicto collegio pertencerem, e lhes cumpram e guardem inteiramente todos os privilegios, liberdades, graças, exempções, que tiverem por minhas provisões, e pelas que o dicto senhor rei, meu avô, concedeu ao dicto collegio, pelo que vos encaminando muito, que deis todo o favor e ajuda, para que os dictos padres com maior vontade prosigam o cuidado e diligencia, que até o presente mostraram na boa ordem, creação e exercicio do dicto collegio, porque receberei disso muito contentamento, e alem de o vós assim por este respeito, e por me servir, fizerdes, e de a obra ser de tanto serviço de Nosso Senhor, e bem commum de meus reinos e senhorios, os padres folgarão de deusir da sua parte de algumas cousas, que el-rei, meu senhor, e eu em favor do dicto collegio lhe tinhamos concedidas. Jorge da Costa a fez em Lisboa no primeiro dia de fevereiro de 1558. Manuel da Costa a fez escrever. - RAINHA.

XLI

Por que sua alteza fez esmola e mercê de 200\$000 réis, cada anno,
pagos em Aveiro

Eu el rei faço saber a vós, meu almoxarife ou recebedor do almoxarifado de Aveiro, que ora sois e ao deante fôrdex, que eu hei por bem e me praz, por fazer esmola ao reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, que elles tenham e hajam de minha fazenda 200\$000 réis em cada um anno, pagos nesse almoxarifado, para ajuda de sua manutenção, emquanto lhes não fizer unir com effeito ao dicto collegio a egreja de Sampaio do Caria, e os dictos padres não houverem o rendimento della, ou outra tanta renda, como são os dictos 200\$000 réis, por outra qualquer maneira que lhes eu applique ou faça applicar; e portanto vos mando, que do primeiro dia de janeiro deste anno presente de 1558 em diante lhe deis e pagueis os dictos 200\$000 réis cada anno, e lhe façaes delles bom pagamento aos quartéis do anno, cada quartel do primeiro rendimento delle por inteiro, e sem quebra, postoque ali a haja, por este só alvará geral, sem esperar pelo caderno do assentamento, que vos cada anno vae de minha fazenda, e postoque não vão no dicto caderno, sem embargo do regimento em contrario; e não o cumprindo vós assim, mando ao contador de minha fazenda desse almoxarifado, e ao ouvidor da dieta villa de Aveiro, e juiz de fora della, a qualquer delles, que por parte do dicto collegio para isso for requerido, que vos obrigue e constranja a lhe fazer o dicto pagamento no modo sobredito, em tal maneira, que o dicto reitor e padres sejam sempre em cada um anno bem pagos, e não tenham razão de se agzravar. E por o traslado deste alvará, que será registado no livro desse almoxarifado pelo escrivão dell, com seu conhecimento e certidão do doutor Antonio Pinheiro, de como não são providos da dieta egreja de Sampaio do Caria, ou doutra equivalente renda aos dictos 200\$000 réis, mando aos contadores que vol-os levem em conta, e ao barão de Alito, veador de minha fazenda, que lhes faça assentar no livro della, e os levar cada anno no caderno do assentamento desse almoxarifado, para lhe nelle serem pagos pela dicta maneira. E hei por bem que este alvará valha, e tenha força e vigor, como ao fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e

passada por minha chancellaria, e postoque por ella não seja passado, sem embargo das ordenações do segundo livro, que o contrario dispõe, Jorge da Costa o fez em Lisboa a 3 dias do mez de fevereiro de 1558. Manuel da Costa o fez escrever.

RAINHA.

Hei por bem e me praz que os 2000000 réis, que o reitor e padres do collegio de Jesus, de Coimbra, tem pelo alvara atrás escripto, enquanto lhe não fizer unir com effeito ao dicto collegio a egreja de Sampaio de Caria, e os ditos padres não houverem o rendimento della, ou outra tanta renda por outra qualquer maneira, pagos no almoxarifado de Aveiro, com certidão do doutor Antonio Pinheiro, de como não são providos, lhe serão pagos pela dicta maneira de janeiro, que passou deste anno presente de 565 em diante, no meu thesoureiro mór, ou em quem seu cargo servir, com a dicta certidão de como não são providos pela dicta maneira, pelo que mando aos vedores de minha fazenda, que façam riscar o assento dos ditos 2000000 réis do livro della, do titulo do dicto thesoureiro mór, para nelle lhe serem pagos com a dicta certidão. E o registo de ste alvara, que estava no dicto almoxarifado, se riscou, e se fez verba nelle, em como, do dicto janeiro em diante, lhe hão os ditos 2000000 réis de ser pagos no dicto thesoureiro mór, como se viu por certidão de Ruy Fernandes da Cistanda, que serve de contador do dicto almoxarifado, que foi rota ao assignar desta, que hei por bem que valha como carta, postoque não passe pela chancellaria, sem embargo das ordenações em contrario. Balthazar de Ponte a fez em Lisboa a 28 de junho de 1565. E eu, Alvaro Pires, a fiz escrever. — O CARDEAL INFANTE.

Liv. 1.º citado, fl. 30 e 30 v. Liv. 2.º citado, fl. 20 e 20 v.

XIII

Sua alteza ha por bem que o collegio de Jesus haja 3000000 réis mais de renda no almoxarifado de Coimbra, enquanto não houver effeito a annexação do mosteiro de Nossa Senhora de Carquero

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que eu hei por bem e me praz, por fazer esmola ao reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, que elles tenham e hajam da minha fazenda 3000000 réis, em cada um anno, no almoxarifado

de Coimbra, dos 3000000 réis, que lhe el-rei meu senhor e avô, que sancta gloria haja, fazia esmola em cada um anno, por seus mandados verbaes, para matutega dos padres do dicto collegio, porque os 6000000 réis que fallecem lhe mando dar por outra lanha provisão em cada um anno, no dicto almoxarifado, os quaes 3000000 réis, cada anno, o dicto reitor e padres do dicto collegio terão e haverão, enquanto não ha effeito a união do mosteiro de Nossa Senhora de Carquere, que eu mando supplicar ao santo padre para o dicto collegio, e enquanto o dicto collegio não ha com effeito a renda do dicto mosteiro, por razão da di ta união; e portanto mando ao meu almoxarife ou recebedor do dicto almoxarifado de Coimbra, que ora é e ao deante for, que do primeiro dia de janeiro, que passou deste anno presente de 558 em diante, dê e pague ao reitor e padres do dicto collegio os dictos 3000000 réis, cada anno, e lhe faça delles bom pagamento aos quartéis, cada quartel do primeiro rendimento delle por inteiro, e sem quebra, postoque a ali haja, por este so alvará geral, com certidão do doutor Antonio Pinheiro, de como a di ta união não é effectuada, e a di ta renda não está ainda livre para o dicto collegio, e far lhe-ha o dicto almoxarife o dicto pagamento, sem esperar pelo caderno do assentamento, que lhe cada anno vai de minha fazenda, e postoque não vão havidos no dicto caderno, sem embargo do regimento della em contrario; e não o cumprindo elle assim, mando ao contador de minha fazenda, no dicto almoxarifado, e ao corregedor da camara da di ta cidade, e ao juiz de fora della, a qualquer dellas, que o dicto reitor e padres para isso requirerem, que o obreque e coestranja a lhe pagar os dictos 3000000 réis, cada anno, no modo sobre-dito, e o executem porisso em seus bens, e fazenda, e de seus fidejores, em tal maneira que sejam delles sempre bem pagos, e não tenham razão de se aggravar, e pelo traslado deste alvará, que será registado no livro do dicto almoxarifado pelo escriptão delle, com seu conhecimento, e a di ta certidão do doutor Antonio Pinheiro, mando aos contadores, que lhas levem em conta, e ao barão de Alvão, veador de minha fazenda, que lhe fica assentar os dictos 3000000 réis no livro della, e os levar cada anno no caderno do assentamento do dicto almoxarifado, para lhe nelle serem pagos como acima é dicto. E hei por bem que este valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vanto, que diz, que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não valham; e valerá este outrosim, postoque não seja

passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação, que manda que os meus alvarás, que não forem passados pela chancellaria, se não guardem. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 12 dias de fevereiro de 1558. Manuel da Costa o fez escrever. -- RAINHA.

Liv. 1.º citado, fl. 91 r. e 92. Liv. 2.º citado, fl. 12 e 23 r.

XLIII

Sua alteza manda dar ao collegio de Jesus 600000 reis em cada um anno no almotarifado de Coimbra

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que havendo respeito á muita obrigação, que os reis deste reino têm á conversão dos infieis dos reinos e provincias de suas conquistas, e á conservação e ensino das pessoas, que nos ditos reinos e provincias tem recebido nossa sancta fé catholica, assim por serem os ditos reinos e provincias de sua conquista, como por estarem os dizimos e frutos ecclesiasticos dos ditos reinos e provincias por bullas dos sanctos padres applicados á ordem e cavallaria do mestrado de Nosso Senhor Jesus Christo, da qual eu e os reis destes reinos, meus successores, somos governadores e perpetuos administradores, e havendo outrossim respeito a el rei, meu senhor e avô, que sancta gloria haja, por ver que o estatuto dos padres da companhia de Jesus era dedicado e appropriado principalmente ás dietas obrigações, mandou pedir ao santo padre Paulo III, que ao tal tempo presidia na egreja de Deus, que enviasse a estes reinos alguns dos ditos padres, para lhes ordenar na Universidade, da cidade de Coimbra, um collegio com renda, de que se podessem sustentar ao menos continuos cem religiosos da dita companhia, dos quaes se podiam esperar com a ajuda de nosso senhor, que podessem ir pelo tempo em diante muitos delles aos ditos reinos e provincias, para ajudar a cumprir com as dietas obrigações; e sua sanctidade, a instancia e supplicação do dicto senhor rei, meu avô, annexou ao dicto collegio alguma renda de egrejas e mosteiros, e sua alteza mandava supprir em cada um anno, á custa de sua fazenda, o que faltava para cumprimento da renda necessaria para mantença e despesa dos ditos religiosos, enquanto lha não applicava ou fazia applicar perpetua, como lha determinado para firme fundação do dicto collegio; e porque para a despesa e mantimento dos ditos reli-

gastos faltam ainda 6000000 réis em cada um anno, além do que por outras minhas provisões já tem, ou havendo respeito ao que dicto é, e a quanto o dicto collegio importa ao serviço de Nosso Senhor, e quão util o estatuto dos dictos religiosos é para a igreja universal, e particularmente como com elle ajudam a cumprir as obrigações de meus reinos e senhorios, hei por bem e me praz fazer esmola ao reitor e padres do dicto collegio de Jesus dos dictos 6000000 réis em cada um anno, pagos no almoxarifado de Coimbra, do primeiro dia do mez de janeiro deste anno presente de 558 em diante, enquanto eu ou os reis destes reinos, meus successores, não applicarmos ou fizermos applicar outra tanta renda por outra via ao dicto collegio, e portanto mando ao meu almoxarife ou recebedor do dicto almoxarifado, que ora é e ao diante for, que do dicto janeiro deste anno em diante lhe pague ao dicto reitor e padres do dicto collegio os dictos 6000000 réis cada anno, e lhes faça delles bom pagamento aos quartéis, cada quartel do primeiro rendimento delle por inteiro, e sem quebra, postoque a ali haja, sem esperar pelo caderno do assentamento, que lhe cada anno vae de minha fazenda, e postoque não vão levados no dicto caderno, sem embargo do rigimento della em contrario; e não o cumprindo o dicto almoxarife ou recebedor assim, mando ao contador de minha fazenda no dicto almoxarifado, e ao corregedor da comarca da dicta cidade e ao juiz de fora della, a qualquer delles que o dicto reitor e padres para isso requererem, que o obrigue e constrinja a lhe fazer o dicto pagamento, na maneira acima declarada, e o execute por isso em seus bens e fazenda, e de seus factores, cada vez que o assim não cumprir, em tal maneira que o dicto reitor e padres sejam sempre em cada um anno bem pagos, e não tenham razão de se aggravar, o qual pagamento lhe fará por este so alvará geral, sem mais outra provisão minha, nem de minha fazenda, e pelo traslado delle, que será registado no livro do dicto almoxarifado, pelo escripto delle, com seu conhecimento, mando aos contadores que lhes levem em conta e despesa, e ao barão de Alvito, vendor de minha fazenda, que lhe faça assentar os dictos 6000000 réis no livro della, e os levar cada anno no caderno do assentamento do dicto almoxarifado, para lhe nelle serem pagos no modo sobredito; e hei por bem que este valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte, que diz, que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não valham; e valerá este outrossim, postoque não seja passado pela

chancellaria, sem embargo da ordenação, que manda, que os meus alvarás, que não forem passados pela chancellaria, se não guardem. Jerge da Costa o fez em Lisboa a 12 dias de fevereiro de 1558. Manuel da Costa o fez escrever. — RAINHA.

Assentese. Assentado. O barão.

Alvara de 6000000 réis cada anno, de que vossa alteza fez esmola ao reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, pelos respectos acima declarados, enquanto vossa alteza ou os reis seus successores não applicarem ou fizerem applicar outra tanta renda, por outra via, ao dicto collegio; e manda que lhe sejam pagos no almoxarifado de Coimbra, do primeiro dia de janeiro deste anno de 58 em diante. Para ver. Registrado nos livros dos registos destes almoxarifados de Coimbra e Aveiro. Em Coimbra aos 5 dias do mez de novembro de 1558 ante. Manuel Homem o escrevi e assignei. Manuel Homem. Pagou deste e do traslado 40 réis.

Hei por bem e me praz que os 6000000 réis, que o reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, têm pelo alvará escripto na outra meia folha desta folha, enquanto não applicar outra tanta renda ao dicto collegio, por outra via, pagos no almoxarifado da dita cidade, lhe sejam pagos pela dita maneira, do primeiro dia de janeiro que passou deste anno presente de 58 em diante, no meu thesoureiro mór, ou quem seu cargo servir, com certidão de Martin Gonçalves da Camara, de como ao dicto reitor e padres do dicto collegio não é applicada outra tanta renda, pelo que mando aos veadores de minha fazenda que façam riscar o assento dos ditos 6000000 réis, do livro della, do titulo do dicto almoxarifado, e assentar no dicto livro, no titulo do dicto thesoureiro mór, para nelle lhe serem pagos em cada um anno, com a dicta certidão. E esta apostula hei por bem e me praz que valha, tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada pela minha chancellaria, postoque esta por ella não passe, sem embargo das ordenações em contrario; e o registo da dicta alvará do dicto almoxarifado se riscou, e se poz nelle verba, em como lhe hão de ser pagos no dicto thesoureiro mór, como se viu por certidão de Ruy Fernandes de Castanheda, que serve de contador do dicto almoxarifado, que foi rota ao assignar desta. Balthazar de Ponte a fez em Lisboa a 28 de junho de 1565. E eu Alvaro Pires a fiz escrever. — O CARDEAL INFANTE.

Assentadas. Dom Gileannes.

Ha vossa alteza por bem que os 6000000 réis, que o reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, têm por este alvará pagos no almoxarifado de Coimbra, lhe sejam pagos de

janeiro que passou de este anno presente de 565 em deante, no thesoureiro mór ou quem seu cargo servir. E valha como carta, e não passe pela chancellaria.

Hoi por bem que os 6005000 réis, que o reitor e padres do collegio da cidade de Coimbra, têm pelo alvará atrás escripto, no thesoureiro mór, lhe sejam assentados e pagos no receber das cisas da dicta cidade de Coimbra, de janeiro deste anno presente, de 569, em deante. E mando aos vedores de minha fazenda, que lhes façam assentar os dictos 6005000 réis, no livro della, e despachar nas dictas cisas, riscando-se primeiro o assento que delles está no titulo do thesoureiro mór, e os dictos 6005000 réis foram riscados dos livros dos pagamentos do dicto thesoureiro mór, como se viu por certidão do escrivão do cargo do dicto thesoureiro mór. E esta apostilla valerá como carta, postoque não passe pela chancellaria, sem embargo das ordenações, que o contrario dispõem. João Alvares a fez em Almeirim a 16 de fevereiro de 1569. Riscou-se. Escrivão. E eu, Alvaro Pires, a fiz escrever. — REL.

Assentado em Coimbra. Dom Francisco.

Ha vossa alteza por bem que os 6005000 réis, que o reitor e padres do collegio de Jesus, de Coimbra, têm cada anno, pelo alvará atrás escripto, no thesoureiro mór, lhe sejam assentados e pagos nas cisas da dicta cidade, de janeiro deste anno presente, de 1569, em deante; e foram riscados do livro dos pagamentos do thesoureiro mór. E que esta apostilla valha como carta, e não passe pela chancellaria. Registado no livro dos registos da camara da cidade de Coimbra, que serve dos pagamentos das folhas dos assentamentos, aos 10 dias de outubro de 1569, ás folhas delle 190. João Gonçalves de Sequeira, que serve de escrivão da camara, o fez. João Gonçalves de Sequeira.

(Confirmados por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1591, e por D. Philippe III a 10 de junho de 1634).

Liv. 1.º citado, fl. 90 v., 91 e 91 v. Liv. 2.º citado, fl. 20 v. a 21 v. Liv. 1.º de confirmações citado, fl. 11, 11 v., 12, 12 v., 13 e 13 v. Liv. 2.º de confirmações citado, fl. 17 a 20 v.

XLIV

El-rei manda entregar ao collegio de Coimbra os rendimentos
e deposito de Carquere

Eu el-rei faço saber a vós, licenciado Jorge Lopes, de meu desembargo e corregedor da comarca e correição da cidade de Lamego, ou a quem o dicto cargo servir, que eu vos mandei por uma minha provisão feita a 22 de fevereiro deste anno presente de 1564, que do primeiro rendimento das rendas do mosteiro de Nossa Senhora de Carquere fizesseis dar e entregar a João Brandão, que serve de thesoureiro do dinheiro da casa da India, 2135766 réis, por razão de quatrocentos treze cruzados e um terço de cruzado, que se despenderam na expedição das letras da annexação do dicto mosteiro ao collegio da companhia de Jesus, da cidade de Coimbra, e em outras cousas da dicta companhia, e isto por eu mandar que a dicta quantia se carregasse em receita, por lembrança, sobre o dicto João Brandão, para ter cuidado de a arrecadar pelos rendimentos do dicto mosteiro, como mais largamente na dicta provisão é contheuido. E tendo assim passado a dicta provisão, soube por uma carta vossa, que o contador dessa comarca fizera embargo, por outra provisão minha no rendimento do dicto mosteiro, da mana paga que se havia de fazer por paschoa passada, deste anno; e notificou ao reitor e padres do dicto collegio, que dentro em trinta dias pagassem 51480000 reis, que diz que se despenderam na composição e união do dicto mosteiro ao dicto collegio, que era causa do dicto embargo, e não os pagando no dicto termo, o dicto contador mandasse arrendar o dicto mosteiro dante mão, para effeito do dicto pagamento, e depois d'isso mandei por uma carta minha, que por então se suspendesse o effeito das execuções das dictas dividas, não se alevantando o embargo, que no dicto rendimento era posto; e que vós arrendasseis logo as rendas do dicto mosteiro, por um anno sómente, que começava por dia de S. João, deste dicto anno, e acabaria por outro tal dia do anno que vem de 565, sendo presente ao dicto arrendamento os dous padres da dicta companhia, que estão no dicto mosteiro, com declaração, que os pagamentos do dicto arrendamento se fizessem a quem para isso mostrasse provisão minha, como tudo mais largamente nas dictas provisões era contheuido,

e estando o dicto negocio nestes termos, mandei ver o dicto caso e os papéis e provisões, que d'isso havia, entre os quaes é uma provisão, que mandei passar ao reitor e padres do dicto collegio, da dicta cidade de Coimbra, feita a 12 de fevereiro de 1558, por que houve por bem, por lhe fazer esnola, que elles tivessem e houvessem de minha fazenda 3005000 réis em cada um anno, pagos no almozarifado da dicta cidade de Coimbra, enquanto o dicto collegio não houvesse com effeito a renda do dicto mosteiro, que mandava supplicar ao sancto padre, que unisse ao dicto collegio; e depois de visto o dicto caso, me foi dado delle relação, e havendo eu respeito á forma da dicta provisão, como enquanto por bem della os dictos reitor e padres não houverem os fructos do dicto mosteiro, por se haverem de pagar por elles as dietas quantias, hão de haver de minha fazenda os dictos 3005000 réis, no que a dicta minha fazenda receberia perda, por o dicto mosteiro não render tanto, e além d'isso se haverem de fazer dos rendimentos delle algumas obras, e cumprir outros encargos acostumados das visitações; hei por bem e me praz, que o reitor, e padres, do dicto collegio não hajam os dictos 3005000 réis do primeiro dia de janeiro do anno que vem de 565, e que o dicto mosteiro e rendas delle lhe sejam logo entregues, pagando e entregando primeiro ao dicto João Brandão os dictos 2135766 réis, que se despenderam na expedição das letras do dicto mosteiro, e portanto vos mando que mostrando-vos conhecimento do dicto João Brandão, como é pago e satisfeito da dicta quantia e certidão de um dos escrivães de minha fazenda, de como nos livros della, no assento dos dictos 3005000 réis, fica posta verba, que os não hão de haver do dicto primeiro de janeiro, do dicto anno, que vem em diante, lhe levanteis o embargo ou embargos, que forem postos assim por vos, como por o dicto contador da comarca, por razão das dietas minhas provisões, nas rendas do dicto mosteiro de Carquere, e as façaes entregar o acudir com ellas livremente ao reitor e padres do dicto collegio, conforme as letras apostolicas, por que o dicto mosteiro foi unido e annexado a elle, porque assim o hei por bem; e quanto aos dictos 5145000 réis que se despenderam na compenção do dicto mosteiro estão carregados em receita sobre Marcos Dias, executor para os arrecadar pelas rendas do dicto mosteiro, como atrás é declarado, mandei passar outra provisão para lhes serem levados em conta, porquanto, havendo-se a dicta quantia de arrecadar pelas rendas do dicto mosteiro, enquanto não fosse arrecadada, se haviam de pagar ao dicto collegio de minha fazenda, os dictos 3005000 réis por anno, conforme a provisão, que lhe tenho passada da dicta esnola, os quaes não

hão de haver de janeiro do dicto anno que vem de 1565 em deante, como nesta provisão é declarado. Notifico vol-o assim, e mando que este cumpraes e guardes, e façaes inteiramente cumprir e guardar, como nelle é contheúdo, porque assim o hei por bem, postoque este não passe pela chancellaria. Balthazar Ribeiro o fez em Lisboa a 20 de setembro de 1564. E eu Bartholomeu Froes o fiz escrever. — O CARDEAL INFANTE.

Liv. 3.º citado, fl. 33 e 33 v.

XLV

Para o embaixador em Roma, sobre a confirmação do assento do collegio das Artes, por que se entregou a companhia

Commendador-mór, sobrinho, amigo, eu el-rei vos envio saudar, como aquelle que muito amo. Pelo padre doutor Miguel do Torres vos escrevi, que de minha parte pedissem á congregação geral da dicta companhia, que se fazia em Roma, folgassem de aceitar o collegio das Artes da dicta cidade de Coimbra, com o governo e administração delle, da maneira que o eu tinha ordenado e o escrevi á dicta congregação. E porque no dicto assento ha algumas difficuldades, de que os dictos padres vos darão conta, e eu desejo tiral-as quanto for possível, para que melhor, mais seguramente, e com mais quietação, a dicta companhia possa ter o governo e administração do dicto collegio, com o mantimento que lhe tenho ordenado, e modo do pagamento delle, e para isso seja necessario intervir, em todo ou em parte, a auctoridade do sancto padre, vos encomendo muito, que fideis, com o padre geral da dicta companhia, e com os mais padres della, que cumprir, e pratiquis com elles as difficuldades que ha, vendo tambem o traslado da annexação das rendas da Universidade, que para isso agora vos enviam, e todo o que virdes que cumpre, pedir-se a sua sanctidade, para que a dicta companhia tenha o dicto collegio, da maneira que dicto é, e pediris de minha parte a sua sanctidade, e o que sobre isso impetrardes, me enviareis pela primeira via segura, que houver, e nouto vol-o agradecer. Escrita em Lisboa a 14 de outubro de 1568. — RAINHA.

Liv. 1.º citado, fl. 100 e 100 v.

XLVI

Para o commendador-mór, sobre o assento que sua alteza tomou
no governo e mantimento do collegio das Artes

Commendador-mór¹, sobrinho, amigo, eu el-rei vos envio muito saudar, como áquelle que muito amo. Como sabeis, el-rei meu senhor e avô, que sancta gloria haja, com muita despesa de sua fazenda, fundou e procurou que se erigisse e dotasse uma Universidade e estados geraes na cidade de Coimbra, e depois de fundada, erigida e dotada, teve sempre muito cuidado de procurar o augmento e perfeição das letras nella, para conservação da fé catholica, bem e prospero regimento de seus reinos e senhorios, e com este intento ordenou que se lessem artes, mathematicas, e se ensinassem as linguas hebraica, grega, latina, e ler e escrever, em um collegio separado das outras faculdades, das que para isso mandou e litar na dita cidade á custa de sua fazenda, o qual fosse livre e isento do governo e administração do reitor, conselho e officiaes da dita Universidade, porque assim parecia mais conveniente para mór fructo das mesmas faculdades e das outras superiores, de que ellas são principio e fundamento; e deu regimento particular ao dicto collegio, pelo que o regiram e governaram sempre as pessoas e officiaes, que o dicto senhor para isso ordenava; e vendo sua alteza o fructo, que os padres da companhia de Jesus faziam assim em letras, como em bons costumes e doutrina nos collegios, que tomavam a seu cargo, era o que pretendia por meio do dicto collegio, da cidade de Coimbra, o mandou entregar com todo o governo e administração d'elle, livre aos dictos padres, no mez de setembro do anno passado de 1555, e que para os dictos padres poderem sempre conservar o dicto collegio, assim das pessoas necessarias para o governo d'elle, como tambem de mestres para todas as classes e lyçes, que estavam ordenadas, era necessario um bom numero de pessoas da dita companhia continuas, parte que entendessem no governo e em tudo do collegio, espirital e temporal, parte que lessem as letras cadenas e classes, e os mais e-tudasse em para delles se iram fazendo pessoas idoneas, que bem

¹ Era D. Afonso de Alencastro.

podessem succeder no governo e lições pelo tempo em diante, de maneira que o mesmo collegio em si creasse, e nelle se fizessem todos os sujeitos, que para sua perpetua conservação fossem necessarios, sem de outra parte se buscarem; e para este numero tinha ordenado mandar dar renda sufficiente das rendas da Universidade em propriedades apartadas, de que o reitor e padres do dicto collegio tivessem livre e inteira administração. sem nisso entender o reitor e conselho da Universidade, como tambem não entendia no regimento o governo do dicto collegio, nem nas lições d'elle, porque assim o sentia o dicto senhor rei meu avô, que convinha á quietação da Universidade e collegio, e ao proveito das sciencias e faculdades, que em uma parte e em outra se estudam e aprendem, e aos mais proveitos que da dicta Universidade e collegio se pretendem: e quanto ao regimento, que os dictos padres haviam de guardar, o dicto senhor, vendo que o que a dicta companhia tem por suas constituições, era muito conveniente e conforme ao que sua alteza quera, que houvesse nas dictas faculdades o collegio, houve por bem não lhe dar outro, nem sobre isso tomar mais segurança dos dictos padres, que a confiança que dellas tinha, crendo e tendo por certo que pois este negocio era proprio de seu instituto, e o tomaram sobre suas consciencias, o fariam com fidelidade, diligencia e cuidado, que delles esperava, e logo mandou o dicto senhor ver que peças e propriedades da dicta Universidade, seria mais conveniente apartar-m-se para o dicto collegio, para lhas mandar entregar e em todo tomar o assento que convinha para mais firmeza e segundade, do que assim tinha determinado. E porque Nosso Senhor neste tempo houve por bem de levar o dicto rei, meu avô, desta vida, antes de o dicto negocio de todo ficar acabado, eu havendo respeito ao assento que nisso estava tomado, e quão importante é o dicto collegio ao bem universal de meus reinos e senhorios, e quanto serviço de Nosso Senhor e meu era terem os padres da dicta companhia o governo e administração d'elle, pela maneira acima declarada, assim pelo fructo que já se via, como pelo que adeante esperava, quiz tomar neste negocio conclusão o firme assento, ordenei para mantimento dos ditos padres e pessoas necessarias ao governo e administração do dicto collegio, 1:400.000 réis de renda em cada um anno, assignados em algumas propriedades da dicta Universidade, que o dicto reitor e padres podessem arrendar, recolher e administrar como lhas bem parecesse; e porque sobre o modo desta renda a dicta Universidade, a quem eu escrevi o que assentava, tinha alguns inconvenientes, que me mandou apresentar por D. Manuel de Menezes, reitor della, offerecendo dar para mantimento conve-

niente do dicto collegio dinheiro em cada um anno. Eu ouvi, tudo o que sobre isso me foi apresentado por parte da dicta Universidade, e por fazer mercê á dicta Universidade, houve por bem que os dictos 1:400,000 réis fossem pagos do primeiro de abril que passou, do anno de 1558 em diante, ao reitor e padres do dicto collegio; a saber: 1:200,000 réis das rendas da Universidade ás terças do anno, em um prebendeiro especialmente obrigado ao dicto collegio, e 200,000 réis á custa de minha fazenda, no almoxarifado de Coimbra, enquanto eu lho não mandar assentar nas rendas da dicta Universidade, ou lho dar em outra renda, como mais largamente está declarado nas provisões, que disso mandei passar. E quanto ao governo e administração do dicto collegio, houve por serviço de Nosso Senhor e meu, e que cumpria muito ao bem do que d'elle se pretende, que os dictos padres o tivessem assim e da maneira que até agora o tiveram, e como el-rei, meu senhor e avô, estava determinado, sem o reitor e conselho da dicta Universidade, que agora é e ao diante fôr, se poderem por via alguma intronetter nisso. E porque, posto que as rendas da dicta Universidade, sejam obrigadas ás despesas das faculdades e lições do dicto collegio, pelas letras do sancto padre, porque tambem por ellas mesmas está appropriada a administração, governo, e distribuição das dictas rendas ao reitor e conselho, pode haver duvida, se o que eu assim ordeno é firme, sem intervir nisso o sancto padre, e queria pelo assim sentir, por serviço de Nosso Senhor, que o assento que tenho tomado ácerca do dicto collegio, se cumprisse e levasse adeante, vos encommendo e mando que pratiqueis sobre este caso com o padre geral da dicta companhia (como por outra vos tenho escripto) para ver tambem se da parte de seu instituto ha algum inconveniente, e com elle tomeis o assento, que conforme a isto parecer mais seguro e firme, para perpetuidade do dicto collegio, e faculdades, que nelle se têm, ficando sempre a mim, e aos reis meus successores, a perfeição d'elle. E o que ambos assentardes, supplicareis a sua sanctidade, de minha parte, e porque no ultimo assento que tomei, o renda que appliquei ao dicto collegio, não se fez conta da fabrica, que para elle será necessaria, nem da lição de mathematicas, que o dicto rei meu senhor e avô tinha ordenado que houvesse, supplicareis tambem a sua sanctidade, que parecendo-me proveitosa a dicta lição de mathematicas no dicto collegio a possa ordenar e applicar, por respeito della e da dicta fabrica, o que me parecer necessario das rendas da dicta Universidade, assim e da maneira que tenho ordenado, o mais mantimento do dicto collegio; e de tudo expedireis as letras necessarias, e mas enviareis, tanto que forem expedidas;

e agradecer-vos-hei muito fazerdes este negocio, como de vós contio. Escripta em Lisboa a 1 de janeiro de 1559. — RAINHA.

Liv. 1.º citado, fl. 101, 101 v., e 102.

XLVII

Para o prebendeiro da Universidade pagar aos padres 1:200\$000 reis

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que eu passei uma provisão, feita a 28 dias do mez de janeiro do anno passado de 558, por que houve por bem que se dessem á custa das rendas da Universidade da cidade de Coimbra 1:200\$000 reis, em cada um anno, ao reitor e padres do collegio das Artes da dita cidade, pagos no recebedor ou prebendeiro das rendas da dita Universidade ás terças do anno, cada terça primeiro que das dietas rendas se fizesse outra despesa nem pagamento algum. E isto com mandado do reitor da dita Universidade que passaria, em cada um anno, no principio da primeira terça para lhe ser pago o dicto 1:200\$000 reis.

E porque eu quero que a dicta provisão se cumpra e guarde como nella se contém acerca dos pagamentos dos dictos dinheiros e dos tempos dos dictos pagamentos, hei por bem e mando ao dicto recebedor ou prebendeiro das dietas rendas da Universidade que ora é ao diante fôr, que sendo caso que o dicto reitor della não passe algum anno ou annos, o dicto mandado que se requer pela dicta provisão ao tempo que nella é declarado ou dentro em um mez primeiro seguinte, ou por outra alguma via o dicto ou quaesquer outras pessoas fizerem dilatar ou impedir ao dicto collegio o pagamento do que em cada terça lhe montar, o dicto recebedor ou prebendeiro, sem o dicto mandado do reitor, e sem embargo de quaesquer duvidas que lhe pozarem ou eluzas allegarem. perante elle ou perante quaesquer justças, faça inteiramente pagamento ao dicto collegio dos dictos 1:200\$000 reis, aos tempos e da maneira que se nella contém na dicta provisão postoque por virtude della se requeira o dicto mandado do reitor para lhe serem feitos os dictos pagamentos, e sem embargo de quaesquer outras provisões que em contrario haja, porque assim o hei por bem e meu serviço; e tudo o que o dicto recebedor ou prebendeiro, pela dicta maneira, pagar ao dicto reitor e padres do dicto collegio dos dictos 1:200\$000 reis, lhe será levado em

conta pelo traslado da dicta provisão e deste alvará, que serão registados no livro de sua despesa pelo escrivão de seu cargo, com conhecimento do dito reitor e padres, de como o d'elle receberam, e não lhe querendo o dicto receptor ou prebendeiro fazer os dictos pagamentos na maneira sobredicta, mando ao conservador da dicta Universidade, que sendo requerido por parte do reitor do dicto collegio, obrigue e constranja a isso ao dicto receptor ou prebendeiro e lhe faça fazer os dictos pagamentos com as penas que bem lhe parecer, em tal maneira, que o dicto reitor e padres do dicto collegio sejam sempre, em cada anno, bem pagos dos dictos 1:200:000 réis no modo sobredicto, e não tenham razão de se aggravar, o qual assim se cumprirá, emquanto o eu houver por bem e não mandar o contrario. Este alvara me apraz que valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada pela minha chancellaria, e postoque por ella não seja passado sem embargo das ordenações em contrario. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 13 de março de 1559. Manuel da Costa o fez escrever.

RATIFICA.

Id. 1.º citado, fl. 70 e 70 v.

XLVIII

**Lembranças que leuon Lourenço Pires de Tavora
sobre os negocios da companhia, quando foi por embaixador a Roma**

Lourenço Pires de Tavora, amigo, el-rei, meu senhor e avô, que sancta gloria haja, mandon fundar na cidade de Coimbra um collegio da companhia de Jesus, para nelle estudarem pessoas da dicta companhia, que podessem ir ás partes da India, Brazil e outras terras da conquista de meus reinos e senhorios, entender nas cousas da conversão das dictas partes, e espiritual ajuda dos convertidos a que a corôa dos meus reinos tem obrigação pelas dictas partes serem de sua conquista, e pelos dizimos e frutos que dellas recebe, e até agora tem Nosso Senhor mostrado quanto o dicto rei, meu senhor e avô, acertou em fundar o dicto collegio pelo muito fructo que em todos meus reinos e senhorios, por meio dos que nelle se criam, é feito e se faz: e porque eu desejo que este fructo se conserve, e por minha parte quanto em mim for ao augmento, e para isso é mui necessario que as cousas e

rendas do dicto collegio se assentem e perpetuem o mais cedo e do melhor modo que fôr possível, e isto em grande parte se ha de fazer em Roma por annexações e concessões do sancto padre, me pareceu dever-vos dar por lembrança que cumpre muito a serviço de Nosso Senhor e meu, tomardes cuidado de todos os negocios do dicto collegio, que na dicta côrte de Roma agora houver, e ao deante lá forem, de qualquer qualidade que sejam, para em meu nome os tractardes, requererdes e expardes assim e da maneira, que haveis de fazer todas as minhas cousas, e que a bem dos meus reinos e senhorios e minha fazenda tocam, porque as do dicto collegio todas são da mesma qualidade, e todas suas despesas se fazem, e supprem sempre á custa de minha fazenda, porque os religiosos, que nelle se criam, se empregam tambem todos em meu serviço, e nas obrigações de minha corôa como dicto é.

Pela mesma razão cumpre, a meu serviço, que vos encarregués dos negocios que tocarem ao collegio das Artes da cidade de Coimbra, de que os dictos padres tem o governo e administração, e eu tenho escripto ao commendador-mór, meu muito amado sobrinho, e meu embaixador na dicta côrte de Roma, que tracte com o padre geral da dicta companhia sobre o modo do governo, e administração, e mantimento do dicto collegio, e separação delle, para que se fizesse na maneira mais conveniente a bem o perpetuidade do dicto collegio, e fructo que delle se pretendi, e o que ambos assentassem supplicasse ao sancto padre, e expedisse as letras necessarias, e porque eu folgaria que o dicto assento fosse quão conforme possa ser, ao que el-rei, meu senhor e avô, nisso tinha tomado, de que o dicto commendador-mór tem informação por carta minha, sabereis delle e do dicto geral o que nisto é feito, e o que estiver por fazer, ou de novo cumprir que se faça para se effectuar, no modo que desejo, trabalhareis se effectue com toda a diligencia possível, porque cumpre a meu serviço tomar-se neste negocio conclusão com brevidade. Tambem tenho escripto ao dicto commendador-mór sobre o mosteiro de S. João de Longavares annexo ao dicto collegio de Jesus, e sobre a egreja de S. Martinho de Arvoredo, e sobre o mosteiro de Pedroso, que se põem em uma pessoa, para se annexar ao mesmo collegio, sabereis os termos em que estes negocios estão, e os fareis concluir como virdes que mais convém a serviço de Nosso Senhor e meu, postoque dos dictos collegios levareis agora e ao deante vos enviarão as procurações, papeis e informações necessarias, trabalhareis sempre que a dicta companhia nem as pessoas della se noméem por partes, nos dictos negocios, nem em outros quaesquer que aos dictos collegios e mosteiros tocarem, mas como

coisa minha e em meu nome quanto fôr possível se façam e expidam, e avisar-me-heis sempre do que n'elles fizerdes. Escripta em Lisboa a 31 de março. Pantaleão Rebello a fez de 1559. —
RAINHA.

Liv. 1.º citado, fl. 110 v. e 111.

XLIX

**Para o reitor e deputados da Universidade de Coimbra,
sobre o pagamento de 1:200\$000 réis**

Reitor e deputados do negocio da fazenda da Universidade de Coimbra, eu el rei vos envio muito saudar. Eu sou informado, que os padres da companhia de Jesus, do collegio das Artes, são muito mal pagos de 1:200\$000 réis, que cada anno, por minha provisão, tem para seu mantimento e sustentação, á custa das rendas dessa Universidade, e que tem muito trabalho e inquietação em requerer e arrecadar o dicto mantimento, e padecem muitas necessidades por se lhes não pagar ás pagas ordenadas que é ás terças, e cada terça primeiro que se della faça outro algum pagamento, como se contém na dicta provisão, do qual mantimento se lhes deve agora 1:000\$000 réis, pouco mais ou menos, e porque é razão que os dictos padres sejam bem pagos do dicto mantimento, vos encommendo e mando que entendeis logo nisso, e deis ordem como, com toda a brevidade, lhes seja feito pagamento de tudo o que até aqui fôr devido, e assim que ao deante se lhes pague o dicto mantimento aos tempos, e da maneira em que o tenho mandado pela dicta provisão, e segundo forma della, e de modo que sejam sempre bem pagos e não tenham razão de se aggravar, porque, de o assim fazerdes, como o de vos confio, receberei prazer e me haverei por servido disso, e do contrario, que não espero, me desprazerá, e será necessario mudar-lhes e dar-lhes o pagamento do dicto mantimento em rendas certas e apartadas, que elles arrendem e aproveitem e em que se paguem, como sabeis, que tinha ordenado, quando lhes assentei o dicto mantimento; e eu escrevo sobre este caso a Balthazar de Faria, do meu conselho, visitador e reformador dessa Universidade, para de minha parte vos falar nisto e provêr acerca do dicto pagamento, e o fazer effectuar, sobre o que mando este moço de estribeira, para me logo trazer resposta do que se

nisso fizer. Jorge da Costa a fez em Lisboa a 12 de março de 1560. Manuel da Costa a fez escrever. — RAINHA.

Liv. 1.º citado, fl. 117 e 117 v.

L

Para Balthazar de Faria, sobre o pagamento de 1:200\$000 réis, que a Universidade dá ao collegio, para que lhos faça pagar

Balthazar de Faria, amigo, eu el-rei vos envio muito saudar. Sou informado, que os padres da companhia de Jesus, do collegio das Artes, tem muito trabalho, e são muito inquietados em requerer o pagamento de 1:200\$000 réis, que cada anno, por minha provisão, hão de haver para seu mantimento e sustentação, á custa das rendas dessa Universidade, por se lhes não pagarem ás terças ordenadas, e segundo a fôrma da dicta provisão, que é cada terça, primeiro que se faça outro algum pagamento, do qual mantimento se lhes deve agora 1:000\$000 réis, pouco mais ou menos, do tempo passado e vencido; e porque, por muitas razões, os dictos padres não devem ser assim tractados na dilacção de seu pagamento, e pelecem por isso muitas necessidades, escrevo ao reitor e deputados da fazenda, para que deem ordem como sejam pagos com toda a brevidade do que até aqui lhes é devido, e que ao diante o sejam, aos tempos e da maneira que se contém na dicta provisão, e segundo fôrma della, como mais inturramente vereis pelo traslado de minha carta que com esta vai. E a vós encomendo muito que o communicais com os dictos reitor e deputados, e lho digaes de minha parte e provejades logo neste caso, de maneira que os dictos padres sejam pagos com toda a brevidade do que lhes fôr devido, e que para ao diante se lhes faça sempre bom pagamento; e agradece-vos-hei trabalhardes nisso quanto em vos fôr, como confio que o fareis; e bem vos deve lembrar, que receando-se os dictos padres deste mau pagamento pediam que lhe apartassem e dessem rendas certas da Universidade, que por si arrecadassem e em que se pagassem, e que eu lhes quizeria assim conceder, e o deixei de fazer por da parte da Universidade se contrariar, e confiar que lhe pagassem sempre bem este mantimento, e agora não poderei deixar de lho conceder se nisso não houver a emenda e provisão, que é razão para serem bem pagos. Este modo de estribeira não

vae a outra cousa; agradecer-vos-hei por elle me escreverdes logo o que neste negocio com a Universidade passardes, e nisso proverdes, e fizerdes, e vos parecer. Jorge da Costa a fez em Lisboa a 12 de março de 1560. Manuel da Costa a fez escrever.
— RAINHA.

Liv. 1.º citado, fl. 117 v.

LI

Para Lourenço Pires, para que o padre Guilherme pouse em sua casa, e lhe dé até 500 cruzados, e espessa as letras do mosteiro de Pedrosa

Lourenço Pires de Tavora, amigo, eu el-rei vos envio muito saudar. Eu vos tenho escripto, como sabeis, sobre alguns negocios, que tocam aos padres da companhia de Jesus, e p'estoque sei que delles haveis de ter o cuidado, que eu de vós confio que tenhaes em todas as cousas, que por mim vos forem encommendadas, todavia pareceu-me que seria bom enquanto elles duram, haver lá um padre que vos os lembrasse e dásse as informações necessarias, pelo que para este effeito vae ora o padre Guilherme, da dicta companhia, que vos esta dará. Encommendo-vos muito que lhe queiraes em vossa casa dar uma pousada, em que se possa agasalhar, e o necessario para comer, e lhe façaes todo o bom tratamento que elle por sua pessoa e virtudes merece, e que trabalheis por fazer expedir e concluir os negocios da dicta companhia o mais brevemente que fôr possível, e pedindo-vos o dicto padre Guilherme, para a expedição delles, algum dinheiro, hei por bem e vos mando que lhe deis, o que vos pedir até cópia de 500 cruzados, os quaes, ou a parte delles que vos pedir, tomareis por conta de minha fazenda, e do que assim derdes ao dicto padre, até á dicta cópia, cobrareis conhecimentos, os quaes me enviareis para se cá descontarem, do que mando dar aos dictos padres, e assim hei por bem que a expedição do mosteiro de Pedrosa em favor da dicta companhia, sobre que vos tenho escripto, a façaes á custa de minha fazenda; e tudo o que custar me escrevereis, e me enviareis a conta disso, para se cá poder cobrar o dicto dinheiro. Escripta em Lisboa a 8 de abril. Pantaleão Rebelão a fez de 1560. — RAINHA.

Liv. 1.º citado, fl. 118 v.

LII

Para se levarem em conta a Antonio de Teive 5225500 réis,
que tinha pagos pela remissão da tença do mosteiro
de São Pedro de Pedroso

Contadores de minha casa, Manuel Nunes, que serve de thesoureiro da casa da India, deu e pagou, por meu mandado, a Benedicto Uguchoni, mercador, estante nesta cidade, 950 cruzados, a razão de 550 réis por cruzado, em que monta 5225500 réis por uma letra de D. Affonso, commendador-mór da ordem de Nosso Senhor Jesus Christo, que foi meu embaixador em corte de Roma, os quaes 950 cruzados elle lá tomou a cambio, para se darem a mestre Alexandro pela penção que tinha sobre o mosteiro de São Pedro de Pedroso, que ora é unido e annexo ao collegio de Jesus da cidade de Coimbra, e eu houvei por bem de mandar emprestar os dictos 5225500 réis, ao reitor e padres do dicto collegio, para pagamento da dicta letra, e os mandei carregar em receita por lembrança sobre Antonio de Teive, que ora serve de meu thesoureiro-mór, para os haver de arrecadar pelas rendas do dicto mosteiro de Pedroso, segundo se mais inteiramente contém em um alvará que sobre este caso passei, para o dicto Manuel Nunes, por que elle pagou ao dicto Benedicto Uguchoni os dictos 5225500 réis, como dicto é, o qual é feito a 14 dias do mez de novembro de 1558. E ora por alguns justos respeitoes que me a isto movem, hei por bem que os dictos réis 5225500, fiquem com os dictos reitor e padres do dicto collegio, por razão de uma certa obrigação em que minha fazenda era, e que se não arrecadem nem hajam pelas rendas do dicto mosteiro, como pelo dicto alvará tinha mandado, e por tanto vos mando que por este sómente sem mais outro mandado nem conhecimento, leveis em conta e despesa ao dicto Antonio de Teive os dictos 5225500 réis, sendo-lhes carregados em receita por certidão do escrivão da receita e despesa do dicto Antonio de Teive, de como fica posta verba no assento da receita por lembrança dos dictos 5225500 réis, que os não ha de arrecadar pelas dictas rendas, e que lhos mandei levar em conta pela maneira que dicto é, e outra tal verba se porá no dicto alvará que o dicto Manuel Nunes tem, por onde pagou os dictos 5225500 réis ao dicto Benedicto Uguchoni, de que mostrarão certidão de um dos

escrivões da dicta casa da India, e assim se poerá outra tal verba no registo de minha fazenda do mesmo alvara, de que um dos escrivões della passara sua certidão, e com as dictas tres certidões levareis em conta os dictos 5223500 réis, ao dicto Antonio de Teive como acima é dicto; e este não passará pela chancelaria. Sebastião da Costa o fez em Lisboa ao primeiro de outubro de 1560. Manuel da Costa o fez escrever. — RAINHA.

Registada nos contos ás folhas 221 no livro da arrecadação da conta de Antonio de Teive, thesoureiro-mór, que foi o anno de 56, 59, 61).

Lic. 1.º citado, fl. 125 v.

LIII

Para se pagarem os 2203000 réis que se deviam ao collegio de Coimbra para cumprimento dos 6003000 réis para a compra das casas de João de Sá, de Coimbra

Antonio de Teive, mando-vos que deis ao reitor e padree do collegio de Jesus da cidade de Coimbra 2203000 réis, que lhe são devidos e hão de haver, para cumprimento dos 6003000 réis de que lhes el-rei, meu senhor e avô, que sancta gloria haja, fez esmola, para comprarem na dicta cidade as casas que foram de João de Sá, que lhes eram necessarias para o dicto collegio, e lhos mandou sua alteza por uma provisão dar, em Cosme Valerio, meu moço da camara, do dinheiro que foi arrecadar do rendimento das alfandegas do entre Douro e Minho, que pertencia á alfandega desta cidade de Lisboa, dos annos de 542 até 50, e o dicto Cosme Valerio lhe deu, e pagou sómente 3803000 réis, e lhe ficaram por pagar os dictos 2203000 réis, segundo se tudo mostra pela certidão atras escripta do contador Custodio de Abreu, e de Matheus da Maia, escrivão dos contos, os quaes 2203000 réis hei por bem que lhe sejam pagos, postoque não mostrem a dicta provisão del-rei, meu senhor e avô, por que lhe fez esmola dos dictos 6003000 réis, por dizerem que o perdida, e não haver registo della; e vos lhe pagareis os dictos 2203000 réis, sendo primeiro certo, por outra provisão do contador-mor, de como fica posta verba na arrecadação da conta, que o dicto Cosme Valerio, nos contos deu do dicto dinheiro que arrecadou, que houveram do dicto reitor e padree este alvara, para lhos pagardes na ma-

neira que dicto é, e por este com seu conhecimento e a dicta certidão vos serão levados em conta. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 3 dias de fevereiro de 1561. Manuel da Costa o fez escrever. — RAINHA.

Lib. 1.º citado, fl. 126.

LIV

Para o reitor, sobre o pagamento de 1:200\$000 réis

D Jorge de Almeida, eu el-rei vos envio muito saudar. O reitor e padres do collegio das Artes, se me enviaram a aggravar do mau pagamento que lhe faziam de 1:200\$000 réis, que cada anno tem assentados, e hão de haver por minha provisão nas rendas dessa Universidade, como sabeis: e que mandando eu pela dicta provisão, que o recebedor ou prebendeiro lhe pague os dictos 1:200\$000 réis ás terças, cada terça primeiro que faça outro algum pagamento della, lhos não pagam assim, e lhe são ao presente devidos delles mais de um conto de réis, que tem vencidos, e de que os tempos das pagas são passados, e porque é razão que elles sejam bem pagos dos dictos dinheiros por serem para sua mantença e sustentação, e pela obrigação que tem das classes e cadeiras que se no dicto collegio têm, vos encomendo muito que entendaes logo nisso, e saibaes o que lhe é devido, o façaes tomar conta ao recebedor, ou prebendeiro da Universidade, do que recebeu e despendeu das rendas della, e da causa que teve para não pagar aos dictos reitor e padres do dicto collegio o dicto dinheiro ás terças, e primeiro que fizesse outro algum pagamento em cada terça, conforme a dicta minha provisão: e tudo o que por boa conta achardes que lhes é devido, de que os tempos das pagas forem passados, lhos fareis logo, com effeito, dar e pagar da arca da Universidade, ou á custa do recebedor ou prebendeiro, se nisso tiver culpa, o qual será constrangido e executado pela quantia que dever, e que se mostrar que deixou de pagar aos dictos padres aos tempos que era obrigado, da maneira que elis sejam inteiramente pagos e entregues do que lhes for devido: e escrever-me-heis logo o que nisso achardes e fizerdes, e a causa por que lhes não foram feitos, nem se lhes fazem, seus pagamentos aos tempos e da maneira, que se contém na dicta provisão, e assim vos encomendo que para ao diante lhe façaes

fazer os dictos pagamentos conforme a dicta provisão, e segundo forma della, para que assim possam sustentar, e manter, e cumprir com a sua obrigação, e não tenham razão de se aggravar, porque assim o hei por bem e meu serviço. Jorge da Costa a fez em Lisboa a 20 de agosto de 1561. Manuel da Costa a fez escrever.
— RAINHA.

Liv. 1.º citado, fl. 130 e 130 v.

LV

Sua alteza manda levar em conta, a Marcos Dias,
os quinhentos e tantos mil réis, que se despenderam na expedição
das letras de Carquero

Marcos Dias, mando-vos que não constançaes, ao reitor e padres do collegio da companhia de Jesus, da cidade de Coimbra, pelos 5114100 réis por a razão de 970 cruzados, a razão de 530 réis por cruzado, que se despenderam na composição da união do mosteiro de Carquero, que vagou para Antonio Nogueira, thesoureiro, que foi da minha capella, o qual se uniu ao dicto collegio, e o dicto dinheiro se pagou de minha fazenda por Manuel Nunes, que serviu de thesoureiro da casa da India, sobre o qual se carregaram em receita por lembrança, para ter o cuidado de os cobrar do reitor e padres do dicto collegio; e por o dicto Manuel Nunes estar no fim de sua conta, mandei que a dicta quantia se carregasse sobre vós em receita, para arrecadardes pelas rendas da dicto mosteiro, e da dicta receita, passasseis conhecimento em forma ao dicto Manuel Nunes para sua conta, o que assim hei por bem, havendo respeito, a eu ter passado uma minha provisão ao reitor e padres do dicto collegio, feita a 12 dias de fevereiro do anno de 558, por que houve por bem, para lhes fazer esmola, que elles houvessem de minha fazenda 3000000 réis, em cada um anno pagos no almoxtarifado da dicta cidade de Coimbra, enquanto o dicto collegio não houvesse, com effecto, a renda do dicto mosteiro que mandava supplicar ao sancto padre, que annexasse ao dicto collegio, pela qual razão havendo-se a dicta quantia de arrecadar pelas rendas do dicto mosteiro, enquanto não fosse arrecadada, se haviam de pagar ao dicto collegio pela dicta provisão dos dictos 3000000 réis por anno, o que era em dammifcamento de minha fazenda por o dicto

mosteiro não render tanto, e além disto se haverem de cumprir dos rendimentos della os encargos acostumados das visitações, e fazer outras despesas e com os dietos padres haverem os fructos dos dietos mosteiros, não hão de haver de minha fazenda os dietos 3005000 réis por anno, como dicto é. Os quaes 5148100 réis vos serão levados em conta com a certidão de um dos escrivães de minha fazenda de como nos livros della no assento dos dietos 3005000 réis, que assim haviam de cada um anno, fica posta verba, que do primeiro de janeiro do anno que vem de 565 em diante, os não lizo de haver mais para haverem os fructos do dicto mosteiro, como dicto é; e que os 2015000 réis houve por bem, que houvessem este anno sómente, por das rendas do dicto mosteiro, haverem de pagar a João Brandão, que serve de thesoureiro da casa da India, 2135767 réis que se mais despenderam na expedição das letras da annexação delle ao dicto collegio, como se contém em outra provisão, por que mandei ao corregedor da comarca de Lamego, que apresentando-lhe conhecimento do dicto João Brandão, de como era pago da dicta quantia, levantasse o embargo ou embargos que fossem postos nas rendas do dicto mosteiro, e as fizesse entregar, e acudir com ellas ao reitor e padres do dicto collegio, como mais largamente na dicta provisão é declarado; e esta cumprireis como aqui é contheudo, posto que não passe pela chancellaria. Barthazar Ribeiro a fez em Lisboa a 20 de setembro de 1564. E eu Bartholomeu Froes a fiz escrever. — O CARDEAL INFANTE.

Liv. 2.º citado, fl. 34 e 34 v.

LVI

D. Sebastião manda dar, aos padres do collegio de Jesus,
575000 réis de sua fazenda, emquanto lica não dá outra tanta renda
em outra parte

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que eu hei por bem e me praz, por fazer esmola ao reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, que elles tenham e hajam de minha fazenda, do primeiro dia do mez de janeiro deste anno presente de 565 em diante, 575000 réis em cada um anno, para cumprimento das 3005000 réis que tinham cada anno, por uma minha provisão assentados e pagos no almoxarifado da dicta

cidade de Coimbra, e lles foram tirados depois de haver effeito a união do mosteiro de Carquere ao dicto collegio, os quaes 575(000) réis assim hei por bem, que os dictos reitor e padres hajam á custa de minha fazenda, enquanto se lles não der outra tanta renda por via da igreja, na maneira em que o tenho ordenado nas mais rendas que o dicto collegio tem de minha fazenda, para parte da mantença dos religiosos d'elle, que el-rei, meu senhor e avô, que sancta gloria haja, ordenou que houvesse no dicto collegio para serviço da conversão das gentes de sua conquista, porque tanto que forem providos pela igreja me alargarão, e deixarão os dictas 575(000) réis, o que assim hei por bem por se achar por diligencias, que se sobre esse caso fizeram, que o dicto mosteiro de Carquere rende cada anno 2435(000) réis somente; e quero e me praz que os dictos 575(000) réis sejam assentados e pagos aos dictos reitor e padres no meu thesoureiro-mor ou em quem o dicto cargo servir.

E portanto mando aos veadores de minha fazenda, que lhos façam assentar no livro della no titulo do dicto thesoureiro-mór, e do dicto janeiro do anno presente em diante, e os façam levar cada anno no caderno do assentamento, e que se faz das tenças e dinheiro que nelle são despachados com declaração, que lhos sejam pagos com certidão de Martim Gonçalves da Camara, deputado do despacho da consciencia, de como não são providos pela igreja de renda que valha os dictos 575(000) réis, cada anno, como acima é declarado, e em todo se cumpra e guarde ~~o~~ alvará como nelle se contem; o qual hei por bem que valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada pela chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte, que diz, que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não valham, e valerá outrosim postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Diogo Lopes o fez em Almerim a 13 dias de março de 565. Eu Duarte Dias o fiz escrever. — O CARDEAL INFANTE.

Hei por bem que os 575(000) réis que o reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, tem cada anno por este alvará, assentados no thesoureiro mór, lles sejam assentados e pagos no recebedor das cisas da dieta cidade, de janeiro deste anno presente de 565 em diante; e mando aos veadores de minha fazenda que lhos façam assentar no livro della e pagar nas dictas cisas, riscando se primeiro o assento que está no livro do thesoureiro mór: e os dictos 575(000) réis foram riscados do livro dos pagamentos do thesoureiro-mór, e posta verba como lles hão

de ser pagos nas dietas cizas, como se viu por certidão do escriptão do cargo do dicto thesoureiro-mór. E esta apostilla valerá como carta, posto que não seja passada pela chancellaria, sem embargo das ordenações que o contrario dispõem. João Alvaros a fez em Almeirim a 26 de fevereiro de 1569. Eu Alvaro Pires a fiz escrever. — REL. — Assentada a apostilla em Coimbra. Assentei. D. Francisco. Assentada a folhas trinta e seis do livro velho. D. Gilianes.

Alvará dos 575⁰⁰⁰ réis que vossa alteza ha por bem que hajam cada anno, o reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, de janeiro deste anno presente de 565 em diante, emquanto se lhe não der outra tanta renda por via da igreja, e isto pela causa declarada neste alvará, que valerá como carta, e não passe pela chancellaria. Cumpra-se e registre-se hoje 13 de agosto de 1569. Cardoso. Registado este alvará no livro dos registos da camara desta cidade de Coimbra, que serve dos pagamentos da folha do assentamento, ao 10 dias de outubro de 1569 anno, por mim, João Gonçalves de Sequeira, que sirvo de escriptão da camara, ás folhas que começa na volta (194) e acaba (195); João Gonçalves de Sequeira.

(Confirmado por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1591.)

Liv. 2.º citado, fl. 37 e 37 v. Liv. 1.º de confirmações citado, fl. 13 v. e 14 v.

LXII

Concordia com a Universidade em certas clausulas, e declarações de sua alteza acerca do governo das escolas

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que el-rei, meu senhor e avô, que sancta gloria haja, desejando que na Universidade de Coimbra florescessem as letras assim de Theologia, Canones, Loiz, Medicina, Mathematicas, como das Artes, Humanidades e Linguas que nella se ham, lhe pareu muyto efficaç, alem doutros que para isso tinha ordenado, dividir-se o governo das dictas sciencias e faculdades em duas partes, e que as escolas maiores fossem regidas e governadas por um reitor, que se chamasse reitor da Universidade com seus conselheiros e officiaes e modo ordenado pelos estatutos della, e as escolas menores se regessem e governassem por outras pessoas, que o dicto rei, meu avô, houvesse por bem, e pelo modo e maneira que por seus

regimentos e provisões lhe mandasse ordenar, porque assim cada uma das dietas partes da dicta Universidade poderia melhor proceder e com maior fructo das letras e costumes dos estudantes; e para as ditas escolas menores mandou edificar, á custa de sua fazenda, um collegio na dicta cidade, que se chamasse collegio das Artes, e depois de alguns annos ser o dicto collegio entregue, regido e governado pela dicta maneira, sem o reitor da dicta Universidade nem seus officiaes terem nelle alguma jurisdicção nem superintendencia, se viu claro fructo e proveito nas letras; mas porque o dicto senhor desejava que houvesse maior nos costumes dos estudantes, vendo o que os padres da companhia de Jesus faziam em seus collegios e escolas que tinham a seu cargo era muito grande, e este assumpto de ler em Universidades e escolas publicas era proprio de seu instituto e regras, as quaes o dicto rei, meu avô, viu e lhe pareceram tanto convenientes, para por meio dellas se tirar o que se pretendia do dicto collegio, por estes e outros justos respeito, houve por bem, e seu serviço, mandar-lho entregar, como de feito, por mandado do dicto senhor, foi entregue á dicta companhia em setembro de 1553, e junctamente o dicto senhor rei, meu avô, determinou, que das rendas da Universidade que por elle e pelas reas destes reinos lhe foram dotadas para todas as faculdades, lições, e officiaes, e pessoas della, e despesas outras que se fizerem, se apartasse renda sufficiente para o dicto collegio, a qual administraria o reitor delle. E com este modo e condições o concertou e governou a dicta companhia; e querendo eu depois do fallecimento do dicto rei, meu avô, assentar de todo as cousas do dicto collegio, o ultimo que sobre isso tomei, depois de ouvida a Universidade, foi o mesmo ácerca do governo: e quanto a renda do dicto collegio, houve por bem que houvessem, em cada um anno, 1:400:000 réis, convém a saber: 1:200:000 réis das rendas da mesma Universidade, e os 200:000 réis no almoxarifado de Coimbra, enquanto se não assentem nas dietas rendas ou eu lhos mandasse dar de outra maneira, como mais largamente é declarado nas provisões que disso mandei passar. E porque depois fui por diversas vezes informado que a dicta Universidade pretendia, que o dicta assento se devia tomar doutra maneira, e por essa causa punha duvidas e difficuldades á execução delle, e por parte da mesma Universidade me foi pedido que mandasse ver o caso por dous prelados ou pessoas que me parecesse, para eu sobre elle tomar o ultimo e firme assento: para mais satisfação mandei ver as dietas duvidas, por tres pessoas que para isso foram escolhidas, dando-se disso conta ao reitor e sindaco da dicta Universidade, que nesta corte tractavam o dicto negocio, pelas quaes

pessoas depois de verem as dictas duvidas e razões acerca dellas, com a annexação das rendas do priorado que foi do mosteiro de Sancta Cruz, de Coimbra, que o dicto rei, que Deus tem, deu e mandou unir á dicta Universidade com as mais rendas, que lhe foram dadas pelo dicto senhor, e pelos reis destes reinos, dos bens e padroados da corôa delles, assim para as faculdades das escholas maiores como para as que se ensinam, e lições que se lêem no dicto collegio, e para os officiaes e despesa de umas e outras; e pelas dictas pessoas, depois de considerarem, verem e tractarem bem o dicto negocio, fui sufficientemente informado e certificado, que tudo o que dicto é, eu podia e o dicto rei, meu avô, ordenar e estatuir; e além disso, considerando eu tambem, o poder que sua alteza tinha e usava sobre todas as cousas da dicta Universidade, ao tempo que de novo ordenou o dicto collegio e governo e sustentação d'elle, e depois ao tempo que o mandou entregar á dicta companhia, e como sempre acerca do dicto collegio, administração, governo, renda, sustentação e despesa d'elle, quiz eu conservar e reservar para mim e meus descendentes todo o poder e posse, que eu e o dicto rei, meu avô, tinha, e d'elle usei e quiz usar quando determinei e appliquei ao dicto collegio os ditos 1:000,000 réis pelas provisões, que disso tem, declaro todo o assim por mim e pelo dicto rei, meu avô, ordenado, por firme e valioso, e que o podiamos fazer como reis fundadores, padroeiros, governadores e protectores da dicta Universidade, a quem como taes convém ordenar as cousas do regimento della, sujeitando ao reitor e officiaes da dicta Universidade as que houvermos por bem de lhe cometter, e eximindo delles as que lhe parecesse reservar para nossa immediata superintendencia, postoque fique o regimento e administração da fazenda da dicta Universidade ao reitor e officiaes della, como até agora a tiveram e tem com as limitações declaradas no regimento da dicta fazenda, dado por mim á dicta Universidade. E outro sim declaro, que depois que os dictos padres tiveram o governo e administração do dicto collegio, foi sempre isento e eximido de toda a subordinação e jurisdicção do reitor, conselho e officiaes da dicta Universidade; e quero e mando, que assim o seja daqui em diante, sem o reitor, que ora é, e pelo tempo fôr, nem o conselho da dicta Universidade, nem outro official della, poderem entender por via ordinaria nem extraordinaria alguma no governo e regimento do dicto collegio, não somente no que toca ás pessoas da dicta companhia, que de todo são isentas, e conforme á sua ordem e religião, não podem ser sujeitas ao reitor e officiaes da dicta Universidade, mas tambem no que toca e por qualquer via, modo e maneira que seja, poder tocar ás leituras,

autores, e outros quaesquer exercicios de letras, e qualquer outra parte do regimento do dicto collegio, officiaes e ouvintes delle, que vivem e viverem de baixo da obediencia e disciplina dos dictos padres da companhia, dentro na clausura do dicto collegio, e ainda que vivam fora della, nas cousas que forem da decisão, correção, disciplina, e exegção, privilegios e immunidades dos dictos officiaes e estudantes, e que pelas dictas provisões e regimentos meus, e do dicto rei, meu senhor e avô, e pelas mais que ao deante, eu e meus successores mandarmos fazer e ordenar, que sempre serão de maneira que não repugnem ás constituições, regras e modo de proceder da dicta companhia, é e fôr ordenado; e isto postoque a renda, sustentação, e despesa do dicto collegio, se tomem e sejam pagas das rendas da dicta Universidade, como dicto é. E mando que, daqui em deante, se cumpram os dictos regimentos e provisões inteiramente; e o dicto collegio, officiaes e estudantes e pessoas delle, gozem de todos os privilegios, graças e liberdades, que pelos dictos regimentos e provisões lhe são e fôrem concedidas, sem embargo algum que a isso seja posto; a interpretação dos quaes regimentos e provisões reservo para mim e meus successores, e todo o que dicto é, hei por bem, ordeno e mando, por o ter assim por serviço de Nosso Senhor, mór quietação da dicta Universidade, e religiosos da dicta companhia, melhor ordem e proveito das letras e faculdades, que se têm e exercitam nas escolas maiores e no dicto collegio, e boa educação, instituição dos estudantes delle, e desta maneira as dictas escolas maiores e collegio, como dous membros da dicta Universidade, ficam unidos e subordinados a mim como protector, que de toda ella sou; e, se alguma cousa contra a fôrma e ordem dos dictos regimentos e provisões se fizer, quero e mando que seja de nenhum effeito e vigor. E postoque eu confio, que pois os dictos padres tomaram o governo do collegio sobre suas consciencias, especialmente sendo conforme ao seu instituto, o governarão e administrarão com a fidelidade, cuidado e diligencia que até agora fizeram, e ao deante se deve esperar que façam, todavia, eu por mais segurança e satisfação, mandarei tomar, quando me parecer necessario, informação pelo modo que fôr mais convenientemente ao instituto da dicta companhia, de como os dictos padres cumprem os regimentos e provisões, que tiverem para o governo do dicto collegio, para que, se houver falta alguma, ordenar, por meio dos superiores da dicta companhia, como se emende, e a não haja; e, porque isto possa ter melhor effeito, o reitor da dicta Universidade, tendo informação certa que, no dicto collegio, se não procede conforme aos dictos regimentos e provisões, me poderá escrever, para eu, sobre isso, mandar saber

a verdade, e provêr, pela mesma via, dos superiores da dicta companhia, como seja mais serviço de Nosso Senhor, e bem do dicto collegio. E porquanto eu sou informado que a Universidade e outras pessoas têm para si, por occasião do modo do que eu mandei ordenar o mantimento e sustentação do dicto collegio, que os dictos padres o governam e têm as cadeiras delle por estipendio, o que é contra suas constituições, as quaes ordenam que todos seus ministerios façam sem respeito de interesse algum, declaro que meu intento, quando o assim ordenei, foi declarar, para as lições do dicto collegio e despesa das pessoas delle, a parte da renda, que lhe cabia em particular, da que em commun estava annexada e dotada a dicta Universidade e faculdades della, em que se comprehende as que se têm e ensinam no dicto collegio; e, porque a dicta companhia tomava sobre si, como tomou, as obrigações das dietas lições e governo, que não poderia sustentar e levar a deante sem a dicta renda e sustentação, houve eu por bem que houvessem, em cada um anno, os dictos 1400000 réis, e delle usassem em commun por via de escola e dotação, ou de qualquer outro modo e maneira, que sem prejuizo de seu instituto, podiam e podem usar: o isto e todo o mais que nesta provisão se contém, declaro e ordeno, como estatuto, e como tal e de qualquer outra maneira que mais força e vigor poder ter, quero e mando que se cumpra e guarde inteiramente, postoque este não seja incorporado nos estatutos da dicta Universidade e nos do dicto collegio, sem embargo delles e de qualquer capitulos e clausulas que nelles houver, porque nunca minha tenção foi ordenar pelos dictos estatutos cousa alguma, que se entendesse prejudicar ao dicto collegio e modo de governança delle que dicto é, e emquanto a dicta companhia o tiver. E estatutará valerá como carta, feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, postoque por ella não passe, sem embargo das ordenações em contrario. Jorge Lopes o fez em Lisboa aos 2 dias do mez de dezembro de 1564. Valerio Lopes o fez escrever. — O CARDEAL INFANTE

Sobre a concordia entre a Universidade de Coimbra e o collegio das Artes, para vossa alteza ver.

(Confirmado por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1591, e por D. Philippe III a 15 de novembro de 1634.)

Liv. 1.ª de confirmações citada, fl. 28 a 31. Liv. 2.ª de confirmações citada, fl. 88 v. a 94.

LVIII

Para o sancto officio da inquisição pagar sete mil cruzados das primeiras condemnações pelo aposento dos collegiaes

Eu el-rei faço saber a vós, deputados e mais officiaes do sancto officio da inquisição, da cidade de Coimbra, que ora sois e ao diante foides, que eu mandei tomar para cousas necessarias ao dicto sancto officio certas propriedades e fazenda, que pertencia ao collegio de Jesus, da dicta cidade, que bem valia sete mil cruzados, para lhos mandar pagar quando houvesse por bem; e os padres do dicto collegio, por me servir, foram disso contentes, pelo que, havendo eu a isso respeito, hei por bem o mando, que dos primeiros bens, que se confiscarem pelo dicto sancto officio da inquisição, dessa cidade, se dêem e pagueem ao reitor e padres do dicto collegio de Jesus, os dictos sete mil cruzados, ou nos dictos bens, que se assim confiscarem, ou em dinheiro, qual os dictos padres mais quizerem, de maneira que fiquem pagos e satisfeitos da dicta quantia de sete mil cruzados. E por este que somente se registará na casa da dicta inquisição, e quitações do dicto reitor e padres, serão os dictos sete mil cruzados levados em conta á pessoa, ou pessoas, sobre quem forem carregados, e a que pertencer pagar-lhos, e este se cumprirá inteiramente, como se nelle contém, posto que não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 26 de novembro de 1566. — O CARDEAL INFANTE.

Liv. 3.º citado, fl. 42.

LIX

O cardeal escreve ao bispo de Coimbra sobre o assento do conto de renda do collegio de Jesus

Reverendo bispo conde, amigo, eu el-rei vos envio muito saudar, como aquelle que amo. El-rei meu senhor e avô, que

..

sancta gloria haja, fundou, como sabem, o collegio da companhia de Jesus, dessa cidade de Coimbra, pela devoção que tinha á dicta companhia, e pelo serviço que por meio dos religiosos della Nosso Senhor fazia em seus reinos e senhorios. E eu por continuar a devoção de sua alteza e pelo mesmo respeito do beneficio, que meus vassallos recebem por meio dos dictos padres e religião, lhe ordenei 2:500 cruzados em cada um anno, á custa de minha fazenda, para dote do dicto collegio, enquanto elles não mandasse assentar em renda ecclesiastica, e porque as obrigações e necessidades de minha fazenda são grandes, considerando eu como desta parte se podesse descarregar, assentando-se os dictos 2:500 cruzados em cousa perpetua para o dicto collegio, me pareceu que se podia fazer nas rendas desse bispado, especialmente sendo o dicto collegio situado nelle, e tendo por certo que vós sereis disso contente, pelo serviço de Nosso Senhor e meu, que deste negocio se seguiria, e pela devoção que sei que tendes á dicta religião, e por quanta parte fostes para se o dicto collegio ordenar e fundar na dicta cidade, pelo que vos agradecerei muito queredes dar vosso consentimento para se desmembrarem da vossa mesa episcopal os dictos 2:500 cruzados em algumas peças, que mais convenham ao dicto collegio, para por vosso fallecimento virem a elle, e escreverdes-me as peças que para este effeito se poderão unir, e o modo que nisso se terá para com menos despesa de minha fazenda se poder effectuar, e porque desejo muito que este negocio tenha effeito com brevidade, agradecer-vos-hei muito enviardes-me a resolução dello, com toda a que for possível, e ser tal como eu de vos espero e confio, porque me farão nisso muito prazer e serviço. Jorge da Costa a fez em Almeirim a 18 de fevereiro de 1567. — O CARDEAL INFANTE.

Liv. 2.º citado, fl. 42 e 42 v

LX

Des 6578000 réis de juro, que se hão de pagar por espaço de vinte annos, enquanto o bispo pagar o coulo de pensão

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que o collegio da companhia de Jesus, da cidade de Coimbra, tom de minha fazenda, em cada anno, 6578000 réis, assentados no almoxari-

fado da dicta cidade, por duas provisões, uma de 600000 réis e outra de 575000 réis, enquanto lhe não fizer applicar outra tanta renda ecclesiastica, por lhe serem assignados para cumprimento do dote de sua fundação, como mais largamente é declarado nas provisões que disso tem. E tendo eu consideração á muita despesa do dicto collegio, pelos muitos religiosos que nelle ha, assim lentes, como outros que se criam para se enviarem a diversas partes, e ás obras que ha para fazer no dicto collegio, e muita despesa que para isso é necessaria, supplicuei ao sancto padre que o conto de réis de pensão, que eu tinha em minha vida no bispado de Coimbra, houvesse por bem o tivesse o dicto collegio, por tempo de vinte annos, e começando deste anno de 580 em diante, para com este dinheiro o dicto collegio comprar renda perpetua, para sua sustentação, o que sua sanctidade me tem concedido. E porque o dicto collegio não pode empregar este dinheiro em heranças e fazenda, que para elle rendam com que se escusem os dictos 6575000 réis, senão depois de o ter recebido, por folgar de lhe fazer esmola e mercê, hei por bem o me praz que os dictos 6575000 réis, que ora de mim tem, lhe sejam pagos no dicto almozarifado, da maneira que os ora tem, por tempo de outros vinte annos, que começarão de janeiro do anno que vem de 581 em diante; e isto sem embargo das dietas provisões dizem, que tanto que lhe fosse applicada outra tanta renda ecclesiastica, os não haveria mais, e outrosam lhe serão pagos pelo dicto tempo, sem apresentarem a certidão de Martin Gonçalves da Camara, que as dietas provisões requeriam. E de como assim o houve por bem, e que se lhe paguem até o dicto tempo, se farão declarações nos dictos livros de minha fazenda, nos assentos das dietas provisões; e com certidão de um dos escrivães della, de como ficam postas, mando aos vedores de minha fazenda, que por tempo dos dictos vinte annos façam ir cada anno na folha do assentamento os dictos 6575000 réis, sem embargo de applicar ao dicto collegio os dictos um conto de réis da pensão do dicto bispado, como dicto é: e tanto que se cumprirem os dictos vinte annos, os não haverão mais de ali em diante, porque com esta declaração lhes fiz esmola e mercê da dicta pensão, pelo dicto tempo. E este hei por bem que valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, e assellada do meu sello pendente, sem embargo da ordenação do segundo livro, título vinte, que diz que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não valham. Ralthazar de Sousa o fez em Aluarim a 29 de janeiro de 1580. En Bartholomeu Froes o fiz escrever. - REL.

Ficam postas as verbas que requer este alvará, no livro da fazenda, nos assentos dos 657,000 réis, nelle declarados. E assignei a 12 de abril de 1580 Bartholomeu Froes. Pagou nada, por ser por camela, em Alentejo a 12 de abril de 1580. Gaspar Maldonado. E aos officiaes 522 réis. Simão Gonyalves Preto. Registado na chancellaria, folhas 56. Antonio de Aguiar.

Sobscripção — Alvará dos padres do collegio de Coimbra, para vossa alteza ver. Folhas 147.

Liv. 1.º de confirmações citado, fl. 16 e 16 v.

LXI

Para os padres do collegio não serem constrangidos a pagar 400,000 réis, que se gastaram na expedição das letras do S. João de Longavates

Contador-mór, havendo eu respeito ao que dizem na petição, a este juncta, o reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, hei por bem que não sejam constrangidos a pagar os 400,000 réis, que o commendador-mór da ordem de Nosso Senhor Jesus Christo, embaixador que foi na corte de Roma, lá tomou a cambio, a razão de 520 réis por cruzado, para a expedição das letras do mosteiro de S. João de Longavates, que se annexou ao dicto collegio; os quaes 400,000 réis el rei, meu senhor e avô, que sancta gloria haja, mandou somente pagar de sua fazenda em João Gomes, thesoureiro da casa da India, porque os 120,000 réis, que se montavam no dicto cambio, pagaram o dicto reitor e padres, segundo todo parece pelas certidões e diligencias, que tambem a este alvará vão junctas, que sobre isso se fizeram na dicta fazenda; pelo que vos mando que não constranjaes os dictos reitor e padres, pelos dictos 400,000 réis, porquanto pelo dicto respeito o hei assim por bem, postoque este não passe pela chancellaria. E na conta, que se tomou ao dicto commendador-mór no assento da despesa, que se lhe fez, dos dictos 400,000 réis, se porá verba como mandei, que os dictos reitor e padres não pagassem o dicto dinheiro, e este alvará e as dictas certidões e diligencias se metterão na linha da dicta conta, e na dicta verba se fará desso declaração, e pelo dicto alvará se não levará em despesa a dicta quantia ao dicto commendador-mór, porque já lhe é levada na dicta conta. André

Vidal o fez em Lisboa a 27 de setembro de 1567. Bartholomeu Froes o fez escrever. — O CARDEAL INFANTE.

Liv. 2.º citado, fl. 43 e 43 v.

LXII

Sobre as casas para a inquisição

Reverendo bispo conde. Depois de vos ter escripto, como me parecia o mais conveniente logar, para se ordenar o sancto officio nessa cidade, as casas que foram da condessa de Cantanhede, soube que os padres da companhia dessa cidade desejavam de se mudar do collegio de baixo para o seu de cima, por o logar ser mais acomodado, assim para elles, como para os estudantes, que hão de ouvir no dicto collegio, por o que me parece boa conjuncção, e grande acerto esta mudança, por no collegio de baixo ficar logar largo, e muito conveniente, assim para o carcere, como para os inquisidores, e mais officiaes, pelo que lhes encomendei, que logo ordenassem a dicta mudança, e nas casas de cima no collegio as que para isso fossem necessarias; e porque para se esta obra logo fazer, e com a diligencia que convem, é necessario dinheiro, vos rogo muito que dos seiscentos mil réis, que tendes ordenado dar para as despesas do sancto officio dessa cidade, mandeis que se dêem aos dictos padres da companhia quinhentos cruzados, com o que se poderá logo effectuar a dicta mudança, e se fizerem as casas que para isso forem necessarias, o que vos agradecerei muito mandardes, que se faça com toda a diligencia possivel, porque queria que se fossem os inquisidores logo, e se começasse o negocio, o que não pode ser, sem primeiro se fazer a dicta mudança. De Lisboa a 6 de outubro de 1565. Balthazar da Fonseca a fez escrever. — O CARDEAL INFANTE.

Ao bispo de Coimbra.

Documentos relativos aos jesuitas e Universidade de Coimbra, hoje na bibliotheca da mesma Universidade. Revista de educação e ensino, n.º 1, de janeiro de 1893, pag. 46 e 47.

LXIII

Sobre as casas para a inquisição

Inquisidores da cidade de Coimbra, o cardeal infante, etc., vos envio muito saudar. Pela carta que me escrevestes entendi a necessidade, que essa casa do sancto officio dessa cidade tem das casas que foram de Diogo de Castilho, e Diogo Affonso, e da cêrca, e vinha, que os padres da companhia tinham, e pareceu-me muito bem a avaliação das dictas propriedades. E porque folgarei muito que se acabe de effectuar o concerto que ácerca dellas tendes feito, com os dictos padres da companhia, vos encomendo muito façaes com elles contracto das dictas cousas, e vos obrigueis a lhes pagardes os dous mil cruzados, em que as dictas propriedades foram avaliadas, nas primeiras confiscações que houver, e em dinheiro de contado, ou em peças, qual os dictos padres mais quizerem, e nos contractos que disto fizerdes, mandareis trasladar esta minha carta; para que em todo o tempo se saiba, que dei eu nisso auctoridade, e consentimento. De Almeirim, 20 de março de 1565. Balthazar da Fonseca a fez escrever. — O CARDEAL INFANTE.

Para os inquisidores da cidade de Coimbra.

Por o cardeal infante, etc., aos inquisidores da cidade de Coimbra.

Documentos relativos aos jesuitas e Universidade de Coimbra. Revista de de educação e ensino, n.º citado, pag. 47.

LXIV

El-rei manda pagar ao collegio, ao thesoureiro das confiscações,
800\$000 réis, em que foram avaliadas a vinha, e casa
que foi de Diogo de Castilho, e a de Diogo Affonso

Eu el-rei faço saber a vós, deputados e officiaes do sancto officio da inquisição, da cidade de Coimbra, que vi a carta que me escrevestes, em que dizeis que para bom recolhimento

do carcere do dicto sancto officio, tendes muita necessidade de duas moradas de casas, que juncto dello têm os padres da companhia de Jesus, a saber: umas que foram de Diogo de Castilho, e outras que foram de Diogo Afonso, secretario que foi do cardeal D. Afonso, meu tio, que Deus teim, e assim de uma vinha que os dictos padres também têm juncto da dicta casa, as quaes tres propriedades mandastes ver, e assentastes com os dictos padres que valiam 8000000 réis, o que elles por me servir são contentes de vol-as alargar, por esse preço, pelo que havendo eu a isso respeito, e vista a necessidade que tendes das dictas propriedades, hei por bem e mando que dos primeiros bens, que se confiscarem pelo dicto sancto officio, se dêem e paguem ao reitor e padres do collegio de Jesus, da dicta cidade, os dictos 8000000 réis em dinheiro, ou nos proprios bens que se assim confiscarem, qual os dictos padres mais quizerem, de maneira que fiquem pagos e satisfeitos da dicta quantia de 8000000 réis. E por este, com quitações do dicto reitor e padres, serão os dictos 8000000 réis levados em conta á pessoas, ou pessoas sobre quem carregarem, e a quem pertencer pagar-lhos. E este se cumprirá inteiramente, como se nelli contém, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Gaspar de Saxeas o fez em Lisboa a 14 de maio de 1568. Jorge da Costa o fez escrever. — RII.

Let. 2.ª citada, fl. 45 v.

LXV

Confirmação do contracto da Universidade sobre os tres mil cruzados, e da forma do pagamento

D. Sebastião, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalém mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc. Faço saber aos que esta minha carta virem, que entre o reitor, lentes, deputados e conselheiros da Universidade da cidade de Coimbra, e o reitor e padres do collegio da companhia de Jesus, da dicta cidade, se fez ora um contracto e concordia, que eu confirme e aprovei, por virtude do qual o dicto collegio de Jesus ha de haver em cada um anno das rendas da dicta Universidade 1:2000000 réis, de janeiro deste anno

presente de 572 em diante, além de 2000000 réis mais, que lhe hão de ser pagos á custa de minha fazenda, como mais largamente na escriptura do dicto contracto e concordia, por mim confirmada, se contém. E portanto hei por bem e me praz, que o reitor e padres do dicto collegio de Jesus, que ora são e ao diante forem, tenham e hajam daqui em diante para sempre os dictos 1:2000000 réis, em cada um anno nas rendas da dicta Universidade, os quaes lhes serão pagos no recebedor das dietas rendas, ou no prebendeiro ou rendeiro principal dellas, ou em qualquer outra pessoa que as receber e arrecadar, ou as em si tiver, ás terças do anno, segundo ordenança, cada terça do primeiro rendimento della, primeiro que se faça outro algum pagamento ou despesa outra, de qualquer qualidade que seja, e isto por inteiro e sem quebra alguma, postoque a haja nas dietas rendas da Universidade, o qual pagamento se lhes fará sem se requerer, nem pedir ao reitor da dicta Universidade, nem se ter nisso conta com elle, nem com outro algum official della; e pelo traslado desta carta, que será registada no livro da despesa do dicto prebendeiro, ou recebedor, ou de qualquer outra pessoa, que tiver cargo de arrecadar e receber as dictas rendas, ou as em si tiver, com conhecimentos do dicto reitor do collegio, ou da pessoa que elle para isso ordenar, mando que lhe seja levada em conta a quantia, que lhe assim pagar; e o dicto recebedor ou prebendeiro, ou pessoa outra, que tiver cargo de arrecadar as dictas rendas, ou as tiver em seu poder, se obrigará como depositario, primeiro que comee a servir o dicto cargo, de pagar ao dicto collegio, e lhe acudir em cada um anno com o dicto 1:2000000 réis pela maneira acima dicta, e dar a isso fianças bastantes outrosim depositarias, a contentamento do reitor do dicto collegio, e não lhe pagando o dicto dinheiro ou parte alguma delle, pelo modo acima dicto, será excoetado pelo recebedor e executor das rendas do dicto collegio, assim e da maneira que os meus almoxarifes e recebedores, por bem do regimento de minha fazenda, arrecadam e executam as dividas das rendas, que a ella pertencem, porque o mesmo poder e jurisdigão, que elles para isso têm, dou e concedo neste caso ao recebedor e executor do dicto collegio, para effeito do pagamento e arrecadação do dicto 1:2000000 réis; e mando a todos os meus desembargadores, corregedores, juizes, justicas e officiaes, a quem o conhecimento disto pertencer, que deixem ao dicto reitor e padres do dicto collegio, e ao seu recebedor, usar inteiramente do contendo nesta carta, e lha cumpram e guardem e façam inteiramente cumprir e guardar, como se n'ella contém, sem lhe a isso ser posta duvida, nem embargo algum, porque

assim é minha mercê: e um meu alvará, que o dicto reitor e padres tinham, por onde atégora, antes de se fazer esta concordia, lhe foram pagos os dictos 1:200,5000 réis das dictas rendas da Universidade, em outra fórma, foi roto ao assignar desta, que por firmeza disso lhe mandei dar, por mim assignada e assellada do meu sello pendente. Gaspar de Seixas a fez em Almeirim a 22 de fevreiro, anno do nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo de 1572. Jorge da Costa a fez escrever. A qual ordem por esta carta dou em pagamento do dicto 1:200,5000 réis, por virtude do dicto contracto, de que nella faz menção.

— EL-REI.

Carta de 1:200,5000 réis, que o collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, ha de haver em cada um anno da renda da Universidade, da dicta cidade, para vossa alteza ver. Martin Gonçalves da Camara. Registada na chancellaria de folhas 21. Pero de Oliveira. Pagou nada. Em Santarem a 18 de março de 1572. E aos officiaes, 16150 réis. Pero Fernandes. Melchior de Amaral.

(Confirmadas por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1591, e por D. Philippe III a 10 de novembro de 1634).

Liv. 1.ª de confirmações citado, fl. 14 v, 16 e 15 v. Liv. 2.ª de confirmações citado, fl. 19 a 82.

LXVI

El-rei manda dar na casa da India, depois da chegada das naus,
que vão de vir o anno de 571, dois mil cruzados,
os quaes são para obras no collegio

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que vendo eu a muita necessidade que ha de se acabarem as obras do aposento e escolas, para se lerem as Artes, que se faz na cidade de Coimbra, para os padres da companhia de Jesus se nelle recolharem, e ensinarem, e a obrigação que a isso tenho por me largarem o collegio real das Artes, que tinham na dicta cidade, para servir de carcere dos presos do sancto officio, e aposento dos inquisidores, e officiaes d'elle, as quaes obras se começaram e até ora foram continuando com o proveito que se tirava de alguns alvitres, que por minhas provisões trouxeram da India. E porque eu ora tenho mandado largar o tracto das especerarias das dictas partes, para as poderem trazer as pessoas que qui-

zerem, com pagarem á minha fazenda certos direitos declarados na provisão, que sobre isso mandei passar, e por alguns respositos, não hei por meu serviço de pelos dictos alvitres supprir a despesa da dicta obra; hei por bem e me praz, que do primeiro dinheiro que se fizer por venda das especiarías, que por conta de minha fazenda vierem na armada, que ora com ajuda de Nosso Senhor está para partir para a India, ou dos direitos, que por vinda da dicta armada as partes houverem de pagar na casa da India, das especiarías e mercadorías que houverem, se dê ao reitor e padres do dicto collegio dous mil cruzados, para se irem continuando e acabando as obras das dietas escholás. E portanto mando ao thesoureiro do dinheiro da casa da India, que ao tal tempo fôr, que do primeiro dinheiro que houver das dietas especiarías, que vierem por conta de minha fazenda, ou dos direitos que as partes pagarem, se entregue ao dicto reitor e padres do dicto collegio de Coimbra, os dictos dous mil cruzados, como dicto é, por isto sómente, sem mais outra provisão nem mandado meu, nem de minha fazenda, sem embargo de qualquer provisão que seja passada, ou ao diante passar, para do dicto dinheiro se não fazerem pagamentos alguns, porquanto por isto ser dívida, a que tenho obrigação, e que se deve ao dicto collegio, o hei assim por bem e meu serviço. E por este, com seu conhecimento, mando aos contadores que levem os dictos dous mil cruzados em conta ao thesoureiro da dicta casa que os pagar. E este se cumprirá, postoque não passe pela chancellaria. Balthazar Ribeiro o fez em Belem a 23 de fevereiro de 1570. Eu Bartholomeu Rodrigues o fiz escrever. — Rei.

Liv. 2.º cédulo, ff. 51 v.

LXVII

El-rei mandou dar 100\$000 réis para o concerto das casas dos collegiaes

Eu el-rei mando a vós, Manuel Homem, que ora tendes por contracto a arrecadação do dinheiro, que pertence a meu assentamento no almoxarifado da cidade de Coimbra, que do rendimento das rendas do morgado de Vouga, que vos é mandado arrecadar, deis ao reitor e padres do collegio de Jesus, da dicta cidade, 100\$000 réis, que lhes mando dar para se concertarem as casas dos porcionistas, que ha de haver no dicto collegio, que ordeno

que se façam a modo de collegio e commuidade; e por este, que não passará pela chancellaria, com seu conhecimento, mando ao thesoureiro ou official a que fordes obrigado a entregar o dicto rendimento, que vos tome em pagamento os dictos 1000000 réis, e aos contadores que lhos levem em conta. Domingos de Varajão o fez em Almeirim a 12 de fevereiro de 1574. Em Bartholomeu Froes o fiz escrever. — REI.

Liv. 2.º de citado, fl. 66 v.

LXVIII

Sua alteza manda, que se entreguem a Antonio Pinheiro 1500000 réis, que pertencem aos meninos orphãos

Padre reitor, eu el-rei vos envio muito saudar. Encomendo-vos que mandeis logo entregar, ao doutor Antonio Pinheiro, que ora por meu mandado tem cargo dos meninos orphãos, até a vinda de Pero de Menezes, os 1500000 réis, que o dicto Pero de Menezes ahi deixou depositados para os dictos meninos orphãos, porque são cá necessarios para os, o dicto Antonio Pinheiro, por minha ordenança, haver de despende em cousas que cumprem aos dictos orphãos, os quaes 1500000 réis lhe enviareis por pessoa segura e a bom recado, e a dieta pessoa cobrará conhecimento do dicto doutor de como lhos entregou. E por esta minha carta com o dicto conhecimento, vos hei por desobrigado delles a vós ou a qualquer pessoa que os tiver. André Sardinha a fez em Lisboa a 2 dias de novembro de 1553. Manuel da Costa a fez escrever. — REI.

Receberam-se estes 1500000 réis, de que o alvará atrás escripto faz menção, do collegio da companhia de Jesus, de Coimbra; e por verdade assignei este, hoje 17 de agosto. Pinheiro.

Liv. 2.º citado, fl. 17 v.

LXIX

Para se darem os papeis, tocantes a Carquere, que estão em Lamego

D. Sebastião, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalém mar em Africa, senhor de Guiné, etc. Mando a vós, juiz de fora da cidade de Lamego, que notifiqueis e mandeis de minha parte a Domingos de Moraes, tabellião do judicial na dicta cidade, que dê com brevidade ao reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, os proprios autos de reconhecimentos e medições, e quaesquer outros da fazenda do mosteiro de Nossa Senhora de Carquere, que tiver em seu poder, ficando ao dicto Domingos de Moraes o traslado concertado com as partes a quem tocar, o qual traslado assim concertado, hei por bem que valha como os proprios. El-rei, nosso senhor, o mandou pelos doutores Paulo Affonso e Gaspar de Figueiredo, ambos do seu conselho, e seus desembargadores do paço. João de Seixas a fez em Lisboa aos 21 de junho de 1571.—REI.

Liv. 2.º citado, fl. 57.

LXX

**El-rei manda entregar aos inquisidores o collegio real,
sem disso se fazer escriptura**

Padre provincial, eu el-rei vos envio muito saudar. Vi a carta que me escrevestes e recebi contentamento de saber por ella, a diligencia e cuidado com que entendeis na mudança do collegio das Artes, e o dinheiro que o bispo para isso vos deu, e como dentro de poucos dias se poderá começar o officio da sancta inquisição, e agradeço-vos muito a diligencia que nisso fazeis, e encommendo-vos que façaes concluir e acabar a dicta mudança, e tanto que houver casas em que se possa ler, entregueis logo aos inquisidores o lanço do edificio novo, do dicto collegio das Artes, da maneira que vos cá disse, antes de vós partirdes, a saber: a egreja e as classes novas com todo o mais aposento, que está no dicto

lanço novo, sem disso lhes dardes papel nem escriptura alguma, somente as chaves, e o mais que nelle houver; e para que a dita mudança se possa fazer com mais brevidade, escrevo ao D. Prior do convento de Thomar, que vos faça logo entregar a igreja, que tem na rua da Ferra, em que se hão de fazer os autos publicos; e tanto que vos for entregue, e o collegio se passar, não escrevaes, porque reciberei disso prazer. Jorge da Costa a fez em Lisboa a 28 de fevereiro de 1566. O CARDEAL INFANTE.

Lic. 2.^a citada, fl. 41 v. e 42.

LXXI

Para o pateo das escolas velhas, e o aposento dos collegiaes, se darem para o officio da sancta inquisição, pelo preço que valer tudo;
e por esta somente manda sua alteza se pague

Padre reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, eu el-rei vos envio muito saudir. Por parte dos inquisidores e officiaes do sancto officio da inquisição, dessa cidade, me foi dicto, que além do edificio novo do collegio das Artes, que vós, por me servir, lhes tinheis entregue para o dicto officio da sancta inquisição, lhes era necessario o pateo das escolas velhas, com sua serventia, e os mais aposentos e casas, que cercam o dicto pateo, assim da parte do mosteiro de Sancta Cruz, como da rua da sancta Sophia, para carcere dos penitenciados e outros usos, que se não podiam escusar, e assim todo o mais chão que no circuito destes aposentos ha. E porque o dicto officio é de tanto serviço de Nosso Senhor, como sabeis, e importa muito ter seus carcerees, aposentos e mais officinas junctas, e bem ordenadas e apartadas doutra vizinhança, reciberei muito contentamento de quererdes alargar, para o dicto officio, os dictos aposentos, casas e chãos, dando-se-vos por elles a recompensa que for justa. E porque a dita recompensa se não poderá dar em quanto não houver bens confiscados, encomendo-vos muito que a aceddes nos dictos bens, e para o preço e quantidade da dita recompensa, vos concertareis com o doutor Manuel de Quadros, do meu desembargo, inquisidor do sancto officio na dita cidade, a quem por esta mando que o faça por via de avaliação, ou como melhor parecer, e que daquillo em que com elle vos concertardes, vos dê escriptura publica de obrigação na fôrma, e com as con-

dições que forem necessarias para segurança do negocio: na qual escriptura se trasladará *de verbo ad verbum* esta minha carta, por que hei por bem, e mando aos inquisidores do dicto sancto officio dessa cidade, e a qualquer outro official ou pessoa a que pertencer, que pela dicta escriptura de obrigação sem mais outra alguma provisão, se vos dê e entregue a dicta recompensa ao tempo e da maneira que na dicta escriptura fôr declarado; e pela mesma escriptura com outra vossa de quitação, serão os dietos bens, e recompensa, levados em conta a qualquer official, sobre quem forem carregados em receita, ou por outra maneira fôr obrigado a dar conta delles, e sendo mais que um official, pelos trasladados da mesma escriptura, assignados por um dos inquisidores que então servirem, e quitações vossas será levado em conta a cada um o que assim lhe pertencer, e estiver carregado sobre elle. Jorge da Costa a fez em Lisboa a 11 dias de outubro de 1566.

— O CARDEAL INFANTE.

Loc. 2.ª citada, fl. 41 e 41 v.

LXXII

El-rei ha por bem, que o thesoureiro das confiscações de Coimbra cumpra, e pague tudo, o que fôr devido ao collegio

Eu el-rei, mando ao thesoureiro, que ora é e ao deante fôr, das fazendas confiscadas pelo sancto officio da inquisição, da cidade de Coimbra, que do primeiro dinheiro que houver das dietas confiscações, depois de pagas as despesas de casa, pague ao reitor e padres do collegio de Jesus, da dicta cidade, tudo o que liquidamente lhes fôr devido, e lhes eu tiver mandado pagar por minhas provisões, das dietas fazendas confiscadas, primario que faça pagamento algum, por outras provisões de qualquer qualidade que sejam, porquanto o que se deve ao dicto collegio é de maior obrigação e requer mais brevidade, por ser para as obras e edificios das escolas delle, o qual pagamento lhe assim fará, postoque as dietas provisões, por onde lhe mandei pagar o dicto dinheiro, vão dirigidas aos inquisidores e não ao dicto thesoureiro, porquanto foram feitas em tempo, que não havia thesoureiro das dietas fazendas confiscadas, o qual thesoureiro as cumprirá inteiramente, como se para elle foram passadas e dirigidas. E pelo traslado deste alvará, que será registado no livro da despesa do

dicto thesoureiro, com as dictas provisões por onde lhe é mandado pagar o dicto dinheiro, e conhecimento do dicto reitor e padres, mando que seja levado em conta, ao thesoureiro, as quantias que lhe assim pagar. E este não passará pela chancellaria. Gaspar de Seixas o fez em Evora a 22 de janeiro de 1570. Jorge da Costa o fez escrever. — REI.

Liv. 2.º citado, fl. 49.

LXXIII

**Para se levar em conta a Gonçalo de Rezende
o que tiver pago aos padres da companhia de Jesus**

O cardeal infante, inquisidor geral nestes reinos de Portugal, *et cetera*, fazemos saber aos que este nosso alvará virem, que havemos por bem e mandamos, que seja levado em conta e despesa, a Gonçalo de Rezende, thesoureiro das confiscações do districto da inquisição de Coimbra, tudo o que até agora tiver pago aos padres da companhia de Jesus, de qualquer dinheiro do fisco que lhe fosse entregue como a depositario; e este queremos que valha, como se fosse carta geral feita em nosso nome, por nós assignada, e passada pela chancellaria, e postoque por ella não seja passado. Feito em Almeirim a 5 de dezembro. Domingos Simões o fez de 1571.

Liv. 2.º citado, fl. 57 r.

LXXIV

Para se darem ao collegio os papeis dos chãos dea los por el-rei

Vasco Fernandes Ribeiro, eu el-rei vos envio muito saudar. Hei por bem, e vos mando, que entregueis logo ao padre mestre Simão todos os papeis, que em vosso poder tiverdes dos chãos, de que tenha feito doação aos padres do collegio de Jesus, para por elles saberem os chãos que são, e o que delles ha pago, e está por pagar, ás partes de que se houveram, e cobrareis seu

conhecimento do que lhe assim entregades para vossa guarda. João de Seixas a fez em Évora a 11 de junho de 1545. Manuel da Costa a fez escrever. = RRT.

Para Vasco Fernandes Ribeiro, sobre os papéis dos chãos, que ha de entregar a mestre Simão.

Por el rei a Vasco Fernandes Ribeiro, cavalleiro fidalgo de sua casa, e veador das obras dos seus paços de Coimbra.

Documentos relativos aos jesuitas e Universidade de Coimbra, hoje na biblioteca da mesma Universidade, Revista de educação e ensino, n.º 1, de janeiro de 1893, pag. 46.

LXXV

Certidão do doutor Manuel de Quadros, sobre os sete mil cruzados da parte do Collegio de baixo, que deixamos

É verdade que na aviação que se fez das casas, que os padres da companhia largaram para o sancto officio, de que sua alteza lhe mandou dar sete mil cruzados em bens confiscados do mesmo sancto officio, não entraram os aposentos do laço novo do collegio das Artes, de que o sancto officio dantes estava em posse, por nos entregar o padre Dom Leão, por uma provisão de sua alteza, os quaes me entregou assim como vão da rua de Santa Saphia, até o poço, partindo das bandas de uma com o collegio dos Bernardos, e outros chãos, até o poço, e da outra pelos arcos da varanda dos mesmos aposentos novos; e por assim passar na verdade llo dei este, por mim feito e assignado a de dezembro de 1666 Manuel de Quadros.

Antonio Marques, escrivão publico das notas do cartorio do collegio da companhia de Jesus, desta cidade de Coimbra, e de todas suas cousas a elle tocantes, e dos religiosos dello, por especial provisão de sua magestade, etc. Certifico, e dou fê que a letra e signal a uma escripto e do doutor Manuel de Quadros, que sancta gloria haja, por o conhecer bem, e assim o certifico, em cuja fê e testemunho de verdade aqui me assignei de meu signal razo, acostumado em o dito collegio, ao primeiro dia do mez de março de 1666 annos. Antonio Marques. Giratis.

Idem. Idem, n.º 2, de fevereiro de 1893, pag. 60 e 61.

LXXVI

Quita de 2504000 réis

Eu el-rei faço saber a vós, thesoureiro das confiscações da cidade de Coimbra, que eu escrevi no anno de 586 ao bispo da dicta cidade, conde de Arganil, do meu conselho, que do dinheiro que havia de pagar á conta do subsidio, dêsse ao reitor e padres do collegio de Jesus, da dicta cidade, 2504000 réis para a mudança que se fez das escolas que estavam no collegio de baixo para o collegio de cima, e assim para comprarem uma casa que para isso era necessaria, e vos mandei por uma minha provisão, que de certo dinheiro que haviéis de pagar aos padres lhe descontasseis os dictos 2504000 réis, como mais largamente se contém na dicta provisão, e porque ora sou informado, que assim na compra da dicta casa, como na mudança das escolas, gastaram os dictos padres muito mais que os dictos 2504000 réis, hei por bem e me praz de lhes fazer delles esmola, e vos mando que lhos não desconteis do dicto dinheiro, que em vós lhe mandei pagar, o que lhes pagareis por inteiro, como se o dicto desconto lhe não fôra mandado fazer, e por este que não passará pela chancellaria, com seu conhecimento vos serão os dictos 2504000 réis levados em conta. João da Costa o fez em Lisboa a 31 de julho de 1562. Jorge da Costa o fez escrever.

— RAINHA. — Martin Gonçalves da Camara.

Ha vossa alteza por bem de fazer esmola ao reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, de 2504000 réis, acima declarados, e manda que se lhe não descontem pelo thesoureiro das confiscações da dicta cidade, e que este não passe pela chancellaria.

Idem. Idem, pag. 61 e 62.

LXXVII

Sobre a agua

Doutor Heitor Borges Barreto, eu el-rei vos envio muito saudar. Tendo escripto á camara dessa cidade para me informarem da quantidade da agua que se poderia dar ao collegio de Jesus, soube que estaveis ali, e porque podereis dar neste caso plenaria informação, por terdes entendido nessa obra a principio, vos encommendo e mando, que de presente vejaes as fontes da agua que vem a essa cidade, e sendo para isso necessario pedireis da minha parte as chaves a quem as tiver, não lhe dizendo para que effeito, e informado da quantidade de cada uma por si, e de todas junctamente, me escrevereis logo a que se poderá tirar, para o dicto collegio, e onde se poderá mais commodamente tirar, porque desejo de lhe dar a que poder ser, assim pela muita necessidade que della teem, como por favorecer este collegio, que el-rei meu irmão, que Deus tem, fundou, e por lhe cumprir a mercê, que el-rei meu sobrinho, que Deus tem, lhe tinha feito, e a informação enviareis por vossa carta a Manuel Antunes, para ma dar. De Almeirim a 16 de novembro de 1579.

— REI.

Para Heitor Borges. Por el-rei. Ao doutor Heitor Borges Barreto, do seu desembargo na casa da supplicação, juiz do fisco da cidade de Lisboa.

Idem. Idem, n.º 9, de setembro de 1893, pag. 407.

LXXVIII

**Doações e posse da agua da fonte da Mãosinha para vir ao collegio
em abril de 1600 annos**

Em nome de Deus amen. Saibam os que este publico instrumento de pura e irrevogavel doação *ob causam inter viros* de hoje para sempre virem, que aos doze dias do mez de abril do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1600

annos, nesta cidade de Coimbra e casa de morada do Miguel Fernandes, morador nesta cidade, estando elle ahí, e bem assim sua mulher Jeronyma Rodrigues, pelos quaes foi dicto perante mim, escriptão publico, e das testemunhas adiante nomeadas, que elles tem um olival no aro dos olivais desta cidade, desconfina Sancto Antonio, onde se chama a Mãozinha, que parte do norte com o olival que foi do doutor Diogo Paes, e do poente com o olival do licenciado Gonçalo Vaz Campos, e do nascente com um rego de agua, e com as mais confrontações com que de direito deva de partir, e haja, o qual é foriro da igreja de S. João de Almudina, no qual está, e apparece agua juncto da dicta fonte da Mãozinha, que é delles Miguel Fernandes, e Jeronyma Rodrigues, sua mulher, por estar no seu olival, desejando de fazer boa obra ao collegio da companhia de Jesus, desta cidade, e religiosos d'elle, e por saberein da muita necessidade da falta que tem de agua, e por outros muitos respeitoes, faziam de suas proprias e livres vontades, como de feito e por este publico instrumento, deste dia para todo sempre fizeram pura e irrevogavel doação entre vivos, para sempre, de toda a agua que nasce no dicto olival delles doadores, ao dicto collegio de Jesus, e seus religiosos, são contentes que livremente possam mandar cavar no dicto olival, e fazer a obra necessaria para ajunectar em arca em que se recolha a dicta agua, e toda a mais que se poder ajunectar dos de arredor, para que toda juncta se possa encanar, e trazer para o dicto collegio, para que tudo dão seu consentimento e se obrigam em todo o tempo cumprir por si e por seus herdeiros, e successores, sem em tempo algum podereim ir contra esta doação em parte nem em todo, em fo e testemunho de verdade assim outorgaram neste instrumento em que assignaram e mandaram ser feito nesta nota, de que mandaram e outorgaram, todos os que deste theor cumpriressem ao dicto collegio e lhe fossem necessarios, elles cumprirem, em cujo nome e das mais partes ausentes a que isto pertença e possa pertencer, eu escriptão publico, como pessoa estipulante e accitante, todo este accito quanto em direito posso e devo, e disseram elles doadores, que sendo necessario ao dicto collegio tomar logo posse da dicta agua, a possam tomar, cada quando quizerem, e fazer della como de causa sua propria, sem mais mandado outro, porque todo o direito, posse e acção, dominio que na dicta agua tem, ou ter possam, o concedem para todo sempre ao dicto collegio, e reitor e religiosos d'elle, que ora são, e para sempre forem, como dicto é. Testemunhas que a todo foram presentes, que aqui assignaram com os dictos dotadores, Antonio Luiz, trabalhador, e Domingos Fernandes, creados

delle Miguel Fernandes, Antonio Fernandes, rendeiro, que assignou pela dieta Jeronyma Rodrigues doadora, por não saber escrever, e Manuel Francisco, irmão do dicto Miguel Fernandes, e eu Antonio Marques, escrivão publico das notas do cartorio, e de todas as cousas tocantes ao dicto collegio e do priorado-mór de S. Jorge, annexo *in perpetuum* ao collegio do Espirito Sancto da cidade de Evora por el-rei, nosso senhor, que este instrumento de doação fiz e tomei, e escrevi neste livro de notas e depois disto aos treze dias do mez de abril do dicto anno, de 1600, na dicta cidade de Coimbra, dentro no collegio da companhia de Jesus, onde estava presente o muito reverendo padre Hieronymo Dias, reitor do dicto collegio, a quem eu, escrivão, mostrei e li a doação atrás escripta, e assignada, que Miguel Fernandes, e sua mulher, fizeram da agua da fonte da Mãosinha, ao dicto collegio, e religiosos delle, para sempre, e vista, e cuida ler, logo por elle padre reitor foi dicto, que elle em seu nome e no do dicto collegio e religiosos delle aceitava, como de facto aceitou a dicta doação de agua, que lhe é dotada pelos dictos Miguel Fernandes e sua mulher, tanto quanto em direito lhe cabe, e pertence aceitar, e requerer a mim, escrivão, fizesse este termo de aceitação, e o juntasse á dicta doação que assignou, e de todo lhe passasse os instrumentos, que lhe foram necessarios em publica fórma. Testemunhas que foram presentes, que com o dicto padre reitor assignaram, Francisco Fernandes e Manuel Rodrigues, familiares do dicto collegio, e eu Antonio Marques, escrivão publico do dicto collegio, por el-rei nosso senhor, que o escrevi, e fiz trasladar da propria nota aqui, bem e fielmente, e aqui me assignei de meu publico signal, que tal é. Pagou desta nota, uia, duzentos e quarenta réis. Damos nossa auctoridade e licença a esta doação, que fez Miguel Fernandes e sua mulher da agua contheida nella, aos reverendos padres da companhia de Jesus, e somos contentes que de hoje para sempre a possuam por ser em proveito do dicto prior, e assignamos aqui prior e beneficiados, hoje 14 de abril de 1600, Antonio Monteiro, prior. Christum da Costa, Luiz da Fozzoca.

Saibam os que este publico instrumento de posse virem, que aos 14 dias do mez de abril do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1600, no olival e fonte contheida nesta doação atrás, que fez Miguel Fernandes e sua mulher ao collegio da companhia de Jesus, e seus religiosos, e assim no olival que está juncto deste, e da dicta fonte, de que outrossim fiz doação Luiza Perestrella da dicta agua, ao dicto collegio, aonde foi o reverendo padre Luiz Alvarez, procurador geral do dicto collegio, que eu escrivão dou fé ter proceyção bastante do dicto

collegio, para em nome delle e dos padres, poder tomar as posses que tocarem no dicto collegio, com os mais poderes geraes contheudos em sua procuração, a que me reporto, para tomar a posse da dicta fonte, e aguas juncto da dicta fonte, contheuda nas dictas doações, como de facto tomou a dicta posse, andando pelas dictas fontes e aguas, mandando limpar as, abrir e caval as, para se ajunctar toda a dita agua, e dando della a b-ber aos que presentes estavam, com as testemunhas abaixo assignadas, pelas quaes solemnidades, andando e apigando na terra e aguas, e tomando com suas mãos terra, pedras e hervas, se houve por investilo, e incorporado na posse real e actual, sem constrangimento de pessoa alguma, podendo me fizesse este auto de posse e lhe dê-se fê da sobredicta posse, a qual, eu escrevão publico de todas as cousas tocantes ao dicto collegio, lha houve por dada e aceitei, e estipulo como pessoa publica, estipulante e aceitante, em nome dos mais ausentes a quem possa e haja de pertencer, tanto quanto em direito deyo e posso, a que foram testemunhas Manuel Pires e Antonio Marques, o moço, filho de mim escrevão, e Manuel Rodriguez, fannuar do dicto collegio, e outros, moradores nesta cidade, e eu sobre dicto Antonio Marques, que o escrevi, e aqui me assignei com o dicto padre procurador e testemunhas, de meu signal publico, por auctoridade real, que para isso tenho, e to mais testemunha Domingos Gomes, morador na dicta cidade. Pagou desta posse cincoenta réis. Luiz Alvarez. Manuel Pires. Domingos Gomes. Antonio Marques. Manuel Rodriguez.

Aos que esta certidão em publica fôrma virem, certifico e dou fé, eu Antonio Marques, escrevão publico de todas as cousas tocantes ao collegio da companhia de Jesus, desta cidade de Coimbra, por el-rei nosso senhor, que a letra, signaes da auctoridade, e licença que está escripta e assignada atrás, ao pé da doação que fez Miguel Fernalles e sua mulher, da agua da fonte da Mãozinha ao dicto collegio, é a letra do prior que ora é da igreja de S. João de Almedina, Antonio Monteiro, e assignada por elle, e assun são os meus signaes de Christum da Costa e Luiz da Fonseca, beneficiados na dicta igreja, pelo que certifico e dou fé, que a dicta letra de licença e auctoridade é do dicto prior, e o seu signal e os mais dos dictos beneficiados da dicta igreja, que ao fazer della e ao assignar estive presente, e por me ser pedida esta certidão de justificação por parte do dicto collegio, a passei na verdade aos 14 dias do mez de abril de 1600 annos, em cuja fé me assignei aqui, de meu publico signal, que tal é. Pagou desta vinte réis.

Sabam os que este instrumento de doação entre vivos e vale-

dora para sempre virem. como aos 13 dias do mez de abril de 1600 annos, nesta cidade de Coimbra, nas casas da morada da senhora Luiza Perestrella Botelho, dona viuva, logo por ella senhora foi dicto, perante mim, escrivão publico, e das testemunhas ao deante nomeadas, que ella de sua propria e livre vontade, sem constrangimento de pessoa alguma, fazia, como de feito fez, por este publico instrumento, doação ao collegio da companhia e religiosos delle, para sempre, da agua que estiver e houver no seu olival e terra, que está jun-to de Sancto Antonio, onde se chama a fonte da Mãozinha, que parte com olival de Gonçalo Vaz Campos, do poente, e com olival de Miguel Fernandez, onde nasce esta fonte, e com outras confrontações com que de direito deva e haja de pertencer, o qual olival ficou por morto e fallecimento de seu pae, que Deus tem, de que ella senhora está de posse, e pertence á capella e morgado de Papo de Perdiz, de que é administradora, a qual doação faz e dá licença para a poderem os dictos padres tirar, e cavar, e fazer area para a ajuntarem toda e trazerem para o dicto collegio, lha dá, comtanto que se não faça prejuizo ao prevento do olival, e prometteu de nunca em tempo algum ir contra esta doação e licença, e se obrigou a cumprir em todo o sobredito, e mandou fazer este nesta nota, que assignou, e mandou e outorgou que se desse ao dicto collegio, e os que cumprirem deste theor, que eu escrivão estipulei e aceitei em nome das partes ausentes, a que póde ou possa pertencer, como pessoa publica e estipulante, e aceitante, quanto em direito devo e posso. Testemunhas que foram presentes, Domingos Gomes, e Francisco de Andrade, alfiate, moradores nesta cidade, que aqui assignaram com a dicta senhora Luiza Perestrella, e eu Antonio Marques, escrivão publico das cousas tocantes ao dicto collegio, que o escrevi: a qual doação, disse ella senhora, que fazia por saber que era muito necessaria ao dicto collegio, a qual doação eu Antonio Marques fiz trasladar da propria nota bem e fielmente, á qual me reporto, e de meu publico signal me assignei que tal é. Pagou deste e da nota cem réis.

E depois disto, logo no dicto dia 13 de abril do dicto anno de 600, no collegio da companhia de Jesus, da dicta cidade de Coimbra, onde estava presente o muito reverendo padre Hieronymo Dias, reitor do dicto collegio, e lhe mostrei e li a doação e licença atrás, que a senhora Luiza Perestrella fez ao dicto collegio e religiosos delle, da agua da fonte da Mãozinha, contheuda na dicta doação e licença, e logo pelo dicto padre reitor foi dicto perante mim escrivão publico, e das testemunhas abaixo nomeadas e assignadas, que elle aceitava, como de feito aceitou,

a dicta doação e licença em seu nome e do dicto seu collegio, e religiosos dello, tanto quanto em direito pode e se requer, e requereu a mim escriptão lhe fizesse este termo de acentação de doação para conservação do dicto seu collegio, a qual fiz a seu rogo, que elle padre reitor assignou, com as testemunhas Rodrigo Fernandes e Manuel Rodriguez, familiares do dicto collegio, e eu Antonio Marques, escriptão publico do dicto collegio, por el-rei nosso senhor, que o escrevi, no dicto dia acima, e aqui de meu signal raso assignei. Pagou desta vinte réis. Hieronymo Dias. Manuel Rodriguez. Rodrigo Fernandes. Antonio Marques.

Eu Bento Arraes de Mendonça, administrador do morgado do Papo de Perdiz, faço pura e irrevogavel doação *inter vivos* ao collegio da companhia de Jesus, desta cidade, e seus religiosos, da agua que nasce no olival que pertence ao dito morgado, juncto á fonte da Mãozinha, que parte com olival de banda do sul, e que é do Miguel Fernandes, morador desta cidade, e da banda do poente com olival do licenciado Gonçalo Vaz Campos, com as mais confrontações com que de direito devam e hajam de pertencer e partir, e sou contente que os dictos padres possam mandar cavar no dicto olival e fazer toda a obra necessaria para a ajuntarem, e encanarem de maneira que a possam trazer para o dicto collegio, a qual doação lhe faço pela muita necessidade que tem della, e por muitos outros respetos, e por de tudo ser contente fiz este, que assignei com Luiza de Cerça de Vasconcellos, minha mulher; em Coimbra, hoje 12 de abril de 1600. Bento Arraes de Mendonça. Luiza de Cerça de Vasconcellos.

Subam os que esta certidão de justificação e acentação virem, como aos 13 dias do mez de abril de 1600, nesta cidade de Coimbra, no collegio da companhia de Jesus, onde estava presente o muito reverendo padre Hieronymo Dias, reitor, e o reverendo padre Luiz Alvares, procurador do dicto collegio, me foi dada por elles a doação atras escripta e assignada, da agua da fonte que nasce no seu olival, que della faz ao dicto collegio, requerendo-me lhe justificasse a letra e signaes della serem de Bento Arraes de Mendonça e da senhora sua mulher, digo, e dou fô, que a letra é do dicto Bento Arraes, e o seu signal acima, e tambem é a letra e signal da senhora sua mulher, e assim certifico e reconheço a dicta letra de doação, e signaes, e logo pelo dito padre reitor foi dicto perante mim, escriptão publico do dicto collegio, e testemunhas abaixo assignadas, que em seu nome e do dicto seu collegio, e dos religiosos dello, acentava, como de feito acitou, a dicta doação, assim e da maneira que

nella se contém, lhe é feita pelo dicto Bento Arraes e sua mulher, tanto quanto em direito pode, e lhe pertence aceitar para sua conservação, e do dicto seu collegio e religiosos dede, e me requereram lhes fizesse esta certidão de justificação e acitação, que elles padres assignaram com as testemunhas que foram presentes, Rodrigo Fernandes e Manuel Rodrigues, ambos fannares do dicto collegio, e eu Antonio Marques, escrevão publico das cousas tocantes ao dicto collegio, que a fiz e assignei de meu publico signal, que tal é. Hieronymo Dias. Luiz Alvares Rodrigo Fernandes Manuel Rodrigues. Pagou vinte reis.

Idem. Idem, pag. 407 a 413.

LXXIX

Sua majestade concede o direito que tem na fazenda de Manuel Falcão em a parte que cabe ao collegio de Coimbra, em um conto de reis, de que el-rei D. Sebastião lhe tinha feito merce

Dizem o reitor e padres do collegio da companhia de Jesus da cidade de Coimbra, que el-rei D. Sebastiao, que está em gloria, houve um breve de sua sanctidade, por que lhe foi concedida e julgada por sentença do juiz dado por sua sanctidade (que foi el-rei D. Henrique, sendo cardeal) toda a fazenda que ficou por fallecimento de Manuel Falcão, conego de Braga, e della fez merce e esmola a elles supplicantes de um conto de réis para as obras das escholas do dicto collegio, como se póde ver do traslado authentico da provisão que se offerece, e porque depois de estar começada a executar a dicta sentença, o dicto senhor rei D. Sebastião concedeu a Estevão Falcão, filho do dicto Manuel Falcão, o que ainda estava por executar da dicta sentença, por um contracto que com elle fez, cuja copia authenticã tambem se offerece, com obrigação que o dicto Estevão Falcão tambem cumprasse as merces, e esmolas que o dicto senhor rei por suas provisões tinha feito da fazenda do dicto defuncto: e agora o dicto Estevão Falcão, depois que se apossou da fazenda, não quer cumprir a provisão do dicto conto de reis, e tendo-lhe o juiz executor da dicta sentença mandado com censuras que pague o devido da dicta quantia a elles supplicantes, o recusou sempre fazer, allegando diante de diversos juizes nullidades das dictas censuras, e procedimentos, e que pelo dicto

contracto se desistira da execução da sentença, e havia de ser demandado via ordinaria, pelo que, elles supplicantes, por abreviar, desistem do modo por que comegaram proceder via executiva. Pedem elles supplicantes a vossa magestade que, havendo respeito ao sobredito, haja por bem de lhes conceder toda a acção, e direito, que tem por virtude do dicto contracto, para por diante do juiz competente poderem requerer sua justiça, e o cumprimento do dicto contracto, na parte que lhes cabe, e receberão esmola e mercê. Haja vista desta petição, e papeis, o procurador da fazenda de sua magestade. Em Lisboa a 13 de setembro de 1585. O conde. Gaspar Fernandes Rodovalho. Ruy Brandão. Declarem se requerem traspassação de toda a acção, que a fazenda de sua magestade tem contra André Falcão, em toda a fazenda que ficou de Manuel Falcão seu pae, por não cumprir as condições do contracto de que se offerece o traslado, ou somente no conto de réis, e na quantidade com elle concorrente, de que el-rei D. Sebastião, que Deus tem, lhes fez esmola e com o que declararem hão de requerer a sua magestade, por o que podem ser de mercê. Em Lisboa, 14 de outubro de 1585. O conde. Gaspar Fernandes Rodovalho. Ruy Brandão. Declaram os supplicantes que a traspassação da acção que pedem a vossa magestade contra Estevão Falcão, filho de Manuel Falcão, é somente no conto de réis, e na quantidade com elle concorrente, de que el rei D. Sebastião que Deus tem, lhes fez esmola para as obras das escolas na fazenda que ficou por morte do dicto Manuel Falcão, conforme a provisão, e contracto cujas copias se offerecem. Manda el rei nosso senhor que esta petição, e papeis a ella juncos, se tornem a ver na mesa da sua fazenda, do negocio do remu, e do que nella parecer acerca do que os supplicantes pedem, se dê conta a sua alteza. Em Lisboa, a 7 de novembro de 1585. Pero da Costa. Dão se estes papeis ao doutor Ruy Brandão, que dará conta a sua alteza do que parecer na mesa; a 17 de novembro de 1585. O conde. Gaspar Fernandes Rodovalho. Ruy Brandão.

Eu el rei faço saber aos que este alvará virem, que havendo respeito ao que na petição escripta na outra meia folha atras, dizem o reitor e padres do collegio da companhia de Jesus, da cidade de Coimbra, e visto o traslado da provisão que a este vão juncta, por que o senhor rei D. Sebastião, meu sobrinho, que Deus tem, lhes fez esmola de um conto de réis pelos respectivos na dita provisão declarados, na fazenda que ficou por falecimento de Manuel Falcão, hei por bem e me praz, por lhes fazer mercê e esmola, de traspassar nelles todo o direito e acção que minha fazenda tem contra André Falcão neste conto de réis,

de que lhes assim ha feito esmola, por virtude do breve do sancto padre, feito com o dicto André Falcão, e assi na maneira em que os dictos reitor e padres em sua petição pedem, pelo que mando ás justicas, e offiçaes, a quem o conhecimento disto pertencer, que acerca deste caso ouçam o reitor e padres do dicto collegio, e a seu procurador, e os admittam, e deixem requerer nelle tudo o que cumprir, como se houvera de requerer por parte da minha fazenda, porquanto para isso lhes cedo e traspasso toda a acção e direito que ella nisso tinha, e lhe entreguem, e deixem haver, e cobrar, o que lhes fór julgado, até quantia de um conto de reis, e cumpram, e façam cumprir e guardar este alvará como nelle se contém, sem duvida que lhe a isso seja posta. Manuel Franco o fez em Lisboa a 7 de março de 1586. E eu, Ruy Dias de Menezes, o fiz escrever. — Rei.

Postoque neste alvará diga André Falcão, não é senão Estevão Falcão, filho de Manuel Falcão nelle continudo, e com esta declaração mando que o dicto alvara se cumpra como nelle se contém. Manuel Franco o fez em Lisboa a 13 de abril de 1586, e eu Ruy Dias o fiz escrever. — Rei. — O conde.

Ha vossa magestade por bem fazer mercê e esmola ao reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, de traspassar nelles todo o direito, e acção, que a fazenda de vossa magestade tem contra André Falcão, no conto de réis de que fazem menção na petição atrás escripta, pela maneira acima declarada.

Idem. Idem, n.º 10, de outubro de 1586, pag. 469 a 471.

LXXX

1005000 reis de tença ao collegio de Coimbra

D. Philippe, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquém e dalem mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc. Faço saber aos que esta virem, que eu passei um meu alvará, por que houve por bem pelos respatos e causas nelle declaradas de mandar padrões a João Baptista Rovelasca, e Giraldo Pains, contractadores do contracto da pimenta, que se ora com elles fez por tempo de seis annos, ou ás pessoas que elles nomeassem, de 500000000 reis de tenças de juro em cada

um anno de preço de 165(000) réis o milheiro, assentados na alfândega de Lisboa, ou nas outras casas de meus directos della, para se começarem de vencer do primeiro dia do mez de janeiro deste presente anno de 586 em diante, por cumprir assim por bem, e effeito do dicto contracto: e isto com a condição e pacto de retrovendendo, e com as mais condições necessarias, como se contém no dicto alvará, de que o traslado é o seguinte:

Eu el-rei faço saber aos que este meu alvará virem, que eu mandei ora fazer contracto com João Baptista Revelação, e Giraldo Pains, para por tempo de seis annos, que começarão do 1.º de janeiro deste presente anno de 586 em diante, haverem de trazer das partes da Índia 30(000) quintaes de pimenta cada anno, ou a mais que se poder haver para a darem toda á minha fazenda, posta na cidade de Lisboa no peso á sua custa e risco, por preço, e com as condições declaradas no dicto contracto. Por resposas que me a isso moveram, tocantes ao bom effeito e cumprimento delle, hei por bem de mandar passar aos dictos contractadores padrões de 5(000) 000(000) reis de juro cada anno, com a condição de retro, de preço de 165(000) réis o milheiro, assentados na alfândega da dita cidade de Lisboa ou nas outras casas della, feitos em cabeças delles ou das pessoas que elles nomearem, janetos ou repartidos, conforme a ordem que elles nisso derem, e que nas folhas do assentamento vão levados ás pessoas em cada um anno que conforme aos padrões os houverem de haver, e que os comecem a vencer do dicto 1.º dia do mez de janeiro do anno presente: e isto com declaração que do preço que hão de haver os dictos contractadores por a pimenta, que hão de entregar a minha fazenda em cada um dos dictos seis annos, conforme ao dicto contracto, se hão de descontar na casa da Índia os dictos cinco contos de redditos cada anno, e que no fim do dicto contracto da pimenta se fará conta com os dictos contractadores, e ficando elles satisfeitos do dinheiro que houverem de haver, por razão do dicto contracto, serão obrigados a quitar o dicto juro da mão das pessoas que o tiverem, ou outro tanto de outras pessoas que estiverem assentadas nas mesmas casas com a mesma condição de retro, ou a parte do dicto juro que por a conta constar que fica desobrigada, o qual desempenho farão com o dinheiro que houverem de haver por a pimenta que entregarem á minha fazenda, ou com qualquer outro, que minha fazenda lhe dever por razão do mesmo contracto. E em caso que por a dita conta que se ha de fazer se ache que minha fazenda lhe não deve dinheiro, desempenharão o dicto juro á sua custa, de maneira que elles fiquem pagos do que houverem de haver de minha fazenda, por razão do dicto contracto, e

minha fazenda não receba d'anno algum no principal, nem nos redditos do dicto juro, e de tudo fique satisfeita inteiramente; e portanto mando ao provedor da casa da India que faça registar este alvará juncto ao dicto contracto e carregar em receita por lembrança sobre o thesoureiro della 200.000 cruzados, que é a valia dos dietos 50000000 réis de juro ao dicto respeito de 100000 réis o milheiro, e 300000000 réis mais que montam os redditos delles no dicto tempo de seis annos para o dicto thesoureiro ter cuidado, por vinda da armada da India em cada um anno, fazer descontar os dietos 50000000 réis de redditos por desconto do preço que os dietos João Baptista, e Giraldo Pains, houverem de haver por a pimenta que entregarem, e de no fim do contracto fazer quitar os dietos 50000000 réis de juro para minha fazenda os não pagar mais, e ficar paga e satisfeita dos redditos delles, que tiver pagos ás partes, das quaes receitas se passarão certidões em fôrma aos ditos contractadores para elles, ou as pessoas em cujo nome se houverem de fazer os padrões do dicto juro, os haverem com as sobreditas declarações, e com as mais que parecerem necessarias, e mando ao veador de minha fazenda da repartição do remio, que sendo-lhe apresentadas as dietas certidões em fôrma faça passar aos dietos João Baptista Revelasca, e Giraldo Pains, ou ás pessoas que elles nomearem, padrões dos dietos 50000000 réis de juro cada anno, com condição de retro, tudo pela maneira acima declarada, apresentando-lhe outrossim certidão do provedor, e officiaes da casa da India, de como este alvará fica registado com o dicto contracto, e fica feito assento ao pé do registo delle, de como os dietos contractadores o aceitaram, e se obrigaram ao cumprimento delle pela maneira acima declarada, por um dos escriptvães da dicta casa, e assignado por elles, os quaes padrões se passarão aos dietos contractadores, ou ás partes que elles nomearem, com as clausulas, e declarações necessarias, como se com effeito compraram o dicto juro a minha fazenda, a dinheiro de contado, e poderão os dietos contractadores receber o preço d'elle, das pessoas que nomearem, para haverem o dicto juro, ou parte d'elle. E sendo caso que antes de se acabar o dicto contracto da pimenta, o thesoureiro da casa da India, a que se ha de fazer as dietas receitas, haja de dar sua conta, tendo elle cumprido com a parte que lhe tocar, até o tal tempo, conforme a esta provisão, se fará receita do mais que restar ao thesoureiro que lhe succeder, da qual lhe passará certidão em fôrma para seu desconto. Notifico assim aos dietos veador da fazenda, e ao provedor, e officiaes da casa da India, e a quizesquer outros a quem o conhecimento pertencer; e mando-lhes que o cumpram e façam cumprir, no

que a cada um tocar, este alvará como nelle se contém, postoque não seja passado pela chancellaria, e que o effeito delle haja de durar mais de um anno, sem embargo das ordenações do segundo livro, título vinte, em contrario. Pero Ponto o fez em Valença a 15 de fevereiro de 1586. Eu Nuno Alvares Pereira o fiz escrever.

Com o qual alvará me foi apresentada a certidão em fôrma, do provedor e officiaes da casa da India, de que nelle faz menção, para com ella se poderem fazer os padrões dos dictos 50000000 réis de juro, ás pessoas que o houverem de haver, da qual certidão outrosim o traslado é o seguinte:

No livro da receita de Bartholomeu Caldeira, thesoureiro do dinheiro da casa da India, folhas cento, lhe são carregados em receita por licença, 2000000 cruzados, que valem os 50000000 réis de juro, preço de 160000 réis o milheiro, que sua magestade manda dar aos contractadores de trazer a pimenta da India, a preço certo, João Baptista, e Giraldo Pains, na alfândega, e casas de Lisboa, para elles, ou para as pessoas que elles nomearem, os haverem cada anno, no tempo do dicto contracto, que são seis annos, de 586 em diante, para no fim do dito contracto ter cuidado de se cobrarem delles contractadores os dictos 2000000 cruzados para desconto do qual é, se a fazenda de sua magestade near devendo da pimenta que trouxeram, e não lhe ficando devendo, se cobrar delles, a dinheiro de contado, para se remirem os dictos 50000000 réis de juro, não os remindo os dictos contractadores, e assim lhe são mais em receita por licença, nas ditas folhas, 300000000 réis, para ter cuidado o dicto thesoureiro de na armda de cada anno fazer descontar aos dictos contractadores do que lhe houverem de pagar pela pimenta que nella trouxeram 50000000 réis, que é outro tanto como de juro delles ou as partes em que o nomearem hão de haver cada anno na alfândega e casas de Lisboa, conforme tudo á provisão que sua magestade passou aos dictos contractadores sobre este juro, que lhes manda assentar, a qual está registada ao pé do registo do dicto contracto, folhas 12. E feito o assento que ella manda, de como os dictos contractadores acentaram e se obrigaram ao cumprimento della e da dita receita por licença lhe passamos esta certidão em fôrma, para por ella requererem o padrão ou padrões do dito juro em sua cabega ou nas das pessoas que nomearem na fazenda de sua magestade para o haverem de janeiro de 586 em diante, conforme á provisão que assun o manda. Hoje 6 de maio de 86.

E ora o reitor e padres da companhia de Jesus da cidade de Coimbra me enviaram dizer, que o dicto João Baptista Revelasca

por si, e por Giraldo Pains seu parceiro no dicto contracto da pimenta, e como seu procurador bastante segundo mostrou por sua procuração, feita e assignada por sua mão a 26 dias de fevereiro deste anno presente de 86, justificada pelo doutor Ruy Brandão, do meu conselho, juiz de minha fazenda, e das justificações dello, os nomeara em 1000000 réis de tença de juro á condição retro á conta dos 500000000 réis contheudos no dicto alvará, conforme a elle, pelos quaes 1000000 réis lhe deram e pagaram 160000000 réis que nelles montam, a razão de 160000 réis o milheiro, como constava dum assignado do dicto João Baptista, que também apresentava, feito a 12 dias deste mez de maio do dicto anno presente de 86, que confessava ter recebido delles reitor e padres o dicto 160000000 réis, houvesse por bem lhe mandar passar padrão em seu nome e do seu collegio dos dictos 1000000 réis de tença de juro, e visto seu requerimento com o dicto alvará, e certidão da casa da Índia, assignado de João Baptista, procuração de Giraldo Pains, e certidão de justificação della, por esta presente carta no melhor modo que possa ser, e de direito mais valer, vendo e he por vendêlos, e faço venda livre aos dictos reitor e padres do collegio da companhia de Jesus da cidade de Coimbra dos dictos 1000000 réis de tença de juro, e de herdade para sempre, com a dicta condição e pacto de retro vendendo, das rendas e rendimentos de meus reinos e senhorios, na maneira e com as condições, limitações e declarações contheudas no alvará, nesta trasladado, e o direito de os haverem e receberem em cada um anno de mim e de meus successores, pelas dictas rendas e rendimentos, por quanto os pagaram com o dicto prego e conta de 160000000 réis, que é a razão dos dictos 160000 réis o milheiro, como dicto é, e isto para que os dictos reitor e padres, que ora são e pelo tempo forem do dicto collegio, e o mesmo collegio tenham e hajam em cada um anno os dictos 1000000 réis de juro, sem descontar cousa alguma da quantia que por elles deram e pagaram, e os possuam como bens proprios do dicto collegio, e como proprio patrimonio delle livre e isento, sem terem nome nem natureza de bens da corôa, e os possam trocar, aliear, vender, traspassar, e as pessoas em quem os assim traspassarem, venderem, ou trocarem, e os filhos e filhas das taes pessoas, e seus herdeiros e successores, descendentes, ascendentes, e transversaes, assim machos como femêas, seculares ecclesiasticos, legitimos e naturaes, espurios ou bastardos, e quaesquer outros, tenham e hajam em cada um anno os dictos 1000000 réis de juro, como bens seus proprios e patrimoniaes e partiveis, e como seu proprio patrimonio livre e isento, sem outrossim terem nome, nem natu-

reza de bens da corôa, e a pessoa ou pessoas a quem os assim venderem e traspassarem, os possam trocar, partir, vender, alhear, traspassar, obligar, e vincular, e em seu morgado ou morgados metter, e em testamento ou codicillo deixar, e delles testar, dar, ou doar, e entre-vivos, ou por causa de morte, dispôr livremente como cousa sua propria, sem se poder dizer que são bens da corôa. E quanto aos ditos reitor e padres, e pessoas em quem os traspassarem, derem, ou deixarem, o possam livremente fazer uns ou outros, sem para isso lhes ser necessario consentimento meu, nem dos reis meus successores, nem dos meus officiaes, nem dos officiaes dos ditos reis meus successores, nem dos ditos contractadores da pimenta; e querendo as pessoas a quem a dicta tença de juro, ou parte della, vier no modo sobre-dicto, ou por qualquer outro titulo, ou cada uma das ditas pessoas, tirar carta para lhe ser despachado em minha fazenda, o que lhe assim pertencer haver, se fará a cada uma com as condições desta, que será incorporada na outra, ou outras que de novo se houverem de fazer, com declaração de como se partiu ou lhe vem e pertenceu; porquanto quero e me praz que elles e seus filhos e filhas, e todos seus herdeiros, e pessoas outras, assim machos como fêmeas, a quem derem, doarem, venderem, ou traspassarem os ditos dinheiros, ou parte delles, os tenham e hajam para sempre de juro e herdade com a dicta condição do reitor, como bens seus proprios patrimoniaes, partiveis, de possessão sua livre, e para as cousas sobredictas, e para cada uma dellas haver effeito, derrogo e hei por derogada a lei mental, e todos os paragraphos e capitulos della, que esta no livro segundo de minhas ordenações, titulo dezeseito, em todas as partes, que a isso forem contrarias, postoque tenham clausula, ou clausulas derogatorias, porque de meu poder real e absoluto o derrogo em todo quanto a este caso, e cousas sobredictas, e quero que nelle não haja logar, e sem embargo das outras leis e ordenações, direito civil, glosas e opiniões de doutores, usos, costumes, capitulos de côrtes, e outras disposições e determinações, feitas ou por fazer, que em contrario disto sũam, em parte ou em todo, por qualquer maneira, e postoque isso mesmo tenham clausulas, derogatorias, ou derogatorias dellas, e outras mais fortes e exorbitantes, e que de umas e outras fosse necessario fazer aqui expressa menção e derrogação de verbo ad verbum, e não bastasse fazelo por clausulas geraes que importassem o mesmo, as quaes todas, e cada uma dellas tambem derrogo e anullo de meu proprio motu, certa sciencia, poder real e absoluto, e quero que nesta vinda, e cousas nesta carta contheudas não tenham effeito, nem vigor algum, e sem embargo da orde-

nação do segundo livro, título quarenta e nove, que diz que, quando se as taes leis e ordenações derroguem, se faça expressa menção da substancia dellas, e que de outro modo não valha a derrogação que se fizer, e postoque eu houve por justo e arrazoado preço o dos dictos 165000 réis o milheiro, com a dicta condição e pacto de retro vendendo, com que os dictos reitor e padres compraram esta tença para o dicto seu collegio, e seja certo que este contracto o venda de 165000 réis o milheiro perpetuos para sempre, com a dicta condição e pacto de retro, é heito e justo, para mais abastança e segurança sua, e das pessoas a que este juro por qualquer via vier, ou, em meu nome, e dos reis meus successores, hei por bem que nunca, nem por minha parte, nem de meus successores, se possa allegar, que foi lesão em a metade do justo preço, sem embargo da ordenação do livro quarto, título trinta, que o contrario dispõe, e diz que a dicta lei se não possa renunciar, e dado caso que esta tença de juro por alguma maneira mais valesse agora ou pelos tempos vindouros em pouca ou em muita quantidade, eu de hoje para sempre, em meu nome, e dos dictos reis meus successores, faço pura e livre e irrevogavel doação entre vivos, valdora aos dictos reitor e padres, e pessoas, a quem este juro por alguma via vier, da dicta melhoria e mais valia, e ainda que se quizesse dizer que houve nesta venda diminuição da quarta parte do justo preço, sem embargo da ordenação do livro quarto, título quatorze, «das usuras como são defezas», e de outra ordenação do mesmo quarto livro, título quarenta e sete «do que vende alguma coisa com condição» e dos paragraphos de cada uma dellas, e quaesquer outras com as clausulas e derrogações acima dictas. E sem embargo dellas hei por bem que esta venda seja firme, valiosa, e se cumpra inteiramente, o que assim quero e mando de meu proprio motu, certa sciencia, poder real e absoluto. E postoque em algum tempo se faça lei, regimento, ou capitulos de côrtes, ou se introduza uso ou costume, e qualquer outra coisa, por que se possa prejudicar as cousas nesta carta declaradas, quero e me praz, que nella não hajam lugar, antes sem embargo de quaesquer leis e mandados, que ao diante, em geral ou particular, eu ou os dictos reis meus successores mandarmos por alguma causa que seja, todavia esta carta se cumpra inteiramente, e o mais efficazmente que possa ser, e os dictos reitor e padres, ou pessoas que este juro possuirem, hajam em cada um anno realmente e com effeito os dictos 165000 réis de juro de tença, sem se lhes nunca descontar ao tempo que se lhes tirar a mesma tença pela condição do retro, e sem se lhes diminuir nada da quantia que por ella deram, e acontecendo que em qualquer

tempo por alguma via, cuidada ou não cuidada, de effeito ou de direito, se achasse ou determinasse, que esta venda era usuraria, ou que se não podia fazer por alguma causa que seja, em tal caso, hei por bem e me praz, de minha propria e livre vontade fazer mercê, como de effeito faço, por esta carta, mercê e doação por esmola aos ditos reitor e padres dos ditos 100\$000 réis de tença perpetuos, para elles, e para as pessoas, a quem na maneira sobredicta vierem, ou poderem vir, no modo que dicto é, ficando porém o pacto de retro vendendo firme, quando a tal duvida, ou outras duvidas lhe não fossem postas, porque sendo-lhe posta alguma duvida tal, por que se este contracto houvesse de invalidar, lhes faço delles mercê, na sobredicta maneira, sem embargo da tal doação, que postoque aconteça que haja de haver effeito, sempre ficará com a dicta condição de retro, para que em todo o tempo que eu ou os reis meus successores, ou os ditos contractadores da pimenta, a quizermos tirar, o possamos fazer pela maneira nesta carta declarada, o que assim hei por bem, postoque seja certo que este contracto é livre, e não é usurario com a dicta condição, e pacto de retro vendendo, porque o dicto reitor e padres foram disso contentes, e portanto cada vez que eu ou os ditos contractadores da pimenta quizermos, e em qualquer tempo, que aprouver a meus successores, tornar a comprar os 100\$000 réis de juro para sempre, o poderemos fazer, e elles reitor, padres, e pessoas que os possuirem, serão obrigados a nos os tornar a vender, comtanto que se lhes comprem justamente pelo preço, por que lhes venderam, e dando-lhes juntamente os 10\$000\$000 réis, que por elles deram, na moeda da lei em que os pagou, ou outra moeda corrente, que responda á lei da moeda que ora corre, e doutra maneira não, e partindo-se a dicta tença, e querendo-se tirar a parte que qualquer pessoa tiver, o poderemos fazer, pagando-se-lhes juntamente, o que na tal parte se montar, a razão dos ditos 16\$000 réis o milheiro, pela maneira sobredicta, porquanto elles reitor e padres, ou pessoas que a dicta tença possuirem, poderão livremente haver, e levar para si os rendimentos della, de cada um anno, sem lhes ser nunca descontada cousa alguma ao tempo que lha tornar a comprar pelo modo que dicto é, pelo que hei a dicta venda por perfeita, e acabada, pela maneira sobredicta, e elles reitor e padres a acceitaram, e foram disso contentes, com todas as clausulas, e condições nesta carta declaradas, e para mór firma da disto, supprimo emquanto é necessario todos os defeitos de facto, ou de direito, que neste caso possam intervir, e rogo, e encomendo aos reis meus successores, que pelo tempo forem, que não se remindo, e tirando a dicta tença pela condição de

retro, cumpram, e mandem inteiramente cumprir em todo esta carta, e cada uma das cousas nella contheudas. Os quaes 1000000 reis de tença de juro hei por bem que lhes sejam assentados e pagos por esta carta geral, no almoxarifado da cidade de Coimbra; pelo que mando ao executor que ora della é, e ao deante-fôr, que do primeiro dia de janeiro deste anno presente de 586 em diante, em que os dictos reitor e padres comçam a vencer esta tença, pelo eu assim haver por bem, pelo dicto alvara nesta trasladado, e o declarar o assignado da nomeação, que lhe do elle fez o dicto João Baptista, lhrs de, e pague a elles, e aos que pelo tempo forem do dicto collegio, os dictos 1000000 reis de tença de juro em cada um anno aos quartéis por inteiro, e sem quebra, postoque ali a haja, por esta só carta geral, como dicto é, sem mais outra provisão minha, nem dos velleiros de minha fazenda, cada quartel, do primeiro rendimento delle, sem do tal rendimento fazer outra despesa, por especial, e obrigatoria que seja, até os dictos reitor e padres, e pessoas que á dicta tença succederem, serem della muy bem pagos; e postoque eu mande fazer outros pagamentos, assim meus como de partes, que o dicto executor tenha na folha do assentamento ou por outras provisões, o qual pagamento lhe assim fará, sem esperar pela dicta folha do assentamento, que lhe em cada um anno é enviada de minha fazenda, e postoque os dictos 1000000 reis não vão levados nella, sem embargo do regimento em contrario, e pelo traslado desta carta, que será registada no livro onde se registam os padroes, e cartas geraes das tenças, que estão assentadas no dicto almoxarifado pelo escrivão della, com conhecimentos dos dictos reitor e padres, ou das pessoas a quem esta tença vier, mando que lhe seja levado em conta, o que pela dicta maneira pagar; e não o cumprindo o dicto executor assim, hei por bem que o dicto executor incorra em pena de trinta cruzados, metade para os captivos, e a outra metade para quem o accusar. E mando ao provedor da comarca da dicta cidade, e a qualquer corregedor, ou juiz de fora della, que por parte dos dictos reitor e padres fôr requerido, que com muita brevidade, faça execução no dito thesourero, pela tal pena, cada vez que nella incorrer, e esta carta não prejudicará aos pagamentos de outras cartas geraes, que no dicto almoxarifado estiverem assentadas primeiro que ella. E assim mando a D. Fernando de Noronha, conde de Lihares, do meu conselho de Estado, e vedor de minha fazenda, que faça assentar no livro dos juros della, no titulo do dicto almoxarifado, estes 1000000 reis de tença de juro aos dictos reitor e padres, constando lhe primeiro por outra certidão nas costas desta, dos dictos provedor, e officiaes da casa da India, de como

no livro que se ordenou para o dicto contracto da pimenta, onde se registou o dicto alvará, que se fez pelos dictos contractadores, a obrigação, e declaração de que nelle faz menção, e assim no livro da receita de Bartholomeu Caldeira, thesoureiro da casa da India, onde lhe foram carregados por lembrança os dictos 200.000 cruzados, que valem os 5.000.000 réis de juro de que assim houve por bem que se passassem padrões aos dictos contractadores, ou ás pessoas que elles nomeassem, e onde se tambem carregaram por lembrança sobre o dicto thesoureiro Bartholomeu Caldeira os 3.000.000 réis, que no dicto tempo de seis annos montam nos dictos redditos dos 5.000.000 réis de juro de cada anno, que tudo lhe foi carregado pela dicta maneira, por assim o requerer o dicto alvará, como nelle, e na certidão nesta trasladada, se contém; ficam feitas declarações, que á conta dos dictos 5.000.000 réis se passou este padrão dos 100.000 réis de juro aos dictos reitor e padres, porquanto no dicto alvará se fez a mesma declaração pelos dictos contractadores da pimenta lhos nomearem, como o podiam fazer pelo dicto alvará. E por firmeza de tudo lhe mandei dar esta minha carta de padrão, por mim assignada, e sellada com o meu sello de chumbo pendente. Manuel Vaz a fez a 29 dias do mez de maio do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1586. E eu Ruy Dias de Menezes a fiz escrever. — EL-REI. — O conde. Assentado.

Padrão de 100.000 réis de tença de juro cada anno, á condição de retro, de janeiro deste anno presente, de 86 em deante, ao reitor e padres do collegio da companhia de Jesus da cidade de Coimbra, em que os contractadores da pimenta os nomearam á conta dos 5.000.000 réis, de que vossa magestade pelo alvará neste trasladado houve por bem que se lhe passassem padrões a elles, ou ás pessoas que elles nomeassem, como tudo é declarado neste padrão. Para vossa magestade ver.

E postoque neste padrão seja declarado que o reitor e padres do collegio da companhia de Jesus, da cidade de Coimbra, começaram a vencer os 100.000 réis de juro que por elle tem de janeiro deste anno presente de 86 em deante, começal-os-hão a vencer de janeiro do anno que vem de 87 em deante, porquanto mandei levar em conta a João Baptista Revelasca os 5.000.000 réis deste anno presente por elle os pagar ás partes que lhos compraram, conforme a provisão aqui incorporada, e com esta declaração se assentarão os dictos 100.000 réis de juro no livro dos juros de minha fazenda, e se porá verba no registo da chancelaria deste padrão, de que o escriptão della passará sua certidão nas costas desta apostilla, que valerá como carta, sem embargo da ordenação que o contrario dispõe. João Alvres, a fez em

Lisboa a 28 de outubro de 1586. E eu Manuel de Azevedo a fiz escrever. — REI.

P. Pagou nada por serem privilegiados, a 18 de setembro de 86. E aos officiaes 15105 réis. Gaspar Maldonado. Registada na chancellaria ás folhas 57. Antonio de Aguiar; na apostilla Simão Gonçalves Preto. Pagou 140 réis em Lisboa a 20 de novembro de 86. Gaspar Maldonado. Registada na chancellaria, folhas 66. Antonio de Aguiar. O conde. Simão Gonçalves Preto.

Fica na chancellaria posta a verba, que a apostilla aenna escripta manda, em Lisboa a 22 dias do novembro de 1586 annos. Gaspar Maldonado. Pagou 20 réis. No livro da receita de Bartholomeu Caldeira na receita deste dinheiro, as folhas cento. E no livro do contracto de João Baptista, folhas 12. No registo da provisão ficam postas as verbas, que se requerem neste padrão, 11 de dezembro de 86. Fernão Rodrigues de Almada. Lopo de Abreu.

Idem. Idem, n.º 10, de outubro de 1894, pag. 412 a 452.

LXXXI

Contracto com a Universidade

D. Sebastião, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc. Faço saber aos que esta minha carta virem, que por parte do reitor, lentes, deputados e conselheiros da Universidade da cidade de Coimbra, e do provincial e padres da companhia de Jesus, da provincia de meus reinos, me foi apresentada uma escriptura de consentimento e concordia, e amigavel composição, feita entre a Universidade e os ditos padres, sobre os 3000 cruzados, que o reitor e padres da companhia da dicta cidade de Coimbra hão de haver em cada um anno, das rendas da Universidade, e sobre outras cousas declaradas na dicta escriptura, da qual o traslado é o seguinte.

Em nome de Deus, amen. Saibam quantos este publico instrumento do consentimento, e concordia, e amigavel composição virem, que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1572 annos, aos 16 dias do mez de fevereiro do dito anno, em esta villa de Almeirim, nas casas dos padres da companhia

de Jesus, em presença de mim tabellião e testemunhas ao diante nomeadas, pareceram o sr. D. Jeronymo de Menezes, doutor em a sancta Theologia e reitor da Universidade de Coimbra, e o doutor Pero Barbosa, do desembargo de el-rei nosso senhor e desembargador dos agravos da casa da supplicação, e de outra parte o padre doutor Diogo Mirão, visitador da dieta companhia nesta provincia, e reino de Portugal, e o padre doutor Jorge Serrão, preposito provincial dellas, por uns e outros foi dicto, a saber, pelos ditos senhores D. Jeronymo, e doutor Pero Barbosa, procuradores que são bastantes da dieta Universidade de Coimbra, como mostraram por um publico instrumento que dizia ser feito por Antonio da Silva, secretario e notario publico da dieta Universidade, e testemunhas em elle o doutor Jorge de Amaral, e o licenciado Jeronymo Vieira, e Lucas Drago, feito aos 5 dias do mez de dezembro do anno passado de 1571, em o collegio de S. Paulo, na qual procuração aos ditos senhores, e a cada um delles era dado poder bastante, em nome da dieta Universidade, conselho, claustro della, com livre e geral administração para o caso de que abaixo se fará menção, e os ditos padres Diogo Mirão e Jorge Serrão, pelo poder de seus officios e commissão particular que disseram ter do padre Francisco de Borja, preposito geral da dieta companhia de Jesus, e logo por uns e outros foi dicto, que entre a Universidade e a companhia de Jesus de Coimbra havia algumas duvidas, pelos padres do dicto collegio pretenderem ter e haver em cada um anno de renda, livres e rentos de todas as despesas ordinarias e extraordinarias, 3.000 cruzados pelos bens e rendas da dieta Universidade, e bem assim a dieta Universidade pretender não dar aos ditos padres cousa alguma sem serem membros della, governados pelo seu reitor, sobre o que ha muitos annos, que entre elles havia desavenças e duvidas, de que podia redundar alguma desinquietação de uma e outra parte, as quaes querendo evitar, e considerando que a dieta Universidade tem obrigação de ter e sustentar escholas menores, em que se ensina latim, artes, grego, hebraico, e como os ditos padres tomam sobre si a dieta obrigação com muito fructo, e proveito dos estudantes, e ensino dellas, disseram uns e outros que estão concertados na maneira seguinte, a saber: que aos ditos senhores D. Jeronymo, e doutor Pero Barbosa, em nome, e como procuradores da dieta Universidade, lhes aprazem, como de facto aprove, que o dicto collegio haja de hoje para todo o sempre 3.000 cruzados de renda, em cada um anno, ás terças d'elle, assim como está em costume, á custa dos fructos, bens, e rendas da dieta Universidade, e livres, e sem o collegio ficar obrigado de os pedir e re-

querer á dicta Universidade e officiaes della, os quaes haverão pelo prebendeiro, ou recebedor das rendas da dicta Universidade, ou por outras quaesquer pessoas, que as dictas rendas arrecadar m ou tiverem em seu poder por aquelle modo e maneira, que el-rei nosso senhor tem ordenado por suas provisões, ou ao de n te ordenar, e os dictos padres pedirão; e isto livres, e sementos sem quebra, nem diminuição ou desento de despesa alguma, posto que nas rendas da Universidade a haja, e de quaesquer outros encargos ordinarios, e extraordinarios de qualquer sorte e qualidade que sejam, ainda que sejam *subsidia in favorem terrae sanctae redemptionis vel alterius cujuscunque etiam majoris cause pade*, que nelles devam contribuir quaesquer collegios, e os dictos visitador e provincial disseram, que elles se obrigavam, em nome do dicto collegio, a se lerem nelle as lições seguintes, a saber: quatro cursos de artes, dez classes de latim, uma lição de grego, outra de hebraico, e de terem mais um mestre de ler e escrever com de **leção**, que parecendo a el-rei nosso senhor, que este mestre de ler e escrever se deve excusar, e em seu lugar se ponha outro mestre de latim, o possam elles padres fazer, e acontecendo que todo o dicto collegio se extinga, e desfaçam as escholas delle, não poderão os dictos padres dahi em diante haver os dictos 3000 cruzados, antes ficarão á dicta Universidade, com obrigação das mesmas lições, porquanto o intento de uma parte, e da outra é que esta dicta renda se não converta em outros usos, salvo nos acima dictos; e disseram que acontecendo o acima dicto, eram contentes que os dictos 3000 cruzados ficassem á dicta Universidade sem duvida, que sobre isso lhe possa mover; e que posto que o dicto collegio tenha havido algumas bulhas apostolicas ou provisões, ou privilegios, para que as dictas rendas lhe fiquem, posto que cessem as dictas escholas, se não querem aproveitar dellas, antes desde agora para então as hão por renunciadas, e querem que sem embargo dellas os dictos 3000 cruzados de renda tornem á dicta Universidade, sem sobre isso serem ouvidos em juizo, nem fora delle, e declararam mais os dictos 3000 cruzados havidos pelas rendas da dicta Universidade, com mais os 500 cruzados, que sua alteza por sua provisão manda dar ao dicto collegio, assentados no seu almoxarifado de Coimbra, por fazer mercê á dicta Universidade e collegio, enquanto lhos não assenta em outra parte fora da Universidade, conforme a provisão que sua alteza ha de mandar passar, se dão por contentes e satisfeitos para sustentação das dictas lições que tem, e criação das pessoas e mestres necessarios, segundo o modo que usa a companhia, comtanto que se pelo tempo em diante, pela variedade dos tempos, e crescimento da valia das cousas, e diminuição de

valia do dinheiro, se achar e entender que é necessario maior sustentação, apronvo a uns e outros, de commun consenso que sua alteza, ou os reis que pelo tempo forem, como protectores que são da dicta Universidade, possam prover nisso pela via e pelo modo que lhes bem parecer, sem chamarem nem requererem a dicta Universidade e officiaes della. E quanto a visitação, para se saber se cumprem os padres com sua obrigação da maneira que devem, e são obrigados, declararam que el-rei nosso senhor ordene como se faça, e cumpra por aquelle modo que lhe bem parecer, ou entender que é mais serviço de Nosso Senhor, e desta maneira, de uma e doutra parte se houveram por concordados ácerca do acima dicto, promettendo uns e outros de assim o cumprir e guardar em juizo e fora d'elle, e nunca em algum tempo o contradizer por si nem por outrem, sob pena de 3.000 cruzados, que a parte que contra isso vier pagará todas as vezes, que contra este contracto fór em parte ou em todo, fiando sempre o dicto contracto em sua força e vigor como se nelle contém, e que a parte que contra isso quizer vir, não seja ouvida em juizo sem primeiro depositar a dicta pena: e porque a dicta Universidade tem uma bulla de concessão apostolica de annexação das rendas a ella dadas, na qual se contém que os fructos, e rendimentos se gastem em lentes e officiaes della, e até o presente a Universidade pretendia, e entendia que os dictos lentes do collegio haviam de ser sujeitos á Universidade, e governados como membros della por seu reitor, e por esta causa aos tempos que se faziam os pagamentos dos dictos 3.000 cruzados, por provisões de sua alteza, a Universidade fazia protestos, que não consentiam nos dictos pagamentos, e protestavam de os tornar a haver, de commun consenso disseram, que pediam por mercê a sua santidade, haja por bem nesta parte haver por derogadas as clausulas da dicta bulla, para este dicto contracto ter força e vigor, e assim haja por bem de confirmar os ditos pagamentos atrás feitos, dos quaes, e dos protestos acima dictos, elles dictos senhores procuradores da Universidade desistiam de hoje para todo sempre, e os haviam por não feitos, e que sem embargo delles os dictos padres os possam reter livremente sem embargo nem impedimento algum.

E todo o contheudo neste contracto disseram que faziam, e outorgavam, e concordavam *ad beneplacitum* de sua sanctidade, a quem pedem por mercê haja por bem de confirmar de seu motu proprio, com clausula derogatoria da dicta bulla nas clausulas acima dictas, e com todas as mais opportunas, e necessarias, para bem e plenario effecto deste contracto, e pelo mesmo modo para maior abastança, e firmeza dello pedem a el-rei nosso senhor

que como protector da dieta l'universidade assim o haja por bem, e o confirme, e mande de todo passar as provisões que houver por bem, e forem necessarias, e a sua instancia supplico a sua sanetidade que o mesmo faça supprindo todos e qu'esquer deficits *tam iuris, quam facti*, que neste contracto houver: e assim o outhorçaram, e prometteram uns e outros, cumprir e guardar, sob obrigação das rendas da dieta Universidade e collegio, e para maior abastança e segurança de tudo disseram, que a dieta l'universidade daria a este dicto contracto sua autoridade e consentimento, e de tal maneira o ratificariam que cessasse toda a duvida que podesse ter e haver ácerca do seu consentimento, e que o padre goral da dieta companhia faria o mesmo, e assim o prometteram uns e outros sob as penas acima dietas. Testemunhas que a tudo presentes foram o doutor Antonio Francisco, morador em Braga, e o doutor João Rodrigues de Azambuja, estantes em esta corte. Eu Francisco Machado, tabelião do publico e judicial em esta villa de Almerim, e seu termo, este instrumento de contracto em meu livro tomei, e delle o fiz trasladar por provisão do dicto senhor, bem e fielmente, e assignei de meu publico signal que tal é.

Pedindo-me a dieta l'universidade, e o provincial e padres da companhia, que lhes confirmasse a dieta escriptura de concordia e amigavel composição, e vista por mim a dieta escriptura, e havendo respeito ás causas e razões que nella se declararam, e el-rei D. João meu senhor o avô, que sancta gloria haja, por ver e saber que assim convinha ao serviço de Nosso Senhor e bem da dieta Universidade, e estudantes della, haver por bem no anno de 1555 de dar e entregar o governo das escholas menores aos padres do collegio da dita companhia da cidade de Coimbra, por entender o muito fructo que disso resultaria aos estudantes em sciencia e bons costumes, como até agora por experiencia se tem visto que resultou, pelas quaes causas e por outras mui justas, e de muito serviço de Nosso Senhor, e bem e quietação da l'universidade, que a isso me movem, e por ambas as partes me pedirem, hei por bem e me praz de meu proprio motu, certa sciencia, poder real e absoluto, confirmar e approvar, como de feito por esta presente carta confirmo e approvo, hei por confirmada e approvada a dita escriptura de concordia em todo, e por todo, assim e da maneira que se nella contém, e com todas as clausulas, condições e obrigações nella contheúdas e declaradas, e suppro, e hei por suppridos qu'esquer deficits de feito ou de direito, que na dieta concordia possa haver, por qualquer via ou modo que seja, e enquanto necessario é, hei a applicação dos 3000 cruzados de renda cada anno na dieta escriptura de concordia,

declarados pelo modo que nella se contém por perpetua dotação e fundação para sempre do dicto collegio de Jesus, de Coimbra, e com esta declaração e entendimento quero, e mando, que a dicta concordia se cumpra e guarde inteiramente para todo o sempre, sem davi-da nem diminuição alguma, sem embargo de quaesquer embargos, de quaesquer qualidades que sejam, que a isso possam ser postos. E para maior firmeza da dicta concordia e de todo o acima dicto, pego ao sancto padre, ou a quem seu poder tiver, que confirme, e approve tudo o que na dicta concordia, e nesta minha confirmação se contém, de seu motu proprio, certa sciencia, e plenitudine potestatis e com todas as mais clausulas que forem necessarias para uma e outra cousa ter o haver seu plenario vigor e effeito para sempre; e por firmeza de tudo o que dicto é, mandei passar esta carta, por mim assignada, e sellada de meu sello pendente. Gaspar de Seixas a fez em Almeirim aos 22 de fev-reiro do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1572. Jorge da Costa a fez escrever. — EL-REI. — Martim Gonçalves da Camara.

Carta por que vossa alteza confirma e approva a escriptura de concordia acima trasladada, que se fez entre a Universidade de Coimbra e o reitor e padres do collegio de Jesus da dicta cidade. Para vossa alteza ver. Registada na chancellaria a folhas 19. Antonio de Aguiar. Pagou *nihil* em Santarem a 18 de março de 1572; e aos officiaes 15450 réis. Pero Fernandes. Melchior do Amaral. Pagou nada.

Documentos relativos aos jesuitas e Universidade de Coimbra, hoje na bibliotheca da mesma Universidade.

LXXXII

Confirmação da concordia da Universidade com o collegio, acerca da jurisdicção dos estudantes

D. Sebastião, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalém mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc. Faço saber aos que esta minha carta virem, que por parte do reitor, deputados, e conselheiros da Universidade da cidade de Coimbra, e do reitor e padres do collegio da companhia de Jesus, da dicta cidade, me foi apresentada uma escri-

ptura de consentimento, e renunciação, que entre elles se fez ácerca da jurisdição de que cada um ha de usar nos estudantes seculares, que aprenderem no dicto collegio, e assim ácerca de outras cousas declaradas na dicta escriptura, da qual o traslado é o seguinte:

Em nome de Deus, amen. Saibam quantos este instrumento de consentimento e renunciação virem, que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1572 annos, aos 16 dias do mez de fevereiro do dicto anno, em esta villa de Almeida, nas casas dos padres da companhia de Jesus, estando presentes os padres doutor Diego Mirão, visitador da dicta companhia de Jesus nesta provincia e reino de Portugal, e o padre doutor Jorge Serrão, preposito provincial della, logo por elles foi dicto perante mim tabelião, e testemunhas, todas ao deante nomeadas, que por assim assentrem, por ser serviço de Nosso Senhor, e quietação do seu collegio de Coimbra, e padrea, lentes e estudantes delle, e por outros justos respetos que a isso os moviam, lhes aprazia como de feito aprouve, que daqui em diante o reitor e officiaes da Universidade da dicta cidade de Coimbra administrem, e tenham a jurisdição dos estudantes do dicto collegio, civil e criminal, fora das escholae delle, nas cousas abaixo declaradas, somente como tem os mais estudantes da dicta Universidade, e, para effeito desso, jurarão os dictos estudantes, quando se matricularem, de obedecer ao reitor della *in licitis et honestis*, ácerca das dictas cousas em que lhe ficam sujeitos, além da promessa que hão de fazer de obedecer ao reitor do dicto collegio, e assim ficarão as aposentadorias dos dictos estudantes ao reitor da dicta Universidade, e o escrivão do conselho da dicta Universidade será escrivão da matricula do dicto collegio. E fará para isso livro particular, que estará no mesmo collegio, ou onde o reitor do dicto collegio ordenar, e jurará deante do conservador da Universidade de fazer seu officio bem e verdadeiramente, e todas as certidões, que passar, serão assignadas pelo reitor do dicto collegio, como até agora o foram, e terá o dicto escrivão respeito á pobreza dos estudantes que se matricularem para lhes não levar dinheiro, ou não tanto como aos outros, conforme a pobreza e necessidade de cada um, como até agora se usou. E ao dicto escrivão não será pago o ordenado de seu officio de escrivão do conselho senão com certidão do reitor do collegio, de como serviu o officio de escrivão da matricula delle, e cumpriu com todas suas obrigações, e será multado pelas faltas que fizer no dicto officio de escrivão da matricula do collegio, assim como pode ser pelas do officio de escrivão do conselho da dicta Universidade: e as multas serão por ordem do reitor do dicto col-

legio; e sendo caso que por occupação, ou por qualquer outra via, não possa dar, ou não dê o expediente que convem ao dicto collegio e estudantes delle, o reitor do collegio nomeará outra pessoa, com o fazer a saber ao reitor da Universidade, a qual servirá em seu lugar todas as vezes que vir, pelo tempo, que é necessario. E tudo o que a dicta pessoa fizer será firme e valioso, sem para isso ser necessario provisão de sua alteza; e os estudantes do dicto collegio, que não forem religiosos da dicta companhia, nem familiares seus, ou estiverem a seu particular governo, serão obrigados a ir a tres prestitos da dicta Universidade sómente, a saber: os dois do nascimento e exequias de el rei D. João III, que Deus tem, fundador da dicta Universidade, e o da vespera de Natal, e não irão aos mais prestitos da Universidade, por não prejudicar a seus estudos, e outros exercicios delles, o que tudo se entenderá sem fazerem prejuizo algum á correção, direcção, castigo escholastico, que ao reitor do dicto collegio fica plenariamente, *privative*, reservado dentro e fora das escholas delle, assim e da maneira que até agora o teve sobre os mesmos estudantes, conforme ao que está ordenado por estatutos e provisões del-rei nosso senhor, e melhor se ao diante por sua alteza ou seus successores melhor fôr provido, com declaração que o reitor da dicta Universidade poderá tambem proceder fora das escholas contra os estudantes que viverem mal, do maneira que quando qualquer dos dictos reitores entender no castigo, ou correção dalgum dos dictos estudantes, o outro não se intrometterá no mesmo caso, nem procederá por via alguma acerca delle, com declaração que o reitor da dicta Universidade, por si, nem por official algum della, não possa por modo algum exercer sua jurisdicção das portas a dentro do dicto collegio, e o reitor delle terá lembrança de fazer avisos, aos dictos estudantes, dos prestitos atrás declarados, a que ficam obrigados, para que não faltem nelles: o que disseram os dictos padres que consentiam, e outhorgavam, contando que dello apraza a el-rei nosso senhor, e o confirme por via de estatuto, ou como melhor lhe parecer, e o senhor D. Jeronymo de Menezes, doutor em a sancta Theologia e reitor da dicta Universidade, e o doutor Pero Barbosa do desembargo de el rei nosso senhor, e desembargadores dos agravos da casa da supplicação, que estavam presentes, disseram que acstavam tudo o acima dicto em nome da dicta Universidade. Testemunhas que foram a tudo presentes, Antonio Francisco e o doutor João Rodrigues de Azambuja, estantes em esta corte. O qual instrumento eu Francisco Machado, tabelião publico e do judicial por el-rei nosso senhor, em esta villa de Almerim, em meu livro de notas tomei, e dello

o fiz trasladar bem e fielmente, e com elle o concertei, e assignei de meu publico signal, que tal é.

Pedindo-me o dicto reitor e Universidadade, e o reitor e padres do dicto collegio, que lhes confirmasse a dicta escriptura, e visto seu requerimento, e havendo respeito ás cousas nella declaradas, hei por bem e me praz de a confirmar, e approvar, como de feito por esta presente carta confirmo e approvo, e hei por confirmada e approvada, por via de estatuto. E mando que pela dicta via se cumpra, e guarde em todo e por todo, como nella se contém, com todas as clausulas e condições nella declaradas, porque assim o hei por bem e meu serviço. E esta minha carta se registará no livro do conselho da dicta Universidadade, e no do dicto collegio, em que se registam as semelhantes provisões, para cada um saber o de que por virtude della ha de usar, a qual por firmeza d'isso lhe mandei dar, por mim assignada e sellada de meu sello pendente. Gaspar de Seixas a fez em Lisboa a 15 de setembro do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1572. Jorge da Costa a fez escrever. — EL-REI.

Eia no que se concertou a occupação (?).

Carta por que vossa alteza confirma a escriptura de consentimento e renunciação, acima trasladada, que se fez entre a Universidadade de Coimbra e os padres da companhia de Jesus, acerca da jurisdicção dos estudantes seculares do collegio da dicta companhia, da dicta cidade de Coimbra. Pagou *nihil*, e aos officiaes somente 150 réis. Em Lisboa a 16 de outubro de 1572. Pero Fernandes. Registada na chancellaria. João da Costa. Simão Gonçalves Preto.

Idem.

LXXXIII

Para tirar moios de trigo

Eu el-rei fago saber aos que este alvará virem, que eu hei por bem e me praz que o reitor e padres da companhia de Jesus, do collegio da cidade de Coimbra, possam comprar e levar das villas de Soure e da Redinha, e de quizepner outros lugares, para a dicta cidade, todo o trigo que o dicto reitor declarar por sua certidão nas costas deste, que é necessario para o dicto collegio, e despesa d'elle, o que assim hei por bem, sem embargo

de quaesquer provisões, ou posturas de camara, que em contrario haja; pelo que mando a todas as justicas e officiaes, a quem o conhecimento desto pertencer, que o cumpram inteiramente sob pena de pagarem trinta cruzados, metade para quem os accusar, e a outra metade para os captivos, e este se cumprirá como se nelle contém, postoque não passe pela chancellaria, sem embargo da ordenação que o contrario dispõe. Lopo Soares o fez em Alcobaca a 17 de agosto de 1569, o eu Miguel de Moura o subcrevi. REI.

Alvará do reitor e padres da companhia de Jesus, do collegio de Coimbra, para ver. Pero da Fonseca, reitor do collegio da companhia de Jesus desta cidade de Coimbra, por este por mim feito e assignado, digo que tenho necessidade de 70 ou 80 moios de trigo para sustentação dos padres deste collegio. E portanto peço as justicas de el-rei nosso senhor, e pessoas a quem pertencer, das villas de Soure e da Redinha, e de quaesquer outros logares, que o deixem tirar livremente, conforme a esta provisão de sua alteza. Em Coimbra aos 2 de setembro de 1569. Pero da Fonseca. Cumpra-se como se nelle contém. João Lopes. Cumpra-se como se nelle contém. Alvaro Fernandes Rodrigues.

Idem.

LXXXIV

Para os cem moios de pão

Dizem o reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, que para sustentação e mantimento do dicto collegio têm necessidade de comprar este anno cem moios de pão, trigo, cevada, milho e centeio, e mandando ora a villa de Soure comprar algum delle, lhes foi impedido o levar o, por se dizer que vossa alteza tem mandado que dahi se não tire pão algum. Podem a vossa alteza lhes dõ licença para poderem mandar comprar, onde quer que o acharem, e levar para a dicta cidade, todo o pão que lhes for necessario para seu mantimento e provisão, sem embargo de quaesquer provisões ou posturas de camaras em contrario. E no que receberão esmola e mercê. Li o que juraram que hão mister para despesa do collegio. Em Cintra a 16 de agosto de 1570. Paulo Attonso.

Eu el-rei faço saber aos que este alvara virem, que havendo

respeito ao que na petição atrás escripta dizem o reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra, hei por bem e me praz que elles possam comprar, tirar e levar de quaesquer logares do reino para o dicto collegio até cem moios de pão de que dizem que tem necessidade, para despesa d'elle, sem deixarem parte alguma do dicto pão na terra, e isto sem embargo de quaesquer minhas provisões, e posturas das camaras que em contrario haja. E mando ás justicas e officiaes dos dictos logares, que lhes deixem tirar delles o dicto pão, e lhes cumpram e guardem inteiramente este alvará como se nelle contem, sem nisso lhe pôrem duvida nem embargo algum, declarando o dicto reitor por seu assignado, que o dicto pão é para despesa do dicto collegio; e este se cumprirá, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Gaspar de Seixas o fez em Lintra a 16 de agosto de 1570. Jorge da Costa o fez escrever. REL. — Martim Gonçalves da Camara

Ha vossa alteza por bem que o reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, possam comprar, tirar e levar de quaesquer logares do reino para o dicto collegio até cem moios de pão, de que dizem que tem necessidade para despesa d'elle, sem deixarem parte alguma do dicto pão na terra, e isto sem embargo de quaesquer provisões e posturas em contrario. A provisão de el-rei nosso senhor guardo, e mando que se guarde como nella se contém, a 28 de setembro de 1570 annos. Francisco de Figueiredo.

Idem.

LXXXV

Quarenta moios de trigo

Eu el rei faço saber a vós, juizes, vereadores e procurador da villa da Redinha, que eu hei por bem e me praz, que o reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, possam tirar e levar dessa villa para o dicto collegio, quarenta moios de trigo, pouco mais ou menos, que dizem que lhe vende D. Aleixo de Menezes, meu aio, dos sessenta moios de trigo que ali tem de sua renda da novidade deste anno presente de 562, ficando na terra os vinte moios de trigo que fallecem para cumprimento

dos ditos sessenta, e portanto vos mando que lhes deixeis tirar os ditos quarenta moios de trigo, sem embargo de quaesquer muihas provisões, defesas ou posturas da camara, que em contrario haja, o que assim cumprireis, postoque este alvará não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Andre Sardinha o fez em Lisboa a 5 dias de outubro de 1562. Manuel da Costa o fez escrever. — RAISHA.

Que deixem tirar e levar ao reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, da villa da Redinha, para o dicto collegio, quarenta moios de trigo, pouco mais ou menos, que dizem lhes vende D. Aleixo de Menezes, dos sessenta moios de trigo, que ali tem de sua renda da novidade deste anno, ficando na terra os vinte moios, e isto sem embargo de quaesquer provisões de vossa alteza, e defesas ou posturas da camara que em contrario haja, e que este não passe pela chancellaria ...

Idem.

LXXXVI

Sobre o pão que embarçaram em Tras-os-Montes

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que eu hei por bem e me praz, que o reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, possam tirar e trazer das comarias da Beira e Tras-os-Montes para a dita cidade de Coimbra, mil quatrocentos e cincoenta alqueires de trigo, e cento alqueires de centeo, que dizem lá mandaram comprar para despesa do dicto collegio, por virtude de uma muiha provisão geral, que para isso tem, e isto sem embargo de quaesquer muihas provisões, defesas e posturas das camaras, que em contrario haja; do qual trigo o dicto reitor e padres dizem, que lhe embarçaram e tomaram oitocentos alqueires no campo de Ferreiros de Tenabes. E mando aos juizes, vereadores, e officiaes do dicto concelho, que lhe desembarquem e tomem logo os oitocentos alqueires de trigo e lhe comprem e guillem interramente a dita provisão como se nellie contem, sem lhe nisso pôr em duvida nem embargo algum. E assim mando aos juizes, justizes e officiaes dos outros logares, por onde o dicto pão vier até a dita cidade de Coimbra, que lho não tomem nem parte alguma d'elle, antes lhe deem toda a ajuda e favor de que tiverem necessidade para

o trazerem. O que uns e outros assim cumprirão, sob pena de vinte cruzados, em que incorrerá qualquer que o assim não cumprir ou contra isto fôr, metade para os captivos e a outra metade para quem os acusar. E mando a qualquer corregedor, ou justizias, a quem este fôr apresentado, que o cumpram e façam inteiramente cumprir, posto que não seja passado pela chancelaria, sem embargo da ordenação em contrario. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 26 dias de março de 1563. Manuel da Costa o fez escrever. — O CARDEAL INFANTE

Alvará sobre os 12500 alqueires de pão, que o reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, mandaram comprar nas comarcas da Beira e Traz os Montes, os quaes vossa alteza manda, que lhe deixem livremente tirar e trazer para a dita cidade, e que os oitocentos alqueires de trigo, que lhe embargaram e tomaram no concelho de Ferreiros de Tondoes, lhe sejam logo desembargados e tornados. Para vossa alteza ver. Philippos. João Mendes. Paguei nada.

Ide s.

LXXXVII

Para a pedreira de Ançã

D. Sebastião, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc. A vós, juizes da villa de Ançã, ou a quem vosso cargo tiver, e bem assim a todos os corregedores, ouvidores, juizes, justizias e officiaes, e pessoas de meus reinos e senhores, a quem esta minha carta fôr apresentada, e o conhecimento d'ella com direito pertencer, saude. Faço-vos a saber, que a mim enviou a dizer, por sua petição, o padre reitor e mais padres do collegio da companhia de Jesus, incorporado na Universidade, que está em esta minha mui nobre e sempre leal cidade de Coimbra, que elles têm uma pedreira, de pedra, jurato d'essa dita villa, a qual um Antonio Asenha, e André Gonçalves, calouqueros, moradores nessa dita villa, contra vontade d'elles supplicantes, se iam á dita pedreira, da qual arrancavam muita pedra, e arrancam hoje em dia, não o podendo fazer sem licença d'elles supplicantes, pedindo ao d'cto. meu conservador lles man-

dasse passar carta para lhes ser posta pena, que não vão á dicta pedreira arrancar pedra, nem della a tirem, postoque arrancada a tenham, e que seja apregoado na dicta villa, que ninguem a arranque, no que receberia justiça e mercê. E segundo que tudo isso na dicta petição era contheudo, e eu vendo o que elles supplicantes assim dizer e pedir enviamam, e conforme aos privilegios da Universidade pelos reis passados outhorgados, e por mim confirmados, por bem dos quaes lhes foi mandado passar a presente, pela qual vos mando que sendo-vos apresentada pelos officiaes diante vós façaes notificar aos dictos Antonio Asenba, e André Gonçalves, cabouqueiros, que sob pena de dez cruzados, e da cadeia, e a pena para o accusador e despesas de justiça, elles por si nem por outrem tirem, nem arranquem pedra alguma da dicta pedreira, nem a levem, postoque a tenham arrancada, e que tendo a isso embargos os venham allegar no termo da ordenação, e assim mandareis dar pregão ao pelourinho dessa dicta villa, sob a dicta pena, que ninguem tire nem arranque pedra, nem a leve da dicta pedreira, e se o contrario fizerem contra elles se procederá como for justiça, e das notificações e diligencias que nisso fizerdes porcaes nas costas deste, em modo que faça fé, o que assim cumpri, sob a dicta pena, e al não façaes. Dada em Coimbra aos 21 de junho. El-rei nosso senhor o mandou pelo licenciado Francisco de Amaral, do seu desembargo, e seu conservador com alçada na Universidade desta cidade de Coimbra. F. a fez de 1575 annos. Paguei 30 réis, e de assignar, 20 reis. Francisco de Amaral. Cumpra se em Ançã, heje 22 de junho de 1575. O juiz João Manuel. Valha sem sello *ex causa*. Amaral.

Aos que esta certidão virem certifico em Diogo (?) tabellião do publico e judicial por el-rei nosso senhor, nesta villa de Ançã o seu termo, que é verdade que na dicta villa me foi requerido por parte dos padres de Jesus, contheudos nesta carta atrás de sua auza, que fosse em casa do juiz della para a mandar cumprir, onde fomos em casa de Joanne Manuel, juiz ordinario nella, o dicto anno, o qual vista por elle a dicta carta que mandou ler, mandou que se cumprisse por seu despacho ao pé della, que assignou, em satisfação do qual logo eu tabellião fui em casa de André Gonçalves nella contheudo, e lha notifiqui como se nella contém, e respondeu que nenhuma cousa faria na dicta pedreira, nem tinha feito. O mesmo fui em casa de Antonio Asenba, nella outrossim contheudo, e o achei de trás da dicta villa, onde lhe houve por notificado em sua pessoa o dicto contheudo todo na dicta carta, e o mesmo respondeu que o outro André Gonçalves, e logo fomos com o porteiro da dicta villa, Affonso Alvres,

o qual deante de mim tabellião em praça e rua della apregoou uma e duas e tres vezes em alta voz, que todos os circunstantes ouviam, todo o contido na dicta carta, em os 22 dias do mez presente de junho, e por assim passar na verdade, e me ser pedida esta por parte dos dictos padres, a passei *ex officio*, quanto em devido devo e posso, que assignei de meu raso signal acostumado, e com o dicto porteiro que apregoou, de 1575 annos. Pagou desta e das notificações (tanto) Diogo F. Pagou ao porteiro de pregões (tanto) Alonso Alvres, porteiro.

Idem.

LXXXVIII

Para as justicas da comarca de Coimbra fazerem dar navios aos jesuitas para levarem cal a Entre-Douro e Minho e ilha da Madeira

Dizem o reitor e padres do collegio da companhia de Jesus, da ilha da Madeira, que vossa alteza manda edificar na cidade do Funchal o dicto collegio com suas escolas, para a qual obra tem necessidade de muita cal, que por não haver na dicta ilha mandam levar do Mondego. Pedem a vossa alteza que os navios, que lhe forem necessarios para levar a dicta cal, possam tomar os officios de vossa alteza em qualquer parte deste reino, onde por sua parte lhe fôr requerido, pagando elles supplicantes os fretes a como vossa alteza manda pagar aos que levam cal dos contractadores. — E R. M.

Sim, como pedem, não sendo os navios necessarios para o serviço de sua alteza. Em Lisboa a 2 de abril de 1577. Paulo Affonso Pero Barboza.

Eu el-rei faço saber a vós, corregedor da comarca e correição da cidade de Coimbra, e ao provedor da dicta comarca, e a quaesquer outras justicas, officiaes e pessoas dos logares della, a que este alvará fôr apresentado, que havendo respeito ao que na petição atrás escripta dizem o reitor e padres do collegio da companhia de Jesus, da cidade do Funchal, da ilha da Madeira, hei por bem, e vos mando, que apenais, e lhe façaes dar todos os navios que lhe forem necessarios, para levarem do Mondego á dicta ilha da Madeira a cal que fôr necessaria para as obras do dicto collegio, e isto não sendo os tais navios necessarios para algumas cousas de meu serviço. E os dictos padres pagarão

o frete dos dictos navios, que lhes assim forem dados, pelo preço o estado da terra: o que uns e outros assim cumprirem com muita diligencia, e da maneira que por falta de navios se não deixe de levar á dicta ilha a cal, que fôr necessaria para as dictas obras, porque assim o hei por meu serviço. E este alvará se cumprirá, posto que não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. João da Costa o fez em Lisboa a 15 de abril de 1577. E pela mesma maneira lhe dareis e fazeis dar os navios, que forem necesarios para levarem a Entre Douro e Minho, a cal de que houver necessidade, para as obras dos collegios e casas da dicta companhia, que se fazem na dicta comarca de Entre Douro e Minho. E os juizes e mais officiaes da justiça dos logares da dicta comarca de Coimbra, que não cumprirem com diligencia, o que se contém neste alvará, incorrerá cada um em pena de vinte cruzados, metade para os captivos e a outra metade para quem os accusar. E este alvará me praz que valha, tenha força e vigor, posto que o effeito delle haja de durar mais de um anno, sem embargo da ordenação em contrario. Jorge da Costa o fez escrever. — Rei — D. João

Alvará para as justicas da comarca de Coimbra apenarem e fazerem dar aos padres da companhia os navios que forem necesarios, para levarem a ilha da Madeira, e Entre Douro e Minho, a cal, de que houver necessidade, para as obras dos collegios e casas da dicta companhia, que lá se fazem, e isto com pena de vinte cruzados. Para vossa alteza ver. Pagou nada.

Idem.

LXXXIX

Os que tiverem cargo dos collegiaes usem das provisões concedidas

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que eu hei por bom e me praz, que a pessoa que agora ou pelo tempo adelante tiver cargo de dar porções aos collegiaes do collegio dos perenistas, que está junto do collegio de Jesus e das Artes, da cidade de Coimbra, possa usar e use de todas as provisões, que foram passadas a João de Beja, que teve cargo de dar as porções, e ás mais pessoas que tiverem o dicto cargo, das quaes provisões poderão usar, e usarão assim e tão inteiramente, como se para elles nomeadamente foram passadas. E mando a todas

as minhas justicas, officiaes e pessoas a que este alvará, ou o traslado d'elle e das dictas provisões em publica forma fôr mostrado, que as cumpram, guardem, e façam inteiramente cumprir e guardar, sem duvida nem embargo algum que a isso seja posto, porque assim o hei por meu serviço. E este alvará me praz que valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada e passada por minha chancellaria, e postoque por ella não seja passado, sem embargo das ordenações do segundo livro, titule vinte, que o contrario dispõem. João da Costa o fez em Lisboa a 11 de julho de 1576. Jorge da Costa o fez escrever. — REI. — D. João.

Alvará, por que vossa alteza ha por bem, que a pessoa que agora, ou pelo tempo em deante, tiver cargo de dar as porções aos collegiaes do collegio dos porcionistas da cidade de Coimbra, possa usar e use de todas as provisões que foram passadas a João de Beja, que teve cargo de dar as dictas porções, e ás mais pessoas que tiverem o dicto cargo. E que este valha como carta, e não passe pela chancellaria.

Idem.

XC

Para poder usar das casas de Almeirim e chão de Santarem por um anno

Dizem o reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, que el-rei vosso avô, que sancta gloria haja, fez doação ao dicto collegio de um chão que está na villa de Santarem, que parte com o caminho publico e parede da igreja de Sancto Antão que está fora da dicta villa, o qual foi de uma Catharina Alvres ajmor (ahi morador?), e assim lhe fez doação de umas casas na villa de Almeirim, que estão juncto á horta de vossa alteza, de outra parte partem com o quintal de Luiz Fernandes, e porque as dictas doações têm necessidade de serem confirmadas dentro de seis mezes depois do fallecimento do dicto senhor, os quaes ora se acabam, pedem a vossa alteza lhes dê mais um anno para poderem pedir as dictas confirmações, e que no dicto tempo possam usar de suas doações. E R. M.

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que havendo respeito ao que na petição atrás escripta dizem o reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, hei por bem e me

praz que elles possam usar por tempo de um anno das doações contheudas na dicta petição, que dizem que el-rei meu senhor e avô, que sancta gloria haja, fez ao dicto collegio, postoque não sejam por mim confirmadas, no qual anno elles requererão a confirmação das dietas doações. E mando a todas as justicias, officiaes e pessoas, a quem o conhecimento de isto pertencer, que lhe cumpram e façam cumprir este alvará, como se nelle contém. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 7 do mez de fevereiro de 1558. Manuel da Costa o fez escrever. RAINHA. — Simão Gonçalves. — Antonio Varella.

Ha vossa alteza por bem que o reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, possam usar por tempo de um anno das doações, contheudas em sua petição atrás escripta, que dizem que el-rei vosso avô, que sancta gloria haja, fez ao dicto collegio, postoque não sejam confirmadas por vossa alteza, no qual anno elles requererão a confirmação dellas. D. Simão Francisco Gonçalves.

Idem.

XCI

El-rei manda pagar da sua fazenda os 2005000 réis a Afonso Pereira, do tempo que procurou por parte de Afonso Esteves, sobre o mosteiro de S. João

Dizem o reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, que tendo Afonso Pereira, morador na villa de Monção, embargada a renda do mosteiro de S. João de Longavães, na mão de Fernando Affonso, rendeiro do dicto mosteiro para haver pagamento de certas culpas, que lhe foram julgadas pelo tempo, que andou nesta corte requerendo a justiça e direito, que Afonso Esteves pretendia ter no dicto mosteiro; vossa alteza por suas provisões houve por bem que por certo tempo se não desse a dicta sentença á execução, e depois disto o dicto collegio se concertou com os dictos Afonso Esteves e Afonso Pereira, assim sobre a causa principal, como sobre o pagamento das dietas custas: no qual concerto se obrigou o dicto collegio a pagar ao dicto Afonso Pereira 2005000 réis das dietas custas até dia de Natal, que ora passou, e a demasia pelo Natal seguinte, em que começa o anno de 1557, e isto não lho mandando vossa alteza

pagar de sua fazenda, porque em tal caso o dicto Affonso Pereira não seria obrigado esperar mais que o tempo, que vossa alteza ordenasse o pagamento do dicto dinheiro, e que o dicto reitor e padres não houvessem provisão de espera sobre o dicto pagamento, e que havendo-a fosse de nenhum vigor, o qual contracto que isto mais largamente contém com outras cousas mandaram a Roma por diversas vias, para se confirmar pelo sancto padre, e depois disso vossa alteza houve por bem mandar dar de sua fazenda 200\$000 réis para o dicto pagamento, e que se não fizesse até vir recado da confirmação do dicto contracto, pelo perigo que havia de simonia, fazendo-se antes, e não sendo o dicto Affonso Pereira sabedor, como vossa alteza mandava pagar o dicto dinheiro da sua fazenda pela dicta maneira. Passado o tempo em que o collegio era obrigado a lho pagar, tornou a seguir o embargo e execução que pela dicta sentença tinha começado a fazer na renda do dicto mosteiro e fazenda do dicto Fernando Affonso rendeiro. E porque feito o dicto contracto entre o collegio e os dictos Affonso Esteves e Affonso Pereira, ficava suspenso o dicto embargo e execução, o rendeiro acudiu ao collegio com a renda que ainda devia, como era obrigado, e agora não deve nem é obrigado a pagar coisa alguma, senão por dia de S. Miguel, que vem deste anno presente de 1556; pelo qual pedem a vossa alteza haja por bem que a dicta execução se não faça no dicto Fernando Affonso, nem em seus bens e rendas do dicto mosteiro, e tudo o que nisso fôr feito, seja nullo e de nenhum vigor; e quanto ao pagamento dos dictos 200\$000 réis, que vossa alteza mandou fazer, mande declarar por sua provisão o modo de que houve por bem que se fizesse, para que conste ao dicto Affonso Pereira, e os não perturbe e aveze mais sobre isso; no que receberão esmola e mercê.

Eu el-rei faço saber aos que este meu alvará virem, que eu houve por bem mandar pagar de minha fazenda os 200\$000 réis de que o reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, na petição atrás escripta, fazem menção pela maneira que nella se contém, e dos dictos 200\$000 réis, tem passado João Alvres de Andrade, meu thesoureiro mór, um escripto para serem dados em Antonio da Silva, que ora serve de almoxarife de Vianna, ao qual mando que, sendo-lhe apresentado o dicto escripto do thesoureiro-mór, se haja por depositario dos dictos 200\$000 réis, e se obrigue pagal-os a Affonso Pereira, tanto que forem vindas de Roma as letras da confirmação do concerto, que com elle e Affonso Esteves fizeram os dictos reitor e padres; e porque desta maneira fica satisfeito o dicto Affonso Pereira, pela primeira paga que havia de haver, por virtude do dicto

concerto, e a segunda se lhe fará conforme a obrigação nelle declarada, hei por bem e me praz, que se não proceda cousa alguma na execução que a seu requerimento se faz nas rendas do mosteiro de S. João de Longaviras, e bens e fazenda de Fernando Affonso, rendeiro delles, e o que nisso fór feito será de nenhum vigor, e isto sem embargo do dicto reitor e padres terem declarado no dicto concerto que não haveriam provisão alguma minha de espera sobre o dicto pagamento, e havendo-a não houvesse effeito, porque elles não requerem nem pretendem espera, mas eu o houve assim por bem, pelo perigo que se corria de simonia, fazendo-se doulra maneira, pelo qual nullo a todas as minhas justicias, a quem o conhecimento desto pertencer, que sobreestécem na dicta execução, e não façam nella obra alguma, e o que fór feito seja de nenhum vigor, e hei por bem que não possa o dicto Fernando Affonso por razão das dietas execuções ser preso, e executado, e sendo já preso será logo solto, e assim mando ao dicto almoxarife, que se dé por depositario dos dictos 200.000 réis, e se obrigue pagalos ao dicto Affonso Pereira, tanto que as lettras de confirmação do dicto concerto vierem de Roma como dicto é, e não vindo as dictas lettras dentro em seis mezes, que começarão da feitura desto, em tal caso o dicto Affonso Pereira poderá requerer sua justiça sobre a dicta execução, como lhe bem parecer: e mando que este alvará se cumpra, sem embargo de quesyquer minhas ordenações, que em contrario haja, e da ordenação do segundo livro, titulo quarenta e nove, que diz que se não entenda ser por mim derogada ordenação alguma, se da substancia della se não fizer expressa menção; e este se cumpra, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação que manda, que os meus alvaras, que não forem passados pela chancellaria, se não guardem. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 28 dias do janeiro de 1556. Manuel da Costa o fez escrever. — REI.

B. porquanto as lettras da confirmação do dicto concerto não são ainda vindas de Roma, hei por bem e me praz, que o meu alvará acima escripto se cumpra e guarde, como se nelle contém, por tempo de seis mezes mais alem dos outros seis nelle contheudos, porque neste tempo parece que poderão vir as dictas lettras, e mando que sejam logo entregues a Fernando Affonso quesyquer penhores, que lhe forem tomados por razão da execução, que se fazia em sua pessoa e fazenda, e nas rendas do dicto mosteiro por parte do dicto Affonso Pereira, e que esta apostilla se cumpra, postoque não seja passada pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Jorge da Costa a fez em Lisboa a 6 de junho de 1556. Manuel da Costa a fez escrever. — REI.

XIII

Hei por bem e me praz ¹ que os 2005000 réis, que o reitor e padres do collegio de Jesus, de Coimbra, tem pelo alvará atrás escripto, enquanto lhe não fizer unir com effeito ao dicto collegio a egraja de Sampaio de Caria, e os dictos padres não houverem o rendimento della, ou outra tanta renda por outra qualquer maneira, pagos no almoxarifado de Aveiro, com certidão do doutor Antonio Pinheiro, de como não são providos, lhe serão pagos pela dicta maneira de janeiro, que passou deste anno presente de 565 em diante, no meu thesoureiro-mór, ou em quem seu cargo servir, com a dicta certidão de como não são providos pela dicta maneira; pelo que mando aos voadores de minha fazenda, que façam riscar o assento dos dictos 2005000 réis, do livro della, do título do dicto thesoureiro-mór, para nelle lhe serem pagos com a dicta certidão. E o registo deste alvará, que estava no dicto almoxarifado, se riscou, e se poz verba nelle, em como de dicto janeiro em diante, lhe são os dictos 2005000 réis de ser pagos no dicto thesoureiro-mór, como se viu por certidão de Ruy Fernandes da Castanheda, que serve de contador do dicto almoxarifado, que foi roto ao assignar desta, que hei por bem que valha como carta, postoque não passe pela chancellaria, sem embargo das ordenações em contrario. Balthazar de Ponte a fez em Lisboa a 28 de junho de 1565. E eu, Alvaro Pires, a fiz escrever. — O CARDEAL IN-
PANTE.

Apostilla do alvará do reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, para vossa alteza ver.

Assentada. D. Juhanes.

Ha vossa alteza por bem que os 2005000 réis, que o reitor e padres do collegio da companhia de Jesus, da cidade de Coimbra, só por este alvará pagos no almoxarifado de Aveiro, lhe sejam pagos de janeiro que passou, deste anno presente de 1565 em diante no thesoureiro-mór, ou quem seu cargo servir, e que valha como carta, e não passe pela chancellaria. Registada em o livro dos registos destes almoxarifados de Coimbra. Em

¹ Repete-se esta apostilla publicada a pag. 294, e acrescenta-se a de 16 de fevereiro de 1569, que por equívoco deixou de inserir-se naquelle lugar.

Coimbra aos 5 de novembro de 1565. Pagou deste e do traslado 30 réis. Manuel Homem.

Hei por bem que os 2005000 réis que o reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, tem cada anno pelo alvará escripto na outra meia folha desta folha, assentados no thesoureiro-mór, lhe sejam assentados e pagos no recebedor das cisas da dita cidade, de janeiro deste anno presente de 568 em diante, e mando aos veadores de minha fazenda que lhes façam assentar no livro della e despachar nas dietas cisas, riscando se primeiro o assento que está no dicto thesoureiro-mór, e os dictos 2005000 réis foram riscados do livro dos pagamentos do thesoureiro-mór, e posta verba, como lhe hão de ser pagos nas dietas cisas, como se viu por certidão do escrivão do cargo do thesoureiro-mór. E esta apostilla valerá como carta, postoque não seja passada pela chancellaria, sem embargo das ordenações que o contrario dispõem, João Alvres a fez em Alentejo a 16 de fevereiro de 1569. E eu Alvaro Pires a fiz escrever. — Rei.

Assentada em Coimbra. D. Francisco.

Ha vossa alvaza por bem que os 2005000 réis que o reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, têm cada anno, pelo alvará escripto na outra meia folha, no thesoureiro-mór, lhe sejam pagos no recebedor das cisas da dita cidade, de janeiro deste anno presente de 1569 em diante, e foram riscados do livro dos pagamentos do thesoureiro-mór: e que esta apostilla valha como carta e não passe pela chancellaria. Cumprase e registe se hoje 13 de agosto de 1569. Cardosa. Registado este alvará no livro dos registos da camara desta cidade de Coimbra, que serve dos pagamentos da folha dos assentamentos, ás folhas 193 por mim João Gonçalves de Sequeira, que sirvo de escrivão da camara. João Gonçalves de Sequeira. Pagou nada.

Idem.

XIII

Pão para Sanções

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que eu hei por bem e me praz, que o pão que o reitor do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, mandar levar da renda do dicto collegio,

para o mosteiro de S. Fins de Friestas de riba do Minho, lho não seja tomado nem embargado na dicta cidade de Coimbra, nem na villa de Montemor-o-Velho, nem outro algum lugar onde fôr ter. Antes mando aos juizes, vereadores, officiaes, e povo da dicta cidade e villa, e quizesquer outros logares, onde o dicto pão fôr ter, até chegar ao dicto mosteiro, que lho não tomem, nem embarguem, nem parte alguma delle, postaque disso haja necessidade nas terras: e isto até 30 moios sómente, e assim mando ás justicas e officinaes que com este alvará forem requeridos, que deem e façam dar com toda a brevidade para carreto do dicto pão, todas as embarcações, bestas e carros, que para isso forem necessarias, pagando se tudo pelos preços e estado da terra, o que uns e outros assim cumprião, sob pena de 20 cruzados, que pagará da prisão que lhe pertencer qualquer pessoa que o assim não cumprir, ou contra isto fôr, metade para os captivos e a outra metade para quem os accusar. Gaspar de Seixas o fez em Evora a 4 de março de 1575. E este não passará pela chancellaria. Jorge da Costa o fez escrever. — REL. — Martinho Gonçalves da Camara.

Alvará por que vossa alteza ha por bem, que o pão que o reitor do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, mandar levar da renda do dicto collegio para o mosteiro de S. Fins lho não seja tomado, nem embargado nos logares onde fôr ter.

Para vossa alteza ver.

Idem.

XCIV

Sobre as confirmações dos padroados, privilegios, doações e juroes

D. Philippe, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem-mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc. Faço saber que por parte do reitor e padres do collegio da companhia de Jesus e das Artes, da muiha cidade de Coimbra, me foi dicto que eu mandara passar uma minha carta, e provisão sobre as confirmações dos padroados e privilegios, da qual o theor é o seguinte:

D. Philippe, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem-mar em Africa, senhor de Guiné, e da

conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc. Faço saber aos que esta minha carta virem, que eu fui requerido pelos grandes de meus reinos, prelados, abbades, e pessoas ecclesiasticas, e assim pelos senhores donatarios, fidalgos e cavalleiros, e povos das cidades, villas, e logares delles, a que pelos senhores reis meus antecessores foram feitas doações, e mercês de terras, jurisdições, dadas de officios, padroados de egrejas, alcaldarias-môres, reguengos, rendas, foros, direitos, privilegios, graças, liberdades, tenças, officios, assim de minha justiça, como de minha fazenda, e outras cousas das corôas de meus reinos, que lhes confirmasse as cartas, e doações, e privilegios, que dellas têm, e lhes foram passadas pelos dictos senhores reis meus antecessores. E porque minha tenção é que o negocio das confirmações se faça como seja mais serviço de Nosso Senhor, e bem dos dictos meus reinos, ordenei pessoas para deputados do despacho dellas, que hão de residir, e ser presentes em minha corte, para verem e examinarem todas as doações, cartas, e provisões, e papeis outros de qualquer qualidade que sejam, que por mim hajam de ser confirmados, e me darem de tudo inteira relação. Pelo que, por alguns justos respeitoes que me a isso movem, hei por bem e mando que se entenda, e esteja daqui em diante no despacho das dietas confirmações, pelas pessoas que assim tenho ordenado para elle, como dicto é. E por esta encomendo a todos os prelados, abbades, e pessoas ecclesiasticas, de todas as cidades, villas, e logares de todos estes meus reinos, e senhorios de Portugal, e mando a todos os donatarios, fidalgos e cavalleiros, e quaesquer outras pessoas de qualquer estado, e condição que sejam, que nas taes cidades, villas e logares, forem moradores, que do dia que esta minha carta for publicada na minha chancellaria até todo o mez de agosto que vem deste anno presente, de 1501, enviem entregar a Ruy Dias de Menezes, fidalgo de minha casa, escrivão de minha fazenda, e das confirmações, as doações, cartas, e provisões que tiverem de cada uma das cousas acima de laradas, que lhe fossem dadas, e outhorgadas pelos reis passados, o qual lhes passará seus conhecimentos por elle assignados, em que irá declarada a substancia de cada uma das doações, cartas e provisões que lhe forem entregues, pelos quaes conhecimentos do dicto Ruy Dias, hei por bem que enquanto lhes eu não confirmar, possam as dictas pessoas usar, e usarem de todo o contheudo nellas. E mando ao doutor Simão Gonçalves Preto, do meu conselho, e chancelier-mór de meus reinos, que faça publicar esta minha carta na chancellaria, e envie logo o traslado della, assignado por elle, a todos os corregedores das

comarcas destes reinos, e aos ouvidores, juizes de fora das terras onde os corregedores não entram por correição. aos quaes corregedores, ouvidores, juizes, mando a façam notificar e publicar em todas as cidades, villas, e logares de suas correições, e ouvidorias, para que vindo á noticia de todos, venham, ou mandem requerer confirmação das cousas que tiverem, que por mim hajam de ser confirmadas, sendo certo a todos que não entregando as doações, cartas e provisões no dicto termo acima assignado, e que depois de passado, não mostrando conhecimentos de como as entregaram, não poderão usar nem usarão mais das cousas que pelas ditas doações, cartas e provisões tiverem, e possuirem, nem terão vigor algum até terem minha confirmação, no que ficará a mim resguardado confirmal-as, se minha merecer fôr, porque por esta o hei assim por bem, e mando que assim se cumpra, não vindo no tempo, que assim por mim lhe é limitado, e esta carta se registrará em minha chancellaria, e assim nos livros dos registos das chancellarias das correições de todas as comarcas destes reinos depois de ser notificada para que as pessoas, que suas cartas, e provisões deixarem de mandar ás confirmações, no dicto termo, não possam contra si allegar razão alguma, e os dictos corregedores, ouvidores, e juizes de fora farão fazer autos das notificações, que se fizerem nos dictos logares, que enviarão entregar ao dicto Ruy Dias de Menezes, para se saber como se cumpriu assim. Dada na cidade de Lisboa, a 1.^a de janeiro. Manuel da Costa a fez, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 591. Eu Ruy Dias de Menezes a fiz escrever. — Rei. — O Bispo de Leiria. — Simão Gonçalves Preto.

Foi publicada na chancellaria a carta de sua magestade, atraz escripta, por um Gaspar Maldonado, escriptão de lá perante os outros officiaes da dicta chancellaria, e outra muita gente que vinha a requerer seus despachos, em Lisboa, a 2.^a de abril de 91 annos. Gaspar Maldonado.

E com a dita carta e provisão escripta em letra redonda impressa me foram por parte dos dictos reitor, e padre do dicto collegio apresentadas as proprias cartas, provisões, alvarás, privilegios, padrões de juro, e terça, que por mim e pelos senhores reis meus antecessores, lhe foram, e são outorgados, e concedidos ao dicto collegio, por elles assignados, e passados pela chancellaria, os quaes conforme a dicta minha carta haviam de ser levados, e entregues ao dicto Ruy Dias de Menezes, fidalgo da minha casa, e escriptão das confirmações, com cujos conhecimentos por elle assignados, com declaração da substancia de cada uma dellas, eu havia por bem que se usasse, e use de

as minhas justicas, officiaes e pessoas a que este alvará. ou o traslado delle e das dietas provisões em publica forma fôr mostrado, que as cumpram, guardem, e façam inteiramente cumprir e guardar, sem duvida nem embargo algum que a isso seja posto, porque assim o hei por meu serviço. E este alvará me praz que valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada e passada por minha chancellaria, e postoque por ella não seja passada, sem embargo das ordenações do segundo livro, titulo vinte, que o contrario dispõem. João da Costa o fez em Lisboa a 11 de julho de 1576. Jorge da Costa o fez escrever. RRI. D. João.

Alvará. por que vossa alteza ha por bem. que a pessoa que agora, ou pelo tempo em deante, tiver cargo de dar as porções aos collegiães do collegio dos porcionistas da cidade de Coimbra, possa usar e use de todas as provisões que foram passadas a João de Beja, que teve cargo de dar as dietas porções, e ás mais pessoas que tiverem o dicto cargo. E que este valha como carta, e não passe pela chancellaria.

Idem.

XC

Para poder usar das casas de Almeirim e chão de Santarem por um anno

Dizem o reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, que el-rei vosso avô, que sancta gloria haja, fez doação ao dicto collegio de um chão que esta na villa de Santarem, que parte com o caminho publico e parede da egreja de Santo Antão que está fora da dicta villa, o qual foi de uma Catharina Alvres ajmor (ala morador?), e assim lhe fez doação de umas casas na villa de Almeirim, que estão juncto á horta de vossa alteza, de outra parte partem com o quintal de Luiz Fernandes, e porque as dietas doações têm necessidade de serem confirmadas dentro de seis mezes depois do fallecimento do dicto senhor, as quaes ora se acabam, pedem a vossa alteza lhes dê mais um anno para poderem pedir as dietas confirmações, e que no dicto tempo possam usar de suas doações. E R. M.

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que havendo respeito ao que na petição atrás escripta dizem o reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, hei por bem e me

praz que elles possam usar por tempo de um anno das doações contheudas na dicta petição, que dizem que el-rei meu senhor o avô, que sancta gloria haja, fez ao dicto collegio, postoque não sejam por mim confirmadas, no qual anno elles requererão a confirmação das dictas doações. E mando a todas as justiças, officiaes e pessoas, a quem o conhecimento de isto pertencer, que lhe cumpram e façam cumprir este alvará, como se nelle contém Jorge da Costa o fez em Lisboa a 7 do mez de fevereiro de 1558. Manuel da Costa o fez escrever. — RAINHA. — Simão Gonçalves. — Antonio Varella.

Ha vossa alteza por bem que o reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, possam usar por tempo de um anno das doações, contheudas em sua petição atrás escripta, que dizem que el rei vosso avô, que sancta gloria haja, fez ao dicto collegio, postoque não sejam confirmadas por vossa alteza, no qual anno elles requererão a confirmação dellas. D. Simão Francisco Gonçalves.

Idem.

XCI

El-rei manda pagar da sua fazenda os 2005000 réis a Afonso Pereira, do tempo que procurou por parte de Afonso Esteves, sobre o mosteiro de S. João

Dizem o reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, que tendo Afonso Pereira, morador na villa de Munção, embargada a renda do mosteiro de S. João de Longavares, na mão de Fernando Afonso, rendeiro do dicto mosteiro para haver pagamento de certas culpas, que lhe foram julgadas pelo tempo, que amou nesta cõrte requerendo a justiça e direito, que Afonso Esteves pretendia ter no dicto mosteiro; vossa alteza por suas provisões houve por bem que por certo tempo se não desse a dicta sentença á execução, e depois disto o dicto collegio se concertou com os dictos Afonso Esteves e Afonso Pereira, assim sobre a causa principal, como sobre o pagamento das dictas custas: no qual concerto se obrigou o dicto collegio a pagar ao dicto Afonso Pereira 2005000 réis das dictas custas até dia de Natal, que ora passou, e a demasia pelo Natal seguinte, em que começa o anno de 1557, e isto não lho mandando vossa alteza

pagar de sua fazenda, porque em tal caso o dicto Affonso Pereira não seria obrigado esperar mais que o tempo, que vossa alteza ordenasse o pagamento do dicto dinheiro, e que o dicto reitor e padres não houvessem provisão de espera sobre o dicto pagamento, e que havendo a fosse de nenhum vigor, o qual contracto que isto mais largamente contém com outras cousas mundaram a Roma por diversas vias, para se confirmar pelo sancto padre, e depois disso vossa alteza houve por bem mandar dar de sua fazenda 2000000 réis para o dicto pagamento, e que se não fizesse até vir recado da confirmação do dito contracto, pelo perigo que havia de simonia, fazendo se antes, e não sendo o dicto Affonso Pereira sabedor, como vossa alteza mandava pagar o dicto dinheiro da sua fazenda pela dicta maneira. Passado o tempo em que o collegio era obrigado a lhe pagar, tornou a seguir o embargo e execução que pela dicta sentença tinha começado a fazer na renda do dicto mosteiro e fazenda do dicto Fernando Affonso rendeiro. E porque feito o dicto contracto entre o collegio e os dictos Affonso Esteves e Affonso Pereira, ficava suspenso o dicto embargo e execução, o rendeiro acudiu ao collegio com a renda que ainda devia, como era obrigado, e agora não deve nem é obrigado a pagar cousa alguma, senão por dia de S. Miguel, que vem deste anno presente de 1556; pelo qual pedem a vossa alteza haja por bem que a dicta execução se não faça no dicto Fernando Affonso, nem em seus bens e rendas do dicto mosteiro, e tudo o que nisso fór feito, seja nullo e de nenhum vigor; e quanto ao pagamento dos dictos 2000000 réis, que vossa alteza mandou fazer, mande declarar por sua provisão o modo de que houve por bem que se fizesse, para que conste ao dicto Affonso Pereira, e os não perturbe e avexe mais sobre isso; no que receberão esmola e mercê.

Eu el-rei faço saber aos que este meu alvará virem, que eu houve por bem mandar pagar de minha fazenda os 2000000 réis de que o reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, na petição atrás escripta, fazem menção pela maneira que nella se contém, e dos dictos 2000000 réis, tem passado João Alvares de Andrade, meu thesoureiro mór, um escripto para serem dados em Antonio da Silva, que ora serve de almozarrife de Vianna, ao qual mando que, sendo lhe apresentado o dicto escripto do thesoureiro mór, se haja por depositario dos dictos 2000000 réis, e se obrigue a pagar os a Affonso Pereira, tanto que forem vindas de Roma as letras da confirmação do concerto, que com elle e Affonso Esteves fizeram os dictos reitor e padres; e porque desta maneira fica satisfeito o dicto Affonso Pereira, pela primeira paga que havia de haver, por virtude do dicto

concerto, e a segunda se lhe fará conforme a obrigação nelle declarada, hei por bem e me praz, que se não proceda cousa alguma na execução que a seu requerimento se faz nas rendas do mosteiro de S. João de Langavares, e bens e fazenda de Fernando Affonso, rendeiro delles, e o que nisso for feito será de nenhum vigor, e isto sem embargo do dicto reitor e padres terem declarado no dicto concerto que não haveriam provisão alguma minha de espera sobre o dicto pagamento, e havendo-a não houvesse effeito, porque elles não requerem nem pretendem espera, mas eu o houve assim por bem, pelo perigo que se corria de fome, fazendo-se doutra maneira, pelo qual mando a todas as minhas justicas, a quem o conhecimento desto pertencer, que sobreestêem na dicta execução, e não façam nella obra alguma, e o que for feito seja de nenhum vigor. e hei por bem que não possa o dicto Fernando Affonso por razão das ditas execuções ser preso, e executado, e sendo já preso será logo solto, e assum mandado ao dicto almozarifé, que se dê por depositario dos dictos 2000000 réis, e se obrigue pagalos ao dicto Affonso Pereira, tanto que as letras de confirmação do dicto concerto vierem de Roma como dicto é, e não vindo as ditas letras dentro em seis mezes, que começarão da feitura deste, em tal caso o dicto Affonso Pereira poderá requerer sua justiça sobre a dicta execução, como lhe bem parecer: e mando que este alvará se cumpra, sem embargo de quaesquer minhas ordenações, que em contrario haja, e da ordenação do segundo livro, título quarenta e nove, que diz que se não entenda ser por mim derogada ordenação alguma, se da substancia della se não fizer expressa menção; e este se cumpra, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação que manda, que os meus alvarás, que não forem passados pela chancellaria, se não guardem. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 28 dias de janeiro de 1556. Manuel da Costa o fez escrever. -- Rei.

E porquanto as letras da confirmação do dicto concerto não são ainda vindas de Roma, hei por bem e me praz, que o meu alvará acima escripto se cumpra e guarde, como se nelle contém, por tempo de seis mezes mais alem dos outros seis nelle continhos, porque neste tempo parece que poderão vir as ditas letras, e mando que sejam logo entregues a Fernando Affonso quaesquer penhores, que lhe forem tomados por razão da execução, que se fazia em sua pessoa e fazenda, e nas rendas do dicto mosteiro por parte do dicto Affonso Pereira, e que esta apostilla se cumpra, postoque não seja passada pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Jorge da Costa a fez em Lisboa a 6 de junho de 1556. Manuel da Costa a fez escrever. — Rei.

XCH

Hei por bem e me praz ¹ que os 200.000 réis, que o reitor e padres do collegio de Jesus, de Coimbra, tem pelo alvará atrás escripto, enquanto lhe não fizer unir com effeito ao dicto collegio a egreja de Sampaio de Caria, e os dictos padres não houverem o rendimento della, ou outra tanta renda por outra qualquer maneira, pagos no almoxarifado de Aveiro, com certidão do doutor Antonio Pinheiro, de como não são providos, lhe serão pagos pela dicta maneira de janeiro, que passou deste anno presente de 1565 em diante, no meu thesoureiro-mór, ou em quem seu cargo servir, com a dicta certidão de como não são providos pela dicta maneira; pelo que mando aos veadores de minha fazenda, que façam riscar o assento dos dictos 200.000 réis, do livro della, do título do dicto thesoureiro-mór, para nelle lhe serem pagos com a dicta certidão. E o registo deste alvará, que estava no dicto almoxarifado, se riscou, e se poz verba nelle, em como do dicto janeiro em diante, lhe são os dictos 200.000 réis de ser pagos no dicto thesoureiro-mór, como se viu por certidão de Ruy Fernandes da Castanheda, que serve de contador do dicto almoxarifado, que foi roto ao assignar desta, que hei por bem que valha como carta, postoque não passe pela chancellaria, sem embargo das ordenações em contrario. Balthazar de Ponte a fez em Lisboa a 28 de junho de 1565. E eu, Alvaro Pires, a fiz escrever. — O CARDEAL INFANTE.

Apostilla do alvará do reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, para vossa alteza ver.

Assentada. D. Juhanes.

Ha vossa alteza por bem que os 200.000 réis, que o reitor e padres do collegio da companhia de Jesus, da cidade de Coimbra, só por este alvará pagos no almoxarifado de Aveiro, lhe sejam pagos de janeiro que passou, deste anno presente de 1565 em diante no thesoureiro-mór, ou quem seu cargo servir, e que valha como carta, e não passe pela chancellaria. Registada em o livro dos registos destes almoxarifados de Coimbra. Em

¹ Repete-se esta apostilla publicada a pag. 294, e acrescenta-se a de 16 de fevereiro de 1568, que por equivoco deixou de inserir-se naquello logar.

Coimbra aos 5 de novembro de 1565. Pagou deste e do traslado 30 reis. Manuel Homem.

Hei por bem que os 2005000 réis que o reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, tem cada anno pelo alvará escripto na outra meia folha desta folha, assentados no thesoureiro-mór, lhe sejam assentados e pagos no recebedor das cizas da dita cidade, de janeiro deste anno presente de 569 em diante, e mandando aos veadores de minha fazenda que lhos façam assentar no livro della e despachar nas dietas cizas, riscando se primeiro o assento que está no dicto thesoureiro mór, e os dictos 2005000 réis foram riscados do livro dos pagamentos do thesoureiro-mór, e posta verba, como lhe hão de ser pagos nas dietas cizas, como se viu por certidão do escrivão do cargo do thesoureiro-mór. E esta apostilla valerá como carta, posto que não seja passada pela chancellaria, sem embargo das ordenações que o contrario dispõem. João Alvres a fez em Almeirim a 16 de febreiro de 1569. E eu Alvaro Pires a fiz escrever. — REL.

Assentada em Coimbra. D. Francisco.

Ha vossa alteza por bem que os 2005000 réis que o reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, têm cada anno, pelo alvará escripto na outra meia folha, no thesoureiro-mór, lhe sejam pagos no recebedor das cizas da dita cidade, de janeiro deste anno presente de 1569 em diante, e foram riscados do livro dos pagamentos do thesoureiro-mór: e que esta apostilla valha como carta e não passe pela chancellaria. Cumpra-se e registre-se hoje 13 de agosto de 1569. Cardosus. Registado este alvará no livro dos registos da camara desta cidade de Coimbra, que serve dos pagamentos da folha dos assentamentos, ás folhas 193 por mim João Gonçalves de Sequeira, que sirvo de escrivão da camara. João Gonçalves de Sequeira. Pagou nada.

Idem.

XCIII

Pão para Sanfins

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que eu hei por bem e me praz, que o pão que o reitor do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, mandar levar da renda do dicto collegio,

para o mosteiro de S. Fins de Frietas de riba do Minho, lhe não seja tomado nem embargado na dicta cidade de Coimbra, nem na villa de Montemor-o-Velho, nem outro algum lugar onde fôr ter. Antes mando aos juizes, vertedores, offiçaes, e povo da dicta cidade e villa, e quaesquer outros lugares, onde o dicto pão fôr ter, até chegar ao dicto mosteiro, que lho não tomem, nem embarguem, nem parte alguma delle, posto que disso haja necessidade nas terras: e isto até 30 meos somente, e assim mando ás justigas e officiaes que com este alvará forem requeridos, que dêem o façam dar com toda a brevidade para carroto do dicto pão, todas as embarcações, bestas e carros, que para isso forem necessarias, pagando-se tudo pelos preços e estado da terra, o que uns e outros assim cumprião, sob pena de 20 cruzados, que pagará da prisão que lhe pertencer qualquer pessoa que o assim não cumprir, ou contra isto fôr, metade para os captivos e a outra metade para quem os accusar. Gaspar de Sexas o fez em Evora a 4 de março de 1575. E este não passará pela chancellaria. Jorge da Costa o fez escrever. — Rei. — Martin Gonçalves da Camara.

Alvará por que vossa alteza ha por bem, que o pão que o reitor do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, mandar levar da renda do dicto collegio para o mosteiro de S. Fins lhe não seja tomado, nem embargado nos lugares onde fôr ter.

Para vossa alteza ver.

Idem.

XCIV

Sobre as confirmações dos padroados, privilegios, doações e juro

D. Philippe, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalém-mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc. Faço saber que por parte do reitor e padres do collegio da companhia de Jesus e das Artes, da minha cidade de Coimbra, me foi dicto que eu mandára passar uma minha carta, e provisão sobre as confirmações dos padroados e privilegios, da qual o theor é o seguinte:

D. Philippe, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalém-mar em Africa, senhor de Guiné, e da

conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc. Faço saber aos que esta minha carta virem, que eu fui requerido pelos grandes de meus reinos, prelados, abbades, e pessoas ecclesiasticas, e assim pelos senhores donatarios, fidalgos e cavalleiros, e povos das cidades, villas, e logares dellos, a que pelos senhores reis meus antecessores foram feitas doações, e mercês de terras, jurisdicções, dadas de officio, padroados de egrejas, alcandarias-môres, reguengos, rendas, foros, direitos, privilegios, grangas, liberdades, tenças, officios, assim de minha justiça, como de minha fazenda, e outras cousas das corôas de meus reinos, que lhes confirmasse as cartas, e doações, e privilegios, que dellas têm, e lhes foram passadas pelos ditos senhores reis meus antecessores. E porque minha tenção é que o negocio das confirmações se faça como seja mais serviço de Nosso Senhor, e bem dos ditos meus reinos, ordenei pessoas para deputados do despacho dellas, que hão de residir, e ser presentes em minha corte, para verem e examinarem todas as doações, cartas, e provisões, e papeis outros de qualquer qualidade que sejam, que por mim hajam de ser confirmados, e me darem de tudo inteira relação. Pelo que, por alguns justos respeitoos que me a isso movem, hei por bem e mando que se entenda, e esteja daqui em diante no despacho das dictas confirmações, pelas pessoas que assim tenho ordenado para elle, como dicto é. E por esta encommendo a todos os prelados, abbades, e pessoas ecclesiasticas, de todas as cidades, villas, e logares de todos estes meus reinos, e senhorios de Portugal, e mando a todos os donatarios, fidalgos e cavalleiros, e quaesquer outras pessoas de qualquer estado, e condição que sejam, que nas taes cidades, villas e logares, forem moradores, que do dia que esta minha carta for publicada na minha chancellaria até todo o mez de agosto que vem deste anno presente, de 1591, enviem entregar a Ruy Dias de Menezes, fidalgo de minha casa, escrivão de minha fazenda, e das confirmações, as doações, cartas, e provisões que tiverem de cada uma das cousas acima declaradas, que lhe fossem dadas, e outorgadas pelos reis passados, o qual lhes passará sem conhecimentos por elle assignados, em que irá declarada a substancia de cada uma das doações, cartas e provisões que lhe forem entregues, pelos quaes conhecimentos do dicto Ruy Dias, hei por bem que emquanto lhas eu não confirmar, possam as dictas pessoas usar, e usarem de todo o conteúdo nellas. E mando ao doutor Simão Gonçalves Preto, do meu conselho, e chanceller-môr de meus reinos, que faça publicar esta minha carta na chancellaria, e envie logo o traslado della, assignado por elle, a todos os corregedores das

comarcas destes reinos, e aos ouvidores, juizes de fora das terras onde os corregedores não entram por correição, aos quaes corregedores, ouvidores, juizes, mando a façam notificar e publicar em todas as cidades, villas, e logares de suas correições, e ouvidorias, para que vindo á noticia de todos, venham, ou mandem requerer confirmação das cousas que tiverem, que por mim hajam de ser confirmadas, sendo certo a todos que não entregando as doações, cartas e provisões no dicto termo acima assignado, e que depois de passado, não mostrando conhecimentos de como os entregaram, não poderão usar nem usarão mais das cousas que pelas dictas doações, cartas e provisões tiverem, e possuirem, nem terão vigor algum até terem minha confirmação, no que ficará a mim resguardado confirmal as. se minha mercê fór, porque por esta o hei assim por bem, e mando que assim se cumpra, não vindo no tempo, que assim por mim lhe é limitado, e esta carta se registará em minha chancellaria, e assim nos livros dos registos das chancellarias das correições de todas as comarcas destes reinos depois de ser notificada para que as pessoas, que suas cartas, e provisões deixarem de mandar ás confirmações, no dicto termo, não possam contra si allegar razão alguma, e os dictos corregedores, ouvidores, e juizes de fora farão fazer autos das notificações, que se fizerem nos dictos logares, que enviarão entregar ao dicto Ruy Dias de Menezes, para se saber como se cumpriu assim. Dada na cidade de Lisboa, a 1.^a de janeiro. Manuel da Costa a fez, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 591. Eu Ruy Dias de Menezes a fiz escrever. Rei. O Bispo de Leiria. — Simão Gonçalves Preto.

Foi publicada na chancellaria a carta de sua magestade, atrás escripta, por mim Gaspar Maldonado, escrivão della perante os outros officiaes da dicta chancellaria, e outra muita gente que vinha a requerer seus despachos, em Lisboa, a 25 de abril de 91 annos. Gaspar Maldonado.

E com a dicta carta e provisão escripta em letra redonda impressa me foram por parte dos dictos reitor, e padres do dicto collegio apresentadas as proprias cartas, provisões, alvarás, privilegios, padrões de juro, e tença, que por mim e pelos senhores reis meus antecessores, lhe foram, e são outorgados, e concedidos ao dicto collegio, por elles assignados, e passados pela chancellaria, os quaes conforme a dicta minha carta haviam de ser levados, e entregues ao dicto Ruy Dias de Menezes, fidalgo da minha casa, e escrivão das confirmações, com cujos conhecimentos por elle assignados, com declaração da substancia de cada uma dellas, eu havia por bem que se usasse, e use de

todo o contheudo nellas, enquanto lhas eu não confirmar, e por assim haverem de entregar os proprios originaes, lhes era necessario terem em seu cartorio os traslados em publica, e authentica fórma, pedindo-me lhes fizesse mercê de lhos mandar passar, e tirar dos proprios, dos quaes os traslados de *verbo ad verbum* são os seguintes:

Um alvará de el-rei D. Sebastião por que houve por bem que imprimidor nem livreiro algum, não podesse imprimir, nem vender a arte de grammatica, que fez o padre Manuel Alvres, da companhia de Jesus, postoque para isso tenha licença do conselho geral da Inquisição, e do ordinario, sem primeiro ser vista e approvada pelos padres da companhia, que para isso nomear o padre provincial della, e qualquer imprimidor ou livreiro, que imprimir ou vender a dicta arte, sem ser vista e approvada pelos ditos padres, perdera os volumes que assim imprimir, ou vender, metade para os captivos, e a outra metade para quem os accusar. Feita em Evora a 6 de maio de 1575.

E ao pé da dicta provisão estava uma apostilla do dicto senhor rei que diz:

E qualquer pessoa, de qualquer qualidade que seja, que imprimir, ou trazer de fora, ou vender em meus reinos e senhorios as dictas artes, ou algumas dellas, sem a dicta approvação dos padres nomeados pelo provincial da companhia, além de perder os volumes que imprimir, trazer, ou vender, pagará 30 cruzados, metade para os captivos, e a outra metade para quem os accusar. Feita em Almada a 18 de junho de 1575.

Outra apostilla do dicto senhor rei, por que houve por bem que o alvará e apostilla acima se cumpram e guardem, assim e da maneira que se nelles contém, em todos os livros que os padres da companhia de Jesus tiverem feitos, ou emendados, para se imprimirem, ou que ao diante fizerem ou emendarem, para esse effeito, ora sejam livros inteiros, ora parte dellas. Feita em Lisboa a 25 de agosto de 1575.

Um caderno em que estão trasladadas cinco cartas de el-rei D. Sebastião, e concertadas ao pé de cada uma por Gabriel de Moura, e assignadas por elle, das quaes uma por após outra a substancia dellas é o seguinte:

Primeiramente uma carta do dicto senhor rei, por que houve por bem de fazer camala ao collegio, e casas que a dicta companhia tem na cidade de Roma, de cento e vinte arratus do especiaria, e incenso, a saber: quarenta e oito arrateis de pimenta, doze de malagueta, dezotto de gengibre, doze de canella, doze de cravo, dezotto de incenso, a qual especiaria e incenso o geral, ou vigário geral da dicta companhia, mandará repartir pelo dicto

collegio, e casas da dieta cidade de Roma, conforme ao numero dos religiosos de cada casa. Pago na casa da India do 1.º de janeiro de 1573 em diante. Feita em Evora a 11 de janeiro do dicto anno.

Outra carta do dicto senhor rei, por que houve por bem de fazer esmola em cada um anno, aos seis collegios, e uma casa de approvação, que a dieta companhia tem na provincia da Austria, nas cidades de Vienna, Praga, Olmuncio de Moravia, Tirnavia de Hungria, Pultava de Polonia, Braunsberg da Prussia, de duzentos e oitenta arrateis de especiaria e incenso, a saber: cento e doze arrateis de pimenta, vinte e oito de malagueta, quarenta e dois de gengibre, vinte e oito de canella, vinte e oito de cravo, quarenta e dois de incenso; a qual especiaria e incenso o provincial da dieta companhia, que ora é, e pelo tempo fôr da dieta provincia, repartira pelos dictos collegios, conforme ao numero dos religiosos delles. Pago na casa da India do 1.º de janeiro de 1573 em diante. Feita em Evora a 11 de janeiro do dicto anno.

Outra carta do dicto senhor rei, por que houve por bem de fazer esmola em cada um anno aos seis collegios que a dieta companhia tem na provincia da Germania inferior, na cidade de Lovrana, Turnay, Dionanto, Liege, Saintomer, Cambray, de duzentos arrateis de especiaria, e incenso, a saber: oitenta arrateis de pimenta, vinte de malagueta, trinta de gengibre, vinte de canella, vinte de cravo, trinta de incenso; a qual especiaria e incenso o dicto provincial da companhia, que ora é, e que pelo tempo fôr, da dita provincia, repartirá pelos dictos collegios, conforme ao numero dos religiosos delles. Pago na casa da India do 1.º de janeiro de 1573 em diante. Feita em Evora a 11 de janeiro do dicto anno.

Outra carta do dicto senhor rei, por que houve por bem de fazer esmola em cada um anno, aos cinco collegios que a dieta companhia tem na provincia do Rheno, nas cidades de Colonia, e Moguncia, e Treves e Espira, e Heribopol, de duzentos arrateis de especiaria, e incenso, a saber: oitenta arrateis de pimenta, vinte de malagueta, trinta de gengibre, vinte de canella, vinte de cravo, e trinta de incenso, a qual especiaria, e incenso o provincial da dieta companhia que ora é, e pelo tempo fôr da dita provincia, repartira pelos dictos collegios, conforme ao numero dos religiosos delles. Pago na casa da India do 1.º de janeiro do anno de 1573. Feita em Evora a 11 de janeiro do dicto anno.

Outra carta do dicto senhor rei, por que houve por bem de fazer esmola em cada um anno aos cinco collegios que a dieta companhia tem na provincia de Germania superior, nas cidades de Augusta, Monachio, Ingolstadio, Inepbruck, e Delguia de

duzentos arrateis de especiaria e incenso, a saber: oitenta arrateis de pimenta, vinte de malagueta, vinte de cravo, trinta de gengibre, vinte de canella, trinta de incenso, a qual especiaria e incenso o provincial da dicta companhia, que ora é, e pelo tempo for da dicta provincia, repartirá pelos dictos collegios, conforme ao numero dos religiosos delles. Pago na casa da India, do 1.º de janeiro do anno de 1573 em diante. Feita em Evora a 11 de janeiro do dicto anno.

Um alvará que está no cabo do caderno destas cinco cartas¹ atrás, do dicto senhor rei D. Sebastião, por que manda ao provedor e officiaes da casa da India, que registem as dictas cartas na dicta casa, e pelo registo dellas lhe façam o dicto pagamento, porquanto as proprias se enviaram as dictas provincias, sem se registarem nella. Feito em Evora a 26 de junho de 1573.

Outra carta de D. Sebastião, que havendo respeito á obrigação que o collegio da companhia de Jesus, da cidade de Coimbra, tem dos autos que nelle, e na Universidade da dicta cidade, e cursos de Artes, que no dicto collegio se lêem, para que são necessarios muitos mestres em Artes, e a dicta companhia não levar propinas aos que os religiosos della examinam e agraduam, houve por bem que daqui em diante sejam examinados no dicto collegio para todos os graus que se dão em Artes todos os religiosos da companhia, que o superior delle ordenar, sem tomarem juramento, nem pagarem cousa alguma do que pelos estatutos esta ordenado, ou adiante se ordenar que se pague, para a arca da Universidade, nem propinas aos examinadores, e agraduados, e officiaes della, enquanto os dictos agraduados estiverem no dicto collegio de Coimbra, ou em outro da companhia destes reinos e senhorios, e sendo os taes religiosos havidos por idoneos, o dicto senhor os ha por agraduados nos dictos graus, e por mestres na dicta Universidade, quaesquer outros religiosos da companhia, que estiverem no dicto collegio de Coimbra, que na Universidade de Evora, ou em qualquer outra Universidade approvada, assim deste reino, como de fora delle, tomaram os graus em Artes, parecendo bem ao superior do dicto collegio, e isto sem tomarem juramento, nem pagarem cousa alguma, como acima é dicto, e uns e outros como mestres feitos na dicta Universidade, usarão de seus graus, e gosarão de todas as graças e privilegios de que gosam, e podem gosar os que na dicta Universidade, conforme aos estatutos della, são agraduados e incorporados, etc. Feita em Evora a 18 de junho de 1573.

¹ Vide no fim do volume a nota F.

E ao pé da dicta carta estava uma apostilla do dicto senhor rei, por que houve por bem de incorporar, e houve por incorporados na dicta Universidade de Coimbra os reigiosos da companhia agraduados em Theologia, em quaesquer grans que tiverem, que na dicta Universidade de Evora, ou em qualquer outra Universidade approvada, assim destes reinos como de fora delles tomaram os grans, e isto sem tomarem juramento, nem pagarem cousa alguma, como acima é dicto, que se faça nos agraduados em Artes com tal declaração, que os taes agraduados em Theologia, não poderão levar propinas algumas. Feita em Lisboa a 16 de maio de 1577.

Idein.

XCV

Doação de 208000 réis de juro de Antonio Moniz

D. João, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalém-mar em Africa, senhor de Timbó, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc. Faço saber a quantos esta minha carta virem, que por parte do reitor e collegiaes estudantes do collegio da companhia do nome de Jesus, que ora está na cidade de Coimbra, me foi apresentado um publico instrumento de doação, que ao dicto collegio foi feita por Antonio Moniz, estudante da dicta companhia, do qual o teor tal é.

In nomine Domini amen. Sabam os que este instrumento publico de pura e irrevogavel doação deste dia para todo o sempre valedora virem, que em o anno de nascento do Nosso Senhor Jesus Christo de 1544 annos, 23 dias do mez de maio do dicto anno, na cidade de Coimbra, dentro em as casas em que poeiam os collegiaes estudantes da companhia de Jesus, estando ali Antonio Moniz, estudante da mesma companhia de Jesus, por elle, em presença de mim, notario publico, e testamunhas infra nomeadas, foi dicto que elle, por serviço do Senhor Deus, e por ser obra pia, vendo que na dita companhia se podia melhor gastar que em nenhuma outra parte, elle fazia, como de feito faz, deste dia para todo sempre, pura e irrevogavel doação á dicta companhia, e collegio de Jesus, de uma tença que elle Antonio Moniz tem no almoxarifado de Santarem, ou em qual-

quer outra parte que fôr, que tem de juro, e seu patrimonio, que são 200.000 réis de juro cada um anno.

Assim mais de outra obrigatoria, outrossim, e de seu patrimonio em Lisboa, no almoxarifado das ilhas, a qual rende doze mil e tantos réis cada um anno, e assim mais de um casal de juro, e herdade, no termo de Raiollos, chamado o casal das Pedras, cujas confrontações se podem ver no padrão d'elle, o qual está arrendado neste anno de 1544, em tres moios de trigo, e dois e meio de cevada, e 8000 réis em dinheiro, como se podem ver pelo arrendamento d'elle, do qual casal faz doação com todo o que ao dicto casal pertencer, assim de terras como de casas, e outras propriedades, e pastos, e todo o mais que de direito lhe pertencer. Assim disse que esta doação fazia ao dicto collegio de Jesus, dando, e deixando a administração dos dictos bens ao preposto da dicta companhia, que elle possa gastar-os naquillo que mais fôr serviço de Deus, com tanto que os taes bens se gastem com estudantes, que forem para a dicta companhia, e que sendo caso que este collegio se desfaga, a não haver nelle os estudantes, ou a Universidade se mude, todavia esta doação fique firme, e valiosa para sempre, para qualquer parte que se mudar o dicto collegio, de este dia para todo sempre irrevogavel: e prometteron de nunca em tempo algum ir contra ella por si nem por seus successores. e assim o jurou aos sanctos evangelhos, em que corporalmente poz a mão direita; e para confirmação da dita doação, disse elle doador que pedia muito por mereço a el rei nosso senhor que houvesse esta doação por boa, firme, e a confirmasse assim, e da maneira que se nella contém, visto como é serviço de Deus e obra pia, e jurou que nesta tal doação não intervinha, nem se esperava intervir, fraude, dolo, simonia, ou outro algum ilheito pacto, somente o fazia, como dicto é, por serviço do Senhor Deus, e para isto cumprir, e manter, disse que obrigava todos seus bens havidos e por haver, a qual doação, em, notario, como pessoa publica estipulante, e acceitante em nome do dicto collegio, e pessoas que no diante pode convir, e pertencer, acceitei esta doação em nome dos sobre-dictos, e assim acceitaram em nome do dicto collegio os estudantes collegiaes da dicta companhia, ao presente estantes na dicta companhia e collegio, a saber, estando junctos em congregação, como é do seu costume: o padre mestre André de Oviedo, e o padre Peneco, e o padre Moser João de Aragão, sacerdotes de massa, e assim os irmaos Manuel Godinho, Antonio Cardoso, Gonçalo Vaz de Mello, e o padre Martim de Sancta Cruz, reitor, e superior dos dictos estudantes collegiaes, que disse que acceitava outrossim em nome de todos os mais colle-

gras estudantes esta doação, a que foram testemunhas presentes commigo notario, que todos viuos, conlecemos, convivimos, o bacharel Bento Fernandes, estudante nesta Universidade de Coimbra, e Balthazar Nunes, natural de Mourão, creado que foi de Pero de Mendonça e outros; e eu, Antonio Pires, notario apostolico, *auctoritate apostolica*, que esta doação fiz e escrevi em meu livro de notas e annos, e com as dictas testemunhas presentes fui, e esta com a dicta nota concertei, de que o tirei bem e fielmente, e aqui de meu publico e consueto signal corroborei: dia, mez e anno *ut supra*, rogatus, et requisitus. Pedindo-me o dicto reitor, collegues, e estudantes da companhia do nome de Jesus, por mercê que houvesse por bem de lhes confirmar e approvar a dicta doação, assim e da maneira que se nella contém. E visto seu requerimento com o dicto instrumento de doação, e querendo-lhes fazer graça, e mercê por ramola, me praz, e hei por bem de confirmar, e approvar a dicta doação, como de feito por esta presente carta a confirmo. approvo, e hei por confirmada, e mando que se cumpra, e guarde inteiramente como se nella contém, postoque não seja insinuada, e que de direito se requiera a tal insinuação, e postoque o dicto Antonio Moniz não seja ainda de idade de vinte e cinco annos e fizesse a dicta doação sem auctoridade de justiça, sem embargo da ordenação do livro primeiro, titulo de juiz dos orphãos, que diz que postoque os menores de vinte e cinco annos sejam emancipados, não possam alhear seus bens de raiz, sem consentimento, e auctoridade de justiça, porque minha mercê e vontade é de approvar a dicta doação: e suppro, e hei por supprados todos e quaesquer defectos, que de feito ou de direito nella haja, para não ser valiosa, havendo respeito a se fazer para o dicto collegio e ser obra pia e de serviço de Nosso Senhor, e o dicto Antonio Moniz ser já emancipado, segundo vi por sua carta de emancipação, e por outras justas causas que me a isto moveu. E assim me praz que o dicto collegio e collegues dello possam ter e possuir para sempre os bens e coizas que na dicta doação se contém, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo octavo, que manda que as egrejas e ordens não possam comprar nem adquirir bens de raiz, sem minha licença. E por firmeza dello lhes mandei dar esta carta, por mim assignada e assellada de meu sello pendente, pela qual mando a todos meus desembargadores, corregedores, juizes, justicias, officiaes e pessoas de meus reinos e senhorios, a quem o conhecimento desto pertencer, que assim o cumpram, guardem, e façam inteiramente cumprir e guardar, sem duvida nem embargo algum, que a ello seja posto, porque assim é minha mercê. Dada em Evora a 2 do

mez de setembro. João de Seixas a fez, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1544. Manuel da Costa a fez escrever. — Rm.

Hei por bem e me praz de confirmar e approvar a dieta doação, postoque não seja insinuada sem embargo do direito commum e da ordenação do livro quarto, titulo cincoenta e quatro das doações, que dispõem as taes doações não valorem sem insinuação, e postoque a escriptura da dieta doação seja feita por notario apostolico, e não por tabellião publico da minha jurisdicção, e postoque outrosim interviesses na dieta doação juramento, sem embargo da ordenação do quarto livro, titulo terceiro, que diz que possa alguma não faça contracto, nem distracto em que ponha juramento nem boa fé, porque minha merec e vontade é de a confirmar, e approvar em todo, como se nella contém, sem embargo de todo o que dicto é, e mando que esta apostilla se cumpra, postoque não seja passada pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Manuel da Costa a fez em Evora a 16 de outubro de 1544. Rm.

Carta por que vossa alteza confirma e approva esta doação, que Antonio Moniz fez dos bens e cousas nella nomeadas ao collegio dos estudantes da companhia de Jesus. Para vossa alteza ver. P. Pagou *nihil* por ser por esmola, a 23 de dezembro de 1544 annos. Pero Gomes. E aos offi. rtes 360 réis. Registada no livro dos registos da camara desta cidade de Coimbra por mandado de Diogo Alvares Cardoso, juiz de fora nesta cidade, que ora serve de corregedor, ás folhas que começa na volta das folhas 193, e acaba na folha 196, com o concerto que se fez na folha 197, por mim João Gonçalves de Sequeira, que sirvo de escrivão da camara, aos 14 dias de setembro de 1569 annos. João Gonçalves de Sequeira. Pagou nada. Antonio Moniz. Registada na chancellaria. Registada em os livros dos registos destes alnoxarifados de Coimbra e Aveiro ás folhas 86 do dicto livro em Coimbra aos 20 dias de junho de 1565 annos. Manuel Homem, escrivão do registo, o es. rev. Manuel Homem. Pagou somente 250 réis. Cumpra-se e registre-se hoje 13 de agosto de 1569. Cardoso.

Idem.

PARTE V

REFORMA DE ESTATUTOS

I

Para o reitor do collegio das Artes da cidade de Coimbra, sobre as porções que se dão fora do collegio

Padre reitor do collegio das Artes, da cidade de Coimbra, eu el-rei vos envio muito saudar. Eu sou informado que fora desse collegio se dão algumas porções a alguns dos collegiaes, que estavam nelle, e a outras pessoas, o que é em diminuição e prejuizo do dicto collegio, e vós o não deveis consentir, antes acudir a isso com diligencia, e quando não bastára, mo deveis de escrever, para mandar nisso prover, pelo que vos encommendo que tanto que esta virdes, vos informeis, que pessoas dão as dictas porções, e lhes digaes de minha parte que mais o não façam e espidam logo todos os porcionistas, que tiverem, e daqui em diante não recebam outros alguns, porque não hei por meu serviço, que haja porções fora do collegio, mas que nelle sómente se recebam porcionistas, e se tenham da maneira, que se usa e está ordenado. E porque se ao diante acontecer darem-se porções fora do collegio, haja particular provisão, por que se defenda alóm do que sobre isso está ordenado, mandei passar a que com esta vos será dada, a qual fareis registar no livro em que se registam as taes provisões; e, sendo necessario usar della, com as pessoas que derem as dictas porções, o fareis, e escrever-me-heis o que nisso passardes e fizerdes. Sebastião da Costa a fez em Lisboa a 26 de abril de 1558. Manuel da Costa a fez escrever. - RAINHA.

Liv. 1.º citado, fl. 103 e 103 v.

II

Sua alteza manda que se não dêem porções fora do collegio das Artes

Eu el-rei faço saber aos que este meu alvará virem, que el-rei meu senhor e avô, que sancta gloria haja, na instituição do collegio das Artes, que mandou fazer na cidade de Coimbra, ordenou que houvesse no dicto collegio porcionistas, para nelle estarem recolhidos debaixo do governo e jurisdicção do Principal do dicto collegio, porque além de poderem estudar com menos despesa, poderiam assim mais aproveitar em seu estudo e bons costumes, e ora sou informado que fora do dicto collegio se ordenam porções, o que redundará em diminuição e prejuizo delle, e do fructo que com a dicta ordem se pretende e espera, e querendo nisso prover, hei por bem e mando, que pessoa alguma não possa dar porção fora do dicto collegio, mas que nelle sómente se dêem, e recebam porcionistas, pela ordem e maneira que está ordenado pelo regimento, e provisões, que ácerca disso são passadas; e qualquer que o contrario fizer incorra em pena de cinquenta cruzados, metade para a fabrica do dicto collegio, e a outra metade para quem o accusar; e mando ao conservador da Universidade da dicta cidade, que o faça logo assim apregoar nella, para que a todos seja notorio, e dahi em diante execute a dicta pena naquelles que nella incorrerem. E este alvará se registará no livro do registo do dicto collegio; o qual hei por bem que valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, postoque este não seja passado pela dicta chancellaria, sem embargo das ordenações, que o contrario dispõem. André Sardinha o fez em Lisboa a 26 dias do mez de abril de 1558. Manuel da Costa o fez escrever. — RAINHA.

Liv. 1.º citado, fl. 108 v.

III

Privilegio que el-rei concede a dous homens que o collegio nomear para o seu serviço

D. João, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem mar em África, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethioopia, Arabia, Persia e da India, etc. Faço saber aos que esta minha carta virem, que querendo eu fazer graça e mercê, por esmola, ao reitor e collegiães do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, hei por bem e me apraz que dous homens, que elles nomearem e escolherem, para o serviço do dicto collegio, e o servirem nas cousas delle, sejam daqui em diante privilegiados, escusos de pagarem peitas, fintas, talhas, pedidos, serviços, empréstimos, nem outros alguns encargos, que pelos conceihos ou logares, onde forem moradores, forem lançados, nem sejam constrangidos que vão com presos nem com dinheiros, nem sejam tutores nem curadores de pessoa alguma, salvo se as tutorias forem lidasimas, nem hajam officios de concelho contra suas vontades, nem lhes pousem em suas casas de morada, adegas, nem cavalleirias, nem lhes tomem seu pão, vinho, roupa, palha, cevada, lenha, gadinhas, nem gados e bestas de sella, nem de albarda, salvo se trouxerem as dietas bestas ao ganho, porque em tal caso não serão escusas, nem lhes tomem seus bois, carros, e carretas, nem outras algumas cousas do seu, contra suas vontades. Notifico o assim a todos os meus desembargadores, corregedores, ouvidores, juizes e justicas, officiaes e pessoas de meus reinos e senhorios, a quem esta minha carta, ou traslado della em publica fórma, for mostrada, e o conhecimento della pertencer, e lhes mando que lha cumpram e guardem, e façam inteiramente cumprir e guardar, sem duvida nem embargo algum, que a ello seja posto, porque assim é minha mercê. E quem o contrario fizer, e o assim não cumprir, pagará seis mil réis, metade para os captivos, e a outra metade para quem o accusar. E para se saber quaes são os dictos dous homens, que por esta carta são escusos e privilegiados, na maneira que se nella contém, serão obrigados de mostrar cada um delles certidão do reitor do dicto collegio, de como é nomeado para serviço delle, e o serve, e com a tal certidão lhe será guardado este privilegio, e em outra maneira não.

E por firmeza dello lhe mandei dar esta carta, por mim assignada e assellada do meu sello pendente. Jorge da Costa a fez em Lisboa a 30 dias do mez de outubro, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1551. Manuel da Costa a fez escrever. — REL.

Loc. 1.^a citada, fl. 17 v. e 18. Loc. 2.^a citada, fl. 7 r. e 8

IV

Privilegio para os dous homens que o reitor do collegio de Jesus nomear para serviço do mesmo collegio

D. Sebastião, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalém mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc. Faço saber aos que esta minha carta virem, que o reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, me enviaram dizer que elles tinham uma carta del-rei, meu senhor e avô, que sancta gloria haja, por que houvera por bem de lhes privilegiar dous homens, que elles escolhessem e nomeassem para serviço do dicto collegio, e que por a dicta carta ser perdida me pediam lhe mandasse dar outra, assignada por mim, conforme ao traslado della, em uma carta testemunhavel, que me apresentaram, assignada pelo doutor Simão Gonçalves Preto, sendo corregedor do civil de minha corte, e passada pela chancellaria, da qual carta o traslado é o seguinte:

D. João, por graça de Deus¹, rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalém mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc. Faço saber aos que esta minha carta virem, que querendo eu fazer graça e mercê, por esmola, ao reitor e collegiaes do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, hei por bem e me apriz que dous homens, que elles nomearem e escolherem para o serviço do dicto collegio, e o servirem nas cousas delle, sejam daqui em diante privilegiados, e escusos de pagarem peitas, finitas, talhas, pedidos, serviços e empréstimos, nem outros alguns encargos, que pelos concelhos ou logares, onde

¹ Esta é a carta antecedente, que estava costada tambem nas folhas adiante indicadas.

forem moradores, forem langados, nem sejam contrangidos, que vão com presos, nem com d'alheiros, nem sejam tutores, nem curadores de pessoa alguma, salvo se as tuturias forem ldimas, nem hajam officios do concelho contra suas vontades, nem lhe ponsem em suas casas de morada, adegas, nem cavalharças, nem lhes tomem seu pão, vinho, roupa, palha, cevada, lenha, galinhas, nem gado, e bestas de sella, nem de albarda, salvo se trouxerem as ditas bestas no ganho, porque em tal caso não serão escusas, nem lhes tomem seus bois, carros, e carretas, nem outras algumas cousas do seu contra suas vontades. Notifico-o assim a todos os meus desembargadores, corregedores, ouvidores, juizes, justicas, officiaes, e pessoas de meus reinos, e senhorios, a quem esta minha carta ou traslado della, em publica forma, for mostrada, e o conhecimento della pertencer, e lhes mando que lhe cumpram e guardem, e façam inteiramente cumprir e guardar, sem davela nem embargo algum, que a ello seja posto, porque assim é minha merecê. E quem o contrario fizer, e o assim não cumprir, pagará 60000 réis, metade para os captivos, e a outra metade para quem o accusar. E para se saber quâes são os dictos dous homens, que por esta carta são escusos e privilegiados na maneira que se nella contem, serão obrigados de mostrar cada um delles certidão do reitor do dicto collegio, de como é nomeado para o serviço d'elle e o serve, e com a tal certidão lhe será guardado este privilegio, e em outra maneira não. E por firmeza dello lhe mando dar esta carta, por mim assignada, e assellada do meu sello pendente, Jorge da Costa a fez em Lisboa a 30 dias do mez de outubro, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1554. Manuel da Costa a fez escrever. — REI.

Mando a todos meus desembargadores, corregedores, juizes, justicas, officiaes, e pessoas a quem o conhecimento disto pertencer, que lhe cumpram e guardem e façam inteiramente guardar e cumprir a dicta carta de privilegio, acima trasladada, assim e da maneira que se nella contem, porque assim o hei por bem e no o serviço; e por firmeza desso lhe mando dar esta, por mim assignada, e assellada do meu sello pendente. Dada na villa de Coimbra, a 5 de julho. Gaspar de Seixas a fez, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de 1570. Jorge da Costa a fez escrever.

E farão estes dous privilegiados as mais diligencias que são declaradas na provisão que tenho passado á Universidade de Coimbra, sobre os privilegiados, que ha de haver em cada collegio. — REI.

Luc. 2.º citado, ff. 52 e 52 v. Lav. 1.º de confirmações citada, ff. 21 a 25.

V

Escreve el-rei ao padre reitor para que, em dia de cada mez do anno,
haja disputas nas classes

Padre reitor do collegio das Artes da cidade de Coimbra, eu el-rei vos envio muito saudar. Pelo assim haver por proveito dos estudantes desse collegio e maior exercicio, vos encommendo, que do primeiro dia de outubro que vem deste anno presente de 1556 em diante, ordeneis e tomeis em cada mez um dia, que mais conveniente vos parecer, para conferencia e emulação dos estudantes das classes superiores com as inferiores, que lhes respondem, nas quaes se exercitem em verso e em prosa, propondo-lhes materias sobre que escrevam e disputem, na maneira que vos parecer que mais convem; e agradecer-vos-hei escreverdes-me a maneira em que isto assentaes, e assim como ao diante se faz, e do proveito que se disso segue, porque receberei disso prazer. E esta minha carta mandareis registrar no livro, em que se registam as minhas provisões, para se saber como o assim tenho mandado, e se cumprir inteiramente. Jorgo da Costa a fez em Lisboa a 9 de agosto de 1556. Manuel da Costa a fez escrever.
— REI.

Liv. 1.º citado, fl. 150 v. e 20; ou 106 v.

VI

Para o padre reitor do collegio das Artes em cada um anno,
no dia em que se celebra a festa da rainha sancta,
mandar um dos lentes fazer uma oração em louvor da sancta

Padre reitor do collegio das Artes da cidade de Coimbra, eu el-rei vos envio muito saudar. Encommendo-vos que ordeneis que daqui em diante, em cada um anno, no dia em que se celebra a festa da rainha sancta, nessa cidade, haja uma oração publica nesse collegio, a qual dirá um dos lentes d'elle em louvor da dicta rainha sancta, e se fará nella menção da graça, que eu

alcançei do sancto padre, para se fazer della em todos meus reinos e senhorios, e para poder haver altar e imagem della. E eu escrevi o mando ao reitor e Universidade, que no tal dia estém presentes á dicta oração; e esta minha carta mandarei registrar no livro, em que se registam as minhas provisões, para se saber como o assum tenho mandado, e se cumprir inteiramente. Jorge da Costa a fez em Lisboa a 9 dias de setembro 1556. Manuel da Costa a fez escrever. — *Rel.*

E o padre doutor Torres, provincial, mandou que aos 4 de julho de cada anno, em que se celebra a festa da rainha sancta, se façam no collegio orações, assim em verso como em prosa, a louvor da dicta rainha sancta e del rei D. Diniz, seu marido; e que isto se escrevesse no livro do registo, para que ficasse por memoria.

I le. 1.ª citada, R. 106 e 106 v.

VII

**Que nenhum estudante prove curso na Universidade senão no dia
que nella for matriculado com certidão do reitor do collegio das Artes,
de como tem sufficiencia para passar ás sciencias**

Eu el rei faço saber aos que este alvará virem, que el-rei, meu senhor e avô, que sancta gloria haja, mandou por suas provisões que estudante algum dos que quizessem ouvir Canones ou Leis nas cachelas da Universidade da cidade de Coimbra não podesse ser matriculado nem admittido a ellas, sem primeiro mostrar certidão do Principal do collegio das Artes da dicta cidade, de como foi nelle examinado e tem sufficiente latin para poder ouvir cada uma das dictas faculdades. E ora sou informado que algumas pessoas vão estudar na dicta Universidade, sem serem matriculados nella, nem examinados no dicto collegio com intento de provarem depois o tempo que assim tem ouvido para lhe ser admittido em seus cursos. E porque isto é contra as dictas provisões e em prejuizo das letras e dos mesmos estudantes, querendo isso prover além do que el rei meu senhor e avô neste caso pelas dictas provisões tem mandado, ordeno e mando que estudante algum dos que ouvirem Canones ou Leis na dicta Universidade não possam daqui em diante provar curso nella senão do dia em que for matriculado nos livros da matricula da

dicta Universidade, e com certidão do reitor do dicto collegio das Artes de como nelle foi examinado, e havido por sufficiente, e mando ao reitor, lentes, deputados, e conselheiros da dicta Universidade, e ao reitor do dicto collegio, que cumpram, guardem, e façam inteiramente cumprir e guardar este alvara, como se nelle contém, o qual será registado nos livros dos registos da dicta Universidade e do dicto collegio, para se saber como o assim tenho mandado, e se cumprir na maneira que dicto é; e hei por bem que este valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte, que diz, que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, possam por cartas, e passados por alvaras não valham, e valerá outrossim, posto que não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação que manda, que os meus alvarás que não forem por ella passados se não guardem. Andre Sardinha o fez em Lisboa a 26 de agosto de 1557. Manuel da Costa o fez escrever. — RAINHA.

Lav. 1.^a citada, fl. 86 e 87 v.

VIII

Sobre os estudantes, que não sejam recebidos a ouvir Canones ou Leis, sem primeiro serem examinados; e a pena que haverão os que assim não cumprirem

Certifico eu Diego de Azevedo Coutinho, escrivão do conselho da Universidade da cidade de Coimbra, etc., que no principio do mez de outubro de 1558 se poz um edito ás portas das escholas da Universidade, em nome de D. Jorge de Almeida, reitor della, em que mandava que nenhum estudante, que novamente viesse a ouvir Canones ou Leis, andasse nas dictas escholas sem mostrar certidão do Principal do collegio real das Artes de como o examinara e achara sufficiente para ouvir as dictas faculdades; e o que se achasse que não fora examinado pela dicta maneira, fosse preso e pagasse 20000 réis, metade para a confraria da Universidade, e a outra metade para o mesmho della, o que me constou por fê que me deu Paulo de Barros, que serviu em minha ausencia. E por assim passar, e o padre Principal do dicto collegio me pedir a presento, e o dicto reitor me

mandar que a passasse, eu a dei sob o meu raso, em Coimbra 2 de agosto de 1560 annos. Pagou nada. Diogo de Azevedo Coutinho.

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que eu vi a certidão atrás escripta, de Diogo de Azevedo Coutinho, escrivão do conselho da Universidade de Coimbra, em que certifica e diz, que no principio do mez de outubro do anno de 559 se poz um edito á porta das escolas da dicta Universidade em nome de D. Jorge de Almeida, reitor della, por que mandou, que estudante algum que novamente viesse a ouvir Canones ou Leis nas dictas escolas não andasse nellas sem mostrar certidão do Principal do collegio das Artes, de como o examinára e achára sufficiente para ouvir as dictas faculdades; e o que se achasse que não fôra examinado pela dicta maneira fosse preso e pagasse 250000 réis, metade para a confraria da dicta Universidade, e a outra metade para o meirinho della. E porque eu hei por bem que se cumpra e guarde o acima dicto, mando ao dicto D. Jorge de Almeida, reitor da dicta Universidade que torne a fazer pôr outro edito nas portas das dictas escolas conforme ao que se na dicta certidão contém, e com declaração que eu o hei por bem; e dahi em diante assim elle como qualquer outro reitor, que ao diante fôr da dicta Universidade, e o conservador della, cumpram e guardem e façam inteiramente cumprir e guardar o dicto edito na fôrma e maneira que acima é declarado, e com a pena sobre dicta, a qual se dará a execução naquelles que nella incorrerem, e além disso se cumprirão e guardarão as provisões, que el-rei meu senhor e avô, que sancta gloria haja, e eu, neste caso, passámos, porque assim o hei por meu serviço e bem da dicta Universidade. E este alvará se registará no livro do registo da dicta Universidade, onde se registam as tais provisões pelo escrivão do conselho della, o qual hei por bem que valha e tenha fôrça e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria; e postoque este não seja por ella passado, sem embargo das ordenações que o contrario dispõem. Sebastião da Costa o fez em Lisboa a 13 dias do agosto de 1561. Manuel da Costa o fez escrever. — RAINHA

Alvará por que vossa alteza manda, que estudante algum, que novamente quizer ouvir Canones ou Leis nas escolas da Universidade de Coimbra, não ande nellas sem mostrar certidão do Principal do collegio das Artes, de como o examinou, e achou sufficiente para ouvir as dictas faculdades, sob a pena acima declarada, conforme ao edito que D. Jorge de Almeida, reitor da dicta Universidade, disto mandou pôr nas portas della, como se contém na certidão do escrivão do conselho atrás escripta.

Para vossa alteza ver. Foi registado por mim, Antonio da Silva, escrivão do conselho, as folhas 232. Antonio da Silva Soares.

Copynado por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1561, e por D. Philippe III a 16 de maio de 1634.

For. 1.ª de concessões, f. 60, d. 20 e 157 e f. 2.ª de concessões, f. 60, d. 58 e 60.

IX

Para os exames dos bachareis e licenciados em Artes
se fazerem sempre daqui em diante no collegio das Artes,
e os graus se darem nas escolas maiores; e sobre os examinadores

Eu el-rei fago saber a vós, reitor, lentes, deputados, e conselheiros da Universidade da cidade de Coimbra, que eu hei por bem e me praz, por alguns justos respetos que me a isto moveu, que os exames dos bachareis e licenciados em Artes se façam sempre daqui em diante no collegio das Artes da dita cidade, e os graus se darão nas escolas maiores, onde se até agora costumaram dar. E assim hei por bem que os examinadores dos bachareis em Artes sejam sempre tres: a saber, dois da companhia de Jesus, quaes o reitor do dicto collegio das Artes ordenar, e um do corpo da Universidade, qual para isso fôr elegido, conforme aos estatutos della, e assim me praz que os examinadores dos licenciados em Artes sejam sempre cinco: a saber, tres da companhia, quaes para isso der o reitor do dicto collegio, e os dois da dita Universidade, que forem elazidos pela dita maneira. E portanto vos mando que cumprades e façades inteiramente cumprir este alvara como se nelle contém, o qual se registará no livro do registo da dita Universidade, em que se registam as semelhantes provisões. E hei por bem que valha e tenha forza e vigor, como se fôsse carta feita em meu nome, por mim assignada e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte, que diz que as cartas, cujo effeito heaver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvaras não valham, e valera este outrosem, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação que manda, que os meus alvaras que não forem passados pela chancellaria se não guardem. André Sac-

dinha o fez em Lisboa ao 1.º de fevereiro de 1558. Manuel da Costa o fez escrever. — RAINHA

Ha v. a. por bem por alguns respeito, que os examinadores dos bachareis e licenciados em Artes se façam sempre daqui em diante no collegio das Artes da cidade de Coimbra, e os grãua se darão nas escholas maiores, onde se até agora costumavam dar; e assim ha por bem que os examinadores dos bachareis em Artes sejam sempre tres: a saber, dois da companhia de Jesus, quaes o reitor do dicto collegio das Artes ordenar, e um do corpo da Universidade, qual para isso fór elegido conforme aos estatutos della, e que os examinadores dos licenciados em Artes sejam sempre cinco: a saber, tres da dicta companhia, quaes para isso der o reitor do dicto collegio, e os dois da Universidade, que forem elegidos da dicta maneira.

E que este valha como carta, e não passe pela chancellaria. Antonio Pinheiro Faria. Registrado, Manuel da Costa.

Confirmando por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1591, e por D. Philippe III a 29 de abril de 1634.

Em 1.ª edição, d. 104 v. e 105. L.º, 1.ª de contrasigella edicto, fl. 51 e 52. L.º, 2.ª de contrasigella edicto, fl. 60 e 62.

X

**Sobre as ferias, e para que se não leia ás quintas-feiras á tarde,
de cada semana, salvo vindo algum sancto**

Eu el rei faço saber a vós, reitor e padres do collegio das Artes da cidade de Coimbra, que eu hei por bem e me praz, que no dicto collegio haja daqui em diante para os artistas e lentes de grego e de hebraico e de mathematicas, e para os da primeira e segunda classe de rethorica, um mez de ferias em cada anno, o qual será o de setembro, e para os mais de latim se do em quinze dias de ferias cada anno, os derradeiros do dicto mez de setembro, e assim me praz que na semana, em que não vier sancto de guarda, ou outro dia em que por algum outro respeito, segundo a ordenança e regimento do dicto collegio se não leia: os mestres de latim principalmente possam dar aos moços de razão um meio dia que sera a quinta feira, depois de comer; e portanto vos mando que assim o cumpraes e façaes cumprir. E hei por bem que este alvará valha e tenha força e

vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte, que diz que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não valham; e valerá este outrosim, posto que não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação, que manda que os meus alvarás, que não forem passados pela chancellaria, se não guardem. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 3 dias de fevereiro 1558. Manuel da Costa o fez escrever. — RAINHA.

Liv. 1.º citado, fl. 100.

XI

Confirmação dum alvará ao Principal do collegio das Artes, desta cidade de Coimbra, para que o meirinho dante o conservador da Universidade traga os estudantes que forem negligentes e reveis perante elle. para proceder conforme seu regimento

D. Philippe, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalém-mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc. Faço saber aos que esta minha carta de confirmação virem, que por parte do Principal do collegio das Artes da cidade de Coimbra, me foi apresentado um alvará do senhor rei D. Sebastião, que Deus haja, assignado por elle, do qual o traslado é o seguinte:

Eu el-rei mando a vós, meirinho dante o conservador da Universidade de Coimbra, que ora sois e ao deante fôr, que sendo requerido pelo Principal do collegio das Artes sobre alguns estudantes do dicto collegio, que não quizerem ir á lição e nisso forem reveis, e negligentes, vós lhos tragueis perante elle para ácerca disso prover conforme a seu regimento, o que assim cumprireis, e fazeis com diligencia cada vez que vol-o o dicto Principal requerer o de minha parte mandar, porque assim o hei por bem e meu serviço. E este não passará pela chancellaria. Balthazar da Costa o fez em Lisboa a 6 de abril de 1548. Manuel da Costa o fez escrever. — REI.

Manda vossa alteza ao meirinho dante o conservador da Universidade que ora é e ao deante fôr, que sendo requerido pelo

Principal do collegio das Artes sobre alguns estudantes do dicto collegio que não quizerem ir à lição, e nisso forem reveis e negligentes, elle os traga perante o dicto Principal para ácerca disso prover conforme a seu regimento, o que assim cumprirá e fará com diligencia cada vez que lho requerer, e da parte de vossa alteza mandar; e que este não passe pela chancellaria.

Pedindo-me o Principal do collegio das Artes, da cidade de Coimbra, por mercê que lhe confirmasse este alvará em carta, e visto seu requerimento, querendo-lhe fazer graça e mercê, tenho por bem, lho confirmo, e hei por confirmado nesta carta, e mando que se cumpra e guarde assim e da maneira que se nelle contém, e pagaram de meia annata da mercê desta confirmação ao thesoureiro geral dellas 360 réis, que lhe ficam carregados no livro de seu recebimento a folhas 437 verso, como se viu por certidão do escrivão de sua receita; e por firmeza disso lhe mandei dar esta carta por mim assignada, e assellada do meu sello de chumbo pendente. Lourenço da Cunha a fez a 8 de maio, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1634. Eu Duarte Dias de Menezes a fiz escrever. — EL-REI. — O Conde de Sancta Cruz.

Confirmação do alvará, nesta trasladado, ao Principal do collegio das Artes, da cidade de Coimbra, para que o meirinho dante o conservador da dicta Universidade traga os estudantes, que forem negligentes, e reveis, perante elle, para proceder conforme seu regimento: e pagaram a meia annata pela maneira acima declarada. Para vossa magestade ver. P. André Velho da Fonseca. Pagou nada, por privilegio que tem em Lisboa, a 6 de julho de 1634 annos, e ao chanceller-mór, e officiaes da chancellaria com o registo, e cordão, 648 réis, e ao escrivão das confirmações 320 réis. Miguel Maldonado. Registada na chancellaria, folhas 197. Manuel Ferreira. Cumpra-se e registe-se. Coimbra, 3 de novembro 634. D. Alvaro da Costa, reitor. Registada no livro dos registos da Universidade a folhas 517 verso: pagou de registo 100 réis. Silva.

(Confirmado por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1591, e por D. Philippe III a 8 de maio de 1634.)

Liv. 1.º de confirmações citado, fl. 53 e 54 e. Liv. 2.º de confirmações citado, fl. 57 e 58.

MII

Traslado da carta de sua alteza para a Universidade sobre as provisões

Rector, lentes, deputados e conselheiros da Universidade da cidade de Coimbra, eu el-rei vos envio muito saudar. Vi a carta que me escrevestes sobre as provisões que passei ao reitor e padres do collegio das Artes, por que mandei que os exames dos bachareis, e licenciados em Artes, se fizessem no dicto collegio, e que os graus se dessem nas escholâs maiores, e assim que os examinadores dos bachareis em Artes sejam tres, dous da companhia de Jesus, quasi o dicto reitor do collegio ordenar, e um do corpo da Universidade, qual para isso for elegido, e que os examinadores dos licenciados em Artes sejam cinco, tres da companhia, e os dous da Universidade; ao que dizeis que isto é em prejuizo da faculdade, porque antes que os padres tivessem cargo do collegio com esperança de poderem ser regentes, estudavam com muito cuidado, e que agora lhes ficou somente poderem ser examinadores, que parte por algum interesse, e parte por serem eleitos entre os outros, os obrigava a estudar sempre as Artes, e que os dias passados houvera concerto entre a faculdade e os padres, que nos bachareis os dous examinadores, e nos licenciados os tres, fossem na Universidade, e que eu fazia mercê a essa Universidade em lhe soltar os exames, ou que sãam por eleição conforme aos estatutos.

E assim mandei que os dictos padres da companhia de Jesus, que nessa Universidade se agraдуarem, fossem escusos do juramento que fazem os que nella se agraдуam ao tempo que recebem os graus; ao que dizeis, que este juramento é muito necessario, e se não deve excusar, porque os sagrados canones não excusam delle pessoa alguma, postoque seja professo e de estreita ordem, e por mais dignidade que tenha, e que assim se usa a practica em todas as universidades, em que se os religiosos graduam, e o mesmo se costumou e fez até agora nessa Universidade, e mandei outrossim que os padres da companhia que houvesssem de receber graus em Artes, e Theologia e Canones na Universidade, não fossem obrigados a pagar mais que a quarta parte do que pelos estatutos é ordenado que paguem as pessoas que nella recebem os ditos graus: do que dizeis que todos os religiosos tem obrigação pelos ditos estatutos de pagar para a

arte da Universidade, e que eu devia de haver por bem que o que pertence as partes, que são os graduados e officiaes que servem, se lhes não tirasse, poisque é premio de seu trabalho, com o qual folgam de serem presentes nos autos, e que se podia tomar um meio, que os lentes passante de um anno lessem no collegio, e se agradaassem, tivessem os privilegios da faculdade que tem os lentes, com os quaes escusariam uma boa parte dos gastos, e desta maneira, por via de lentes, não seria aggravo aos outros religiosos:

E visto por mim o que assim apontaes, e as duvidas que moveis para se as dietas provisões na forma em que estão não haverem de guardar, fui por bem e mando que tolvais as empraes e guardais como se nelleas contin, sem embargo das dietas duvidas, porque quando as passai tive em tudo respeito ao bem da Universidade, e o intento com que ordenei e mandei o contheido nas dietas provisões foi por as causas e razões que vereis por carta do reitor D. Manuel de Menezes, a que mandei que particularmente volas escrevesse, e porém quanto á despesa dos graus hei por bem que os padres da companhia que ao presente se houverem de agradauar em bachareos, licenciados e mestres em Artes paguem sómente aos officiaes, porque confio que os doutores, mestres, examinadores, folgarão de remittir aos ditos padres o que conforme aos estatutos haviam de pagar, e D. Manuel levará quando embora for a determinação, que eu hei por bem que ao diante se guarde acerca do que os ditos padres não de pagar nos graus que receberam na Universidade. Andre' Sardinha a fez em Lisboa a 13 do maio de 1558. Manuel da Costa a fez escrever. — RAINHA

Lic. 1.º titulo, d. 102 e 103

XIII

Sua alteza escreve ao reitor do collegio das Artes para que a meo de ferias, que conceden cada anno aos artistas e lentes de grego, e de hebraico, e de mathematicas, e aos da 1.ª e 2.ª classes de rhetorica, comece aos 8 dias de agosto e acabe a 8 de setembro de cada anno

Eu el-rei faço saber a vos, reitor e padres do collegio das Artes da cidade de Coimbra, que eu houve por bem, por uma minha provisão, que houvesse nesse collegio em cada um anno

um mez de ferias para os artistas e lentes de grego e de hebraico, e de mathematicas, e para os da 1.^a e 2.^a classes de rhetorica (o qual mez seria o de setembro) e que para os mais lentes de latin houvesse quinze dias de ferias, cada anno, os derradeiros do dicto mez de setembro; e ora hei por bem e me praz, por alguns justos respeito, que me a isto movem, que o dicto mez de ferias, que assim concedi aos artistas, e lentes de grego e de hebraico, e de mathematicas, e para os da 1.^a e 2.^a classes de rhetorica, comece a oito dias do mez de agosto e acabe a oito do dicto mez de setembro de cada anno; e que os quinze dias de ferias dos de latin comecem a vinte e tres dias do mez de agosto, e acabem a oito dias do dicto mez de setembro de cada anno. E vós o cumprireis e fareis assim cumprir, postoque este não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 15 de junho de 1559. Manuel da Costa o fez escrever. — RAINHA.

Liv. 1.^a citado, ff. 71 r 71 v.

XIV

Sobre as ferias e assuetos do collegio das Artes, e dias sanctos de guarda

Eu el-rei faço saber a vós, reitor e padres do collegio das Artes da cidade de Coimbra, que eu hei por bem e me praz, que além do mez de ferias, que por outra minha provisão tenho ordenado que haja em cada um anno no dicto collegio, se ordenem por outro mez as lições e exercicios das artes e linguas, que nelle se têm de maneira, que se leia e gaste nos dictos exercicios menos metade do tempo, que ordinariamente se nisso occupa. E isto no tempo que vos melhor e mais conveniente parecer para os mestres e discipulos do dicto collegio, por respeito das calmas e enfermidades que no verão ha; e assim hei por bem que do dia que vos este alvará fôr apresentado em diante possaes ter no dicto collegio um dia inteiro de assuetos, cada semana, em que não houver dia sancto de guarda, que será o que vos parecer mais conveniente, e isto sem embargo de eu ter mandado por outra minha provisão, que as quintas feiras á tarde sómente se dêe de recreação aos estudantes, e assim me apraz que no dicto collegio se guardem as mesmas festas que

se guardam na dieta Universidade, postoque até aqui se guardassem outras; e este alvará me praz que valha e tenha força e vigor, como se fosse carta, feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro. título vinte, que diz que as cousas cujo effeito houver de durar mais de um anno passem por cartas, e passando por alvarás não valham, e valerá este outrosim, posto que não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação que manda, que os meus alvarás, que não forem passados por ella se não guardem. Sebastião da Costa o fez em Lisboa a 2 dias de janeiro 1560. Manuel da Costa o fez escrever. — RAINHA.

Alvara para o reitor e padres do collegio das Artes da cidade de Coimbra, sobre as feras e outras cousas nelle declaradas. Para vossa alteza v.-r. Registrado. Manuel da Costa.

(Confirmado por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1591, e por D. Philippe III a 6 de maio de 1631.)

Liv. 1.º citado, fl. 115. Liv. 1.º de confirmações citado, fl. 49 v. e 50. Liv. 2.º de confirmações citado, fl. 50 v. a 52.

XV

Escreve el-rei ao reitor da Universidade, D. Jorge de Almeida, pelo cuidado que teve de se executar a provisão dos estudantes que vão ouvir Canones ou Leis sem serem examinados

D. Jorge de Almeida, ou el-rei vos envio muito saualar. O reitor do collegio das Artes da cidade de Coimbra me escreveu a diligencia que fizestes sobre se haver de cumprir a provisão, que e passada acerca dos estudantes que vão ouvir Canones ou Leis nas escolas maiores, sem serem examinados no dicto collegio, e havidos por idoneos no latim, para ouvirem as dietas faculdades; e assim que mandáreis dar distribuição aos mestres em Artes, que vão argumentar ao dicto collegio nas disputas ordinarias das Artes. Agradeço-vos o que nestas duas cousas fizestes, e vos encommendo e mando que assim as fagaes cumprir daqui em diante, porque receberei disso contentamento. Jorge da Costa a fez em Lisboa a 20 de junho de 1559. Manuel da Costa a fez escrever. — RAINHA.

Liv. 1.º citado, fl. 71 v.

XVI

Sua alteza ha por bem que os estatutos, que agora deu á Universidade,
no que toca ao collegio das Artes se não entendam,
em quanto os padres da companhia tiverem cargo do dicto collegio

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que eu hei por bem e me praz, que tudo o contido nos novos estatutos¹ que ora ordenei e fiz para a Universidade da cidade de Coimbra acerca das linguas e artes que se lêm no collegio das Artes da dicta Universidade se entenda no caso, em que a governança e administração do dicto collegio não está nos padres da companhia de Jesus, porque enquanto eu houver por bem que os dictos padres tenham a governança do dicto collegio e elles a tiverem, se cumprião os regimentos dados por el rei meu senhor e avô, que sancta gloria haja, ao dicto collegio, e o mais que eu houver por bem de nelle ordenar com parecer da dicta Universidade e apazimento dos dictos padres, para boa ordem e exercicio das dictas linguas e artes, o que eu assim mandei declarar no livro dos dictos estatutos por um meu alvará; e conforme ao dicto alvará mandei ora dar este aos dictos padres do dicto collegio, para o terem para sua guarda; o qual mando que se cumpra e guarde inteiramente como se nelle contém. E assim hei por bem que valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte, que diz que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não valham, e valerá este outrosim, posto que não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação que manda que os meus alvarás, que não forem passados pela chancellaria, se não guardem. André Sardinha o fez em Lisboa a 29 dias de outubro 1553. Manuel da Costa o fez escrever. - RAINHA.

(Confirmado por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1591, e por D. Philippe III a 10 de abril de 1634.)

Liv. 1.º citado, ff. 112 r. e 112 v. Liv. 1.º de confirmações citado, ff. 28.
Liv. 2.º de confirmações citado, ff. 48 v. e 50 v.

¹ Vide no fim do volume a nota 16.

XVII

Sobre os graus dos religiosos da companhia de Jesus

Eu el-rei faço saber aos que este meu alvará virem, que eu hei por bem e me praz, por alguns justos respeitoz que me a isto movem, que a todos os religiosos da companhia de Jesus, que daqui em diante cursarem no collegio das Artes, da cidade de Coimbra, e fizerem os autos que para receberem os graus de bacharel, e licenciado, e mestre na dicta faculdade, está ordenado se dêem na Universidade da dicta cidade, se dêem os dictos graus de bacharel, licenciados e mestres em Artes, sem por isso lhe levarem coisa alguma, nem serem constrangidos a receber o juramento que se da aos que o dicto grau recebem; e posto que seja fora do tempo em que se os dictos graus costumam dar por ordem dos estatutos da dicta Universidade. E sendo caso que offerecendo-se elles ao exame os não admittam, ou admittindo-os e sendo examinados e havidos por sufficientes, recusem na dicta Universidade dar lhes os dictos graus, eu por o presente alvará os agrado, e hei por agraduados de todos os graus em Artes, e os incorporo, e hei por incorporados na dicta Universidade, e quero que gozem e usem de todos os privilegios e liberdades, de que podem gozar e usar os mestres em Artes feitos na dicta Universidade; e cada um dos sobredictos ou todos per si, ou per seu agente, tirarão minhas provisões dos dictos graus que assim hei por bem de lhes dar na maneira que dicto é. E portanto mando ao reitor, lentes, deputados, e conselleiros da dicta Universidade, que lhe cumpram, guardem, e façam inteiramente cumprir e guardar este alvará como se nelle contém, o qual hei por bem que valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte, que diz, que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não valham, e valerá este outrossim, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação que manda, que os meus alvarás, que por ella não forem passados, se não guardem. André Sardinha o fez em Lisboa a 2 dias de janeiro de 1560. Manuel da Costa o fez escrever. — RAINHA.

XVIII

Sua alteza ha por bem que os mestres que forem agraduados
pelos privilegios da companhia possam ler e examinar em Coimbra

Eu el rei faço saber aos que este alvará virem, que eu hei por bem e me praz por alguns justos respeitoz, que me a isto movem, que todos os religiosos da companhia de Jesus, que forem agraduados em Artes fora da Universidade da cidade de Coimbra pelos privilegios, que a dita companhia tem da sé apostolica, ou receberem o dicto grau de mestres em Artes em qualquer outra Universidade, ainda que seja fora de meus reynos possam ler, examinar, presidir, dar graus, e exercitar quaesquer outros autos e ministerios pertencentes á dicta faculdade na collegio das Artes da dicta cidade e na dicta Universidade, ordenando-os para isso o reitor do dicto collegio, conforme ao regimento e provisões d'elle. E hei por bem, que emquanto forem ou exercitarem os dictos autos e ministerios, os tenham e sejam havidos por mestres da dicta Universidade, incorporados nella e gozem e usem de todos os privilegios, liberdades, graças e preeminencias que tem e de que usam e pôdem gozar e usar os lentes da dicta Universidade, e os mestros feitos conforme aos estatutos della, e que nella lêm e exercitam os dictos autos, e isto sem embargo dos dictos estatutos e de quaesquer regimentos e provisões que em contrario haja, porque pelo presente alvará os incorporo e hei por incorporados na dicta Universidade para o dicto effeito. E mando ao reitor, lentes, deputados e conselheiros della, e a todas as justiças, officiaes e pessoas, a que o conhecimento dicto pertencer, que assim o cumpram, guardem e façam inteiramente cumprir e guardar: e hei por bem que este alvará valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte, que diz que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não valham, o valerá este outrossim posto que não seja passado pela chancellaria sem embargo da ordenação que manda, que os meus alvarás que não forem passados por ella se não guardem. Sebastião da Costa o fez em Lisboa a 2 dias de janeiro de 1560. Manuel da Costa o fez escrever. - RAINHA

Liv. 1.º citado, fl. 116 e 116 v.

XIX

Sua alteza ha por bem que o reitor e padres do collegio das Artes
possam nomear um dos guardas do dicto collegio
para que sirva de escrivão do dicto collegio

Eu o rei faço saber aos que este alvará virem, que eu hei por bem e me apraz que o reitor e padres do collegio das Artes da cidade de Coimbra, possam nomear um dos guardas do dicto collegio, qual lhes melhor parecer, sendo apto e sufficiente, para que sirva de escrivão do livro da matricula delle, e faça as certidões que se dão aos estudantes do dicto collegio, para provarem seus cursos ou fizerem certo, de como estudam ou estudaram nelle como pelo regimento, e provisões do dicto collegio, está ordenado; e se o dicto escrivão fallecer, ou tiver algum impedimento, por que não possa servir o dicto officio, ou o dicto reitor achar que não serve como deve, poderá nomear, e pôr outro em seu lugar, cada vez que tal acontecer, sendo sempre dos dictos guardas, e apto e sufficiente para isso, ao qual o conservador da Universidade da dita cidade dará juramento dos sanctos evangelhos, que sirva o dicto officio bem e verdadeiramente, e lhe passará sua certidão com o traslado deste alvará, de como foi nomeado pelo dicto reitor, e lhe deu o dicto juramento, para com a dicta certidão servir o dicto officio; e mando ao dicto conservador que assim o cumpra. E hei por bem que este valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte, que diz que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não valham; e valerá este outrossim, posto que não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação que manda, que os meus alvarás, que não forem passados pela chancellaria, se não guardem. André Sardinha o fez em Lisboa a 2 dias de janeiro 1560. Manuel da Costa o fez escrever. — RAINHA.

Íde. 1.º citado, d. 113 e e 114.

XX

Escreve el-rei ao padre Francisco sobre a casa que se faz no Porto

Padre Francisco, agora soube como passando por essa cidade, o bispo, juiz, e vereadores della vos pediram que ordenasseis nella um collegio pelo muito fruto e serviço de Nosso Senhor, que esperavam se faria, e que vós lho concedêreis, e estavam já na dicta cidade alguns padres, de que recebi muito contentamento, porquanto sempre desejei assentar na dicta cidade a companhia; e porque o terei mui grande em dardes ordem como se perpetue esta obra, pois della se espera tão grande fruto, vos rogo muito que o façaes assim, e eu escrevo sobre isso ao dicto bispo, juiz, e vereadores, e por mui certo tenho que folgarão de dar toda a ajuda e favor que fôr necessaria e cumprir a bem della. Escrepta em Lisboa ao 29 de agosto de 1560. — RAINHA.

Liv. 1.º citada, fl. 129.

XXI

Escreve el-rei para o bispo do Porto ¹

Reverendo bispo, amigo, eu el-rei vos envio muito saudar. Por parte do juiz, vereadores e procurador dessa cidade do Porto, me foi algumas vezes pedido fizesse com o padre provincial da companhia de Jesus, que ordenasse um collegio na dicta cidade pelo muito fruto e serviço de Nosso Senhor, que esperavam se faria; e postoque eu pelo gosto que disto tinha, e pela devoção e instancia com que se me pedia, tractei do dicto collegio não poudo então haver effeito, e os padres se escusaram sempre pelas muitas obrigações outras, a que haviam de acudir; e agora soube como passando o padre Francisco, commissario

¹ Outra como esta escreveu ao juiz e vereadores do Porto.

geral da dieta companhia, pela dieta cidade, vós, e os ditos juiz e vereadores. Não pedireis o mesmo, e elle o concederá, e que estavam já nella alguns padres, de que recebi muito contentamento. E porque desejo muito que esta obra vá adeante pelo serviço de Nosso Senhor, que espero que della se siga, escrevo ao dicto padre Francisco agradecendo-lhe o principio que tem dado, e encommendando-lhe muito dê ordem na dieta cidade se acabe de effectuar e se perpetue com fructo espirital, que Nosso Senhor por meio da dieta companhia costuma fazer nas outras partes onde está, pelo que vos encommendo muito que da vossa parte procureis o mesmo com o dicto padre. E postoque tenho por certo que não o deixareis de ajudar e favorecer quanto em vós fôr, por ser isto cousa de tanto serviço de Nosso Senhor, e de que levo muito gosto, todavia não quiz deixar de vol-a encommendar. Escripta em Lisboa em 30 de agosto de 1560. Pantaleão Rebello a fez. - RAINHA.

Let. 1.ª citada, fl. 123.

XXII

Não se pague ao conservador e meirinho sem certidão do reitor do collegio das Artes

Eu el-rei faço saber a vós, reitor e deputados da fazenda da Universidade da cidade de Coimbra, que el-rei meu senhor e avô, que Deus tem, e eu, passámos algumas provisões e regimentos para o governo e administração do Collegio das Artes dessa cidade: nas quaes ha algumas cousas cuja execução ha de haver effeito por meio do conservador e meirinho dessa Universidade. E per que desejo que se effectue inteiramente com toda a diligencia possível, hei por bem e me praz que os ordenados, que o dicto conservador e meirinho têm, e hão de haver de seus officios, lhes sejam pagos com certidão do reitor do dicto collegio das Artes, de como cada um d'elles cumpriu o que é obrigado fazer, conforme aos ditos regimentos e provisões, assim acerca das cousas que tocam a bem do mesmo collegio, como aos officiaes e estudantes d'elle, e não mostrando a dieta certidão não serão pagos dos ditos ordenados, nem serão levados em conta

ao official, que lhes os dictos pagamentos fizer, o que sem a dicta certidão lhes pagar. Notifico-vol-o assim e mando que cumpraes e guardeis esta minha provisão da maneira que nella se contem, sem duvida nem embargo algum que a isso seja posto; a qual se registará pelo escrivão da dicta Universidade nos livros della e valera como carta toita em meu nome, sem embargo da ordenação do segundo livro titulo vinte que diz, que as cousas cujo effeito houver de durar mais de um anno passem por cartas, e passando por alvarás não valham, e outro sem valerá posto que não seja passado pela chancellaria sem embargo da ordenação em contrario. Escrepto em Lisboa a 4 de dezembro de 1564. E isto além da certidão que são obrigados a tirar do reitor da dicta Universidade. Valerio Lopes o fez escrever. O CARDEAL INFANTE.

Que os pagamentos que fizerem ao conservador e meirinho da Universidade de Coimbra de seus ordenados, se lhes façam com certidão do reitor do collegio das Artes, de como cumprem o que são obrigados pelas provisões e regimentos do dicto collegio. E que este valha como carta e não passe pela chancellaria. — O Bispo de Miranda. — Cumpra-se esta provisão del-rei no-o senhor como se nella contem, a qual me foi apresentada em Coimbra a 6 de fevereiro de 1565. Bispo de Miranda. Fica esta provisão registada no livro grande da Universidade, em que se registam as similhantes provisões; e foi registada com a declaração que se contem no assento do livro da fazenda onde se apresentou, e no dicto livro do conselho a folhas 242 por mim escrivão do conselho, Antonio da Silva Soares.

(Confirmado por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1591, e por D. Philippe III a 9 de outubro de 1634.)

Lex. 1.^a de confirmações estado, fl. 53 r. e 54. Lex. 2.^a de confirmações estado, fl. 106 a 107 r.

XXIII

Estatutos de D. Sebastião para o collegio das Artes

Dom Sebastião, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalém-mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc. Faço saber a todos os que estes estatutos virem,

que el-rei meu senhor e avô, que sancta gloria haja, desejando que na sua Universidade de Coimbra florescessem as letras, assim de Theologia, Canones, Leis, Medicina e Mathematicas, como das Artes, Humanidades e Linguas que nella se luma: houve por bem que o reitor da dicta Universidade, regesse e governasse as escholas maiores conforme os estatutos e regimentos de seu cargo, e dos outros officiaes da dicta Universidade; e ordenou que no seu collegio houvesse um Principal que regesse e governasse as escholas menores das Linguas e Artes, que havia por bem que se lessem nelle, com declaração que no regimento do dicto collegio, nem dos lentes, estudantes e officiaes d'elle, o reitor da dicta Universidade, não entendesse, nem tivesse acerva das mesmas cousas superioridade alguma: por lhe parecer que assim convinha para bem do dicto collegio, e para o dicto reitor melhor poder ordenar as cousas que pertencessem ao provimento de toda a fazenda da dicta Universidade, e das faculdades maiores, com que havia de ter continua occupação, e por outros alguns justos respetos, e, conforme a este seu intento e ordenança, mandou que o dicto collegio se regesse e governasse pelo modo declarado nos regimentos e provisões que para isso passou, em que houve por bem de o eximir do dicto reitor, e reservar o provimento das cousas d'elle para si somente, e para os reis seus successores, que são protectores da dicta Universidade; por razão da fundação e applicação das rendas de que se sustenta a dicta Universidade. E porque depois o dicto senhor houve por bem de mandar entregar o dicto collegio aos padres da companhia de Jesus; para que pela dicta maneira o governasse e regesse por um reitor, officiaes e lentes, postos e ordenados pelos superiores da dicta companhia, e pela variedade dos tempos e diversidade das pessoas a que o dicto collegio foi entregue se passaram diversas provisões e regimentos, em que ha algumas cousas que agora se não compadeçam, e conviria ordenarem se dentro mui breve, mas he ver os dictos regimentos e provisões, e de todas ellas e da mais ordem que a dicta companhia tem na governança das escholas que conforme a seu instituto toma a cargo, me aprouvo ordenar os estatutos do dicto collegio na fórma e maneira seguinte:

No que toca aos bons costumes

Porque o intento del-rei meu senhor e avô, que sancta gloria haja, quando mandou ordenar o dicto collegio foi que os estu-

dantes que nelle houvessem de estudar juntamente com as letras, aprendessem bons costumes, e eu desejo que isto haja effeito, guardarão o que se segue.

Ouvirão missa no mesmo collegio cada dia antes de entrarem ás lições, e confessar-se-hão cada mez uma vez.

Saberão a doutrina christã que seus mestres lhe ensinarem: não jurarão: nem farão injuria a pessoa alguma.

Quando algum estudante passar por seu mestre, ou qualquer outro dos que têm no collegio tirará o barrete, e falando com elles estará com a cabeça descoberta, salvo se for religioso, ou sacerdote, porque a estes farão cobrir. E os lentes enquanto estiverem lendo não tirarão o barrete a pessoa alguma de qualquer qualidade que seja, que no collegio ordinariamente ouvir, e fora da lição dentro no collegio, tirarão o barrete somente aos religiosos, e sacerdotes, e não aos outros ouvintes do collegio; e em todo o mais que toca aos bons costumes guardarão os estudantes o que os padres da companhia encommendam em suas constituições.

Procurar se ha que todos os estudantes conforme a classe em que andarem falem ordinariamente latim dentro no collegio.

*Lições que ha de haver no collegio das Artes
e que não as haja em outra parte*

Haverá no collegio das Artes dez classes nas quaes se ensine latim e rhetorica. E assim mais haverá uma lição de uma hora de grego, publica para todos os que quizerem ouvir, e outra de outro tanto tempo de hebraico, a qual se poderá ler no collegio de Jesus. E haverá mais quatro lentes de artes, começando se cada anno um curso. E uma classe outra na qual se ensine a ler e escrever.

Em todas as dictas classes de latim rhetorica, artes, ler e escrever, durarão as lições duas horas e meia pela manhã, e outro tanto tempo de tarde, salvo no tempo das férias e exames, no qual se guardará o que em seus logares irá declarado. E aos sabbados de tarde haverá somente duas horas de lição.

Em todas as dictas lições assim quanto aos auctores que se houverem de ler, como aos actos, e exercicios e cousas semelhantes que se houverem de fazer nas mesmas classes, ou em publico, se seguirá a ordem destes estatutos. E por quanto as constituições da companhia podem ajudar muito a execução delles, hei por bem que as constituições da dicta companhia e

o que os superiores della á creia disso mais ordenarem, e bem lhes parecer, para melhor effeito, e execução dos dictos estatutos, se guardem no dicto collegio, e para mór fructo das letras, e proveito dos estudantes do dicto collegio.

Porque no dicto collegio se hão de ler as dietas lições, não haverá dellas escolas, privadas, nem publicas na dicta cidade, nem em seu termo, salvo de ler e escrever. Porém nos conventos dos religiosos que na dicta cidade houver, se poderão ler quaesquer lições, com tal declaração, que somente as possam ouvir os mesmos religiosos, e seus servidores, e achegados que elles mantiverem a sua custa, e outros alguns não. E, portanto, mando ao conservador da Universidade que por nenhuma via nem modo que seja consinta ler alguma das dietas lições fora do dicto collegio contra a forma deste estatuto, pondo todas as penas que lhe parecer, e fazendo as dar á execução nas pessoas que lerem, ou forem ouvir as dictas lições.

*Livro da matricula e dos privilegios,
do que hão de gosar os que nelle se matricularem*

Haverá no collegio um livro de matricula que se fará cada anno no qual se assentarão e escreverão todas as pessoas que ao dicto collegio forem aprender latim, e artes, declarando o nome de cada um, cujo filho é, e o logar em que é morador. Deste livro terá cuidado a pessoa da companhia que ordenar o reitor do collegio, e fará os assentos nelle, e terá a mesma auctoridade que tivera se fosse feito por escrivão do conselho da dicta Universidade.

Os estudantes que assim forem escriptos neste livro de matricula gosarão, e usarão de todos os privilegios da Universidade assim e da maneira que delles gosariam se fossem estudantes das escolas menores, e matriculados na matricula dellas, posto que o não sejam. E mostrando certidão do reitor do collegio das Artes, feita pelo escrivão delle, em que declare como são estudantes matriculados, o conservador dos estudantes os haverá por privilegiados, e fará que gosem de todos os privilegios, e liberdades de que gozam, e usam os estudantes das escolas maiores, sem embargo de quaesquer estatutos, e provisões que em contrario haja.

Dos exames dos que houverem de ouvir latim e direitos

Nenhum estudante poderá estar em alguma classe do collegio nem mudar-se para outra, sem ser examinado, e ter licença para isso do reitor do collegio, ou do prefeito dos estudos d'elle.

Os estudantes do collegio das Artes que houverem de passar a ouvir leis, ou canones, terão primeiro um anno de oito mezes estudado na primeira, ou segunda classe; e o reitor do collegio poderá dispensar com elles até vinte dias com justas causas: tendo todavia sufficiencia no latim, e não se achando sufficientes nelle, serão obrigados a ouvir o mais tempo que lhes fôr necessario, até que tenham sufficiencia. E além disto ouvirão um anno de artes, e no cabo d'elle serão examinados no que dellas ouviram: e sabendo o que se requer se lhes passará certidão para poder ouvir direitos, e achando-se que não são sufficientes serão obrigados a estudar mais o tempo que parecer necessario ao reitor do collegio, até seis mezes.

Todo o estudante que vier de fora para ouvir qualquer faculdade dicta na Universidade, será examinado do latim no collegio, e assim no que se lê no primeiro anno das artes, se as tiver ouvido, e tendo sufficiencia em uma cousa e outra, o reitor do collegio lhe passará certidão para ser admittido nas escolas maiores, e não tendo ouvido artes, ouvirá o dicto anno pela maneira atrás declarada, porém os mestres, ou licenciados em artes feitos em alguma Universidade do reino, ou de fora d'elle, não passarão pelo dicto exame, e sem elle lhes será dada certidão constando do seu grão, e qualquer estudante que andar nas escolas maiores sem a dicta certidão incorrerá em todas as penas sobre isso ordenadas por minhas provisões.

E se algum dos dictos estudantes, que vierem de fora, não fôr achado no latim sufficiente para ouvir outra faculdade, será posto na classe que por seu exame e sufficiencia lhe couber, e se fôr posto na primeira ou na segunda ouvirá o tempo que fôr necessario para ser sufficiente para entrar no curso das artes. E os estudantes assim da humanidade, como das artes que por doença, ausencia, ou algumas causas outras se vir que não são para as classes onde andavam, o reitor do collegio os fará mudar e pôr onde melhor possam aproveitar.

Nenhum estudante assim dos que estudam no collegio como dos que vem de fora poderá ir ouvir direitos se não constar que é de idade de dez-seis annos cumpridos, posto que pretendam serem sufficientes no mais que se requer conforme a estes esta-

tutos; e saltando-lhes algum tempo para chegar á dicta idade, o gaeirão em se aperfeçoar mais em letras humanas de latim, grego, e artes.

*Do que se ha de ler das artes, e exame em latim
dos que as hão de ouvir*

Cada curso das artes durará tres annos e meio, começando-se o primeiro dia do mez de outubro que fór de leção. E os tres annos se lera pela manhã, e á tarde; e nos seis mezes do 1.º anno se lera somente duas horas a tarde. O primeiro anno sera de dialctica, O segundo de logica, lendo-se nelle tudo o que se poder ler para proveito dos estudantes, de phisicos, e ethicas. No 3.º se proseguirá a philosophia trabalhada do que se leia o mais que se poder ler de metaphysica, e do livro que se chama *Parva naturalia*. E nos seis mezes do 1.º anno se acabará a philosophia, lendo os livros *de anima*.

Todos os que houverem de ouvir o curso de artes serão primeiro examinados em latimidade, e se algum estudante de fora da dicta Universidade, que tiver ouvido logica, ou philosophia, vier para entrar em algum curso, depois de ser achado sufficiente ao latim, será tambem examinado por uma, ou duas pessoas doutas na faculdade das Artes, por ordem do reitor do dicto collegio, e conforme ao tempo que tiver ouvido, e que se requer para os cursos, e para se graduar, e conforme a sufficiencia que tiver, o mandarão ao curso que merecer.

Os lentes das Artes, alem do exercicio que ha nas disputas em que se ajunctam todos os cursos, exercitarão a seus discipulos em suas classes, e na declaração do texto de Aristoteles, seguirão os auctores, e commentarios que melhor parecer ao reitor do collegio, conforme a ordem da companhia de Jesus.

Ordem das disputas

Cada semana se terá um dia de disputas publicas dos cursos, que seja a quinta feira, quando na semana não houver dia sancto, e quando o houver ter-se-dão ao sabbado. E quando na semana houver mais dias sanctos que um, não se terão, por não se impedirem tanto as lições.

Os ouvintes do primeiro curso começarão a achar-se nas dia-

putas primeiras que se tiverem, passado o Natal, e dahi por deante continuarão com os outros.

Ter-se-ha esta ordem nas disputas que uma semana se sustentem conclusões, contra as quaes argumentem somente os discipulos endereçando os seus mestres; e outra semana se repetirão e defenderão capitulos de Aristoteles, argumentando os mestres.

A cada um dos mestres que argumentarem, e não forem da companhia se dará de propinas dous vintens da arca da faculdade, e estas propinas repartirá um dos guardas do collegio, e dará conta do dinheiro que para isso receber, com asseguro do mais antigo regente que nella se achar, em que declare quantos mestres argumentaram, e receberam a dieta propina.

Assim nas disputas em que argumentam os discipulos, como nas em que argumentam os mestres, sempre começarão a argumentar os discipulos que hão de defender as conclusões ou repetições seguintes. E os discipulos argumentarão, e defenderão sempre descobertos, ainda que sejam sacerdotes de uma, ou religiosos.

Nas primeiras disputas depois do Natal sustentará o primeiro curso o principio de Porphyrio. E nas segundas, ou sejam repetições, ou conclusões, sustentará o que immediatamente se segue ao que se defendem nas primeiras. E da mesma maneira se continuará nas terceiras. E o mesmo se guardará nas disputas dos annos adiante, ficando, porém, a arbitrio do mestre, deixar ou mudar algumas materias, segundo vir que é mais proveitoso para os discipulos.

Quando se sustentarem conclusões o discipulo do segundo anno ajunctará ás conclusões da materia que prosegue uma, ou duas mais da materia que defende o do primeiro anno, para que os do primeiro possam argumentar contra os do segundo; e assim o do terceiro ajunctará a materia que prosegue uma ou duas mais da materia que defende o do segundo anno, para que os do segundo possam argumentar contra os do terceiro.

Os do terceiro anno defenderão só do 1.^o de junho por deante começando logo nas primeiras disputas que depois no collegio se tiverem, e assim proseguirão todas as disputas defendendo elles somente até as derradeiras que se tiverem antes de outubro: e dahi por deante nos seis mezes do quarto anno, não serão obrigados a ir ás disputas.

Neste tempo em que defendem somente os do terceiro anno sustentarão a logica, philosophia natural e moral, e metaphysica que tiverem ouvido, de maneira que cada vez sustentem tres discipulos: um, logica, outro, philosophia natural, outro, meta-

phísica e moral, mettendo philosophia natural quando ao mestre parecer, e sempre sustentarão sômente conclusões, e não repetições, porém argumentarão uma semana discipulos, e outra mestres, como esta dicto. Nas derradeiras disputas que se terão antes de outubro sustentarão dous do segundo curso conclusões de toda a logica, contra as quaes argumentarão sômente os do terceiro: e assim se despedirão.

O discipulo que ha de defender, um ou dous dias antes porá o que ha de defender nas portas dos cursos que se hão de achar nas disputas, e quando houverem de argumentar mestres, porá assim mesmo o que ha de defender, nas escholas maiores.

Os estudantes são obrigados a se acharem ás disputas ordinarias, da mesma maneira que as lições, para cumprimento de seus cursos.

Do exame e examinadores dos bachareis em artes

Vespera de S. Sebastião despedirá o mestre do terceiro curso os discipulos para se apparelharem para o exame de bachareis repartindo-lhe as pedras, e logares em que se hão de examinar.

No exame dos bachareis haverá tres examinadores: a saber, dous da companhia que o reitor do collegio para isso dêr, e um das escholas maiores, o qual seja eleito vespera de Nossa Senhora da Purificação pela manhã, conforme os estatutos da Universidade.

Em nenhum dos exames será examinador o lente do mesmo curso que se examinar.

Em todo o tempo que durarem os exames, lerão o 2.^o e 4.^o cursos hora e meia pela manhã sômente, e outro tanto tempo á tarde, começando-se uma hora antes das lições ordinarias: porém, quando o mestre do 4.^o curso não fôr examinador, lerá as suas duas horas inteiras. E o lente do primeiro curso lerá todo o seu tempo ordinario, salvo no primeiro dia dos exames, no qual assim pela manhã, como á tarde não lerá mais tempo do que então leem os outros cursos, para seus discipulos se acharem este dia no exame. E não seja examinador, salvo se em algum caso o reitor do collegio julgar ser necessario, ou conveniente, e então o que substituir por elle lerá todo o tempo que se costuma.

Nenhum estudante seja admittido ao dicto exame sem primeiro trazer uma cedula assignada pelo reitor do collegio das Artes, e de seu regente em que testifiquem que tem cursado dous annos e meio de 8 mezes cada um, e ouvido nelles a logica, e cinco

livros da physica: e esta cedula assim assignada se apresentará sómente ao escrivão do conselho que fará assento no livro dos cursos, do que por ella se prova: e assignara como tem provado sem se tomarem para isso mais testemunhas. Assim mesmo trará assignado do examinador ehibito pela Universidade, e do recebedor da faculdade, e do bedel de como satisfiz ao que devia pagar.

Os logares em que se não de examinar o primeiro, o segundo o quarto, e mais o derradeiro, assim bacharises, como honoriados, se dirão por sortes, entrando nellas os discipulos que ao mestre parecer. E depois se lançarão noutras sortes os logares em que se hão de examinar todos os demais, e os da companhia não entrarão nas sortes, mas examinar se hão alternativamente do primeiro logar por diante inclusive.

Antes que o exame se comee, o regente do curso dará aos examinadores e ao bedel da faculdade, dous rolos de seus discipulos que se hão de examinar, declarando a ordem e dias em que hão de responder: comear se ha o exame quatro dias inclusive depois da eleição dos examinadores: de maneira que na tarde do quarto dia tome a pedra o primeiro que se houver de examinar, em a derradeira hora das lições se chamarão os estudantes de todos os cursos, e das quatro classes superiores de humanidade, ao logar onde se hão de fazer os exames. E o mestre que houver de examinar no primeiro logar, fará uma oração em que declare o para que são juntos, encomendando junctamente aos estudantes que se hão de examinar que venham ao exame em habito honesto, e que respondam com humildade e reverencia aos examinadores, e que venham bem providos como cumpre, para auctoridade de tal auto. E acabada a oração o dicto orador chamará o estudante, que primeiro houver de responder, o qual lhe apresentará a dita cedula.

E, assim apresentada, o dicto estudante fará tambem sua oração em louvor da dialectica e philosophia, como se costuma: e, feita, se assentará na pedra, e o primeiro examinador lhe perguntará as questões acostumadas: como se chama, de que bispado o logar é, sob cuja disciplina estudou, e em que universidade, ao que tudo satisfará, e proporá um problema dos livros dos physicos, o qual provará com auctoridade de Aristoteles, e algumas razões, e assim se acabará o auto deste dia.

E logo o dia seguinte ou o primeiro que for de lição, entrando pelo exame o primeiro examinador lhe perguntará um capitulo que lhe melhor parecer, de Porphyrio, o qual capitulo o estudante resumirá, e sobre o contendo nelle lhe moverá uma questão ou questões, contra a resposta das quaes arguira o examinador

com um só argumento o algumas replicas. E o segundo examinador, pelo mesmo modo, perguntará e argumentará sobre algum capitulo dos predicamentos. E o terceiro examinador sobre o livro de *interpretatione*, e por essa ordem o primeiro examinador tornará a perguntar dos *Priora* de Aristoteles, e o segundo, dos *Posteriores*; e o terceiro nos *Topica*. E o primeiro examinador acabará a logica com os *elenchos*.

E, acabado isto, cada examinador fará um argumento contra o problema dos *physicos*, e acerca d'elle não argumentará com tanto rigor como na logica; e nisto se acabará o exame e logo em acabando tomará a pedra o segundo, e dará a cedula ao segundo examinador, que o começara a examinar. E o terceiro da mesma maneira dará a cedula ao terceiro examinador, que tambem começará a examinar. E por esta ordem procederão até que se acabem os exames, gastando-se um dia inteiro com cada um dos primeiros cinco examinados: e dali por diante examinar-se-hão dous cada dia e mais não, tirado o ultimo com quem tambem se gastara dia inteiro. E nos dias de guarda, ou assueto não haverá exame algum.

Nestes exames estarão os examinadores sem insignias, excepto á tarde em que se toma a pedra, e o primeiro dia dos exames. E todos os que se houverem de examinar estarão com a cabeça descoberta enquanto se examinarem: e o mestre não se achará presente a seus exames.

Os exames começarão meia hora depois de começadas as lições, e durarão até se acabarem, e preschira nelles um mestre da companhia, o qual communmente será actu-regente ou quem o fôrse já.

Depois dos exames dos bachareis não haverá lição até o dia em que se der o grau.

O grau de bacharel dará o mestre do curso dos examinados, fazendo primeiro uma breve oração, como se costuma: o não se acabando para isso, dá-lo ha um dos actu-regentes.

*Das respostas que fazem os que hão de receber
o grau de licenciados em artes*

Primeiramente os bachareis que quizerem ser licenciados no 4.º anno, terão duas conclusões que se chamam respostas maiores, e sera em ellas presidente seu regente: e far se-ha este acto pela ordem seguinte.

Os sabbados do mez de março, estando a casa onde hão de

responder bem armada, e concertada. responderão cinco bachareis que para isso forem assignados pelo regente: e, se houver tantos respondentes que não bastem os sabbados, assignará o reitor do collegio outros dias lectivos em que respondam. E estas disputas se começarão, assim pela manhã como a tarde, á hora das lições ordinarias. E nos dias em que se tiverem, lerão os outros cursos sómente uma hora antes das disputas, e esta acabada irão a ellas.

O regente que presidir fará na primeira meza uma oração breve em que mostre a merce que Nosso Senhor lhes fez, a elle, e a seus discipulos em os chegar ao cabo do curso: e anime os discipulos a serem diligentes no que lhes fica.

Acabada esta oração, propora a cada um discipulo o problema das conclusões que elles sustentam, tratando-o brevemente *pro utraque parte*: e afora isto contra cada um propora um argumento sobre alguma das conclusões: e logo o que responde na logica, se levantará e fará outra oração louvando a philosophia, e o successo do curso, e acabada responderá ao que lhe propoz o presidente, provando a conclusão que responde ao problema, e de pois começará a provar suas conclusões, até que o presidente lhe diga que basta. E feito isto responderá ao argumento que o presidente lhe propoz, contra uma das conclusões, replicando-lhe o presidente como quizer: e da mesma maneira responderão por sua ordem os seguintes, sem fazerem oração. E acabado isto argumentarão os mestres.

Um dos cinco bachareis (que communmente hão de sustentar em cada uma das mezas) sustentará nove conclusões de logica: o 2.º outras nove de physicos de Aristoteles: o 3.º outras nove de philosophia natural: O 4.º sete de philosophia natural, e duas de moral: o 5.º cinco ou seis de metaphysica, e as outras de ethicas. Estarão todos cinco por esta ordem assentados, com as cabeças descobertas. Este auto se acabará pela manhã com as lições, e á tarde durará até ave-marias. E se não houver numero de bachareis com que se possa guardar a dita ordem, o mestre os repartirá como vir que convenir, repartindo lhes assim mesmo as matérias. E assim estes autos, como os exames dos bachareis e licenciados se farão sempre no dito collegio das Artes: e toda a ordem e regimento destes, e quaesquer outros autos que se fizerem no collegio, será e dependerá sómente do reitor d'elle: e procurará o regente que se façam com muita solemnidade, encommendará a seus discipulos que em pessoa vão dar as conclusões aos doutores, regentes, e pessoas graves da Universidade, pedindo-lhe que se queiram achar presentes, e argumentar.

Assim nestas conclusões, como em todos os outros autos de artes, em que ajunctarem os mestres da mesma faculdade, sempre

os actu-regentes precederão a todos, e após elles os que o foram. E todos os mais se assentarão segundo o lugar que lhes couber por seu grau. E, porém, querendo os superiores da companhia que seus religiosos estejam todos juntos a uma parte por si, o poderão fazer, assentando-se primeiro os actu-regentes e após elles os que o foram: mas em qualquer modo que se assentarem, argumentarão sempre primeiro os actu-regentes, e após elles os que o foram: e os mais no lugar que lhes vier por seu grau, quer sejam da dicta companhia quer de fora della.

Os lentes que não forem mestres em artes estarão em um banco por si, em algum lugar decente.

Depois de feitas todas as respostas maiores, se fará no mesmo lugar um auto que se chama respostas menores, e não sera de tanta solemnidade, como o das maiores, e terá a ordem seguinte. O regente também presidirá neste auto, e partirá os discípulos em 4 partes, e pela manhã argumentarão os da primeira meza somente contra os da 2.^a e os da terceira contra os da 4.^a; e a tarde argumentarão os da 2.^a contra os da primeira, e os da 4.^a contra os da 3.^a; e se forem mais mezas, ou menos, o mestre os repartirá em 4 partes, como se foram 4 mezas. E cada um delles defenderá somente tres conclusões, nas quaes nenhuma defenderá, as mesmas materias que defendeu nas respostas maiores. Para este auto se armará somente a cadeira e cobrir-se-hão os assentos dos doutores, e mestres, e os bancos dos respondentes e argumentantes.

Do exame dos licenciados

No exame dos licenciados em artes haverá cinco examinadores, tres da companhia, quaes o reitor do dicto collegio ordenar e dois da Universidade, e estes serão por ella elegidos no primeiro dia lectivo de abril, e começar-se-ha o exame quatro dias inclusive depois da eleição, e pela ordem que se disse no dos bachareis. Neste exame será presidente um mestre em artes da companhia, e quanto for possível se procurará que seja licenciado, ou doutor em theologia.

Nenhuma sera admittido neste exame sem trazer outra tal cedula como é dicto dos bachareis, pela qual constara como o tal bacharel ouviu um curso todo inteiro de tres annos e meio: e que ouviu o que se requer para ser admittido ao exame de licenciado: e assim mesmo como o dicto bacharel respondeu ás conclusões maiores, e menores. E esta cedula se apresentara pela ordem o maneira da outra, e em tudo o mais se guardara neste

exame o que é dicto que se guarde no exame dos bacheareis, salvo que além do problema physico se proporá outro metaphysico; e depois de examinado pela ordem que se examinou a logica e o problema physico, o examinarão nos livros de *ortho. de generatione. meteoros. de anima*, e nos livros chamados *parva naturalia*. E depois lhe argumentarão contra o problema metaphysico, e no cabo lhe perguntarão uma questão moral, das ethicas de Aristoteles dos primeiros tres livros, e porão sobre ella um só argumento com as replicas que lhes parecer. E o mesmo se fará nos *meteoros*, e *parva naturalia*. Em este exame a logica se não examinará com tanto rigor como a philosophia e a metaphysica, e os examinadores, que não forem da companhia, estarão com capellos dentados sobre os hombros, e os da companhia com borlas somente.

Acerca do tempo que hão de ler nos cursos, que não se examinam, enquanto durarem os exames, se guardará o mesmo que fica declarado no exame dos bachareis.

Quando se dêr o grão de mestre em artes porá as insignias ao magistrado o que foi seu mestre, e não se achando para isso pôr-lhas ha o mais antigo mestre da faculdade.

Que no collegio sómente haja porções

Porque no dicto collegio das Artes ha porcionistas que nelle estão recolhidos de barzo do governo da companhia para além de poderem estudar com menos despesa, podem tambem mais aproveitar em seu estudo e bons costumes, hei por bem e mando que pessoa alguma não possa dar porção fora do dicto collegio, mas que nelle sómente se dêem, e se recebam porcionistas. E qualquer que o contrario fizer incorrerá na pena de cinquenta cruzados, metade para a contraria dos estudantes, e outra metade para quem o accusar. E mando ao conservador da Universidade, que excoete a dicta pena naquelles que nella incorrerem.

Festa da rainha sancta e ferias

Em cada um anno dia da rainha sancta se terá uma oração publica em louvor della, pela pessoa que o reitor do collegio ordenar, em que se fará menção da graça que el-rei meu senhor e avô, que sancta gloria haja, fundador do collegio, alcançou do

sancto padre para se rezar da dieta rainha em todos os seus reinos e senhorios, e para poder haver altar e imagem della ajuntando as mais cousas que parecer, para memoria e louvor do dicto rei, e as mais que for conveniente, como exhortar a virtude e estudos.

Nesse mesmo dia se porão pelas paredes e columnas do collegio, orações, e epigrammas em louvor da rainha sancta e outras materias.

Todas as semanas em que não houver dia de festa houvera no collegio um dia inteiro de assueto, que sera a quinta feira. E assim mesmo se guardarão no collegio as festas que se guardam na Universidade. E não haverá obrigação de ler nas dias que ella toda, entre anno, deixa de ler.

O tempo de férias do collegio se terá desta maneira. Nos cursos das artes, e na 1.^a e 2.^a classe de rhetorica, em lição de grego e hebraico se terão duas mezas de férias como na Universidade. E em todas as outras classes haverá somente um mez inteiro de férias que sera de 8 de agosto, ate 8 de setembro. E por espaço de outro mez antes, se moderarão nestas mesmas classes as lições, de maneira que se ocupe nella hora e meia pela manhã, e outro tanto tempo a tarde. E as dictas férias começarão a 8 de julho e acabarão a 8 de setembro por respeito das calmas e enfermidades que neste tempo ha.

Da honestidade, e vestidos dos estudantes

Os estudantes não terão em sua casa mulher suspeita, sob pena de mil réis, a metade para o meirinho que os prender, e a metade para os guardas do collegio. E a tal mulher sera presa e pagara da cadeia outros mil reis repartidos pela dieta maneira. E o mesmo se guardará contra os estudantes que se provar terem mancebas, e com as mulheres que forem suas mancebas, posto que as tenham fora de suas casas, e o conservador da Universidade dará as dictas penas á execução, nos escolares que forem comprehendidos nos taes erros, assim nas dictas mulheres, ficando ellas e elles subgeitos como ficam as penas, que contra os taes ordena o sagrado concilio tridentino. E sendo algum estudante culpado em ser desonesto e escandaloso, ainda que não seja com mulher que possa ser accusada e condemnada por manceba com elle, haverá a mesma pena de mil réis.

Nenhum escholar terá cães, nem aves de cage, sob pena de um

cruzado cada vez que nisso for comprehendido, a meta le para o meirinho, e a outra metade para a confraria dos estudantes.

Todos os estudantes andarão honestamente vestidos, e calçados, e não trarão em nenhum vestido de roupeta, manteu, peloto, ou calças, as cores aqui declaradas: a saber, amarello, vermelho, verde, laranjaado e encarnado: porém de baixo das roupetas poderão trazer gibões, ou jaquetas de panno de côr para sua saúde: comtante que os collares não sejam mais altos que os das roupetas, nem as mangas mais compridas. E poderão outrosim de baixo de botas, ou borzeguns trazer calças de cores escuras e honestas, bem cobertas. E em casa, e pela rua onde pensarem, poderão trazer roupões de cores, comtante que não sejam amarellos, vermellos, laranjaados, nem encarnados.

Os manteus e vestidos outros que houverem de trazer, sejam compridos, ao menos até meio da perna.

Não trarão capas de capello, sómente poderão trazer botas abertas, ou cerradas, ou mantos de capellos abertos ou de collares: os quaes assim nas roupetas, como nos manteus não serão mais altos que até quatro dedos.

Não poderão trazer barretes doutra fegão alguma, senão redondos.

Nenhum estudante estará na lição, ou em algum acto publico com chapéu, ou sombreiro na cabeça. Porém estudantes pobres que pedem esmola, e os criados que servirem, e menores de doze annos não serão obrigados a trazer manteus, roupetas, nem barretes.

Não trarão golpes, nem entretalhos em nenhum vestido, ou calçado.

Nas camisas ou lenços não trarão lavores de côr alguma. E porém poderão trazer lavores brancos comtante que não sejam desfiados, trançinnhas, cadancas largas ou outros lavores de muito custo.

E qualquer pessoa que no collegio estudar, e trouxer qualquer das cousas acima defesas, perderá o vestido, ou cousas que contra esta defesa trouxer, metade para o meirinho da Universidade, e outra metade para a confraria dos estudantes.

Toda a pessoa de qualquer qualidade que seja que por bem da ordenação da defesa das sedas as pôde trazer em as cousas nella declaradas, as não podera trazer nas dietas cousas em quanto no dicto collegio estudar: sem embargo que por bem da ordenação as podesse trazer, sob pena de perder os dictos vestidos, em que assim trouxer a dicta seda, para o meirinho, ora seja nova ou velha, porquanto se lhe prohibe, não semente pelo gasto, mas pela honestidade a que são obrigados.

Nenhum estudante poderá ter besta de sella, salvo o que tiver cem mil réis de renda, e dahi para cima. E quem o contrario fizer perderá a tal besta para o meirinho da Universidade ou guardas do collegio, qual primeiro o accusar.

Nenhum dos sobreditos poderá trazer consigo fora de casa mais de um moço, ou homem que com elle viva, salvo os que tiverem besta de sella, porque estes poderão trazer, indo a pé, fora de casa até dous, e indo a cavallo até tres. E o que o contrario fizer pagará dous mil réis, metade para a confraria dos estudantes, e metade para o meirinho que o accusar.

Posto que pelas ordenações seja permittido que possam jogar jogos de dados em taboleiros com tabuas, nenhum estudante os poderá jogar, nem ter as ditas tabuas, e dados em casa. E fazendo o contrario incorrerá nas penas em que incorrerem os que jogam cartas, ou as têm em casa; e quanto ao jogo de cartas e dados se guardara o contheúdo na ordenação.

Nenhum estudante, fora de alguma representação honesta como tragedia, comedia ou outra similhante, poderá trazer mascara, e por cada vez que com ella fôr achado pagará um cruzado, metade para o meirinho, e metade para a confraria dos estudantes.

Nenhum estudante trará armas offensivas, de qualquer sorte que sejam, pela cidade, nem de dia nem de noite: e o que o contrario fizer perde as armas para o meirinho. E assim qualquer estudante que entrar no collegio com armas, sendo de idade até de quatorze annos, sera castigado com o castigo escolar que bem parecer ao reitor do collegio. E sendo de maior idade dos dictos quatorze annos, o conservador o mandará preso para a cadeia dos estudantes, onde estará oito dias. E além d'isso assim uns como outros perderão as armas, ipso facto, para o dicto meirinho ou para os guardas, se o meirinho se não achar presente. E prendendo-se algum estudante por estes oito dias lhe não será corrida a folha, e se guardara acerca de sua prisão tudo o que adiante ordeno no officio do conservador em similhantes casos.

Do conservador

Porquanto os estudantes do collegio das Artes gozam dos privilegios da Universidade, como dicto é, o conservador da Universidade será seu juiz, e conhecerá e determinará suas causas, civis e crimaes, assim e da maneira que lhe esta ordenado pelos estatutos da Univeridade, que conheça e determine as causas dos estu-

dante della, o que fará constando-lhe por certidão do reitor do dicto collegio, feita pelo escrivão delle, que os dictos estudantes estão matriculados no livro da matricula do dicto collegio, e da mesma maneira sera juiz dos officiaes e pessoas que gozarem dos privilegios da Universidade por respeito do dicto collegio, constando-lhe por certidão do reitor delle como as taes pessoas gozam dos dictos privilegios.

O conservador será obrigado e terá muito cuidado de executar todas as cousas que lhe encomendarem o reitor do collegio das Artes para bom governo, doutrina, sossego, castigo e quietação dos estudantes delle, tendo em tudo muito respeito ao que o dicto reitor lhe disser. E fará ir as lições os estudantes que não forem a ellas, constringendo-os a isso com as penas e manira que lhe bem parecer.

Julgando o reitor do dicto collegio que em algum caso particular seja conveniente, em lugar de castigo escholastico prender se algum estudante, o conservador o mandará levar a cadeia, na qual o reterá os dias que pelo reitor fôr avisado, e acabados o fará soltar; e tudo isto se fará ao modo de castigo escholastico, sem processo, nem figura de juizo, nem se correrá folha, nem se fará outra alguma cousa do que nas prisões ordinariamente se costuma. E porém não se entendera por isso, que o conservador o não possa prender por razão de seu officio, se o delicto fôr de qualidade que mereça ser preso, por bem das ordenações.

Quando o reitor do collegio vir que algum estudante e escandaloso, e que nem as admoestações dos mestres, nem o castigo basta, e que o tal não se aproveita a si, e prejudica aos outros, o lançará do collegio. E vendo que é necessario mais castigo tal o ha saber ao conservador para que o castigue, e lance da cidade sendo assim necessario.

O conservador cumprirá e dará á execução todas as cousas que nestes estatutos por elle se hão de executar, e haverá pagamento de seu ordenado mostrando certidão do reitor do collegio de como cumpriu o que é obrigado fazer, conforme a provisão que sobre isso tenho pssado. E o contador não levará em conta ao recebedor e prebendeiro o que lhe assim pagar sem a dita certidão.

Do meirinho

O meirinho da Universidade sera obrigado a achar se em os auaes publicos que se fazem em o dicto collegio, e a servir nas cousas delle que o reitor do mesmo collegio lhe ordenar, para

boa disciplina e castigo dos estudantes, e para todo o al que por razão de seu officio pode e deve fazer ácerca dos estudantes das escholas maiores: e irá aos chamados do reitor do collegio as vezes que de sua parte lhe derem recado para isso, e haverá pagamento de seu ordenado, com outra tal certidão do reitor do collegio, como a que se ha de passar ao conservador.

Das guardas

Os guardas do collegio se hão de achar nelle pela manhã no tempo da missa procurando que os estudantes estejam nella qui-tos. E á tarde virão antes que se comee lição alguma, e em um tempo e outro se acharão presentes no collegio, enquanto durarem as lições, e quaesquer actos que se fizerem.

Cada um dos guardas do collegio terá e haverá dos que se graduam em artes, e em todos os actos que para isso se fazem, outro tanto de propinas como têm e hão os guardas das escholas maiores.

Do escrivão

O reitor do collegio poderá nomear e pôr um dos guardas do mesmo collegio que lhe melhor parecer para que sirva de escrivão d'elle, e faça as certidões que se dão aos estudantes e se o dicto escrivão faltar, ou tiver algum impedimento, por que não possa servir o dicto officio, ou se achar que não serve como deve, poderá o dicto reitor nomear e pôr outro em seu lugar cada vez que tal acontecer, sendo sempre dos dictos guardas, e apto e sufficiente para isso: ao qual o conservador da Universidade dará juramento que sirva bem e fielmente o dicto officio, e lhe passará uma certidão com o traslado do alvara que disto tem o collegio, de como foi nomeado pelo dicto reitor, e lhe deu o dicto juramento, e sem a tal certidão não poderá servir o dicto officio, e levará por cada uma das certidões 10 réis.

Do modo de fazer mais estatutos e do livro do registo

Quando o reitor do collegio vir que para boa governança dell' sempre fizerem-se mais alguns estatutos e ordenanças, ou al-

rarem-se, ou mudarem-se alguns destes e de quaesquer outros que tiver, elle me escreverá e mandará declarado por apontamentos para eu vêr, e prover nisso como fôr mais conveniente para o dicto collegio.

Haverá no dicto collegio um livro de registo em que se trasladem e registem estes estatutos, e todos os mais regimentos e provisões que tocarem ao governo do dicto collegio, e aos officiaes e pessoas d'elle, e as folhas do dicto livro serão numeradas e assignadas pelo reitor do collegio no principio de cada folha, e no cabo do dicto livro se fará um assento assignado pelo dicto reitor em que se declare quantas folhas tem; e tanto que o dicto livro fôr de todo escripto, se fará outro pela mesma ordem, e assim dahi em diante cada vez que fôr necessario.

E porque algumas das provisões e regimentos que o dicto collegio das Artes tinha meus e de el-rei meu avô e senhor, que sancta gloria haja, vão reduzidos, e inserta nestes estatutos a substancia delles que podia servir para o governo do dicto collegio, foram ritos ao assignar desta; e algumas provisões outras que ainda são necessarias para o mesmo effeito ficaram por romper. Hei por bem e mando que todos estes estatutos e as dictas provisões na parte dellas que se não encontrar com o aqui contheudo e declarado, nem com o intento e modo de proceder dos religiosos da dicta companhia de Jesus, e o que dellas os dictos religiosos julgarem, que faz a bem da mesma substancia, e do governo e administração do dicto collegio, e a sua usenção, privilegios e liberdades, e dos officiaes, estudantes e pessoas d'elle se guardem e cumpram inteiramente sem embargo dos estatutos da dicta Universidade; e de quaesquer provisões minhas e do dicto rei, meu avô, que em contrario haja; e mando a todos os officiaes e pessoas, a quem o conhecimento disto pertencer, que assim o guardem e façam inteiramente cumprir e guardar sem a isso ser posta duvida nem embargo algum. Escripta em Almeirim a 20 de fevereiro do 1565 annos. E estes estatutos vão em dez meias folhas, numeradas desde o principio dellas até esta; e não fará duvida os reapparecidos que dizem: destes — de junho — no collegio — perganta — viem — e as entrelinhas que dizem: sustentára — suas.

O CARDAL INFANTE.

Estatutos do collegio das Artes e linguas de Coimbra. Para vossa alteza vêr

Foram publicados estes estatutos aos 9 de março de mil quinhentos e sessenta e cinco por Francisco de Monelaro, irmão da companhia, em o collegio real das Artes na capella d'elle, onde se junctaram todos os estudantes, e lhes foram lidos publicamente em voz alta pelo dicto Francisco de Monelaro; ao que tudo fui

presente eu Sebastião Paes escrivão do dicto collegio por provisão de el-rei nosso senhor. E da publicação fiz este assento, e o assignei de meu signal raso. aos 16 do dicto mez de março de 1565. Sebastião Paes.

(Original da Bibliotheca da Universidade.)

XXIV

Alvará del-rei para o collegio ter escrivão publico do cartorio

Eu el-rei fago saber aos que este alvará virem que eu hei por bem e me praz, que no collegio de Jesus e das Artes da cidade de Coimbra haja daqui em diante um escrivão, que escreva e faça todos os contractos de aforamentos e arrendamentos, tombos e livros delles, procurações e todas as mais escripturas que podem fazer os tabelhões das notas de meus reinos, e isto nas cousas que tocarem as rendas, bens, e fazenda do dicto collegio e reli-giosos d'elle sómente, e o dicto escrivão terá livro de notas, em que fará as dictas escripturas, o qual será numerado e assignado pelo conservador da Universidade da dicta cidade: e do dicto livro tirara as dictas escripturas, e poderá fazer nellas signal publico assim como o fazem os dictos tabelhões das notas. E hei por bem que as dictas escripturas assim por elle feitas na maneira que dicto é seja dada tanta fé e credito como se da e por direito se deve dar as escripturas que são feitas pelos dictos tabelhões das notas de meus reinos, e assim me praz que o reitor do dicto collegio possa nomear e pôr uma pessoa apta que sirva o dicto officio, a qual nomeação fará por um seu assignado com o traslado d'este alvará. E antes que a dicta pessoa comere a servir meo fazi o signal publico de que houver de usar no livro do conselho da dita Universidade e lho sera dado juramento dos sanctos evangelhos pelo dicto conservador, que sirva bem e verdadeiramente guardando em todo a mim meu serviço e as partes seu direito, de que se fará assento no dicto livro do conselho, assignado pelo dicto conservador e pela dicta pessoa. E o dicto conservador passará sua certidão nas costas do dicto assignado de nomeação de como lho deu, e com a tal certidão podera o dicto escrivão usar do contheúdo neste alvará, e em outra maneira não. E sendo caso que a dicta pessoa que o reitor nomear falleça, ou tenha tal impedimento por onde não possa servir o dicto

officio, o dicto reitor poderá nomear outra pessoa que o sirva conforme a este alvará, e parecendo-lhe que alguma pessoa das que assim nomear não sirva, não faz seu offiço como deve, a poderá suspender e tirar do dicto officio, e a nomear outra pessoa que o sirva na maneira acima dicta, e em qualquer destes casos o que assim nomear fará no dicto livro do conselho da Universidade o signal publico de que houver de usar, e lhe será dado juramento pelo dicto conservador como acima é dicto. E mando a todos meus desembargadores, corregedores, juizes e justicas, officiaes e pessoas a quem o conhecimento desto pertencer, ~~que~~ cumpram e guardem e façam intiramente cumprir e guardar este alvará como se nelle contém, o qual com a nomeação do dicto reitor se trasladarão no principio do livro das notas que o dicto escrivão ha de ter. E hei por bem que valha e tenha força e vigor sem embargo da ordenação do 2.º livro, titulo 20, que diz que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas e passando por alvaras não valham; e valera este introssim postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação que manda que os meus alvaras que por ella não forem passados se não guardem. Gaspar de Seixas o fez em Lisboa a 12 de janeiro de 1568. Jorge da Costa o fez escrever. O CARDINAL INFANTE, *Paulo Agnons*. Na Apostilla, *Gaspar de Figueiredo*.

Alvará por que v. a. ha por bem, que no collegio de Jesus e das Artes da cidade de Coimbra haja daqui em diante um escrivão nomeado pelo reitor do dicto collegio, que faça as escripturas acima declaradas, para v. a. ver.

E assim hei por bem que a pessoa que o reitor do collegio de Jesus e das Artes da cidade de Coimbra nomear, conforme a provisão atrás escripta, para escrever o dos contra tomos de aforamentos e arrendamentos, tomos e livros delles, procurações e todas as mais escripturas que podem fazer os tabelhões das notas, que tocarem ás rendas e bens e fazenda do dicto collegio e reliquias d'elle, possa tal pessoa servir o dicto officio no que tocar aos contractos de aforamentos e arrendamentos, tomos e livros delles, procurações e todas as mais escripturas, que podem fazer os tabelhões das notas de meus reinos, que tocarem ao mosteiro de S. Jorge juncto da dicta cidade de Coimbra, que é annexo ao collegio do Espirito Sancto da companhia de Jesus da cidade de Evora, e use acerca desso de todo o contido na dicta provisão, e se lhe cumpra e guarde assim e da maneira que se nella contém; e como por virtude della o pode fazer no que toca ao collegio das Artes da dicta cidade de Coimbra, porque assim o hei por bem e meu serviço. E mando ás justicas a quem o conhe-

cimento disto pertencer, que cumpram inteiramente esta apostilla como se nella contem, a qual me praz que valha como carta, e não passe pela chancellaria sem embargo da ordenação em contrario. Gaspar de Magalhães a fez em Alcobrim a 22 de abril de 1568. João de Seixas a fez escrever. — Rei. — E o escrivão, que os padres, por virtude deste alvará, e da apostilla dello podem ter, para lhes fazer as escripturas, de que no dicto alvará e apostilla faz menção, poderá ter uma pessoa apta que lhe tire da nota as dietas escripturas subscrivendo-as o dicto escrivão e aporandoo-as de seu signal publico, a qual pessoa será menor de idade de dez-seis annos, e de qualidade para nisso servir; primeiro que comee a servir com o dicto escrivão sera a dicta pessoa apresentada ao conservador da Universidade da dicta cidade, o qual parecendo lhe que é apta, lhe dará juramento dos sacros evangelhos, que bem e verdadeiramente traslade, escreva e faça o que por este alvará lhe dou licença que possa fazer; e se a tal pessoa fallecer ou tiver outro qualquer impedimento, por onde não possa escrever as dietas cousas, o dicto escrivão poderá para isso escolher outra pessoa apta, conforme ao que a uma é dito, a que o dicto conservador outrossim dará juramento de maneira que em todo o tempo possa ter uma pessoa que o ajude a escrever, e mais não. E esta apostilla me praz que valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada e passada por minha chancellaria, e postoque por ella não seja passada, sem embargo das ordenações em contrario. Gaspar de Seixas a fez em Lisboa a 5 de março de 1577. Jorge da Costa a fez escrever. — Rei. — Pagou nada. — Na segunda apostilla referendou D. João.

(Confirmados por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1581, e por D. Philippe III a 16 de novembro de 1634.)

Lex. 2.ª. l. 1.ª. d. 11 e 11. — Lex. 1.ª. de ex. ar. a sua cidade, §. 2.º e 1.º. — 11. Lex. 2.ª. de confirmagões cidade, d. 102 a 103. v.

XXV

Causas que el-rei concedeu ao collegio das Artes pelos apontamentos abaixo

Que o collegio não pague de suas cartas e sentenças sello da chancellaria como não paga a Universidade; nem deposite os

9000000 réis da ordenação dos aggravos que tirar de ante o conservador, os quaes descaído se perdem para a Universidade e gastos della, e deve antes heer ao seu collegio das Artes para os gastos delle que são grandes; nem paguem assignaturas como não paga a Universidade.

Que ao sindaco do collegio sendo doutor da Universidade se dê seu lugar nas audiencias e exames privados dos juristas, como tem o sindaco da Universidade, e gose de todos os mais privilegios de que elle gosar.

Que ao sindaco, solicitador, guardas, e mais pessoas, que servem ao collegio, se dê carne e peixe nos açougues pelo almotacel da Universidade como se dão ao sindaco e pessoas dilla, e em tudo sejam havidos como membros e pessoas, que servem a dicta Universidade.

Que o collegio e estudantes delle gosem de todos os privilegios da Universidade, e em alguns delles se requier certidão do reitor da Universidade, como é no privilegio que tem para os estudantes não pagarem dizima nem portagem, nem outra alguma costumagem, nem tributo das cousas que mandarem trazer para seu mantimento, que haja por bem que em todos estes privilegios assim para as cousas do collegio, como para os estudantes que nelle estudarem, onde se requier certidão do reitor da Universidade basta certidão do reitor do dicto collegio feita p^o b^o escriptão delle.

Que os que não guardarem os privilegios do collegio ou pessoas que estudam nelle, incorram em 20 cruzados de encoato, como incorrem os que não guardam os privilegios da Universidade applicados metade para os guardas, e metade para os captivos; e o conservador proceda contra elles, postoque sejam juizes, corregedores, ou outras pessoas ate final despacho dando aggravo.

Que o conservador execute estas cousas muito inteiramente como juiz que é do collegio e estudantes delle, e como executa as da Universidade.

Eu el-rei faço saber aos que este meu alvará virem, que eu vi os seis apontamentos a tras e acima escriptos, que me fizeram o reitor e padres do collegio das Artes e de Jesus da cidade de Coimbra, de que tem necessidade, que se lhe guardem para conservação e guarda dos privilegios dos dictos collegios, pelo que hei por bem e me praz, que daqui em diante se cumpram e guardem ao dicto reitor e padres dos dictos collegios os dictos seis apontamentos, com todas as clausulas e declarções em cada um dos dictos apontamentos assim e da maneira que se nelles contém, e pena nelles declarados. E mando a todos os desembargadores, corregedores, juizes, justicias de meus reinos e a

nhorios, ao reitor da Universidade da dicta cidade e ao conservador della, que ora são e ao deante forem, que cumpram e guardem e façam cumprir e guardar os dietos seus apontamentos, assim e da maneira que se nelles contém, sem duvida nem embargo algum que a ello ponham, e assim me praz que os mais privilegios que o dicto reitor e padres têm concedidos aos dietos collegios por el-rei meu senhor e avô, e por mim, que se lhe cumpram e guardem assim e da maneira que se cumprem e guardam ao reitor e Universidade da dicta cidade, e pessoas e officiaes della, sem outrosim lhe nisso porém duvida nem embargo algum, porque minha vontade e tenção é que tenham todos os privilegios, e liberdades, que a dicta Universidade tem, sem embargo de quaesquer estatutos, privilegios e provisões minhas, que a dicta Universidade de Coimbra tiver em contrario. E este me praz que valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do 2.º livro, titulo 20, que diz que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas e passando por alvaras não valham; e se cumprirá outrosim posto que não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação que diz, que os meus alvaras que não forem passados pela chancellaria se não guardem. João de Castilho o fez em Salvaterra a 22 do abril de 1569. REI.

Alvará concedido ao reitor e padres dos dietos collegios das Artes e de Jesus, da cidade de Coimbra, para v. a. vêr todo. Cumpra-se como el rei nosso senhor manda. Ayres da Silva. Compra-se. Pinheiro.

(Confirmado por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1591. e por D. Philippe III a 6 de fevereiro de 1634.)

Liv. 2.º citado, fl. 86 e 86 v. Liv. 1.º de confirmações citado fl. 51 a 52. Liv. 2.º de confirmações citado, fl. 51 a 52 v.

XXVI

Por que el-rei privilegia seis homens que o reitor nomear

Eu el-rei faço saber aos que este meu alvara virem, que ha vendo respeito ao muito numero de religiosos que ha no collegio de Jesus e das Artes, da cidade de Coimbra, pelo que tem necessidade de muitos servidores e pessoas que negociem o provimento e cousas delle, hei por bem e me praz que o reitor do

dicto collegio possa ter seis homens, quaes lhe bem parecer, que sirvam o collegio da dicta cidade, e em quaesquer outras partes onde tiverem rendas e necessidade delles; os quaes homens, com certidão d'elle reitor, em que declare como servem nas cousas em que elle os encarrega, gosarão de todos os privilegios e liberdades da Universidade, da dicta cidade, de que gosam os estudantes matriculados nella. E com a tal certidão mando ao conservador da dicta Universidade que os admitta por privilegiados e lhes passe disso sua carta em fôrma, assignada por elle; com a qual carta e certidão do reitor do dicto collegio, em que declare como servem no que os encarrega, mando a todas as justiças de meus reinos, que lhes guardem seus privilegios. E hei por bem que este meu alvará se cumpra e guarde como se nelle contém, sem embargo de uma provisão que passei á dicta cidade de Coimbra, feita a 30 de novembro de 64, e de outras quaesquer que haja em contrario, e sem embargo dos estatutos da dicta Universidade.

E este alvará hei por bem que tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, postoque por ella não seja passado, sem embargo das ordenações do 2.º livro, que o contrario dispõem. Clemente de Castilho o fez em Monte-mór-o-Novo a 31 de outubro de 1569. João de Castilho o fez escrever. — Rei.

Alvará dos religiosos do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, para vossa alteza vôr. Cumpra-se e registre-se. D. Fernão Martim Mascarenhas. Certidão do registo, hoje 2 de abril de 1588 annos, em cumprimento do despacho atrás do senhor reitor desta Universidade. Registei este alvará no livro dos assentos e accordos da meza da fazenda della, eu Diogo Coutinho, que ora sirvo de secretario, *absentia* de Gregorio da Silva. E assignei aqui. Diogo Coutinho.

(Confirmado por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1591, e por D. Philippe III a 20 de outubro de 1631.)

Liv. 2.º citado fl. 48 v. Liv. 1.º de confirmações citado fl. 39 e 89 v. Liv. 2.º de confirmações citado fl. 113 a 115

XXVII

**Para que o reitor do collegio possa mudar o mestre de ler
no de latim quando quizer.**

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que eu hei por bem e me praz, que o reitor do collegio da companhia de Jesus da cidade de Coimbra possa, quando lhe bem parecer, pôr no dicto collegio um mestre de latim em lugar do mestre de ler e escrever, que pelos estatutos do collegio está ordenado que nelle haja. E este alvará me praz que valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, e postoque por ella não seja passado sem embargo das ordenações em contrario. Gaspar de Seixas o fez em Almeirim a 23 de fevereiro de 1572. Jorge da Costa o fez escrever. () que assim houve por bem conformando-se tambem com o contracto que é feito entre a Universidade e o dicto collegio. — Rsr. — Martim Gonçalves da Camara.

Alvará por que v. a. ha por bem, que o reitor do collegio da companhia de Jesus, da cidade de Coimbra, possa, quando lhe bem parecer, pôr no dicto collegio um mestre de latim em lugar do mestre de ler e escrever, que pelos estatutos do collegio está ordenado que nelle haja; e que valha como carta e não passe pela chancellaria.

(Confirmado por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1591 e por D. Philippe III, a 18 de outubro de 1634.)

Liv. 1.º de confirmações citado, fl. 32 e 32 v. Liv. 2.º de confirmações citado, fl. 110 e 111 v.

XXVIII

**Para que a visitação do collegio das Artes fique á companhia.
e os estatutos nunca prejudiquem o collegio**

Dom Sebastião por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia

e da India, &c.^a Faço saber aos que esta minha carta virem, que por quanto o reitor e conselho da Universidade da cidade de Coimbra, e os padres do collegio de Jesus da dicta cidade, na concordia que ora fizeram sobre as escholas menores, que o dicto collegio e padres delle têm a seu cargo, e sobre a dotação das dictas escholas, declararam que a visitação que se nellas havia de fazer, para se saber se se cumpriam aquellas cousas, a que os padres se obrigaram, ficasse reservada a mim para eu ordenar como a dicta visitação se fizesse, como mais largamente na escriptura da dicta concordia por mim confirmada se contém, eu havendo a isso respeito, e por se evitar a turvação e inquietação que aos padres do dicto collegio se poderia causar, se por outro modo se ordenasse e fizesse a dicta visitação, e por outras justas causas que me a isso moveu, hei por bem e me praz que dsqui em diante a dicta visitação se faça pelo provincial ou visitador ordinario da companhia que ora são e ao deante forem, sem nisso se poder entremetter outra alguma pessoa; e quando a mim ou aos reis meus successores parecer, que devemos avisar o dicto provincial ou visitador dalgumas cousas tocantes e pertencentes á dicta visitação o faremos, e não provendo elles nas dictas cousas mandaremos avisar o geral da companhia, e não bastando isto então o faremos saber ao sancto padre, para que sua sanctidade ordene como nisso se proveja. E porque a dicta visitação pende dos estatutos, que tenho dados ao dicto collegio, e ao deante lhe dêr, como protector que sou da dicta Universidade e collegio, declaro que minha tenção é e foi sempre que os dictos estatutos, feitos e por fazer, sejam todos conformes ás constituições, regras e modo de proceder, que os padres da companhia têm em suas univeridades, escholas e collegios, e quero e mando que do tal modo se façam e entendam os dictos estatutos, que em cousa alguma não repugnem nem vão contra as dictas constituições, regras e modo de proceder. O que tudo hei por bem que se cumpra e guarde para todo sempre, sem duvida nem embargo algum que a isso possa ser posto, e enquanto necessario é peço por mercê ao sancto padre que assim o confirme e aprove de seu motu proprio, certa sciencia, e com todas as mais clausulas que forem necessarias para perpetua firmeza e inviolavel observancia de tudo o acima dicto. Dada na villa de Almeirim a 23 de fevreiro. Gaspar de Seixas a fez, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1572. Jorge da Costa a fez escrever. Esta fórma de visitação houve por bem de dar pelos respetos acima declarados, e por virtude do contracto e concordia de que acima faz menção. — El-Rei. — Martim Gonçalves da Camara.

Carta sobre a visitação do collegio e escolas menores da cidade de Coimbra para v. a. vér. Registada na chancellaria folhas 21. Pero de Oliveira. Pagou nada, em Santarem a 18 de março de 1572. E aos officiaes 600 réis. Pero Fernandes. Melchior de Amaral.

(Confirmado por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1591 e por D. Philippe III a 8 de novembro de 1631.)

Liv. 1.º de confirmações editado, fl. 18 v. e 19. Liv. 2.º de confirmações editado, fl. 86 v. e 88 v.

XXIX

Para que os novos estatutos não prejudicassem ao collegio.

Dom Sebastião, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem mar em Africa, senhor do Guiné e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c.¹ Faço saber aos que esta minha carta virem, que eu hei por bem e me praz que nos estatutos¹ novos da Universidade da cidade de Coimbra, que ora mando fazer e reformar não se ponha cousa alguma do que toca ao regimento, autos e exercicios, que se fazem no collegio de Jesus, e lições que nelle se lêem, porquanto o dicto collegio tem seus estatutos e ordem particular: e tudo o que ora tracta do dicto collegio no livro dos estatutos da dicta Universidade será de nenhum vigor e effeito na parte que se encontra com os estatutos, provisões, e ordem do dicto collegio e modo de proceder delle. E o escrivão do conselho da Universidade fará declaração de como o assim tenho mandado no livro dos estatutos della, na margem dos capitulos que disso tractam. E por firmeza do que dicto é lhe mandei dar esta carta, por mim assignada, e sellada do meu sello pendente Gaspar de Seixas a fez em Almeirim a 23 de fevereiro, anno do nascimento de nosso Senhor Jeaus Christo de 1572. Jorge da Costa a fez escrever. — El. Rei. — Martin Gonçalves da Camara.

Carta por que v. a. ha por bem que nos estatutos da Universidade de Coimbra, que ora v. a. manda fazer e reformar, não se ponha cousa alguma do que toca ao regimento, autos e exercicios que se fazem no collegio de Jeaus, e lições que nelle se lêem, porquanto o dicto collegio tem seus estatutos e ordem par-

¹ Vide no fim do volume a nota G.

ticular, e tudo o que ora se tracta do dicto collegio no livro dos estatutos da dicta Universidade será de nenhum vigor e effeito na parte que se encontra com os estatutos, provisões, e ordem do dicto collegio e modo de proceder delle. Martim Gonçalves da Camara. Registado na chancellaria a folhas 22. Pero de Oliveira. Paguei *nihil* em Santarem a 28 de março de 1572; e aos officiaes 600 réis. Pero Fernandes, Melchior de Amaral.

Confirmado por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1591.

Liv. 1.º de comprações citadas, fls. 19 e 19 v.

XXX

Para os mestres em Artes, que se fazem pelas superiores, e graduados em Theologia, serem incorporados na Universidade desta cidade

Donn Sebastião, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem mar em Africa, senhor de Guiné e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc. Faço saber aos que esta minha carta virem, que havendo respeito a obrigação que o collegio da companhia de Jesus da cidade de Coimbra tem dos autos que nelle e na Universidade da dicta cidade se fazem, e cursos de Artes que no dito collegio se fêem, para que são necessários muitos mestres em Artes, e a dicta companhia não levar proprias aos que os religiosos della examinam e graduam, hei por bem e me praz que daqui em diante sejam examinadores no dito collegio, para todos os graus que se dão em Artes, todos os religiosos da companhia, que o superior delle ordenar, sem tomarem juramento nem pagarem coisa alguma do que pelos estatutos está ordenado ou ao diante se ordenar que se pague para a arca da Universidade, nem proprias aos examinadores e graduados e officiaes della, emquanto os dictos graduados estiverem no dito collegio de Coimbra ou em outro da companhia destes reinos e senhorios. E sendo os taes religiosos havidos por idôneos eu os hei por graduados nos dictos graus e por mestres na dicta Universidade, e assim me praz de incorporar e hei por incorporados nos dictos graus na dicta Universidade quaesquer outros religiosos da companhia, que estiverem no dicto collegio de Coimbra, que na Universidade de Evora ou em qualquer outra Universidade approvada, assim deste reino como de fora dell., tomaram os graus em

Artes, parecendo bem ao superior da dicto collegio. E isto sem tomarem juramento nem pagarem cousa alguma, como a uma é dicto, e uns e outros como mestres feitos na dicta Universidade usarão de seus grãos, e gozarão de todas as graças e privilegios de que gozam e podem gozar os que na dicta Universidade, conforme aos estatutos della, são agraduados e incorporados; o que assim me praz enquanto o reitor do dicto collegio fôr disso contente, sem embargo dos estatutos da dicta Universidade e collegio, e de quaesquer providões que haja em contrario. E por breueza disso lhe mandei dar esta carta por mim assignada e sellada do meu sello pendente. Gaspar de Seixas a fez em Evora a 18 de junho, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1573. Jorge da Costa a fez escrever.

- El-Rei.

Apostilla. E pela mesma maneira que se contém nesta carta me praz de incorporar e hei por incorporados na dicta Universidade de Coimbra os religiosos da companhia graduados em Theologia em quaesquer graus que tiverem, que na Universidade de Evora ou em qualquer outra Universidade approvada, assim destes reinos como de fora delles, tomaram os grãos, e isto sem tomarem juramento nem pagarem cousa alguma como acima é dicto, que se faça nos graduados em Artes. E esta apostilla me praz que valha como carta, e posto que não seja passada pela chancellaria sem embargo das ordenações em contrario. Jorge da Costa a fez em Lisboa a 15 de maio de 1577. E isto me praz assim com tal declaração, que os taes graduados em Theologia não poderão levar propinas algumas como sou informado que agora as não levam. - - Rei. Martin Gonçalves da Camara.

Carta sobre os graus em Artes dos religiosos da companhia de Jesus, para v. a ver. Pagou nada em Evora a 27 de junho de 1577; e nos officiaes somente 1025 reis. Pero Fernandes, Registada na chancellaria, folhas 85. Pero de Oliveira, Simão Gonçalves Preto.

(Confirmada por D. Philippe 1 a 20 de janeiro de 1591.

Liv. 1.ª de affirmacões citada fol. 20 a 21.

XXXI

Para que o conservador prenda e proceda contra os estudantes
e pessoas que no collegio das Artes fizerem uniões

Eu el-rei faço saber a vós conservador da Universidade da Coimbra, que ora sois e ao deante fôrdes, que eu sou informado que alguns estudantes, das escolas maiores da dicta Universidade vão ao collegio das Artes fazer descortesias e maus ensinos aos mestres e estudantes do dicto collegio, e os dias passados arrecaram no pateo das escolas delle e fizeram uma grande união; pelo que vos mando que quando vos constar, que alguns estudantes das escolas maiores e outras pessoas commettem os taes excessos, e maus ensinos, contra os lentes e estudantes do dicto collegio, assim dentro nelle como em qualquer outra parte, e sendo para isso requerido pelo reitor do dicto collegio, tomeis conhecimento disso, e procedaes contra os delinquentes como fôr justiça dando appellação e aggravo nos casos em que conber, o que assim cumprireis com toda a diligencia. E este alvará se registará no livro da chancellaria da conservatoria e no do conselho da dicta Universidade para se saber como o assim tenho mandado; o qual hei por bem que valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, e postoque por ella não seja passado sem embargo das ordenações que o contrario dispõem. João da Costa o fez em Lisboa a 20 de julho de 1576. Jorge da Costa o fez escrever. REL. -- Dom João.

Alvará por que v. a. manda ao conservador da Universidade de Coimbra, que ora é e ao deante fôr, que quando lhe constar que alguns estudantes das escolas maiores e outras quaesquer pessoas vão ao collegio das Artes fazer alguns maus ensinos aos mestres e estudantes do dicto collegio, assim dentro nelle como em qualquer outra parte, e sendo para isso requerido pelo reitor do dicto collegio tome conhecimento disso e proceda contra os delinquentes dando appellação e aggravo; e que este valha como carta e não passe pela chancellaria

Confirmado por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1581 e por D. Philippe III a 23 de abril de 1631.

Liv. 1.º de confirmações citada, fl. 52 v. e 33. Inc. 2.º de confirmações citada fl. 62 a 63 r.



PARTE VI

PRIVILEGIOS DE COUTOS E MOSTEIROS

**Confirmação de uma carta ao dom abbade do mosteiro de Pedroso,
por que Sua Magestade lhe faz conto o dicto mosteiro pelas
demarcações, e limitações na dicta carta declaradas**

D. Philippe, por graça de Deus, rei do Portugal e dos Algarres, daquem e dalem mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio da Ethioopia, Arabia, Persia, e da India. &c. Faço saber aos que esta minha carta de confirmação virem, que por parte do dom abbade do mosteiro de Pedroso me foi apresentada uma carta do Infante D. Affonso, Principe de Portugal, traduzida de latim em linguagem, de que o traslado é o seguinte.

Eu soune da Sanctissima, e Individua Trindade, Padre, Filho, Espirito Sancto, Trindade Indivisa, que nunca terá fim por todos os seculos dos seculos. Eu o Infante Affonso, neto do gloriosissimo imperador de Hespanha, e filho do conde D. Henrique e da rainha Thereza, e por providencia divina principe de toda a provincia de Portugal, sem ser constrangido de alguma necessidade, nem amedrontado com alguma perturbação, mas de minha propria e livre vontade, a vós abbade D. Martinho, e vossa congregação, e tambem a D. Gelvira Fernandes, e vossos herdeiros, faço conto ao mosteiro de S. Pedro de Pedroso para bem da minha alma, e pelos serviços que me fizestes, e haveis de fazer: e porque o dicto abbade me deu setecentos soldos, e tambem porque enquanto houver o dicto mosteiro se dirá nelle todos os dias uma missa por minha alma: e esta situado o dicto mosteiro no lugar que se chama Pedroso, juncto ao monte Castro, por onde corre o rio Feveros, territorio do Porto. Primei-

ramento começa o conto juncto á fonte de Ribonca juncto á Serpente, e dahi a S. Mamede, e vae á fonte Fria, e dahi á fonte que chamam de Figueiras, dahi á pedra Salgada, dahi á pedra da Era, dahi ao porto Carreiro e vae ter á estrada, e dahi porciada até áquelle lugar, pelo qual Saxozello se aparta de Afonsinho, e do modo com que Saxozello divide com o paço, assim como desce aquella agua que vae áquelle porto, aonde Villa Chã se aparta com os lavadouros, e como aquella agua desce no rio FEVEROS até os lavadourinhos, e como vae pela agua de FEVEROS ao lugar, como se aparta a capellinha de Villa Cova, dahi á pedra de Pedro, e vae em direito á pedra Fixa, dahi aos Ladrões, e vae ter áquelle lugar, aonde primeiro começamos. Porém assim a vós, como aos outros, faço a saber acerca da quinta chamada Figueiredo, que esta no dicto conto, que me daes outra por ella no lugar chamado Serpente, e Candeio, e um casal em Almenaria, isto faço de minha propria e livre vontade, estando em meu inteiro e perfeito juizo, que deste dia e tempo se tire de meu direito e se vos entregue e confirme para sempre; e se houver alguém (o que não espero) ou eu, ou meus parentes, ou estrangeiros, que por força quizer entrar os termos do dicto conto, seja maldigoado, e confundido, e com poder real seja obrigado a vos pagar seis mil soldos, ou a vossos successores, e restituirá quatro dobros todo o damno que fizer, tambem será apartado do gremio da sancta madre egreja, e como Judas traidor seja castigado para sempre com pena de excommunição. Feita aos tres de agosto da era de mil cento e trinta e seis ⁴¹. Eu Afonso acima nomeado confirmo esta carta por minha propria mão. Pelagio, arcebispo da Sé de Braga a confirmou. Mendo Fernandes a confirmou. Guelo Mendes a confirmou. Ermigio Momiz, trinchante, a confirmou. Telio, arcebispo de Coimbra, a confirmou. Hugo, bispo do Porto, a confirmou. Sancho Nunes a confirmou. Egas Gosen-dia a confirmou. Odonio, prior de Vizeu, a confirmou. Daniel,

⁴¹ Evidentemente a data está errada, porque na era de 1136, ou anno de 1098, ainda não tinha nascido D. Afonso Henriques, em nome do qual esta carta é passada. Na copia que existe na Torre do Tombo e chancellaria de D. Philippe III, liv. 214, fol. 273, encontra-se o mesmo erro do texto, já pelo auctor da *Reconquista Lusitana*, a pag. 106 do 2.º tomo, que o corrigiu para 1166. João Pedro Ribeiro, porém, referindo-se a este documento, a pag. 37 do tom. 3.º part. I das suas *Disertações chronologica e critica*, Lisboa 1817, dá o seguinte:

«A Benedictina Lus. P. II, p. 105 attribue este Documento á Era 1166, mas o titulo de *Principe* não é deessa mesma Era, e na de 1136 governava seu Pai.»

abbade de Lervão, a confirmou. Nuno, abbade de Tibionense, a confirmou. Mendo cancellario do Infante, a escreveu. Pedro, testemunha. Soares, testemunha. Gougalo, testemunha.»

Pedindo-me o dicto dom abbade do mosteiro de Pedroso por mercê que lhe confirmasse esta carta, e visto por mim seu requerimento, querendo-lhe fazer graça e mercê, tenho por bem, e lha confirmo, e hei por confirmada, e mando que se cumpra e guarde inteiramente assim, e da maneira que se nella contém, porquanto pagaram de meia annata da mercê desta confirmação tres mil e seiscentos reis, como se viu por certidão do escrivão da recepta do thesoureiro geral dellas, que lhe foram carregados no livro de seu recebimento, a folhas trezentas e dezeseis; e por firmeza desso lhe mando passar esta carta por mim assignada e sellada do meu sello pendente. Antonio de Moraes a fez em Lisboa a quinze de outubro, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil seiscentos e trinta e tres. Antonio Santhos Farinha a fez escrever.— El rei — O conde de Sancta Cruz. P.

Confirmação da carta, nesta trasladada, ao dom abbade do mosteiro de Pedroso, por que vossa magestade lhe faz couto o dicto mosteiro pelas demarcações, e hmitações, acima declaradas, e pagou a meia annata pela maneira acima declarada. Para vossa magestade vêr. P. André Velho da Fonseca. Pagou nada por privilegio, que tem o collgio de Coimbra, de que são estas terras. Lisboa ao derradeiro de fevereiro de mil seiscentos trinta e quatro annos. E ao chancellier mór, e officiaes com o cordão quatro mil e cem réis; e ao escrivão das confirmações mil setecentos e vinte réis. Miguel Maldonado. Registada na chancellaria a folhas duzentas setenta e tres. Belchior Pereira. Fica registada a primeira carta de confirmação em o livro da chancellaria desta comarca do Porto por mim escrivão della, a folhas cento sessenta e quatro, no Porto vinte e nove de janeiro de mil seiscentos e trinta e cinco. João Corrêa.

(*Confirmado por carta de D. Philippe III de 15 de outubro de 1635.*)

Lex. 27 de confirmações citalo, fl. 40 v. a 42 v.

II

**Confirmação da carta, por que sua magestade ha por bem de receber
sob sua protecção ao reitor do mosteiro de Sam Fins**

Dom Philippe, por graça de Deus, rei de Portugal, e dos Algarves, da quem e dalem mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber aos que esta minha carta de confirmação virem, que por parte do reitor do mosteiro de Sam Fins da companhia de Jesus, me foi apresentada uma carta do senhor rei D. Affonso, que sancta gloria haja, em latim, traduzida em linguagem portugueza, assignada por D. Nuno Rodrigues, e pelo chanceller, e por Affonso Peres Farinha, e por Affonso Soeiro, ouvidor, e por Pedro Petarino, e por Domingos João seu clérigo, e por Domingos Vicente vice mordomo, e Diogo João notario, e passada pela chancellaria, da qual o traslado é o seguinte:

D. Affonso, por graça de Deus, rei de Portugal e do Algarve. A todos os que a presente virem faço saber, que o abbade, e convento do mosteiro de Sam Felix, me mandaram mostrar uma nossa carta, sellada com o nosso sello, cujo theor é o seguinte:

D. Affonso, por graça de Deus, rei de Portugal, conde de Barchonha. A todas as pessoas de meu reino, a cuja noticia chegarem estas letras, saude. Sabereis que eu recebo debaixo de minha protecção ao abbade de S. Felix de Fenestras com seu mosteiro e com suas egrejas, e com seus homens, e com suas herdades, e com seus coutos, e com quanto em meu reino tem; e ponho tal cautela em seu mosteiro, egrejas, homens, herdades e coutos, e em quanto tem em meu reino, que qualquer que alli lhe fizer mal será condemnado em quinhentos cruzados, e lhe refará por inteiro o damno que lhe fizer, e além disto sera todo por inimigo meu, e para que elle seja melhor amparado, e defendido com quanto tem em meu reino, lhe dou esta minha carta aberta, e firmada com o signal do meu sello. Dada em Coimbra aos deztois de abril por meu mandado, era de mil duzentos oitenta e oito.

E porquanto o signal da tal carta se gastava pela antiguidade, mandaram-me pedir por graça e mercee que eu a fizesse relover, e sellar com meu sello. E eu, o sobre dicto rei, a petição delles, lles mandei rescrever na presente a sobre dicta carta, e que se

sellasse com meu sello. Dada em Santarem a vinte e dois de abril por mandado del-rei, por Dom Nuno Rodrigues, e pelo chanceller, e por Affonso Peres Farinha, e por Affonso Soeiro, ouvidor, e por Pedro Petarino, e por Domingos João, seu clérigo e por Domingos Vicente, vice-mordomo, e Diogo João notario, era de mil trezentos e onze.

Pediudo-me o dicto reitor do mosteiro de Sam Fins por mercê que lhe confirmasse esta carta e visto seu requerimento, querendo-lhe fazer graça e mercê, tenho por bem, e lha confirmo, e hei por confirmada, e mando que se cumpra e guarde assim e da maneira que se nella contém; e pagaram de meia annata da mercê desta confirmação ao thesoureiro geral dellas trezentos e sessenta réis, que lhe ficam carregados no livro de seu recebimento, a folhas quinhentas e quatorze verso, como se viu por certidão do escripto de sua receita. E por firmeza disso lhe mandei dar esta carta por mim assignada, e assellada do meu sello de chumbo pendente. Antomo Marques a fez em Lisboa ao primeiro dia de agosto, anno do nascentimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil seiscentos e trinta e quatro. Eu Duarte Dias de Menezes a fiz escrever. EL-REI. O conde de Sancta Cruz. P.

Confirmação da carta nesta trasladada por que sua magestade ha por bem receber sob sua protecção ao reitor do mosteiro de Sam Fins, como se contém na dicta carta; e pagaram a meia annata pela maneira acima declarada. Para vossa magestade ver. P. André Velho da Fonseca. Pagou nada por privilegio que tem. Em Lisboa a dezenove de setembro de mil seiscentos e trinta e quatro annos. — E ao chanceller mór, e officiaes da chancellaria, com o cordão, oitocentos e vinte oito réis; e ao escripto das confirmações quinhentos réis. — Miguel Maldonado. — Registada na chancellaria a folhas duzentas oitenta e tres. — Manuel Godinho.

(Carta de D. Affonso passada a 18 de abril era de 1288, confirmada por D. Philippe III a 1 de agosto de 1634.)

Liv. 2.º de confirmações citadas, fl. 20 v. e 32 v.

III

Confirmação de uma carta de sua magestade ao reitor do mosteiro de Sam Fins, para que os moradores e lavradores dos coutos de dicto mosteiro não sejam constrangidos a ir velar ao castello de Lapella

Dom Philippe, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação, e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber aos que esta minha carta de confirmação virem, que por parte do reitor do mosteiro de Sam Fins da companhia de Jesus me foi apresentada uma carta do senhor rei Dom João o primeiro, que sancta gloria haja, assignada por Christovão Gonçalves, e por Diogo Martins, do seu desembargo, e passada pela chancellaria, da qual o traslado é o seguinte:

Dom João, pela graça de Deus, rei de Portugal, e do Algarve. A vós juizes do julgado do Froyun, e a todos os outros a quem desto o conhecimento pertencer, e a quem esta carta firmostrada, saude. Sabede que os lavradores e moradores e procuradores dos coutos de Sam Fins nos enviaram dizer que Gomez Annes, alcaide do castello de Lapella os constrange, e manda constranger, que vão velar ao dicto castello assim como quando haviamos guerra com o nosso adversario de Castella, em o que elles dizem que recebem grande aggravo, e que recebem por ello perda, e que nos enviavam pedir por mercê que lhe houvessemos sobre ello algum remedio, qual nossa mercê fosse, em guisa, que elles fossem escusados do dicto encargo: e nós vendo o que nos dizer, e pedir enviaram, temos por bem, e mandamos-vos, que não consentades ao dicto Gomez Annes, nem a outras nenhumaas pessoas que os constranjam, nem mandem constranger que vão velar ao dicto castello de Lapella, em quanto nos houveremos paz, ou treguas com o dicto nosso adversario de Castella, em tal guiza o fazeis, que elles se não venham a nos socorrer, e sob aggravar: e al non façades. Dantes mandamos por Christovão Gonçalves licenciado em Leis, e por Diogo Martins doutor em Leis, seus vassallos, e do seu desembargo. Pero Vicente a fez, era de mil quatrocentos quarenta e quatro annos.

Pedindo-me o dicto reitor do mosteiro de Sam Fins por mercê que lho confirmasse esta carta, e visto seu requerimento, que-

rendo-lhe fazer graça e mercê, tenho por bom, e lha confirmo, e hei por confirmada, e mando que se cumpra, e guarde assim, e da maneira que se nella contém. E pagaram de meia annata da mercê desta confirmação ao thesoureiro geral dellas trezentos e sessenta réis, que lhe ficam carregados no livro do seu recebimento, a folhas quinhentas e quatorze verso, como se viu por certidão do scrivão de sua receita. E por firmza disso lhe mandei dar esta carta por mim assignada, e assellada do meu sello de chumbo pendente. Lourenço da Cunha a fez em Lisboa a dois dias do mez de agosto, anno do nasimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil seiscentos e trinta e quatro. Eu Duarte Dias de Menezes a fiz escrever. — EL-REI. O conde de Sancta Cruz. P.

Confirmação da carta, nesta trasladada, ao reitor do mosteiro de Sam Fins, para que os moradores e lavradores dos coutos do dicto mosteiro não sejam constrangidos a ir velar ao castello de Lapella, como na dicta carta se contém, e pagaram a meia annata pela maneira acima declarada. Para vossa magestade ver. P. Andre Velho da Fonseca. Pagou nada por privilegio que tem Em Lisboa aos dezenove de setembro do mil seiscentos trinta e quatro annos, e ao chanceller mór e officiaes da chancellaria com o cordão oitocentos e vinte oito réis; e ao scrivão das confirmações quinhentos réis. Miguel Maldonado. — Registada na chancellaria a folhas duzentas oitenta e tres. — Manuel Godinho.

(Carta de D. João I de 1406, confirmada por D. Philippe III a 2 de agosto de 1631.)

Liv. 2.º de confirmações citado, fl. 352 v. e 353 v.

IV

Confirmação de uma carta, para que os conegos de Tuy
não tenham no conto do mosteiro de Sam Fins vassallos, nem
maladias¹, nem comprem ahí herdades

Dom Philippe, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação, e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber que por parte do reitor do mosteiro de S. Fins da companhia de Jesus me foi apresentada uma carta do senhor rei D. Affonso, assignada por Estevão Jolas, cancellairo, e por Affonso Rodrigues, desembargador, e passada pela chancellaria, da qual o traslado é o seguinte:

Dom Affonso, por graça de Deus, rei de Portugal, e do Algarve. A vós Nuno Martins, meu meirinho maior, ou aquelle que estiver em vosso logar, entre o rio Lima e Minho, saud e em o Senhor. Faço-vos a saber que o abbade do nosso mosteiro de Sam Fins de Fenestras me mandou dizer, que os conegos de Tuy, e outros soldados de nosso reino, têm e ganham vassallos e maladias em o conto, e herdades desta nosso mosteiro, de tal sorte, que o mesmo abbade não pode dali ter voz nem calunnia², nem outros seus fóros, do que eu muito me maravilho; porque o mesmo mosteiro é nosso, e livre, e eu sou dali verdadeiro protector, e não outro. Por onde eu vos man lo firmemente, que vós não soffraes a elles, nem a outros alguns, que tenham vassallos nem maladias no conto do nosso mesmo mosteiro; e se não tornar-me-hei pelo mesmo caso contra vós, e teri de vós queixume. E para que eu ouça de que maneira defendeis, e amparaes nossos logares, mando que o abbade do mesmo nosso mosteiro tenha ahí esta nossa carta. Dada em Lisboa a quinze de abril, mandando-o el rei por Dom Estevão Jolas cancellairo, e por Affonso Rodrigues desembargador, ora de mil trezentos e oito. Pedindo-me o dicto reitor do mosteiro de Sam Fins da com-

¹ Vide *Elucidario* de fr. Joaquim de Sancta Rosa de Viterbo, 2.^o vol., pag. 103 e 104. *Dissertações chronologicas e criticas*, por João Pedro Ribetto, t. 4.^o, 2.^a parte, pag. 133.

² O mesmo *Elucidario*, 1.^o vol., pag. 228, 229 e 230.

panhia de Jesus por mercê, que lhe confirmasse esta carta, e visto seu requerimento, querendo-lhe fazer graça e mercê, tenho por bem, e lha confirmo, e hei por confirmada, e mando que se cumpra e guarde, assim e da maneira que se nella contém, e pagaram de meia annata da mercê desta confirmação ao thesoureiro geral dellas trezentos e sessenta réis, que lhe ficam carregados no livro de seu recebimento, a folhas quinhentas e quatorze verso, como se viu por certidão do escrivão de sua receita; e por firmeza disso lhe mandei dar esta carta por mim assignada, e assellada do meu sello de chumbo pendente. Lourenço da Cunha a fez em Lisboa ao derradeiro dia de julho, anno do nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo de mil seiscentos e trinta e quatro. Eu Duarte Dias de Menezes a fiz escrever.

EL-REI. O conde de Sancta Cruz, P.

Confirmação da carta nesta trasladada, para que os conegos de Tuy não tenham no conto do mosteiro de Sam Fins vassallos nem maladias, nem comprem ali herdades, como se na dicta carta contém, e pagaram a meia annata pela maneira acima declarada. Para vossa magestade ver. P. André Velho da Fonseca. Pagou nada por privilegio que tem. Em Lisboa a dezoze de setembro de mil seiscentos trinta e quatro annos; e ao chanceller mór, e officiaes de chancellaria com o cordão oito centos e vinte e oito réis; e ao escrivão das confirmações quinhentos réis. Miguel Maldonado. Registada na chancellaria a folhas duzentas noventa e duas verso. — Behnior Pereira.

(Carta de D. Afonso III passada a 15 de abril do anno de 1270, e confirmada por D. Philippe III a 31 de julho de 1631.)

Liv. 2.º de confirmações citado, fl. 26 v. e a 27.

V

Confirmação de uma carta ao reitor do mosteiro de Sam Fins, por que sua magestade ha por bem tel-o em sua guarda

Hon Philippe, por graça de Deus, rei do Portugal e dos Algarves, daquem, e dalem mar em Africa, senhor da Guiné, e da conquista, navegação, e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber aos que esta minha carta de confirmação virem, que por parte do reitor do mosteiro de Sam Fins de riba de Minho me foi apresentada uma carta do

senhor rei Dom Affonso, que sancta gloria haja, assignada por Vasco Gonçalves, e passada pela chancellaria de que o traslado é o seguinte:

Dom Affonso, por graça de Deus, rei de Portugal e do Algarve. A quantos esta carta virem faço saber, que eu recebo em minha guarda, e em minha encomenda, e sob meu defendimento, Dom Lourenço Esteves, abade do convento do meu mosteiro de Sam Fins de Fenestras de riba de Minho, e seus homens, e seus gados, e seus herdamentos, e possessões, e dicto seu mosteiro, e todas as outras suas cousas: porém maldito, e defendido, que não seja nenhum tão ousado que faça mal, nem força aos dictos abade, convento, nem ao dicto mosteiro, nem a seus homens, nem a seus gados, nem em seus herdamentos, e possessões, nem em nenhuma das outras suas cousas, e aquelle que em dal fizer, pagar me-ha os meus encontros de seis mil soldos, e correga del em dobro o mal e a força que delles ou em cada um anno das suas cousas fizer. Em testemunho desto lhe dei esta carta. Dada em Lisboa, seis dias de maio. El rei o mandou por Vasco Gonçalves, seu chrego, veedor de sua chancellaria. Gonçalo Martins a fez, era de mil e trezentos e setenta e seis annos. Pedindo-me o dicto reitor do mosteiro de Sam Fins de Fenestras de riba de Minho por mercê, que lhe confirmasse esta carta, e visto seu requerimento, querendo lhe fazer graça e mercê, tendo por bem, e lha confirmo, e he por confirmada, e mando que se cumpra e guarde, assim e da maneira, que se n'elle contém; e pagaram da meia annata da mercê desta confirmação ao thesoureiro geral dellas tres mil e seiscentos reis, que lhe fízam carregados no livro de seu recebimento a folhas quinhentas e quatorze, como se viu por certidão do escrivão de sua receita. E por firmeza desso lhe mandei dar esta carta por mim assignada, e assellada do meu sello de chumbo pendente. Antonio Marques a fez em Lisboa, a vinte e sete dias do mez de julho, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil seiscentos e trinta e quatro. Eu Duarte Dias de Menezes a fiz escrever. — EL-REI. — O conde de Sancta Cruz. P.

Confirmação da carta nesta trasladada ao reitor do mosteiro de Sam Fins da companhia de Jesus, por que vossa magestade ha por bem tel-o em sua guarda como na dicta carta se contém, e pagaram a meia annata pela maneira acima declarada. Para vossa magestade ver. P. André Velho da Fonseca. Pagou nada por privilegio que tem. Em Lisboa, a dezoito de setembro de mil e seiscentos e trinta e quatro annos. E ao chancellier mór e officiaes da chancellaria, com o cordão, quatro mil e cem réis; e ao escrivão das confirmações mil setecentos e vinte réis. Miguel

Maldonado. Registada na chancellaria, folhas trezentas sessenta e uma. João de Paiva de Albuquerque.

(Carta de D. Affonso IV passada a 6 de maio de 1338; confirmada por carta de D. Philippe III de 27 de julho de 1334.)

Lic. 2.ª de confirmações citada, fl. 29 v. a 30 v.

VI

Uma carta ao reitor do mosteiro de Sam Fins da companhia de Jesus, para que lhe sejam confirmadas todas as graças, privilegios e liberdades, que pelos reis passados lhe foram concedidas

Dom Philippe, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação, e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber aos que esta minha carta de confirmação virem, que por parte do reitor do mosteiro de Sam Fins da companhia de Jesus me foi apresentada uma carta do senhor rei Dom Affonso, que sancta gloria haja, assignada por Affonso Giraldes, e Luiz Martins do seu desembargo, e passada pela chancellaria, da qual o traslado é o seguinte:

Dom Affonso, por graça de Deus, rei de Portugal e do Algarve, e senhor de Ceuta. A quantos esta carta virem fazemos saber, que nós querendo fazer graça e mercê ao mosteiro de Sam Fins de Fenestras de riba do Minho, lhe confirmamos todas as graças e privilegios e liberdades e mercês que lhes foram dadas e outorgadas, e confirmadas pelos reis, que ante nós foram, e mandamos que lhes sejam guardadas, e usem dellas como sempre usaram até a morte do mai virtuoso, e de boa memoria, el-rei meu senhor e pai, que Deus haja em sua gloria. E em testemunho desto lhe mandamos dar esta nossa carta. Dada em a cidade de Lisboa, a vinte dias do mez de maio. El rei o mandou por Affonso Giraldes, e por Luiz Martins, seus vassallos, e do seu desembargo. Nicolau Annes a fez em logar de Philippe Affonso. Anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil e quatrocentos e trinta e nove annos. Pedindo-me o dicto reitor do mosteiro de Sam Fins da companhia de Jesus por mercê que lhe confirmasse esta carta, e visto seu requerimento, querendo-lhe fazer graça e mercê, tenho por bem, e lha confirmo,

e hei por confirmada, e mando que se cumpra e guarde, assim e da maneira que se nella contém, e pagaram de meia annata da mercê desta confirmação ao thesoureiro geral dellas trezentos e sessenta réis, que lhe ficam carregados no livro de seu recebimento, a folhas quinhentas e quatorze verso, como se viu por certidão do escriptão de sua receita. E por firmeza disso lhe mandei dar esta carta por mim assignada, e assellada do meu sello de chumbo pendente. Antonio Marques a fez em Lisboa a vinte e oito dias do mez de julho, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil seiscentos e trinta e quatro. Da Duarte Dias de Menezes a fiz escrever. EL REI. — O conde de Sancta Cruz. P.

Confirmação da carta nesta tresladada ao reitor do mosteiro de Sam Fins da companhia de Jesus, para que lhe sejam confirmadas todas as graças, privilegios, e liberdades, que pelos senhores reis passados lhe foram concedidas, e pagaram a meia annata pela maneira acima declarada. Para vossa magestade ver. P. André Velho da Fonseca. Pagou nada por privilegio que tem. Em Lisboa, a desnove de setembro de mil seiscentos e trinta e quatro annos. E ao chancelier mór e officiaes da chancellaria, com o cordão, oitocentos e vinte oito réis; e ao escriptão das confirmações quinhentos réis. Miguel Maldonado. Registada na chancellaria a folhas duzentas o noventa e duas. Belchior Pereira.

(Carta de D. Affonso V, passada a 29 de maio de 1439, e confirmada por D. Philippe III a 28 de julho de 1631.)

Liv. 2.º de confirmações citudo, fl. 28 a 29 v.

VII

Confirmação de uma carta ao dom abbade do mosteiro de Pedroso, por que sua magestade ha por bem que nenhuma pessoa pouse no dicto mosteiro nem no conto delle, nem lhe tomem pão, vinho, e outras mais cousas, e assim aos lavradores e caseiros do mosteiro

Dom Philippe, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem mar em Africa, senhor do Guiné, e da conquista, navegação, e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber aos que esta minha carta de confir-

mação virem, que por parte do dom abbade do convento de Pedroso me foi apresentada uma carta del-rei D. João o primeiro, que sancta gloria haja, de que o traslado é o seguinte:

Dom João, pela graça de Deus, rei de Portugal e do Algarve &c. A quantos esta carta virem fazemos saber que o abbade e convento do mosteiro de Sam Pedro de Pedroso nos enviaram dizer, que alguns fidalgos, e outras pessoas poderosas, se vão pouisar ao dicto mosteiro, e se lançam ali com suas gentes peca de dias, e tomam ao dicto mosteiro, e aos lavradores do seu conto, pão, vinho, gados e gallinhas, e outras cousas sem as pagando, e fazem outras muitas damnificações em tal guisa, que o dicto mosteiro é mui damnificado, e não ha, nem pode haver, como se possa manter no temporal, e espiritual, como cumpre; e que porém nos pediam por mercê que o olhassemos em esto por serviço de Deus, e que pozessemos sobre ello remedio, que entendessemos que cumprir, e nós vendo o que nos dizer, e pedir enviaram, e querendo fazer graça e mercê ao dicto convento, porque havemos informação desta cousa, e a nós cabe de pórmos sobre ello remedio qual cumprir em tal guisa, que o dicto mosteiro não seja desprivado, e se possa manter no temporal e espiritual, como cumpre ao serviço de Deus, temos por bem, e mandamos, e defendemos, que daqui em diante não seja nenhum tão ousado cavallero, nem outra nenhuma pessoa poderosa, nem de outro qualquer estado, e condição que seja, que pouise no dicto mosteiro, nem no conto delle, nem lhe tomem ali pão, nem vinho, nem bestas, nem gados, nem roupa, nem pulia, nem outra nenhuma cousa do dicto mosteiro, nem dos caseiros, e lavradores delle em nenhuma maneira que seja sob pena da nossa mercê, e dos nossos encoutos, que mandamos que pague para nós qualquer que contra esto fór, e em caso que alguém contra esto va, ou queira ir, mandamos a quizesquer justiça, que esta carta virem, que lho não consintam, e lhe façam todo corregger, e se fór pessoa tão poderosa, de que não possa fazer direito que lhe requiera, e fronte da nossa parte presente um tabellião, que se esta logo do dicto convento e seu conto, e tome, e correga todas cousas que ali tomou, e perdas, e danos, que fez, e não querendo fazer, que nol-o faça assim saber por escriptura publica feita por este tabellião para nos tornarmos a ello, e estranharmos a aquelle que contra esto fór, como a aquelle que não cumpre, nem guarda mandado do seu rei, e senhor, e a nossa mercê é que daqui em diante nenhum não pouise no dicto convento, nem em seu conto, nem tomem ali nenhuma cousa, um al não façades. Danto na cidade do Porto, vinte e nove dias de março. El-rei o mandou por João Alfonso

escholar em Leis seu vassallo, e do seu desembargo, não sendo ali Ray Lourenço, deão de Coimbra, licenciado em Degredos, do dicto desembargo. Alvaro Fernandes a fez, era de mil quatrocentos e trinta e dois annos.

Pednado-me o dicto dom abbade do mosteiro de Pedroso por mercê que lhe confirmasse esta carta; e visto por mim seu requerimento, querendo-lhe fazer graça, e merecê, tenho por bem, e lha confirmo, e hei por confirmada, e mando que se cumpra e guarde inteiramente assim e da maneira que se nella contém, porquanto pagou de meia annata da mercê desta confirmação tres mil e seiscentos reis, como se viu por certidão do escrivão da receita do thesoureiro geral das meias annatas, que lhe foram carregados no livro de seu recedimento, a folhas trezentas e dezeseis. E por firmeza d'isso lhe mandei passar esta carta, por mim assignada, e assellada com o meu sello pendente. Antonio de Moraes a fez em Lisboa a quinze de outubro, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil seiscentos e trinta e tres. Antonio Sanchez Farinha a fez escrever -- EL-REI -- O conde de Santa Cruz. P.

Confirmação da carta, nesta trasladada, ao dom abbade do mosteiro de Pedroso, por que vossa magestade ha por bem, que nenhuma pessoa pouse no dicto mosteiro, nem no conto d'elle, nem lhe tomem pão, vinho, e outras mais cousas, e assim aos lavradores, e caseiros do mosteiro, e pague a meia annata pela metade a uma declarada. Para vossa magestade ver. P. Andre Velho da Fonseca. Pagou nada por privilegio que tem o collegio de Coimbra. Em Lisboa a vinte e oito de fevreiro de mil seiscentos trinta e quatro annos: e ao chancellier mór e officiaes, com o cordão, quatro mil e cem réis; e ao escrivão das confirmações mil sete centos e vinte réis. Miguel Maldonado. Registrada na chancellaria folhas duzentas sessenta e cinco. Antonio Devereido.

Fica registada esta carta de confirmação no livro da chancellaria desta comarca do Porto, a folhas cento sessenta e sete por mim escrivão della. Porto, vinte e nove de janeiro de seiscentos trinta e cinco. João Correia.

(Carta de D. João I passada a 29 de março de 1394, e confirmada por D. Philippe III a 15 de outubro de 1433.)

Liv. 2.^o de confirmações citado, ff. 37 u 38.

VIII

Doação de todos os maninhos do mosteiro de S. Fins

Dom João, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem mar em Africa, senhor de Guiné e da conquista navegação e commercio de Ethioopia, Arabia, Persia, e da India, etc. Faço saber a quantos esta minha carta virem, que o reitor e padres do collegio da companhia de Jesus da cidade de Coimbra me fizeram a petição seguinte: Dizem o reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra que o dito collegio, cujo annexo é em perpetuo o mosteiro de S. Fins, demandou a um Afonso Vaz e a sua mulher, moradores na freguezia de S. Mamede, conto do dicto mosteiro de S. Fins, por trazerem um monte e maninho do dicto conto, e não quizerem pagar foro ao dicto mosteiro, fundando sua acção em que o dicto conto toda pertencia ao dicto mosteiro por doação de el-rei Dom Afonso, e que o dicto mosteiro estava em posse de aforar os dictos maninhos e terras do dito conto, e lhe pagavam seu foro, e em outras cousas; e pendendo assim a demanda, se deu na primeira instancia sentença pelo dito mosteiro contra o dicto Afonso Vaz, de que elle appealloa, e vindo por appellação á casa da supplicação foi absoluto por se dizer, que elles supplicantes não mostravam serem os maitos do conto do dicto mosteiro, nem titulo delles; e que eram dadas sentenças que os moradores do dito conto não pagassem foro ao dicto mosteiro, e porque os dictos moradores são maitos, e por este se alvantarão muitos outros a não querer pagar, e porque elles não têm titulo tal, que justo seja, para tomarem os maninhos no dicto conto por sua auctoridade, por serem como de feito são dos proprios de vossa alteza e lhe pertencerem, e por ser assim que el-rei Dom Afonso fez delles merce ao dicto mosteiro de S. Fins, e seria grande prejuizo, assim do mosteiro como do collegio, se agora hoovessem de perder os fóros das terras dos dictos contos, e o poder de aforar os dictos maninhos, pedem a vossa alteza haja por bem conceder-lhes o direito que tem nas terras e maninhos do dicto conto, assim como lhe pertencem, assim os que ora trazem aproveitados os moradores todos, como o poder de os aforar e dar daqui por diante, e que novamente possam demandar todos os que indevidamente sem titulo trouxerem terras ou maninhos no dicto conto, e que não

possam outrossim ser dados por outrem senão por o dicto mosteiro; e receberão esmola e mercê. E visto seu requerimento, e havendo respeito ao que os dictos reitor e padres do dicto collegio na dicta petição dizem, e querendo-lhes fazer graça e mercê por esmola, hei por bem e me apraz de lhes dar, e outorgar e conceder, como de feito por esta presente carta dou, e outorgo e concedo todo e qualquer direito, que eu ao presente tenho nos maninhos que jazem das demarcações do couto do mosteiro de S. Fins para dentro, assim e da maneira que por direito me pertencem e pertencer podem, para que o dicto mosteiro, e os regedores e administradores d'elle possam daqui em diante aforar, e dar os dictos maninhos a pessoas, que os aproveitem e tenham e hajam e levem livremente para o dicto mosteiro tudo o que renderem; e assim hei por bem que se algumas pessoas trazem indevidamente, e sem justo titulo, alguns dos dictos maninhos, que os dictos reitor e padres do dicto collegio os possam demandar e haver para o dicto mosteiro, por virtude desta doação, sendo assim que eu tenha a elles direito e os possa dar; e mando a todas as minhas justiças, officiaes, e pessoas a que o conhecimento desto pertencer, que lhe cumpram, guardem, e façam inteiramente cumprir e guardar esta carta, como se nella contém, sem duvida nem embargo algum que a elle lhe seja posto, porque assim é minha mercê. Dada em Lisboa ao primeiro do mez de janeiro, Jorge da Costa a fez. Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1553. Manuel da Costa a fez escrever. — Rei.

(*Confirmada p. o D. Sebastião a 25 de julho de 1577, por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1591 e por D. Philippe III a 20 de outubro de 1614.*)

Lex. 1.º citado fl. 16 e 16 v. Lex. 1.º de confirmações citado fl. 15 v. e 46 v. Lex. 2.º de confirmações citado p. 64 a 67.

IX

Sobre os officiaes do couto de S. Fins.

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que eu hei por bem e me praz, que no couto de S. Fins haja para sempre os officiaes e ministros de justiça que ora ha, e que por meu mandado se crearam no dicto couto, no anno de 1567, por me constar

por informação, que disso mandei tomar, que assim era necessario para a boa administração da justiça, e isto sem embargo do visconde de Villa Nova da Cerveira sendo vivo ter sobre isso movido lito; e sendo caso que eu ou os reis meus successores façamos em algum tempo mercê a alguma pessoa das terras o morgado, que vagaram para a corôa pelo dicto visconde, hei por bem que na tal doação que se lhe fizer se não comprehenda o direito de pretenderem a jurisdicção do dicto conto de S. Fins ser sua, e isto sem embargo de quaesquer clausulas e condições, que na tal doação se poubam, porque minha vontade é que ainda que para pretender a dicta jurisdicção a pessoa, a que eu fizer mercê das dictas terras, tenha algum direito ou acção não use nem possa usar della, por cumprir a meu serviço e bem de justiça haver no dicto conto os officiaes, que nelle tenho ordenado que haja, para administrarem justiça conforme a dicta provisão sobre isso passada; e mando a todas minhas justiças, officiaes, e pessoas a quem o conhecimento disto pertencer, que cumpram, guardem, e façam inteiramente cumprir e guardar este alvará como nelle se contém; o qual se registará no livro da chancellaria da camara de Vianna, foz de Lima, e no da camara do conto de S. Fins, para se saber como o assim tenho mandado. E hei por bem que valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do 2.º livro, título 20, que o contrario dispõe. Gaspar de Seixas o fez em Lisboa a 16 de maio de 1568. Jorge da Costa o fez escrever. — RLI. — Dom João.

Alvará sobre os officiaes da justiça do conto de S. Fins para v. a. ver.

(Confirmado por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1591.)

Liv. 1.º de confirmação citado, fl. 43 e 44 v.

X

Por que el-rei manda pôr no conto de S. Fins juiz e officiaes que administrem justiça as partes e castiguem os delictos fazendo duas audiencias cada semana

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que o povo e moradores do conto do mosteiro de S. Fins de Friestas me fizeram a petição seguinte. Diz o povo e moradores do conto e mosteiro

teiro de S. Fins de Friestas de riba do Minho, que elles o anno passado de 1565 fizeram petição a vossa alteza em que diziam que el-rei D. Alfonso Henriques e seus successores fizeram o dicto conto e o deram ao dicto mosteiro, e pertencendo por esta via a jurisdicção delle ao abbade do dicto mosteiro, o qual por se excusar de trabalhos e por os moradores do dicto conto serem então muito poucos, que não passariam de 50, se concertou com o juiz e officiaes do conto de Coura, julgade de Fração, que uma vez cada mez viesse fazer audiencia no cabo do dicto conto, com outras limitações em favor do dicto conto, sem os moradores delle serem obrigados a ir ás audiencias de Fração, como constava das doações, privilegios e sentenças que offerciam, e que por o povo do dicto conto depois ir em grande crescimento, que agora são bem 500 fogos, e dali á Coura serem duas leguas grandes de serras, matos, ribeiras, mau caminho, e o dicto conto estar tão juncto de Galliza, que não ha mais distancia que o rio Minho, que no verão se passa a pé por algumas partes, e no inverno em muitas barcas que nelle andam, e quando acontecia fazerem-se insultos, mortes de homens e outros maldeticos, não faziam os delinquentes mais que passarem se á Galliza, e quando vinha a justiça de Coura, por estar tão longe, eram os delinquentes já acollados; alem disto todos os que queriam passar gado, mercadorias defesas, e outras cousas, as iam passar pelo dicto conto, por saberein que não havia alli justiça que lhes fosse á mão, e que desta maneira se faziam muitos delictos sem se castigarem. E que além disto nenhuma pessoa podia haver justiça porque, como as audiencias se faziam tão raramente que no dicto anno de 1565 até julho não eram feitas mais de quatro, e a mais da gente ser muito pobre, e cada um fazia o que queria, e quem mais podia este tinha o que queria. E nenhuma pessoa queria ter com elles tracto nem commercio, porque, postoque alguma vez se houvesse sentença, não se podia haver execução della, nem os direitos de vossa alteza se podiam arrecadar. Podiam a vossa alteza que, havendo respeito ao que diziam, á grande oppressão que recebiam de assim estarem sem justiça e não serem do visconde de Ponte de Lima, nem lhe deverem serviço nem outra cousa, e o dicto mosteiro ser contente lhes desse juizes e officiaes que lhes administrassem justiça ficando ao dicto mosteiro resguardados seus direitos e privilegios, e lhes mandasse apartar a parte das cisas que haviam de pagar conforme a qual petição vossa alteza mandou passar provisão para o corregedor de Ponte de Lima ir ao dicto conto fazer a diligencia, a qual provisão foi apresentada ao licenciado Gomes Nogueira, que servia de corregedor na dicta comarca, o qual a não cumpriu, e depois foi apre-

sentada ao doutor Francisco Pinheiro, que ora serve de corregedor. E havendo um anno que a não cumpriu, sendo muitas vezes requerido por parte dos supplicantes, nem ainda agora a cumpre, como consta da certidão que offerecem, o qual o deixa de fazer por ser suspeito aos dictos moradores e servir de corregedor nas terras do visconde, que se mostra de parte neste negocio, e nellas morar, nem esperam que faça a dicta diligencia, e se a fizer temem que não seja como convém ao serviço de Deus e de vossa alteza, e bem das partes, que tudo perece no dicto conto, e elles supplicantes padecem muito trabalho e vexação assim nas pessoas como nas fazendas por não haver justiça como é notorio. Pedem a vossa alteza que havendo respeito ao que está dicto, e ao grande serviço de Deus e de vossa alteza, e bem e quietação do povo que dicto se seguirá, e elles supplicantes e o dicto conto, serem do dicto mosteiro, e não terem nenhuma obrigação, serviço, nem vassallagem a outra pessoa alguma, haja por bem de os prover da dicta justiça e officiaes, como tem p-dido, pois é notorio tudo o que dizem, e havendo todavia por seu serviço fazer-se sobre isso alguma diligencia, a mande fazer nesta corte, onde se pode fazer por papéis e pessoas daquellas partes, ou o commetta ao ouvidor de Valença ou ao juiz de fora de Monção, ou ao corregedor do Porto, ou a algum desembargador, se la andar, porque estes parece que não serão suspeitos, e parecendo necessario se informem dos moradores das villas de Valença e Monção, que estão juncto do dicto conto, e receberão mercê. E antes de lhes dar outro despacho mandei por minha provisão ao licenciado Bartholomeu da Veiga, do meu desembargo, que fosse ao dicto conto, e ao concelho de Coura e visse os privilegios de que na dicta petição faz menção: e assim o contracto que se fez sobre a jurisdição e audiencias d'elle e os juizes do dicto concelho de Coura se obrigaram a fazer no cabo do dicto conto, e soubesse quantos moradores ao presente nelle havia, e quantos havia ao tempo que se fizera o dicto contracto, e que se informasse das cousas conteidas na dicta petição, porque os do dicto conto de S. Fins diziam ter necessidade de juizes e officiaes que lhes nelle administrassem justiça, e soubesse os casos e maleficios que nelle aconteceram e a falta que fazia não haver juizes, que a isso acudissem, e que ouvisse neste caso aos officiaes do dicto concelho de Coura, e visse a disposição da terra e a aspereza della, e soubesse a distancia que ha do dicto concelho ao dicto conto, e de tudo o que nisso achasse e os dictos officiaes dissessem, e fizesse antes bem declarados com o traslado dos dictos privilegios e contracto, e me enviasse o traslado authenticico dos dictos autos, escrevendo-me por sua carta o que por elles se mostrasse com seu

parecer ácerca do que os moradores do dicto conto requeriam; ao que o dicto licenciado Bartholomeu da Veiga satisfiz, e me enviou os autos das dietas diligencias com sua informação e parecer, os quaes autos eu mandei ver pelos meus desembargadores do paço; e vista a informação que delles me foi dada, e os graves delictos que se mostra commetterem-se no dicto conto de S. Fins por falta de justiça, e das pessoas que têm obrigação de nella prover, e a que eu tenho como rei e senhor de acudir a isso: hei por bem e mando ao corregedor da comarca da villa de Vianna, Foz de Lima, que tanto que este alvará lhe for apresentado vá logo ao dicto conto de S. Fins, e faça nelle eleição conforme a ordenação de juizes, vereadores, procurador do conto, mearinho, carcereiro e dos mais officiaes que são necessarios para administração da justiça e governo da terra, como os ha nos similhantes contos e concelhos, os quaes juizes e officiaes que assim eliger administrarão daqui em diante no dicto conto as cousas da justiça e governo da terra, assim e da maneira que o fazem, e podem fazer os juizes e officiaes das villas e concelhos do reino por bem de seus regimentos, e de minhas ordenações, e o dicto corregedor ordenará que os juizes do dicto conto façam nelle duas audiencias cada semana, e constrangerá os tabelliães a que pertencer que vão as dietas audiencias, e não o fazendo elles assim, encarregará pessoas que sirvam de tabelliães enquanto eu não prover dos ditos officiaes, e fará correição no dicto conto e prenderá os culpados e procederá contra elles como fór justiça, e escrever meha logo o que em tudo achar e fizer, o que assim cumprirá, sem embargo de quaesquer embargos com que a isso se venha, os quaes remetterá aos dictos desembargadores do paço; e mando ao dicto corregedor que assim o cumpra com toda a brevidade e diligencia, postoque este alvará não seja passado pela chancelaria, sem embargo da ordenação em contrario. Gaspar de Sousa o fez em Évora a 15 de março de 1570. Jorge da Costa o fez escrever. Rel.

Lic. 2.º citado, fl. 49 v. a 51

XI

Para os lavradores que têm terras no Canal as lavrarem
ou as offerecerem, até o 1.º de fevereiro, aos padres, para as mandarem
lavar sob pena de lhas estimarem

Dom Sebastião, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquém e dalem mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da India, *et cetera*. Aos que esta minha carta virem faço saber que o reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra me fizeram a petição seguinte. Dizem o reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra que elles têm uns paues no termo de Monte-Mór-o-Velho, os quaes se tiraram de baixo das aguas e marés a poder de dinheiro, no que se gastaram mais de quinze mil cruzados, e além disso no reparo das vallas e marachões, quebradas e boqueirões se gastam uns annos por outros 120000 réis, uns annos mais e outros menos, segundo são os invernos e tempos, e porque ao abrir dos dictos paues algumas pessoas lavraram alguns pedaços com consentimento d'elles supplicantes e de seus antecessores, e com este achaque dizem que ninguem lhas ha de lavar nas dictas terras, de que não têm título algum, e quando quereu as lavram, e quando não as deixam de lavar, o que é grande perda do dicto collegio, porque não se lavrando, além de perderem o gasto que assim fazem nos dictos paues, perdem também o dizimo e ração qua lhe pagam; e além disso o collegio paga o fôro de vazio aos senhores. Pedem a vossa alteza, havendo respeito a tudo, haja por bem que as pessoas que assim pretendem ter terras nos dictos paues, das quaes hajam de pagar dizimo e ração ao dicto collegio as venham lavar em cada um anno como é costume dos dictos paues, e se algum por algum anno as não quizerem lavar o façam saber ao dicto collegio até o primeiro dia de janeiro de cada um anno, para que as dêem a quem as lavre por aquelle anno, e não as lavrando nem o fazendo saber até o dicto dia, que o dicto collegio lhas possa mandar estimar, e a tal pessoa seja obrigada a pagar o dizimo e ração de vazio como se fossem lavradas: pois por sua culpa não foram semeadas aquelle anno; no que receberão esmola e mercê.

E antes de lhe dar outro despacho mandei por minha provisão

ao licenciado Francisco Pinheiro, do meu desembargo, conservador da Universidade da dieta cidade, que se informasse do conteúdo na dieta petição, e ouvisse acerca disso as partes a que tocava o caso de que nella faz menção, e que de tudo o que nisso achasse e ellas dissessem, fizesse fazer autos bem declarados e me enviasse o traslado delles authenticos, escrevendo-me por sua carta o que pelos dictos autos se mostrasse, com o seu parecer acerca do que o dicto reitor e padres pediam, ao que o dicto conservador satisfiz; e vistos os dictos autos que me enviou com a carta que sobre este caso me escreveu, o seu parecer, hei por bem e me praz que os lavradores e pessoas que pretenderem ter terras nos paues do dicto collegio que estão no termo da villa de Monte-Mór-o-Velho, de que lhe hajam de pagar o dizimo e ração, vão em cada um anno lavar e semear as dietas terras, como é costume; e não o querendo fazer algum anno serão obrigados a dizer e notificar ao dicto reitor e padres até o principio do mez de fevereiro de cada anno para que as possam dar a quem as lave e aproveite para aquelle anno, e não as lavrando nem o fazendo saber até o dicto tempo ao dicto reitor e padres, elles lhas poderão mandar estimar, e as taes pessoas serão obrigadas e constrangidas a pagar de vazio ao dicto collegio o dizimo e ração em que as dietas terras forem estimadas, pois por sua culpa deixaram de as semear; e mando a todas as justiças, officiaes, e pessoas a que o conhecimento disto pertencer, que lhe cumpram e guardem e façam inteiramente cumprir e guardar esta minha carta, como se nella contém. E por firmeza disto lhe mandei dar esta por mim assignada, e assellada do meu sello pendente e o conteúdo nesta carta se apregoará nos lugares em que morarem as dietas pessoas, para que a todas seja notorio. Dada na villa de Lintra a 20 dias de julho. Antonio de Aguiar a fez, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1570. Jorge da Costa a fez escrever. EL-REI.

Carta do reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra sobre os seus paues do termo de Monte-Mór-o-Velho, para v. a. ver. Martim Gonçalves da Camara. Pagou *nihil* e aos officiaes 200 réis. Pero Fernandes. Registada na chancellaria a folhas 85. Antonio de Aguiar. Dom Simão

Esta provisão se apregoou este anno presente de 571, no Lourçal, Serraventoso, Verride, e na barra, conto de Ceiga, como consta das certidões que estão com os papéis do Canal.

Liv. 2.^a citada, fl. 55 e 55 v. Liv. 1.^a de confirmações citada, fl. 29 a 24

XII

Confirmação de uma carta ao reitor do mosteiro de S. Fins para que nelle não pouse pessoa alguma de qualquer qualidade que seja, nem lhes tomem nenhuma coisa contra sua vontade, como se na dita carta contém

Dom Philippe, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves daquém e dalém mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber aos que esta minha carta de confirmação virem, que por parte do reitor do mosteiro de S. Fins da companhia de Jesus me foi apresentada uma carta do senhor rei D. João, que sancta gloria haja, assignada por Fernão Gil do seu desembargo, e passada pela chancellaria, da qual o traslado é o seguinte:

Dom João, pela graça de Deus, rei de Portugal e do Algarve. A vós juizes de Valença, e a todos os outros juizes e justiças de nossos reinos, e a outros quaesquer que esto houverem de ver, a que esta carta for mostrada, saude. Sabede que Gil Esteves, abbade que ora é do mosteiro de S. Fins de Fenestras nos disse que dom João, abbade que foi ante elle do dicto mosteiro, seu antecessor, em sendo vivo houve de nós um privilegio em o qual é contendo entre as outras cousas, que mandavamos, que não fosse nenhum tão onrado de qualquer estado, e condição que fosse, que pousasse com elle na sua egreja, nem em suas casas de morada, nem em adegas, nem em cavallariças, nem lhe tomassem suas bestas de acilla, nem de albarda, nem lhe tomassem pão, nem vinho, nem roupa, nem palha, nem lenha, nem gallinhas nem gados, nem outra nenhuma coisa do seu contra sua vontade, sob pena dos nossos encoutos de seis mil soldos, que mandavamos que pagassem quaesquer que contra ello fossem, segundo todo esto mais cumpridamente em o dicto privilegio é contendo; e ora disse que se teme de vós justiças, de lhe não quererdes cumprir, nem guardar o dicto privilegio, assim e pela guisa que era guardado ao dicto seu antecessor em sendo vivo; e que nos pedia por mercê que lhe houvessemos sobre ello algum remedio, qual nossa mercê fosse. E nós vendo o que nos pediam, e querendo-lhe fazer graça e mercê, visto por nós o dicto privilegio, temos por bem, e mandamos-vos, que vejades o dicto privilegio,

que assim de nós houve o dicto seu antecessor, e lho cumprades e guardedes a elle, e façades cumprir, e guardar em todo e por todo bem, e cumpridamente assim, e pela guisa que em elle é contido, e lhe não vades nem consentades ir contra elle em nenhuma maneira que seja, e a nossa mercê, e vontade é de assim fazer pela guisa que dicto é, e al non façades. Danto em a cidade do Lisboa a vinte sete dias do mez de agosto. El rei o mandou por Fernão Gonçalves, licenciado em Leis, seu vassallo e do seu desembargo. Pero Vicente a fez, era de mil quatrocentos quarenta e tres.

Pedindo-me o dicto reitor do mosteiro de S. Fins por mercê que lhe confirmasse esta carta; e visto seu requerimento, querendo-lhe fazer graça, e mercê, tenho por bem, e lha confirmo, e hei por confirmada, e mando que se cumpra, e guarde assim e da maneira que se nella contém: e pagaram da meia annata da mercê desta confirmação ao thesoureiro geral dellas tres mil e seiscentos reis, que lhe ficam carregados no livro do seu recibo bumento a folhas quinhentas e quatorze verso, como se viu por certidão do escrivão de sua receita. E por firmeza disso lbe mandei dar esta carta, por mim assignada e assellada do meu sello de chumbo pendente. Antonio Marques a fez em Lisboa a dois dias de agosto, anno do nasçimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil seiscientos e trinta e quatro. Eu Duarte Dias de Menezes a fiz escrever. EL-REI - O conde de Santa Cruz. P.

Confirmação da carta, nesta trasladada, ao reitor do mosteiro de S. Fins para que nelle não pouse pessoa alguma de qualquer qualidade que seja, nem lhes tomem nenhuma coisa contra sua vontade, como se na dicta carta contém, e pagaram a meia annata pela maneira acima declarada. Para vossa magestade ver P. André Velho da Fonseca. Pagou nada por privilegio que tem em Lisboa a dezenove de setembro de mil seiscientos e trinta e quatro annos; e ao chanceller mór, e officiaes da chancellaria com o cordão, quatro mil e cem reis; e ao escrivão das confirmações mil seiscientos e vinte reis. Miguel Maldonado. Regista na chancellaria, a folhas trezentas e sessenta. João de Paes Albuquerque.

(Carta de D. João I assignada a 27 de agosto, era de 1141 confirmada por D. Philippe III a 2 de agosto de 1631.)

Let. 2.ª de confirmações datada n. 35 a 17

XIII

Confirmação de uma carta ao dom abade do mosteiro de Pedroso,
por que sua magestade ha por bem que oito homens
que andarem na pescaria, que o dicto abade faz no rio Douro,
não sejam postos na vintena do mar, nem por besteiros do conto,
emquanto com elle andarem na dicta pescaria

D. Philippe, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquém e dalém mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faça saber aos que esta minha carta de confirmação virem, que por parte do dom abade do mosteiro de Pedroso me foi apresentada uma carta de el-rei D. João o primeiro, que sancta gloria haja, por elle assignada de que o traslado é o seguinte.

«D. João, pela graça de Deus, rei de Portugal e do Algarve, e senhor de Cepta, &c. A vós, Affonso Furtado, nosso anadel-mór, e a vós, Lourenço Fernandes e Ramon Botém, que nosso logar têm, e a outros quaesquer que esta houverem de ver, a que esta fôr mostrada, saude. Sabede que o dom abade do mosteiro de Pedroso, nosso criado, nos disse que elle queria fazer uma pescaria no rio Douro, para a qual havia miester oito homens, e que os não pode haver temendo-se de lhe serem postos por besteiros do conto ou na vintena do mar por galeotes; e pede-nos por mercê que lhe dêssemos nossa licença, por que fossem dello escusados; e nós vendo o que nos pedia, e querendo lhe fazer graça e mercê, o temos por bem, e mandamos, que oito homens, que lhe andarem na dicta pescaria, se até á feitura desta licença não andam na vintena do mar, nem são feitos besteiros do conto, que não sejam postos na vintena do mar, nem besteiros do conto, por lhe andarem na dicta pescaria, emquanto com elle andarem; e porém vos mandamos que assim lhe cumprades e defendades esta licença sem embargo nenhum, e lhe não vades, nem consentades ir, contra ella em nenhuma guiza que seja, que a nossa mercê e vontade é de lhe ser assim cumprida e guardada, e al nom façades. Dante em Lisboa a vinte e cinco dias de novembro. El-rei o mandou. Martim Affonso a fez, era de mil quatrocentos cincoenta e sete annos».

Pedindo-me o dicto dom abade do mosteiro de Pedroso por

mercê, que lhe confirmasse esta carta; e visto por mim seu requerimento, querendo-lhe fazer graça e mercê, tenho por bem, e lha confirmo, e hei por confirmada, e mando que se cumpra e guarde inteiramente assim e da maneira que se nella contém, por quanto pagou de meia annata da mercê desta confirmação dois mil oitocentos e oitenta réis, como se viu por certidão do escripto da recepta do thesoureiro geral das meias annatas, que lhe foram carregados no livro de seu recebimento a folhas trezentas e dezereis; e por firmeza disso lhe mandei passar esta carta, por mim assignada, e sellada com o meu sello pendente. Antonio de Moraes a fez em Lisboa, a quinze de outubro, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil seis centos e trinta e tres. Antonio Sanches Farinha a fez escrever. — EL REI. — O conde de Santa Cruz, P.

Confirmação da carta, nesta trasladada, ao dom abbade do mosteiro de Pedroso, por que vossa magestade ha por bem que oito homens que andarem na pescaria, que o dicto abbade faz no rio Douro, não sejam postos na vintena do mar, nem por barteiros do conto, emquanto com elle andarem na dicta pescaria; e pagon a meia annata pela maneira acima declarada. Para vossa magestade vêr. P. André velho da Fonseca. Pagou nada por privilegio que tem o collegio de Coimbra. Em Lisboa a vinte oito de fevereiro de mil seis centos trinta e quatro annos; e ao chanceller mor, e officiaes, tres mil trezentos reis; e ao escripto das confirmações mil trezentos setenta e seis réis. Miguel Maldonado. Registada na chancellaria, folhas duzentas sessenta e quatro. Antonio de Veredo. Fica registada esta carta de confirmação em o livro da chancellaria desta comarca do Porto a folhas cento e setenta, por mim escripto della; no Porto, vinte nove de janeiro de seis centos trinta e cinco. João Correia.

(Carta de D. João I passada a 25 de novembro, era de 1151, e confirmada por carta de D. Philippe III a 15 de outubro de 1633.)

Lic. 1.ª de confirmações citado, fl. 39 a 40 r.

XIV

Regimento para o licenciado Jorge Vaz de Campos fazer as demarcações do mosteiro de S. Fins e S. João.

Eu el-rei faço saber a quantos este meu alvará virem, que por parte dos padres do collegio da companhia de Jesus me foi dito

para os desembargadores de qualquer das casas a que pertencer, e segundo o que fôr finalmente determinado se escreverão no dicto livro do tombo.

E para se as dietas demarcações poderem fazer com mais brevidade, hei por bem que elle licenciado possa constringer as pessoas que os dictos bens possuirem que lhe amostrem os titulos, e escripturas que dalles tiverem, assim para determinação das dietas duvidas que se moverem, como para por elles tomar informação da demarcação delles e saber por onde e com quem partem, e para isso lhes porá aquellas penas que lhe bem parecer, nas quaes penas terá alçada até 20000 réis, junctamente ou por partes em cada caso em que as pizer, e até á dicta quantia as dará á execução sem appellação nem aggravo.

E quando quer que o escrivão que levar fôr suspeito, ou impedido de tal impedimento, que não possa escrever no dicto carregio, hei por bem que o dicto licenciado possa tomar uns dous tabellhões ou escrivães do logar onde se acertar, e que mais bem suspeita fôr, com o qual fará o auto da demarcação da propriedade ou propriedades que no concelho de tal logar houver, e o que o dicto tabellião escrever valerá como se fora escripto pelo proprio escrivão se suspeito ou occupado não fôr; e elle licenciado fará ajunctar os autos que com os tabellhões fizer sobre as dietas demarcações aos outros que fizer o dicto escrivão de seu carregio, para todo estar juncto.

E hei por bem que em cada concelho e logar onde as dietas propriedades estiverem, o dicto licenciado possa constringer as pessoas, em que se as partes louvarem, para as medirem e demarcarem ou que elle licenciado para isso tomar á revolta das dietas partes, quando ellas depois de citadas ou chamadas não quizerem acudir, dando juramento ás dietas pessoas dos sanctos evangelhos, que bem e verdadeiramente façam as dietas demarcações, e faça disso fazer autos nos autos dellas e assim nos dictos autos como no livro fará assentar em caderno e titulo apartado, por si as propriedades de cada mosteiro ou egreja com declaração da comarca ou logar onde jazem, sem entre os itens ou assentos das propriedades de um mosteiro ou egreja se assentar nem escrever causa alguma do que ás outras pertencer, ou tocar; e mando que, intentando-lhe alguém suspeição, o dicto licenciado proceda nos autos e demarcações emquanto a suspeição durar, tomando por associado o juiz de fora se o houver na cidade, villa ou logar onde houver de fazer o dicto auto, e conhecer do caso em que lhe fôr intentada; e não havendo juiz de fora conhecerá disso com o juiz mais velho do tal logar e sendo suspeito com o outro seu parceiro, e sendo ambos suspeitos com um dos vereadores.

dores que fôr sem suspeita, e os autos que com elles fizer valerão sem embargo das dietas suspeições, e conhecerá das dietas suspeições o corregedor da comarca, em que estiver o logar onde lhe forem intentadas, e lhe fará levar as dietas suspeições á custa dos recusantes, e julgando por suspeito não irá mais em deante pelo caso, ou demarcação, sobre que lhe fôr intentada; e o corregedor da dita comarca irá fazer a dieta demarcação, e conhecerá da duvida ou caso em que elle licenciado fôr julgado por suspeito, e nisso guardará a forma deste regimento; e quanto ás suspeições do escrivão do dicto carregio elle licenciado conhecerá dellas não sendo dos casos ou pessoas, em que, ou por que, elle dicto licenciado fôr também recusado, porque então conhecerá dellas o dicto corregedor. Baltazar Fernandes o fez em Lisboa a 6 de março de 1560. E este se cumprirá posto que não passe pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. João de Castilho o fez escrever — REI.

E mando a todos os juizes, e justicas dos dictos logares que lhe deem toda a ajuda e favor, que cumprir ao dicto licenciado, que tocar a bem deste regimento, e lhe façam dar pousadas de graça e mantimentos por seu dinheiro pelo estado da terra.

E hei por bem que Christovão de Azurara que vae por escrivão do dicto licenciado, possa trasladar os papeis e escripturas que tocarem ao dicto collegio de Jesus, e tudo o que a só trasladar sera concertado pelo dicto licenciado, e assignado pelo dicto Christovão de Azurara de seu signal publico — REI.

Em a cidade de Lisboa, ao derradeiro dia do mez de março de 1560 annos, este alvará del-rei nosso senhor, atrás escripto, se registou no livro dos registos da chancellaria, e ao pé do dicto registo Christovão de Azurara, com o licenciado, no dicto alvará assignou, e fez seu signal publico da maneira que se contém no dicto alvará, e assim jurou na dieta chancellaria aos sanctos evangelhos, em que poz a mão, que bem e verdadeiramente sirva o officio e cargo de que no dicto alvará faz menção, guardando em todo o serviço de Deus e de sua alteza, e as partes seu direito; e por certidão de todo, eu Pero Gomes, escrivão da dieta chancellaria, fiz e assignei este no dicto dia, mez e era, em cima conteúdo.

Loc. 2.º citado, fol. 30 v. a 31 r.

XV

Por que sua alteza manda ao corregedor da comarca de Vianna que va tomar posse dos mosteiros e egrejas de S. Fins e S. João pelas letras de Roma

Eu el-rei faço saber a vós corregedor da comarca e correição da villa de Vianna, foz de Lama, e aos ouvidores, juizes da dicta comarca, que o sancto padre houve por bem de annexar os mosteiros de S. Fins de Friestas e de S. João de Longavares com todas as egrejas de suas apresentações ao collegio de Jesus da cidade de Coimbra, segundo mais inteiramente é contendo nas letras da dicta annexação que sua sanctidade disso passou, e porque para conservação do direito do dicto collegio é necessario tomar-se por sua parte posse das dictas egrejas, vos mandando a todos em geral, e a cada um em especial, que tanto que cada um de vós fôr requerido com as dictas letras vades logo metter de posse das dictas egrejas ao procurador do dicto collegio, postoque os abbades dellas sejam vivos, porque a posse que se agora tomar lhes não ha de prejudicar a que elles ora têm, e se toma somente para conservação do direito do dicto collegio, e para o tempo que acontecer vagarem conforme as dictas letras de annexação, e vagando algumas das dictas egrejas tomareis logo posse dellas em nome do dicto collegio, e a continuareis, e sustentareis até a entregardes ao procurador do dicto collegio, ao qual dareis e fareis dar toda ajuda e favor que lhes fôr necessaria para conservação da dicta posse, o que uns e outros assum cumprireis com diligencia, porque assim o hei por bem e meu serviço. E este alvará me praz que valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação de 2.º livro, titulo 20.º, que diz que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas e passando por alvarás não valham, e valera outrosim, postoque não seja passado pela chancellaria sem embargo da ordenação que dispõe, que os meus alvarás que não forem passados pela chancellaria se não guardem. Andre Sardinha o fez em Lisboa a 26 dias de abril de 1554. Manuel da Costa o fez escrever - Rm.

Hei por bem e mando que este alvara del-rei meu senhor e avô, que sancta gloria haja, se cumpra e guarde como se nelle

contém. E esta apostilha me praz que valha e tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, postoque esta não seja passada pela dita chancellaria sem embargo das ordenações em contrario. Manuel da Costa a fez em Lisboa a 19 de outubro de 1557. —
RAINHA.

Liv. 2.ª citada, fl. 18 e 18 v.

XVI

Procuração del-rei para o commendador mor pedir a renunciação das vigairarias do collegio da companhia de Jesus de Coimbra

Dom Sebastião, por graça do Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquém e dalém mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Persia, Arabia e da India, &c.^o A quantos esta minha carta de poder e procuração virem, faço saber que eu constituo, ordeno e faço meu procurador sufficiente a dom Afonso, meu muito amado sobrinho, commendador mor da ordem de Nosso Senhor Jesus Christo, e meu embaixador em corte de Roma, para que em meu nome e da corôa de meus reinos possa haver, adquirir e aceitar dos padres e collegio da companhia de Jesus da cidade de Coimbra o direito de padroado das vigairarias das egrejas que são do dicto collegio, e ao deante forem, o qual direito de padroado os dictos padres e collegio querem ora, por o assim sentirem por mais serviço de Deus e quietação de suas almas, transferir e renunciar, ceder e traspassar em mim e meus successores do reino para sempre. E as egrejas do dicto collegio são as seguintes, a saber: a parochia de S. Fins, Sancta Marinha de Tavão, Sancta Marinha de Verdolho, S. Mamede, S. Christovão de Gondomil, Sancto Iago de Boão, Sancta Marinha de Torperis, Sancta Maria de Lobelhe, S. Lourenço de Lapella, S. Miguel de Sagoem; a metade de Sancta Maria de Moreira; a metade de S. Pantaleão de Cornes, S. Martinho de Arvoredo, a parochia de S. João, Sancta Eugenia, Sancta das Calles, Sancto André da Torre, S. Fagundo de Melgago, todas do archiepado de Braga; Sancto Antão de Benespera do bispado da Guarda. E poderá o dicto meu constituido requerer e pedir ao sancto padre e seus officiaes, que para isso seu poder tiverem, que lhe mande expedir e despachar quaesquer letras e bullas, com todas as clausulas opportunas e que necessarias forem

para este caso, e as fará dar á sua devida execução porque para todo o que dicto é lhe dou poder bastante *cum libera*, e prometto de haver por bem, e firme, e valioso, tudo o que o dicto meu constituido fizer e requerer sobre o dicto caso. Dada na cidade de Lisboa a 20 dias do mez de junho. Pantaleão Rebello a fez, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1558. — RAINHA.

Livr. 1.ª citada, ff. 100 v. e 101.

XVII

Carta del-rei para o commendador mor

Commendador mor, sobrinho, amigo, eu el-rei vos envio saudar, como áquelle que muito amo. El-rei meu senhor e avô, que sancta gloria haja, por alguns justos respetos que a 1550 o moveram, supplicou ao sancto padre sobre a união do mosteiro de S. João de Longavares da diocese do Braga ao collegio dos padres da companhia de Jesus da Universidade de Coimbra, a qual lhe foi concedida por sua sanctidade; e pretendendo um Affonso Esteves, prior crasteiro do dicto mosteiro ter direito a elle, fez demanda ao dicto collegio, e sendo sua alteza informado da pouca justiça, que o dicto Affonso Esteves tinha na tal demanda, e da inquietação e desassossego, que com ella aos dictos padres dava, escreveu ao dicto Affonso Esteves, que viesse ou mandasse seu procurador bastante a esta côrte, para requerer sua justiça, ante juizes letrados que para isso sua alteza tinha nomeados para determinarem o dicto caso, a qual se tractava sobre a posse, e o dicto Affonso Esteves enviou a Affonso Pereira com sufficiente procuração assum para seguir a causa, como para se poder concertar; e entendendo o dicto procurador a pouca justiça que no caso tinha, tractou concerto intervindo nisso por mandado de sua alteza o cardeal infante meu tio. E havendo-se respeito ao muito tempo que a dicta demanda durava e ao que podia ter gastado o dicto Affonso Esteves, postoque na causa principal não se mostrasse ter justiça, com parecer de letrados se fez concerto e composição por bem de paz, que com beneplacito da sé apostolica se lhe consentissem cem mil réis de pensão em cada um anno, em sua vida, sobre os frutos e rendas do dicto mosteiro: e se lhe deram duzentos e noventa e tantos mil réis pelas despesas que tinha feitas, de que se passaram

escripturas com as clausulas necessarias, o qual concerto e composiçao se continhou por o sancto padre. E ora sendo informado por vossas cartas, e assim pelos dictos padres, como um Paio Gomes de Abreu accitou de novo a renunciaçao do direito que o dicto Affonso Esteves pretendia ter no dicto mosteiro, para com isso vexar e inquietar os dictos padres, e por este negocio ser tractado por mandado de sua alteza pelo dicto cardinal infante men uo, e effectuado com muita despesa de sua fazenda, hei por bem e vos mando que façaes chamar deante de vós ao dicto Pero Gomes, como qualquer outro natural de meus reinos, e lhe digaes de minha parte, que desistam e renunciem qualquer direito que nisso pretenderem ter, de que fazeis fazer instrumento da tal desistencia e renunciaçao, o qual me enviareis: e não querendo elles fazer a tal desistencia e renunciaçao vós lhe direis como os hei por desnaturaes de meus reinos e senhorios, de que fareis um auto com o traslado desta minha carta e da intimação que lhe foi feita, assignado por vós, o qual me enviareis. Escripta em Lisboa a 25 de maio de 1558. Pantaleão Rebello a fez. — RAINHA.

Let. 1.ª citada, n. 24.ª e 25.

XVIII

Que Francisco Dias do Amaral e Gaspar Pereira e Estevão Preto vejam os autos das demarcações dos mosteiros de S. Fins e S. João

Eu el-rei fago saber a vós licenciado, Francisco Dias do Amaral, do meu conselho e meu desembargador do paço, que eu hei por bem e me praz que vós vejaes os autos das demarcações dos bens e propriedades que pertencem ao collegio de Jesus da cidade de Coimbra, que por meu mandado fez o licenciado Jorge Vaz de Campos, se são feitos com as solemnidades e declarações que se requerem, e são necessarias, para por os dictos autos se haver de fazer livro do tombo dos dictos bens e propriedades, os quaes autos vereis com os doutores Gaspar Pereira e Estevão Preto, e declarareis todos tres por vosso despacho, se são os dictos autos feitos com as solemnidades e declarações que se requerem, e se estão de maneira para se por elles poder fazer o dito tombo, e achando que é necessario fazerem-se ainda acerca disso mais algumas diligencias o declarareis assim, e mando aos dictos desembargadores que se ajuntem para isso com vosso cada vez que for

necessario; e este cumprireis, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 3 de dezembro de 1554. Manuel da Costa o fez escrever — Rei.

Lic. 1.º citado, fl. 18 v. e 19

XIX

Carta de sua alteza para o corregedor da comarca de Vianna

Corregedor da comarca de Vianna, eu o rei vos envio muito saudar. El-rei meu senhor e avô, que sancta gloria haja, mandou fundar na cidade de Coimbra o collegio de Jesus, para nelle se criarem religiosos da companhia de Jesus, que fossem as partes de mheis da conquista destes reinos e senhorios, entender na conversão das ditas partes, e na conservação, e doutrina dos ja convertidos conforme a obrigação da coroa destes reinos, e para dote do dicto collegio e mantimento necessario das pessoas que nelle se criam impetrou o dito senhor do sancto padre Paulo III o mosteiro de S. Fins de Friestas e o de S. João de Longavares com suas annexas, e fez expedir as lettras dos dictos mosteiros á custa de sua fazenda, e porque o dicto collegio é meu e a obrigação de o manter e sustentar tambem, porque a gente que nelle estuda, e se cria, se emprega nas obrigações da coroa de meus reinos, cumpre a meu serviço que por minha parte se conserve e defenda a posse, que o dicto collegio tem dos dictos mosteiros e egrejas, e os dictos padres não sejam molestados nem desinquietados por isso; pelo que vos mando, que tenhies muito especial cuidado de olhar pelas cousas que tocarem á posse, fazenda e rendas dos dictos mosteiros e egrejas, fazendo que se acuda sempre aos tempos devidos com os foros, dízimos e rendas, outrossim aos rendeiros dos dictos mosteiros e egrejas, como aos recebedores ou pessoas outras, que por parte do dicto collegio as arrecadarem, e porque sou informado que muitas pessoas a que por parte do dicto collegio e mosteiros se pede a fazenda que trazem indevidamente, sem titulo algum ou ao menos que justo seja, ou por os quererem obrigar que façam prazos de novo por ser acabado o tempo dos que tinham, se queixam dos dictos padres, e defamam delles, que é grande impedimento para o fructo que Nosso Senhor por meio de sua doutrina e obras outras, que conforme a seu instituto exercitam poderia fazer nas almas;

vos encomendo e mando que trabalheis de vossa parte, quanto for possível, se evitem as dictas murmurações, antes todas as pessoas principaes, e mais povo entendam que os dictos padres não procedem nos dictos negocios senão por o eu assim haver por bem, e segundo sua obrigação, para que se não aliene e desbarate a fazenda dos dictos mosteiros e egrejas, e em todo o mais sempre os dictos padres estão apparelhados para conforme a seu instituto os ajudar quando elles o quizerem, e não impedirem como o fazem aos povos de muitas outras partes destes reynos e senhorios, e achando que algumas pessoas se desmandam em palavras ou de qualquer outra maneira, contra os dictos religiosos e suas cousas, vos mando que procedaes contra os culpados como for justa, dando appellação e aggravo nos casos em que couber, dando vós primeiro que o faeas conta disso ao reitor da dita companhia, que residir no mosteiro de S. Fins, se haverá algum inconveniente para o deixardes de fazer, e sendo tal que lhe pareça mais serviço de Deus não proceder sobre o dicto caso, todavia o não fareis e escrever me-heis o que nisso passa, para mandar o que houver por meu serviço. Encomendo-vos que o cumpraes com muita diligencia. João de Castilho a fez escrever em Lisboa a 24 de maio de 1559. — RAINHA.

(Outra tal carta foi para o juiz de fora da villa de Monção; e outra para o da villa de Vianna.)

Ver 1.º estado, n.º 30 e 31.

XX

*Copia de uma carta de sua alteza para o commendador mor
sobre a notificação que em Roma se fez a Lopo Gomes de Abreu:
e que mande certidão da notificação*

Commendador mor, sobrinho, amigo, eu el-rei vos envio muito saudar, como aquelle que muito amo. Como sabeis, eu vos tenho escripto sobre alguns negocios que tocam á companhia de Jesus, e porque pode ser que ao tempo da chegada de Lourenço Pires de Tavora a essa corte, não sejam acabados de expedir, vos encomendo muito que o informeis muito particularmente de todos aquelles, que não forem acabados de concluir; e lhe deis os avisos e lembranças que vos parecerem necessarios, para elle os poder efftuar na melhor maneira que for possível; e que me envieis um auto ou certidão em fôrma authentica da diligencia

que vos escrevi, que fizesseis com Lopo Gomes de Abreu sobre o negocio de S. João de Longavares, com declaração de como depois o dicto Lopo Gomes procedeu no dicto negocio como me escrevestes que fizera, e no dicto auto ou certidão viria trasladada a carta que sobre isso vos escrevi, e agradecer-vos-hei muito ser com toda brevidade possível. Escripta em Lisboa a 14 de abril de 1559. — RAINHA.

Liv. 1.ª citada, fl. 31 r.

XXI

**Para o prior e convento de Pedroso sobre o tombo
que vai fazer o licenciado Campos**

Padre prior crasteiro e monges do mosteiro de são Pedro de Pedroso, eu el-rei vos envio muito saudar. Pelo assim haver por meu serviço, de Nosso Senhor. e bem desse mosteiro e das rendas delle, mando ora o licenciado Jorge Vaz de Campos, do meu desembargo, para haver de fazer medição, demarcação e tombo dos bens, propriedades e cousas do dicto mosteiro, como vereis pelas provisões que de mim leva, e porque para bem do dicto negocio ha de ser necessario ver algumas escripturas e papeis do cartorio do dicto mosteiro, vos encaminho que lhe mostreis o dicto cartorio cada vez que vol o elle requerer, e lhe deis delle todas as escripturas e papeis que lhe forem necessarios, para o dicto negocio, no qual vós fareis procuradores por parte do dicto mosteiro as pessoas que nomear o padre reitor do collegio de Jesus da cidade de Coimbra. Jorge da Costa a fez em Lisboa a 6 de março de 1560. Manuel da Costa a fez escrever. — RAINHA.

Liv. 1.ª citada, fl. 118 v. e 119

XXII

**Capitulos, que os padres fizeram a sua alteza sobre os tombos dos mosteiros,
e a provisão que el-rei sobre isso passou, para se fazerem**

Pede o reitor do collegio de Jesus a vossa alteza, que o licenciado Jorge Vaz faça os tombos do mosteiro de S. João de

Longavares e suas annexas e egrejas de apresentação, assim e da manseira que faz os do mosteiro de S. Fins, e use no dicto mosteiro de S. João das provisões que tem, e ao deante de sua alteza tiver para o mosteiro de S. Fins, e que Christovão de Azucara, escrivão dos tomboz do dicto mosteiro, escreva os deste outro de S. João, e use das mesmas provisões, que de sua alteza tem, e tenham o vigor e credito que sua alteza quer que tenham as que lhe tem dado para escrever nos tomboz do dicto mosteiro de S. Fins, e possa fazer os prazos dos dictos mosteiros, como escrivão publico.

E que, perquanto o dicto mosteiro de S. João de Longavares está lizooso, sua alteza haja por bem que o reitor possa pôr procurador, que requiera o que for justiça por parte do mosteiro.

E que no fazer dos tomboz do mosteiro de S. João de Longavares o reitor do collegio de Jesus ponha pessoas ou pessoas, que deante do dicto licenciado ou quizesquer outras justicias queiram o que pertencer a bem da fazenda e direito do dicto mosteiro, e egrejas de sua apresentação e suas annexas.

E que nas logares e coutos onde houver bens, e propriedades dos dictos mosteiros, mandem pôr alvaras de editos nas praças e logares publicos, e lançar pregões cada dia, por tempo de dez dias, para que qualquer pessoa que possuir propriedades, rendas, foros, direitos, de qualquer qualidade que sejam, que ao dicto mosteiro pertencem, o façam a saber, e mostrem os instrumentos e cartas e documentos que d'isso tiverem, os que no tal logar ou seu termo estiverem dentro em dez dias, e os que fora delle estiverem em qualquer parte do reino dentro de vinte dias; e não vindo que lhe sequestrem os ditos bens, e assim que eitem por editos os com quem confrontam os dictos bens para as demarcações, e que conhaça de todas as duvidas e demandas movidas e por mover, e por parte do dicto reitor e collegio de Jesus se tratarem, assim onde for auctor como rei ou o poentem por qualquer via que ao dicto collegio e reitor pertencer, sem embargo de ser com viuvias, orphãos, ou pessoas privilegiadas, e por onde andar fazendo as ditas medições, e demarcações, leve os feitos de que conhecer.

E que as propriedades que forem de mais de meia legua não se mudam, somente se demarquem.

E que tire devassa sobre os que tiram marcos e os põem; e proceda contra elles.

E que os juizes e justicias, meirinhos, alcaides, tabelliães, esrivães, porteiros e outros quizesquer officiaes das cidades, villas e logares, onde elle licenciado dever de fazer as demarcações das propriedades e bens dos dictos collegios e mosteiros, e

egrejas a elles annexas e de apresentação, enquanto ellas durarem, cumpram ácerca dellas o que lhe mandar, e que lhe dêem porteiro em camara, e para cumprimento das dictas cousas em cada uma dellas, que possa pôr as penas que lhe necessarias parecerem, assim da suspensão como da privação dos officios, como de quaesquer outras pecuniarias e atô dous mil réis sem appellação nem agravo, e dali para cima dará appellação e agravo de sua condemnação, aos que appellarem, ou aggravar quizerem.

E que se possa informar por inquirição de testemunhas antigas, que razão tenham de o saber, se andam alguns bens sonegados e isto sem citação de partes.

E que o dicto licenciado Jorge Vaz de Campos tanto que der sentença, pertencer alguma propriedade ao dicto collegio ou casas, e mosteiros, metta de posse dellas ao procurador do dicto collegio, e os torne ás casas a que pertencem fazendo acudir com os frutos dellas aos predictos e nhorios.

Ea el rei faço saber a vós, licenciado Jorge Vaz de Campos, que tendes carregado de fazer o tombo das propriedades do collegio de Jesus, que eu vi uns apontamentos que o reitor do dicto collegio fez, em que me pedia que provesse ácerca de algumas cousas que tinheis necessidade para poderdes fazer o dicto tombo, e diligencias que a elle tocam, dizendo primeiramente que por o mosteiro de S. João de Longavares estar luctuoso, e a posse delle sequestrada por meu mandado, houvesse por bem que vos fizesseis o dicto tombo das propriedades delle, assim como haveis de fazer das outras propriedades do dicto collegio e suas annexas, porque disso se não seguita prejuizo a pessoa, a quem o dicto mosteiro pertencesse; e havendo eu respeito a isto ser proveito do dicto mosteiro, hei por bem que vos façaes o tombo das propriedades delle, e possaes usar ácerca disso de todas as provisões que de mim tendes para as outras cousas do dicto collegio, e nas dictas cousas usareis tambem desta minha provisão inteiramente e de quaesquer capitulos e clausulas que della cumprirem para bem do dicto negocio. E hei por bem, que Christovão de Azurara seja escrivão de todo o que ás propriedades do dicto mosteiro de S. João tocar assim como é do mais que por vosso regimento podeis fazer, e o dicto reitor poderá fazer procurador e requerente a qualquer pessoa que lhe parecer para que requiera todo o que tocar ás propriedades e bens do dicto mosteiro e fizer a bem do dicto tombo, e a pessoa, que vos assim mostrar poder do dicto reitor, enviareis ácerca disso o que vos por bem de justiça quizer requerer, postoque a posse do mosteiro está sequestrada como dicto é.

É quanto ao que o dicto reitor diz no terceiro apontamento, que por haver grande difficuldade na citação das partes, que possão as propriedades do dicto mosteiro, e outras que com ellas partem, houvesse por bem que se cita-ssem por editos, hei por bem que aquellas partes que fôr sabido quem são, e se sabe o lugar certo onde estão em qualquer parte deste reino, e que se não esconderem ou absentarem por não serem citadas, se citem em pessoa para mostrarem os titulos das dictas propriedades e reconhecirem serem do dicto collegio, e de suas annexas, e os senhores daquellas com que partirem, para mandarem estar as demarcações que delias se houverem de fazer, e quanto as outras que não fôr sabido quem são, ou que se não possa saber o lugar certo onde estejam ou forem fora do reino, ou se esconderem, hei por bem que se citem por editos precedendo o summario de suas ausências conforme a ordenação, e os editos que pozerem terão termo de vinte dias ao menos, os quaes passados, se apregoarão as dictas partes, e as haverão por citadas, e com isso poderão fazer as diligencias, que cumprirem a bem do dicto tombo.

É quanto ao que o dicto reitor diz no quarto apontamento, em que pede que possaes conhecer de todas as duvidas e demandas, que por parte do dicto reitor e collegiaes se tratarem em que fôr auctor, reu, ou apontem por qualquer via que seja, sem embargo das partes serem viúvas, ou orphãos ou pessoas privilegiadas, eu hei por bem que naquelles casos que tocarem ao tombo, e medições e demarcações, e diligencias que se houverem de fazer sobre cousas do dicto collegio, mosteiros e suas annexas, vós conheçaes de todas as causas e feitos que sobre isso se moverem, postoque seja contra viúvas ou orphãos, e pessoas que por seus privilegios tenham certos juizes sem embargo da ordenação porque as viúvas, orphãos e pessoas miseraveis podem escolher por juiz de suas causas o corregedor da corte, os sobre juizes da casa do civil ou juiz ordinario do lugar por quanto eu hei por bem que neste caso não possam usar dos dictos privilegios, por ser assim necessario para se o tombo poder fazer, e vós levareis convosco os feitos pelos logares por onde andardes fazendo as dictas demarcações.

É quanto ao mais que diz no dicto apontamento, que algumas das dictas propriedades são tão grandes que se não podem bem medir, hei por bem que as façaes demarcar e controntar com as outras, com que partirem, sendo os possuidores de umas e das outras para isso citados e suas mulheres sendo casados, e sendo menores elles e seus tutores, e por essa maneira se lançem em tombo postoque não sejam medidas, e as outras que não forem tamanhas façaes medir conforme ao regimento.

E as que o dicto reitor diz nos dietos apontamentos, que algumas pessoas por alhearem e usurparem as propriedades do dicto collegio e mosteiros a elle annexos, arrancam e mudam os marcos das dietas propriedades eu hei por bem, que sendo vós informado que se tiram ou mudam alguns dos dietos marcos tireis disso inquirição e procedaes contra os culpados como fór justiça, e quando estiverdes no logar ou comarca onde isso acontecer, dando appellação ou aggravo, qual no caso couber, e quando vos fôrdes da dita comarca deixareis os dietos feitos ao corregedor della, a quem mando que delles tome conhecimento, e quando determinardes que os marcos se tornem aonde estavam, e as partes não appellarem de vossas sentenças. Quanto ao metter dos dietos marcos, vós, sendo as partes para isso requeridas, os fareis metter nos logares onde devem estar: e porém, quanto ao crime, appellareis por parte da justiça conforme a minhas ordenações.

Em outro apontamento pede o dicto reitor, que para melhor poderdes fazer as dietas diligencias, mande que os juizes e justizias dos logares, onde as houverdes de fazer, cumpram ácerca disso vossos mandados, o que eu hei por bem e mando aos juizes e officiaes das terras e logares, onde se houverem de fazer quaesquer diligencias, que tocarem ao tombo das propriedades do dicto collegio, mosteiros e casas a elle annexas, cumpram em tudo o que lhes ácerca disso de minha parte mandardes sob as penas que lhes pozerdes, e mando aos dietos juizes ordinarios e das aldeias, meirinhos, e alcaides, tabelliães, escriptães, porteiros dos concelhos, cumpram ácerca disso vossos mandados sob as penas sobre dietas que lhe pozerdes, e podeis dar á execução sem appellação nem aggravo as penas de dinheiro, até a quantia de mil réis, e, sendo de maior quantia ou doutra qualidade, dareis appellação ou aggravo, qual no caso couber, e quando houverdes mister alguma ajuda dos corregedores das comarcas, ou juizes de fora, passareis para elles vossas cartas precatórias, que forem necessarias, requerendo-lhes de minha parte que façam cumprir o conteúdo nellas.

Em outro apontamento diz o dicto reitor, que algumas propriedades do dicto collegio, mosteiros e casas, andam senegadas e outras indevidamente aforadas, de que o dicto collegio recbe grande perda, pedindo-me haja por bem, que vos conheçaes das causas que sobre isso esperam mover, e que além disso tireis inquirição sobre as dietas propriedades, o que eu hei por bem, e vos mando, que façaes perante vós trazer os titulos das dietas propriedades aforadas, ou emprazadas, e achando que os possuidores dellas as trazem como não devem, conhecereis das causas que sobre isso se moverem, e as determinareis como vos parecer

justiça dando appellação ou aggravo, e quanto ás propriedades senegadas podem tirar sobre isso inquirição perguntando em cada lugar até oito testemunhas, e todas as mais que sobre isso forem referidas, e conhecerem dos feitos que sobre isso se moverem pela maneira acima dicta.

Em outro apontamento diz o dicto reitor, que por as partes contra quem assim procederem, ou que perante vós forem demandadas por causa das dictas propriedades, podem appellar de vossas sentenças e determinações, e dilatar as causas tanto tempo, que o dicto tombo se não pos a acabar, pedindo-me que tanto que d'essas sentença em favor do dicto collegio, mosteiros e casas a elle annexas, mandasse tirar aos dictos possuidores da posse das dictas propriedades, por não terem razão de dilatar, hei por bem e me praz que depois de vós dardes sentença sobre alguma propriedade ou cousa outra que se diga pertencer ao dicto collegio ou mosteiros ou casas a elle annexas, e as partes contrarias appellarem de vossas sentenças, lhes notifiqueis que do dia, que por vós lhes fór notificado, dia de apparecer, para seguir as dictas appellações a seis mezes, vos mostrem melhora-mento e despachos dos juizes a quem o conhecimento da appellação pertencer, e que não val-o mostrando lhes ha de ser a dicta cousa sequestrada ou propriedade até se determinar appellação finalmente; e passados os ditos seis mezes depois de lhe assim ser feita a dicta notificação e lhe ser assignado o dia de apparecer, vós lhe fareis sequestrar a propriedade ou cousa sobre que assim derdes a dicta sentença, e a fareis entregar a pessoa segura que a tenha e aproveite, e recolha os fructos d'ella até a appellação ser finalmente despachada, e porem, se a parte que assim appellar vos mostrar do juiz da appellação, por elle assignada, nota em que declare que o despacho della se retarda por parte dos procuradores do dicto collegio, e que se não detém por culpa da parte, em tal caso lhe não será sequestrada a dicta propriedade; o que tudo cumprireis inteiramente como nesta minha provisão se contém, postoque não seja passada pela chancellaria sem embargo da ordenação em contrario, porque assim o hei por bem. Escrito em Lisboa a 26 de setembro de 1550. — REI. — João de Castilho o fez escrever.

Lê. 2.ª cidade, fl. 13 v. n. 16.

XXIII

Carta de sua alteza para o doutor Antonio Lopes, corregedor de Vianna

Doutor Antonio Lopes, eu el-rei vos envio muito saudar. Sou informado que estando os padres da companhia de Jesus de posse de S. João de Longavares de mais de 12 annos a esta parte, e tendo-os el-rei meu senhor e avô, que sancta gloria haja, concertados com Afonso Esteves, com quem dantes trouxeram demanda sobre o dicto mosteiro, um Lopo Gomes e outros impetraram o dicto mosteiro do sancto padre indevidamente, e contra razão, e meu serviço, e porque pode ser que o dicto Lopo Gomes por si e seus parentes e amigos queira esbulhar os dictos padres da dicta posse em que estão do dicto mosteiro, sem serem primeiro judicialmente ouvidos, conforme a direito e minhas ordenações, hei por bem e vos mando que tenhaes cuidado e vigia que os dictos padres não sejam tirados da dicta posse, e os sustenteis e conserveis nella, defendendo-a; que se não tome por parte de pessoa alguma, e sendo caso que a dicta posse se tome sem o vós saberdes nem o poderdes estorvar antes de ser tomada, ireis logo ao dicto mosteiro, e o desencastellareis e tornareis a restituir os dictos padres á sua posse, conservados nella dahi em diante de maneira que lhe não seja feita força nem esbulho algum, e além disso tirareis inquirição e devassa dos que commetterem a dicta força e esbulho, ou a quizerem commetter, e do modo que nisso tiveram, da qual devassa me enviareis o traslado authenticó cerrado e assellado, por pessoa fiel, e sem suspeita, para ácerca disso prover como me parecer justiça, o que assim fareis e comprireis com toda diligencia. Jorge da Costa a fez em Lisboa a 24 de abril de 1559. Manuel da Costa a fez escrever. — RAINHA.

Liv. 1.^a citado, fol. 28 e 28 v.

XXIV

Alvará del-rei para o juiz da villa de Monção conhecer das causas,
que tocarem á fazenda dos mosteiros de S. Fins
e de S. João de Longavares

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que eu hei por bem e me praz que o juiz de fora da villa de Monção, que ora é e ao deante fôr, conheça de todas as causas e demandas que perante elle quizerem mover os padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra, que tocarem á fazenda dos mosteiros de S. Fins e de S. João de Longavares, annexos ao dicto collegio, e isto postoque as dietas demandas sejam movidas contra pessoas moradoras fora do limite da jurisdicção do dicto juiz até cinco leguas ao redor: o qual juiz, ouvidas as partes, determinará as dietas causas como fôr justiça, dando appellação e aggravo nos casos em que couber. E tomará um tabelhão dante si que melhor e mais sem suspeita lhe parecer, para escrever nas dietas causas. E hei por bem que o dicto tabelhão, que assim tomar, sendo sem suspeita, escreva nellas sem lhe serem distribuidas. E mando ao dicto juiz de fora que cumpra e guarde inteiramente este alvará como se nelle contém: o qual hei por bem que valha e tenha força e vigor, postoque o effeito delle haja de durar mais de um anno, e postoque não seja passado pela chancella ria sem embargo das ordenações do 2.º livro, título 20, que o contrario dispõem. Gaspar de Serxas o fez em Lisboa a 2 de dezembro de 1567. Jorge da Costa o fez escrever. CARDEAL INFANTE.

Ha v. a. por bem que o juiz de fora da villa de Monção, que ora é e ao deante fôr, conheça de todas as causas e demandas, que perante elle quizerem mover os padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra, que toquem á fazenda dos mosteiros de S. Fins e S. João de Longavares, annexos ao dicto collegio: e isto postoque as dietas demandas sejam movidas contra pessoas moradoras fora da jurisdicção do dicto juiz até cinco leguas ao redor: o qual juiz ouvidas as partes determinará as dietas causas como fôr justiça dando appellação, e aggravo, nos casos em que couber, e tomará um tabelhão sem suspeita, que escreva nellas, postoque lhe não sejam distribuidas. E que este valha

postoque o effeito delle haja de durar mais de um anno, e não passe pela chancellaria.

Alvará concedido ao reitor e padres dos dictos collegios de Artes e de Jesus da cidade de Coimbra, para v. a ver tudo Cumpra-se como el rei nosso senhor manda. Ayres da Silva Cumpra-se. Pinheiro.

(Confirmado por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1541 e por D. Philippe III a 20 de outubro de 1634)

Liv. 2.^a catal. fl. 11. Liv. 1.^a de confirmação da cidade, fl. 48 e 48 v. Liv. 2.^a de confirmação da cidade fl. 111 e. a 113.

XXV

Cópia de uma carta del-rei para Lourenço Pires de Tavora, embaixador em Roma, sobre o mosteiro de S. João

Lourenço Pires de Tavora, amigo, eu el rei vos envio muito saudar. El rei meu senhor e avô, que sancta gloria haja, erigiu o collegio de Jesus da cidade de Coimbra, da modo como sabeis, e em parte do dote que tinha determinado de lhe dar, impetrou do sancto padre annexação a perpetuum do mosteiro de S. João de Longavares, do archiepado de Braga ao dicto collegio com muita despesa de sua fazenda, e pretendendo um Affonso Esteves ter direito ao dicto mosteiro, foi contente que el rei meu senhor e avô o mandasse vir por letrados, e achando que tinha nelle algum, fizesse todavia o que fosse serviço de Deus e seu. E posto que depois de muito bem visto o caso, se achasse que o dicto Affonso Esteves não tinha direito algum no dicto mosteiro, por bem de concordia houve sua alteza por bem que se lhe dessem 250 cruzados de pensão em cada um anno, e a um seu procurador, que no dicto negocio andava, perto de mil cruzados, por razão das despesas que nelle eram feitas ficando o dicto mosteiro ao dicto collegio a que estava annexado, e para firmeza da dita concordia se fez um instrumento, o qual o sancto padre houve por bem de confirmar, e antes de se expedirem as letras da dita confirmação, um Lopo Gomes de Abreu, natural de meus reinos, tractou com o dicto Affonso Esteves que resignasse nelle outra vez o dicto mosteiro, o qual o fez tendo ja seu procurador e elle recebido todo o dinheiro que por virtude da dita concordia e confirmação delle haviam de haver por razão das despesas e algum outro em parte da pensão que o sancto padre lhe assi-

gnava, no que ambos fizeram o que não deviam por ser contra meu serviço e em negocio, que el rei meu senhor e avô fiz com tanta consideração. — Co favoravel, ao dicto Affonso Esteves, e porque ora sou informado que o dicto Lopo Gomes, sabendo mal certo quanto no dicto negocio vai contra meu serviço não quer desistir delle antes pretende haver o dicto mosteiro, e os fructos que de muitos annos são recebidos dizendo que o dicto Affonso Esteves foi esbulhado da posse em que estava, e para isso vexa e inquieta os religiosos do dicto collegio, e se teme que o dicto Lopo Gomes se ajude de alguns meios illicitos, porque está claro que no mosteiro elle nem o dicto Affonso Esteves não tem direito algum, vos encomendo muito e mando, que tenhaes grande vigia e diligencia em acudirdes a isso, e vejaes que meio será melhor e mais conveniente tomar se para conservação da justiça do dicto collegio, e para cessarem as dictas vexações e inquietações, que os padres delle recebem, e porque parece que, sendo o sancto padre informado do direito delle, o qual se pode bem ver pelos supplicações que se fizeram por ambas as partes sobre o dicto mosteiro, haverá por bem mandar cessar esta causa, trabalhareis de haver a copia dellas, e as veras, e assim os autos que vos com esta mando, porque claramente consta quanto mais serviço de Deus será castigar similhantes pessoas conforme a seus delictos, que deixal-os pretender ter beneficios da igreja com tanto escandalo do povo, e deis de minha parte de tudo inteira relação a sua sanctidade pedindo-lhe muito por mercê que proveja neste caso como vir que é mais serviço de Nosso Senhor, e como eu dele o devo esperar, para que outros naturaes de meus reinos não tenham atrevimento de intentar os similhantes casos, e quanto em vos fór, trabalhareis de haver niss. bom despacho e do que neste negocio fizerdes e sua sanctidade houver por bem de fazer, me avisareis por vossas cartas muito compridamente. Escrita em Lisboa a 17 dias de outubro de 1569. — RAINHA.

Loc. 1.º citado, ff. 111 v. e 112.

XXVI

Para o juiz de Monsão não fazer entregar o deposito da pensão de S. João de Longavães a Affonso Esteves nem a outrem

Licenciado Thomé Alvares, ou el-rei vos envie muito saudar. Eu sou informado que o reitor e padres do collegio de Jesus da

cidade de Coimbra requereram a Affonso Esteves, morador em Galliza, que recebesse 2500000 réis por virtude de um concerto, que entre elle e os dictos padres se fez, e de um motu proprio que o sancto padre sobre isso passou, lhe pertenciam haver de uma pensão, que tinha no mosteiro de S. João de Longavares, e que não querendo o dicto Affonso Esteves receber o dicto dinheiro e pensão, vos a requerimento dos dictos padres o fizestes depositar em mão de uma pessoa abonada, e porque pela informação que tenho deste caso e negocio, se o dicto deposito se entregasse ao dicto Affonso Esteves ou a alguma outra pessoa enquanto se não fizer uma certa diligencia, que sobre isso se ha de fazer, poder-se-iam seguir d'isso alguns inconvenientes contra o serviço de Nosso Senhor, e em muito damno e prejuizo das partes, hei por bem e vos mando que não façaes entregar ao dicto Affonso Esteves, nem a outra pessoa alguma, o dicto deposito nem algum outro dinheiro, que os dictos padres ao diante mais depositarem á conta da dicta pensão, posto que elles o requeram, ate verdes sobre isso outra minha provisão, e se sobre este negocio vos apresentarem algumas provisões, ou quaesquer outros papeis, me avisareis logo por vossa carta mandando o traslado delles assignado por vós, os quaes se entregarão a Pero Fernandes, meu escrivão da camara, para eu sobre isso mandar o que houver por meu serviço. Antonio de Aguiar a fez em Lisboa a 14 de junho de 1561. Pero Fernandes a fez escrever. — RAINHA.

Ver l.^a citada, ff. 128^v e 129.

XXVII¹

Carta de sua alteza para Lourenço Pires de Tavora sobre a companhia

Lourenço Pires de Tavora, amigo, eu de-vos envio muito saudar. Eu escrevo ao sancto padre o que vreis pela copia da carta que vos envio, e o intento que nisso tenho é dar a conhecer a sua sanctidade quam proveitoso é o instituto da companhia de Jesus para bem da egreja universal, e que sua sanctidade tomasse

¹ Esta carta foi a que levou dentro as duas para os cardeaes e para o papa, impozes-se já a pag. 221 a 223.

grande affecto e devoção a esta religião, e a favorecesse para que, conforme a seu instituto, podesse ser augmentada e dilatada, pois disso se seguirá grand' bem a toda a christandade e religião christã, e especialmente a estes reinos e senhorios pelas muitas obrigações espirituaes que tem, e porque parece que para mover e inclinar sua sanctidade ajudará muito ter conhecimento das cousas particulares que Nosso Senhor tem obrado, e obra cada dia, por esta religião, assim nestes reinos como nas partes da India, e outras de muietas da conquista delles, e a grande conta, reputação, e devoção que eu tenho, e todas as pessoas principaes destes reinos, e prelados e religiosos delles têm, ao instituto e religião da dicta companhia, vos encomendo muito que além das cousas particulares, que tereis sabido, vos informeis do padre geral da dicta companhia de todas as particularidades que houver de edificação dando-lhe conta do que sobre isso escrevo a sua sanctidade e desejo que faça; e informeis de tudo a sua sanctidade mui particularmente, e me aviseis do que em sua sanctidade sentirdes, e parecendo vos que para este mesmo effeito ajudara salardes a alguns cardeaes o fazeis de minha parte na maneira que virdes que convém; e com esta vos envio duas cartas para elles em crenga para vós: fard-heis por os sobrescritos e dar-lhas-heis. Escripta em Lisboa a 16 de fevreiro de 1599.

— RAINHA.

Lit. 1.ª citada, # 31 v. e 32

XXVIII

Para o juiz de Monção acabar os tombo de S. Fins e de S. João de Longavares

Dizem o reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra, que, quando vossa alteza houve por seu serviço occupar o licenciado Jorge Vaz de Campos, do seu desembargo, que fazia o tombo do dicto collegio, em outras cousas, mandou passar provisões para que o juiz de fora da cidade de Lamego acubasse o tombo do mosteiro de Nossa Senhora do Carquere, que se offerece, e outra tal se passou para o juiz de fora da villa de Monção acabar o tombo dos mosteiros de S. Fins e S. João de Longavares, que está no termo da villa de Monção, e das mais annexas que elles supplicantes têm naquella comarca. E tendo o juiz comegado a fazer as diligencias se perdeu a provisão, e postoque

se fizeram muitas diligencias não se poudo achar. Pedem a vossa alteza lhes mande passar outra tal provisão, para o juiz de fora da villa de Monção proseguir o dicto tombo dos dictos mosteiros e mais annexas, que o dicto collegio tem naquella comarca, assim e da maneira que o houvera de fazer o licenciado Jorge Vaz de Campos, conforme a provisão que tem para o juiz de Lamego fazer o de Carquere, e que as diligencias que são feitas pelo juiz de Monção por virtude da provisão perdida sejam valiosas, e cetera. E receberão esmola e mercê.

Eu el-rei faço saber a vós, juiz de fora da villa de Monção, que eu hei por bem e me praz que vos prosigaes e acabeis as demarcações e tombo dos bens e propriedades, que pertencem aos mosteiros de S. Fins e de S. João de Longavares, que são annexos *in perpetuum* ao collegio de Jesus da cidade de Coimbra, as quaes demarcações e tombo tinha começado de fazer o licenciado Jorge Vaz de Campos, do meu desembargo, e as não acabou por ser occupado em outras cousas de meu serviço, e fareis as dictas demarcações e tombo, segundo forma do regimento e provisões, por onde o dicto licenciado Jorge Vaz as fazia, e assim conhecereis de todas as demandas e duvidas que sobre as dictas demarcações se moverem ou forem movidas, e as determinareis como fór justiça, conforme ao dicto regimento e provisões, e tomareis para escrivão das dictas demarcações e das demandas, que sobre ellas se moverem, e de tudo o mais que a isso tocar, um escrivão de ante vós, que vos para isso melhor e mais sufficiente parecer, o qual sera sem suspeita, e usará das provisões de que usava o escrivão, que servia neste negocio com o dicto licenciado Jorge Vaz. E primeiro que o dicto escrivão comee nisso a servir, lhe dareis juramento dos sanctos evangelhos que o faça bem e verdadeiramente, guardando em todo a mim meu serviço, e ás partes seu direito; e por este mando a todas as justicas a que o conhecimento disto pertencer, que vos deixem fazer as dictas demarcações e tombo, conforme ao dicto regimento e provisões, e vol as cumpram e guardem, como se nellas contém, porque assim o hei por bem e meu serviço. E este alvará me praz que valha e tenha força e vigor, postoque o effeito dele haja de durar mais de um anno, e que não seja passado pela chancellaria, sem embargo das ordenações que o contrario dispõem. João da Costa o fez em Évora a 12 de março de 1575. Jorge da Costa o fez escrever. Rei.

Loc. 2.º citada, fl. 71 v. e 72.

XXIX

Traslado da provisão del-rei para o licenciado Ambrosio de Andrade
ser juiz dos tomboos deste collegio e do de Evora

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que, havendo respeito ao que na petição, atrás escripta, dizem o reitor e padres do collegio e Universidade do Espirito Sancto da cidade de Evora, e pela boa informação que me foi dada do licenciado Ambrosio de Andrade, e de suas letras e sufficiencia, hei por bem e me praz que o dicto licenciado prosiga, e acabe de fazer as diligencias necessarias para o tombo dos bens e propriedades e cousas do dicto collegio e Universidade, e do priorado do mosteiro de S. Jorge de juncto da cidade de Coimbra, que é annexo ao dicto collegio de Evora, e assim dos bens e propriedades e cousas que pertencerem ao collegio de Jesus da dicta cidade de Coimbra, e proseguirá e acabará as dictas diligencias no ponto e estado em que as deixou o licenciado Jorge Vaz de Campos, do meu desembargo, que por meu mandado as fazia, e usara acerca disso do regimento e provisões, que sobre este negocio foram passadas para o dicto Jorge Vaz, as quaes cumprirá e guardará inteiramente como nellas se contém, e assim me praz que elle possa tomar e escolher uma pessoa apta e de boa qualidade e vida e costumes, que sirva de escrivão das dictas diligencias, a qual pessoa, primeiro que comece a servir nellas, dara juramento dos sanctos evangelhos que o faça bem e verdadeiramente, de que se fira assento assignado por ambos nas costas deste alvará, e ao dicto licenciado, Ambrosio de Andrade, primeiro que comece a servir neste negocio, sera outrosim dado juramento pelo corregedor da comarca da dicta cidade de Coimbra, que sirva nisso bem e verdadeiramente, guardando em todo a mim meu serviço e as partes seu direito, de que tambem se fira assento assignado pelo dicto corregedor e por elle nas costas deste alvará, que hei por bem que valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancelaria, e postoque por ella não seja passado, sem embargo das ordenações do 2.º livrº, titulo 20.º, que o contrario dispõem

Gaspar de Seixas o fez em Lisboa a 15 dias de outubro de 1574
Jorge da Costa o fez escrever. — Rei.

Liv. 2.^a citado, fl. 68 v. e 69.

XXX

**Provisão del-rei para em Carquere, Pedroso e em S. Fins, os escrivães
aqui nomeados escreverem as cousas do collegio**

Dizem o provincial e padres da companhia de Jesus deste reino de Portugal, que a dicta companhia tem na comarca dentro Douro e Minho os mosteiros de S. Fins e S. João de Longavares, e na comarca do Porto, os de Pedroso e Paço do Sousa, e na de Lamego e de Nossa Senhora de Carquere; e porque nos dictos mosteiros se fazem alguns prazos e escripturas da fazenda delles, e fazendo-os por distribuição vem a ficar espalhados assim por diversas pessoas como por diversos livros, que é causa de muitas vezes se perderem as escripturas, porque, postoque se tirem uma vez da nota, como são muitas, se perdem muitas, e por essa causa se perdem tambem as fazendas dos mosteiros: Pedem a vossa alteza que em cada logar ou concelho onde estiverem os dictos mosteiros possam nomear um escrivão ou tabelião que faça as dictas escripturas conforme ao que tem o collegio de Coimbra e o priorado de S. Jorge, o qual tenha para ellas um livro de notas separado, onde se não escrevam senão as escripturas dos dictos mosteiros, o qual livro seja numerado pelo corregedor, ou pelo juiz de fora do lugar onde o tal mosteiro estiver; e receberão em la e mercê.

Ofereçam o traslado da provisão em publica forma do collegio de Coimbra.

Nomeem o tabelião que em cada mosteiro houver de escrever no que dizem, o onde o morador, e os nomes de cada um.

Faça se provisão; para que os tabeliões nomeados nos *itens* aqui junctos, façam todas as escripturas dos mosteiros que nellas vão declarados, pela ordem que se contém nesta petição, aos 16 de dezembro de 1574. Antonio Vaz Castello.

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que havendo respeito ao que na petição atrás escripta dizem o provincial e padres da companhia de Jesus da provincia de meus reinos, hei por bem e me praz que Gregorio de Palhares, tabelião do conto de S. Fins, faça todas as escripturas de emprazamentos e

outras quaesquer, que tocarem e pertencerem, por qualquer modo que seja, aos mosteiros do S. Fins e de S. João de Longavares e a seus bens e propriedades, e Bartholomeu de Figueiredo, tabellião do concelho de Rezende, fará todas as escripturas que tocarem ao mosteiro de Nossa Senhora de Cárquere, e Belchior Gonçalves, tabellião do conto de Payo de Sousa, fará todas as que tocarem ao mosteiro do dicto conto, e Christovão de Castro, tabellião do conto de Pedroso fará todas as escripturas que tocarem ao mosteiro de Pedroso; e isto me praz, assim para que as escripturas dos dictos mosteiros se achem sempre junctas no livro das notas de um só tabellião, e se não possam sonegar nem perder, e com tal declaração que na distribuição das escripturas, que se faz em cada um dos dictos logares, se carregue a cada um dos outros tabelliães outras tantas das outras pessoas, como as que os acima nomeados fizerem dos dictos mosteiros, para que todos fiquem eguaes e não recebam perda nem prejuizo algum por causa do que por esta provisão concedo aos padres. E mando a todas muitas justiças, otheiros, e pessoas a quem este alvará ou o traslado dele em publica fórma for mostrado, e o cumprimento dele pertacer, que o cumpram e guardem e façam inteiramente cumprir e guardar como nelle se contém. O qual hei por bem que valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, e posto que por ella não seja passado sem embargo das ordenações que o contrario dispõem. João da Costa o fez em Évora a 10 de março de 1575. Jorge da Costa o fez escrever. REI.

E cada um dos dictos tabelliães terá um livro de notas apertado, em que escreva e faça somente as escripturas de cada um dos dictos mosteiros, o qual livro será numerado e assignado conforme a ordenação, e este alvará e apostilha se trasladarão no principio de cada um dos dictos livros; e esta apostilha não passara pela chancellaria. Jorge da Costa a fez em Évora a 25 de março de 1575. — REI.

Na apostilha referendou Martin Gonçalves da Camara.

Alvará do provincial e padres da companhia de Jesus destes reinos sobre os tabelliães que vossa alteza ha por bem que façam todas as escripturas de emprazamentos e outras quaesquer, que tocarem e pertencerem aos mosteiros acima nomeados. Para v. a. ver.

(Continuado por D. Phillippe I a 20 de janeiro de 1591, e por D. Phillippe III a 5 de abril de 1611).

Lei 2.^a título, ff. 70 e 70 v. Lei 1.^a de confirmações citada, ff. 46 v., a 48.

Lei 2.^a de confirmações citada, ff. 22 v. a 24 v.

XXXI

Para que o licenciado e Pero Luiz possam usar de seus officios
conforme as provisões que diasse tem del-rei

Eu el-rei faço saber aos que este meu alvará virem, que eu hei por bem e me praz que o licenciado, Jorge Vaz de Campos, que el-rei meu senhor e avô, que sancta gloria haja, por suas provisões encarregou de fazer as medições, demarcações e tombo dos bens e propriedades dos mosteiros de S. Fins e de S. João de Longavares, annexos ao collegio de Jesus da cidade de Coimbra, e das egrejas annexas aos dictos mosteiros, e assim dos bens e propriedades da egreja de S. Antão de Benespera, outrosim annexas ao dicto collegio, e das egrejas a elle annexas, e das terras e paços que foram de Affonso de Arriaga, possa servir do dicto cargo por as dictas provisões del-rei meu senhor, e segundo fôrma dellas; e assim poderá servir com o dicto licenciado, Pero Luiz, escrevão do dicto cargo, conforme as provisões de sua alteza que delle tem; e mando a todas as minhas justiças, officiaes e pessoas, a que o conhecimento desto pertencer, que lhes deixem servir os dictos cargos pelas dictas provisões e segundo fôrma dellas, e lhas cunpram e guardem como se nellas contém, porque assim o hei por bem. E este alvará me praz que valha e tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do 2.º livro, título 20.º, que diz que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não valham. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 26 de junho de 1557. Manuel da Costa o fez escrever. — RAINHA.

Liv. 1.º citado, fol. 22.

XXXII

Que Pero Luiz possa escrever os prazos de S. Vins, S. João e S. Antão

Eu el rei faço saber aos que este alvará virem, que eu hei por bem e me praz que Pero Luiz, cavalleiro de minha casa, que por provisão del-rei meu senhor o avô, que sancta gloria haja, serve com o licenciado Jorge Vaz de Campos de escrivão da medição, demarcação e tombo dos bens e propriedades que pertencem ao collegio de Jesus da cidade de L'ombra e aos mosteiros e egrejas a elle annexas, e assim dos paues, e propriedades que foram de Alfonso de Arriaga, que estão em termo da villa de Montemor o Velho, possa escrever todos os instrumentos e escripturas dos aforamentos e emprazamentos que se houverem de fazer dos dictos bens e propriedades, e faça signal publico nos dictos instrumentos e escripturas como tabellião das notas, as quizes escripturas assim por elle feitas, e assignadas de seu signal publico, hei por bem que sejam firmes e valiosas, e se lhes de tanta fe e credito como se dá ás escripturas feitas pelos tabelliões das notas de meus reinos, e o dicto Pero Luiz sera obrigado a ter livro de notas em que escreva as dictas escripturas, de que as folhas serão numeradas e assignadas, conforme a ordenação, pelo corregedor da comarca e corregção da villa de Vianna, foz de Lina, e guardará em todo a fórma da dicta ordenação, e fará o signal publico de que houver de usar no livro da chancellaria da dicta corregção, e assim lho será dado juramento dos sanctos evangelhos pelo dicto corregedor que sirva nisto bem e verdadeiramente, guardando em todo a mim meu serviço e ás partes seu direito, do qual juramento se fará assento assignado pelo dicto corregedor e por o dicto Pero Luiz nas costas deste alvará, que hei por bem que valha e tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do 2.^o livro, titulo 20.^o, que diz que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não valham. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 25 de julho de 1557. Manuel da Costa o fez escrever. — RAINHA.

Os quizes instrumentos, escripturas dos dictos aforamentos e

emprazamentos, o dicto Pero Luiz escreverá e fará enquanto for escrivão do dicto negocio perante o dicto licenciado, Jorge Vaz de Campos, e mais não.

Lic. 1.ª citada, fol. 20 v. e 21.

XXXIII

**Para que Pero Luiz escrivão dos lombos possa ter
uma pessoa que o ajude**

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que eu hei por bem e me praz de dar licença a Pero Luiz, cavalleiro de minha casa, que serve com o licenciado Jorge Vaz de Campos de escrivão da medição, demarcação, e tombo dos bens e propriedades que pertencem ao collegio de Jesus da cidade de Coimbra, e aos mosteiros e egrejas a elle annexas, e assim dos paues e propriedades que foram de Afonso de Arraga, que estão em termo da villa de Montemor-o-Velho, e de escrever e fazer os instrumentos e escripturas de emprazamentos, e aforamentos que se fazem dos dictos bens e propriedades, para que possa ter uma pessoa que o ajude a escrever em todas as cousas do dicto cargo, subscrivendo-as elle, Pero Luiz, e concertando, assignando de sua signal publico as dietas e escripturas de emprazamentos e aforamentos, salvo os termos das audiencias e inquirições, e os autos das medições e demarcações, e quaesquer outras cousas que forem de segredo de justiça, que o dicto Pero Luiz tomara e escreverá de sua letra sem a tal pessoa, que o assum ajudar, escrever, nem fazer cousa alguma das sobreditas; a qual pessoa será maior de idade de dezeseis annos, e apta e pertencente para isso servir; e mando ao dicto licenciado, Jorge Vaz de Campos, que apresentando lhe o dicto Pero Luiz pessoa que seja da dita cidade, e parecendo-lhe que é apta como dicto é, lhe de juramento dos sanctos evangelhos que bem e verdadeiramente escreva e faça o que por este alvará lhe dou licença que possa fazer, e de como assim houver a dita pessoa por apta e lhe dór juramento se fara assento nas costas deste alvará por um escrivão, assignado por o dicto licenciado, Jorge Vaz, e dahi em diante deixará ajudar a escrever a dita pessoa ao dicto Pero Luiz na maneira que dicto é; e se a tal pessoa fallecer, ou tiver outro qualquer impedimento por onde não possa servir no dicto officio, e o dicto Pero Luiz quizer nomear outra pessoa em seu lugar, o podera fazer, e lhe sera re-

cebida como acima é declarado de maneira que em todo o tempo possa ter uma pessoa que o ajude a escrever e mais não. Hei por bem que este alvará valha e tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do 2.º livro, título 20.º, que diz que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvaras não valham. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 25 de julho de 1557. Manuel da Costa o fez escrever. — RAINHA.

Loc. 1.º citado, fl. 21 e 21 v.

XXXIV

Alvará para poderem usar das doações dos maninhos do couto de S. Fins por tempo de um anno

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que havendo respeito ao que na petição atrás escripta dizem o reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra, he por bem e me praz que elles possam usar por tempo de um anno da doação de que na dita petição fazem menção, que dizem que el rei meu senhor e avô, que sancta gloria haja, fez ao dicto collegio dos maninhos que estão dentro no couto de S. Fins, posto que a dita doação não seja por mim confirmada, no qual anno requerão a confirmação da dicta doação. E mando a todas minhas justicas, officiaes e pessoas, a que o conhecimento d'esto pertencer, que lle cumpram e façam cumprir este alvara, como se nelle contém. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 19 de janeiro de 1568. Manuel da Costa o fez escrever. — RAINHA.

Loc. 1.º citado, fl. 21.

XXXV

Para que o mosteiro de S. Fins possa usar de seus privilegios por tempo de um anno que começa a 10 de abril de 1561

Eu el rei faço saber aos que este meu alvará virem, que ha vendo respeito ao que na petição atrás escripta dizem o reitor

e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra, hei por bem e me praz que elles possam usar das doações e privilegios, que dizem que pelos reis passados destes reinos foram concedidos ao mosteiro de S. Fins de Priestas, que ora é annexo ao dicto collegio, assim e da maneira, que se nelles contém e até ora usaram, postoque não sejam por mim confirmados, e isto por tempo de um anno somente, não ordenando eu primeiro o despacho das confirmações. Domingos o fez em Lisboa aos 10 de abril de 1561. Manuel da Costa o fez escrever. — RAINHA.

Lic. 1.^a citab., fl. 128 v.

XXXVI

Alvará del-rei para usar dos privilegios e doações dos mosteiros de S. Fins e S. João, por um anno

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que eu hei por bem e me praz, que o collegio de Jesus da cidade de Coimbra e os seus mosteiros e egrejas a elle annexas, e os seus contos, possam usar e usem de todas as doações, privilegios e liberdades que pelos reis passados lhe foram concedidas, postoque não sejam por mim confirmadas, e isto por tempo de um anno somente, que começará da feitura deste, não ordenando eu primeiro o despacho de confirmações.

E mando a todas minhas justicas, officinaes e pessoas, a quem o conhecimento disto pertencer, que lhe cumpram e façam cumprir e guardar este alvará como se nelle contém, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Sebastião da Costa o fez em Lisboa a 22 dias do mez de agosto de 1562. Manuel da Costa o fez escrever. E isto se entenderá e cumprirá assim sendo as tais doações e liberdades confirmadas ou dadas por el-rei meu senhor e avô, que sancta gloria haja. — RAINHA.

Postoque no fim do alvará acima scripto diga que o conteúdo nelle se entenda e cumpra sendo as doações e liberdades confirmadas ou dadas por el-rei meu senhor e avô, que sancta gloria haja, hei por bem que a tal clausula não haja lugar, e que sem embargo della possa o dicto collegio e os seus mosteiros e egrejas a elle annexas usar e usem de todas as doações, privilegios e liberdades que lhe foram concedidas e confirmadas, assim por el-rei meu senhor e avô, como pelos reis passados e seus antecessores, postoque por mim não sejam confirmadas, e isto por o dicto

tempo de um anno, como acima é dicto, havendo respeito aos padres do dicto collegio apresentarem nas confirmações, em vila do duto senhor rei meu avô, as doações e cartas dos dictos privilegios e liberdades, e não voltarem por ellas; e o dicto anno com cará da feitura desta apostilla, a qual mando que se cumpra, postoque não seja passada pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. André Sardinha a fez em Lisboa a 3 dias do setembro de 1562. Manuel da Costa a fez escrever. — RAINHA.

Hei por bem e mando que o meu alvará atrás escripto, com a declaração da apostilla delle, se cumpra e guarde como se nelle contém, por tempo de dous annos mais além do tempo no dicto alvara e apostilla declarado, e os dictos dous annos começaram da feitura desta apostilla em diante, a qual hei por bem que valha e tenha força e vigor, como se fuisse carta bula em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, postoque esta por ella não seja passada, sem embargo das ordenações do 2.º livro, título 20.º, que o contrario dispõem. Sebastião da Costa a fez em Lisboa ao primeiro dia do mez de outubro de 1563. Manuel da Costa a fez escrever. — O CARDEAL INFANTE.

Hei por bem que o meu alvará atrás escripto, com a declaração da apostilla delle, se cumpram e guardem, como se nelles contém, ao collegio de Jesus da cidade de Coimbra e aos seus mosteiros e egreja que ate ora a elle são annexas, e assim aos seus coutos, para que todos gozem e usem de todas as doações, privilegios e liberdades, que lhe foram concedidas e confirmadas, assim por el rei meu senhor e avô, que sancta gloria haja, como pelos reis passados seus antecessores, e isto postoque as ditas doações, privilegios e liberdades não sejam por mim e confirmadas, nem o reitor e padres do dicto collegio as tenham todas apresentadas nas confirmações; o que assim mando que se cumpra e guarde por tempo de dous annos mais além do tempo que lhe tenho dado pelo dicto alvará, e pela apostilla acima escripta; e hei por bem que esta valha, postoque o effeito della haja de durar mais de um anno, e postoque não seja passada pela chancellaria, sem embargo das ordenações que o contrario dispõem. Jorge da Costa a fez em Lisboa aos 26 dias de abril de 1564. Manuel da Costa a fez escrever. — O CARDEAL INFANTE.

(Por uma provisão datada em Obidos a 21 de julho de 1569, e apostilla passada em Evora a 1 de abril de 1570, a fl. 58 e 59 deste 2.º livro, se vi, que foram prorogados esses privilegios, e amplados ás annexas do collegio do Espirito Sancto de Evora por mais quatro annos, e depois por outros dous annos.)

Fls. 2.ª colada, fol. 60 e 62.

XXXVII

Confirmação de uma carta ao dom abbade do mosteiro de Pedroso, por que sua magestade manda que se lhe cumpram os privilegios, e cartas de sentenças que tem do conto do dicto mosteiro dos reis passados, e que lhe não entrem no dicto conto a cortar madeiras

Dom Philippe, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquém e dalém mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da India, &c. Faço saber aos que esta minha carta de confirmação virem, que por parte do dom abbade do mosteiro de Pedroso me foi apresentada uma carta del-rei Dom João o primeiro, que sancta gloria haja, de que o traslado é o seguinte:

Dom João, p. la graça de Deus, rei de Portugal e do Algarve. A todos os nossos corregedores, juizes, e justizias dos nossos reinos, e a outros quaisquer que desto houverem conhecimento, a que esta carta for mostrada, saúdo. Sabede que o abbade do mosteiro de Pedroso, do bispado do Porto, nos disse que Dom Afonso Henriques, primeiro rei, e nosso avô, em sendo infante destes reinos, por heita de Deus, e por alvação de sua alma edificou o dicto mosteiro, e o dotou e limançou, e deu conto segundo é marcado, e divisado com divisões commutadamente no termo, e conto d'arredor do dicto mosteiro, e mandou e outorgou que o dicto conto fosse de todo tirado do seu senhorio, e dos outros reis, que depois viessem, dado ao dicto mosteiro defendendo só certas penas, que nenhum não viesse contra esto, segundo todo m'hor e mais compridamente e contido no dicto privilegio, o qual diz que foi sempre guardado ao dicto mosteiro ate ao tempo del rei Dom Diniz, meu bisavo, que sobre elle contou a verdade por inquirições que mandou fillar, a qual vista por elle julgoa por sentença que os seus corregedores não entrem nas ditos contos, senão por licença do abbade, ou do seu juiz do dicto conto, segundo mais compridamente é contido em suas cartas selladas de seus sellos pendentes. E que outrossim el-rei Dom Afonso, nosso avô, fez chamamento geral por razão daquelles, que haviam contos, honra e jurisdicções, por o qual chamamento, e por provas que sobre elle mandou fillar, mandou outrossim por sua sentença, que o dicto mosteiro usasse de toda

jurisdição civil no dicto mosteiro, e seu conto, salvo que mandou que as suas justizas entrassem no dicto conto a fiar para elle as comas, e que o abbade não pozesse hy relogio, nem escrivão, e que entrassem hy seus tabellães e que dessem fe, segundo se outrosim contém em sua carta de sentença, e que esto mesmo foi todo aguardado ao dicto mosteiro até á morte del-rei Dom Fernando, nosso irmão, que Deus perdoe, e que nós lhe demos nossa carta por que confirmamos ao di to mosteiro, e seu conto todos seus privilegios, e liberdades, e foras que lhe foram dados e outorgados por os reis que ante nós foram, e todos seus bons usos, e costumes, de que sempre o dicto mosteiro usou, e costumou até á morte do dicto rei nosso irmão, segundo todo esto melhor, e mais compridamente ante as outras cousas se contém, como dicto é, nos dictos privilegios, e cartas de sentenças dos ditos reis, e diz o dicto abbade que não embargu do todo, que algumas pessoas poderosas lhe entrem no dicto conto, que assim é seu, e exempto do dicto mosteiro, e lhe talham, e danificam uma matta que hy tem contra sua ventade em grãde seu prejuizo, e lhe fazem hy muitas sem razões; como não devem, e que lhe usurpam sua jurisdicção, e que lhe não querem guardar as ditas cartas, e privilegios; e por diu nes por merce o dicto abbade, que lhe houve esmos sobre ello ao dicto mosteiro remedio; e nos vendo o que nos peham, temos por bem, e mandamo-vos que vejades o dicto privilegio, e cartas de sentenças dos ditos reis Dom Affonso, nosso avô, que sobre esta razão tem o dicto mosteiro, e lhas cumprades, guardades e fagades cumprir, e guardar em todo conto em elle é contendo, e não consentades a nenhuns de nenhuma condicção, que lhe talhem madeiras na matta que tem dentro no dicto seu conto, nem que lhe vilo contra os dictos privilegios, cartas e sentenças, nem lhe façam outro nenhum desaguasado em nenhuma guisa que seja, sob pena de os nossos encoutos de seis mil seldos, que mandamos que pague para nós qualquer que lhe contra esto for, e mandamos a vos, que os constanjades por elle, que a nossa merce e de serem ao dicto mosteiro aguardados em todo por la guisa que nos dictos privilegios e sentenças é contendo, e ao dicto mosteiro foram guardados em tempo dos outros reis, que ante nós foram, e um al não façades: e em testemunho desto mandamos dar ao dicto mosteiro esta nossa carta. Dado em Coimbra a vinte e sete dias de abril. El-rei o mandou por Rui Lourenço, deão de Coimbra, licenciado em Degredos, do seu desembargo, não sendo hy João Affonso escholar em Leis do dicto desembargo. Pero Caldeira a fez, era de mil quatrocentos e trinta annos.

Pedindo me o dicto dom abbade do mosteiro de Pedrose por

mercê, que lho confirmasse esta carta, é visto por mim seu requerimento, querendo-lhe fazer graça e mercê, tenho por bem, e lha confirmo, e hei por confirmada, e mando que se cumpra e guarde inteiramente assi e de maneira que se nella contém por quanto pagou de meia annata da mercê desta confirmação setecentos e vinte reis, como se viu por certidão do escrivão da receita do thesoureiro geral das meias annatas, que lhe foram carregados no livro do seu recebimento a folhas trezentas e dezesseis: e por firmeza disso lhe mandei passar esta carta por mim assignada, e sellada do meu sello pendente. Antonio de Moraes a fez em Lisboa a quinze de outubro anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil seiscentos e trinta e tres. Antonio Sanchez Farinha a fez escrever. — EL-REI. — O Conde de Sancta Cruz. P.

Confirmação da carta nesta trasladada ao dom abba de do mosteiro de Pedroso, por que vossa magestade manda que se lhe comprem os privilegios, e cartas de sentenças que tem do conto do dicto mosteiro dos senhores reis passados, e que lhe não entrem no dicto conto a cortar madeiras, e pagaram a meia annata pela maneira acima declarada. Para vossa magestade vér.

P. André Velho da Fonseca. Pagou nada por privilegio que tem o collegio de Coimbra, de que são estes privilegios; em Lisboa a vinte oito de fevreiro de mil seiscentos trinta e quatro annos: e ao chanceller nár, e effiaes com o cordão mil sessenta e seis réis; e ao escrivão das confirmações quinhentos réis. Miguel Maldonado. Registada na chancellaria folhas trescentas quarenta e oito. João da Paiva de Albuquerque. Fica registada esta carta de confirmação em o livro da chancellaria desta comarca do Porto ás folhas cento setenta e tres por mim escrivão d'ella, no Porto vinte e nove de janeiro de seiscentos trinta e cinco. João Correia

*(Confirmado por D. Philippe III a 15 de outubro de 1633 .
Laz. 2.º de confirmações citado, v. 42 r. a 15 r.)*

XXXVIII

Alvará del-rei para o corregedor de Thomar entregar os papeis
ao executor do collegio e deixar arrecadar as dividas

Ea el-rei faço saber aos que este alvara virem, que havendo respeito ao que na petição atrás escripta dizem o reitor e padres

do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, hei por bem e mando ao corregedor da comarca da villa de Thomar, e a qualquer outros corregedores, juizes, e justicas a quem o conhecimento disto pertencer, que deixem ao dito reitor e padres, pelo seu executor executar, e arrecadar as dividas, que lhe deverem os mamposteiros das escolas, que em seu nome e com a sua procuração, arrecadaram, receberam, e têm em si, as quaes se pediram para o mosteiro de Sancto Antão de Benespera, annexo ao dicto collegio antes de as taes escolas serem prohibidas por provisões do sancto padre, e minhas; e o dicto executor poderá usar na arrecadação e execução das ditas dividas da provisão que o dicto collegio de mim tem, a qual mando que ácerca di se se lhe cumpra e guarde como nella é contendo. E ao dicto corregedor da comarca de Thomar que lhes faça logo tornar a entregar as provisões que dizem que lhes tomou de que na dicta petição fazem menção, e uns e outros lhe cumpram e façam inteiramente cumprir este alvará, postoque não seja passado pela chancellaria sem embargo da ordenação em contrario. André Sardinha o fez em Lisboa a 23 dias de março de 1562. Manuel da Costa o fez escrever. — RAINHA.

Ver 2.º citado, p. 29 e 29v.

XXXIX

Por que el-rei ha por bem que o conservador da Universidade de Coimbra conheça dos feitos de que houver de conhecer
o licenciado Jorge Vaz

Dizem o reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, que vossa alteza e el-rei vosso avô, que sancta gloria haja, mandaram ao licenciado Jorge Vaz de Campos, do desembargo de vossa alteza, a fazer o tombo do dicto collegio e dos mosteiros e egrejas a elle annexas, e que conhecesse de todas as dividas que sobre o fazer do dicto tombo se movessem, e perante o dicto licenciado se moveram algumas demandas entre o dicto collegio e diversas pessoas, que ainda não são findas, por vossa alteza occupar o dicto licenciado em cousas de seu serviço: e porque seria oppressão levar as partes á comarca de Pinhel e da Beira, onde anda occupado no que vossa alteza lhe manda: podem a vossa alteza que os feitos que assim estiverem começados perante o dicto licenciado, que tocarem ao dicto collegio, que elles supplicantes lhe requererem, o dicto

licenciado os remetta ao conservador dos estudos de Coimbra, que é direito e ordinario juiz das causas do dicto collegio, o qual conservador tomará conhecimento dellea nos termos em que estiverem, e receberão esmola.

Que o conservador da Universidade de Coimbra tome conhecimento destes feitos, do que conhecia o licenciado Jorge Vaz de Campos, e os despache como fór justiça, dando appellação e agravo para onde pertencer, como houvera de fazer o dicto licenciado, se não fôr occupado em cousas de serviço de sua alteza, e os feitos lhe sejam remettidos nos termos em que estiverem. Aos 20 de agosto de 1569.

Eu el-rei faço saber aos que este meu alvará virem, que havendo respeito ao que dizem o reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, na petição escripta na outra meia folha desta folha, hei por bem e me praz, que o conservador da Universidade de Coimbra tome conhecimento dos feitos, de que na dicta petição fazem menção, de que conhecia o licenciado Jorge Vaz de Campos, e os despache como fór justiça, dando appellação e agravo para onde pertencer, como houvera de fazer o dicto licenciado se não fôr occupado em cousas de meu serviço; e mando que os feitos lhe sejam remettidos nos termos em que estiverem. João de Castilho o fez em Leiria a 15 de setembro de 1569. — REI.

Liv. 2.^a citada, fl. 48

XL

Carta de sua alteza para Lourenço Pires de Tavora sobre a união do mosteiro de Nossa Senhora de Cárquere

Lourenço Pires de Tavora, amigo, eu el-rei vos envio muito saudar. Eu de sejo que o mosteiro de Nossa Senhora de Cárquere, do bispado de Lamego, de que ora é prior Antonio Nogueira, thesoureiro de minha capella, se una ao collegio de Jesus da cidade de Coimbra para por seu subsistencia vir ao dicto collegio, e isto pelas razões e causas que vos o padre Guilherme dirá; o qual leva procuração do dicto Antonio Nogueira sobre este negocio, pelo que vos encomendo muito, que de minha parte peçaes a sua sanctidade com muita instancia queira conceder a dicta união, e trabalheis com que se effectue, e me escrevades o que neste negocio fizerdes, e se passar. Escripta em Lisboa a 8 de abril. Pantaleão Rebello a fez de 1569. — RAINHA.

Liv. 1.^a citada, fl. 118.

XLI

Para os escrivães da cidade do Porto darem ao licenciado Jorge Vaz de Campos o que tocar os papeis, e escreverem o que elle lhes mandar, para ao tombo de S. Pedro de Pedroso

Eu el-rei mando a todos os tabelliães e escrivães da cidade do Porto, e da comarca e correição della, que mostrem, dêem e entreguem ao licenciado Jorge Vaz de Campos, do meu des- embargo, que tenho encarregado das demarcações e tombo dos bens e propriedades do mosteiro de Pedroso, todos os feitos, autos, e inventarios, e quaesquer outras escripturas e papeis, que em seu poder tiverem, e ao licenciado Jorge Vaz forem ne- cessarios para o negocio das dictas demarcações e tombo, os quos lhes elle tornará tanto que delles não tiver necessidade, e assim lhes mando que escrevam no dicto negocio tudo o que a elle tocar, e lhes o dicto licenciado por bem de seu regimento mandar, e qualquer dos dictos tabelliães e escrivães, que o assim não cumprir, incorrerá em pena de 50 cruzados, a metade para captivos, e a outra metade para quem os accusar, e em suspen- são de seu officio até minha merecê, o que uns e outros assim cumprirão com diligencia, postoque este alvará não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 12 de junho de 1560. Manuel da Costa o fez escrever. — RAINHA.

Uma apostilha se poz nesta provisão para os tabelliães darem todos os papeis, que tivessem tocantes ao mosteiro de Cárquere, ao licenciado Jorge Vaz.

Liv. 1.ª citada, fl. 121 v.

XLII

Por que sua alteza manda ao licenciado Jorge Vaz que acabe os feitos, que se tractaram ante elle, sobre os bens e cousas dos mosteiros e egrejas annexas ao collegio de Jesus da cidade de Coimbra

Eu el-rei faço saber a vós, licenciado Jorge Vaz de Campos, do meu desembargo, que eu hei por bem e me praz, que vos aca-

beis de despachar e d-terminar finalmente todos os feitos, que se perante vós processaram e ficaram por despachar, quando por mandado del rei meu senhor e avô, que santa gloria haja, fizestes as medições e demarcações dos bens e propriedades do collegio de Jesus da cidade de Coimbra, e dos mosteiros e egrejas a elle annexas sobre bens e cousas, que tocam ao negocio das dictas medições e demarcações, nos quaes feitos ouvireis as partes a que tocar, e os determinareis como tôr de justiça, dando appellação e aggravo nos casos em que couber, para onde pertencer segundo fórma do regimento, que vos el rei meu senhor e avô mandou dar para fazerdes o negocio das dictas medições e demarcações, e isto postoque já tenhades acabado o dicto negocio, e sora o scrivão dos dictos feitos Pero Luiz, que o era quando fizistes o dicto negocio, e que assu culpavireis postoque este não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario Jorge da Costa o fez em Lisboa a 12 dias do mez de junho de 1590, Manuel da Costa o fez escrever. — RAINHA.

Liv. 1.ª citada, fl. 121 v. e 122.

XLIII *

Provisão por que sua alteza manda ao licenciado Jorge Vaz de Campos, que veja a nota de Pero Vieira, tabelião no concelho de Bem Viver, e tire della um aforamento de uma quinta

Eu el-rei mando a vós, licenciado Jorge Vaz de Campos, d-meu desembargo, que obrigados e constranjaes a Pero Vieira, tabelião do publico e judicial no concelho de Bem Viver, que vos mostre todos os livros de notas que em seu poder tiver do tempo que ha que serve o dicto officio, nos quaes livros buscareis a nota de uma escriptura de aforamento que se u terminado que o dicto tabelião fiz, de que vos com esta será dada uma lembrança por escripto, assignada pelo doutor Gaspar Gomes, d-meu desembargo, e desembargador dos aggravos da casa da supplicação, procurador dos meus feitos della, e achando nella a nota a fareis perante vós trasladar e concertar l-a, e fielmente pelo dicto tabelião, como escrivão de vosso cargo, do negocio das tomboas das propriedades e bens do mosteiro de Pedreira, de que vos tenho encarregado, no qual traslado e concerto vos assignareis com o dicto tabelião, escrivão, e o dareis e entregareis a pessoa que o dicto doutor Gaspar Gomes na dicta lembrança

declarar e disser que se entregue, e sendo caso que o dicto Pero Vieira seja impedido de qualquer impedimento, por onde com elle não possaes fazer esta diligencia, a fareis com qualquer outro official ou pessoa que achardes por informação, que tem os dictos livros de notas do seu tempo, obrigando e constringendo qualquer delles a isso com aquellas penas, que vos bem parecerem, o que assim cumprireis, postoque este alvará não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 13 de Maio de 1560. Manuel da Costa o fez escrever. - - RAINHA.

Liv. 1.º citado, fl. 119 e 119 v.

XLIV

Traslado da lembrança do donter Gaspar Gomes para o licenciado Jorge Vaz de Campos

Senhor:

A diligencia que v. m. ha de fazer conforme a provisão que leva de sua alteza, é que no livro das notas de Pero Vieira ha v. m. de buscar um prazo de uma quinta que chamam Nodar, que está no concelho do Sul, bispado de Viseu, que foi feito no anno de 42 ou 43, pouco mais ou menos, ou o tempo que na verdade fór, a qual fará tirar de maneira que façaão, e a entregará a Bastião do Oliveira ou a quem o reitor do collegio de Jesus da cidade de Coimbra lhe disser, e para sua informação assignei este conforme á provisão del-rei nosso senhor; e assim fareis todas as diligencias que vos parecer necessarias nos livros das notas do dicto Pero Vieira a saber: se algum dos seus livros faltar o costringereis, ou a quem seu officio succedeu, para que dê conta delle, e sobre isso procedereis como fór justiça, e achando se o dicto prazo o mandareis trasladar e se concertará por dous tabelhões ou escriptaes e assignado por vós.

Gaspar Gomes. Em 13 de maio de 1560.

Liv. 1.º citado, fl. 119 v.

XLV

Carta que sua alteza escreveu ao bispo de Coimbra para que faça
fôro ao collegio do paul de Queitide

Reverendo bispo conde, eu a rainha vos envio muito saudar, como áquelle que preso. Os dias passados vos escrevi que por que se não achava a escriptura de aforamento que Afonso de Arraga tinha do paul de Queitide, que agora tem o collegio de Jesus, quizesseis fazer outra ao dicto collegio com o fôro o pelas demarcações e confrontações que costumava andar aforado, por que assim vem o dicto paul ao dicto collegio por vossa licença e consentimento, ao que me respondestes que todas as vezes que os padres da companhia quizessem o fariam pelas confrontações e demarcações que Manuel Jorge trazia o dicto paul, e que pagassem o dizimo á igreja como eram obrigados. Eu vos agradeço muito queredes-lhe fazer a dita escriptura, e muito vos encomendo que lha queiraes fazer logo com as mais favoráveis confrontações e demarcações, que o dicto paul costumava andar atorado, acrescentando nisso e nas condições do prazo em favor do collegio tudo o que for possível sem prejuizo de terceiro, porque, quanto mais favoravel o dicto aforamento for, mais bem he e mais fôr o collegio nelle, de que pode resultar proveito e utilidade aos moradores da mesma terra. E quanto ao dizimo, pois é cousa por si, de que se não ha de tractar, nem fazer menção no aforamento, os padres folgarão de o pagar quando se achar que são obrigados a isso, e não o sendo, por qualquer via que seja, tenho por muy certo que vós por me os proverdes nisso, e pela muito boa vontade que sempre vos conheci para as cousas da dita companhia, em que toda a esmola e favor se emprega tão bem como sabeis, folgarei de lhe guardar qualquer privilegio que disso tiverem, e havendo todavia alguma duvida nisso, e sendo necessario algum tempo para se determinar, vós ordenae com os padres como se determine e não deixaeis por isso de lhes fazer logo a escriptura de aforamento, porque desejo eu muito que o dicto paul se aproveite, e sem ella não parece que se deva de fazer despesa alguma nelle, havendo por muy certo, que de o assim fazerdes levarei contentamento e o estimarei muito de vos. Antonio de Aguiar a fez em Lisboa a 25 de junho de 1560. - RAINHA.

Lir 1.º citado, fl. 121.

XLVI

Carta da rainha para o bispo de Coimbra sobre o paul de Queitide

Reverendo bispo conde, eu a rainha vos envio muito saudar como áquelle que prezo. Vi a carta que me escrevestes na qual dizeis que para se poder aforar o paul de Queitide ao collegio de Jesus, e necessario saber se primeiro o que é e quanta parte o bispado nelle tem, o qual não podia ser sem primeiro se demarcar com os outros senhorios com que confronta, para o que me pedis a vos enviasse provisão del-rei, meu neto, commettida ao vosso ouvidor. Agradeço-vos muito a boa vontade e determinação que em vossa carta mostraes para fazer esmola e favor ao dicto collegio, mas porque me pare eu que vosso intento nisto era que eu vos encommendava, que de novo aforassae o dicto paul como cousa que ainda não pertencia ao collegio, vos quiz lembrar que os padres delle tem já o mesmo paul ha muitos annos, e lles vem com licença vossa por fallecimento de Afonso de Arriaga, cujo dantes era, a qual licença foi confirmada pelo sancto padre a instancia del-rei meu senhor, que Deus tem, supprindo na dita confirmação os defectos que houvesse assim por o collegio ser pessoa prohibida em direito, como quaesquer outros. Pelo que agora somente, por se não achar o titulo do dicto Afonso de Arriaga, é necessaria uma declaração das confrontações do dicto paul e foro delle, e por esta vos encommendo muito e rogo, que queiraes logo passar ao dicto collegio em forma de enaprazamento, ou em outra authentica que vos melhor parecer pelas confrontações que o dicto paul sempre teve, e são contéudas nos prazos antigos delle, como os dias passados me escrevestes que o fariets, porque pelos dictos prazos se pôde saber na verdade, e sem prejuizo algum de terceiro, os limites do dicto paul, postoque sobre isto se não façam outras diligencias. E esta declaração vos encommendo muito e rogo, que me queiraes logo enviar a mim, porque alem de ser necessaria para eu mandar dar ordem como se abra e aproveite o dicto paul, o é tambem para outras cousas que cumprem ao assento da renda e sustentação do dicto collegio.

E quanto á provisão que pedis para a demarcação das terras do vosso bispado eu ordenarei que se veja a petição, que sobre isso me enviastes com vossa carta, e procurarei que se despache como fór melhor e mais conveniente ao bem do bispado e das

partes a que tocar, e quando se fizerem as dictas demarcações terá logar a vontade que mostraes para dar terras de novo ao dicto collegio ou para acrescentar as que já tem, de que receberei muito contentamento, porque bem empregada é nelle toda a esmola que se lhe fizer. Pero Fernandes a fez em Lisboa a 18 dias de agosto de 1560. — RAINHA.

Liv. 1.º citado, fl. 122 v.

XLVII

Carta del-rei para Lourenço Pires de Tavora sobre os paúes da barra e canal

Lourenço Pires de Tavora, amigo, eu el-rei vos envio muito saudar. El-rei meu senhor e avô, que sancta gloria haja, comprou para o collegio de Jesus da cidade de Coimbra certos paúes do mosteiro de Ceíça, que Affonso de Arriaga trazia aforados em fatiota, e porque para o dicto collegio poder ter e possuir mais seguramente os dictos paúes é necessario intervir auctoridade do sancto padre para isso, vos encommendo muito e mando que de minha parte o supplicaeis a sua sanctidade, conforme a uma informação que vos será dada com esta, assignada por Pero Fernandes, meu escrivão da camara, e a que mais vos darão os padres da companhia que lá residem em Roma, e trabalheis muito de haver e expedir as letras necessarias ao dicto negocio, e mas envieis com toda a brevidade que vos fôr possível, porque me haverei nisso por servido de vós.

E assim vos encommendo que tenhaes muita lembrança do negocio do collegio das Artes da dicta cidade de Coimbra, e dos mais negocios do collegio de Jesus que levastes por lembrança, que por todos serem de tanto serviço de Nosso Senhor, como são, levarei muito contentamento de serem bem despachados. Escripta em Lisboa a 20 dias de janeiro de 1560. — RAINHA.

Liv. 1.º citado, fl. 116 v. e 117.

XLVIII

**Cópia de uma carta de sua alteza para Lourenço Pires de Tavora,
embaixador em Roma, sobre a vinda de Lopo Gomes
para este reino, que foi por via de Toledo**

Lourenço Pires de Tavora, amigo, eu el-rei vos envio muito saudar. Bem sabeis quanto importa ao serviço de Nosso Senhor e meu segurar-se o negocio do mosteiro de S. João de Longavares, e porque o motu proprio com que o sancto padre extinguiu as lites que sobre elle havia, e approvou o concerto que era feito com Affonso Esteves, não é cousa tão firme que se não possa revogar, e sou informado que Lopo Gomes trabalha que se revogue, vos encaminhamo muito que tenhaes sobre isso muita vigilancia como confio que fareis, e de minha parte lembres a sua sanctidade, todas as vezes que vos parecer necessario, o muito que estimei o motu proprio, pedindo lhe que não admitta fularem-lhe na revogação delle, pois o passal-o foi com muita justiça pelo que tenho sabido por pareceres dos principaes letrados desta terra, que havia no caso, os quaes o estudaram, e viram de vagar todas as letras e papeis, que as partes tinham e o que cada uma dellas alegava, e vendo-o assim determinaram não ter justiça alguma o dicto Affonso Esteves; mas porque elle e seu agente se não quietavam, el-rei meu senhor e avô, que sancta gloria haja, com parecer do cardeal infante meu tio quiz que se desse 250.000 de pensão ao dicto Affonso Esteves em sua vida, além d'outras cousas que se lhe concederam, como sabeis, e agora tanto que se soube corteza do motu proprio ser passado, requereram por parte do collegio de Jesus ao dicto Affonso Esteves, que recebesse todo o dinheiro que lhe cabia haver por razão da dicta pensão segundo a fôrma do dicto motu proprio, como vereis pelos instrumentos que disso se mandam, e assim estão prestes o reitor e padres de dicto collegio para cumprirem de sua parte tudo o que são obrigados. Pelo qual sua sanctidade deve haver por bem mandar, que o dicto Lopo Gomes não seja mais admittido nem ouvido neste caso.

E porque o dicto Lopo Gomes me tem muito desservido neste reino e em corte de Roma, sobre este caso, e outros, como sabeis, e postoque merecia ser castigado eu sempre usei de benignidade esperando que elle não procedesse mais adiante, mas agora que não cessa, e convém prover nisso fazendo-o vir a este

reino, vos envio com esta duas cartas com a copia de fora para vossa informação. Pelo que dareis logo a primeira ao dicto Lopo Gomes, se virdes que faz fundamento de estar nessa côrte, porque havendo-se de vir logo sem a dicta carta não será necessario dar-se-lhe, e se depois de lha dardes elle inda se deixar lá estar lhe dareis a outra segunda ao tempo que vos parecer conveniente, e de como lhas derdes ambas, e do que sobre uma e outra passar, fareis fazer auto em modo que faça fé, o qual me enviareis pela primeira via certa que se offerecer, para que não se vindo o dicto Lopo Gomes dentro no tempo, que lhe limito, mande prover sobre isso como fôr justiça.

E postoque o dicto Lopo Gomes venha logo ao tempo que eu ordeno, trabalhareis de saber se outrem alguem por procuração ou em seu nome tracta o mesmo negocio, e sendo pessoa natural destes reinos lhe direis de minha parte, que cumpre a meu serviço vir a esta côrte no tempo que vos bem parecer, e não o cumprindo assim me avisareis para mandar prover sobre isso como fôr justiça. Escripta em Lisboa a 14 de outubro. Pantaleão Rebello a fez anno de 1560. — RAINHA.

Liv. 1.º fl. 124 v. e 125.

XLIX

Copia da primeira carta de sua alteza para Lopo Gomes

Lopo Gomes de Abreu, eu elrei vos envio muito saudar. Porque a meu serviço cumpre virdes-vos logo para este reino vos encomendo muito e mando, que tanto que esta vos fôr dada venhaes logo a mim. Escripta em Lisboa a 14 de outubro. Pantaleão Rebello a fez de 1560. — RAINHA.

Liv. 1.º citado. fl. 125.

L

Copia da segunda carta de sua alteza para Lopo Gomes

Lopo Gomes de Abreu, eu el-rei vos envio muito saudar. Por outra carta vos escrevi viesseis a mim porque cumpria assim

a meu serviço, e vós o não fizestes no tempo que o podéreis bem fazer, e postoque fira razão estranhar-vol-o, porque confio que tanto que esta vos for dada vos poreis logo a caminho, e sereis nesta corte dentro em 60 dias, ou nos que Lourenço Pires de Tavora, do meu conselho, e meu embaixador vos limitar, vol-o quiz outra vez escrever, e vos mando que assim o façaes sem duvida alguma, porque não no fazendo mandarei sobre isso fazer o que for justiça. Escripta em Lisboa a 20 de outubro. Panteão Rebello a fez anno de 1560. — RAINHA.

Let. 1.ª citada, fl. 125.

LI

Para Luiz da Gama poder servir de escrivão e medições dos tombos do collegio de Coimbra e fazer prazos

Eu el rei fago saber aos que este alvará virem, que eu hei por bem e me praz, que Luiz da Gama, que por minha licença escreve com Pero Luiz, cavallero de minha casa, escrivão das medições e tombo dos bens e propriedades, que pertencem ao collegio de Jesus da cidade de Coimbra e mosteiros e egrejas a elle annexas, e assim dos paços e propriedades que foram de Affonso de Arraga, possa escrever de ante o licenciado Jorge Vaz de Campos, que por meu mandado é juiz das dietas demarcações e tombo, todos os autos, escripturas, e cousas que o dicto Pero Luiz por virtude das provisões, que de mim tem, no dicto caso pode escrever, e fazer perante o dito licenciado, e assim possa escrever os livros do dicto tombo, e todos os instrumentos e escripturas dos aforamentos e emprazamentos, que se houverem de fazer dos ditos bens e propriedade, e fazer signal publico como tabellião das notas em todas as escripturas, em que se requerer signal publico, os quaes livros, escripturas e autos, assim por o dicto Luiz Gama feitos e assignados, hei por bem que sejam firmes e valiosos, e se lhes dê tanta fé e credito como se fossam feitos e assignados por qualquer tabellião das notas de meus reinos, e isto me praz assim sem embargo do dicto Luiz da Gama não ser da idade de 25 annos, e da ordenação em contrario: e elle terá livro das notas em que escreva as dietas escripturas, de que as folhas se são numeradas e assignadas pelo dicto licenciado, Jorge Vaz de Campos, conforme a ordenação, e fara o signal publico de que houver de usar no livro

da chancellaria da correição da cidade do Porto, de que o escripto da dicta chancellaria passará sua certidão nas costas deste alvará, e primeiro que nisso comece a servir lhe sera dado juramento dos sanctos evangelhos pelo dicto licenciado, Jorge Vaz, que o faça bem e verdadeiramente, guardando em todo a mim meu serviço e ás partes seu direito, do qual juramento se fará assento assignado pelo dicto licenciado, e pelo dicto Luiz da Gama nas costas deste, que hei por bem que valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do 2.^o livro, titulo 20, que diz que as cousas, cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não valham; e valera este outroasm, posto que não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação que manda, que os meus alvarás, que não forem passados pela chancellaria, se não guardem. Jorge da Costa o fez em Lisboa a 9 dias do mez de junho de 1561. Manuel da Costa o fez escrever. — RAINHA.

Liv. 1.^o citado, fl. 129 e 129 v.

LII

**Provisão das mulheres solteiras que vivem mal, que não vivam
juncto do collegio, sob grandes penas, e que o juiz
ou corregedor as lancem dahi**

Eu el-rei faço saber a vós corregedor da correição da comarca da cidade de Coimbra, e ao juiz de fora da dicta cidade, que ora sois e ao deante foides, e a qualquer de vós a que este alvara for apresentado, que os reitores e padres do collegio das Artes e do collegio de Jesus da dicta cidade me enviaram dizer, que juncto dos dictos collegios e ao redor delles moravam algumas mulheres solteiras, que não viviam honestamente, o que era grande inconveniente e turbção para elles, e para as pessoas, que iam aos dictos collegios a se confessar, e ouvir os officios divinos; pedindo me que mandasse nisso prover. Pelo que hei por bem e vos mando, que façaes logo lançar pregões ao redor dos dictos collegios, que as ditas mulheres solteiras, que vivem deshonestamente, ou estiverem amancebadas, não vivam nem pousem daqui em diante ao redor dos dictos collegios em casas suas proprias, nem alugadas, sob pena das que nisso forem

comprehendidas serem presas, e degredadas por um anno para um dos coutos do reino, e pagarem dous mil reis, metade para os captivos e a outra metade para quem as accusar, nas quaes penas, de degredo e dinheiro, hei por bem que incorram os donos e senhores das dietas casas, se lhas alugarem ou aforarem; e as taes mulheres que ao presente morarem ou pousarem ao redor dos dictos collegios se sairão das dietas casas suas, ou alugadas, dentro de oito dias primeiros seguintes do dia, que se lançarem os dictos pregões; e os donos das dietas casas as lançarão fora dellas sob as dictas penas: dos quaes pregões fareis fazer auto com declaração do dia, mez e anno, em que forem lançados, e passado o termo delles, sendo vos ou qualquer de vós requeridos pelos dictos reitores e padres, ou por qualquer outra pessoa da sua parte, fareis dar a execução das dietas penas naquellas pessoas, que nellas incorrerem em maneira, que dahi em diante, em tempo algum, as dictas mulheres solteiras, ou amancebadas, não vivam nem pousem ao redor dos dictos collegios, de que tereis especial cuidado. Hei por bem que este alvará valha, tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, e postoque por ella não seja passado, sem embargo das ordenações do segundo livro, que o contrario dispõem. Jorge da Costa o fez em Lisboa a cinco dias de setembro de mil e quinhentos e sessenta e um. Manuel da Costa o fez escrever.

— RAINHA.

Alvara sobre as mulheres solteiras e amancebadas, que morarem juncto dos collegios das Artes e de Jesus da cidade de Coimbra. Para v. a. vér. Simão Gonçalves. Gaspar de Figueiredo.

(Confirmado por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1591).

Liv. 1.º de comprações citado, fl. 50 v. e 51.

LIII

Provisão del-rei para que não haja na freguezia e conto de Pedroso mulheres solteiras que vivam desonestamente, nem mulheres amancebadas, sob pena de 25000 réis

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que havendo respeito ao que dizem na petição atrás escripta o reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra, hei por bem e me

praz que daqui em diante não possam viver nem pensar na freguezia do mosteiro de Pedroso, que é annexo ao dicto colégio, nem em todo o conto do dicto mosteiro, mulheres solteiras que viverem deshonestamente, ou estiverem amancebadas, posto que vivam em casas suas proprias ou alugadas, sob pena de serem presas e degredadas por um anno, para um dos contos do reino, e pagarem 20000 réis, metade para quem as accusar, e a outra metade para os captivos; nas quaes penas de degredo e dinheiro, hei por bem que incorram os donos e senhorios das dictas casas que llas alugarem ou afluarem, e as taes mulla res que ao presente morarem ou pensarem no dito conto e freguezia, se sairão das dictas casas, suas ou alugadas, dentro de oito dias, primeiros seguintes, que correrão do dia em que este alvará se apregosar em diante, e os donos das dictas casas as lançarão fora dellas sob as dictas penas. E mudo ao corregedor da comarca da cidade do Porto, que disto faça lançar pregões nos logares publicos da dita freguezia e conto, dos quaes pregões fara fazer autos com declaração do dia, mez e anno, em que foram lançados, e passan lo o termo dellas, secló o dicto corregedor ou quaxquer outras justigas requeridas pelo dicto reitor e padres, ou por qualquer outra pessoa façam dar á execução as dictas penas naquellas pessoas que nellas incorrerem, em maneira que dalu em diante em tempo algum as dictas mulheres solteiras ou amancebadas não vivam nemousem na dita freguezia e conto, como dicto é, do que o dicto corregedor e justigas terão especial cuido. Hei por bem que este alvará valha e tenha força e vigor, como se fosse carta por mim assignada, e passada por minha chancellaria, posto que este por ella não seja passado, sem embargo da ordenação do 2.º livro, titulo 20, que o contrario dispõe. Digo Fernandes o fez em Lisboa a 17 de novembro de 1564. Balthazar da Costa o fez escrever. (1) CARDEAL INFANTE.

Liz. 2.º citado, fl. 31 v. e 32.

LIV

Alvará del-rei para o juiz de Monção acabar as demarcações de S. Tiús e do S. João

Eu el rei faço saber a vós juiz de Monção, que havendo respeito ao que na petição atrás escripta dizem o reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra hei por bem e vos

mando, que com um escrívão sem suspeita dante vos acabeis de fazer as demarcações das que na dicta petição se faz menção, e fadas as lançareis no tombo que o licenciado Jorge Vaz de Campos começou de fazer, e procedereis acerca disso em tudo o que for necessario assim e da maneira, que pertenceia fazer ao dicto licenciado Jorge Vaz por virtude das provisões, que para o caso das dictas demarcações lhe foram passadas, das quaes usareis e as cumprireis inteiramente, e assim este alvará como se nelle contém, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Sebastião da Costa o fez em Lisboa aos 16 dias de dezembro de 1563. — O CARDEAL INFANTE.

Liv. 2.º citado, fl. 31 v.

LV

Alvará por que el-rei manda entregar ao collegio de Coimbra os rendimentos e deposito de Cárcquere

Eu el-rei faço saber a vós, licenciado Jorge Lopes, do meu desembargo e corregedor da comarca e correição da cidade de Lamego ou a quem o dicto cargo servir, que eu vos mandei por uma minha provisão feita a 22 de fevereiro deste anno presente de 1564, que do primeiro rendimento das rendas do mosteiro de Nossa Senhora de Cárcquere fizesseis dar e entregar a João Brandão, que serve de thesoureiro do dinheiro da casa da India, 2133766 réis por razão de quatrocentos e treze cruzados e um terço de cruzado, que se despenderam na expedição das letras da annexação do dicto mosteiro ao collegio da companhia de Jesus, da cidade de Coimbra, e em outras cousas da dicta companhia, e isto por eu mandar que a dicta quantia se carregasse em receita por lembrança sobre o dicto João Brandão, para ter cuidado de a arrecadar pelos rendimentos do dicto mosteiro, como mais largamente na dicta provisão é conteúdo. E tendo assim passado a dicta provisão sobre por uma carta vossa, que o contador dessa comarca fizera embargo por outra provisão minha no rendimento do dicto mosteiro da meia paga, que se havia de fazer por paschoa passada deste anno; e notificou ao reitor e padres do dicto collegio, que dentro em trinta dias pagassem 5149900 réis, que diz se despenderam na composição e mão do dicto mosteiro ao dicto collegio, que era causa do dicto embargo, e não os pagando no dicto termo, o dicto contador man-

dasse arrendar o dicto mosteiro dante mão para effeito do dicto pagamento: e depois disso mandei por uma carta minha, que por então se suspendesse o effeito das execuções das dietas devidas não se levantando o embargo, que no dicto rendimento era posto; e que vós arrendásseis logo as rendas do dicto mosteiro por um anno sómente, que começava por dia de S. João deste dicto anno, e acabaria por outro tal dia do anno que vem de 565, sendo presentes ao dicto arrendamento os dous padres da dicta companhia, que estão no dicto mosteiro, com declaração que os pagamentos do dicto arrendamento se fizessem, a quem para isso mostrasse provisão minha, como tudo mais largamente nas dietas provistes era contido. E estando o dicto negocio nestes termos mandei vêr o dicto caso, e os papeis e provisões que disso havia, entre os quaes é uma provisão, que mandei passar ao reitor e padres do dicto collegio, da dicta cidade de Coimbra, feita a 12 de fevereiro de 1558, por que houve por bem, por lhes fazer esmola, que elles tivessem e houvessem de minha fazenda 300000 réis em cada um anno, pagos no almoxarifado da dicta cidade de Coimbra, em quanto o dicto collegio não houvesse com effeito a renda do dicto mosteiro, que mandava supplicar ao santo padre que unisse ao dicto collegio; e depois de visto o dicto caso me foi dado delle relação, e havendo eu respeito á fórma da dicta provisão como, emquanto por bem della os dictos reitor e padres não houverem os frutos do dicto mosteiro, por se haverem de pagar por elles as dietas quantias, não de haver de minha fazenda os dictos 300000 réis, no que a dicta minha fazenda receberia perda por o dicto mosteiro não render tanto, e além disso se haverem de fazer dos rendimentos delle algumas obras e cumprir outros encargos acostumados das visitações: hei por bem e me praz que o reitor e padres do dicto collegio não hajam os dictos 300000 réis do primeiro dia de janeiro do anno que vem de 565, e que o dicto mosteiro e rendas dellhe sejam logo entregues pagando e entregando primeiro ao dicto João Brandão os dictos 2138766 réis, que se despenderam na expedição das letras do dicto mosteiro; e por tanto vos mando que mostrando-vos conhecimento do dicto João Brandão, como é pago e satisfeito da dicta quantia, e certidão de um dos escriptães de minha fazenda de como nos livros della, no assento dos dictos 300000 réis fica posta verba, que os não hão de haver do dicto primeiro de janeiro do dicto anno que vem em deante, lhe levantem o embargo ou embargos que forem postos assim por vós, como por o dicto contador da comarca, por razão das dietas minhas provisões nas rendas do dicto mosteiro de Carquere, e as façaes entregar e acudir com ellas livremente ao reitor e padres

do dicto collegio conforme as letras apostolicas, por que o dicto mosteiro foi unido e annexado a elle, porque assim o hei por bem; e quanto aos dietos 5140000 réis, que se despenderam na composição do dicto mosteiro, estão carregados em receita sobre Marcos Dias executor, para os arrecadar pelas rendas do dicto mosteiro como atrás é declarado, e mandei passar outra provisão para lhes serem levados em conta, por quanto havendo-se a dicta quantia de arrecadar pelas rendas do dicto mosteiro, em quanto não fosse arrecadada se haviam de pagar ao dicto collegio de minha fazenda os dietos 3000000 réis por anno, conforme a provisão que lhe tenho passado da dicta esmola, os quaes não hão de haver de ja — o do dicto anno que vem de 565 em diante, como nesta provisão é declarado. Notificovol-o assim, e mando qua este cumpraes e guardeis, e façaes inteiramente cumprir e guardar como nelle é conteúdo, porque assim o hei por bem, postoque este não passe pela chancellaria. Balthazar Ribeiro o fez em Lisboa a 20 de setembro de 1564. E eu Bartholomeu Frons o fiz escrever. O CARDEAL INFANTE.

Liv. 2.º cutado, fl. 33 e 33 v.

LVI

Alvará del-rei sobre as valas e sargentas dos paues que o collegio tem

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que eu hei por bem e me praz por alguns justos respetos que me a isso moveu que nas valas, sargentas e boqueirões dos paues, que o collegio de Jesus da cidade de Coimbra tem, se use do regimento e provisões que el rei meu senhor e avô, que sancta gloria haja, passou sobre as valas, sargentas e boqueirões do campo da cidade de Coimbra naquella parte, em que o dicto regimento e provisões se poderem accommodar ás valas dos dictos paues do collegio e isto com declaração, que onde no dicto regimento diz que o juiz de fora da dicta cidade de Coimbra seja juiz das cousas tocantes ás dietas valas e boqueirões do campo dellas, conheça disso nas valas dos dietos paues do collegio o conservador da Universidade da dicta cidade, que ora é e ao diante fôr, deante do qual os padres do dicto collegio apresentarão os officiaes que pelo dicto regimento e provisões é ordenado que haja, para execução do que nellas se contem, e o dicto conservador dará juramento aos ditos officiaes, e fará tudo o mais que pelo dicto regimento é

mandado fazer ao dicto juiz de fora de Coimbra, e assim com declaração que em logar da pessoa, que o dicto regimento manda pôr na dicta cidade de Coimbra para recebedor do dinheiro dos creos,¹ se ponha a dicta pessoa que hade receber o dinheiro dos creos para as valas dos dictos paues do collegio na villa de Monte-mór-o-velho, ou no couto do Lourçal, por estarem mais perto dos dictos paues, e ser menos oppressão das partes. E com as declarações acima dictas, hei por bem que se cumpra o dicto regimento e provisões nas valas e boqueirões dos dictos paues na parte, em que se podem accommodar como dicto é. E mando ao dicto conservador e ao juiz, vereadores, procurador e officiaes da dicta villa de Monte-mór-o-velho e do dicto couto do Lourçal, e a quaesquer outras justizas, officiaes e pessoas a que o conhecimento disto pertencer, que assim o cumpram e façam cumprir. E este alvará me praz que valha e tenha força e vigor sem embargo da ordenação de 2.º livro, titulo 20, que diz, que as cousas cujo effeito houver de durar mais de um anno, passem por cartas, e passando por alvarás não vallaham, e valerá este outrosem, postoque não seja passado pela chancaria sem embargo da ordenação que manda, que os meus alvarás que por ella não forem passados se não guardem. Gaspar de Seixas o fez em Lisboa a 10 dias de outubro de 1567. Jorge da Costa o fez escrever. - O CARDEAL INFANTE.

Alvará por que v. a. ha por bem que nas valas e boqueirões dos paues do collegio de Jesus da cidade de Coimbra se use do regimento e provisões que el-rei seu avô que Deus tem, passou sobre as valas, sargentas e boqueirões do campo da dicta cidade, como acima é declarado. Para v. a. v. r. Cumpra-se. Leon de Carvalho. Fica registado no livro da camara de Monte-mór-o-velho, do anno de 1567.

Confirmado por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1591).

Liv. 2.º citado, p. 43 v, e 44. Liv. 1.º de confirmações citado, fl. 24 o 25.

¹ Herdeiros. *Elucidario* por frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, tom. 1.º, pag. 411.

LVII

Que o conservador da Universidade de Coimbra seja juiz das valas do canal e possa ordenar e fazer regimento

Eu el-rei faço saber aos que este meu alvará virem, que o reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra me enviaram dizer, que eu houvera por bem por minha provisão, que nos campos e paues do dicto collegio se usasse do regimento das valas da dicta cidade na parte em que se podesse accommodar, e que o conservador da Universidade da dicta cidade fosse juiz dellas, a quem o reitor e padres do dicto collegio apresentariam os mais officiaes para lhes dar juramento; e porque as valas dos dictos paues e campos são muito diferentes das valas do campo de Coimbra, e tanto que em muita parte se não pode usar do dicto regimento, e assim porque no dicto regimento são nomeados muitos officiaes, e seria cousa muito custosa, se houvessem de estar obrigados a guardar o dicto regimento, pedindo-me que houvesse por bem, que o dicto conservador fosse juiz das dictas valas e nellas proveesse, e as fosse ver quando por parte do dicto collegio lhe fosse requerido, e que o dicto conservador fizesse o regimento que lhe bem parecesse para conservação dellas, tomando do regimento das valas da dicta cidade de Coimbra, e da villa de Monte-mor o velho, o que lhe bem parecesse, e acrescentando onde fosse necessário; e visto seu requerimento, hei por bem e me praz que o dicto conservador que ora é e ao diante for da dicta Universidade, seja juiz das dictas valas e nellas proveja e as vá ver, quando por parte do dicto collegio lhe fôr requerido, e faça o regimento que lhe bem parecer para conservação dellas, tomando do regimento das valas da dicta cidade e da villa de Monte-mor, o que lhe bem parecer e acrescentando onde for necessário; o qual regimento que assim fizer se guardará nas valas dos campos e paues do dicto collegio. E mando que em tudo se cumpra e guarde este meu alvará pela forma e maneira que se nelle contém, o qual me praz que valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada e passada por minha chancellaria, postoque este por ella não seja passado sem embargo das ordenações do 2.^o livro, titulo 20, que o contrario dispõem. Escripto em Cintra a 6 de julho de 1569. João de Castilho o fez escrever. — REL.

Alvará dos padres da companhia de Jesus do collegio da cidade de Coimbra. Para v. a. vêr.

(Confirmado por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1591, e por D. Philippe III a 21 de outubro de 1631).

Liv. 2.º citado, fl. 46 v. e 47. Liv. 1.º de confirmações citado, fl. 23 e 25 r. Liv. 2.º de confirmações citado, fl. 97 a 98 v.

LXIII

Sobre os officiaes do couto de S. Fins

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que eu hei por bem e me praz que no couto de S. Fins haja para sempre os officiaes e ministros de justiça que ora ha, e que por meu mandado se crearam no dicto couto no anno de 1567, por me constar por informação, que disso mandei tomar, que assim era necessario para a boa administração da justiça, e isto sem embargo do visconde de Villa Nova da Cerveira, sendo vivo, ter sobre isso movido lite; e sendo caso que eu ou os reis meus successores façamos em algum tempo mercê a alguma pessoa das terras e morgado, que vagaram para a corôa pelo dicto visconde, hei por bem que na tal doação, que se lhe fizer, se não comprehenda o direito de pretenderem a jurisdicção do dicto couto de S. Fins ser sua, e isto sem embargo de quaesquer clausulas e condições que na tal doação se ponham, porque minha vontade é que, ainda que para pretender a dicta jurisdicção a pessoa, a quem eu fizer mercê das dictas terras, tenha algum direito ou anção, não use nem possa usar della, por cumprir a meu serviço e bem de justiça haver no dicto couto os officiaes, que nelle tenho ordenado que haja, para administrarem justiça conforme a dita provisão sobre isso passada; e mando a todas minhas justizas, officiaes, e pessoas a quem o conhecimento disto pertencer que cumpram, guardem, e façam inteiramente cumprir e guardar este alvará como nelle se contém; o qual se registará no livro da chancellaria da camara de Vianna, foz de Lamea, e no da camara do couto de S. Fins, para se saber como o assim tenho mandado. E hei por bem que este valha, e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do 2.º livro, titulo 20 que o contrario dispõe. Gaspar de Seixas

o fez em Lisboa a 16 de maio de 1568, Jorge da Costa o fez escrever. — RRL. — D. João.

Alvará sobre os officiaes de justiça do couto de S. Fins para v. a. ver.

(Confirmado por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1591).

Liv. 1.º de compensações citada, fl. 43 e 43 v.

LIX

Para os lavradores, que teem terras no Canal, as lavrarem ou as offercerem
ate o 1.º de fevreiro aos padres, para lhas mandarem lavar,
sob pena de lhas estimarem

Dom Sebastião por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da India, *et cetera*. Aos que esta minha carta virem faço saber que o reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra me fizeram a petição seguinte: Dizem o reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra, que elles têm uns paúes no termo de Monte Mor o-Velho, os quaes se tiraram de baixo das aguas e marés a poder de dinheiro, no que se gastaram mais de quinze mil cruzados, e além disso no reparo das vallas e marachões, quebradas e boqueirões se gastam uns annos por outros 1200000 reis, uns annos mais e outros menos, segundo são os invernos e tempos, e porque ao abrir dos dictos paúes algumas pessoas lavraram alguns pedaços com consentimento d'elles supplicantes e de seus antecessores, e com este achaque dizem que ninguem lhas ha de lavar nas dictas terras, de que não tem titulo algum, e quando querem as lavram, e quando não as deixam de lavar, o que é grande perda do dicto canal, porque, não as lavrando, a não se perderem o gasto, que assim fazem nos dictos paúes, perdem tambem o dizimo e razão que lhas pagam, e além disso o collegio paga o foro de vazio a os seus filhos. Pedem a vossa alteza havendo respeito a tudo haja por bem que as pessoas, que assim pretendem ter terras nos dictos paúes das quaes hajam de pagar dizimo e razão ao dicto collegio, as venham lavar em cada um anno como é costume dos dictos paúes, e se por algum anno as não quizerem

lavar o façam saber ao dicto collegio até o primeiro dia de fevereiro de cada um anno, para que as dêem a quem as lavre por aquelle anno, e não o fazendo saber até o dicto dia, que o dicto collegio lhas possa mandar estimar, e a tal pessoa seja obrigada a pagar o dizimo e ração de vazio, como se fossem lavradas; pois por sua culpa não foram semeadas aquelle anno; no que receberão esmola e mercê. E antes de lhes dar outro despacho mandei por minha provisão ao licenciado Francisco Pinheiro, do meu desembargo, conservador da Universidade da dicta cidade que se informasse do conteúdo na dicta petição e ouvisse acerca disso as partes, a que tocava o caso de que nella faz menção, e que de tudo o que nisso achasse e ellas dissessem, fizesse fazer autos bem declarados, e me enviasse o traslado delles authenticos, escrevendo-me por sua carta o que pelos dictos autos se mostrasse, com seu parecer acerca do que o dicto reitor e padres pediam, ao que o dicto conservador satisfizes; e vistos os dictos autos que me enviam com a carta que sobre este caso me escrevem o seu parecer, hei por bem o me praz que os lavradores e pessoas que pretenderem ter terras nos paços do dicto collegio, que estão no termo da villa de Monte-Mor-o-Velho, de que lhe hajam de pagar o dizimo e ração, vão em cada um anno lavar e semear as dictas terras, como é costume; e, não o querendo fazer algum anno, serão obrigados a dizer e notificar ao dicto reitor e padres até o principio do mez de fevereiro de cada anno, para que as possam dar a quem as lavre e aproveitar para aquelle anno, e não as lavrando nem o fazendo saber até o dicto tempo ao dicto reitor e padres, elles lhas poderão mandar estimar, e as taes pessoas serão obrigadas e constrangidas a pagar de vazio ao dicto collegio o dizimo e ração, em que as dictas terras forem estimadas, pois por sua culpa deixaram de as semear; e mando a todas as justiças, officiaes, e pessoas a que o conhecimento disto pertencer, que lhe cumpram e guardem e façam cumprir e guardar esta minha carta, como se nella contém. E por certeza disto lhe mando dar esta por mim assignada, e assellada do meu sello pendente, e o conteúdo nesta carta se apregoará nos logares em que morarem as dictas pessoas, para que a todas seja notorio. Dada na villa de Coimbra a 20 dias do julho. Antonio de Aguiar a fez anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1570. Jorge da Costa a fez escrever.

— El-REI.

(*Confirmada por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1561, e por D. Philippe III a 17 de outubro de 1634.*)

Liv. 1.ª de confirmações citada, fl. 23 a 24. Liv. 2.ª de confirmações citada, fl. 69 v. a 102.

Esta provisão se apregoeou este anno presente de 571, no Lourçal, Serraventoso, Verride, e na barra, conto de Ceiga, como consta das certidões que estão com os papeis do Canal.

LX

Para as coimas do canal se escreverem pelo guarda dentro no mez,
e na primeira audiencia seguinte se acensarem

Dizem o reitor e padros do collegio do Jesus de Coimbra que os reis deste reino deram a camara da dieta cidade regimento para as vallas e sargentas e boqueirões dos campos da dieta cidade, do que el rei D. Sebastião, que está em gloria, houve por bem que se usasse nos paues do canal do dicto collegio em todas as cousas em que se podesse accomodar, e deu por juiz das condemnações das coimas e damnos que nos dictos paues se fizessem ao conservador que fosse da Universidade; e porque o que agora é tem escrupulo de condemnar algumas pessoas nas coimas, que seus gados fazem nas vallas por respeito do guarda do campo não vir a Coimbra escrever as taes tomadas e achadas dentro do tempo que diz a ordenação, e porque os dictos campos do canal distam da dieta cidade sete leguas, e não é possível vir no dicto tempo escrever as taes achadas, porque ordinariamente nunca valem nem importam tanto, como val o salario que se deve dar ao dicto guarda, por vir fazer isto tão longe, e algumas vezes haver muitas cheias e outros impedimentos; e não condemnando aos que fazem ou vão contra o regimento seria occasião de muitos damnos nas vallas e perda para o dicto collegio, ao que sua alteza quiz prover ordenando que o dicto regimento se guardasse, e accommodasse nos dictos paues no que fosse possível, como consta do traslado da provisão que se offerece. Pedem a vossa alteza que sem embargo da ordenação obrigar ao guarda, que dentro em tres dias escreva com o escrivão as achadas, e que cada mez as mande, se guarde o modo e estylo que até agora se guardou antes, ou que o dicto conservador dê juramento a uma pessoa morador juncto dos dictos campos, o qual escreva todas as achadas que o dicto guarda achar, e que por seu assento o conservador condemne os que por ellas deverem coimas e penas.

E. R. M.

Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que havendo respeito ao que na petição atrás escripta dizem o reitor e padros

..

do collegio de Jesus da cidade de Coimbra, e visto a diligencia que por meu mandado fez o conservador da Universidade da dieta cidade, e sua informaçõ e parecer ácerca do contendo na dieta petição, hei por bem e me praz que o coimeiro dos paues do canal do dicto collegio, de que na dieta petição se faz menção, escreva as achadas que achar dentro no mez, e que na primeira audiencia do mez seguinte os possa demandar perante o dicto conservador sem embargo da ordenação em contrario; ao qual mando e ás mais justas, a que este davará for mostrado e o conhecimento delle pertencer, que o cumpram inteiramente como se nelle contém: o qual hei por bem que valha e tenha força e vigor, postoque o effeito delle haja de durar mais de um anno, sem embargo da ordenação, segundo livro titulo vinte, que o contrario dispõe. Roque Vieira o fiz em Almeirim a 24 de outubro de 1579. — Rei. Dom João.

Ha v. a. por bem visto a diligencia, que por seu mandado fez o conservador da Universidade da cidade de Coimbra, e sua informaçõ e parecer, que o coimeiro dos paues do canal do collegio de Jesus da dieta cidade escreva as achadas, que achar dentro no mez, e que na primeira audiencia do mez seguinte os possa demandar perante o dicto conservador sem embargo da ordenação em contrario; e que este valha como carta. Simão Gonçalves Preto. Pagou *nihil* em Almeirim a 29 de outubro de 1579. E ao registo 100 réis. Gaspar Maldonado. Registrado na chancellaria, folhas 20. Antonio de Aguiar

Liv. 1.º de confirmações citadas, fl. 25 v. a 26 v.

LXI

Confirmação de uma carta ao reitor da companhia desta cidade de Coimbra, para que no couto do mosteiro de S. Fins faça o juiz do concelho de Coura uma audiencia cada mez, e que o dicto reitor ponha o mordomo no couto do dicto mosteiro, e outro nenhum entre nelle, nem possam ali prender nenhuma pessoa, salvo se for por crime¹, livo em bocca, ou morte de homem ou homicidio provado, e em tudo o mais lhe valham liadores, como se contem na dita carta.

Dom Philippe por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves, daquém e dalem mar em Africa, senhor de Guiné e da

¹ Vid. *Elucidario* de Viterbo, tom. 2.º pag. 265 e 266.

conquista, navegação, e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da India etc. Faço saber aos que esta minha carta de confirmação virem, que por parte do reitor, e padres do collegio da companhia de Jesus da cidade de Coimbra, me foi apresentada uma carta de sentença passada em nome do sr. rei D. João o III, que sancta gloria haja, assignada pelo doutor Simão Gonçalves Preto, e passada pela chancellaria, da qual o traslado é o seguinte. D. João por graça de Deus rei de Portugal, e dos Algarves daquém o dalém mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da India etc. A todos os corregedores, ouvidores, juizes e justicas, officiaes e pessoas de meus reinos e senhorios, a que esta minha carta testemunhavel for mostrada, saude. Faço vos saber que o reitor do collegio de Jesus da minha cidade de Coimbra me enviou dizer por sua petição, que entre outras escripturas, que tem o mosteiro de S. Fins de Friestas, annexo ao dicto collegio, é uma sentença de privilegios escripta em pergaminho, a qual me foi apresentada dizendo que relevava muito ao dicto mosteiro e collegio, e que por ser muito antiga em algumas partes se não podia bem ler, e cada vez se ia mais gastando, e que poderia vir tempo, que se não possa de todo ler, de que o dicto mosteiro receberia muita perda; pedindo-me lhe mandasse dar o traslado nesta minha carta testemunhavel authenticô, e que se em algumas partes se não podesse bem ler em mandasse fazer declaração na parte ou partes onde se não ler, em o que receberia justiça e mercê: da qual sentença o traslado de *verbo ad verbum* é este que se segue.

Abbate de S. Fins de Friestas, como procurador deste mosteiro por si, e pelo dicto mosteiro, e por todos os moradores de seu conto, mostraram a nos alcaides de susodictos uma carta do nosso senhor el-rei, da qual o teor tal é.

D. Diniz por graça de Deus rei de Portugal e do Algarve, a vós alcaides de Valença e de Monção, saude. Sabede que o abbate e convento do meu mosteiro de S. Fins de Friestas me enviaram dizer, que elles são um seu conto, que lhes deram os reis que dante mim foram, que lhes eu confirmei, e dizem que elles, havendo de fazer ali juizes no dicto conto, que vieram a avença e composição com o juiz de Frejam, que esse juiz uma vez no mez e não mais viesse a cabo do conto a fazer conselho e audiencia, e dizem que eu a prazimento de ambas as partes confirmei a dicta avença e composição. — Outrossim me enviaram dizer que el rei D. Affonso meu padre e eu mandamos por nossas cartas, que em os contos do dicto mosteiro nem houvessem cavalleiros, maladias, nem comprassem ali nenhuma coisa

nem outrosim tomem nem filhem carnes para sua cozinha, e ora dizem que creavam ali cavalleiros maladras, e faziam ali compras de gusa, que o dicto meu mosteiro recebe grandes perdas e grandes damnos, e que não pode ali haver seus direitos, e que o seu mordomo que ali anda nem pode haver direito entre os filhos dalgo, e pediram me por graça que lhes fizesse guardar as cartas de liberdades, e averças, e das composições, que sobre isto têm dos reis que dante foram e de mim houvíram, e lhes alce força; porque vos mando, vista esta carta, vades logo a esse conto e levades convosco um tabellão, e fazed as partes perante vós vir, e ouvidas sobre ellas dictas cousas, que dizem que recebem desaguasadamente, e tudo aquillo que achardes, que ali fazem como não devem, fazed-lho corregger, assim como achardes por direito, e não soffrades a esse juiz, nem a outro nenhum, que lhes faça desaguasado nem força, e des-lhe vede as ditas cartas que sobre isso têm dos reis e de mim, e as cartas das composições, e das averças que foram feitas entre elles, e fazed as cumprir, e guardar, assim como achardes que é direito, e nellas contendo, salvo se a outra parte mostrar razão por si tão de direito, por que e não devades fazer, unde al-nem façades, senão a vós me tornaria eu por onde e peitaria dos 800 encoutos; e por ver como assim cumpriades meu mandado mando que o dicto abbade de S. Fins, e convento, ou alguem por elle, tenha esta carta, e qualquer tabellão que a vir lhe dê testemunho se ali mister for. Dada em Lisboa a 20 dias do maio. El-rei o mandou por mestre João seu clérigo. Affonso Remondo a fez, era de 1351 annos. Magister Johannes vidit. A qual carta dada por toda pediram a nós que lhes fizessesmos vir perante nós a Fernão Vicente, juiz de Frajam, e os ouvissesmos com elle sobre os dictos aggrávimientos e mais, que lhes o dicto juiz fazia, e fizera, e mandara fazer ao meirinho, indo-lhes contra o privilegio que tinham, porque havia o dicto conto marcado, e contado, e dado do Infante D. Affonso que foi neto do imperador, e filho da rainha D. Tareja, o qual privilegio o dicto abbade e convento diziam, que lhes fora outorgado pelos reis, que depois foram de Portugal, e pelo meu nobre senhor D. Diniz rei de Portugal e do Algarve que agora é, e disto mostraram-nos cartas asselladas dos sellos dos reis; e outrosim mostraram uma carta de nosso senhor el-rei D. Diniz, pela graça de Deus rei de Portugal e do Algarve, da avença e composição que houvera e havia entre o juiz do concelho de Frajam, e os tabellães de uma parte, e o abbade e convento de S. Fins por si, e pelos homens e moradores do dicto seu conto, da outra; da qual carta o theor della é. Era de 1318, 6 dias por andar de abril.

Sabam todos que em presença de mim Marom, tabellão de

Frajam, e das testemunhas que aqui são escriptas, o abbade de S. Fins de Friestas e o juiz de Frajam sobre contenda, que haviam sobre o conto de S. Fins, que o juiz queria ali julgar, e o abbade não queria, e dizia que tinha carta de el-rei, por que fizesse o juiz, e fizeram a composição dentre si, que o juiz de Frajam ficasse por juiz do conto de S. Fins assim como era de Frajam, e o tabellião usasse de seu officio nesse conto de S. Fins, assim como em Frajam, e o juiz de Frajam dar em esse conto conselho cada mez ao abbade assim como o da ao termo da terra em esse julgado, e os preitos desse conto serão ali ouvidos e julgados, e se alguns de seu prazer quizerem ir demandar o juiz, vão, e o abbade com o povo do conto ser chamado para fazer juiz como o outro povo de Frajam, quando juiz quizerem fazer em esse julgado. Isto pede a el-rei por graça e por mercê, que lho confirme por sua carta; e pediram a mim tabellião de susodicto um instrumento desta composição, e eu dei-lho com meu signal que tal está. E nos abbade sobredito por isto nom vir indulto pozemos ali nossos sellos; que presentes foram Jeronymo Cerveira, Miguel Navalha, Martin Johannes clérigo do abbade, e João Ihes, e Jeronymo Annes, Alcaide de Valença, as quaes cartas mostreadas e leídas perante nós, fizemos emprazar ao dicto juiz Fernão Vicente perante nós, ao qual dia o dicto juiz perante nós pareceu por si, e o dicto abbade e convento, por seus procuradores Pedro Afonso, abbade de S. Bartholomeu, e Alvaro Annes, frades do dicto mosteiro de S. Fins dizendo os dictos procuradores, que o juiz Ihes ia contra avença que fora feita entre elles, assim como era conteúdo na carta de el-rei, na qual carta era conteúdo, que o dicto juiz nom viesse ao dicto conto fazer conselho mais de uma vez cada mez a logares assignados a cabo do conto, e mais não; e diziam os dictos procuradores, que o dicto juiz Ihes passava contra esta avença e composição indo de cada dia ao dicto conto e fazendo ali conselho, o que não havia porquê; e pediam a nós os dictos procuradores do dicto mosteiro de S. Fins, a nos alcaides sobreditos, que os mantivessemos á dicta carta de avença, e defendessemos ao dicto juiz de Frajam que não viesse ao dicto conto fazer conselho mais de uma vez no mez, assim como na dicta carta de el-rei mandava, e a cabo do conto, e que assim lho julgássemos por sentença, e protestava o dicto D. Pedro abbade de S. Bartholomeu, e Alvaro Annes frade do dicto mosteiro, procuradores do dicto abbade, e convento do dicto mosteiro de S. Fins, que des que nós esta sentença dássemos, salvo Ihes ficasse a demanda depois por deante nós, o dicto juiz que Ihes corregesse muito mal e muita força que fazia, e fizera aos moradores do dicto conto de S. Fins, e ao dicto abbade e convento indo-lhes contra o seu

privilegio, e fazendo-lhes muito desaforamento, e levando dous homens moradores do dicto conto o seu a torto, como não devia, e fazendo-os prender ao meirinho desaguisadamente, e receber grandes perdas, e grandes damnos, e dishonras por ali não por salva, para demandar todo aquesto por deante nos, em seu lugar e em seu tempo quando mister fizesse.

Primeiramente nos pediam que lhes cumprissemos avença, assim como na carta de el rei era contudo, e o Fernão Vicente juiz dizia, que nos não havemos por que cumprir a dieta carta de el rei, porque dizia que a terra de Frajam não fôra apreghada nem outorgara a dieta avença, que o dicto juiz e tabellião fizeram com o dicto abbade e convento; e pois que o seu julgamento era o conto de S. Fins, que deviam ali de vir cada vez que quizessem, ou lhes mister fizesse; e isto as partes davam a nos a julgar, e nós, vista a carta que nos el rei mandava, por que conhecessemos do dicto feito, e outrossim, vista a carta d'avença, que o dicto juiz de Frajam e os tabelliões fizeram com o dicto abbade e convento de S. Fins, e vista a carta de el rei, por que confirmára a dieta avença, e o que as partes sobre isto quizeram dizer, havendo conselho com homens sabidos, julgamos por sentença, que o dicto juiz de Frajam, ou os que ao deante forem por tempo juizes, não vão fazer conselho ao dicto conto de S. Fins, senão uma vez no mez, e mais não; e estes conselhos serão a cabo do conto, da qual sentença os dictos procuradores de S. Fins pediram a mim Martin Fernandes, tabellaõ do Vahça um testemunho; a qual sentença dada, os dictos procuradores pediram a nos que os ouvíssemos sobre os outros agravamentos, que ali os dictos juizes faziam, e nos assignámos lhe dia a que vassem por diante nós, ao qual dia o dicto juiz e os dictos procuradores por diante nós pareceram, e os dictos procuradores disseram que estes eram os dictos agravamentos que lhes os dictos juizes faziam.

Primeiramente diziam que no conto de S. Fins houvera e havia sempre mordomo que o dicto abbade mettia no conto, e que por este mordomo eram constrangidos e chamados os de do conto, quando alguns ali demandavam dividas, ou queriam penhorar, o mordomo lhes dá a penhora, e que quando hão a serem alguns do conto emprazados por dante o juiz são emprazados pelo mordomo, e outros se algumas entregas e constrangimentos são feitos em o dicto conto, são feitos pelo dicto mordomo, e diziam que o dicto juiz não lhes aguardava aquesto, e fazia as entregas por si, e apprehava os homens por dante si, e em nenhuma coisa não chamavam a mordomo deste conto sobredeito; em outra parte diziam que o dicto juiz sem mau feito que os homens do dicto conto nizessem, nem merecessem pena de justiça, o dicto juiz os mandava

prender ao meirinho, e mettham-os em prisão, e os peitavam e levavam delles 15 réis ou 20 réis de encarceragem, e outras penas muitas que delles levavam, e faziam-lhes ali muita deshonra, nem lhes valendo fiadores por direito, pero os davam; e pediam os ditos procuradores a nós que lhes fizessemos corregger este mal e este desagravado, que lhes o dicto juiz fazia, e lhes mandára fazer, que lhes do fizessemos daqui em diante que lhes não fizesse elle nem os outros juizes, que fossem primeiro por tempos de Frajam, e que lhes julgássemos por sentença que nenhum homem do conto de S. Fins não respondesse por dante o juiz até que fosse emprazado por seu mordomo, e as entregas e constrangimentos, que se ali fizessem, que se fizessem pelo mordomo do dicto conto, e por outro não.

Outrosi nós pediam os ditos procuradores que nós julgássemos por sentença ao dicto juiz que elle não prendesse nem mandasse prender nenhum homem no dicto conto, nem mulher senão por causas assignadas, que eram conteadas em o privilegio: estas são as cousas assignadas por *rovo*, ou por *lizo em bocca*, ou por *homem morto provado*, ou por causa que o homem merecesse morte: por todos os outros achiques, e demandas que sejam de corregger pelo alcaide, que os não prendesse dando fiadores por direito que lhes vallesse, e diziam que assim mandava seu privilegio; e logo o mostravam por dante nós: e o dicto juiz dizia que bem era verdade, que alguns homens emprazára elle por dante si do dicto conto, e constrangera sem o mordomo; e outrosim que alguns prendera ali e mandara prender por querellas que lhes delles deram, e que nunca lhes o abbade mostrára este privilegio como lha era na stri, nem lhe refertara assim como agora. Mais dizia a nós o dicto juiz que nos lhe guardássemos seu privilegio, e que pois assim em elle era contendo, como os ditos procuradores diziam, que não querria ir contra elle, e que nos que julgássemos lá aquillo que achássemos por direito.

Nos visto o privilegio do dicto mosteiro de S. Fins, e as cartas que foram dos reis de Portugal, por que autorzaram, e outrossim a deste nunt sobre seither rei D. Diniz, por que outorgou, julgamos por sentença que os mcradores do conto de S. Fins, quando houverem de ser emprazados para algumas demandas quiesquer perante o juiz, quer por dante o meirinho quer por dante outrem, quem quer que os de direito deva haver, que sejam emprazados pelo mordomo do dicto conto, e por outro não; e se se pelo mordomo não forem emprazados, que não sejam teudus a responder, e outrosim julgamos que todos as penhoras, e constrangimentos, e entregas, que se em o dicto conto houverem de fazer ou fizerem, que se fagam pelo mordomo do dicto

conto, e por outrem nom, e as que ahi outros fizerem, que nom valham.

Outrosi julgamos por sentença que o juiz e os meirinhos que são, e forem em o julgado de Frajam des aqui em diante nom prendam nenhuns nem nenhuma no conto de S. Fins, salvo se fizer roxo, ou *metter lizo em bocca*, ou *matar homem ou fazer homizio provado*, por que lhe deva haver pena o corpo; e por todos os outros achaques, e querellas, e demandas, que lhes fizerem nom sejam presos, e valha-lhes fiadores para direito. E estas sentenças damos por firmes e estaveis des aqui em diante sempre, e defendemos da parte de el-rei e da nossa, que nenhum juiz nem meirinho de Frajam nom sejam ousados que les contra ellos passe, e aquelles que contra ellos passarem sejam sob a pena que está contéuda no privilegio, e nas cartas da confirmação delle.

A's quaza sentenças eu Johanne da Pedreira, tabellião de Monção fui presente, e os dictos procuradores do abbade e convento, e outrosim Martin Martins de Requeixo, o Martin Felix, o Domingos Calvo de Verdugo, procuradores dos moradores do conto de S. Fins, pediram a mim dicto tabellião que lhes dêsse um instrumento. Feito foi aos 10 dias do mez de agosto e de 1351 annos, testemunhas estes: Gonçalo Lourenço, Gonçalo Pedreiras Dapora, Domingos Pires, vizinhos de Monção, e Pedrannes de Valença, e outros, e eu Johanne da Pedreira tabellião sobredito, que este instrumento escrevi, e meu signal aqui pugi que tal está; e eu Diogo Gonçalves tabellião de Monção que presente fui e aqui pugi meu signal que tal está. E trasladada assim a dicta sentença como dicto é, visto o que me o dicto rector pedia mandei passar com o dicto traslado esta minha carta testemunhavel pela qual vos mando, que ao dicto traslado seja dada tanta fé e auctoridade, quanta com direito se lhe deve dar, por ser tirada da propria sentença de privilegio; da qual não se trasladaram duas regras do principio da dicta sentença por estarem gastadas, e nom se poderem ler, e onde vae a cruz nom se poderam trasladar seis regras e meia por estarem tambem gastadas, e nom se poderem ler; e o mais vae trasladado na verdade: o que assim cumpri e al nom façaes. Dada nesta minha cidade de Lisboa aos 12 dias do mez de junho. El-rei o mandou pelo doctor Simão Gonçalves Preto do seu desembarço, corregedor dos feitos civis com alçada nesta sua corte e casa da supplicação. João de Caria, por Balthazar de Freitas, a fez anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1556 annos. Eu Balthazar de Freitas escrivão a fiz escrever e subscrevi.

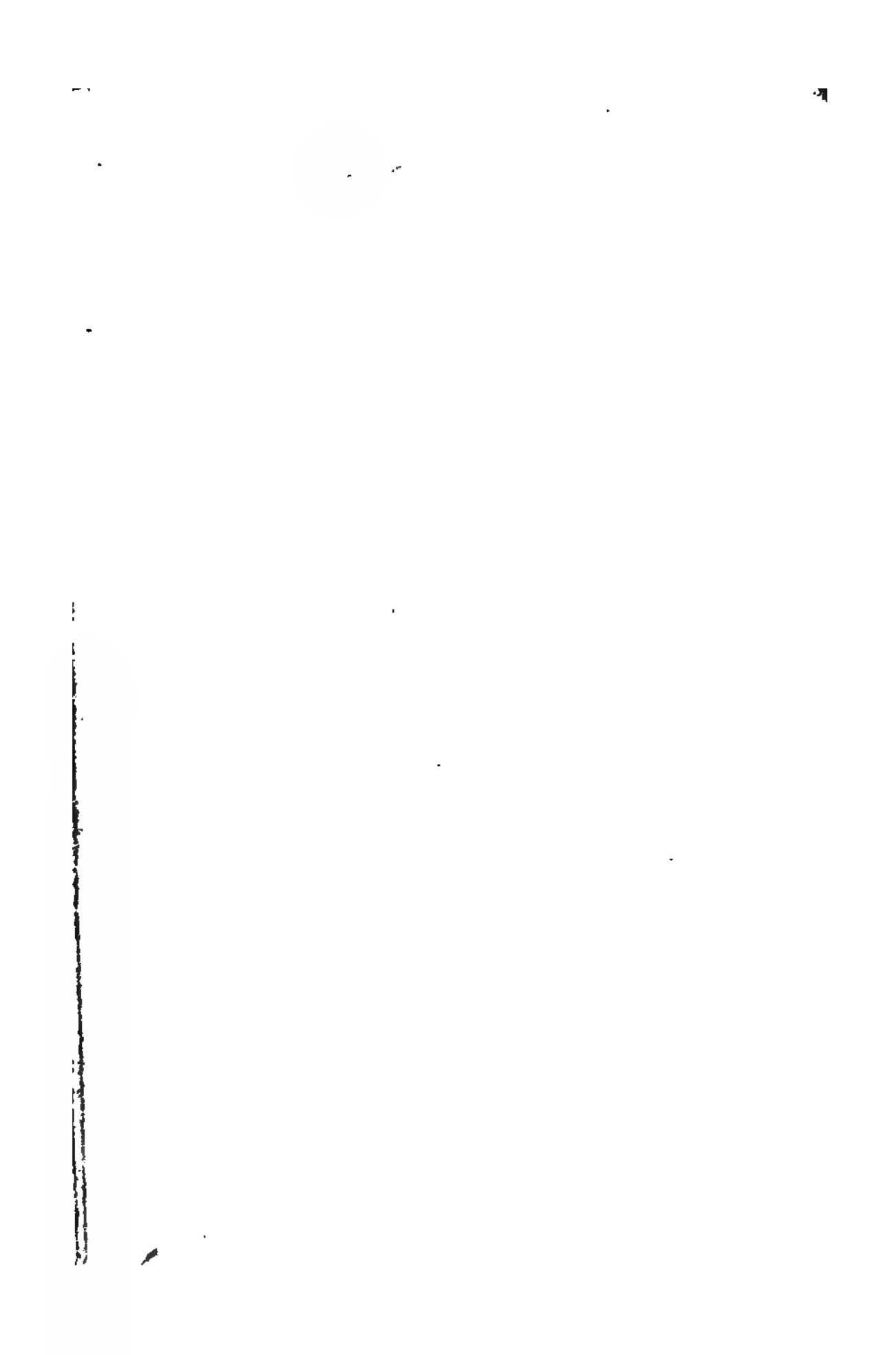
Pedindo-me o dicto reitor da companhia de Jesus da cidade de Coimbra por merecê, que lhe confirmasse a dicta carta de sentença; e visto seu requerimento, querendo-lhe fazer graça e merecê, tenho por bem e lha confirmo, e hei por confirmada, e mando que se cumpra e guarde assim e da maneira que se nella contém; e pagaram de meia annata da merecê desta confirmação ao thesourero geral dellas 30000 réis, que lhe ficam carregá los no livro de seu recebimento a folhas 514 verso, como se viu por certidão do escriptão de sua receita. E por firmeza disso lhe mandei dar esta carta por mim assignada, e assellada do meu sello de chumbo pendente. Antonio Marques a fez em Lisboa a 19 dias de agosto, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1634. Eu Duarte Dias de Menezes a fiz escrever. — EL-REI. O Conde de Sancta Cruz. P.

Confirmação da carta nesta trasladada ao reitor da companhia de Jesus da cidade de Coimbra, para que no conto do mosteiro de S. Fins faça o juiz do concelho de Coura uma audiencia cada mez, e que o dicto reitor ponha o mordemo no conto do dicto mosteiro, e outro nenhum entre nelle, nem possam ahi prender nenhuma pessoa, salvo se fôr por *rozo, lico em bocca, ou morte de homem, ou homizio provado*, e em tudo mais lhe valham fiadores, como se contém na dicta carta, e pagaram a meia annata pela maneira acima declarada. Para v. m. ver.

P. André Velho da Fonseca. Pagou nada por privilegio que tem, em Lisboa a 5 dias do mez de dezembro de 1634 annos; e ao chanceller mór e officiaes da chancellaria com o cordão 4:100 réis; e ao escriptão das confirmações 1:720 réis. Miguel Maldonado. Registada na chancellaria a folhas 297. Belchior Pereira.

(Confirmada por D. Philippe III a 19 de agosto de 1634).

Lei 2.ª de confirmações citada, fl. 67 v. a 75 v.



CORRECÇÕES E ADDITAMENTOS

- Pag. 6, linha 6, 10 e 25, onde se lê — poizarem — leia-se — pousarem
 Pag. 6, linha 21, onde se lê — poizar — leia-se — pousar
 Pag. 6, linha 30, onde se lê — pousadas — leia-se — pousadas
 Pag. 6, linha 28, onde se lê — pousam — leia-se — pousam
 Pag. 7, linha 13 e 18, onde se lê — isentar — leia-se — exemptar
 Pag. 7, linha 24, onde se lê — poizarem — leia-se — pousarem
 Pag. 8, linha 11, onde se lê — poizarem — leia-se — pousarem
 Pag. 9, linha 2 e 17, onde se lê — poizarem — leia-se — pousarem
 Pag. 10, linha 23, onde se lê — contheudo, — leia-se — conteúdo,
 Pag. 15, linha 20 e 31, onde se lê — contheúdo — leia-se — conteúdo
 Pag. 17, linha 29, onde se lê — quacsquer — leia-se — quaisquer
 Pag. 18, linha 14, onde se lê — propor — leia-se — propôr
 Pag. 22, linha 28, onde se lê — e saindo — leia-se — e saindo
 Pag. 25, acrescenta-se no fim do documento XIII *Registo das provisões na secretaria da Universidade*, tom 1, fol. 125
 Pag. 27, linha 19, 25 e 27, onde se lê — sete — leia-se — septe
 Pag. 31, linha 1, onde se lê — e esta valha — leia-se — e esta valha
 Pag. 31, linha 31, onde se lê — contheúdos — leia-se — conteúdos
 Pag. 33, linha penultima, onde se lê — contheúdo — leia-se — conteúdo
 Pag. 34, linha 8, onde se lê — sair fora — leia-se — sair fora
 Pag. 39, linha 18, onde se lê — cearem — leia-se — ceiares
 Pag. 39, linha 24, onde se lê — ajuntamento — leia-se — ajuntamento
 Pag. 39, linha 26, onde se lê — deixarão sair — leia-se — deixando sair
 Pag. 39, linha 35, onde se lê — sairam — leia-se — saíram
 Pag. 41, linha 1, onde se lê ali — leia-se — alli
 Pag. 41, linha 10 e 16, onde se lê — de-ignam, collegio — leia-se — designam, collegio
 Pag. 41, linha 35, onde se lê — Precamur Sancte Domine, — leia-se — Precamur, Sancte Domine,
 Pag. 41, linha 40, onde se lê — Nec hostis nos surripiat: — leia-se — Nec hostis nos subripiat.
 Pag. 41, linha 47, onde se lê — Defensor noster aspice, — leia-se — Defensor noster, aspice,
 Pag. 42, linha 4, onde se lê — Adesto nobis Domine — leia-se — Adesto nobis, Domine.

- Pag. 42, linha 18, onde se lê - na primeiras vespéras - leia-se - as primeiras vespéras
- Pag. 42, linha 23, onde se lê - alli adoptad - leia-se - alli adoptado
- Pag. 43, linha 13, onde se lê - contheúdo - leia-se - conteúdo
- Pag. 43, linha 22, onde se lê - que tem cada - leia-se - que têm cada
- Pag. 44, linha 19 e 33, onde se lê - setenta e sete - leia-se - septenta, septe
- Pag. 45, linha 14, onde se lê - sair das - leia-se - sair das
- Pag. 45, linha 17 e 18, onde se lê - derribarem - leia-se - derrubarem
- Pag. 45, linha 28, onde se lê - derribando se - leia-se - derrubando se
- Pag. 50, linha 26, onde se lê - sujeito - leia-se - subjeito
- Pag. 50, linha 27, onde se lê - provisão - leia-se - p^{ro}visão
- Pag. 50, linha 29, onde se lê - posto que - leia-se - postoque
- Pag. 51, linha 10 e 19, onde se lê - supito - leia-se - subjeito
- Pag. 51, linha 27, onde se lê - pôde - leia-se - pode
- Pag. 52, linha 15, onde se lê - pensarim - leia-se - pensarem
- Pag. 53, acrescenta-se no fim do documento XXXII - fol. 119 r.
- Pag. 54, linha 11, onde se lê - derribaram - leia-se - derrubaram
- Pag. 54, linha 26, onde se lê - carregadas em receita - leia-se - carregados em receita
- Pag. 55, linha 10, onde se lê - creado de mim - leia-se - criado de mim
- Pag. 58, linha 22, onde se lê - tinham de fôr - leia-se - tinha de fôr
- Pag. 62, linha 4, onde se lê - creado de mim - leia-se - criado de mim
- Pag. 62, linha penultima, onde se lê - tinham de fôr - leia-se - tinha de fôr
- Pag. 65, linha 30, onde se lê - carregadas em receita - leia-se - carregados em receita
- Pag. 68, linha 8, onde se lê - contheúdos - leia-se - conteúdos
- Pag. 69, linha 96, onde se lê - contheúdos - leia-se - conteúdos
- Pag. 70, linha 1, onde se lê - LXII - leia-se - XLII
- Pag. 71, linha 10, onde se lê - foram derribadas - leia-se - foram derrubadas
- Pag. 71, linha 11 e 23, onde se lê - contheúdos - leia-se - conteúdos
- Pag. 72, linha 3, onde se lê - praticastes - leia-se - praticastes
- Pag. 72, acrescenta-se no fim do documento XLIII - *Regato das proviões na secretaria da Universidade*, tom. 1, fol. 334
- Pag. 75, linha 11, onde se lê - fôr das cadeiras - leia-se - fora das cadeiras
- Pag. 75, linha 20, onde se lê - Que se não derribem - leia-se - Que se não derrubem
- Pag. 75, linha 23 e 24, onde se lê - derribem - leia-se - derrubem
- Pag. 75, linha 25 e 33, onde se lê - já - leia-se - ja
- Pag. 75, linha 27, onde se lê - posto que - leia-se - postoque
- Pag. 75, linha 31, onde se lê - derribem - leia-se - derrubem
- Pag. 76, linha 9 e 20, onde se lê - tem aos sabbados - leia-se - têm aos sabbados
- Pag. 79, linha 8 e 18, onde se lê - pensarim - leia-se - pensarem
- Pag. 80, linha 19, onde se lê - conthe do - leia-se - conteúdo
- Pag. 81, linha 2 e 10, onde se lê - setembro - leia-se - setembro
- Pag. 82, linha 30, onde se lê - ti am carregadas - leia-se - ti am carregados
- Pag. 83, linha 30 e 31, onde se lê - contheúdos - leia-se - conteúdos
- Pag. 85, linha 26, onde se lê - derribam se - leia-se - derrubem-se
- Pag. 85, linha 36, onde se lê - vinte e sete mil reis - leia-se - vinte e septe mil reis
- Pag. 86, linha 22 e 25, onde se lê - creado - leia-se - criado
- Pag. 87, linha 16, onde se lê - creado - leia-se - criado
- Pag. 87, linha 18, onde se lê - vinte e sete - leia-se - vinte e septe
- Pag. 88, linha 6, onde se lê - pode largar - leia-se - pode largar

- Pag. 88, linha 18, onde se lê — contheúdo — leia-se — conteúdo
- Pag. 90, linha 5, onde se lê — E posto que — leia-se — E postoque
- Pag. 90, linha 32, onde se lê — que lhe cumprissera. — leia-se — que lhes cumprisssem.
- Pag. 90, linha 34, onde se lê — creado — leia-se — criado
- Pag. 91, linha 2, onde se lê — contheúdas — leia-se — contendas
- Pag. 91, linha 27, onde se lê — já o — leia-se — ja o
- Pag. 92, linha 18, onde se lê — fora da cidade — leia-se — fora da cidade
- Pag. 93, linha 31, onde se lê — tem feito — leia-se — tem feito
- Pag. 96, linha 5, onde se lê — lhe seja contado — leia-se — lhes seja contado
- Pag. 97, linha 25, onde se lê — contheúdo — leia-se — conteúdo
- Pag. 98, linha 11, onde se lê — dispenderdes, — leia-se — dispendendes
- Pag. 100, linha 12, onde se lê — tratarão — leia-se — tractarão
- Pag. 106, linha penultima, onde se lê — acmeilante grau, — leia-se — simi-
lhante grau.
- Pag. 106, linha 2, onde se lê — contheúdo — leia-se — conteúdo
- Pag. 106, linha 17, onde se lê — já — leia-se — ja
- Pag. 105, linha 29, onde se lê — contheúdo — leia-se — conteúdo
- Pag. 105, acrescenta-se no fim do documento LXXVII — *Registo das provisões na secretaria da Universidade*, tom. 1, fol. 134.
- Pag. 106, linha 13, onde se lê — vespersas do dicto collegio — leia-se — ves-
peras no dicto collegio
- Pag. 108, linha 7, onde se lê — poisarem — leia-se — pousarem
- Pag. 110, linha 22, onde se lê — que tem, — leia-se — que tem,
- Pag. 111, linha 7, onde se lê — e franquexas que tem, — leia-se — e fran-
quezas que têm.
- Pag. 111, acrescenta-se no fim do documento LXXII — *Registo das provisões na secretaria da Universidade*, tom. 1, fol. 153 v.
- Pag. 115, linha 7, onde se lê — da Ethiopia — leia-se — de Ethiopia
- Pag. 115, linha 22, onde se lê — tem quinquas — leia-se — têm quinquas
- Pag. 116, linha 1, onde se lê — sete casas — leia-se — septe casas
- Pag. 116, linha 32 e 33, onde se lê — têm — leia-se — têm
- Pag. 117, nos algarismos da numeração, onde se lê — 711 — leia-se — 117
- Pag. 117, linha 1, onde se lê — e do sul parte — leia-se — e do sul partem
- Pag. 117, linha 4, 5 e 6, onde se lê — sete — leia-se — septe
- Pag. 117, linha 20 e 22, onde se lê — setenta e tres palmos — leia-se — se-
tenta e tres palmos
- Pag. 117, linha 25, 31, 33 e 40, onde se lê — sete — leia-se — septe
- Pag. 118, linha 7, onde se lê — o setimo aposentado — leia-se — o septimo apo-
sento
- Pag. 118, linha 8, onde se lê — setenta e oito — leia-se — septenta e oito
- Pag. 118, linha 10, onde se lê — seti — leia-se — septe
- Pag. 118, linha 16, onde se lê — sessenta e sete — leia-se — sesenta e septe
- Pag. 118, linha 33, onde se lê — trespasso e trespassado — leia-se — traspasso
e traspassado
- Pag. 118, linha 36, onde se lê — pódem — leia-se — podem
- Pag. 121, linha 15, onde se lê — contheúdas — leia-se — contrúdas
- Pag. 121, linha 30 e 31, onde se lê — tem, têm — leia-se — têm, têm
- Pag. 121, linha 33, onde se lê — contheúdo — leia-se — conteúdo
- Pag. 122, linha 2, onde se lê — arcebispo — leia-se — archebispo
- Pag. 122, linha 25, onde se lê — ae 1556 — leia-se — de 1556
- Pag. 123, linha 7, onde se lê — poisam — leia-se — pousam
- Pag. 123, linha 20, onde se lê — da Ethiopia — leia-se — de Ethiopia
- Pag. 124, linha 11, 18 e 19, onde se lê — poisarem, poisam, poisaram — leia-se
— pousarem, pousam, pousaram

dade, e ser-lhe-ha dado juramento pelo dicto Principal, que sirva nisso bem e verdadeiramente, do qual juramento se fará assento pelo escrivão das ditas obras no livro dellas. E mande a todos os corregedores, juizes, e justicias, a quem este alvará fôr mostrado, e o conhecimento delle pertencer, que lhe não ponham nisso duvida, nem embargo algum, antes lhe deem todo o favor e ajuda que lhes requererem e lhe necessaria fôr: e hei por bem que este valha, tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte que diz, que as cartas, cujo effeito heaver de durar mais de um anno, passam por cartas, e passando por alvaras não valham, e valera outrossim posto que não seja passado pela chancellaria sem embargo da ordenação que dispõe, que os meus alvarás que não forem passados pela chancellaria não guardem Jorge da Costa o fez em Lisboa a 27 de abril de 1562. Manoel da Costa o fez escrever. Polindome o reitor e padres do dicto collegio, que lhes confirmasse este alvará, e visto seu requerimento, querendo-lhes fazer graça e merced, tenha por bem e lhe confirme, e he por confirmado, e mando que se cumpra e guarde inteiramente assim e da maneira que se nelle contém; e este quero que valha, tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo vinte em contrario. Manuel Franco o fez em Lisboa a 23 dias de julho de 1577. E eu D. Bart. Dias o fiz escrever. — Rei. Pague nada por ser por escola. Em Lisboa a 28 de junho de 1578. E os officiaes 15260 reis. E ao escrivão das confirmações 542 réis e meio. Gaspar Maldonado Simão Gonçalves Preto. Reg. tal na chancellaria de febr. 210. Pero Castanho D. João. Confirmação deste alvará ao reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra, para que se possam mandar apenas, prender e constrear com as penas que lhes bem parecer todos os pedreiros, carpinteiros, servidors e quosquer outros officiaes que forem necessarios para serviço das obras do dicto collegio, e que este valha como carta.

Pag. 110

Para aponer officiaes e todo o mais necessario
para as obras das escholas

2

Eu el-rei faço saber ao corregedor da comarca da cidade de Coimbra, e ao conservador da dita cidade, que ora sou o adiante foides, que todas as vezes que l'vies requerdes, qualquer de vos por parte do reitor do collegio de Jesus da dita cidade, lhe mandeis apenar todos os pedreiros, carpinteiros, trabalhadores, caboqueiros, canteiros, bonifazes, almocorres, serradores, barqueiros, e de todas as pessoas que l'vies necessarias, para o serviço, e menço da obra do dicto collegio e escholas que se nelle fazem, sem queis possa pena de desamortis a cada um que não servir na dita obra cada um em seu oficio, e nella se não sairão senão com certidão do reitor do dicto collegio, de como já l'vies necessarias, e pagar-se-hão as ditas pessoas pelo preço comum da terra; na que as pessoas e officiaes se apenarão para a dita obra, posto que andarem em outras da dita cidade, assim de pessoas particulares, como da cidade ou casas ou mosteiros, porquanto por não haver escholas para se ler aos estudantes que ouvirem no collegio de Jesus a muito tempo fazer se esta obra sem muita diligencia, e depois que assim a dizeis na dita obra não poderão ser apenados para outra qualquer que fôr, se não fôr para o caso da agua das fontes

de el-rei e da rainha que ora mando fazer, porque sendo necessarios alguns para a dicta obra, e não havendo outros na cidade, em tal caso se repartirão os dictos officiaes pela obra do dito collegio e do dito cano. E havendo outros se não poderão tirar os que andarem no dicto collegio. E mando ás justicas a quem este alvará for mostrado que deitarem livremente comprar e levar as achegas, ás pessoas que para isso tiverem certidão do autor do dicto collegio, na qual declararão a quantidade e qualidade das achegas que lhe são necessarias para as dictas obras e pela nota extrahida e trasladado deste alvará, em o que que façam, as dictas justicas de darão e comprar e trazer as dictas achegas, e para isso lhe darão toda a ajuda que lhe for necessaria, assim de carros e bestas, bareas e navios, como todos mais que cumprir, pagando elles pelo preço e pelo estado da terra, e os que este alvará não cumprirem incorrerão nos encontros da Universidade. E mando que este se cumpra sem embargo de quaisquer provisoes, mandas, posturas das camaras que hão em contrario, o qual quero que valha, e tenha força e vigor, como se fôr carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancelaria, postoque isto por elle não seja passado, sem embargo das ordenações do segundo livro, título vinte, que o contrato dispõe. Nũm de Deus o fez em Alcobaca a 16 de agosto de 1569 João de Castilho o fez escrever. — Rei Alvará dos padres da companhia do collegio de Jesus de Coimbra, para vossa alteza ver.

Pag. 141, linha 3, faltou mencionar o alv. de 16 de agosto de 1569, e a confirmação em 24 de julho de 1577.

Pag. 141, linha 12, onde se lê — pensar — leia-se — pensam

Pag. 141, linha 14, onde se lê — pensam — leia-se — pensam

Pag. 141, linha 16, onde se lê — que as tem — leia-se — que as têm

Pag. 141, linha 17, onde se lê — já — leia-se — já

Pag. 141, linha 19, onde se lê — pensarem — leia-se — pensarem

Pag. 141, linha 21, onde se lê — tem as outras casas — leia-se — têm as outras casas

Pag. 141, linha 22, onde se lê — ora pensam — leia-se — ora pensam

Pag. 141, linha 31, onde se lê — E postoque — leia-se — E postoque

Pag. 141, linha 31, onde se lê — já — leia-se — já

Pag. 142, linha 1, onde se lê — pensaram — leia-se — pensaram

Pag. 142, linha 8, onde se lê — pensou, pensam — leia-se — pensou, pensam

Pag. 142, linha 12, onde se lê — pensarem — leia-se — pensarem

Pag. 142, linha 14, onde se lê — tem as outras — leia-se — tem as outras

Pag. 142, linha 16, onde se lê — pensam — leia-se — pensam

Pag. 142, linha 20, onde se lê — que tem para lhe não — leia-se — que têm para lhe não

Pag. 142, linha 21, onde se lê — lhe ser quebrado o contracto que sobre ellas tem feito, — leia-se — lhes ser quebrado o contracto que sobre ellas têm feito.

Pag. 142, linha 22, onde se lê — tem — leia-se — têm

Pag. 142, linha 23, onde se lê — faz pensarem — leia-se — faz pensarem

Pag. 142 e 143 acrescentese na fma dos documentos XXIII e XXIV — *Regul. das p.ças es. da secretaria da U. de Coimbra*, tom 1, fol. 316

Pag. 143, linha 7, onde se lê — em que pensam — leia-se — em que pensam

Pag. 143, linha 8, onde se lê — era pensam — leia-se — era pensam

Pag. 143, linha 9, onde se lê — a dicta Universidade — leia-se — a dicta Universidade

Pag. 143, linha 10, onde se lê — pensarem — leia-se — pensarem

Pag. 143, linha 12, onde se lê — o rei — leia-se — a rainha,

Pag. 144, linha 24, onde se lê — Rei — leia-se — Rainha.

- Pag. 144, acrescenta-se no fim do documento XXV — *Livro das provisões na secretaria da Universidade*, tom. 1, fol. 72
- Pag. 145, linha 4, onde se lê — em que pousam — leia-se — em que pousam
- Pag. 145, linha 6, onde se lê — enquanto nelas pousarem — leia-se — enquanto nelas pousarem
- Pag. 145, linha 10, onde se lê — e que pousam — leia-se — e que pousam
- Pag. 145, linha 11, onde se lê — deixando-lhe ter — leia-se — deixando-lhes ter
- Pag. 145, linha 14, onde se lê — como as ora tem — leia-se — como as ora tem
- Pag. 145, linha 21, onde se lê — pousam e têm — leia-se — pousam, e têm
- Pag. 145, no fim do documento XXVI acrescenta-se — *Liv. 1.º de provisões na secretaria da Universidade*, ff. 123
- Pag. 146, linha 15, onde se lê — despejar as casas — leia-se — despejar as casas
- Pag. 147, linha 15, onde se lê — já — leia-se — já
- Pag. 147, do p.º da linha 7, deve acrescentar-se — *Confirmado em 23 de julho de 1577 e 28 de outubro de 1585*
- Pag. 149, linha 26, — leia-se — 26 ou 16 de outubro de 1555º
- Pag. 151, linha 23, onde se lê — de que tem necessidade — leia-se — de que têm necessidade
- Pag. 152, linha 38 e 39, onde se lê — CARDEAL EXANTE. — leia-se — O CARDEAL EXANTE
- Pag. 154, linha 9, onde se lê — que lhe comprou. — leia-se — que lhes comprou.
- Pag. 158, linha 5, onde se lê — da Ethiopia — leia-se — de Ethiopia
- Pag. 159, linha 18, onde se lê — de setembro — leia-se — de setembro
- Pag. 159, linha 31, onde se lê — já traz — leia-se — já traz
- Pag. 159, linha 36, onde se lê — juntas — leia-se — juntas
- Pag. 159, linha 37, onde se lê — que já trazem — leia-se — que já trazem
- Pag. 161, linha 20, onde se lê — pode — leia-se — pode
- Pag. 161, linha última, onde se lê — carneiros — leia-se — carneiros
- Pag. 162, linha 25, onde se lê — elles tem provisões — leia-se — elles têm provisões
- Pag. 162, linha 30 e 31, onde se lê — contendo — leia-se — conteúdo
- Pag. 164, linha 1, onde se lê — contendo — leia-se — contendo
- Pag. 164, linha 5, onde se lê — ff. 36 e 37 — leia-se — ff. 25 e 37
- Pag. 164, linha 15, onde se lê — setembro — leia-se — setembro
- Pag. 164, linha 26, onde se lê — pode pertencer — leia-se — pode pertencer
- Pag. 165, linha 5, onde se lê — daquem e daquem mar — leia-se — daquem e daquem mar
- Pag. 168, linha 12, onde se lê — que de mim têm — leia-se — que de mim têm
- Pag. 169, linha 20, onde se lê — sem lhe — leia-se — sem lhe
- Pag. 170, linha 17, onde se lê — ff. 7 e 7 v. — leia-se — ff. 7 e 7 v.
- Pag. 170, linha 28 e 29, onde se lê — outorgados — leia-se — outorgados
- Pag. 171, linha 12, onde se lê — pousassem com elles, — leia-se — pousassem com elles
- Pag. 171, linha 18, onde se lê — se outorgou — leia-se — se outorgou
- Pag. 171, linha 22 e 27, onde se lê — outorgou — leia-se — outorgou
- Pag. 171, linha 30, onde se lê — lhe mandavam — leia-se — lhes mandavam
- Pag. 171, linha 32, onde se lê — recebedor — leia-se — recebedor
- Pag. 171, linha 42, onde se lê — nem pousassem — leia-se — nem pousassem
- Pag. 171, linha última, onde se lê — lhe outorgou — leia-se — lhe outorgou
- Pag. 172, linha 10, onde se lê — outorgava — leia-se — outorgava
- Pag. 172, linha 13, onde se lê — outorgou — leia-se — outorgou

- Pag. 172, linha 22, onde se lê vindo já leia-se vindo ja
 Pag. 172, linha 39, onde se lê reis leia-se reys
 Pag. 173, linha 4, onde se lê outorgou leia-se outorgou
 Pag. 173, linha 8, onde se lê poisarem leia-se pouzarem
 Pag. 173, linha 18, onde se lê outorgou leia-se outorgou
 Pag. 173, linha 24, onde se lê acresccontamento leia-se acresccontamento
 Pag. 173, linha 26, onde se lê acresccontadas leia-se acresccontadas
 Pag. 173, linha 35, onde se lê nem poisem leia-se nem pousem
 Pag. 173, linha 40 e 41, onde se lê outorgado leia-se outorgado
 Pag. 173, linha 41, onde se lê semelhantes leia-se semelhantes
 Pag. 174, linha 3, onde se lê outorgou leia-se outorgou
 Pag. 174, linha 12 e 13, onde se lê outorgamos leia-se outorgamos
 Pag. 174, linha 15 e 26, onde se lê jurisdição leia-se jurisdição
 Pag. 174, linha 29, onde se lê outorgado leia-se outorgado
 Pag. 174, linha 37, onde se lê isento do dicto estado, leia-se -exempto do dicto estado,
 Pag. 174, linha 39 e 40, onde se lê contheúdo leia-se contendo
 Pag. 174, linha 42, onde se lê outorgamos leia-se outorgamos
 Pag. 175, linha 6, onde se lê jurisdição leia-se jurisdição
 Pag. 175, linha 13, onde se lê outorgamos leia-se outorgamos
 Pag. 175, linha 17, onde se lê deem bestas leia-se deem bestas
 Pag. 175, linha 20, onde se lê acarrretarem leia-se acarrretarem
 Pag. 175, linha 26, onde se lê para fora leia-se para fora
 Pag. 175, linha 32, onde se lê contradicção leia-se contradicção
 Pag. 175, linha 42, onde se lê contendas leia-se contendas
 Pag. 175, linha 43, onde se lê outorgamos leia-se outorgamos
 Pag. 177, linha 10, onde se lê que de mim têm leia-se -que de mim têm
 Pag. 177, linha 31, onde se lê podem arrecedar leia-se podem arrecedar
 Pag. 177, linha 35, onde se lê de mim têm leia-se -de mim têm
 Pag. 178, linha 5, onde se lê que tem os escriviães leia-se -que têm os escriviães
 Pag. 178, linha 19, onde se lê hão de haver, os dictos officiaes leia-se -hão de haver os dictos officiaes
 Pag. 178, linha 27, onde se lê Sanctos Evangelhos leia-se sanctos evangelhos
 Pag. 179, linha 18, onde se lê contheúdo leia-se contendo
 Pag. 179, linha 35, onde se lê contheúdos leia-se contendos
 Pag. 179, linha 36, onde se lê contheúdo leia-se contendo
 Pag. 180, linha 2, onde se lê santa gloria leia-se sancta gloria
 Pag. 180, linha 26, onde se lê Le. 1.º cap. 14.º, 15.º leia-se -Liv. 1.º cap. 14.º e 15.º
 Pag. 181, linha 3, onde se lê já leia-se -ja
 Pag. 181, linha 16, onde se lê setembro leia-se -septembro
 Pag. 181, linha 26, onde se lê em que poisam leia-se em que pouzam
 Pag. 182, linha 11 e 23, onde se lê Pantahão leia-se Pantahão
 Pag. 183, linha 40, onde se lê majestade ver. leia-se majestade ver.
 Pag. 183, linha 42, onde se lê 19 de setembro leia-se 19 de setembro
 Pag. 185, linha 28, onde se lê contheúdo leia-se contendo
 Pag. 189, linha 35, onde se lê da publicis leia-se a publicis
 Pag. 190, linha 9, onde se lê et cetera leia-se et cetera
 Pag. 190, linha 25, onde se lê et cetera leia-se et cetera
 Pag. 190, linha p.ultima, onde se lê et cetera leia-se et cetera
 Pag. 191, linha 17, onde se lê setembro leia-se -septembro
 Pag. 191, linha 29 e 37, onde se lê et cetera leia-se -et cetera
 Pag. 192, linha 25, onde se lê com nosso sello leia-se -com o nosso sello

- Pag. 193, linha 10, onde se lê —noventa e sete duxias,—leia-se—noventa e sept. duzias.
- Pag. 194, linha 2, 7 e 14, onde se lê —trezentos—leia-se—trezentos
- Pag. 194, linha 21, onde se lê —mil réis,—leia-se—mil réis.
- Pag. 194, linha 24, onde se lê —começaram já—leia-se—começaram já
- Pag. 195, linha 12, onde se lê —lhe faça—leia-se—lhes faça
- Pag. 195, linha 19, onde se lê —que tem de dinheiro—leia-se—que têm de dinheiro
- Pag. 196, linha 8, onde se lê —vir de fóra—leia-se—vir de fora
- Pag. 197, linha 8, onde se lê —de fora do—leia-se—de fora do
- Pag. 197, linha 25, onde se lê —fl. 28 e 29—leia-se—fl. 28 a 29
- Pag. 197, linha 31, onde se lê —contendo—leia-se—contendo
- Pag. 198, linha 26, onde se lê —outorgadas—leia-se—outorgadas
- Pag. 198, linha 27, onde se lê —outorgar—leia-se—outorgar
- Pag. 198, linha 33, onde se lê —setembro—leia-se—septembro
- Pag. 199, linha 1, onde se lê —setembro—leia-se—septembro
- Pag. 199, linha 20, onde se lê —tem—leia-se—tem
- Pag. 199, linha 33, onde se lê —tambem—leia-se—tambem
- Pag. 201, linha 28, onde se lê —em que tem—leia-se—em que têm
- Pag. 202, linha 30, onde se lê —que tem—leia-se—que têm
- Pag. 203, linha 1, onde se lê —dar-lhe os dictos graus—leia-se—dar-lhes os dictos graus
- Pag. 203, linha 8, onde se lê —liberdade—leia-se—e liberdades
- Pag. 203, linha 28, onde se lê —das despesas—leia-se—das despesas
- Pag. 203, linha ultima, onde se lê —que lhe—leia-se—que lhea
- Pag. 204, linha 26, onde se lê —que lhe cumpraes—leia-se—que lhea cumpraes
- Pag. 205, linha 4, onde se lê —vinte e sete—leia-se—vinte e sept
- Pag. 205, linha 7 e 8, onde se lê —theologia—leia-se—Theologia
- Pag. 205, linha 23, onde se lê —lhe cumpraes—leia-se—lhes cumpraes
- Pag. 205, linha 27, onde se lê —fose—leia-se—fose
- Pag. 205, linha 29, onde se lê —Confirmado por D. Philippe III em 10 de maio de 1631.—leia-se—Confirmado por D. Philippe I a 20 de janeiro de 1591, e por D. Philippe III a 10 de maio de 1631
- Pag. 207, linha 13, onde se lê —que santa gloria haja—leia-se—que sancta gloria haja
- Pag. 208, linha 3, onde se lê —de um anno—leia-se—de um anno,
- Pag. 208, linha 11, onde se lê —São Fins—leia-se—S. Fins
- Pag. 210, linha ultima, onde se lê —que se não pode—leia-se—que se não pode
- Pag. 211, linha 9, onde se lê —a egreja S. Martinho—leia-se—a egreja de S. Martinho
- Pag. 211, linha 12, onde se lê —já tenho—leia-se—já tenho
- Pag. 211, linha 16, onde se lê —concorra paz—leia-se—concordia e paz
- Pag. 212, linha 4, onde se lê —Liv. 2.º citado, fl. 25 e 26 v.—leia-se—Liv. 1.º citado, fl. 26 e 26 v.
- Pag. 213, linha 8, onde se lê —entervim—leia-se—intervim
- Pag. 213, linha 11, 12, onde se lê —recomendi—leia-se—recommendei
- Pag. 213, linha 27, onde se lê —santidade—leia-se—sanctidade
- Pag. 213, linha 31, onde se lê —agente, e sendo já—leia-se—agente, e sendo já
- Pag. 214, linha 12, onde se lê —accitar—leia-se—accitar
- Pag. 214, linha 14, onde se lê —elle já—leia-se—elle já
- Pag. 214, linha 15, onde se lê —traslado—leia-se—traslado
- Pag. 214, linha 26, onde se lê —pode—leia-se—pode

- Pag. 215, linha 2, onde se lê — vêr — leia-se — ver
 Pag. 215, linha 8, onde se lê — vos — leia-se — vós
 Pag. 215, linha 32, onde se lê — accordada — leia-se — acordada
 Pag. 215, linha 33, onde se lê — contendas — leia-se — contendas
 Pag. 216, linha 11, onde se lê — se pode — leia-se — se pode
 Pag. 216, linha 14, onde se lê — pode ser — leia-se — pode ser
 Pag. 216, linha 21, onde se lê — ja — leia-se — já
 Pag. 216, linha 30, onde se lê — que o trate — leia-se — que o tracte
 Pag. 217, linha 16, onde se lê — setembro — leia-se — setembro
 Pag. 218, linha 6, onde se lê — Zamboro — leia-se — Zambo
 Pag. 219, linha 9, onde se lê — contração — leia-se — corte do
 Pag. 219, linha 19, onde se lê — os que tem feito — leia-se — os que tem
 feito
 Pag. 219, linha 20, onde se lê — sair — leia-se — sair
 Pag. 219, linha 31, onde se lê — esp. de desp. dir. — leia-se — a pode despedir
 Pag. 219, linha 32, onde se lê — quando se — leia-se — quando se
 Pag. 219, linha 35, onde se lê — mandamos ver — leia-se — mandamos ver
 Pag. 220, linha 6, onde se lê — por tanto — leia-se — portanto
 Pag. 220, linha 9 e 10, onde se lê — excoommunicação — leia-se — excoommunicação
 Pag. 220, linha 10, onde se lê — leiam — leia-se — leiam
 Pag. 220, linha 15, onde se lê — sair — leia-se — sair
 Pag. 220, linha 17 e 28, onde se lê — saiem — leia-se — saiem
 Pag. 220, linha 33, onde se lê — pregaram — leia-se — pregaram
 Pag. 222, linha 4, onde se lê — de sauer — leia-se — de suas conquistas
 Pag. 223, linha 37, onde se lê — já — leia-se — já
 Pag. 223, linha 40, onde se lê — setembro — leia-se — setembro
 Pag. 224, linha 1, onde se lê — LXIV — leia-se — XLIV
 Pag. 224, linha 7, onde se lê — contendas — leia-se — contendas
 Pag. 224, linha 25, onde se lê — de que tem — leia-se — de que tem
 Pag. 224, linha 28, onde se lê — devoção — leia-se — devoção
 Pag. 225, linha 8, onde se lê — Pantalão — leia-se — Pantalão
 Pag. 225, linha 9, onde se lê — Sancto Iago — leia-se — Sancto Iago
 Pag. 225, linha 32, onde se lê — que lla compramos — leia-se — o lla compramos
 praça
 Pag. 229, linha 20, onde se lê — que tem de — leia-se — que tem de
 Pag. 229, linha 21, onde se lê — ja — leia-se — já
 Pag. 229, linha 26, onde se lê — desper — leia-se — desper
 Pag. 230, linha 42, onde se lê — contendas — leia-se — contendas
 Pag. 231, depois da linha 15, deve acrescentar-se — *Comtado em 16 de
 abril de 1577*
 Pag. 232, linha 36, onde se lê — leia-se — tem
 Pag. 233, linha 36, onde se lê — centelha — leia-se — centelha
 Pag. 233, linha 38 e 44, onde se lê — leia-se — a
 Pag. 234, linha 21, onde se lê — contendas — leia-se — contendas
 Pag. 235, linha 7, onde se lê — ja — leia-se — já
 Pag. 235, linha 33, onde se lê — e passulo — leia-se — e passulo
 Pag. 235, linha 41, onde se lê — de tença, separada — leia-se — de tença, separada
 Pag. 236, linha 26, onde se lê — já — leia-se — já
 Pag. 237, linha 20, onde se lê — ascrição — leia-se — ascrição
 Pag. 237, linha 29 e 30, onde se lê — contendas — leia-se — contendas
 Pag. 238, linha 24, onde se lê — de — leia-se — de
 Pag. 238, linha 28, onde se lê — setembro — leia-se — setembro
 Pag. 240, linha 39, onde se lê — setembro — leia-se — setembro
 Pag. 241, linha 1, onde se lê — contendas — leia-se — contendas

- Pag. 241, linha 2, onde se lê — contheuda — leia-se — contendo
 Pag. 241, linha 12, onde se lê — contheudas — leia-se — contendas
 Pag. 241, linha 21, onde se lê — contheuda — leia-se — contenda
 Pag. 241, linha 24, onde se lê — despeza — leia-se — despesa
 Pag. 241, linha 39, onde se lê — contheudas — leia-se — contêidos
 Pag. 242, linha 2, onde se lê — dois dias de setembro — leia-se — dois dias de setembro
 Pag. 242, linha 6, onde se lê — contheudo — leia-se — contido
 Pag. 242, linha 17, onde se lê — contheguia — leia-se — entregadas
 Pag. 243, linha 4, onde se lê — contheuda — leia-se — contenda
 Pag. 243, linha 31, onde se lê — tem por este — leia-se — tem por este
 Pag. 243, linha 37, onde se lê — tem assentados — leia-se — tem assentados
 Pag. 243, linha 40 e 41, onde se lê — contheudas — leia-se — contendas
 Pag. 244, linha 10, onde se lê — fl. 5 v. 6, 6 v. 7, 7 v. 8, 8 v. e 9, — leia-se — fl. 5 a 9.
 Pag. 245, linha 3, onde se lê — contheudas — leia-se — contendas
 Pag. 245, linha 13, onde se lê — setembro — leia-se — setembro
 Pag. 245, linha 21, onde se lê — da Ethiopia — leia-se — de Ethiopia
 Pag. 246, linha 3, onde se lê — sete — leia-se — septu
 Pag. 246, linha 5, onde se lê — juridicção — leia-se — jurisdição
 Pag. 246, linha 8, onde se lê — que oventheumato — leia-se — o conhecimento
 Pag. 246, linha 29, onde se lê — asenhas — leia-se — asenhas
 Pag. 247, linha 8, onde se lê — setembro — leia-se — setembro
 Pag. 247, linha 11, onde se lê — Lopa — leia-se — Lopa
 Pag. 247, linha 31, onde se lê — asenhas — leia-se — asenhas
 Pag. 248, linha 29, onde se lê — serão obri — leia-se — serão obrigados
 Pag. 249, linha 11, onde se lê — ja — leia-se — ja
 Pag. 250, linha 9, onde se lê — tem feito e — leia-se — tem feito e
 Pag. 251, linha 18, onde se lê — merce — leia-se — merce
 Pag. 252, linha 27, onde se lê — sobre a côrte — sobre a côrte
 Pag. 252, linha 29 e 30, onde se lê — Monte-mor-o-velho, — leia-se — Monte-Mor-o-Velho,
 Pag. 253, linha 8, onde se lê — em logar fira — leia-se — em logar fora
 Pag. 253, linha 9, onde se lê — setembro — leia-se — setembro
 Pag. 253, linha 15, onde se lê — Seiga — leia-se — Seiga
 Pag. 253, linha 24, onde se lê — foram aforadas — leia-se — foram aforadas
 Pag. 253, linha 24, onde se lê — Monte mor o velho, — leia-se — Monte-Mór-o-Velho,
 Pag. 254, linha 30, onde se lê — communmente — leia-se — communmente
 Pag. 254, linha 35, onde se lê — setembro — leia-se — setembro
 Pag. 254, linha 8 e 9, onde se lê — monges — leia-se — monges
 Pag. 254, linha 8 e 9, onde se lê — Seiga — leia-se — Seiga
 Pag. 255, linha 7, onde se lê — Monte mor-o-velho, — leia-se — Monte Mór-o-Velho,
 Pag. 255, linha 23, onde se lê — pôde — leia-se — pode
 Pag. 255, linha 36, onde se lê — dezoito — leia-se — dezoito
 Pag. 256, linha 1, onde se lê — Pantaleão — leia-se — Pantaleão
 Pag. 256, linha 4, onde se lê — XIV — leia-se — XV
 Pag. 256, linha 17 e 22, onde se lê — escolas maiores — leia-se — escolas maiores
 Pag. 256, linha 31, onde se lê — contheudo — leia-se — contido
 Pag. 257, linha 28, onde se lê — Seiga — leia-se — Seiga
 Pag. 257, linha 29, onde se lê — estrada — leia-se — estrada
 Pag. 257, linha 31, onde se lê — tem pago — leia-se — tem pago
 Pag. 257, linha ultima, onde se lê — ver — leia-se — ver

- Pag. 258, linha 9, 14 e 18, onde se lê sete — leia-se — septe
 Pag. 258, linha 18, onde se lê — cerna — leia-se — cera,
 Pag. 258, linha 21, onde se lê — contendo — leia-se — contendo
 Pag. 258, linha 27, onde se lê — que ora delle tem cargo — leia-se — que ora delle tem cargo
 Pag. 258, linha 28, onde se lê — Roiz — leia-se — Rodriguez
 Pag. 258, linha 30 e 33, onde se lê — sete — leia-se — septe
 Pag. 259, linha 35 e 37, onde se lê — sete — leia-se — septe
 Pag. 260, linha 2, onde se lê — despoza — leia-se — despoza
 Pag. 260, linha 5, onde se lê — principal — leia-se — Principal
 Pag. 260, linha 8, onde se lê — tem cargo — leia-se — tem cargo
 Pag. 260, linha 9, onde se lê — se lhe não pagaram as dietas sete — leia-se — se lhe não pagaram as dietas septe
 Pag. 260, linha 11, onde se lê — lhe as dietas sete — leia-se — lhes as dietas septe
 Pag. 260, linha 13, onde se lê — e lhe mandar — leia-se — e lhes mandar
 Pag. 260, linha 14, onde se lê — que lhe são — leia-se — que lhes são
 Pag. 261, linha 3, onde se lê — do nome de Jesus — leia-se — do nome de Jesus
 Pag. 261, linha 15 e penultima, onde se lê — setembro — leia-se — setembro
 Pag. 262, linha 19, onde se lê — sete — leia-se — septe
 Pag. 262, linha 22, onde se lê — demonstrador — leia-se — demonstrador
 Pag. 263, linha 3, onde se lê — ju — leia-se — ja
 Pag. 263, linha 19, onde se lê — Magistade — leia-se — magestade
 Pag. 264, linha 31 e 36, onde se lê — escolas — leia-se — escolas
 Pag. 264, linha 33, onde se lê — mercê — leia-se — mercê
 Pag. 265, linha 29, onde se lê — Principal que foi — leia-se — provincial que foi
 Pag. 266, linha 18, onde se lê — celeiro — leia-se — colheiro
 Pag. 266, linha penultima, onde se lê — todas estas — leia-se — todas estas
 Pag. 267, linha 15, onde se lê — contendas — leia-se — contendas
 Pag. 270, linha 10, onde se lê — tem feito — leia-se — tem feito
 Pag. 272, linha 8, onde se lê — da companhia de Jesus — leia-se — da companhia do nome de Jesus
 Pag. 272, linha 23, onde se lê — de minha fazenda do dicto almozarifado — leia-se — de minha fazenda e do dicto almozarifado
 Pag. 273, linha 39, onde se lê — tem — leia-se — tem
 Pag. 274 linha 5, 6 e 10 onde se lê — thesoureiro mór, — leia-se — thesoureiro mór,
 Pag. 274, linha 24, onde se lê — como ora tem — leia-se — como ora tem
 Pag. 275, linha 20, onde se lê — lhe será — leia-se — lhe será
 Pag. 275, linha 38, onde se lê — tem por — leia-se — tem por
 Pag. 275, linha 42, onde se lê — lhe se am — leia-se — lhe se am
 Pag. 275, linha ultima, onde se lê — thesoureiro mór, — leia-se — thesoureiro mór,
 Pag. 276, linha 1, onde se lê — como lhe não — leia-se — como lhe não
 Pag. 276, linha 5 e 9, onde se lê — thesoureiro mór, — leia-se — thesoureiro mór,
 Pag. 276, linha 8, onde se lê — lhe não os dictos — leia-se — lhe não os dictos
 Pag. 276, linha 26, onde se lê — que tem o governo — leia-se — que tem o governo
 Pag. 277, linha 3, onde se lê — concertados — leia-se — concertados
 Pag. 277, linha 9, onde se lê — até ora — leia-se — até agora
 Pag. 277, linha 25, onde se lê — já — leia-se — já
 Pag. 277, linha 38, onde se lê — contendas — leia-se — contendas

- Pag. 278, linha 5 e 12, onde se lê — lhe fará, lbe fará — leia-se — lhes fará, lhes será
- Pag. 278, linha 19, onde se lê — até ora — leia-se — até agora
- Pag. 278, linha 44, onde se lê — que tinham, por que — leia-se — que tinham, por que
- Pag. 279, linha 14, onde se lê — 22 de junho de 1572 — leia-se — 22 de julho de 1572
- Pag. 279, linha 23, acrescenta-se — *Livro 2.º de confirmações citado, fl. 75 v. a 76*
- Pag. 280, linha 10 nultima, onde se lê — João Roiz — leia-se — João Rodriguez
- Pag. 281, linha 23, onde se lê — pode — leia-se — pode
- Pag. 282, linha 1, onde se lê — criado de mim — leia-se — criado de mim
- Pag. 282, linha 24, onde se lê — jurdição — leia-se — jurisdição
- Pag. 282, linha penultima, onde se lê — lieção — leia-se — lição
- Pag. 283, linha 13, onde se lê — pôde satisfazer — leia-se — pode satisfazer
- Pag. 285, linha 5, onde se lê — a faz — leia-se — a fez
- Pag. 285, linha 21, onde se lê — lhe pagareis — leia-se — lhes pagareis
- Pag. 285, linha 29, onde se lê — lhe farão — leia-se — lhes farão
- Pag. 285, linha 31, onde se lê — lha ser — leia-se — lhes ser
- Pag. 285, linha 4, onde se lê — vos passarão — leia-se — vos passará
- Pag. 285, linha 32, onde se lê — a dieta — leia-se — e com a dieta
- Pag. 285, linha 13, onde se lê — lhe pagareis — leia-se — lhe pagareis
- Pag. 286, linha 14, onde se lê — lhe farão — leia-se — lhes farão
- Pag. 286, linha 18, onde se lê — como ora tem — leia-se — como ora têm
- Pag. 286, linha 20, onde se lê — lhe faça o dicto — leia-se — lhe faça o dicto
- Pag. 286, linha 31, onde se lê — o que lhe assum — leia-se — o que lhos assum
- Pag. 287, linha 5, onde se lê — companhia do nome de Jesus — leia-se — companhia do nome de Jesus
- Pag. 287, linha 23, onde se lê — ahí haja — leia-se — a ahí haja
- Pag. 287, linha 26, onde se lê — por alvarás, não valham; — leia-se — por a varás não valham;
- Pag. 288, linha 7, onde se lê — da companhia de Jesus — leia-se — da companhia do nome de Jesus
- Pag. 289, linha 17, onde se lê — thesourreiro mór, — leia-se — thesoureiro mór,
- Pag. 289, acrescenta-se no fim do documento XXXVIII — *liv. 2.º citado, fl. 27 v. 28*
- Pag. 290, linha 9, onde se lê — que ora tem — leia-se — que ora têm
- Pag. 291, linha 1, onde se lê — tem — leia-se — têm
- Pag. 291, linha 37, onde se lê — lhe faça descontar — leia-se — lhes faça descontar
- Pag. 292, linha 4, onde se lê — lhe sejam — leia-se — lhes sejam
- Pag. 292, linha 8, onde se lê — se lhe — leia-se — se lhes
- Pag. 292, linha 9, onde se lê — lhes — leia-se — lhos
- Pag. 293, linha 15, onde se lê — lhe deia — leia-se — lhos deia
- Pag. 293, linha 16, onde se lê — lhe façam — leia-se — lhes façam
- Pag. 293, linha 7, onde se lê — tem pelo alvará — leia-se — têm pelo alvará
- Pag. 294, linha 12, 19 e 21, onde se lê — lhe — leia-se — lhes
- Pag. 294, linha 14, 18 e 22, onde se lê — thesourreiro mór, — leia-se — thesoureiro mór,
- Pag. 294, acrescenta-se no fim do documento XLII a apostilla de 16 de fevereiro de 1569, que se lê a pag. 375 e 379
- Pag. 295, linha 1 e 4, onde se lê — lhe — leia-se — lhes
- Pag. 295, linha 15, onde se lê — lhe faça delles bom — leia-se — e lhes faça delles bom

- Pag. 295, linha 28, onde se lê — a lhe pagar — leia-se — a lhez pagar
- Pag. 295, linha 36 e 38, onde se lê — he — leia-se — lhez
- Pag. 295, linha 40, onde se lê — tem — leia-se — têm
- Pag. 296, linha 13, onde se lê — tem recebido — leia-se — têm recebido
- Pag. 296, linha 28, onde se lê — d' n'osso senhor — leia-se — d' N'osso Senhor
- Pag. 296, linha 32, onde se lê — mandava supprir — leia-se — mandou supprir
- Pag. 297, linha 2, onde se lê — ja tem — leia-se — ja têm
- Pag. 297, linha 14, onde se lê — ao deante for, — leia-se — ao deante fór,
- Pag. 297, linha 36, 31 e 38, onde se lê — lhez — leia-se — lhez
- Pag. 298, linha 18 e 43, onde se lê — tem — leia-se — têm
- Pag. 298, linha 21, 29, 36 e 44, onde se lê — lhez — leia-se — lhez
- Pag. 298, linha 29 e 36, onde se lê — thesoureiro mór — leia-se — thesourei-
r-mór,
- Pag. 299, linha 2, 6, 11, 14, 22 e 25, onde se lê — thesoureiro mór, — leia-se —
— thesoureiro mór,
- Pag. 299, linha 5 e 21, onde se lê — tem — leia-se — têm
- Pag. 300, linha 4, onde se lê — de ma — leia-se — da ma
- Pag. 300, linha 18, onde se lê — é contido — leia-se — é contido
- Pag. 300, linha ultima, onde se lê — contido — leia-se — contido
- Pag. 301, linha 3, onde se lê — por lhez fazer — leia-se — por lhez fazer
- Pag. 302, linha 4, onde se lê — contido — leia-se — contido
- Pag. 302, linha 6, onde se lê — setembro — leia-se — setembro
- Pag. 303, linha 16, onde se lê — conto — leia-se — exemplo
- Pag. 303, linha 27, onde se lê — setembro — leia-se — setembro
- Pag. 304, linha 34, onde se lê — ja se via, — leia-se — ja se via,
- Pag. 305, linha 10, onde se lê — e como el rei — leia-se — e como por el rei,
- Pag. 306, linha 21, onde se lê — é ao deante for — leia-se — e ao deante fór
- Pag. 306, linha 33, onde se lê — para lhez — leia-se — para lhez
- Pag. 307, linha 10, onde se lê — em cada — leia-se — em cada
- Pag. 308, linha 18, onde se lê — tem o governo — leia-se — tem o governo
- Pag. 309, linha 3, onde se lê — Pantalão — leia-se — Pantalão
- Pag. 309, linha 13, onde se lê — lhez para seu mantimento — leia-se — têm
para seu mantimento
- Pag. 309, linha 14, onde se lê — e que tem muito — leia-se — e que têm muito
- Pag. 310, linha 9, onde se lê — tem muito trabalho — leia-se — tem muito
trabalho
- Pag. 310, linha 31, onde se lê — que lhez apartassem — leia-se — que lhez
apartassem
- Pag. 310, linha 35, onde se lê — lhez — leia-se — lhez
- Pag. 311, linha penultima, onde se lê — Pantalão Rebello — leia-se — Pan-
talão Rebello
- Pag. 313, linha 3, onde se lê — passará sua certidão — leia-se — passará sua
certidão
- Pag. 313, linha 17, 26, 27, 30, 31 e 33, onde se lê — lhez — leia-se — lhez
- Pag. 314, linha 10, onde se lê — lhez faziam — leia-se — lhez faziam
- Pag. 314, linha 11, onde se lê — tem assentados — leia-se — tem assentados
- Pag. 314, linha 13, onde se lê — lhez pago — leia-se — lhez pago
- Pag. 314, linha 16 e 19, onde se lê — que tem — leia-se — que tem
- Pag. 314, linha 21, onde se lê — o que lhez é devido — leia-se — o que lhez
é devido
- Pag. 314, linha ultima, onde se lê — lhez façam — leia-se — lhez façam
- Pag. 315, linha 24, onde se lê — da dicta — leia-se — da dicta
- Pag. 315, linha 22, onde se lê — contido — leia-se — contido
- Pag. 315, linha 24, onde se lê — setembro — leia-se — setembro
- Pag. 316, linha 26, onde se lê — cumprimento das — leia-se — cumprimento das

- Pag. 317, linha 1, onde se lê — e lhe foram tirados — leia-se — e lhes foram tirados
- Pag. 317, linha 11, onde se lê — os ditos 574000 réis, — leia-se — os ditos 574000 p. r.
- Pag. 317, linha 20, onde se lê — e que se faz das tenças — leia-se — que se faz das tenças
- Pag. 317, linha 37, onde se lê — tem cada — leia-se — têm cada
- Pag. 318, linha 12, onde se lê — quanto se lhe não der — leia-se — quanto se lhes não der
- Pag. 318, linha 14, onde se lê — passe pela chancellaria, — leia-se — passará pela chancellaria
- Pag. 318, linha 17, onde se lê — ao 10 dias — leia-se — aos 10 dias
- Pag. 318, linha 20, onde se lê — Gonçalves de Sequeira, — leia-se — Gonçalves de Sequeira
- Pag. 318, linha 1, onde se lê — lhe mandasse — leia-se — lhes mandasse
- Pag. 319, linha 29, onde se lê — setembro — leia-se — setembro
- Pag. 319, linha 26, onde se lê — o conservou — leia-se — o conservou
- Pag. 319, linha 33, onde se lê — se não ossem — leia-se — se não ossem
- Pag. 320, linha 25, onde se lê — convem ordenar as cousas — leia-se — convem e p. r. ordenar as cousas
- Pag. 320, linha 28, onde se lê — sujeitando ao reitor — leia-se — sujeitando ao reitor
- Pag. 320, linha 27, onde se lê — por bem de lhe cometer — leia-se — por bem de lhes cometer
- Pag. 320, linha 31, onde se lê — e tem com as limitações — leia-se — e tem com as limitações
- Pag. 320, linha 34, onde se lê — isento e — leia-se — exempto e
- Pag. 320, linha 41, onde se lê — isentas, — leia-se — exemptas,
- Pag. 320, linha 42, onde se lê — sujeitas ao reitor — leia-se — sujeitas ao reitor
- Pag. 321, linha 29, onde se lê — lei por bem, ordeno e mando, — leia-se — lei por bem, ordeno e mando
- Pag. 322, linha 1, onde se lê — tem para si — leia-se — tem para si
- Pag. 322, linha 11, onde se lê — que lhe cabia — leia-se — que lhe cabia
- Pag. 323, linha 2, 8, 14, 17 e 19, onde se lê — sete — leia-se — sete
- Pag. 324, linha 27, onde se lê — a que for possível, — leia-se — a que for possível,
- Pag. 325, no título, onde se lê — historia — leia-se — historia
- Pag. 326, linha 8, onde se lê — vossa alteza v. r. Folhas 147 — leia-se — vossa alteza v. r. Registrado fol. 147.
- Pag. 326, linha 19, onde se lê — os que se lhe dão — os quaes
- Pag. 326, linha 30, onde se lê — porque ja lhe — leia-se — porque ja lhe
- Pag. 327, linha 1, onde se lê — setembro — leia-se — setembro
- Pag. 328, no título, onde se lê — historia — leia-se — historia
- Pag. 329, linha 2, onde se lê — tem os padres — leia-se — tem os padres
- Pag. 329, linha 6, onde se lê — tem tanto — leia-se — tem tanto
- Pag. 329, linha 30, onde se lê — por edificação — leia-se — por edificação
- Pag. 329, linha 35, onde se lê — que elles para isso tem — leia-se — que elles para isso tem
- Pag. 329, linha 17, onde se lê — contendo — leia-se — conteúdo
- Pag. 331, linha 3 e 5, onde se lê — e a — leia-se — e a
- Pag. 331, linha 24, onde se lê — dadas as cruzadas — leia-se — dadas as cruzadas
- Pag. 333, linha 6, onde se lê — En Bartholomeu — leia-se — En Bartholomeu

- Pag. 335, linha 22, onde se lê — da sancta — leia-se — de sancta
- Pag. 337, linha 3, onde se lê — seja levado em conta — leia-se — sejam levadas em conta
- Pag. 337, linha 24, onde se lê — doabo por el-rei — leia-se — doados por el rei
- Pag. 338, linha 12 e 16, onde se lê — sete mil cruzados — leia-se — septe mil cruzados
- Pag. 339, linha 12, 19 e 26, onde se lê — lhe — leia-se — lhes
- Pag. 340, linha 15, onde se lê — tem — leia-se — têm
- Pag. 341, linha 5 e 16, onde se lê — tem — leia-se — têm
- Pag. 341, linha 10, onde se lê — que na dicta agua tem, — leia-se — que na dicta agua têm,
- Pag. 341, linha ultima, onde se lê — criados — leia-se — criados
- Pag. 342, linha 3, onde se lê — treze — leia-se — treze
- Pag. 342, linha 15, onde se lê — l r — leia-se — ler
- Pag. 342, linha 31 e 38, onde se lê — conthenda — leia-se — contenda
- Pag. 343, linha 2 e 3, onde se lê — conthendos — leia-se — contendos
- Pag. 343, linha 4, onde se lê — conthenda — leia-se — contenda
- Pag. 344, linha 22, onde se lê — outhorrou — leia-se — outorgou
- Pag. 344, linha 25, onde se lê — que pode — leia-se — que p de
- Pag. 344, linha 39, onde se lê — elle mostrei — leia-se — elle mostrei
- Pag. 344, linha 41 e 42, onde se lê — conthenda — leia-se — contenda
- Pag. 345, linha 24, onde se lê — tem della — leia-se — têm della
- Pag. 346, linha 2, onde se lê — em directo pode, — leia-se — em directo pode,
- Pag. 346, linha 13, onde se lê — sua magestade — leia-se — sua magestade
- Pag. 346, linha 18, onde se lê — sua sanctidade, — leia-se — sua sanctidade,
- Pag. 346, linha 23, onde se lê — como se pode — leia-se — como se pode
- Pag. 347, linha 6, onde se lê — tem — leia-se — têm
- Pag. 347, linha 11, onde se lê — setembro — leia-se — setembro
- Pag. 347, linha 31, onde se lê — Decem se — leia-se — Decem se
- Pag. 348, linha 16, onde se lê — conthenda — leia-se — contenda
- Pag. 350, linha 24 e 25, onde se lê — apresentando lhe — leia-se — apresentando lhes
- Pag. 350, linha 32, onde se lê — necessarias — leia-se — necessarias
- Pag. 352, linha 7, onde se lê — conthendas — leia-se — contendas
- Pag. 352, linha 25, onde se lê — conthendas — leia-se — contendas
- Pag. 352, linha 35 e 41, onde se lê — e isento — leia-se — e exempto
- Pag. 352, linha 40, onde se lê — seculares e ecclesiasticos — leia-se — seculares, ecclesiasticos
- Pag. 353, linha penultima, onde se lê — conthendas — leia-se — contendas
- Pag. 354, linha 26, onde se lê — quarenta e sete — leia-se — quarenta e septe
- Pag. 356, linha 2, onde se lê — conthendas — leia-se — contendas
- Pag. 356, linha 21, onde se lê — the assim fará — leia-se — thes assim fará
- Pag. 357, linha 19 e 29, onde se lê — lhe — leia-se — lhes
- Pag. 357, linha 34, onde se lê — por elle tem — leia-se — por elle têm
- Pag. 358, linha 3, onde se lê — setembro — leia-se — setembro
- Pag. 359, linha 8, onde se lê — provincial dellas — leia-se — provincial della
- Pag. 359, linha 13, onde se lê — em elle odoutor — leia-se — com elle odoutor
- Pag. 359, linha 18, onde se lê — conselho, clauistro della, — leia-se — conselho e clauistro della,
- Pag. 359, linha 26, onde se lê — e isentos — leia-se — e exemptos
- Pag. 360, linha 6, onde se lê — e isentos — leia-se — e exemptos
- Pag. 360, linha 26, onde se lê — assenta — leia-se — assenta
- Pag. 360, linha 39, onde se lê — assenta — leia-se — assenta
- Pag. 360, linha 41, onde se lê — que tem — leia-se — que têm
- Pag. 361, linha 24, onde se lê — ser sujetos — leia-se — ser subjectos

- Pag. 361, linha 29, onde se lê — santidade — leia-se — sanctidade
 Pag. 361, linha 38, onde se lê — contheudo — leia-se — conteúdo
 Pag. 361, linha 39, onde se lê — outorgavam — leia-se — outorgavam
 Pag. 362, linha 6, onde se lê — outorgavam — leia-se — outorgavam
 Pag. 362, linha 26, onde se lê — ver e saber — leia-se — ver e saber
 Pag. 362, linha 40, onde se lê — conthédas — leia-se — conteúdos
 Pag. 363, linha 30, onde se lê — jurisdição — leia-se — jurisdição
 Pag. 364, linha 2 e 20, onde se lê — jurisdição — leia-se — jurisdição
 Pag. 364, linha 22, onde se lê — tem os mais estudantes — leia-se — tem os
 mais estudantes
 Pag. 365, linha 29, onde se lê — jurisdição — leia-se — jurisdição
 Pag. 365, linha 33, onde se lê — outorgaram — leia-se — outorgaram
 Pag. 365, linha 37 e 38, onde se lê — e desembargadores — leia-se — e de-
 desembargador
 Pag. 365, linha 17, onde se lê — de setembro — leia-se — de setembro
 Pag. 365, linha 23, onde se lê — acerca da jurisdição — leia-se — acerca da
 jurisdição
 Pag. 367, linha 18, onde se lê — setembro — leia-se — setembro
 Pag. 367, linha 26, onde se lê — tem — leia-se — tem
 Pag. 367, linha 32, onde se lê — lhes for — leia-se — lhes for
 Pag. 368, linha 5 e 21, onde se lê — que têm — leia-se — que têm
 Pag. 368, linha 25, onde se lê — setembro — leia-se — setembro
 Pag. 368, linha 31, onde se lê — lhe vende — leia-se — lhes vende
 Pag. 368, linha 18 e 22, onde se lê — Traxos Montez — leia-se — Traxos Montez
 Pag. 369, linha 26, onde se lê — para isso tem — leia-se — para isso tem
 Pag. 369, linha 31, 32, 33 e 37, onde se lê — lhe — leia-se — lhes
 Pag. 370, linha 14 e 15, onde se lê — lhe — leia-se — lhes
 Pag. 370, linha 27, onde se lê — for apresentada — leia-se — for apresentada
 Pag. 370, linha 33, onde se lê — Antonio Azenha — leia-se — Antonio Aze-
 nha
 Pag. 371, linha 6, onde se lê — contheudo — leia-se — conteúdo
 Pag. 371, linha 7, onde se lê — outorgados — leia-se — outorgados
 Pag. 371, linha 10 e 40, onde se lê — Antonio Azenha — leia-se — Antonio
 Azenha
 Pag. 371, linha 32, onde se lê — contheudos — leia-se — conteúdos
 Pag. 371, linha 34, onde se lê — Jeanne — leia-se — Johanne
 Pag. 371, linha 35, onde se lê — ler — leia-se — ler
 Pag. 371, linha 38, 41 e 42, onde se lê — contheudo — leia-se — conteúdo
 Pag. 372, linha 3, onde se lê — contheudo — leia-se — conteúdo
 Pag. 372, linha 17, onde se lê — tem — leia-se — tem
 Pag. 372, linha 19, onde se lê — que lhe — leia-se — que lhes
 Pag. 372, linha 33 e 34, onde se lê — lhe — leia-se — lhes
 Pag. 373, linha 5, onde se lê — lhe dareia — leia-se — lhes dareia
 Pag. 371, linha 2, onde se lê — firma — leia-se — firma
 Pag. 375, linha 2 e 13, onde se lê — contheudas — leia-se — conteúdos
 Pag. 375, linha 7, onde se lê — lhe cumpram — leia-se — lhes cumpram
 Pag. 377, linha 4, onde se lê — N. João de Langavarez — leia-se — N. João
 de Langavarez
 Pag. 377, linha 16, onde se lê — e sendo já preso — leia-se — e sendo já preso
 Pag. 377, linha 37, onde se lê — contheitos — leia-se — conteúdos
 Pag. 377, acrescenta-se no fim do documento XC4, a citação — *Idem*.
 Pag. 378, linha 3, onde se lê — tem — leia-se — tem
 Pag. 378, linha 8 e 15, onde se lê — lhe — leia-se — lhes
 Pag. 378, linha 17, onde se lê — lhe são os ditos — leia-se — lhes são os ditos
 Pag. 378, linha 31, onde se lê — lhe — leia-se — lhes

Pag. 379, linha 4, onde se lê — tem cada anno — leia-se — têm cada anno
 Pag. 379, linha 6, onde se lê — lhe sejam — leia-se — lhes sejam
 Pag. 379, linha 12, onde se lê — lhe dão — leia-se — lhes dão
 Pag. 379, linha 21, onde se lê — lhe sejam pagos — leia-se — lhes sejam pagos
 Pag. 381, linha 30, onde se lê — que lhe foram, e são outorgadas — leia-se — que lhes fossem dadas, e outorgadas
 Pag. 381, linha 41, onde se lê — contendo — leia-se — contido
 Pag. 382, linha 15, onde se lê — por não lhe é — leia-se — por não lhes é
 Pag. 382, linha 38, onde se lê — lhe foram, e são outorgados — leia-se — lhes foram, e são outorgadas
 Pag. 383, linha 1, onde se lê — o contendo — leia-se — o contido
 Pag. 386 A pag. 258 ha o titulo do documento relativo ao assumpto de 1517
 Pag. 387, linha 10, onde se lê — ver — leia-se — ver
 Pag. 387, linha 35, onde se lê — deante pode — leia-se — diante pode
 Pag. 388, linha 1, onde se lê — era de — leia-se — era
 Pag. 388, linha 1, onde se lê — me de setembro — leia-se — me de setembro
 Pag. 389, linha 20, onde se lê — de setembro — leia-se — de setembro
 Pag. 390, linha 18, onde se lê — lhe mantasse — leia-se — lhe se mantasse
 Pag. 396 e 397. D. Sebastião confirmou ainda o alvará de D. João III, relativo ao privilegio dos dous homens, em 27 de julho de 1517, no a termo seguintes.

**Privilegio dos dous homens, que o collegio escolhe para seu serviço,
que ficam escusos dos cargos do concelho**

D. Sebastião, por graça de Deus rei de Portugal, e dos Algarves daquem e d'além mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc. A quantos esta minha carta de concessão vierem, que saber, que por parte do reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra me disseram, que a carta do Frei menes de la e av, que sancta gloria haia, assigna la pelo ditor dindo Gonçalves Preto, d'um concelho, e chanceryeiro de meus reinos, e passa la pela chancaria, de que o traslado e o seguinte.

Dom João por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves daquém e d'além mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc. A todos os corregedores, ouvidores, juizes e justicias, oficiais e pessoas de meus reinos e senhorios, a quem esta minha carta testemunhavel fôr mostrada, saibades, que os padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra me disseram, que o dicto collegio tem um privilegio, por que eu lhe concedi por dous homens, que o reitor nomear para serviço do dicto collegio, sejam privilegiados; e porque lhes era necessario uma ou duas cartas testemunhavel com o traslado delle, para o proprio fim sempre no cartorio da dita collegio, lhes mandasse passar, do qual o traslado e o seguinte. Dom João por graça de Deus rei de Portugal, e dos Algarves, daquém e d'além mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc. Fazer saber a todos que esta minha carta vierem, que querendo eu fazer graça e merced por casola ao reitor e collegio da cidade de Jesus da cidade de Coimbra ha por bem e me praz que dous homens, que elles nomearem e escolharem para serviço do dicto collegio e o servirem nas cosas delle, sejam daqui em diante privilegiados e escusos de pagarem em portos, bulas, taboas, postos, e riquesas, empréstimos, nem em outros algums encargos, que pelos concelhos ou logares, onde forem moradores, forem lançados, nem sejam contrahidos

que vão com presos, nem com dinheiros, nem sejam tutores nem curadores de pessoa alguma, salvo se as tutorias forem lícitas, nem hajam officios do conselho contra suas ventades, nem lhes pensem em suas casas de morada, adegas nem cavallarias, nem lhes tomem seu pão, vinho, roupa, palha, cevada, lenha, gallinhas, nem gados e bestas de sella nem de albarda, salvo se trouxerem as ditas bestas ao gaulo, porque em tal caso não serão es-
cusas, nem lhes tomem seus bens, catos e mobílias, nem outras algumas cousas de seu contra suas ventades. Notifico o assi a todos os senhores ouvidores, corregedores, juizes, justizes e alcaides e a todas as pessoas de merecimentos e honras, a que esta carta chega, ou a traslado della em publica forma for mostrada, e o conhecimento della pertencer, e lhes mando que lha cumpram e guardem, e façam inteiramente cumprir e guardar sem duvida nem embargo a quem que a elle se já posto, porque assim é minha mere, e quem o contrario fizer e o assi não cumprir, pagará seis mil réis, metade para os captivos e outra metade para quem o accusar. E para se saber quão são os ditos dois homens que por esta carta são escusos e privilegiados na maneira que se nella contém, serão obrigados de mostrar ainda um delles certidão do reitor do dicto collegio, de como é nomeado para o serviço delle e o serve, e com a tal certidão houvera guardado este privilegio, e em outra maneira não. E por fôrça dello lhe mando dar esta carta, por mim assignada e assellada do meu sello pendente, Jorge da Costa a fez em Lisboa a 30 dias do mes de outubro, anno do nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo de 1534. Manuel da Costa a fez escrever. E trasladada a sumo o dicto privilegio, como dicto é visto o que no os ditos padres pediam, mando passar com o dicto traslado esta minha carta lha testemunhal pela qual vos mando, que ao dicto traslado seja dada inteira fôrça e autoridade, por ser tirado do proprio original que está por mim assignado. Cumpra o assim e al nom façades. Dada em esta minha cidade de Lisboa a 23 de janeiro de 1535 annos. Ezerer o mandou pelo doctor Simão Gonçalves Preto, do seu desembargo, e corregedor das fôrças civis com alçada nesta suacorte e casa da supplicação. Eu Barthazar de Freitas a fiz escrever e a subscrever.

Pedindo-me o reitor e padres do dicto collegio que lhas confirmasse esta carta, e visto seu requerimento, querendo lhas fazer graça e mere por esmolta, tenho por bom e lha confirmo e lha por confirmada, e mando que se cumpra e guarde inteiramente, assi e da maneira que se nella contém. Dada na cidade de Lisboa a 27 dias do mez de julho. Manuel Franco a fez, anno do nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo de 1577. E em Duarte Dias a fiz escrever. Rei.

Confirmação desta carta ao reitor e padres do collegio de Jesus da cidade de Coimbra, por que são vacantes dos cargos do conselho deus homens, que elles nominaem e escolherem para serviço do dicto collegio, e o serviço nas cousas dello. Pagou nada por ser por esmolta, em Lisboa a 28 de julho de 1577. E aos officiaes, 16010 réis, e ao escrivão das confirmações, Gaspar Machado da Regenta na chancellaria a folhas 129. Belchior Monteiro, Simão Gonçalves Preto.

Lic. 1.ª de confirmações citada, fol. 21 v. a 23

Pag. 397, linha 24, 31 e 34, onde se lê — lha se — lha se — lha se

Pag. 399, linha 7, onde se lê — de setembro — lha se — de setembro

Pag. 399, linha 30, onde se lê — tem ouvido — lha se — tem ouvido

Pag. 399, linha 31, onde se lê — lha se — lha se — lha se

Pag. 399, linha 36, onde se lê — não passam — lha se — não passam

Pag. 400, linha 19, onde se lê — ff. 66 e 66 v. — lha se — ff. 66 e 66 v.

- Pag. 403, linha 28, onde se lê — rethorica — leia-se — rhetorica
 Pag. 403, linha 29 e 31, onde se lê — setembro — leia-se — septembro
 Pag. 404, linha 23, onde se lê — senhor rei D. Sebastião — leia-se — senhor rei D. João III — como se viu a pag. 21.
 Pag. 406, linha 11, onde se lê — for — leia-se — fir
 Pag. 406, linha 13, onde se lê — doua — leia-se — duas
 Pag. 406, linha 22, onde se lê — e que eu fazia mercê — leia-se — e que eu faria mercê
 Pag. 406, linha ultima, onde se lê — tem — leia-se — tiem
 Pag. 407, linha 7, onde se lê — que tem — leia-se — que têm
 Pag. 407, linha 15, onde se lê — conteúdo — leia-se — contendo
 Pag. 407, linha 34, onde se lê — 8 de setembro — leia-se — 8 de septembro
 Pag. 408, linha 3, 5, 10 e 12, onde se lê — setembro — leia-se — septembro
 Pag. 408, linha penultima, onde se lê — de — leia-se — de em
 Pag. 410, linha 6, onde se lê — conteúdo — leia-se — contendo
 Pag. 411, linha 11, onde se lê — de levarem — leia-se — lhes levarem
 Pag. 411, linha 20 e 21, onde se lê — gozem, gozar — leia-se — gosem, gozar
 Pag. 411, linha 26, onde se lê — que lhe cumpram — leia-se — que lhes cumpram
 Pag. 412, linha 15, onde se lê — provisões delle. — leia-se — provisões delle.
 Pag. 412, linha 17, onde se lê — gozem — leia-se — gosem
 Pag. 412, linha 19, onde se lê — que tem e de que usam e podem gozar — leia-se — que tem e de que usam e podem gozar
 Pag. 412, linha 34, onde se lê — posto que não — leia-se — postoque não
 Pag. 414, linha 6, onde se lê — já na — leia-se — ja na
 Pag. 414, linha 14, onde se lê — ao 2º de agosto — leia-se — aos 29 de agosto
 Pag. 415, linha 3, onde se lê — ja nella — leia-se — ja na la
 Pag. 415, linha 24, onde se lê — Collegio das Artes — leia-se — collegio das Artes
 Pag. 416, linha 9, onde se lê — o, outro sim valerá posto que — leia-se — o outro sim valerá postoque
 Pag. 416, linha 24, onde se lê — a 9 de outubro — leia-se — a 1º de outubro
 Pag. 417, linha 27 e 28, onde se lê — o governasse e rezesse — leia-se — o governassem e rezassem
 Pag. 418, linha 6, onde se lê — lhe ensinarem — leia-se — lhes ensinarem
 Pag. 419, linha 30, onde se lê — posto que o — leia-se — postoque o
 Pag. 420, linha 6, onde se lê — leis, ou canoas — leia-se — Leis, ou Canoas
 Pag. 420, linha penultima, onde se lê — compridos, posto que — leia-se — compridos, postoque
 Pag. 423, linha 1, onde se lê — physica — leia-se — physica
 Pag. 423, linha 19, onde se lê — examinadores a saber, — leia-se — examinadores, a saber.
 Pag. 424, linha penultima, onde se lê — conteúdo — leia-se — contendo
 Pag. 425, linha 4, onde se lê — de interpretação — leia-se — de interpretação
 Pag. 425, linha 27, onde se lê — communente — leia-se — communmente
 Pag. 425, linha 28, onde se lê — fosse ja — leia-se — fosse ja
 Pag. 426, linha 13, onde se lê — tratando o — leia-se — tratando o
 Pag. 426, linha 25, onde se lê — communente — leia-se — communmente
 Pag. 426, linha 28, onde se lê — sete — leia-se — septe
 Pag. 426, linha 42, onde se lê — pellido lha — leia-se — pallido lhes
 Pag. 428, linha 33, onde se lê — terá uma oração — leia-se — terá uma oração
 Pag. 429, linha 18 e 22, onde se lê — setembro — leia-se — septembro
 Pag. 433, linha 31, onde se lê — posto que — leia-se — postoque
 Pag. 439, linha 34, onde se lê — subgritos — leia-se — subgritos

- Pag. 439, linha 5, onde se lê — declaradas: a saber, — leia-se — declaradas, a saber
- Pag. 439, linha 10, onde se lê — borzeguina — leia-se — borzeguina
- Pag. 439, linha 38, onde se lê — as pede — leia-se — as pede
- Pag. 451, linha 11, onde se lê — Posto que — leia-se — Postoque
- Pag. 451, linha 16, onde se lê — contendo — leia-se — conteúdo
- Pag. 451, linha 3, onde se lê — para eu ver — leia-se — para eu ver
- Pag. 454, linha 21, onde se lê — contendo — leia-se — conteúdo
- Pag. 454, linha 25, onde se lê — isenção — leia-se — exemption
- Pag. 451, linha 29, onde se lê — vossa altaza ver. — leia-se — vossa alteza ver.
- Pag. 455, linha 35, onde se lê — contendo — leia-se — conteúdo
- Pag. 455, linha 2, onde se lê — dar — leia-se — dar
- Pag. 455, linha 22, onde se lê — Na Apostilla, — leia-se — Na apostilla.
- Pag. 456, linha 27, onde se lê — para v. a. ver — leia-se — para v. a. ver
- Pag. 456, linha 33, onde se lê — do dicto — leia-se — do dicto
- Pag. 456, linha 40, onde se lê — contendo — leia-se — conteúdo
- Pag. 458, linha 1, onde se lê — 900,000 reis — leia-se — 900 mil
- Pag. 458, linha 37, onde se lê — tem necessidade, que se lhe guardem — leia-se — tem necessidade, que se lhe guardem
- Pag. 458, linha 43, onde se lê — nelles declarados — leia-se — nelles declarados
- Pag. 459, linha 2 e 21, onde se lê — forem — leia-se — forem
- Pag. 459, linha 7, onde se lê — que se lhe cumpram — leia-se — que se lhes cumpram
- Pag. 459, linha 10, onde se lê — lhe nissa porem — leia-se — lhes nissa porem
- Pag. 459, linha 15, onde se lê — minhas — leia-se — minhas
- Pag. 459, linha 20, onde se lê — posto que — leia-se — postoque
- Pag. 459, linha 25, onde se lê — ver todo — leia-se — ver todo
- Pag. 459, linha 30, onde se lê — pelo que tem — leia-se — pelo que tem
- Pag. 459, linha 35, onde se lê — alteza ver. — leia-se — alteza ver.
- Pag. 461, linha 3, onde se lê — ao de latim — leia-se — ao de latim
- Pag. 461, linha 32, onde se lê — daquem e dalem mar — leia-se — daquém e dal m mar
- Pag. 462, linha 29, onde se lê — universidades, — leia-se — universidades,
- Pag. 462, linha 2, onde se lê — ver — leia-se — ver
- Pag. 463, linha 12, onde se lê — daquem e dalem mar — leia-se — daquém e dal m mar
- Pag. 464, linha 11, onde se lê — daquem e dalem mar — leia-se — daquém e dal m mar
- Pag. 465, linha 23, onde se lê — e posto que — leia-se — e postoque
- Pag. 465, linha 32, onde se lê — de 1577, — leia-se — de 1573;
- Pag. 465, linha 33, onde se lê — de 20 de janeiro de 1577, e por 10.º de novembro de 1581 — leia-se — 20 de janeiro de 1577, e por 10.º de novembro de 1581
- Pag. 465, linha 36, onde se lê — 1.º de novembro de 1581, vol. 20 a 21 — leia-se — 1.º de novembro de 1581, vol. 20 a 21
- Pag. 465, linha 11, onde se lê — comitem — leia-se — comitem
- Pag. 465, linha 21, onde se lê — certa f. da — leia-se — certa f. da
- Pag. 465, linha 1, onde se lê — por que das Magestades — leia-se — por que das Magestades
- Pag. 465, linha 6, onde se lê — Algarves, daquem e dalem — leia-se — Algarves, daquem e dal m
- Pag. 465, linha 7, onde se lê — da Ethiopia — leia-se — de Ethiopia
- Pag. 465, linha 24, onde se lê — setecentos e soldos — leia-se — setecentos e soldos

- Pag. 450, linha 1, onde se lê — á fonte — leia-se — á fonte
 Pag. 451, linha 12, onde se lê — trezentas — leia-se — trezentas
 Pag. 451, linha 23, onde se lê — magestade ver — leia-se — magestade ver
 Pag. 451, linha 27 e 28, onde se lê ~~setecentos~~ — leia-se — ~~setecentos~~
 Pag. 451, linha 29, onde se lê — duzentas setenta e tres — leia-se — duzen-
 tas e septenta e tres
 Pag. 452, linha 3 e 8, onde se lê — Sam Fins — leia-se — S. Fins
 Pag. 452, linha 5, onde se lê — daquem e dalem mar — leia-se — daquém e
 dalem mar
 Pag. 452, linha 32 e 33, onde se lê — desotto — leia-se — dagoito
 Pag. 453, linha 6, onde se lê — trezentos — leia-se — trezentos
 Pag. 453, linha 7 e 24, onde se lê — Sam Fins — leia-se — S. Fins
 Pag. 453, linha 12, onde se lê — trezentos — leia-se — trezentos
 Pag. 453, linha 27, onde se lê — setembro — leia-se — setembro
 Pag. 453, linha 28, onde se lê — chancelier mor, — leia-se — chancelier mor,
 Pag. 454, linha 3, 9, 18 e 37, onde se lê — Sam Fins — leia-se — S. Fins
 Pag. 454, linha 6, onde se lê — daquem e dalem mar — leia-se — daquém e
 dalem mar
 Pag. 454, linha 15, onde se lê — de Froyam — leia-se — de Prajão
 Pag. 455, linha 4, onde se lê — trezentos — leia-se — trezentos
 Pag. 455, linha 15, onde se lê — Sam Fins — leia-se — S. Fins
 Pag. 455, linha 20, onde se lê — setembro — leia-se — setembro
 Pag. 455, linha 21, onde se lê — chancelier mor — leia-se — chancelier mor
 Pag. 456, linha 8, 17 e 32, onde se lê — Sam Fins — leia-se — S. Fins
 Pag. 456, linha 6, onde se lê — daquem e dalem mar — leia-se — daquém e
 dalem mar
 Pag. 456, linha 31, onde se lê — trezentos e — leia-se — trezentos e
 Pag. 457, linha 6, onde se lê — trezentos — leia-se — trezentos
 Pag. 457, linha 10, 30 e 37, onde se lê — Sam Fins — leia-se — S. Fins
 Pag. 457, linha 19, onde se lê — majestade — leia-se — magestade
 Pag. 457, linha 21, onde se lê — setembro — leia-se — setembro
 Pag. 457, linha 21 e 22, onde se lê — chancelier mor, — leia-se — chancelier-
 mor,
 Pag. 457, linha 33, onde se lê — daquem e dalem mar — leia-se — daquém
 e dalem mar
 Pag. 458, linha 8, 21 e 37 onde se lê — de Sam Fins — leia-se — de S. Fins
 Pag. 458, linha 20, onde se lê — trezentos e setenta — leia-se — trezentos e
 septenta
 Pag. 458, linha 31, onde se lê — sello — leia-se — sello
 Pag. 458, linha 32, onde se lê — vinte e sete — leia-se — vinte e septe
 Pag. 458, linha 41, onde se lê — setembro — leia-se — setembro
 Pag. 458, linha 41, onde se lê — setecentos — leia-se — septecentos
 Pag. 459, linha 1, onde se lê — trezentos — leia-se — trezentos
 Pag. 459, linha 7, 14, 21 e 31, onde se lê — Sam Fins — leia-se — S. Fins
 Pag. 459, linha 11, onde se lê — daquem e dalem mar — leia-se — daquém
 e dalem mar
 Pag. 459, linha 18, onde se lê — o seguinte — leia-se — o seguinte:
 Pag. 459, linha 23 e 25, onde se lê — thea — leia-se — the
 Pag. 459, linha 25, onde se lê — usen — leia-se — use
 Pag. 459, linha 26, onde se lê — usen — leia-se — use
 Pag. 460, linha 3, onde se lê — trezen — leia-se — trezen
 Pag. 460, linha 8, onde se lê — sello — leia-se — sello
 Pag. 460, linha 13, onde se lê — trasladada — leia-se — trasladada
 Pag. 460, linha 14, onde se lê — de Sam Fins — leia-se — de S. Fins
 Pag. 460, linha 19, onde se lê — setembro — leia-se — setembro

- Pag. 461, linha 35, onde se lê — daquem e dalem mar — leia-se — daquim e dal m mar
- Pag. 461, linha 6, onde se lê — Sam Pedro — leia-se — S. Pedro
- Pag. 461, linha 33, onde se lê — fir — leia-se — fir
- Pag. 461, linha penultima, onde se lê — um al não — leia-se — um al nom
- Pag. 462, linha 13, onde se lê — tr. zentas — leia-se — tresentas
- Pag. 462, linha 26, onde se lê — chancelier mor — leia-se — chancelier-mór
- Pag. 462, linha 30, onde se lê — setecentos — leia-se — septecentos
- Pag. 462, linha 33, onde se lê — sete — leia-se — a pta
- Pag. 463, linha 4, onde se lê — daquem e dalem mar — leia-se — daquim e dal m mar
- Pag. 463, linha 5, onde se lê — conquista navegação — leia-se — conquista, navegação
- Pag. 463, linha 11, onde se lê — audiencias — leia-se — audiencias
- Pag. 463, linha 21, onde se lê — ja — leia-se — ja
- Pag. 463, linha 17, onde se lê — como tem pedido — leia-se — como têm pedido
- Pag. 463, linha 20, onde se lê — se pode fazer — leia-se — se pode fazer
- Pag. 463, linha 21, onde se lê — comitta — leia-se — comitta
- Pag. 463, linha 22, onde se lê — se la — leia-se — se lá
- Pag. 463, linha 11, onde se lê — fizase — leia-se — fizase
- Pag. 463, linha 6, onde se lê — cometterem se — leia-se — cometterem-se
- Pag. 463, linha 10, onde se lê — bix se — leia-se — bix se
- Pag. 463, linha 30, onde se lê — e se algum por algum anno — leia-se — e se por se o anno
- Vide pag. 463 a 531, onde este documento vai publicado com algumas variantes
- Pag. 469, linha 25 e 27, onde se lê — llos — leia-se — llos
- Pag. 471, linha 4, onde se lê — nem llos — leia-se — nem llos
- Pag. 471, linha 31, onde se lê — compridamente — leia-se — compridamente
- Pag. 472, linha 6, onde se lê — con façadas — leia-se — con façadas
- Pag. 472, linha 1, onde se lê — vinte o te — leia-se — vinte septe
- Pag. 472, linha 25, onde se lê — trasladada — leia-se — trasladada
- Pag. 472, linha 27, onde se lê — llos temem — leia-se — llos temem
- Pag. 472, linha 28, onde se lê — e pagavam — leia-se — e pagou
- Pag. 472, linha 31, onde se lê — de setembro — leia-se — de setembro
- Pag. 472, linha 32, onde se lê — chancelier mor — leia-se — chancelier mór
- Pag. 472, linha 34, onde se lê — setecentos — leia-se — septecentos
- Pag. 472, linha 35, onde se lê — trezentas e sessenta — leia-se — trezentas e sessenta
- Pag. 473, linha 6, onde se lê — dois mil — leia-se — dois mil
- Pag. 473, linha 7, onde se lê — zentas — leia-se — zentas
- Pag. 473, linha 21, onde se lê — magestade ver — leia-se — magestade ver
- Pag. 473, linha 24, onde se lê — chancelier mor — leia-se — chancelier-mór
- Pag. 473, linha 24 e 25, onde se lê — trezentos réis — leia-se — trezentos réis
- Pag. 473, linha 27 e 29, onde se lê — setenta — leia-se — a pta
- Pag. 473, linha 16 e 17, onde se lê — commendador mor — leia-se — commendador mor
- Pag. 473, linha 13, onde se lê — Persia, Arabia — leia-se — Arabia, Persia
- Pag. 473, linha 28, onde se lê — San t llo — leia-se — Sancto Ingo
- Pag. 473, linha 29, onde se lê — de Torperis — leia-se — de Torperiz
- Pag. 473, linha 10 e 11, onde se lê — commendador mor — leia-se — commendador-mór

- Pag. 482, linha 11, onde se lê - criarem - leia-se - crearem
 Pag. 482, linha 13, onde se lê - já - leia-se - ja
 Pag. 483, linha 26 e 29, onde se lê - commendador mor - leia-se - com-
 mandador mor
 Pag. 484, linha 10, onde se lê - Para e prior - leia-se - Para o prior
 Pag. 484, linha 12, onde se lê - São Pedro - leia-se - S. Pedro
 Pag. 485, linha 24, onde se lê - lhe assignarem - leia-se - lhe assigna-
 rem
 Pag. 485, linha 32, onde se lê - tratarem - leia-se - tractarem
 Pag. 486, linha 15, onde se lê - de posse del a - leia-se - de posse della
 Pag. 487, linha 21, onde se lê - tratarem - leia-se - tractarem
 Pag. 488, linha 8, onde se lê - foides - leia-se - foides
 Pag. 488, linha 32, onde se lê - que forem - leia-se - que forem
 Pag. 488, linha 40, onde se lê - propriedades - leia-se - propriades
 Pag. 489, linha 3, onde se lê - forem - leia-se - terem
 Pag. 489, linha 23, 24 e 25, onde se lê - lhe - leia-se - lhes
 Pag. 489, linha 30, onde se lê - setembro - leia-se - septimuro
 Pag. 490, linha 21 onde se lê - lhe - leia-se - lhe
 Pag. 490, linha 22 e 23 onde se lê - commetterem, commetter - leia-se -
 commetterem, cometter
 Pag. 490, linha 20, onde se lê - comprirem - leia-se - cumprirreis
 Pag. 491, linha 25 e 26, onde se lê - (AROKAI IKANIK - leia-se - O CANTAL
 INIANTE)
 Pag. 492, linha 4 e 22, onde se lê - vir - leia-se - ver
 Pag. 492, linha 35, onde se lê - já - leia-se - ja
 Pag. 495, linha 5, onde se lê - que tem - leia-se - qui tem
 Pag. 496, linha 21, onde se lê - ou forem novadas - leia-se - ou forem no-
 vilas
 Pag. 500, linha 3, onde se lê - tem del rei - leia-se - têm del rei
 Pag. 503, linha 20, onde se lê - posto que a - leia-se - posto que a
 Pag. 504, linha 18 e 21, onde se lê - lhe foram - leia-se - lhos foram
 Pag. 505, linha 8, onde se lê - setembro - leia-se - setembro
 Pag. 505, linha 26, onde se lê - lhe foram - leia-se - lhos foram
 Pag. 507, linha 38, onde se lê - al não fugades - leia-se - ao não fugades
 Pag. 507, linha 39, onde se lê - sete dias - leia-se - sete dias
 Pag. 508, linha 4, onde se lê - e de maneta - leia-se - e da maneta
 Pag. 508, linha 5, onde se lê - sete - leia-se - septe
 Pag. 508, linha 8, onde se lê - trezentas - leia-se - trescentas
 Pag. 508, linha 20, onde se lê - ver - leia-se - ver
 Pag. 508, linha 29, onde se lê - setenta - leia-se - septenta
 Pag. 509, linha 16, onde se lê - lhe cumpram - leia-se - lhes cumpram
 Pag. 510, linha 12, onde se lê - saber saber - leia-se - saber
 Pag. 510, linha 22, onde se lê - setem - leia-se - septem
 Pag. 511, linha 3 e 4, onde se lê - e qui tocar os papais, e escreverem o
 que elle lhes mandar, para ao tombo de S. Pedro de Pedras - leia-se -
 os papais, e escreverem o que elle lhes mandar para o que tocar ao tom-
 bo de S. Pedro de Pedras
 Pag. 511, linha 18, onde se lê - captivos - leia-se - os captivos
 Pag. 512, linha 12 onde se lê - já - leia-se - ja
 Pag. 512, linha 21, onde se lê - Vaz de Campos - leia-se - Vaz de
 Campos
 Pag. 515, linha 9 onde se lê - convertida - leia-se - convertida
 Pag. 515, linha 15, onde se lê - tem ja - leia-se - tem ja
 Pag. 515, linha 28, onde se lê - pode saber - leia-se - pode saber
 Pag. 516, linha 3, onde se lê - já tem - leia-se - ja tem

Pag. 518, linha 20, onde se lê — *Liz. 1.º fl. 124 v. e 126.* — leia-se — *Liz. 1.º estado, fl. 124 v. e 126.*

Pag. 519, linha 12, onde se lê — *escrevão e medições* — leia-se — *escrivão da melhoria*

Pag. 519, linha 30, onde se lê — *Luiz Guma* — leia-se — *Luiz da Guma*

Pag. 520, linha 26, onde se lê — *ferdes* — leia-se — *ferdes.*

Pag. 520, linha 38, onde se lê — *forem* — leia-se — *förem*

Pag. 521, linha 11, onde se lê — *forem* — leia-se — *förem*

Pag. 521, linha 26, onde se lê — *setembro* — leia-se — *septembro*

Pag. 521, linha 28, onde se lê — *ver* — leia-se — *ver*

Pag. 524, linha 13, onde se lê — *mandei ver* — leia-se — *mandei ver*

Pag. 524, linha 15, onde se lê — *forem* — leia-se — *förem*

Pag. 525, linha 13, onde se lê — *Notificava* — leia-se — *Notifico* vol-o

Pag. 525, linha 17, onde se lê — *setembro* — leia-se — *septembro*

Pag. 525, linha 21, 24, 27, 29, 32 e 33, onde se lê — *valas* — leia-se — *vallas*

Pag. 526, linha 5, 9, 24 e 27, onde se lê — *valas* — leia-se — *val'as*

Pag. 526, linha 6, 12, 29 e 30, onde se lê — *Monte mor-o velho* — leia-se — *Monte Mor-o Vello*

Pag. 526, linha 19, onde se lê — *passado* — leia-se — *passado*

Pag. 526, linha 21, onde se lê — *forem* — leia-se — *förem*

Pag. 526, linha 28, onde se lê — *Para v. a. ver.* — leia-se — *Para v. a. ver.*

Pag. 527, linha 2, 8, 11, 12, 18, 21, 25, 28 e 31, onde se lê — *valas* — leia-se — *vallas*

Pag. 527, linha 18 e 26, onde se lê — *ver* — leia-se — *ver*

Pag. 527, linha 22 e 29, onde se lê — *Monte-mor-o-velho, Monte mor,* — leia-se — *Monte Mor-o Vello, Monte Mor.*

Pag. 528, linha 2, onde se lê — *Para v. a. ver.* — leia-se — *Para v. a. ver.*

Pag. 528, linha 7 e seguintes. Este alvará já estava impresso a pag. 464 e 465, e por equívoco se imprimiu novamente nesta pagina.

Pag. 529, depois da linha 7. Este documento foi publicado com algumas variantes a pag. 469 e 470.

Pag. 530, linha 30, onde se lê — *forem estimadas* — leia-se — *förem estimadas*

Pag. 536, linha 21, onde se lê — *forem* — leia-se — *förem*

Pag. 537, linha 41, onde se lê — *forem* — leia-se — *förem*

Pag. 538, linha 4, onde se lê — *forem* — leia-se — *förem*

N. B. Alguns poucos documentos desta collecção encontram-se também no 1.º vol. das *Provis da Dedução Chronologica e Analytica*, e de quasi todos se deu conhecimento á Universidade, como pode ver-se dos livros das provisões e dos registos d'ellas existentes na secretaria daquelle estabelecimento scientifico.

Esqueceu mencionar no logar respectivo as seguintes correções:

Pag. 176, linha 6, onde se lê — *declarem* — leia-se — *declare*

Pag. 203, linha 27, onde se lê — *que se* — leia-se — *que se*

Pag. 403, linha 3, onde se lê — *examinadores* — leia-se — *exames*

Pag. 409, indicar que um documento, sumante no XV, tem no livro 1 das provisões, fl. 86, da secretaria da Universidade, a data de 18 de agosto de 1559;

E inserir os documentos que são indicados para as

Pag. 186, 200, 206, 226, 263, 389, 400 e 446

Pag. 186, faltou a seguinte carta.

VIII A

Doenças ordinarias em Coimbra, e perda do campo
com o curso das areias

Carta do cardeal infante D Henrique sobre se stalharem
as doenças ordinarias da cidade de Coimbra, e outros trabalhos
que vao em muito crescimento

Juiz, vereador e procurador da cidade de Coimbra, ou el rei vos en-
vio muito saudar. Eu escrevo aos priores e rectores de todas as ~~escolas~~
collegios dessa cidade, e ao cabido da sé della, e assim ao reitor da Uni-
versidade, que vos juntem todos com o burgo sendo presentes, para que
todos juntem como partes, a que vae tanto no temedo das doenças
ordinarias da dieta cruide, e de outros trabalhos que vao em tanto cre-
scimento assenteis quere são as principais causas das dietas doenças, e da
perda do campo que se n intermido, que se vae danificando muito com
curso das areias, e que mais convem a elas para se tudo isto melhor poder
remediar. Pelo que vos agradeço os vossos presentes a isso e me escreva-
des o que assentardes, para com vossa intermediação prover logo no a dita
dieta, e mandar executar os meios, que vos parecerem necessarios. Dn. Jo-
ão F. mndra a fez em Lisboa a 2 d. janeiro de 1567. Baltazar da Costa a
faz escrever. — O Cardeal Infante

Para os officiaes da Camara de Coimbra. — Para vossa alteza ver

*Lettere delle carte originali delle cose, de 1489 a 1571, no archio da camara
municipal de Coimbra, p. 341.*

Pag. 186, faltou o seguinte documento

VIII B

Peste em Coimbra

Por cartas da camara dessa cidade entenderam os senhores governa-
dores que o mal da peste, lo que Deus n. o fixo atri ha entrado muito e
sentiram suas sentenças tão particularmente estas novas, como a razão se
entenderam juntamente que, para se acabar a este trabalho, havia grande
falta de todas as ~~coisas~~ para os necessarios, e em particular de dinheiro,
que é o principal mezzo do remedio de Deus, e para que elle lhe n. o de-
man tam suas sentenças, que ~~nessa~~ cidade se n. o a temer a lanca de
n. o cruzados de finta pelos tractores della e porque, para elle se
braxim, não poderá deixar de haver dilação, e ella será de muito danoso

para o mal, hão os senhores governadores por serviço de sua magestade que v. m. mande emprestar logo á camara mil cruzados da renda da Universidade, que se lhe tornarão a pagar do dinheiro da linta ou por conta da fazenda de sua magestade, e está necessario que ordene v. m. que isto se faça com celeridade, porque assim cumpre para o que se pretende; e muito estimará suas alturas saber, que accede v. m. a este trabalho com sua assistência, e animo com ella esse povo, e esperam, que com isto Nosso Senhor se preserve de lhe dar saude muito brevemente; e disto avisaram os da governança como era razão que o fizessem.

Faço esta na casa do governo, e por isso não tracto de minha nella. — Guardo. De is v. m. como deo seja.

De Alcochete 22 de abril de 99. Christovão Soares. — A qual carta o senhor reitor mandou aqui registasse, o que eu fiz bem e fielmente, e ella lhe ficou em poder. Em Coimbra a 7 de maio 99. — João de Barreira.

Registo das providências na secretaria da Universidade, tomo 2.º fl. 9.

Pag. 186, faltou a seguinte carta.

VIII C

Peste em Coimbra

Dom Philippe por graça de Deus rei de Portugal, e dos Algarves daquém e dalém mar etc. Africa, senhor de Guiné etc. como protector que sou da Universidade de Coimbra faço saber a vós reitor e conselheiros que eu vi a carta que me escrevestes, sobre se haverem de abrir as escholas, e a este particular os meus governadores vos respondem. Enquanto ao curso deste anno passado dos estudantes, que se interrompeu por razão da peste, não me parece que se lhe leve em conta tempo algum aos estudantes, que se foram antes do Natal, e os que até o dicto tempo ali estiveram o poderão provar para se lhe levar em conta, para fazerem seu curso, e assim os mais que receberam até se fecharem as escholas poderão provar o que mostrarem ter cursado. El rei nosso sr. o mandou pelo presidente e deputados do despacho da mesa da consunção e ordena. Antonio de Paiva a fez em Lisboa a 2 de outubro 1569 annos. Fernão Marcos Botelho a fez escrever. Antonio de Menelouça P. — M. Teixeira. Dom Antonio Mascarenhas. A. de Sousa. Pedro de Oliveira.

(Registo das providências na secretaria da Universidade, tomo 1.º, fl. 351 r.º)

Pag. 186, faltou a seguinte providência.

VIII D

Peste em Coimbra

Eu el-rei, como protector que sou da Universidade de Coimbra, faço saber aos que este alvará virem, que havendo respito a se cerrarem as

escolas da dieta Universalidade o anno passado de noventa e nove, e cessarem as lições dellas desde o principio do foyeiro da dieta anno em diante por causa do mal da peste, que então houve na dita cidade, e ao detrimento que os estudantes padeceriam se perdessen o curso da dita anno; e respeitando tambem pezarão assim a dieta Universalidade, a quem folgo de fazer merec e favor, hei por bem e me praz que os estudantes que no dito anno passado formam a dieta Universalidade e se matricularem nella, se levem em conta do dito anno quatro vezes para jurarem ao tempo que cursarem possam fazer seus cursos conforme os estatutos da dieta Universalidade, e outrosim me praz que nos que no mesmo anno tiveram seu curso de leitura, e o não poderam acabar pela dita causa, e tornarem a continual-o o anno presente, se lexy o tempo do anno passado, e se agora vão fazendo por continuo de ventura, sem embargo do seu interposição, o que todos os estudantes, que o anno passado foram a dita Universalidade e se matricularam nella, possam votar o anno presente no processo das cadeiras vagas e que vagarem, sem embargo de o anno passado, e o prazo do curso inteiro nem estarem na Universalidade, e que os estatutos dellas possam vagar este anno por seis dias seguintes, o que assim me praz em, e embargo de quizesquer estatutos da dieta Universalidade, que em contrario haja. E mudo ao reitor, leites e deputados della, que este alvará cumpram e guardem, e façam inteiramente cumprir e guardar como nelle se contém, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario. Extensão da Carta o fez em Madrid a dezasseis de março de mil seiscientos. — Rei. — Alvará da Universidade de Coimbra para vossa magestade ver Pedro Barbosa Francisco Nogueira...

Registe-se e cumpra-se 10 de abril 1740. Alvaro Furtado de Mendonça, reitor.

(Regido das provisões na secretaria da Universidade, tomo 1.º, ff. 363 e 364.)

Pág. 185, faltou o seguinte alvará.

VIII E

Entulho da lagoa da cerca do collegio de Sancto Thomaz

Eu el-rei, como protector que sou da Universidade da cidade de Coimbra faço saber a vós reitor e deputados da fazenda della, que haveis lo respectivo ao que na petição, escripta na outra mesa folhiadenta dizem o reitor e deputados do collegio de Sancto Thomaz dessa cidade, vista vossa informação, hei por bem de lhe fazer merec de vós dar licença, para que das rendas dessa Universidade, lhe deem e façam entregar cincoenta cruzados, para que ahi se entulhe a lagoa de que fazem menção, e por este, que não passare pela chancellaria, com conhecimento do reitor do dito collegio, em que eu fiz, que recbeu os ditos cincoenta cruzados, mande que se lhe levem em conta á pessoa, que dellas lhe fizer pagamento. Alvaro Jorge Varela o fez em Lisbona a 6 de outubro de 1745. Por João Maria Botelho o fez o secretario. — Rei. — Antonio de Mendonça P.

Ha vossa magestade por bem, como protector que sou da Universidade de Coimbra, que das rendas della se deem ao reitor do collegio de Sancto

Thomaz da dieta cidade cincuenta cruzados para o entulho da lagoa acima declarada; e que este não passe pela chancelaria.

E tinha o escripto-se e registre-se em Lisboa a 27 de junho de 1660. Dom Francisco de Castro, reitor. A qual providão aqui trasladada bem e debidamente de verbo ad verbum, e a propria tornou á parte para se fazer mandado. Em Coimbra hoje 27 de agosto de 1665. Dom Ines Gomes o escrevi.

Dom Ines Gomes

Registo das providências na secretaria da Universidade, tom. 2.º fol. 321.

Pag. 260, faltou a seguinte carta

NIX A

Presidencia de actos de bachareis e licenciados em Artes

Ayres da Silva. Eu el rei vos envio muito saudar. Por alguns justos respectos, que me a isso moveu, hei por bem que daqui em diante não el rei nem a real cãmara que nessa Universidade se enja presidente para os actos de terhar lis e licenciado . . . em Artes, que em cada um anno se examinam no collegio das Artes dessa cidade, por quanto eu tenho ordenado por estatutos que de ao dicto collegio, que um dos padres da companhia de Jesus sia presidente nos dictos actos, os quales estatutos hei por bem que se cumpram e guardem como se nelleis contem, e nesta parte hei por derogatoria os da dicta Universidade, e simente podereis allegar ás vras mestre, em Artes para serem examinadores nos actos dos licenciados com os ditos padres da companhia e informem aos dictos estatutos do collegio. E esta minha carta fareis registar no livro do conselho para se assim haver de cumprir. Jorge da Costa a fez em Lisboa a 28 de abril de 1566. O conher reitor Ayres da Silva a mandou registar. (Paulo de Barros a escreveu). a fez escrever.

Registo das providências na secretaria da Universidade, tom. 1.º, fl. 248.

Pag. 266, faltou a seguinte carta.

XXV A

Propina de duzentos reis nos doutoramentos levem somente os guardas

Dom Philippe por graça de Deus rei de Portugal, e dos Algarves daquém e d'aquém mar em Africa, senhor de Guiné etc. Tendo visto a vossa petição da Universidade de Coimbra, que havendo respeito ao que na petição escripta na carta minha fallada heita dizem Sebastião Paes e Duarte Gonçalves Gil guardas do collegio dos padres da companhia, e a vossa informação, hei por

bem e me praz, que cada um delles haja de propinas em doutoramento somente dizeitos reis, e nos mais autos, conforme aos estatutos d'essa Universidade sem embargo de algum, que ha a em contrario.

El-rei passo a chor o mandado p'los deputados da mesa da consciencia e ordena, Valerio Lopes a fez em Lisboa aos 27 de julho de 1587. Aqui eslavam os signados do Outgo Daydo — Antonio Pescano. — l. tinha o com pra se o signal de Dom Fernão Martins Mascarenhas.

Todo o qual aqui regista bem e fielmente, e tornei a parte aos 18 de junho de 1587 annos. — Antonio de Barreira.

(Registo das providências na secretaria da Universidade, tom. 2.º, fl. 381).

Pag. 226, faltou o seguinte alvará.

NLVII

Gráo do bacharel, licenciado e mestre em Artes a Dom Alexandre, sobrinho de el-rei D. Philippe

Eu el-rei como protector que sou da Universidade de Coimbra, hei por bem e mando, que a Dom Alexandre, meu muito prezado sobrinho, se de o grau de bacharel em Artes dentro do collegio dos religiosos da companhia de Jesus da dita cidade, e que para isso seja examinado particularmente fora da aula em que os dictos exames e autos se fazem, pelos examinadores que foram e anno passado, de noventa e seis, porquanto nelle se heo vera elle de graduar, e se não fez por esperar a ordem minha, do modo em que lhe havia de ser dado o dicto grau; e sendo algum dos dictos examinadores ausente ou impedido, hei por bem que se fa religiozo da companhia, nemem o dicto reitor outro em seu lugar, qual he e em parvoez, e se for examinador da Universidade impedido, o reitor de y nomeará outro em seu lugar, e no exame estarão todos sentados igualmente em cadeiras, e isto se fara assim, tendo Dom Alexandre na idade necessarias para receber o dicto grau de bacharel; e entrona hei por bem que lhe se am dadas os graus de licenciado e mestre em Artes, no mosteiro de Santa Cruz pelo prior d'elle, vicescancellario da Universidade, sem precederem os autos e argumentos das mesas auguara e parvas, e outras solemnidades dos estatutos, e sem embargo de lhe faltarem de quarenta e cinco mezes de cursos, por: em tudo isto hei por bem de dispensar por esta vez somente, não obstante os estatutos da dita Universidade em contrario. P' pagará Dom Alexandre as propinas que se deverem dos dictos autos aos officinaes e á aula da Universidade; e mando que este alvará se cumpra assim como nelle se contém sem davia nem embargo d'algum, postoque não seja passado pela chancellaria, sem embargo da ordenação em contrario Thomé de Andrade o fez em Madrid a 24 de fevereiro de 1587. — Rei

(Registo das providências na secretaria da Universidade, tom. 1.º, fl. 541).

mudo para outra, que lhe seja mais commodos para suas indagações; e para a despesa do canhoto lhe dá 100 ducados e 1/2 por uma vez, das rendas dessa Universidade. E esta carta se registrará no livro de a para a 1.ª de o tempo, saber o que se ou por ella mandou. Escrita em Madrid a 14 de abril de 1697. — Rei.

Para a Universidade de Coimbra Por el Rey. Ao reitor, leites, deputados e conselheiros da Universidade de Coimbra.

Conceda com a propria carta. E. e. Coimbra, 2 de outubro de 94. Gregorio da Silva.

Registro das provisões na secretaria da Universidade, tom 1.º, fl. 311 v.

Pag. 263, falta inserir a seguinte carta

XXI B

Jubilação do lonte de Prima Francisco Soares

Deus Philippe por graça de Deus rei de Portugal, e dos Algarves da qual e d'eltes mar e do Alentejo, e da conquista, conservação e conservação do Flandes, Andorra, Pessum, e da Indivisa. Comproteção que sou da Universidade de Coimbra fago e ordeno que esta carta se venha, que por parte do doutor Francisco Soares, da companhia de deus, lonte da cidade de Prima na dita Universidade, se lhe apresenta na mesa da consistoria e ordena um cartão, assignado pelo reitor da dita Universidade, e sellado com o sell do dito rei, que o reitor, a quem se por provisão minha, de 4 de setembro de 1620, mandara ler o dito doutor mais deus annos a dicta cidade havendo respeito a suas creanças, e que as cidades elles possam gozar, e por que são acabados, me pedia lhe mandasse passar sua carta de jubilação em forma, e visto por mim, e requerimento, me por bem e me praz de o haver por jubilação na dicta cidade de Prima da dita Universidade, e goze e use de todos os honras, preeminencias, privilegios, liberdades e prerogativas, e honras nas lentes jubilações, e haja o ordenado, prout e prout deos que pelos estatutos lhe pertencem, pois que sendo ao reitor, cientes, deputados e conselheiros da dita Universidade, que ora são e ao diante tem, e a todos os bacharéis, alcaides e procuradores e conselheiros, a quem esta carta se apresenta, a com prout e prout me mandando inteiramente como a ella se contém, e que ha um ao dicto doutor Francisco Soares por jubilação na dita cidade de Prima, e assim quando ao reitor e deputados da faculdade da dita Universidade que fagão dar e pagar a dicto Francisco Soares no recolhedor ou procurador deus e que pelos estatutos lhe pertencem, e haver em ella uma carta de deus e honras, e por esta carta se registre no livro de registro da dita Universidade, e se grava e se pague por deus, e por tanto de tudo ha mandado passar, por me assignado e sellado de meu sell por deus. Do ougosto de Carvalha a 10 de abril de 1697. E. e. deveyte, mais da consistoria de N. S. S. e de Jesus Christo de 1620. Antonio de Alpin, de Brito a 10 de novembro. — Rei.

Concedida com a propria. Rey de Albuquerque.

Registro das provisões na secretaria da Universidade, tom 1.º, fol. 418.

Pag. 389, faltou o seguinte alvará.

XCVI

Paga do acrescentamento com as cadeiras das escholas menores

Eu el-rei, como protector que sou da Universidade de Coimbra, faço saber que eu hei por bem e me praz, que o pagamento do acrescentamento que os religiosos da companhia do collegio da dicta Universidade têm com as cadeiras das escholas menores se lhes pague, e que sejam restituídos á posse em que estão de receber o dicto acrescentamento, até que se determinem as duvidas que ha entre a Universidade e o dicto collegio; e isto sem embargo da provisão que é passada, para se não fazer o tal pagamento.

Henrique Borges a fez em Lisboa a 2 de setembro de 95. Fernão Marecos Botelho a fez escrever. A qual provisão está assignada por el-rei nosso senhor e passada pela chancellaria, assignada pelo chanceler-mór, Simão Gonçalves Preto, e pelo escrivão da mesma chancellaria, Gaspar Maldonado, e a sobrescrição diz assim. Ha vossa magestade por bem, como protector que é da Universidade de Coimbra, que o pagamento do acrescentamento que os religiosos da companhia do collegio da dicta Universidade têm com as cadeiras das escholas menores, se lhes pague, e que sejam restituídos á sua posse na maneira acima declarada. Antonio de Almeida. Dom Francisco de Lima.

A qual provisão eu Antonio de Barreira, escrivão da receita, despeza e contos da dicta Universidade, aqui fiz trasladar bem e fielmente da propria que concertei, registei e tornei á parte: e não faça duvida a entre linha, que diz *(do collegio)*, aos 20 do mez de setembro do dicto anno, e assignamos. Diogo Ferreira. Antonio de Barreira.

(Deposito das provisões na secretaria da Universidade, tom. 2.º, fl. 251 c.)

Pag. 400 faltou inserir a seguinte carta.

VII A

Gratificação ao meirinho Bento Taborda

Reitor e deputados do negocio da fazenda da Universidade de Coimbra, eu el-rei vos envio muito saudar. Vi a carta que me escrevestes sobre os oito mil réis de ordinado em cada um anno, que por uma minha provisão mando dar a Bento Taborda, meirinho dessa Universidade pelo serviço que faz nas diligencias do collegio das Artes, e assim vinte mil réis pelo que nas dietas diligencias serviu os annos passados. E ora vista vossa informação, e a que tenho por parte do dicto meirinho, hei por bem que elle

haja somente os ditos vinte mil réis pelo serviço dos annos passados como tenho mandado, e que do primeiro dia do mez de outubro d'este anno presente de 1562 haja certo no fim de cada um anno, no reitor dessa Universidade do serviço e diligencias, que fez no dicto collegio das Artes, para que no despacho da fazenda llesse a alvitre do que parecer justo, que por isso haja contante, que não passe de quatro mil réis por anno. E isto se faz assim sem embargo da dicta provisão, por que lhe mandava dar os ditos oito mil réis cada anno. Andrie Saldanha a fez em Lisboa a 10 dias de novembro de 1562. Manuel da Costa a fez escrever. — Raxua.

Para o reitor e deputados do negocio da fazenda da Universidade de Coimbra.

(Livro 1.º das provisões originaes na secretaria da Universidade, ff. 107).

Pag. 440, faltou o seguinte documento.

VII B

Gratificação ao syndico Gaspar Alvres

Eu el rei faço saber a vós reitor e deputados do negocio da fazenda da Universidade de Coimbra, que havendo respectivo serviço que o licenciado Gaspar Alvres, syndico da dicta Universidade lhe tem feito no dicto cargo, em ter por elle largado o de procurador do collegio da companhia de Jesus da dicta cidade, e não a logar nas audiencias d'acordar e juiz de fora della, e largar tambem ser prestado do hospido, hei por bem que elle haja de merce em cada um anno vinte mil réis a custa das rendas da dicta Universidade, assim dos quarenta mil réis que tem com o dicto cargo, não com o titulo de acrescentamento nem de ordinado, senão por seus serviços; e portanto vos mando que em cada um anno pela maneira que dicto é, lhe faheys dar e pagar os ditos vinte mil réis as terras segundas ordinança, no recebendo ou rendimento das dietas rendas e pelo traslado deste alvará, que sera registado no livro da sua despesa, mando que lhe levem os ditos vinte mil réis em conta com o documento do dicto Gaspar Alvres, e este queo que valha como carta feita em meu nome, por meu assignado, e passada por minha chancellaria, posto que por elle não passe sem embargo da ordenação do 2.º livro 1.º 20, que o contrario dispõe. Thome de Andradia a fez em Lisboa a 21 de fevereiro de 1566. Valerio Lages o fez escrever. — Rai.

Pag. 446, faltou inserir o seguinte alvará

XXXII

Que os novos estatutos da Universidade não comprehendem o collegio das Artes

Eu el rei, como protector que sou da Universidade de Coimbra, hei por bem que os estatutos novos, que ora confirmei e mandei dar á dicta Uni-



7

100

	Paginas
Capella do collegio das Artes, septe attobas de cera por anno para ella	27 e 28
Capellães sobre os dous	18 e 19
Carta ao prior geral de Santa Cruz	3
Carta do mestre Joaõ da Costa a D. João III acerca do numero de estudantes da Universidade e collegio das Artes e o das obras deste	51 e 55
Carta sobre o collegio das Artes	50 e 51
Casas ao redor de Antão da Costa	55
Casas de Alvaro Gonçalves	91 e 92
Casas de Antonio de Arango por 403000 reis	56 a 58
Casas de Diogo Affonso secretario que fu do Cardenal infante para se lhe pagarem 2003000 reis por ellas	82 e 83
Casas de Diogo Lopes por 223000 reis	63 a 66
Casas de Francisco Alvres secretario por 273000 reis	83 a 87
Casas de Henrique Dias por 1033000 reis	60 a 62
Casas de João Gonçalves por 164200 reis	62 a 64
Casas de mestre Fernando por 303000 reis	67 e 68
Casas de Simão Affonso por 103200 reis	58 a 60
Casas de Simão de Figueira por 203000 reis	53 a 55
Casas na rua de Santa Sophia para Andre de Gouveia e para os regentes do collegio das Artes	23 e 24
Casas para o collegio	92 e 93
Casas que vão sobre a rua de Santa Sophia que se não derrubem	75
Cera septe attobas por anno para a capella do collegio das Artes	27 e 28
Certidão do serviço de Antão da Costa em 1548-1549	47
Certidão do serviço de Braz Eanes em 1548-1549 de que recebem 203000 reis	58
Casa das carnes, exemption temporaria ao collegio das Artes	15 a 16
Casa de quaesquer mantimentos vendidos as pessoas do collegio das Artes, exemption por dous annos	29 e 30
Cofre com tres fechaduras para Antonio da Costa, recebedor do dinheiro das obras do collegio das Artes	30 e 31
Cofre com tres fechaduras que esteja em casa do Principal e não do recebedor das obras	53
Collegiaes não saiam sem licença do Principal, posto que os mestres os queimam levar	77 e 78
Collegio das Artes (não de qualquer parte)	11 e 12
Collegio das Artes (pescada antes de ser posto em terra)	11 a 13
Collegio das Artes (primeiro regimento)	13 a 11
Collegios de fora do convento de Santa Cruz	3
Comedia no collegio das Artes	71 e 72
Comida no collegio (mil reis de cada camarista)	118 e 119
Contribuimento de Diogo de Castilha de 2003000 reis	52 e 53
Contribuimento de 63000 reis de Thomaz Jorge pelo frete de madeira para o collegio das Artes	58
Conservador obrigue os estudantes a ir as lições do collegio das Artes	19 e 20
Contrato com a cidade de Coimbra sobre o caminho da Cocheada e Antão de Samsão	87 a 91
Convento de Santa Cruz collegios de fora do	3
Curso das Artes	73
32 e 53)	

logia ou Medicina sem certidão do mesmo em como ouvir o curso inteiro das Artes	23
Leitura das matas de Botão e Lagares	16 e 17
Lentes de Artes e regimento que hão de guardar no collegio os	18 a 104
Lentes dentro do collegio não tirem o barrete aos estudantes delle	74 e 75
Lentes do collegio das Artes usem das mesmas liberdades e privilegios que têm os lentes das escolas maiores	110 e 111
Lentes não reputam aos collegiaes as lições ordinarias (Vid. pag. 52)	78
Liberdades e privilegios usam os lentes do collegio das Artes como os lentes das escolas maiores	110 e 111
Licenciados em Artes não tenham logares nos graus	20 e 21
Lições e disputas, guardem os regentes a ordem que nellas lhes der o Principal	76
Lições ordinarias não reputam os lentes aos collegiaes (Vid. pag. 52)	78
Lições para se não darem fora do collegio das Artes, e o conservador obrigar os estudantes a ir a ellas	14 e 20
Livro do registo das provisões	107
Logares, que os não hãjam nos graus dos bachareis e licenciados em Artes	20 e 21
Logares, que se não assignem aos bachareis que se fizerem licenciados em Canones e Leis, e o mesmo com os theologos e medicos	21 a 23
Logica (um anno de) estudantes não sejam obrigados a ouvir	95 e 96
Logica (um anno de) exame pelo Principal para terem ouvir Canones ou Leis	49
Logica (um anno de) ninguém frequente Canones ou Leis sem o ter ouvido	25
Madeira (frete da) a Thome Jorge	18
Mantimentos vend. das as pessoas do collegio das Artes (exempção por doze annos da casa de que se pte)	29 e 30
Matas de Botão e Lagares (leitura das)	16 e 17
Mentiroso de ante o conservador da Universidade traga ao Principal do collegio das Artes os estudantes que forem reverts e negligentes	24 e 25
Mestre Fernando casou por 40000 réis	67 e 68
Mulheres de cada camarista de se fazer a comida no collegio das Artes, sua applicação	108 e 109
Obras fora do contrato (despesas com)	46
Officiaes que, se servirem o collegio das Artes, gozem dos privilegios da Universidade, como se fossem estudantes nella matriculados	26 e 27
Oração em louvor de D. João III, rexitte-se no principio de setembro	81
Oração em louvor de D. João III, transferida do dia de Nossa Senhora de fevereiro para quando se porerem as envidas e pinturas no collegio, que sera pte do dia de S. Jo. antes ou depois	73 e 74
Pão para vir ao collegio das Artes de qualquer parte	11 e 12
Ped. do de 5 collegios de fora do convento de Santa Cruz por D. João III para fundar o collegio das Artes	3
Penas aos que trouxerem armas no collegio	109 e 110
Pescado, para vir ao collegio das Artes, de Aveiro, Buarcos e Pederneira	12 a 14

nude para outra, que lhe seja mais commodada para suas indisposições; e para a despesa do caminho lhe dades duzentos cruzados, por uma vez, das rendas dessa Universidade. E esta carta se registare nos livros de la para a todo o tempo se saber o que eu por el la mandei. — Escrita em Madrid a 11 de abril de 1597. — Rm

Para a Universidade de Coimbra. Por el rei. Ao reitor, lentes, deputados e cónsules da Universidade de Coimbra.

Concertada com a propria carta. Em Coimbra, 2 de outubro de 97. Gregorio da Silva.

Registo das procissões na secretaria da Universidade, tom. 1.º, fl. 341 v.

Pag. 263, faltou inserir a seguinte carta.

XXI B

Jubilação do lente de Prima Francisco Soares

João Philippe por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves da parte e dal mar em Africa, archiepy de Guim, e da companhia, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia Petrea, e da India de Com. protecc. que sou da Universidade de Coimbra e a auctoridade que esta certidão virem, que por parte do doutor Francisco Soares, da companhia de Jesus, lente da cadeira de Prima na dita Universidade, me foi apresentada na mesa da cónsules e cónsules da dita certidão, assignada pelo reitor da dita Universidade, e sellada com o sello de cera, em qua certidão se que e por provisão minha, de 4 de septembro de 1626, mandara ler o dicto doutor mais deus a dita dita e ch. a havendo respeito a que a dita certidão, e que mandados dhes. podesse publicar; e porque são auctores, me pedira lhe mandasse passar sua carta de jubilação em forma e visto por mim, por requerimento, hei por bem e me praz deo haver por jubulado na dita cadeira de Prima da dita Universidade, e que e um de todas as honras, premissas, privilegios, liberdades e prerogativas, concedidas aos lentes jubilados, e haja o ordenado, proa e pensão que pelos estatutos llo pertencem, pelo que mando ao reitor, lentes, deputados e cónsules da dita Universidade, que a dhesão e o dante fizessem, e a todas as justicias, officiaes e pessoas das nossas cidades e villas, a quem esta for apresentada, a cumpram e guardem mui nobremente com nella se contentem, e que hantem ao dicto doutor Francisco Soares por jubulado na dita cadeira de Prima, e assim mando ao reitor e deputados da faculdade da dita Universidade, que façam dar e pagar ao dicto Francisco Soares no recordeo ou procedendo dhes. que pelos estatutos llo pertencem, e haver em cada um. com de dhes. mandados, e que esta certidão registarem nos livros do registo da dita Universidade, e se guardem em livro e tomo de o, e por termo de tudo lla mandei passar por mim assignada e sellada de cera sendo presente do corregedor de Cavallaria e foz em Lisboa a 13 do mes de maio, ano do nascento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1626. Antonio de Alpoim, de Brito a foz e screever. — Rm

Concertada com a propria. Ruy de Albuquerque.

Registo das procissões na secretaria da Universidade, tom. 1.º, fol. 416.

Pag. 389, faltou o seguinte alvará.

XCVI

Paga do acrescentamento com as cadeiras das escolas menores

Eu el-rei, como protector que sou da Universidade de Coimbra, faço saber que eu hei por bem e me praz, que o pagamento do acrescentamento que os religiosos da companhia do collegio da dicta Universidade têm com as cadeiras das escolas menores se lhes pague, e que sejam restituídos á posse em que estão de receber o dicto acrescentamento, até que se determinem as duvidas que ha entre a Universidade e o dicto collegio; e isto sem embargo da provisão que é passada, para se não fazer o tal pagamento.

Henrique Borges a fez em Lisboa a 2 de setembro de 95. Fernão Marecos Botelho a fez escrever. A qual provisão está assignada por el-rei nosso senhor e passada pela chancellaria, assignada pelo chanceler-mór, Simão Gonçalves Preto, e pelo escrivão da mesma chancellaria, Gaspar Maldonado, e a sobrescripção diz assim. Ha vossa magestade por bem, como protector que é da Universidade de Coimbra, que o pagamento do acrescentamento que os religiosos da companhia do collegio da dicta Universidade têm com as cadeiras das escolas menores, se lhes pague, e que sejam restituídos á sua posse na maneira acima declarada. Antonio de Almeida. Dom Francisco de Lima.

A qual provisão eu Antonio de Barreira, escrivão da receita, despesa e contos da dicta Universidade, aqui fiz trasladar bem e fielmente da propria que concertei, registei e tornei á parte: e não faça duvida a entre linha, que diz *(do collegio)*, aos 20 do mez de setembro do dicto anno, e assignamos. Diogo Ferreira. Antonio de Barreira

(Registo das provisões na secretaria da Universidade, tom. 2.º, fl. 251 v.)

Pag. 400 faltou inserir a seguinte carta.

VII A

Gratificação ao meirinho Bento Taborda

Reitor e deputados do negocio da fazenda da Universidade de Coimbra, eu el-rei vos envio muito saudar. Vi a carta que me escrevestes sobre os oito mil réis de ordenado em cada um anno, que por uma minha provisão mando dar a Bento Taborda, meirinho dessa Universidade pelo serviço que faz nas diligencias do collegio das Artes, e assim vinte mil réis pelo que nas dictas diligencias serviu os annos passados. E ora vista vossa informação. e a que tenho por parte do dicto meirinho, hei por bem que elle

haya sementa os dietes vinte mil reis pelo serviço dos annos passados como tenho mandado, e que do primeiro dia do mez de outubro deste anno presente de 1562 faça certo, no fim de cada um anno, ao reitor dessa Universidade do serviço e diligencias, que fez no dicto collegio das Artes, para que no despacho da fazenda lhee a alvidrada o que pareir justo, que por isso haya contentado, que não passe de quatro mil reis por anno. E isto me praz assim sem embargo da dicta provisão, por que lha mandava dar os dietes oito mil reis cada anno. Andre Baradua a fez em Lisboa a 10 dias de novembro de 1562. Manuel da Costa a fez escrever. — Raxua.

Para o reitor e deputados do negocio da fazenda da Universidade de Coimbra

(Livro 1.º das provisões originarias na secretaria da Universidade, d. 107).

Pag. 468, fultou o seguinte documento.

VII B

Gratificação ao syndico Gaspar Alvres

Eu el rei faço saber a vós reitor e deputados do negocio da fazenda da Universidade de Coimbra, que havendo capitulado o serviço que o licenciado Gaspar Alvres, syndico da dicta Universidade lhee tem feito no dicto cargo, e a ter por elle largado o de promotor do collegio da companhia de Jesus da dicta cidade, e não alvogue nas audiencias do corregedor e juiz de fora della, e largar tambem ser promotor do hospido, hei por bem que elle lha a de merecer em cada um anno vinte mil reis a custa das rentas da dicta Universidade, além das quarenta mil reis que tem com o dicto cargo, não com o titulo de acrescentamento nem de ordenado, sendo por seus serviços; e portanto vos mando que em cada um anno, pela maneira que dicto é, lhee fahees dar e pagar os ditos vinte mil reis as terças segundas ordenanças, no recebedor ou rendeiro das dietas rendas, e pela traslado deste alvará que sera registado no livro da sua despesa, mando que llee leven os dietes vinte mil reis em conta com o embeutimento do dicto Gaspar Alvres; e este quero que vada como carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, postoque por elle não passe sem embargo da ordenação do 2.º livro, t.º 20, que o contrario dispõe. Thome de Andrade o fez em Lisboa a 21 de fevereiro de 1586. Valerio Lopez a fez escrever. — Rai.

Pag. 416, fultou inserir o seguinte alvará.

XXXII

Que os novos estatutos da Universidade não comprehendem o collegio das Artes

Eu el rei, como protector que sou da Universidade de Coimbra, hei por bem que os estatutos novos, que ora continhei e mandei dar á dicta Uni-

	Paginas
Apenas officiaes e cousas necessarias para as obras do collegio de Jesus	140 e 141
Aposentamento a doze jesuitas, que vão frequentar os estudos de o cancellario da Universidade	120
Barbã e o outro (entre a) se lance o entulho das obras	127 e 128
Bois acabramados (oitos) e carros ferrados (quatro) que poderão andar pelos olivares de Coimbra e por quaesquer outros lugares, e pastos della e os carros e bois pelas ruas da cidade....	158 e 159
Bois para matar, sem pasto	162 a 163
Caminho da Conchada para se fazer	135 e 136
Caminho da porta do Castello para a porta nova que se possa tomar	126 e 127
Cancellar o da Universidade de aposentamento a doze jesuitas, que vão frequentar os estudos	120
Carreiros do senpost cabras oitens e bois vinte, possam collegio trazer pelos olivares de Coimbra, e por quaesquer outros lugares e pastos della	160 a 162
Carros ferrados (quatro) além doutros quatro que já o collegio traz	159 e 160
Casas da Universidade em que os padres da companhia pensaram, se lhes entreguem, não obstante o que allega a Universidade	162
Casas da Universidade, em que pensaram não paguem os padres aluguer dellas	124
Casas da Universidade entregue o conservador ao collegio	163
Casas da Universidade não digne e este os padres da companhia, enquanto o collegio de Jesus não estiver acabado e que a demanda sobre isto não va por diante	144 e 145
Casas da Universidade, sem os padres da companhia pagarem aluguer nem renda	141
Casas de S. Sebastião venda a Universidade ao collegio	141
Casas do collegio da ordem de Christo, que se devolvam aos padres da companhia	145 e 146
Casas do collegio da ordem de Christo sejam despejadas	140 e 147
Casas do conego João de Sa, carta de D. João III ao bispo de Coimbra acerca d'ellas	125 e 126
Casas do conego João de Sa seja presente a avaliação o corregedor Fernão de Mazilbes	125
Casas (doze assentamentos de), doação a Universidade	115 a 119
Casas e chãos que caem na traça do collegio se tomem	138 e 139
Casas no sítio do e alguem de Jesus, derrube n-se e tomem se por avaliação	137 e 138
Casas venda das de Diogo de Castilho a companhia de Jesus	123
Cerca do collegio dos jesuitas	128 a 130
Cerca do collegio mouro da não se derrube	130 e 131
Chãos e casas que caem na traça do collegio se tomem	138 e 139
Collegio de Coimbra (padres do) possam mandar trazer lenha da mitta de Beira	121 e 124
Conchada (caminho da) se faça	135 e 136
Conservador entregue ao collegio as casas da Universidade	143
Curso das Artes do collegio da ordem de Christo, ninguém seja admitido a ouvir	147
Curso de Artes de Manuel Pina, para os padres jeronimos e de S. Bento	147 e 148

dictos estatutos, porque eu o hei assim por mais men a serviço e aviamento dos estudantes, que ha tanto que esperam o dicto exame Valerio Lopes a fez em Lisboa ao 25 do Maio de 1565 — O CAMERAL INDIANTI.

Para o reitor, deputados e conselheiros da Universidade de Coimbra.

(*Livro 1.º das provisões na secretaria da Universidade, fl. 164*).

N. B. Funcionavamos publicar outros documentos, relativos ao celebre granatense, Francisco Soares, como os datados de 18 de abril de 1602, a respeito do empréstimo de 400000 réis para livros, que lhe fez a Universidade; 25 de fevereiro para ler mais tres annos, 9 de abril concedendo-lhe licença para ir a Roma, e 6 de julho de 1604 para ser substituido por frei Egylio; 18 de setembro de 1609, sobre empréstimo de 800000 réis e de 400000 réis tambem para livros; 17 de janeiro de 1612, mandando-lhe continuar as lições de lente de Prima de Theologia posto estar jubilado; 29 de novembro de 1618, ordenando ficasse no collegio das Artes a livraria delle, comprada com o dinheiro da Universidade, etc., etc.

Soubemos, porém, pelo nosso prezado amigo, patricio e collega, o sr. Augusto Mendes Simões de Castro, que o muito distinto lente da faculdade de Theologia, o sr. dr. Antonio Garcia Ribeiro de Vasconcellos, colligira em volume todos os documentos, que encontram na secretaria da Universidade, referentes ao famoso jeuita. E, pois, dever nosso desistir dessa publicação.

A carta, a que se refere o documento VI in pressu nas paginas 398 e 399, e que se lê no *regulo das provisões na secretaria da Universidade, tom 1.º, fl. 164*, tem a mesma data de 9 de setembro de 1566; é dirigida ao reitor Afonso do Prado, louvando-o por haver ido com os lentes e mestres ao auto publico do collegio das Artes, o que espera fado dali em diante, e desoja e manda, que tambem vão assistir a 4 de julho de cada anno á oração, que no collegio se recita neste dia em louvor da rainha Santa.

.

.

.

.

.

INDICE

PARTE I

Collegio das Artes no tempo em que, nelle leram os mestres francezes

	Paginas
Almozarife de Coimbra dê ao collegio das Artes em cada um anno sette arrobas de cera para a capella	27 e 28
Alvaro Gonçalves Loteiro (foro de 53500 réis nas suas casas) ..	92 e 9
Annexação do collegio das Artes a Universidade	39 e 50
Antão da Costa, recebedor do dinheiro, (casas ao)	65
Antão da Costa, recebedor do dinheiro, (certidão do serviço em 1548-1549)	67
Antão da Costa, recebedor do dinheiro das obras do collegio das Artes com 255000 réis de ordenado por anno, que tinha um ciro com tres fehaduras	30 e 34
Antonio de Araujo, (casas por 505000 réis).	56 a 58
Apondador das obras por 155600 réis annuaes	93 e 94
Armas no collegio (penas aos que as trouxerem).	109 e 110
Artes (curso inteiro das), ninguem frequente Theologia ou Medicina sem o ter ouvido	25
Bachareis e licenciados, como ha de provar os cursos.	96 e 97
Bachareis em Artes não hajam lugares nos graus	20 e 21
Barrete aos estudantes do collegio das Artes não tirem os lençes	74 e 75
Beaz Eannes, (certidão de 204000 réis pelo serviço em 1548-1549)	48
Caminho da Conchada e fonte de Sansão, (contracto com a cidade)	87 a 91
Canseres ou Leis, só frequentem os estudantes depois de terem um anno de logica.	68

	Paginas
Curso (provas dos), como os hão de provar os bachareis e licenciados	96 e 97
Diogo Alfonso (casas por 260.000 reis)	82 e 83
Diogo de Castilho (recebo de 200.000 reis)	42 e 43
Diogo Lopes (casas por 22.000 reis)	61 a 66
Despesas com obras fora do contracto	46
Doentes e ausentes e substitutos que leem por	94 e 95
Emenlos ao primeiro regimento do collegio das Artes	51 a 53
Enygmas e materias quando se pozereu no collegio e que se faz a oração em louvor de D. João III	73 e 74
Escrivaõ do collegio visite as classes com o Principal	76 e 77
Estudantes da Universidade e collegio das Artes (carta do mestre João da Costa a D. João III sobre o numero delles, e obras do collegio)	44 e 45
Estudantes não sejam obrigados a ouvir um anno de Logica	95 e 96
Estudantes não sejam recellidos a ouvir em eua sem licença do Principal	25
Estudantes não vão ouvir na Universidade sem terem ouvido um anno e 1.ª ou a 2.ª classe do collegio das Artes e serem examinados	104 e 105
Estudantes negligentes levados ao collegio das Artes por um homem	28 e 29
Estudantes reveis e negligentes sejam levados pelo meirinho ao Principal do collegio das Artes	24 e 25
Estudantes sejam obrigados pelo conservador a ir as lições do collegio das Artes	40 e 40
Festas academicas comedia no collegio das Artes: recepção por parte da Universidade pela ida de D. João III a Coimbra	71 e 72
Festas e dias santos	106
Foro do hospital de Coimbra na importancia de 5.2500 reis das casas de Alvares Gonçalves boeiro	90
Foro a Sancto Iago por 13.5000 reis	68 e 69
Foro a S. João de Almedina por 18.0000 reis	70 e 71
Fonte de Samsay e caminho da Conchada (contracto com a cidade)	87 a 91
Francisco Alvres (casas por 27.0000 reis)	84 a 87
Geral (prior) de Sancta Cruz	3
Henrique Dias (casas por 10.0000 reis)	60 a 62
Hortem para o buscar os estudantes negligentes	28 e 29
Hospital de Coimbra (foro de 5.2500 reis das casas de Alvares Gonçalves boeiro)	92
Hymno que se cantava no collegio das Artes	40 a 42
Ida de D. João III a Coimbra recepção por parte da Universidade festas academicas comedia no collegio das Artes	71 e 72
João Gonçalves (casas por 16.5200 reis)	62 a 65
João III (Ida a Coimbra recepção por parte da Universidade festas academicas comedia no collegio das Artes)	71 e 72
João III (Ida) (oração em seu louvor no principio de setembro)	81
João III (Ida) (oração em seu louvor se faz quando se pozereu no collegio os enygmas e materias)	73 e 74
João III (Ida) pede os collegios de fora do convento de Sancta Cruz para fundar o collegio das Artes	3
Juiz de fora avale certas casas para o collegio	92 e 93
Letras ou Capões ninguem ouça sem certidão do Principal do collegio das Artes, em como ouviu um anno de Logica, e em Theo-	

	Paginas
Poreionistas não possam, sendo das porções, ficar no collegio, de entrar senão para serem poreionistas	79
Porções no collegio das Artes (regimento das tres)	16 a 18
Porteiros do collegio das Artes, seu regimento	38 a 40
Porteiros (sobre os dous) com 63000 réis annuaes cada um	31 e 32
Principal (faça o conservador certas cousas que lhe forem requere- das pelo)	19 e 20
Prior geral de Sancta Cruz (carta ao)	3
Privilegios da Universidade gozou os officiaes que servirem o collegio das Artes, como se fossem estudantes nella matricu- lados	26 e 27
Recibo de 2103000 réis adelantados para as obras do collegio pas- sado por Diogo de Castilho	42 e 43
Regentes guardem a ordem que o Principal lhes der nas lições e disputas	76
Regimento das tres porções, que se davam no collegio das Artes por diversos preços	16 a 18
Regimento do collegio das Artes (primeiro) emendas ao	51 a 53
Regimento dos porteiros do collegio das Artes	38 a 40
Regimento (primeiro) do collegio das Artes	4 a 11
Regimento que ha de guardar no collegio os lentes das Artes . .	98 a 104
Reitor da Universidade não visite o collegio das Artes, nem os lentes dellas se possam aggravar ao dicto reitor (Vid. pag 52) . .	79 e 80
Sancta Cruz (collegios de fora de)	3
Sancta Sophia (casas que vão sobre a rua de), não se derrubem .	73
Sancta Sophia (sobre as casas da rua de)	23 e 24
Sancto Iago (fôro de 133800 réis)	68 e 69
S. João de Almedina (fôro de 185000 réis)	70 e 71
Sinão Affonso (casas por 103200 réis)	58 a 60
Sinão de Figueiro, casas por 204000 réis	53 a 55
Statuta novi regni gymnasii de moribus scholasticis	32 a 38
Subjeição do collegio das Artes a Universidade, e outras emendas ao primeiro regimento	51 a 53
Substitutos que lerem por docentes e ausentes	91 e 95
Thomé Jorge (conhecimento de 68000 réis pelo frete de madeira para o collegio das Artes)	48
Varredor das classes do pátio, varandas e egreja	98
Visita das classes pelo escrivão do collegio com o Principal . . .	76 e 77
Visita do collegio das Artes não seja feita pelo reitor da Universi- dade, nem os lentes dellas se possam aggravar ao mesmo reitor (Vid. pag 52)	79 e 80
Visita do collegio das Artes pela Universidade, e sujeição a esta .	50 e 51

PORTE II

Entrada dos jesuitas em Coimbra

Abramento feito pela cidade ao mosteiro de Sancta Cruz não valha	134 e 135
Agua e sujidades das necessarias levem-se por onde melhor pa- recer, e façam-se fôjos e covas ou que se recolham	132

	Paginas
Aprender officiaes e cousas necessarias para as obras do collegio de Jesus	140 e 141
Aposentamento a doze jesuitas, que vao frequentar os estudos de o cancellario da Universidade	120
Barbacã e o muro (entre a) e tanee o entulho das obras	127 e 128
Bols acabrançados (setto) carros ferrados (quatro), que poderão andar pelos olivares de Coimbra e por quaesquer outros logares, e pastos della e os carros e bols pelas ruas da cidade	158 e 159
Bols para matar seu pasto	162 a 164
Canhão da belhida para se fazer	135 e 136
Caminho da porta do Castello para a porta nova, que se possa fazer	126 e 127
Cancellario da Universidade de aposentamento a doze jesuitas, que vao frequentar os estudos	120
Carmenios (trezeentos) e outras seis, e bols (vinte) possa o collegio trazer pelos olivares de Coimbra, e por quaesquer outros logares e pastos della	160 a 162
Carros ferrados (quatro) alem doutros quatro, que ja o collegio trae	159 e 160
Casas da Universidade em que os padres da companhia pensaram, se lhes entreguem, nao obstante o que allega a Universidade	142
Casas da Universidade, em que pensaram, nao paguem os padres aluguer dellas	124
Casas da Universidade entregue e conservado ao collegio	143
Casas da Universidade, não alugue esta, os pastos da companhia, enquanto o collegio de Jesus não estiver acabado, e que a demanda sobre isto não vá por diante	144 e 145
Casas da Universidade, sem os padres da companhia pagarem aluguer nem renda	141
Casas de S. S. bastião vinda a Universidade ao collegio	144
Casas do collegio da ordem de Christo, que se devolvam aos padres da companhia	145 e 146
Casas do collegio da ordem de Christo sejam despejadas	146 e 147
Casas do collegio João de Sa carta de D. João III ao bispo de Coimbra acerca dellas	125 e 126
Casas do collegio João de Sa seja presente a avaliação o corregedor Ferrão de Magalhães	122
Casas (doze assentimentos de), doação a Universidade	115 a 119
Casas e cháos que caem na traça do collegio se tomem	138 e 139
Casas no sitio do collegio de Jesus, derrubem-se e tomem-se por avaliação	137 e 138
Casas vendidas de Diogo de Castilho a companhia de Jesus	123
Cerca do collegio dos jesuitas	128 a 130
Cerca do collegio empu da não se derrube	130 e 131
Chãos e casas que caem na traça do collegio se tomem	138 e 139
Collegio de Coimbra (padres do) possam mandar trazer lenha da matia de Bolão	123 e 124
Conchada (caminho da) se faça	135 e 136
Conservador entregue ao collegio as casas da Universidade	144
Curso das Artes do collegio da ordem de Christo, ninguém seja admitido a ouvir	147
Curso de Artes de Manuel Pina, para os padres jeronymos e de S. Bento	147 e 148

	Paginas
Defesa dos padres do collegio das Artes, por sua alteza movendo se alguma duvida	161 e 163
Diogo de Castilho possa vender umas casas a companhia de Jesus.	123
Doação de doze assentamentos de casas a Universidade	115 a 119
Entulho das obras do collegio, entre o muro e a barbaça, permittido D. João III que se lance	127 e 128
Fernão de Magalhães (corregedor) seja presente a avaliação das casas do collegio João de Sa.	125
Fojos e covas, para recolher aguas e supplidex das necessarias; e que sejam ellas levadas por onde melhor parecer	132
Gado compra para os collegios de Jesus e das Artes sem carta de visindanga	153 e 154
Gado e mantimentos compra o collegio em qualquer parte	149 a 153
Jesuitas doze aposentados pelo cancellario da Universidade para frequentar os estudos	120
João de Sa (corregedor), seja presente a avaliação das suas casas o corregedor Fernão de Magalhães	125
João III (D.) concede por esmola aos padres do collegio que mandem trazer lenha da matta de Botão	123 e 124
João III (D.) concede se lance o entulho das obras entre o muro e a barbaça	127 e 128
João III, (D.) escreve ao bispo de Coimbra acerca das casas do collegio João de Sa	125 e 126
João III (D.) fez a Universidade doação de doze assentamentos de casas em Alameda, rua nova de S. Sebastião	115 a 119
João III (D.) ordena aos vereadores de Coimbra, que dêem licença a Diogo de Castilho, para vender umas casas a companhia de Jesus	123
Lenha da matta do Botão para os padres do collegio de Coimbra	123 e 124
Mantimentos e gado compra o collegio em qualquer parte.	149 a 153
Manuel de Pina, leia um curso de Artes somente aos padres Jesuítas e de S. Bento	147 e 148
Moldeiros não sejam obrigados a ir ao peso da cidade.	148 e 149
Muro da cerca do collegio não se derrube	130 e 131
Muro e torres	134
Obras do collegio de Jesus, (sobre apenas officiaes e cousas necessarias para as).	150 e 151
Ordem de Christo, (casas do collegio da); se entreguem aos padres da companhia	145 e 146
Ordem de Christo (casas do collegio da) sejam despejadas	146 e 147
Ordem de Christo, curso das Artes do collegio da; ninguem seja admitido a ouvir	147
Paredes que os vereadores derrubaram a levantem a sua custa	132 a 134
Pasto dos bois para matar	162 a 163
Pescado das villas de Aveiro e Buarcos; para se trazer ao collegio sem os almoxarives serem obrigados a arrecadar	156 e 157
Pescado para se comprar nas villas de Aveiro e de Buarcos	155 e 156
Peso da cidade, não sejam os molinos do collegio obrigados a ir a elle	148 e 149
Pelhoras de Sancto Antão carta ao arcebispo de Braga	122
Pelhoras de Sancto Antão para se poderem pedir as esmolas	120 e 121
Porta do Castello a Porta Nova (caminho da), que se possa tomar	126 e 127
Ribella (costa da), se tape para a cerca do collegio	128 a 130

	Paginas
Santa Cruz (mosteiro de) não possa levar por deante o aforamento que lhe fez a cidade	135 e 135
Sítio do collegio de Jesus (casas no) se derrubem e tomem por avaliação	137 e 138
Torres e muro	131
Treça do collegio (casas e chãos que caem não se tomem)	138 e 139
Universidade (casas da), em que pensaram os padres, não paguem estes aluguer dellas	124
Universidade (casas da) entregue o conservador ao collegio . . .	143
Universidade (casas da) não sejam alugadas em quanto o collegio de Jesus não estiver acabado e não se por deante a demanda .	144 e 145
Universidade (casas da) se entreguem aos padres da companhia, que nelas pensaram	142
Universidade (casas da) sem os padres da companhia pagarem dellas aluguer nem renda	141
Universidade (reitor e deputados da fazenda da) vendam ao collegio as casas de S. Sebastião	144
Veredores de Coimbra possam vender umas casas a companhia de Jesus	123
Veredores levarem a sua custa a parede que derrubarão	132 a 134
Visinhança (carta de), compra de gado para os collegios sem ella .	153 e 154

PARTE III

Privilegios concedidos aos jesuitas

Agradecimento del-rei ao dr. João Affonso pelas diligencias que fez com Pero da Cunha e pelo cuidado que tomou no negocio de Longavães	214
Alcaide da alfandega de Lisboa: (para que todas as casas da companhia possam)	196 e 197
Alexandre (Dom), grão de bacharel, licenciado e mestre em Artes .	226
Almoxtarifado do paço da madeira de madeira e bordos para o collegio de Jesus	193
Bachareis correntes ou formados em Theologia, quando forem regentes no collegio das Artes, não sejam obrigados a ir a todos os actos de Theologia que se fizerem na Universidade	203
Bispo de Coimbra escusa o collegio de Jesus de pagar dízimo do que lhe vier por via de terço ou quarto	192
Bolsa, que tomaram na cidade do Porto (sobre os)	197 e 198
Borla no barrete como os religiosos, e não levem rapello nos actos e exercicios da Universidade	225 e 226
Camara de Coimbra (autorisação para vender ao collegio o fôro de seis mil réis da cereja nova)	194 e 195
Caseros dos collegios de Coimbra e Évora gozem de todos os privilegios concedidos ao mosteiro de que são foreiros	207 e 208
Cisa dos bens de raiz que comprarem, venderem ou escambarem, não paguem os padres do collegio de Jesus; e as partes, com	

INDICE

PARTE I

Collegio das Artes no tempo em que nelle leram os mestres francezes

	Paginas
Almoxarife de Coimbra dê ao collegio das Artes em cada um anno sette arrobas de cera para a capella.	27 e 28
Alvaro Gonçalves boneiro (fôro de 52500 réis nas suas casas) ..	92 e 9
Annexação do collegio das Artes a Universidade	49 e 50
Antão da Costa recebedor do dinheiro, (casas ao)	43
Antão da Costa, recebedor do dinheiro, (certidão do serviço em 1548-1549)	47
Antão da Costa, recebedor do dinheiro das obras do collegio das Artes com 255000 réis de ordenado por anno que tenha um colho com tres fechaduras	30 e 31
Antonio de Araujo, (casas por 405000 réis).	56 a 58
Arpentador das obras por 142600 réis annuaes	93 e 94
Armas no collegio (penas aos que as trouxerem).	109 e 110
Artes (curso inteiro das), ninguém frequente Theologia ou Medicina sem o ter ouvido	25
Bachareis e licenciados como hão de provar os cursos.	96 e 97
Bachareis em Artes não hajam lugares nos graas	20 e 21
Barrile aos estudantes do collegio das Artes não tirem as lentes	74 e 75
Bras Enampes, (certidão de 204000 réis pelo serviço em 1548-1549)	48
Camacho da Conchada e forte de S. João, (contracto com a cidade)	87 a 91
Canones ou Leis, só frequentem os estudantes depois de terem um anno de logica.	18

	Paginas
Mestres em Artes (toto graduados), e que possam gosar dos privilegios	190 e 200
Mestres em Artes para o reitor da Universidade dar o grau a sete padres da companhia de Jesus sem fazerem os actos recommendados pelos Estatutos	217
Padres da companhia, que receberem graus em Artes Theologia e Canones na Universidade paguem somente a quarta parte da despesa	203 e 204
Peste em Coimbra	186
Precedencia dos examinadores do collegio a todos os doutores tanto nos exames como no dar dos graus aos mestres em Artes	200 e 201
Presidente para os actos de bachareis e licenciados	200
Prestito a S. Francisco Xavier	226
Privilegios e estatutos da Universidade	170 a 176
Prepouas que os guardas levam dos graduados em Artes	206
Recebedor e offiçoes para arrecadarem as dividas do collegio como as del rei	177 a 180
Religiosos da companhia tomem graus na Universidade sem despesa nem juramento	202 e 203
Reliquias nas egrejas dos jesuitas indulgençias do arcebispo de Braga	224 e 225
Rendas do collegio de Jesus arrecadem se como as da fazenda real	176 e 177
S. Martinho de Arvoredo (egreja de) carta a Pero da Cunha para que a renuncie no collegio	215 e 215
S. Martinho de Arvoredo (egreja de) carta del rei a Pero da Cunha	216
S. Martinho de Arvoredo (egreja de) carta do cardinal para Pero da Cunha	213 e 214
S. Martinho de Torperiz (egreja de)	208
S. Martinho (egreja de) para Pero da Cunha a renunciar no collegio	209
S. Pedro de Celdas (egreja de) escreve el rei ao bispo de Miranda para a annexar ao collegio	210 e 211
S. Pedro de Celdas (egreja de) escreve el rei ao bispo de Miranda para nella prover a Pero da Cunha	210
S. Pedro de Celdas (egreja de) escreve o cardinal ao bispo de Miranda para nella prover a Pero da Cunha ou a unir ao collegio de Coimbra no caso de haver algum inconveniente	212
S. Pedro de Celdas (egreja de) escreve o cardinal a Pero da Cunha que sendo provido nella renuncie a de S. Martinho de Arvoredo no collegio de Jesus da cidade de Coimbra	211 e 212
Sentença, por que os padres do collegio de Sancto Antão são esentados de pagar dízimo	188 a 191
Torperiz (egreja de São Martinho de)	208
Touros não se corram na rua de Sancta Sophia na praça de Samsão e no terreno defronte do collegio das Artes	226
Votos da companhia os que os têm feito não podem sair della sem licença do superior	219 e 220

	Paginas
Cursos (provas dos), como os hão de provar os bachareis e licenciados	96 e 97
Duogo Alfonso (casas por 2003000 reis)	82 e 83
Duogo de Castilho (recibo de 2003000 reis)	82 e 83
Duogo Lopez (casas por 225000 reis)	65 a 66
Despesas com obras fora do contracto	46
Doentes e ausentes (substitutos que lerem por)	94 e 95
Emendas ao primeiro regimento do collegio das Artes	51 a 53
Enigmas e materias quando se pozerem no collegio, e que se faz a oração em louvor de D. João III	73 e 74
Exercício do collegio visite as classes com o Principal	76 e 77
Estudantes da Universidade e collegio das Artes (carta do mestre João da Costa a D. João III sobre o numero delles, e obras do collegio)	64 e 65
Estudantes não sejam obrigados a ouvir um anno de Logica	95 e 96
Estudantes não sejam recebidos a ouvir em casa sem licença do Principal	25
Estudantes não vão ouvir na Universidade sem terem ouvido um anno a 1.ª ou a 2.ª classe do collegio das Artes e serem examinados	104 e 105
Estudantes negligentes levados ao collegio das Artes por um homem	28 e 29
Estudantes perversos e negligentes sejam levados pelo meirinho ao Principal do collegio das Artes	24 e 25
Estudantes sejam obrigados pelo conservador a ir as lições do collegio das Artes	49 e 50
Festas academicas, comedia no collegio das Artes, recepção por parte da Universidade pela ida de D. João III a Coimbra	71 e 72
Festas e dias santos	196
Foro do hospital de Coimbra na importância de 52500 reis das casas de Alvaro Gonçalves, bonero	90
Foro a Sancto Iago por 132000 reis	68 e 69
Foro a S. João de Almedina por 184000 reis	70 e 71
Fonte de Sansão e o unho da Conchada (contracto com a cidade)	87 a 91
Francisco Alvares (casas por 275000 reis)	84 a 87
Geral (prior) de Sancta Cruz	3
Henrique Dias (casas por 1015000 réis)	60 a 62
Homenagem para ir buscar os estudantes negligentes	28 e 29
Hospital de Coimbra (foro de 52500 reis das casas de Alvaro Gonçalves, bonero)	92
Hymno que se cantava no collegio das Artes	60 a 62
Ida de D. João III a Coimbra, recepção por parte da Universidade, festas academicas, comedia no collegio das Artes	71 e 72
João Gonçalves (casas por 162200 reis)	62 a 64
João III (D.) ida a Coimbra, recepção por parte da Universidade, festas academicas, comedia no collegio das Artes	71 e 72
João III (D.) oração em seu louvor no principio de setembro	84
João III (D.) oração em seu louvor se faz quando se pozerem no collegio as enigmas e materias	73 e 74
João III (D.) pede os collegios de fora do convento de Sancta Cruz para fundar o collegio das Artes	3
Jur de fora avião certas casas para o collegio	92 e 93
Leis ou canoens infringidas sem certidão do Principal do collegio das Artes, em como ouvir um anno de Logica, e em Theo-	

	Página-
Collegio real entregue a inquisição pelos padres da companhia...	334 e 335
Concordia com a Universidade	318 a 321
Continuação da concordia da Universidade com o collegio, acerca da jurisdicção dos estudantes	363 a 366
Contribuições de padroados, privilegios, doações e juros, etc., grama-tura do Padre Manoel Alvres, e mais livros da companhia, especiatia e incenso: padres sem juramento, nem pagarem para a arca da Universidade: nem propinas aos examinadores: incor-porações dos religiosos na Universidade de Coimbra	380 a 380
Conto de renda do collegio de Jesus, carta do cardeal para o bispo de Coimbra).....	323 e 324
Contracto com a Universidade	358 e 363
Contracto com a Universidade (confirmação do)	329 a 331
Corte das cabras, (feito dos Juzartes com Affonso de Arriaga sobre a)	252 e 253
Dinheiro dos meninos orphãos (150 4000 réis), manda el-rei que o collegio entre que a Antonio Pinheiro.....	333
Dinheiro (temola de) ao collegio de Jesus.....	265
Doação do arcebispo de Evora D. João de Mello.....	166 e 267
Dois mil cruzados para obras no collegio, mandados dar na casa da India	331 e 332
Entrega ao collegio das Artes de tudo, que o almoxarife Pedro da Costa tivesse e ficasse devendo	268
Entrega ao collegio de Coimbra dos rendimentos e deposito de Carquere	300 a 302
Escrava (um) dado por el-rei ao collegio das Artes, além dos dons que já tinha dado	263
Escriptura de venda aos padres da companhia pelos testamentei-ros de Affonso de Arriaga, sem certidão das casas.....	257 e 258
Especiatia e incenso ao collegio na casa da India	264 e 265
Feito dos Juzartes com Affonso de Arriaga sobre a corte das calças	252 e 263
Fonte da mostinha (agua da)	310 a 316
Francisco Soares, lente de Prima de Theologia.....	263
Gongalo de Besende (deve se-lhe em conta o que tiver pago aos padres da companhia de Jesus).....	337
Inquisição, (casas para a).....	327 e 328
Jubilação do lente de Prima, Francisco Soares	263
Leilões, que levou Lourenço Pires de Tavora sobre os nego-cios da companhia, quando foi por embaixador a Roma	307 a 309
Livraria do Dr. Francisco Soares, dada por el-rei ao collegio das Artes	261 e 264
Livraria e dez panos de armor, de que o bispo de Coimbra faz doação ao collegio de Jesus	280 a 282
Mannel Fabiao (direito na fazenda de, no valor de 1.000 4000 réis	346 a 348
Novos para transportar cal a Entre-Douro e Minho e uma da Ma-deira	372 e 373
Negocios da companhia (dembrancas que sobre estes levou Lou-renço Pires de Tavora, quando foi por embaixador a Roma)	307 a 309
Padrão de juro, que ficou por morte de Phelips Monr. (Vid. pag. 386 a 389)	234 a 238
Padres da companhia: possam fazer doações e dispor de seus bens aos 20 annos de idade	229 a 234
Paga de sette mil cruzados pela inquisição ao collegio de Jesus pelo apóento aos conegiaes.....	323

unde para outen, qm' llo seja mais commodada para suas indisposições; e para a despesa do caminho de darreis lizenças e creanças por uma vez das rendas d'essa Universidade. E esta carta se registara nos livros de lá para a todo o tempo a valer o que eu por ella mandei. — Escrita em Madrid a 14 de abril de 1577. — Rey.

Para a Universidade de Coimbra. Por el Rey. Ao rector, lentes, deputados e cónsellers da Universidade de Coimbra.

Concedi com a propria carta. Em Coimbra, 2 de outubro de 97. Gregorio da Silva.

Registo das provisões na secretaria da Universidade, tom. 1.º, fl. 341 v.

Pag. 263, faltou inserir a seguinte carta.

XXI B

Jubilação do lente de Prima Francisco Soares

Dom Philippe por graça de Deus rei de Portugal, e dos Algarves daquella, e d'altra mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação, e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India etc. Cuzo protestar que sou da Universidade de Coimbra fizo a saber aos por esta certidão vus m, que por parte do doutor Francisco Soares, da co. que lha de Deus, lente da co. de Prima da dita Universidade, me foy apresentado na mesa da consueira e cónsellers uma certidão, assignada pelo rector da dita Universidade, e sellada com o sello d'ella, na que se dizia que era por provisão minha, de 4 de agosto de 1623, matricular o dito doutor mais deus m, a dita co. lha havendo respeito a seus e deos m, e que nelle d'as elles poderem jurar, e porque são sabedores, me podia lha mandado se passar a co. de Prima de jubilação em forma, e visto por m, se requeria isto, lha por bem e me puz de o lha por jubilação na dita co. de Prima da dita Universidade, e goze e use de todas as honras, prerrogativas, privilegios, liberdades e prerrogativas, concedidas aos lentes jubilaes e lha o ordenado, proes e prebendas que pelos estatutos lha pertencerem, pelo que mandei ao rector, lentes, deputados e cónsellers da dita Universidade, que ora são e ao deante foyes e a todos as justicias, officiaes e pessoas das m.as rendas e senhores, a quem esta lha apresentada, a co. p. m. e considerem mui altamente como nella se contém, e que lha ao dito doutor Francisco Soares por jubilação na dita co. de Prima, e assim mandei ao rector e deputados da faculdade da dita Universidade, que fagham dar e pagar ao dito Francisco Soares no recebimento da prebenda de dita co. que pelos estatutos lha pertencer e lha em cada um ann de seus salarios, e por esta carta se regista nos livros de registo desta Universidade, e se guarda em sumario de lá, e por m, de tudo lha mandado passar, por m, assignada e sellada de meu sello pendente. Domingos Calvaldo a ter em Lisboa, 13 de fevereiro, anno do nasçimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1626. Antonio de Alpoim de Brito a ter escrivor. — Rey.

Concedida com a propria. Ray de Albuquerque

Registo das provisões na secretaria da Universidade, tom. 1.º, fol. 348.

	Páginas
Tença de 303000 réis de D. Gonçalo, para o collegio receber ..	287 e 288
Tença de 303000 réis de D. Gonçalo (restituição da ao collegio de Jesus) ..	288 e 289
Tença de 203000 réis do irmão Antonio Moniz ..	238 e 244
Tença de 253000 réis do Padre Miguel de Sousa restituída por el rei ao collegio de Jesus ..	272 e 274
Tença do mestre do de Pedroso (remissão da para se levarem em conta a Antonio de Teive 522 e 500 réis que por ella tinha pago	312 e 314
Thesouro das condicções compra e pague tudo que for devido ao collegio ..	335 e 337
Trigo (para tirar notes de) ..	366 e 367
Trigo (quarenta moos de) ..	368 e 369
Villa Franca (quinta de) ..	238 e 252

PARTE V

Reforma de estatutos

Bachareis e licenciados em Artes (e exames dos) sempre no collegio das Artes; e sobre o numero de examinados ..	402 e 403
Canones ou Leis (nao sejam estolantes admitidos a ouvir estas faculdades senao depois de examinados) ..	400 e 402
Casa do Porto (carta do rei ao bispo do Porto) ..	414 e 415
Casa do Porto (carta do rei ao padre Francisco) ..	414
Concessões aos collegios ..	437 e 439
Conservador e mestrado (nao se lhes pague sem certidão do reitor do collegio das Artes) ..	415 e 416
Disputas nas classes ..	398
Dons homens (confirmação do privilegio) ..	396 e 397
Dons homens (privilegiados) ..	396 e 396
Escrivão publico do cartorio do collegio ..	435 e 437
Estatutos, dados agora a Universidade, se não entendem com o collegio das Artes, em quanto a companhia tiver cargo delle ..	410
Estatutos do collegio das Artes, dados por Dom Sebastian ..	416 e 435
Estatutos do collegio das Artes, dados por Dom Sebastian (carta a Universidade) ..	446
Estatutos novos da Universidade nao prejudicarem ao collegio ..	443 e 444
Estolantes reves e negligentes, mestrado dante o conservador da Universidade os traga perante o Principal do collegio das Artes) ..	404 e 405
Ferias e assuetos ..	403, 404, 407 408 e 409
Grãos dos pelagiosos da companhia ..	411
Guarda do collegio sirva de escriptura do mesmo ..	413
Matricula na Universidade nao se faça sem certidão do reitor do collegio das Artes, de que tem sufficiente para passar as sciencias ..	399 e 400
Mestrado da Universidade, Bento Taborda, gratificação ..	400
Mestre de ler mudado em mestre de latim ..	411
Mestres em Artes, que se fazem pelos superiores e graduados em Theologia se incorporem na Universidade de Coimbra ..	444 e 445

haja somente os dictos vinte mil réis pelo serviço dos annos passados como tenho mandado, e que do primeiro dia do mez de outubro deste anno prae sente de 1562 haja certa, de fim de cada um anno, no reitor dessa Universidade do serviço e diligencias, que fez no dicto collegio das Artes, para que no despacho da fazenda lhos a alvidado o que parecer justo, que por isso haja contante, que não passe de quatro mil réis por anno e isto me praz assim sem embargo da dicta praevisão, por que lhe mandava dar os dictos oito mil réis cada anno. Andre Sardinha a fez em Lisboa a 10 dias de novembro de 1562. Manuel da Costa a fez escrever — RAIXUA.

Para o reitor e deputados do negocio da fazenda da Universidade de Coimbra.

(Livro 1.º das provisões originarias na secretaria da Universidade, f. 107).

Pag. 440, faltou o seguinte documento.

VII B

Gratificação ao syndico Gaspar Alvres

Eu el rei faço saber a vós reitor e deputados do negocio da fazenda da Universidade de Coimbra, que havendo respeito ao serviço que se licenciado Gaspar Alvres, syndico da dicta Universidade lhe tem feito no dicto cargo, em ter por elle largado o de procurador do collegio da companhia de Jesus da dicta cidade, e não advogar nas audiencias do corregedor e juiz de fora della e largar tambem ser promotor do bispado, hei por bem que elle haja de merecer em cada um anno vinte mil réis a custa das rendas da dicta Universidade, além das quarenta mil réis que tem com o dicto cargo, não com o titulo de acrescentamento nem de ordenado, senão por seus serviços; e portanto vos mandando pagar em cada um anno, pela maneira que dicto é, lhe façades dar e pagar os dictos vinte mil réis de terço, quando cindennica no recebimento ou rendimento das dictas rendas, e pelo traslado deste alvará, que sera registado no livro da sua despesa, mandando que lhe levem os dictos vinte mil réis em conta com conhecimento do dicto Gaspar Alvres, e este quero que valha como carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha chancellaria, posto que por ella não passe sem embargo da ordenação do 2.º livro, t.º 20, que o contrario dispõe. Item de Andre de Seixas em Lisboa a 21 de fevereiro de 1586. Valerio Lopes o fez escrever. — Rei.

Pag. 446, faltou inserir o seguinte alvará

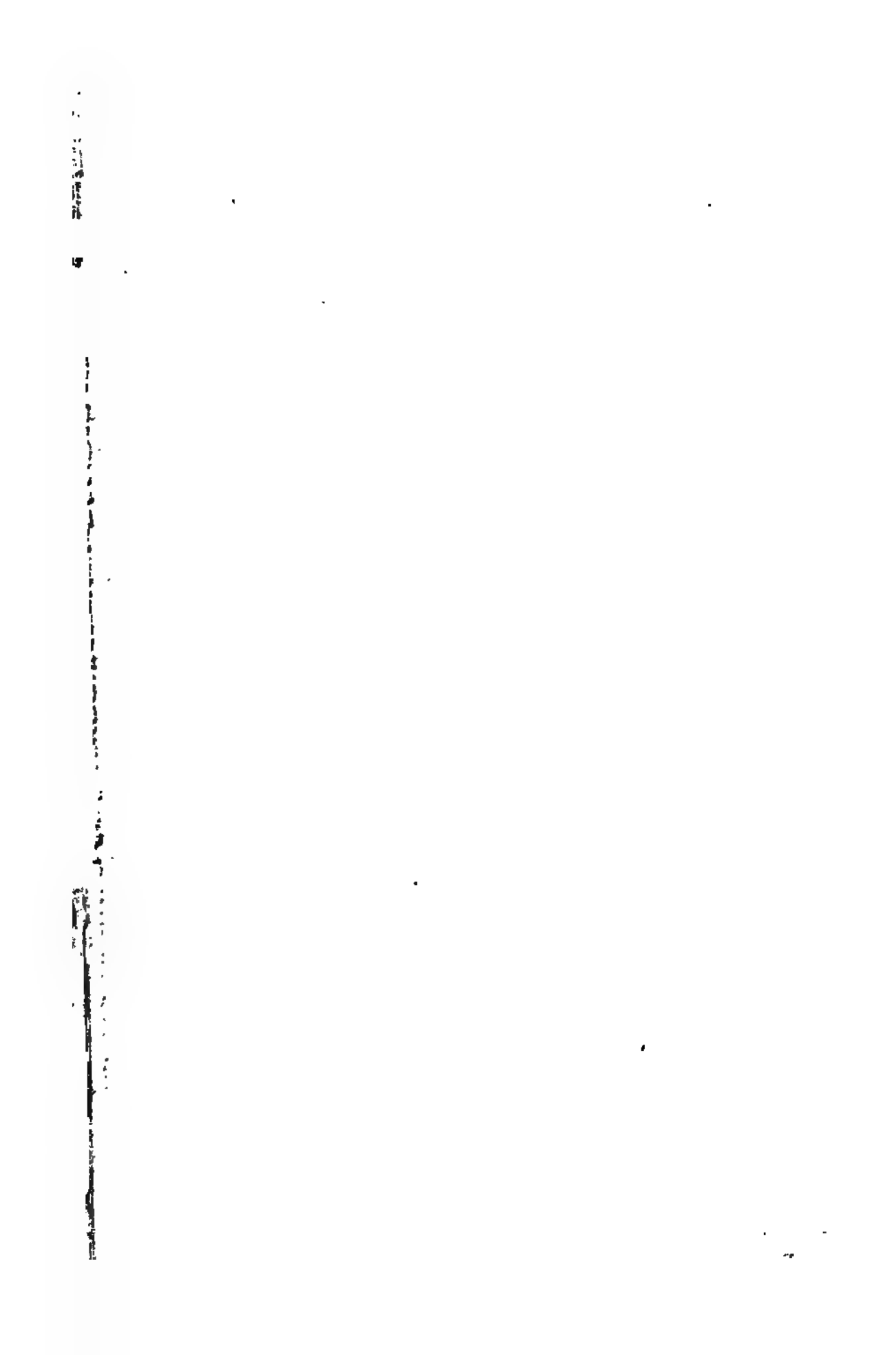
XXXII

Que os novos estatutos da Universidade não comprehendem o collegio das Artes

Eu el-rei, como protector que sou da Universidade de Coimbra, hei por bem que os estatutos novos, que ora confirmo e mudei dar á dicta Uni-

	Páginas
Conto de S. Fins officiaes que administrem justiça e façam duas audiencias cada semana	465 a 468
Conto do mosteiro de Pedroso (privilegios do)	460 a 462
Conto do mosteiro de S. Fins (privilegios do)	532 a 539
Em Carquere Pedroso e S. Fins os escrivães nomeados escrevem as cartas do conto	498 e 499
Escreção dos tomboos Pedro Luiz possa ter um ajudante	502 e 503
Expo Gomez carta a Lourenço Pires de Tavora sobre a vinda de	517 e 518
Expo Gomez de Abreu notificação que se lhe fez em Roma)	483 e 484
Expo Gomez primeira carta de Sua Alteza para	518
Expo Gomez (segunda carta de Sua Alteza para)	518 e 519
Luiz da Costa possa servir de escrivão das medições dos tomboos do collegio de Coimbra, e para fazer prazos	519 e 520
Mandados do conto de S. Fins (doação de terras)	461 e 464
Mosteiro de Pedroso carta ao prior e convento, e sobre o tombo	484
Mosteiro de Pedroso folha real	459 a 474
Mosteiro de Pedroso todos heremites que andarem com o reitor na possessão do rio Douro não sejam postos na vintena do mar, nem por besteiros do conto	473 e 474
Mosteiro de Pedroso (privilegios delle e do conto)	460 a 462
Mosteiro de Pedroso (privilegios e sentenças dos reis passados)	506 a 508
Mosteiro de S. Fins (privilegios delle e do conto)	474 e 475
Mosteiros de S. Fins e S. João (Francisco Dias do Amaral Gaspar Pereira e Estevam Proença) os autos das demarcações dos	484 e 485
Mosteiros de S. Fins e S. João (murmurações contra os penitenciários) cartas do corregedor de Vianna, e juizes de Casa de Monções e Vianna	482 e 483
Mosteiros e igrejas de S. Fins e S. João (manda o rei ao corregedor de Vianna que se tomem posse dos)	478 e 479
Mulheres solteiras desbentadas, que não haqum conto de Pedroso	521 e 522
Mulheres solteiras, que vivem mal, não morem junto do collegio, e a paróquia entreguem as lanchas dahi	520 e 521
Nota (quinta de) lembrança do dr. Gaspar Gomes para Jorge Vaz de Campos	513
Nota (quinta de) veja Jorge Vaz de Campos nota do tabelião de Bem Viver. Peto Vieira sobre o aforamento da	512 e 513
Officios do conto de S. Fins	464, 465, 528 e 529
Pades do collegio sobre as valias e sargentas do	525 e 526
Pedroso os escrivães do Porto deim ao licenciado Jorge Vaz de Campos os papeis, e escrevam o que elle lhes mandar relati- vamente ao tombo do mosteiro de S. Pedro de)	514
Pedroso (privilegios do mosteiro e do conto de)	460 a 462
Privilegios do conto do mosteiro de S. Fins	532 a 539
Provisões para conservar esmolas e arrecadar dividas; ordem ao corregedor de Thomar para entregar os papeis	508 e 509
Questão paul de) carta ao bispo de Coimbra para o aforar ao collegio	514
Questão paul de) carta da rainha ao bispo de Coimbra sobre o aforamento do paul ao collegio	515 e 516
Regimento de S. Fins e S. João	474 a 477
Reitor do mosteiro de S. Fins (confirmadas as graças, privilegios e liberdades concedidas pelos reis passados)	459 e 460
Reitor do mosteiro de S. Fins recebido sobre a protecção real	452 e 453

	Paginas
Reitor do mosteiro de São Fins sobre a guarda de sua magestade....	457 a 459
S. Fins e S. João de Longavães para o juiz de Moneão acabar os tomboos de....	495 e 496
S. Fins e S. João de Longavães para o juiz de Moneão conhecer das cousas que tsaem a fazenda publica....	491 e 492
S. Fins e S. João juiz de Moneão acabe as demarcações dos mosteiros de....	522 e 523
S. Fins e S. João (privilegios e donções por mais um anno)....	504 e 505
S. Fins (possam usar das doações dos maninhos do conto de)....	503 e 504
S. Fins (pro legios do conto de mosteiro de)....	532 a 539
S. Fins, S. João e Sancto Antão e fazenda que fo de Affonso de Arraça (possam Jorge Vaz de Campos e Pero Luiz proceder as mudigas demarcações e tombo das heas e propriedades dos mosteiros e egrejas annexas e cousas das)....	500
S. Fins, S. João e Sancto Antão (possa Pero Luiz escrever os prazos de)....	501 e 502
S. Fins (sobre os officios do conto de)....	528 e 529
S. Fins (usar por um anno dos maninhos do conto de)....	503
S. João de Longavães (carta ao embaixador de Roma, Lourenço Pires de Tavora)....	492 e 493
S. João de Longavães (pensa obo não entregue o juiz de Moneão o deposito a Affonso Esteves nem a outro)....	493 e 494
S. João de Longavães (sobre a contenda com Affonso Esteves)....	481 e 484
S. João de Longavães (vigilância para os padres não serem tirados da possessão, carta ao corregedor de Vianna)....	490
Tomboos dos mosteiros (capitulos que os padres mandaram a el-rei e provisao sobre isso passada)....	484 a 489
Vassallos nem maladias não tenham os conegos de Tavim conto do mosteiro de São Fins, nem comprem as herdades....	456 e 457
Vigarrarias do collegio das compoñia, (proceda o commendador mor para pedir a retribuição das)....	479 e 480



NOTAS

Nota A

É sabido que na primeira metade do século XII no anno de 1130, dom Bernardo, bispo de Coimbra, acabou com a vida em commun, que tinham os conegos da sua sé, repartindo por elles os bens, e ordenando que vivessem separados. Foi então, diz o primoroso escriptor coimbricense senhor Augusto Mendes Simões de Castro, auctor do *Guia historico do viajante em Coimbra e arredores* ¹ «que o arceediago dom Tello, zeloso do antigo modo de vida, resolveu fundar um mosteiro da regra augustiniana: e para realisar seu intento associou-se com o prior da sé, dom Miguel; com o mestre-cachola, dom João Peculiar, depois bispo do Porto e arcebispo de Braga; com dom Onorio, prior da egreja de Sancto Iago de Coimbra; com dom Theotonio, que foi eleito primeiro prior do convento, e com outros varões de reconhecida virtude, em numero de doze no todo.»

«O lugar escolhido para assento do novo mosteiro foi um valle aprazivel, fora dos muros da cidade, denominado *Os Banhos Reaes*.»

«A principio o mosteiro era de fabrica humilde, e os religiosos, para os actos do culto, serviam-se duma egreja antiga, que havia no lugar, da invocação de Sancta Cruz; mas pouco depois dom Affonso Henriques, levado da sua extremosa affeição para com elles, entre outros beneficios, com que os distinguia, edificou-lhes novo e sumptuoso templo, e fez outras obras grandes e impor-

¹ Segunda edição, Coimbra, imprensa academica, 1880, pag. 97 e seguintes.

tantes, que muito augmentaram e ennobreceram aquella casa.»

.....
«A fachada da egreja é obra manuelina. No tempo de dom Manuel foi derrubada a velha egreja de dom Affonso Henriques, e substituida pela que actualmente existe, sendo prior-mór do mosteiro dom Pedro Gavião bispo da Guarda. São deste prelado os brazões de armas, que se vêem no alto do frontispicio, compostos de cinco *garções* em aspa.»

«É curioso o facto que originou esta obra, bem como outras da mesma epocha no mosteiro de Sancta Cruz.»

«Era prior-mór do convento dom João de Noronha e Menezes, filho do marquez de Villa Real; e querendo o rei dom Manuel, que lhe era muito afeiçoado e tinha com elle parentesco, engrandecel-o com alguma maior dignidade ecclesiastica, escreveu para este fim com grande encarecimento ao papa Julio II. Não teve o pontifice duvida alguma em satisfazer aos desejos do monarcha, respondendo que lhe parecia bem fazer a dom João bispo de Ceuta e príncipa de Africa, e dar-lhe o capello de cardeal de Ceuta, ou com o titulo de cardeal de Sancta Cruz de Portugal, onde elle era prior, e mandou logo as letras apostolicas, pelas quaes nomeava a dom João de Noronha bispo de Ceuta. Ao mesmo tempo quiz o pontifice aproveitar este ensejo para tambem favorecer um seu sobrinho, por nome Gahetto Franciotto de la Rovere, cardeal do titulo de S. Pedro *ad vincula* e tractou de lhe alcançar o priorado mór de Sancta Cruz de Coimbra, que era um dos mais rendosos e honorificos de Portugal. Com este intuito passou tambem letras apostolicas, pelas quaes ordenava que o cardeal de S. Pedro *ad vincula* succedesse no priorado de Sancta Cruz, se dom João de Noronha o largasse em vida, ou quando vagasse por sua morte. Aos conegos do mosteiro ordenou sob graves censuras, que em qualquer dos casos o accettassem logo por legitimo prior mór e por tal o reconhecessem, e que para seu governo elegessem um prior triennial, como até então costumavam praticar.»

«Não largou dom João de Noronha o priorado de Sancta Cruz, porque o rei dom Manuel estranhara a novidade do titulo em Portugal ou em Africa, e replicara ao pontifice dizendo, que dom João de Noronha era pessoa, em quem concurriram merecimentos e capacidade, para ser cardeal com um titulo de Roma. Com isto se foram dilatando as cousas, e adoeccendo entretanto dom João, falleceu sem que tivesse sido sagrado bispo de Ceuta.»

«Após o seu fallecimento os conegos do mosteiro, obrigados pelas censuras do pontifice, e pela notificação que lhes fez o nuncio apostolico, accettaram logo por prior-mór ao cardeal de

«Por carta dada em Lisboa aos 19 dias de janeiro, Jorge Rodrigues a fez, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1530 annos, el rei dom João III, como tutor e curador de seu irmão, o infante dom Henrique que depois foi cardeal, e era perpetuo administrador do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, intervindo o consentimento do dicto infante e dos conegos e convento do mesmo mosteiro, ja neste tempo reformado, fez a separação das rendas delle, deixando aos dictos conegos para seu mantimento, vestiaria e calçado, como para todo outro provimento e vida em commun, as rendas de Quaios, dos Redondos, das Albadas e Maiorca, de Cadima, do Verride, do Murtedo de Oriveira, de Antanhol dos Frades, de Corderxa-a-Velha, de Bordallo, de Ancião, dos Sébaes e Rio de Giallinhas, e assim mais todo o azeite e vinho das pensões do dicto mosteiro e todos os carneses, aves e ovos dos foros, e pensões de todos os outros quaesquer logares, que até este tempo foram da mesa do prelado-mor; e outream, que para a vestiaria e enfermarias dos dictos conegos e frades, e anniversarios e missas, tivessem tambem todas as rendas, que ate aqui tinham da sua mesa conventual, e que tudo possuissem, governassem e administrassem e recolhessem como lhes bem viesse, por si ou por seus officiaes, sem nisso o dicto infante e seus officiaes se intrometterem: porem que a jurisdicção dos logares acima referidos, em que lhes apartava as dictas rendas, ficasse *in solidum* ao mesmo infante seu irmão, assim como os outros prelados passados, e elle sempre tiveram. Nesta carta declara el-rei, que os dictos conegos escolherão e nomearão á sua vontade as mencionadas rendas, as quaes valiam e rendiam em cada anno, por avaliação e estima certa, que dellas se havia feito, um conto mil duzentos e trinta e quatro réis; que bem lhes poderiam bastar para seu mantimento, e para outro provimento daquella real casa, de que todos foram muy contentes; e que haveriam as dictas rendas de janeiro de 1525 em diante: e acaba pedindo por merecê ao sancto padre, havendo respeito a ser Nosso Senhor muito servido naquella reformação, que para maior conservação e segurança de tudo o quizesse confirmar e approvar assim, e da maneira que nesta se continha.»

«O infante dom Henrique administrador perpetuo do dicto real mosteiro de Santa Cruz por outra sua carta, dada em Lisboa a XXVIII dias de janeiro Jorge Rodrigues a fez anno de Nosso Senhor Jesus Christo de 1530, approvou esta separação feita por el rei seu irmão, tutor e curador, promettendo de ter, manter, cumprir e guardar tudo o que sua alteza fizera e outorgara, sem em nenhum tempo assim nem em parte, nem em todo se oppôr ou

contravir, e tambem pediu ao sancto padre que assim o quizesse confirmar.»

«Os conegos regnantes e convento do mosteiro de Sancta Cruz acentaram esta separação, e como na carta de el-rei dom João III se continha, de que se fez um publico instrumento de acceitação por Afonso Dias, notario apostolico em o mesmo mosteiro de Sancta Cruz na casa do conselho aos XXII dias do mez de abril até proprio anno de 1530, em que tambem pediram por merecê ao sancto padre, que quizesse confirmar a dicta separação.»

«Tudo isto foi assim lido ao infante dom Henrique pelo notario apostolico Diogo Tavares, alias Travaços, em o anno de 1535, em que fez o instrumento, o qual portou por fi em instrumento publico, que o dicto infante havia tido por firme e valioso, e o approvava, e se necessario era de novo o outorgava, e prometia de crer e manter, cumprir e guardar inteiramente, sem vir em nenhum tempo contra isso em parte nem em todo; e pediu ao sancto padre que tudo confirmasse e approvasse, e de novo concedesse se necessario fosse, e supprisse todo o defeito e solemnidade que desfallecesse, assim do feito como de direito; e disse mais o dicto infante, que para conservação da reformação e sociego dos religiosos, e para não serem distraidos do serviço de Deus e observancia regular era necessario que o prior, principal ou commendatario que pelo tempo fosse do dicto real mosteiro, não tivesse jurisdicção, correição, mando nem governo, assim no temporal como no espiritual, nos conegos, novigos e religiosos do dicto mosteiro e seus familiares, nem nas cousas do regimento delle das portas a dentro e clausura; e que toda a jurisdicção, correição, mando e governo pertencesse e houvesse o prior crasteiro que então era, e pelo tempo fosse, com o convento, segundo sua regra, costume e constituições, pelo que disse elle infante commendatario que renunciava, como logo de feito renunciou, do dicto dia para sempre toda a jurisdicção, e assim no temporal como no espiritual, correição, mando, governo e superioridade, que elle, e os priores commendatarios que antes dello foram, têm e haviam tido nos conegos professos, e novigos e religiosos do dicto mosteiro, e em seus servidores e familiares delles religiosos, e convento; e assim que renunciava o mando, governo, o regimento do dicto mosteiro, e cousas delle, das portas e clausura para dentro, como tambem a egreja com sua capella de S. João curada, e regimento e cura della; e que havia por bem que toda a dicta jurisdicção, assim no espiritual como no temporal, assim no foro da consciencia como mixto, e contencioso, correição, mando e governo, como acima dicto é, assim das pessoas como das cousas, pertencesse e fosse de dom Ma-

nuel, prior crasteiro, que agora era, e dos priores crasteiros que pelo tempo se seguissem, eleito e segundo a forma de suas constituições e costumes; da qual jurisdição, correição, mando e governo o dicto prior crasteiro, que agora era, e pelo tempo adelante fosse, usariam e executariam, segundo a forma de sua regra, constituições e costumes sem elle n'ante commendatario por si, nem por outrem, nem os priores commendatarios, que pelo tempo fossem do mosteiro, se intrometterem nem p'oderem intrometter em cousa alguma, nem usar de algum mando de superioridade nos dictos annos; e que pedia elle infante ao sancto padre que assim o quizesse conceder, confirmar, e approvar em modo que os dictos conegos e religiosos não podessem ser inquietados, molestados e perturbados pelos dictos priores commendatarios que pelo tempo fossem, nem por elle infante e seus officiaes: e que ficariam a elle infante commendatario, e aos priores commendatarios, que pelo tempo adelante fossem, todas as jurisdições assim ecclesiasticas como seculares, com suas pertencas, direitos, emolumentos, liberdades e poderes de dar officios e confirmal-os que o dicto mosteiro tem, e de que elle infante commendatario, e os priores commendatarios seus antecessores usaram, assim nos logares, villas e coutos de que elle infante ha de haver as rendas, como nos logares, villas e coutos, de que se apartaram as rendas para os dictos religiosos, e em outros quizesquer logares, onde o dicto mosteiro tuba as dietas jurisdições, as quaes com suas pertencas e dadas de officio e confirmação, elle infante e priores commendatarios, que depois d'elle viessem, executariam e administrariam *in solidum* por si e seus officiaes, sem auctoridade nem consentimento do dicto convento e religiosos d'elle, e sem nisso poderem entrar em cousa alguma, e que outrossim ficaria a elle infante commendatario e priores commendatarios, que pelo tempo fossem, jurisdição nos conegos regulares que fora do dicto mosteiro estivessem por priores, vigarias, curas, em egrejas fora do dicto mosteiro como até agora teve e tiveram seus antecessores, e nos que se saíram do mosteiro e não quizeram ficar na reformation e andavam por fora do mosteiro; e que assim tambem ficaria *in solidum* nelle infante e priores commendatarios, que pelo tempo fossem, o direito de apresentar, collar, confirmar e instituir de quizesquer mosteiros, egrejas e beneticios, assim simphicos como curados, e capellarias perpetuas, apresentação, collação, confirmação e instituição que pertencem ao dicto mosteiro, por qualquer modo que fosse, e de que os priores commendatarios d'elle estavam de posse em quizesquer logares, villas, coutos e cidades que sejam, postoque fosse nos dictos logares onde se apartou a renda para os dictos conegos e convento, como na

carta de el-rei dom João III se continha. Que outrossim, quanto ao emprazar e aforar, se cumpriria também o que se continha nas cartas em que o convento consentiu e aceitou, como constava pela carta de seu consentimento e aceitação, e que pedia elle infante commendatario do dicto mosteiro ao sancto padre, que todas estas cousas dictas, acima declaradas, concedesse e approvasse e houvesse por firmes e valiosas de seu plenario poder e auctoridade, com as clausulas e derogações do direito e privilegios da ordem do dicto mosteiro necessarias *de tam juris quam facti defectibus si qui tursan intrencherunt supplere*.

«Deste instrumento foram testemunhas presentes Pero de Miranda, capellão mór do dicto infante; e o doutor João Monteiro do desembargo del-rei. Porém disse o mesmo infante que, por quanto no dicto mosteiro de Sancta Cruz estava o cartorio de todas as escripturas de doações, privilegios, bullas, contractos, sentenças e outros muitos, e assim livros e tomos que pertenciam ás jurisdicções, rendas, direitos, propriedades do prior principal, sua alteza haverá por bem, e ordenava que dahi em diante o dicto cartorio tivesse duas chaves das quaes teria uma a pessoa que sua alteza e os priores principaes e commendatarios que pelo tempo fossem, ordenassem, e outra a teria um religioso do dicto convento, que o prior crasteiro e o mesmo convento ordenassem, e que junctas ambas o dicto cartorio se abrisse, e se viessem e dariassem e trasladariassem as escripturas quando cumprisse; e que a elle infante ficava o poder e mando para poder constringer o dicto prior crasteiro e convento, e pessoa que tivesse a dicta chave, para que abrisse o dicto cartorio quando necessario fosse, e se darem delle as dictas escripturas e trasladados, quando assim cumprisse: como também que elle infante mandaria a pessoa que por sua ordem tivesse a outra chave que abrisse o dicto cartorio quando cumprisse ao convento, e desse delle o que fosse necessario. A isto foram também testemunhas os sobre-ditos Pedro de Miranda e doutor João Monteiro e Diogo Tavares, alás Travagões, notario publico apostolico, fez o instrumento.»

«Depois disto no dicto dia, mez e anno de 1535 (23 de agosto), atrás mencionado, nos paços do cardinal infante dom Affonso, em a cidade de Évora, perante o dicto notario apostolico e testemunhas os doutores João Monteiro do desembargo de el-rei, e Luiz Affonso desembargador da casa do dicto cardinal, foi dicto por sua alteza que elle tinha regresso ao dicto mosteiro de Sancta Cruz *per accessum vel decessum* do infante dom Henrique, seu irmão, e que havia por bem e consentia no contendo no dicto instrumento, e escripturas nelle trasladadas, o qual instrumento e escripturas

lhes foram todas lidas *de verbo ad verbum* pelo dicto notario, em presença das sobreditas testemunhas, e sua alteza disse que consentia, e consentiu em tudo na maneira e forma que o dicto infante dom Henrique, seu irmão, o concedeu e outorgou. E depois disto no mesmo dia, mez e anno de 1535, nas pousadas do dicto notario apostolico, e em presença delle e testemunhas Diogo Coelho e Jorge Rodrigues, clérigos ambos *in minoribus*, criados e continuos familiares de Bartholomeu de Paiva, anno de el-rei dom João III, appareceu Diogo de Castilho, mestre das obras do mesmo rei, e apresentou ao dicto notario num publico instrumento de procuração, feito na cidade de Coimbra e mosteiro de Sancta Cruz, na casa do conselho pelos conegos do convento delle juncto em cabido a rom de campá aos dezesete de agosto de 1535, em as notas de Manuel Nogueira, notario publico apostolico, de que foram testemunhas presentes, Francisco Pedroso, physico do dicto mosteiro, e Alvaro Albonso servidor do dicto mosteiro, pela qual procuração o padre dom Manuel prior claustral do mesmo mosteiro de Sancta Cruz, e outros conegos junctos e convento delle fizeram, ordenaram e constituiram por seus procuradores bastantes e indubitaveis ao devoto religioso padre frei Alfonso, frade da ordem de S. Jeronymo, e Vasco Fernandes, cavalleiro da ordem de Christo, e Diogo de Castilho mestre das obras, moradores em a mesma cidade de Coimbra, todos junctos e cada um *in solidum*, para que podessem aceitar em nome delles constituintes e convento, os contractos e concertos feitos entre elles e o infante dom Henrique, commendatario do dicto seu mosteiro, e pedir confirmação de tudo da sancta só apostolica e o dicto Diogo de Castilho em vigor do dicto instrumento de procuração, e em nome dos seus constituintes e do mesmo convento e mosteiro de Sancta Cruz de Coimbra, como seu procurador autentico, consentiu, aceitou e approvou tudo quanto acima fica declarado, pedindo ao sancto padre e sua sancta só apostolica que assim o quizesse confirmar, como o mesmo infante dom Henrique, commendatario do dicto mosteiro lho pedia; ao que foram testemunhas as ja mencionadas e Diogo Travaços, capellão da rainha dona Catharina, notario publico apostolico fez de tudo instrumento.»

«Quando se fez o instrumento¹ era prior crasteiro do dicto mosteiro de Sancta Cruz o padre dom Manuel de Arango, porque assim consta delle na procuração que traz inserta dos conegos e convento, feita a 17 de agosto deste anno, em que vem no meiado em primeiro logar por estas formaes palavras: *O padre*

¹ Nota ao § 1182 no *Instituto*, vol. 14, pag. 286 e 287.

dom Manuel, prior claustreiro do dicto mosteiro, e outros conegos junctos e convento; depois delle se nomeiam os seguintes: dom Bento, dom Lourenço, dom Dionysio, dom Thomás, dom Francisco, dom Paulo, dom Pedro, dom André, dom Izidro, dom Clemente, dom Estevam, dom Brás, dom Jorge, dom Theotonio, dom Agostinho, dom Simão, dom Damião, dom Aleixo, dom João, dom Bernardo, dom Ambrosio, dom Jeronymo, dom Vicente, dom Affonso, dom Nicolau, dom Antonio e outros.»

«O collegio de Sancto Agostinho era contiguo ao lado direito da egreja de Sancta Cruz, e ainda ahi se viu neste seculo a aula dos *Quodlibetos* e *Augustiniana*, onde existiu uma varanda com grades para os religiosos estarem vendo, e assistirem aos actos publicos¹.»

Depois da extincção das ordens religiosas fez-se ahi um theatro, em que representaram alguns curiosos, e companhias ambulantes.

«O collegio de S. João Baptista era por cima da egreja parochial de S. João, á esquerda da egreja de Sancta Cruz, havendo ahi ainda em 1732 a aula de latim; sendo possivel que servisse aos estudantes, porque a rua das Figueirinhas sobe em ladeira, e nella ha signaes de portas, e uma aberta na parede correspondente. Alguma parte deste collegio foi occupada pela sacristia, e dependencias della².»

Antes da fundação deste collegio houve ahi o convento das donas, como se vê da carta que em 3 de junho de 1529 D João III dirigiu a frei Brás de Braga nos termos seguintes³.

«Frei Brás, eu el-rei vos envio muito saudar. Gregorio Lourenço⁴ me enviou o traslado de uns apontamentos das freiras de Sancta Anna, pelos quaes dizem que querem receber no dicto mosteiro as donas de S. João. E porque em um delles me requerem, que por fallecimento destas, que agora entrarem no dicto mosteiro, não sejam obrigadas receber outras de novo, eu sou informado que o mosteiro de Sancta Cruz não tem obrigação a estas donas por uma determinação de um legado, que mandou que as não houvesse, e fosse antes acrescentado o numero dos conegos em seu lugar, e que assi ha disso uma bulla do papa que o confirmou. Vos encomendo o mando, que

¹ *Idem*; nota ao § 1152 publicado no *Instituto*, vol. 14, pag. 286. *Chronica dos conegos egrantes*, por dom Nicolau de Sancta Maria, liv. 7, cap. 22, n.º 18 e cap. 24.

² *Idem*, nota ao § 1152 publicada no *Instituto*, vol. 14, pag. 286. *Chronica dos conegos egrantes*, por dom Nicolau de Sancta Maria, liv. 7, cap. 22, n.º 18 e cap. 24.

³ *Instituto*, vol. 36, n.º 7, 4.ª folha janeiro; pag. 442

⁴ Gregorio Lourenço era o veador do mosteiro de Sancta Cruz.

vejaas no cartorio desse mosteiro se achaes a dicta determinação e bulla, e assi quaesquer compromissos e escripturas que falarem nas dictas donas, e de tudo o que achardes me enviar o traslado logo, para o ver e acerca disso prover como me bem parecer. Escripta em Lisboa ao 3. dia de junho. Jorge Rodrigues a fez de 529.»

«E porque este moço de estribeira não vae a outra cousa despahe-o logo com brevidade. — R. L.»

«Para frei Brás de Braga, que envie a vossa alteza quaesquer escripturas, que houver no cartorio de Sancta Cruz, que falarem nas donas de S. João, e assi a determinação de um legado sobre ellas, com a bulla do papa por que a confirmou.»

«Por el-rei.»

«A frei Brás de Braga, que ora está por governador do mosteiro de Sancta Cruz de Coimbra.»

Diz o doutor Manuel Pereira da Silva Leal no § 154 do seu discurso apologetico, que não consta os collegios, que entraram para o collegio de *Todos os Sanctos*, haverem estado algum tempo dentro do mosteiro de Santa Cruz; mas é manifesto equívoco; porque além da affirmação do chronista, basta ler a carta de dom João III, datada em Lisboa a 15 de dezembro de 1539, dando ao prior geral de Sancta Cruz, o officio de cancellario da Universidade de Coimbra, para se ver, que dentro do mosteiro existiam os collegios de *S. João*, de *Santo Agostinho*, e o de *Todos os Sanctos*, que por esse documento foram incorporados naquella Universidade. E o collegio de *Sancto Agostinho*, estando ainda dentro do mosteiro tornou a ser incorporado na Universidade por carta de dom Sebastião, assignada em Lisboa a 17 de outubro de 1559, passada pelo desembargo do paço¹. E fora do mosteiro, com passagem subterranea para este, tendo a mesma denominação, e também a de collegio *Novo*, e collegio da *Sciência*, foi incorporado na mesma Universidade por carta, datada em Lisboa a 30 de maio de 1606, suda pela mesa da consciencia².

Porque se extinguiu o convento das conegas de S. João de Sancta Cruz, quando frei Brás começou a reformação do mosteiro, el-rei dom João III mandou mudar as religiosas para o mosteiro de Sancta Anna, que existia então juncto ao rio Mondego. E como as mudações obrigaram as freiras a desamparar a casa deixando ali as religiosas, que tinham ido de S. João de Sancta

¹ Livro II de privilegios de dom Sebastião e dom Henrique, fl. 147; tom I do regato das provisões antes da reforma da Universidade em 1772, fl. 379 v.º

² Tom. I do Registo das provisões antes da reforma de 1772, fl. 390.

Cruz, estas pediram á Universidade, que lhes acudisse em auxílio perante perigo; e para as socorrer foram alugadas na rua da Moeda muitas casas por quatro mil e quinhentos reis cada anno, e nelhas se recolheram como se lê no assento feito a 3 de abril de 1506, contrariando em parte o que refere dom Nicolau de Sancta Maria no livro XII, cap. 10, n.º 7 da sua chronica, dando a mudança das freiras de Sancta Anna para a Varzea¹.

O talentoso escriptor, o sr. Antonio Francisco Barata, distinctissimo empregado na bibliotheca publica de Evora, em a nota 65 á *Historia breve de Coimbra* por Bernardo de Brito Botelho, diz a respeito do mosteiro de Sancta Anna o seguinte:

«O primitivo mosteiro de Sancta Anna foi fundado da parte de cima do O da ponte, onde hoje só existem areas, segundo nos por dona Joanna Paes em 1174, auxmada do bispo dom Miguel, deixando por sua morte recommendada a conclusão da obra a mestre Martinho, conego de Sancta Cruz, e segundo outros sómente por mestre Martinho, ou dom Martinho, bispo. Em 1561 passaram as freiras a residir na quinta de S. Martinho, onde estiveram ate que dom Afonso de Castello Branco fundou o actual mosteiro em 22 de junho de 1600, e nelle poderam entrar em 13 de fevreiro de 1610².»

No livro *Escreptos diversos*, com que a secção de archeologia do Instituto de Coimbra commemorou o fallecimento do doutor Augusto Philippe Simões, lê-se³ que «na quinta de S. João do Pinho⁴, encontram-se fora da capella, numa rua, quatro imagens de pedra metidas em nichos. Tres, de esculptura incorrecta, representam Sancto Antonio, S. Francisco e S. Theotomo. A outra representa Nossa Senhora da Conceição, e é de tão notavel belleza, que ao seu auctor bem caberia o epitheto de insigne.»

«Quem estiver habituado a ver os productos da estatuaria portugueza dos seculos XV e XVI, em geral tão pouco dignos de admiração, achara naquella obra darte uma superioridade notavel. Não obstante as mutilações e desgastes que tem soffrido pela acção do tempo, a impressão que ella produz no espirito do observador approxima-se do effeito causado pela contemplação das estatuas superiores da antiguidade ou da renascença italiana. As formas da cabeça e do corpo são elegantissimas, as roupagens

¹ *Anuario da Universidade*, relativo ao anno de 1878-1879, pag. 231.

² *Historia breve de Coimbra*, por Bernardo de Brito Botelho, pag. 79. Lisboa, Imprensa Nacional, 1864.

³ *Escreptos diversos* de Augusto Philippe Simões; Coimbra 1888, pag. 224 e 225.

⁴ Quinta situada a pouco mais de dois kilometros de Coimbra proximo da antiga estrada de Lisboa.

amplas com largas prégas bem cinzeladas. O desenho dos ornatos da orla do manto denota os fins do século XV ou os principios do século XVI.*

«Este producto, verdadeiramente esporadico da arte coimbricense, direi mais, da arte portugueza dos seculos XV e XVI, será uma obra de ¹ Diogo Pires o Velho?»

«A procedencia da imagem consta da inscripção seguinte, gravada numa pequena lapide, embutida numa das paredes do nicho, que darei sem a orthographia original: «*Esta imagem de Nossa Senhora da Conceição e as de S. Francisco e de Sancto Antonio fôram do convento velho da ponte, de que eram bemfeitores os senhores desta quinta, 1600*».

«Esta data é exactamente a da trasladação dos religiosos do convento velho de S. Francisco para o novo, edificado acima e ao puento ² do sitio donde inteiramente desapareceu o primeiro.»

«Todavia noutro semelhante nicho, onde está a imagem de S. Theotónio, conserva-se uma lapide com esta outra inscripção:

«*Esta imagem de S. Theotónio esteve no convento de Sancta Anna entre as pontes e dali foi com as religiosas para a quinta da Varzea que era do bispo dom Aymerico em 1290 e dali fô com ellas para a quinta de S. Martinho do Bispo. E quando fôrã para o novo convento em 1612 que largaram o habito de religiosas para eremitas de Sancto Agostinho largaram este sancto que os senhores desta quinta para aqui fizeram vir e deu um filho do seu nome a Joze da Costa Coelho da Rosa Clara da t unhu*».

«Segundo as inscripções, portanto, as imagens de Nossa Senhora, Sancto Antonio e S. Francisco teriam vindo do convento velho da ponte. Ora este convento poderia ser o de Sancta Anna ou o de S. Francisco, parecendo antes que se deverá entender este ultimo, não sómente pela data de 1600, mas tambem por serem da ordem os dous sanctos a que a inscripção se refere.»

«A imagem de S. Theotónio viera do mosteiro de Sancta Anna, merecendo fôr a segunda inscripção. Convirá porém notar, que as inscripções fôrã abertas no século passado, como se prova pelas muitas letras inclusas e adjunctas. Quem as mandou gravar quiz apenas commemorar um facto do qual se conservava a tradição na quinta. Até que ponto, porém, estaria essa tradição alterada?»

«A segunda refere a historia contestavel do mosteiro de Sancta Anna segundo a chronica dos regrantes. Esta circumstancia e o ler se na mesma inscripção que o S. Theotónio, que as freiras

¹ Frei Manuel da Esperança na *Historia archiepiscopica*, tom. 2º, pag. 481 e 482, fez muitas vezes elogios a este escultor ao falar da imagem de Nossa Senhora da Conceição, que elle de Coimbra mandou para Mathosinhos.

² Frei Manuel da Esperança, *Historia archiepiscopica*, tom. 6, pag. 274.

largavam, dera um filho do seu nome a José da Costa Coelho, faz provavel a supposição de que a teria mandado gravar dom frei Bento de Sancto Agostinho, conego regular do mosteiro de Sancta Cruz, consultor do sancto officio, eleito cancellario da Universidade em 16 de maio de 1718, e fallecido em 3 de janeiro de 1743.»

«Bento de Sancto Agostinho era filho do doutor José da Costa Coelho, juiz dos direitos reais¹, ao qual se refere a inscripção. Encontra-se o nome do primeiro noutras inscripções da capella da quinta.»

«O argumento das inscripções tem muito pouca força; nem podia deixar de ser avaliado assim por uma intelligencia tão lucida, como a do doutor Augusto Philippe Simões. E, porém, certo que na margem esquerda do Mondego, e proximo do chamado O da ponte anterior á actual, existiu um mosteiro de religiosas ou tivessem tido primeiro o habito de conegas regantes, ou o tivessem ja mudado para o de eremitas de Sancto Agostinho, como usaram depois na casa, que lhes offereceu, havendo-a construido á sua custa, o bispo de Coimbra, dom Affonso de Castello Branco. Não pode negar-se o que diz o chromista Fernão Lopes, nos termos seguintes:²

«Aquelle dia, que o infante (dom João) de Thomar fez partida, foi dormir a um lugar, que chamam o Espanhal, e como foi meia noite cavalgou com os seus para Foz de Arouce, d's-ahi a Almalaguez, comarca de Coimbra, e chegou aos oliveas da cidade e desceu ao Mondego, áquem do mosteiro de Sancta Anna, que é juncto com a gran ponte.»

Bernardo de Brito Botelho diz tambem:³ «O convento de Sancta Anna de religiosas eremitas de Sancto Agostinho. Antigamente foram do habito dos conegos regulares do mesmo sancto doutor, fundado então (o convento), no tempo de el-rei dom Sancho I. por um religioso, o mostre Martinho, que com sua fazenda e esmolas lhes fundou o convento, entre as pontes da cidade, da banda de cima, em um sitio que cobriu de areias o arrebatado Mondego, que ainda hoje, se estas se escavam naquella parte, se divisa, como eu vi, um pedaço de torre que tinha sido do seu campanario; etc.»

A duvida que se tem levantado é ácerca das primeiras pessoas,

¹ *Bibliotheca lusitana*, tom. 4.º, pag. 70 e 71.

² *Chronica de dom Fernando*, por Fernão Lopes, edição de 1893, tom. 2.º, cap. ciii, pag. 152.

³ *Historia brevis de Coimbra*, por Bernardo de Brito Botelho, 2.ª edição annotada por Antonio Francisco Barata; Lisboa, imprensa nacional, 1874, pag. 46.

que habitaram neste mosteiro: se foram conegas regrantes, que passaram depois a eremitas calçadas de Sancto Agostinho; ou se pertenceram logo a esta ordem religiosa; ou se tinham sido anteriormente emparedadas de que falam as chronicas, tanto a dos regrantes como a de Cister, a de S. Domingos, a *Tachada*, a *Monarchia lusitana*, o *Etlucidario* de Viterbo, o *Vocabulário* de Bluteau, etc.

As emparedadas ou encelladas, eram pobres mulheres devotas, que para expiar culpas cometidas, ou para conseguir o premio da innocencia castigada, se fechavam em pequenas cellas ou cubuculos, cujas dimensões de largura e comprimento arremedavam sepulturas¹. Por estreitas frestas, que ficavam na parede das portas tapadas a pedra e cal, lhes davam os alimentos, ordinariamente pão e agua, e os sacramentos da religião. E quando ellas se cansavam desta vida, ligavam as cellas entre si, cobriam o espaço occupado, levantavam muros altos e formavam egreja e mosteiro em que viviam em communha.

Um documento original do mosteiro de Sancta Anna, o breve assignado pelo papa Gregorio IX, e expedido em 1288, concedeu a faculdade para na sua egreja as emparedadas poderem celebrar com as portas cerradas os officios divinos em tempo de interdictos, então muito frequentes entre nos. Diz-se assim: *dic. tis in Christo sororibus pauperibus reclusis de ponte civitatis castellanensis*.

Não ha duvida, que o diz um pergaminho citado por Brandão na *Monarchia lusitana*, que pelos annos de 1215 havia junto á ponte cellas de emparedadas, chamadas de mostre Mirinho que recebiam esmolas de dona Sancha, filha de dom Sancho I, a qual mandou edificar o convento de Celas, e dar esmolas deão e sobejos da comida aquellas pobres reclusas; o que foi confirmado pela rainha dona Thereza. A carta de dom João III, cujo extracto se lê a pag. 605 mostra, porém, que no mosteiro da ponte havia ja em 1520 religiosas de Sancta Anna; que estas se prestavam a aceitar as donas de S. João, cujo convento pela reforma se extinguira, e pediram ao rei que não fossem obrigadas a recolher outras, quando estas faltassem.

Logo que as rendas do priorado mor de Sancta Cruz ficaram pertencendo á Universidade separou-se uma parte dellas com destino as collegias do mosteiro de S. João, e aos religiosos que não acceptaram a reforma, e saíram do mosteiro de Sancta Cruz. Foi por isso que ao recolherem-se as religiosas ao convento de

¹ Vide *Instituto*, vol. 30, de pag. 77 a 86; e de pag. 279 a pag. 288. É um curioso estudo feito conscienciosamente á custa de tanzissima investigação.

Sancta Anna, quando foi abandonada a casa do Mondego, requereram á Universidade para lhes acudir, e esta lhes arrendou as casas da rua da Moeda¹.

Parece que tudo se pode conciliar, tanto o que o reformador Figueroa diz, que se alugaram casas na rua da Moeda em Coimbra, quando as mandações do Mondego destruíram o edificio do O da ponte, como a saída das freiras de Sancta Anna para a quinta da Varzea, depois para a quinta de S. Martinho do Bispo, e finalmente para o mosteiro mandado construir por dom Afonso de Castello Branco. As antigas conegas ali recolhidas não acompanharam as religiosas de Sancta Anna, e ficaram na cidade nas casas que lhes arrendára a Universidade.

Refere o chronista dom Nicolau de Sancta Maria², «que frei Braz de Braga, informado pelo padre dom Damião, conego de Sancta Cruz, que tinha estudado em Paris, mandara vir de lá mestres da Universidade; para grammatica, grego, e hebraico dous doutores, ambos portuguezes, e mui versados nas ditas linguas, a saber: mestre Pedro Henriquez e mestre Gonçalo Alves, que depois foram também nas escholhas publicas em Coimbra, como logo diremos. Artes começou a ler o nosso conego dom Damião, que depois de ter lido tres annos por ordem do dicto governador, tornou a Paris a receber o grau de mestre em Theologia, para a vir ler ao me-mo mosteiro de Sancta Cruz. Canones leu o padre dom Dionysio de Moraes, que era bacharel formado nelles pela Universidade de Paris, e que depois ordenou com o padre dom Ambrosio as primeiras constituições depois da reformação, pondo as margens dellas as allegações do direito canonico.»

«Começaram a ler estes mestres aos religiosos de Sancta Cruz em outubro do anno de 1528, com tanto aproveitamento dos discipulos, que correndo a fama dos estudos que havia no dicto mosteiro, muitos fidalgos e nobres do reino mandaram a elle seus filhos. Para estes se fundou o collegio de S. Miguel dentro do mosteiro de Sancta Cruz, e para estudantes honrados pobres o collegio de Todos os Sanctos; este tinha o seu dormitorio na casa grande do terreno da procuração, a que chamavam o *Gahão*, o outro collegio tinha o seu dormitorio para cima a parte do norte juncto das torres.»

«Perseveraram estes collegios dentro do mosteiro até o anno de 1544, em que estando de posse das rendas do priorado-mór, por fallecimento do senhor dom Duarte, filho natural de el-rei

¹ *Annuario* já citado, relativo a 1878-1879, pag. 231. *Cartas dos reis e dos infantes* no *Instituto*, vol. xxxvi, pag. 676.

² *Chronica dos regentes*, liv. 1, cap. 5, n.º 2 e seguintes.

dom João III, o padre prior geral, dom Dionyzio de Moraes, mandou edificar estes collegios fora do mosteiro, mas juncto e defronte d'elle no fim da rua de Sancta Sophia, no lugar onde agora vemos o tribunal do sancto officio da inquisição. Neste sitio, pois, por inconvenientes que havia de estarem dentro no dicto mosteiro, se edificaram os dictos dous collegios, o de *Todos os Sanctos* defronte da porta do carro de Sancta Cruz, e o de *S. Miguel* logo juncto a elle ao longo da rua de Sancta Sophia, e por baixo de uma quadra do mesmo collegio, que confina com a dicta rua de Sancta Sophia, se fizeram seis ou sete moradas de casas de dous sobrados, com serventias para a mesma rua, para se darem ou alugarem a alguns fidalgos mais principaes do reino. Nellas acabaram seus estudos dom João de Portugal, que foi bispo da Guarda pelos annos de 1566, e dom João de Bragança, filho segundo do marquez de Ferreira, dom Francisco de Mello, e da senhora marquezia dona Eugenia, filha do duque de Bragança dom Jaymes, que depois foi bispo de Vizeu pelos annos de 1602. Estes dous senhores se criaram e estudaram dentro no mosteiro de Sancta Cruz com o nosso habito, mas enfadados de estar encerrados saíram para as dictas casas.»

«Acabados os dictos dous collegios com suas capellas, claustros, dormitorios e officinas, se passaram para elle os collegiaes em o principio de outubro do anno de 1566. Deante destes collegios se fez e alteou um terreiro muito capaz, para o qual se sobe da rua por escadas de pedra de seis ou sete degraus, e para este terreiro têm os dous collegios as portas principaes com formosas portaes, em cima dos quaes em figuras de pedra de relevo está *S. Miguel o Anjo*, no collegio de *S. Miguel*; e no de *Todos os Sanctos* varias figuras dos mesmos Sanctos. No collegio de *S. Miguel* houve sempre nove collegiaes de lobas de cõr castanho-escuro, e becas roxas, e tres familiares. No de *Todos os Sanctos* outros tantos de lobas pardas, e becas verdes.»

«Os collegiaes do collegio de *S. Miguel* eram homens fidalgos e da principal nobreza do reino. No tempo desta mudança era reitor deste collegio, Francisco de Mesquita, e eram collegiaes dom Antonio da Silva, filho do segundo conde de Portalegre, dom João da Silva, que creando-se com o nosso habito quiz acabar seus estudos no collegio novo de *S. Miguel*, e foi depois commendatario do nosso mosteiro de Landim, e capellão-mor de el-rei dom Sebastião; Manuel de Quadros, que foi o primeiro inquisidor em Coimbra, e fez o primeiro cadafalso na mesma cidade no anno de 1567, e foi bispo da Guarda, e reformador da Universidade pelos annos de 1583; Manuel da Fonseca, que foi corregedor da corte, e primeiro juiz do fisco; João de Araujo,

que foi deão de Leiria; Manuel de Vide, que foi desembargador do paço; Manuel de Almeida, que foi corregedor da corte; Antonio de Barros, que foi conego doutoral de Braga, e governador do priorado do Crato.¹

«Os collegiaes do collegio de *Todos os Sanctos* eram homens honrados, pobres, e no tempo em que se mudaram de dentro do mosteiro de Sancta Cruz, era seu reitor Aleixo de Figueiredo, e collegiaes Rodrigo Lopes de Carvalho²; Francisco Pinheiro, natural de Pombal, que entrou no collegio pelo pedir el-rei dom João III; F. rnão de Brito, que foi moço da camara da rainha dona Catharina, e por sua via entrou no mesmo collegio; Antonio Serrão, e João de Seixas, naturaes de Coimbra; Luiz de Castilho, filho de Diogo de Castilho, e Gonçalo Pires, filho de Duarte Pires, que foi mestre das obras destes dous collegios.»

«Pouco tempo se lograram os dictos collegiaes destes seus collegios novos, porque em setembro de 1547 os mandou pedir ao prior geral dom Afonso el-rei dom João III, para p'ir nelles as escholas menores escrevendo ao dicto prior geral a seguinte carta³.»

«Recebida esta carta de el-rei, deu o padre prior geral ordem a que os collegiaes despejassem os collegios, o que tomaram tão mal os do collegio de *S. Miguel*, que se não quizeram recolher outra vez em Sancta Cruz, e largaram as becas, com que se desfez de todo este collegio, ainda que depois o restituiu el-rei mandando fundar o collegio real de *S. Paulo*, que trazem as meannas lobas, e becas roxas⁴. Os collegiaes do collegio de *Todos*

¹ O dr. Manuel Pereira da Silva Leal no *Discurso apologetico, critico, juridico e historico*, em que se mostra a verdade das doutrinas, factos e documentos, que affirmam e refutam a conta dos seus estudos, que deu na academia real em contraverencia deos de novembro de 1731, a respeito do sacro, pontificio e real collegio de *S. Pedro*; Lisboa, 1733, no cap. 1, § 2º, n.º 16, e no § 155, diz que Rev. Lopes de Carvalho não fôra collegial do collegio de *Todos os Sanctos*, contra o que affirmam dom Nicolau de Sancta Maria e o que refereo Diogo Fernandes de Almeida na *Dissertaç. historica, juridica e apologetica*, que na occorrença da academia real, na historia post. qu. a leu em 1731 da conta dos seus estudos. Lisboa, 1732. É uma publicação interessante acerca das duas collegias maiores da Universidade de Coimbra, os de *S. Pedro* e de *S. Paulo*, presenças e prerogativas que a si arrogava o collegio de *S. Pedro*.

² É a carta impressa na pag. 3 destes documentos.

³ A carta foi em 1547 depois de impressa e publicando este meu livro o dicto d. n.º Manuel Moreira de Almeida, sobre que se fez este collegio real das Artes, depois de estabelecido nos de *S. Miguel* e *Todos os Sanctos*, me respondeu, que os collegios, escholas, estudos ou Universidade, (que todo val o mesmo) não necessitam de dedicação sagrada particular, e que assim como os seminaristas vão ás cathedras aos estudos divinos iriam os collegiaes ás puras, e que muitas vezes os collegios não tinham mesa

os *Sanctos*, ainda que honrados, como eram pobres, tinham meios brios, e queriam recolher outra vez dentro do mosteiro no seu dormitório do *Galvão*, mas o prior geral os não quiz receber e lhes fez largar as becas, mas sempre os sustentou a custa do mosteiro, e lhes deu a todos casas em que morassem em Monasterio juncto do mosteiro, como ainda hoje faz a certo numero de estudantes pobres honrados, aos quaes da razão e casas; e estes ficaram substituindo os do collegio sobredito de *Todos os Sanctos*, que tambem se desfez ¹.

O doutor Manuel Pereira da Silva Leal diz no § 155 do seu *Discurso apologetico*, ja citado, que ambos os collegios, de *S. Miguel* e de *Todos os Sanctos* eram de igual graduação, nem tinham differença alguma um do outro em quanto ás pessoas dos seus collegiaes; o que mal se comprehende ao ler a carta da rainha dona Catharina, datada em Evora a 14 de outubro de 1546, e

nem villa commun, senão os actos e funções ou congregações, em que se ajunctavam eelligia entre os do gremio, e que só accidentalmente teriam alguns a conventualidade actual, que hãe b. m. os regulares e os seculares do collegio de *S. Paulo* e de *S. Pedro*. Que o collegio das Artes hãe não tem dedicação, nem orago, nem conventualidade, senão a das horas academicas, e que uma capella que havia nella desheia a *S. Ignaci*, não é antiga nem a Universidade a reconhecer como parte das es. hoias, nem a fabricou, nem quer reparal a do necessario, nem esta liquida esta obrigação, e que da mesma forma podemos inferir que o collegio de *João* não tinha dedicação (nem a Universidade em si a tem). E que por não se lhe impuzar ao collegio das Artes o titulo de collegio de *Jesus* ou da companhia se ulvirta que são collegios distinctos, e que o reitor se nomeia separadamente, reitor do collegio da companhia e do das Artes; e que ate as es. hoias menores fazem ter o gremio, de que a Universidade não consente ao reitor da companhia chamar-se reitor senão *Principal*. Que o anniversario da dedicação em dia dos apostolos *S. Pedro* e *S. Paulo* pode ser como o anniversario do collegio de *S. Paulo* em dia de *Santo Athanasio* (que não é titular nem patrono), e que no seu dia aconteça a entrada dos primeiros collegiaes (ul *Messoria de Christo real*, a pag. 19 e 21) e do mesmo modo podia ser a abertura do collegio das Artes em dia de sanctos a que não era consagrado, e que é de presumir que não tivesse orago (inquanto não apparecer testimonio ou documento sufficiente.)

Que não repugna a elle doutor Moreira a conjectura do collegio de *S. Paulo* estar subrogado em lugar e vezes do collegio de *S. Miguel*, por que o chronista dos regentes o affirmou ja, liv. 1, cap. 5, n.º 9; e que se prova com bastante evidencia pelos collegiaes vestirem as mesmas es. hoias e becas, que traziam os collegiaes de *S. Miguel* (que eram pardas e brancas), e se mostra do auto de fundação em *Cabed. de patronatus*, cap. 8. E que o mesmo chronista subroga o collegio de *S. Pedro* no de *Todos os Sanctos*, mas que este tinha becas verdes, e que aquelle não conta que usasse delas senão do castanho ou laranja por inteiro sem differença de beca ou opa na cor.

¹ Nota 14.ª ao § 191 das *Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra* do benfiteado Francisco Leitão Ferreira, palliada pelo doutor Augusto Philippe Simões no vol. 14 do *Instituto*, pag. 190.

dirigida a frei Brás de Braga, pedindo-lhe que no collegio dos pobres da ordem de *Todos os Santos*, de Coimbra, mandasse recolher a Fernão de Brito, moço da sua camara, que ali deseja ser clérigo¹. Parece, pois, justificado o chronista dos conegos regulares de Sancto Agostinho, quando refere que o collegio de *Todos os Santos* fôra instituido para individuos pobres, que por terem menos bríos que os collegaes de *S. Miguel* se promptificavam a voltar para dentro do mosteiro, quando os dous collegios fôram emprestados a dom João III para se fundar o collegio real ou das Artes.

Tem sido moda accusar de menos exacto, como historiador, o chronista de Sancto Agostinho; algumas pessoas por excessivo rigor, outras por mera ignorancia, outras por insolfrida inveja; e quasi todas por falta de bom criterio. Que elle mostrava má vontade a frei Brás, não ha duvida; e porisso logo que podia tractava-o com desamor; mas de que falsificasse os documentos não ha prova bastante. Cartas que dom João III dirigiu a frei Brás foram igualmente enviadas aos priores crasteiros. O defeito de dom Nicolau de Sancta Maria consistiria talvez em desprezar as primeiras, e seguir unicamente as segundas. Não era na verdade procedimento correcto, mas estava muito longe de merecer tal classificação.

Despejados os dictos collegios, se assentaram e pozeram nelles as escholhas menores, e começaram a ler os mestres que el-rei mandou vir de Paris no anno do Senhor de 1548. Leu o primeiro curso de Artes mestre Diogo de Gouveia natural de Coimbra²,

¹ *Instituto*, vol. 37, pag. 124

² O primeiro Principal Andre de Gouveia, natural de Beja, era filho de Ignez de Gouveia, e de Afonso Lopes de Ayala, fidalgo hespanhol, neto materno de Antão de Gouveia, cavaleiro professo da ordem de Christo. Tinha duas irmações, Marçal de Gouveia, que fôo o mais velho, e o insigne jurista e consulto Antonio de Gouveia, o mais novo. Os irmãos de sua mãe, tres dessa parte, chamaram-se Diogo de Gouveia, regente do collegio de Sancta Barbara de Paris; Manuel de Gouveia, prior da egreja de S. Nicolau de Lisboa, e o doutor Gonçalo de Gouveia, casado com dona Joanna Velho de Castello Branco, dos quaes provém Diogo de Gouveia, segundo Principal do collegio das Artes, natural de S. Pedro da Arrábida, termo de Santarem, como affirmo Diogo Barbosa Machado na *Bibliotheca lusitana*, e não de Coimbra, conforme referem dom Nicolau de Sancta Maria neste lugar, *Materiae dialogi* 3, cap. 3, e Jorge Cardoso no *Apud-art*, tom. 2, pag. 893. Foi theologo enviado por dom João III ao concilio de Trento, abbade de Viseu, na provincia da Beira, beneficiado em S. João de Beja, conego na se de Lisboa, para renuncia do tio Diogo de Gouveia, prior-mór de Palmella, cabeça da ordem militar de Sancto Iago, que visitou muitas vezes e a qual deu utilissima estatutos, com que se governou muitos annos. Vido *Bibliotheca lusitana*, tom. 1, pag. 150, 151, 291, 656 e 657; tom. III, pag. 404, e tom. IV, pag. 100.

que depois foi conego de Lisboa, e deputado da mesa da consciência, e dom prior de Palmella. Leram também Artes o mestre Luiz Alvres Cabral, portuguez, e mestre Nicolau Grouchio, francez, e o dr. Bordalo. Leu a primeira classe de latim o grego, mestre George Buchanano, escoto. A segunda o dr. Diogo de Teive, portuguez, natural de Braga, legista. A terceira mestre Gnhelmo, francez. A quarta mestre Patricio, escoto. A quinta mestre Arnaldo Fabricio, francez. A sexta mestre Elias, francez. A septima mestre Antonio Mendes, portuguez, que depois foi bispo de Elvas. A oitava mestre Pedro Henriques, portuguez, que estava ja muito de antes em Portugal, e tinha lido em Sancta Cruz. A nona mestre Gonçalo Alvres, portuguez, que também cá estava, e tinha lido em Sancta Cruz. A decima mestre Jacques, francez. A undecima mestre Manuel Thomas, portuguez.*

«O doutor Fabricio foi mestre de grego; e o doutor Rosetto mestre de hebraico. Para ler Rhetorica veio mestre João Fernandes, portuguez, que ja a tinha lido nas Universidades de Salamanca e Alcala com grande applauso e satisfação, porque foi perfeito orador, e mui douto nas sciencias e linguas. O Principal destas escholas menores ou reitor foi mestre André de Gouveia, portuguez, doutor theologo de Paris, e sub-Principal ou vice-reitor mestre João da Costa, portuguez, doutor em Leis. Leram também nestas escholas menores successivamente: o doutor Lopo Galego, Ignacio de Moraes, Belchior Belago, mestre André de Rezende, e o Cayado, todos portuguezes, que foram eminentes em letras de humanidade.¹»

«E para se perpetuar a Universidade em Coimbra, com escholas maiores e menores, ordenou el rei dom João III nella muitos collegios, alguns dos quaes fundou e dotou, e a outros deu ordem para o mesmo, e a todos escholas annuaes e perpetuas, e para o salario e gastos destas escholas maiores e menores, além do que ja tinham em Lisboa, lhe dotou as egrejas, que ficaram de seu irmão, o infante dom Fernando, que casando com a filha do conde de Marialva não teve filhos, e impetrou do papa Paulo III, que a maior parte das rendas do priorado-mór de Sancta Cruz de Coimbra se applicassem á Universidade, e nella se incorporassem.»

* Figueirôa no *Anuario da Universidade* para o anno de 1877-1878, a pag. 257 e 258, declara, que pela livrea d'Universidade a tres Principaes são conhecidos: Antão de Gouveia; João da Costa; Payo Rodriguez de Villarinho. E pie em d'aval que o fôzse Diogo de Teive por a não declarar como tal a carta regia de 10 de setembro de 1555, que lhe mandou entregar o collegio das Artes ao provincial da companhia de Jesus. Estes documentos lutam por em todas as duvidas.

«Nos collegios, que de diversas ordenas se edificaram na rua de Sancta Sophia, teve o mosteiro de Sancta Cruz grande parte, largando os sitios para elles, e dando tambem a alguns ajuda de dinheiro. Quando o padre frei Luiz de Montoya veiu a Coimbra, para fundar o collegio de Nossa Senhora da Graça no anno de 1542, trouxe carta de el-rei dom João III para o prior geral dom Dionysio de Moraes, em que lhe encomendava agasalhasse ao dicto padre, e a seus companheiros, e os favorecesse em tudo, e lhes largasse o sitio, que está adeante do collegio do Carmo, desde rua de Sancta Sophia para cima, até o cume do monte das oliveiras, para alli se fundar o dicto collegio de Nossa Senhora da Graça: e no anno de 1544 escreveu tambem el-rei outra carta ao mesmo prior geral, em que lhe encomenda se concertasse com a sé, e com a egreja de Sancta Justa, sobre largarem dous chãos para o mesmo collegio, dando-lhe outros do mosteiro de Sancta Cruz, como se fez; o que o mesmo rei lhe agradeceu por carta sua.»

«Para se fundar o collegio de S. Thomás da ordem dos prédigadores, deu o mosteiro de Sancta Cruz um chão para o sitio do mesmo collegio, e para se mudar o mosteiro de S. Domingos; o qual foi avaliado em mais de duzentos mil réis, isto á petição del-rei dom João III, como consta da carta, que o mesmo rei escreveu ao padre prior geral, dom Dionysio em 23 de agosto de 1544. Para fundação do collegio de S. Boaventura no anno de 1550 fez o mosteiro de Sancta Cruz esmola aos frades de S. Francisco de noventa mil réis, e de um olival para sitio do dicto collegio, á petição del-rei dom João III; e a petição da rainha dona Catharina largou tambem o mosteiro de Sancta Cruz, no anno de 1556, as casas que tinha na rua de Sancta Sophia, para se estender mais o sitio do dicto collegio de S. Boaventura. E finalmente, por nos não determos em tantas particularidades, tambem o mosteiro de Sancta Cruz deu os sitios para os collegios da Nossa Senhora do Carmo, e do Espirito Sancto da ordem de Cister, ou de S. Bernardo, que estão na mesma rua de Sancta Sophia.»

«Continuaram com ler nas escolas menores os mestres portuguezes e estrangeiros, acima nomeados, até o mez de setembro de 1555, em que el-rei dom João III ordenou, que lessem nas dictas escolas menores os padres da companhia, escrevendo ao reitor das dictas escolas menores, o collegio das Artes, o doutor Diogo de Teive, uma carta em 10 de setembro do dicto anno de 1555, que entregasse o dicto collegio e governo delle ao provincial da companhia, Diogo Mirão, em o primeiro de outubro do mesmo anno, e assim se executou.»

Os dous collegios, de *S. Miguel* e de *Todos os Sanctos*, não chegaram para o estabelecimento do collegio real ou das Artes, e foi necessario comprar varias casas em Montarroyo para o collocar nas devidas condições; como se vê das pag. 42 e 43, 135 e 136 destes documentos. É impossivel saber com exactidão a despesa, que dom João III fez com as obras; de que sómente ha ligeira indicação pelas seguintes verbas:

A Diogo de Castilho, por contracto	200000 réis	— pag. 42.
Ao mesmo, despesas fora do contracto.....	5 réis	pag. 46.
A Antão da Costa, por um anno..	240000 réis	— pag. 47.
A Bras Fannes, idem.....	200000 réis	— pag. 48.
A Thomé Jorge, idem.....	60000 réis	— pag. 48.
A Simão de Figueiredo, por umas casas.....	200000 réis	— pag. 53-55.
A Antonio de Arapjo, por outras	400000 réis	— pag. 56-58.
A Simão Affonso, por outras.....	100200 réis	— pag. 58-60.
A Henrique Dias, por outras.....	104000 réis	— pag. 60-62.
A João Gonçalves, por outras.....	160200 réis	— pag. 62-64.
A Diogo Lopes, por outras.....	220000 réis	— pag. 64-66.
A mestre Fernando, por outras..	400000 réis	— pag. 67-68.
A collegiada de Sancto Iago.....	130000 réis	— pag. 68-69.
A collegiada de S. João de Almeida.....	180000 réis	— pag. 70-71.
A Diogo Affonso, por umas casas	210500 réis	— pag. 82-83.
A Francisco Alvres, por outras..	170000 réis	— pag. 84-87.
Com o caminho para a Conchada..	600000 réis	— pag. 87-91, 135 e 136.
A Alvaro Gonçalves, por umas casas.....	395000 réis	— pag. 91-92.
Ao hospital de Coimbra, por um fôro.....	50000 réis	— pag. 92.
A Diogo de Castilho, Simão de Figueiró e fulano pedreiro.....	8 réis	— pag. 92-93.
Ao apontador das obras, por anno	145000 réis	— pag. 93-94.

Afora madeira que foi de Lisboa para a Figueira da Foz, e dali para Coimbra, etc.

A entrega do collegio das Artes aos jesuitas estava preparada de muito tempo. Tinham lido nelle os mestres Diogo de Teive, Jorge Buchanan e João da Costa; o primeiro o o terceiro portuguezes, que haviam estudado em Paris; o segundo, natural da Escocia, optimo latinista, tão eloquente como herege, na frase de auctor seu contemporaneo. Uma denuncia atirou com estes pro-

fessores para as carceres da inquisição sendo presos em Coimbra a 11 de agosto do anno de 1550 em casa do bispo, e logo entregues ao inquisidor Jorge Gonçalves Ribeiro, que tinha ido ali por ordem do cardeal infante, para os conduzir a Lisboa, visto não existir ainda a inquisição de Coimbra. São respectivamente os processos n.º 3:200, 6:469 e 9:510.

Nas *Memorias historicas*¹ de dom frei Manuel do Cenaculo Villas Boas lê-se com effeito o seguinte:

«Fôram-se entregando as escolas aos jesuitas desde o anno de 1552 até ao de 55. Sentiram-se alguns dos que fôram desobrigados. As compensações e despachos embargaram os queixumes de outros sujeitos, e também a prudencia e modestia. Outros entenderiam que o retiro de graças voluntarias, e o dar por findos antigos despachos, quaes eram as occupações, e serviço de suas cadeiras, nem sempre é fazer violencia aos que dellas dependem. Outros pensamentos consolavam a outros sujeitos mais despegados e animosos, postoque humores, imaginativa, e opinião costumem aquetar-se pouco a discursos meramente verbaes, e a lentivos engessados.»

«Fôram despedidos dos empregos Vinet, Fabricio, Grouchio, Resende, Teive, Costa, e quantos em Coimbra, e outras partes dirigiam o collegio das Artes, e os estudos das humanidades. Por honra sua nunca se disse ser-lhes peccado original, para sairem do serviço, o delicto por que Buchanan fôra preso pela sancta inquisição. Um soberano que obrava com diligencia de boas intenções, como el-rei dom João III, teria na verdade algum motivo maior, que os serviços indubivaveis dos professores de letras dos seus dias para os remover. Elle os attraíu e despachou, e se com seu aceno fôram despedidos, certo é que de vehementes conselhos se deixou persuadir. Os estudos andavam na ordem de boa disciplina; mas el-rei quiz variar projectos. A conta que no anno de 1548 mandou a el-rei o mestre João da Costa sobre o estado das escolas em Coimbra², accredita singularmente os sujeitos que as dirigiam. Elle refere copioso numero de discipulos, quietação, progresso, acentação publica, e economia na casa.»

«Deram-se a outros professores³ despachos que pareceram de justiça: a Diogo de Teive um canonicato em Miranda; a João

¹ *Memorias historicas, e appendiz a quella á disposiçõ quarta da collecção das disposições do superior provincial para a observancia e estudos da congregação da ordem terceira de S. Francisco*. Tom. II, Lisboa, 1794; etc. pag. 69 n.º 57.

² E a carta xxiii a pag. 44 destes documentos.

³ *Memorias citadas*, pag. 71.

da Costa, a igreja de S. Miguel de Aveiro; e assim a outros. Não dizem as histórias a causa de ser removido o digno Rosende; era porém necessario que os antigos historiadores contassem a exclusão de tão «grego philologo como testemunho de seus meritos. Desta natureza é o que escreve o jesuita Telles na *chronica da companhia*, parte II, liv. V, cap. XIV, § 1.^o nas seguintes palavras:»

«Tambem para isto ajudou o que ordenou sua alteza que nenhum outro mestre ensinasse latim na cidade de Evora, o que logo se executou, sendo assim que um delles era o famoso André de Rosende, cujas obras dão bom testemunho de sua grande erudição, e excellente estylo, e tinha sido tão estimulo de sua alteza, que por lhe fazer honra o ia ouvir algumas vezes, autorisando com sua real presença a escola de tão insigne mestre.»

Quando falarmos dos Principaes, que teve o collegio das Artes, diremos alguma coisa de Diogo Teive e de João da Costa. Agora publicamos apenas os inclusos apontamentos biographicos de Jorge Buchanan.

Noticia biographica de Jorge Buchanan ¹, lente da Universidade de Coimbra, em 1542

«A vida dos homens de letras é o maior incentivo, que se pode offerecer á mocidade, para seguir as suas pisadas, e trilhar o difficil caminho das sciencias. Tanto mais difficil foi a carreira que o literato teve de seguir para desenvolver as faculdades com que a natureza o dotara, tanto maior foi a sua firmeza e constancia em proseguir a sua inclinação através dos embaraços da vida, e de perseguições de toda a especie, e tanto mais forte e energico será o exemplo que se apresenta deante dos olhos. Ao termos a vida dos maiores escriptores diríamos que o espirito das trevas se apraz em supplantar o genio, persegue-o, espezinha-o; mas a despeito de todos os seus esforços o espirito humano progride e se desenvolve cada dia. A personagem de que tractamos, que até na nossa patria não pôde achar abrigo as perseguições que havia soffrido, é um dos tantos exemplos que nos offerece a biographia dos homens de letras.»

«Jorge Buchanan nasceu na Escocia, em fevereiro de 1546, em

¹ *Revista litteraria*, n.º 6, de 30 de setembro de 1838. Porto, typographia commercial portuense, largo de S. João Novo, n.º 12, 1838.

uma pequena aldeia chamada Killearn. A sua família era, segundo a sua própria expressão, mais nobre do que abastada. Seu pai deixou por sua morte uma esposa e oito filhos em um estado lamentável de pobreza. Jorge, um dos mais novos, foi salvo da miséria e da obscuridade pela benignidade de um irmão de sua mãe James Harriot, o qual, havendo descoberto os prematuros talentos de seu sobrinho, determinou desenvolvê-los, dando-lhe uma boa educação. A Escócia respeitava então a superioridade da França em maneiras, artes e saber, e por isso costumava mandar ali educar os mais nobres e de melhores esperanças. Foi Buchanan na idade de quatorze annos mandado por seu tio para a Universidade de Paris, onde se applicou com o maior cuidado ao curso de estudos que lhe prescreveram, o qual consistia principalmente na leitura dos melhores auctores latinos, principalmente os poetas. Em breve fez taes progressos neste estudo, que era muy conforme com o seu gosto, que se tornou não só um profundo philosopho, mas um dos mais perfectos escriptores latinos dos tempos modernos.

«Depois de ter permanecido em Paris durante o espaço de dous annos, que empregou muito melhor do que a maior parte dos mancebos do seu tempo, ficou, em razão da morte de seu tio, outra vez reduzido á pobreza. Já por este motivo, e já em razão do seu mau estado de saúde, foi obrigado a voltar á patria, onde viveu um anno. Depois de ter recuperado as forças, alistou-se como soldado raso em um corpo de tropas, que João, duque de Albany, então regente da Escócia, havia trazido de França com o fim de se oppôr aos inglezes. O mesmo Buchanan diz que entrára no exercito «para aprender a arte da guerra;» mas é provavel que as suas tristes circumstancias prevalecessem mais do que esta razão. Durante a campanha houve de soffrer grandes incommodos em razão da muita neve que caiu no seu transito, em consequencia do que teve uma recaída que o obrigou a voltar á patria, onde esteve de cama grande parte do inverno. Apenas se restabeleceu na primavera de 1524, renovou com duplicado ardor o curso dos seus estudos, quando entrava na idade de dezoito annos. Neste tempo alguns amigos lhe proporcionaram meios para partir para a Universidade de S. Andrews, onde foi admittido como *pobre*, termo que corresponde ao de *sergente* nas Universidades inglezas, isto é, alumno gratuito.»

«João Mair, mais conhecido pelo seu nome de Major alatinado por Buchanan, estava então lendo nesta Universidade Grammatica e Logica. Logo foi informado dos talentos extraordinarios do estudante pobre, e immediatamente o tomou debaixo da sua protecção. Buchanan era dotado de um temperamento ardente,

e ao mesmo passo susceptivel de tomar qualquer direcção que seus amigos lhe quizessem dar; e de mais, de um caracter indagador, e que jamais ponde soffrer um absurdo.»

«Assim, não podia deixar de encontrar grande delecto nas doutrinas que o *Major* professava. Elle sustentava a superioridade dos concilios geraes sobre o papa; negava que elle tivesse algum direito ao poder temporal; e defendia que os dizimos eram uma instituição meramente humana, que podia ser alterada, ou mudada pela vontade do povo. Nas materias politicas a sua crença coincidia exactamente com as opiniões publicadas por Buchanan; que a auctoridade dos reis não era de direito divino, mas proveniente do povo; que por uma convenção legal dos estados, um rei em caso de tyrannia, ou de mau governo, podia ser processado, esbulhado do poder, e mesmo punido segundo as circumstancias.»

«Se, pois, *Major*, que era um homem fraco, e de talentos pouco transcendentos teve tal preponderancia nas opiniões de Buchanan, muito mais devia ter João Knox o celebre reformador escocês, que era seu condiscipulo em S. Andrews. Aqui travaram ambos uma estreita amizade, que só acabou com suas vidas. Estes dous homens logo descobriram o methodo absurdo por que então se ensinava a *Logica*. Buchanan nos diz que o seu verdadeiro nome devia ser *Arte de sophisticar*. Seus mutuos estudos para estabelecer melhores raciocinios produziram grande effeito no methodo de ensino publico.»

«Depois que Buchanan acabou os seus estudos em S. Andrews, tendo tomado o grão de bacharel em Artes, acompanhou *Major* a Paris, onde a sua attenção se voltou seriamente para as doutrinas da reforma que por este tempo se discutiam fortemente; mas, quer por modo das consequencias, quer por outros motivos, ainda então se não declarou *lutherano*. Por espaço de cinco annos permaneceu fora da patria, algumas vezes empregado, e outras a braços com as maiores precisões; até que voltou á Escocia com o conde de Cassilis, que o havia tomado para seu companheiro de viagens. Seu nobre patrono o apresentou na corte de James V, pae de Maria Stuart, e este monarcha o encarregou da educação de seu filho natural James Stuart, depois abbade de Kelso.»

«Enquanto permaneceu na corte, como estava pouco occupado, divertiu-se em escrever uma satyra mui severa contra os frades, á qual chamou «*Nomnium*.» Figura nesta pequena obra, que S. Francisco lhe apparecêra em sonho, e o convidara a que se fizesse frade da sua ordem. O poeta responde que elle é improprio para tal fim, porque se não encontrava com disposições

e traduziu a *Medea* e *Alcestea* de Eurípides para verso latino. Estas duas ultimas mostram que não era superficial o seu conhecimento do grego.»

«Depois de ter persistido neste emprego por espaço de tres annos, Buchanan, a instancia da corte de Portugal, veio com Gouveia, para lente da Universidade de Coimbra. Antes de partir para Portugal fez saber a el-rei que havia escripto o seu poema: *Franciscanus*, por ordem do seu soberano, esperando porisso que não seria inquietado por aquella causa; el-rei lhe prometteu a sua protecção. Não havia muito tempo que resuía em Coimbra quando foi pelos frades accusado de heresia, e el-rei, esquecido da sua promessa, ou por a não poder sustentar, lhes permitiu que o tivessem recluso em um convento, com o fim, segundo diziam, de o resgatar á fé catholica. Alli lhe deram como papa, a tarefa de traduzir os psalmos de David da Vulgata para verso latino. Isto cumpriu elle admiravelmente, e esta producção goza da reputação de exceder tudo o que existe neste genero. Pouco depois saiu desta prisão, embarcou-se para Inglaterra; e depois de se demorar alli algum tempo voltou para França.»

«Alli lhe encarregou o marechal de Brassac a educação de seu filho Timoleon de Cosé. Emquanto gozou deste emprego, estudou mais particularmente as controversias então em voga a respeito da religião, e talvez então adherisse secretamente ás ideias da reforma, supposto só passado algum tempo é que renunciou o catholicismo. Escreveu então, e dedicou ao seu discipulo, uma obra muito admirada, que intitulo: *Sphæra*. No anno de 1560 voltou outra vez á Escocia, e achando alli prevalecente a religião reformada, publicamente se declarou membro da egreja protestante.»

«Um homem de tal merecimento não podia deixar de ser considerado pelos grandes da Escocia, e Maria Stuart lhe offereceu a sua amizade. Elle lhe tinha escripto dous epithalamios, um sobre o seu casamento com o Delphín, e outro sobre o seu segundo consorcio com Lord Darnley. Era tal a estima em que ella tinha os seus talentos, que o nomeou mestre de seu filho um mez depois de nascido, no anno de 1566.»

«Causa na verdade admiração o considerar que sendo Buchanan o mestre mais influente do joven James, herdeiro do throno de Escocia, o houvesse de educar de modo, que o resultado foi contrario a todas as esperanças. Deve, porém, confessar-se que um livro publicado por Buchanan, uma das suas mais famosas produções: *De jure regni apud scotos*, que consta de um dialogo entre elle mesmo e Mutland, secretario da rainha, contém sentimentos e doutrinas totalmente diversas das noções de James. Alli segue

Buchanan os modelos antigos em tudo o que se podia julgar a verdadeira politica. Prova que os homens nasceram para a sociedade; que elegeram reis a fim de proteger as leis que os ligam entre si; que se os reis promulgarom novas leis, devem ser subjeitas á approvação dos estados da nação; que um rei é o pae do seu povo, podendo fazer-lhe todo o bem, mas nunca mal algum; que tal fôra a tenção primaria na escolha dos reis de Escocia; que a corôa não é necessariamente hereditaria, e que a sua transmissão pela linha dos descendentes, só se pode defender pela sua certeza; que a violação das leis pelo monarcha pode ser punida conforme a sua enormidade, etc., etc. Conclue dizendo: que se em alguns paizes os povos quizeram tornar os seus reis superiores ás leis, parece ter sido a intenção evidente de Escocia que os seus reis lhes fossem inferiores. Ora nada pode ser mais contrario ás opiniões de James do que todos estes preceitos. Buchanan sendo accusado de ter tornado James um pedante, declarou que elle não tinha qualidades para se fazer d'elle outra cousa.»

«Nos primeiros tempos em que Buchanan exercia o cargo de mestre do herdeiro do throno de Escocia, ligou-se estreitamente aos interesses do regente Murray: e como este patrono se apartou da causa de Maria, o mesmo partido seguiu Buchanan até que por fim se tornou o mais forte de seus inimigos: elle foi o unico que asseverou pela imprensa no seu: *Detectio Mariae reginae*, publicado em 1571, que acreditava nas suas relaxações criminosas com David Rizzio; e sendo depois o seu grande accusador na corte de Isabel, quando Maria Stuart estava prisioneira em Inglaterra.»

«Buchanan foi fortemente accusado de ter forjado as cartas attribuidas a Maria e ao seu terceiro marido Bothwell, escriptas em quanto ella era ainda esposa do Lord Darnley, de cujos documentos parecia mostrar-se que ella tivera parte no assassinio de seu real consorte. Se na realidade elle forjou ou não esta correspondencia, é questão que ficou profundamente sepultada na noite da antiguidade. Buchanan se offereceu a jurar que ella era genuina, o que na verdade era uma boa recompensa, suppondo mesmo que a rainha fosse culpada, attendendo á benignidade com que ella o havia tractado. A sua amizade para com Murray continuou durante o resto da sua vida; e parece mesmo que o regente fôra uma das poucas pessoas, com quem Buchanan se havia estreitamente ligado.»

«A ultima obra de Buchanan, na qual gastou os ultimos quatorze annos da sua vida, é a sua *Historia da Escocia*. Bem como o resto das suas produções foi escripto em latim, e della se diz

que reúne a elegancia de Livio á brevidade de Sallustio. Mas pelo que respeita á historia, é reputado pelos literatos da Grã Bretanha ter pouco merecimento, porquanto, a primeira parte é um tecido de fabulas, sem datas, nem auctoridades. « a ultima é a narração de um partidista acriminoso, e não de um indagador e observador imparcial dos factos passados á sua vista.»

«Esta obra, e a de que falamos, *De jure regni apud scotos*, foram publicadas ao mesmo tempo nos seus ultimos dias: e quando Buchanan estava no leito da morte, o parlamento de Escocia as condemnou ambas como livros falsos e sediciosos. Acredita-se que James tivera grande parte nesta condemnação; pois não é provavel que elle deixasse passar sem uma excomunhão politica tão grandes offensas dirigidas a sua mãe, tanto directa, como indirectamente. Resta fazer menção de duas pequenas produções deste auctor escriptas em escocês, sendo a primeira uma grave accusação aos pares de Escocia por causa do assassinio do conde de Murray; e a segunda uma satyra mui severa contra o secretario Maitland por ter mudado de partido, a qual tinha por titulo: *Chamaeleon*.»

«Buchanan morreu na idade de setenta e quatro annos, no pleno uso das faculdades. As suas obras foram colligadas e publicadas em Edimburgo em dous volumes *in folio* no anno de 1715.»

Nota B

O insigne archeologo, João Correia Ayres de Campos, publicou a pag. 201 do vol. ix do *Instituto* o antigo ceremonial, que nas entradas de el-rei, da rainha, e do principe herdeiro, devia guardar a camara de Coimbra. Foi extrahido do *Livro I da Corônia*, existente no archivo municipal, fol. 260 v.^o.

«*Título de que manêira hão de receber el-rei ou a rainha e principe nossos senhores, quando vierem a cidade*.»

«Quando os ditos senhores vierem novamente a terra os veadores se devem muito de trabalhar de catarem o mais raso

¹ Faz parte do *Título dos veadores e do que a seus filhos pertence* do mesmo *Livro da Corônia*, fol. 256 v.^o, e que como quanto não tenho a dita o habil investigador suppõe haver sido ordenado entre 1517 a 1620, pelo escrivão da camara o libeirasso *Ingre da ponte*.

pallio que poderem haver assim pelo que cumpre a serviço dos dictos senhores como pelo que cumpre á honra da cidade, para o qual mandarão fazer as varas que fõrem necessarias, as quaes mandarão fazer de invencões douradas e ricas segundo para tal auto convem.»

«O qual pallio hão de levar os juizes, vereadores, procurador, escrivão da camara. E fizeo¹..... algum dos dictos officiaes ou sendo menos..... outra pessoa para ficarem certos de dous.....² entrará com elles uma pessoa apta que elles officiaes..... O juiz ao couce da mão direita, e o vereador mais velho da outra banda ao couce. E da banda do juiz o outro vereador que fôr mais velho e deante delle o procurador, e da outra parte o outro vereador, e deante delle o escrivão da camara, os quaes haverão seus vestidos á custa da cidade segundo melhor poderem, como se sempre de antigamente se fez; os quaes vestidos se ordenarão em camara quaes devem ser pelos juiz e officiaes e cidadãos e povo.»

«Quando quer que se os dictos senhores acertarem de vir á cidade depois de ja ser passada a primeira vez que a ella vieram sempre devem ser bem recebidos com festas e prazeres. E o juiz vereadores e procurador o escrivão da camara os irão receber³ com suas varas vermelhas na mão, onde quer que lhes bem parecer assim a pé como a cavallo, os quaes virão ordenados da maneira que atrás ja é dicto quando houverem de levar pallio até os paços onde houverem de pousar.»

«Sempre foi costume⁴ que quando os reis vem a primeira vez á cidade, onde são recebidos com pallio, como dicto é, de lhe fazerem *arenqa*, e portanto se devem sempre de trabalhar de catar para tal auto homem letrado, e tal pessoa que muito bem o saiba fazer, como cumpre a honra e estado da cidade, da qual cousa o juiz e regedores em camara devem ter grande cuidado de escolherem a tal pessoa; e tanto que a tiverem escolhida lhe devem de dizer e practicar com elle em camara secretamente o fundamento que deve ter na tal *arenqa*, e depois vir dizem a primeiro á camara aos officiaes sós para verem se esta como cum-

¹ Este final do periodo está entrelinhado. Seguem-se quatro linhas truncadas, indicando os pontos algumas palavras que faltam onde a folha se achia completamente dilacerada.

² O resto do artigo parece ter sido truncado. A seguinte nota marginal por differente letra contém provavelmente a substituição, que mais tarde lhe seria feita: *Toda a cidade a cavallo, elles com suas varas, e chegando a elle os reis elles..... e separando-se a a. a. os nomes de toda a cidade.*

³ Outra nota a margem: *este capitulo e outros dous adiante se puzeram após o capitulo da primeira entrada.*

pre, e doutra maneira não consentirão que se tal *arença* faça, porque fazendo-se em tal auto alguma desordem por não previrem o caso da maneira que dicto é sejam dignos de culpa e castigo¹. E sempre no fim da dita *arença* se requererá confirmação dos privilegios e liberdades.»

«Depois que por elles todos em camara fôr acordado que a tal *arença* está bem, e que assim se lles deve de dizer e fazer, farão logo assentar o traslado della no livro da camara assignado pelos juiz e officiaes, e pelo que a houver de dizer. E lles ordenarão logo o logar, onde se o tal auto ha de fazer, mandando emparamentar e alcantilhar onde houver de estar essa pessoa, que a tal *arença* houver de fazer, segundo cumpre a honra da cidade.»

«A melhor cousa que sempre devem fazer acerca da dita *arença* assim seja, que se faça o mais breve que possa ser, e nisto devem ter grande aviso. E o que a fizer em a acabando ira beijar as mãos aos dictos senhores, e então ira logo diante dos regedores até onde houver de pousar². A qual *arença* fara o juiz da cidade, se fôr pessoa para isso, e havendo-a de fazer outra pessoa, que não seja o juiz, haverá vestido como os officiaes.»

A respeito da vinda de dom João III a visitar a Universidade, e os collegios de Coimbra disse o benemerito lente da faculdade de Philosophia, posteriormente digno director geral de instrução publica,³ o seguinte.

«Foi no claustro pleno da Universidade, convocado a dous de outubro deste anno (1530), que o reitor, o padre frei Diogo de Murça, noticiou a vinda del-rei a esta cidade, e logo se propoz e foi approvado que o recebimento de sua alteza se fizesse a cavallo, acompanhando o reitor todos os lentes, officiaes, generosos e pessoas da Universidade, que podessem até o *cimcoral*, que está abaixo de S. Martinho do Bispo, onde se apartariam todos por sua ordem e antiguidade para beijar a mão a suas altezas: tornando depois todos a cavalgar, e acompanhando junctamente a suas altezas até os aposentar, e dali tornassem com o reitor até á sua pousada.»

«Praticou-se mais, se neste recebimento iriam com alguma differença de vestido se cada um como melhor podesse. Acordou-se que todos os doutores e mestres fossem com suas insignias; o do vestido cada um como melhor podesse.»

«Quanto á oração do recebimento, que devia recitar Ignacio de Moraes, e ao modo como se agasalharia sua alteza, a que assento

¹ Additamento por letra antiga, mas differente da do corpo do capitulo.

² Outra edição de letra diversa.

³ *Insituto*, pag. 21 e seguintes do primeiro volume.

se lhe daria, vindo ouvir algumas lições ou autos, foi tudo commettido ao reitor, que ordenasse como melhor lhe parecesse.»

«Tomadas estas deliberações, dirigiu o reitor uma carta a sua alteza communicando-lhe as demonstrações de regosijo com que a Universidade se dispunha para receber e agasalhar a sua alteza, e á qual el-rei se dignou responder por carta régia datada da Batalha do primeiro de novembro do dicto anno nos seguintes termos: ¹»

«Foi esta carta régia lida no claustro de 4 de novembro, e nelle se assentou que na quinta feira 6 do dicto mez, pela uma hora da tarde todos os doutores, lentes e deputados, officiaes e pessoas da Universidade, que podessem, se ajuntassem nos paços de el-rei, a cavallo, para acompanharem o reitor com as suas insignias ate S. Martinho, onde hão de receber a sua alteza.»

«No dia 5 mandou o reitor a Diogo de Azevedo, escrivão do conselho, com certos apontamentos a sua alteza sobre o assento do seu recebimento, e de como estariam os lentes em sua presença nos autos e lições que se lhe fizessem.»

«E sua alteza sendo-lhe apresentados aquelles apontamentos pelo escrivão do conselho mandou que o fossem a receber a cavallo, e que o bejar da mão fosse a pé, e que na oração que se lhe havia de fazer, nas escolas os lentes estivessem em pé, e que nos outros autos elle os mandaria assentar, e que quando fo-se aos geraes, que leriam assentados os lentes com os barretes fora.»

«No dia aprazado, que se contavam seis de novembro de 1550 saiu do terreiro dos paços reais o reitor com os lentes, doutores, officiaes e generosos, com as suas insignias e a cavallo até juncto de S. Martinho, onde está um logar largo e espaçoso, e alli esperaram por sua alteza que trazia consigo a rainha sua mulher, a senhora D. Catharina, e o principe D. João seu filho, e a infanta D. Maria, irmã de el-rei.»

«Logo que a Universidade viu a suas altezas se apeiou todo o corpo academico e o reitor se poz á sua frente, tendo ás suas illargas os dous lentes mais antigos de Theologia, o dr. Affonso do Prado, que depois foi reitor, e Marcos Romero; seguiam-se a estes os lentes, doutores e mestres, em numero de trinta e septa, alem do conservador, syndico e mais officiaes da Universidade, e estudantes da primeira nobreza.»

«Logo que suas altezas viram a Universidade, saíram das suas andas, e se pozeram a cavallo, tanto que se approximaram a um tiro de malhão, a Universidade se foi na ordem em que estava

¹ É a carta a que se refere esta nota B.

ao encontro de suas altezas que esperavam junctos, a saber: a rainha á mão direita de el-rei, o principe á mão direita da rainha, e a infanta D. Maria á mão direita do principe.»

«O reitor beijou a mão a el-rei, á rainha, ao principe e infanta, e tornando juncto de el-rei lhe foi apresentando todo o corpo da Universidade por sua ordem, e assim que iam beijando a mão a suas altezas, se punham a cavallo por suas faculdades: tendo o beija-mão, montou tambem o reitor a cavallo, e sua alteza mandou que a Universidade tornasse por sua ordem com as insignias, e deu-lhe lugar diante de si, e assim veio até o aposento de suas altezas, sem duque, nem outro senhor algum ir mais juncto, que a dicta Universidade.»

«Por esta forma chegou o prestito real aos paços da Universidade¹.»

¹ É manifesto equívoco do auctor do artigo. O paço real tinha-o dado dom João III para se estabelecerem as escholas, e habitavam em tão accommodações para estas finces coarctas ao mesmo tempo, que no palacio ficavam recolhidos os vijanthes e a sua comitiva. Recorrendo por isso ao nosso prezado amigo e patriota, o senhor Augusto Mendes Diniz de Castro, diácono empregado na bibliotheca da Universidade, para que examinasse os livros dos conselhos, a fim de saber onde o monarcha se tinha hospedado. Feito o exame nos lugares respectivos a fl. 89 e seguintes do tomo, que se reviu desde 1645 até 1661 na lá se encontrou a similhante respeito; mas no manuscrito da mesma bibliotheca n.º 402, feito por dom Marcos da Cruz, diácono, e no nosso cunctillo chegou ao cap. 3.º da 2.ª parte, que se insere: *De padre e Manuel, quarto prior do mosteiro de S. Vicente de fora da cidade de Coimbra, e de longa noticia, muito curiosa e minuciosa da vida de dom João III a Coimbra, e as o que nos communicou em extracto do principio do capitulo.*

«Em Roma tinha ainda o governo do summo pontificado o papa Julio III e o do reino de Portugal el-rei dom João III, que no segundo anno do papa dom Manuel, o do Senhor, 1560, fez em pessoa uma jornada á cidade de Coimbra, onde entrou quinta feira 6 de novembro as tres horas da tarde, e foi recebido de toda a cidade com muitas invenções de festas e jogos assim por terra, como por o rio; e tambem o foram esperar os doutores e o corpo de Universidade com suas insignias e capellões, e levado em procissão á se foi recebido do bispo, e sua chresia, e feita a cerimonia, se foi agasallar a paços do bispo, onde estava até á tarde, e em seguinte bem exorta sua vontade, porque era terço e de seus desejos, quando viera, para pousar no nosso mosteiro de Santa Cruz, como depois o disse, e estes poucos dias foi visitar os estudos, ver alguns dos mosteiros, e no domingo, véspera da festa que se lhe correm na praça, e depois disto mandou dizer ao padre prior geral, que aceitava por alguns dias o agasalho do nosso mosteiro, de Santa Cruz, com a rainha, principe e infantas, e uma gente de sua corte, e logo o padre geral lhe foi beijar a mão por a morte e levon llo o delato dos apouentos, e elle se deu por tão satisfeito com a poltrona d'elles, e se foram uns grandes paços reaes. E logo a quarta feira pela manhã chegaram suas altezas ao nosso mosteiro onde foram recebidos na forma seguinte:

Fica assim perfeitamente esclarecido este ponto.

«No dia oito suas altesas, depois de ouvirem missa na capella dos seus paços, foram á sala grande, onde estavam o reitor e lentes nos doutorados segundo o costume nos doutoramentos.»

«Defronte da cadeira desta sala estava um theatro com seis degraus, com quatorze palcos de largo, e dezoito de comprido, abastado, onde suas altesas se assentavam em suas cadeiras para ouvir a oração do recebimento, que fez Ignacio de Moraes, que fôra mestre do infante dom Duarte, filho de el-rei.»

«Dadou a oração por espaço de uma hora, e foi muito louvada e de muita auctoridade¹.»

«Acabada ella, foram suas altesas ver os geraes, e ouvir as lições de Prima das quatro faculdades, e em cada uma se demoraram um pedaço assentados.»

«No dia dez voltaram suas altesas ás escholas, e assentaram-se nas cadeiras que lhes estavam preparadas na sala, estando presentes em seus assentos todos os doutores; e dom Sancho de Noronha, bacharel formado em Theologia, sustentou umas conclusões, presidindo o lente de Prima, o doutor Affonso do Prado: argumentaram cinco bachareis em Theologia, e a cada argumento de la harel acudia um doutor theologo por sua ordem.»

«No dia onze teve lugar um doutoramento em Leis. El-rei mandou recado ao reitor pelo escrivão do conselho, que não podia ser presente áquelle auto, por ter de ir a Sancto Antonio; mas pondo-lhe o doutorando, que se chamava João Moreno, que lhe deferisse o auto para outro dia, para elle ser presente, mandou que se fizesse na presença do principe seu filho; e assim se cumpriu, dando o grau o doutor Ascanio Sento, vice-cancellario, e pondo-lhe as insignias o doutor Fabio Areas de Narnia, lente de Prima de Leis.»

«O escrivão do conselho, Diego de Azevedo, levou a gorra e luvas ao principe, indo os badeis adeante, no mesmo acto se deram luvas e barretes ao seu camareiro-mór, ao guarda-mór, ao vedor e aos doutores.»

«Quando o principe chegou á sala, e antes de principiar o auto, perguntou ao escrivão do conselho as ceremonias delle, para saber quando havia de mandar assentar o reitor e doutores.»

«Finda a função se recolheu sua altesa aos paços.»

¹ O mestre Ignacio de Moraes foi um dos professores da Universidade por dez annos de 30 de setembro de 1546 com o estipendio de vinte mil réis cada anno. Usaram-no para escolherem para recitar a dom João III a oração do recebimento, o que fez em 8 de novembro de 1550. Compoz também a oração fúnebre quando faleceu o mesmo rei: e varias obras em latim, entre as quaes a *Conclavica Encomium*, em excellentes versos, publicado em 1555, e reeditado em 1687 e em 1890.

Em carta assignada em Lisboa a 8 de outubro de 1537, e dirigida a frei Brás de Braga, diz dom João III que viu os debuxos dos chãos do Alameda, e ha por bem que os estudos se façam em cima; que se comence a obra do mosteiro de Grijó, segundo o debuxo; que Diego de Castilho leva as provisões, que lhe pediu; que não podia ir a Coimbra ver as obras, porque o tempo não da agora lugar para isso; que houve prazer de que se principiasse a ler nos collegios dia de S. Jeronymo, etc.

Dom João III, em carta datada em Lisboa a 2 de outubro de 1542, e dirigida a frei Brás de Braga, responde-lhe que viu com muito prazer o debuxo das obras do mosteiro do Salvador, e, quanto á sua ida a Coimbra, eu desejo de fazer esse caminho, e quando fôr folgarei de estardes hi e pensarei em Sancta Cruz como me enviastes pedir¹.

Dos assentos dos livros da Universidade não consta onde dom João III se aposentou: do extracto publicado na pag. 620 desta nota vê-se que não pensou logo no mosteiro de Sancta Cruz mas no paço do bispo de Coimbra. Frei Brás era já bispo de Leiria, desde o anno de 1515, e tinha deixado o governo do mosteiro².

Quando dom Sebastião foi a Coimbra em 1570, diz o doutor José Maria de Abreu, a pag. 37-39 do 1.º volume do *Instituto*, «a sexta feira que se contavam 13 de outubro do anno de 1570 fez el-rei dom Sebastião a sua entrada nesta cidade de Coimbra, na companhia de seu tio o cardeal infante dom Henrique, e do infante dom Duarte, filho do infante dom Duarte e da infanta dona Izabel.»

«A Universidade, a quem el-rei dera noticia da sua vinda por carta regia lida em claustro de 3 do dicto mez e anno, tinha assentado em fazer-lhe o mesmo recebimento, que vinte annos antes fizera a el-rei seu avô.»

«Assim foi mandado a Condeixa, onde el-rei devia vir jantar no dia 13, o secretario do conselho, que então era Antonio da Silva, homem douto e mui zelador das cousas da Universidade.»

«O secretario foi em demanda del-rei até perto da villa de Soure, onde se encontrou com Martim Gonçalves da Camara, escrivão de puridade del-rei; e mostrando-lhe o termo do claustro acerca do recebimento de sua altesa, o mesmo Gonçalves da

¹ *Instituto*, vol. 37, pag. 49.

² D. Nicolau de Sancta Maria na *Chronica dos reynantes*, tom II, cap. 172, n.º 17, pag. 49-54, diz que dom João III se agasalhou nas hospedarias de Sancta Cruz. É verdade; mas depois de estar hospedado septuaginta dias no paço do bispo.

Camara respondem que el-rei não queria mudar nada do antigo, e que desejava fazer mercê à Universidade.»

«Com este recado se tornou o secretario para a cidade sem esperar por el-rei, que andava caçando, para haver tempo para todos se fazerem prestes para o recebimento del-rei, que nesse mesmo dia havia de ter logar.»

«E com effeito, logo que o reitor, dom Jeronymo de Menezes recebeu aquelle recado pelo secretario, mandou correr o sino das lções e relogio da Universidade, para se ajuntarem os lentes, doutores, mestres e officiaes, e mais pessoas da Universidade, no terreiro dos paços reais; donde partiram pelas duas horas da tarde, indo todos a cavallo com as suas insignias, levando o meirinho adiante com oito homens vestidos de *verdoso*, seguindo-se os lentes, doutores e mestres, todos por sua ordem e precedencia; e após estes os bedéis com as suas massas, o secretario e mestre de ceremonias, e o guarda-mór das escholae; e logo o reitor, detrás do qual iam o conservador da Universidade, ouvidor dos seus contos, vedor da fazenda e mais officiaes.»

«E foram até ao logar, onde, da outra vez, tinham ido esperar el-rei, abaixo da egreja de S. Martinho: chegando alli, determinaram ir mais acenna da egreja um pouco; e approximando-se el-rei, todos se apearam collocando-se por ordem.»

«Tanto que sua altesa chegou, o reitor beijou-lhe a mão, e ao cardeal infante, e fez uma meçura ao senhor infante dom Duarte, que tambem lhe tirou o chapéu e se inclinou; e logo se poz á ilharga de el-rei.»

«Os doutores, e os mestres em Artes, cada um per si foram beijando a mão a el-rei e ao cardeal infante, dizendo ao mesmo tempo o reitor a el-rei o nome de cada um delles: o conservador e mais officiaes da Universidade beijaram tambem a mão a sua altesa; e todos se tornaram a pôr a cavallo pela mesma ordem em que vieram, ficando el-rei mui alegre e contente daquelle recebimento.»

«Dalli seguiu o prestito para a cidade, precedendo a Universidade immediatamente a pessoa de el-rei; que, querendo-lhe conservar as honras e mercês, que a ella fizera seu real avô, não consentiu que entro sua altesa e o corpo da Universidade se intromettesse senhor nem pessoa alguma.»

«Eis aqui o que a este respeito escreveu o douto secretario:»

«... porque na volta da Universidade se metteram alguns fidalgos cortezãos, eu, secretario do conselho, por mandado do reitor, cheguei a sua altesa, e lhe disse, que com a Universidade se não havia de metter nenhuma pessoa, que não levasse insignias; que sua altesa fosse servido de o mandar assim, por-

«que nesta posse estava a Universidade; e esperava ainda de sua alteza lhe fazer mais mercê e mimos, do que lhe fizera el-rei. «seu avô: respondeu-me olhando para a gente, que deante um deo: «sem capello; que lhe fosse dizer que se fossem, fui e em brevidade; era o alferes mór e outro seu companheiro, dei-lhe o recado, fôrão-se logo; e vindo acher de tras do reitor dom Francisco de Portugal, estribeiro-mór, e João de Mello, porteiro mór, disse-lhes que sua alteza mandava que não fossem ali, e deixassem a Universidade livremente, não o quizeram fazer; fez-me pergunta o porteiro mór se o conhecia, que me mandaria prender, disse-lhe que folgaria muito com isso; tornei a el-rei, não lhe quiz dizer da prisão, com que me ameaçara, mas disse-lhe que me não quizera crer; mandou um outro homem com o recado ao estribeiro-mór, e ao porteiro mór, que logo se fossem dali, e se fôrão logo em continente; de maneira que do dito lugar até sua alteza se agasalhar na só, onde descem, nenhuma pessoa, nem senhor nenhum, se mettem entre a Universidade e el-rei, nosso senhor, senão ella com seus officiaes, e doutores e mestres, como fica dito.»

«No dia seguinte, pelas tres horas da tarde, teve lugar na sala grande a oração latina, a qual recitou na presença de sua alteza o doutor Luiz de Crasto Pacheco, lente de vespera de C'anon.»

«Por haver muito concurso de gente, antes de começar a oração se ordenou que os doutores e mestres se assentassem nos seus assentos, e se mandou recado a sua alteza, que veio com o cardinal seu tio para a sala, onde estava feito um theatro de grades de graue aleatufados, e ao redor coberto de pannos de brocado; nelle se assentou el-rei numa cadeira de couro preto com pedras douradas, o cardinal noutra de couro vermelho, e o infante dom Duarte num cochim, que el-rei lhe destinara.»

«O porteiro-mór não quiz deixar entrar a *infinita gente*, que estava de fora.»

«O secretario, vendo que a sala estava sem estudantes, chegou-se a el-rei antes de começar a oração, dizendo-lhe «que esta oração era auto das escholae, e que haviam de ver os estudantes e pessoas, que para isso estavam de fora; que os mandasse por isso sua alteza entrar.»

«El-rei remetteu o secretario para João de Mello, porteiro mór, o qual depois de ouvir as observações, que lhe fizera o secretario, tornou a sua alteza e respondeu depois ao secretario «que bem estava a casa assim como estava» de maneira que não entraram estudantes, nem muitas pessoas da corte, que desejavam ouvir a dicta oração.»

«Não encontramos outras memorias, que nos dêem razão desta

singular determinação, nascida talvez do insoffrido desejo, com que alguns fidalgos pretendiam contrariar os privilegios da Universidade, em revandita da humilhação, por que os fizera passar el-rei, quando no seu recebimento os mandára sair dentre o corpo academico.»

«Esta má vontade parece que fôra tambem victima o secretario que em razão do seu cargo mais punira por aquelles privilegios; pois que até se lhe negára a mercê do habito de Christo, que seu antecessor tivera por occasião da real visita do senhor rei dom João III, sendo que o proprio Martin Gonçalves da Camara escusára esta pretensão de um modo, que bem deixava ver a indisposição dos cortesãos contra o secretario pelo seu zelo pelas prerogativas da Universidade.»

«Na segunda feira, 16 de outubro, foi el-rei, o cardeal, e o infante dom Duarte, depois de ouvirem missa na capella do paço, aos geraes ás lições de Prima das quatro faculdades demorando-se um grande pedaço em cada aula.»

«No dia immediato assistiu sua alteza na sala grande ás conferências em Theologia de dom Francisco de Menezes, em que argumentaram os doutores e bachareis da faculdade estando com suas insignias.»

«No sabbado 28 quiz el-rei, que, posto não fosse dia sancto, o reitor dom Jeronymo de Menezes tomasse o grau de doutor em Theologia, por estar para isso habilitado; e para este fim se foi sua alteza ao mosteiro de Sancta Cruz, onde havia de ser dado o dicto grau: e das grades para dentro lhe estava feito um theatro alcatifado de dous degraus, e das grades para fora, onde se costumava dar o grau, occuparam os doutores e mestres em Artes, por sua ordem, escabelos cobertos de lambeir, em lugar das cadeiras, que lhes costumavam pôr de estado, que se não pozeram em reverencia á presença de sua alteza; e estando todos sentados por sua ordem com as cabeças descobertas, e o reitor sentado em seu escabelo, e com elle por padrinho Martin Gonçalves da Camara, doutor em Theologia e escrivão de puridade del-rei, lhe deu o grau de doutor o padre escaellario, e commetteu ao doutor frei Martinho de Ladesma, religioso da ordem dos prégadores, e lente de Prima jululado na faculdade de Theologia, lhe puzesse as insignias dotorares; e o secretario lhe deu o jurameyto do costume. Fôram oradores neste doutoramento os doutores frei Francisco de Christo, religioso da ordem de Sancto Agostinho da correia, e frei Francisco de Caceres, da ordem de S. Francisco, e ambos lentes de Theologia.»

«E de todo o ceremonial se mostrou el-rei muito agradado.»

«Acabado de receber o grau, o reitor beijou a mão a sua al-

tesa, e deu os abraços aos doutores e mestres, conforme aos estatutos e se repartiram as propinas.»

«E porque no dia antecedente os sumilheres de sua alteza pretenderam que o secretario não havia de dar a propina das luvas a sua alteza, mas sim elles; o secretario allegou que este auto era das escholas, e o officio delle para o fazer, e sua alteza ordenou que o dicto secretario lhe levasse as propinas.»

«E assim antes de começar o auto o sumilher da semana, dom Pedro de Menezes, foi chamar á grade da igreja de Santa Cruz o secretario, e lhe disse «eu dei conta a sua alteza da vossa duvida, e diz sua alteza que vós lhe leveis as luvas e propina, porque não quer neste auto sumilher, senão a vós.»

«O secretario assim o fez, tomando em uma salva de prata umas luvas de seda real; e indo adiante os bofeis com suas massas de prata na mão chegou ao theatro onde estava elle; sentado, se poz de joelhos e lhe disse:»

«Senhor. Esta é uma parte da propina, que o reitor por obrigação dá neste auto; e esta, que aqui trago, é a de vossa alteza, que fez muito grande merecê a esta Universidade e ao reitor, em se achar presente; e a queira tomar da minha mão.»

«Assim terminado o auto, recolheu-se sua alteza aos seus paços; terminando tambem com elle as solemnidades do recebimento de sua alteza por parte da Universidade¹.»

A oração latina, que Ignacio de Moraes recitou na sala grande dos actos, quando em 1580 dom João III foi visitar a Universidade, os collegios e o mosteiro de Santa Cruz, imprimiu-se conforme o testemunho de Diogo Barbosa Machado: mas não era conhecido exemplar algum, por mais diligencias que se tivessem empregado para o descobrir. O nosso presado amigo, parente e collega, senhor Augusto Mendes Simões de Castro, procurou infructiferamente durante onze annos em todas as bibliothecas publicas de Lisboa, Coimbra, Porto e Evora; até que alcançou da livraria da Ajuda uma copia do manuscripto que alli se encontra, postoque não seja o original offerecido ao rei. Um libello empregado naquelle estabelecimento en carregou-se de seu trabalho. Muito agradecemos ao digno conservador da bibliotheca da Universidade tão valioso presente.

A oração está escripta em latim do periodo aureo da lingua, e revela a vasta erudição do lente de poesia das escholas luso-

¹ É o mesmo equivoco do recebimento de dom João III. Foi no paço do bispo, que dom Sebastião se hospedou. Veja-se a *Cronica dos reyes*, tom. II, liv. I, cap. XX, pag. 352.

dados pelo monarcha; mas tem o defeito da sua demasiada extensão, quando expressamente se recommenda, que nas allocuções do recebimento haja brevidade, para não fatigar a attenção dos illustres visitantes.

Es o documento, revisto com o maior cuidado pelo senhor doutor José Maria Rodrigues, distinctissimo lente da faculdade de Theologia, vogal do Conselho superior de instrucção publica, e reitor do lyceu central de Lisboa. Agradecemos-lhe cordalmente a sua auctorisada cooperação.

Ignatii Moralis oratio panegyrica ad invictissimum Lusitaniae regem divum Joannem tertium nomine totius academiae Conimbricensis, atque in ejusdem scholis habita, ipsa etiam regis conjuge, augustissima diva Catharina Lusitaniae regina, regis haerede principe filio divo Joanne serenissimo, et ejusdem regis sorore diva Maria serenissima praesentibus.

Inter omnes eos labores, quos mihi perdifficiles atque inprimis arduos accidisse recorder, rex invictissime, hi profecto unus longe maximus est, quem mihi hodierno die hujus tuae celeberrimae academiae auctoritas injunxit, ut ejus nomine communem hanc omnium laetitiam de tuo expectatissimo adventu significarem tibi, patriae parenti, debitas gratias agerem. Quod si antea semper durum laboriosumque existimaui in hunc amplissimum locum conscendere, et in tanto doctissimorum hominum concursu oratoris partes agere, quanto majore nunc difficultatis mole me premi, aut potius obrui putandum est, cura tu quoque, rex serenissime, qui ad audiendum accesseris, cujus reginae majestatis fulgor quasi quibusdam radius nostrae mentis aeternum percutit. Etenim satis intelligo, ut rege digna dicere possimus, magna doctrinae praesidis, exquisito quodam atque inusitato dicendi genere opus esse. Mihi vero ingenii acumen est exiguum, facultas ac dicendi copia multo minor. Accessit etiam aliud discrimen, quod, cum de tuis maximis ac prope divinis laudibus coram dicendum sit, adulationis suspitionem, a qua animus meus vehementer abhorret, reformido. Sed me proles to recreat ac reficit illa Caesaribus inusta elementia, quae, tametsi majus viribus onus susceperim, facile tamen nobis indulget, dum il saltem, quod possumus, alacriter praestemus. Scitum est enim illud, quod veteri dicitur proverbio, in magna voluisse sat est. Non se jactabit nostra oratio, nec ambizioso verborum apparatus superbiat, sed pietatem potius erga

te et amorem simplici cultu indicabit. Nam ut est apud celeberrimum naturalis historiae scriptorem ex diis lacte rustici multaeque gentes supplicant, et mola tantum salsa litant, qui non habent thura. Jam vero ab adulatiōis specie longe abesse videbor, qui nihil sum dicturus, quod non in media luce positum, atque compertum sit. Praesertim cum ingeni tui natura et tanto principe digna severitas omnia prorsus verborum blandimenta et assentationem excludat. Agam igitur moderate, dum tuae quoque modestiae, princeps serenissime, inservio, nuntiorque eos, qui in immenso atque artificioso opere, dum singula spectare non vacat, praecipua tantum rerum capita oculis sequuntur. Tua enim vere regia ornamenta, et res praecelare gestas longa annalium series recenset. Hunc igitur diem felicissimum sibi putat, hunc gloriosum arbitratur, hunc albo consignat calculo universa haec academia, quo te suum authorem praesentem intuetur. Abs te enim magnis fundata sumptibus innumensum crevit, abs te princeps clementissime, magnifice excolitur, ornatur, atque augetur. Tuo denique ducta atque auspicio omnibus bonarum artium studia efflorescunt, totum jam orbem terrarum nominis sui fama complevit. Quin-obrem voti nunc jam compos, quae tui desiderio hactenus flagrabat, in tuo serenissimo vultu libenter acquiescit, plaudit atque exultat magnis gratulationibus, totoque sinu in laetitiam effusa, ad sacros iatos pedes provolvitur. Nec mirum profecto est, si te intra parietes istos videre tantopere gestiebat, a quo tam multis atque immortalibus beneficiis quotidie decoratur, et cum totam se tui muneris esse fateatur, nihil habet quod tibi rependat, praeter animum gratum, et regiae tuae mundicie memoriae sempiternam. Nec solum illa, sed universus etiam populus Lusitanus, omnesque gentes, quae tuo subjacent imperio, sibi congratulantur, quod divina ope ac providentia talis nobis princeps contigeris, qui pietate, justitia, mansuetudine atque omni denique genere virtutis omnibus nostrae memoriae regibus antecellis. Agnoscamus hoc tantum ac tam excellens bonum caelitus nobis esse concessum. Nam ut nulla in terris major dignitas est regio principatu, sic quoque divinitus a Deo uncti reges creantur. Quae res non modo sacris literis prodita est, sed nec etiam insignem Homerum fecit, cum ita inquit *Ilad. d. ix. d. 272. 292.* atque Agamemnona ab Jove regem constitutum commemorat. Ex quo fit, ut et reges cum sacro reditus fuerint, et templa consecrassent credantur, ut ingeitur ex textu in *L. sacra loca ff. de rerum divisione*. Quicumque igitur te intuetur, rex invictissime, vere christianum principem, atque omni ex parte perfectum agnoscat, quique divino jussu ad reipublicae gubernaculum sis adnotus. Nam et ipsa dignitas oris ac species augusta, inter omnes fratres tuos a prima aetate statim eminens, facit te scripti

paterni successorem, et ad unum rerum fastigium natum ostentabat, ut merito etiam de te illud Claudianum poetae dici posset:

Jam tunc conspicuas, jam tunc venerabilis ibas,
Spondebatque ducem celsi mitor igneus orbi.

Atque (quo etiam tuis civibus carior est non casu aliquo ad imperium fasti ascitus, non forte datus, sed rege sapientissimo atque potentissimo natus, simulque te ab augustae matris utero egressam imperatoria purpura suscepit. Quod si eorum regum splendorem et rerum gestarum gloriam repetere tempus pateret, ad quos tu seriei generis refers, si salutare republicae leges, quas tulerunt, si durissima bella, si labores pro religione susceptos revocare in memoriam liceret, tanta profecto sese mihi dicendi materies aperiret, ut vix modum ac finem reperiret oratio. Quin etiam in hac ipsa urbe, in qua nunc es, licet tibi intueri insipuum tuorum impressa vestigia, clarissima operum monumenta et tam insignia de christianae religionis hostibus excitata trophaea, ut nulla sint hodie toto orbe terrarum illustriora. Jam vero de clarissimo rege, parente tuo divo Emanuele, deque matre etiam augusta, qui olim fido functi, nunc aeternae sunt fœderis consortes, quam multa dea possunt ad eandem quoque tuarum laudem pertinentia? Omnia tamen haec s. lenio praetereo, quae quasi foris assumpta et fortunae benedictio collata, non tantum te illustrent atque exornant, quantum tuae ipsius propriae virtutes, quarum splendore claris emittens. Atque hae profecto inter se sic certant, ut quae cui sit antefrenda non facile quis certum constituat; usque adeo pro se quaeque in hac certamine primum locum occupare contendit. Mirantur omnes tuum gravissimum judicium atque acerrimam mentis aciem, cum res nulla sit tam perplexa, nullum negotium tam implicatum atque involutum, quod tu praestantissima ratione facile non expedias. Refers enim illam laudatissimam Nestoris prudentiam, quo loquente universa stupet Graecia, et judicium suum sponte submittit. Jam memoria quoque sic tenax ac firma esse fertur, ut hoc quoque nomine populari sermone passim commendetur, atque ita commendetur, ut multi affirmant, quod tibi semel memoriae inhaeserit, vix unquam convelli. Igatur, cum omnium virtutum janua sit prudentia (ut docti viri scriptis testantur), hinc fit, ut omnia prius diligenter circumspicere consueveris, quam quicquam agere tentes, magisque tibi placeant sana consilia, quam temerari et caeci impetus, quibus multi duces impulsu sese et cives suos perditum ivere. Nonquam autem diligens consultatio fructu caret, nec temeritas cum sapientia commisceatur; itaque illud ab Augusto

Caesare crebro jactatum maxime probare soles: *ἡμεῖς ἡμεῖς, ἡμεῖς ἡμεῖς*. Ex eodem prudentiae fonte nascitur incredibilis ille amor sapientiae quo tu, pulsa ex Lusitania barbarie, civium tuorum animos omnibus bonis artibus informas, dos atque optime instituendos curasti. Etenim cum nostri homines suapte natura feroces et indomiti magis studio Martis, quam literarum essent assueti, non passus fusti, ut inscientiae tenebris dominis versarentur, Numam Pompiliū in hoc imitatus, qui Romanos civis bello feroces ad religionis cultum et pacis studia transtuht. Nam et complures adolescentes Parisiorum Lutetiam ad capiendum ingenii cultum tuo sumptu alendos misisti, et novam hanc literarum academiam¹ erexisti, quae non modo externas omnium gentium scholas possit laessere, sed veteres etiam Athenas in nostra haec tempora revocare videatur. Quod est enim disciplinae genus, quod non hic maxime vigeat, et in quo tam paucis annis Lusitania juventus elaborans non excultissima evaserit? Ex quo satis perspectum est, nostros non minus ingenio, quam armis valere. Circumfer porro oculorum aciem per omnes urbis partes, cerne novos vicos, novas ubique aedes, et tuis impensis maxima mole surgentia aedificia, quibus tecum Mausolea, nec barbara Memphis olim majore apparatu fulserunt. Adde, quod et ipsa coeli temperies et urbis situs academiam commendant, nam et magna parte in edito sita est, et vicino flumine alluitur, ac late patentes campos prospectans, tanta amoenitate circumfluit, ut Thessalia Tempe merito quis appellat. Unle et regum alumna Comibrica et caput regni quondam fuisse memoratur². In hoc igitur tam opportuno loco castra metatus es ad barbariam expugnandam et ignorantiae tenebras pertrumpendas. Accivisti undecunque ingentibus praemiis duces eximios, atque omnium disciplinarum armis instructos, qui studiosae catervae ordines ducerent, pro galea et thorace altissimam rerum scientiam oblige-
cientes, pro gladio linguas dissertissimas, pro clypeis doctissimos libros et pro pilis promptissimos calamos Quid multus? Hic collegia, hoc est, doctorum hominum legiones, et juvenum cohortes, tua vexilla sequuntur, cernere licet. His autem literariis copis talem praeposuisti virum, qui morum gravitate, religione, doctrina cum ipsa antiquitate possit conferri³. Maeste virtute esto, o rex sapientissime, qui unus praecipue inter omnes christianos monarchas divinae religionis ac sapientiae amore inardescens.

¹ Comibricensis academia a rege condita.

² Comibrica domus regia.

³ Rector academiae comibricensis frater Jacobus a Murça, doctor theologus.

Nimirum intelligis probe ex his etiam quae in adolescentia ab optimis magistris percepisti, nullum sapientia majus donum mortalium generi a Deo optimo maximo esse tributum¹. Quid enim hac utimur? quid iacundus? quid magis necessarium? sine cuius praesidio nec bonorum et malorum discrimen cognosci, nec pax conservari, nec honestae et beatæ vitæ ratio teneri, nec denique ulla respublica administrari potest. *Hanc qui vituperat, nescio inquit M. Tullius, quid laudandum putet. Solem enim a mundi tollere videntur, qui sapientiam tollunt. Audis regem illum Salomonem, quem in hoc studio imitaris, ita in Ecclesiaste loquentem: Hanc quoque sub sole vidi sapientiam, et probari mercedem. Idem in Proverbiis et fere ubique ad sapientiam amplectendam oblique adhortatur. Beatus inquit homo, qui invenit sapientiam, et qui affluit prudentia, melior est acquisitio ejus negotiatione argenti, et auri primi, fructus ejus; pretiosior est cunctis opibus, et omnia, quae desiderantur, non valent huic comparari. Effecisti igitur, rex invictissime, ut, cum gens Lusitana assiduo bello² cum barbaris nationibus et orthodoxae religionis inimicis confligat, non minus domi ex literarum vigiliis, quam belli ex hoste devicto, laurum sibi quaerat triumphalem.*

Quid dicam de justitia et aequitate? quarum sic es diligētissimus observator, ut omnem curam, omne studium huc conferas, nequa injuria aut contumelia alicui inferatur, neque tumultus aut discordiae inter cives tuos excitentur; et enim tibi magna quaedam insit et naturalis severitas, sic tamen eam cum humanitate misces et tale temperamentum adhibes, ut nec malefici admissi sceleris impunitatem sibi promittant, nec rursus miseri et calamitosi, dum res poscit) misericordiae tuae diffidant. Itaque quod Salustius inquit de C. Caesare et Marco Catone, diversis utrumque virtutibus summam laudem esse consequutos, in te solo dispares haec virtutes mutuo consensisse videntur, ut et Catonis severitatem et Caesaris clementiam aemuleris. Ita fit, ut omnes qui sunt sub tua ditione, summa reverentia pariter et amore te prosequantur. Nec enim firmum satis et stabile imperium est, quod magis metu quam amore retinetur. Qui autem colascro mortales majore benevolentia erga suum regem sunt incensi, quam Lusitani³? qui magis fideles, et pro illius salute ac dignitate ad dimicandum piratores? tu ipse profecto, princeps invictissime, optimus es testis. Non enim (ut ceteri reges solent) armatorum manu stipatus incedis, nullas prorsus insidias metuis, qui videlicet

¹ Sapientia.

² Lusitani pro religione semper in armis sunt.

³ Lusitanorum maior erga suum regem.

tuorum charitate et benevolentia circumscriptus satis te tutum atque munitum esse non dubitas. Illi autem egregium et memorabile in laudibus tuis ferunt, quod in neminem aspicias animadvertis, quam in eos, qui magistratum offendunt, ¹ quod profecto acutissima ratione adductis facis. Nam praeterquam quod magistratus violato tua quoque laeditur maiestas, magnati etiam occasionem ad delinquendum arripient, qui semel magistratum contemnere audebunt. Quamobrem hoc quoque singulari tuae prudentiae est, quod patriae leges et jura servari ² studioso laboras, quippe qui optime intelligas illud, quod Plato ³ in sua republicae institutione tradidit, justitiam usque adesse necessariam, ut civium animas eam imprimis innotui et saepius incubari sit necesse, qui amota, ne parva quidem diem constare possit. Justitia enim in sese omnes complectitur virtutes. Sed cum multa in hoc genere praecclare abs te facta et constituta commemorari possint, pro quibus maxima quoque gratiarum actio tibi debetur, ea tamen silentio pertransco, male cum in tuis recensendis laudibus parvis videri, quam nimis prolixitate auribus tuis fastidium adferre. Unum tamen illud, quod praecipuum memoratio oportuit, nullo eodem modo tacitus praeteribo, quod, cum ceteri omnes terrarum principes suis praefectis et magistratibus ultimo supplicio sordes condemnandi jus ⁴ permittunt, cum potestatem in Lusitania neant in illa concessis, ut ei licet sine tuo consensu nigrum praecipere errat. Tu ipse omnium quocumque ad capitale supplicium vocantur causam cognoscens. Quis per Deum immortalem tantum hanc clementiam non miretur? laudet? exosecletur? qui de singulorum civium salute, cunctisque loci et ordinis sint usque ad obsequia sollicitus. Perro quanta quoque magistratibus animi tui et excelsi equalem robore exempti edidisti, non est profecto obscurum, quoties enim cumque quod acerataesa mortalitas vitare non potest adversa fortuna sua tela in te jacit, quam fortis ⁴, quam moderate illa perfers? Vides brevi sanorum spatio numerosae sobolis tuae alia super alia congesta funera, et charissima pignora in ipso aetatis flore fati intercepta. Vides charissimorum fratrum identidem et sororum interitus. Sed humane conditionis omnia haec vana acerbissima patientia toleras, et nil aut postea premis altum cordis dolorem. Porro quaecumque accepta tale Davidis exemplo ad gratias divino numini agendas animum convertis. Nam cum omni prosperitate

¹ Lusitania rex potissimum graviter punit qui magistratos offendunt.

² Plato

³ Nemo in Lusitania, praeter regem, integrum jus habet ad necem condemnandi

⁴ Fortitudo.

sis dignus, si quid adversi cadat, christianae patientiae materiam tibi praebere non ignoras, cum secunda felices, adversa magnos probent. Cedat igitur hinc tam eximiae virtuti tuae Sertorius¹ ille, qui, cum bello terribilis esset, et Lusitanas regeret phalanges, audita tamen matris morte, parum absuit, quin morore interiret. Cedat Augustus Caesar, qui, cum dace Quintilio Varo infeliciter a Romanis in Germania pugnatum esset, adeo consternatus est, ut barba et capillo submesso, caput interdum foribus illidens indecorum ederet clamorem: *Quintili Varo, legiones redde*.² Cedat item magnus ille Alexander, qui memor turpissimae caedis, quam per violentiam patrarat, dum tandem ad se redit, doloris impatiens, cibo abstinebat, et ferrum in se intorquere parabat, nisi ab amicis prohibitus easet. Quid autem tantorum virorum fama indignius, quam corporis dolores aequo animo pati, animum autem perturbationibus resistere non posse? Atqui in eo maxime generosa virtus apparet, si (quod tu facis) nihil fortunae casibus commoveatur, et rerum humanarum aestus ex alto despiciat, postremo praeter dedecus et turpitudinem nihil malum putet. Agedum quantam illud quoque tibi laudem conciliat, quod cum beluissimis gentibus imperes, cum quibus excellas, non tuas tamen vires in quinquam experiris, nisi in hostes tantum nominis christiani?³ Non impia sumis arma, nec te fraterno sanguine contaminas. Omnes enim fratres sumus, quicumque capiti Christo adherimus, et ecclesiae societate conjuncti sumus. Tu in faria et injusta bella vehementer exhorres; tantum honesta suscipis, non ut aperi; tui fines, sed ut christiana religio quam longissime propagetur; non ut robur ostendas, sed ut mansuetudinem doceas; non ut superbe domeris, sed ut ad pietatis et justitiae societatem victis consulas; felissimum sane genus victoriae, in qua victi hostes eo ipso, quod vincuntur, servantur, alioqui perirent; de qua re tale nostrum extat ad celsitudinem tuam scriptum epigramma:

Per te religio, rex invictissime, Christi
 Orbis in extremis sit celebranda plagis.
 Rore saluberrimo juvenis, coarctatur ludus,
 Atque impioque riget, belligerique Iulven.
 Et, pluvius natis Placida diluere Orcus.
 Absciderat nubes, non vix tamen atra coelum.
 Evadunt omnes, in temeris, tunc venere veram
 Eterni faciem, manna vera colunt.
 Ergo adeo pagras, ut possis ferre salutem
 Hostibus, o patiar, regeque digna fides.

¹ Plutarchus in vita Sertorii.

² Suetonius in vita Augusti.

³ Rex Lusitanus in christianos arma non capit.

Discant ergo ex te verae fortitudinis exemplum, quicunque iniusta bella gerunt, sive, qui christiani cum sint, in mutuum perniciem armis congregantur. Deant bellum, nisi quod leges praescribunt, nefarium esse naturae inimicum, quae utique hominem ad pacem et mutua concordiam genuit. Christus namque idento toties pacem commendat quia maxime necessaria, et quia bellum omne genus malorum in rempublicam invehit. Quamobrem cum bello nihil magis dedecet omne genus hominum, quanto turpius est homini christiano? Ex quo procul dubio pietas¹ tua nostro saeculo magis emineat, qui non modo in tua republica paci semper servare studueris, sed alios etiam christianos principes armis dissidentes ad mutua pacem et concordiam sis arboratus, et quaecumque jura sanguinis atque aliae necessitudinum rationes hinc atque hinc te poterant ad bellum movere, in eodem tamen proposito semper pacis retinendae permansisti. Turpe enim fuerit regem christianum minus republicae tranquillitati consulere, quam barbaros² homines, quos Caphras appellant, qui Perem atque alias quaedam Orientis insulas colunt; hi namque (ut a nostris hominibus, qui ea loca peragrarant, accepimus) bellum ut rem maxime detestabilem execrantur. Quod si in bella proclivem regem amadvertant, dant operam, ut primus in acie colloctetur, et hostium impetus sustineat, ut, qui auctor belli sit, idem primus extrema patiatur. Nec acrior in hostes invehuntur, nisi rege cadente; quo fit, ut raro bella gerant, et impera fines praetendere iniquum putent. Itaque ipsi nemini bellum inferunt, lacessiti vero, injuriam propulsant. Sed, ne latius bellum serpat, diligenter cavent, et ut nihil pulchrius ducunt, quam in pace petenda hostem praevincere, sic etiam potenti demergere foedus sputant, etiam si injuria fuerint lacessiti. Sed, (ut ad egregia tua facta revertar) non modo contra christianae religionis hostes assiduum habes in armis exercitum, sed, ubicumque etiam opus est, pro ejusdem religionis defensione³ auxilia mittis. Rhodon, urbem Asiae magnam olim, christianissimam arcem oppugnabat nostris temporibus Turca, tu primus adversis illam classem validissime instructam misisti, quae, si secunda navigatione delata fuisset, ingens in haud deus terrarum hostibus clade in attuisset. Idem quoque hostis Turca Ungaris bellum intulit, quod ut tibi cognitum est, continuo thesauros tuos proferis, legatos cum grandi pecunia in Germaniam mittis, qui tuo sumptu auxiliares copias conflent: quae res cum ageretur, non-

¹ Regis Lusitani pietas.

² Notabilis quorundam barbarorum in Oriente consuetudo circa rem bellicam.

³ Auxilia regis Lusitaniae pro religionis christianae defensione.

tiatur tandem Ungarorum exercitu fuso, et rege Ludovico extincto, frustra auxilium comparari Trajecerat in Africam Carolus Caesar, et oppidum Tunetem obsidebat: praesto adfuit classis tua, viris atque armis munitissima, ejus in eo bello virtus fuit spectabilis, et nomine digna Lusitano; et quoniam te rationes tuae non patiuntur regni tui finibus egredi, advolavit cito Ludovicus princeps, frater tuus fortissimus, et cum cognato Caesare arma sociavit. Auget quoque tuam felicitatem, rex potentissime, quod iis hominibus imperas, qui mentis constantia et corporis viribus nulli hominum ¹ generi sunt inferiores, quique omnibus bonis, quaecumque in vita contingunt, laudem et gloriam anteponunt. Hinc est, quod saepe nostrorum hominum ingenia et facta necum animo reputans, ausus sum illud affirmare aut non alios prorsus Romanam virtutem adaequare, aut certe propius referre. Nihil equidem ad gratiam fingimus, sed quae partim vetustis Latinae historiae libris sunt comprehensa, partim nostra aetate quotidie videmus. Etenim ² si Lusitanorum paucitas adversus tantam hostium multitudinem spectetur, quis non jure miretur tot asperrima bella a nostris suscepta, et tam felici rerum successu confecta? tot urbes, tot oppida vi capta, vastos oceani fluctus perdomitos, novas insulas, novas regiones ac nostro orbi incognitas repertas? denique magnam partem Africae, totum fere Orientem annectum, in ejus ultimam fere plagam arma Lusitana sunt illata, et alto sacratissimae crucis vexilla inposita, quo nec Augusti Caesaris, nec Alexandri olim virtus penetravit. Nos Hesperidum insulas invenimus. Nos Nilii fontes tot ante seculis ignotos reclusimus. Nos Herculis metas sumus praetergressi. Quid reliquum est tantis laboribus (nisi alio diebis jactantia) ut Antipodas ipsos (si qui sunt) tandem eruamus? ut de Hercule ipso ferant, qui cum in terris monstra quae domaret, non amplius haberet, inferos etiam petivit. Quid hic etiam commemorem insignem illam in Oriente pugnam, qua nostri homines Turcae conatus eluserunt? non enim perinde res illi successit nobiscum decertanti atque cum Rhodiensibus et Ungaria. Nam cum paucis ab hinc annis ingentem classem quae naves numero octoginta, milites vero undeviginti mille continebat, in Indiam misisset, quae tuo subest imperio, et classis praefectus Coloimanus Bassa urbis Dii arcem acerrime oppugnaret, nec ex nostris in arce plures quam quadringenti essent ad pugnam utiles, tanta vi tamen hostis ³ repulsus est, ut re frustra tentata, et metu etiam praesidii periculus quod a tuo Indiae praefecto

¹ Lusitanorum ingenia.

² Lusitanorum victoriae.

³ Turcae fortiter a Lusitanis ab India repulsus.

advolare dicebatur, in fugam converti et obsidionem solvere coactus fuerit, amissis a numero suorum quatuor mille, cum ex tanta paucitate nostrorum quadraginta adhuc milites superfuissent. Tu igitur, tu vere ille es, rex potentissime, qui ultra garamantas et Indos imperium protulisti. Tu unus es inter christianos monarchas, cui reges parent, et tributa¹ pendunt; ut interim aileam, quae postremis his annis superioribus in India prospere et feliciter a nostris gesta sunt, Badueo rege Carmaniae caeso et defensa iterum urbe Dio avia totius Indiae ab infestissima obsidione² Mamundi Baduci nepotis, qui in illius regnum successit. Haec est itaque illa gens Lusitana, quam vir doctissimus, Angelus Politianus, vere multitudinem Romanam appellari posse confirmat, quando tam multis et in Romanorum colonis (ut constat) haec regio potissimum frequentata est. Haec est, inquam, illa gens Lusitana, quae ne a Romanis quidem ipsis debellari potuit, nisi Viriatus Lusitano³ ejus duce per dolum capto: a quo Marcus Cicerō testatur multos imperatores Romanos armis fuisse superatos. Quamobrem hujus de Lusitanis victoriae (si modo victoria appellanda est, quae dolo fuit parata) Servilio Caepioni duci⁴ a senatu triumphus negatus est, quod eam nomini Romano⁵ indecoram existimaret. Quid? Sertorius Lusitanis dux ascitus interea, dum his praefuit, quam saepe Romanos armis vicit? adeo ut Cn. Pompeius qui diu in his regionibus cum imperio praefuit in summas rerum angustias reductus, ultimum discrimen subierit. Extant enim adhuc testis ejus epistolae de his rebus ad senatum conscriptae. Itaque nec Sertorius⁶ ipse in acie victus, sed domestica prodicione oppressus occubuit. Quod si quisquam rem aestimare vellet, magis fere dolo, quam virtute, Romanos nobis clades intulisse comperiret. Nota est enim et Sergii Galbae perfidia, qui praetor in Hispania pacis simulatione contra fidem interpositam magnam Lusitanorum manum interfecit; quo crimine cum a Labone tribuno plebis accusaretur, accessit quoque ad actionem tribuniciam gravissima Catonis⁷ oratio, quam et teste Valerio Maximo in *Origines suas* retulit. Galba vero cum se manifeste reum confiteretur, nec haberet qui pro se diceret, omnia causa liberos suos parvulos in concionem productus lacrimans commendavit: quo facto ita omnium commiserationem conentavit, ut praeter opinionem absolutus fuerit; atque haec omnia

¹ Rex Lusitanus reges habet in Oriente imperio suo subditos.

² Lusitanorum in India strages.

³ Viriatus Lusitanorum dux.

⁴ Lusitania a Romanis dolo expugnata.

⁵ De Lusitania non est triumphatum.

⁶ Sertorius Lusitanorum dux.

⁷ Catonis oratio pro Lusitanis.

(ut paulo ante dixi) ipsorummet Latinorum testimonio comprobantur. Quarum rerum summam sic carmine complexi sumus, quod tuis insignibus quondam subjecimus:

Hæc habes, armipotens, clavo demissa ab Olympo,
Lusitana domus, præclaræ natiuitæ gentis.
Hæc mare perdomitant, penetrant atque ultima mundi
Læpæ ignota loca, ingenti superata triumpho.
India testatur, testatur et Africa pugnam,
Et pars Hesperiae, nostræ contemnunt terræ.
Vos quoque, Romani, vos hæc insignia quondam
Experti, bello quos Lusitana iuventus
Sæpius edomuit, nec te, fortissima tellus
Lusitana, viri potuerunt vincere bello
Romani, usque dolo certe sine laude latino
Cecidit ante alios Viriatus summus in armis
Namque lerox animi, atque instructus Pallados artes,
Romanos trepido turbavit sæpe timore
Hæc incerta loquor, nobis hæc vestra, latini.
Scripta canunt; pelagi sed quo mea vela profundi
Alta petunt? ingens referat tux exitum gesta
Ausonia vates, revivat sen magnus Homerus,
O Lusitanæ rex invictissime gentis.

Cæterum, et quod sobrii admodum sint Lusitani, parumque voluptatibus tribuant, in eo ubique et naturam suam militarem sequuntur, et ex te exemplum ducunt: omnibus enim perspicuum est, quam breve ex quotidianis negotiis tempus ad epulas tibi reliquum facias; quam moderato et parabili cibo utaris; et cum tanta sis contentus, ut vinum nunquam liberis, sed tantum puram aquam potites, est profecto, quod tibi invident cum multi ac magni duces, tum maxime Alexander, qui per ebrietatem interdum nefaria commisisse traditur; corporis autem ornatui tam parum indulges, ut nihil fere in hoc a tuis popularibus discrimineris. Illa quoque tua moderatio satis laudari non potest, quod semper illud caves, nequid temere, nequid iracunde fecisse videaris. Porro ad liberalitatem sic pronus es, ut inter alias tuas virtutes hæc quoque pene sit admirabilis adeo, ut, velut perenne quoddam flumen, insistere nequeat. Quotus enim quisque est in Lusitania, quem liberalitas regia non sublevet? non habet aliquis unde liberos suos in literarum studiis alat, ad regiam confugit beneficentiam; non habet dotem, qua filiam in matrimonium collocet, regium implorat auxilium; enatavit aliquis e naufragio facta rei iactura, regnum poscit subsidium; deest pecunia, qua quis meritam in studis lauream adipiscatur, regiam petit opem; collabuntur aedes sacrae, regio sumptu instaurantur. Quid multis? Athenis accepimus locum fuisse quod *ἀρχαῖον* appellabant, ubi

de republica benemeriti publico sumptu alebantur. At in nostra Lusitania domus regia non modo de republica benemeritis, sed etiam egenis et calamitosis opitulatur. O vere patriae patrem et evangelicae disciplinae memorabile exemplum, omnium laudum monumentis decorandum. Expertus haec loquor, qui et ipse ab inerte aetate duros vitae casus, rex clementissime, tua liberalitate sustentato, pro qua privato quoque officio ad gratias tibi agendas adducor. Inter opera vero nunquam ullo aere intermoritura in primis nostra haec academia celebrabitur, ex qua (ut speramus) jucundissimos semper fructus capies. Hinc etiam tamquam ex uberrimo quodam sapientiae seminario doctissimi prodibunt homines, qui et patriae erunt magnae utilitati et ornamentum: et praeclara tua facta literis complexi perpetuae memoriae consecrabunt. Nos autem haec carptim et breviter pro temporis ratione perstrinximus: non ut celsitudinis tuae favorem, satis nobis alicuique propitium, hoc officii genere demereremur (praesertim cum optime sciamus neminem minus se laudari sustinere, quam qui laudem maximo promeretur), sed ut virtuti (quam sequitur gloria) debitus honos deferatur, et ad eandem virtutem alii quoque principes emulationis studio magis incendantur. Licet enim, liceat mihi vera fateri. Si quis veteres tum Graecorum tum Romanorum historias evolvit, vix principem aliquem, qui tecum conferri possit reperiet. Alius enim crapulae et foedis voluptatibus deditus fuit: alius avaritia et immensa dominandi libidine incensus: alium crudelitas et saevitia invisum faciebat: alium superbia et animi elatio, dum se vel Jovis, vel Herculis filium haberi volebat: alii denique bellis civibus tumultuantes in patriam sua arma inferebant: omnes autem a veritatis luce aberrantes et verae gloriae expertes, in rebus vanis felicitatem posuerant. Quamobrem cum te talem ac tantum principem nacti simus, qui pietati, qui religioni, qui paci tantopere studeas, qui maximus sis literarum patronus et Maecenas, cui etiam pietate, religione et magnitudine animi praestantissima uxor augusta contigerit, quorum denique princeps filius magnum jam nunc tenera aetate regiae indolis specumen praebeat, reliquum est, ut gratias vobis agamus, quantas animi nostri capere possunt. Deum optimum maximum precantes, ut vos quam diutissime nobis incolumes servet. — Iuxi.

Ad regem, de ejus in urbem Conimbricam adventu.

.....

Sic tuo frontem populus aerenat,
 Caesar, adventu; hic patriae parentem,
 Ille te gaudet columen vocare,
 Dulce decus ego.

Ille Deum magno studio precatur,
 Ut tibi rebus faveat secunda,
 Ille, post multos redeas ut annos
 Serus in astra:

Regia ut conjux tua vivat, orat:
 Vivat et princeps, generosa proles,
 Patris atque haeres, juvenumque nostro
 Gloria in aevo.

Laetus huc adias, opera intus, opera
 Quae tuo surgunt fabricata jussu:
 Cerne quas pulchre statuisti Athenas,
 Atque templa.

Haec tuum nomen facient perenne,
 Literis toto celebranda in orbe:
 Haec pium dicent monumenta regem
 Tempus in omne.

No sabbado, 15 de novembro de 1550, depois de jantar, foi dom João III ouvir ao collegio das Artes a comedia, que estava ali preparada para o receber. O manuscripto da bibliotheca da Universidade diz, que lhe representaram uma tragedia com algumas orações em verso, mas nem declara o titulo, nem o assumpto, nem o nome do auctor. Pôde ser que fosse a mesma tragedia em latim do gigante Goliath, que em Sancta Cruz por occasião dos actos de D. Antonio, prior do Crato, pozeram em scena alguns estudantes nobres da Universidade, na claustra anterior á principal do mosteiro, no anno de 1551.

Nota C

O professor do collegio das Artes, Melchior Beleago, publicou em 1549, em Coimbra, uma edição dos *Tractados logicos de Aristoteles*; e na prefacção a el rei dom João III escreveu: *Adeo ut viri doctissimi Conimbricæ graece mallent quam latine Aristotelem interpretari*¹. E bem prova esta passagem a cultura que tinha então a lingua de Athenas. O indice das obras de Aristoteles comprehende as materias seguintes:

Libri logici

1. *Isagoge Porphyrii.*
2. *Categoriae.*
3. *De interpretatione.*
4. *Priora analytica.*
5. *Posteriora analytica.*
6. *Topica.*
7. *Elenchi sophistici.*

Secunda classis libros physicos continet

1. *Naturalis auscultatio.*
2. *De cælo.*
3. *De ortu et interitu.*
4. *Meteora (quatuor libri).*
5. *De historia animalium.*
6. *De partibus animalium.*
7. *De animalium incessu.*
8. *De anima.*
9. *De sensu et sensibili.*
10. *De memoria et reminiscentia.*
11. *De somno et vigilia.*
12. *De insomniis.*
13. *De divinatione per somnum.*
14. *De communi animalium motione.*
15. *De generatione animalium.*
16. *De longitudine et brevitate vitæ.*
17. *De juventute, senectute, vita et morte et respiratione.*
18. *De sanitate et morbo.*

¹ *Cuidados literarios do prelado de Beja em graça do seu bispado.* Lisboa: na officina de Simão Thaddeu Ferreira; anno 1791, 1 vol., pag. 61.

In tertia classe sunt duo libri mathematici

1. *De lineis insecabilibus.*
2. *Questiones mecanicae.*

In quarta classe continentur libri metaphysici

1. *Metaphysica.*
2. *De Xenocrate, Zenone, et Gorgia.*

Librorum politicorum haec est series

1. *Ethica magna.*
2. *Ethica endemia.*
3. *Ethica nicomachia.*
4. *Politica.*
5. *Oeconomica.*
6. *Rhetorica ad Theodecten.*
7. *Rhetorica ad Alexandrum.*
8. *Poetica.*

Sexta classis sine classificatione

1. *De mundo.*
2. *Physiognomica.*
3. *Problemata.*

Septima libror sparsim partim graeco, partim latino

Tantum graeco	Tantum latino
1. <i>Ventorum regiones et nomina.</i>	1. <i>De causis.</i>
2. <i>De nilo.</i>	2. <i>De pome.</i>
3. <i>De coloribus.</i>	3. <i>Mystica philosophia, sive aegyptiorum theologia.</i>
4. <i>De his quas sub auditum cadunt.</i>	
5. <i>De spiritu.</i>	
6. <i>De plantis.</i>	
7. <i>De miraculis auditis.</i>	
8. <i>De virtutibus.</i>	

ARISTOTELIS METEOROLOGICORUM

Libri quatuor

Joachimo Perione interprete: per Nicolaum Grouchium correcti et emendati.

Lutetiae parisiorum; 1554.

As obras de Aristoteles em grego e latim foram reproduzidas em Paris pela edição dirigida por Nicolau Grouchio ainda no anno de 1848, 1850 e 1854; como se vê do seguinte apontamento.

ΑΡΙΣΤΟΤΕΛΗΣ

ARISTOTELIS

OPERA OMNIA

GRAECE ET LATINE

CUM INDICE NOMINUM ET RERUM ABSOLUTISSIMO

VOLUMEN PRIMUM

CONTINENS ORGANON, RHETORICEN, POETICEN, POLITICA

PARISIIS

EDITORE AMBROSIO FIRMIN DIDOT

INSTITUTI FRANCIAE TYPOGRAPHO

M DCCC XLVIII.

654 DCC. PARA A HISTORIA DOS JESUITAS EM PORTUGAL.

ΑΡΙΣΤΟΤΕΛΗΣ

ARISTOTELIS

OPERA OMNIA

GRAECE ET LATINE

CUM INDICE NOMINUM ET RERUM ABSOLUTISSIMO

VOLUMEN SECUNDUM

CONTINENS ETHICA, NATURALEM AUSCULTATIONEM, DE COELO,
DE GENERATIONE ET METAPHYSICA

PARISIIS

EDITORE AMBROSIO FIRMIN DIDOT

INSTITUTI FRANCIAE TYPOGRAPHO

M DCCCL

ΑΡΙΣΤΟΤΕΛΗΣ

ARISTOTELIS

OPERA OMNIA

GRAECE ET LATINE

CUM INDICE NOMINUM ET RERUM ABSOLUTISSIMO

VOLUMEN TERTIUM

CONTINENS LIBROS DE ANIMALIBUS, DE PARTIBUS ANIMALIUM, DE GENERATIONE ANIMALIUM. DE ANIMA, DE SENSU ET SENSILI, DE MEMORIA ET REMINISCENTIA, DE SOMNO ET VIGILIA, DE INSOMNIIS, DE DIVINATIONE PER SOMNUM, DE ANIMALIUM MOTIONE, DE LONGITUDINE ET BREVI-TATE VITAE, DE JUVENTUTE ET SENECTUTE, DE VITA ET MORTE. DE RESPIRATIONE; METEOROLOGICORUM, LIBROS QUATUOR. DE MUNDO AD ALEXANDRUM, DE COLORIBUS, DE AUDIBILIBUS, DE SPIRITU, DE XENOPRANE (MELISSO), DE GORGIA.

PARISIIS

EDITORE ANTHONIO FIRMIN DIDOT

INSTITUTI FRANCIAE TYPOGRAPHO

M DCCC LIV

O 1.º volume encerra:

Prefacio em latim assignado por A. F. Didot.

Em duas columnas de um lado o texto grego, e do outro o latim.

No fim, tem:

ARGUMENTA

POLITICORUM ARISTOTELIS

SECUNDUM GALLICA BARTHELEMY

SAINT-HILAIRE

O 2.º volume :

Prefacio em latim.

Outro em grego e latim.

Duas columnas da mesma fórma.

O 3.º volume:

Não tem prefacio, começa logo a obra, tambem em duas columnas;
de um lado grego e do outro latim.

Em nenhum dos volumes ha indice.

A companhia de Jesus publicou tambem os

*Commentarii collegii conimbricensis societatis Jesu in libros
meteorum Aristotelis stagiritae. Olisipone: ex officina Simonis
Lopesii. Anno MDXCIII.*

I

Privilegia, approbationes, facultatesque, ad typographicam editionem horum librorum continentur in principio huius tomi ante exordium librorum de coelo.

II

PROOEMIUM

Postquam Aristoteles in libris de generatione communem elementorum, caeterarumque dissolubiliam substantiarum doctrinam exhibuit, egitque de alteratione, de ortu, et interitu, et permistione: accedit in hoc opere ad mixtorum naturam singulatim scrutandam. Quoniam vero eorum, quae permistione oriuntur, quaedam sunt mixta secundum qualitates duntaxat, ut ros, glacies pruina, quae videlicet retenta propria forma alicujus elementu, quatuor primarias qualitates; calorem, frigus, humorem, et siccitatem obtinent: alia mixta secundum substantiam, quae praeter quatuor qualitatum temperiem, propriam formam ab elementariis specie distinctam vendicant: rursusque ex hoc posteriori genere, quaedam sunt mixta animata, ut stirpes: quaedam animae expertia, ut lapides, et metalla: sic Aristoteles harum rerum explicationem distribuit, ut hisce quatuor Meteorum libris, mixtorum tam imperfectorum, quam perfectorum anima carentium disciplina tradat; in reliquis vero, quae quidem nunc extent, Physiologiae operibus, longa et accurata tractationum serie de mixtis perfectis, et animatis disputet; quod ipse in hujus primi libri exordio pollicetur, omnibus, quae de physiciis rebus disseruerat, et quae adhuc pertractanda supererant, brevi epilogo comprehensis. Unde jam patet quatenam ordine hoc opus caeteras naturalis Philosophiae partes antecedit et sequatur.

«O jesuita Lourenço de Freitas foi dos primeiros que em theses havia mostrado¹ em quahdade de seus apurados estudos em Metaphysica mais estofada que a dos que lhe precederam. Taes são as suas conclusões de 1575. Similhante foi a instrucção didactica que neste genero de applicações estabeleceu Fonseca, e ao mesmo tempo aos auctores do *Curso conimbricense*, obras todas que se imprimiram desde o anno de 1564 por deante. O conselho dos particulares que tal phylosophia promoveram, fez direito publico: este preveniu as tentativas de o reformar, e as delatava por injuria feita á razão, aos homens e ao costume consagrado, se a consciencia de algum o reclamasse. Temor,

¹ Consta do *Ritual theologico*, manuscripto daquelle collegio, fol. 13, que se guarda na bibliotheca da real thesa censoria.

respeito e desconhecimento de outras luzes encerravam os engenhos, subjugados pela força, ou da satisfação, por mais não entenderem, ou da lei que dominava nas escolas. A este ponto subiu o credito do *Curso coimbricense* em materias de philosophia, elle era a pedra philosophal de riquezas especulativas; nelle residia com auctoridade, o acerto e verdadeiro norte dos ingenhos e quando se entendia que estes passavam aquella raia fosse para contrariar as resoluções dos coimbricenses, ou para delles abrotarem novas agudezas, a tudo se obstava com vigilancia. Como o ingenho do homem é travesso, encontraram inimigos os coimbricenses, em seus mesmos domesticos. O provincial, Pedro da Rocha, em 1657 explicou-se, na visita ao collegio de Coimbra, da maneira seguinte:

«Não se defenderão opiniões contra a logica coimbricense nas disputas: e quando muito se poderá pôr a questão problematicamente, mas poucas vezes¹.» «A auctoridade do mesmo curso chegou ao alto ponto que os inquisidores de Coimbra, depois de haverem concedido no anno de 1596, que as conclusões da Philosophia dos jesuitas podessem defender-se sem serem apresentadas, nem obterem licença da inquisição, estenderam a mais, concedendo que nem as conclusões que contivessem pontos theologicos carecessem de ir á mesa do sancto officio, contanto que fossem pontos do *Curso coimbricense*². O tribunal em verdade, além da sua prudencia practica, que é boa regra nas occasiões, havia sido auctorizado pelo cardeal dom Henrique no tempo em que determinou, que qualquer impressor podesse estampar todas e quaesquer conclusões e cousas semelhantes, que fossem approvadas pelo reitor e cancellario da Universidade de Evora. As outras ordens regulares, ainda que zelosas em competencia, nunca poderam impetrar semelhante prerogativa, mas em seus estudos seguiam as probabilidades de suas escolas, girando na orbita escolastica pelas mesmas linhas dos coimbricenses, ou descrevendolas encontradas segundo o systema de cada ordem regular.»

«Em nossos claustros, onde não havia subjeição naquelle tempo ao parecer de Escoto seguia-se o *Curso coimbricense*: os mais velhos davam a lei; era civilidade não desviar das opiniões dos maiores. Ao continuar a minha oração me compadeço das aflicções que recorde haver soffrido o mestre frei Thomás Leitão, que ensinava Philosophia em 1667: nella se palpa a fidelidade da

¹ Consta do mesmo *Ritual*, fol. 24.

² *Memorias historicas, e apprendiz segundó á disposição quarta da collecção das disposições do superior provincial para a obediencia e estudos da congregação da ordem terceira de S. Francisco* por dom frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas; Lisboa, 1794; pag. 130-132; §§ 116 e 117.

razão para buscar espaços livres como ella mereça. Aquelle sabio que dá gloria singular a esta corporação na postilla que então dictou, cercado e occupado de especulações agrestes e agudas, entreconhecia cousas uteis, e de necessaria disciplina; elle censura que os moços houvessem de valcar pisadas enxovalhadas, quando não eram disso dignos os seus espiritos; suas palavras noutra parte são de homem afadigado entre convencimentos proprios e violencias, vendo-se obrigado a fugir do mesmo que seguia; outras vezes solta suas duvidas, e vae caminho livre, porque a verdade lhe parece ser o que deve anti-pôr-se: elle aborrece o tempo empregado em palavras, quando a mente é creada para cousas reaes: o desagrado pela impertinencia de novas questões alambicadas de outras, é nelle manifesto; mas acaba de persuadir-se que fosse illicito o apartamento das opiniões do *Curso cominbrivense*: elle decide do seu bom nome, assentando que desde a puericia se devem aprender as disciplinas mathematicas, e por muitos outros dictames e frase de se explicar. Este ingenho capaz de excellentes progressos acabou-os consigo mesmo na flor dos annos. O costume de ceder aos mais velhos por vontade ou prudencia ou interesse, conduziu os professores, pelo systema geral das especulações, e depois os prendeu á escola *subtil* quando por estatuto quasi no meio deste seculo decimo septimo determinaram os superiores que seguissem as doutrinas de Escoto. As postillas do tempo assim o declararam; mas por honra de um de meus professores, cuja singular doutrina lhe grangeou respeito, dizemos que no fim do seculo XVII, no fervor de grandes especulações e gritos logicos ja então elle desabrigou ociosidades bem recebidas, mostrando quanto eram vans; mas ainda que as estranhou, serviu com tudo a seus dias, porque se viu obrigado a consagrar-lhes suas vigílias; mas se as consagrou teve por outra parte estudos muito serios entre esses exercicios publicos de sagas especulação em Philosophia e theologia; d'elle diremos em outra oportunidade. Esta opinião no fim do seculo prende com a judiciosa doutrina doutro nosso professor, que estudando com os padres do seculo de quinhentos, e achando se em novo systema, confessa o labyrintho que o espantava e absteve-se de ser prolixo.»

«Documento sobre os livros»

«O cardeal infante inquisidor geral em estes reinos e senhórios em Portugal, etc. Pela presente damos poder e licença a qualquer

impressor, para que possa imprimir quaesquer conclusões de qualquer sciencia e faculdade que sejam, e outras cousas semelhantes, sendo primeiro vistas e assignadas pelo reitor ou cancellario desta nossa Universidade de Evora, por serem ordinariamente pessoas de cujas letras e virtudes confiamos, que as provisões e cousas que virem e examinarem serão boas e de boa doutrina. Dada em Evora a dez dias do maio. Manuel Antonius a fez. A. de 1575; e isto por tempo de quatro annos simento. — O cardinal infante. — Martim Gonçalves da Camara — Manuel de Quadros. — Porque vossa alteza dá licença para se poder imprimir quaesquer conclusões e cousas semelhantes, vistas e assignadas pelo reitor ou cancellario da Universidade.»

Nota D

Como dissemos, e consta das paginas 3, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 24, 26, 27, 28, 29, 40, 45, 51 e 55 destes documentos, foi André de Gouveia o primeiro Principal do collegio das Artes. E, tendo principiado a exercer o cargo (pagina 14) em 24 de septeembro de 1547, falleceu a 9 de junho de 1548, e está sepultado na egreja de Sancta Cruz de Coimbra, em cujo tumulo tem gravado este epitaphio:

*Julia per genuit: rapuit Conimbrica corpus:
Excoluit mentem Gallus: Olympus habet.*

Assim o affirma, como testemunha ocular, Belchior Belesgo, um dos famosos mestres trazidos por elle de França, quando recitou em a Universidade de Coimbra, no 1.º de outubro de 1548, a oração: *De disciplinarum omnium studiis ad universum academiam conimbricensem*, dizendo estas palavras «*Jussu regis volens juventutem institui, elegit viros qui rectissime eandem juventutem optimis disciplinis imbuerent, quorum ductu nostri homines cursum omnium disciplinarum conficerent: hunc nobis tristitia, et importuna fata hac ultima aetate eripuerunt, et illius morte magnum literarum ornamentum abstulerunt*»¹.

¹ *Bibliotheca lusitana*, tom. I, pag. 160 e 151.

O segundo Principal foi Diogo de Gouveia, natural da freguezia de S. Pedro da Arrifana no termo da villa de Santarem, filho do doutor Gonçalo de Gouveia desembargador da casa da supplicação, e de dona Joanna Velho de Castello Branco. Começou a exercer o cargo a 10 de agosto de 1548, e ainda o tinha em 22 de julho de 1549¹. De pequeno passou a Paris, onde esteve no collegio de Sancta Barbara, de que era regente seu tio paterno Diogo de Gouveia, e doutorou-se na faculdade de Theologia da Universidade de Paris. Capellão de el-rei dom João III, theologo por parte do mesmo rei no concilio de Trento, nomeado a 29 de setembro de 1551, voltou para o paiz e teve a mercê de primeiro tercenario da sé de Coimbra, sendo abbade de Vinhô na provincia da Beira, beneficiado em S. João de Beja, ali collocado pelo cardeal dom Henrique em 11 de julho de 1557, donde consta a sua naturalidade, e conego na sé de Lisboa pela renuncia, que nelle fez o tio Diogo de Gouveia; deputado da mesa da consciencia, e por morte de dom João de Olmedo elevado a prior-mór de Palmella, cabeça da ordem militar de Sancto Iago, a qual visitou muitas vezes, e á qual deu utilissimos estatutos, com que se governou muitos annos, conforme já havemos referido. Falleceu no convento de Palmella a 2 de abril de 1576. Jaz na capella-mór com este epitaphio:

Aqui jaz Diogo de Gouveia, prior-mór que foi deste convento, e ordem de Sancto Iago, e do conselho del-rei dom Sebastião nosso senhor, que primeiro foi embaixador del-rei dom João III ao concilio de Trento. Falleceu neste convento a 2 de abril de 1576.

No capitulo da ordem militar de Sancto Iago, que dom Sebastião celebrou a 14 de novembro de 1564 no convento de S. Francisco de Lisboa, recitou a oração que principia:

A nobre e muito antiga religião, e ordem da cavallaria do bem aventurado apostolo Sancto Iago, etc., impressa nas Memorias del-rei dom Sebastião, parte 2.^a, liv. I, cap. 5, n.º 50, pag. 435.

Deixou compostas muitas postillas de Theologia, e outras annotações sobre os evangelhos, cujas obras se conservam no archivo do real convento de Palmella².

O terceiro Principal, como se vê de paginas 13, 15, 19, 49 e 51 destes documentos, foi João da Costa, que principiou o exercicio do cargo a 12 ou a 18 de novembro de 1549, e ainda o tinha em 9 de agosto de 1550; mas a 20 desse mez o anno já estava unpedido, como se lê na pagina 15. Nasceu em Villa Nova

¹ Vide pag 14, 28, 31, 47, 48, 56, 57, 58, 60, 62, 64 e 66 destes documentos.

² *Bibliotheca lusitana*, tom. I, pag. 656 e 657, tom. IV, pag 100.

de Portimão do Algarve, no anno de 1511 ou 1512, tão precoce por geração como insigne por litteratura. Teve seis irmãos e uma irmã viúva, todos mais novos que elle. Por ordem de dom João III partiu para Paris no anno de 1527, e ali se consagrou até 1535; no de 1539 esteve na Hibernia com licença de D.ogo de Gouveia, o velho, e depois residia na cidade de Bordéus. Em 1546 escreveu-lhe dom João III para vir ler no collegio de Coimbra. No tempo da sua prisão, 1550, já não existia e par nem a mãe. Em Paris estudou Theologia, Artes e Grego; e em Bordéus Latim; graduou-se mestre em Artes, e bacharel em Lei, foi director regente em Philosophia na Universidade de Bordéus. No collegio de Sancta Barbara de Paris, fez os seus estudos, e tomado o grau de doutor na faculdade de Direito civil daquella Universidade de Paris, veio chamado por dom João III para mestre de Humanidades na Universidade de Coimbra, que o requeria augmentada com insignes talentos. Sabia perfeitamente as linguas Latina, Grega e Hebraica, sendo um dos principaes professores de Letras humanas, que venerou aquella cidade. Era dos melhores costumes. Falleceu sendo prior da egreja matriz de S. Miguel da villa de Aveiro, pouco antes da batalha de Alcácer-Kibir de 4 de agosto de 1578. Pedro Sanchez na *Epistola ad Ignatium Moralem* dirigiu-lhe estas expressões metricas:

*Præsit hic olim juvenis cum prætulit actas
Gymnasiis, docuitque tuos Conimbrica cives.
Ingenuas Artes, Gæti i procul inde repulsa
Barbarie, quæ læta tuis regnabat in arvis.*

Das muitas, e elegantes obras poeticas, que produziu a sua fecunda musa unicamente se fez publico o

Carmen ad Lusitaniam.

Começa

Græcia Maeonio celebrata est carmine quando, etc.

Consta de treze disticos. Saino impressa no principio do livro de Diogo de Teive intitulado *Commentarius de rebus a Lusitanis in India opud Dium gestis anno salutis nostræ 1546*. Conimbricæ apud Joannem Barreira et Joannem Alvarez 1548, 4.^o l.

O quarto Principal, Payo Rodrigues de Villarinbo, como se vê das paginas 12, 15, 76, 87, 91, 94, 98, 107, 108, 109, e 110

¹ *Bibliotheca Lusitana*, tom II, pag 639 e 640.

destes documentos, começou a exercer o cargo a 15 de dezembro de 1550, e ainda o conservava em março de 1553; e a 15 de novembro de 1554, diz Figueirôa no *Anuário* de 1877 a 1878, que enviou ao conselho da Universidade o alvará de 16 de fevereiro de 1553 concedendo ao collegio os privilegios da Universidade. Foram seus paes Simão Lopes de Marinho (talvez Villarinho), e Maria de B. ja. Nasceu na cidade do appellido de sua mãe. Era doutor em Theologia pela Universidade de Paris, onde ensinou Philosophia, conego magistral da sé de Evora de que tomou posse a 23 de novembro de 1560, e capellão del-rei.

Teve um irmão, o desembargador Pedro Lopes de Villarinho, senhor das herdades da Ribeira, Odiarica, Valverde, e Cortes do Brangel. Quando dom João III o chamou para a Universidade deu-lhe a cadeira de Escripura em 1 de junho de 1547, explicando na hora de terça o testamento novo com tanta subtileza e profundidade, que mereceu algumas vezes ser seu ouvinte o insigne Navarro, oraculo da jurisprudencia pontificia. O applauso que recebia dos seus discipulos o affirma com estas elegantes expressões João Fernandes, mestre de Rhetorica em Coimbra, quando recitou uma oração latina em o anno de 1548, no qual vantou a mesma Universidade o serenissimo infante dom Luiz. *Quo te placido tacere a, Pny Roderice, vis omnibus numeris absolutissime! Ille est ille qui in media parisiorum academia lectissimos primum juvenes aristotelica Philosophia felicissime instituit, qui per omnes eruditionis gradus, et diatribas ad summum doctorali coronae apicem ita pervenit, ut omnibus fere anteciret. Qui hanc nostram academiam ingenio, doctrina, prudentia ita exornat, ut nulli mihi postponendus videatur. Qui denique ad novi testamenti sacreria, et adyta sic penetrat, ut etiam si nondum scissum esset velum antiqui templi ex medijs tamen Cherubim ex arca, et typicis mysteriis Christi crucem extorqueret. Quam semper cum Paulo, cum Joanne, et caeteris canonicis scriptoribus tanta facundia praedicat, ut etiam aliarum scientiarum mistas magna frequentia ad se trahat.* Foi prior da igreja de S. Martinho da villa de Celorico do bispado da Guarda. O cardeal dom Henrique, em carta escripta em Almerim a 26 de janeiro de 1572, o nomeou inquisidor de Evora. Provisor do arcebispado no anno de 1574, e governador juntamente com os conegos Diogo Mendes de Vasconcellos, e Francisco de Mello, tendo sido eleito a 24 de julho de 1577; e procurador de todas as egrejas collegaes, e mosteiros de Evora para defender o seu direito contra o motu proprio de Gregorio XIII, que havia concedido as terças dos priorados e mosteiros das egrejas do arcebispado. Falleceu ferido de peste no anno de 1580 em o convento de Sancto Antão do Val de Infante de religiosos

eremitas de S. Paulo, proximo á villa do Canal na provincia transtagana.

No testamento de sua iripã, Isabel de Villarinho, viuva de Antonio Bocarro, ordenou que o corpo de seu irmão, Pedro Lopes de Villarinho, fosse trasladado para a cathedral de Evra.

Compoz:

Commentaria in epistolam ad hebraeos: fol. m. a. Principia a prefação: *Cum ex multis. quae uniuscuiusque tractionis initio praeferuntur consueverunt.* etc. Começa a obra. *Hoc primo capite Christi dignitatem et excellentiam supra angelos multis demonstrat prophetarum testimonio,* etc. O original se conserva na livraria do collegio de Evra dos religiosos paulistas.

Decisiones quaedam natura deliberatione, et iudicio facultatis Theologiae conimbricensis super articulis quibusdam in quibus haec temporis haeretici a catholicis dissident factae mense julio an. 16. . . praesentibus reverendissimo p. fr. Jacobo de Marça quidem Universitatis rectore, Alphonso a Prato facultatis decano, m. Alvaro Gometio, m. Marco Thomero, m. fr. Martino Ledesma, m. Polagio Roderico, omnibus Theologiae doctoribus. Constat em as decisões sobre as materias; de ecclesia. de generalibus ecclesiae conciliis. de primatu Petri: nas quaes trabathou muito Payo Rodrigues Villarinho. Todas estavam encadernadas em um corpo. e as viu na livraria dos religiosos paulistas, do collegio de Evra. Francisco Galvão Maldonado, como affirma na Bib. Lusit. m. 2. que vimos¹.

Neste reino promoveu² Alvaro Gomes, que o cardinal infante dom Affonso bispo de Lisboa declarasse as doutrinas erradas, e vedasse os prejuizos delas, formando um catalogo das que havia reprovado a faculdade theologica de Paris. Outros erros compendiu o doutor Payo Rodrigues de Villarinho, de Beja, e escreveu a consulta que no fim do seculo XVI fez a faculdade de Theologia de Coimbra para o exame e censura dos erros. O escripto de os acantelar, que assistia e guiava a estes sabios varões, moveu o cardinal infante dom Henrique a publicar em 4 de julho de 1561 um rol de livros por elle defeitos repetindo-se a edição em 1561.

A paginas 4^{as} destes documentos lê-se que Diogo de Teive era sub-Principal, em 29 de setembro de 1549, quando andava impedido na corte o Principal Diogo de Gouveia. Estava governando o collegio como Principal, que devia ser o quinto, quando

¹ *Bibliotheca Lusitana*, tom III, pag. 537 a 540

² *Cutlados literários*, do prelado de Beja em graça do seu bispado. Lisboa; 1791; pag. 529.

dom João III lhe ordenou¹ em 10 de setembro de 1555, que entregasse o collegio das Artes a Diogo Mirão, provincial da companhia de Jesus.

Diogo de Teive nasceu em Braga no anno de 1514, sendo seus paes Sebastião Gonçalves da Paz e Isabel Fernandes de Teive, naturaes de Villa do Conde. Teve tres irmãos e duas irmãs mais novos; durante vinte e tantos annos estudou Latim, Grego, Philosophia e Leis; em Paris, Latim, Letras humanas, Grego e Philosophia; Leis em Salamanca e Tolosa, e em Poitiers na França; doutorou-se em Paris no Direito civil: regeu uma cadeira de Rhetorica em Bordeaux no collegio da Guienne, e competiu com Jorge Buchanan e Marco Antonio Moreto tanto na Lingua latina, como em Poetica e Oratoria. Chamado por dom João III, veio para Coimbra com Andre de Gouveia, e com o irmão deste Marçal de Gouveia, e regeu a segunda cadeira de Humanidades, regendo a primeira o escossês Jorge Buchanan.

Dom João III, para remunerar o seu grande merecimento, deu-lhe um canonicato na cathedral de Miranda do Douro, onde vivia em 1565.

Escreveu alem do *Commentarius*, etc.²: *Oratio in obitu principis Joannis in templo Sanctae Crucis habita*. No fim: *Oratio ad Deum pro defuncto principe, pro parente regis, et nepote Sebastiano*. Salmanticae, apud haeredes Joannis a Junta, 1558. *Compendium totius romanae historiae*. Desta obra se lembra *in oratione funebri principis Joannis*, a pag. 73. No *Epodon* o 1.º livro consta de *institutione bonni principis*, etc.

Francisco de Andrade, na dedicatoria que lhe fez, louva o auctor com estas vozes metricas:

Lymphas bibisse te putant Aganippedes
Parnassi et altis somniasse montibus
Hanc erudita, quae tua legunt carmina
Mitoque coram Principem te judicant
Floresse nostro quis peroptet saeculo
Claros poetas quos sacra liquor regit
Fontis Heliconis quos ad astra fulgida
Ventura summa tollat aetas laudibus.

O 2.º livro consta de — *Hymni 13 — ad Jesum Christum pro salute regis Sebastiani et felici regni statu. Hymni ad divos regni Lusitanici patronos*

Esta obra allega Jorge Cardoso no *Agiol. Lusit.*, tom 3, pag. 235,

¹ Vide pag. 180 e 181 destes documentos

² *Bibliotheca lusitana*, tom. I, pag. 702 e 703; tom. IV, pag. 106.

col 1, intitulado-a — de rebus divinis. O 3.º livro consta de *Perfecto Episcopo ad cardinalem Henricum. Congratulatio ad fr. Ludovicum Giraudensem de serenissimo principi Hezardum Ulyssiponem archiepiscopatum accepit relecto Eboracensi. De in illa Evangelii verba: Domine, si vis, potes me mundare. Epithalamium in laudem nuptiarum Alexandri et Mariae Parmae Parmas & Placentiae etc.*

Traduziu da lingua grega na portugueza, por ordem del rei D. João III, a «Cyropedia» de Xenofonte.

Escrveu portanto: *Jacobi Terii lusitani Epodon sive Ambicorum Carminum libri tres. Quorum indicem sequens pugella continet Ad Sebastianum primum incertissimum Lusitaniae regem. Quae ne excedebat Frumiscus Correia, typographus serenissimi cardinalis Henrici. Anno 1565. 12.º de IV-171-66 folhas numeradas pela frente. A traducção do primeiro livro destes *Epodos* attribuem uns ao proprio Diogo de Teive, outros ao chronista Francisco de Andrade. Saíu em segunda edição com o seguinte titulo: *Epodos, que contem sentenças uteis a todos os homens, os para acrescentarem regras para a boa educação de um príncipe, compoesto tudo na lingua latina pelo insigne portuguez Diogo de Teive, e traduzido em vulgar em verso solto por Francisco de Andrade. Lisboa, na officina de Francisco Luiz Ameno, 1786. 12.º de 163 pag. etc.**

E, tendo o professor José Caetano de Mesquita e Quadros preparado e reunido uma collecção dos opusculos latinos de Diogo de Teive, Claudio Duboux, livreiro estabelecido em Lisboa, 1822, dou fazer á sua custa uma edição, que saíu com o titulo:

*Jacobi Terii hvararensis opuscula, quibus accessit commentarius de rebus ad Duum gestis. Parisius, exudebat Franc. Ambr. Deod. 1762. 8.º ou 12.º gr. de XXXVI-324-148 pag. Entre as obras em prosa e verso incluídas nesta collecção só se encontra o tratado da obra *Epodon sive Ambicorum*, acima descrita, o original latino da *Instituição del rei dom Sebastião*, que vem a pag. 285 e seg.*

Ja dissemos pag. 618 e 619, que os professores do collegio de Artes, Diogo de Teive, Jorge Buchanan e João da Costa, foram presos em Coimbra, e remettidos para a inquisição de Lisboa, onde lhes instauraram, respectivamente, os processos n.ºs 3229, 6:163 e 9:510.

Lê-se no primeiro:

«Abjuração de leve, e reclusão em um mosteiro, por dizer palavras escandalosas, comer carne em dias prohibidos, e sujar com hereges.»

¹ *Diccionario bibliographico*, tom. II, pag. 176 e 177.

«Processo contra mestre Diogo de Teive, preso no carcere da sancta inquisição.»

«Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de 1550 annos, aos 18 dias do mez de outubro em Lisboa na casa do despacho da sancta inquisição, estando ali o senhor doutor Ambrosio Campello, deputado da sancta inquisição, perante elle pareceu o doutor Estevão Leitão, promotor da justiça da sancta inquisição, e apresentou este libello seguinte.»

«O promotor da sancta inquisição contra mestre Diogo de Teive:»

«1.º O reu foi baptizado e feito christão, e professou a lei evangelica e se catholico de Nosso Senhor e Redemptor Jesus Christo, e prometteu de viver e morrer nella, como bom e catholico christão; e depois do sobredito elle reu veio a apartar se da nossa sancta fé, e sentir mal della, e das cousas da sancta madre igreja contendo os casos de heresia seguintes:»

«2.º Estando elle reu no collegio de Bordeaux zombava e escarnecia da religião e das constituições da igreja; que os homens ordenaram a quaresma e o advento, para não comer carne e outras viandas; que Jesus Christo ordenára não haver differenças nos comeres, e mandára aos apostolos comessem tudo o que lhes fosse posto diante; que os homens foram quem ordenaram as religiões; que dizia a uma pessoa de religião, porque se apartára do estado commum? e com muitas razões dissuadia a outra pessoa, que ia para entrar em religião, que não entrasse nella; e dizia tambem que os sanctos eram homens, e podiam errar; e que a igreja podia errar; allegando para isto aquella auctoridade *multorum corpora*, etc. de maneira que quem o ouvia se escandalisava, e não podia outra cousa crer do reu, senão que era verdadeiro lutherano.»

«3.º Quando esteve em França conversava com lutheranos e estava em sua companhia; que era atheu, etc.»

«4.º Que em Coimbra comia carne na quaresma.»

«5.º Que, servindo de Principal, um moço foi achado com a *Instituição christã* de Calvino. E achou-se-lhe o livro na sua camara sinotado, etc.»

Em 18 de agosto de 1550 houve a costumada sessão de genealogia, declarando elle a sua idade, filiação, naturalidade e mais circumstancias, que ja resumimos na sua biographia; e ao mesmo tempo defendeu-se o professor das accusações, confirmando que sempre fôra e continuava sendo christão e catholico.

O chamado sancto officio sentenciou o pela maneira seguinte:

«Accordam os deputados da sancta inquisição e ordinario, etc. Que vistos estes autos, e como por elles e confissão do reu,

mestre Diogo de Teive, christão velho, se mostra em practica que teve, dizer muitas palavras suspeitas e como de pessoa, que não sentia bem das constituições e ordenanças da sancta madre igreja, e bem assim communhear com muitas pessoas suspeitas na fé, e assim comer carne em dias da quaresma, estando do e bem disposto, sem nisso mostrar que tinha escrupulo algum; o que tudo visto, com o mais que dos autos se mostra: havendo, porém, respeito á qualidade da prova e de sua confissão e defeza, e mais que dos autos parece, condemnam o dicto reu, mestre Diogo de Teive, e lhe dão em penitencia que faça abjuração em fôrma de leve suspeito na fé, e esté em um mosteiro, que lhe dão por carcere pelo tempo, que parecer aos inquisidores, onde se occupará em alguns exercicios virtuosos, e cousas necessarias para a sua salvação; e pague as custas do processo. (a. a.)

Ambrosius doctor — Bispo de Angra — Frater Georgius Sancti Jacobi — Frei Hieronymo da Azambuja — Jorge Gonçalves Ribeiro — Martim Lopes Lobo — Manuel Doctor.

Esteve dous mezes no mosteiro de Belem. O cardeal infante na carta e provisão, que assignou em Evora a 14 de setembro de 1551, dirigida a frei Jorge, auctorizou a saída, pelo que se passou a licença a 22 daquelle mez e anno.

Processo n.º 6469

«Accordam os deputados da sancta inquisição e ordinario &c. Que vistos estes autos, e como por elles e confissão do reu, mestre Jorge Buchanan, escocês, se mostra, sendo elle christão se apartar da nossa sancta fé catholica e da sancta madre igreja, vacillando e duvidando nas cousas da fé por tempo de tres annos, assentando muitas vezes nas opiniões lutheranas, tendo que o corpo de Nosso Senhor não estava no sacramento do altar, somente como em *signal*, e não realmente, e outras vezes duvidando e vacillando nisso, duvidando outrossim se a missa era sacrificio, e assim duvidando no artigo do purgatorio, tendo para si que por só a confiança eramos justificados, tendo tambem o crendo que não era peccado não se confessar nos tempos que manda a sancta madre igreja, não havendo assim escandalo ou damno do proximo, parecendo-lhe que se não havia de obedecer ao preceito da igreja acerca da defesa de não comer carne nos dias vedados, e assim que era melhor ir logo a Deus que aos sanctos, os quaes erros todos são hereticos, lutheranos, reprovados e damnados pela sancta madre igreja; o que tudo visto com o mais que dos autos

se mostra: e porém visto como elle reu movido de verdadeiro e são conselho se quiz logo conhecer de suas culpas, e com muitos signaes de arrependimento pedir dellas perdão a Nosso Senhor e misericordia da sancta madre egreja; com o mais que dos dictos autos parece: recebem o reu, mestre Jorge, a reconciliação, união e misericordia da sancta madre egreja como pede, e lhe dão em penitencia, que faça abjuração publica em fôrma de seus erros deante dos inquisidores e seus officiaes na audiência, e esteja em um mosteiro que lhe dão por carcere pelo tempo, que parecer aos dictos inquisidores, onde se occupará em alguns exercicios virtuosos e cousas necessarias para sua salvação; e mandam que seja absoluto *in fôrma ecclesiae* da excommunhão em que incorreu (a. a.).

Ambrosius doctor — Bispo de Angra — Fr. Georgius Sancti Jacobi — Fr. Hieronymo da Azambuja — Jorge Gonçalves Ribeiro — Martim Lopes Lobo — Manuel doctor.

Esteve no mosteiro de São Bento, onde traduziu para versos latinos os psalmos de David.

Quem quizer, não tendo escrupulo, pode ver nas obras de Buchanan, postas no *index*, a historia completa da sua agitada vida. Damos para isso a indicação da edição de 1725.

GEORGII BUCHANANI

SCOTI, POETARUM SUI SEculi FACILE PRINCIPIS PRAECEPTORIS
JACOBI VI. SCOTORUM, ET PRIMI ANGL. REGIS

OPERA OMNIA

HISTORICA, CHRONOLOGICA, JURIDICA, POLITICA
SATYRICA ET POETICA

NON MODO IN UNUM JAM COLLECTA ET AD OPTIMORUM CODICUM FIDEM
SUMMO STUDIO RECOGNITA, ET AB INNUMERIS PENE MENDIS, QUIBUS PLE-
RAEQUE OMNES EDITIONES ANTEA SCATEBANT, CASTIGATA ET REPURGATA;
SED ET VARIIS INSUPER NOTIS ALIISQUE UTILISSIMIS ACCESSIONIBUS
ILLUSTRATA ET AUCTA, CURANTE

THOMA RUDDIMAMO A. M.

CUM INDICIBUS RERUM MEMORABILIUM, ET PRAEFATIONE

PETRI BURMANNI

IN DUOS TOMOS DISTRIBUTA

LUGDUNI BATAVORUM

APUD JOHANNEM ARNOLDUM LANGERAK

M DCC XXV

(No frontispicio traz o retrato de Buchanan)

O terceiro processo, n.º 9:510, tem o título seguinte:
«Feito crime da justiça contra o mestre João da Costa, preso
no carcere da sancta inquisição.»

«*Abjuração de vehementes*»

A 14 de agosto de 1550 na sessão de genealogia declarou João da Costa a sua idade, naturalidade, filiação, familia, religião que professava, estudos que tinha, etc.; com o que lhe traçámos o resumo biographico.

A 18 de outubro do mesmo anno o promotor da sancta inquisição allegou:

«1.º Que João da Costa, christão velho, se apartára da nossa sancta fé.

2.º Que estando no collegio de Bordenes escarnecia e zombava da religião; que os homens ordenaram a quaresma para não comer carne e outras viandas; e que Christo ordenára não haver differença nos comeres, e mandára aos apostolos que comessem tudo o que lhes fosse posto deante; que os homens ordenaram as religiões; e disse a um religioso, porque se apartára do commun estado? e dissuadia com muitas razões a outro, que ia para entrar em religião, que não entrasse nella; que a igreja podia errar, allegando a auctoridade *multorum corpora cernuntur terris*, de maneira que quem o ouvia se escandalisava, e não podia outra coisa ver do réu senão, que era verdadeiro lutherano. Em Coimbra haverá quatro ou cinco mezes disse elle réu a uma pessoa, que entrou em religião, que se Jesus Christo julgasse o estado de religião o mais perfeito não andaria com seus discipulos pelo mundo; que o estado de casados era mais perfeito, ou ao menos tanto como o de religiosos.»

«3.º Que quando vem de França comeu carne pelo caminho, e em Coimbra na quinta feira sancta e sexta feira de paixão, e noutros dias defesos, que depois de jantar aos domingos e dias de guarda se juntava com outras pessoas suspeitas.»

«4.º Que dizia aos discipulos que não servissem a Deus por temor, senão por amor; que é opinião lutherana e damnada; que os meninos que morriam sem baptismo se salvavam, por não haver nelles culpa; o que é outro erro lutherano.»

«5.º Em França admittia em sua casa e companhia pessoas suspeitas havidas por lutheranos e atheus, os quaes entendem que a alma se acaba com o corpo, como as almarias irracionais, e têm os debates como summo bem.»

«6.º Sendo o réu presidente no collegio de Bordenes não de-

nunciou quem falava contra a religião, limitando-se a dizer que os podiam ouvir.»

«7.º Que sendo conhecida em Coimbra a lista dos livros prohibidos, elle réu não entregou os que possuia, como *Peccationes*, *Unio dissidentium*, *Annotationes*, etc.»

«*Fama*, *vox publica*, etc.»

São quasi pelas mesmas palavras as accusações feitas a Diogo de Teive e a Jorge Buchanan. João da Costa defendeu-se tambem conforme ponde, e o tribunal proferiu a seguinte sentença:

«Acordam os deputados da sancta inquisição e ordinario, etc. Que vistos estes autos, e como por elles é confissão do réu, mestre João da Costa, se mostra sendo elle christão velho andara por alguns dias perplexo e duvidoso sobre o arugo do purgatorio, e bem assim ter em sua livraria livros damnados e de auctores herejes e suspectos, sem os apresentar aos inquisidores, como era obrigado, sendo ao tal tempo ja publicado o rol dos livros defesos na cidade de Coimbra, onde elle réu então residia, e bem assim se prova dizer algumas palavras como pessoa, que não sentia bem das constituições da sancta madre igreja, e assim comer por muitas vezes carne pela quaresma e dias defesos, sem mostrar nisso escrupulo algum, estando são e bem disposto: o que tudo visto, com o mais que dos autos se mostra: havendo, porém, respeito á qualidade da prova, e dicta sua confissão e defesa, e o mais que dos dictos autos parece, o condemnam e lhe dão em penitencia, que faça abjuração publica em fórma do vehemente suspeito na fé, na audiencia de ante os inquisidores e seus officiaes, e está em um mosteiro que lhe dão por carcere pelo tempo, que parecer aos inquisidores, onde se occupará nas cousas necessarias para sua salvação; e o condemnam nas custas. (a. a.). *Ambrosius doctor* — Bispo de Angra — *Frater Georgius Sancti Jacobi* — Frei Hieronymo da Azambuja — *Jorge Gonçalves Ribeiro* — *Martim Lopes Lobo* — *Manuel doctor*.»

O cardeal infante na carta e provisão, datada em Evora a 13 de dezembro de 1551, e dirigida ao inquisidor frei Jorge, auctorizou a vinda para Lisboa, tanto de Jorge Buchanan, como de João da Costa. A 17 desse mez e anno saiu o professor penitenciado do mosteiro de Sancto Eloy, como Jorge Buchanan saíra no mesmo dia do mosteiro de S. Bento.

Os dous Principaes e o professor escholes podiam andar livremente pelo paiz; mas ficavam exautorados. Os jesuitas triumphavam, e o collegio das Artes ia ser entregue á sua administração.

Nota E

De pag. 115 a 119 destes documentos lê-se a carta de dom João III, datada em Lisboa a 15 de julho de 1541, pela qual o monarcha doou á Universidade varios aposentos sitos na rua de S. Sebastião, contra as casas do bispo, partindo do poente com chãos que se tomaram para as escolas e também com chão e pedreira de Diogo Neto, do norte com a rua das escolas, do nascente com a mesma rua de S. Sebastião, e do sul com pedraria e chão de Isabel Dias; e outros ainda, contra a pedreira de S. Sebastião, partindo do poente com a dita rua de S. Sebastião, do norte com os que na dita rua fez Diogo de Castilho, do nascente com pedreira e rio do concelho, e do sul partem com pedreira: isto para que os estudantes tivessem aposentamentos e casas, em que se podessem agasalhar mais perto das escolas.

Em provisão assignada em Lisboa, a 26 de março de 1540, já o mesmo rei tinha feito doação e mercê á Universidade¹ das casas, que tinham sido feitas para se lhe alugarem e venderem.

É sabido que dom João III tencionava fundar a Universidade no sitio onde se edificou o collegio de Jesus, e tinha comprado ali casas e mandado abrir ruas, uma das quaes era chamada das escolas, e outra inclinada sobre ella a rua de S. Sebastião. Neste espago existia também a casa que a pedido do rei, em carta de 25 de outubro de 1537, a camara deixara construir a Diogo de Castilho, como se vê a pag. 52 do 1.º fasciculo dos indices e summarios dos documentos do Archivo municipal de Coimbra, publicados por João Correia Ayres de Campos.

Os jesuitas ou apostolos já estavam nessa cidade ao cimo da couraça chamada dos apostolos, por delles haver tomado o nome, numa outra casa do mesmo Diogo de Castilho. A pedido também do rei, feito á camara de Coimbra em 26 de outubro de 1542, (pag. 123 destes documentos) foi requerida licença aos vereadores, para essa casa ser vendida aos estudantes do novo collegio.

Dois annos depois, em setembro de 1544, o monarcha ordenava á Universidade, que lhes não levasse o aluguer das casas em que tinham pousado pag. 124.

¹ Livro I de provisões na secretaria da Universidade. B. 444.

Passados mais quatro annos, em julho de 1518, eram mandadas avalar as casas do conego João de Sa, para entrarem no perimetro do collegio. E já desde o anno antecedente se tinha permittido (pag. 126 a 128 e 131) tapar o caminho que ia da porta nova para a do castello, lançar o entulho das obras entre a muralha e a barbacã, e derrabar o muro e torres della, que entrassem na traça do collegio.

E determinou tambem o rei, que se fizesse a cerca marcando-lhe o sitio e as confrontações (pag. 128 a 130), e que se não tirasse o muro, que tinha da lo a cidade para o recar, e continuasse na posse delle o novo collegio (pag. 130 e 131); e que os vereadores levantassem á sua custa a parede que tumultuosamente haviam deitado por terra (pag. 132 a 134). Que ficasse sem effeito o aforamento da cerca da lo pela cidade ao mosteiro de Santa Cruz, para não ser devassada a cerca do monte da Ribella (pag. 134 e 135). Que se cumprisse o contrato celebrado pelo Principal do collegio das Artes, Payo Rodrigues de Villarinho, acerca do caminho da Conchada (pag. 135 e 136). E ordenou ainda o rei, que se derrabassem e tomassem por avaliação as casas, que estivessem no sitio do collegio de Jesus, e as casas e cháos que eussem na traça do mesmo collegio, podendo apenas offi-cies e cousas necessarias para as obras (pag. 137 a 141). E para complemento dos favores mandou á Universidade, que ddesse de graça, sem nenhuma paga de aluguer, ao reitor e collegiaes do collegio de Jesus as suas casas em que pousara o reitor da mesma Universidade, e agora pousavam os doutores leites Manuel de Andrade e Manuel da Costa, e o escrivão do conselho Diogo de Azevedo, não obstante as allegações da directa senhoria e dos inquilinos, que affirmavam os seus direitos, mandando as despejar dentro de um mez, e entregando-lhas, até se concluir o novo collegio (pag. 141 a 143). Outrossim escreveu á Universidade para esta vender a prestações aos padres da companhia de Jesus os aposentos de S. Sebastião, e para sustar na demanda em que os trazia por causa do aluguer das casas (pag. 144 e 145).

E ao reitor e padres do collegio da ordem do Nosso Senhor Jesus Christo, da cidade de Coimbra, no qual estavam prohibidas as leccionações, escreveu a rainha dona Catharina dizendo, que falara com o dom prior de Thomar para restituir ao collegio de Jesus as casas, que este em tempo lhas cedera, e eram agora alli muito necessarias; e passados alguns mezes renovou ainda o pedido (pag. 145 a 147).

Ja referimos em a nota A, que frei Brás de Barros, primo do insigne historiador João de Barros, tio do conego da Sé de Viseu

Gaspar Barreiros, natural de Braga, filho do morgado de Amoreira, que andou nas campanhas de Africa e de Castella, nos reinados de dom Affonso V, dom João II e dom Manuel, e de dona Brites Pereira, tinha sido encarregado por dom João III de reformar a congregação dos conegos regulares de Sancto Agostinho, havendo recebido o habito de S. Jeronymo no convento da Penha Longa, professando ali a 30 de setembro de 1516, e escolhendo para seu domicilio o convento da Pena, onde ratificou a profissão solenne a 15 de agosto de 1526. Na companhia de frei Diogo de Murça esteve em Lovania a estudar Theologia nessa celebre Universidade hoje belga, e voltou para o paiz com grande fama de letrado e de virtuoso. Principiou a governar em Sancta Cruz a 13 de outubro de 1527, e terminou a sua missão no anno de 1544 com tanta prudencia como suavidade reduzindo os conegos á primitiva observancia, que estava algum tanto relaxada. Foi elle quem principalmente concorreu para a creação de estudos no mosteiro, e para a transferencia da Universidade de Lisboa para Coimbra¹.

No *Conimbricæ encondium* de Ignacio de Moraes, versos 161 e 162, pag. 23 da 2.^a edição de 1887, feita pelo nosso erudito collega o senhor Augusto Mendes Simões de Castro, e pag. 11 da 3.^a de 1890, devida ao antigo e sabio professor do lyceu central de Coimbra, Joaquim Alves de Sousa, falando de frei Brás lê-se o seguinte:

Primus et ad doctas jecit fundamina Musas
Inque Crucis templo Gymnasiarcha fuit.

A elegia, porém, que lhe dedicou Jeronymo Cardoso, de que Diogo Barbosa Machado traz os primeiros doze versos, e o beneficiado Francisco Leitão Ferreira a pag. 4 da introdução á segunda parte das *Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra*, que ficou manuscrita, copiou na integra, melhor define o conceito em que era tido o reformador da congregação dos conegos regulares de Sancto Agostinho, e os valiosos serviços do reitor dos collegios de Sancta Cruz, posteriormente primeiro bispo de Leiria².

¹ *Bibliotheca lusitana*, tom 1, art. frei Brás de Barros.

² *Bibliotheca Nacional de Lisbon*, 10-13. Frei Brás falleceu a 31 de março de 1559 no convento da Pena em Cintra, lendo-se no seu tumulo, collocado no hall da casa do capitulo, o simples epitaphio, por elle mesmo composto, pelas seguintes palavras: *Frei Brás de Barros, primeiro bispo de Leiria*.

Elegia de Jeronymo Cardoso

Cecropiae decus et Latiae tutula Minervae,
 Blasi, qui nobis, Phoebus ut alter, ades,
 Tu Sacra Musarum, longis abstrusa tenebris,
 Lampade Phoebæ laetiora lucis;
 Præcede te, studia hæcenus intermissa resurgunt,
 Et sublimæ ferunt sidera ad alta caput;
 Te duce, barbaricæ, nostras hæc hata per ora,
 In Gæticæ redit, Cymæarumque domos.
 Tu facis, ut doctis non invidemus Athenis;
 Neve tibi Ausonia, Gallia nexq; tibi
 Anthere demissum fas est te credere ab alto
 Imperio summa consilique Dei.
 Cum torpere gravi jam nolet nostra veterino
 Regna, nec inferni patiri jacere sita;
 Nam resides dudum juvenes noctura cavere
 Otia, delicias desidiasque, memos;
 Indocilesque animos prædum virtutis amore,
 Artibus et doctis, imbuunt atque repes;
 Pallidumque doces duras tolerare labores
 Militare, et Cypræ luquere enatra Deæ.
 Aurea sæcla facis, fuerant quæ ferrea nuper;
 Et nigra quæ fuerant, candida sæcla facis.
 Salve igitur, Latiae reparator summe palæstræ,
 Solus enim dici Gynæsiarcha potes;
 Non ego te rigido dixisse Catone minorem
 Ausim, cum virtus par gravitasque hæcet.
 Alter ab invicto pæthiae vocitare Camillo,
 Reddidit nobis cum latido dicus;
 Posteritas ergo meritis tili dætor honores,
 Perpetuoque minor munera esse sui.

Estava tão alterado o manuscrito do beneficiado Leitão Pereira, e até nos versos transcriptos na *Bibliotheca lusitana* havia taes erros, que tivemos de pedir a um dos primeiros latinistas deste paiz, o nosso amigo e collega, o senhor Francisco de Paula Sancta Clara, distinctissimo advogado em Elvas, a fineza de o rever e emendar. Aqui lhe damos os mais cordiaes agradecimentos.

Resulta, portanto, do que temos dicto e dos documentos que vamos ainda publicar, haver sido frei Brás de Barros no mosteiro de Sancta Cruz o director dos estudos assim dos secundarios, como ainda dos superiores, que se ensinavam naquelles collegios: até que passaram algumas sciencias a lêr-se á Estrella nas casas do primeiro reitor da Universidade, dom Garcia de Almeida, e depois nos payos reaes, cedidos para este fim por dom João III,

que dêra aos jesuitas varias casas, e ordenára á Universidade que lhes vendesse os aposentos de S. Sebastião.

Carta do rei ¹

«Reverendo bispo reitor, amigo. Eu el-rei vos envio muito saudar. Vi as cartas que me escrevestes em que dizeis que os lentes folgariam de se passar ás casas novas de que tenho feito mercê á Universidade, por estarem perto das escolas, e por que logo se iriam para cima os estudantes, que ainda estão em baixo, e tambem as casas seriam melhor tractadas e os alugueres mais seguros, e que por estarem todas tomadas dos estudantes não ousariam de ellas tirar sem meu mandado. Eu hei por bem, que se é passado o tempo por que foram dadas aos estudantes, se aluguem a quem por ellas mais dêr. E quanto ao ladrilhar das casas eu mando a Vasco Ribeiro que logo o faça. E o calçar da rua e a cisterna e livraria se fará como hi houver dinheiro.

«Dizeis que no assignar do ponto dos bachareis se usa um costume que vos parece que traz grande inconveniente, o qual é assignarem-se lhes todas as lições de ponto no esforço de que se segue, que em ouvindo um legista a *Instituta* começa logo a estudar no esforço, e passa nelle todo o tempo de seu estudo por saber, que ali lhe hão de assignar a lição de ponto; e deixam de ouvir e estudar o código e tudo o mais que é o principal de mataria que todo seu estudo é em ultimas vontades e assi se vê claramente em todos; e vos parece que seria bem assignar-se-lhes a tal lição indifferentemente em todo o corpo do direito sendo legistas, ou em código ou em digestos ou em esforço a um em um e a outro em outro, de maneira que nenhuma pode ter certeza de onde lha haviam de assignar, e assi trabalhariam de ouvir e estudar tanto em um como em outro, e far-se-hiam universaes e letrados perfectos. A mim me parece muito bem o que dizeis e mando que assi se faça.

«E quanto ao que me escreves sobre a vigaria de Congo, e do que acerca disso vos disse o doutor Navarro que estudou o caso, eu mandarei ca ver as bullas e vos escreverei o que me nisso parecer e houver por bem. Manuel da Costa a fez em Lisboa a 26 de Outubro de 1541. — Rei.»

Desde 1540 como se lê na provisão, assignada em Lisboa

¹ Livro I das provisões antes da nova fundação da Universidade, na secretaria da mesma, fl. 451.

a 25 de janeiro¹, tractava frei Brás de Barros com o reitor da Universidade varios assumptos de administração, como por exemplo acerca da permissão de casas a Diogo de Castilho, sobre a massa de prata, relogio, etc. E em provisão de 22 de outubro de 1544, assignada em Evora²,uctorisa ja o r-³ a frei Brás conferenciar mais o reitor da Universidade, com o fim de se mudarem os lentes de Sancta Cruz para os seus paços deixando ficar nelles apenas dom Antonio da Silva, João Gomes da Silva, e o doutor Navarro, o escreve a Vasco Ribeiro ordenando-lhe que faça a entrega ao reitor, o qual organisará geraes para a leitura, etc. E nessa mesma data assignou o alvará, para que os lentes que no mosteiro hiam Theologia, Medicina e Artes, e outras faculdades e Latimidade, fossem dahi em diante ler aos paços, onde lhes mandou dar casas, ficando subordinados ao reitor⁴.

Em provisão assignada tambem na cidade de Evora, a 20 de dezembro do mesmo anno⁵, concedeu aos conegos regulares de Sancto Agostinho, que pözessem no collegio do mosteiro mestres para elles ouvirem Artes, bem como os religiosos das outras ordens, que iam alli aprender com os lentes, que se mudaram para as escolas de cima. Finalmente em provisão datada ainda em Evora, a 22 de janeiro de 1545, approvou o monarcha a divisão das casas dos paços para a leitura dos lentes, e para os geraes organisados em cada faculdade, approvando tambem que se fêche com parede, que poderá naporlar em trinta cruzados, o terreiro dos paços, ficando só as duas portas; e ordenou a Nicolau Leitão que pagasse as despezas⁶.

Dom João III preparava a mudança da Universidade, de Lisboa para Coimbra, antes do anno em que a poudo levar a effeito. O seguinte documento prova, que tinha interessado no assumpto o bispo conde, o qual manifestou os melhores desejos de o servir.

Senhor. O mestre frei Balthazar me deu uma carta de vossa alteza, e me falou o que lhe vossa alteza mandou acerca da Universidade que deseja fazer nestes seus reinos ~~seus~~ collegios que se poderem fazer pelos prelados que nisto se poderem dispoer, e me mostrou o gosto que vossa alteza disto terá, e de eu nisto cumprir de minha parte os desejos e serviço de vossa alteza; e certo senhor que o tal cuidado, e as razões delle, não

¹ Livro I de provisões na secretaria da Universidade, fl. 296.

² Livro I de provisões, idem, fl. 301.

³ Livro I de provisões, idem, fl. 447.

⁴ Idem, idem, fl. 307.

⁵ Idem, idem, fl. 312.

podem vir senão de mui esclarecidas virtudes que em vossa alteza estão, e nesta tão virtuosa obra se mostram e mostrarão melhor posta em obra, e não pode nenhum dos prelados de seu reino receber isto senão assi, e se haver por ditoso de ser em tempo que possa ser em ajuda de tal virtude, e de ser incitado de vossa alteza para ella, que eu para mim hei ainda por mór dita a de me chegar minha grande idade e fraquezas a ver este tamanho bem, e poder eu ser communicado para elle, porque beijo muitas vezes as reaes mãos de vossa alteza; e pois eu nas cousas e serviços passados de meu tempo e em que tanta obra para alima nalguns se não mettia, não fiquei atras, trabalharei quanto eu poder de nesta obra de Deus, e de seu serviço e de vossa alteza fazer quanto for a mim possível; e porque nesta materia sinto eu que ha muitas particularidades, que se mal podem escrever deixo a conclusão dellas para as mandar tomar por pessoa minha com vossa alteza para eu entender o intento melhor de vossa alteza, e vossa alteza a minha possibilidade nisto, que prouvéra a Nosso Senhor que fôra tamanha no ter, como é nos grandes desejos que tenho de nisto fazer tanto seu desejo e serviço, mais do que o vossa alteza pode esperar de mim. Nosso Senhor a vida, e mui real estado de vossa alteza guarde, prospere e acrecente como desejo. De Coimbra aos quatro dias de janeiro de mil quinhentos e trinta e dous. «Beijo as reaes mãos de vossa alteza.» Vosso bispo conde¹.

Em Lisboa combatiam a mudança, o que era bem natural; e os lentes collocaram-se á frente da opposição, aconselhando o rei a que não transferísse os estudos, ou então creasse duas Universidades, o que sem prejudicar o paiz, estava até em harmonia com o succedido lá fora.

Senhor. Fará vossa alteza muita merecê a esta sua Universidade querer tomar conclusão sobre o requerimento de se não mudar este estudo para Coimbra pelas razões conteudas na carta, que lhe escreveu pelos doutores seus procuradores e outras que elles dirão a vossa alteza, porque além do gasto que lá fazem e perda das lições das suas cathedras, ainda que se leiam per substitutos, saberão assi os lentes como estudantes o que hão de fazer, que todos andam indeterminados, porque se vossa alteza por uma da justiça que parece a esta Universidade que tem para não mudar o estudo, determina todavia de o mudar a Coimbra,

¹ Archivo nacional na Torre do Tombo; corp. chron. parte 1.ª, maço 48, n.º 21. Catalogo dos manuscritos da bibliotheca publica eborense, tom. III, cod. CIX. M. 1, N.º 9.
2-3

os lentes que lá não houverem de ir requererão o que lhes cumprir de seus salarios e serviços, e os que houverem de ir ordenarão suas cousas em tempo e assi o farão os estudantes que é a principal parte da Universidade, e crêmos que não é seu serviço o desasocego, em que os põem, não verem ja claramente a determinação de vossa alteza sobre isto.

E lembramos a vossa alteza entre as outras cousas, que ahí ha para se não mudar este estudo daqui, que este burro em que os estudantes vivem é o melhor para o galanhado e saude delles, que pode haver em seu reino, e que nesta cidade quiz el-rei que Deus tem seu pae, que se fizesse a romaria que se faz por elles cada anno, e assi o infante dom Henrique, e que aqui quiz el rei seu pae, que estivesse este estudo dando-lhe casas em que se fizessem as escholas, como diz o prologo de seus estatutos, e assi o quizeram os reis que ante elle foram, cujas vontades parece razão e justiça serem cumpridas, e que uma parte da renda deste estudo é da capella de Mangancha que mandou que se cantasse em S. Jorge desta cidade, e que uma principal parte dos estudantes são sacerdotes, que se mantêm das capellas que aqui ha muitas, que não ha em Coimbra, e que a republica desta cidade de que são os mais dos estudantes receberá mui grande damno, porque não poderão manter seus filhos tão longo; e parece que vossa alteza devia de querer fazer mercê assi aos estudantes como ao povo desta cidade, que tem muito amor a seu serviço em lhe não tirar este bem fazendo mercê a Coimbra com tanto damno de Lisboa, principal cousa de seus reinos, e que devia vossa alteza de haver por seu serviço deixar estar aqui este estudo com sua ordenança, como el-rei que Deus tem seu pae o renovou, que muito proveito será a seus reinos haver ahí duas Universidades pois em outros ha muitas mais. Pedimos a vossa alteza que com as razões desta carta, e da outra que sobre isto lhe escrevemos, com pareceres de letrados e dos de seu conselho, com muita brevidade tome sobre isto aquella conclusão, que for mais serviço de Deus e seu, e bem commum; e nos faça tanta mercê que nos escreva sua determinação. Nosso Senhor acrescente o real estado de vossa alteza com muita longa vida. De Lisboa a 14 deste dezembro de 1536. O doutor Pedro Nunes, o doutor Gonçalo Vaz, Dionysius, o licenciado João Alvarez a fez, Antonio Mendes Lobo, Silvestre Alvares, Stephanus licentius, Francisco de Leiria, Fernand Affonso, . . . Antonius Gonçalves, Jeronimo da Veiga, Nunus licentius, Paulo Antonio, Manuel Fernandes.¹

¹ Archivo nacional na Torre do Tombo; corp. chron. parte 1.ª, maço 58,

Apenas a uma parte da representação deferiu o monarcha: foi a da resolução rápida. Não chegaram a decorrer tres mezes, e ja as artes e as sciencias se liam no mosteiro de Sancta Cruz em fórma de Universidade. Depois passavam¹ a Estrella para casa do primeiro reitor dom Garcia de Almeida.

No tempo do segundo reitor dom Agostinho Ribeiro pouco houve de notavel. Em carta datada na cidade de Lisboa a 16 de maio de 1538, a fl. 373 do liv. I das provisões e a fl. 47 do liv. I do registo, resolveu o monarcha algumas duvidas, que o bispo reitor lhe tinha proposto acerca do regimento dos estudos, determinando que os graus de Medicina se dássem por auctoridade regia em Sancta Cruz, como se davam os de Artes e Philosophia, para o que mandou provisão a frei Brás.

O seguinte documento é não só muito favoravel ao doutor de que se tracta, mas prova a desharmonia que lavrava nas diversas religiões.

**Carta do bispo de Angra a el-rei em favor do doutor
frei João de Pedraça**

Senhor. — O doutor frei João de Pedraça, lente da Brivia em Sancta Cruz, me deu conta, como o reformador da ordem de S. Domingos, determinava de o fazer recolher para a religião, e o tirar da cathedra, que lê; e porque elle não ha de ir para o mosteiro, ainda que elle leia fora desta Universidade, e seja doutro curral, de que eu não sou pastor, quiz escrever estas regras a vossa alteza, pois elle o serve tanto monta em uma parte, como em outra, e pedir lhe por mercê, que não consinta tirar-se este padre deste exercicio, que neste reino faz, porque não é serviço de Deus, nem de vossa alteza; pois é certo que em Portugal se não ha de achar outro, que leia a Brivia, como elle a lê, porque nisso é elle singular, e tambem é pessoa muito honesta, como a todos é nesta cidade notorio: em Salamanca, o Alcala e em todas Universidades se hão visto muitas vezes cathedromaticos exemptos, assi estão cheias as Universidades de reli-

doc 20. Catalogo dos manuscritos da bibliotheca publica eborense, tom. III, pag. 455; cod. CIX M. I, N.º 10.

¹ Alvará datado em Evora a 1 de março de 1537, a fl. 460 do livro I das provisões, e a fl. 86 do livro I do registo na secretaria da Universidade, nomeou o primeiro reitor dom Garcia de Almeida declarando, que no tocante aos collegios de Sancta Cruz entenderia o padre frei Brás de Braga, governador desse mosteiro.

giosos, estudantes dellas com licença do papa, e outros com licença de seus prelados, e aqui estão alguns; e pois os discipulos têm este privilegio, mais razão é que o tenham os mestres com auctoridade apostólica; nem o breve do papa que o Padre ha tem revoca as exempções mas dá-lhe poder que revoque as que quizer; deve-se entender as que forem contrarias á sua reformação, mas um homem de sessenta annos como este, e muito honesto, e tão necessario para esta Universidade, não sei que razão pode haver para o vexarem: vossa alteza não deve consentir, que os religiosos, que vierem a esta Universidade com auctoridade do papa, sejam vexados dos seus prelados, porque seria uma grande diminuição da Universidade, pois o papa tudo pode, e elles não têm collegios, onde se recolher; e isto digo pelo amor, que tenho a esta Universidade, e ao serviço de vossa alteza, porque ler este padre não é contrario ao serviço de Deus. Nosso Senhor sua real pessoa, com seu real estado conserve, e prospere com muitos annos de vida para seu serviço. De Coimbra a 20 de outubro de 539. O Bispo de Angra.

O terceiro reitor que obteve o diploma da nomeação a 2.^a de abril de 1541, frei Bernardo da Cruz, bispo de S. Thomé não gostava dos conegos regulares de Sancto Agostinho, o que dava occasião a querellas amargas de frei Bras de Barros. Pomes uma em presença dos leitores.

Senhor. Já prouvéra^a Deus que vossa alteza me concedera a licença que pedi, porque assi nem o espirito me cansára tanto para cousas de seu serviço, nem tivera experimentado tanta parte das desconsolações que adivinhava com minha vinda a esta terra me haverem de vir. E isto por razão de ver esta casa que vossa alteza mandou reformar, em que ha tanta virtude e religião, ser assi tractada e posta em tanto perigo e desasosiego como a cada dia põe o bispo reitor. É certo senhor que eu sinto que elle ha tem tal vontade, e não sei o porquê, que se Deus lho permittir e vossa alteza, elle passará destas offensas que cada dia faz a estes religiosos a outras maiores. E porque eu em o principio destes desasosiegos cuido-i que isto se podia temperar com algumas boas palavras e com alguns bons meios e com humildade destes religiosos, todavia não aproveitei, ante cada vez se vão o faze mais ateando; nem para temperar isto ha li lembrança dos merecimentos desta casa por respeito dos reis que em ella estão sepultados, nem da boa religião que em ella se guarda, nem que alguns collegios em algumas Universidades e estudos geraes tem outras maiores prerogativas e privilegios que esta casa; nem o proveito que a dita casa tem feito e faz em esta Universidade, assi em manter collegios como em crear letrados que ajudem a

sustentar, mas todo o intento parece que é privar a assi das graças que per vossa alteza de seu proprio moto lhe foram dadas como das outras com que por bem de sua reformation está decorada; e deixo as outras offensas e affrontas passadas, que o dicto bispo tem feitas a esta casa depois de sua vinda por reitor, e que ja o padre prior diria; quero contar o que agora aconteceu estando em costuma depois que estes estudos se começaram, de os religiosos desta casa arguirem, e fazerem seus autos escolasticos de dentro de uma grade da igreja, e do geral de Santa Catharina e doutros onde se fazem; hoje em este dia estando dom Affonso prestes com licença do conselho da Universidade para fazer um auto de bacharel que se diz *Tentativa*; e tendo as despesas pagas e as conclusões mandadas, e o cancellario e deutores junctos em o geral, e o presidente para se subir á cathedra, o dicto bispo reitor mandou aos dictos mestres e bedéis que se dom Affonso se não fosse fora ao geral que não fizesse o dicto auto: e assi foi que todos se foram; e porque o dicto cancellario que é ora o vigario da casa sentindo isto, como era rasão, quizera mandar per as providões que tem de vossa alteza aos officiaes e lentes o contrario, eu lhe disse por se não fazer assuada nem outros desmanchos, que em similhantes divisões acontecem, que dilatasse o auto té eu escrever a vossa alteza. Agora senhor peço-lhe por amor de Deus e por o que cumpre a seu serviço neste caso, que haja por bem e mande que estes religiosos desta casa arguam, e façam todos os autos assi e da maneira que os até aqui fizeram de dentro das grades; a qual cousa não é odiosa a nenhuma pessoa ante sempre foi louvada de todos; e creio que assi pareceu ao infante dom Henrique que uma vez se achou presente; e assi peço por reverencia da cruz, que vossa alteza proveja de maneira que os reitores não avexem nem tractem assi esta sua casa; e mande despachar o padre prior della de que temos necessidade. Nosso Senhor dê a vossa alteza muita vida e salvação para a alma. De Sancta Cruz em quinze de dezembro de 1541. — Frei Brás ¹.

Logo que cessou o reitorado do bispo de S. Thomé, e foi nomeado frei Diogo de Murça, que tinha estudado mais frei Brás de Barros em Lovanha, e era tambem frade da ordem de S. Jeronymo, todas as contendas entre a Universidade e o mos-

¹ Archivo nacional da Torre do Tombo corp chronol. parte 1.ª maço 31. doc. 33 Catalogo dos manuscritos da bibliotheca publica eborense, tom. III, pag. 456. Cod. ^{ULX} 2.º 3 M. 1. N.º 11.

teiro acabaram, e o proprio gymnasiarcha pediu para irem ler nas escholas dos paços os lentos que estavam em Sancta Cruz.

E dous mezes apenas antes da ida de dom João III a Coimbra, lhe apontava o reitor os progressos da Universidade. E curiosa a carta, que dá perfeita idea da maneira como ali eram estudadas as sciencias.

Carta de frei Diogo de Murça relatando a el-rei o exercício e actos publicos, que se fizeram na Universidade de Coimbra

Senhor. — Para que vossa alteza tenha verdadeira informação do exercício, que este anno se fez nesta sua Universidade, he quero particularmente dar disso conta. Este anno se fizeram cento e sessenta e dous autos publicos pela maneira seguinte.

Item. Em Theologia houve vinte e nove autos publicos de bachareis correntes, e bachareis formados, e mais dous licenciamentos, e um magisterio de Pero de Figueiredo: houve tambem uma lição de ponto sobre uma Vigairia, que se deu per opposição a Antonio Gonçalves bacharel formado em Theologia.

Item. Em Canones houve cincoenta e nove autos publicos, a saber: trinta e seis de dezoito bachareis que na dicta faculdade este anno se fizeram, e cada um delles fez dous autos um pelo quinto anno que o não tinha feito, e outro para tomarem o grau de bacharel, e vinte autos de cinco licenciados, que da mesma faculdade este anno se fizeram; e além disto houve repetição de Navarro, e conclusões de Cornejo, e uma lição de opposição sobre uma Vigairia.

Item. Em Leis houve quarenta e nove autos publicos, a saber: vinte de dez bachareis que na dicta faculdade se fizeram este anno, e cada um delles fez dous autos, porque não tinham feito o auto dos cinco annos; e eu não nos quize admitir se não que o fizessem, ou houvessem dispensação de vossa alteza para o não fazer: houve mais vinte e seis autos de seis licenciados, que este anno se fizeram na dicta faculdade; além destes autos houve seis licenciamentos, e dous doutoramentos: houve repetição de Fabio, e de Manuel da Costa, e houve tres autos de bachareis de oito annos, que se fôram usar de suas letras:

Houve mais onze lições de opposição de tres cadeiras, que se deram: duas de Instituta, e uma de Codigo.

Item. Em Medicina houve quatorze autos publicos, a saber: sette de bachareis correntes, e formados, e sette de um licenciado.

Não ficou assueto nem domingo á tarde, nem festa pequena.

em que não houvesse um, dous, e tres autos, o qual exercicio é o mór, e o melhor, que se pode fazer em nenhuma parte do mundo, e muitos destes bachareis fizeram sortes não acostumadas, que respondiam de prompto de vinte e quatro horas, e não deixavam de ouvir suas lições ordinarias: eu fui presente a quasi todos estes autos.

Item. Em Artes houve os bachareis e licenciados, que a vossa alteza ja escrevi, e portanto parece escusado tornal-o a escrever; alguns dos licenciados se fizeram mestres mas foram poucos, a saber: até quatro ou cinco.

Agora quero dar conta a vossa alteza de certas cousas, que tocam a estas faculdades, de que ja em outras cartas fiz menção, a que vossa alteza deve acudir por cumprir a serviço de Deus, e seu.

Os estudantes de Medicina se vão, os mais delles, graduar de bachareis a Salamanca, e isto como tem dous ou tres annos de Medicina, o que fazem pelo favor, que têm do physico-mór, o qual lhes passa cartas para poderem curar, ainda que não sejam aqui graduados, e a muitos se passa, que nem aqui nem em outra parte são graduados; emquanto o physico mór isto fizer vossa alteza não tem faculdade de Medicina em Coimbra, e muito poucos são os que aqui perseveram até o cabo do seu curso, donde nascem os physicos, que chamam mata-sanos e rechacovos, que não sabem cousa alguma; muito grande serviço de Deus seria, e de vossa alteza, e hem destes reinos, o physico-mór receber satisfação do interesse que nisto lhe vae, se com direito o poder huer, e cessasse de usar desta maneira de passar cartas a pessoas indoutas, e não graduadas, e que só os graduados de Coimbra curassem no reino; conforme a lei que vossa alteza sobre isso tem feita. Sobre isto escrevi o anno passado a vossa alteza, e não se fez nada, e multiplicam se pelo reino estes mata-sanos que diasse, que depois serão máis de tirar.

Item. Nos exames das faculdades de Canones, e Leis ha alguns abusos, que se não podem tirar, senão com mandar vossa alteza que os dictos exames se façam de dia: um abuso é a comida, que se dá aos doutores, a qual é causa dalguns inconvenientes; um é as muitas, e desconcertadas palavras, que hi se soltam dalgumas pessoas, e assi rixas, e contengens, e parece fora de razão haver de approvar ou reprovar depois de bem comer, e beber.

E como esta comida se toma ja tarde; e os doutores saiam do dicto exame á meia noite, e ás vezes á uma hora, não podem ler ao outro dia de Prima, e muitas vezes ficam desconcertados tres, e quatro, e cinco dias daquella noite, e se se fizerem de

dia não terão razão de esperar comida, porque a razão que elles allegam, para com rein alli, é por ser ja muito tarde, que não têm apparelho para em suas casas poderem comer hi, e todos ou os mais delles desejam que os ditos exames se façam de dia. O anno passado escrevi a vossa alteza sobre isto, e não houve resposta.

Os exames privados dos theologos, e assi dos medicos, como novamente se começavam nesta Universidade, ordena que se fizessem de pela manhã até ao jantar, e fizeram-se muito bem, e muito quietamente, e todos ficaram disso muito contentes, e não houve nelles comida, nem algum inconveniente. Ora veja vossa alteza se ha por bem, que os dos juristas se façam tambem pela manhã, e far-se hão.

Item. É necessario que vossa alteza escreva uma carta ao collegio dos juristas, em que lhes mande, e muito encaminde, que tenham grande advertencia e cuidado sobre o approvar dos licenciados, porque segundo vae o negocio, nenhum de quantos entrarem em exame privado ha de ser reprovado por menos que saiba: ha entre elles piedades demasiadas, e como alguns delles são estrangeiros não querem ter na terra allia inimigos; e outros vão se por suborno, de maneira que se vae o negocio corrompente tanto, como acima digo, e ja aconteceu por alguns sairem com um R tornarem a votar, dizendo que era por erro: isto aconteceu ja duas vezes, não sendo eu presente por não ter disposição para o ser. A graça do Espirito Sancto seja com vossa alteza sempre. Amen. De Coimbra a doze dagosto de mil quinhentos e cincoenta. Fr. Diego de Murça.

Para se conhecer como a Universidade informava os licenciados, e a facilidade que tinha em os elevar, leia-se o seguinte documento:

Carta da Universidade de Coimbra a el-rei dom João III, em que lhe dá boas informações do licenciado Brás Fragoso do Pau

Senhor. — O licenciado Brás Fragoso do Pau vae a beijar a mão a vossa alteza, e a dar-lhe conta do seu estudo; e porque este conselho tem costume de dar informação a vossa alteza, do que em esta Universidade gastam bem seu tempo e fazem o que devem, pareceu-nos ser justo dar relação a vossa alteza das letras e bons costumes do licenciado Brás Fragoso do Pau, assi por elle requerer, como por o elle merecer, com muita razão.

É assi que elle estudou em esta Universidade com muita dili-

gencia, e cuidado; e no tempo que se graduou de bacharel deu boa mostra de seus trabalhos, e o fez muito bem, e depois nesta Universidade residu sempre estudando, e lendo com mui boa opinião de suas letras, e assi o mostrou bem em sua repetição a exame privado, que a todos contentou; e assi foi por seus merecimentos com muito contentamento de todos os doutores approvado *nemine discrepante*; de suas virtudes e boa vida podemos affirmar a vossa alteza, que foi um dos que em este estudo deu mui bom exemplo, e assi está aqui reputado por homem de mui boa consciencia, temeroso de Deus, honesto, e pacifico; merece que vossa alteza lhe faça merecs e se sirva delle, porque cremos certo que de qualquer officio que lhe vossa alteza encomendar dára muito boa conta, no que fará vossa alteza merec a esta Universidade como lha sempre faz. Rogamos a Nosso Senhor a vossa e estado real de vossa alteza guarde, e prospere por muitos annos a seu sancto serviço. Feita aos 24 dias de julho de 1518 annos. — Dom André de Noronha — Dom Garcia de Menezes — El Doutor Morgovejo — Mestre Joannes Fernandes — Doutor Ayres Pinel — O Doutor James de Moraes — Francisco Marques Botelho — Antonio Rodrigues de Araujo — Paulo Affonso — Antonio Pires de Bulhão. — A el-rei nosso senhor. — Da sua Universidade de Coimbra.

Não obstante as queixas de frei Diogo de Murça, e a ordem para os exames privados se fazerem de dia, contornou ordenou a provisão de 24 de janeiro de 1551 ja no anno seguinte o doutor Alarcão mostrava a necessidade de se reformar a Universidade. Eis o documento que pomos em linguagem.

Carta do doutor Alarcão a el-rei dom João III sobre o mau estado da sua saude, e da necessidade que havia de reforma na Universidade de Coimbra

Senhor. — Os dias passados escrevi a vossa alteza dando-lhe conta como depois de haver visitado minhas egrejas me reerescen a enfermidade que tive em essa corte, que me ha dado grande fadiga por ser cousa de pedra, e pedia a vossa alteza licença para curar-me este verão, e tomar forças para servir melhor a vossa alteza, e como não tive a resposta que o doutor Antonio Pinheiro havia de requerer, creio que vossa alteza será servido de me dar e assi estou nesta Universidade, e havendo necessidade me vou ás minhas egrejas assistir ás festas principaes.

Escrivi tambem a vossa alteza, que algumas vezes assistia

aos actos que aqui se fazem: e pelo que delles tenho visto, entendendo ser mui necessaria prompta reformation, como nisto vossa alteza ha sido importunado; ao menos digo a vossa alteza, que algumas vezes deixo de ir aos actos porque me dizem que estão em posse, que os meus discipulos me prefiram contra os estatutos e decisões da Universidade, o que não pode ser para mim maior affronta; e porque neste tempo de ferias espero de ir beijar as mãos de vossa alteza, e informal-o do que entendo, não digo mais que rogar a Nosso Senhor a mui real pessoa de vossa alteza guarde e estado acrecente, como seus criados desejamos. De Coimbra, a 3 de junho de 1555. — Beija as reaes mãos de vossa alteza o seu capellão, doutor Alarcão. — Ao rei nosso senhor.

Dom João III tinha auctorisado que Manuel de Pina llesse um curso de Artes no collegio da ordem de Nosso Senhor Jesus Christo, tendo unicamente por ouvintes os padres das collégias de S. Bento e de S. Jeronymo.

Não esqueceu ao monarcha facilitar por todos os meios a aquisição dos mantimentos para o collegio de Jesus, ordenando que os moleiros não fossem obrigados a ir ao peso da cidade quando levassem trigo ou farinha destinados ao referido collegio; bem como auctorisou a compra do gado necessario, em qualquer parte do reino, sem embargo das posturas das camaras, e que o mesmo gado podesse pastar nos lugares comueiros, pagando annuente o dainho ou perda que fizesse; e acerca do pescado ordenou tambem que os almoxeroves, sem serem obrigados a arrecadar, tivessem a faculdade de comprar nas villas de Aveiro e Buarcos o necessario para a alimentação do collegio.

Auctorisou tambem os padres a trazerem oito bois pelos oliveiros, quatro carros ferrados pela cidade além de outros quatro que ja traziam, tresentos carneiros e seis cabras; auctorisando ainda que andassem vinte bois pelos oliveiros da cidade sempre acabramados.

Ordenou o pagamento dos chãos tomados ao Salvador para a Universidade, e a Vasco Fernandes Ribeiro em 28 de abril de 1545 que dösse delles posse ao collegio; e mandou entregar ao Padre Mirão o collegio das Artes, e em 12 de julho de 1555 ao padre dom Leão toda a madeira, achegas e mais cousas das obras do collegio das Artes; tendo ja mandado a 11 de junho de 1545 ao mesmo Vasco Fernandes Ribeiro que entregasse ao padre mestre Simão todos os papéis que tivesse em seu poder dos chãos de que houvesse feito doação aos padres do collegio de Jesus. E ainda por complemento de tantos favores obrigou-se a rainha dona Catharina a defender os padres da companhia quando se movesse qualquer duvida.

Concedeu aos collegiaes da companhia de Jesus os privilegios da Universidade; que arrecadassem as rendas como a fazenda do rei; que para este fim tivessem recebedor e officiaes; que fossem validas as doações e mercês, posto não serem registadas nos livros de Gabriel de Moura; que não pagassem coisa dos bens de raiz nem dizimos; e deu auctorisação ás casas da companhia para poderem alcaudar, além de muitos outros privilegios e doações, que podem vôr-se principalmente nas partes III e IV destes documentos.

Voltemos, porém, restrictamente ao assumpto, para que escrevemos esta nota.

É hoje impossível marcar com exactidão mathematica os pontos, pelos quaes passavam as duas ruas de S. Sebastião e das escolas; certamente que existiam dentro do rectangulo, que abrange o museu de *Historia natural* e o de *Physica*, a igreja dos jesuitas (hoje sé nova), e o antigo hospital da *Conceição*. É assim o confirma o chronista da companhia de Jesus na provincia de Portugal, quando escreve ¹:

•Todas estas boas partes desta parte da cidade convidaram ao padre mestre Simão a escolher antes este, que outros sitios, e ja sua altesa o tinha demarcado, e nelle compradas muitas casas, para ali fundar a sua Universidade, que como de emprestimo tinha hospedada noutra parte; porém depois que viu que este logar contentava ao padre mestre Simão, quiz antes desacommodar-se a si, que descontentar o padre; e se veio a resolver a ficar sem paços, por nelles agasalhar a sabedoria, largando-os para sempre á Universidade, e dando-nos á companhia as moradas de casas, que elle ja tinha compradas para o novo edificio, que traçava, para os geraes e escolas da Universidade; como tudo nos consta das doações, e provisões reaes, que temos em o nosso cartorio de Coimbra ².

¹ *Chronica da companhia de Jesus, na provincia de Portugal*; 1.^a parte, pag. 96.

² *Idem*, pag. 97.

Nota F

Mosteiros e propagação da companhia

Deve lêr-se: S. João de Longavares, como se encontra nos documentos do cartório da Universidade, e na 1.ª parte da *Chronica da companhia de Jesus* pelo padre mestre Balthazar Telles, não obstante vêr-se na hulla transcripta a pag. 889 da 2.ª parte da mesma chronica a palavra: Longovares. O mosteiro de que se tracta, chamado S. João de Longos Valles, foi dos conegos regrantes de Sancto Agostinho, era situado na margem esquerda do rio Minho, nas proximidades da villa de Monção, e pertencia á archidiocese de Braga, como consta do *Mappa de Portugal* por João Baptista de Castro, a pag. 133 do 2.º vol., 2.ª ed., e do *Censo de 1878* a pag. 132, onde está o mesmo nome da freguezia, que faz ainda hoje parte da referida archidiocese, e do districto de Vianna, concelho de Monção.

Sancto Antão é o mosteiro de Sancto Antão de Bonespera, antigamente de conegos regrantes de Sancto Agostinho, situado na ribeira Teixeira, a 10 kilometros da cidade da Guarda, pertencente a esta diocese. Vêr-se a pag. 77 do citado *Censo de 1878*.

Na pag. 384, linh. 8 e 9 lia-se no manuscrito: Viena, Praga, Olmancio de Moravia, Tírnavia de Hungria, Pantomia de Polonia, Braunsberga da Prussia. Eram palavras portuguezas ou variantes da versão latina dos mesmos nomes. Logo veremos quaes as variantes adoptadas pelos jesuitas em 1717, tanto para estas como para as outras cidades onde tinham collegios, ~~casas~~ de residencia, etc.

Na mesma pag., linh. 21, 32, 33 e 44, estavam as variantes: Lovania, Tornay, Dionanto, Lieza, Santomer, Cambray, Colonia, Maguncia, Trevere, Espira, Herbipoli, Augusta, Monachno, Ingolstadno, Insprach, Delguia.

Quando a companhia de Jesus foi expulsa de Portugal em 1759, tinha no continente do paiz 24 collegios e 17 casas de residencia. Destas a de S. Félix ou S. Felix de Triestas, ou de Triestas, conforme se lê por erro na hulla citada por Balthazar Telles, e a do S. Pedro de Pedroso foram organisadas em a annexação dos mosteiros das mesmas denominações, que tinham sido ambos da

ordem de S. Bento. O primeiro era situado na provincia do Minho, juncto a Friestas, proximo da praça de Valença defronte de Tuy, pertencia á archidiocese de Braga, e hoje faz parte do districto de Vianna, concelho de Valença. Vide *Censo de 1878*, a pag. 136. O segundo, que primitivamente foi *duplex, ad fratres et sorores, quae ibi sunt habitantes*, etc., e que permaneceu na regra de S. Bento pelo menos 600 e tantos annos, estava situado a 10 kilometros da cidade do Porto, na antiga comarca da Feira, hoje diocese e districto do Porto, concelho de Villa Nova de Gaia. Veja-se o *Censo de 1878*, a pag. 121.

O mosteiro de Nossa Senhora do Carqueiro, de que se fala nas pag. 300 a 334, 510 a 525, tinha sido da ordem dos conegos regrantes de Sancto Agostinho, na diocese de Lamego, e estava situado a 15 kilometros desta cidade. Foi a primeira doação feita por dom João III á companhia de Jesus.

O mosteiro de Paço de Sousa, que era apenas residencia, tinha a invocação de S. Salvador, e fôra dos monges da ordem de S. Bento; estava situado a 5 kilometros de Arrifana de Sousa; e hoje pertence ao districto do Porto, concelho de Penafiel. Veja-se *Mappa de Portugal*, vol. citado, pag. 60, e *Censo de 1878*, pag. 116. O reitor do collegio do Espirito Sancto em Evora tinha as honras de dom abbade deste mosteiro, enquanto se não effectuou a sua annexação ao referido collegio. Veja-se a 2.^a parte da *Chronica da companhia* por Balthazar Telles, pag. 364.

A pag. 744 da mesma parte affirma o chremista, que de 1626 até 1640 a companhia tivera o augmento de 1 casa professa, 78 collegios, 6 casas de noviciado, e 20 seminarios, havendo ja naquella anno 36 provincias, 2 vice-provincias, 26 casas professas, 444 collegios, 44 casas de noviciado, 228 casas de residencia, e 56 seminarios, com mais de 13930 casas contadas todas junctas e 15644 socios. Suppondo exactos estes dados, vê-se que em 14 annos a companhia augmentou 105 casas, e por tanto guardada a proporção, deveria nos 114 annos, de 1573 a 1717, augmentar 13980 casas.

Ora, como no reinado de dom Sebastião os jesuitas alcançavam quanto pretendiam, não é provavel que tivessem fora de Portugal outras casas e collegios além dos existentes nas cidades de Roma, Vienna, Praga, Olmutz, Tyrnau, Pultava, Brunsberg, Louvain, Tournay, Dinant, Liege, Saint Omer, Cambrai, Colonia, Moguncia, Treves, Spira, Wurtzbourg, Augsbourg, Munich, Ingolstadt, Inspruck, e Delingen; porque certamente não deixariam de pedir e obter para ellas da casa da India as especarias de que necessitassem, á similhaça do que lhes concederam as cartas regias de 11 de janeiro de 1573. Não seria difficil a avo-

riguação exacta, se já nessa epocha, ou proximoamente, estivessem organisados e fossem conhecidos os catalogos das provincias, casas, collegios, residencias, seminarios e missões da sociedade de Jesus; como o catalogo da mesma especie, impresso em Roma, e relativo ao anno de 1717, que tivemos presente por obsequio do nosso prestante amigo, patricio e collega, o sr. Augusto Mendes Simões de Castro, distinctissimo empregado superior da bibliotheca da Universidade.

Neste anno a companhia estava distribuida por 5 provincias de 1.^a ordem, constituindo no todo 37 provincias: 5 dependentes da assistencia da 1.^a provincia, a de Italia; 5 da assistencia da 2.^a provincia, a da Lusitania, além de uma vice-provincia, e de Maranhão, considerada como se fosse provincia de assistencia; 12 da assistencia da 3.^a provincia, a de Hespanha; 5 da assistencia da 4.^a provincia, a da Gália, não contando as residencias e missões ultramarinas; 10 dependentes da 5.^a provincia, a da Germania. Possuia tambem 25 casas professas; 650 collegios; 59 casas de approvação; 350 de residencia; 200 missões; 161 seminarios e hospícios; e na totalidade 1:145 casas. O numero de socios era de 19:876, dos quaes 10:036 sacerdotes!

Suppondo que seja provavel a conjectura de se haver fora de Portugal no seculo XVI collegios e casas da companhia nas 23 cidades mencionadas nas cartas regias de 11 de janeiro de 1573, causa o maior asombro a prodigiosa propagação da companhia de Jesus no periodo de 144 annos!

O documento não declara as casas, que tinha a sociedade em Roma; mas obtendo duzentos arrateis de espezaria para cada cinco ou seis collegios, e duzentos e oitenta para seis collegios e uma casa de approvação, como se lê nas cartas regias, deve suppor-se que os cento e vinte arrateis, concedidos para Roma, se repartiriam ali por tres ou quatro casas. Nestas hypotheseas seriam vinte seis ou vinte sete as casas, que em 1573 possuia a companhia de Jesus, e o augmento nos cento quarenta e quatro annos deveria elevar-se a mil quatrocentas e dezanove ou a mil quatrocentas e dezotto casas; mais ainda do que o numero correspondente á affirmativa de Balthazar Telles!

Mas vejamos as variantes da traducção latina das terras, mencionadas nas cartas regias de 11 de janeiro de 1573, e dos collegios e casas de residencia do continente de Portugal, adoptadas pela sociedade no catalogo de 1717, impresso na cidade de Roma; pois é o ponto principal que tivemos em vista com esta rectificação.

Nomes das terras	Versão latina do catalogo de 1717	
Roma	Romulum collegium	Roma.
Vienna	Viennense collegium	Vienna.
Praga	Pragense collegium	Praga.
Olmutz	Olomucense collegium	Olomuncium.
Tyrnau	Tyrnavense collegium	Tyrnavia.
Pultava	Pultoviense collegium	Pultovia.
Bamberg	Bambergens collegium	Bamberg.
Lovain	Lovanense collegium	Lovania.
Tournay	Tornacense collegium	Tornacum.
Dinant	Dinantense collegium	Dinantum.
Liege	Leodiense collegium	Leodium.
Saint Omer	Audomarense collegium	Audomarum.
Cambray	Cambracense collegium	Cambracum.
Colemba	Colemense collegium	Colembia.
Mogúncia	Moguntinum collegium	Moguntia.
Treves	Trevirense collegium	Treviri (urbs).
Spira	Spirense collegium	Spira.
Wurtzburg	Herbipolitanum collegium	Herbipolis.
Augusta	Augustanum collegium	Augusta.
Munich	Munachense collegium	Munachum.
Ingolstadt	Ingolstadiense collegium	Ingolstadtum.
Inspruck	Oenipontanum collegium	Oenipontum.
Dillingen	Deinaganum collegium	Dilinga.

Collegios no continente de Portugal

Portuções	Versão Latina do catalogo	Denominações e invocações
1. Beja	Bejense collegium	Collegio de S. Francisco Xavier.
2. Braga	Bracharense collegium	Collegio de S. Paulo.
3. Bragança	Brigantium collegium	Collegio do Sancto Nome de Jesus.
4. Setúbal	Cetobricense collegium	Collegio de S. Francisco Xavier.
5. Coimbra	Conimbricense collegium	Collegio do Sancto Nome de Jesus. Collegio do Espirito Sancto e Universidade.
6. Évora	Eborensis collegium	Collegio de Nossa Senhora da Purificação Collegio de Nossa Senhora Mãe de Deus.
7. Elvas	Elvense collegium	Collegio de Sancto Iago Maior.

Povoações	Versão latina do catalogo	Denominações e invocações
8. Faro.....	Pharense collegium.....	Collegio de Sancto Iago Maior.
9. Portalegre.	Portalegrense collegium...	Collegio de S. Sebastião.
10. Porto.....	Portuense collegium.....	Collegio de S. Lourenço.
11. Santarem..	Scalabitanum collegium....	Collegio da Conceição de Nossa Senhora.
12. V.ª N.ª de Portimão..	Villae Novae collegium....	Collegio de S. Francisco Xavier.
13. V.ª Viçosa.	Villae Viscosae domus professorum.....	Collegio de S. João Evangelista.
14. Lisboa...	Ulyssipponensis domus professorum.....	Collegio dos Sanctos Reis ¹ .
15. Lisboa....	Ulyssipponense collegium Sancti Antonii.....	Casa professa de S. Roque.
16. Lisboa....	Ulyssipponensis domus probationis.....	Collegio de Sancto Antão ² .
17. Lisboa....	Ulyssipponense collegium Sancti Xaverii.....	Collegio de Nossa Senhora da Assumpção de Campolide; em 2.ª fundação, collegio de S. Francisco de Borja, na Cotovia.
18. Lisboa....	Ulyssipponense seminarium hiberniorum.....	Collegio de S. Francisco Xavier.
19. Lisboa....	Ulyssipponensis novitiatus Indicus novitiatus.....	Collegio de S. Patricio.
20. Gouveia..	--	Collegio de noviços da invocação de Nossa Senhora da Nazareth.
		Collegio de noviços para indios
		Collegio da Sanctissima Trindade ³ .

¹ O segundo fundado em 1735.² Desde 1552 Antes era apenas residencia.³ Fundado em 1739.

Casas de residencia no continente

Nomes	Versão latina do catalogo	Collegios de que dependem	Dioceses
1 Barrocal	—	Evora . . .	Evora
2 Canal	Canalensis residentia	Coimbra . .	Coimbra
3 Canissos ou Valle do real	Canissana residentia	Sr. Antão .	Lisboa
4 Carqueire	Carqueirensis residentia . .	Coimbra . .	Lamego
5 Falsalamim	—	Evora . . .	Coimbra
6 S. Fins	Sancti Felicis residentia . .	Coimbra . .	Braga
7. S. João de Longos Valles	Sancti Joannis de longis valibus residentia	Coimbra . .	Braga
8. Labrua	Labrupinna residentia	Santarem .	Lisboa
9 N. Sr. da Lapa . .	Lapensis residentia	Coimbra . .	Lamego
10. Monte Agraço . .	—	Evora . . .	Lisboa
11 Monte da Barca . .	—	Evora . . .	Evora
12 Paço de Sousa . .	Pasous de Sosa residentia . .	Evora . . .	Porto
13 Pedroso	Pedrosana residentia	Coimbra . .	Porto
14 Pernes	Pernensis residentia	Santarem .	Lisboa
15 Roriz	—	Braga . . .	Braga
16 Valbom	—	Evora . . .	Evora
17. Vi. la trauca	Villae francue residentia . .	Coimbra . .	Coimbra

As seis residencias do Barrocal, Falsalamim, Monte Agraço, Monte da Barca, Roriz e Valbom obteve a companhia depois do anno de 1717. A de Canissos comprou em 1559.

O couro da matta *Valle do Rei e Falsalamim* era situado na freguesia de Sancto Iago da Guarda, pertencente ao antigo concelho de Coimbra, depois ao do Rabagal, e finalmente ao de Ancião no districto de Leiria. Em 1834 ja não havia nenhuns vestigios do lugar de Falsalamim; mas nos seus limites, e nos de *Valle do Rei e da Granja* existiam alguns bens ecclesiasticos, de que a fazenda não tomou conta, de que se apossaram os particulares da vizinhança, e que por haver denuncia foram vendidos posteriormente em hasta publica. Nelles entravam umas casas no lugar da *Granja*, nas quaes o bispo de Coimbra, dom Francisco de Lemos Pereira Coutinho, ia passar temporadas. Disto nos informou o nosso bom e velho amigo, o sr. Joaquim Mendes Lima, morador na villa de Ancião.

Eis um auto de posse relativo a Falsalamim.

«Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo do mil

..

oito centos e cinco aos dezeseis dias do mez de febreiro do dicto anno neste logar da Granja de Falsalaminim, termo e comarca da cidade de Coimbra e casas da quinta chamada de Falsalaminim aonde eu escriptão da provedoria desta comarca vim, ali sendo presente o doutor Joaquim José Baptista Nogueira, actual juiz de fora da dicta cidade, procurador que virilica ser da excellentissima dona Francisca de Almeida e marquezã de Angeja em virtude da carta regia retro lhe conferi posse judicial, civil, corporal, e natural desta quinta de Falsalaminim até agora incorporada na real corôa com todas as suas pertenças, casas, cabeça da mesma quinta e seu quantal conjuncto, celeiros, armazem, e casa da residencia parochial, que lhe esta pegada, lagar de azeite situado aonde chamam valle do Boi: e bem assim de todos os direitos dominicaes, foros e pensões, e todas as mais pertenças tocantes a esta dicta quinta, e da mesma tôrma em que tem sido possuida pela real corôa, e em exercicio desta posse elle dicto procurador abriu e fechou portas, quebrou ramos, atirou com terra ao ar e praticou todos os mais actos possessorios sem contradicção de pessoa alguma, e assim o investi e houve por investido na dicta posse com todos os seus effeitos que por direito lhe competem e na conformidade desta carta regia, ao que tudo tôram testemunhas presentes Caetano dos Sanctos deste logar da Granja, e Manuel da Silva do logar dos Mattos de Sancta Barbara deste mesmo districto que aqui assignaram, e eu Antonio da Silva Rocha, escriptão da provedoria que o escrevi. (Assignados) Joaquim José Baptista Nogueira — Antonio da Silva Rocha — Manuel da Silva — Caetano dos Sanctos.

«Fica registado no livro terceiro do registo geral desta provedoria a folhas sessenta e tres ate folhas sessenta e quatro.

«Coimbra, vinte e duas de febreiro de mil e cento e cinco.
— Antonio da Silva Rocha».

Nota G

A pag. 410 lê-se o alvará, datado em Lisboa a 29 de outubro de 1559, pelo qual dona Catharina viúva de dom João III, e regente em nome do seu neto dom Sebastião, houve por bem que os Estatutos dados nessa epocha á Universidade, na parte que dizia respeito a Linguas e Artes, se não entendessem com o colle-

gio das Artes, enquanto este fosse administrado pela companhia de Jesus.

De pag. 416 a 435 encontram-se os Estatutos, approvados pela carta regia, data da em Almeirim a 20 de fevereiro de 1565, e assignada pelo cardinal infante, como regente em nome de dom Sebastião, relativos unicamente ao collegio das Artes; e nelles ficou estabelecida a completa independencia deste e da Universidade, repetindo-se ali o privilegio, que os jesuitas ja tinham conseguido, de serem feitos os exames dos bachareis e dos licenciados no referido collegio das Artes com a maioria dos professores da companhia. Esta disposiçao, com as concessões de se levar em conta nos estudos de Coimbra aos alumnos dos collegios de Lisboa¹, Porto², Braga³, Santarem⁴, Bahia⁵ e Rio de Janeiro⁶, um anno de Artes tornavam os jesuitas senhores da instrucção secundaria, por elles desta maneira monopolizada.

A independencia do collegio das Artes tinha sido declarada no primeiro regimento (vide pag. 4 a 11) no tempo do Principal André de Gouveia, mas logo que foi despachado em 1549 o terceiro Principal, o mestre João da Costa, o rei mandou annexar o collegio a Universidade (vide pag. 49 a 55); e pouco depois no anno de 1551 (vide pag. 79 e 80) tornou a ficar separado e sem a tutela das eschoas superiores. A companhia quiz tambem para si o mesmo privilegio, que dom João III concedera ao collegio de mestre André de Gouveia.

De pag. 441 a 444 estão publicadas duas cartas regias, assignadas em Almeirim a 23 de fevereiro de 1572, em que dom Sebastião mandou numa, que a visitaçao do collegio fosse feita dali em diante pelo provincial ou visitador ordinario da companhia; e declarou que os estatutos dados ao collegio das Artes não devem conter cousa, que repugne ou vá contra as constitui-

¹ Collegio de Santo Antão em Lisboa foi o primeiro a ter o ensino.

² Collegio de S. Laurencio no Porto. Alvará datado em Lisboa a 16 de dezembro de 1617 no liv. III do registo antes da reforma da Universidade na secretaria da mesma fl. 270 v.

³ Collegio de S. Paulo em Braga. Alvará datado em Lisboa a 9 de junho de 1616, no liv. I do registo na secretaria da Universidade fl. 417 e no liv. II do mesmo fl. 13. E alvará datado em Lisboa a 11 de fevereiro de 1637 no liv. III do registo fl. 168 v., para valer novamente na Universidade o primeiro anno de curso de Artes apreendido neste collegio, sem embargo da resolução tomada no anno de 1636 que abolia o privilegio.

⁴ Collegio da Companhia de Nossa Senhora em Santarem. Alvará datado em Lisboa a 26 de julho de 1716 no liv. IV do registo fl. 147 v.

⁵ Collegio da Bahia. Alvará datado em Lisboa a 16 de julho de 1675 no liv. III do registo fl. 235.

⁶ Collegio do Rio de Janeiro. Alvará datado em Lisboa a 7 de outubro de 1689 no liv. III do registo fl. 352.

ções, regras e modo de proceder, que os padres têm em suas Universidades, escolas e collegios. E na outra determinou, que nos Estatutos novos da Universidade, se não escrevesse com alguma, que fosse contra o regimento, actos e exercicios do collegio, e que tudo quanto está nos actuaes seria de nenhum effeito na parte, que se encontrasse com os Estatutos, provisões e ordem e modo de proceder do mesmo collegio.

Nem a visitação para conhecer se o contracto era cumprido a qual pela concordia entre a Universidade e a companhia (pag. 318 a 322) ficára reservada para o rei, escapou á antipathia dos jesuitas. Passou a ser feita pelos de casa, isto é, deixou de ter a minima importancia!

A pag. 575 está o alvará assignado em Madrid por dom Philippe a 29 de setembro de 1583, para que se não entendesse com as escolas de Latindade e Artes, enquanto estivessem a cargo da companhia de Jesus, o que dizem os novos Estatutos confirmados então á Universidade¹.

Tambem a pag. 576 e 577 foi publicada a carta do card. dom Henrique, regente em nome de dom Sebastião, assignada em Lisboa a 25 de maio de 1585, para se cumprirem exactamente os estatutos escriptos d'ellos nesse anno ao collegio das Artes, não obstante as reclamações das escolas maiores.

A provisão assignada em Madrid a 24 de fevereiro de 1589 ao vice-reitor frei Egidio da Apresentação ordenou que continuassem a fazer os exames de bachareis e licenciados em Artes, que estudam no collegio da companhia de Jesus de Coimbra, como nos annos anteriores não obstante as disposições dos Estatutos novissimos².

A provisão datada em Lisboa a 18 de abril de 1579 levou conta a Christovam de Lira Sousa³ um anno que estudou Philosophia no collegio da companhia de Jesus em Lisbon.

A carta regia datada em Lisboa a 4 de abril de 1554, a 10 desse mez e anno conforme se lê no livro do registo⁴, confirmaram o alvará de 29 de outubro de 1559, que ordenou se cumprissem os regimentos dados por dom Sebastião e dom João III ao collegio das Artes, enquanto os padres jesuitas tivessem delle a governança.

A provisão assignada em Lisboa a 6 de fevereiro de 1572⁵

¹ Livro I do registo de provisões na secretaria da Universidade fl. 36v.

² Livro II de provisões na secretaria da Universidade n.º 27.

³ Livro V de provisões na secretaria da Universidade fl. 17.

⁴ Livro V de provisões na secretaria da Universidade fl. 151.

⁵ Livro I do registo de provisões na secretaria da Universidade fl. 59a.

incorporou¹ na Universidade de Coimbra o padre João Paulo Pinto dos Reis, mestre em Artes, e bacharel na sagrada Theologia pela Universidade de Evora, nos dictos graus, pagando as propinas delles e dos actos antecedentes indispensaveis para os obter.

A provisão assignada em Lisboa a 17 de outubro de 1724 ordenou, que no collegio das Artes os estudantes de Latim e Logica fossem examinados com o maximo rigor, tanto os que vão de fora como os que nelle frequentam; que se afixasse um edital ás portas da sala grande da Universidade prohibindo qualquer lente, collegial, porcionista, doutor, religioso, ou qualquer outra pessoa de respeito, de acompanhar os examinandos ou interceder por elles, para os examinadores os approvarem; e que ficassem de nenhum effeito as provisões que dispensavam os estudantes da Universidade de Evora e da congregação do Oratorio de serem examinados no collegio das Artes².

Mas passados oito annos apenas, a provisão datada em Lisboa a 6 de junho de 1732 incorporava³ na Universidade de Coimbra o estudante de medicina, Francisco Tavares e Sousa, nos actos e graus, que tomára em Philosophia no collegio da companhia de Jesus da Bahia.

Ficaria ainda incompleto o predomínio da companhia quando se limitasse ao ensino das Artes. Cresceu mais a sua ambição. O alvará assignado em Lisboa a 6 de abril de 1548 (vidé pag. 25) tinha determinado que os estudantes não fossem admittidos a frequentar Canones ou Leis sem certidão do Principal do collegio das Artes de como ali ouviam um anno de Logica; e a lerem Theologia ou Medicina sem analoga certidão para mostrar que tinham ouvido o curso inteiro das Artes. No alvará assignado em Lisboa a 30 de outubro de 1549 (vidé pag. 49), ainda ordenou dom João III, que o Principal examinasse os alumnos que houvessem estudado o anno de Logica, e achando os insufficientes os mandasse aprender mais tempo até seis mezes. E na provisão assignada em Lisboa a 8 de novembro de 1549 (vidé pag. 51 a 53) entendeu o monarcha que devia annexar o collegio a Universidade; dando aos lentes delle a faculdade de se poderem aggregar das deliberações do Principal para o reitor e conselho da Universidade, afim de resolverem conforme justiça; a este mesmo reitor e conselho a de tractarem sobre reformatão de Estatutos, e escreverem ao rei sobre esse ponto; para se fazer pela Universidade a vista do collegio de seis em seis mezes; que a jurisdic-

¹ Livro IV do registo de provisões na secretaria da Universidade fl. 271 r.

² Livro IV de provisões na secretaria da Universidade fl. 77.

³ Livro IV de provisões na secretaria da Universidade fl. 173.

ção, dada ao Principal, das dividas dos estudantes até dez cruzados, se entendesse sómente quando ambas as partes, credor-devedor, fossem ali matriculados; que se os estudantes dentro do collegio comettessem algum delicto os entregasse o Principal ao conservador da Universidade; que os regentes lessem nas aulas o que o Principal lhes indicasse, e sómente pelos livros por elle escolhidos, e tudo pelo modo e maneira que lhes assignar e ordenar; que os regentes tivessem, além do que esta declaração regimento, o cuidado de repetir aos alumnos, que dormitam em suas camaras, as lições ordinarias; que os cursos das Artes, em vez de durarem tres annos e meio, durassem sómente tres annos, visto não haver já as vacações de dous mezes, nem das assuetos; e que não sejam obrigados a andar vestidos como os estudantes da Universidade os alumnos de pouca idade, e os tão pobres que não tenham para se poderem assim vestir, e os criados de algumas pessoas, devendo porém apresentar-se ao Principal para este os conhecer e permitir que vão ali estudar.

A duração reduzida dos cursos (vidé pag. 73) pouco mais vigorou do que um anno. O alvará de 15 de dezembro de 1550 ordenou que voltassem a ser de tres annos e meio. A frequência do anno de Logica (vidé pag. 95 e 96) foi dispensada e substituida por uma certidão do Principal de como fôram examinados no collegio, e eram sufficientes para poderem ouvir qualquer das faculdades de Canones, ou Leis; conforme ordenou o alvará assignado em Lisboa a 30 de março de 1552. E o alvará assignado na mesma cidade a 5 de maio do referido anno dispensou (vidé pag. 96 e 97) os *Estatutos* da Universidade, que exigiam dous annos de Logica e Philosophia, bastando aos estudantes, que pretendessem ser bachareis em Artes, mostrar certidão do Principal do collegio das Artes, feita pelo escrivão do seu cargo, e assignada por ambos, e outra do lente com quem aprenderam de como tem cursado o tempo, e ouvido todos os livros que se requerem para lhes ser dado o dicto grau de bacharel; e do mesmo modo os bachareis, que se houverem de examinar para serem licenciados em Artes, bastara que mostrem certidão authentica do dicto Principal e outra do seu regente, de como cursaram e ouviram depois de feitos bachareis o tempo e livros que se requerem, e que fizeram as primeiras e segundas respostas, que pelos *Estatutos* são obrigados fazer.

O alvará assignado em Lisboa a 27 de maio do mencionado anno de 1552 (vidé pag. 104 e 105), e dirigido ao quarto Principal Payo Rodrigues Villarinho, participou-lhe que sómente com certidão sua de como fôram examinados os estudantes, que aspirassem a frequentar Canones ou Leis, poderão ser recebidos e assentados

no livro da matricula da Universidade; e mandou que ouvissem um anno na primeira ou segunda classe do collegio, depois do que serão examinados, e achando-se que estão aptos e convenientes, ou sufficientes para ouvir qualquer das dietas faculdades, o Principal lhes passará disso certidão, para serem recebidos na Universidade, e, não os achando sufficientes, serão obrigados a ouvir outro anno nas referidas primeira ou segunda classes, e estudando elles bem no segundo anno o dicto Principal lhes passará a certidão. E se vierem de fora alguns outros estudantes, e quizerem logo ouvir Canonicas ou Leis, por terem já ouvido Latimidade em outras partes, serão primeiramente examinados no collegio, e achando que têm sufficiente, o Principal lhes passará disso certidão para se matriculem na Universidade: e faltando lhes sufficiente o mesmo prelado o collocará na classe em que entender que devem ser postos, para no referido collegio acabarem de aprender durante o tempo que for necessario para se tornarem sufficientes.

Os jesuitas quizeram para o estabelecimento, que administravam desde 1555, as mesmas prerogativas, que o rei concedeu ao collegio de mestre André de Gouveia. Para ficarem senhores de toda a instrucção era necessario não só ter a presidencia e a maioria dos votos nos exames de bachareis e licenciados em Artes, mas tambem superintender na entrada dos estudantes nas faculdades da Universidade.

Assim conseguiram o alvará¹, assignado em Lisboa a 26 de agosto de 1557, que ordenou não poder estudante algum de Canonicas ou Leis provar curso senão do dia da matricula na Universidade, com certidão do collegio das Artes, de haver sido ali examinado e dado por sufficiente.

Para prevenir os abusos que tinha havido já a este respeito o monarcha fez expedir a carta regia, assignada a 18 de agosto de 1559 ao reitor dom Jorge de Almeida. E do theor seguinte.

«Dom Jorge de Almeida, eu el-rei vos envio muito saudar. Sou informado que alguns estudantes se passaram do collegio das Artes a ouvir direito nas escolas maiores dessa Universidade sem serem examinados na Latimidade pelo Principal do dicto collegio conforme aos Estatutos e provisões que sobre isso são passadas, e que tendo os dictos estudantes cursado tres cursos e mais em suas faculdades os obrigaes ora a tornarem de novo a ouvir Latim no dicto collegio, e que percam os cursos que já têm feitos e paguem as penas, em que por isso incorreram. E porque será grande oppressão para os dictos estudantes perderem os dictos cursos

¹ Livro I do registo de provisões na secretaria da Universidade fl. 181.

que têm cursados, e ouviram de novo Latim no dicto collegio sem cursarem nas dietas suas faculdades, e havendo respeito ao gasto e despesa que nisso podem fazer, e que alguns deixaram por essa causa de continuar seu estudo, e p' lo assi haver por meu serviço, hei por bem e me praz que os estudantes, que fôrão ouvir direito nas dietas escolas maiores sem serem examinados na Latimidade, e tiverem cursado dois cursos nas dietas escolas e dahi para cima, lhes sejam recebidos e admittidos os dictos cursos que tiverem feitos, sem embargo dos dictos Estatutos em contrario e provisões em contrario, e que possam os dictos estudantes ouvir e continuar seu estudo nas dietas escolas maiores, e se lhes tornein as penas que pelo dicto caso lhes fôrem levadas, pagando somente ao meinho o trabalho que levou em os buscar e tornar ao dicto collegio, segundo lhe por vós fôr estimado e alvitrado: e porei para que os dictos estudantes não ouçam direito sem terem Latim que baste para o entender, vós com o Principal do dicto collegio e com o regente da primeira ou segunda classe dellas examinareis, e achando que alguns dellas têm necessidade de ouvir mais Latim lhes assignareis com o dicto Principal o regente o tempo que a vós e a elles bem parecer, para que em uma hora de cada dia que nêta impedimento faça as lições de suas faculdades ouçam um dos dictos regentes da primeira ou segunda classe; e do tempo, que assi fôr assignado a cada um dos dictos estudantes para ouvir Latim no dicto collegio, fareis fazer assento pelo escripto do conselho no livro dos cursos, para lhes não serem recebidos os que cursarem em suas faculdades, nem os admittirem ao grau de bacharel, sem vos primeiro mostrarem certidão do dicto Principal ou regente, de como fôrão continuos e ouviram no dicto collegio o tempo, que lhes assi fôr ordenado. Jorge da Costa a fez em Lisboa a 18 de agosto de 1559. Manuel da Costa a fez es-rever. Rainha.

A carta regia, assignada em Lisboa a 16 de maio de 1654, confirmou o alvará de 13 de agosto de 1561, para os estudantes não poderem frequentar Canones ou Leis sem mostrar certidão do Principal do collegio das Artes de como os examinara, e achara sufficientes para ouvir aquellas faculdades¹.

Desta maneira a instrução publica ficava toda debaixo da direcção dos jesuitas. Ensina-vam no collegio das Artes e nos seus collegios de fora de Coimbra a instrução secundaria, e um aluno podia entrar na superior sem obter certidão de que fôra examinado e havido por sufficiente, para ouvir as faculdades de Canones ou Leis.

¹ Livro I do registo de provisões na secretaria da Universidade n. 322

Nota H

(da pag. 280 e seguintes)

Rendimento dos collegios de Jesus e das Artes

Nos *Annuaire de dom João III*, de frei Luiz de Souza, publicados por Alexandre Hercoliano, lê-se que o rendimento do collegio das Artes e Latimidade, era de tres mil e quinhentos cruzados nas rendas da Universidade, e de quinhentos cruzados, até ser provido noutra parte, no almoxarado de Coimbra. Continúa o chronista:

«Mas tem septo arrobas de cera para a capella do collegio cada anno.

«Esta fazenda é com obrigação de terem continuos septenta religiosos, a saber: dez oito para mestres, a saber, quatro para os quatro cursos de Artes; dez que com dez classes de Latimidade e Rhetorica; um que lê Grego, outro Hebraico; dois que ensinam a ler e escrever; um profeta dos estudos, que no tempo dos francezes se chamava Principal; quatro sacerdotes, que se occupam em ouvir confissões dos estudantes, que se confessam pelo menos uma vez cada mez; doze que com seu reitor são necessarios para officiaes e serviço do collegio; quatro magos de serviço, e uma besta.

«Os que faltam para cumprimento dos septenta da obrigação são muitos, que estão prestes para substituirem quando adoeceem os mestres; outros que estão por examinadores dos que passam de umas classes para as outras; outros que vão estudando para se fazerem mestres. Ha dois guardas que levam de salario vinte e quatro mil réis; um porteiro, um varredor, um tangedor do sino.

Em carta assignada em Lisboa a 5 de outubro de 1557 ordenou dona Catharina que das rendas da Universidade fossem separadas a quinta e renda de Treixedo, as rendas do Alvergo e de Pinares com a quinta de Pombal, por terem o valor de 1:400:000 réis e se dessem aos padres para sustento do collegio, que até esse tempo tinha sido feito á custa do cofre real¹.

E na mesma data escreveu ao reitor dom Manuel de Menezes²,

¹ Pag. 282 a 284 destes documentos.

² Pag. 284 e 285 dos mesmos.

para ir á côrte concluir o negocio da renda do collegio das Artes.

A Universidade não queria largar da sua mão as rendas; e dona Catharina combinou com o reitor na prestação annual de 1:200.000 réis paga por aquellas rendas, e o estado contribuiria com 200.000 réis enquanto não fossem dados noutra parte ¹. E o alvará assignado em Lisboa a 28 de janeiro de 1558.

No dia 1 de fevereiro do mesmo anno enviou ² dona Catharina duas cartas á Universidade: uma pedindo para esta mandar procuração ao reitor dom Manuel de Menezes a fim de se ultimar o negocio da renda do collegio, e outra informando-a de que o prebendado da Universidade pagará 1:200.000 réis aos padres as terças do anno, e da fazenda real receberão elles os 200.000 réis que faltam para 1:400.000 réis.

E a 3 do referido mez o anno deu ao collegio de Jesus, no almoxarifado de Aveiro ³ depois no thesoureiro-mor e segundamente no recebedor das cizas, 200.000 réis, enquanto se libertava a igreja de Sampaio de Caria. E a 12 desse mez o anno no almoxarifado de Coimbra 300.000 réis, enquanto se não extinguiu a união do mosteiro de Nossa Senhora de Cirquere ⁴. Na data ultima deu ainda ao collegio de Jesus 600.000 réis primeiro no almoxarifado de Coimbra, depois no thesoureiro-mor, e segundamente no recebedor das cizas ⁵.

O alvará assignado em Lisboa a 20 de setembro de 1561 pelo cardeal dom Henrique, regente em nome de dom Sebastião, ordenou ⁶ que fossem entregues ao collegio de Jesus os rendimentos e deposito de Cirquere, deixando então de pagar se a pensão de 300.000 réis, que a companhia recebeu durante seis annos.

Na carta assignada em Lisboa a 14 de outubro de 1558 ja dona Catharina ⁷ havia escripto ao embaixador em Roma, para da sua parte pedir á congregação geral da companhia de Jesus, que folgasse de aceitar o collegio das Artes em Coimbra com o governo e administração d'elle, conforme o tinha ordenado, e como escrevêra á mesma congregação. E para tirar alguma duvida, e resolver se é necessaria a auctoridade do sancto padre, manda que o embaixador consulte o padre geral da companhia e mais

¹ Pag. 285 e 286 destes documentos.

² Pag. 290 a 292 dos mesmos.

³ Pag. 293 e 294, *idem*.

⁴ Pag. 294 a 296, *idem*.

⁵ Pag. 296 a 299, *idem*.

⁶ Pag. 300 a 302, *idem*.

⁷ Pag. 302, *idem*.

padres que cumprir, e com elles practique sobre o assumpto, vendo tambem o traslado da annexação das rendas da Universidade, que para isso lhe é enviado; e pedindo da parte da regente ao chefe supremo da igreja o que fór necessario, para que melhor, mais seguramente e com mór quietação, a companhia possa ter o governo e a administração do mencionado collegio.

Dona Catharina ¹ na carta, assignada em Lisboa a 1 de janeiro de 1559 contou ao seu embaixador de Roma a historia da pensão de 1:200\$000 réis paga pela Universidade e 200\$000 réis pela fazenda real; e ordenou ao mesmo embaixador que praticando da maneira que lhe tem escripto, se fór necessaria a auctoridade do summo pontifice, rogue da parte della ramha a sua sanctidade para que a dê.

Por alvará assignado em Lisboa a 13 de março de 1559 lembrando dona Catharina haver mandado ja ² que o reitor da Universidade passasse o documento para a companhia receber réis 1:200\$000 no principio da primeira terça, devendo ser pago nas tres terças do anno, cada uma antes que das rendas se fizesse outra despesa sem pagamento algum, determinou que o receptor ou prebendeiro das mesmas rendas, passado que fosse um mez sem que recebesse a ordem do prelado, pagasse independentemente della; e ao conservador da Universidade, que o obrigasse a isso, se os padres do collegio assim requeressem.

Em carta assignada na cidade de Lisboa, a 31 de março de 1559, recommendou dona Catharina a Lourenço Pires de Tavora, quando foi por embaixador a Roma, varios negocios dependentes da corte de Roma, o primeiro dos quizes consistir na protecção de todos os do collegio das Artes, entregue desde o anno de 1555 á companhia de Jesus ³.

Em carta de 21 de março de 1560 escreveu dona Catharina á Universidade, para que mandasse pagar aos padres o conto e duzentos mil réis, que lhes era devido, e de que só tinham recebido duzentos mil réis. E na mesma data encommendeu a Ralthazar de Faria, que visitava e reformava a mesma Universidade, que practicasse com o reitor e deputados da fazenda, a fim de cumprirem o que estava ordenado na provisão, que a este respeito passára; aliás concederia as terras que a companhia pedira para se pagar, reveiando ja as difficuldades que se levantavam ⁴.

¹ Pag. 303 a 306, destes documentos.

² Pag. 305 e 307, *idem*.

³ Pag. 307 a 309, *idem*.

⁴ Pag. 310 e 311, *idem*.

A 8 de abril do referido anno a mesma regente escreveu de Lisboa para Roma a Laurengo Pires de Tavora apresentando-lhe o padre Guilhelmo¹ da companhia de Jesus, pedindo para o agasalhar em sua casa e dar-lhe de comer, com o fim de lembrar e fazer expedir os negocios da referida companhia; e caso elle precise algum dinheiro, autorizando que lhe entregue ate 5000 cruzados, de que cobrará conhecimentos, para se descontar no que da fazenda real recebem os padres do collegio; e recomendoando que a expedição do mosteiro de Pedroso se execute á custa do thesouro.

A 1 de outubro de 1560 ordenou dona Catharina aos contadores de sua casa que levassem em conta a Antonio de Teive que serve de thesoureiro mór 5220000 réis da pensão de S. Pedro de Pedroso, a qual determinava ficasse em poder do reitor e padres do collegio de Jesus, a que estava agora annexo o de S. Pedro de Pedroso; e que se não arrecadassem nem houvessem pelas rendas deste collegio².

Na ordem assignada em Lisboa, a 3 de fevereiro de 1561, dona Catharina manda a Antonio de Teive que pague ao reitor e padres do collegio de Jesus de Coimbra 2250000 réis, que faltam para os 5000000 réis da compra das casas de João de Sa, que entraram no collegio³.

A carta de dona Catharina assignada em Lisboa a 20 de agosto de 1561, e dirigida ao reitor da Universidade, dom Jorge de Almeida, determinou-lhe que mandasse pagar das rendas da Universidade o que se deve ao collegio das Artes por já possuir de um conto de reis⁴; e que lhe fizessem sempre os pagamentos na forma da provisão que pizsou.

O cardeal infante, regente em nome do dom Sebastião, deu ordem de Lisboa, a 20 de setembro de 1564, para se descontar na conta de Marcos Dias os 5110000 réis, que se tinham dependido na expedição das lettras da união do mosteiro de Carqueze ao collegio de Jesus⁵.

Por alvará assignado pelo mesmo cardeal em Almodrim, a 13 de março de 1565, se deram 570000 réis da fazenda real⁶ ao reitor e padres do collegio de Jesus, visto haver-se averiguado que o mosteiro de Carqueze só rendia 2450000 réis cada anno, faltando aquella quantia para pertazer os 3000000 réis, em que

¹ Pag. 311 destes documentos.

² Pag. 312 e 313, *idem*.

³ Pag. 313 e 314, *idem*.

⁴ Pag. 314 e 315, *idem*.

⁵ Pag. 315 e 316, *idem*.

⁶ Pag. 316 a 318, *idem*.

importava a pensão. E na apostilla assignada por dom Sebastião em Almeirim a 26 de fevereiro de 1569 se mudou o pagamento do thesoureiro mór para o recebedor das casas.

O alvará assignado pelo cardeal infante em Lisboa, a 2 de dezembro de 1564, approvou a concordia¹ entre a companhia de Jesus e a Universidade; ficando o collegio das Artes independente della mas recebendo das suas rendas a quantia annual de 1:200\$000 réis; determinando-se que esta concordia fosse considerada como *Statutos*; e reservando o monarcha para si a visitação.

Pelo alvará assignado em Lisboa pelo cardeal infante a 26 de novembro de 1566, ordenou-se a inquisição de Coimbra que dos primeiros bens, que fossem confiscados se pagassem ao rector e padres do collegio de Jesus² septe mil cruzados por certas propriedades do referido collegio necessarias para o estabelecimento do tribunal.

E o mesmo cardeal na carta assignada em Almeirim, a 18 de fevereiro de 1567, pediu ao bispo de Coimbra, que da sua mesa episcopal desmembrasse 2:500³ cruzados para o collegio de Jesus⁴, com o fim da fazenda real ficar menos sobrecarregada, pois os dava enquanto não fosse assignada outra renda ecclesiastica daquelle valor.

No alvará assignado por dom Henrique em Almeirim, a 29 de janeiro de 1580, declara o rei⁵ que o collegio da companhia de Jesus, da cidade de Coimbra, tinha da fazenda em cada anno 607\$000 réis assentados no almoxarife de Coimbra, enquanto não alcançasse outra tanta renda ecclesiastica. E posto que possivel conto de réis da pensão delle dom Henrique do bispado de Coimbra, que lhe ceden com approvação do sancto padre pelo tempo de vinte annos a começar no actual de 1580, attendendo á muita despesa, que se faz no referido collegio pelo grande numero de religiosos, alli existentes, concede os mesmos 607\$000 réis por espaço de outros vinte annos a partir de 1581 em deante.

O cardeal infante no alvará assignado em Lisboa a 27 de setembro de 1567 ordenou ao contador-mór que não constrangesse os padres do collegio de Jesus a pagar 400\$000 réis que se gastaram⁶ na expedição das lettras de S. João de Longavares.

¹ Pag. 318 a 322 destes documentos.

² Pag. 322 e 323, *idem*.

³ Pag. 323 e 324, *idem*.

⁴ Pag. 324 a 326, *idem*. Duvidamos que dom Henrique fizesse esta doação dous dias antes do seu fallecimento. Não será o alvará obra jesuitica de algum dos irmãos Camarões?

⁵ Pag. 326 e 327, *idem*.

O cardeal infante na carta dirigida ao bispo de Coimbra, e assignada em Lisboa a 6 de outubro de 1565, roga-lhe que dos 600,000 réis que o prelado destinava entregar para as despesas da inquisição, desse aos padres da companhia do Jesus duzentos mil réis para se poderem mudar do collegio de baixo para o de cima¹.

Na carta assignada em Almeirim, a 20 de março de 1565, ja o mesmo cardeal tinha escripto aos inquisidores de Coimbra autorisando a compra de duas moradas de casas, as que fôram de Diogo de Castello e as de dom Afonso e da cerca e vinha, que possuam os jesuitas².

Por alvará assignado em Lisboa a 14 de maio de 1568 autorisou³ dom Sebastião o pagamento de 800,000 réis pela vinha e casa que foi de Diogo de Castello e pela de Diogo Afonso.

A carta regia assignada em Almeirim por dom Sebastião, a 22 de fevereiro de 1572, confirmou o contracto e a concordia entre o reitor, lentes, deputados, e conselheiros da Universidade, e o reitor e padres do collegio da companhia do Jesus de Coimbra, para estes receberem⁴ das rendas da mesma Universidade 1:200,000 réis de janeiro do actual anno de 1572 em diante, além de 200,000 réis da fazenda real.

O avará assignado por dom Sebastião em Belem, a 23 de fevereiro de 1570, deu aos padres da companhia 200,000 réis para se continuarem as obras das escolas no collegio das Artes; isto pela venda⁵ das especarias, que hão de trazer as naus, que chegarem no anno de 1571.

Dom Sebastião mandou ordem assignada em Almeirim, a 12 de fevereiro de 1574, para Miguel Homem, que trazia por contracto a arrecadação do dízimo no alouxarifeiro de Coimbra, tirar das rendas do morgado de Vouga e dar ao collegio da companhia 100,000 réis para se concertarem as casas dos porcionistas⁶.

Na carta⁷ assignada em Lisboa pelo cardeal infante, a 28 de fevereiro de 1566, onde se lê que o bispo de Coimbra dêra os 200,000 réis, para se effectuar logo a mudança do collegio de baixo para o de cima, ordena o regente, que o provincial da companhia entregue aos inquisidores o lanço do edificio novo da

¹ Pag. 327 destes documentos.

² Pag. 328 dos mesmos.

³ Pag. 328 e 329, *idem*.

⁴ Pag. 329 a 331, *idem*.

⁵ Pag. 331 e 332, *idem*.

⁶ Pag. 332 e 333, *idem*.

⁷ Pag. 334, *idem*.

menção do collegio de baixo, com as chaves e o que nelle houver, a saber: a igreja e as classes novas com todo o mais aposento, que está no dicto lango novo, sem disso exigir papel nem escriptura; e declara que escreve ao dom prior do convento do Thomar para ceder a igreja da rua da Feira, afin de se fazerem ali os actos publicos.

A carta tambem assignada pelo cardeal infante em Lisboa, a 11 de outubro de 1566, manda entregar ¹ aos inquisidores o pateo das eschoias velhas com a sua serventia e mais aposentos e casas que cercam o dicto pateo, assim da parte do mosteiro de Sancta Cruz, como da rua de Sancta Sophia, dando-se por elles a recompensa justa para o que combinarão o reitor e padres com o doutor Manuel de Quadros, inquisidor do Coimbra, sobre a avaliação.

Pelo alvará assignado por dom Sebastião em Evora, a 22 de janeiro de 1570, se ordenou ao thesoureiro das confiscações das fazendas arrestadas pela inquisição de Coimbra, que do primeiro dinheiro que houver dellas, depois de satisfeitas as despesas da casa, pague ² ao reitor e padres do collegio de Jesus de Coimbra tudo o que lhes for devido, e lhes tiver sido mandado pagar, ainda que sejam as provisões dirigidas aos inquisidores, visto que não havia então thesoureiro.

E de Almarim a 5 de dezembro de 1571, ordenou o cardeal infante, como inquisidor geral do paiz ³, que fosse levado em conta a Gonçalo de Rezende, thesoureiro das confiscações de Coimbra tudo o que tivesse pago aos padres da companhia.

Por certidão do doutor Manuel de Quadros, datada a 1 de dezembro de 1566, o inquisidor declarou, que na avaliação feita das casas, entregues pela companhia á inquisição, de que resultou manfrem se dar 2800000 réis, não entraram os aposentos do lango novo do collegio das Artes ⁴, que vac da rua de Sancta Sophia até ao poço.

No alvará assignado por dona Catharina ⁵ em Lisboa a 31 de julho de 1562 quito a regente 2500000 réis ao reitor e padres do collegio de Jesus: 2000000 reis para a mudança e 500000 réis pela compra duma casa.

Por alvara assignado em Lisboa, a 7 de março de 1586, concedeu o rei dom Philippe ao reitor e padres do collegio de Jesus, da cidade de Coimbra, que se traspassassem nelles todo o direito

¹ Pag. 331 e 335 destes documentos.

² Pag. 336 e 337, *idem*.

³ Pag. 337, *idem*.

⁴ Pag. 338, *idem*.

⁵ Pag. 339, *idem*.

e acção ¹, que a fazenda real tinha contra Estevão Falcão, filho de Manuel Falcão, na parte de 130005000 réis, de que dom Sebastião lhes havia feito mercê para as obras das escolas.

Na carta regia, assignada em Lisboa a 29 de maio de 1586, com a apostilla de 28 de outubro do mesmo anno, foi approvada ² ao reitor e padres do collegio de Jesus, a tença de 10000000 réis de juro do contracto da pimenta, celebrado por João Baptista Revelasco e Giraldo Pains, dando o monarcha ao referido collegio todas as garantias de firmeza e segurança, tanto naquella epocha como para o futuro.

A carta assignada por dom Sebastião na villa de Almeirim, em 22 de fevereiro de 1572, confirmou a escriptura de consentimento, concordia e amigavel composição, contracto ³ feito na mesma villa de Almeirim, a 16 de referido mez e anno, entre a Universidade e a companhia, dando-lhe aquella das suas rendas 1:2000000 réis, e o monarcha 2000000 réis; ficando a este a visitação do collegio; e pedindo tambem o rei ao santo padre a confirmação na parte que diga respeito as prerogativas de sua sanctidade.

O alvará assignado por dona Catharina em Lisboa, a 7 de fevereiro de 1558, concedeu ao reitor e padres do collegio de Jesus o uso das casas de Almeirim e chão de Santarem durante um anno ⁴, dentro do qual deveriam requerer a confirmação das doações, que diziam-lhes foram feitas na vida de dom João III.

Por alvará assignado em Lisboa, a 28 de janeiro de 1560, ordenou dom João III que se dêsem de sua fazenda 2000000 réis a Afonso Pereira ⁵ pelo tempo, que procurou da parte de Afonso Esteves sobre o mosteiro de S. João; enquanto não chegassem de Roma as bullas. E na apostilla assignada em Lisboa, a 6 de junho do mesmo anno, mandou que se cumprisse o alvará antecedente por seis mezes mais alem dos já cumpridos ⁶.

A carta assignada por dom João III em Lisboa, a 1 de janeiro de 1565, deu ao reitor e padres do collegio de Jesus todos os maninhos do conto do mosteiro de S. Paes ⁷.

Os alvarás assignados por dona Catharina em Lisboa, a 26 de maio de 1560, ordenaram que se continuassem a dar parte a despesa da capella do collegio das Artes septu artubas de cera

¹ Pag. 346 a 348 destes documentos.

² Pag. 348 a 358, *idem*.

³ Pag. 358 a 363, *idem*.

⁴ Pag. 374 e 375, *idem*.

⁵ Pag. 375 a 377, *idem*.

⁶ Pag. 376 e 377, *idem*.

⁷ Pag. 463 e 464, *idem*.

cada anno, como se davam pelo alvará de 10 de abril de 1548; e se pagassem vinte oito arrobas pertencentes aos annos de 1556, 1557, 1558 e 1559 em que deixaram os padres de a receber ¹.

Alem do que fica exposto, acerca dos gastos com o collegio das Artes, passaram-se tambem os seguintes documentos:

A provisão assignada no Prado por dom Philippe, a 18 de novembro de 1610, ordenou que a Universidade desse aos padres da companhia de Jesus de Coimbra 20.000 cruzados, 3.000 em cada anno até completar aquella quantia, para se acabar o edificio das escolas menores, a cargo delles, ha annos começado, principando immediatamente a satisfazer com o dinheiro, que receberam das dividas arazadas ² e dando-lhes desde ja 1.200.000 réis dos 2.800.000 em arrazadas.

A provisão assignada tamem no Prado pelo mesmo dom Philippe, a 8 de fevereiro de 1611, determinou que a Universidade adeantasse sendo possível 50.000 ou 6.000 cruzados da arca do deposito das dividas, para se fazer mais brevemente a obra das escolas menores ³.

Na provisão assignada em S. Lourenço do Escorial, a 14 de setembro de 1611, á vista das observações do reitor feitas no offiço de 27 de junho passado, acerca do dinheiro, que está no cofre do deposito das dividas, e sobre o que sera necessario para o retabulo da capella, mandou o rei dom Philippe á Universidade, que desse aos religiosos da companhia de Jesus de Coimbra 1.000 cruzados, e mais os 500.000 réis, que por conta das mesmas dividas havia de cobrar de Pero Soares, os quaes entregara ao passo que os fôr cobrando ⁴.

A provisão assignada em Madrid por dom Philippe, a 23 de novembro de 1624, foi expedida ao reitor da Universidade, Francisco de Brito de Menezes, para este informar a pretensão do visitor da companhia de Jesus, Antonio da Mascarenhas, sobre adeantamentos para as obras do collegio das Artes ⁵.

Na provisão tambem assignada em Madrid, a 17 de janeiro de 1625, deixou dom Philippe ao reitor da Universidade a esco-

¹ Pag 27, 28 e 258 a 260 destes documentos

² Livro II das provisões antes da nova fundação da Universidade n.º 50.

³ Livro II das provisões antes da nova fundação da Universidade n.º 116.

⁴ Livro II das provisões antes da nova fundação da Universidade n.º 129.

⁵ Livro II das provisões antes da nova fundação da Universidade n.º 165.

lha da occasião opportuna para o adeantamento destinado ás obras das classes menores, a cargo da companhia de Jesus ¹. Traz uma nota que os jesuitas tinham recebido 14:458 cruzados e 250 réis até 7 de março de 1627; e que restava a Universidade para completar os 20:000 cruzados apenas 5:541 cruzados e 150 réis.

Na provisão ainda assignada em Madrid, a 11 de agosto de 1626, dom Philippe houve por bem, que a Universidade pagasse á companhia de Jesus o dinheiro necessario para as obras das classes menores ².

Resumindo, vê-se destes documentos, que tinha o collegio de Jesus annualmente tres mil cruzados (1:200:000 réis) das rendas da Universidade, e quinhentos cruzados (200:000 réis) da fazenda real pagos no almoxarifado de Coimbra, além das muitas dadas, em dinheiro e diversos objectos, que varias vezes recebeu dos monarchas incluindo o prego, por que foram vendidos á inquisição o antigo collegio e casas da Sophia e de Martarroi, onde primeiramente os padres haviam estado. E agora os extraordinarios donativos de especarias e dinheiro com que o collegio das Artes principiou a ser edificio acabando de se construir com os vinte mil cruzados (8:000:000 réis), dados pela Universidade em consequencia das ordens do rei dom Philippe.

Do que temos referido resulta, que frei Luiz de Sousa se recusou escrevendo, que os jesuitas recebiam das rendas da Universidade 3:500 cruzados, quando só tinham dellas 3:000 cruzados. E por não serem pagos sempre com punctualidade prova com as desavencas successidas então, e posteriormente nos reitores, dos de Manoel de Saldanha e de dom Simão da Gama levantando-se uma questão, á primeira vista bastante futil e ridicula, verdadeiramente questão de hyssope, porém na essencia muito importante, deerea dos titulos que deviam designar nos editaes tanto o reitor do collegio das Artes como o da Universidade; pois implicitamente equivalia á independencia do ensino secundario, ou á sua dependencia do ensino superior ³.

¹ Livro II das provisões antes da nova fundação da Universidade n.º 162.

² Livro II das provisões antes da nova fundação da Universidade n.º 160.

³ Livro II do registo das provisões antes da nova fundação da Universidade, fl. 251 v.; alvará datado em Lisboa a 2 de setembro de 1605 sobre a paga pelo acrescentamento de estudos, em quanto se não decise a questão da companhia com a Universidade. Livro III do registo, fol. fl. 311 v.; provisão de 19 de outubro de 1604 com edicto licença a frei dom Simão da Gama para ir á corte a tractar da questão entre a Universidade e a companhia. Livro III do registo, *idem*, fl. 321; alvará assignado em Lisboa a 20 de maio de 1684 decidindo que nem o reitor da Universidade nem o do collegio das Artes se chamem reitores das escolas menores.

Eram effectivamente, como diz o auctor dos *Annaes de dom João III*, 18 os mestres com que o provincial Diogo Mirão, logo que lhe foi entregue o collegio, tractou de prover as escolas; 4 para os cursos de Artes, 10 para as classes de Latindade, 1 para Grego, 1 para Hebraico, 2 para ensinar a ler e escrever; e depois de supprimidos estes dois se acrescentou 1 para Latim ficando a ser no todo 17 os professores.

No quarto curso de Artes foi provido o padre Ignacio Martins conhecido geralmente em Portugal pelo mestre Ignacio. Era doutor da Universidade de Evora, e auctor das addições feitas a *Cartilha* do padre Marcos Jorge. Para o terceiro curso entrou o padre Pero da Fonseca, mestre e doutor em Theologia que veio do collegio de Evora ensinar Metaphysica, sciencia de que organisou um livro, posteriormente impresso em 4 volumes. Regeu o segundo curso o padre Jorge Serro, que foi em 1559 o primeiro lente de Prima do collegio e Universidade de Evora. Ao primeiro curso deu principio o padre Matheo Vaz. Para substituir os 4 cursos de Artes a Paço de Lisboa mandou o provincial ao padre Sebastião de Moraes, o primeiro bispo que depois teve o Japão.

As dez classes de Rhetorica, Poesia, Humanidade e Grammatica, e as duas lições de Hebraico e Grego foram leccionadas por mestres conhecidos pelas provas que já tinham dado nas cidades de Evora e Lisboa, como o padre Cypriano Soares, passando da primeira classe do collegio de Sancto Antão a reger a primeira classe do collegio das Artes, deixando impressa a *Arte de Rhetorica* em tres livros. A segunda classe tomou o padre Pero de Perpinhão, que regia em Evora a primeira. E para substituto de todas as dez nomeou o mesmo provincial o padre Manuel Alvres, auctor da *Arte de Grammatica*. O provincial escolheu para reitor do collegio destas escolas ao padre Leão Henriques, que era reitor do collegio de Jesus, e foi tambem o primeiro reitor da Universidade de Evora¹.

Os estudantes, que frequentavam Latindade, tinham das rendas da Universidade 206000 réis para se comprarem premissos; o

mas conservem as suas antigas denominações. Livro III das provisões, *idem*, ff. 15, 19, 198 e 110; provisão assignada em Madrid a 17 de agosto de 1639, outras assignadas em Lisboa a 9 de setembro de 1639 e a 14 de janeiro de 1644 sobre o mesmo assumpto. Livro V das provisões, *idem*, ff. 113, 115, 147 e 149; cartas regias de 14 de janeiro de 1644, e resposta do collegio em 7 de maio e 4 de junho de 1716. *Acumari da Universidade para 1850-1851*, pag. 231.

¹ *Chronica da Companhia de Jesus* pelo padre Balthazar Telles, 2ª parte, pag. 591 e seguintes.

714 DOC. PARA A HISTORIA DOS JESUITAS EM PORTUGAL

que foi auctorisado pela provisão assignada em Lisboa a 26 de março de 1604, e dirigida ao reitor Affonso Furtado de Mendonça¹.

¹ Livro II do registo das provisões antes da nova fundação da Universidade fl. 253 v.

¹ Vide pag. 113 do n.º 2 da *Revista de Educação e Ensino* de março de 1893.

- Pag. 319, linha 28, onde se lê — o ultimo que sobre isso — leia-se — o ultimo assento que sobre isso
- Pag. 566, linha 25, esqueceu mencionar que outra carta do cardeal infante, identica á precedente, foi dirigida ao Principal do collegio das Artes
- Pag. 575, linha 34, faltou indicar a origem deste documento, que está no *Registo das provisões antes da nova fundação da Universidade*, tom. I, fl. 283.
- Pag. 579, linha ultima, onde se lê — 48 — leia-se — 25
- Pag. 586, linha 29, onde se lê — pagina 226 — leia-se — paginas 226 e 570
- Pag. 587, linhas 18 e 28, onde se lê — pagina 186 — leia-se — paginas 186 e 586
- Pag. 587, linha 34, onde se lê — paginas 200 e 201 — leia-se — paginas 200, 201 e 569
- Pag. 587, linha 49, onde se lê — pagina 186 — leia-se — paginas 186, 569 e 569
- Pag. 588, linha 9, onde se lê — pagina 186 — leia-se — paginas 186, 566, 567 e 568
- Pag. 588, linha 13, onde se lê — pagina 226 — leia-se — paginas 226, 571 e 572
- Pag. 588, linha 15, onde se lê — pagina 206 — leia-se — paginas 206, 569 e 570
- Pag. 588, linha 46, onde se lê — pagina 226 — leia-se — paginas 226 e 571
- Pag. 589, linha 3. Veja-se pag. 592, linha 4
- Pag. 590, linha 33, onde se lê — pagina 263 — leia-se — paginas 263, 573 e 577
- Pag. 590, linha 37, onde se lê — pagina 263 — leia-se — paginas 263 e 573
- Pag. 592, linha 4, onde se lê — paginas 238 a 244 — leia-se — paginas 238 a 244, e pagina 389, na qual faltou o documento XCVI sobre *acrescentamento de paga com as cadeiras das escholas menores*, impresso a pag. 574
- Pag. 592, linha 33, onde se lê — pagina 446 — leia-se — paginas 443 e 444
- Pag. 592, linha 34, onde se lê — paginas 443 e 444 — leia-se — paginas 443, 575, 576 e 577
- Pag. 593, linha 48, onde se lê — pagina 400 — leia-se — paginas 400, 574 e 575
- Pag. 593, linha 15, onde se lê — pagina 400 — leia-se — paginas 400 e 575
- Pag. 611, linha 19, onde se lê — Alves — leia-se — Alvres
- Pag. 612, linha 22, onde se lê — para dele os collegiars — leia-se — para elles os collegiues
- Pag. 660, linha 28, onde se lê — *car de a* — leia-se — *eamdem*
- Pag. 695, linha 38, onde se lê — Joaquim Mendes Lima — leia-se — Joaquim Mendes Lima
- Pag. 698, linha 32, onde se lê — e a — leia-se — ou a
- Pag. 698, linhas 33 e 34 onde se lê — continuaram — leia-se — confirmou.



1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 11. 12. 13. 14. 15. 16. 17. 18. 19. 20. 21. 22. 23. 24. 25. 26. 27. 28. 29. 30. 31. 32. 33. 34. 35. 36. 37. 38. 39. 40. 41. 42. 43. 44. 45. 46. 47. 48. 49. 50. 51. 52. 53. 54. 55. 56. 57. 58. 59. 60. 61. 62. 63. 64. 65. 66. 67. 68. 69. 70. 71. 72. 73. 74. 75. 76. 77. 78. 79. 80. 81. 82. 83. 84. 85. 86. 87. 88. 89. 90. 91. 92. 93. 94. 95. 96. 97. 98. 99. 100.

THE BORROWER WILL BE CHARGED
THE COST OF OVERDUE NOTIFICATION
IF THIS BOOK IS NOT RETURNED TO
THE LIBRARY ON OR BEFORE THE LAST
DATE STAMPED BELOW.

CANCELLED
333-71979
FEB 28 1979
FEB 28 1979

C 438.45.11

Documentos para a história do Jesu

Widener Library

003672638



3 2044 081 716 375